



Ofício 0090/PR

Brasília, 09 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor
AÉRCIO DANTAS GIFFON
Analista de Controle Externo
Comissão Mista Parlamentar de Inquérito - CPMI
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
Senado Federal – Sala 13, Subsolo
70165-900 Brasília - DF

Assunto: Ato de Requisição 23 - CPMI

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Ato de Requisição Nº.23 – CPMI, do dia 02 de fevereiro de 2006, estamos encaminhando, em anexo, as informações solicitadas nos itens b, c, d e f do documento.

Quanto às demais informações solicitadas, estamos ultimando providências para o seu pleno atendimento.

Nesta oportunidade, coloco-me à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que eventualmente seja do interesse dessa CPMI.

Atenciosamente,


JANIO CEZAR LUIZ POHREN
Presidente

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0060
362
Doc: 1



De: ASSESSORIA JURÍDICA DR/PA

Ao: DEPARTAMENTO JURÍDICO

CI/ASJUR/DR/PA n.º 057/2006.

CONFIDENCIAL

Ref.: CI/GAB/DEJUR-131/2006

Assunto: Ato de Requisição nº 23/2006 - CPMI.

Belém, 06 de fevereiro de 2006.

Com vistas a atender ao contido no expediente de referência, em face de requisição formulada por órgão externo, encaminhamo-lhe cópia integral dos seguintes procedimentos de licitação/dispensa que resultaram na contratação do escritório Barra Britto S/C Advogados Associados:

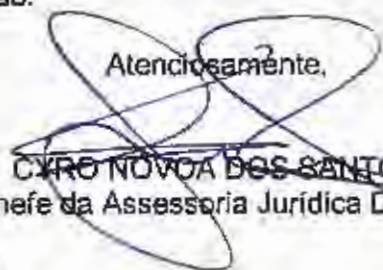
- (a) Da Tomada de Preços nº 14/1994;
- (b) Do processo de dispensa de licitação nº 271/97, constando parecer da área jurídica a respeito da contratação direta;
- (c) Da Tomada de Preços nº 03/2000.

Per oportuno, no bojo da TP nº 14/1994, consta a informação de que o escritório Barra Britto S/C Advogados Associados vinha prestando serviços jurídicos desde 27/01/1993. Todavia, as buscas empreendidas por técnicos da GERAD/PA no arquivo geral da DR/PA foram infrutíferas em localizar documentos a respeito.

Documentos relativos aos contratos, termos aditivos e dados de execução dos contratos já foram solicitados junto à GERAD/PA, por intermédio do GABDR/PA.

Em relação ao solicitado na letra (c) do expediente de referência, esclarecemos que já havíamos empreendido buscas anteriores e não conseguimos localizar em arquivo físico nenhum parecer contemporâneo à época, que porventura tivesse sido emitido pela área jurídica regional da ECT acerca do processo de readmissão dos Srs. Mauricio Marinho e Elizabeth Rodrigues Mady, por acordo judicialmente homologado no ano de 1993, ato esse que está sendo objeto de ação rescisória ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 8ª Região.

Atenciosamente,


CYRO NOVA DOS SANTOS
Chefe da Assessoria Jurídica DR/PA

Anexo: Um (01) pacote.

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI: CORREIOS
Fls: 0061
3628
Doc:

Doc.
1505.

Doc
1505.



DINSP

- CS -

PROC/DINSP-01.0272

DR/PA

Prestação de Serviço sem
Cobertura Contratual

PRT/PR-285/2001

Vol. 03/08

18

Armário 09

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0062

Fls:

3628

Doc:

**INDICE DE ANEXOS - PROCESSO DINSP- 01.0272 DR/PA-PRT/PR-0285/01**

VOLUME 01 – Contratação de Serviço de Despachante

VOLUME 02 – Contratação de Serviço Médico

VOLUME 03 – Prestação de Serviço Sem Cobertura Contratual

ANEXO 03-A – Fox Táxi Aéreo

ANEXO 03-B – Táxi Aéreo Itaituba

ANEXO 03-C – Puma Serviços de Vigilância

ANEXO 03-D – Brasil Assessoria Transportes e Serviços

ANEXO 03-E – Transportadora Sol Dourado

VOLUME 04 – Contratação de Serviço de Transporte

ANEXO 04-A – U.S. Mendonça – 2001

ANEXO 04-B – U.S. Mendonça – 2000

ANEXO 04-C – U.S. Mendonça – 1999

ANEXO 04-D – U.S. Mendonça – 1998

VOLUME 05 –

ANEXO 04-E – U.S. Mendonça – Documentos Diversos

ANEXO 04-F – U.S. Mendonça Express

ANEXO 05 – Contratação de Temporários

VOLUME 06 –

ANEXO 06 – Destaque Indevido em Documentos Fiscais

ANEXO 07-A – M. G. Barros Eng. e Com.

ANEXO 07-B – Requite Metalúrgica

ANEXO 07-C – Flexa Norte Engenharia

ANEXO 07-D – Derronde Engenharia

ANEXO 07-E – Paraluz Engenharia

ANEXO 07-F – G.C.A Engenharia

VOLUME 07 –

ANEXO 07-G – Desinsetizadora Vetores e Pragas

ANEXO 07-H – AC/CDD/Nazaré

ANEXO 07-I – AC/Altamira

ANEXO 07-J – AC/São Francisco do Pará

ANEXO 08 – Aquisição de Servidor na DR/PA

ANEXO 09 – Contratação de Hospedagem

ANEXO 10 – Contratação de Serviços de Conserto de Bicicletas

ANEXO 11 – Aquisição de Peças para Veículos e Motos

ANEXO 12 – Processos e Contratos não Localizados na DR/PA

VOLUME 08 – Denúncias Apresentadas Durante os Trabalhos na DR/PA

ANEXO 13-A – Edvaldo Ferreira Leite

ANEXO 13-B – Alceu Raimundo da Cruz Moraes

ANEXO 13-C – Menassés Leon Nahmias

ANEXO 13-D – Anônima

ANEXO 13-E – Waldemir Freire Cardoso

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM! 0063
Fls:
3628
Doc:



ANEXO 03

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

Fox Táxi Aéreo - 3 A

***(Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)***

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0064
3628	- 3
Doc:	

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

EMPRESA Fox-Taxi Aéreo Ltda.

CGC

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Conta Corrente, 100056; Agência 29457; Banco 001

EMIÇÃO	DATA PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO	OBSERVAÇÕES
	28/7/2000	57/38/39	17.005,90	561,19	16.444,71	
	11/8/2000	43	148.764,80	4.843,23	141.921,57	
	15/8/2000	43 xx	102.735,38		102.735,38	
	18/8/2000	48	16.000,00		16.000,00	
	22/8/2000	49/50	23.058,00	760,81	22.297,09	
	29/8/2000	6	12.000,00	396,00	11.604,00	
	29/8/2000	5	13.200,00	871,20	12.328,80	
	29/8/2000	12	13.200,00		13.200,00	
	12/9/2000	15	3.300,00	108,90	3.191,10	
	13/9/2000	27	11.199,60	369,85	10.829,75	
	15/9/2000	21	169.728,00	5.801,02	164.126,98	
	17/9/2000	36	142.272,00	4694,97	137.577,03	
30/9/2000	16/10/2000	35	3.459,72		3.459,72	DL-364/2000 AP054000
	17/11/2000	50	153.504,00	5.065,53	144.192,11	
	15/12/2000	60	149.760,00		149.760,00	
	12/3/2001	126	145.735,10		145.735,10	
	16/4/2001	151	178.120,80		178.120,80	
	18/5/2001	168	161.928,00		161.928,00	
4/8/2001	21/8/2001	175	178.120,80		178.120,80	Prestação de serviço sem cobertura contratual
30/8/2001	19/7/2001	185	168.168,00		168.168,00	Cont. 045/01 NF rel. ao mês de junho/01
31/7/2001	22/8/2001	186	184.984,80		184.984,80	Cont. 045/01 NF rel. ao mês de julho/01
1/9/2001	17/9/2001	192	184.984,80		184.984,80	Cont. 045/01 NF rel. ao mês de agosto/01
Total			2.179.229,68	23.272,90	2.151.720,51	

Pregão 001/2000 - Prestação de serviço de transporte de carga para a linha Belém / Altamira / Santarém / Altamira / Belém.

Valor estimado pela ECT para a operação diária R\$8.580,34; custo mensal R\$108.767,50; custo anual R\$2.230.888,40.

Empresas Licitantes: Fox Taxi Aéreo, conforme Mapa comparativo de preços de 12/04/2001, onde apresenta o valor da proposta inicial R\$9.434,88 e final R\$590,00.

Empresas que rejeitaram o Edital: 4 empresas; Participou da Licitação somente a Fox-Taxi Aéreo.

Contrato 045/2001, de 04/06/01. O preço foi reduzido para R\$8.408,40, conforme CT de 18/05/2001 da Fox Taxi Aéreo Ltda.

Custos por operação R\$8.106,40; Número das operações: 22; Valor mensal R\$184.984,80.

Valor Estimado do contrato R\$2.219.817,60; Vigência um ano a contar de 01/06/2001 a 31/05/2002.

Comença de prestação de serviço sem cobertura contratual, conforme Nota Fiscal 175, cujo serviço pertencia ao mês de Maio/2001



03/2005 - CN - CORREIOS

0065

DL-207/2000 - Contratação de transporte aéreo para execução de linha Belém / Almirante / Santarém / Belém.
Contrato 045/2000 - Valor R\$908.544,00, vigência 6 meses a contar de 20/06/2000, não podendo ser prorrogado.

DL-364/2000 - Serviço de transporte de combustível para aeronave para operação de distribuição e coleta de urnas e disquetes em atendimento ao contrato firmado com a TER/PA.
Empresas Licitantes: Fox R\$ 3.459,72; Kovacs R\$3.585,00; Renascença R\$3.585,00.

As notas fiscais relacionadas como pagas em duplicidade, referem-se a lançamento indevido em conta orçamentária, que não é eliminado, aparecendo apenas no relatório de anulação.

Doc:	3628
Fis:	0066
RDS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS	



12/10/2005 REV 03

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

LATA DE CONTABILIZAÇÃO

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	NO. CONT.	VAL.	DATA	VALOR BRUTO	VALOR	VALOR
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
----------------	----------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.
CONTABILIZACAO	CONTABILIZACAO	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.	CONT.

116.004,42

RSQ Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0067
Ffs:
3628
Doc:



0	ISS	SEST	LTMS	NACION	CPME	INSS
9	INSS	SEST	CORREIO	LIVRO	RETIRO	RETIRO

LUNIA--200000100056

01	0,00	0,00	0,00	15.444,71		51,13%
02	0,00	0,00	0,00			
03	1,00	0,00	0,00	15.444,71		51,13%
04	0,00	0,00	0,00			
05	0,00	0,00	0,00	42.029,44		13,40%
06	0,00	0,00	0,00			
07	0,00	0,00	0,00	102.735,36		0,00%
08	0,00	0,00	0,00			
09	0,00	0,00	0,00	10.000,00		0,00%
10	0,00	0,00	0,00			
11	0,00	0,00	0,00	12.297,44		7,60%
12	0,00	0,00	0,00			
13	0,00	0,00	0,00	11.004,00		5,96%
14	0,00	0,00	0,00			
15	0,00	0,00	0,00	12.028,80		7,71%
16	0,00	0,00	0,00			
17	0,00	0,00	0,00	13.000,00		4,40%
18	0,00	0,00	0,00			
19	0,00	0,00	0,00	3.191,13		1,08%
20	0,00	0,00	0,00			
21	0,00	0,00	0,00	10.029,75		3,67%
22	0,00	0,00	0,00			
23	0,00	0,00	0,00	113.208,00		3,60%
24	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0068
3628
Doc:



ISS INSS	SES SMAI	TENS LOANLEAD	VALOR LABORAL	CPMF RETIDU	INSS RETIDU
0,00	0,00	0,00	20.747,31		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	94.895,43		4.694,97
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	42.681,60		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	6.439,72		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	98.140,91		3.065,63
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	46.051,20		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	44.920,00		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	104.832,00		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	949.668,22	0,00	23.272,90
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	949.668,22	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0070
3628
Doc:



Q	ISS	DESP	DESP	VALOR	CPM	INSS
DE	DESP	DESP	CORRELAU	LIGUEU	NETIDU	NETIDU

LUNIA 00000100055

00	0,00	0,00	0,00	10,014,00	0,00	0,00
01	0,00	0,00	0,00			
02	0,00	0,00	0,00	40,000,00	0,00	0,00
03	0,00	0,00	0,00			
04	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
05	0,00	0,00	0,00			
06	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
07	0,00	0,00	0,00			
08	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
09	0,00	0,00	0,00			
10	0,00	0,00	0,00	40,000,00	0,00	0,00
11	0,00	0,00	0,00			
12	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
13	0,00	0,00	0,00			
14	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
15	0,00	0,00	0,00			
16	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
17	0,00	0,00	0,00			
18	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
19	0,00	0,00	0,00			
20	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
21	0,00	0,00	0,00			
22	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
23	0,00	0,00	0,00			
24	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
25	0,00	0,00	0,00			
26	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
27	0,00	0,00	0,00			
28	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
29	0,00	0,00	0,00			
30	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
31	0,00	0,00	0,00			
32	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
33	0,00	0,00	0,00			
34	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
35	0,00	0,00	0,00			
36	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
37	0,00	0,00	0,00			
38	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
39	0,00	0,00	0,00			
40	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
41	0,00	0,00	0,00			
42	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
43	0,00	0,00	0,00			
44	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
45	0,00	0,00	0,00			
46	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
47	0,00	0,00	0,00			
48	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
49	0,00	0,00	0,00			
50	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
51	0,00	0,00	0,00			
52	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
53	0,00	0,00	0,00			
54	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
55	0,00	0,00	0,00			
56	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
57	0,00	0,00	0,00			
58	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
59	0,00	0,00	0,00			
60	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
61	0,00	0,00	0,00			
62	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
63	0,00	0,00	0,00			
64	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
65	0,00	0,00	0,00			
66	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
67	0,00	0,00	0,00			
68	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
69	0,00	0,00	0,00			
70	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
71	0,00	0,00	0,00			
72	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
73	0,00	0,00	0,00			
74	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
75	0,00	0,00	0,00			
76	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
77	0,00	0,00	0,00			
78	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
79	0,00	0,00	0,00			
80	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
81	0,00	0,00	0,00			
82	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
83	0,00	0,00	0,00			
84	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
85	0,00	0,00	0,00			
86	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
87	0,00	0,00	0,00			
88	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
89	0,00	0,00	0,00			
90	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
91	0,00	0,00	0,00			
92	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
93	0,00	0,00	0,00			
94	0,00	0,00	0,00	10,000,00	0,00	0,00
95	0,00	0,00	0,00			
96	0,00	0,00	0,00	12,000,00	0,00	0,00
97	0,00	0,00	0,00			
98	0,00	0,00	0,00	51,400,00	0,00	0,00
99	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0071
Fls: 3028
Doc:



OR	ISS	DESI	ICMS	VALOR	CPMF	INSS
OR	INSS	SENAI	CORRECAO	EXCLUSIVO	EXCLUSIVO	RETIDO

UNIA 2000000100055

01	0,00	0,00	0,00	324,609,56		0,00
02	0,00	0,00	0,00			
03	0,00	0,00	0,00	40,578,40		0,00
04	0,00	0,00	0,00			
05	0,00	0,00	0,00	108,889,56		0,00
06	0,00	0,00	0,00			
07	0,00	0,00	0,00	55,456,24		0,00
08	0,00	0,00	0,00			
09	0,00	0,00	0,00	113,377,60		0,00
10	0,00	0,00	0,00			
11	0,00	0,00	0,00	40,578,40		0,00
12	0,00	0,00	0,00			
13	0,00	0,00	0,00	124,609,56		0,00
14	0,00	0,00	0,00			
15	0,00	0,00	0,00	55,456,24		0,00
16	0,00	0,00	0,00			
17	0,00	0,00	0,00	113,377,60		0,00
18	0,00	0,00	0,00			
19	0,00	0,00	0,00	50,475,40		0,00
20	0,00	0,00	0,00			
21	0,00	0,00	0,00	124,609,56		0,00
22	0,00	0,00	0,00			
23	0,00	0,00	0,00	55,456,24		0,00
24	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
Fls: 0072
3628
Doc:

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՆԵՐՆԱԳԱՐԱՆԻ ԿԵՆՏՐԱԼ ԿԱՌԱՐԱԿԱՆ ԿՈՄԻՏԵ

[illegible]



INSS	SESI	ICMS	VALOR	CPMF	INSS
INSS	SESI	ICMS	LÍQUIDO	RETIDO	RETIDO
0,00	0,00	0,00	329,40,40		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	55,84,44		0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	1.202,042,40	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	1.202,042,40	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0075
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

Gerência de Administração	
ECT	
☒ Contrato	☐ Edital
☐ Termo Aditivo	☐ Convênio
☐ Termo de Referência	☐ Licitação
Nº 045	Data 04/06/01

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS DA ECT PARA ATENDER À LINHA BELÉM / ALTAMIRA / SANTARÉM / ALTAMIRA / BELÉM, QUE CELEBRAM ENTRE SI A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E A EMPRESA FOX TÁXI AÉREO LTDA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

C.G.C: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - BELÉM/PA.

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 038.876.452-0 - MIN. EXÉRCITO

CPF: 070.243.632-15

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2.385.339 - SSP/PA.

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: FOX TÁXI AÉREO LTDA

C.G.C: 02.760.363/0001-50

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.202.795-5

ENDEREÇO: AV. SENADOR LEMOS, 4.700 - AERO PORTO JULIO CEZAR

REPRESENTANTE: ROBERTO FERNANDES DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 4.666.044-SSP/PA.

CPF: 320.422.486-49





descarregamento das aeronaves de modo a serem mantidos rigorosamente os horários ajustados.

2.9. Disponibilizar os meios necessários para recebimento e traslado terrestre da carga em conformidade com os horários estabelecidos na Ficha Técnica (Anexo Único).

2.9.1 Para execução das operações de carregamento e descarregamento das aeronaves, a CONTRATADA deverá dispor de veículos com livre acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves devidamente credenciados junto autoridades competentes.

2.10. Impor a todos os seus representantes e empregados envolvidos nas operações de transporte de correspondência, a obrigatoriedade de respeitar a sigilo postal.

2.11. Colocar aeronave extra, com característica e capacidade semelhantes a aeronave indicada neste contrato, para atender às necessidades da CONTRATANTE, mediante solicitação desta, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

2.11.1. Quando da realização de voo(s) extra(s) o pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta deste CONTRATO.

2.12. Aceitar, durante toda a vigência contratual, os acréscimos ou supressões por solicitação da CONTRATANTE, nas mesmas condições contratuais, tais como supressão ou inclusão de escalas e/ou rotas, alterações de horários, alterações da capacidade contratada ou outras que se fizerem necessárias, limitados os acréscimos e supressões à variação estabelecida na legislação vigente.

2.13. São da inteira responsabilidade da CONTRATADA, todas as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

2.14. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade de fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

2.14.1. Nos casos de perda, destruição ou avaria da carga, sem valor declarado, o valor da indenização será de R\$ 3,00 (Três Reais) por quilograma.

2.14.2. Nos casos de perda, destruição ou avaria da carga, com valor declarado, o valor da indenização será igual ao valor declarado.

2.14.2.1. O movimento diário de carga com valor declarado é da ordem de 100 objetos e o valor máximo declarado por objeto é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).





discriminando, por operação, todas as ocorrências verificadas, tais como: atrasos, cancelamentos e cortes de carga.

4.3. Durante a vigência contratual o preço apresentado pela CONTRATADA será fixo e irredutível.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, desde que as faturas estejam de acordo com o mapa resumo do faturamento apresentado pela CONTRATANTE.

5.2. As faturas devem ser apresentadas no departamento designado pela CONTRATANTE, em (02) duas vias, com data ou vencimento conforme CONTRATO.

5.3. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado a sua reapresentação, observado o disposto no subitem 5.1..

5.3.1. Fica assegurado à CONTRATANTE o prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da fatura com as correções devidas, para os trâmites normais necessários a liberação do pagamento.

5.4. O pagamento será realizado através de Ordem de Pagamento Bancário, em conta e agência bancária a ser especificada pela contratada na Nota Fiscal. Caso a CONTRATADA não seja titular de conta corrente ou não tenha interesse de abri-la no Banco do Brasil, arcará com o ônus da transferência.

5.4.1. A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do banco, o número da Agência e da conta corrente.

5.5. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do IGP-M (FGV) no período, ou outro índice que venha substituí-lo.

5.6. A CONTRATANTE não acatará a cobrança através de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

CLÁUSULA SEXTA – DA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

6.1. A CONTRATADA é responsável:

- a) por danos e prejuízos causados à ECT e a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- b) pela perda, extravio, avaria ou espoliação da carga que lhe for confiada;

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0078
3628
Doc

8.2. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

DINSA
FL 010
AC

8.3. Os eventuais atrasos na partida da aeronave sujeitam a CONTRATADA às seguintes multas:

8.3.1. a partir de 30 (trinta) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 15% (quinze por cento) do valor do trecho a ser executado;

8.3.2. a partir de 45 (quarenta e cinco) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 20% (vinte por cento) do valor do trecho a ser executado;

8.3.3. a partir de 60 (sessenta) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do trecho a ser executado;

8.3.4. a partir de 75 (setenta e cinco) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 30% (trinta por cento) do valor do trecho a ser executado;

8.3.5. a partir de 80 (oitenta) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do trecho a ser executado;

8.3.6. a partir de 120 (cento e vinte) minutos, inclusive de atraso do horário previsto contratualmente, incorrerá num desconto de 40% (quarenta por cento) do valor do trecho a ser executado.

8.3.7. As partes convencionam que será considerado como chegada e partida da aeronave, a colocação e retirada do calço da aeronave, respectivamente.

8.4. Caso durante o percurso haja recuperação do atraso, a multa porventura incidente, será aplicada de acordo com a faixa correspondente ao atraso na chegada.

8.5. Serão descontados da fatura da CONTRATADA 60% (sessenta por cento) do valor do(s) trecho(s) programado(s) que não for(em) realizado(s) por falta de aeronave, não cabendo qualquer pagamento, por parte da CONTRATANTE, pelo(s) trecho(s) não executado(s).

8.6. Não havendo previsão de decolagem por qualquer motivo até 180 (cento e oitenta) minutos após ao horário previsto, fica assegurado à CONTRATANTE o direito de retirar

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 010
3626
Doc: 3626

c.2. quando da ocorrência de atrasos iguais ou inferiores a trinta minutos, constantes da alínea "c", o tempo de atraso ocasionado pela CONTRATANTE será subtraído do atraso total para efeito de cálculo de eventual penalização a ser aplicada à CONTRATADA.



8.11. As multas previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do CONTRATO.

8.12. O valor das multas aplicadas deverá ser descontado das faturas, por ocasião do seu pagamento.

8.13. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

9.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a.1) a não execução integral da linha, por responsabilidade da CONTRATADA, em qualquer período de 30 (trinta) dias de um número de operações igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de operações previstas.

a.2) penalização por atraso superior a 60 (sessenta) minutos, por responsabilidade da CONTRATADA, no início da linha por um número de operações igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de operações previstas em qualquer período de 30 (trinta) dias.

a.3) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das demais Cláusulas contratuais;

a.4) o não atendimento das alterações propostas pela CONTRATANTE, conforme definido no item 2.12 da Cláusula Segunda;

a.5) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

a.6) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;

a.7) dissolução da sociedade;

a.8) decretação de falência;

a.9) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do CONTRATO;

a.10) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o CONTRATO.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

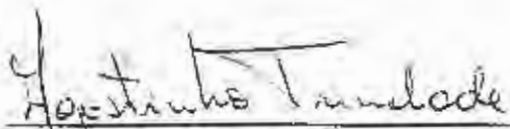
Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Cidade de Belém/PA para dirimir quaisquer questões deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém/PA., de de 2001

PELA CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:


AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE
DIRETOR REGIONAL




PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____



ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0081
31628
Doc:

VALOR POR TRECHO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ
GERENCIA DE OPERAÇÕES

LINHA AÉREA: BELEM/ALTAMIRA/SANTARÉM/ALTAMIRA/BELEM

EQUIPAMENTO: AERONAVE COM CAPACIDADE PARA 1.500 Kg

Preço Operação **8.408,40**

FREQÜÊNCIA SEGUNDA A SEXTA FEIRA, EXCETO QUANDO FERIADO.

TRECHO	HORÁRIOS		CAPACIDADE CONTRATADA	DISTÂNCIA (Km)	(Ti x Di)	VALOR DO TRECHO
	CHEGADA	PARTIDA				
Belém		06:30	1500			
Altamira	07:45	08:45	1200	480	720.000,00	4.732,68
Santarém	08:50	16:30	200	300	360.000,00	2.366,34
Altamira	18:35	19:00	290	300	60.000,00	394,39
Belém	20:15			480	139.200,00	914,99
					1.279.200,00	8.408,40

1 - Em Belém a entrega e coleta da carga será realizada no Aeroporto Internacional de Val-de-Cães.

2 - Em Belém, a carga será entregue no hangar da contratada às 5:30 h e recebida das 20:15 h até às 21:00 h.

3 - Em caso de impedimento de pouso em algum aeroporto, a aeronave deve seguir para o aeroporto da cidade do trecho seguinte.

Observação: O horário constante do quadro acima refere-se a horário local.



Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 119
Sala B 101 - Fone: 244-5884 Fax: 254-6543
Centro - Santa Izabel - Pará

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
Série - ÚNICA

2.ª Via № 185

CNPJ/MF: 02.760.363/0001-50

Insc. Estadual: 15.202.796-6

Insc. Municipal: 30.060

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Ao(s) Sr(s) **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT**

Endereco AV. PRESIDENTE VARGAS

Nº 99

Na Cidade de BELEM

Estado do PA

Insc. no CNPJ: 34.028.360/0016-51

Insc. Est.: 15-063-283-5

Insc. Municipal:

Natureza da Operação: Prestação de serviços) 599

Em 30 de JUNHO

de 20 01

Condições de Pagamento: **À VISTA**

[illegible]

Obs.: Não tem valor como recibo.

Valor dos Serviços R\$ 168.168,00

5 % THEMADRO DARGI B-2408-40

Total desta Nota R\$ 168.168,00

Impressão: Indústria Gráfica Ltda. Travessa Djalmá Dutra, 887 - Belém - Pará. CNPJ 01.407.073/0001-55 - Inscrição Estadual 15.189-477-9
Tls. de Nota Fiscal 50x4 vias. Série ÚNICA de 001 a 500. Em 07/08/2000. Válida até 07/08/2002, de acordo com o Decreto Nº
92/97 de 20/02/1997 da Prefeitura Municipal de Santa Izabel - Pará

Recebi(emos) de FOX TAXI AÉREO LTDA.

serviços constantes da presente NOTA FISCAL - Série ÚNICA
no valor de R\$

Em. _____ de _____ de 20____

Assinatura _____

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0083
3628
Doc:

FOX TAXI AÉREO LTDA.



FOX TAXI AÉREO LTDA.

PLANILHA DE VÔOS ECT / STM 06/01

DATA	ANV	KM	TRECHO	VALOR DO VÔO	TOTAL VENDAS
01/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	8.408,40
04/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	16.816,80
05/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	25.225,20
06/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	33.633,60
07/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	42.042,00
08/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	50.450,40
11/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	58.858,80
12/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	67.267,20
13/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	75.675,60
15/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	84.084,00
18/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	92.492,40
19/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	100.900,80
20/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	109.309,20
21/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	117.717,60
22/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	126.126,00
25/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	134.534,40
26/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	142.942,80
27/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	151.351,20
28/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	159.759,60
29/06/01	PT-WTL	1.580	BEL/ATM/STRM/ATM/STRM	8.408,40	168.168,00

FOX TAXI AÉREO LTDA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
0084
Fls: 3028
Doc:



HORÁRIOS

JUNHO

CONTROLE FOX

DATA	BELEM	ALTAMIRA		SANTAREM		ALTAMIRA		BELEM
	DEP	ARR	DEP	ARR	DEP	ARR	DEP	ARR
01/06/01	06:12	07:42	07:54	09:06	17:00	18:16	18:28	20:10
02/06/01								
03/06/01								
04/06/01	06:25	07:53	08:28	09:27	17:08	18:12	18:23	20:00
05/06/01	06:16	07:50	07:57	08:57	17:18	18:22	18:25	19:56
06/06/01	06:15	07:46	07:55	08:55	16:54	18:06	18:08	19:40
07/06/01	06:15	07:43	07:53	08:52	16:55			19:43
08/06/01	06:20	07:51	08:02	09:00	16:51	17:55	18:23	20:05
09/06/01								
10/06/01								
11/06/01	06:25	07:53	08:00	09:05	16:58	17:59	18:24	20:03
12/06/01	06:15	07:41	07:58	09:03	17:10	18:12	18:15	19:46
13/06/01	06:15	07:44	07:50	08:50	16:51	18:03	18:28	20:00
14/06/01								
15/06/01	06:20	07:45	07:51	08:55	16:55	18:05	18:30	20:05
16/06/01								
17/06/01								
18/06/01	06:25	08:30	08:42	09:40	16:56	18:12	18:22	20:00
19/06/01	06:20	07:48	07:58	08:55	17:00	18:12	18:16	19:46
20/06/01	06:05	07:34	07:50	08:47	17:00	18:04	18:07	19:45
21/06/01	06:10	07:40	07:44	08:42	16:56	17:57	18:00	19:31
22/06/01	06:25	08:30	08:45	09:45	11:40			14:00
23/06/01								
24/06/01								
25/06/01	06:15	07:55	08:09	09:15	16:57	18:08	18:12	19:50
26/06/01	06:15	07:37	07:51	08:52	17:02	18:07	18:12	19:46
27/06/01	06:15	07:45	07:57	08:58	16:58	18:02	18:07	19:39
28/06/01	06:15	07:47	07:57	08:56	16:50	17:58	18:02	19:37
29/06/01	07:42	07:42	07:55	08:56	16:57	18:02	18:06	19:41
30/06/01								

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. 0085
3628
Doc:



JUNHO

ALTAMIRA

CONTROLE FOX

Localidade	Embarque (KG) / ATM							Desembarque (KG)						
	Data	Sedex	Malote	LC	AO	Outros	Total	Sedex	Malote	LC	AO	Outros	Primes	Total
Altamira	01/06/01	293	92	120		23	528	33	49	9			360	451
Altamira	02/06/01						-							-
Altamira	03/06/01						-							-
Altamira	04/06/01	460	60	88			608	62	31	13				106
Altamira	05/06/01	223	71	105		82	481	38	47	12				97
Altamira	06/06/01	227	62	84		16	389	78	52	12				142
Altamira	07/06/01	172	42	51			265	36	21	10				67
Altamira	08/06/01	192	99	56		83	430	47	38	12			278	375
Altamira	09/06/01						-							-
Altamira	10/06/01						-							-
Altamira	11/06/01	441		175			616	56	49	14			70	189
Altamira	12/06/01	162	26	47			234	37	60	7				104
Altamira	13/06/01	196	124	14			334	43	54	13			240	350
Altamira	14/06/01						-							-
Altamira	15/06/01	437	53	107			597	56	33	15			150	253
Altamira	16/06/01						-							-
Altamira	17/06/01						-							-
Altamira	18/06/01	213	53	293			559	38	44	10			129	221
Altamira	19/06/01	158	45,5	138		25	365	45	37	12				94
Altamira	20/06/01	231	66,5	76			374	35	37	7				79
Altamira	21/06/01	124	49	47			220	39	35	10				84
Altamira	22/06/01	172	65	62			299	23	46	17				86
Altamira	23/06/01						-	57	46	12				115
Altamira	24/06/01						-							-
Altamira	25/06/01	803	83	191			877	57	46	12				115
Altamira	26/06/01	119	52	96			267	54	38	12				104
Altamira	27/06/01	162	44	59			265	71	27	12				110
Altamira	28/06/01	460	58	53		74	645	46	37	12				94
Altamira	29/06/01	195	80	107			382	52	76	9				137
Altamira	30/06/01						-							-
TOTAL		5.240	1.224	1.967		303	8.734	1.001	903	242			1.227	3.373

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
0086
Fls:
3628
Doc:

FOX TAXI AÉREO LTDA.

CNPJ. 02.760.363/0001-50

Av. Senador Lemos, 4700 Aeroporto Júlio-Cezar
Tel: (xx91) 244-5884 Belém-Pará Sacramento



Nº 347

Recibo

R\$

168.168,00

Recebimos do (a) Sr. a) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.

a importância de R\$ 168.168,00 (CENTO E SESSANTA E OITO MIL CENTO E SÓCEN

TA E OITO REAIS)-XX-

referente a SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS, CONFORME NF. 185.

OBS: FAVOR EFETUAR DEPOSITO EM NOSSA C/C-
BANCO: REAL

AG: BATISTA CAMPOS Nº AG. 0214

C/C: 9731026-5

Belém - Pará 30 de JUNHO de 01

FOX TAXI AÉREO LTDA

Assinatura

RQS nº 03/2005 - CN-	
CPMI	CORREIOS
0088	
Fls:	
3628	
Doc:	



ANEXO 03

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

Táxi Aéreo Itaituba - 3 B

***(Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)***

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0089
3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FORNECEDORES NACIONAIS - TAXI AÉREO ITAITUBA LTDA

CGC:

INSCRIÇÃO ESTADUAL

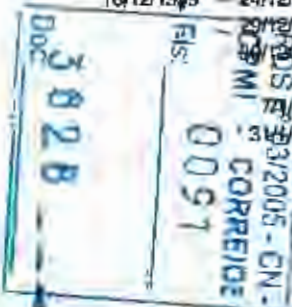
Gonfa Correios: 7367309; Agência 16861, Banco 001

DATA EMIÇÃO	PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO
ano					
jan/dez/96	jan/dez/96	00000000	40.500,00		40.500,00
	24/1/1997	422	162.841,11		162.841,11
9/1/1997	30/1/1997	425	1.759,25		1.759,25
2/1/1997	31/1/1997	426/424	2.610,50		2.610,50
	3/2/1997	423	4.500,00		4.500,00
13/2/1997	4/3/1997	431	1.759,25		1.759,25
4/2/1997	4/3/1997	430	1.759,25		1.759,25
	4/3/1997	428/429	149.467,55		149.467,55
	18/3/1997	432	140.418,11		140.418,11
3/3/1997	31/3/1997	433	1.759,25		1.759,25
16/3/1997	2/4/1997	434	1.759,25		1.759,25
1/4/1997	17/4/1997	437	1.759,25		1.759,25
8/4/1997	25/4/1997	438	1.759,25		1.759,25
	25/4/1997	436	246.401,17		246.401,17
	19/5/1997	422	202.338,56		202.338,56
12/5/1997	28/5/1997	443/444	3.518,50		3.518,50
8/7/1997	18/6/1997	445	169.395,78		169.395,78
2/6/1997	2/7/1997	446/447	3.518,50		3.518,50
	16/7/1997	448/449	175.644,63		175.644,63
23/6/1997	24/7/1997	450/455/454	5.277,75		5.277,75
4/8/1997	18/8/1997	460/461	3.518,50		3.518,50
1/9/1997	25/9/1997	471/472	3.518,50		3.518,50
1/10/1997	23/10/1997	477/478	3.518,50		3.518,50
3/11/1997	1/12/1997	493/494	3.518,50		3.518,50
1/12/1997	22/12/1997	12	1.759,25		1.759,25
10/12/1997	26/12/1997	13	1.759,25		1.759,25
12/1/1998	1/2/1998	23/24	3.518,50		3.518,50
1/2/1998	1/2/1998	29	9.407,97		9.407,97
9/2/1998	2/3/1998	33/32	3.518,50		3.518,50
	3/3/1998	relatório vz	3.518,50		3.518,50
	3/3/1998	relatório vz	3.518,50		3.518,50



2/3/1998	18/3/1997	53	1 759,25	1 759,25	CV-177/95
4/3/1998	18/3/1998	52	75 890,50	75 890,50	AF-83/98
4/3/1998	18/3/1998	51	8 344,79	8 344,79	AF-83/98
9/3/1998	24/3/1998	54	1 759,25	1 759,25	CV-177/95
2/4/1998	27/4/1998	64	11 623,07	11 623,07	CV-131/97
2/4/1998	28/4/1998	73/72	3 518,50	3 518,50	CV-177/95
	15/5/1998	68	49 924,83	49 924,83	
4/5/1998	18/5/1998	87	11 934,17	11 934,17	CV-131/97
4/5/1998	23/6/1998	104/102	3 518,50	3 518,50	CV-177/95
2/5/1998	30/6/1998	121/122	4 043,50	4 043,50	CV-177/95
	6/7/1998	129	900,00	900,00	
3/7/1998	20/7/1998	141	11 949,98	11 949,98	CV-131/97
3/6/1998	24/7/1998	101	9 301,55	9 301,55	CV-131/97
9/7/1998	27/7/1998	143/144	3 518,50	3 518,50	CV-177/95
16/7/1998	20/8/1998	154	4 020,67	4 020,67	CV-131/97
13/8/1998	28/8/1998	176/178/180	4 043,50	4 043,50	CV-177/95
	3/9/1998	197	6 000,00	6 000,00	
	8/10/1998	220	2 600,00	2 600,00	
1/9/1998	9/10/1998	219/218	3 518,50	3 518,50	CV-177/95
1/10/1998	30/10/1998	234/235	4 043,50	4 043,50	CV-177/95
10/11/1998	10/12/1998	252/251	3 518,50	3 518,50	CV-177/95
2/12/1998	13/11/1999	269/270	4 218,50	4 218,50	CV-177/95
	26/11/1999	292	2 600,00	2 600,00	
	11/12/1999	285/285/288	4 568,50	4 568,50	
	12/2/1999	295	12 750,00	12 750,00	
	11/3/1999	306	12 750,00	12 750,00	
	26/3/1999	diversas	7 562,00	7 562,00	
	5/4/1999	318	1 050,00	1 050,00	
	6/4/1999	309	12 750,00	12 750,00	
	14/4/1999	308	3 150,00	3 150,00	
	14/4/1999	328	3 364,58	3 364,58	
	23/4/1999	333/332	4 000,00	4 000,00	
	1/7/1999	diversas	10 000,00	10 000,00	
	29/7/1999	362/364	5 000,00	5 000,00	
	31/8/1999	375/374	5 000,00	5 000,00	
	24/8/1999	389/387	5 000,00	5 000,00	
	10/11/1999	399/400	5 000,00	5 000,00	
	23/11/1999	406	5 350,00	5 350,00	
	2/12/1999	411/413	5 000,00	5 000,00	
16/12/1999	24/12/1999	429	1 650,00	1 650,00	
	29/12/1999	429	3 200,00	3 200,00	
	31/12/1999	422/421	6 200,00	6 200,00	
	7/1/2000	432	6 000,00	6 000,00	
	31/1/2000	434/435	7 250,00	7 250,00	
			165,00	165,00	
			165,00	165,00	
			173,24	173,24	
			176,55	176,55	
			165,00	165,00	
			105,60	105,60	
			204,60	204,60	
			198,00	198,00	
			239,25	239,25	
			4 835,00	4 835,00	
			4 835,00	4 835,00	
			4 826,76	4 826,76	
			5 173,45	5 173,45	
			4 835,00	4 835,00	
			1 650,00	1 650,00	
			3 094,40	3 094,40	
			5 995,40	5 995,40	
			5 802,00	5 802,00	
			7 010,75	7 010,75	

DL-326/99



24/2/2000	446/445	5.000,00	165,00	4.835,00
24/3/2000	467	8.400,00		8.400,00
27/3/2000	472/471	5.000,00	165,00	4.835,00
28/3/2000	451	2.000,00	66,00	1.934,00
13/4/2000	484	5.800,00		5.800,00
27/4/2000	501/502	5.000,00	165,00	4.835,00
30/5/2000	515/516	5.000,00	900,89	4.099,11
2/6/2000	520/521/529	8.400,00	291,06	8.108,94
11/7/2000	540/541	8.000,00		8.000,00
14/7/2000	543/544/545	13.513,34	463,77	13.049,57
31/7/2000	565/566	5.000,00	370,12	4.629,88
1/8/2000	567/568	5.000,00	165,00	4.835,00
31/8/2000	614/615	5.000,00	165,00	4.835,00
30/10/2000	640/634	1.600,00	52,80	1.547,20
10/11/2000	639	2.500,00	86,62	2.413,38
15/12/2000	663	6.300,00		6.300,00

12/1/2001	13/2/2001	704	800,00	800,00	Transporte sem cobertura contratual
21/5/2001	4/7/2001	783	3.800,00	3.800,00	Transporte sem cobertura contratual
18/6/2001	4/7/2001	797	2.000,00	2.000,00	DL-095/2001
3/7/2001	19/7/2001	801	5.709,40	5.709,40	Transporte sem cobertura contratual
	5/10/2001	812	2.359,40	2.359,40	
6/8/2001		805	5.182,30		Transporte sem cobertura contratual

Convite 177/95 - Transporte de numerário e carga acompanhada de funcionários da ECT

Contrato 027/1998 - Transporte de numerário e carga acompanhada de funcionários da ECT

Quais as Localidades?

Valor R\$ 300,00 por hora voo. Vigência 03/01/96 a 02/01/97, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de cinco anos.

Primeiro Termo Aditivo 425/96, de 30/12/96, que prorroga o prazo para mais um ano, de 03/01/97 a 02/01/98 e altera o preço da hora voo para 340,50.

Segundo Termo Aditivo 94/97 ao contrato 027/96, que prorroga a vigência para mais 12 meses, de 03/01/98 a 02/01/99.

Convite 131/97: Contrato 119/97 de 29/12/97; Objeto Serviço de transportes aéreo de cargas.

Valor estimado R\$28.050,00 no bimestre.

Vigência dois meses a contar de 01/12/97.

Empresas concorrentes: Líder 2.10, TA Italluba, Aéreo Val 1.95.

Contrato 119/97, de 29/12/97

DL-095/2001 - Transporte aéreo Santarém / Alenque / Santarém, para transporte de funcionários da ECT

Valor R\$2.000,00

DL-326/99 - Locação de aeronave para transporte de autoridades quando da inauguração da AC/Oromina.

Nota Fiscal 801, 805, 783 e 783, paga sem cobertura contratual, referente a transporte de carga e de pessoal, que contém os dados RSCB/09-09, 0465, 0555/2001, justifica necessidade do transporte e encaminharam as Notas Fiscais para pagamento.





RECEITA	ISS	SESI	ICMS	VALOR	CPM	INSS
FUNDO	ENSS	SENAJ	LICENCIADO	LICENCIADO	ALICADO	RECEITA
1.000	0,00	1.000	0,00	1.295.000,41	0,00	1.000
1.000	0,00	1.000	0,00			
1.000	0,00	1.000	0,00	1.295.000,41	0,00	1.000
1.000	0,00	1.000	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 0095
 Fls: _____
 3628
 Doc: _____



GRAFOS

RECEITA	IMP	DEBITO	IMPO	PAID	PM	INSS
LIMITE	1955	51451	LOKRECE	LICEL	RETEIO	RETEIO

8861 DONA-700007367307

0,00	0,00	0,00	0,00	1.316,50	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1.316,50	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	1.751,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	11.825,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	3.516,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	91.924,00	
0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	11.034,10	
0,00	0,00	0,00	0,00		

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0096

Doc: 3628

[illegible]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Els: 0097
3628 -
Doc:



GRANOS

QUANTIDADE	UNID.	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
QUANT.	UNID.	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CM -
CPM - CORREIOS

Fis: 0098

3628

Doc:

ANEXO



LAUDO #	ISS INSS	SEU GERAL	ICMS CORREÇÃO	VALOR LÍQUIDO	CPM ALÍQUO	INSS COTADO
001	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	10.000,00		0,00
002	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	2.000,00		0,00
003	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.000,00		160,00
004	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.000,00		160,00
005	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.000,00		160,00
006	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	3.175,40		127,02
007	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.000,00		160,00
008	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	1.000,00		0,00
009	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	3.000,00		120,00
010	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	2.995,40		119,82
011	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	119.000,00	0,00	119,00
012	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	119.000,00	0,00	0,00

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
Fls: 0100

3628



ਅੰਕ 1116	255	1115	2550	6750	1565
1197	1385	51261	5085550	1180000	811100

710061 GUNFA--200007367304

Year	Q1	Q2	Q3	Q4	Total	Average
2010	1.2	1.5	1.8	2.1	6.6	1.65
2011	1.5	1.8	2.1	2.4	7.8	1.95
2012	1.8	2.1	2.4	2.7	9.0	2.25
2013	2.1	2.4	2.7	3.0	10.2	2.55
2014	2.4	2.7	3.0	3.3	11.4	2.85
2015	2.7	3.0	3.3	3.6	12.6	3.15
2016	3.0	3.3	3.6	3.9	13.8	3.45
2017	3.3	3.6	3.9	4.2	15.0	3.75
2018	3.6	3.9	4.2	4.5	16.2	4.05
2019	3.9	4.2	4.5	4.8	17.4	4.35
2020	4.2	4.5	4.8	5.1	18.6	4.65
2021	4.5	4.8	5.1	5.4	19.8	4.95
2022	4.8	5.1	5.4	5.7	21.0	5.25
2023	5.1	5.4	5.7	6.0	22.2	5.55
2024	5.4	5.7	6.0	6.3	23.4	5.85
2025	5.7	6.0	6.3	6.6	24.6	6.15
2026	6.0	6.3	6.6	6.9	25.8	6.45
2027	6.3	6.6	6.9	7.2	27.0	6.75
2028	6.6	6.9	7.2	7.5	28.2	7.05
2029	6.9	7.2	7.5	7.8	29.4	7.35
2030	7.2	7.5	7.8	8.1	30.6	7.65

RQS nº 03/2005 - CN-
CPM - CORREIOS
Fls: 0101
3628
Doc:

[illegible]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIO
Fls: 0102
3628 - 21
Doc:

10/01/06

PRG_KB02.150: 1



Descrição	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
0103
Fls: 3628
Doc:

Recebemos de TAXI AEREO ITAITUBA LTDA, os serviços constantes desta Nota Fiscal de Serviço de Transporte Série "B".



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
GER/REGIÃO OPERACIONAL/08 - SANTARÉM/PA

[illegible]

WMS WILSONS LTD
CASH FLOW
10/10 010
3628

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: REGIÃO OPERACIONAL - 08 SANTARÉM

Ao: SUTRA/GEOPE/DR/PA

CI: REOP-PA/08 -0555/2001

Ref.:

ASSUNTO: Nota Fiscal TAIL



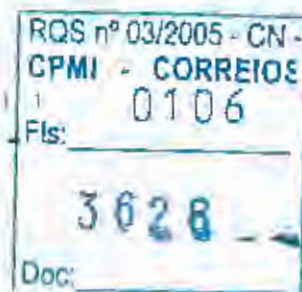
Santarém(PA), 08 de agosto de 2001

Anexo, enviamos a V.Sª a Nota Fiscal de Serviço de Transporte Nº 0805, Valor de R\$ 5.192,30(cinco mil, cento e noventa e dois reais e trinta centavos), da empresa TAIL, para fins de pagamento por serviços prestado no transporte de malas postais no trecho Santarém/Itaituba no período de 01 a 31/07/01. Segue também planilha das quantidades transportadas por dia bem como as respectivas ND'S.

Atenciosamente,

EDILSON CAMPOS RÉGO
GER/REGIÃO OPERACIONAL/08/STMPA

ECR/aesm





TAXI AEREO ITAITUBA LTDA

Av. Mendonça Furtado, 3028 - Santarém - PA
Fone: (0xx91) 522-3539 - Fax: (0xx91) 522-4646
CNPJ: 08.005.430 - SANTARÉM - PA

SANTARÉM - PA - BRASIL
CNPJ: 08.005.430-74
INSC. EST: 15.104.092-5
Natureza da Prestação: 1.1
Código: 1.1

Usuário: EMPRESA DIMSILTEIRA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
Endereço: AV. PRESIDENTE VARGAS, 1981 - BELÉM - PA
Insc. Est.: 15.063.283-5 CNPJ(MF): 34.028.316/0018-51

Percurso: SANTARÉM - ITAITUBA Data da Emissão: 03/07/2001

Item	Discriminação dos Serviços	Frato R\$	Outros Valores	Valor da Prestação
	CARGA TRANSPORTADA NO TRECHO SANTARÉM ITAITUBA NO PERÍODO ENTRE 01 de junho a 29 de junho. 365 volumes com 5.709,40kgp. valor 1,00 por quilo			5.709,40
	Depositar B. Brasil Santarém Ag. 0180-9 C/C 10.730-1 Tail			
	18/07/01			
	Selo Fiscal AC 20161901-4			
Observações		TOTAIS		5.709,40

BASE DO CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO ICMS	TOTAL DA PRESTAÇÃO
	17%	970,59	5.709,40

Nº Voo _____ Modelo _____
Prefixo _____

RESERVADO AO FISCO

GRÁFICA E EDITORA TAPAJÓS LTDA - Ave. Mendonça Furtado, 3028 - Fone: 523-5381 /
Fone/Fax: 523-7328 - Santarém - Pará - CNPJ 03.553.923/0001-69 - Insc. Est.
15.208.569-6 - 05 Bica (50x5) NFST/7 "Série B" de 751 a 1.000. Autorizada em
18/12/2000 SEFA/4*RF/2000 FAIDF 1022 AIDF 092520-9 - Válido até 18/12/2002 - e
Selo Fiscal série "AC" de 20.161.351 a 20.161.600. Conforme Decreto nº 1250/96.

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fis: 0107
5628

Recebemos de TAXI AEREO ITAITUBA LTDA, os serviços constantes desta Nota Fiscal de Serviço de Transporte Série "B"



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ
DE: GER/REGIÃO/OPERACIONAL/08 - SANTARÉM/PA

DEMONSTRATIVO MENSAL DA CARGA TRANSPORTADA				MES JUNHO/2001	
PERCURSO		PERCURSO			
SANTAREM/TAITUBA		1.00			
DATA	QTD	PESO	PREÇO		
10/06/01	33	253.7	253.7	✓	
04/06/01	17	125.1	125.1	✓	
04/06/01	14	97.3	97.3	✓	
05/06/01	2	10.0	10	✓	
06/06/01	15	170.3	170.3	✓	
06/06/01	30	261.0	261	✓	
07/06/01	21	200.1	200.1	✓	
08/06/01	26	223.3	223.3	✓	
11/06/01	8	109.6	109.6	✓	
11/06/01	30	335.5	335.5	✓	
11/06/01	9	55.6	55.6	✓	
11/06/01	1	11.3	11.3	✓	
12/06/01	19	170.6	170.6	✓	
13/06/01	19	229.1	229.6	✓	
15/06/01	30	297.6	297.6	✓	
15/06/01	12	151.2	151.2	✓	
18/06/01	24	282.4	282.4	✓	
19/06/01	15	182.0	182	✓	
19/06/01	5	121.0	121	✓	
20/06/01	27	312.8	312.8	✓	
21/06/01	22	254.7	254.7	✓	
22/06/01	19	214.1	214.1	✓	
25/06/01	12	105.6	105.6	✓	
25/06/01	30	316.4	316.4	✓	
25/06/01	27	160.3	160.3	✓	
26/06/01	17	207.9	207.9	✓	
27/06/01	22	257.9	257.9	✓	
28/06/01	30	243.3	243.3	✓	
28/06/01	5	61.1	61.1	✓	
29/06/01	24	288.1	288.1	✓	
	565	5709.4	5709.4		

Santarém/PA, 02 de julho de 2001

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0108
Fis: 3028
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: REGIÃO OPERACIONAL - 08 SANTARÉM/PA

Ao: SUTRA/GEOPE/DR/PA

CI: REOP-PA/08 - 0465/2001

Ref.:



PROTOCOLO



FAX Nº (091) 523-1177

ASSUNTO: Nota Fiscal de Serviço nº 0801 TAIL

Santarém/PA, 04 de julho de 2001.

Informamos a V. Sª, que no mês de junho/2001, a Cia Penta deixou de transportar a carga Postal urgente no trecho: Santarém/Itaituba, devido estarem operando naquele trecho com aeronave de pequeno porte, e não dava para escoar a nossa carga na sua totalidade.

Procuramos outras Cias aérea para transportar a Carga Postal urgente no referido trecho; Pois a única com disponibilidade para transportar a nossa carga em sua totalidade foi a TAIL (Taxi Aéreo Itaituba LTDA) pelo valor de R\$- 1,00 (um real) por kilo.

Pedimos autorização para o GEOPE/PA, e o mesmo autorizou transportar a Carga Postal pela TAIL, tendo em vista a única alternativa para transportar a carga dentro do prazo com D+1 de Belém/Itaituba.

A referida carga para aquela unidade está sendo feito o transbordo em Santarém no aeroporto às 08:20 hs, com chegada em Itaituba às 09:10 hs, e a carga é tratada na unidade em sua totalidade no mesmo dia. Quanto que na Cia Penta a nossa carga seguiria pela parte da tarde às 16:00 e não levava toda a carga ficando o resto para o dia seguinte para seguir no voo das 08:00 hs e o preço cobrado por kilo é maior que o da TAIL.

Em anexo, estamos encaminhando a essa gerência a nota fiscal de serviço nº 0801 no valor de R\$- 5.709,40, (Cinco Mil setecentos e nove reais e quarenta centavos), referente ao pagamento de transporte de 565 volumes com 5709.4 kilos no trecho: Santarém/Itaituba no mês de junho/2001, Banco para depósito Banco do Brasil Santarém/PA, agência 0130-9, Conta Corrente 10.730-1 TAIL.

Atenciosamente,

EDILSON CAMPOS RÉGO
GER / REOP-08/STM-PA





TAXI AEREO ITAITUBA LTDA.

Trv. Turiano Meira, 42 - Centro
Fone: (0xx91) 522-3539 - Fax: (0xx91) 522-4646
CEP: 68.005-430 - SANTAREM - PARÁ

NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE
SÉRIE "B" 0783
SANTAREM - PARÁ - BRASIL 3ª VIA
CNPJ: 05.048.517/0001-74
INSC. EST.: 15.104.092-3
Natureza da Prestação:
Código:



Usuário: EMPRESA BRASILEIRA DE CORRIOES E TELEFONES
Endereço: AV. PRES. DEUTER VARGAS, 498 Mun. BELEM UF. PA
Insc. Est.: 15.063.283-5 CNPJ(MF): 34.028.316/0018-51

Percursos: Data da Emissão 21.05.2001

Item	Discriminação dos Serviços	Frete R\$	Outros Valores	Valor da Prestação
01	EM 08-05-2001 FRETAMENTO de 01 AERONAVE MONO-MOTOR PARA TRANSPORTE DE VALÔRES NOS TRECHOS SANTAREM - PAUINHA - SANTAREM			1.000,00
02	EM 11-05-2001 - FRETAMENTO de 01 AERONAVE MONO-MOTOR PARA TRANSPORTE de VALÔRES NOS TRECHOS - SANTAREM - AURIO - SANTAREM			1.000,00
03	EM 16-05-2001 - FRETAMENTO de 01 AERONAVE BI-MOTOR PARA TRANSPORTE de VALÔRES NOS TRECHOS SANTAREM - TUCUA SANTA - SANTAREM			1.800,00
	Selo Fiscal AC 20161383-2			5

Observações: STO → 28.30065-3 TOTAIS 3.800,00

BASE DO CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO ICMS	TOTAL DA PRESTAÇÃO
	17%	646,00	3.800,00

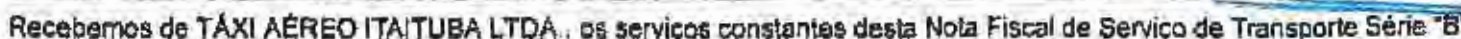
Nº Voo _____ Modelo _____
Prefixo _____

RESERVADO AO FISCO
ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOE
Fis: 0110
VERIC: 04/07/03628

GRÁFICA E EDITORA TAPAJÓS LTDA - Ave. Mendonça Furtado, 3028 - Fone 522-33617
Fone/Fax 523-7328 - Santarém - Pará - CNPJ 03.553.923/0001-69 - Insc. Est. 15.208.888-6 - 05 Bica (50x5) NFST/7 "Série B" de 751 a 1.000, Autorizada em 18/12/2000 SEPA4*RF/2000 PAIDF 1022 AIDF 052520-3 Válida até - 18/12/2002 - e Selos Fiscais série "AC" de 20.161.351 a 20.161.600, Conforme Decreto nº 1250/95

Recebemos de TAXI AEREO ITAITUBA LTDA., os serviços constantes desta Nota Fiscal de Serviço de Transporte Série "B"

24/5/01



 **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

De: REGIÃO OPERACIONAL - 08 SANTARÉM

Ao: GERAD/DR/PA

Cl: REOP-PA/08 - 0069/2001

Ref.:

PROTOCOLO



FAX Nº (091) 323-1177

ASSUNTO: Nota Fiscal N.º 704 Taxi Aéreo Itaituba Ltda.

Santarém/PA, 17 de janeiro de 2001

Em anexo, encaminhamos a V. S^a. Nota Fiscal de Serviço N.º 704 no Valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), da firma Taxi Aéreo Itaituba Ltda (TAIL), relativo aos serviços prestados quando da viagem do REOP-08 Sr. Edilson C. Rêgo e do GETEC Sr. Fernando Augusto a Serviço da Empresa a cidade de Monte Alegre, dia 12/01/2001. Para fins de pagamento.

Ateiosamente,

ERASMO CARLOS S. FERNANDES
GER/REGIÃO/OPERACIONAL/PA/08 - SANTARÉM(EVENTUAL)

ECSF/acsm

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPM	CORREIOS
Fls: <u>112</u>	
3626	
Doc:	

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ

ANEXO II

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE AÉREO



CONTRATANTE: MPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

C.G.C: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - BELÉM/PA.

CEP: 66017-900

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2.662.970 - SEGUP/PA.

CPF: 031.993.392-04

GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO: PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2.385.339 - SSP/PA.

CPF: 475.804.534-87

ASSESSORIA JURÍDICA	
ECT DR/	
☒ Processo	☐ Outros
☐ Expediente	☐ Outros
☐ Outros	☐ Outros
19/11/97	29/12/97

CONTRATADA: TÁXI AÉREO ITAITUBA LTDA

C.G.C: 05.048.517/0001-74

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.104.092-3

ENDEREÇO: TRAV. TURIANO MEIRA, 42 - CENTRO - SANTARÉM-PA

REPRESENTANTE: DELANO RIKER TELES DE MENEZES

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 365.155-SEGUP/PA

CPF: 004.918.292-72

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0113
3628 - 3
Doc: 1/1

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Presente Instrumento tem por objeto a contratação dos serviços de transporte aéreo de cargas.

1.2. O transporte objeto deste contrato será feito em conformidade com as especificações contidas no(s) Anexo(s) I, II e III deste contrato, onde são definidos os trechos e os prazos para a execução do transporte.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Efetuar o transporte da carga colocada a sua disposição dentro dos prazos estabelecidos no anexo III.

2.1.1. Receber e entregar a carga nos locais previamente definidos pela contratante.

2.2. Responder pela carga transportada de acordo com as estipulações do Código Brasileiro de Aeronáutica.

2.3. Permitir a supervisão por parte da CONTRATANTE das condições de armazenagem e tratamento da carga a ela confiada.

2.4. Impor a todos os seus representantes e empregados envolvidos nas operações de transporte a obrigatoriedade de respeitar o sigilo postal.

2.5. Aceitar, durante toda a vigência contratual, os acréscimos ou supressões, por solicitação da CONTRATANTE, nas mesmas condições contratuais, tais como inclusão ou exclusão de trechos, alteração de prazos, ou outras alterações que se fizerem necessárias, limitados, os acréscimos e supressões, à variação estabelecida na legislação vigente.

2.6. Assumir todas as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato.

2.7. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante toda a execução do contrato.

2.8. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, conforme estabelecido na Cláusula Quinta deste contrato.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0114
3628

3.2. Disponibilizar a carga para a CONTRATADA devidamente acondicionada, em rigorosa obediência às características operacionais e à segurança, inerentes ao transporte aéreo.



3.3. Regularizar, na fatura subsequente, qualquer reclamação procedente da CONTRATADA, por motivos de erro de faturamento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

4.1. O preço a ser pago pela CONTRATANTE, para cada trecho executado, na forma deste contrato, será calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$PREÇO = P \times CT$, onde:

P = Preço cobrado pela contratada para o transporte de um quilograma de carga em cada trecho, obtido através de processo licitatório.

CT = Carga efetivamente transportada.

4.2. O faturamento dos serviços prestados será realizado mensalmente, correspondente ao somatório dos pesos efetivamente transportados em cada trecho calculado na forma indicada no item 4.1, através do Resumo de Faturamento emitido pela Gerência de Transportes da CONTRATANTE.

4.3. O preço por quilograma transportado será fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados no décimo-quinto dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, desde que as faturas estejam de acordo com o Resumo de Faturamento apresentado pela CONTRATANTE.

5.2. As faturas devem ser apresentadas na Gerência de Transportes da CONTRATANTE, em duas vias, de acordo com a data de vencimento prevista.

5.3. Caso a Fatura/Nota Fiscal apresente alguma incorreção, a mesma será devolvida à CONTRATADA para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, observado o disposto no subitem 5.3.1.

5.3.1. Fica assegurado à CONTRATANTE o prazo de três dias úteis após o recebimento da Fatura/Nota Fiscal com as correções devidas, para os trâmites normais e necessários à liberação do pagamento.

5.4. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, de acordo com os seguintes dados:

Handwritten signature and stamp area.

RCS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0115
Fls: 3628

BANCO DO BRASIL S/A

AGÊNCIA 0130-9

CONTA CORRENTE 10.730-1



5.4.1. A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do Banco, o número da Agência e o da Conta Corrente.

5.5. Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação do IGP - DI (FGV) no período, ou outro índice que venha substituí-lo.

5.6. A CONTRATANTE não acatará a cobrança através de duplicata ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Em se caracterizando a necessidade de alteração contratual, observado o previsto no item 2.5 da Cláusula Segunda deste contrato, as alterações serão efetuadas através de TERMOS ADITIVOS, os quais, após aceitos e assinados por ambas as partes, passarão a fazer parte integrante do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. As eventuais infrações por parte da CONTRATADA sujeitam-na às seguintes penalidades:

7.1.1. advertência;

7.1.2. multa contratual que será de 20% (vinte por cento) do valor do transporte a cada dia de atraso de entrega da carga no destino, em relação ao previsto.

7.2. Se discordar das penalidades aplicadas que porventura lhe tenham sido aplicadas, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE a revisão das mesmas, desde que o faça devidamente fundamentada e dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

7.3. As multas previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

7.4. O valor das multas aplicadas deverá ser descontado das faturas, por ocasião de seu pagamento.

7.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, quando devidamente comprovados.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0116
3628
OC:



CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a.1) cometimento reiterado de falhas durante o contrato;

a.2) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

a.3) o não atendimento das alterações propostas pela CONTRATANTE, conforme definido no item 2.5. da Cláusula Segunda;

a.4) o não cumprimento das demais cláusulas contratuais;

a.5) dissolução da sociedade;

a.6) decretação de falência;

a.7) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

a.8) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

a.9) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do contrato;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a contratante;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste contrato, correrão por conta da seguinte Classificação Orçamentária:

Atividade: 03.2.06

Conta: 2.06

RQS nº 03/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS
0117
Fis:
3628 - 11
Doc:



CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

presente contrato terá a vigência de dois meses, a contar de 01/12/1977.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA APROVAÇÃO

Este contrato é oriundo do processo do Convite nº 131/97.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e às Leis 6.538/78, 7.565/86 e 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DOS ANEXOS

São anexos deste contrato os seguintes documentos:

Anexo I - relação dos trechos a serem atendidos

Anexo II - relação de carga média mensal a ser transportada

Anexo III - relação dos prazos a serem cumpridos

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Belém, para dirimir quaisquer questões deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém/PA, 01 de dezembro de 1997.

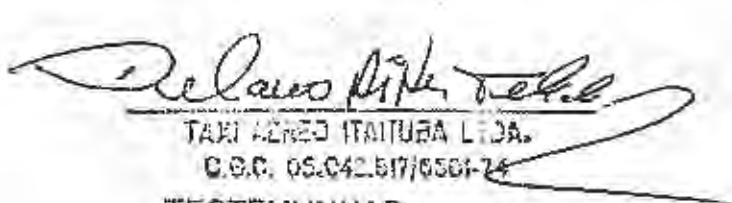
PELA CONTRATANTE:


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

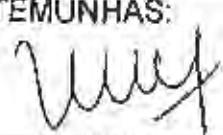

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONTRATAÇÃO,
SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO

TAXI.CV

PELA CONTRATADA:


TAXI AÉREO ITAITUBA LTDA.
C.E.C. 05.042.517/0501-74

TESTEMUNHAS:





ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0118
3828
Doc:



ANEXO I

RELAÇÃO DOS TRECHOS A SEREM ATENDIDOS

ORIGEM	DESTINO
BELÉM	MONTE ALEGRE
BELÉM	ALENQUER
BELÉM	ÓBIDOS
BELÉM	ORIXIMINÁ
BELÉM	P. DE TROMBETAS
BELÉM	JURUTÍ
MONTE ALEGRE	BELÉM
ALENQUER	BELÉM
ÓBIDOS	BELÉM
ORIXIMINÁ	BELÉM
P. DE TROMBETAS	BELÉM
JURUTÍ	BELÉM

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOES
0119
3628
Doc:



ANEXO II

RELAÇÃO DA CARGA MÉDIA MENSAL
A SER TRANSPORTADA

ORIGEM	DESTINO	PESO (Kg)
BELEM	MONTE ALEGRE	1.500
BELEM	ALENQUER	1.350
BELEM	ÓBIDOS	1.300
BELEM	ORIXIMINÁ	1.300
BELEM	P. DE TROMBETAS	1.900
BELEM	JURUTI	900

RDS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0120
628 - 34



ANEXO III

RELAÇÃO DOS PRAZOS

A SEREM CUMPRIDOS

ORIGEM	DESTINO	PRAZO
BELEM	MONTE ALEGRE	D+1
BELEM	ALENQUER	D+1
BELEM	OBIDOS	D+1
BELEM	ORIXIMINA	D+1
BELEM	P. DE TROMBETAS	D+1
BELEM	JURUTI	D+1

Q

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
Fis: 121
3628 - 46
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ



CT/SEGC/GESUP/DR/PA-032/98

Belém/Pa, 12 de janeiro de 1998

Prezado Senhor,

Segue em anexo, para controle dessa empresa, a via do contrato nº 119/97, firmado entre ECT e TÁXI AEREO ITAITUBA LTDA, cujo o objeto é a contratação dos serviços de transporte aéreo de cargas.

Sem mais para o momento, subscreve-nos

Atenciosamente,

P/ PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONTRATAÇÃO
SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO/DR/PA

À
TÁXI AEREO ITAITUBA LTDA
TV. TURIANO MEIRA, 42 - CENTRO
SANTARÉM/PA
A/C: DELANO RIKER TELES DE MENEZES





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0027/96

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

BELEM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ASSESSORIA JURIDICA ECT - D.R./PA		
☐ Contrato	☐ Edital	
☒ Termo Aditivo	☐ Atividade	
☐ Termo de Rescisão		
Nº 94/97	Data 31.12.97	Visto [assinatura]

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA

CPF: 031.992.392-04

GERENTE DE CONT.SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: TÁXI AÉREO ITAITUBA LTDA

CGC: 05.048.517/0001-74

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.104.092-3

ENDEREÇO: TRAV. TURIANO MEIRA, 42

SANTARÉM/PARÁ

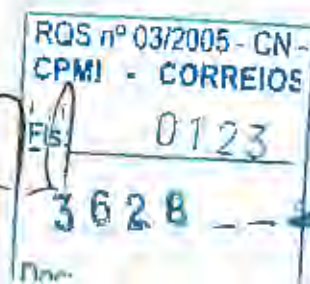
REPRESENTANTE: DELANO RIKER TELES DE MENEZES

IDENTIDADE: 365.155 - SEGUP/PA

CPF: 004.918.292-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO :

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato nº 0027/96.
(Transporte de numerário/carga da ECT).





CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O período de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início em 03/01/98 e término em 02/01/99.

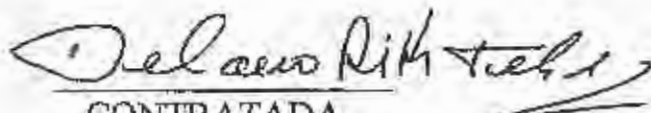
2.2 Caso o contrato seja prorrogado, a repactuação/reajuste dar-se-á de conformidade com a resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE nº 10, de 08.10.96, publicada no D.O do dia 14.10.96.

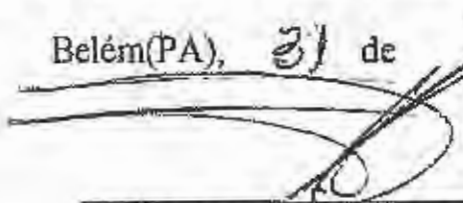
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

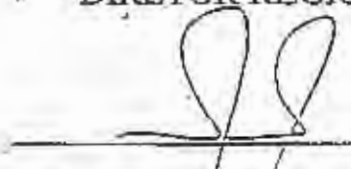
4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 31 de 12 de 1997


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DASILVA
GERENTE DE CONT.SUP.E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS:




RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0124
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0027/96

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - CENTRO-BELÉM/PA

REPRESENTANTES:
DIRETOR REGIONAL: WALDEMER FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524 - SEGUP-PA
CPF: 031.992.392-04

ASSESSORIA JURÍDICA ECT - DR/PA			
☐ Inicial	☐ Edital		
☒ Termo Aditivo	☐ Contrato		
☐ Termo de Rescisão	☐ Voto		
Nº 415	Data 30.12.96		

GERENTE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: TÁXI AÉREO ITAITUBA LTDA
CGC: 05.048.517/0001-74
INSC. ESTADUAL Nº: 15.104.092-3
ENDEREÇO: TRAV. TURLANO MEIRA, 42 - Santarém/PA

REPRESENTANTE: DELANO RIKER TELES DE MENEZES
IDENTIDADE: 365.155-SEGUP/PA
CPF: 004.918.292-72

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o contrato nº 0027/96 (Transporte de numerário/carga da ECT), bem como alterar a cláusula do preço.

ROS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	03/2005
Pisi	3628
Doc:	



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O período de vigência do presente instrumento é de 01 (um) ano, com início em 03/01/97 e término em 02/01/98.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O preço estabelecido abaixo com vigência a partir de 03/01/97, é fixo e irredutível durante a vigência do contrato.

- O preço da hora voo é de R\$ 340,50 (Trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

3.2. Caso o contrato seja prorrogado, a repactuação/reajuste dar-se-á com base nos preços vigentes no mercado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas.

Belém(PA), 30 de 12 de 1996.

CONTRATADA


WALDEMIR PRIBE CAUDOSO
DIRETOR REGIONAL

Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/EST/PA

PAULO A. DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS:  _____







EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

ASSESSORIA JURIDICA
ECT DR/PA

CONTRATO DE PRESTACÃO DE SERVIÇOS

☒ Contrato	☐ Anual
☐ Termo Aditivo	☐ Orçamento
☐ Número de Rescisão	☐ Visto
Nº 027	Data 24.03.96

CONTRATANTE - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: AV PRESIDENTE VARGAS 498 - 3º ANDAR
- BELÉM, PARÁ

REPRESENTANTES :

- DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE Nº 2.662.970 - SEGUP-PA
- CPF Nº 031.993.392-04
- GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE Nº 2.385.339 - SEGUP-PA
- CPF Nº 475.804.534-87

CONTRATADA :

- TAXI AÉREO ITAITUBA LTDA
- CGC Nº 05.028.517/0001-71
- INSC. ESTADUAL Nº 15.104.092-3
- ENDEREÇO: TRAV. TURIANO MEIRA, 42 - SANTARÉM/PA
FAX: 022.4646

REPRESENTANTE:

- NOME: DELANO RIKER TELES DE MENEZES
- IDENTIDADE Nº: 365.155 - SEGUP/PA
- CPF Nº: 004.918.292-72

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0127

3628

Déc:



CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação dos serviços de transporte de numerário/carga da ECT, acompanhada de seus funcionários no percurso constante da ficha técnica do Anexo I do Convite nº 177/95.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 Executar os serviços objeto deste contrato após autorização expressa e prévia, por escrito, de pessoa credenciada pela CONTRATANTE.
- 2.2 Colocar à disposição da CONTRATANTE aeronaves em perfeitas condições de voo, segundo a regulamentação do Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica, e cumpridas todas as formalidades legais referentes à segurança de voo.
- 2.3 Aceitar além da carga e funcionário da ECT, quaisquer produtos, bens e equipamentos, de propriedades da CONTRATANTE, que não ponham em risco a segurança da aeronave.
- 2.4 Só transportar a carga acompanhada de servidor designado pela CONTRATANTE.
- 2.5 Responsabilizar-se pelas despesas aeroportuárias referentes a carga e passageiros, devidos por ocasião de cada embarque a seu serviço.
- 2.6 Efetuar às suas custas todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva efetuados nas aeronaves.
- 2.7 Providenciar a substituição imediata por outra aeronave, idêntica à CONTRATADA, em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, sem ônus adicional para a ECT, caso ocorram defeitos na aeronave CONTRATADA que necessite seu recolhimento para manutenção.
- 2.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1 Designar, por escrito, servidor para acompanhar toda carga a ser transportada.
- 3.2 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 4.1 O preço da hora de voo é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

Fls: 0128

3028

Doc:



- 4.2. O preço será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato, salvo determinação do Poder Executivo em contrário.
- 4.3. Havendo prorrogação, o preço será reajustado a partir do 1º dia do 1º mês de vigência, de acordo com a variação do IGP-M (FGV), verificada entre o mês de apresentação da proposta e o da efetiva reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1. Os pagamentos serão realizados no 15º (décimo quinto) dia após a execução de cada viagem. Caso não haja expediente na ECT, no dia do vencimento, fica este prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior.
- 5.2. Os documentos fiscais correspondentes deverão ser entregues na Sede da Região Operacional-08-Santarém, situada na Av. Curuá-Una s/n - Santarém/PA.
- 5.3. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, observado o disposto no subitem 5.1.
- 5.4. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, devendo a CONTRATADA mencionar no documento fiscal os seguintes dados:

BANCO DO BRASIL S/A

AGÊNCIA: 0130-0

CONTA CORRENTE Nº: 10.730-1

- 5.4.1 A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente.
- 5.4.2 Caso a CONTRATADA não mantenha ou não tenha interesse em abrir conta no Banco do Brasil, a ECT utilizará o mesmo para intermediação de pagamento, debitando o ônus decorrente da transferência do valor em depósito.
- 5.5. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas previstas e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do IGP-M (FGV).
- 5.6. A CONTRATANTE não aceitará a cobrança através de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 6.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

RQS nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS

Fls: 0129

3028

Doc:



6.1.1. unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

- a) houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que limitado ao percentual previsto no subitem 2.8 deste Contrato;

6.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

- a) necessária a modificação do modo de prestação do serviço, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;
- c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

6.2. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE restabelecerá, por editamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLAUSULA SÉTIMA : DAS PENALIDADES

7.1. Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste Contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa contratual;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a ECT por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade

RECEBEMOS 03/2005 - CII- OPMs CORREIOS 0130 3628 Doc:

5
dade que aplicou a penalidade e que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a ECT pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.



- 7.2. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 7.3. As eventuais infrações por parte da CONTRATADA sujeitam-na às seguintes multas:
- a) pelo descumprimento do prazo estipulado para a prestação do serviço: 0,5% (meio por cento) do valor dos serviços, por dia corrido;
 - b) pela não prestação do serviço contratado, caracterizando a falta se a execução não for iniciada na primeira metade do tempo estipulado para a sua realização: 20% (vinte por cento) do valor total dos serviços;
 - c) pelo não cumprimento de qualquer cláusula contratual não abrangida pelas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado.
- 7.4. As multas previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente ficando porém o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato.
- 7.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à Seção de Contas a Receber, da ECT, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, podendo, para isso, a ECT, Jancar mão das garantias constituídas ou descontar das faturas, por ocasião do seu pagamento, se julgar conveniente, bem como recorrer aos meios judiciais.
- 7.6. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA : DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular das Cláusulas contratuais ou prazos;
- b) atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- c) desatendimento das determinações regulares

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0131
3628
Doc: _____

toridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como a de seus superiores;



- d) cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- e) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a expressa anuência da ECT;
- f) dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- g) decretação de falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditivos da execução do Contrato.

8.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

8.1.3. Judicialmente nos termos da legislação.

8.2. Está prevista a rescisão, ainda, para os seguintes casos:

- a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão.
- b) suspensão da execução dos serviços, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratuais imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos,

PROSP-03/2005-CN-CPM CORREIOS
FIS. 0132
3628
Doc.



direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

- c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- 8.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 8.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "i" e "j" do subitem 8.1.1 e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 8.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA NONA : DA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

9.1. A CONTRATADA é responsável:

- a) Por danos e prejuízos causados à ECT e a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- b) pela perda, extravio, avaria ou espoliação da carga que lhe for confiada;
- c) por todos os encargos tributários, legais, comerciais e administrativos, pecuniários ou não, inerentes ao exercício de suas atividades relacionadas com a execução deste Contrato;

9.1.1. no ato do recebimento da carga, malas e malotes, deve ser realizado criterioso exame quanto à sua integridade, dos fechos e dos respectivos selos de segurança, devendo as irregularidades observadas por ambas as partes serem registradas em documento específico, assinado, no ato, pelos respectivos representantes;

9.1.2. as indenizações por perda, extravio ou avaria atribuídas a ECT e previstas na Lei 6.538/78 e nas convenções internacionais serão repassadas à CONTRATADA, se os respectivos fatos geradores forem da sua responsabilidade;

9.1.3. o montante das indenizações a serem pagas pela CONTRATADA será descontado de suas faturas, no ato da liquidação.

Handwritten signature: *SP*

Stamp: ROST 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0133
3628



9.2. A ECT se responsabiliza:

- a) pelo acondicionamento da carga e pelo seu correto fechamento;
- b) pelo fornecimento e aplicação dos selos de segurança nas malas e malotes, bem como nas fechaduras das carrocerias dos veículos, quando o serviço exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA : DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

ATIVIDADE: 03.2.06

CONTA: 2.06

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA : DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano, a contar de 03/01/96 a 02/01/97, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 05 (cinco) anos, mediante carta da ECT, no tempo de sua vigência.

11.1.1. Não havendo prorrogação, a CONTRATADA continuará a execução dos serviços, sem interrupção, até a contratação do seu substituto, período este que não excederá a 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, nas mesmas condições estabelecidas no CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA : DO VALOR GLOBAL.

12.1. Para efeitos legais o valor total do presente Contrato é de R\$ 28.439,64 (vinte e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA : DA LICITAÇÃO E LEGISLAÇÃO

13.1. O presente Contrato é oriundo do Convite no 177/95.

13.2. A legislação aplicável à execução do presente Contrato em especialmente dos casos omissos é a Lei 8.666/93, de 21/06/93, republicada em 06/07/94.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA : DO FORO

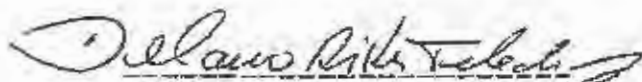
14.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém/PA, para dirimir quaisquer questões deste CONTRATO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

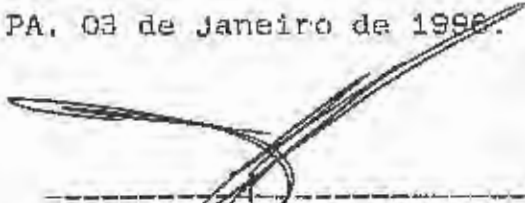
RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
0134
Fls:
3628

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo-assinadas.



Belém, PA, 03 de Janeiro de 1998.


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONTRATAÇÃO,
SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS:



leron_cv4127



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0135
3028
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FICHA TÉCNICA

INAUGURAÇÃO

27/10/95

VIGÊNCIA

NÚMERO

01/01

CÓDIGO

LA-TXA-001

LINHA

ECT x INSS

FREQUÊNCIA

VARIÁVEL *

QUILOMETRAGEM

IDA

VOLTA

TONELAGEM

CUBAGEM

TRANSPORTADORA

TÁXI AÉREO (CONTRATADO)

VEÍCULO

AVIÃO
MONOMOTOR

DURAÇÃO DA VIAGEM

IDA

VOLTA

APROVAÇÃO DA LINHA

ASSINATURA

ITINERÁRIO

IDA

VOLTA

Km

HORÁRIOS

CHEGADA

PARTIDA

DURAÇÃO DA VIAGEM

PARADAS

ECT

TRANSP

TEMPO DE
PERCURSO

Km

HORÁRIOS

CHEGADA

PARTIDA

DURAÇÃO DA VIAGEM

PARADAS

ECT

TRANSP

TEMPO DE
PERCURSO

SANTARÉM

10:00

FARO

11:00

11:10

00:10

1:00

TERRA SANTA

11:18

11:28

00:10

0:08

PRAINHA

12:58

13:08

00:10

1:30

SANTARÉM

13:50

OBSERVAÇÕES

* 03 (três) VIAGENS NA PRIMEIRA QUINZENA DO MÊS
TRANSPORTE DE NUMERÁRIO DO INSS E CARGAS POSTAIS URGENTE.



ANEXO 03

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

Puma Serviços Especializados de Vigilância - 3 C

***(Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)***

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIOS
Fls: 0137
3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAMAS

EMPRESA - Puma Serv. Esp. Vig. Transp. Valores S/C Ltda

CGC:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

Conta Corrente 739092-X; Agência: 30244; Banco: 001.

DATA EMISSION	PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO	OBSERVAÇÃO
7/01/2001	22/01/2001	4153	42.748,60	5.129,84	37.618,76	Ref. Julho/00
8/01/2001	25/01/2001	4189	41.836,03	5.020,32	36.815,71	Ref. agosto/00
11/01/2001	23/11/2000	4230	41.797,24	5.015,67	36.781,57	Ref. setembro/00
01/11/2000	23/11/2000	4267	42.384,16	4.929,28	37.454,88	Ref. outubro/00
4/12/2000	23/12/2000	4311	38.410,91	4.609,31	33.801,60	Ref. novembro/00
9/12/2000	19/12/2000	4350	35.834,40	4.300,12	31.534,28	Ref. Dezembro/00 Pag. Efetuado pela AP106/2001
26/12/2000	21/12/2000	4327	17.726,15		17.726,15	Ref. 12/00 - DL-435/00 Transportes de valores
02/01/2001	02/01/2001	4390	36.032,52	4.023,90	31.708,62	Ref. janeiro/01
26/12/2000	12/01/2001	4328/4366	36.209,20		36.209,20	Ref. Dez/00 a Jan/01 - DL-435/00 - Transp. de valores.
	20/01/2001	4404/4405	15.188,80	151,89	15.036,91	Ref. Fev/01 - DL-435/00 - Transporte de Valores
03/01/2001	23/01/2001	4425	37.721,64	4.734,07	32.987,57	Ref. fevereiro/01
04/01/2001	24/01/2001	4470	31.769,26	4.332,18	31.769,26	Ref. março/01
23/03/2001	25/03/2001	4449	14.754,00	147,54	14.606,46	Ref. Mar/01 DL-435/00 Transporte de valores
05/04/2001	25/04/2001	4516	36.070,38	4.565,79	31.504,59	Ref. abril/01
13/05/2001	13/05/2001	4563	24.008,80	2.881,06	21.127,74	Ref. maio/01
11/07/2001	15/07/2001	4609	18.122,70	2.174,72	15.947,98	Ref. Junho/01
05/08/2001	24/08/2001	4518	8.980,80		8.980,80	Ref. Abr/01-DL 54/01 Transporte de valores
14/08/2001	08/08/2001	4656	1.099,92	221,80	967,93	Ref. Julho/01
25/07/2001	14/09/2001	4627/4626	17.032,40	173,32	17.159,08	Ref. Junho/julho/01 - DL 44/01 Transporte valores
Total			538.027,91			

Concorrência 002/95 - Objeto: Contratação dos serviços de vigilância armada em diversos prédios pertencentes à ECT.

Contrato 379/95, no valor de R\$4,39 por hora/mês, podendo ser reajustados por Termo Aditivo. Valor anual previsto R\$1.117.025,16.

Vigência: 12 meses a contar de 12/07/95, podendo ser renovado por até cinco anos.

O contrato foi ativado até 11/07/2000, conforme Termo Aditivo 068/99, de 09/07/99, data em que o contrato era passível de ser extinguido.

Pagamentos sem cobertura contratual no período de julho/00 a junho/2001, R\$427.836,56.

Pagamentos efetuados referente a contratação por meio de Dispensa de Licitação, R\$1.019.135.

O inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, limita o prazo de duração dos contratos em sessenta meses.



Doc: 3628

Fis: 0138

Ros nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS

MAFOS

(PAG_R006) Page: 1



CREDITO JARRF	ISS INSS	SEST SEMAT	ICMS CORRECAO	VALOR LÍQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
------------------	-------------	---------------	------------------	------------------	----------------	----------------

NCO-->001 AGENCIA-->30244 CONTA-->0000739392X

0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	17.726,13		0,00
0,00 133,52	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.198,71		0,00
0,00 227,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.509,91		3.963,58
0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	36.209,20		0,00
0,00 151,09	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.036,91		0,00
0,00 139,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.817,44		0,00
0,00 237,65	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	19.170,13		4.356,85
0,00 227,44	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.549,30		3.971,16
0,00 133,58	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.223,95		0,00
0,00 147,54	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	14.606,46		0,00
0,00 50,50	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.999,35		0,00
0,00 110,21	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	26.505,24		4.205,08

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 0139
3628

Doc:

27/11/2001 Curitiba

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PAI

DOCUMENTO APROPRIADO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA	NO. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JORNAL MULTA	CAUÇÃO GLOSA/CHES.
24.00113.3 - PUMA SERV. ESP. VIC TRANSP. VALORES SC LIDA.								
02.01.00111/2001	03.2.02.204.14	NF-4327	02-2622R27/02/2001	21/02/2001		17.726,15	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00105/2001	03.2.02.204.04	NF-4390	03-2809R06/03/2001	06/03/2001		13.332,01	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00405/2001	03.2.02.204.04	NF-4390	03-2809R06/03/2001	06/03/2001		22.700,40	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00418/2001	03.2.02.204.14	NF-4328/4366	03-2813R12/03/2001	12/03/2001		56.209,70	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00620/2001	03.2.02.204.14	NF-4404/4405	04-2820R20/04/2001	20/04/2001		15.100,80	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00552/2001	03.2.02.204.04	NF-4425	04-2824R21/04/2001	23/04/2001		13.957,01	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00552/2001	03.2.02.204.04	NF-4425	04-2824R21/04/2001	23/04/2001		23.764,63	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00803/2001	03.2.02.204.04	NF-4470	04-2824R24/04/2001	24/04/2001		22.745,90	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00863/2001	03.2.02.204.04	NF-4470	04-2824R24/04/2001	24/04/2001		13.357,53	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.00965/2001	03.2.02.204.14	NF-4447	05-2802R02/05/2001	02/05/2001		14.754,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01709/2001	03.2.02.204.04	NF-4510	07-2825R25/07/2001	25/07/2001		5.040,85	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01709/2001	03.2.02.204.04	NF-4510	07-2825R25/07/2001	25/07/2001				

BQS nº 03/2005 - CN-
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 0140
 3628
 Doc:



DIFERENÇA	ISS	SEST	ICMS	VALOR	CPMF	IMSS
IRRF	IMSS	SEMAT	CORREÇÃO	LÍQUIDO	RETIDO	RETIDO
0,00	0,00	0,00	0,00	3.327,42		0,00
3,61	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	17.800,12		2.640,97
6,48	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	3.408,88		0,00
9,43	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	12.539,10		1.993,50
6,79	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	8.890,99		0,00
9,81	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	967,93		120,99
1,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	17.159,08		0,00
3,32	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	275.642,47	0,00	21.252,13
9,14	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	275.642,47	0,00	0,00
9,14	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 0141

3028

Doc:

22/11/2001 Quinta

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PAG

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO URCANEIARIA	Nº. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MOTA	CAUCAO GLOSA/CREB.
02.01.01035/2001	03.2.02.209.04	NF-4563	08-2813815/08/2001	13/08/2001		3.361,25	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01035/2001	03.2.02.209.04	NF-4563	08-2813813/08/2001	13/08/2001		20.647,57	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01900/2001	03.2.02.209.04	NF-4609	08-2620015/08/2001	15/08/2001		3.443,31	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01900/2001	03.2.02.209.04	NF-4609	08-2810815/08/2001	13/08/2001		14.679,39	0,00 0,00	0,00 0,00
02.23.00070/2001	03.2.02.209.14	NF-4518	08-2827824/08/2001	24/08/2001		8.980,80	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02143/2001	03.2.02.209.04	NF-4656	09-2806806/09/2001	06/09/2001		1.099,92	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02143/2001	03.2.02.209.14	NF-04627/4626	09-2819814/09/2001	19/09/2001		17.332,40	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL PAGO AO CNEBOR						299.348,74	0,00 0,00	0,00 0,00
						299.348,74	0,00 0,00	0,00 0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0142

336248

Doc:

WAFDV

(PAO_0005) Pág: 2



RENT IRRF	ISS INSS	SEST SENAT	ICMS CORRECAO	VALOR LIMITE	CPMF RETEIDO	INSS RETEIDO
0,00 171,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	16.929,39		0,00
0,00 236,48	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	20.689,17		4.702,35
0,00 43,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	9.313,13		0,00
0,00 174,74	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	32.502,58		4.601,96
0,00 154,63	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.310,33		0,00
0,00 163,32	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.471,24		4.597,70
0,00 167,02	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.772,74		4.662,26
0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.682,14		0,00
0,00 141,77	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	19.731,68		4.225,20
0,00 12,12	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	14.069,92		0,00
0,00 123,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	403.187,44	0,00	50.378,82
0,00 123,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	403.187,44	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0143
3628
Doc:

RATOS

[PAG_0006] Page: 2



REBITO TRRF	ISS INSS	SEST SENAI	LCMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 171,01	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	16.929,59		0,00
0,00 256,48	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	20.689,17		4.702,35
0,00 43,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4.313,13		0,00
0,00 374,79	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	32.502,58		4.601,96
0,00 134,83	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.310,37		0,00
0,00 761,32	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.471,29		4.597,70
0,00 167,02	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.772,74		4.662,26
0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.682,14		0,00
0,00 741,99	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	19.731,68		4.225,20
0,00 192,12	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	14.069,92		0,00
0,00 123,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	403.187,44	0,00	50.378,82
0,00 125,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	403.187,44	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0144
Fls: _____
3628
Doc: _____

22/11/2001 Curitiba

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS

RELACAO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO ORÇAMENTARIA	Nº. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENLID.	DATA PAGAML.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CAUCAO GLOSA/CRED.
02.01.01607/2000	01.2.01.204.05	NF-4153	08-2823822	08/2000	22/08/2000	12.100,60	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01607/2000	03.2.06.204.05	NF-4153	08-2823822	08/2000	22/08/2000	25.848,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01607/2000	01.2.01.204.05	NF-4189	09-2826825	09/2000	25/09/2000	8.354,70	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01607/2000	03.2.06.204.05	NF-4189	09-2826825	09/2000	25/09/2000	37.419,15	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03237/2000	01.2.01.204.05	NF-4230	10-2831830	10/2000	30/10/2000	15.464,98	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03237/2000	03.2.06.204.05	NF-4230	10-2831830	10/2000	30/10/2000	26.332,26	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03552/2000	01.2.01.204.05	NF-4267	11-2824823	11/2000	23/11/2000	26.702,02	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03552/2000	03.2.06.204.05	NF-4267	11-2824823	11/2000	23/11/2000	15.682,14	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03984/2000	01.2.01.204.05	NF-4311	12-2822821	12/2000	21/12/2000	24.198,87	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.03984/2000	03.2.06.204.05	NF-4311	12-2822821	12/2000	21/12/2000	14.212,04	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL PAGU OU CREDITO						457.989,33	0,00 0,00	0,00 0,00
						457.989,33	0,00 0,00	0,00 0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
 GRPM - CORREIOS
 0145
 Fls. _____

3628



F05

DATA	ISS	SEST	CMG	VALOR	CPF	INSS
INSS	INSS	SEMAT	CORRECAO	LICUANDO	RETIPO	RETIPO

CO-->001 AGENCIA-->30244 CONTA-->0000737392X

0,00	0,00	0,00	0,00	15.987,74		0,00
61,49	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	22.421,26		4.801,12
71,97	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	14.135,60		0,00
42,70	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	19.821,80		4.244,93
43,12	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	15.869,57		0,00
60,50	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	22.255,51		4.765,63
72,74	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	15.622,17		0,00
157,80	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	21.908,56		4.691,54
268,67	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	10.374,54		0,00
104,79	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	26.441,17		4.601,96
313,57	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	14.933,16		0,00
150,84	0,00	0,00	0,00			

0,00	0,00	0,00	0,00	20.941,84		4.484,37
254,83	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0146
3628 - 2005	
Doc:	

22/11/2001 Quinta

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TE

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	No. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JORUS MULTA	CANCEL GLOSA/CRED.
28-00113-3 -PUMA SERV. ESP. VIG TRANSP. VALORES SC LIDA. B								
02.01.00189/2000	01.2.01.204.05	NF-3242	02-2820R25/02/2000	25/02/2000		16.149,23	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00189/2000	03.2.06.204.05	NF-3242	02-2820R25/02/2000	25/02/2000		27.441,35	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00306/2000	01.2.01.204.05	NF-3281	03-2830R29/03/2000	29/03/2000		14.278,38	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00306/2000	03.2.06.204.05	NF-3281	03-2830R29/03/2000	29/03/2000		24.311,05	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00748/2000	01.2.01.204.05	NF-4002	05-2803R28/04/2000	28/04/2000		16.029,87	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00748/2000	03.2.06.204.05	NF-4002	05-2803R28/04/2000	28/04/2000		27.294,08	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00684/2000	01.2.01.204.05	NF-4037	05-2829R26/05/2000	26/05/2000		15.779,97	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00684/2000	03.2.06.204.05	NF-4037	05-2829R26/05/2000	26/05/2000		26.868,59	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.01157/2000	01.2.01.204.05	NF-4080	06-2826R23/06/2000	23/06/2000		10.479,33	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.01157/2000	03.2.06.204.05	NF-4080	06-2826R23/06/2000	23/06/2000		31.356,70	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.01433/2000	01.2.01.204.05	NF-4113	07-2826R26/07/2000	26/07/2000		15.084,00	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.01433/2000	03.2.06.204.05	NF-4113	07-2826R26/07/2000	26/07/2000		25.683,04	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
Fls: 0147
3628
Doc:

DEGRADOS

(PAG 0006) Pag: 3



CREDITO IRRF	ISS IMSS	SEST SEMAT	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 262,53	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.406,42		4.583,61
0,00 4.045,77	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	446.795,20	0,00	46.216,28
0,00 4.045,77	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	446.795,20	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0148
3028
Doc:

22/11/2001 Quinta

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	NO. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CAUCAO GLOSA/CREM.
02.01.44291/1999	03.2.06.200.05	NE-3175	12-2824R23/	12/1999	23/12/1999	26.252,76	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL PAGU AO CREDOR						497.767,25	0,00 0,00	0,00 0,00
						497.767,25	0,00 0,00	0,00 0,00

RQS nº 03/2005 - CM -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0149
Doc:	3628

E TELEGRAFOS

(PAG_0006) Pag: 2



AGOS

CREDITO LIMITE	ISS ENSS	SESI SENAT	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDADO	CPMF RETIDO	ENSS RETIDO
0,00 132,69	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.230,81		0,00
0,00 227,56	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.354,91		3.973,21
0,00 135,38	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.402,80		0,00
0,00 230,51	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.796,12		4.024,86
0,00 120,74	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	11.953,85		0,00
0,00 245,15	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	20.245,06		4.024,86
0,00 224,80	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.513,79		3.921,56
0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.190,72		0,00
0,00 161,51	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.987,19		0,00
0,00 275,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	22.423,31		4.861,56
0,00 155,97	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.441,01		0,00
0,00 265,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	21.654,49		4.636,94
0,00 154,18	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.264,10		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0150

3628 - 40

Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	NO. NOTA FISCAL	DOC. PARAB.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	C CLUSAO
01.01.0207/1999	01.1.01.204.05	NF-2994	07-2821821	07/1999	21/07/1999	33.365,45	0,00 0,00	
02.01.01076/1999	03.2.06.204.05	NF-2998	07-2821821	07/1999	21/07/1999	22.755,68	0,00 0,00	
01.01.0207/1999	01.1.01.204.05	NF-2920	08-2821821	08/1999	20/08/1999	13.538,18	0,00 0,00	
01.01.0107/1999	03.2.06.204.05	NF-3826	08-2821821	08/1999	20/08/1999	23.051,48	0,00 0,00	
02.01.0107/1999	01.1.01.204.05	NF-3862	09-2821821	09/1999	20/09/1999	12.074,60	0,00 0,00	
02.01.0107/1999	03.2.06.204.05	NF-3862	09-2821821	09/1999	20/09/1999	24.515,01	0,00 0,00	
01.01.0107/1999	01.1.01.204.05	NF-003096	10-2822821	10/1999	21/10/1999	22.458,86	0,00 0,00	
02.01.0107/1999	03.2.06.204.05	NF-003096	10-2822821	10/1999	21/10/1999	13.190,72	0,00 0,00	
02.01.0209/1999	01.1.01.204.05	NF-3143/3142	11-2823821	11/1999	24/11/1999	16.150,70	0,00 0,00	
01.01.0209/1999	03.2.06.204.05	NF-3143/3142	11-2823821	11/1999	24/11/1999	21.499,87	0,00 0,00	
02.01.0209/1999	01.1.01.204.05	NF-3185	12-2822821	12/1999	21/12/1999	15.596,98	0,00 0,00	
02.01.0209/1999	03.2.06.204.05	NF-3185	12-2822821	12/1999	21/12/1999	26.557,60	0,00 0,00	
02.01.0209/1999	01.1.01.204.05	NF-3175	12-2824821	12/1999	23/12/1999			

RQS nº 03/2005 CN-
CPMI - CORREIOS
0151
Fis: 3628
Doc:

GRAFOS

(PAO_R006) Pag: 1



CREDITO TRRF	ISS INSS	SEST SENAI	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
-----------------	-------------	---------------	------------------	------------------	----------------	----------------

INCO-->001 AGENCIA-->30244 CONTA-->0000739392X

0,00	0,00	0,00	0,00	14.219,69		0,00
143,63	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	24.211,91		0,00
244,56	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	14.212,16		0,00
143,56	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	24.199,07		0,00
244,44	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	5.337,99		0,00
53,92	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	26.037,35		3.921,92
102,62	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	13.579,16		0,00
137,16	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	19.043,94		4.077,82
233,55	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	13.370,72		221,76
137,30	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	19.283,94		3.860,07
233,78	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	13.079,19		0,00
140,19	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	19.464,14		4.167,91
238,71	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOE
0152
Fls: 3628

22/11/2001 Curitiba

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS

RELACAO DE DOCUMENTOS F

DOCUMENTO	CLASSIFICACAO	NO. NOTA	DOC.	DATA	DATA	VALOR BRUTO	JUROS	CAUCAO
AFRONTACAO	ORCAMENTARIA	FISCAL	PAGAM.	VENCIM.	PAGAME.		NOTA	GLISA/CREC.
28.0011.3.3 - PUMA SERV. ESP. VIG TRANSP. VALORES SC LTDA.								
02.01.00044/1999	01.2.01.204.05	80-2573	01-2828027/01/1999	27/01/1999		19.563,32	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00044/1999	03.2.06.204.05	80-2573	01-2828027/01/1999	27/01/1999		29.456,47	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00103/1999	01.2.01.204.05	80-2602	02-2828022/02/1999	22/02/1999		19.355,72	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00103/1999	03.2.06.204.05	80-2602	02-2828022/02/1999	22/02/1999		29.443,51	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00511/1999	01.2.01.204.05	80-2633	03-2831030/03/1999	30/03/1999		5.391,91	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00412/1999	03.2.06.204.05	80-2633	03-2831030/03/1999	30/03/1999		30.261,89	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00531/1999	01.2.01.204.05	80-2663	04-2830023/04/1999	23/04/1999		13.716,32	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00531/1999	03.2.06.204.05	80-2663	04-2830023/04/1999	23/04/1999		23.354,81	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.0028/1999	01.2.01.204.05	80-002927	05-2818016/05/1999	17/05/1999		13.729,78	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.0028/1999	03.2.06.204.05	80-002927	05-2818016/05/1999	17/05/1999		23.377,79	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00902/1999	01.2.01.204.05	80-2963	06-2828025/06/1999	25/06/1999		19.019,33	0,00	0,00
							0,00	0,00
02.01.00902/1999	03.2.06.204.05	80-2963	06-2828025/06/1999	25/06/1999		23.070,76	0,00	0,00
							0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0153

3628

Doc:

RAFOS

{PAQ_0006} Pag: 3



RECEITO IRRF	ISS INSS	SEST SENAI	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 194,75	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	19.280,60		0,00
0,00 112,24	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	11.111,67		0,00
0,00 191,11	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.919,86		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	2.826,74		0,00
0,00 117,15	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13.577,67		0,00
0,00 233,52	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	23.118,74		0,00
0,00 17,01	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	3.663,81		0,00
0,00 133,28	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	32.995,16		0,00
70,18 112,17	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	724.840,70	0,00	0,00
70,18 112,17	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	724.840,70	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0154
Fls: 3026
Doc:

22/11/2005 Quinta

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS

RELACAO DE DOCUMENTOS P

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO ORCAMENTARIA	Nº. NOTA FISCAL	DOC. PAGAR.	DATA VENCIM.	DATA PAGARE.	VALOR DUPLIC	JUROS MULTA	CACAO GLOSA/CRED.
02.01.02016/1998	03.2.06.204.05	NF-2443	09-2823824/09/1998	24/09/1998		20.237,41	0,00 0,00	0,00 262,06
02.01.02243/1998	03.2.06.204.05	NF-2474	10-2823822/10/1998	22/10/1998		11.221,91	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02243/1998	03.2.06.204.05	NF-2474	10-2823822/10/1998	22/10/1998		19.110,97	0,00 0,00	0,00 0,00
02.25.00402/1998	03.2.06.204.06	NF-2443	11-2803830/10/1998	30/10/1998		2.826,74	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02551/1998	03.2.06.204.05	NF-2505	11-2824823/11/1998	23/11/1998		13.714,82	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02551/1998	03.2.06.204.05	NF-2505	11-2824823/11/1998	23/11/1998		23.332,26	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02803/1998	03.2.06.204.05	NF-2539	12-2821818/12/1998	18/12/1998		3.700,82	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02803/1998	03.2.06.204.05	NF-2539	12-2821818/12/1998	28/12/1998		33.328,44	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL PAGOS AO CREDO						756.985,11	0,00 0,00	0,00 4.462,06
						756.985,11	0,00 0,00	0,00 4.462,06

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
171 0155
Fts:
3628
Doc:



SEST SENAT	ICMS CORRECAO	VALOR LÍQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 0,00	0,00 0,00	12.431,42		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	18.058,53		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	26.632,20		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	11.676,25		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	19.881,18		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	33.586,66		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	10.941,79		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	18.630,60		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	2.996,06		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	16.074,52		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	11.850,86		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	21,44		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	11.766,62		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
Fls: 0156
3628
Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	No. NOTA FISCAL	DOC. PAGAR.	DATA VENCIM.	DATA PAGAR.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CANCEL GLOSA/CRED.	CREDITO IBRF	IS TNS
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2253	05-282082	27/05/1998	27/05/1998	12.556,99	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 125,57	0,0 0,0
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2253	05-282082	27/05/1998	27/05/1998	37.597,04	0,00 0,00	0,00 0,00	19.162,54 175,97	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2268	06-283080	10/06/1998	10/06/1998	26.632,10	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2272	06-282982	27/06/1998	27/06/1998	11.794,19	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 117,99	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2292	06-282982	27/06/1998	27/06/1998	20.082,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 200,82	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2306	07-280780	07/07/1998	06/07/1998	33.586,66	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2340	07-282482	24/07/1998	24/07/1998	11.052,31	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 110,52	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2340	07-282482	24/07/1998	24/07/1998	18.818,79	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 188,19	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2343	07-282825	07/07/1998	27/07/1998	2.996,06	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2402	08-281818	08/08/1998	18/08/1998	18.141,45	0,00 0,00	0,00 0,00	1.825,52 181,41	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2402	08-281818	08/08/1998	18/08/1998	11.970,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 119,71	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2425	08-281818	07/09/1998	17/09/1998	3.721,44	0,00 0,00	0,00 3.700,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01002/1998	03.2.06.204.05	NF-2441	08-283582	24/09/1998	24/09/1998	11.885,47	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

EQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS

Fls: 0157

3628

Doc:



SEST SEMAI	ICMS CORRECAO	VALOR LÍQUIDO	EPMF RETIDO	INSS RETIDO
---------------	------------------	------------------	----------------	----------------

GENCIA-->30244 CONTA-->0000739392X

0,00 0,00	0,00 0,00	29.657,43		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	27.936,09		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	29.291,81		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	49.075,27		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	27.936,09		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.671,54		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	26.155,72		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	44.535,43		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	32.040,54		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	44.931,77		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	26.388,51		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	35.574,02		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0158
Fls: _____
3628
Doc: _____

22/11/2001 Data

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO NUMERACAO	CLASSIFICACAO ORCAMENTARIA	NO. NOTA FISCAL	DUC. PAGAN.	DATA VENIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MUTA	CANCEL GLOSA/CRED.	CREDITO IRRF	ISS INSS
28.00113.3 PUMA ULKV. ESP. VIG TRANSP. VALORES SC LTDA. BANCO - 0001										
02.01.00992/1998	03.2.06.200.05	NF-2066	01-2821803/01/1998	06/01/1998		28.657,43	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00993/1998	03.2.06.200.05	NF-2108	02-2804802/02/1998	03/02/1998		27.936,09	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00994/1998	03.2.06.204.05	NF-2143	02-2817815/02/1998	16/02/1998		29.587,67	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	295,88	0,00
02.01.00995/1998	03.2.06.204.05	NF-2143	02-2817815/02/1998	16/02/1998		50.379,06	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	503,79	0,00
02.01.00996/1998	03.2.06.204.06	RELATORIO	03-0151703/03/1998	03/03/1998		27.936,09	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00997/1998	03.2.06.209.06	NF-2145	03-2810808/03/1998	10/03/1998		30.671,54	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00998/1998	03.2.06.204.05	NF-2179	03-2820819/03/1998	19/03/1998		26.419,92	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	264,20	0,00
02.01.00999/1998	03.2.06.204.05	NF-2179	03-2820819/03/1998	19/03/1998		44.985,28	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	449,85	0,00
02.01.00990/1998	03.2.06.209.06	NF-2180	04-2803801/04/1998	07/04/1998		34.462,66	0,00	0,00	1.622,12	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00991/1998	03.2.06.204.05	NF-2216	04-2823820/04/1998	22/04/1998		45.385,63	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	453,86	0,00
02.01.00992/1998	03.2.06.204.05	NF-2216	04-2823820/04/1998	22/04/1998		26.655,06	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	266,55	0,00
02.01.00993/1998	03.2.06.209.06	NF-2217	05-2812805/05/1998	11/05/1998		35.578,02	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00

BOS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0159
3628
Doc:



SEST SEMAI	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 0,00	0,00 0,00	1.660.743,41	0,00	0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	1.660.743,41	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0160
3628 - 2	
Doc:	

22/11/2001 quinta

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	No. NOTA FISCAL	BOL. PAGAR.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MUTA	CAUCAO BLOSA/ERED.	CREDITO IRRF	3 IN
TOTAL: CREDITO NO LITON						1.675.586,42	0,00	0,00	1.118,68	0,1
							0,00	0,00	13.724,33	0,1
						1.675.586,42	0,00	0,00	1.118,68	0,1
							0,00	0,00	13.724,33	0,1

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0161
3028
Doc:



SESI SEMAT	ICMS CORREÇÃO	VALOR LÍQUIDO	CPMF RETIRO	INSS RETIRO
0,00 0,00	0,00 0,00	64.160,68		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	36.544,25		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	37.169,07		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	63.287,91		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	36.346,64		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	34.397,99		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	66.778,23		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	44.485,18		0,00
0,00 3,00	0,00 0,00	29.395,45		0,00
,00 ,00	0,00 0,00	50.051,70		0,00
00 00	0,00 0,00	38.377,91		0,00
70 10	0,00 0,00	27.988,99		0,00
0 2	0,00 0,00	47.656,94		0,00

RQS nº 03/2005 - CN-
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 0162
 3628
 Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTACAO	No. NOTA FISCAL	DOC. PAGAR.	DATA VENLEN.	DATA PAGARE.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CANCEL GLISA/CRED.	CREDITO IMRF	IS CN
02.01.02204/1997	03.2.06.204.10	NF-1926	08-2818R15/08/1997	15/08/1997		64.808,71	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	648,09	0,00
02.01.02245/1997	03.2.06.204.03	NF-1928	09-2801R01/09/1997	01/09/1997		36.544,25	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.02248/1997	03.2.06.204.03	NF-1928	09-2817R15/09/1997	16/09/1997		17.564,54	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	175,45	0,00
02.01.02249/1997	03.2.06.204.03	NF-1928	09-2817R15/09/1997	16/09/1997		63.927,18	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	639,27	0,00
02.01.02291/1997	03.2.06.208.03	NF-1964	10-2802R01/10/1997	01/10/1997		36.346,64	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.02301/1997	03.2.06.204.03	NF-2001/2002	10-2816R15/10/1997	15/10/1997		14.745,44	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	147,45	0,00
02.01.02301/1997	03.2.06.204.03	NF-2001/2002	10-2816R15/10/1997	15/10/1997		67.452,76	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	674,53	0,00
02.01.02303/1997	03.2.06.208.03	NF-2004	11-2804R02/11/1997	04/11/1997		44.485,18	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.02303/1997	03.2.06.204.10	NF-3035	11-2818R15/11/1997	17/11/1997		29.692,37	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	296,92	0,00
02.01.02303/1997	03.2.06.204.10	NF-3035	11-2818R15/11/1997	17/11/1997		50.557,27	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	505,57	0,00
02.01.02303/1997	03.2.06.208.03	NF-2036	12-2803R04/12/1997	04/12/1997		58.377,91	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.02320/1997	03.2.06.204.03	NF-2070	12-2815R15/12/1997	15/12/1997		28.271,71	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	282,72	0,00
02.01.02920/1997	03.2.06.204.03	NF-2070	12-2815R15/12/1997	15/12/1997		48.138,32	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI CORREIOS
Fls: 0163
3828
Doc:



SEST SEMAT	ICMS CORRECAD	VALOR LIQUID	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 0,00	0,00 0,00	32.536,71		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	39.208,55		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	72.979,54		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	34.810,97		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	39.460,84		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	76.174,93		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	33.627,77		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	37.400,27		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	43.681,52		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	17.144,16		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	18.013,56		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	33.533,06		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	37.681,68		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 0164

3628 -

Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTAL	Mo. NOTA VALOR	DOC. PAGAR.	DATA VENCIM.	DATA PAGARE.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CAUCAO GLOSA/CREB.	CREDITO IMRF	LI IM
02.01.01050/1997	01.2.06.200.03	NF-1778	05-2808031/05/1997	07/05/1997		32.865,36	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 328,65	0,00 0,00
02.01.01165/1997	01.2.01.204.03	NF-1819	05-2820R15/05/1997	19/05/1997		39.604,60	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 396,05	0,00 0,00
02.01.01165/1997	01.2.06.204.03	NF-1819	05-2820R15/05/1997	19/05/1997		73.716,71	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 737,12	0,00 0,00
02.01.01200/1997	01.2.06.200.03	NF-1821	06-2802R10/05/1997	30/05/1997		35.162,80	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 351,63	0,00 0,00
02.01.01491/1997	01.2.01.204.10	NF-1858	06-2818R15/06/1997	17/06/1997		39.879,64	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 398,80	0,00 0,00
02.01.01491/1997	01.2.06.204.10	NF-1858	06-2818R15/06/1997	17/06/1997		76.946,37	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 769,44	0,00 0,00
02.01.01518/1997	01.2.06.200.03	NF-1859	07-2807R03/07/1997	04/07/1997		33.967,44	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 339,67	0,00 0,00
02.01.01733/1997	01.2.01.204.05	NF-1894N	07-2816R16/07/1997	16/07/1997		37.778,05	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 377,78	0,00 0,00
02.01.01733/1997	01.2.06.204.05	NF-1894N	07-2816R16/07/1997	16/07/1997		64.324,77	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 643,25	0,00 0,00
02.01.01802/1997	01.2.07.204.05	NF-1895	08-2806R06/08/1997	06/08/1997		17.337,34	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 173,38	0,00 0,00
02.01.01802/1997	01.2.06.204.05	NF-1895	08-2806R06/08/1997	06/08/1997		18.195,52	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 181,96	0,00 0,00
02.01.01892/1997	01.2.06.200.03	NF-1895	03-0543906/08/1997	06/08/1997		35.531,06	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02024/1997	01.2.01.204.10	NF-1926	08-2818R15/08/1997	15/08/1997		38.042,30	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0165
3028
Doc:



SEST SENAT	ICMS CORRECAO	VALOR LIGUADO	CPMF RETIRO	INSS RETIRO
---------------	------------------	------------------	----------------	----------------

AGENCIA-->30244 CONTA-->0000739392X

0,00	0,00	38.317,13		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	69.182,88		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	12.540,39		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	41.391,63		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	70.476,30		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	34.630,51		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	41.596,59		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	70.826,62		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	31.191,00		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	39.511,51		0,00
0,00	0,00			

0,00	0,00	69.932,04		0,00
0,00	0,00			

2,00	0,00	6.192,21		0,00
1,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0166
3628 -
Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO ORÇAMENTARIA	NO. NOTA FISCAL	DOC. PARCEL.	DATA VENCID.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JORUS MUTA	CAUCAO GLOSA/CREC.	CREDITO IRRF	
20.00113.3 POMA SERV. ESP. VIG TRANSP. VALORES SC LTDA. BANCO-->001										
02.01.0003/1997	01.2.01.204.18	NF-1649	01-2827015/01/1997	24/01/1997		38.704,17	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	387,04	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.18	NF-1649	01-2827015/01/1997	24/01/1997		69.881,70	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	698,82	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.03	NF-1651	02-2813005/02/1997	12/02/1997		32.849,00	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	328,69	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1685	02-2820015/02/1997	19/02/1997		91.391,63	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	0,00	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1685	02-2820015/02/1997	19/02/1997		70.476,38	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	0,00	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.03	NF-1686	03-2810005/03/1997	07/03/1997		34.900,31	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	349,80	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1722	03-2819015/03/1997	18/03/1997		42.016,76	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	420,17	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1722	03-2819015/03/1997	18/03/1997		71.542,84	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	715,42	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.03	NF-1723	04-2808001/04/1997	07/04/1997		32.636,04	0,00	0,00	1.118,68	0
							0,00	0,00	326,36	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1759	04-2810015/04/1997	17/04/1997		39.910,62	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	399,11	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.05	NF-1759	04-2810015/04/1997	17/04/1997		70.658,63	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	706,59	0
02.01.0003/1997	01.2.01.204.18	NF-1777	04-2828025/04/1997	25/04/1997		6.254,76	0,00	0,00	0,00	0
							0,00	0,00	0,00	0

RDS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO.

Fls: 0167

3628



SESI SENAT	ICMS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 0,00	0,00 0,00	40.010,21		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	68.125,44		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.233,96		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	41.590,83		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	70.816,83		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.236,04		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	39.060,83		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	66.500,97		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	1.517.716,75	0,00	0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	1.517.716,75	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0168
3628
Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO DOCUMENTARIA	No. NOTA FISCAL	BOL. PAGAR.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUNTA MULTA	CANCAO GLOSA/CREB.	CREDITO TARE	
02.01.02600/1996	01.2.06.204.18	NF-1537	10-2825R15/10/1996	24/10/1996		40.414,15	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 404,14	0,0 0,
02.01.02600/1996	01.2.06.204.18	NF-1537	10-2825R15/10/1996	24/10/1996		68.813,63	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 688,14	0, 0,
02.01.02601/1996	01.2.06.204.03	NF-1539	11-2807R29/10/1996	06/11/1996		30.235,96	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0, 0,
02.01.02603/1996	01.2.06.204.10	NF-1574	11-2827R15/11/1996	26/11/1996		42.010,94	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 420,11	0,0 0,0
02.01.02603/1996	01.2.06.204.18	NF-1574	11-2827R15/11/1996	26/11/1996		71.532,15	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 715,32	0,0 0,0
02.01.02710/1996	03.2.06.208.03	NF-1575	12-2809R20/11/1996	06/12/1996		30.236,04	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,0 0,0
02.01.02960/1996	01.2.06.204.05	NF-1613	12-2819R15/12/1996	10/12/1996		39.455,38	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 394,35	0,00 0,00
02.01.02960/1996	03.2.06.204.05	NF-1613	12-2819R15/12/1996	10/12/1996		67.180,78	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 671,81	0,00 0,00
TOTAL PAGU AO CREDOR						1.529.576,74	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 11.859,99	0,00 0,00
						1.529.576,74	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 11.859,99	0,00 0,00

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0169
3628 - 3
Doc:



RESI SENAT	TERS CORRECAO	VALOR LIQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
0,00 0,00	0,00 0,00	30.227,96		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	40.319,26		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	68.651,72		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.280,00		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	38.855,03		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	66.158,58		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.279,44		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	40.874,83		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	69.397,69		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	29.629,14		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	81.623,70		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	70.872,80		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.277,28		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0170
3828
Doc:

RELACAO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO APROPRIACAO	CLASSIFICACAO ORCAMENTARIA	Mo. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JUROS MULTA	CANCEL GESSA/CRED.	CREDITO TRAF	1)
02.01.01001/1996	03.2.06.200.03	NF-1333	06-2813R29/05/1996	12/06/1996		30.222,96	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0, 0,
02.01.01333/1996	03.2.01.200.18	NF-1368	07-2803R15/06/1996	28/06/1996		40.726,53	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 407,27	0, 0,
02.01.01333/1996	03.2.06.200.18	NF-1360	07-2803R15/06/1996	28/06/1996		67.345,17	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 693,45	0,1 0,1
02.01.01415/1996	03.2.06.200.03	NF-1329	07-2824R01/07/1996	23/07/1996		30.280,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,0 0,0
02.01.01507/1996	03.2.01.200.18	NF-1416	08-2805R15/07/1996	02/08/1996		39.247,51	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 392,48	0,01 0,01
02.01.01625/1996	03.2.06.200.18	NF-1416	08-2805R15/07/1996	02/08/1996		66.826,85	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 668,27	0,00 0,00
02.01.01637/1996	03.2.06.200.03	NF-1417	08-2813R27/07/1996	12/08/1996		30.279,44	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.01668/1996	03.2.01.200.03	NF-1451	08-2830R15/08/1996	29/08/1996		41.287,71	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 412,88	0,00 0,00
02.01.01868/1996	03.2.06.200.03	NF-1451	08-2830R15/08/1996	29/08/1996		70.300,70	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 703,01	0,00 0,00
02.01.01958/1996	03.2.06.200.03	NF-1450	09-2811R28/08/1996	10/09/1996		29.629,14	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
02.01.02126/1996	03.2.01.200.03	NF-1499	10-2804R15/09/1996	01/10/1996		42.044,14	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 420,44	0,00 0,00
02.01.02126/1996	03.2.06.200.03	NF-1499	10-2804R15/09/1996	01/10/1996		71.588,69	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 715,89	0,00 0,00
02.01.02262/1996	03.2.06.200.03	NF-1500	10-2810R26/09/1996	09/10/1996		30.277,28	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

PROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0171
3628
Doc: _____



SEST SENAI	ICMS CORREIO	VALOR LÍQUIDO	CPMF RETIDO	INSS RETIDO
---------------	-----------------	------------------	----------------	----------------

GENCIA-->30244 CONTA-->0000739392X

0,00 0,00	0,00 0,00	16.965,95		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	62.742,01		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	33.552,04		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	57.129,24		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	17.560,44		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.231,50		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	42.380,12		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	72.160,75		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	30.227,68		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	34.392,90		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	39.198,41		0,00
0,00 0,00	0,00 0,00	66.743,25		0,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0172

3028

Doc: _____

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PAGOS

DOCUMENTO ARREPIJACAO	CLASSIFICACAO ORÇAMENTARIA	Nº. NOTA FISCAL	DOC. PAGAM.	DATA VENCIM.	DATA PAGAME.	VALOR BRUTO	JURIS MUTUA	CAUCAO GLOSA/ERED.	CREDITO IMRF	J IN.
20-00013-3 PUMA SERV. LSP. VIG TRANSP. VALORES SC LTDA- BANCO-->001										
00.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1130	02-2829815/02/1996	28/02/1996		37.337,34	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	373,34	0,00
00.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1130	02-2829815/02/1996	28/02/1996		42.577,79	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	435,78	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1225	03-2828815/03/1996	27/03/1996		33.891,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	338,91	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1225	03-2828815/03/1996	27/03/1996		57.708,30	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	577,06	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1209	04-2815823/03/1996	12/04/1996		37.560,46	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1226	04-2818829/03/1996	17/04/1996		36.231,30	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1266/1267	04-2824815/04/1996	23/04/1996		42.808,20	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	428,08	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1266/1267	04-2824815/04/1996	23/04/1996		72.889,65	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	728,90	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1268	05-2806827/04/1996	03/05/1996		30.227,68	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.03	NF-1274	05-2818802/05/1996	09/05/1996		34.392,90	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1332	05-2828815/05/1996	27/05/1996		59.594,35	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	395,94	0,00
02.01.00013/1996	01.2.01.204.18	NF-1332	05-2828815/05/1996	27/05/1996		67.817,42	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0173
3628 - 2
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ



ASSESSORIA JURÍDICA	
ECT - CR/4	
☒ Contrato	☐ Edital
☒ Termo Aditivo	☐ Convênio
☒ Instrumento de Fecundação	☐ Voto
379	Data 01/08/95

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CGC/MF: 34.028.316/0018-51
Inscrição Estadual: 15.063.283-5
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 498 - Belém/PA.

REPRESENTANTES:

- DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
- IDENTIDADE: 2.662.970 - SEGUP/PA
- CPF: 031.993.382-04
- GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUP. E PATRIMÔNIO: FRANCISCO FURTADO COSTA
- IDENTIDADE: 1.457.420 - SEGUP/PA
- CPF: 057.688.702-10

CONTRATADA: PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA
CGC: 15.752.934/0001-57
Inscrição Estadual: 15.137.161-0
Endereço: Rua Bernal do Couto, 128 - Belém/PA

REPRESENTANTE:

- HENRIQUE RIOS CARNEIRO
- IDENTIDADE: 062.627-4 SEGUP/PA
- CPF: 096.820.072-91

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0174
3028-46
Doc:

- 2 -

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação dos serviços de vigilância armada em diversos prédios pertencentes à CONTRATANTE, nas localidades constantes do Anexo II, Lotes I e II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS

- 2.1. Os serviços de Vigilância Armada serão executados nos locais discriminados no Anexo II do edital, Lote I - Belém/Área Metropolitana e Lote II - Interior do Pará.

CLAUSULA TERCEIRA - DA NATUREZA E DISCRIMINAÇÃO DOS SERVICOS

- 3.1. São atribuições dos vigilantes, dentro do horário específico de serviço:

- 3.1.1. manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado como posto de serviço (Anexos I e II), só afastando-se do mesmo em situação de absoluta necessidade e pelo tempo estritamente necessário, após ter alertado outro colega ou pessoa presente sobre a emergência;
- 3.1.2. registrar a entrada e a saída de veículos e de pessoas, nos prédios da CONTRATANTE;
- 3.1.3. dar cobertura às pessoas, que conduzam valores, à entrada e à saída das Unidades Funcionais;
- 3.1.4. encaminhar os visitantes, segundo suas pretensões, aos diversos setores que compõem o conjunto das instalações, respeitadas, entretanto, as limitações decorrentes dos regulamentos, normas e instruções complementares, da CONTRATANTE;
- 3.1.5. vigiar as vias de acesso à área perimetral das Unidades, bem como de suas dependências comuns ou outros locais determinados pela segurança da ECT;
- 3.1.6. manter-se atento a qualquer elemento de distração, tais como: briga ou acidente de trânsito que ocorra nas proximidades;
- 3.1.7. impedir o acesso de pessoas, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pela segurança da ECT;
- 3.1.8. abster-se por completo, da execução de quaisquer outras tarefas ligadas a outras atividades, durante o horário em que estiver em serviço, obedecendo às determinações das autoridades da CONTRATANTE;
- 3.1.9. rondar toda a área sob custódia, com o objetivo de impedir incursões não permitidas e danos materiais à propriedade e suas instalações, dentro do respectivo turno de serviço;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0175
3628 -
Doc:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 2

DINSA
FL 087
AC

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação dos serviços de vigilância armada em diversos prédios pertencentes à CONTRATANTE, nas localidades constantes do Anexo II, Lotes I e II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS

- 2.1. Os serviços de Vigilância Armada serão executados nos locais discriminados no Anexo II do edital, Lote I - Belém/Área Metropolitana e Lote II - Interior do Pará.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA NATUREZA E DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. São atribuições dos vigilantes, dentro do horário específico de serviço:

- 3.1.1. manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado como posto de serviço (Anexos I e II), só afastando-se do mesmo em situação de absoluta necessidade e pelo tempo estritamente necessário, após ter alertado outro colega ou pessoa presente sobre a emergência;
- 3.1.2. registrar a entrada e a saída de veículos e de pessoas, nos prédios da CONTRATANTE;
- 3.1.3. dar cobertura às pessoas, que conduzam valores, à entrada e à saída das Unidades Funcionais;
- 3.1.4. encaminhar os visitantes, segundo suas pretensões, aos diversos setores que compõem o conjunto das instalações, respeitadas, entretanto, as limitações decorrentes dos regulamentos, normas e instruções complementares, da CONTRATANTE;
- 3.1.5. vigiar as vias de acesso à área perimetral das Unidades, bem como de suas dependências comuns ou outros locais determinados pela segurança da ECT;
- 3.1.6. manter-se atento a qualquer elemento de distração, tais como: briga ou acidente de trânsito que ocorra nas proximidades;
- 3.1.7. impedir o acesso de pessoas, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pela segurança da ECT;
- 3.1.8. abster-se por completo, da execução de quaisquer outras tarefas ligadas a outras atividades, durante o horário em que estiver em serviço, obedecendo às determinações das autoridades da CONTRATANTE;
- 3.1.9. rondar toda a área sob custódia, com o objetivo de impedir incursões não permitidas e danos materiais à propriedade e suas instalações, dentro do respectivo turno de serviço;

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
0176
Fls.:
3028

0177
FL 088

3

- 3.1.10. ligar e desligar as luzes dos pilotis e "halls", nos locais estabelecidos pela ECT, assim como controlar a entrada de água nas caixas;
- 3.1.11. não permitir que veículos não autorizados utilizem garagem, e tampouco o acesso de pessoas desconhecidas àquele local;
- 3.1.12. responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem nas Unidades cobertas pela vigilância;
- 3.1.13. Tomar conhecimento da entrada e permanência de pessoas estranhas nas Unidades;
- 3.1.14. marcar o disco do relógio de ponto nos horários pré-estabelecidos pela ECT;
- 3.1.15. manter especial vigilância quanto à entrada em local de trabalho de dois ou mais indivíduos aparentemente em grupo;
- 3.1.16. examinar as autorizações especiais para ingresso em locais não liberados ao público e/ou a qualquer outra pessoa, quando for o caso;
- 3.1.17. executar, tão logo termine o expediente, uma ronda de inspeção rigorosa, para verificar se não há elementos que se tenham ocultado no interior das Unidades Funcionais, notadamente nos banheiros;
- 3.1.18. proceder, quando solicitado pela Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio da CONTRATANTE, a revista de volumes, viaturas, malas, servidores e demais pessoas que tenham acesso aos locais sob custódia;
- 3.1.19. realizar uma ronda no seu posto de serviço, no início e final do seu turno de trabalho, registrando no livro de ocorrências e/ou comunicando imediatamente ao zelador da unidade qualquer irregularidade observada;
- 3.1.20. as Jornadas de trabalho dos vigilantes, que se revezarão para manter o POSTO vigiado, será de competência da CONTRATADA;
- 3.1.21. Nenhum vigilante poderá permanecer nas dependências dos POSTOS de serviço fora do horário de trabalho;
- 3.1.22. só permitir a entrada e circulação no prédio, de empregados da Empresa ou de firmas prestadoras de serviços, ou ainda, de visitantes, quando estiverem devidamente identificados e usando em local visível, respectivamente, a "CARTEIRA FUNCIONAL", o "CARTÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS" e "CARTÃO VISITANTE";
- 3.1.23. executar outros serviços que se fizerem necessários, dentro dos preceitos que regulam o exercício de função do vigilante de acordo com o interesse da ECT;
- 3.1.24. os serviços de vigilância abrangerão áreas externas e internas, obedecendo a padrões condizentes com as exigências dos locais de trabalho;

PROS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOES
Fls: 0177
3628
Doc:

- 3.1.25. verificar, ao entrar em serviço, o estado de conservação e limpeza do seu posto, bem como do armamento e munição;
- 3.1.26. receber as chaves ao final do expediente, mantendo-as sob sua guarda e responsabilidade, devolvendo-as ao início do próximo expediente, a quem de direito;
- 3.1.27. somente deverá permitir a saída de máquinas e equipamentos das instalações, após ter recebido, devidamente preenchida, a AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;
- 3.1.28. impedir o abandono de qualquer objeto (volumes, pastas, bolsas, etc) na sua área de ação, observando qualquer volume abandonado por estranho, comunicando imediatamente a ocorrência à Seção de Conservação e Segurança Patrimonial da GESUP;
- 3.1.29. usar o telefone exclusivamente para assuntos de serviço ou em caso de extrema necessidade;
- 3.1.30. evitar conversa desnecessária e acúmulo de pessoas no seu posto, dedicando total atenção ao serviço;
- 3.1.31. ao ser substituído, passar ao seu sucessor chaves, materiais e todas as ordens vigentes;
- 3.1.32. atender todos com urbanidade, orientando os visitantes no sentido de procurar a recepção;
- 3.1.33. apresentar-se uniformizado e com todo asseio pessoal;
- 3.1.34. registrar no livro de ocorrências, todas as anormalidades havidas no seu turno de trabalho;

CLÁUSULA QUARTA - DO PESSOAL

- 4.1. Os empregados destacados para a execução dos serviços serão selecionados, segurados e legalizados pela CONTRATADA, de acordo com os preceitos da Legislação Trabalhista e Social vigentes;
- 4.1.1. Os vigilantes deverão apresentar bom porte físico, com estatura mínima de 1.65cm;
- 4.1.2. Os vigilantes deverão possuir escolaridade a nível de Primeiro Grau;
- 4.1.3. Os vigilantes deverão receber periodicamente treinamento específico para a função de vigilante.
- 4.2. A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, conseqüentemente, os seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a ECT, sendo remunerados e pagos diretamente pela CONTRATADA que será inclusive inteiramente responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação (Federal ou Estadual) e da Legislação Trabalhista e Social, vigentes;

17S nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO:

Fis: 0178

3628

Doc:

- 4.2.1. A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente, ou quando solicitada pela CONTRATANTE, estar quite com todas as obrigações previstas na Legislação Social-Trabalhista e Previdenciárias vigentes.
- 4.3. A ECT, poderá, a qualquer tempo, exigir o imediato afastamento e substituição do empregado da CONTRATADA no prazo máximo de duas (02) horas nos seguintes casos:
- 4.3.1. Se for encontrado dormindo durante o horário de trabalho;
- 4.3.2. Quando o vigilante não estiver portando arma;
- 4.3.3. Ausentar-se do local de trabalho sem prévia autorização, ou findo seu horário de trabalho abandonar Posto antes de rendição;
- 4.3.4. Tomar bebidas alcoólicas, entorpecentes ou qualquer tipo de droga, durante o horário de trabalho;
- 4.3.5. Apresentar-se, no local de trabalho, embriagado ou com efeito de tóxico;
- 4.3.6. Não ter urbanidade de tratamento pessoal;
- 4.3.7. Não identificar-se com a Carteira Funcional quando solicitado por autoridade da Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio da CONTRATANTE;
- 4.3.8. Não permanecer convenientemente uniformizado no serviço ou não estar equipado com os acessórios previstos;
- 4.3.9. Vigilante faltoso em aspecto de higiene e apresentação pessoal condizente com a função que exerce, ou seja, quando o vigilante se apresentar com qualquer uma das seguintes alterações: sujo, barba crescida, com cavanhaque ou costeleta, cabeludo, com unhas grandes, uniforme sujo, rasgado ou surrado;
- 4.3.10. Vigilante cujo nome não conste da relação prevista no subitem 4.12, fornecida à CONTRATANTE.
- 4.4. Os Inspectores de Vigilância da ECT serão devidamente credenciados e seus nomes serão encaminhados à CONTRATADA.
- 4.5. Os vigilantes trabalharão devidamente uniformizados, durante os horários a serem estabelecidos pela CONTRATANTE.
- 4.6. A CONTRATADA deverá substituir, imediatamente, no prazo máximo de 02 (duas) horas, todo e qualquer vigilante que seja julgado nocivo ao trabalho, pela ECT, e ficará responsabilizada por quaisquer danos causados pelos seus empregados, desde que devidamente comprovados.
- 4.7. Deverá ser efetuado treinamento aos vigilantes, orientando-os quanto a defesa pessoal, e ao seu procedimento de um modo geral, nas dependências e local de suas atividades.



Q

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0179
3626 -
Doc:

4.8. Nenhum vigilante da CONTRATADA, fora de seu horário de trabalho, poderá permanecer nos perímetros dos postos de vigilância da CONTRATANTE.

SINSE
091

4.9. Nos dias e horários entregues à sua vigilância, a CONTRATADA ficará responsável:

- a) pela reposição de objetos que venham a desaparecer dos imóveis por ela guardados, inclusive veículos estacionados na garagem e nos estacionamentos dos prédios da CONTRATANTE;
- b) pela substituição ou reconstituição de bens da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade, porventura danificados por seus empregados;
- c) por danos materiais, que devidamente comprovados, venham a ocorrer em veículos estacionados na garagem e pátios de estacionamento dos prédios da CONTRATANTE.

4.9.1. A substituição ou reposição dos objetos deverão ser feitas no prazo máximo de trinta (30) dias, salvo em casos excepcionais autorizados pela CONTRATANTE.

4.9.2. Nos casos de substituição ou reposição de bens que influenciem diretamente na segurança ou continuidade operacional da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para substituir ou repor os objetos danificados ou desaparecidos.

4.10. A CONTRATADA terá sob sua responsabilidade a supervisão contínua da fiel execução das normas estabelecidas para os serviços de segurança, incluindo treinamento dos vigilantes nas atividades da função (tiro, defesa pessoal, combate a incêndio, primeiros socorros e outros) com reciclagem semestral, sob fiscalização da ECT.

4.11. É de responsabilidade da CONTRATADA manter o vigilante devidamente uniformizado e equipado como segue:

4.11.1. Quepe dotado de distintivo;

4.11.2. Camisa Social;

4.11.3. Calça;

4.11.4. Sapato;

4.11.5. Meias;

4.11.6. Crachá de Identificação;

4.11.7. Cinto;

4.11.8. Coldre;

4.11.9. Revolver Calibre 38;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 0180
3628 - 41

Doc:



- 4.11.10. Apito de Metal;
- 4.11.11. Lanternas (em condição de uso);
- 4.11.12. Cassetete de borracha;
- 4.11.13. Porta Cassetete;
- 4.11.14. Relógios para vigilantes e respectivos discos, que serão previamente rubricados pelo Chefe da Seção de Conservação e Segurança Patrimonial/GESUP/ECT/DR/PA.
- 4.11.15. Livros de Ocorrências.
- 4.12. A CONTRATADA deverá fornecer à ECT, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do Contrato, a relação dos vigilantes que prestarão serviço, informando entre outros, os seguintes dados para cada vigilante:
 - 4.12.1. Nome completo, filiação, data do nascimento, cidade e Estado onde nasceu e estado civil;
 - 4.12.2. Identidade e Órgão expedidor;
 - 4.12.3. Escolaridade;
 - 4.12.4. Certificado de Reservista (no, cargo, série e RM).
- 4.13. Na relação a que se refere o subitem 4.12, poderão ser colocados 25% (vinte e cinco por cento) acima do efetivo necessário para cobertura dos postos. A ECT se reserva o direito de não aprovar um ou mais elementos relacionados, que prestarão serviços em suas dependências.
- 4.14. A CONTRATADA se obriga a dar conhecimento, por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, de qualquer alteração na relação a que se refere.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A CONTRATADA se obriga a manter em sua Sede plantão diário de 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, com pessoal qualificado e capacitado a promover o atendimento às necessidades excepcionais, que o serviço apresentar, tais como: deslocamento em viaturas próprias, substituição dos vigilantes que faltarem ou que devem ser rendidos nos postos de serviços designados pela CONTRATANTE e demais ações que o serviço exigir.
- 5.2. A CONTRATADA fornecerá à ECT o plano de fiscalização dos seus vigilantes a ser executado por seus Inspetores incluindo rotinas de procedimentos, modelos e relatórios, de comunicações e demais planos necessários no acompanhamento dos serviços. Tal plano, após aprovado e/ou modificado pela ECT, passará a fazer parte integrante do Contrato.

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0181
	3628
Doc:	

5.2.1. A CONTRATADA se obriga a apresentar o plano em tela no prazo de 10 (dez) dias a contar da vigência do presente Contrato;

5.2.2. Toda e qualquer alteração no plano deverá ser primeiramente submetida à apreciação da ECT, através da Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio.

5.3. A CONTRATADA fornecerá à ECT relatórios quinzenais indicando as ocorrências, a adoção de providências tomadas e/ou sugerindo medidas adequadas. Os relatórios deverão ser entregues à Seção de Conservação e Segurança Patrimonial/GESUP/ECT/DR/PA, até 05 (cinco) dias úteis após o término do período a que se refere:

5.3.1. Do relatório quinzenal deverá constar:

- a) ocorrências verificadas;
- b) deficiências e sugestões para os serviços;
- c) Frequência dos vigilantes;
- d) escala de serviço para o mês seguinte, nos relatórios no final do mês.

5.3.2. A periodicidade da emissão do relatório, bem como a quantidade e a natureza dos dados nele existentes, poderão ser alternados através de correspondência expedida pela Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio/ECT/DR/PA da CONTRATANTE.

5.4. Caberá à CONTRATADA adquirir os discos para marcação, a serem usados nos relógios, e entregá-los em branco à ECT, para distribuição, após rubricados pelo Chefe da Seção de Conservação e Segurança Patrimonial/GESUP/ECT/DR/PA.

5.5. Os relógios para marcação dos discos deverão ser afixados em locais pré-determinados pela Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio/ECT/DR/PA da CONTRATANTE.

5.6. As chaves dos relógios ficarão em poder da ECT, cabendo-lhe, portanto, efetuar a troca dos discos.

5.7. Os discos usados ficarão arquivados na Seção de Conservação e Segurança Patrimonial/GESUP/ECT/DR/PA e estarão à disposição da CONTRATADA para verificação e conferência no local, das eventuais irregularidades, pelo período de 03 (três) meses, quando se extinguirá o prazo para qualquer reclamação por parte da CONTRATADA.

5.8. Cabendo à Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio/ECT/DR/PA, disciplinar o uso e controle dos relógios e discos de marcação, nos detalhes que julgar necessários, através de correspondência à Firma CONTRATADA.

5.9. Fica a ECT autorizada a efetuar, com o seu pessoal credenciado para tal, a "Revista" nos vigilantes da CONTRATADA durante o serviço, com vistas à fiscalização do fiel cumprimento das condições previstas nas Cláusulas Terceira e Quarta deste Contrato.

RS-03/2005-CN-

CPMI - CORREIOS

0182

3028

Doc:

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS

- 6.1. O preço a ser pago pelos serviços de vigilância será estipulado por homem/hora efetivamente trabalhada, sendo constituída de duas parcelas, expressas em R\$/Hora:

PA = R\$ 2,41

PB = R\$ 1,97 = R\$ 4,38



- Parcela "A" (PA), correspondente à mão-de-obra direta empregada nos serviços em horários diurnos, incluindo os respectivos encargos sociais;
 - Parcela "B" (PB), correspondente aos demais fatores de custos, incluindo mão-de-obra indireta e seus encargos, tributos, administração, etc.
- 6.2. Os serviços executados em horários noturnos (das 22:00 horas às 05:00 horas) terão remuneração adicional de 38% (trinta e oito por cento) sobre o valor das horas normais para a Parcela "A" (PA).

- 6.3. Para efeito de faturamento mensal, será empregada a seguinte expressão:

$$VF = PA \times (HD + 1,38HN) + PB \times (HD + HN)$$

Onde:

VF = Valor a faturar;

PA = Parcela relativa à mão-de-obra direta;

PB = Parcela relativa a demais fatores de custo;

HD = Número de horas diurnas efetivamente trabalhadas por mês;

HN = Número de horas noturnas efetivamente trabalhadas no mês.

- 6.4. Os preços unitários (Parcelas "A" e "B") serão definidos em inteiros (reais) e decimais (centavos) com o máximo de quatro casas, mediante arredondamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. A CONTRATADA deverá apresentar à ECT, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o faturamento do mês anterior, que terá seu pagamento liberado no 15º (décimo quinto) dia a contar da apresentação da fatura.

- 7.1.1. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário, devendo a CONTRATADA declarar os nomes dos bancos com os quais opera, os números das respectivas contas e os nomes das Agências, de preferência Banco do Brasil S/A ou Banco Bamerindus S/A.

Handwritten signature on the left and another handwritten signature over the stamp on the right.

RCS nº 03/2005 - CN-	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0183
3528	
Doc:	

BANCO: BANCO DO BRASIL S/A
AGÊNCIA: 0003-5
CONTA CORRENTE: 739392-X

- 10



- 7.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados financeiramente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do índice que vier a ser adotado por norma governamental para esta finalidade.
- 7.3. Todas as faturas somente serão pagas depois de verificadas e aceitas pela CONTRATANTE.
- 7.4. As Faturas e Notas Fiscais correspondentes a serviços especiais e extraordinários que venham a ser pedidos, por escrito, pela ECT, deverão ser apresentados juntamente com a fatura do mês seguinte, devendo ser liquidada no 15º (décimo quinto) dia após sua apresentação.
- 7.5. Caso ocorra erro na emissão da fatura ou outra circunstância que desabone o seu pagamento, a Firma CONTRATADA deverá substituí-la, passando o prazo para pagamento pela ECT a ser contado da data de reapresentação da fatura.
- 7.6. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das obrigações assumidas, principalmente quanto às relativas ao cumprimento do presente contrato.
- 7.7. Juntamente com o faturamento a CONTRATADA deverá apresentar:
- a) comprovante de recebimento dos Encargos Sociais, Trabalhistas e Fiscais, referentes ao mês anterior ao do faturamento,
 - b) comprovante de pagamento dos servidores referente ao mês anterior ao do faturamento.
- 7.7.1. Os encargos sociais deverão ser recolhidos em guias específicas com a indicação de que o recolhimento efetuado refere-se à mão-de-obra utilizada em serviços na ECT, no mês de competência.
- 7.8. Para efeito de aplicação de multas cabíveis, o valor anual deste contrato é de R\$ 1.117.025,16.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

- 8.1. Os preços dos serviços objeto do presente Contrato, serão reajustados através de suas parcelas constitutivas (PA e PB) devendo cada uma ser processada separadamente, de acordo com os seguintes critérios:
- 8.1.1. A Parcela "A" (PA) (MÃO-DE-OBRA)-, resultante das despesas relativas à remuneração, mais respectivos encargos sociais, será reajustada nas datas e na mesma proporção da variação do Salário Normativo da Categoria e/ou da criação ou alteração dos encargos sociais, por ato do Estado, sendo o seu valor definido como:

Handwritten signature: *[Signature]*

Stamp: RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS

Handwritten number: 36284

Handwritten number: 3628

8.1.1.1. No caso de alteração apenas do Salário Normativo da Categoria:

$$PA_1 = PA_0 \times \frac{S_1}{S_0}$$



8.1.1.2. No caso de alteração somente da taxa de Encargos Sociais:

$$PA_1 = PA_0 \times \frac{1+E}{1+E_0}$$

8.1.1.3. No caso de alteração do Salário Normativo da Categoria e da taxa de Encargos Sociais:

$$PA_1 = PA_0 \times \frac{S_1 \times (1+E)}{S_0 \times (1+E_0)}$$

SENDO:

PA_1 = Valor reajustado da parcela "A";

PA_0 = Valor resultante da soma de remuneração e dos Encargos Sociais vigentes na data do último reajuste ocorrido na parcela (ou na data da proposta, caso seja o primeiro reajuste);

S_1 = Salário Normativo da Categoria, vigente na região à época do reajustamento;

S_0 = Salário Normativo da Categoria, vigente na data do último reajuste anteriormente ocorrido na parcela (ou na data da proposta, caso seja o primeiro reajuste);

E_1 = Taxa de Encargos Sociais à época dos reajustamento;



E
O = Taxa de Encargos Sociais, vigente da data do último reajuste anteriormente ocorrido na parcela (ou na data da próxima caso seja a primeira alteração na taxa de Encargos Sociais).

8.1.2. A Parcela "B" (PB) é fixa e irreajustável durante a vigência do contrato, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

- 9.1. O período de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, com início em 12/07/95 e término em 11/07/96, podendo ser prorrogado por igual período, em até quatro vezes, por meio de Termos Aditivos, no tempo de sua vigência.
- 9.2. O período de vigência deste Contrato, computadas as eventuais prorrogações, não poderá exceder 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

- 10.1. Para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá depositar na Tesouraria da Agência Central de Belém (Av. Presidente Vargas, 498 - Térreo) a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global anual estimado do presente Contrato, visando garantir a execução dos serviços.
- 10.2. A Caução de Garantia de Execução do Contrato poderá ser recolhida em uma das seguintes modalidades:
- caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - seguro-garantia;
 - fiança bancária;
- 10.3. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 10.4. Nas prorrogações contratuais será exigida da firma CONTRATADA o recolhimento de um reforço de Caução visando manter a proporção dos 5% (cinco por cento), estabelecidos no item 10.1 do presente Contrato.
- 10.5. A garantia de execução do Contrato não poderá se vincular a novas obrigações, salvo após sua liberação.
- 10.6. A garantia de execução poderá ser utilizada pela CONTRATANTE, para se ressarcir das multas e prejuízos causados pela firma CONTRATADA.

ROS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0186
3628
Doc:

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste Contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a ECT, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3. A aplicação da sanção prevista na alínea "d" do subitem 11.1 é de competência exclusiva do Ministro de Estado das Comunicações, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo que deu origem à sanção, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.4. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1 poderão também ser aplicadas se:

a) a CONTRATADA vier a sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação de que participou; e

c) a CONTRATADA demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a ECT em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. Para se ressarcir pecuniariamente do valor das multas e prejuízos causados pela firma Contratada, a ECT poderá se utilizar de uma ou mais das seguintes formas:

11.5.1. Descontar do pagamento das parcelas mensais advindas a ocorrência do fato gerador, podendo ser utilizadas quantas forem necessárias;

11.5.2. Descontar da garantia depositada (subitem 10.1);

11.5.3. Se não for o suficiente o desconto através das duas formas acima, poderá a ECT promover a cobrança judicial em nome da União, com a inclusão de perdas e danos.



ROS nº 03/2005-21
CPMI - CORREIOS
0187
Fis: _____
3628
Doc: _____

11.5.4. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovados.

11.6. A ECT, a seu critério poderá aplicar à CONTRATADA as multas abaixo relacionadas para cada ocorrência das seguintes irregularidades, computadas isoladamente, e consideradas cada qual uma só vez por turno de serviço

11.6.1. Dez por cento (10%) do valor mensal do Posto, pelos seguintes motivos:

- Abandono de Posto;
- Alteração nos discos do relógio, denotando violação dos mesmos;
- Vigilante demonstrando estar fora de seu estado normal, seja efeito de bebida alcoólica ou devido uso de tóxicos;
- Vigilante ingerindo bebida alcoólica, entorpecentes ou qualquer tipo de droga, dessa natureza;
- Não ter efetuado o comprovado treinamento previsto no subitem 4.7;
- Não repor no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os objetos desaparecidos ou danificados, conforme especifica o subitem 4.9.2;
- Vigilante cujo nome não conste da relação prevista no subitem 4.12;
- Vigilante apresentando alteração no uniforme ou desprovido de qualquer de seus acessórios complementares;
- Vigilante dormindo no posto;
- Vigilante desprovido de revólver, ou com revólver sem a munição prevista: 05 (cinco) no tambor;
- Vigilante que não esteja de posse de porte de arma regulamentar fornecido pela Secretaria de Segurança Pública;
- Não repor, no prazo de 30 (trinta) dias, os objetos desaparecidos ou danificados, conforme especifica o subitem 4.9.1;
- Vigilante faltoso em aspecto de higiene e apresentação pessoal condizente com a função que exerce.

11.7. A falta de marcação do relógio do vigilante durante 05 (cinco) dias consecutivos ou não, em um mesmo posto, no decorrer do mês, desobriga a CONTRATANTE do pagamento do referido Posto.

11.8. A CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, poderá aplicar à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) do valor mensal do Posto, para cada falta de marcação do disco do relógio, consecutiva ou não, a partir da terceira, ocorrida em um mesmo posto no mesmo



ROS nº 03/2005 - CAMO
CPM - CORREIOS
0188

Fis:

3628

Doc:

turno de serviço.

- 15 -



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

- a.1) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou prazos;
- a.2) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a expressa anuência da ECT;
- a.3) o cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- a.4) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- a.5) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- a.6) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- a.7) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- a.8) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- a.9) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do Contrato;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Contrato, ocorrerão de acordo com a seguinte Classificação Orçamentária:

ATIVIDADE: 01.2.01 e 03.2.06

CONTA: 2.04

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIO
Fls: 0189
3628 -
Doc:



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LICITAÇÃO

14.1. O presente Contrato é oriundo da CONCORRÊNCIA Nº 002/95.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

15.1. As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 8.666/93, republicada em 06/07/94, que aplicar-se-á inclusive aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. As Cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento poderão ser alteradas a qualquer tempo, mediante assinatura de Termo Aditivo.

16.2. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações contratuais a terceiros, sem prévia concordância expressa da ECT.

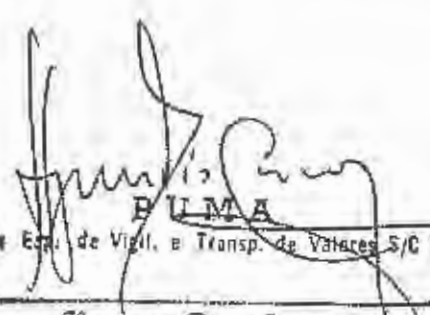
16.3. A CONTRATANTE poderá solicitar a inclusão ou exclusão de serviços, mantidas as condições estabelecidas no presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do inicialmente contratado.

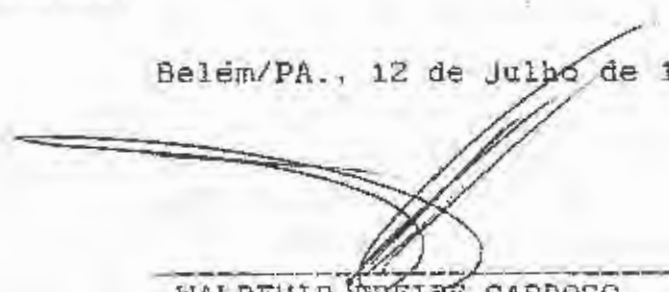
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém/PA, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém/PA., 12 de Julho de 1995.


Benício Rios Carneiro
DIRETOR
Serviços Espec. de Vigil. e Transp. de Viagens S/C Ltda.


WALDEMIR PEREIRA CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


FRANCISCO FURTADO COSTA
GER. DE CONTR., SUP. E PATRIMÔNIO

FDS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
Fls: 0190
3628
Doc:

TESTEMUNHAS:



RECEBUELA.FUM

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'Q' or 'O'.

A large, stylized handwritten signature.

A handwritten signature, possibly a stylized 'S' or 'Z'.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3628
Data: 01/91

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARA E AKAPE



ANEXO II

LOCALS DE PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA, QUANTIDADE POSTOS E HORARIOS

LOTE I - BELEM/AREA METROPOLITANA

LOCAL	ENDERECO	QTD VIG	HORARIOS	FREQUENCIA
IED. SEDE	IAV. PRES. VARGAS, 498	2	107 as 19 h	XI PERMANENTE
IED. SEDE	IAV. PRES. VARGAS, 498	3	119 as 07 h	XI PERMANENTE
ICD/DE. FREITAS	IAV. DR. FREITAS, 100	2	107 as 19 h	XI PERMANENTE
ICD/DR. FREITAS	IAV. DR. FREITAS, 100	2	119 as 07 h	XI PERMANENTE
ISHOV/NETRA	IAV. PEDRO A. CABRAL, 1240	1	107 as 19 h	XI PERMANENTE
ISHOV/NETRA	IAV. PEDRO A. CABRAL, 1240	1	119 as 07 h	XI PERMANENTE
IAC/ALM. BARROSO	IAV. ALM. BARROSO S/N	1	107 as 19 h	XI PERMANENTE
IAC/ALM. BARROSO	IAV. ALM. BARROSO S/N	1	119 as 07 h	XI PERMANENTE
IAC/ANANIIDEUA	IAV. MAG. BARATA S/N	1	107 as 19 h	I PERMANENTE
IAC/ANANIIDEUA	IAV. MAG. BARATA S/N	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
IAC/CDD SAO BRAZ	IAV. MAG. BARATA, 1022	1	107 as 19 h	I PERMANENTE
IAC/CDD SAO BRAZ	IAV. MAG. BARATA, 1022	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
IAC/CDD IOUARACI	IRUA MANOEL BARATA, 109	1	107 as 19 h	I PERMANENTE
IAC/CDD IOUARACI	IRUA MANOEL BARATA, 109	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
IAC/TELEGRAFO SEN FIDIAV.	IAV. SENADOR LEMOS, 1749	1	107 as 19 h	I PERMANENTE
IAC/TELEGRAFO SEN FIDIAV.	IAV. SENADOR LEMOS, 1749	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
IAC/JURUNAS	IAV. ROBERTO CAMELIER, 156	1	107 as 19 h	XI PERMANENTE
IAC/JURUNAS	IAV. ROBERTO CAMELIER, 156	1	119 as 07 h	XI PERMANENTE
IENTREPOSTO AEREO	IAEROPORTO DE VAL DE CANS	1	107 as 19 h	I PERMANENTE
IENTREPOSTO AEREO	IAEROPORTO DE VAL DE CANS	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
IUBRAT/GECON	IRUA O DE ALMEIDA, 545	2	107 as 19 h	I PERMANENTE
IUBRAT/GECON	IRUA O DE ALMEIDA, 545	2	119 as 07 h	I PERMANENTE
ISHOV/NETRA	IAV. PEDRO A. CABRAL, 1240	1	119 as 07 h	XI PERMANENTE
ISHOV/NETRA	IAV. PEDRO A. CABRAL, 1240	1	107 as 19 h	XI SAB/DOM/FER
ICDD/BELEM/CURUCA	ITV. CURUCA, 370	1	119 as 07 h	I PERMANENTE
ICDD/BELEM/CURUCA	ITV. CURUCA, 370	1	107 as 19 h	I SAB/DOM/FER
IED. SEDE	IAV. PRES. VARGAS, 498	2	107 as 19 h	XI SEG. A SEX.
IED. SEDE	IAV. PRES. VARGAS, 498	2	107 as 13 h	I SABADOS

FOS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
0192
Fls: 3628
Doc:

LOTE I-BELEH/AREA METROPOLITANA



LOCAL	ENDERECO	QTD	HORARIO	FREQUENCIA
		VIG		
IAC/PEDREIRA	IAV. PEDRO MIRANDA, 1741	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX,
IAC/PEDREIRA	IAV. PEDRO MIRANDA, 1741	1	107 as 13 h	1 SABADOS
IAC/NAZARE	IAV. MAG. BARATA, 192	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/NAZARE	IAV. MAG. BARATA, 192	1	107 as 13 h	1 SABADO
IAC/TERRA FIRME	IRUA SAO DOMINGOS, 229	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/TERRA FIRME	IRUA SAO DOMINGOS, 229	1	107 as 13 h	1 SABADOS
IAC/COQUEIRO	IAV. SN 17, S/N	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/COQUEIRO	IAV. SN 17, S/N	1	107 as 13 h	1 SABADOS
IAC/SET	IRUA O DE ALMEIDA, 470	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/SET	IRUA O DE ALMEIDA, 470	1	107 as 13 h	1 SABADOS
IAC/ANANINDEUA	IEST. DO MAGUARI, 259	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/ANANINDEUA	IEST. DO MAGUARI, 259	1	107 as 13 h	1 SABADO
IAC/PEDREIRA	ITV. DA VILETA, 1163	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/PEDREIRA	ITV. DA VILETA, 1163	1	107 as 13 h	1 SABADO
IAC/COQUEIRO	IRDD. DO COQUEIRO S/N-KM 0	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
IAC/COQUEIRO	IRDD. DO COQUEIRO S/N-KM 0	1	107 as 13 h	1 SABADO

LOTE II INTERIOR DO PARA

LOCAL	ENDERECO	QTD	HORARIO	FREQUENCIA
		VIG		
PARABA	IFOLHA 32 NOVA MARABA, 108	1	107 as 19 h	1 PERMANENTE
PARABA	IFOLHA 32 NOVA MARABA, 108	1	119 as 07 h	1 PERMANENTE
PARASTANHAL	IAV. PRES. VARGAS, 721	1	119 as 07 h	1 PERMANENTE
PARASTANHAL	IAV. PRES. VARGAS, 721	1	107 as 19 h	1 SAB/DOM/FI
PARAPANEMA	IAV. BARAO CAPANEMA, 1645	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
PARAPANEMA	IAV. BARAO CAPANEMA, 1645	1	107 as 13 h	1 SABADOS
PARACURUPINGAS	IPCA. CELIO MIRANDA, 370	1	107 as 19 h	1 SEG. A SEX
PARACURUPINGAS	IPCA. CELIO MIRANDA, 370	1	107 as 13 h	1 SABADOS
PARAUPEBAS	IRUA E, QD. 49 LOTE 10	1	119 as 07 h	1 PERMANENTE
PARAUPEBAS	IRUA E, QD. 49 LOTE 10	1	107 as 19 h	1 SAB/DOM/F
PARAUTAREH	IAV. RUI BARBOSA, 1169	1	119 as 07 h	1 PERMANENT
PARAUTAREH	IAV. RUI BARBOSA, 1169	1	107 as 19 h	1 SAB/DOM/F
PARARENCAO	IAV. BRASIL, 177	1	107 as 19 h	1 SEG. A SE
PARARENCAO	IAV. BRASIL, 177	1	107 as 13 h	1 SABADOS
PARAITAITUBA	IRUA HUGO DE MENDONCA, 534	1	107 as 19 h	1 SEG. A SE
PARAITAITUBA	IRUA HUGO DE MENDONCA, 534	1	107 as 13 h	1 SABADO

CPMI - CORREIOS

Fls: 0193

0528

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 379/ASJUR/95



CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CGC/MF 34 028 316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL 15 063 283-5
ENDEREÇO AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - CENTRO-BELÉM/PA

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE 896 524 - SEGUP-PA
CPF 031.992 392-04

Assinatura do Titular	
SEGUP-PA	
☐ Contrato	☐ Edital
☒ Termo Aditivo	☐ Convênio
☐ Termo de Posição	☐ Voto
19/11/2005	

PRESENTE CONT SUP E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE 2.385.339-SEGUP/PA
CPF 475.534-87

CONSTATADA: PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E
TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA
CGC 15.752.934/0001-57
INSC. ESTADUAL 15.137.161-0
ENDEREÇO Rua Bernal do Couto, 128 - BELÉM/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO
IDENTIDADE 062 627-4/SEGUP-PA
CPF 096 820 072-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo Aditivo é alterar a Cláusula Décima Primeira, subitem 11.6.1, do Contrato Original nº379/95, a qual passará a ser a seguinte redação:

1.1.1: Dez por cento (10%) do valor mensal do Posto, pelos seguintes motivos:

- Abandono do Posto;
- Alteração nos discos do relógio, denotando violação dos mesmos;
- Vigilante demonstrando estar fora de seu estado normal, seja efeito de bebida ou devido uso de tóxicos;
- Vigilante ingerindo bebida alcoólica, entorpecentes ou tipo de droga, dessa natureza;
- Não ter efetuado o comprovado treinamento previsto no subitem 4.7.

PROB-PA 03/2505-CPM
CPMI - CORREIO
0194
Doc. 3628



- Não repor no prazo de 24(vinte e quatro) horas os objetos desaparecidos ou danificados, conforme especifica o subitem 4.9.2;
- Vigilante cujo nome não conste da relação prevista no subitem 4.12;
- Vigilante apresentando alteração no uniforme ou desprovido de qualquer de seus acessórios complementares;
- Vigilante dormindo no Posto;
- Vigilante desprovido de revólver, ou com revólver sem a munição prevista 05 (cinco) balas no tambor;
- Vigilante que não esteja de posse de porte de arma regulamentar fornecido pela Secretaria Pública;
- Não repor, no prazo de 30 (trinta) dias, os objetos desaparecidos ou danificados, conforme especifica o subitem 4.9.1;
- Vigilante faltoso em aspecto de higiene e apresentação pessoal condizente com a função que exerce.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo

Belém(PA), 11 de maio de 1996

CONTRATADA

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GESUP/DR/PA/AP

TESTEMUNHAS

/esl

per-adv

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0195	
Fls:	3628
Dac:	

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 0379/ASJUR/95



CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CGC/ME 34 028 314/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL 15 043 283-5
ENDEPEÇO AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - CENTRO-BELÉM/PA

REPRESENTANTES:
DETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE 896 524 - SEGUP-PA
CPF 031 992 392-04

ASSESSORIA JURÍDICA ECT - DRTA	
☐ Contrato	☐ Final
☒ Termo Aditivo	☐ Anulação
☐ Termo de Rescisão	☐ Outros
Nº 252	Data 08/07/96

GERENTE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE 2.385.339-SEGUP/PA
CPF 475 804 534-87

CONTRATADA: PUMA-SERVICOS ESPEC. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA
CGC 15 752 934/0001-57
INSCRIÇÃO 15 137.161-00
ENDEREÇO TRAV. MAURITI, 2123-Belém/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO
IDENTIDADE 062 627-4-SEGUP/PA
CPF 096 820 078-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do Contrato nº 0379/95, bem como alterar a cláusula do Preço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência do presente instrumento é de 12(doze) meses, com início em 12/07/96 e término em 11/07/97.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço da parcela PE= R\$ 8,21, com vigência a partir de 01/07/96, é fixo e irredutível durante 01(um) ano, salvo se houver alteração de preço executiva em contrário e de acordo com as regras definidas no edital.

RQS nº 03/2005 - SN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0196
3628
Doc:

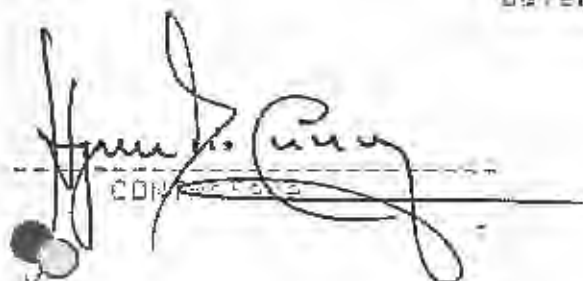
LAUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordada

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma perante as Testemunhas abaixo



Belém (PA), 08 de julho de 1996


CONTRATADA


WALDETE FERREIRA CARDOSO
DIRETOR REGIONAL
Rua Maria das Neves 880
ADIUNTO EXECUTIVO/DR/PA
Faz. Belémzinho, FAX: 8733/98

PAULO A. DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS

EP-2pam

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	0197
Fls:	3628
Doc:	



Contrato de Vigência - Puma LFDH
nº 379/95 - 3º Termo Aditivo



Vigência: 12/07/96 a 11/07/97

1) Variações do IGP-M de Julho/96 a Junho/97

$$\begin{aligned} & 1,0135 \times 1,0028 \times 1,0010 \times 1,0019 \times 1,0020 \times 1,0073 \\ & 1,0177 \times 1,0043 \times 1,0115 \times 1,0068 \times 1,0021 \times \\ & 1,0021 \end{aligned}$$

2) Índice do Reajuste:

$$1,0753$$

3) Valor do Contrato:

$$PB = 2,21$$

$$PB = 2,21 \times 1,0753 = 2,38 //$$

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0198
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0379/95

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA

CPF: 031.992.392-04

ASSESSORIA JURÍDICA ECT DR/PA			
☐ Contrato	☐ Edital		
☒ Termo Aditivo	☐ Convênio		
☐ Termo de Rescisão	☐ Visto		
N.º 046	Depto. 07/07		

GERENTE DE CONT.SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: PUMA-SERVIÇOS ESPEC. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA

CGC: 15.752.934/0001-57

INSCRIÇÃO: 15.137.161-00

ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123 - BELÉM/PARÁ

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO

IDENTIDADE: 062.627-4 - SEGUP/PA

CPF: 096.820.072-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato nº 0379/95, bem como alterar a cláusula do preço.

7

79

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM CORREIOS
Fis: 0199
3828
Doc:



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O período de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início em 12.07.97 e término em 11.07.98.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço da parcela PB= R\$ 2,38, com vigência a partir de 12.07.97, é fixo e irreajustável durante 01 (um) ano, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época.

3.2 Caso o Contrato seja prorrogado, a repactuação/reajuste dar-se-á com base nos preços vigentes no mercado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 09 de julho de 1997

PUMA
Tráfego Esp. de Vig. e Transp. de Valores S/C Ltda.

MANOEL CARLOS DE ALMEIDA
DIRETOR

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA
DIRETOR ADJUNTO

PAULO ANTONIO DANTAS DASILVA
GERENTE DE CONT.SUP.E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 0200
3628 -
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0379/95

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

Assinatura: _____		
☐ Inteiro	☐ Inteiro	☐ Inteiro
☒ Termo Aditivo	☐ Termo Aditivo	☐ Termo Aditivo
☐ Termo de Rescisão	☐ Termo de Rescisão	☐ Termo de Rescisão
Nº 21/38	Data 30/7/98	Visto

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA

CPF: 031.992.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: PUMA SERV. ESPEC. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA

CGC: 15.752.934/0001-57

INSCRIÇÃO: 15.137.161-00

ENDEREÇO: TV. MAURITI, 2123

BELÉM/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO

IDENTIDADE: 062.627-4 - SEGUP/PA

CPF: 096.820.072-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato nº 0379/95.

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0201	
FIS	3628
Doc	



2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O período de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início em 12/07/98 término em 11/07/99.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 10 de julho de 1998.

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA

Sr. Agente e Sr. Agente

Gerente de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0202
3628 -
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0379/95

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498
BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ASSESSORIA JURÍDICA	
ECT - D2/PA	
☐ Contrato	☐ Term. convênio
☒ Termo Aditivo	☐ Termo de rescisão
Nº 31/98 0379/95	

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA
CPF: 031.992.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: PUMA SERV. ESPEC. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTD
CGC: 15.752.934/0001-57
INSCRIÇÃO: 15.137.161-00
ENDEREÇO: TV. MAURITI, 2123
BELÉM/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO
IDENTIDADE: 062.627-4 - SEGUP/PA
CPF: 096.820.072-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é alterar a Cláusula Sexta - Dos Preços - do Contrato nº 379/95, bem como modificar os locais dos serviços de vigilância armada discriminados no Anexo II, Lote I - Belém - Área Metropolitana e Lote II - Interior do Estado do Pará.





2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 O preço a ser pago pelo fornecimento de mão-de-obra para prestação de serviços de vigilância armada será estipulado por homem/hora efetivamente trabalhada, sendo constituído de duas parcelas, expressas em R\$/hora: o PA=R\$ 3,39 resultante das despesas relativas a remuneração da mão-de-obra, mais encargos sociais, será reajustada nas datas e na mesma proporção da variação do salário normativo da categoria e/ ou da criação ou alteração dos encargos sociais, por ato do Estado.

A parcela do PB= R\$2,38 correspondente aos demais fatores de custos, é fixa e irreajustável durante a vigência do contrato, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS LOCAIS

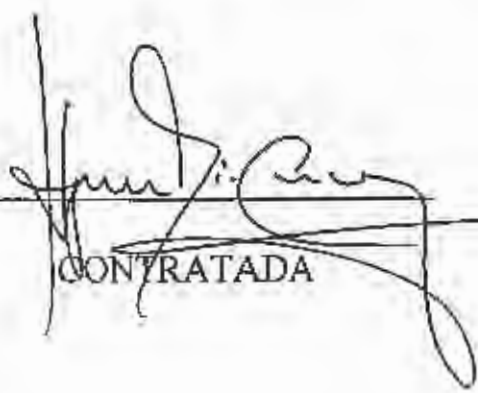
3.1 Os serviços de vigilância armada serão executados nos locais discriminados, conforme anexo, Lote I - Belém (Área Metropolitana) e Lote II - Interior do Estado do Pará.

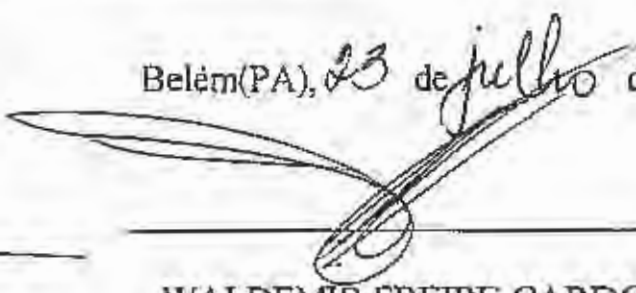
4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

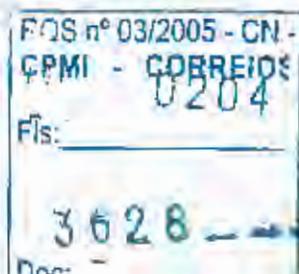
Belém(PA), 23 de julho de 1998.


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TESTEMUNHAS: _____





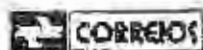
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

POSTOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DA PUMA
CAPITAL E INTERIOR

POSTOS DE SERVIÇO	HORÁRIO	FREQÜÊNCIA	Nº GUARDAS
SEDE PORTARIA	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
SEDE ESTACIONAMENTO	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
GARAGEM / ALMOX.	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
COMPLEXO CABANAGEM	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
COMPLEXO JURUNAS	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
COMPLEXO PEDREIRA	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
COMPLEXO COI	19:00 / 07:00	PERMANENTE	2
COMPLEXO MARABÁ	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
COMPLEXO PARAUAPEBAS	19:00 / 07:00	PERMANENTE	1
SEDE PORTARIA	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
SEDE ESTACIONAMENTO	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
GARAGEM / ALMOX	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
COMPLEXO CABANAGEM	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
COMPLEXO JURUNAS	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
COMPLEXO PEDREIRA	07:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
COMPLEXO COI	17:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	2
COMPLEXO MARABÁ	17:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1
COMPLEXO PARAUAPEBAS	17:00 / 19:00	SAB/DOM/FER	1

MN/lrs

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0205
3628 - 54



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 379/95

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

BELEM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

**ASSESSORIA JURÍDICA
ECT BR/PA**

☒ Alteração	☐ Edital
☒ Termo Aditivo	☐ Convênio
☐ Termo de Rescisão	☐ Visto
0068	Data 03/03/95

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA

CPF: 031.992.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO : PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: PUMA SERV. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA.

CGC: 15.752.937/0001-57

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.137.161-00

ENDEREÇO: TV. MAURITI, 2123

BELEM/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO.

IDENTIDADE: 062.627-4 - SEGUP/PA

CPF: 096.820.072-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do Contrato nº 0379/95, bem como incluir o subitem 9.3 em sua CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA.





2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O período de vigência do presente é de (12) doze meses, com início em 12.07.99 e término em 11.07.2000.

2.2 Fica incluído o subitem 9.3 na CLÁUSULA NONA do Contrato nº 0379/95, com a seguinte redação "É permitido a ECT rescindir o presente contrato em qualquer momento mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias".

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 25 de Junho de 1999.

PUMA
Serviços Espec. de Vigil. e Tráfego de Valores S/E Ltda.

CONTRATADA

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR REGIONAL

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS: MURILY SANTO APARECIDA

Clayton M. F. F. F.
8453.054-3

D. C. JORGE AFONSO
AO ADITIVO PUMA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0207
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 379/95

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498
BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA
CPF: 031.992.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: PUMA SERV. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA.
CGC: 15.752.937/0001-57
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.137.161-00
ENDEREÇO: TV. MAURITI, 2123
BELÉM/PA

REPRESENTANTE: HENRIQUE RIOS CARNEIRO.
IDENTIDADE: 062.627-4 - SEGUP/PA
CPF: 096.820.072-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é alterar a CLÁUSULA SEXTA - Dos Preços Nº 379/95.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0208
3628
Doc:



2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 O preço a ser pago pelo fornecimento de mão-de-obra para prestação de serviço de vigilância armada será estipulado por homem/hora efetivamente trabalhada, sendo constituído de duas parcelas, expressas em R\$/hora: o PA=R\$ 3,62, com vigência a partir de 01/09/1999, resultantes das despesas relativas a remuneração da mão-de-obra, mais encargos sociais, será reajustada nas datas e na mesma proporção da variação do salário normativo da categoria e/ou da criação ou alteração dos encargos sociais, por ato do Estado.

A parcela do PB=R\$ 2,38 corresponde aos demais fatores de custos, é fixa e irreajustável durante a vigência do contrato, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 01 de setembro de 1999.

CONTRATADA

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS: _____

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO HCL DE POSTO/1999, CFE. DEMONSTRATIVO.		41.836,03
		
VENC = 26/09/2000 STO =		
Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$	4.681,96	

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
QUARENTA E UM MIL OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E TRES CENTAVOS ***	41.836,03

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO CEP: 66.087-880 - FONE: 226-1778 TELEFAX: 246-1460 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2ª VIA
--	---	--

NOME	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

ATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	VG-VIGILANCIA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
004189	36.815,73	07/2000	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 004189	BASE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
	41.836,03	1,00	418,34	36.815,73
	EMIÇÃO DA NOTA 08/09/2000	CNPJ DO EMITENTE 15.752.934/0001-57	INSC. EST. EMITENTE 15.137.161-0	INSC. MUN. DO EMITENTE 00.993-9
	CNPJ DO CLIENTE 34.028.316/0016-51	INSC. EST. DO CLIENTE 15.063.263-5	INSC. MUN. DO CLIENTE	UF PA
Nº NOTA FISCAL 4189	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	ALÍQ. S.	VALOR I.S.S.	I.S.S. RETIDO NA FONTE
	41.836,03	5	2.091,33	39.744,70

DECLARO(AMOS) TEREM SIDOS PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

Doc: 3928

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NO MÊS DE SETEMBRO/2000, CFE. DEMONSTRATIVO.		41.797,24
28.144,21 20,145 28.222,45 27,145 033,20 033,20 10,5,10 23,5,83 11,11,59		
Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$	4.597,70	

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
QUARENTA E UM MIL SETECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS	41.797,24

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO CEP: 86.087-680 - FONE: 228-1775 TELEFAX: 246-1460 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2ª VIA
--	---	--

NOME	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 490

TUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	VE-VIGILÂNCIA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA, OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4230	41.797,24	30/10/2000	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 004230	BASE CÁLCULO I.R.	AUD. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO	
	21.781,57	1,00	417,00	36.781,57	
	EMIÇÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
	11/10/2000	15.752.934/0001-57	15.137.151-0	ROD.º 03/2005	CNPJ
	CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	CPMI - CORREIOS	
	34.026.316/8018-51	15.063.283-5		PR	
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	% I.S.S.	VALOR I.S.S.	I.S.S. RETIDO NA FONTE	
4230	41.797,24	5	2.089,86	0211	

AAI IMPRESSA GRAFICA E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA. - Tr. Quinto Bocaina 325 A Fone: 212-1004 - Produto - Belém-Pará - CNPJ 01.722.866/0001-21 - Ins. Est. n. 15.193.932-0 - Ins. Mun. n. 138.729-4 - 1500m² Vias de Nota Fiscal Fatura Série A em Fôr. Cont. - de 4001 A 4500 - Autenticação n. 0745/2000 DETM em 07/04/2000 Válido até 07/04/2002 - de acordo com a portaria de n. 040/2000 DARE SEFPA, de 04/03/00 - P. 1 de 1 item 1/1

3628

Doc:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO MES DE OUTUBRO/2000, CFE. DEMONSTRATIVO.		42.384,16
12 7991 20.425 13.510 20.425 22.500 11.445 54		
0005 PD PD 00 0000 = 23/11/2000 0005 11 00		
Retenção para Seguridade Social: R\$ 4.662,26		



VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

QUARENTA E DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E DEZESSEIS ***
CENTAVOS

42.384,16



PUMA
Serviços Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

RAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP: 66.087-880 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1450
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

NOME EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ENDEREÇO AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

ATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
004267	27.298,86	23/11/2000	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004267	42.384,16	1,00	423,84	27.298,86
EMISSÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
06/11/2000	15.752.934/0001-57	15.137.161-0	06.088-3	PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE		
34.028.316/0018-31	15.063.283-5			PA
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	% I.S.S.	VALOR I.S.S.	% RETIDO NA FONTE
4267	42.384,16	5	2.119,21	15,9

RQS nº 03/2005 - CH
CPMI - CORREIOS
212

ART. IMPRESSA CRIMINOS E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - Tv. Calvão Boalão 395 A, Fone: 212-1064 - Belém - Pará - CNPJ 06.772.881/0001-21 - Insc. Est. n. 15.103.139-9 - Insc. Mun. n. 131.790-8
15044 Vias de Nota Fiscal Fatura Série A em Folha Com. - de 4021 a 5100 - Autorização n. 07452020 DETM em 07/04/2000 VU:043 416 07/04/2002 - de acordo com a portaria de n. 046/93 GAB/SEFIN de 07/07/93 - P.M. de Belém - Pará

DECLARO(AMOS) TEREM SIDOS PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO HRS DE NOVEMBRO/2000, COM. DEMONSTRATIVO.		38.410,91
		
VENC = 19/12/2000		
Retencao p/a Seguridade Social (112) R\$		4.225,20

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
TRINTA E OITO MIL QUATROCENTOS E DEZ REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS ***	38.410,91

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1776 TELEFAX: 246-1460 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2ª VIA
--	---	--

NOME	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

TÍTULOS DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	VG-VIGILANCIA
INDICADORES DE PAGAMENTO	A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA, OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4311	R\$ 38.410,91	19/12/2000	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 004311	BASE CÁLCULO I.R.	AUG. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
	38.410,91	1.00	384,11	38.801,80
	EMIÇÃO DA NOTA	CNPJ DO EMISSOR	INSC. EST. EMISSOR	INSC. MUN. DO EMISSOR
	04/12/2000	15.752.934/0001-57	15.137.181-0	PA
	CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	UF
	34.028.316/0018-51	15.043.283-5		PA
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	% I.S.S.	VALOR I.S.S.	I.S.S. RETIDO NA FONTE
4311	38.410,91	5	1.920,55	0213

DECLARAMOS TEREM SIDO PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

PRESTADOS DE SERVICIOS DE VIGILANCIA: NO MES DE
FEBRERO 2006. CORRESPONDIENTE A:

01 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (CAPITAL)
01 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL)
01 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (INTERIOR)
01 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (INTERIOR)
12:00 HS EXTRAS NO CORREIO SEVERAULT

2,376,91
583,08
2,376,91
583,08
6,21

6.415,02
 2.374,91
 553,63
 77,52
 35.834,40



Retencao p/a Seguridade Social (112) R\$ 3.941,78

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

TRINTA E CINCO MIL DITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS

35,834.40



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
PRESIDENTE VARGAS. 498

NATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

NI SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
7355	31.534,27	04/01/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	ALQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO	
	35.834,40	.00	358,34		31.536,27
004350	EMIÇÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
	01/01/2001	15.752.934/0001-57	15.137.181-0	96.993-3	PA
	CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	RQS nº 03/2005 - CM - CPMI - CORRÊPOS	
	14.828.316/0018-51	15.063.283-5			
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.	% I.S.	VALOR I.S.	I.S. RETIDO NA FONTE	
9350	35.834,40	5	1.791,72	Fls. =	0214

AMT IMPRESSA GRAFOS E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - Tr. Chafariz Boazópolis 396-A, Fone: 741-3724 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 212-010 - Caixa Postal 1500 - J. P. Silva - Tel.: 741-3724 - Fax: 741-3724 - e-mail: amt@amt.com.br

DECLARAMOS TEREM SIDOS PRESTADOS PELO DITADA - SERVIÇOS LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

NY 4350

DATA

10 P1 101

ESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO MES DE
 1º DE ABRIL/2001, CORRESPONDENTE A:
 1 POSTOS DE 12:00 HS NOTURNA (CAPITAL)
 1 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL)
 1 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (INTERIOR)
 1 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (INTERIOR)
 1,00 HS EXTRAS NO CORREIO SEVERAUTO

2.396,91
 583,08
 2.396,91
 583,08
 6,21
 36.032,52



Handwritten notes:
 12/02/01
 12/02/01
 12/02/01

Venc: 06/3/01
 STO: 2813000-6

Referencia p/a Seguridade Social (11%) R\$ 3.963,59

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

TRINTA E SEIS MIL E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS
 36.032,52



PUMA
 Serviços
 Especializados de
 Vigilância e
 Transporte de
 Valores S/C
 Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
 CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1776
 TELEFAX: 246-1460
 BELEM-PARA

NOTA FISCAL-FATURA
 SÉRIE A
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
 2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

RECIBO

DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA 4.14.12-3
 DE PAGAMENTO A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA, OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4398	31.788,62	23/02/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004390	36.032,52	1,88	369,33	31.788,62
EMIÇÃO DA NOTA	CNPJ DO EMISSOR	INSC. EST. EMISSOR	INSC. MUN. DO EMISSOR	UF
88/02/2001	15.752.934/0001-57	15.137.161-0	96.993-3	PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	RQS Nº 03/2005 - CN	
34.028.316/0018-51	15.863.283-5		CPMI - CORREIO	
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S	% I.S.S	VALOR I.S.S	I.S.S. RETIDO NA FONTE
4398	36.032,52	5	1.801,63	34.230,89

ART. IMPRESSA CRIAÇÕES E SERVIÇOS GÁFICOS LTDA., Av. Curiúta Bocaina 395-A, Fone: 212-1404 e Fátima - Belém Para - CNPJ 01.722.881/0001-21 - Insc. Est. n. 15.181.138-9 - Insc. Mun. n. 136.795-8
 15000 Vias de Nota Fiscal Fatura Série A em Form. Cont. n. 4001 a 5100 - Autorização n. 07457000-DIETM, em 07/04/2000 Vendas até 02/04/2000 - de acordo com a portaria de n. 046/93-2-AB5/SEHN, de 02/04/93 - P.M. de Belém Para.

LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

Nº 4398

DATA

Doc:

PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO M-S DE
FEVEREIRO/2001, CORRESPONDENTE A:

11 POSTOS DE 12:00 HS NOTURNA (CAPITAL)
11 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL)
01 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (INTERIOR)
01 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (INTERIOR)
316 HORAS EXTRAS EM FEV/2001

2.396,91
583,08
2.396,91
583,08
6,21
26.366,01
6.413,88
2.396,31
583,08
1.962,36
37.721,64



Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$ 4.149,38

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

TRINTA E SETE MIL SETECENTOS E VINTE E UM REAIS E SESSENTA E QUATRO
CENTAVOS

37.721,64



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1460
BELEM-PARA

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

NOME EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

NÚMERO DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

VG-VIGILANCIA 4.14.12-3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A VISTA

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4425	33.195,04	21/03/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE DE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004425	37.721,64	1,00	377,22	33.195,04
EMISSION DA NOTA	CPF DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
06/03/2001	15.752.934/0001-57	15.137.161-0	96.993-3	PA
CPF DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	RGS nº 03/2005 - CNLE	
34.028.316/0018-51	15.063.283-5		CPMI - CORREIOS DA	
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	% I.S.S.	VALOR I.S.S.	I.S.S. RETIDO NA FONTE
4425	37.721,64	5	1.886,08	0216
				Fls: -

ART. IMPRESSA CRIAÇÕES E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - Tr. Quilombo Barro Preto 291 A Fone: 232-4004 - Recife - Pernambuco - CNPJ 01.772.651/0001-91 - Insc. Est. n. 15.193.132-5 - Insc. Mun. n. 428.793-8
1500-A via de Nota Fiscal/Fatura Série A em Form. Cof. - 01-001 95500 - Autenticação n. 07457000-DEMA em 07/04/2002 Valor n. 0704/2002 - 01/04/2002 com apontamento n. 046.91-0-0333SERIAL 090393-P.N. 04-Bela Paço

DECLARAMOS TEREM SIDO PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

Nº 4425 DATA 06/03/2001

Doc

1665

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA NO MES DE MAIO/2001, CORRESPONDENTE A:		
11 POSTOS DE 12:00 HS NOT (CAPITAL) NO PERÍODO DE 01 A 09/05/2001 (2.396,91 / 30 = 79,89 * 9)	719,81	7.989,11
05 POSTOS DE 12:00 HS NOT (CAPITAL) NO PERÍODO DE 10 A 31/05/2001 (79,84 * 22)	1.756,92	8.784,60
11 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL) NO PERÍODO DE 01 A 09/05/2001 (583,08 / 30 = 19,44 * 9)	174,96	1.924,56
05 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL) NO PERÍODO DE 10 A 31/05/2001 (19,43 * 22)	427,46	2.137,30
01 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (INTERIOR)	2.396,91	2.396,91
01 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (INTERIOR)	583,08	583,08
44 HORAS EXTRAS EM MAIO/2001 (CAPITAL)	6,21	273,24
		24.888,88

VENC = 13/08/01

Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$

2.648,58

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
VINTE E QUATRO MIL E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS	24.888,88



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP: 66 087-680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1480
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
1ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

NOME

E/DEPO

NATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

VG-VIGILANCIA COD.: 4.14.12-3

A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4563	21.127,74	28/06/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	AUX. LR.	VALOR I.R. RETENÇÃO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004563	24.888,88	1,00	248,89	21.127,74
EMIÇÃO DA NOTA	DATA DO EMISSOR	CNPJ DO EMISSOR	INSC. EST. EMISSOR	INSC. MUN. DO EMISSOR
13/05/2001	15.752.934/0001-57	15.137.161-0	96.993-3	PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE		
34.628.316/0018-51	15.663.283-5			
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R.	VALOR LÍQ.
4563	24.888,88	5,00%	1.200,44	

IMPRESSA CHAGRES E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA., Tr. Duque de Caxias 385A, Fone: 212-1006 - Belém-PA, CEP: 66.000-000 - Tel: 212-1006 - Fax: 212-1006 - E-mail: chagres@chagres.com.br
15000 - via de Nota Fiscal Fatura Série A em Fato, Cont. de 4001 a 5505 - Autorização: 07422000-0274 em 07/04/2000 - Válido até 07/04/2002 - Insc. Est. do Estado do Pará: 04690-046905274, de 01/01/2001 - P. 14, de Belém-PA

30828



EXMO. SR. DR. DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM
BELÉM DO PARÁ

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, CURSO DE FORMAÇÃO, VIGILANTE ORGÂNICO (VIGIAS) ASSIM ENTENDIDOS E SIMILARES DO ESTADO DO PARÁ - SINDIVIPA, com sede na Tv. Vilela, nº 2.475, alíus, Bairro do Marco, Belém/PA, CEP 66.093-380, por seu presidente ao final assinado e SINDICATO DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, CURSO DE FORMAÇÃO E SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO PARÁ - SINDESP, com sede na Av. Nazaré, nº 272, salas 301/302, Bairro de Nazaré, nesta cidade, CEP 66.040-170, por seu presidente ao final assinado, ambos assistidos por seus procuradores, requerem que V. Exa. se digne a efetuar o depósito do Termo de Convenção Coletiva de Trabalho, em anexo, perante esta Delegacia Regional, nos termos da Portaria MT 865/95.

Belém, 27 de setembro de 1999.

RAIMUNDO JOSÉ ALMEIDA
Presidente SINDIVIPA

MAURER KAHVAGE DAVID
OAB/PA 6504

TOLENTINO MARCAL DE VASCONCELOS
Presidente SINDESPA

MAURO HERMES FRANCO FIGUEIREDO
OAB/PA 514

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0220
Fis: _____
3628 -
Doc: _____



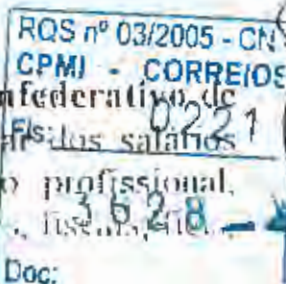
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM O SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, TRANSPORTE DE VALORES E SIMILARES DO ESTADO DO PARÁ - SINDIVIPA E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, CURSO DE FORMAÇÃO E SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO PARÁ - SINDESP/PA.

TÍTULO I - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA E DESCONTO ASSISTENCIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA Para a manutenção dos Sistemas Confederativa de Representação Sindical Profissional, as empresas deverão descontar diretamente dos salários dos seus empregados operacionais, associados ao sindicato profissional, pertencentes aos cargos de supervisor, chefe de operações, inspetores, fiscais, fies, chefe de equipe, encarregados, condutores de carro forte, vigilante de cobertura de carro forte, vigilantes, vigias e assemelhados, em folha de pagamento, o valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento), mensalmente, do salário de cada empregado, a título de Contribuição Confederativa Profissional, que trata o art. 8º, IV da Constituição Federal de 1988, dispositivo auto-aplicável conforme Acórdão 191022-4 do Supremo Tribunal Federal, sendo referido desconto efetivado da seguinte forma:

- Os recolhimentos da Contribuição de que trata a presente cláusula (Contribuição Confederativa Profissional) deverão ser feitos mediante depósito em conta corrente bancária do Sindicato Profissional ou através de Cheque Cruzado em favor do mesmo, devendo os comprovantes serem diretamente remetidos à Secretaria de Finanças do Sindicato Profissional no prazo de 05 (cinco) dias.
- Por se tratar de Contribuição de cunho Confederativo, fica estipulado que caberá ao Sindicato Profissional promover os repasses devidos à Confederação Nacional e à Federação Regional, conforme preceitua a Ata de Assembleia Geral dos Trabalhadores mencionada na Cláusula Sexta.
- O prazo para recolhimento da Contribuição Confederativa será até o décimo dia do mês subsequente ao desconto.

CLÁUSULA SEGUNDA Para a manutenção dos Sistemas Confederativo de Representação Sindical Profissional, as empresas deverão descontar dos seus empregados operacionais, não associados ao sindicato profissional, pertencentes aos cargos de supervisor, chefe de operações, inspetores, fiscais, fies, chefe de equipe, encarregados, condutores de carro forte, vigilante de cobertura de carro forte, vigilantes, vigias e assemelhados, em folha de pagamento, o valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento), mensalmente, do salário de cada empregado, a título de Contribuição Confederativa Profissional, que trata o art. 8º, IV da Constituição Federal de 1988, dispositivo auto-aplicável conforme Acórdão 191022-4 do Supremo Tribunal Federal, sendo referido desconto efetivado da seguinte forma:





fiscais, fies, encarregados, condutores de carro forte, guarda de cobertura, em folha de pagamento, o valor correspondente a 1,50% (um vírgula cincoenta por cento), mensalmente, do salário de cada empregado, a título de Contribuição Confederativa Profissional, que trata o art. 8º, IV da Constituição Federal de 1988, dispositivo auto-aplicável conforme Acórdão 191022-4 do Supremo Tribunal Federal, obedecendo o sindicato profissional a forma, repasse e o prazo para o desconto, tal como previsto nas alíneas a, b, e c da cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA - Somente no mês de setembro/99, as empresas representadas aqui pelo sindicato representante da categoria econômica, farão descontar o percentual de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) a título de Contribuição Assistencial do salário base dos trabalhadores associados ao sindicato profissional, das atividades operacionais discriminados na cláusula primeira da presente norma coletiva, a fim de custear as despesas decorrentes do processo de negociação coletiva, a ser recolhido até o dia 25 (vinte e cinco) de outubro de 1999, mediante depósito em conta corrente bancária do Sindicato Profissional ou através de Cheque Cruzado em favor do mesmo, devendo os comprovantes serem diretamente remetidos à Secretaria de Finanças do Sindicato Profissional no prazo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUARTA - Somente no mês de setembro/99, as empresas representadas aqui pelo sindicato representante da categoria econômica, farão descontar o percentual de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) a título de Contribuição Assistencial do salário base dos trabalhadores não associados ao sindicato profissional, das atividades operacionais discriminados na cláusula primeira da presente norma coletiva, a fim de custear as despesas decorrentes do processo de negociação coletiva, a ser recolhida até o dia 25 (vinte e cinco) de outubro de 1999, mediante depósito em conta corrente bancária do Sindicato Profissional ou através de Cheque Cruzado em favor do mesmo, devendo os comprovantes serem diretamente remetidos à Secretaria de Finanças do Sindicato Profissional no prazo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUINTA - Os trabalhadores não associados ao Sindicato Profissional poderão opor-se ao desconto estipulado na cláusula 2ª (segunda), a qualquer tempo da vigência da referida cláusula e da cláusula 4ª (quarta), até 10 (dez) dias posterior ao efetivo desconto, cuja comunicação de oposição somente poderá ser feita individualmente em formulário expedido pelo sindicato profissional e protocolado na sede ou sub-sede do sindicato, desobrigando as empresas de efetuar o referido desconto assim que este documento protocolado tiver conhecimento.





CLÁUSULA SEXTA - Para a efetivação dos descontos previsto nas Cláusulas I, II, III e IV, o Sindicato Profissional, obriga-se enviar às empresas cópia da ATA da Assembleia Geral que autorizar os descontos bem como a relação dos presentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica estabelecida a multa de 3,0% (três por cento), por empregado, aplicado sobre o valor da Contribuição Confederativa e/ou Desconto Assistencial previstos nas cláusulas I, II, III e IV, por infração a qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser aplicada à parte infratora e a reverter em favor da parte prejudicada, seja ela entidade sindical, empregado ou empresa. A presente cláusula atende às exigências do inciso VIII do art. 613 da CLT.

TÍTULO II - PAGAMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DE SETEMBRO/99

CLÁUSULA OITAVA - O pagamento da diferença salarial do percentual de 6,92% (seis vírgula noventa e dois por cento), referente ao acordo nos autos do Processo TRT SE DC 980/99, a incidir sobre o total da remuneração percebida pelos trabalhadores das categorias de supervisor, chefe de operações, inspetores, fiscais, fies, chefe de equipe, encarregados, condutores de carro forte, vigilante de cobertura de carro forte, vigilantes, vigias e assemelhados, no mês de setembro de 1999, deverá ocorrer até o dia 20 de outubro de 1999.

TÍTULO III - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

CLÁUSULA NONA - O Atestado de Saúde Ocupacional do que trata a Norma Regulamentadora nº 7 será entregue pela empresa ao trabalhador em duas vias, uma das quais obrigatoriamente deverá ficar de posse do mesmo, enquanto estiver no exercício da função no local de trabalho, para pronta apresentação quando solicitado pela Fiscalização da DRT ou outra autoridade fiscalizadora competente, mediante prévia identificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica vedado ao trabalhador que exerça fora do local da sede, filial ou escritório de representação da empresa o recebimento de Notificação, Aviso de Recchimento, Auto de Infração e Correspondências Diversas que esteja endereçada à empresa empregadora.





TERMO DE REGISTRO E
ARQUIVAMENTO

DE CONFORMIDADE COM O DESPACHO DO SR. DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ, EXARADO NO PROCESSO DRT/PA/Nº 46222-10866/99, DE 27.09.99, A PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO FOI DEPOSITADA NESTA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E ARQUIVADA NO ARQUIVO DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO, FOLHAS Nº 3245 A 3249, ORDEM Nº 23, PASTA DE SETEMBRO/99, ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 614 E 615 § 1º DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO (CLT) E ARTIGO 111 DA PORTARIA Nº 865/MTb/PA, DE 14.09.95, RESSALVANDO-SE QUE AS DISPOSIÇÕES DO PRESENTE INSTRUMENTO QUE INFRINGIREM AS NORMAS LEGAIS VIGENTES, SERÃO SUJEITAS À DENÚNCIA À PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO, DE ACORDO COM A LEI Nº 7947/84 E LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93, PARA DECRETAÇÃO DE DENÚNCIA.

BELEM, 28 DE SETEMBRO DE 1999

Francisco O.C. Vasconcelos

Mat. S.A.P. Nº 01175274

Wilson Modesto Figueiredo

Delegado Regional do Trabalho no Pará

FDS nº 03/2005 - CH -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0224
3028
Doc:



MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO
PARÁ
SERVIÇO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

CERTIDÃO Nº 001/99

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Sindicato dos Vigilantes e Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Transportes de Valores, Curso de Formação e Similares do Estado do Pará e Sindicato das Empresas de Vigilância, Transporte de Valores, Curso de Formação e Segurança Privada do Estado do Pará, protocolizado nesta DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO, sob o nº 46222-010868/99, de 27.09.99, CERTIFICO, para fins de direito, que se encontra depositado e arquivado neste órgão, Termo de Compromisso assinado pelos requerentes, com tabela salarial anexa ao mesmo, partes integrantes do processo nº 46222-010867/99. Do que para constar foi lavrada a presente Certidão ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e nove, a qual vai assinada pela Chefe do Serviço de Relações do Trabalho e Pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará.//

Ceres Beckmann
CERES BECKMANN
Chefe do SERET

Wilson Modesto Figueiredo
WILSON MODESTO FIQUEREDO
Delegado Regional do Trabalho

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0225
3628 - 42
Doc:



Av. Nazaré nº 272 - Sala 301 - Ed. Centro de
Engenharia, Bairro de Nazaré - Belém -
Pará - CEP: 66095-170 - C.C.A/SIN-
11 452.393/0001-82 - 0800 11 225.1712 -
222.6481 - Fax 223.2194
E-mail: sin@sinatrilite.com.br



Trav. Vilela, 2476, anos, - Bairro do
Marco, CEP: 66093-300, Belém-PA -
Fone (091) 220.2773 - Fone/Fax (091)
228.2963 - C.G.C/MF nº
16.762.619/0001-62



TABELA DE PISO SALARIAL VIGENTE A PARTIR DE 01.09.99 A 31.08.2000						
	CARGOS	PISO SALARIAL	DIÁRIA	ADICIONAL NOTURNO 20%	HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%
I	CHEFE DE OPERAÇÕES e SUPERVISOR	R\$-543,83	R\$-18,13	R\$-0,49	R\$-2,47	R\$-3,71
II	INSPECTOR e FISCAL	R\$-521,75	R\$-17,39	R\$-0,47	R\$-2,37	R\$-3,56
III	FIEL, CHEFE DE EQUIPE e ENCARREGADO	R\$-505,54	R\$-16,85	R\$-0,46	R\$-2,30	R\$-3,45
IV	VIGILANTE CONDUTOR DE CARRO FORTE	R\$-482,38	R\$-16,08	R\$-0,44	R\$-2,19	R\$-3,29
V	VIGILANTE COBERTURA DE CARRO FORTE	R\$-432,00	R\$-14,40	R\$-0,39	R\$-1,96	R\$-2,95
VI	VIGILANTE VIGIAS e ASSEMElhADOS	R\$-360,00	R\$-12,00	R\$-0,33	R\$-1,64	R\$-2,45

RAIMUNDO JOSÉ ALMEIDA
Presidente SINDESP/PA

TRUENTINO MARCAL DE VASCONCELOS
Presidente SINDESP/PA



ALUGUELOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NO MÊS DE
JULHO/2000, CFE. DEMONSTRATIVO.

20.405

10.5.10



VENC. 22/08/00

8m, 80.08.00

O/M

Desconto p/a Seguridade Social (11%) R\$ 4.782,55

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

QUARENTA E DOIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESSENTA
CENTAVOS

42.748,68



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARÇO
CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1778
TELEFAX: 246-1460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

TIPO DE OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VG-VIGILÂNCIA
FORMA DE PAGAMENTO À VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4153	42.748,68	22/08/2000	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	AUD. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004153	42.748,68	1.23		42.748,68
EMISSÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
07/08/2000	15.752.934/0001-57	15.137.161-0		PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE		
34.026.316/0018-51	15.043.283-3			
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.G.	% I.S.G.	VALOR I.S.G.	I.S.G. RETIDO NA FONTE
4153	42.748,68	5	2.137,43	40.611,25

NOTA FISCAL FATURA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

DATA 08/08/2000



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GP5

1 - NOME DA FAZENDA SOCIAL / FONE / ENDEREÇO

PUMA - SERV. ESPEC. DE VIGIL. E TRANSP. DE
VAL. S/C LTDA. / EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS
TRAV. MAURITI, 2123 246-1480

2 - VENCIMENTO
(Uso exclusivo INS5)

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de recenseamento de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A recenseação que apresentar valor inferior deverá ser adicionada a contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

CORREIOS

CNPJ: 34.028.318/0018-51

NF 4563/A VLR. 24.008,80

instruções para preenchimento no verso.

3. CÓDIGO DE PAGAMENTO

2831

A - COMPETÊNCIA

06/2001

ID - IDENTIFICADOR

~~15-752-9340001-57~~

B = VALOR DO IMSS

~~2,640.97~~

3.

Я-

B - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES

10 - ATM / MULTA E JUROS

11 - TOTAL

2.840,97

12 - AUTENTICACAO BANCARIA



050-

10/2/93

RECORDS OF THE

[Signature]

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls: 0228

Doc: 3628



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NO MÊS DE
JUNHO/2001, CORRESPONDENTE A:
05 POSTOS DE 12:00 HS NOTURNA (CAPITAL)
25 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (CAPITAL)
01 POSTO DE 12:00 HS NOTURNA (INTERIOR)
01 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER (INTERIOR)
40:00 HS EXTRAS EM JUNHO/2001 (CAPITAL)

2.396,01 988,85
583,04 2.915,20
2.396,01 2.396,01
583,04 583,04
6,21 248,40
=====

18.122,70

ATESTO

☒ Prestação de serviço

☐ Rescisão de Material e o valor cobrado

6.7.01

Carimbo/Ass.

Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$ 1.993,50

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

DEZOITO MIL CENTO E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS *****

18.122,70



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP. 86.087-680 - FONE: 228-1778
TELEFAX: 246-1460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 49B

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
A VISTA

VG-VIGILANCIA COD.: 4.34.12-3

DECLARAMOS A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREMOS À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., QU À SUA ORDEM, NÚMERO E VENCIMENTO INDICADOS

SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4689	15.947,97	26/07/2001	

NÚMERO DE CONTROLE FORMULÁRIO	BASE DE CÁLCULO I.T.	ALÍQUOTA	VALOR A RECEBER DO CLIENTE	VALOR LÍQUIDO
004609	18.122,70	1,00	181,23	15.947,97

EMISSÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. EMITENTE	UF
11/07/2001	15.762.934/0001-57	15.137.161-0	05.893.3	PA

CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	UF
34.028.316/0018-51	15.863.283-5		PA

Nº DA NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.B.S.	% I.B.S.	VALOR I.B.S.	VALOR LÍQUIDO
4689	18.122,70	5,00%	906,14	15.947,97

ART. IMPRESSA CRIAÇÕES E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - Tr. Criação Brasileira 353-A - Fone: 312.4001 - Recife - Brasil - PA - CNPJ: 01.772.581/0001-21 - Insc. Est. n. 15.133.132-9 - Insc. Mun. n. 131.757-2

LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

Nº 4689

DATA 12/07/01

Doc 3628

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NO MES DE
07/2001, CORRESPONDENTE A:
05 POSTOS DE 12:00 HS NOT (CAPITAL) NO PERIODO DE
01 A 02/07/2001
05 POSTOS DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER 01/07/01
01 POSTO DE 12:00 HS NOT (INTERIOR) PERIODO 01 E
02/07/2001
01 POSTO DE 12:00 HS DIURNA SAB/DOM/FER 01/07/01
04 HORAS EXTRAS EM 07/2001 (CAPITAL)

159,74

19,43

159,80

19,43

6,21

798,70

97,15

159,80

19,43

24,87

1.099,92

Retencao p/a Seguridade Social (11%) R\$ 120,99

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

UM MIL E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS

1.099,92



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP: 66.087-660 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

ESTIPULADA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO A VISTA

VG-VIGILANCIA COD.: 4.13-12-3

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OU À SUA ORDEM, NA PRACA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4656	1.099,92	17/08/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO IPI	ALÍQUOTA	VALOR IPI RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004656	1.099,92	1,05	11,55	1.099,92
	EMISSÃO DA NOTA	DNRJ DO EVENTO	INSC EST SAIENTE	INSC MUN. COEARENTE
	14/08/2001	15.752.934/0001-57	15.137.181-0	06.993-3
	CPF DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	
	34.028.316/0018-51	19.863.388-3		
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO IPI	ALÍQUOTA	VALOR IPI RETIDO NA FONTE	
4656	1.099,92	5,00%	55,00	

NOTA FISCAL FATURADA EM 14/08/2001 ÀS 14:00 HORAS. VALOR TOTAL: R\$ 1.099,92. VALOR IPI: R\$ 11,55. VALOR LÍQUIDO: R\$ 1.099,92. VALOR IPI RETIDO NA FONTE: R\$ 55,00. VALOR LÍQUIDO: R\$ 1.044,92.

DECLARO(AMOS) TEREM SIDO PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

Nº 4656

DATA 16/10/2001

ASSINATURA

PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO PERIODO DE 03/07 A 11/07/2001, CONF. DEMONSTRATIVO



5.751,20



10/20/01
Abub

STO: 28.26000-7
VENC.: 10.101

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS

5.751,20



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP 55.087-680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1460
BELEM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

10/11/01

DATA DE OPERAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV-TRANSP. VAL. COD.: 4.02.20-6
PAGAMENTO A VISTA

REGONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREMOS(AMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4627	5.693,69	09/08/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004627	5.751,20	1.00	57,51	5.693,69
EMISSÃO DA NOTA	DATA DO EMISSOR	INSC. EST. EMISSOR	INSC. MUN. DO EMISSOR	UF
25/07/2001	15.732.934/0001-57	15.137.161-0		PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE		
34.028.316/0018-51	15.063.283-5			
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	VALOR I.S.S.	VALOR I.S.S. RETIDO NA FONTE	
4627	5.751,20	5.00%	287,56	

DECLARO(AMOS) TEREM SIDO PRESTADOS PELA PUMA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

3628
Doc:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO
PERÍODO DE 29/06 A 13/07/2001, CONT. DEMONSTRATIVO



11.581,20

*** ATESTO**

☐ Prestação de serviço

☐ Reconhecimento material p o valor

22/08/01

01/08/01

Assinado por: [Assinatura]

Carimbo: [Carimbo]

STO: 28-26000-1

VENC.: 1/1/01

VALOR POR EXTENSO

VALOR DESTA NOTA

ONZE MIL QUINHENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS *****

11.581,20



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
P. Ltda.

10 01 80

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CER. 66.087.680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-7460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

ENDEREÇO

NATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A VISTA

VAL. COD.: 4182,20

RECONHECE(MOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS VALORES E VENCIMENTO INDICADOS.

NT SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4626	11.465,39	09/08/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I.R.	AUD. I.R.	VALOR I.R. RETENÇÃO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004626	11.581,20	1,00	115,81	11.465,39
EMISSÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
25/07/2001	15.752.934/0001-57	15.137.161-0		PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	REG. Nº 03/2005 - CN	RA
34.028.916/0018-51	15.063.283-5		CPMI - CORREIOS	PA
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S	% I.S.S	VALOR I.S.S	I.S.S RETIDO NA FONTE
4626	11.581,20	5,00%	579,06	Fls: 0232

ANT IMPRESSA GRAFICAS E SERVICOS GRAFICOS LTDA - Tr. Gu. 100, Bloco 355 A, Fone: 212-2100, Belém - Pará - CEP: 01.712-130, Fone: 212-2100, Fax: 212-2100, E-mail: ant@ant.com.br, Site: www.ant.com.br

DECLARO(AMOS) TEREM SIDOS PRESTADOS PELO PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OS SERVIÇOS DESCRITOS NESTA NOTA FISCAL-FATURA - SÉRIE A

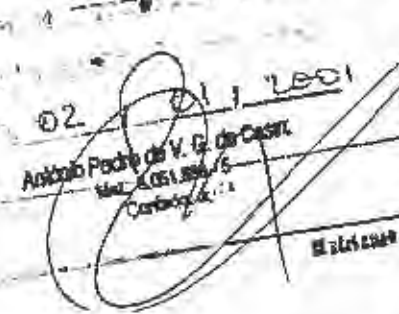
12 4626

DATA

ASSINATURA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO PERÍODO DE 04 A 21/12/2000. CONF. DEMONSTRATIVO. 0311		17.985,20





VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
DEZESSETE MIL NOVECENTOS E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS	17.985,20

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MAROÓ CEP: 66.087-680 - FONE: 228-1776 TELEFAX: 248-1480 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS 1ª VIA
--	---	--

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

TIPO DE OPERAÇÃO - PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE TV-TRANSP. VAL
 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO A VISTA VENC: 19/01/2001

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREMOS À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA., OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS.

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4327	17.985,20	19/01/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 004327	BASE CÁLCULO I R	17.985,20	1,00	VALOR I R RETIDO FONTE	179,85	VALOR LÍQUIDO	17.726,15
	EMIÇÃO DA NOTA	26/12/2000	CNPJ DO EMITENTE	15.752.934/0001-57	INSC. EST. EMITENTE	15.137.161-0	INSC. MUN. DO EMITENTE
	CNPJ DO CLIENTE	34.028.316/0018-51	INSC. EST. DO CLIENTE	15.063.283-5	INSC. MUN. DO CLIENTE		
INSC. FISCAL	4327-	BASE DE CÁLCULO I R B	17.985,20	% ISS	5	VALOR ISS	895,26
						ISS RETIDO NA FONTE	0233

3628
 Doc:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO PERÍODO DE 02 A 15/01/2001. CONF. DEMONSTRATIVO R 02.21.004 DINSP FL 145 AC		16.340,88
05 01,01 Antonio Pedro de V. L. de S. S.		
SEÇÃO DE CONTAS A PAGAR 12 MAR 2001 ENCERRADO 21/03/01		

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS *****	16.340,88



PUMA
Serviços
Especializados de
Vigilância e
Transporte de
Valores S/C
Ltda.

TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO
CEP. 66.087-680 - FONE: 228-1776
TELEFAX: 246-1460
BELÉM-PARÁ

NOTA FISCAL-FATURA
SÉRIE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
1ª VIA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

Tipo da Operação - Prestação de Serviços de TV-TRANSP. VAL
Forma de Pagamento A VISTA

RECONHECIMENTO(A) EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4366	16.176,68	06/02/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO I R	AUX. I R	VALOR A RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
004366	16.340,88	1,88	163,40	16.176,68
EMIÇÃO DA NOTA	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE	UF
22/01/2001	15.762.934/0001-57	15.137.161-0	96.993-3	PA
CNPJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE		
34.828.316/0018-51	15.063.293-5			
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I R	ALÍQ. I R	VALOR I R	I R S RETIDO
4366	16.340,88	5	817,00	

RCS nº 03/2005 - GN -
CORREIOS
0235

3628

0820

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO PERÍODO DE 31/01 A 15/02/2001, CONF. DEMONSTRATIVO		7.953,20
(20)		
I.R. 1% = 79,53		
VENC: 20/04/01		
VALOR POR EXTENSO		STO: 28 13000-6

SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS *****	7.953,20
---	----------

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO CEP. 66.087-680 - FONE 228-1778 TELEFAX 245-1460 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1ª VIA
--	---	--

NOME	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

NATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	TV-TRANSP-VAL 4.02.20-4
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	A VISTA

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREMOS À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE RECEBEDOR
4404	7.873,67	14/03/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 004404	BASE CÁLCULO I.R.	ALÍQ. I.R.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
	7.953,20	1,00	79,53	7.873,67
	EMIÇÃO DA NOTA	CMFJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE
	28/02/2001	15.752.934/0001-57	15.137.161-0	96.993-3
	CMFJ DO CLIENTE	INSC. EST. DO CLIENTE	INSC. MUN. DO CLIENTE	UF
	34.028.316/0018-51	15.063.283-5		PA
NO NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO I.S.S.	% I.S.S.	VALOR I.S.S.	I.S.S. RETIDO NA FONTE
4404	7.953,20	5	397,66	

ART. IMPRESSA CIVAÇÕES E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - Tr. Osvaldo Cruz 305-A, Fone: 212-1004 - Belém - Pará - CEP: 66.000-21 - Ins. Est.: 15.105.130-9 - Ins. Mun.: 96.993-3
 - 150304 - Nota de Nota Fiscal Série A em Papel Carbono - de 400 x 55 cm - Autenticação n. 0743/2000-01/TA, em 07/04/2000 Vigência até 07/04/2002 - de acordo com o disposto no art. 246-02-0485/2001, em 07/04/2002 - N.º de Registro 0743/2000-01/TA

RQS nº 03/2005-UP CN
 CPMI
 CORREIOS
 Fls: 256
 0028-
 Doc:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES NO PERÍODO DE 30/03 A 12/04/2001, CONF. DEMONSTRATIVO		8.980,88



STO: 28.13000-6
 VENC.: 24/08/04



ATESTO

☒ Prestação de serviço

☐ Reembolso de despesas a o valor cobrado.

E. S. A. O. J.

A. S. de Castro

VALOR POR EXTENSO	VALOR DESTA NOTA
OITO MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS *****	8.980,88

 PUMA Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores S/C Ltda.	TRAVESSA MAURITI, 2123 - MARCO CEP: 66.087-680 - FONE: 226-1776 TELEFAX: 246-1460 BELÉM-PARÁ	NOTA FISCAL-FATURA SÉRIE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1ª VIA
--	---	--

NOME	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 498

NATUREZA DA OPERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	TV-TRANSP. VAL. COD.: 4.02.20-6
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	A VISTA

RECONHEÇO(EMOS) A EXATIDÃO DESTA NOTA FISCAL-FATURA DE SERVIÇO NA IMPORTÂNCIA ACIMA QUE PAGAREI(EMOS) À PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA. OU À SUA ORDEM, NA PRAÇA E VENCIMENTO INDICADOS

Nº SÉRIE	VALOR	VENCIMENTO	AGENTE-RECEBEDOR
4518	8.890,99	24/08/2001	

NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	BASE CÁLCULO	ALÍQ.	VALOR I.R. RETIDO FONTE	VALOR LÍQUIDO
	8.980,88	0,00	00,00	8.980,88
004518	SV 03/2005	CNPJ DO EMITENTE	INSC. EST. EMITENTE	INSC. MUN. DO EMITENTE
	03/2005	15.752.934/0001-57	15.157.161-0	96.993-3
Nº NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO	% I.R.S.	VALOR I.R.S.	VALOR LÍQUIDO
	8.980,88	5	449,04	8.531,84

ART. 15 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS S.A. - ECT - Tr. Domínio Público 125-A - Fone: 212-1054 - Belém - Pará - CEP: 01.772-861/0001-01 - INSC. EST. n. 15.462.129-0 - INSC. MUN. n. 150.772-150 - 150004 via de Nota Fiscal Fatura Série A em Form. Conf. - de 4001 a 3500 - Autorização n. 0745-2000 DETRAN em 07/04/2001 Visto em 07/04/2002 - de acordo com a Portaria de n. 046/03-CAE/SEF/PR, de 11/07/03 - P.M. de Belém-Pará

ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 0239
 3628
 Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

AO: DIRETOR REGIONAL

CI/SCCO/GERAD/DR/PA -0454/2001

REF.

FAX: 211-30-53

PROTOCOLO

Assunto: Estorno.

Belém(Pa.), 16 de agosto de 2001.

Solicitamos a V. S^a. autorizar a GECOF a efetuar o estorno parcial da AF-70/01 no valor de R\$ 6.059,20 (Seis Mil, Cinquenta e Nove Reais e Vinte Centavos) a favor da firma PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA em virtude de sua emissão a maior - classificação/orçamentária - 03.2.02/2.09.14/411.05.22.0001 (DL-54/01).

Atenciosamente,

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO



AUTORIZO

A GECOF:

EM, 20 108 12001

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE
DIRETOR REGIONAL

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/ECTPA

EA/ma

S nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 0240
3628
Doc:

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS DR PARA/AMAPA GEIAD PA		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL No. AF: 70/2001 DATA: 10/04/2001 FL: 00001
CNPJ/MF: 34.028.316/0018-51	INSC. ESTADUAL: 15063000	

NOTA IMPORTANTE: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES

FORNECEDOR: PUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA INSC. EST.: 15137161-0 ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123 CEP: 66087-680 BANCO: 1-B DO BRASIL S.A.	FONE/CONTATO: 246-1460 CNPJ/MF: 15.752.934/0001-57 CIDADE/UF: BELEM/PA FAX:	246-2484 AGENCIA: 3024-4 C/C: 739392-X
---	--	--

ITEM	UNID	CODIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD.	PRZ	TOTAL
1	-	2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B. BRASIL/SEDE CONTRATAD	7.520,00	1	1	7.520,00
			TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA,		1	30	7.520,00
			NA CIDADE DE BELEM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CADA FORTE,				
			PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES.				

Sub-Total 15.040,00

Total AF 15.040,00 (Quinze Mil e Quarenta Reais)

PRazo PAGAMENT: Faturamento na emissão da nota, vencimento em 5 dias após o atesto da entrega do material/prestação de serviço
 A EC não aceita títulos negociados em rede bancária. O Pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente

ANEXOS: Condições da Autorização de Fornecimento

PRazo DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF

LOCAL DE ENTREGA: SEC SEGURANCA EMPRESARIAL E ADM PREDIAL

ENDEREÇO: RUA O DE ALMEIDA, 372

BAIRRO: COMERCIO

CEP: 66017-050 CIDADE: BELEM - PA

Modalidade de Contratação: DL No. 34/2001	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 03.2.02 - 2.09.14 411.05.22.0001	VALOR 15.040,00	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
---	---	--------------------	----------------------------	-------

EMISSÃO
 MARIA DOLORES ROYSO LOBATO
 MATRÍC. 8454422

APROVAÇÃO:
 Marcelo Gomes Pinheiro
 MATRÍC. 8453373

Peixe Antônio Dantas de Silva
 MATRÍC. 801.0312

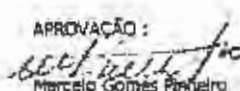
José Maria dos Santos Silva
 MATRÍC. 80095496

José Maria dos Santos Silva
 DIRETOR ADJUNTO/ECTIPA

Antônio Carlos dos Santos
 Economista Pleno
 Mat. 8.420.265-0

Recebi em 15/04/01


ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 0241
 Doc: 3628

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS DR. PARA/AMAPA GERAD PA		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL		No. AF.: 70/2001 DATA.: 10/04/2001 FL.: 00001	
CNPJ/MF: 34.028.316/0018-51		INSC. ESTADUAL: 15063000			
NOTA IMPORTANTE: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES					
FORNECEDOR: FUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA INSC. EST.: 15137161-0 ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123 CEP: 66087-680 BANCO: 1-B DO BRASIL S.A.		FONE/CONTATO: 246-2460 246-2464 CNPJ/MF: 15.752.934/0001-57 CIDADE/UF: BELEM/PA FAX:			
AGENCIA: 3024-4		C/C: 739392-X			
ITEM	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD. PRZ TOTAL
1	-	2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B.BRASIL/SEDE CONTRATAD. TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA, NA CIDADE DE BELEM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CAIXA FORTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES.	7.520,00	1 1 1 30 7.520,00 7.520,00
Sub-Total:					15.040,00
Total AF: 15.040,00 (Quinze Mil e Quarenta Reais)					
PRAZO PAGAMENTO: Faturamento na Emissão da nota, vencimento em 5 dias após o atesto da entrega do material/prestação de serviço A ECT não aceita títulos negociados em rede bancária. O Pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente ANEXOS: Condições da Autorização de Fornecimento PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF LOCAL DE ENTREGA: SEC SEGURANCA EMPRESARIAL E ADM PREDIAL ENDEREÇO: RUA O DE ALMEIDA, 372 BAIRRO: COMERCIO CEP: 66017-050 CIDADE: BELEM - PA					
Modalidade de Contratação: DL No. 54/2001		CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 03.2.02-2 09.14 411.0522.0001		VALOR CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VALOR 15.040,00	
EMISSÃO: MARIA DOLORES AFONSO LOBATO MATRÍC. 84541423		APROVAÇÃO:  Marcelo Gomes Pinheiro MATRÍC. 84533773		 Paulo Antonio Dantas da Silva MATRÍC. 80110312	
		 José Manoel dos Santos Silva MATRÍC. 80095496			

Marcelo

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS	
Fis: 0242	
Doc: 3628	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DR. PARAÍMARA
GERAD. PA

AUTORIZAÇÃO DE
FORNECIMENTO
DE MATERIAL

Nº AF: 70/2001
DATA: 10/04/2001

FL: 00001

CNPJ/MF 34.026.316/0018-51

INSC. ESTADUAL

15083000



NOTA IMPORTANTE: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES

FORNECEDOR: PUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA
INSC. EST.: 15137161-0
ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123
CEP: 66087-680
BANCO: 1-8 DO BRASIL S.A.

FONE/CONTATO: 245-1460 245-2484
CNPJ/MF: 15.752.934/0001-57
CIDADE/UF: BELEM/PA
FAX:

AGÊNCIA: 3024-4

C/C: 739392-X

QUANT	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD.	PRZ	TOTAL
-	-	2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B. BRASIL/SEDE CONTRATAD	7.520,00	1	1	7.520,00
-	-	-	TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA,	-	1	30	7.520,00
-	-	-	NA CIDADE DE BELÉM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CADA FORTE	-	-	-	-
-	-	-	PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES,	-	-	-	-

Sub-Total 15.040,00

AF 15.040,00 (Quinze Mil e Quarenta Reais)

PAGAMENTO: Faturamento na emissão da nota, vencimento em 5 dias após o aceite da entrega do material/prestação de serviço
A ECT não aceita títulos negociados em rede bancária. O pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente

CONDIÇÕES: Condições da Autorização de Fornecimento

PRazo DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF

LOCAL DE ENTREGA: SEC. SEGURANÇA EMPRESARIAL E ADM. PREDIAL

ENDEREÇO: RUA O DE ALMEIDA, 372

CEP: 66017-050

CIDADE: BELEM - PA

Via de Contratação: OL No. 54/2001

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR

01.2.01.002.09.05.9900

15.040,00

031.00 - 2 05 14

411. 01

EMISSÃO:

APROVAÇÃO:

MARCELO DOLÓRES AFONSO LOBATO
MATRÍC. 84541423

Marcelo Gomes Pinheiro
MATRÍC. 84533773

Paulo Antonio Dantas de Silva
MATRÍC. 80120312

Jose Maria dos Santos Silva
MATRÍC. 80095496



 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS DO PARA/AMAPA GERAD PA	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL	Nº. AF.: 70/2001 DATA.: 10/04/2001	70/2001 FL: 00001
	CNPJ/MF: 34.029.316/0018-51	INSC. ESTADUAL: 15063000	

NOTA IMPORTANTE: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES

FORNECEDOR: PUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA
 INSC. EST.: 15137161-0
 ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123
 CEP: 66087-680
 BANCO: 1-B DO BRASIL S.A.

FONE/CONTATO: 246-2460 246-2484
 CNPJ/MF: 15.752.934/0001-57
 CIDADE/UF: BELEM/PA
 FAX:

AGENCIA: 3024-4 C/C: 739392-X



ITEM	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD.	PRZ	TOTAL
1		2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B. BRASIL/SEDE CONTRATAD TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA, NA CIDADE DE BELEM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CAIXA FORTE PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES.	7.520,00	1	1	7.520,00
					1	30	7.520,00
Sub-Total							15.040,00

Total AF: 15.040,00 (Quinze Mil e Quarenta Reais)

PRAZO PAGAMENTO: Faturamento na Emissão da nota, vencimento em 5 dias após o atesto da entrega do material/prestação de serviço.
 A ECT não aceita títulos negociados em rede bancária. O Pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente.
 ANEXOS: Condições da Autorização de Fornecimento
 PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF

LOCAL DE ENTREGA: SEC SEGURANÇA EMPRESARIAL E ADM PREDIAL
 ENDEREÇO: RUA Q DE ALMEIDA, 372
 BAIRRO: COMERCIO
 CEP: 66017-050 CIDADE: BELEM - PA

Modalidade de Contratação: OL No. 54/2001	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 032.02-2 09.14 411.05 22.0001	VALOR: 15.040,00	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR:
---	--	------------------	----------------------------	--------

EMISSÃO:
 MARIA DOLORES AFONSO LOBATO
 MATRIC. 84541423

APROVAÇÃO:
 Marcelo Gomes Pinheiro
 MATRIC. 84533773

Paulo Antonio Dantas da Silva
 MATRIC. 80110312

José Maria dos Santos Silva
 MATRIC. 80095496

Monte

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 0244
 3028
 Doc:

NF 4512

	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS DR PARA/AMAPA GERAO PA	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL	No. AF.: 7072001 DATA.: 10/04/2001 FL.: 0003
CNPJ/MF: 34.028.316/0018-51	INSC. ESTADUAL: 15.063.283-5		

NOTA IMPORTANTE.: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES



FONECEDOR: PUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA	FONE/CONTATO: 246-1460	246-2464
INSC EST.: 15137161-0	CNPJ/MF.: 15.752.934/0001-57	
ENDEREÇO.: TRAV. MAURITI, 2123	CIDADE/UF.: BELEM/PA	
CEP.: 66087-680	FAX.:	
BANCO.: 1-B DO BRASIL S.A.	AGENCIA: 3024-1	C/C.: 739392-X

ITEM	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD.	PRZ	TOTAL
1	-	2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B.BRASIL/SEDE CONTRATAD	7.520,00	1	1	7.520,00
			TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA,		1	30	7.520,00
			NA CIDADE DE BELÉM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CAIXA FORTE,				
			PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES,				

Sub-Total 15.040,00

Total AF 15.040,00 [Quinze Mil e Quarenta Reais]

PRazo PAGAMENTO: Faturamento na Emissão da nota, vencimento em 5 dias após o atesto da entrega do material/prestação de serviço
A ECT não aceita títulos negociados em rede bancária. O Pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente

NOTAS: Condições da Autorização de Fornecimento

PRazo DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF

LOCAL DE ENTREGA: SEC SEGURANCA EMPRESARIAL E ADM PREDIAL
ENDEREÇO: RUA O DE ALMEIDA,372
BAIRRO: COMERCIO
CEP: 66017-050 CIDADE: BELEM - PA

Modalidade de Contratação: DL No. 54/2001	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 01.2.01 002.09.05.9800	VALOR 15.040,00	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR

EMISSION: MARIA DOLORES AFONSO LOBATO MATRIC. 84541423	APROVAÇÃO: Antonio Pedro de V. G. de Castro MATRIC. 80518895	Antonio José Menezes Vieira MATRIC. 84505826	Agostinho Andersen Trindade MATRIC. 84528877
---	---	---	---

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls. 0245
5028
Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DR PARA/AMAPA
GERAD: PA

AUTORIZAÇÃO DE
FORNECIMENTO
DE MATERIAL

Nº AF: 70/2001

DATA: 10/04/2001

R: 00001

CNPJ/MF

34.028.316/0018-51

INSC. ESTADUAL

15.063.283-5

NOTA IMPORTANTE: MENCIONAR O NÚMERO DESTA AF EM TODOS OS DOCUMENTOS A ELA REFERENTES

FORNECEDOR: PUMA SERV. ESP. DE VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES S/C LTDA
INSC. EST.: 15137161-0
ENDEREÇO: TRAV. MAURITI, 2123
CEP: 66087-880
BANCO: 1-B DO BRASIL S.A.

FONE/CONTATO: 246-1460 246-2484
CNPJ/MF: 15.752.934/0001-57
CIDADE/UF: BELEM/PA
FAX:

AGENCIA: 3024-1

C/C: 739392-X



ITEM	UNID	CODIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	QTD.	PRZ	TOTAL
1	-	2100	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES DO B.BRASIL/SEDE CONTRATAD TRANSPORTE DE VALORES NO TRECHO BANCO DO BRASIL/SEDE DA CONTRATADA, NA CIDADE DE BELÉM/PA E GUARDA/CUSTÓDIA DOS VALORES EM CADA FORTE. PERFAZENDO UM TOTAL DE 10 VIAGENS AO MÊS, PELO PERÍODO DE DOIS MESES.	7.520,00	1	1 30	7.520,00 7.520,00

Sub-Total 15.040,00

Total AF 15.040,00 (Quinze Mil e Quarenta Reais)

PRazo PAGAMENTO: Faturamento na Emissão da nota, vencimento em 5 dias após o atesto da entrega do material/prestação de serviço

A ECT não aceita títulos negociados em rede bancária. O Pagamento é efetuado através de crédito em conta corrente

OS: Condições da Autorização de Fornecimento

PRazo DE ENTREGA: O prazo de entrega está fixado em dias corridos e está indicado na coluna PRZ/QUANT desta AF

LOCAL DE ENTREGA: SEC SEGURANCA EMPRESARIAL E ADM PRÉDIAL

ENDEREÇO: RUA O DE ALMEIDA, 372

BAIRRO: COMERCIO

CEP: 66017-050 CIDADE: BELEM - PA

Modalidade de Contratação:	DL No. 54/2001	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
		01.2.01 002.09.05.9900	15.040,00		

EMISSION :

APROVAÇÃO :

MARIA DOLORES AFONSO LOBATO
MATRIC. 84541423

Antonio Pedro da V. G. de Castro
MATRIC. 80518885

Antonio José Menezes Vieira
MATRIC. 84505826

Agostinho Andersen Trindade
MATRIC. 84528877



28.00 113-3

Puma



29

Notas Fiscais

AP	KG	→	3.5%
132	→	16.135	
672	→	53.9514	

I. Various { 46271 } 14 05 2001
 { 46261 }
 45181 26/02/2001 6094,20 Ar + 1/2001 2/00
 → 45681 13/07/2001 24.000 R\$ JANE. 02/02
 44491 02/05/2001 14.754,00
 44051 } 20/04/2001 { 7 273,67 } 17/04
 44041 } { 7 235,00 }
 43281 } 18/03/2001 { 15 262,20 07/03
 43661 } { 16 340,00 07/03
 43271 06/02/2001 14 465,00

— X — X —

Recib em

Uma Xerox da M^a Fiscal

FDS nº 03/2005 - CM -	
CPMI - CORREIOS	
0247	
Fis:	
29/11/03	03628
Doc:	

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

EMPRESA: Taxi Aéreo Cândido Lida

CGC:

Conta Corrente: 60763; Agência 31062; Banco 001

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

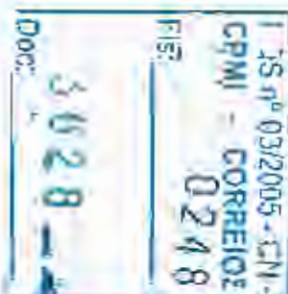
EMISSION	DATA PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO	OBSERVAÇÕES
	16/8/1999	Diversas	35.351,89		35.351,89	
	15/9/1999	Diversas	17.019,95	561,64	16.458,31	
	18/10/1999	Diversas	17.510,64	577,82	16.932,82	
	16/11/1999	270/277/279	12.241,27	403,95	11.837,32	
	19/11/1999	286	5.220,54	172,27	5.048,27	
	15/12/1999	292a296	21.438,59	707,47	20.731,12	
	21/1/2000	diversas	28.843,88	951,54	27.892,04	
	18/2/2000	diversas	22.175,02	731,78	21.443,24	
	3/3/2000	diversas	21.602,24		21.602,24	
	31/3/2000	374/75a77	18.247,35	502,15	17.745,19	
	28/4/2000	387a390	17.101,75	584,36	16.517,39	
	23/5/2000	diversas	18.451,91	508,91	17.943,00	
	29/6/2000	425/30a32	18.830,10	621,05	18.209,05	
	24/7/2000	449	3.845,85	128,91	3.716,94	
Total			257.670,78	6.530,16	251.140,62	

Tomada da Fração 003/1999 - Contratação de serviços de transporte aéreo de carga especial da ECT

Valor estimado pela ECT R\$139.770,00

Empresas Liantes: Taxi Aéreo Cândido R\$ 122.307,95; Fox R\$ 136.517,75;

Contrato 052/1999 - Valor R\$ 122.307,95; Vigência um ano a contar de 01/05/1999.





110	200	300	400	VALOR	2000	1000
000	000	000	000	000000	000000	000000

21002 CUNTA--200000060763

000	000	000	000	30.041,80		0,00
000	000	000	000			

000	000	000	000	10.908,21		101,09
000	000	000	000			

000	000	000	000	10.932,82		27,86
000	000	000	000			

000	000	000	000	11.807,22		403,92
000	000	000	000			

000	000	000	000	5.040,27		1,00
000	000	000	000			

000	000	000	000	20.701,80		70,47
000	000	000	000			

000	000	000	000	106.359,53	0,00	2.423,15
000	000	000	000			

000	000	000	000	106.359,53	0,00	0,00
000	000	000	000			

PRG nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0250
3628
Doc:

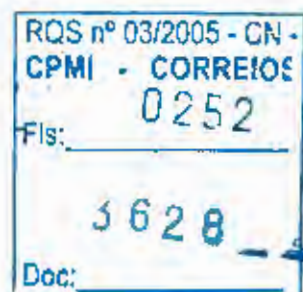


DIGIT	ISS	SEST	ICMS	VALOR	CPMF	INSS
TRUF	INSS	SEST	CORRECAO	LICITAO	RETIDO	RETIDO

231062 CONTRA- 200000060763

0,00	0,00	0,00	0,00	28.874,99		98,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	21.494,29		70,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	28.604,48		9,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	17.045,17		602,16
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	16.567,40		364,35
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	17.853,00		686,91
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	16.199,69		621,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	00.718,94		1,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	145.881,00	0,00	1.207,01
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	144.393,09	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOES	
Fls.	0251
3628	
Doc.	

[illegible][illegible]

14.06
CX

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CGC: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - BELÉM/PA

CEP: 66017-900

ASSESSORIA JURÍDICA	
ELT - DRT/PA	
☒ Contrato	☐ Edital
☐ Termo de Referência	☐ Contratação
052/99	29.05.99
Visto	

REPRESENTANTES: DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2.662.970 - SSP/PA

CPF: 031.993.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2.365.339 - SSP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: TÁXI AÉREO CÂNDIDO LTDA - ME

CGC: 01.716.292/0001-26

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.191.482-6

ENDEREÇO: PASSAGEM 30 DE SETEMBRO, 2379 - BREVES/PA

REPRESENTANTE: JOSÉ CÂNDIDO GOMES SOUZA

IDENTIDADE: 1111777-86 - SSP/CE

CPF: 301.797.343-34

ROS nº 03/2005 - GN -	
CPMI - CORREIOS	
0253	
FS:	628
Doc:	

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS

4.1. O preço da hora de voo é de R\$ 490,96 (quatrocentos e noventa reais e noventa e seis centavos).

4.2. Em conformidade com a Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE nº 10 de 08/10/96, as alterações nos preços unitários básicos acordados neste Contrato poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

4.2.1. Anualmente em relação ao início da vigência contratual, mediante repactuação dos preços, tendo por parâmetros básicos a qualidade da prestação dos serviços e os preços vigentes no mercado e, quando couber, as orientações expedidas pelo Poder Público, com base em solicitação formal de uma das partes contratadas.

4.2.1.1. Na negociação de preços para repactuação deverá ser observada como limitador a manutenção da relação existente entre preços pactuados e preços de mercado quando da apresentação da proposta de origem.

4.2.1.2. Caso a repactuação de preços não seja requerida no prazo previsto no subitem 4.2.1., poderá ocorrer a qualquer momento, desde que após doze meses do início da vigência contratual ou da última repactuação/revisão de preços.

4.3. As alterações poderão ocorrer também mediante revisão de preços, objetivando o restabelecimento da relação inicial do contrato com a conseqüente manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, quando ocorrerem fatos imprevisíveis, fatos previsíveis de conseqüências incalculáveis, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando âlea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de prestação do serviço. Caso não haja expediente na ECT no dia do vencimento, fica este prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

5.2. Os documentos fiscais correspondentes deverão ser entregues, até o terceiro dia útil do mês, na Seção de Compras e Contratação/GERAD/PA, situada na Av. Presidente Vargas, 498 - 3º andar, Centro, Belém/PA.

5.3. Caso o faturamento seja apresentado após o terceiro dia útil do mês, o prazo para pagamento será de quinze dias a partir da data de apresentação.

5.4. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à contratada para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, a partir da qual contar-se-á o prazo de quinze dias.

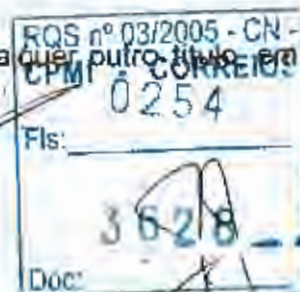
5.5. A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do Banco, o número da Agência e o da Conta Corrente.

5.6. Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação do IGP-DI (FGV) no período, ou outro índice que venha substituí-lo.

5.7. A CONTRATANTE não acatará a cobrança através de duplicata ou qualquer outro título em bancos ou outras instituições do gênero.



3 163 125



5
11
C

7.2.6. de 1% (um por cento) do valor do contrato pelo não cumprimento de qualquer cláusula contratual não abrangida pelas alíneas anteriores.

7.3. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE a revisão das mesmas, desde que o faça devidamente fundamentada e dentro do prazo de cinco dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

7.4. As multas previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

7.5. O valor das multas aplicadas deverá ser descontado das faturas, por ocasião de seu pagamento.

7.6. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, quando devidamente comprovados.

7.7. Não havendo previsão de partida por qualquer motivo, até duas horas após o horário previsto, fica resguardado à ECT o direito de retirar as cargas para embarcá-las em outros meios, sendo, neste caso, os trechos considerados como não realizados.

7.7.1. Se a não realização do trecho for de responsabilidade da contratada, este ficará sujeito à penalização constante do subitem 7.2.5.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a.1) cometimento reiterado de falhas durante o contrato;

a.2) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

a.3) o não cumprimento de cláusulas contratuais;

a.4) extinção da empresa devido dissolução da sociedade/contrato social;

a.5) decretação de falência;

a.6) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

a.7) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

a.8) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do contrato;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a contratante.

07/2005 - CN -
PMI - CORREIOS
Fls. 0255
Doc. 3628

7/10/99



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Este contrato é oriundo da Tomada de Preços nº 3/99.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e às Leis 6.538/78, 7.565/86 e 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS ANEXOS

Anexo Único: Fichas Técnicas das Linhas (ESP-01 e ESP-02).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Belém, para dirimir quaisquer questões deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém/PA, de de 1999.

PELA CONTRATANTE:

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

PELA CONTRATADA:

JOSÉ CÂNDIDO GOMES SOUZA
DIRETOR

TESTEMUNHAS:

AEREOESPACIALCTR/TP

TOMADA Nº 03/2005 - CN -	
CPMI	0298
Fis:	
3628	
Doc:	

AF 166

00:50

3^o 01/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0257

He is



Handwritten initials and date: 16/5/99

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

CT/GERAD/DR/PA- 06/99

Belém/PA, 18 de maio de 1999

TÁXI AÉREO CÂNDIDO LTDA

Pass. 30 de novembro, 2379

Breves - PA

Fax: 244 - 4422

Prezados Senhores,

Em cumprimento ao subitem 2.2 do Edital de licitação Tomada de Preços Nº 03/99, estamos convocando essa empresa para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato que tem por objeto os serviços de transporte aéreo de carga e valores, com escolta policial, oriundo do processo licitatório acima mencionado.

Informamos a V. Sa. que a vigência do contrato terá início em 01 de junho de 1999 e término em 31 de maio de 2000.

Atenciosamente,

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

F	S nº 03/2005 - CN -
CPMI	CORREIOS
Fis:	0258
	3628
Doc:	

RELATORIO DE TRANSMISSAO

19-MAI-99 16:09

NR. TELEFONE: 2113053
 TOME : GERA FECT 7

NR.	NR. TELEFONE	DATA & HORA	DURACAO	PAG.	RESULTADO
037	02496116	19-05 08:30	01'19"	01	OK
038	02431849	19-05 08:34	00'54"	01	OK
039	02350540	19-05 09:06	00'55"	01	OK
040	02332703	19-05 09:12	00'54"	01	OK
041	02407130	19-05 10:08	00'55"	01	OK
042	02444422	19-05 10:53	00'44"	01	OK
043	02445048	19-05 14:48	02'53"	04	OK
044	02505078	19-05 14:54	02'06"	02	OK
045	02431057	19-05 14:59	02'27"	03	OK
046	02763946	19-05 15:03	02'12"	03	OK
047	02662097	19-05 15:07	02'10"	02	OK
048	02466958	19-05 15:11	02'12"	02	OK
049	02335241	19-05 15:15	02'08"	01	OK
050	02433670	19-05 15:20	02'01"	01	OK
051	02360902	19-05 15:28	02'32"	01	NG:ERRO NA COMUNIC.
052	02440271	19-05 15:32	02'05"	01	OK
053	02120655	19-05 15:35	02'19"	03	OK
054	02107007	19-05 15:38	02'07"	01	OK
055	02494252	19-05 15:43	01'56"	01	OK
056	02787016	19-05 15:46	01'59"	01	OK



Handwritten signature and date: 19-05-99

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fis: 0259
 3628



ANEXO 03

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

**Brasil Assessoria Transportes &
Serviços S/C Ltda - 3-D**

***Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)***

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0260
3628 - 2	
Doc:	

EMPRESA - Brasil Assessoria/Transportes & Services S/C Ltda

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

Conta Corrente: 10308; Agência: 0035; Banco: 001

DATA EMISSÃO	DATA PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO	OBSERVAÇÃO
	1999 = 07/01	diversas	44.562,45	1.224,07	43.338,38	CV-05/98 - Cont. 97/98

Nome do localizador e país de origem do processo (na caixa)

Pagamento a mais no período de dezembro/99 a julho de 2001. Valor do contrato a aditivos R\$27.479,25. Valor pago R\$44.562,45. Diferença R\$25.217,34 ou 62,18%.

Não foram localizadas as pastas do padrão de processo na Gerad, para compor os pagamentos efetuados no valor de R\$374.157,43.

Pagamentos Efetuados no período de julho/98 a outu/2001: R\$418.719,88

Valor dos contratos apresentados: R\$84.759,75

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0261
Doc: 2628





ANEXO 03

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

Transportadora Sol Dourado -
3 E

**Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)**

Processo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0262
3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

EMPRESA - Transportadora Sol Dourado Ltda

CGC:

Conta Corrente: 64742; Agência: 2305; Banco: 0001.

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

DATA EMIÇÃO	DATA PAGTO	NOTA FISCAL	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	VALOR LÍQUIDO	OBSERVAÇÃO
6/11/2000	20/11/2000	1	11.037,90		11.037,90	
6/11/2000	21/12/2000	2	13.787,83		13.787,83	
2/1/2001	23/1/2001	8	13.234,40		13.234,40	pago AP-108038
2/1/2001	23/1/2001	7	13.535,53		13.535,53	pago AP-108038
1/2/2001	23/2/2001	9	15.471,06		15.471,06	
1/3/2001	5/4/2001	15	12.356,79		12.356,79	
2/4/2001	16/4/2001	16	15.065,24		15.065,24	
2/5/2001	29/5/2001	18	12.587,33		12.587,33	
1/6/2001	21/6/2001	20	14.845,18		14.845,18	
2/7/2001	19/7/2001	22	13.382,04		13.382,04	
1/8/2001	27/8/2001	25	14.861,65		14.861,65	
3/9/2001	20/9/2001	27	15.987,18		15.987,18	
Total			166.131,92		166.131,92	

Tomada de Preços: 009/2000. (Valor estimado da TP R\$ 171.500,00); Contrato 055/2000 da 01/09/2000.

Objeto: Prestação de serviços de transportes de cargas da ECT na cidade de Marabá.

Valor do contrato é de R\$ 157.415,90, correspondente ao somatório do valor de contratação das linhas.

Vigência: Um ano, a contar de 01/09/2000, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de um ano. Não foi localizado o Termo Aditivo.

Licitação: Transportadora: Buitrague R\$ 13.346,52; Locavet R\$ 16.338,84 e Sol Dourado R\$ 13.117,59.

Pagamento superior ao contratado R\$ 8.718,82, estando dentro da margem de estimativa da Tomada de Preços.





ITEM	VAL	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
ITEM	VAL	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR

TOTAL R\$ 2.505

TOTAL R\$ 2.000.000.647.42

1,00	0,00	0,00	0,00	11.037,90		0,00
1,00	0,00	0,00	0,00			
1,00	0,00	0,00	0,00	11.787,00		0,00
1,00	0,00	0,00	0,00			
1,00	0,00	0,00	0,00	24.825,23	0,00	0,00
1,00	0,00	0,00	0,00			
1,00	0,00	0,00	0,00	24.825,23	0,00	0,00
1,00	0,00	0,00	0,00			





DTA	ISS	SEST	ICMS	VALOR	CPMF	INSS
IRRF	ISS	SEST	CORRECAO	LIQUIDO	RETIDO	RETIDO

CUNIA--02205

CUNIA--00000064742

0,00	0,00	0,00	0,00	15.471,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	12.353,79		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	17.063,25		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	12.587,50		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	19.840,20		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	13.362,07		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	14.861,65		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	15.987,38		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	114.526,49	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	114.526,49	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00			

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0266	
Fls:	
3628	
Doc:	

NAME	TABLE	INDEX	FILE	DATA	DATA	VALUE	INDEX	INDEX	INDEX
NAME	TABLE	INDEX	FILE	DATA	DATA	VALUE	INDEX	INDEX	INDEX
NAME	TABLE	INDEX	FILE	DATA	DATA	VALUE	INDEX	INDEX	INDEX

[illegible]

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

☒ Contrato	☐ Termo
☐ Termo Aditivo	☐ Convênio
☐ Termo de Rescisão	☐ Vício
Nº 055	DATA 01/01/00

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

C.G.C. 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL 15.063.283-5

ENDEREÇO AV. PRESIDENTE VARGAS, 498 - BELÉM/PA

CEP 66017-900



REPRESENTANTES DIRETOR REGIONAL

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE 2.662.970 - SEGUP/PA

CPF 031.993.392-04

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339 - SSP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

CGC: 86.888.336/0001-58

INSC. ESTADUAL: 39.750.510

END: AV. SANTANA S/Nº, SHOPPING CAIÇARA-LOJA 16-CAETITE/BA

REPRESENTANTE: ELMA SONIA NEVES MORAIS BATISTA

IDENTIDADE: IR-04923563-00

CPF: 602.949.575-53



CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte de cargas da ECT, conforme itinerário constante do anexo deste contrato (Fichas Técnicas das Linhas).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



2.1. Utilizar para a execução deste contrato, somente veículos com menos de um ano de fabricação, em perfeitas condições técnicas, apresentando legenda da CONTRATANTE e identificação da CONTRATADA, podendo, para tanto a CONTRATADA utilizar-se de pintura, adesivos, placas removíveis, etc.

2.1.1. A decoração dos veículos deverá obedecer o seguinte padrão:

2.1.1.1. nas laterais e na parte superior do veículo deverá constar a palavra "CORREIOS", juntamente com a logomarca da ECT, conforme Anexo II deste contrato, fls. 1.

2.1.1.2. na parte lateral inferior do veículo deverá constar a razão social da transportadora, conforme Anexo II deste contrato, fls. 2.

2.1.1.3. na parte traseira do veículo deverá constar a menção "COMO ESTOU DIRIGINDO - TELEFONE 223-1859", conforme Anexo II deste contrato, fls. 3.

2.1.1.4. O veículo contratado deverá estar pintado na cor amarelo correio, padrão ECT.

2.2. Manter os veículos contratados à disposição da ECT, conforme o previsto na Ficha Técnica, bem como os veículos reservas, para apoio em eventuais necessidades.

2.3. Não utilizar em outros serviços, que não o transporte de cargas da ECT, veículos que apresentem sua identificação visual (se necessário, desfazer a identificação).

2.4. Submeter veículos e instalações relacionados com a execução deste Contrato à inspeção e supervisão pela ECT, sempre que solicitado pelo órgão competente, prestando-lhe os esclarecimentos relativos à execução do contrato, sob qualquer aspecto e facultando o embarque, livre de pagamento, de empregados da CONTRATANTE, por esta devidamente autorizados, para acompanhar as operações objeto deste contrato, sendo vedado o transporte de pessoas não autorizadas pela Diretoria Regional administradora do contrato.

2.4.1. A ECT também se reserva o direito de solicitar os documentos obrigatórios dos veículos e motoristas para verificação a qualquer tempo, por funcionário da ECT.

2.5. Garantir a proteção da carga no interior do veículo contra água e poeira, bem como sua inviolabilidade, inclusive com a aplicação do selo plástico pela ECT quando o serviço exigir, cabendo ao motorista ou representante da CONTRATADA, a responsabilidade de acompanhamento das operações, inclusive de fechamento e abertura dos veículos, bem como de registro formal nos documentos instituídos.

2.6. Manter regularidade e pontualidade nos serviços ora contratados, e prosseguir a execução do transporte objeto deste contrato, se necessário em outro veículo, próprio ou não, por sua conta e sob sua responsabilidade, nos casos de interrupção decorrentes de paradas para manutenção, reparos em decorrência de acidente, força maior ou qualquer outro motivo.

2.6.1. Solicitar sempre que possível, a supervisão da ECT, quando necessário o transbordo de carga.

Q

[Handwritten signature]

S nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0269
3628
Doc: *[initials]*

2.7. Registrar nos documentos porventura instituídos pela ECT as informações relativas à execução do serviço contratado, principalmente no que se refere a ocorrências anormais, tais como inobservância da Ficha Técnica, interrupção da realização do percurso, falhas nas operações de carga/descarga e acidentes/incidentes verificados no decorrer da realização do percurso.



2.8. Designar, para a execução das tarefas inerentes a este contrato, somente pessoal habilitado, e que reúna as qualidades essenciais ao bom desempenho das atividades e em número suficiente, sendo obrigatório, por parte destes, a utilização de identificação funcional da empresa para a qual trabalham.

2.9. Apresentar as faturas em duas vias ao órgão de transporte da ECT, discriminando os serviços, e o valor dos impostos a serem recolhidos pela CONTRATADA.

2.10. Aceitar os cancelamentos dos serviços motivados por feriados oficiais respeitados pela ECT, quando previamente comunicados pela CONTRATANTE.

2.11. Aceitar acréscimo ou redução do objeto contratado, de que trata o subitem 5.1.

2.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.13. Orientar as operações de carga/descarga do veículo executadas pelo pessoal da ECT ou, nas escalas em que essas operações lhe forem delegadas, observada a ficha técnica, executá-las por sua conta exclusiva inclusive com alocação de pessoal e equipamentos.

2.14. Caso haja divergência entre a quilometragem estabelecida nas fichas técnicas e a verificada pela empresa adjudicada, essa deverá manifestar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do início dos serviços, em carta enviada à Gerência de Operações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Manter nas escalas indicadas na ficha técnica que integra este contrato, por sua conta exclusiva e sob sua responsabilidade, pessoal próprio especializado e habilitado para preparação das cargas, carregamento e descarregamento dos veículos, de modo a serem mantidos rigorosamente os horários ajustados, ressalvado o disposto no subitem 2.13.

3.2. Registrar a hora de chegada/partida de cada ponto do itinerário, a quantidade, a carga transportada e respectivo peso, bem como os demais dados previstos nas normas internas que regulam o serviço.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. A ECT pagará à CONTRATADA o preço por quilômetro:

LCE-101 - R\$	1,13
LCE-102 - R\$	1,12
LCE-103 - R\$	1,04
LCE-104 - R\$	1,08
LCE-105 - R\$	0,86

4.1.1. O preço estabelecido entre as partes inclui todos os tributos e demais encargos legais.

4.1.2. Em conformidade com a Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE nº 10 de 08/10/96, as alterações nos preços unitários básicos acordados neste Contrato poderão ocorrer na seguinte hipótese:

4.1.2.1. Anualmente em relação ao início da vigência contratual, mediante repactuação dos preços, tendo por parâmetros básicos a qualidade da prestação dos serviços e os preços vigentes no mercado e, quando



couber, as orientações expedidas pelo Poder Público, com base em solicitação formal de uma das partes contratadas

4.1.2.1.1. Na negociação de preços para repactuação deverá ser observada como limitador a manutenção da relação existente entre preços pactuados e preços de mercado quando da apresentação da proposta de origem.

4.1.2.1.2. Caso a repactuação de preços não seja requerida no prazo previsto no subitem 4.1.2.1., poderá ocorrer a qualquer momento, desde que após doze meses do início da vigência contratual ou da última repactuação/revisão de preços.

4.1.3. As alterações de preço poderão ocorrer também mediante revisão, objetivando o restabelecimento da relação inicial do contrato com a consequente manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, quando ocorrerem fatos imprevisíveis, fatos previsíveis de consequências incalculáveis, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.2. Para efeito de faturamento, a CONTRATADA deverá observar os seguintes procedimentos:

a) emitir e manter folha de pagamento específica para este contrato;

b) emitir a Nota Fiscal relativa aos serviços com destaque da retenção de 11%, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", sobre as parcelas do valor do contrato relativas a pagamento de pessoal. As despesas com veículos, combustíveis e manutenção poderão ser discriminados na nota fiscal, para fins de não-incidência dos 11%, observada e respeitada a proporção estabelecida no contrato, limitada a 70% do valor mensal dos serviços;

c) apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a cada mês, a Guia de Recolhimento Previdenciário - GRP/GRPS, devidamente preenchida, para utilização pela ECT quando do recolhimento;

4.3. Para efeito de pagamento, quando do faturamento, os acréscimos ou redução de percursos determinados por fatores alheios à vontade das partes, como no caso de interdição de vias, desde que devidamente registrados de acordo com o previsto no subitem 2.7, serão computados, da mesma forma serão deduzidos os percursos correspondentes a trechos do itinerário não executados e eventuais exclusões de logradouros do roteiro normal, por motivo de força maior.

4.4. Os cancelamentos de viagens motivados por feriados oficiais respeitados pela ECT não serão remunerados, quando previamente comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.5. O pagamento dos serviços ora contratados será efetuado pela ECT no décimo quinto dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante depósito bancário, devendo a firma mencionar no documento fiscal o número da conta corrente, o nome e código da Agência do Banco do Brasil na qual a mesma deseja que seja realizado o pagamento, ou de outro banco caso não mantenha e não tenha interesse de abrir conta naquela instituição. Neste caso, a ECT utilizará o Banco do Brasil para intermediações de pagamento, debitando o ônus decorrente da transferência do valor.

4.5.1. Os faturamentos mensais deverão ser apresentados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, bem como emitir a Nota Fiscal no prazo de data posterior ao do primeiro dia útil relativo à execução do serviço faturado, ou seja, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da conclusão do serviço.

4.5.2. Os eventos que impliquem em aumento de custo deverão ser discriminados na respectiva fatura.

4.5.3. Caso ocorra erro ou omissão da nota fiscal/fatura ou outra circunstância que impeça o seu pagamento, a CONTRATADA deverá substituí-la, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de reapresentação/aceitação da nota fiscal correta.

ROS nº 03/2005 - CN -
CEM - COBERTOS
Fis: _____
3628
Doc: _____

4.5.4. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do IGP-M (FGV).

4.6. No caso de linhas não realizadas por falta de carga, o preço por km a ser pago corresponderá ao custo fixo (CF) estabelecido na planilha relativo à linha considerada, total ou parcialmente.

CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE, com as devidas justificativas, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que limitado a 25% do valor total inicial do contrato.

5.1.1. Neste caso o novo preço unitário (PVI) será obtido após o cálculo defuido pela seguinte expressão:

$$PVI = CV + \frac{CF + AL}{PMI}$$

Onde

PMI = novo percurso mensal

CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES

6.1. Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

6.1.1. advertência;

6.1.2. multa contratual;

6.1.3. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a ECT por prazo de seis meses a dois anos, nos seguintes casos:

a) ceder parcial ou integralmente o contrato ou os direitos ou as obrigações dele decorrentes, sem anuência expressa da ECT;

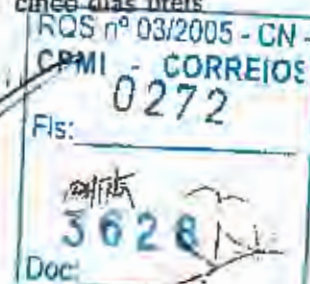
b) deixar de realizar qualquer viagem (ida ou volta) sem justificativa;

c) utilizar os veículos, quando estiverem portando identificação visual da ECT, em atividades estranhas ao objeto deste contrato;

d) incorrer em faltas com tal frequência ou intensidade que venha a comprometer o padrão de qualidade dos serviços da ECT.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e que será concedida sempre que o contratado ressarcir a ECT pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

6.2. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de cinco dias úteis a contar do recebimento da notificação.



6.3. Pelo descumprimento de suas obrigações contratuais, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes multas:



a) 1% (um por cento) do valor do contrato pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou condição contratual, não abrangidas pelas alíneas anteriores.

b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, na hipótese de rescisão contratual em decorrência do disposto no subitem 8.1., alíneas "a.1" a "a.5".

6.3.1. Não havendo previsão de partida, por qualquer motivo, até duas horas após o horário previsto, fica resguardado à ECT o direito de retirar as cargas para embarcá-las em outros meios, sendo, neste caso, os trechos considerados como não realizados.

6.4. Consideram-se justificadas e, portanto isentas de penalidades, as faltas decorrentes de casos fortuitos e de força maior, desde que cabalmente comprovados.

6.5. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas pelo Titular da Diretoria Regional CONTRATANTE ou a quem este delegar, através de notificação formal à CONTRATADA, com base nas irregularidades consignadas nos documentos de controle da execução dos serviços.

6.6. O valor total das multas relativas a cada período vigencial não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6.7. A liquidação das multas será efetivada mediante retenção do respectivo valor, na ocasião do pagamento das faturas devidas pela ECT ao CONTRATADO. Verificada a insuficiência dos recursos, a parte remanescente será objeto de cobrança judicial, através de ação executiva.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá vigência de um ano, a contar de 01/09/2000, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de um ano, mediante assinatura de termo aditivo. A duração total do contrato não poderá exceder a cinco anos.

7.2. Não havendo prorrogação, a contratada continuará a execução dos serviços, sem interrupção, até a contratação do seu substituto, período este que não excederá a noventa dias após o término do prazo contratual, nas mesmas condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da ECT, quando ocorrer:

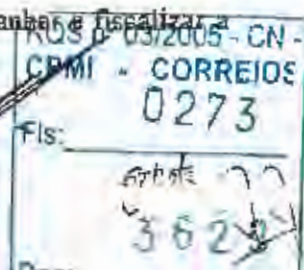
a.1.) o não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou prazos;

a.2.) atraso injustificado na execução da linha;

a.3.) paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à ECT;

a.4.) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;

a.5.) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;



a.6.) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência expressa da ECT;

a.7.) decretação de falência;

a.8.) extinção da empresa por dissolução da sociedade/contrato social;

a.9.) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

a.10.) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

a.11.) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) judicialmente nos termos da legislação;

8.2. Está prevista a rescisão, ainda, a critério da CONTRATADA, para o caso de supressão por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento).

8.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa,

8.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "a.10" e "a.11" do subitem 8.1. e no subitem 8.2., sem que haja culpa da CONTRATADA será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA NONA: DO VALOR TOTAL

9.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 157.415,90 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), correspondente ao somatório do valor de contratação das linhas.

9.2. O valor da contratação de cada linha será definido pela seguinte expressão:

$VT = 52 \times PS \times PV$, onde:

VT = valor total da linha

52 = quantidade de semanas de vigência do contrato

PS = percurso semanal

PV = preço por quilômetro



ROS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0274
Doc:	

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

10.1. A CONTRATADA é responsável:

- a) por danos e prejuízos causados à ECT e a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- b) pela perda, extravio, avaria ou espoliação da carga que lhe for confiada;
- c) por todos os encargos tributários, legais, comerciais e administrativos, pecuniários ou não, inerentes ao exercício de suas atividades relacionadas com a execução deste contrato;

10.1.1. No ato do recebimento da carga, malas e malotes, deve ser realizado criterioso exame quanto à sua integridade, dos fechos e dos respectivos selos de segurança, devendo as irregularidades observadas por ambas as partes serem registradas em documento específico, assinado, no ato, pelos respectivos representantes;

10.1.2. Não sendo efetuado qualquer registro até o encerramento da viagem, presumir-se-á o bom estado da carga postal, cessando, portanto, a responsabilidade do transportador;

10.1.3. As indenizações por perda, extravio ou avaria atribuídas a ECT e previstas na Lei 6.538/78 e nas convenções internacionais serão repassadas à CONTRATADA, se os respectivos fatos geradores forem da sua responsabilidade;

10.1.4. O montante das indenizações a serem pagas pela CONTRATADA será descontado de suas faturas, no ato da liquidação.

10.2. A ECT se responsabiliza:

- a) pelo acondicionamento da carga e pelo seu correto fechamento;
- b) pelo fornecimento e aplicação dos selos de segurança nas malas e malotes, bem como nas fechaduras das carrocerias dos veículos, quando o serviço exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PESSOAL

A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, conseqüentemente, os seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a ECT, sendo remunerados e pagos diretamente pela CONTRATADA que será inclusive inteiramente responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação (Federal ou Estadual) e da Legislação Trabalhista, vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato dar-se-ão por conta da seguinte classificação orçamentária: atividade 03.2.06, conta 2.08.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA LICITAÇÃO

O presente contrato é oriundo da tomada de preços nº 9/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO ANEXO

Anexo I: ficha técnica das linhas (5 fichas).

Anexo II: decoração do veículo

Anexo III: roteiro de verificação



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém/PA para dirimir quaisquer questões deste contrato com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

Belém/PA, de de 2000.

PELA CONTRATANTE:


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

PELA CONTRATADA:

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

ELMA SÔNIA N. M. BATISTA
Sócia-Gerente

TESTEMUNHAS:



RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIO	
Fis:	0276
3628	
Doc:	

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

FICHA TÉCNICA

INAUGURAÇÃO

VIGÊNCIA

NUMERAÇÃO

12.06.97

25

CÓDIGO

LINHA

FREQUÊNCIA

QUILOMETRAGEM

TONELAGEM

CUBAGEM

LCE - TECA

MCP - 103

OPERACIONAL POSTAL

SABADO

IDA

VOLTA

30

1

5

TRANSPORTADORA

VEÍCULO

DURAÇÃO DA VIAGEM

APROVAÇÃO DA LINHA

K O M B I

DA

VOLTA

04:00

ASSINATURA

ITINERÁRIO

IDA

VOLTA

KM

HORÁRIOS

DURAÇÃO DA VIAGEM

PARADAS

TEMPO DE

PERCURSO

KM

HORÁRIOS

DURAÇÃO DA VIAGEM

PARADAS

TEMPO DE

PERCURSO

CHEGADA

PARTIDA

ECT

TRANSP.

CHEGADA

PARTIDA

ECT

TRANSP.

T E C A

08:00

09:30

0:30

03:20

ENTREGA DE SEDEX

30

0:00

T E C A

11:50

12:00

0:10

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

0:00

00:00

OBSERVAÇÕES

ENTREGA DE SEDEX - ENCOMENDAS

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

5028

5028

184

AC

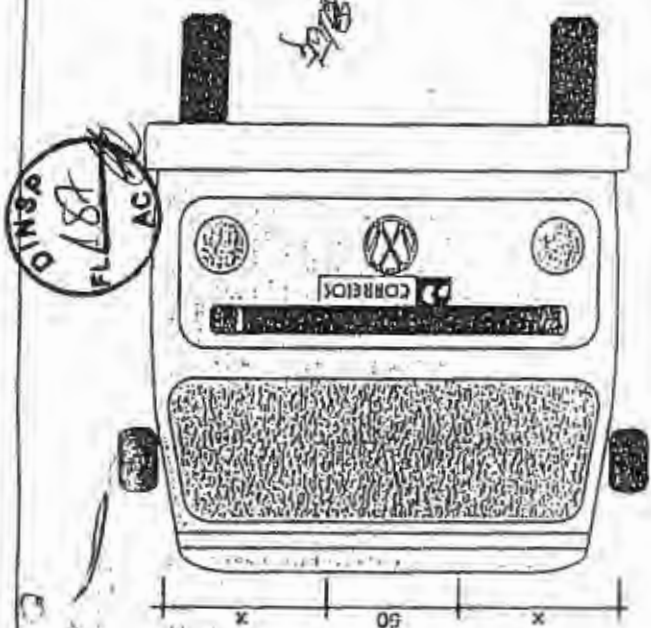
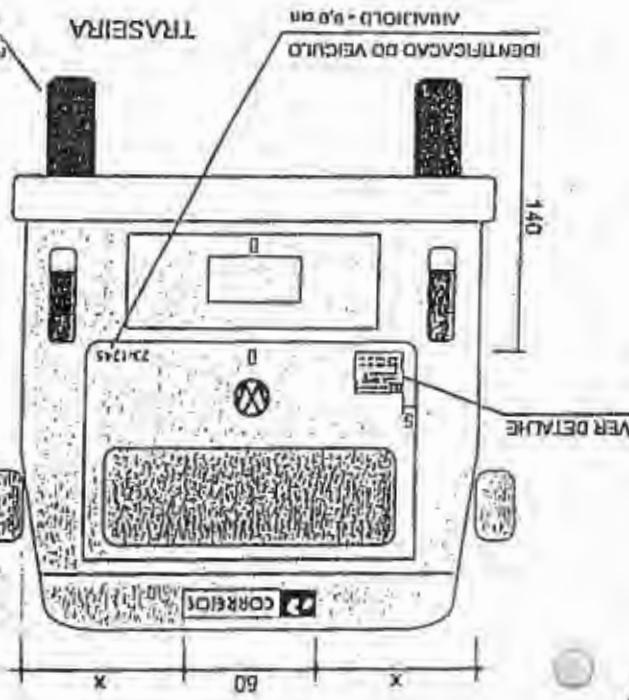
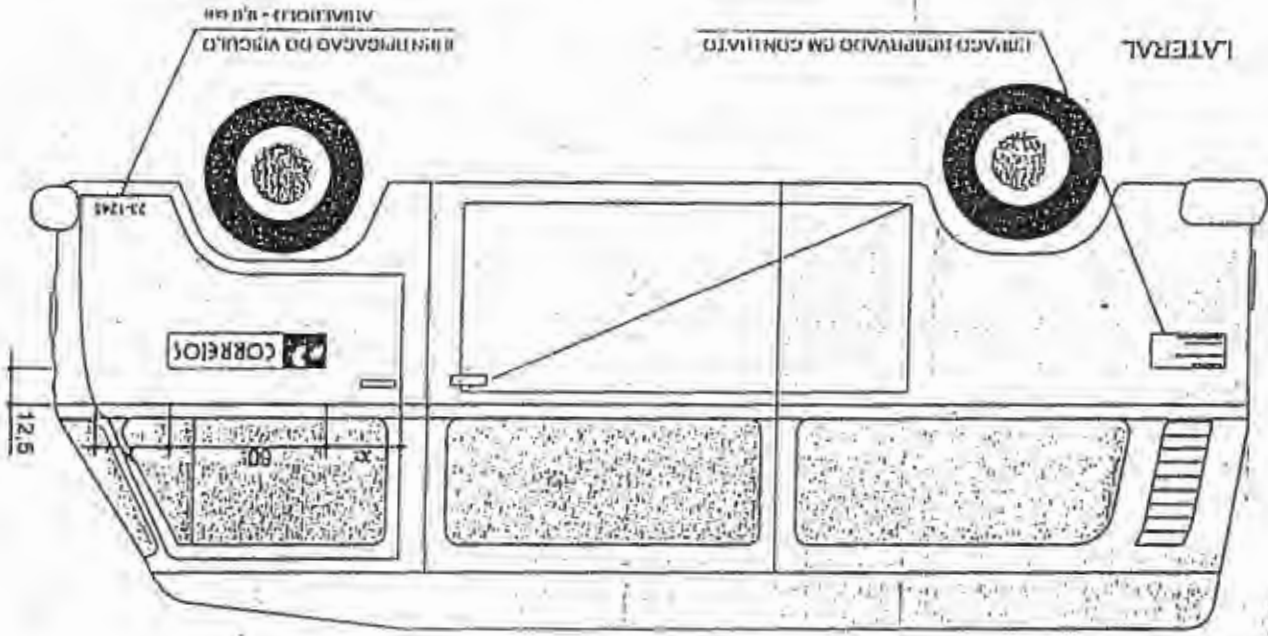
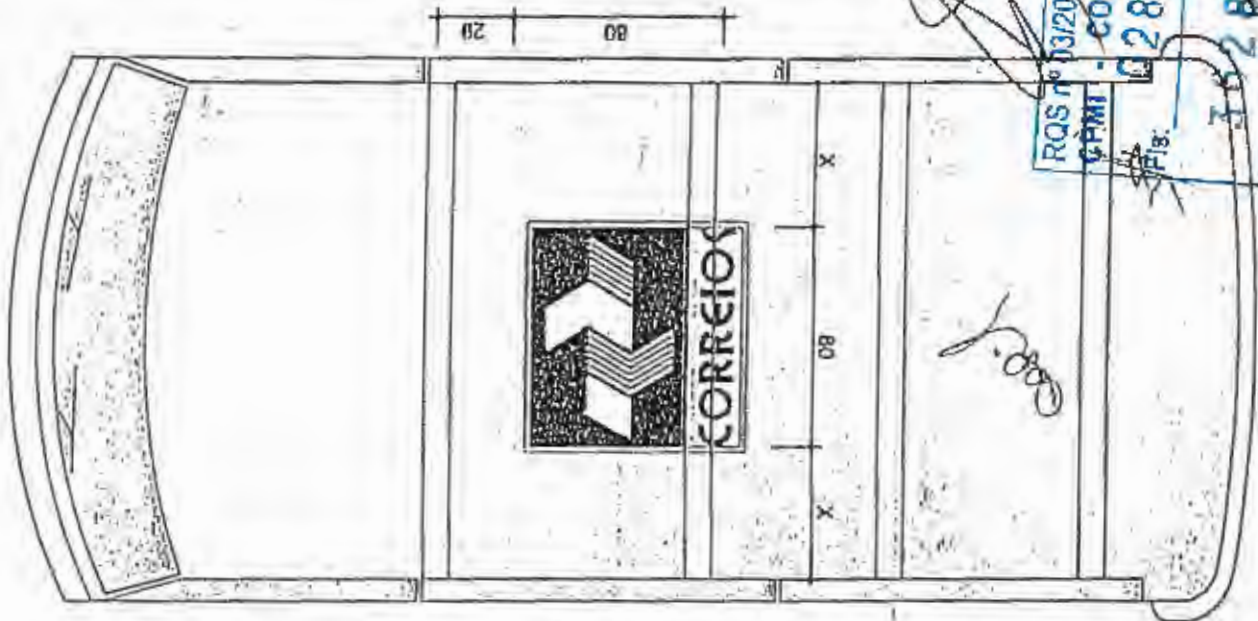
DISSA

[illegible]

OBSERVAÇÕES 1 - ENTREGA DE SEDEX - ENCOMENDAS

[illegible]

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMT - CORREIOS
 Q283
 TETO
 28
 Fig.
 Doc.



UTILITÁRIO - TIPO KOMBI

LOGOMARCA - PORTA

BRANCO

AZUL

AMARELO



AZUL

LOGOMARCA - TRASEIRA E DIANTEIRA

BRANCO

AZUL

AMARELO



AZUL

ESPACO RESERVADO EM CONTRATO

ESPESSURA DO CONTORNO 0,5 cm

LAMINA ADESIVA OPACO
ARIALBOLD 2 Cm

LAMINA ADESIVA OPACO
ARIALBOLD 3,0 cm

LAMINA ADESIVA OPACO
ARIALBOLD 2 Cm

LAMINA ADESIVA OPACO
ARIALBOLD 3,0 cm

TRANSPORTADORA

XXXXX XXXXXX LTDA.

CONTRATO: ECT/DIOPE

ECT-DR/SPM-0857/99

11 44
45

PADRONIZAÇÃO - MATERIAL, CORES E TIPOGRAFIA

BRANCO

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA 3M

WHITE 7725-10

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA AVERY DENNISON

WHITE - XL 1001

AZUL

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA 3M

SAPPHIRE BLUE 7725-37

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA AVERY DENNISON

SAPPHIRE BLUE XL 1017

AMARELO

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA 3M

SUNFLOWER 7726-26

LAMINA ADESIVA VINILICA OPACO DA AVERY DENNISON

CANARY YELLOW XL 1007

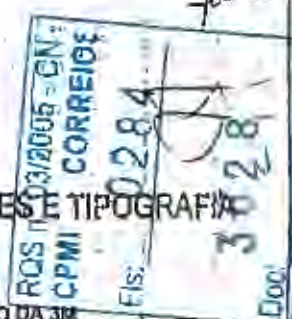
IDENTIFICACAO DO VEICULO

23-1245

SAPPHIRE BLUE 7725-37

ARIALBOLD 0,0 cm

OBS: A LOCALIZACAO DOS ESPACOS DE ACORDO COM O PROJETO



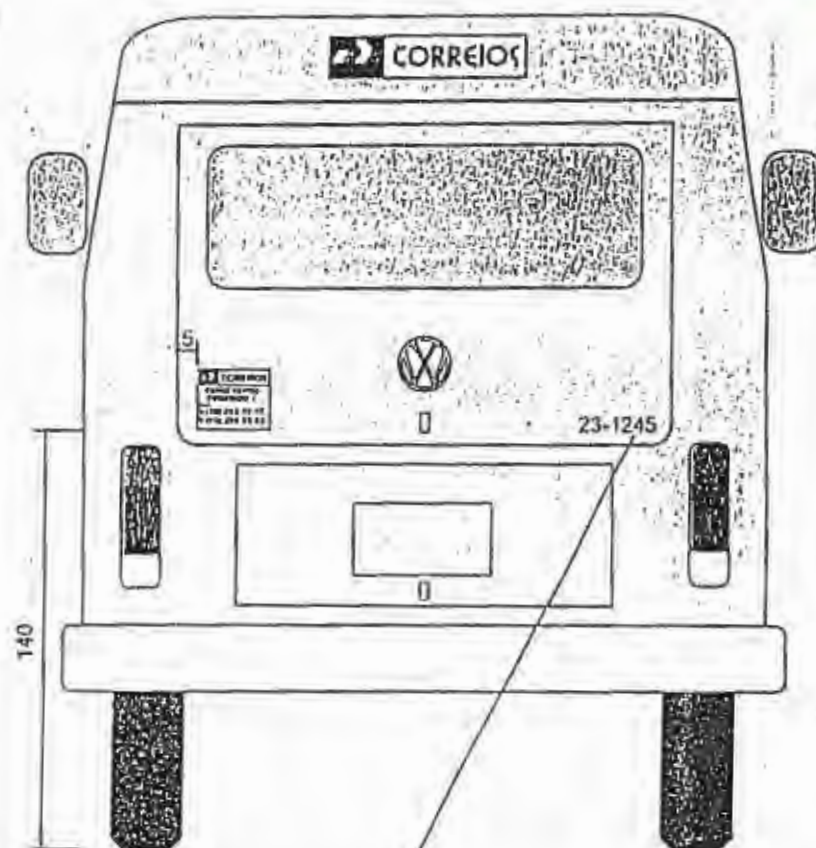


DETALHE - COMO ESTOU DIRIGINDO?



170
100

KOMBI - FURGÃO



IDENTIFICACAO DO VEICULO
ARIALBOLD - 9,0 cm

VISTA TRASEIRA

RCS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0285

Doc: 362

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

C. G. C. (M.F.) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop. Caigara - Loja 16 - Centro - CEP. 46.400-000 - Caetité-BA. - FONE/FAX - 077-354-2103

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CPL/DR/PA
BELÉM - PA



Prezados Senhores,

Ref.: PROPOSTA TP Nº 009/00

Apresentamos abaixo nossa PROPOSTA ECONÔMICA para prestação de serviços de transporte de cargas dessa empresa:

<u>LINHA</u>	<u>PREÇO POR QUILOMETRO - PV</u>
LCE-101	PV = R\$ 1,1300 (hum real e treze centavos)
LCE-102	PV = R\$ 1,1190 (hum real onze centavos e noventa décimos milésimos de real)
LCE-103	PV = R\$ 1,0400 (hum real e quatro centavos)
LCE-104	PV = R\$ 1,0790 (hum real sete centavos e noventa décimos milésimos de real)
LCE-105	PV = R\$ 0,8650 (oitenta e seis centavos e cinquenta décimos milésimos de real)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião de licitação.

VEÍCULO UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Na execução dos serviços serão utilizados veículos marca VW/KOMBI, OU SIMILARES, movidos a gasolina.

AGÊNCIA BANCÁRIA / CONTA CORRENTE

Os pagamentos deverão ser depositados na conta corrente no. 6474-2, agência no. 0230-5 - Banco do Brasil S/A.

Caetité-BA., 21 de junho de 2000.

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

ELMA SÔNIA N. M. BATISTA



TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

C. G. C. (M.F) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop. Caiçara - Loja 16 - Centro - CEP. 46.400-000 - Coatitã-B.A. - FONEFAX - 077-454-2103

PLANTILHA DE CUSTO DE TRANSPORTE



1 - CARACTERÍSTICAS DA LINHA

LCE-TECA-MCP-101

a) Pontos terminais.....	TECA
b) Percurso de ida e volta.....	80 km (2ª. a 6ª.); 30 (sáb)
c) Número de viagens semanais.....	06
d) Percurso Mensal (PM).....	1.865,35

2 - CARACTERÍSTICAS DE VEÍCULOS A UTILIZAR

a) Capacidade.....	1,0 t ± 5,0 m ³
b) Combustível.....	Gasolina
c) Rendimento.....	7,0 Km/l

3 - FATORES DE CUSTO

3.1 - CUSTOS VARIÁVEIS (por km)

a) Combustível.....	R\$ 0,1800
b) Lubrificantes.....	R\$ 0,0030
c) Pneus e câmaras.....	R\$ 0,0300
d) Manutenção (peças e serviços).....	R\$ 0,0900
e) Lavagem e Lubrificação.....	R\$ 0,0200
f) Outros custos variáveis.....	R\$ 0,0200
SOMA (CV).....	R\$ 0,3430

3.2 - CUSTOS FIXOS (valores mensais)

a) Depreciação do Veículo.....	R\$ 150,0000
b) Despesas de licenciamento.....	R\$ 35,0000
c) Seguros (Obrigatório e facultativo).....	R\$ 80,0000
d) Remuneração do motorista.....	R\$ 360,0000
e) Encargos Sociais s/motorista.....	R\$ 230,0000
f) Outros custos fixos (+Impostos).....	R\$ 260,0000
SOMA (CF).....	R\$ 1.115,0000

3.3 - ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL) (MENSAL).....R\$ 351,4408

4 - PREÇO PROPOSTO (por km) - PV

$$a) PV = \frac{CV + CF + AL}{PM}$$

onde: PM = Percurso Mensal

c) PV =



TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

C. G. C. (M.F) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop. Caigara - Loja 16 - Centro - CEP. 46.400-000 - Caetité-BA - FONEFAX - 077-454-2103

PLANILHA DE CUSTO DE TRANSPORTE



1 - CARACTERÍSTICAS DA LINHA

LCE-TECA-MCP-102

- a) Pontos terminais..... URBANO
b) Percurso de ida e volta..... 103 km (2ª. a 6ª.); 30 (sáb)
c) Número de viagens semanais..... 06
d) Percurso Mensal (PM)..... 2.405 km

2 - CARACTERÍSTICAS DE VEÍCULOS A UTILIZAR

- a) Capacidade..... 3
1,0 l x 5,0 m
b) Combustível..... Gasolina
c) Rendimento..... 7,0 Km/l

3 - FATORES DE CUSTO

3.1 - CUSTOS VARIÁVEIS (por km)

- a) Combustível..... R\$ 0,1800
b) Lubrificantes..... R\$ 0,0030
c) Pneus e câmaras..... R\$ 0,0300
d) Manutenção (peças e serviços)..... R\$ 0,1100
e) Lavagem e Lubrificação..... R\$ 0,0200
f) Outros custos variáveis..... R\$ 0,0200
SOMA (CV)..... R\$ 0,3630

3.2 - CUSTOS FIXOS (valores mensais)

- a) Depreciação do Veículo..... R\$ 150,0000
b) Despesas de licenciamento..... R\$ 35,0000
c) Seguros (Obrigatório e facultativo)..... R\$ 80,0000
d) Remuneração do motorista..... R\$ 360,0000
e) Encargos Sociais s/motorista..... R\$ 250,0000
f) Outros custos fixos (+Impostos)..... R\$ 350,0000
SOMA (CF)..... R\$ 1.205,0000

3.3 - ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL) (MENSAL)..... R\$ 613,1800

4 - PREÇO PROPOSTO (por km) - PV

a) $PV = \frac{CV + CF + AL}{PM}$

onde: PM = Percurso Mensal

c) PV =



TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

Ente



TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

C. G. C. (M.F) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop. Caiçara - Loja 16 - Centro - CEP. 16.400-000 - Caetité-BA - FONEFAX - 077-454-2103

PLANILHA DE CUSTO DE TRANSPORTE



1 - CARACTERÍSTICAS DA LINHA

LCE-TECA-MCP-103

- a) Pontos terminais..... URBANO
b) Percurso de ida e volta..... 90 km (2^a a 6^a); 30 (sáb)
c) Número de viagens semanais..... 06
d) Percurso Mensal (PM)..... 2.080 km

2 - CARACTERÍSTICAS DE VEÍCULOS A UTILIZAR

- a) Capacidade..... 3
1,0 t x 5,0 m
b) Combustível..... Gasolina
c) Rendimento..... 7,0 Km/l

3 - FATORES DE CUSTO

3.1 - CUSTOS VARIÁVEIS (por km)

- a) Combustível..... R\$ 0,1800
b) Lubrificantes..... R\$ 0,0030
c) Pneus e câmaras..... R\$ 0,0300
d) Manutenção (peças e serviços)..... R\$ 0,0900
e) Lavagem e Lubrificação..... R\$ 0,0200
f) Outros custos variáveis..... R\$ 0,0200
SOMA (CV)..... R\$ 0,3430

3.2 - CUSTOS FIXOS (valores mensais)

- a) Depreciação do Veículo..... R\$ 150,0000
b) Despesas de licenciamento..... R\$ 33,0000
c) Seguros (Obrigatório e facultativo)..... R\$ 80,0000
d) Remuneração do motorista..... R\$ 360,0000
e) Encargos Sociais s/motorista..... R\$ 230,0000
f) Outros custos fixos (+Impostos)..... R\$ 260,0000
SOMA (CF)..... R\$ 1.115,0000

3.3 - ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL) (MENSAL)..... R\$ 334,7600

4 - PREÇO PROPOSTO (por km) - PV

$$a) PV = CV + \frac{CF + AL}{PM}$$

onde: PM = Percurso Mensal

c) PV =

R\$ 1.0400
RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fls: 028
3628
Doc:

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

LAURILAN M. BATISTA

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA

C. G. C. (M.F) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop Caçara - Loja 16 - Centro - CEP. 46.400-000 - Castilho-B4 - FONEFAX - 077-454-2103

PLANILHA DE CUSTO DE TRANSPORTE



1 - CARACTERÍSTICAS DA LINHA

LCE-TEC4-MCP-104

- a) Pontos terminais..... URBANO
b) Percurso de ida e volta..... 110 km (2ª a 6ª.); 30 (sã)
c) Número de viagens semanais..... 06
d) Percurso Mensal (PM)..... 2.513,33 km

2 - CARACTERÍSTICAS DE VEÍCULOS A UTILIZAR

- a) Capacidade..... 3
b) Combustível..... Gasolina
c) Rendimento..... 7,0 Km/l

3 - FATORES DE CUSTO

3.1 - CUSTOS VARIÁVEIS (por km)

- a) Combustível..... R\$ 0,1800
b) Lubrificantes..... R\$ 0,0030
c) Pneus e câmaras..... R\$ 0,0300
d) Manutenção (peças e serviços)..... R\$ 0,1100
e) Lavagem e Lubrificação..... R\$ 0,0200
f) Outros custos variáveis..... R\$ 0,0200
SOMA (CV)..... R\$ 0,3630

3.2 - CUSTOS FIXOS (valores mensais)

- a) Depreciação do Veículo..... R\$ 150,0000
b) Despesas de licenciamento..... R\$ 55,0000
c) Seguros (Obrigatório e facultativo)..... R\$ 80,0000
d) Remuneração do motorista..... R\$ 360,0000
e) Encargos Sociais s/motorista..... R\$ 230,0000
f) Outros custos fixos (+Impostos)..... R\$ 350,0000
SOMA (CF)..... R\$ 1.205,0000

3.3 - ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL) (MENSAL)..... R\$ 594,5443

4 - PREÇO PROPOSTO (por km) - PV

$$a) PV = \frac{CV + CF + AL}{PM}$$

onde: PM = Percurso Mensal

c) PV =

Q

Eliz



TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

C. G. C. (ME) 86.888.336/0001-58 INSC. ESTADUAL 39.750.510
Av. Santana, s/n - Shop Caçara - Loja 16 - Centro - SP. 46.400-000 - Caetité-B.A. - FONEFAX - 077-454-2103

PLANILHA DE CUSTO DE TRANSPORTE



1 - CARACTERÍSTICAS DA LINHA

LCE-TECA-MCP-105

a) Pontos terminais.....	TECA/AC SANTANA
b) Percorso de ida e volta.....	185 km (2° a 6°.)
c) Número de viagens semanais.....	05
d) Percorso Mensal (PM).....	4.008,53 km

2 - CARACTERÍSTICAS DE VEÍCULOS A UTILIZAR

	3
a) Capacidade.....	1,01 x 5,0 m
b) Combustível.....	Gasolina
c) Rendimento.....	7,0 Km/l

3 - FATORES DE CUSTO

3.1 - CUSTOS VARIÁVEIS (por km)

a) Combustível.....	R\$ 0,1800
b) Lubrificantes.....	R\$ 0,0030
c) Pneus e câmaras.....	R\$ 0,0300
d) Manutenção (peças e serviços).....	R\$ 0,1100
e) Lavagem e Lubrificação.....	R\$ 0,0200
f) Outros custos variáveis.....	R\$ 0,0200
SOMA (CV).....	R\$ 0,3630

3.2 - CUSTOS FIXOS (valores mensais)

a) Depreciação do Veículo.....	R\$ 200,0000
b) Despesas de licenciamento.....	R\$ 35,0000
c) Seguros (Obrigatório e facultativo).....	R\$ 80,0000
d) Remuneração do motorista.....	R\$ 400,0000
e) Encargos Sociais s/ motorista.....	R\$ 280,0000
f) Outros custos fixos (+Impostos).....	R\$ 600,0000
SOMA (CF).....	R\$ 1.595,0000

3.3 - ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL - MENSAL).....R\$ 417,1817

4 - PREÇO PROPOSTO (por km) - PV

$$a) PV = \frac{CV + CF + AL}{PM}$$

onde: PM - Percorso Mensal

c) PV =

TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA.

ELMA SÔNIA N. M. BATISTA
Sócia-Gerente





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS				COTAÇÕES DOS LICITANTES (PREÇO POR KM)			PROPOSTAS VENCEDORAS	
				1	2	3		
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS								
Dependência:	Data da Licitação:	Modalidade:	Número:	TRANSPORTADORA BUMERANGUE	LOCAVEL	TRANSPORTADORA SOL DOURADO	LICITANTE	VALOR TOTAL ANUAL
DR/PA	21/6/2000	Tomada de Preços	9/2000					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.					
1	Contratação de serviços de transporte de cargas para operar LCEs na cidade de Macapá							
1	LCE-101	KM	1.863	1,18	1,61	1,13	3	25.262,28
2	LCE-102	KM	2.405	1,13	1,39	1,12	3	32.294,34
3	LCE-103	KM	2.080	1,06	1,46	1,04	3	25.058,40
4	LCE-104	KM	2.510	1,00	1,32	1,08	3	32.530,32
5	LCE-105	KM	4.006	0,87	0,95	0,86	3	41.362,56
						SOMA (R\$)		157.415,90
Importa a presente contratação em TRINTA E SEIS MIL NOVECIENTOS E OITENTA E CINCO REAIS. De acordo com as disposições da Lei 8.666/93.								
Há crédito orçamentário disponível na Conta 2.08, Atividade 03.2.06.								
Propomos a adjudicação do objeto da licitação à empresa TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA .								
 JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO PRESIDENTE DA CPL				 GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA MEMBRO				
 CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA MEMBRO				 WALDEMIR FREIRE CARDOSO DIRETOR REGIONAL				



José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/ECT/PA

Doc:
1505



DINSP

- CS -

COMISSÃO DE
SINDICÂNCIA

PRT/PR-285/2001

RELATÓRIO
PRELIMINAR DE
SINDICÂNCIA

DR/PA

PROC/DINSP
01.0272

VOL 01/02

23

ARMÁRIO 09

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 0293

3628 - 21

Doc:

De: CHEFE DO DINSP

Ao: DIRETOR REGIONAL DR/PA

CI / DINSP/01.0272.1822/2003

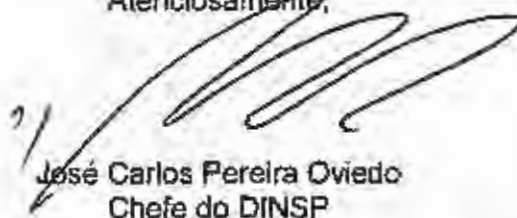
Ref.: CI/DEJUR/GAB - 1465/2003

Assunto: Requerimento de cópia do Processo DINSP 01.0272

Brasília, 18 de dezembro de 2003.

Em atendimento à CI/DEJUR/GAB - 1465/2003 recebida em anexo à NI GABPR - 3908 de 08/12/2003, encaminhamos cópia do Processo DINSP 01.0272 - DR/PA para que seja providenciado o seu envio ao interessado conforme solicitado em seu requerimento.

Atenciosamente,


José Carlos Pereira Oviedo
Chefe do DINSPAmury José Valença de Melo
Suplente do DINSP
Adm. Pessoal/Dep. Leg. S.010.252-2

C/ANEXOS: Cópias: CI/DEJUR/GAB - 1465/2003
CI/GAB/DR/PA - 0281/2003
Requerimento do Sr. Waldemir Freire Cardoso

DSM/dsm

C:\CI-DINSP-03\Encaminha Proc. DINSP 01.0272 - DR-PA-Waldemir-1

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
0294	
Fls:	
3628	
Doc:	

**CORREIOS****DEPARTAMENTO JURÍDICO****AO : GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

CI//DEJUR/GAB-1465 / 2003

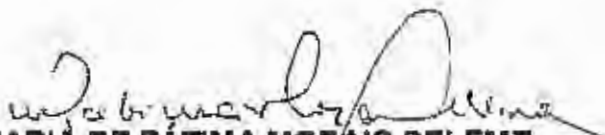
REF.: NI/GABPR-3827/2003 de 01-12-2003**Assunto: Requerimento de cópia de processos.**

Brasília, 15 de dezembro de 2003

3827

Com referência à NI/GABPR-~~3227~~ de 01-12-2003, que encaminhou a este Departamento Jurídico a CI/GAB/DR/PA-0281/2003, acompanhada de requerimento do empregado WALDEMIR FREIRE CARDOSO, em anexo, informamos a esse Gabinete da Presidência que os processos envolvendo apurações na DR/PA encontram-se arquivados no DINSP, razão pela qual solicitamos encaminhar os referidos documentos àquele Departamento para as providências cabíveis.

Atenciosamente,


MARIA DE FÁTIMA MORAIS SELEME
Chefe do Departamento Jurídico

HRD/hrc

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0295
3628 - 12	
Doc:	

 CORREIOS	NÚMERO 3908	DE: GABPR
	DATA DE EMISSÃO 08/12/03	PARA: DINSP
NOTIFICAÇÃO INTERNA		
☐ URGENTE ☐ RESPONDER AO INTERESSADO ☐ FALAR-ME ☐ ANALISAR E CRITICAR ☐ PREPARAR EXP PARA	☐ ACOMPANHAR ANDAMENTO ☐ ARQUIVAR ☐ DEVOLVER ☐ ANEXAR DOC EM REFERÊNCIA ☐ TOMAR CONHECIMENTO ☒ CONFORME PEDIDO <i>do DEJUR.</i>	☐ CONFERIR ☐ OPINAR POR ESCRITO ☐ APROVAR ☐ ORIENTAR ENVOLVIDOS ☐ OUTROS
OBSERVAÇÕES 		
DOCUMENTO ENCAMINHADO 11031/03	DEVOLUÇÃO ASSINATURA 	

75010042-7

FC0606 / 25

A6 = 105 x 148 mm

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis: 0296	
3628	23
Doc:	



CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

NATUREZA
NI/GABPR

NÚMERO

3827/03

DATA

01.12.03

Procedência

GABPR

Nome

Assunto

SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS PROCESSUAIS

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

DESTINO

DATA

DESTINO

DATA

NÚMERO

ANO

RUBRICA

1ª DE JUR 01 12 2003

21º

1º

2º

22º

2º

3º

23º

3º

4º

24º

4º

5º

25º

5º

6º

26º

6º

7º

27º

7º

8º

28º

8º

9º

29º

9º

10º

30º

PROCESSOS APENSOS

NÚMERO

ANO

RUBRICA

11º

31º

12º

32º

1º

13º

33º

2º

14º

34º

3º

15º

35º

4º

16º

36º

5º

17º

37º

ANEXOS

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

NÚMERO

ANO

RUBRICA

18º

38º

19º

39º

1º

20º

40º

2º

Doc:

3828

EM, RESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



 CORREIOS	NÚMERO 3827	DE: GABPR
	DATA DE EMISSÃO 01/12/03	PARA: DEJUR
NOTIFICAÇÃO INTERNA		
☐ URGENTE		
☐ RESPONDER AO INTERESSADO		
☐ FALAR-ME		
☐ ANALISAR E CRITICAR		
☐ PREPARAR EXP. PARA...		
☐ ACOMPANHAR ANDAMENTO		
☐ ARQUIVAR		
☐ DEVOLVER		
☐ ANEXAR DOC. EM REFERÊNCIA		
☐ TOMAR CONHECIMENTO		
☐ CONFORMAR PEDIDO		
☐ CONFERIR		
☐ OPINAR POR ESCRITO		
☐ APROVAR		
☐ ORIENTAR ENVOLVIDOS		
☒ OUTROS <i>Devolução</i>		
OBSERVAÇÕES		
		
DOCUMENTO ENCAMINHADO		DEVOLUÇÃO
Doc. 11031/03		ASSINATURA <i>[Signature]</i>

75010042-7

FC060B/25

AB = 105 x 148 mm

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0298
3628	
Doc:	

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI CORREIOS
Fis: _____
3 6 2 8
Doc: _____



CORREIOS

DEPARTAMENTO
DINSP
GERAL DE INSPECTORIA

**RELATÓRIO
PRELIMINAR
DE
SINDICÂNCIA**

**DIRETORIA
REGIONAL DO
PARÁ-AMAPÁ**

DR/PA

Período: 09/out/01 a 30/jan/02

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

0300

3628

Doc:

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

RELATÓRIO PRELIMINAR DE SINDICÂNCIA

Senhor Presidente,

Conforme consta da PRT/PR-285, de 05/10/2001, vigência de 09/10/2001 (fls 52, 54 e 55 do anexo do Relatório), esta Comissão de Sindicância esteve incumbida de apurar os fatos constantes do processo GABPR nº 005133/2001, assunto: **IRREGULARIDADES NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO DA DR/PA**:

Em tendo esta comissão encerrado suas diligências no sentido de apurar as irregularidades e elucidar os fatos decorrentes, vem agora apresentar-lhe o seu Relatório, fazendo-o nos termos que a seguir passa a expor:

1 DA APRESENTAÇÃO AO DIRETOR REGIONAL PARÁ E INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Os membros da Comissão apresentaram-se ao Diretor Regional/PA no dia 09/10/2001 e em seguida foi procedida instalação da Comissão. No dia 10/10/2001 iniciaram-se os trabalhos de apuração das irregularidades e elucidação dos fatos decorrentes na sede da Diretoria Regional do Pará.

2 DO INÍCIO DOS TRABALHOS

De posse dos processos de DL, Convites e Tomada de Preços fornecidos pela Gerência de Contratação da DR/PA, montados a partir de janeiro de 1998, a Comissão procedeu ao início dos trabalhos. Tiveram prioridade os processos de contratação de serviços de reformas e adaptações de imóveis, contratação de prestação de serviços de mão-de-obra da área de operações e contratação de serviços de transporte de carga rodoviária.

Foram verificados e analisados os processos de Convites e Tomada de Preços para a contratação de serviços de transportes, incluindo as rotinas de pagamento com o cruzamento dos lançamentos contábeis à vista da documentação existente.

3 DAS APURAÇÕES

3.1 Formalização dos processos

Analisados 809 processos de dispensa de licitação, cerca de 100 relativos a convites e 20 sobre tomada de preços à luz da Lei 8.666/93 e de documentos normativos internos da ECT, ficaram evidentes diversas imperfeições que serão enumeradas seguir:

3.1.1 Montagem dos Processos

Há diversos processos de dispensa de licitação - DL, convites - CV e tomada de preços - TP, cerca de 70% de aproximadamente 930 processos analisados, que apresentam irregularidades nas suas composições. Dentre as que representam maior relevância destacamos as seguintes:

RQS nº 03/2005 - GN
GPM - CORREIOS

3628

ÍNDICE

1.	DA APRESENTAÇÃO AO DIRETOR REGIONAL E INSTALAÇÃO DA COMISSÃO.....	02
2.	DO INÍCIO DOS TRABALHOS.....	02
3.	DAS APURAÇÕES.....	02
3.1	FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS.....	02
3.2	DAS ANÁLISES DA DOCUMENTAÇÃO E TERMOS DE DECLARAÇÃO.....	33
3.2.1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE.....	33
3.2.2	AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DE REDES DE COMPUTADOR.....	34
3.2.3	SERVIÇOS DE TRANSPORTE.....	34
3.2.4	CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS.....	47
3.2.5	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO.....	47
3.2.6	MANUTENÇÃO DE BICICLETAS.....	48
3.2.7	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTOS E VEÍCULOS.....	48
3.2.8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA.....	49
3.2.9	GESTÃO DE CONTRATOS.....	49
3.2.10	ÁREA MÉDICA.....	51
3.2.11	CONTRATO PARA SERVIÇO DE HOSPEDAGEM.....	52
3.2.12	SERVIÇOS DE REFORMA DE IMÓVEIS.....	52
4	DENÚNCIAS.....	56
5	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	57
5.1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE.....	57
5.2	AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DE REDES DE COMPUTADOR.....	57
5.3	SERVIÇOS DE TRANSPORTE.....	57
5.3.1	TRANSPORTADORA US MENDONÇA.....	57
5.3.2	FOX TÁXI AÉREO LTDA E TÁXI AÉREO ITAITUBA LTDA.....	58
5.3.3	PUMA-SERVIÇOS ESPECIALIZADOS-VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES.....	58
5.3.4	BRASIL ASSESSORIA/TRANSPORTE & SERVIÇOS LTDA.....	58
5.3.5	ICMS SOBRE AS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE DA ECT.....	58
5.4	CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS.....	58
5.5	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO.....	59
5.6	MANUTENÇÃO DE BICICLETAS.....	59
5.7	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTOS E VEÍCULOS.....	59
5.8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA.....	60
5.9	GESTÃO DOS CONTRATOS.....	60
5.10	ÁREA MÉDICA.....	60
5.11	CONTRATO PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM.....	60
5.12	SERVIÇOS DE REFORMA DE IMÓVEIS.....	60
6	CONCLUSÃO.....	63

RQS nº 03/2005 - 66-
CPMI - CORREIOS
0302
Fls. 60
3628
Doc:

3.1.1.1 Dispensas de Licitação

- a) as páginas dos processos não apresentam a numeração sequencial com as rubricas e assinaturas dos responsáveis por suas montagens;
- b) processos sem conter cópias de documentos comprobatórios de pagamentos, propostas de fornecedores, justificativas para a contratação, notas fiscais e toda a documentação atinente às firmas que apresentam propostas à ECT;
- c) documentos fora da ordem cronológica, prejudicando a leitura, análise e o entendimento do seu contexto, contrariando as orientações existentes;
- d) processos faltando assinaturas de suas peças, impossibilitando a identificação dos responsáveis pela montagem e condução dos certames;
- e) inconsistência de atesto em notas fiscais, concernentes às intervenções de reparos e reformas em unidades operacionais, uma vez que o atesto não foi realizado pelo responsável direto pela unidade que sofreu a intervenção;
- f) processos onde os serviços envolvem lay outs – confecção de estantes e prateleiras, mudança de caixas postais ou colocação de divisórias, somente para citar alguns exemplos – não há o documento (lay out) que descreve a solicitação, impossibilitando a análise do serviço contratado/efetuado;
- g) há processos com firmas envolvidas nas pesquisas de mercado, e com a correspondente prestação do serviço, sem ser propriamente especializada na área a que a DL se propõe. Entende-se que em razão de a empresa ganhadora não ter a especialidade no serviço cotado, a tendência é que o valor por ela oferecido seja mais alto do que o valor de empresas especializadas, uma vez que haveria a necessidade de terceirização dos serviços;
- h) parte dos orçamentos apresentados e anexados a alguns processos estão sem a menção do CNPJ;
- i) são consultadas as mesmas empresas para a cotação de preços, independentemente do tipo de serviço a ser realizado (reforma, adaptação, instalação elétrica, instalação hidráulica, compra de materiais, etc), mesmo havendo cadastro de empresas nos diversos ramos de atividade;
- j) diversos processos estão sem o certificado de regularidade do FGTS – CRF e da certidão negativa de débitos – CND das empresas participantes. Em muitos casos nem mesmo a empresa ganhadora do certame apresenta esses documentos para a formalização do processo da dispensa;
- k) quando há solicitação de compra ou manutenção e que envolvem mais de uma unidade, usa-se mencionar "para unidades da Diretoria". A não especificação das unidades beneficiárias implica em falta de transparência na condução do processo e dificuldade para localizar a lotação de bens e equipamentos adquiridos;

BGS nº 03/2005 - CN
CPM - CORREIOS
0303
Fls: 3628
3/63

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

- l) processos sem conter as cartas de convocação de proponentes para os certames. Algumas vezes possuem duas cartas e em outras apenas uma e sem a emissão de ARs, deixando dúvidas se a convocação teve realmente sua destinação final. Observou-se, ainda, que cartas eram mandadas para empresas que pertenciam a um mesmo dono.

3.1.1.2 Convites e Tomadas de Preço

- a) falta de ARs comprovando a entrega do edital do convite aos licitantes;
- b) recebimento de propostas de licitantes com data anterior à de autorização formal do Diretor Regional;
- c) coincidência entre a data de recebimento de propostas de licitantes com a data de aprovação do edital de convite pela ASJUR/PA e com a data das atas de abertura e de adjudicação do certame;
- d) recebimento de propostas de licitantes mesmo antes da análise e aprovação do edital pela ASJUR/PA;
- e) atas de reunião de adjudicação com data anterior ao recebimento de propostas para o certame;
- f) ARs, emitidos para entrega de convites para licitantes, compondo processo com data posterior à da entrega das propostas com defasagem de um ano;
- g) ata de adjudicação realizada antes de o edital ter a chancela da ASJUR/PA;
- h) processo licitatório realizado sem a formalização de parecer da ASJUR/PA;
- i) existência de processos licitatórios realizados em todas as suas etapas, onde a empresa ganhadora (US Mendonça) venceu os certames, sem a celebração dos respectivos contratos;
- j) contratos firmados com a empresa US Mendonça e que não foram observados os limites do valor global, ou seja, foram utilizados recursos superiores àqueles estipulados nos contratos e coberto pela legislação. Esses valores superaram a R\$450.000,00 pagos a US Mendonça desde 1998 até nov/2001;
- k) contratos firmados com a US Mendonça, já vencido e ainda está sendo utilizado, sem haver termo aditivo de prorrogação (cont. 162/99, 67/99, 53/00);
- l) pagamento de serviços de transportes extras, sem respaldo contratual, desde set/98 até nov/01, no valor de R\$141.006,86;

3.1.2 DAS DECLARAÇÕES

Dando continuidade aos trabalhos de apuração, a Comissão ouviu os declarantes abaixo indicados, sendo o primeiro agente da denúncia, por envolvimento direto nas formulações dos processos de contratação ou por citações em outras declarações (fls 84 a 135 do anexo do Relatório):

ROS nº 03/2005 - CN -
Comissão Ouviu os
CPMIC - CORREIOS
3628 - d
4/53

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

1) **Edvaldo Ferreira Leite** - proprietário da Empresa de Transportes EDE CAR - declarou que:

- prestou serviços para os Correios entre 1986 e 1997 com a empresa Serra Norte Transportes e entre 1996 e 1998 com a empresa EDE CAR Transportes;
- em 1997 ganhou a licitação do convite 132/97, assinando o contrato em 10/12/97, para o transporte de carga postal da ECT, linhas 06 e 07, por um período de dois meses e que também fazia o transporte das linhas 02, 03 e 11;
- em 1997, através da EDE CAR, ganhou a tomada de preço referente ao transporte dos livros do FNDE, linha Belém/Marabá e, posteriormente, para qualquer localidade, a R\$0,67 por quilo transportado, a exemplo do preço que já era cobrado por ele para transportar carga expressa;
- o valor de R\$0,67 por kg transportado foi dado por ele próprio, graças ao privilégio de informações que ele possuía, através do Walmir, irmão do ex-Diretor Regional, Waldemir Freire Cardoso. As informações eram confirmadas pelo Waldemir, no apartamento deste na Av. 25 de setembro que o declarante freqüentava;
- em fins de 1995, a pedido do ex-Diretor Waldemir, o Walmir foi trabalhar sem vínculo empregatício com o declarante, para que o Walmir participasse no faturamento das linhas executadas pela EDE CAR, onde o declarante ficaria com trinta por cento do faturamento e o Walmir ficaria com os outros setenta por cento;
- essa proposta (o Walmir trabalhar na EDE CAR e haver a sua participação nos moldes citados) veio com a promessa do ex-Diretor de que isso daria ao declarante livre acesso às informações, além de outras vantagens;
- a linha Salinas/Capanema, pertencente a EDE CAR, no período 96/97 foi feita por uma Kombi, placa JTL-9029, de propriedade particular do Sr. Walmir Freire Cardoso e atualmente essa linha pertence à U S Mendonça;
- linha Belém/Marabá/Belém de carga expressa, durante um ano, foi feita por um caminhão Volkswagen 81DD, de propriedade do Sr. Walmir;
- até 1997 o declarante teve a participação de 30% do faturamento dos serviços de transportes realizados, mas em 1998, o Walmir resolveu tirá-lo do esquema e ficar com o bolo todo;
- já na TP-005/98, uma mesma pessoa pegou os editais para a U S Mendonça e para a Brasil Transporte e Serviços, indicando vícios na concorrência;
- nessa TP a EDE CAR ganhou 11 linhas, mas ela foi parcialmente cancelada e o cancelamento deu-se somente nas 11 linhas da EDE CAR;
- o cancelamento foi publicado no DOU de 26/11/98, por ter sido considerado inidônea, através da carta CT/GEAF/ECT/DR/PA-085/98, enviada ao declarante;

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM
Fls: 0505
3628 - 36
5/63

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR/TPR-285/2001

- o declarante entrou com um processo (9289/98) na terceira vara da Justiça Federal recorrendo pelo que se apresentava, mas ainda não obteve qualquer resposta a respeito;
- três meses antes de haver recebido a carta que o considerava inidôneo, recebera do Sr. Paulo Dantas um atestado de capacidade técnica;
- a penalização da EDE CAR foi por não cumprimento de horário e a ficha técnica revela que os horários foram cumpridos integralmente;
- recebeu a carta para apresentar defesa no dia 05/11/98 e o fez no dia 11/11/98, mas o Ex-Diretor não a levou em consideração, apesar de a ficha confirmar o correto cumprimento do horário;
- até 1995 com a Serra Norte executava a LTR 06 com um faturamento de R\$16.000,00 a 20.000,00 por mês, com dois veículos toyota. Nesse período, ao receber o pagamento levava a parte correspondente ao Ex-Diretor, em dinheiro vivo à residência dele, realizando a entrega a ele pessoalmente;
- diversas vezes fez a entrega desse dinheiro ao Ex-Diretor nas dependências da própria DR/PA,
- a partir daí o Walmir foi colocado em sua empresa para aprender exatamente como funcionava a empresa, para em seguida aplicar-lhe o golpe;
- também a partir daí, o próprio Walmir, muitas vezes, era quem fazia o recebimento do dinheiro da parte que cabia ao Ex-Diretor;
- em fins de 1995 o Ex-Diretor chamou o declarante e lhe disse que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político, e ele próprio, ex-Diretor, "descobriu" que não estava sendo considerado, para efeito de pagamento, o custo fixo de viagem não realizada por falta de condições de tráfego das estradas;
- o valor relativo ao assunto foi levantado pela funcionária Elza, orientada pelo próprio Ex-Diretor, o que provocou um grande aumento no faturamento da EDE CAR. A diferença foi repassada integralmente ao Ex-Diretor;
- a partir de 1998 os contratos de transportes de cargas foram direcionados para a U S Mendonça e todas as transportadoras de Belém sabem disso;
- o sr. Ajax, à época trabalhando na GETRA, combinava tudo com o Walmir para que a U S Mendonça fosse favorecida no transporte de cargas;
- quando participava dos favorecimentos chegou a receber das mãos do Paulo Dantas, na Igreja N.S. de Fátima, um convite para cinco empresas indicadas pelo declarante;
- o endereço da U S Mendonça é o mesmo endereço residencial do Sr. Walmir, Ferreira Cardoso (Passagem Santo Antonio, 107), que são coincidentes também com a conta telefônica do Sr. Walmir;

Fls: 0306
3628
6/63

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-205/2001

- confirma a relação do Walmir com a EDE CAR através de um contrato de locação, cujo fiador é o Walmir, bem como uma carta enviada por sua empresa à ECT assinada pelo Walmir;
 - o Walmir já era procurador da U S Mendonça em 1996, pois existe uma procuração registrada em cartório em 16/12/96, renovada em 99, que o Ulisses dá plenos poderes ao Walmir para administrar a U S Mendonça;
 - o Ulisses, proprietário da U S Mendonça, é um elemento apenas para servir de fachada para as ações do Walmir;
 - posteriormente, houve a criação da transportadora conceição, cujos proprietários eram conhecidos do Walmir. Essa transportadora foi adquirida pelo Walmir e um ano e meio depois foi transformada na transportadora U S Mendonça Express, no mesmo endereço da U S Mendonça, como forma de o Walmir alijar, também, o Ulisses de seu esquema;
- 2) **MARCELO GOMES PINHEIRO** - Técnico Administrativo Junior, matrícula, 8.453.377-3, chefe da seção de contratação, declarou QUE:
- começou a sentir-se incomodado na função de Chefe da Seção de Contratação, já que o Supervisor da área de gestão, Jorge Afonso, prestava contas diretamente à Gerência deixando o declarante sempre em conflito com o ex-Gerente, Paulo Dantas;
 - diversas vezes aconteceram discussões até mais ásperas entre ambos e quando o ex-gerente era chamado temporizava em favor do Jorge Afonso e o mantinha prestando contas diretamente à Gerência;
 - embora os seus antecessores eram os naturais eventuais da Gerência, isso nunca aconteceu com ele, já que o ex-gerente preferia deixar em sua eventualidade o Pedro;
 - uma das coisas que mais o incomodava era o fato de o ex-gerente Paulo Dantas dirigir-se diretamente às pessoas que executavam as emissões de AF, AP e DL sem passar por sua pessoa;
 - nesses contatos o ex-gerente reservava números de AF/AP/DL para a Gerência, que de seu gabinete comandava todo o fluxo administrativo e os procedimentos financeiros dos processos cujos números reservava, somente chegando ao declarante, quando chegavam, cumpridos todos os trâmites e das liberações orçamentárias, pronto para ser arquivado;
 - sempre que perguntava ao ex-gerente a respeito da existência de alguns dos processos recebia respostas evasivas, sendo que muitas vezes o processo não existia, embora no livro de controle constasse como formalizado;
 - existem as AFs 353/00 de R\$16.000,00 e 358/00 de R\$13.200,00, referentes as DLs 264/00 e 270/00, respectivamente, cujos processos são inexistentes e que foram administrados pelo Paulo Dantas;

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
Fls: 1073628
7/63

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância – PRT/PR-285/2001

- parte das NF anexas aos processos era atestada por empregados da Gerência, sem que o Chefe da unidade/órgão beneficiado atestasse a prestação dos serviços ou recebimento da obra;
- esse tipo de atesto era aceito pela Financeira;
- não raro a seção de contratação recebia a CI solicitando a abertura da DL já acompanhada de cartas propostas;
- nesses casos, para a composição do processo, as cartas consultas para os proponentes de quem a seção já as havia recebido, eram feitas posteriormente, apenas para formalizar a montagem do processo e para completá-lo;
- esse procedimento provocava toda a tramitação de um processo, no mesmo dia, quando normalmente o prazo era de três a quatro dias;
- também a urgência imposta pelo Gabinete do ex-Diretor Regional provocava precipitação na agilização do processo;
- a Interpac era uma empresa contratada para fornecer material para o Núcleo de Impressão e antes de terminar o seu contrato faz diversas gestões via e-mail junto ao núcleo, solicitando o novo consumo para renovar o contrato dentro das necessidades atuais sem nenhuma resposta por parte daquele;
- então, renovou o contrato dentro das especificações do anterior e isso provocou defasagem entre o fornecido e o necessário gerando a emissão de muitas DLs que serviam para complementar as necessidades;
- isso gerou também o atraso no processo licitatório para a contratação da empresa para fornecimento desses materiais para outros órgãos;
- não sabe o motivo pelo qual o Núcleo de Impressão deixou de atendê-lo quanto ao envio das necessidades e que o Almoxarifado também atrasou na estimativa de consumo médio mensal do material de informática;
- para a manutenção de ar condicionado houve uma preocupação para contratar empresas especializadas e se seria o serviço centralizado em Belém ou contratado pelas REOPs, mas que não houve solução e os serviços continuaram a serem realizados com emissões de DLs;
- pelo valor que essas manutenções envolve o assunto deveria ser passado à CPL para tomada de providências e não ser feitas através da emissão de DLs;
- recebia os processos oriundos da GETEC já completos, pois foi determinação do ex-Gerente. Os processos já davam entrada com as propostas e os orçamentos e já liberadas orçamentariamente, cabendo à Seção apenas a formalização mediante a assinatura do Diretor Regional;
- quando a Seção de Suprimento faz a solicitação de compra de material de expediente, no pedido não consta a discriminação das unidades que serão agraciadas, ficando ela mesma responsável por essa distribuição;

BOS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
FIS: _____

- sua interpretação e da própria Gerência da CI do DECAM, era que não havia necessidade de apresentação do CRF quando da apresentação da proposta;
- na contratação da U S Mendonça com proposta superior à proposta da EDE CAR para transporte de material hospitalar e vacinas não tinha conhecimento de que o transporte seria de equipamento e material hospitalares, pois na justificativa constava apenas o transporte de vacinas;
- a proposta da EDE CAR chegou por volta de 11h10, ainda em tempo de deixar de contratar-se a U S Mendonça, mas essa proposta não foi considerada, pois o Alandouglas disse que já havia contatado a U S Mendonça para fazer o serviço;
- recebeu da GEOPE esse processo com as propostas da U S Mendonça e da Rabello, por volta de 08h00 do dia em se daria o transporte com a recomendação de urgência, pois o transporte dar-se-ia por volta de 14h00;
- quando chegou a proposta da EDE CAR o Alandouglas ligou para o declarante dizendo que estava com essa proposta nas mãos, mas que já havia autorizado a U S Mendonça a fazer o transporte;
- o contrato da Executiva já chegou pronto em suas mãos com a recomendação para que o passasse ao gestor (Jorge Afonso) e não fez Tomada de Preços para contratação do pessoal de que trata a DL da Executiva e que essa TP é anterior à sua chegada à Seção de Contratação;
- não sabia que a DL 262/00 para contratação de pessoal temporário tenha começado tendo como objeto a contratação de pessoal para a área técnica;
- a gestão desse contrato era feita pessoalmente pelo Jorge Afonso, que inclusive, fazia indicação de pessoas a serem contratadas, a exemplo do ex-gerente Paulo Dantas que acreditava ser melhor contratar pessoas conhecidas por se tratar de serviço de grande responsabilidade;
- a Executiva fazia os contatos, contratava e fazia os pagamentos ao pessoal, embora o cadastro dos interessados a serem contratados fosse gerido pelo Jorge Afonso, bem como o controle de frequência;
- o Paulo Dantas sabia perfeitamente a disponibilidade orçamentária, já que esse assunto era debatido todas as quintas feiras, e ainda assim, fazia contratações à revelia dos bloqueios orçamentários o que provocou o estouro em 117% no contrato da Executiva, no período de agosto de 2000 a julho de 2001;
- embora tenha proibido o Jorge Afonso de assinar quaisquer documentos em seu nome ou no nome do Gerente este se insubordinou e mantinha-se assinando esses documentos para a irritação do declarante;
- não tem conhecimento do pagamento antecipado de prestação de serviços de transportes aéreos, mas sabe que o Paulo Dantas eventualmente mandava fazer o serviço sem cobertura contratual, com ligações de seu Gabinete. O declarante recebia a NF para emitir a AP para pagamento com o atestado dado pela GEOPE;

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL**

Comissão de Sindicância – PRT/PR 3852/2001

- a Seção possuía um cadastro de empresas para serem consultadas, mas em razão de já receber os processos montados era comum empresas ganhadoras na DL e nos demais processos licitatórios não constarem no cadastro;
- quanto a compra do servidor para a DR/PA deu-se em final de ano, no dia 29/12 quando do encerramento do exercício de 2000 e a aquisição deveria dar-se dentro do exercício para que não se perdesse a dotação orçamentária;
- a Visão ofereceu o menor preço, mas não possuía o equipamento para fornecer de imediato, pois dependia do recebimento de São Paulo;
- o Paulo Dantas determinou a emissão da NF de R\$14.000,00, em razão da urgência, e o valor foi pago sem a contra partida do equipamento;
- o equipamento foi entregue no dia 12/01/01, depois de muitas cobranças do declarante para a Visão, pois por força da urgência o recebimento do equipamento foi assinado datado de 29/12/00. Ainda assim, a entrega do equipamento deu-se fora das especificações contratadas;
- a Visão justificou essa entrega alegando não existir no mercado o equipamento com as especificações detalhadas pelo técnico Pantoja;
- o recebimento do equipamento foi acompanhado pela área técnica e ainda assim houve a entrega com incompatibilidade das necessidades da ECT;
- depois de diversas reuniões com a Visão na presença do Técnico Viegas, ficou definido que este iria descrever a especificação desse equipamento para o atendimento da Visão;
- a entrega deu-se dentro dessas especificações, mas depois de instalado o equipamento não funcionou e diante do impasse a Visão comprometeu-se a enviar um técnico próprio para fazê-lo funcionar, mas a GETEC até a presente data não deu retorno ao declarante;
- o Paulo Dantas não aceitou assinar ele próprio o recebimento do equipamento e por pressão da urgência da compra levou o declarante não ter outra saída, ou assinava ou ficava em confronto com o Gerente;
- sabe da existência de um contrato de locação de um servidor com a empresa canal 13 e que deveria ser substituído pelo servidor adquirido da Visão que pelos problemas apresentados gerou a renovação do contrato com a Canal 13, apesar de haver sido pago o equipamento não entregue;
- o contrato firmado com o despachante para os serviços de licenciamento de veículos foi montado pelo Paulo Dantas, por solicitação do Roberto Magalhães, GEÓPE;
- sabe que o despachante contratado, Luiz José de Souza e Silva, é amigo do ex-Diretor Regional, Waldemir Freire Cardoso, e que esse contrato já chegou ao declarante com as propostas prontas oriundas do Gabinete do Paulo Dantas, inclusive com a definição do ganhador;

RQS nº 03/2005 - CN -

CORREIOS

3628

10/63

Doc: M

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-265/2003

- constatou que em alguns casos o despachante fez licenciamentos antes do prazo para receber o valor correspondente e levou essa informação, pessoalmente ao Paulo Dantas, que não tomou providência alguma e assumiu a postura de tranqüilidade e a emissão da AP correspondente;
 - apenas emitia a AP mediante o atesto da GEOPE e não sabe como era o desembolso desse valor por parte da GEOPE;
 - a gestão desse contrato era feita pelo Jorge Afonso, mas o declarante encontrou pagamentos em duplicidade, já no fim do contrato, e que chamou o despachante solicitando que fossem refeitos os cálculos;
 - também levou ao conhecimento do Paulo Dantas, verbalmente, mas não recebeu atenção do Gerente e ao caso não foi dada a menor importância;
 - depois que constatou a duplicidade de pagamento, passou a cruzar todos os pagamentos com a documentação emitida, mas acredita que anteriormente a essa detecção tenha havido outros pagamentos até agora não levantados;
 - acredita que a GEOPE que deveria fazer os controles dos períodos de licenciamentos dos veículos tenha parte de responsabilidade dos pagamentos indevidos;
- 3) **JORGE AFONSO MENDES PEREIRA** - Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.453.054-5, declarou QUE:
- o seu relacionamento com o chefe da seção (Marcelo) era mais ou menos complicado em razão da sua truculência e de falar pouco com o declarante;
 - reportava-se sempre ao chefe da seção e pouco ao Paulo Dantas, ex-gerente;
 - todas as DLs eram administradas pelo Marcelo e ele é quem tratava de todo assunto relacionado;
 - o Marcelo despachava todos os dias com o Gerente e muitos dos assuntos levados do declarante a ele não eram repassados ao ex-Gerente e isso fez com que diversas vezes o declarante falasse diretamente com o Gerente para resolver os assuntos pendentes;
 - o último problema levantado pelo declarante relativo ao serviço de limpeza no interior não foi repassado ao atual gerente (Vieira) ficando engavetado na mesa do Marcelo, tendo sido descoberto pelo novo chefe de Seção (Pedro);
 - o Paulo Dantas administrava pessoalmente determinadas DLs, reservava números de DLs para ele e quando liberava o processo este já chegava pronto para a seção de contratação para dar continuidade;
 - também a GETEC mandava os processos de DLs acabados e com os vencedores já indicados, nos assuntos relativos à contratação de mão-de-obra e manutenção de computadores;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

352A

Doc: 11/53

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Conselho de Sindicância – PRT/PR-285/2001

- quando o Paulo Dantas definia procedimento relativo aos processos ninguém podia contrariá-lo, ou era como ele definia ou estava fora da Seção;
- reclamou com o Gerente por duas ou três vezes sobre a impossibilidade de manter-se no mesmo local que o Marcelo, mas o Paulo Dantas contemporizava pedindo para que ele agüentasse mais um pouco até ele falar com o Marcelo;
- no final do ano 2000 havia um crédito para a compra de um computador no valor de R\$14.000,00 e a menor proposta era da Visão por R\$14.800,00 e o declarante pediu para que se fizesse mais duas cotações;
- a ASTEQUE deu a cotação de R\$ 14.000,00 já com a fita DATE. O Marcelo então entrou em contato com a Visão que baixou a sua proposta para R\$ 14.000,00, sem a fita DATE e aí veio o confronto entre ambos, já que o declarante não concordou, pois a fita DATE comprada posteriormente tomaria mais caro o equipamento em relação ao da ASTEQUE;
- depois que o Marcelo assumiu a seção de contratação o GD do declarante nunca passou de 80%, denotando perseguição, pois com todos os chefes anteriores, fazendo o mesmo serviço, o declarante nunca teve menos de 100%;
- não sabe se o Marcelo propiciou algum favorecimento à Visão, mas tem certeza que neste caso do servidor o Paulo Dantas não tinha conhecimento;
- a partir desse episódio o Marcelo passou todo o controle de DLs para a Dolores e a Eloísa;
- sabe que às vezes fazia-se a compra de tinta para impressora, por exemplo, a empresa entregava esses cartuchos e somente depois disso é que seria formalizada a DL;
- o chefe do almoxarifado entrava em contato diretamente com a empresa de fornecimento que tinha registro de preço na ECT solicitando o material necessário, com o conhecimento do chefe da seção;
- às vezes essas solicitações envolviam materiais que não constavam no registro de preços e quando fornecidos eram pagos através de AP ou formulado o processo de DL;
- os materiais constantes dos registros de preços eram entregues diretamente no almoxarifado, por solicitação do Gabriel, e somente depois de entregue é que era formalizada a AF ou era pago mesmo sem a AF com a menção "registro de preços";
- a empresa CCJ Souza – Serviços Gerais forneceu diversas vezes esse material e no endereço que estava indicado, nunca houve essa empresa lá estabelecida;
- realmente assinava cartas e CIs pelo chefe da seção e até pelo gerente por ordens verbais do Paulo Dantas para que o fizesse;
- também a F.B. Miranda Comércio e Serviços fez diversos fornecimentos à ECT e também ela não era estabelecida no endereço indicado;

RECIBO DE RECEBIMENTO
CPMI - CORREIOS
0312
3628
12/63

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-2852001

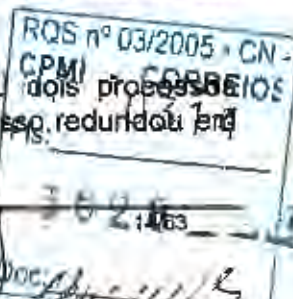
- Marcelo, a cerca de 15 dias, o proibiu, bem como a qualquer outra pessoa de assinar documentos em seu nome ou no nome do Gerente;
- Paulo o chamava sim em seu gabinete, mas para fazer repactuação de preços ou termos aditivos, mas lá não ia por qualquer motivo;
- Paulo Dantas puxava para si alguns processos para pegar assinatura pessoalmente de determinados fornecedores e isso atrasava procedimentos e impedia o andamento de outros, porque ele não liberava o processo;
- isso provocava inclusive o fato de haver uma quebra de sequência numérica de termo aditivo e descontrole nesses termos e dos próprios contratos;
- Paulo Dantas cuidava pessoalmente dos contratos de todas as empresas de transportes aéreos, exceto Macapá, e das empresas U S Mendonça, Hervil Transportes e Marques Pinto;
- os processos de contratações perdiam a vigência, devido o Paulo Dantas se comprometer a receber as cartas propostas pessoalmente e não as liberava em tempo hábil para a licitação, provocando ainda o pagamento por conta de contratos vencidos;
- Paulo Dantas não renovou o contrato com o prestador de serviços que consertava bicicletas, passando os serviços para um outro prestador de serviços de inferior qualidade com o mesmo preço;
- o novo prestador de serviços é a mãe do despachante Luiz José de Souza e Silva, ex-funcionária da ECT e cujo marido (Sarmânio) também é ex-funcionário (ex-gerente de operações telegráficas da DR/PA), atualmente é assessor do Prefeito Municipal de Ananindeua e que é amigo do ex-Diretor Regional Waldemir Freire Cardoso;
- era ele quem administrava o contrato da Executiva e quando recebia a necessidade da GEOPE para contratação de empregados, este já dava entrada com a assinatura do GEOPE e a autorização do Diretor Regional;
- entregava ao Paulo Dantas as fichas dos cadastrados a serem contratados e o próprio Paulo era quem fazia a relação de quem deveria ser contratado;
- a partir de dois ou três meses, após o início do contrato, o ex-Diretor Regional centralizou no Gabinete toda a contratação do pessoal temporário e a partir daí, ninguém era contratado sem a aquiescência dele;
- o estouro do orçamento era de conhecimento do Marcelo, do Paulo Dantas e do ex-Diretor Regional, bem como o Gabriel e a Hilda que eram os gestores do orçamento e viabilizavam os pagamentos;
- todas as quintas feiras o orçamento era discutido com o ex-Diretor Regional e os responsáveis nas reuniões semanais;

RQS nº 03/2005 - CN -
DIRETOR REGIONAL
Fis: 0313
3628
13/83

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR 285/2001

- diversas vezes levou ao conhecimento da chefia esse problema, mas o chefe nunca adotou nenhuma providência a respeito;
- com a chegada do novo gerente, em determinado dia quando estavam reunidos o GEOPE e o novo gerente, entrou na sala e posicionou o Gerente sobre a impossibilidade de se contratar os 20 empregados que o GEOPE estava solicitando;
- levado o assunto ao Diretor Regional (Agostinho) que além de não contratar os vinte solicitados, determinou que outros contratos fossem rescindidos;
- mediante acordo verbal entre o Paulo Dantas e o Alcir, Diretor da Executiva, esta deveria fornecer uma mão de obra sem ônus para a ECT, para prestar informações de período e documentos necessários dos contratados que prestavam serviços à ECT para efeito de controle de empregados da Executiva;
- em setembro de 2001 houve então, pela Executiva, a designação de uma empregada para prestação desse serviço, e em seguida ela foi substituída por outra;
- essas empregadas além de prestarem os serviços a que seus cargos correspondiam, prestavam serviços administrativos para a ECT. O novo gerente regularizou a situação solicitando da Executiva que a retirasse da ECT;
- nada sabe sobre o pagamento em duplicidade para o pessoal da Executiva;
- o Termo Aditivo que aumentou o preço do transporte da carga do FNDE de R\$0,67 para R\$0,73 por quilo transportado, foi comandado pelo Paulo Dantas que pegou a pesquisa de mercado e autorizou a emissão do termo aditivo, sob o argumento do contratado de aumento do combustível, depreciação do veículo e aumento do dólar;
- não sabe o paradeiro dos contratos oriundos de convites 009/00 (locação de veículos para entrega urbana de carga do FNDE na cidade de Belém), 32/99 (contratação de serviços de transporte de cargas para execução das LTR-01 e 03, da região Bragantina) e 43/00 (contratação de serviço de transporte rodoviário nas zonas urbana e rural em vários municípios), pois os mesmos não chegaram às suas mãos;
- caso de transportes extras, vacinas e outras cargas especiais feitos sem respaldo contratual, as notas que serviam de base para seus pagamentos, eram passadas diretamente para o Paulo Dantas, que as repassava ao Marcelo, que por sua vez as repassava ao orçamento quando da conta 2.09. Quando das contas 2.01 e 2.06 eram liberadas pela GEOPE;
- no contrato com o Despachante, que era gerido pela Georgete, foram encontradas algumas irregularidades como cobranças indevidas de taxas do DETRAN, independente de o serviço prestado ter sido licenciamento, e pagamento em duplicidade de licenciamento;
- passou o assunto para conhecimento da GEOPE e isso gerou dois processos administrativos contra o prestador de serviços, mas não sabe se isso redundou em algum tipo de penalidade;



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/GR-285/2001

- esse contrato depois passou a ser gerido pelo próprio Marcelo que o encaminhava diretamente à Georgete e o declarante perdeu o contato com os problemas que ele apresentava.

4) ALANDOUGLAS SANTOS DA PAIXÃO - Agente de Comercialização II, matrícula 8.452.247-D, declarou QUE:

- é coordenador do contrato ECT X SESPA a cerca de três anos;
- toda carga a ser transportada da SESPA, para qualquer localidade do estado, o contato é mantido com o declarante e a partir daí é feito na GEOPE o direcionamento dessa carga;
- não sabe quem entrou em contato com as empresas transportadoras solicitando a apresentação de propostas para o Transporte de carga especial de Belém X Banachi;
- não sabe quem convidou a EDE CAR para apresentação dessa proposta;
- recebeu a informação de que era necessário buscar mais um proponente, quando contatou com o Marcelo, e que uma moça da seção, cujo nome ele não lembra, disse possuir uma agenda com o número de telefone de uma transportadora;
- disse ao Marcelo que a carga a ser transportada era de equipamentos hospitalares, pois o governador do estado queria fazer a inauguração do hospital em Banachi no dia útil seguinte (segunda-feira);
- não se lembra se foi ele, pessoalmente, quem efetuou a ligação para a EDE CAR;
- ficou sabendo que a U S Mendonça havia ganhado o direito de transportar a carga por volta de 16h30 e que já estava na SESPA preparando a carga, mas que os caminhões somente chegaram por volta de 18h00;
- somente entrou em contato apressando a chegada dos caminhões, depois que recebeu do Marcelo a confirmação de que o ganhador era a U S Mendonça;
- não recebeu nenhum telefonema posterior à confirmação do ganhador dizendo que havia uma outra proposta de menor valor em poder da contratação;
- entrou em contato com a U S Mendonça depois de falar diversas vezes com o Marcelo sobre a necessidade dos caminhões para fazer a carga, e nesses contatos o Marcelo dizia que os caminhões estavam a caminho;
- ele não tem autonomia para contatar ou contratar com transportadores para fazer o transporte, pois sua atividade restringe-se em apanhar as cargas e direcioná-las.

5) ELOISA ELENA CORREA AMARAL - Auxiliar Administrativo II, 8.450.989-8 declarou QUE:

PROS 888/2005 - CN
CPM: 0375
CORREIOS
FIS: 3528/5/83
Doc: 3528/5/83

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR/PR-265/2001

- cabia a ela a gestão dos contratos passados do Jorge Afonso e tinha pouco relacionamento com o Gerente já que este vivia preso em seu gabinete e pouco se relacionava com os subalternos;
- era freqüente a presença do Jorge Afonso com o Gerente Paulo Dantas, e era mais freqüente a sua presença no Gabinete do que a do próprio Chefe da Seção;
- presenciou algumas discussões entre o Marcelo e o Jorge relativas à questão de o Jorge Afonso passar por cima do Chefe da Seção;
- o Paulo Dantas costumava solicitar número de DL e depois o processo relativo ao número reservado não aparecia para ser gerido e quando consultado a respeito respondia que ia ver e depois daria uma resposta;
- o relacionamento do Paulo Dantas com o Jorge Afonso era muito próximo;
- o Jorge nunca lhe solicitou para que fosse reservado um número de DL.

6) **MARIA DOLORES AFONSO LOBATO** - Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.454.142-3, declarou QUE:

- cabia à declarante a gestão dos processos passados pelo Marcelo ou pelo próprio Paulo Dantas e que quando vinham do gerente já chegavam com a recomendação de fechá-los porque já chegavam praticamente prontos;
- o relacionamento entre o Jorge e o Marcelo não era bom e às vezes aconteciam discussões entre ambos;
- o Jorge tinha muito bom relacionamento com o Paulo Dantas e era chamado freqüentemente no Gabinete pelo Paulo Dantas e a presença do Jorge no Gabinete era mais freqüente do que a do Marcelo;
- presenciou algumas discussões entre o Marcelo e o Jorge Afonso em razão de o Jorge Afonso atropelar a hierarquia e não obedecer ao Chefe da Seção, mas que o Paulo sempre contemporizava pedindo para houvesse calma e ia deixando o tempo passar;
- o Paulo Dantas costumava pedir número de DL e depois o processo relativo ao número pedido às vezes não aparecia para ser gerido e ao ser perguntado dizia que ia ver e depois daria um retorno;
- lembra-se de dois processos da U S Mendonça que ela não recebeu de volta, embora tivesse perguntado sobre os seus paradeiros;
- principalmente na área de transportes o Paulo, às vezes trazia o processo e determinava as empresas que deveriam ser consultadas, outras vezes os processos já vinham montados;
- o relacionamento entre o Jorge Afonso e o Paulo Dantas era muito próximo, mas que o Jorge Afonso nunca lhe solicitou que reservasse número de DL;

RQS nº 03/2005 - GN -
CEM - CORREIOS
Fls: 0316
362
Doc: [assinatura]

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-265/2001

7) **MARIA GEORGETE RODRIGUES DE SOUZA** - Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.452.709-9, declarou QUE:

- trabalhou por dez anos na Seção de contratação da GERAD e desde o mês de julho de 2001 está no setor administrativo da própria GERAD;
- ultimamente fazia gestão de contratos e pagamentos de água, luz e telefone, sob a supervisão do Jorge Afonso;
- o relacionamento entre o Jorge Afonso e o Marcelo não era bom e ambos tiveram algumas discussões, porque o Marcelo não aceitava as posições pessoais do Jorge Afonso e achava que ele passava por cima de sua autoridade;
- o Marcelo ficava chateado quando essas diferenças chegavam ao Gabinete e o Paulo Dantas dava razão ao Jorge Afonso;
- as discordâncias eram frequentes porque o Marcelo era genioso e sempre gostou de trabalhar certinho e não aceitava alguns procedimentos por parte do Jorge;
- o relacionamento do Jorge com o Paulo Dantas era muito bom e nunca os viu discutindo, embora o Jorge Afonso fosse chamado frequentemente para despachar no Gabinete do ex-gerente;
- havia reservas de números de DLs para o Paulo Dantas, mas que ele, Paulo, pessoalmente, nunca lhe solicitou nenhuma reserva de número de DL;
- quando o número de DL era reservado pelo Paulo Dantas muitas vezes o processo voltava já completo ou demorava a voltar.

8) **ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA** - Administrador Postal Junior, matrícula 8.011.224-2, Gerente de Operações, declarou QUE:

- no segundo semestre de 2000 assumiu a GEOPE/PA, sendo que antes disso era subgerente de distribuição;
- sempre que necessita de serviços de transportes ou mão de obra dirige-se diretamente ao Diretor Regional e que seu contato com as Gerências só se dá quando é necessário agilizar algum processo;
- através dos gestores operacionais da Sub gerência de Transportes procura obter propostas dos transportadores sempre que o transporte é emergencial, buscando auxiliar a área de contratação no processo de contratos emergenciais;
- com a SESPAs os contatos são feitos, normalmente, pelo Alandouglas que já está envolvido nesse serviço;
- não se lembra que uma transportadora de determinada linha tivesse tido o percurso alterado para o transporte emergencial;
- sempre entrava em contato com as empresas Henvil, U S Mendonça e Marques Pinto, pois já são os transportadores habituais da DR/PA;

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 0317

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL**

Comissão de Sindicância – PRT/PR 285/2001

- nada sabe a respeito da EDE CAR, pois nunca trabalhou diretamente com essa empresa já que à época quem tratava desse assunto era a GETRA e quando assumiu a GEOPE a EDE CAR não mais participava do sistema de transportes;
- na atual configuração dos contratos de transportes as cargas são pagas por quilo transportado e as LTRs seguem sem lacres nas portas porque a transportadora leva outras cargas junto com a da ECT;
- os horários de chegada e saída não são fechados, porém há o limite de chegada até às 12:00hs e a coleta a partir de 14:00hs e que essa configuração já existia, tendo sido feitos ainda quando da época da GETRA;
- a U S Mendonça, a Henvil e Marques Pinto sempre facilitam os contatos, pois imediatamente à solicitação das propostas pela ECT eles as enviam;
- nada sabe sobre o favorecimento da ECT para a U S Mendonça e que sua função é de demanda e obedece a atribuição de cada área para o fechamento do processo, nada podendo falar a respeito de favorecimento para este ou aquele transportador;
- nunca favoreceu conscientemente, propositadamente ou tendenciosamente a quem quer que seja, pois sua atividade exige vazão das cargas para o interesse do contratado e do contratante;
- não tinha acesso ao valor global dos contratos, pois para isso existe um gestor específico, e que apenas busca saber se há crédito para efetuar-se o transporte, mas o valor global é gerido por área própria;
- nunca viu o Ulisses, proprietário da U. S Mendonça, pois todo o processo que envolve a mesma é conduzido pelo Walmir, pelo Humberto e pelo Carlos Costa;
- quando da gestão do ex-Diretor Waldemir, a pressão sofrida pelo gerente (o declarante, em particular) era muito grande absorvendo todo o seu tempo com os planejamentos e operações;
- não atuou diretamente no transporte da carga dos equipamentos médicos para Banachi, que é uma cidade que está fora dos percursos contratados e quando houve a solicitação da carga o próprio Alandouglas foi quem fez os contatos e agilizou o contrato;
- sugeriu diversas vezes ao Paulo Dantas, verbalmente, que os contratos fossem feitos no sistema de Pool, sugerido, inclusive, pelo Departamento de Operações, evitando-se assim os transtornos de contratações emergenciais;
- o Paulo Dantas recusava-se dizendo que contrariava a lei 8666/93 e que era para ser mantido o procedimento de contratação até agora levado a efeito;
- deu parecer técnico sobre a locação do prédio da Severato pelas condições operacionais que ele oferecia, mas a forma como foi feita a compra e como se desenvolveu o processo não teve acesso e nem tem conhecimento;

Relatório: 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Assinatura e data

628

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-205/2001

- tinha conhecimento do plano de contingência e que solicitava a contratação de mão de obra sempre que necessitava de empregados, mas sempre com a ciência do ex-Diretor Regional Waldemir;
- o ex-Diretor disse diversas vezes que preferia prestar contas sobre o estrapolamento do plano de contingência a ter que prestar contas à sociedade sobre a não entrega de centenas ou milhares de objetos de correspondência;
- o Paulo Dantas sempre omitiu os valores existentes, apesar das reuniões para discutir o orçamento, provocando confusão entre os envolvidos nas operações;
- a demanda para contratação era originária mesmo da GEOPE, mas que quando isso ocorria era em função de algum fato novo que o exigia;
- havia garantia do Paulo Dantas de que a Executiva mantinha controle de pessoal que já havia trabalhado na ECT, para evitar a recontração desse pessoal, por isso havia uma despreocupação de sua parte quanto a esse aspecto;
- a autorização para contratação era feita através do Gabinete do DR e somente com o aval do DR havia a consumação da contratação;
- o Vieira descobriu faturas não pagas desde o tempo do Paulo Dantas e pôs fim às contratações com estouro orçamentário;
- para regularizar as contratações para o FNDE, o Vieira passou a contratar pessoal específico para esse programa;
- somente depois que a Comissão de Sindicância se instalou na DR/PA é que o declarante soube dos estouros do orçamento e do valor global do contrato da Executiva;
- não sabe porque nunca houve uma licitação para resolver-se o problema definitivamente;
- não participou da contratação do escritório de despachante, mas solicitou a rescisão de contrato dele, pois a partir do convênio da ECT com o DETRAN o despachante ficou sendo desnecessário;
- também as reclamações dos supervisores e do subgerente de transportes sobre a baixa qualidade dos serviços prestados pelo despachante (atraso no pagamento de licenciamentos, por exemplo) contribuíram para a rescisão contratual;
- depois da rescisão o despachante veio tomar satisfações com ele sobre os motivos do rompimento;
- para alienar-se um veículo existente na garagem e regularizar a sua documentação através de uma vistoria, o Luiz (despachante) indicou uma pessoa que compareceu na garagem, fez a vistoria e forneceu o recibo;
- o recibo foi juntado à AP e encaminhado à GECOF que, no entanto, devolveu solicitando o pagamento do ISS pelo prestador de serviços;



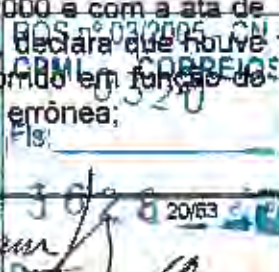
**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Comissão de Sindicância - PR1/PR/255/2001

- o despachante foi contatado diversas vezes para essa regularização e diante da demora houve a tentativa de contatar-se com o próprio responsável da vistoria, quando se descobriu que o endereço era inexistente e o CPF do prestador de serviços não existia;
- diante da constatação da fraude o declarante fez o encaminhamento do processo ao Diretor Regional que o passou à GINSP para apuração;
- sabe que o Luiz (despachante) é filho de um ex-funcionário do correio - Sarmãio;
- o controle de pagamento para o DETRAN tinha como responsável a GEOPE através da CTO e ao despachante relativos aos serviços executados, o responsável era a SCCO/GERAD e a prestação de contas das APs era feita da CTO para a GECOF.

9) **JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO** - Técnico Administrativo Junior, matrícula 8.452.588-6, declarou QUE:

- exerce pela terceira vez a presidência da CPL função que ocupa desde 1999;
- quando se tratava de cartas convite para contratação de transportes o Paulo Dantas é quem se incumbia de fazer a entrega das cartas aos proponentes;
- às vezes o Paulo Dantas não devolvia os ARs assinados, embora as propostas chegassem às mãos do declarante;
- o contrato referente ao convite 032/99 não se encontra anexado ao processo, talvez devido estar na gestão de contratos, pois às vezes depois que a CPL os encaminhava à Seção de Contratação, eles não retornavam;
- quando a CPL inquiria a respeito aos gestores a resposta era que os contratos estavam com o Paulo Dantas;
- o relacionamento da CPL com o Paulo Dantas era superficial, pois o gerente não conversava muito com eles. Até o telefone que ficava na CPL para contato direto com os proponentes foi retirado pelo Paulo Dantas com a justificativa de contenção de despesas;
- a centralização dos contratos no gabinete do Paulo Dantas até facilitava para a CPL, já que de lá vinham as cartas prontas sem a necessidade da CPL fazer contatos ou fazer a entrega dos editais;
- o ex-gerente nunca pediu ao declarante para que facilitasse para este ou aquele licitante, mas havia uma certa desconfiança por parte da CPL, pois sempre os mesmos licitantes eram os ganhadores;
- quanto a TP-004/00, publicada no DOU de 21 de março de 2000 e com a ata de reunião de julgamento com data de 17 de fevereiro de 2000, declara que houve um equívoco na data da ata de julgamento que pode ter ocorrido em função do aproveitamento de outro arquivo e a não observância da data errônea;



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PA 285/2001

- essa data pode ser confirmada com a constante do relatório que está anexada na página seguinte à da ata e é de 17 de abril de 2000;
- quanto ao convite 06/00, que foi autorizado pelo ex-Diretor Regional no dia 19/01/2000 e os editais das cartas convites enviadas aos licitantes no dia 20/01 (anterior ao encaminhamento do edital à ASJUR, por Consuelo Torres em 26/01, analisado e aprovado pela ASJUR em 27/01/00 com a data da reunião de julgamento de 20/01/00, declara que a exemplo do anterior houve um equívoco na data, talvez motivado também, pelo aproveitamento de outro arquivo;
- se o contrato oriundo do convite 06/00 foi assinado sem ter sido analisado pela ASJUR, declara que a responsabilidade da emissão do contrato é da gestão, na Seção de Contratação;
- a falta de data nas assinaturas de contratos também é da Seção de Contratação, área de gestão, e não entende como a GECOF pagava sem que o contrato possuísse número que deveria ser emitido pela ASJUR;
- a maioria dos contratos para contratação de transportes chegava a CPL sempre com urgência e sob a pressão do ex-gerente Paulo Dantas, para o fechamento;
- por isso, o aproveitamento de outras atas era usual para agilizar esse processo e acabava provocando as falhas indicadas pela Comissão de Sindicância;
- o Convite 09/00 estava em poder do Paulo Dantas, que o devolveu pessoalmente à CPL a partir da chegada da Comissão de Sindicância na DR/PA, por isso não sabe dizer porque o edital data de 14 de fevereiro de 2000 e os ARs anexados estão, todos, assinados com data de 15 de fevereiro de 2001;
- esses ARs que estão anexados ao processo foram preenchidos pelo Paulo Dantas e que a CPL encaminhou o edital para a ASJUR conforme CI anexa ao processo e que contém o parecer do ASJUR em seu verso;
- reconhece que o edital do convite 09/00 não contém a aprovação da ASJUR por não possuir o carimbo correspondente;
- a ASJUR ao devolver os editais, o fazia diretamente para o Gerente e a CPL não tinha conhecimento sobre a devolução e possíveis alterações ocorridas nesses editais, por recomendação da ASJUR;
- se ocorresse de a CPL receber editais com alteração proposta pela Jurídica, e o mesmo não chegava a tempo de ser feita a alteração, o processo tinha continuação sem a implementação dessas alterações;
- não sabe o paradeiro do contrato celebrado entre a ECT e a U S Mendonça que deveria estar anexo ao processo do convite 09/00 e que a incumbência dessa anexação é da Seção de Contratação, através da área de gestão de contratos;
- sempre que se tratava de contratação de serviço de transportes terrestres e fluviais, o Paulo Dantas assumia pessoalmente a entrega dos editais;

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Cartilha de Sindicância - PRT/PR-285/2001

- quanto ao Convite 36/00 que teve autorização do Diretor Regional em 27/07/00, porém os editais foram entregues em 28/07/00, quando a ASJUR/PA aprovou o processo em 03.08.00, entende que os editais foram realmente entregues antes da aprovação pela Jurídica;
- no Convite 043/00 que teve a autorização do DR em 08/09/00 e foi encaminhado para a jurídica em 15/09/00 com a aprovação dessa em 25/09/00, quando as propostas foram recebidas em 22/09/00 quando ainda foram procedidas a reunião de licitação e adjudicação do certame, fica claro ao declarante que a aprovação do edital pela ASJUR/PA ocorreu após a adjudicação do certame provocado pela urgência com que o processo foi recomendado pelo Paulo Dantas;
- não sabe o paradeiro do contrato oriundo do processo que teve como ganhadora a U S Mendonça e que se ele não estiver na gestão não sabe o que poderia ter ocorrido com o mesmo;
- sentia-se incomodado diante da falta de autonomia da CPL para convidar as empresas e ter o comando efetivo do processo, havendo sempre a desconfiança de que estaria havendo direcionamento dessas licitações para a U S Mendonça;
- chegou a comentar com o Paulo sobre esse incômodo, mas que o Paulo falava que era para ele ficar tranqüilo que ele (Paulo) tomava conta do serviço.

10) **CLAUDINEI CURVELO DA SILVA** - Administrador Postal Pleno, matrícula 8.010.670-6, declarou QUE:

- entre 1997 e 2001 trabalhou na CPL como membro ou presidente, exceto no período de agosto de 99 a julho de 2000 quando esteve na área de patrimônio e que entre agosto de 2000 e julho de 2001 foi membro da CPL;
- no caso de TP e Concorrência, todos os trâmites de divulgação e de prazos com as eventuais impugnações são cumpridos rigorosamente pela CPL;
- no caso dos convites os editais são preparados pela CPL e até algum tempo os contatos eram mantidos, via telefone, aos proponentes pela própria CPL;
- posteriormente o telefone foi retirado da CPL e os editais de contratação de serviços de transportes passaram a ser entregues pelo próprio ex-Gerente de Administração, Paulo Dantas e aqueles relativos a ampliações e obras de engenharia pela própria GETEC através da área de engenharia;
- a CPL recebe os envelopes fechados dos proponentes incumbindo-se de fazer o Mapa de Cotação de Preços para o aval do Diretor Regional;
- no caso da TP-05/98 quando foram revogadas todas as linhas ganhas pela EDE CAR, o processo foi devidamente acompanhado com os pareceres do DR, da transportadora e do DECAM e se houve revogação das linhas esse processo foi encaminhado para o DECAM, fugindo à competência da CPL o julgamento das propostas e o aval do DECAM, tendo em vista que a contratação da EDE CAR tendo em vista dois processos que apuravam inadimplência contratual da EDECAR e que tramitavam

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/001

paralelamente ao processo licitatório e com o parecer favorável à revogação da ASJUR/PA, que num segundo momento, após o recurso da Transportadora, resolveu passar para a avaliação do DECAM e este manteve o parecer favorável à revogação, como demonstrado no processo;

- acontece de em algumas ocasiões, depois de ter mandado o edital para o crivo da ASJUR e sem o devido recebimento do seu parecer, disponibilizar a publicação do edital no Diário Oficial da União e nos jornais de grande circulação e sabe que isso foge um pouco o que determina a lei, mas acontece quando o processo requer urgência;
- não sabe onde está o segundo termo aditivo do contrato oriundo da TP-05/98 e que esse procedimento é de responsabilidade da gestão de contrato da GERAD, fugindo à responsabilidade da CPL;
- também foi por urgência recomendada pela GERAD que o convite 68/98, autorizado em 24/07/1998, dando o encaminhamento do edital para o parecer da ASJUR/PA no dia 05/08/1998, mesma data do recebimento das propostas, deu-se a abertura da ata de reunião de licitação e a adjudicação do certame à U S Mendonça;
- se os avisos de recebimento não estão anexados ao processo é porque eles não foram devolvidos pelo Paulo Dantas à CPL, pois ele era o responsável pela entrega dos editais aos proponentes;
- o contrato oriundo do convite 76/98, cujo licitante ganhador foi a U S Mendonça, com prazo de vigência até 05/10/98, teve a chancela da assessoria jurídica somente no dia 23/10/98, data posterior ao término do contrato, declara que foge a competência da CPL, pois esses procedimentos são de responsabilidade da SCCO/GERAD/PA;
- a área jurídica sempre se reportava ao Gerente, já que a CPL é considerada hierarquicamente subordinada à Gerência;
- o edital da TP-06/99 foi disponibilizado para publicação antes do parecer da ASJUR, porque o encaminhamento do edital para a ASJUR e o encaminhamento do aviso de licitação para publicação foi feito ao mesmo tempo e o retorno do edital da ASJUR aconteceu posteriormente à publicação;
- no convite 24/99, cuja aprovação do edital de licitação foi dado pela ASJUR no dia 15/07/1999 e o contrato começou a vigor em 19/07/1999, declara que esse tipo de problema acontece quando existe premência de contratar-se o serviço e chega a CPL com recomendação da GERAD para que seja dada urgência ou o contrato já venceu e não pode ser renovado e já chega da contratação com os prazos expirados e tudo começa a ser feito com urgência urgentíssima, a ponto de atropelar-se alguns passos, no caso a devolução do edital com a chancela da ASJUR/PA;
- em todos os casos citados os editais sempre passaram pelo crivo da ASJUR/PA, mas reconhece que apesar disso, a chancela da ASJUR/PA deu-se posteriormente a abertura da licitação, neste caso, e nos demais se deu depois da expedição dos editais.

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

Doc: 5628

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Comissão de Sindicância - PRUFR-205/2001

11) **RUDNEY BENTES WANZELER** - Contador Junior, matrícula 8.452.140-6, declarou QUE:

- ficou surpreso quando constatou que as datas das cartas propostas do convite 048/98, cuja adjudicação deu-se a favor da U S Mendonça datam de 30 de março, quando a autorização para o início do processo é de 20 de abril/98, período em que era presidente da CPL;
- alguns casos os editais eram passados para o ex-gerente Paulo Dantas que se responsabilizava pela entrega aos proponentes e já passava à CPL os envelopes contendo as cartas propostas;
- reconhece não haver atentado para a menção das datas apostas nas cartas e que se justifica até pela confiança que o ex-gerente Paulo Dantas detinha perante o declarante, já que à época, não lhe passava pela cabeça que poderia estar havendo qualquer direcionamento ou favorecimento a este ou aquele proponente por parte do Paulo Dantas;
- era comum estar recebendo recomendação de urgência para esse tipo de processo e na busca de participar da agilização e colaborar com o mecanismo operacional, juntando-se ao fato de haver confiança entre os envolvidos, perdia-se a noção de detalhes;
- se tivesse percebido as falhas que hoje observa, com certeza teria feito as inquirições necessárias ao ex-gerente;
- quando respondeu pela CPL o fez cumulativamente ao seu cargo de assessor técnico e reconhece que pode não ter sido dada a atenção necessária aos detalhes que esses processos exigem, justamente por não estar completamente envolvido com a responsabilidade direta do cargo;
- o fato de receber o processo já praticamente pronto, das mãos do ex-gerente, com a recomendação de urgência, pode tê-lo induzido a participar de procedimentos, que à luz dos fatos e das leis, são irregulares;
- no convite 05/98, também adjudicado em favor da U.S Mendonça, que o Diretor Regional aprovou o início de desencadeamento do processo no dia 24/04/98 a ASJUR/PA
- deu a chancela no edital e no mesmo dia houve o recebimento das propostas e a adjudicação, acredita ter ocorrido a mesma coisa do anteriormente citado.

12) **FERNANDO AUGUSTO ALVES DA SILVA** - Engenheiro Sênior, matrícula 8.452.761-7, declarou QUE:

- foi gestor na área técnica no período compreendido entre 1992 e março de 2001
- a partir de março de 2001 foi Coordenador Técnico na DR/RJ
- depois de sua ida para o Rio de Janeiro e diante de tudo o que aconteceu posteriormente com a transformação administrativa da DR/PA e em razão de

1992 a março de 2001
RQB 1993/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0324
3628
Doc: 24/83

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-285/2001

toda a pressão que esse tipo de processo envolve, acabou sem condições de desenvolver suas atribuições dentro da normalidade;

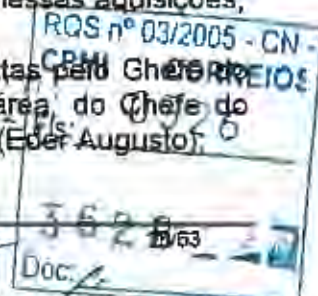
- encontra-se afastado para tratamento pelo INSS por estresse no ambiente de trabalho caracterizado por reação depressiva por transtorno de adaptação, mas que fez questão de comparecer perante a comissão por ser também de seu interesse de prestar esclarecimentos;
- ele pessoalmente, não tinha condições de analisar e avaliar as especificações dos serviços de engenharia devido o volume de serviços e das atribuições de gerente;
- nos casos de DLs a GETEC/PA fazia toda a preparação dos processos como orçamento básico, apresentação da obra para os proponentes e encaminhamento das cartas propostas para as empresas interessadas;
- existe um cadastro de empresas interessadas em prestar serviços de engenharia e esse cadastro ficava em poder do Paulo Dantas, GERAD/PA à época;
- a orientação da DR/PA era para que todas as atividades relacionadas a contratações tivessem a orientação da GERAD/PA e que a GETEC/PA já procurava buscar a facilitação do processo contatando com os proponentes e preparando o processo de DL que eram formalizados pela GERAD/PA e pela ASJUR/PA;
- na maioria das contratações consultava o Paulo Dantas a respeito das empresas que poderiam ser contratadas para executar determinado serviço de engenharia;
- a GETEC/PA desencadeava o processo a partir do menor preço oferecido pelos proponentes e encaminhava esse processo para a GERAD/PA;
- os serviços contratados fora da capital e de pequena monta, e que não exigiam nenhum conhecimento técnico, eram os próprios Chefes de REOPs e Chefes de Agências quem fazia o acompanhamento e dava os atestos nas Notas Fiscais ou nos Recibos de Prestação de Serviços, quando do término do serviço;
- nas obras cujo valor estava acima de DL, na totalidade, eram acompanhados pela área de engenharia;
- a Seção de obras ao receber nota fiscal ou qualquer outro documento que gerasse despesa, tinha por orientação e assim agia, que aquela seção deveria gerar um outro expediente encaminhando para o Diretor Regional para ser autorizado e para a Gerência Financeira para processar o pagamento;
- o Marcelo, Chefe da Seção de obras à época, definia um membro de sua equipe para fazer o acompanhamento de todo o trabalho relativo ao serviço que era realizado pela área de engenharia, sem ter, no entanto, divisão de equipe para este ou aquele serviço ou setor especificamente, mas dividia pela qualificação do técnico em relação a dificuldade do serviço;

ROS nº 03/2002 - CN
CPM - CORREIOS
FIS. 0325
3628 25/03
Doc. 11

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR.285/2001

- não tem conhecimento de que tenha havido um atesto dado para um serviço realizado e que estivesse fora da especificação ou da metragem contratada;
- havia afinidade profissional entre o declarante e o ex-diretor regional Waldemir e que considera muito profícuo o seu trabalho realizado na DR/PA no período que esteve no comando da GETEC;
- com os demais membros do comando da DR/PA o seu relacionamento era bom, mas era profissional;
- com o ex-diretor teve um aprofundamento nas relações pessoais a partir da ida de ambos para o Rio de Janeiro e, considera que o convite feito pelo ex-diretor foi em função da qualidade dos trabalhos na DR/PA à frente da área técnica;
- na compra do servidor ele sabe que houve problema de incompatibilidade e que o equipamento não funcionou e que ainda há algum tipo de problema em relação a esse equipamento;
- não sabia que o equipamento havia sido pago, porque acha que somente a área técnica poderia ter dado o atesto no recebimento do equipamento e se isso foi feito, foi por conta e risco do responsável pelo atesto;
- o pagamento da realização de serviços é pelo regime de empreitada do preço global, por isso, se houver um serviço realizado para um pouco mais ou um pouco menos não se leva em consideração, já que o preço foi orçado pelo regime acima mencionado;
- havia planos para locar-se o prédio anexo do CDD/Nazaré para ampliação desse e da agência e foram levantados os custos que envolveriam uma adaptação desse prédio;
- quando deixou a GETEC esse assunto tinha sido deixado de lado e não sabe o que foi feito depois de seu afastamento da Gerência;
- solicitou ao Diretor Regional, e também para Brasília, a contratação de técnicos para a GETEC e, embora o ex-Diretor tenha autorizado a contratação ele nunca recebeu nenhum empregado, exceto um engenheiro de rede;
- para amenizar o problema da Gerência houve um remanejamento de empregados com conhecimento de informática, mas a área de desenvolvimento e de rede da GETEC, no que se refere a desenvolvimento e suporte deve estar ainda com os problemas de pessoal de quando saiu da Gerência;
- durante a sua gestão a Diretoria adquiriu os imóveis do Centro de treinamento, do anexo da AC/Nazaré atual CDD/Nazaré, da AC/Ananindeua e do prédio da Severauto e desconhece que tenham ocorrido irregularidades nessas aquisições;
- o imóvel da Severauto foi adquirido depois de verificações feitas pelo Gerente do Departamento de Engenharia (Pierre), um Técnico daquela área, do Chefe do DEPLA (Jorge Eduardo) e também do Diretor Técnico da ECT (Eder Augusto).



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

- o prédio da AC/Ananindeua (grande Belém) funcionava num prédio pré fabricado de madeira de 46 metros quadrados e a compra do imóvel se fazia absolutamente necessário;
- foram feitas avaliações pela área técnica e por uma instituição bancária (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banco da Amazônia) e os preços foram calculados estritamente dentro dessas avaliações;
- em todas as aquisições teve o parecer da área técnica da DR/PA, assim como das demais áreas envolvidas a nível regional e da administração central;
- o terreno onde foi instalado o Centro de Treinamento pertencia à ECCA Engenharia, que também foi a responsável pela reforma do prédio da Sede da DR, 1º pavimento;
- não sabe o que aconteceu com a ECCA, mas já faz tempo que não vê placas de construções dessa empresa, mas sabe o que o seu proprietário atualmente é representante da Renault veículos;
- embora o Waldemir, o Zé Maria e o Paulo Dantas possuam carros da Renault não acredita que eles tenham sido presenteados como troca de algum favor recebido;
- as negociações que envolveram a compra do prédio do Centro de Treinamento alongaram-se por quase dois anos e foi adquirido pelo mesmo preço oferecido pela ECT no início das negociações e a confirmação dessa compra se deu com a presença do ex-presidente da ECT, Gazaniga, em contato mantido pessoalmente com o proprietário do imóvel quando de sua visita a Belém;
- não sabe se o Zé Maria possui frota de táxis em Abaetetuba, mas sabe que ele possui um apartamento alugado em Recife, fruto de aquisição feita durante o período que trabalhou na ECT naquela cidade e um terreno na Ilha de Cotijuba;
- não sabe se o ex-diretor Waldemir tinha afinidade com o responsável pelas avaliações do BASA, mas sabe que ele tem relacionamento com o Deputado federal Anivaldo Vale, que é ex-presidente do BASA;
- fazia-se verificações em obras da regional, normalmente a partir de quinta ou sexta feira para não prejudicar muito as atividades diárias e voltava no sábado;
- as verificações eram feitas com ele, o Waldemir e o Otoniel e/ou outro gerente envolvido e que quando o Waldemir ficava no final de semana era às suas expensas;
- não era freqüente nem usual a sua permanência nas localidades onde eram feitas as verificações de serviços e obras de engenharia nos finais de semana e somente ficava quando já havia programação prevista e sempre a serviço.

13) **MARCELO RODRIGUES** - Engenheiro Junior, matrícula 8.453.842-2, da ECT, CNP

- acompanhou, por designação do Gerente Técnico, o inspetor Campos, membro da comissão de sindicância nas verificações dos serviços de Engenharia, nos prédios da ECT na área metropolitana de Belém;



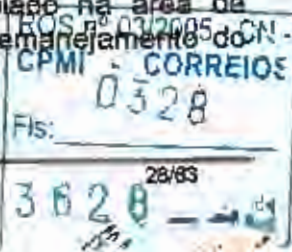
**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

- confirma que na DL 003/01, constam 300 metros quadrados de estrutura de ferro do telhado, onde foi feito raspagem, lixamento e pintura, e quando da medição foram encontrados 222 metros quadrados de serviço realizado;
- na mesma DL consta que foi feito a pintura de 380 metros quadrados e a mesma possui 222 metros quadrados e que houve a troca de 40 metros de calha galvanizada com pintura anti-ferruginosa e esmalte sintético e na medição realizada no prédio foram encontrados 22 metros;
- na parte interna do galpão houve apenas a troca de telhas, não tendo havido nenhum tipo de lixamento ou pintura na estrutura de ferro, mas não se lembra se a pintura ou lixamento constam como serviços contratados;
- na DL-001/2001 o serviço contratado era para recomposição de 32 metros quadrados de forro, mas na área verificada na qual a DL se referia foram encontrados 19 metros quadrados de forro recomposto;
- a DL 053/01 referia-se a pintura de 06 plataformas roletizadas no entreposto, porém foram encontradas apenas quatro delas que passaram por pintura;
- o Douglas, empregado do entreposto, disse que as outras duas plataformas faltantes provavelmente estivessem no COI/Belém, mas na verificação feita no COI/Belém, onde existem quatro dessas plataformas nenhuma delas havia passado por pintura;
- na DL 076/01 consta serviços de recuperação das instalações hidráulicas (duchas higiênicas dos WC Feminino) no COI/Belém e na verificação realizada e testemunhada pelo síndico Sérgio, funcionária da Brasil Service Darlene e Antonio Ferreira Conceição, enfermeiro, pois também se tratava de área médica, constatou-se a inexistência de realização de serviços de alvenaria que justificasse como recuperação das instalações hidráulicas;
- nesta DL houve apenas a instalação das duchas femininas a partir de rosqueamento.

14) **CARLOS ROBERTO DIPPOLITO** - Contador Sênior, matrícula 8.450.894-5, Gerente de Vendas, declarou QUE:

- a administração do ex-diretor regional era altamente centralizada e, em qualquer circunstância, a última palavra sempre era do Diretor Regional;
- exerceu a função de GECOF durante sete anos da administração do ex-diretor Waldemir, mas a financeira recebia as Notas Fiscais com o atesto, as AFs já devidamente assinadas e sempre com a existência do crédito, bastando à financeira finalizar cada procedimento;
- diversas vezes nas reuniões das quintas feiras aconteceram discussões com o Paulo Dantas em virtude de o orçamento ter sido extrapolado na área de contratação, mas ele sempre tinha a justificativa de fazer o remanejamento do crédito orçamentário com autorização do Diretor Regional;



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR 17/PR-285/2001

- a área de contratação sempre teve problemas com cumprimento de metas do orçamento e se questionado a respeito o Paulo Dantas não aceitava e sempre dizia que ele mesmo tomava conta dos serviços e dos contratos, não admitindo questionamentos a respeito;
- diversas vezes tentou acertar, juntamente com o Vieira, as questões pendentes e o relativo a orçamento e o Paulo Dantas não aceitava, pois considerava interferência;
- não tem conhecimento de que o Paulo Dantas tenha pegado caixas com documentos na portaria do prédio sede, depois de ter sido demitido da empresa;
- sabe que o Barra esteve na casa do Paulo Dantas para recuperar alguns processos que a Comissão de Sindicância havia solicitado e que estavam em seu poder, mesmo depois de demitido, porque o próprio Barra declarou em documento que o declarante vai encaminhar à Comissão;
- quando soube que o Barra tinha estado na casa do Paulo Dantas para buscar processos, orientou para que fosse tomado suas declarações a termo para as apurações que se faziam necessárias;
- o círculo de amigos do ex-diretor regional, ou as pessoas que eram de sua estrita confiança eram o Paulo Dantas, o Paulo Maurício, o Zé Maria e o Fernando Augusto, mas não sabe se algum deles tem outras rendas fora da ECT;
- existia sim, a desconfiança de que estaria havendo favorecimento para a U S Mendonça, pois essa transportadora ganhava todas as concorrências, convites, DLs e tudo que se referia a transporte de cargas na DR/PA e que tinha na administração geral o Walmir, irmão do ex-diretor regional;

15) **CLÁUDIO FERNANDES DA LUZ** – Técnico Operacional Junior, matrícula 8.453.248-3, chefe de agência – AC Altamira, declarou que:

- assumiu a chefia da AC Altamira em 29/05/2000;
- quando assumiu a chefia da AC Altamira a reforma do prédio já estava em andamento;
- lembra que estava sendo realizada a pintura do muro que contorna a unidade;
- pintaram as 03 (três) grades que revestem a central de ar condicionado;
- pintaram 11 caixas de passagem para água provenientes dos tubos das calhas;
- pintaram uma porta de enrolar localizada na garagem;
- realizaram um rebaixamento da calçada na entrada da unidade;
- fizeram o rebaixamento dos paralelepípedos da via lateral da Agência devido as poças de água que se formavam;

ROS nº 03/2005 - CN -
PMI - CORREIOS
0528
3628
29/03

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PREUPR-385/2001

- pintaram todos os tubos de água das calhas da unidade.
- com relação à pintura externa (item 2) tem a declarar que se recorda que somente foi pintado o muro que circunda o prédio da unidade;
- não sabe a que se refere a pintura do teto constante na nota fiscal (item 3);
- presenciou a pintura de somente 03 grades de proteção das centrais de ar (item 5) e não 09 grades como consta na nota fiscal;
- não sabe que serviço de pintura de piso se refere a nota fiscal (item 6);
- com relação ao serviço de pintura de piso (item 1 da NF 061) reafirma que não sabe que pintura de piso se refere esta nota fiscal;
- reconhece somente a pintura de 11 caixas de passagem e não 21 como constou na nota fiscal (item 3);
- desconhece a aplicação de verniz no forro e em portas (item 5);
- não presenciou a pintura de vasos de planta e jardim (item 7), não tendo condição de confirmar a execução dos serviços;
- não sabe o que significa linha de água portanto desconhece a realização desse serviço (item 9);
- da mesma forma não sabe o que significa reconstrução de sarjeta não podendo opinar acerca da realização desse serviço (item 11);
- não sabe que reposição de grade de ferro a nota fiscal se refere não podendo portanto afirmar a realização desse serviço (item 12);
- desconhecia as notas fiscais n°s 057 e 061, sendo apresentadas ao declarante no decorrer do presente depoimento;
- recusaria atestar essas notas fiscais em parte dos serviços;
- não conhece ninguém da construtora Montreal, nem proprietário nem empregados e nem sabe onde ela se localiza;
- com relação ao código financeiro registrado na NF 061, sob identificação STO 2825000-1, o mesmo não corresponde ao da AC Altamira/PA.

16) **JOSÉ JORGE NOBRE DO NASCIMENTO** - Atendente Comercial II, matrícula 8.452.794-3, chefe de agência - AC São Francisco do Pará/PA, declarou que:

- é chefe da AC São Francisco do Pará/PA desde agosto de 1991;
- a execução dos serviços de reparo do prédio onde funciona a AC São Francisco do Pará ocorreu em meados de setembro e outubro/2000, não se recordando com precisão o período face o tempo decorrido;

AC São Francisco do Pará/PA
30/03/2001
Fls. 0330
3628

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicatos - PR7/PR-20/5/2001

- o atendimento ao público teve continuidade no período da reforma, não ocorrendo desocupação do prédio;
 - durante a execução dos serviços de reforma do prédio nunca houve comparecimento de qualquer empregado da área de engenharia da Regional;
 - não se lembra do comparecimento de qualquer empregado da engenharia da Diretoria Regional do Pará, na AC São Francisco do Pará, antes do início da reforma;
 - também não houve comparecimento de qualquer empregado da engenharia da Diretoria Regional do Pará nesta AC São Francisco do Pará, após concluídos os serviços;
 - após examinar o termo de exame e entrega e recebimento 87/00, de 09 de outubro de 2000, afirma que não foram realizados os seguintes serviços: capina e limpeza do terreno (item 1.3), revisão do telhado (item 2.1), revisão no madeiramento (item 2.2), revisão no forro em lambril madeira (item 5.1), revisão de móveis (item 6.2), polimento de móveis (item 6.5), revisão na instalação de água (item 11.1), revisão nos equipamentos sanitários e esgoto pluvial (item 12.1), revisão nos equipamentos sanitários e de cozinha (item 13.1);
 - após analisar a nota fiscal 2793, de 09 de outubro de 2000, emitida pela firma C.C.M Engenharia Ltda, no valor de R\$15.224,46, afirma que está tomando conhecimento do aludido documento no momento do seu depoimento, não tendo havido qualquer participação do depoente no seu atesto, desconhecendo ainda a forma do pagamento efetuado;
 - não conhece ninguém da C.C.M Engenharia Ltda, nem proprietário nem empregados e nem sabe onde ela se localiza.
- 17) **MARCELO HAROLDO MENA WANDERLEY** – Engenheiro Civil, matrícula 8.453.473-7, Gerente Técnico, declarou que:
- no período de 1996 a junho de 2001 respondeu pela chefia da SMOC/GETEC/DR/PA, tendo passado a partir de julho 2001 a gerente técnico da DR/PA;
 - quando se trata de serviços de pequeno vulto a ser realizado em outras regiões operacionais que não a de Belém, são contatados os chefes das unidades que sofrerão a intervenção para que eles próprios busquem na localidade pessoas físicas ou jurídicas que possam realizar o serviço e que preparem os orçamentos para serem enviados à GETEC;
 - de posse desses orçamentos a área técnica faz a análise e encaminha para a GERAD para preparação do processo e o envia a ASJUR para o parecer jurídico;
 - solicita ao Diretor Regional a autorização para a realização dos serviços;

PR7/PR-20/5/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0331
Fis: 802831/03
Doc: [assinatura]

- depois de terminado os serviços o próprio chefe da unidade deve dar o atesto no verso da nota fiscal ou do recibo de prestação de serviços para que o valor seja transferido para o prestador de serviço;
- somente depois que está de posse dos orçamentos é que os envia juntamente com a solicitação para a realização dos serviços à GERAD;
- somente depois que recebe as propostas é que faz a solicitação para o início dos serviços ficando assim, as datas das propostas anteriores ao pedido para a realização desses serviços;
- esse procedimento se dá pela impossibilidade até de custos, de enviar pessoas ao local para a preparação desse procedimento;
- pode acontecer de o chefe da unidade enviar a NF já com o atesto ou uma carta à parte, confirmando o término da obra a contento para que o valor seja liberado;
- quando isso não ocorre e para que não haja maior atraso na liberação do dinheiro o que provocaria pressões sobre o chefe da unidade por parte do prestador do serviço, a própria GETEC através de seus técnicos fazem o atesto depois de receberem a informação do chefe da unidade, via fone, de que o serviço foi terminado a contento;
- com relação aos 750m² pagos para a firma MG Barros que realizou a recuperação do piso do complexo de Cabanagem, quando encontrou-se apenas 504,39m² de obra realizada não sabe informar o que pode ter ocorrido, mas acredita ter havido algum equívoco na constatação por parte do inspetor juntamente com o engenheiro que o acompanhava;
- a ECT faz a contratação da empreitada pelo preço global e ao ser apresentado o projeto da área a sofrer intervenção, parte-se da megragem constante do projeto para a formação das áreas a serem reformadas, mas que a diferença apresentada no caso em apreço é muito grande e ele precisaria verificar o processo para ver o que poderia ter ocorrido;
- da mesma forma que os demais processos que apresentam divergências semelhantes seria necessário verificar in loco e com o processo na mão, para saber o que poderia ter ocorrido;
- apesar do acompanhamento do engenheiro por ele designado pode ter ocorrido equívoco, já que o mesmo não tinha conhecimento exato da obra realizada e dos serviços que eventualmente tenham sido agregados ao projeto inicial dos serviços contratados;
- pode afirmar, no entanto, que todos os serviços pagos foram realizados, não tendo conhecimento de que algum serviço tenha sido pago sem ter sido realizado, tanto na capital quanto no interior;
- quanto ao preço dos refletores instalados no AC/CDD/Nazare, quando a comissão em pesquisa de preço feita com os mesmos participantes da DL há 3 meses atrás e conseguiu um valor 22,5% menor não sabe informar qual a

RQS nº 03/2005 - CN -

CORREIOS

3432

3628

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

- metodologia que foi utilizada pelo técnico que realizou a pesquisa de preços. Somente sabe dizer que a pesquisa foi feita;
- não sabe em que condições houve a compra do servidor, já que à época era chefe da SMOC e quem tratou do assunto foi a SUSIS (sub gerência de sistemas) juntamente com a GERAD;
 - também não sabe qual o valor pago de aluguel do servidor que era utilizado e que tinha sido alugado da empresa canal 13, no período de março de 2001 a novembro de 2001;
 - nada tem a dizer a respeito do recebimento do equipamento em 12/01/01, pois à época não estava na gerência técnica.

3.2 DAS ANÁLISES DA DOCUMENTAÇÃO E TERMOS DE DECLARAÇÃO

3.2.1 Contratação de serviços de despachante

Em setembro/99, foi contratado, por meio da DL-214/99, o despachante Luiz José de Souza e Silva para executar serviços de licenciamento de veículos da ECT. A remuneração pelos serviços prestados era de R\$30,00 por unidade de moto e R\$40,00 por unidade de outros veículos. A justificativa para contratar esse serviço foi com base numa CI da Gerência de Administração formalizada para o Diretor Regional, onde foi apresentado que o custo com o empregado designado para realizar os licenciamentos estava muito elevado. Consta, também, que foi realizada uma pesquisa de mercado para escolha do menor preço, fato não consignado pela Comissão nos processos verificados na DR/PA.

O despachante Luiz José é filho do sr. Samânio, ex-funcionário da ECT e atual assessor do Prefeito de Ananindeua e amigo íntimo do sr. Waldemir Freire Cardoso e da ex-funcionária sra. Luzia de Souza e Silva, que é detentora do contrato nº 33/2001, firmado com a DR/PA para execução de manutenção de bicicletas.

Vencido o prazo de prestação do serviço estipulado pela DL/214/99, foi celebrado o contrato nº 0067, fundamentado pela DL-341/00, de 02 do mês de outubro/00, com o despachante José Luiz, nas mesmas bases descritas anteriormente.

Na operacionalização do contrato, a partir dos comprovantes de licenciamento (Guia de Recolhimento) emitidos pelo DETRAN, constante do processo na GERAD, constatou-se duplicidade de pagamento para o despachante. O desfalque se dava no momento em que o despachante preparava o movimento mensal de licenciamentos para apresentar à ECT para recebimento de sua remuneração. Sorteava-se as guias de recolhimento de mês anterior, procedia-se à reprodução de cópias e as incluíam no movimento do mês. Foram 44 intervenções fraudulentas entre os meses de julho a outubro/01 (período verificado pela Comissão), 24 motos e 20 veículos, perfazendo um total de R\$1.520,00 pago a maior para o despachante.

Com base nos termos de declaração dos empregados Marcelo Gomes Pinheiro e Jorge Afonso Mendes Ferreira da seção de contratação, verifica-se que a gestão do contrato foi conduzida de forma displicente e sem senso de profissionalismo. Mesmo após a constatação, por parte do chefe da seção, da irregularidade, nenhuma providência foi tomada para evitar a incidência do ilícito nem para ressarcir a ECT do

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL.**

Comissão de Sindicância - PRT/PR 215/2001

prejuízo, tendo, ainda, como agravante, ciência de que o ato ilícito vinha ocorrendo regularmente.

O contrato foi cumprido até sua vigência em 1/10/01. Não houve renovação do contrato, em função do parecer da GEOPE que menciona não haver necessidade do serviço do despachante que, além de não oferecer qualidade no serviço, os licenciamentos poderiam ser feitos por empregado da ECT, a partir da melhoria implementada pelo DETRAN para o licenciamento de veículos (volume 01 dos anexos).

3.2.2 Aquisição de servidor de redes de computador

A Gerência de Contratação efetuou a compra de um servidor para substituir um outro servidor alugado junto à empresa Canal 13 para atender demanda de atividades na área de operações, com base na especificação técnica da Gerência Técnica da DR/PA. A compra foi agilizada para se aproveitar do crédito orçamentário disponível do ano de 2000, conforme afirmação do empregado Marcelo Pinheiro chefe da seção de contratação à época e ratificação do gerente técnico Marcelo Wanderlei.

O empregado Marcelo Pinheiro emitiu a DL-517/00, em 28/12/00, processou a compra e atestou a nota fiscal confirmando o recebimento do equipamento em 29/12/2000. O recebimento ocorreu de forma simulada, apenas para formalizar a transação. Em sua declaração ele afirma que o procedimento adotado foi por ordem do ex-gerente Paulo Dantas, com a justificativa de que teria que se aproveitar o crédito disponível ainda no mês de dezembro de 2000. Na declaração do empregado Jorge Afonso consta que a compra foi direcionada para a empresa Visão, uma vez que havia outra proposta da empresa ASTEQUE (proposta ausente da DL-517/00) com o mesmo valor e com a inclusão de um acessório do equipamento "fita date", imprescindível para o bom funcionamento do equipamento. No caso da empresa Visão, o referido acessório não fazia parte do equipamento. Conforme consta dos documentos analisados, o recebimento do equipamento se deu em 12/01/01, pelo empregado Ricário Marcelino de Lima da GETEC/PA, o pagamento em 15/01/01 e sua montagem em 25/01/01, ocasião em que foi detectado que o equipamento não possuía as especificações exigidas quando do início do processo. Como o equipamento não correspondeu às necessidades do serviço (não funcionou), houve, então, intervenções junto à empresa Visão para exigir a adequação do equipamento às especificações estabelecidas. O embate com a empresa Visão se perdurou por 11 meses. A ECT, durante esse período, assumiu os custos com o aluguel do servidor, junto à empresa Canal 13, que foi utilizado para dar suporte até que fosse efetuada a compra desse servidor em questão.

O contrato de aluguel expirou em 21/03/01 (período de 6 meses), com uma despesa para a ECT de R\$11.700,00. De abril a novembro/01, o servidor permaneceu sendo locado sem a cobertura contratual, nas mesmas bases estabelecidas no contrato vencido. O valor desembolsado para a empresa Canal 13, referente ao aluguel indevido, foi de R\$13.650,00. A devolução do equipamento ocorreu no dia 10 de dezembro de 2001, conforme recibo do sr. Atila Magno Fernandez da empresa Canal 13 (volume 07, anexo 08, pg 160 a 217).

3.2.3 Serviços de transporte

3.2.3.1 Transportadora US Mendonça

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0334
1628-32
Doc: [assinatura]

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

A Diretoria Regional do Pará consoante a necessidade diversificada de transporte em seu território utiliza-se de vários modais de transporte (aéreo, terrestre e fluvial). No que concerne ao transporte terrestre para escoamento de carga da FNDE e outras cargas especiais, a DR/PA vem desencadeando processos licitatórios para atender a demanda na Capital e interior do Estado. Na análise dos processos licitatórios (DL, CV, TP e PREGÃO), no período de 1998 a 2001, constatou-se que a empresa US Mendonça - ME - CNPJ 14.730.998/0001-94, participou e ganhou 21 processos licitatórios na ECT, acumulando um faturamento superior a R\$3.560.000,00 no período. Essa empresa de transportes pertence, formalmente, ao sr. Ulisses Santos Mendonça que não aparece assinando nenhum dos processos de licitação com a ECT. Há uma procuração do sr. Ulisses para o sr. Walmir Freire Cardoso (irmão do Waldemir Freire Cardoso - ex-Diretor Regional do Pará) concedendo plenos poderes de gerenciar e representar a empresa em todas as instâncias, assinada em 16/12/1996 e uma outra renovando os termos em 1999. Curiosamente, em 22/1/1998, houve a criação da empresa US Mendonça Express Ltda - CNPJ 02.332.308/0001-60, pertencente ao sr. Walmir Freire Cardoso e Pedro Paulo Pinheiro Reis, e houve somente uma participação dessa empresa em licitação da ECT no ano de 2001.

A denúncia formulada pelo sr. Edvaldo Ferreira Leite, proprietário da EDE CAR Transportadora, possui, basicamente três momentos, quais sejam:

Período anterior a 1995: Edvaldo Leite, proprietário da empresa Serra Norte, efetuava o transporte de carga na linha LTR-06, com faturamento mensal variando de R\$16.000,00 a R\$20.000,00. Utilizava-se dois toyotas para execução do serviço. Afirmava que nessa época ganhava muito bem, mesmo tendo que contribuir com dinheiro para o ex-diretor Waldemir. No final de 1995, o ex-diretor Waldemir percebeu que o custo fixo referente às viagens e percursos não realizados, não estavam sendo faturados. Tomou a decisão de fazer essas inclusões no faturamento, na intenção de aumentar o valor a ser pago pela ECT. Na verdade, o faturamento aumentou substancialmente, mas o dinheiro excedente foi passado integralmente para o Waldemir.

Período posterior a 1995: o ex-diretor Waldemir introduziu o seu irmão Walmir na transportadora EDE CAR (empresa criada pelo Edvaldo no final de 1995), sem vínculo empregatício, para adquirir experiência nos serviços de transportes e que a partir de então haveria facilidades na concessão de cargas para transportes por meio da EDE CAR. Foi criado um esquema fraudulento na ECT entre o ex-diretor Waldemir, seu irmão Walmir, e proprietário da EDE CAR Edvaldo, que consistia em favorecer a EDE CAR na escolha para prestar serviços de transportes de cargas. O Walmir teria 70% do faturamento da empresa e o Edvaldo ficaria com os 30% restantes. Desse modo, no período 96/97, a linha Salinas/Capanema, pertencente a EDE CAR, foi executada por uma Kombi, placa JTL-9029, de propriedade particular do Sr. Walmir Freire Cardoso, bem como a linha Belém/Marabá/Belém de carga expressa, durante um ano, foi feita por um caminhão Volkswagen 8100, de propriedade do Sr. Walmir;

Período posterior a 1998: até 1997, o Edvaldo tinha participação de 30% no faturamento, conforme o esquema fraudulento praticado. A partir de 1998 o ex-diretor, paulatinamente, iniciou o afastamento do Edvaldo para ficar sozinho no esquema. Na TP-05/98, afirma o Edvaldo: houve vício na concorrência, uma vez que uma mesma pessoa pegou os editais para a US Mendonça. Nessa TP-05, a EDE CAR ganhou 10 linhas, mas foram canceladas e publicadas no DOU de 26/11/98, por considerar a EDE CAR inidônea através da CT/GEAFI/ECT/DR/PA-085/98. Apesar da EDE CAR ter reconhecido e apresentado prova de ser idônea, não teve nenhuma resposta a respeito.

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR1/PR 28512001

Em setembro de 2001, a EDE CAR recebeu um convite para transporte de carga hospitalar para Banack. Apresentou sua proposta às 11 horas e 08 minutos, de R\$5.700,00. A proposta vencedora foi a da Empresa US Mendonça no valor de R\$8.850,00. O chefe da seção de contratação, Marcelo Pinheiro, afirmou que a proposta de EDE CAR não foi considerada por ter entrado na seção com atraso. Não haveria mais tempo para fazer a inserção na documentação que seria entregue ao Diretor Regional para assinatura, bem como já havia sido comunicado à US Mendonça da vitória no certame. No entanto, as declarações do empregado Alandouglas, responsável pelo embarque da carga, e do próprio Marcelo Pinheiro, indicam que houve falta de interesse em acatar a proposta mais barata da EDE CAR. Na verdade, o que houve foi o favorecimento da concessão do transporte da carga para a US Mendonça. O fato da alegação não haver tempo para considerar a proposta da EDE CAR é improcedente, uma vez que a US Mendonça tomou ciência de que tinha ganho o certame, somente por volta das 16 horas e 30 minutos. Apresentou o caminhão às 18 horas do dia 29/09, conforme afirmação do empregado Alandouglas. O esquema de favorecimento para a US Mendonça se confirma, inclusive, na nova administração da DR/PA (volume 4, anexos 4A a 4D, volume 5, anexos 4E e 4F).

Para enfatizar a ocorrência dos ilícitos nas contratações envolvendo a empresa de transportes US Mendonça, apresentamos os eventos licitatórios vencidos pela transportadora e as respectivas irregularidades ocorridas durante os certames:

1) Tomada de Preço n.º 05/98

Autorizada, em 18/09/1998, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas da ECT nas linhas ESP-FNDE-01 a 16, analisada e aprovada pela ASJUR/PA, em 02/10/1998, e teve o edital publicado no Diário Oficial - Seção 3, dia 01/10/1998, data anterior à análise e aprovação da ASJUR/PA. Além da empresa U S Mendonça, também enviaram propostas dia 16/10/98: EDE CAR, Expresso Amazônico, Henvil Transportes, Volante Transportes, Transglobal Transportes e Brasil Transportes. Na pasta do processo foram encontradas duas atas de reunião de licitação, ambas presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula n.º 8.010.670-6. Uma reunião realizada dia 16/10/98, às 9 horas, para recebimento dos documentos de habilitação e dos envelopes contendo as propostas econômicas e outra realizada dia 28/10/1998, às 17 horas, para a abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. A ata de reunião de julgamento não foi localizada na pasta. Em 26/11/98, o resultado do julgamento foi publicado no DOU, dando como vencedora do certame, em 10 (dez) linhas, a empresa EDE CAR. Por esta empresa está respondendo dois processos administrativos n.ºs 0586/GEAFI/98 e 0616/GEAFI/98, que apuram irregularidades cometidas contra a ECT, revogou-se a licitação. Em 02/12/1998 foi publicado no Diário Oficial - Seção 3 - aviso de revogação do certame licitatório por razões de interesse público, referente as linhas ESP-FNDE-2,3,5,6,7,8, 9,11,15 e 16, no qual a empresa EDE CAR tinha sido vencedora. O resultado das demais linhas foi adjudicado aos licitantes: Transglobal Norte Transportes nas linhas ESP-FNDE 1 e 4, U S Mendonça nas linhas ESP-FNDE 12 e 13, Volante Transportes na linha ESP-FNDE 14 e Brasil Transportes na linha ESP-FNDE 10. Foi celebrado, com a empresa U S Mendonça, contrato de prestação de serviço n.º 96/98, em 16/12/1998, com vigência de um ano, a contar de 11/12/1998, no valor global de R\$32.060,96. Em 30/11/99, foi celebrado o 1º termo aditivo, tendo como objeto prorrogar a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com início em 11/12/99, e término em 11/12/00. O 2º Termo Aditivo não foi encontrado na DR/PA. Em 01/12/00, foi celebrado o 3º Termo Aditivo prorrogando o referido contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, com início em 11/12/00, e término em 10/12/01. Cabe ressaltar que a DR/PA, no período de janeiro/99 a setembro/01, pagou à

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-265/2001

empresa U S Mendonça, por conta desse contrato, o montante de R\$306.009,31 (Trezentos e seis mil, nove reais e trinta e um centavos), ou seja, gasto de 200% a maior do valor global estipulado em contrato (volume 04, anexo 4D, pg 310 a 316).

2) Tomada de Preço n.º 07/98

Autorizada, em 18/09/1998, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas da ECT em vários roteiros, aprovada pela ASJUR/PA, em 28/12/1998, teve o edital publicado no Diário Oficial - Seção 3, no mesmo dia da aprovação da ASJUR/PA (28/12/1998). Além da U S Mendonça, também enviaram propostas: Henvil Transportes (ambas dia 13/01/1999) e Transglobal (dia 11/01/1999). Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 05/02/1999, às 9 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, procedeu-se abertura dos envelopes e leitura das propostas. Na ata de reunião de julgamento, realizada no mesmo dia, às 10 horas, a Comissão propôs a adjudicação do certame, com base no critério de menor preço, à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato de prestação de serviço nº 20/99, em 25/02/1999, com vigência em 01/03/1999, no valor global de R\$132.366,85. Em 29/02/00, foi celebrado o 1º termo aditivo, tendo como objeto prorrogar a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com início em 09/02/00 e término em 28/02/01. O 2º termo aditivo foi celebrado em 28/02/01, prorrogando a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, com início em 28/02/01 e término em 27/02/02. Cabe ressaltar que a DR/PA, no período de abril/99 a setembro/01, pagou a U S Mendonça o montante de R\$375.791,46 (Trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), ou seja, gasto de 186% a mais do valor global estipulado em contrato (volume 04, anexo 4D, pg 379 a 393).

3) Convite nº 49/98

Autorizado, em 20/04/1998, pelo Diretor Regional para locação de dois veículos com franquias livre para executar a linha de transporte rodoviário Belém/Marabá, aprovado pela ASJUR/PA, em 30/04/1998. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR, na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite para os licitantes. Além da empresa U S Mendonça, também enviou proposta dia 30/04/1998, a empresa Tágide Locadora. Na pasta do processo, aparecem duas propostas enviadas das empresas Brasil Assessoria & Serviços e Volante Transportes com data de 30/03/1998, ou seja, vinte dias antes da autorização do Diretor Regional para iniciar o certame. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 30/04/98, às 11 horas, presidida pelo empregado Rudinei Bentes Wanzeler, Contador Júnior, matrícula nº 8.452.140-6, procedeu a abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento, realizada no mesmo dia, às 14 horas, a CPL propôs a adjudicação, com base no critério de menor preço, a empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato nº 33/98, em 15/05/1998, por três meses, com início em 04/05/1998, no valor global de R\$36.000,00 (volume 04, anexo 4D, pg 411 a 432).

4) Convite nº 50/98

Autorizado, em 24/04/1998, pelo Diretor Regional para locação de 01 veículo, com franquias livre, para executar a linha de transporte rodoviário Marabá/Conceição do Araguaia, aprovado pela ASJUR/PA, em 05/05/1998. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR, na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da empresa U S Mendonça, também enviaram propostas dia 05/05/1998: Henvil Transportes, Volante Transportes e Brasil Assessoria & Serviços. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 05/05/1998, às 9 horas, presidida pelo empregado Rudinei Bentes Wanzeler, Contador Júnior, matrícula nº 8.452.140-6, procedeu a abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. Na reunião de julgamento realizada no mesmo dia, às 14 horas, a CPL propôs, com base no critério do menor preço, a adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado, em 08/06/98, o contrato nº 36/98, vigência de um ano, em 05/05/98. O valor global de R\$38.400,00.

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR 285/2001

O 1º termo aditivo ao contrato não consta assinatura das partes contratantes e tem o carimbo de que foi aprovado pela ASJUR/PA, em 29/04/99. O aditivo se refere a prorrogação do contrato até o dia 04/05/00 (volume 04, anexo 4D, pg 433 a 456).

5) Convite n.º 68/98

Autorizado, em 24/07/1998, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas no trecho Belém/Marabá, aprovado pela ASJUR/PA, em 07/08/1998. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 05/08/1998, data anterior à aprovação da ASJUR/PA: Locar Locadora de Veículos, Brasil Assessoria & Serviços e Grão Expresso Pará. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 05/08/1998, às 17 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, procedeu a abertura dos envelopes e leitura das propostas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia, às 17 horas e 30 minutos, a CPL propôs a adjudicação do certame, com base no critério de menor preço, a empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato nº 52/98, em 26/08/1998, para a duração de cinco meses, no valor global de R\$75.335,00. Cabe ressaltar que a DR/PA desembolsou à US Mendonça, no período de set/98 a março/99 (sete meses), o montante de R\$107.811,37 (Cento e sete mil, oitocentos e onze reais e trinta e sete centavos), superando o valor global do contrato no período de aproximadamente R\$32.500,00 (volume 04, anexo 4D, pg 459 a 483).

6) Convite n.º 76/98

Autorizado, em 17/09/1998, pelo Diretor Regional para a contratação de serviço de transporte de umas eletrônicas, acessórios e disquetes nos municípios da Região 01 (Abaetetuba), 02 (Castanhal), 03 (Santarém) e 04 (Marabá), aprovado pela ASJUR/PA, em 24/09/1998. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 25/09/1998: Marques Pinto Navegação e Brasil Assessoria & Serviços. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 25/09/1998, às 9 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, procedeu a abertura dos envelopes e leitura das propostas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia às 10 horas, a CPL propôs, com base no critério do menor preço, a adjudicação do certame à empresa U S Mendonça, nos itens 02 e 04. Foi celebrado o contrato nº 71/98, no dia 23/10/1998, vigência até o dia 05/10/1998. Valor global de R\$14.900,00. A empresa Marques Pinto foi adjudicada no item 03, pelo valor global de R\$30.977,54 (volume 04, anexo 4D, pg 484 a 497).

7) Convite n.º 99/98

Autorizado, em 15/12/1998, pelo Diretor Regional para locação de um veículo com 04 (quatro) portas, motor com cilindrada mínima 1.81, capacidade cinco passageiros, franquia livre. Aprovado pela ASJUR/PA, em 18/12/1998. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 22/12/1998: Locar Locadora de Veículos e Tágide Locadora. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 22/12/1998, às 9 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, procedeu a abertura dos envelopes e leitura das propostas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia, às 9 horas e 25 minutos, a CPL propôs a adjudicação do certame, com base no critério de menor preço, à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato nº 104/98, em 30/12/1998, vigência a partir do dia 24/12/1998. Valor global de R\$18.980,00. Em 30/11/99 foi emitido o 1º termo aditivo, tendo como objeto prorrogar a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com término em 23/12/00. O 2º termo aditivo foi emitido em 01/12/2000, tendo como objeto a prorrogação do referido contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, com início em 24/12/2000 e término em 23/12/2001 (volume 04, anexo 4D, pg 498 a 512).

RCS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR-TFR-283/2001

8) Tomada de Preço n.º 06/99

Autorizada, em 09/02/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas no trecho Belém/Goianésia/Marabá, analisada e aprovada pela ASJUR/PA, em 19/04/1999, teve o edital Publicado no Diário Oficial - Seção 3, em 15/04/1999, com data anterior ao parecer da ASJUR/PA. Além da U S Mendonça também enviaram propostas: Transportadora Bumerangue (dia 23/04/1999), Bis Rent a Car, Sedmar - Serviços & Transportes Maringá, Volante Transportes e Transglobal (dia 30/04/1999). No processo, foram encontradas duas atas de reunião de licitação. A primeira foi realizada dia 30/04/1999, às 9 horas. A CPL foi presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula n.º 8.010.670-6, que recebeu os documentos de habilitação e dos envelopes contendo as propostas econômicas; a segunda foi realizada dia 18/05/1999, às 15h00, também foi realizada para abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada dia 07/06/1999, às 9 horas, a CPL propôs, com base no critério do menor preço, a adjudicação do certame a empresa U S Mendonça. Foi celebrado, em 24/06/1999, o contrato n.º 74/99, vigência de um ano, a partir do dia 16/06/1999. Valor global de R\$150.331,76. A DR/PA desembolsou, no período de agosto/99 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$405.501,61 (Quatrocentos e cinco mil, quinhentos e um reais e sessenta e um centavos), superando o valor global permitido pelo contrato de aproximadamente R\$ 100.000,00 (volume 04, anexo 4C, pg 158 a 195).

9) Tomada de Preço n.º 07/99

Autorizada, em 09/02/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas de Belém para as unidades da ECT, localizadas nas Regiões Operacionais n.º 03 de Castanhal e n.º 04 de Capanema, publicado no Diário Oficial, Seção 3, dia 15/04/1999. A cópia do edital arquivada na pasta do processo não tem carimbo comprovando a existência de parecer da ASJUR/PA. Além empresa U S Mendonça, enviou proposta, em 07/05/99, a Locavel Serviços. A ata de reunião de licitação realizada dia 07/05/1999, às 9 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula n.º 8.010.670-6, procedeu o recebimento dos documentos de habilitação e dos envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada dia 10/05/1999, às 9 horas, a CPL propôs, com base no critério do menor preço, a adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi firmado o contrato n.º 67/99, por período de um ano, a partir de 01/06/1999, no valor global de R\$187.200,00. A DR/PA desembolsou, no período de junho/99 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$548.280,00 (Quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta reais), superando o valor global do contrato em aproximadamente R\$80.000,00 (volume 04, anexo 4C, pg 196 a 215).

10) Tomada de Preço n.º 12/99

Autorizada, em 10/08/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas nas LTRs 01 e 03, da Região de Bragantina, aprovada pela ASJUR/PA, em 03/09/1999, e publicada no Diário Oficial - Seção 3, - em 02/09/1999, data anterior à aprovação do edital pela ASJUR/PA. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 17/09/1999: EDE CAR, Locavel Serviços e Henvil Transportes. No mesmo dia, às 9 horas, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula n.º 8.452.588-6, a comissão permanente de licitação - CPL recebeu os documentos de habilitação e dos envelopes contendo as propostas econômicas. A empresa U S Mendonça não estava representada. No dia 15/10/1999, as propostas foram abertas para leitura e escolha. Também foram localizadas, no processo, duas atas de reunião de julgamento realizadas em 15/10/1999, respectivamente. A primeira realizada às 9 horas, com a decisão de habilitação dos licitantes. A segunda realizada às 11 horas e 30 minutos, houve, com base no critério do menor preço, a proposição de adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PA 285/2001

contrato nº 139/99, em 05/11/1999, por período de um ano, a partir de 01/11/1999, no valor global de R\$155.319,60. A DR/PA desembolsou, no período de novembro/99 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$429.923,28 (Quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos), superando o valor global do contrato em aproximadamente R\$119.000,00 (volume 04, anexo 4C, pg 216 a 241).

11) Convite nº 24/99

Autorizado, em 07/07/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas no trecho Araguaia/Redenção, aprovado pela ASJUR/PA dia 15/07/1999. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR - na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 14/07/1999, data anterior à aprovação da ASJUR/PA: Volante Transportes e Rebelo Comércio & Navegação. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 14/07/1999, às 9 horas, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, a CPL recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia às 11h00, houve a proposição de adjudicação do certame, com base no critério do menor preço, à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato nº 106/99, em 18/08/1999, por período de três meses, a partir de 19/07/1999 (assinatura do contrato ocorreu um mês após o início de vigência), no valor global de R\$45.068,40. A DR/PA desembolsou, no período de agosto/99 a dezembro/99, à U S Mendonça o montante de R\$54.945,96 (Cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos). O gasto em cinco meses superou o valor global estabelecido no contrato (volume 04, anexo 4C, pg 242 a 257).

12) Convite nº 25/99

Autorizado, em 06/07/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas no trecho Redenção/São Felix do Xingu, aprovado dia 15/07/99 pela ASJUR/PA. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 16/07/1999: Brasil Transportes & Serviços e locar Locadora de Veículos. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 16/07/1999, às 9 horas, a CPL, presidida pelo empregado Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6, recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia, às 10 horas, houve a proposição, com base no critério do menor preço, da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado, em 10/12/1999, o contrato nº 162/99, por período de um ano, a partir de 01/11/1999, no valor global de R\$72.399,60. A DR/PA desembolsou, no período de dezembro/99 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$133.715,43 (Cento e trinta e três mil, setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos) (volume 04, anexo 4C, pg 258 a 275).

13) Convite nº 32/99

Autorizado, em 23/07/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas nas LTRs 1 e 3, da Região Bragantina, aprovado dia 05/08/1999 pela ASJUR/PA. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR - na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 06/08/1999: Brasil Transportes & Serviços e Volante Transportes. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 05/08/1999, às 9 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia, às 10 horas, houve a proposição, com base no critério do menor preço, da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato no valor global de R\$ 39.914,70, porém o mesmo não foi localizado na DR/PA (volume 04, anexo 4C, pg 276 a 290).

14) Convite nº 40/99

Autorizado, em 19/08/1999, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas para no trecho Goianésia/Tucuruí, aprovado pela ASJUR/PA dia 23/08/1999. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR - na pasta do processo, comprovando o envio da carta convite aos licitantes. Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 26/08/1999: Tágide locadora e Lindo Car Locadora de Veículos. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 26/08/1999, às 9 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada dia 26/08/1999, às 10 horas e 30 minutos, com base no critério do menor preço, houve a proposta de adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado, em 01/10/1999, o contrato nº 123/99, por período de um ano, a partir de 03/09/1999, no valor global de R\$75.348,00. A DR/PA desembolsou, no período de outubro/99 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$128.174,62 (Cento e vinte e oito mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) (volume 04, anexo 4C, pg 291 a 309).

15) Tomada de Preço nº 04/00

Autorizada, em 14/03/2000, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas da ECT na Região de Bragantina, publicado dia 21/03/2000 no Diário Oficial - Seção 3, no mesmo dia em que foi analisada pela ASJUR/PA. Além da U S Mendonça também enviaram propostas dia 05/04/2000: Benfica Comércio & Serviços e Locavel Serviços. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 05/04/2000, às 15 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada dia 17/02/2000, (um mês antes da publicação do edital no DOU), houve a proposição, com base no critério do menor preço, da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado, em 08/05/00, o contrato nº 27/00, por período de um ano, a partir de 05/05/00, no valor global de R\$260.260,92. A DR/PA desembolsou, no período de março/00 a novembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$511.198,23 (Quinhentos e onze mil, cento e noventa e oito reais e vinte e três centavos) (volume 04, anexo 4B, pg 73 a 95).

16) Convite nº 06/00

Autorizado, em 19/01/2000, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas da ECT na Região de Bragantina (LTRs 02 e 04), aprovado pela ASJUR/PA dia 27/01/2000. Foram enviadas aos licitantes, conforme aviso de recebimento - AR, em 20/01/2000 (data anterior à aprovação da ASJUR/PA). Além da U S Mendonça, também enviaram propostas dia 27/01/2000: Transregional Transportes Rodoviários e Brasil Transportes & Serviços. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 27/01/2000, às 15h00, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas econômicas. Na Ata de Reunião de Julgamento realizada no dia 20/01/2000, às 17 horas (data anterior à aprovação do convite pela ASJUR/PA e anterior ao recebimento das propostas) houve a proposição, com base no critério do menor preço, da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato, porém o número e data não foram especificados pela ASJUR/PA. O período da vigência foi de três meses, a partir de 28/01/2000, no valor global de R\$65.065,23 (volume 04, anexo 4B, pg 96 a 110).

17) Convite nº 09/00

Autorizado, em 10/02/2000, pelo Diretor Regional para locação de veículos para entrega de carga da FNDE na zona urbana da cidade de Belém. A cópia da carta convite encontrada na pasta do processo, não tem o carimbo comprovando a chancela da ASJUR/PA. A data do convite

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

foi enviada aos licitantes em 15/02/2001, conforme aviso de recebimento - AR com data de 15/02/2001, ou seja, os ARs foram emitidos um ano após a adjudicação da licitação. Pode-se afirmar que o processo, ou parte dele foi montado a posteriori ao certame, principalmente por ter o processo sido captado na residência do ex-gerente Paulo Dantas. Além da U S Mendonça também enviaram propostas dia 22/02/2000: Transregional Transportes Rodoviários e Henvil Transportes. Conforme ata de licitação realizada dia 22/02/2000, às 15 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia às 16 horas, houve, com base no critério do menor preço, proposta da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça, pelo valor global de R\$ 30.000,00. O contrato, oriundo dessa licitação, com a empresa U S Mendonça não foi localizado na DR/PA (volume 04, anexo 4B, pg 111 a 123).

18) Convite nº 36/00

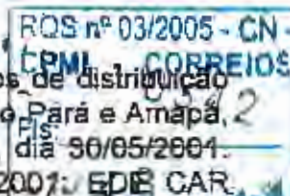
Autorizado, em 27/07/2000, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte de cargas da ECT - LTR 03, aprovado pela ASJUR/PA dia 03/08/2000. As cartas convite foram enviadas aos licitantes em 28/07/00, conforme aviso de recebimento - AR. A data das cartas convite é anterior à data de aprovação da ASJUR/PA. Além da U S Mendonça também enviaram propostas dia 04/08/2000: Lindo Car Locadora e locar Locadora. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 04/08/2000, às 9 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento de 09/08/2000 realizada às 16 horas, houve, com base no critério do menor preço, a proposta de adjudicação do certame à empresa U S Mendonça. Foi celebrado o contrato nº 53/00, dia 18/08/2000, por período de um ano, a partir de 21/08/2000, no valor global de R\$76.602,24. A DR/PA desembolsou, no período de setembro/00 a setembro/01, à U S Mendonça o montante de R\$107.289,91 (Cento e sete mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), superando o valor global do contrato em aproximadamente R\$31.000,00 (volume 04, anexo 4B, pg 124 a 142).

19) Convite nº 43/00

Autorizado, em 08/09/2000, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte rodoviário nas zonas urbanas e rurais em vários municípios. Foi aprovado pela ASJUR/PA no dia 25/09/2000. Não foram encontrados os avisos de recebimento - AR - na pasta do processo, comprovando o envio das cartas convite aos licitantes. Além da empresa U S Mendonça, também enviaram propostas dia 22/09/2000 (data anterior à aprovação da ASJUR/PA): Henvil Transportes e Transportadora Expresso Amazônico. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 22/09/2000, às 15 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada no mesmo dia às 15 horas e 30 minutos, houve, com base no critério do menor preço, a proposição da adjudicação do certame, referentes aos itens 1, 3, 6, 7 e 13, à empresa U S Mendonça, pelo valor global de R\$26.635,00. Foi celebrado o contrato de prestação de serviços, porém o mesmo não foi localizado na DR/PA (volume 04, anexo 4B, pg 143 a 157).

20) Pregão nº 03/01

Autorizado, em 04/05/2001, pelo Diretor Regional para contratação dos serviços de distribuição de carga de alta densidade nas áreas urbanas e rurais das cidades do Estado do Pará e Amapá, aprovado pela ASJUR dia 18/05/1999, publicado no Diário Oficial - Seção 3, dia 30/05/2001. Além da empresa U S Mendonça, também enviaram propostas dia 19/06/2001: EDE CAR.



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-225/2001

Locadora e Transportadora Ltda, WWS Ind. E Comércio, Norauto Rent a Car, Marques Pinto Navegação Ltda, e Hervil Transportes. Conforme ata de reunião de licitação realizada em 19/06/2001, às 9 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.454.112-1, recebeu os envelopes contendo as propostas econômicas e os documentos de habilitação. Após os trabalhos do pregoeiro foram vencedores do certame, conforme publicado no Diário Oficial dia 26/06/2001: Para o item 1 - WWS Industria e Comércio no valor anual de R\$159.300,00; para os itens 2, 7 e 9 - Hervil Transportes Ltda, no valor anual de R\$176.475,00; para os itens 3 e 4 - Norauto Rent a Car, no valor anual de R\$106.239,00; para os itens 5 e 6 - U S Mendonça Express, no valor anual de R\$90.616,50; para o item 8 - Marques Pinto Navegação, no valor anual de R\$60.046,35. Em 24/09/2001, foi celebrado o contrato nº 50/2001 com a empresa U S Mendonça, por período de um ano, a partir do dia 02/07/2001, no valor global de R\$90.616,50 (volume 04, anexo 4A, pg 01 a 54).

21) Convite nº 33/01

Autorizado, em 27/06/2001, pelo Diretor Regional para contratação de serviço de transporte rodoviário para atender demanda em linha de coleta, transporte e entrega de cargas na cidade de Marabá. Aprovado pela ASJUR dia 16/10/2001, e Edital entregue dia 17/10/01 aos licitantes, conforme avisos de recebimento - AR arquivados na pasta do processo da carta convite. Além da empresa U S Mendonça Express, também enviaram propostas dia 25/10/2000: EDE CAR Transporte Expresso e Serra Transportes Ltda. Conforme ata de reunião de licitação realizada dia 25/10/2001, às 17 horas, a CPL, presidida pelo empregado José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, recebeu os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas econômicas. Na ata de reunião de julgamento realizada dia 30/10/01, às 16 horas, houve, com base no critério do menor preço, a proposição da adjudicação do certame à empresa U S Mendonça Express, pelo valor global de R\$30.164,64. Foi celebrado o contrato nº 73/2001 com a empresa US Mendonça, por período de um ano, a partir do dia 29/11/01 (volume 04, anexo 4A, pg 55 a 72).

Sinteticamente, os processos envolvendo a US Mendonça apresentaram as seguintes irregularidades:

- faixa de Avisos de Recebimento - AR, comprovando a entrega do edital do convite aos licitantes. Ex.: convite nºs 49/98 e 68/98;
- propostas de licitantes recebidas antes mesmo da autorização do Diretor Regional para desencadear o processo licitatório. Ex.: convite n.º 49/98, autorizado dia 20/04/1998 e aprovado pela ASJUR em 30/04/98, contendo propostas da Brasil Assessoria & Serviços e Volante Transportes com data de 30/03/1998;
- propostas de licitantes recebidas no mesmo dia da aprovação do edital de convite foi pela ASJUR/PA para desencadear o processo licitatório. Ex.: Convite n.º 50/98 tem a chancela da ASJUR/PA em 05/05/1998 e no mesmo dia foram recebidas as propostas, realizadas as atas de abertura e adjudicação do certame;
- propostas de licitantes recebidas antes da aprovação da ASJUR/PA. Ex.: convite n.º 68/98, aprovado pela ASJUR/PA em 07/08/1998, com data de recebimento das propostas e adjudicação do certame em 05/08/1998;
- atas de reunião de adjudicação realizada antes mesmo do recebimento das propostas. Ex.: convite n.º 06/00, autorizado pelo Diretor Regional dia 19/01/00, com chancela da ASJUR/PA em 26/01/00 e no dia 20/01/2000, às 17h00, foi realizada ata de adjudicação do certame ao licitante vencedor - U S Mendonça. As propostas, inclusive da ganhadora, estão com data de 27/01/2000;

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/RE-265/2001

- f) avisos de recebimento - AR de entrega dos convites aos licitantes com data posterior a data de entrega das propostas e adjudicação do certame. Ex.: convite n.º 09/00, cujas propostas foram recebidas em 22/02/2000 e os ARs com data de 15/02/2001;
- g) ata de adjudicação realizada antes mesmo da aprovação do edital de convite pela ASJUR/PA. Ex.: convite n.º 43/00, cuja data de aprovação da ASJUR/PA é de 25/09/00 e a adjudicação em 22/09/2000;
- h) processos licitatórios realizados sem o parecer da ASJUR/PA. Ex.: tomada de preço n.º 07/99, publicada no Diário Oficial dia 15/04/1999. O edital anexado na pasta não tem a chancela da ASJUR/PA;
- i) edital de licitação publicado antes do parecer da ASJUR/PA. Ex.: tomada de preço n.º 12/99, publicada em 02/09/1999, e com a chancela da ASJUR/PA, somente em 03/09/1999;
- j) processos licitatórios realizados com adjudicação do certame à U S Mendonça. No entanto, os contratos oriundos desses processos não foram encontrados na DR/PA. Ex.: contratos oriundos dos convites n.ºs 32/99, 09/00 e 43/00;
- k) contrato sem a chancela da ASJUR/PA. Ex.: convite n.º 06/00, cujo resultado do certame foi adjudicado à U S Mendonça. Todavia o contrato está arquivado na pasta sem constar o número e nem a assinatura de aprovação da ASJUR/PA, impossibilitando o levantamento dos pagamentos realizados por conta desse contrato;
- l) contrato celebrado entre a DR/PA e a U S Mendonça, apresentando vigência anterior à chancela da ASJUR/PA. Ex.: contrato n.º 106/99, celebrado dia 19/07/1999, com vigência de três meses, a partir de 19/07/1999, e com a chancela da ASJUR em 18/08/99;
- m) contratos ativos e com vigências encerradas, sem a celebração do termo aditivo prorrogando o prazo. Ex.: contrato n.º 162/99, com vigência encerrada em 30/10/00 e que até outubro/01 continuava com a prestação do serviço e execução do pagamento.

Contratos celebrados com a empresa U S Mendonça e que não foram observados os limites do valor global estipulado:

• contrato n.º 052/98

valor global - R\$75.335,00; vigência - 05 meses (de 17/08/98 a 16/01/99); pagamentos realizados de set/98 a mar/99 - R\$ 107.811,37; valor ultrapassado - R\$13.642,62 (considerando os 25% estabelecido no contrato); objeto - Serviço de transporte de carga LTR Belém/Marabá;

• contrato n.º 096/98

valor global - R\$32.060,96; vigência - um ano (de 11/12/98 a 10/12/99 - prorrogado até 10/12/01); pagamentos realizados de jan/99 a set/01 - R\$ 306.009,31; valor ultrapassado - R\$ 199.139,45 (considerando os 25% estabelecidos no contrato); objeto - Serviço de transporte de cargas em caminhões tipo baú;

• contrato n.º 139/99

RQS n.º 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0344

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**Comissão de Sindicância - PRAT/PR-285/2001

valor global – R\$155.319,60; vigência – 01 ano (de 01/11/99 a 30/10/00 – prorrogado até 30/10/01); pagamentos realizados de nov/99 a nov/01 – R\$ 429.923,28; valor ultrapassado – R\$ 41.624,28 (considerando os 25% estabelecidos no contrato); objeto – Serviço de transporte de carga LTR 01 e 13 – Região Bragantina;

- contrato n.º 053/00

valor global – R\$76.602,24; vigência – 01 ano (de 21/08/00 a 20/08/01); pagamentos realizados de set/00 a set/01 – R\$ 107.289,91; valor ultrapassado – R\$11.537,11 (considerando os 25% do contrato); objeto – Serviço de transporte de cargas LTR 03;

- n) contratos ativos e com vigências encerradas, sem a celebração do termo aditivo prorrogando o prazo. Ex.: contrato n.º 162/99, com vigência encerrada em 30/10/00 e que até outubro/01 continuava com a prestação do serviço e execução do pagamento.

3.2.3.2 Fox Táxi Aéreo Ltda

Na análise dos pagamentos efetuados à empresa Fox, no período de 28/07/00 a 17/09/01, constatou-se que: a nota fiscal n.º 175, de R\$178.120,80, foi paga sem cobertura contratual. A NF foi emitida em 04/06/01, referente à prestação de serviço do mês de maio/01, época anterior à assinatura do contrato 045, vigente a partir de 01/06/01. O contrato refere-se à prestação de serviços de transporte de carga aérea no trecho Belém/Santarém/Altamira/Belém, resultado de processo licitatório, no valor global de R\$2.219.817,60 (pregão 001/2000). Também as notas fiscais n.ºs 48 (16/08/2000), no valor de R\$16.000,00 e 12, (29/08/2000), no valor de R\$13.200,00, referentes às AFs 353 e 358/2000, respectivamente, foram pagas sem cobertura contratual, em desacordo com o Art. 62 da Lei 8.666/93 (volume 03, anexo 3A, pg 01 a 19).

3.2.3.3 Táxi Aéreo Itaituba Ltda

Devido ao descumprimento de contrato por parte da empresa Penta, conforme CI/REOP-PA/08 – 0465/2001, houve o fretamento, sem a cobertura contratual, de aeronave para transporte de valores nos dias 08, 11 e 16/05/2001, conforme nota fiscal 0783, no valor de 3.800,00. Teve, ainda, o transporte de carga no percurso de Santarém/Itaituba no período de 01/06 a 31/07/2001, conforme notas fiscais n.ºs 0801 e 0805, datadas de 03/07 e 06/08 de 2001, nos valores de R\$5.709,40 e R\$5.192,30, respectivamente (volume 03, anexo 3B, pg 20 a 66).

3.2.3.4 Puma – Serviços Especializados de Vigilância e Transportes de Valores S/C Ltda

A empresa Puma prestou serviços de vigilância armada em diversos prédios da ECT, no período de julho de 2000 a junho de 2001, sem existência de contrato. Conforme as notas 4153, 4189, 4230, 4267, 4311, 4350, 4390, 4425, 4430, 4516, 4569, 4609 e 4656, o valor foi de R\$427.836,56. A prestação do serviço contrariou o inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93. A área de contratação da DR/PA utilizou o contrato n.º 379/95, datado de 12/07/1995, que fora prorrogado por períodos anuais até seu encerramento em 12/07/2001.

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

11/07/2000, o que leva a concluir que foi uma utilização indevida à luz da lei 8.666/93 (volume 03, anexo 3C, pg 67 a 168).

3.2.3.5 Brasil Assessoria/Transporte & Serviços Ltda

A DR/PA efetuou, no período de julho de 1998 a outubro de 2001, pagamentos relativos a serviços de transportes de valores e de carga da FNDE à empresa Brasil Assessoria no montante de R\$418.719,88. Desse montante, não foi encontrada a documentação comprobatória da composição da quantia de R\$374.157,43 nas pastas da gestão dos contratos da Gerência de Contratação da DR/PA (volume 03, anexo 03D, pg 169).

3.2.3.6 Objeto contratual especificado de forma genérica

Contratação de serviço de transporte sem que fosse especificada claramente a carga, objeto ou produto a ser transportado e as localidades a serem beneficiadas, em desacordo com o Art. 55 da Lei 8666/93. Tal procedimento pode acarretar acréscimos de ICMS indevidamente nos custos dos serviços de transportes, onerando indevidamente a ECT, tendo em vista a isenção estabelecida no Art. 2º do Decreto-Lei 509, de 20/03/1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública e § 2º do Art. 18 da Lei 6.538, de 22/07/1973, que dispõe sobre os Serviços Postais, estabelecendo que o imposto não incide sobre o transporte da carga postal. Portanto, os prepostos da ECT que executaram esta atividade, enquadram-se na mesma situação, conforme define o Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, que em seu Art. 121 - Disposições gerais, define o sujeito passivo da obrigação principal. EX: tomada de preços 009/2000; Contrato 055/2000 - Empresa: Transportadora Sol Dourado Ltda - Objeto: Prestação de serviço de transportes de cargas da ECT na Cidade de Marabá (volume 03, anexo 03E, pág 16A a 196).

3.2.3.7 ICMS Sobre as Operações de Transporte da ECT

Notas fiscais n°s 03, 04, 05, 06 e 08, emitidas pela Empresa Navesan - Navegação Santarém Ltda, contém destaque incorreto do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS, acrescentando o valor final em R\$17.125,80, pagos indevidamente pela ECT, conforme Inciso III do Art. 13 da Lei Complementar 87/96.(ref. DL 421/2000) (volume 06, anexo 06A, pg 1 a 121).

Na proposta apresentada pela empresa Brasil Transportes & Serviços S/C Ltda, referente ao Contrato 97/98 de serviços de transportes de cargas especiais - FNDE, consta que estão inclusos no preço do serviço os custos com taxas, tributos fiscais, trabalhistas e seguros, em desacordo com a Lei Complementar 87/96 e Inciso I do Art. 5º do Regulamento do ICMS do Estado do Pará, na qual isenta a cobrança do ICMS, nas operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, inclusive o serviço de transportes dos mesmos. Nas notas fiscais 113, 118, 122, 145, 146, 152, 216, 218, 222, 229 e 230, no valor global de R\$44.562,45, destacou-se ICMS de R\$7.575,61, pago indevidamente pela ECT (volume 03, anexo 03D, pg 169).

3.2.4 Contratação de Temporários

Com a revogação das tomadas de preços 07 e 10/2000, em função da ausência de licitantes (DO de 07/07/2000), foi celebrado o contrato 043/00, de 02/08/00,

PMS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 0346

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância – PR 17/PR-285/2001

com a empresa Executiva – Recursos Humanos, por dispensa de licitação DL-262/2000. O objeto do contrato se refere a contratação de mão-de-obra temporária para suprir carência de pessoal para a área de operações. No entanto, nas justificativas iniciais para implementar o certame era para a contratação de pessoal da área de processamento de dados.

O plano de contingência previa 80 empregados possíveis de serem contratados para a DR/PA. Todavia, no mês de julho de 2001, registrou-se a contratação de 296 empregados, estourando em 117,5% o orçamento estabelecido para esse contrato. Os gestores do contrato da ECT com a empresa Executiva (Diretor Regional e o corpo gerencial da DR/PA) tinham pleno conhecimento, conforme termos de declaração, do excesso da quantidade de contratações e da superação do valor estipulado no orçamento.

O Gerente de Operações, Roberto Magalhães e o Gerente de Vendas, Carlos Dippólito, afirmam que o ex-Diretor Waldemir dizia que preferia prestar contas pelo descumprimento do plano de contingência a ter que explicar à população sobre o atraso na entrega de objetos de correspondências.

O valor do orçamento era discutido em todas as reuniões realizadas às quintas feiras entre o Diretor Regional ou seu representante e os responsáveis diretos pela gestão orçamentária. Caracteriza-se, portanto, o pleno conhecimento, do quanto se podia gastar, por parte dos responsáveis da operacionalização do contrato com a empresa Executiva.

A GEOPE fazia a solicitação das contratações diretamente ao Gabinete do ex-Diretor Regional que autorizava as contratações, independentemente de haver o bloqueio orçamentário, a partir de indicações de nomes constantes da relação de interessados na contratação mantida sob a guarda do gabinete da DR/PA. Há de ressaltar que em diversas fichas de cadastramento aparece o nome de políticos como sendo os responsáveis pelas indicações. Uma das informações constante dessas fichas é exatamente o nome de quem indicou o interessado e ali aparecem nomes de empregados da ECT que ocupavam cargos de chefias e gerências.

Houve pagamento em duplicidade ao empregado temporário Luis Cláudio de R\$307,84, referente a um mesmo período trabalhado, conforme nota fiscal nº 5479 (volume 05, anexo 05, pg 104 a 547).

3.2.5 Manutenção de Ar Condicionado

No ano 2000 teve grande número de processos de DLs (16) emitido para manutenção e reparos em aparelhos de ar condicionado na DR/PA, contrariando a lei 8.666/93 que não permite contratar serviço que caracterize fracionamento de despesas, como é o caso detectado quando da utilização de DL para despesas previsíveis e permanentes. Nesse caso, deve ser providenciada licitação para formalizar contrato de prestação de serviço de manutenção nos aparelhos de ar condicionado. Foram ouvidos os gestores da seção de contratação, no sentido de elucidar os procedimentos adotados, e nada foi explicado de forma a justificar o ato irregular.

O Supervisor que cuidava da gestão dos contratos à época, Jorge Afonso, declara que houve algumas gestões para que se fizesse a formalização em contrato, mas não havia a decisão se direcionar o contrato centralizado ou por REOP. Depois disso, nada

RQS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

FIS. 3628

47/03

Doc

3628

47/03

Doc



3.2.6 Manutenção de Bicicletas

A Comissão efetuou pesquisa nos endereços constantes das duas propostas suspeitas e ficou confirmada a inexistência dos endereços e dos dois participantes do certame naquela localidade, bem como o desconhecimento dessas duas pessoas por parte da vizinhança próxima aos logradouros especificados nas propostas (volume 07, anexo 10, pg 252 a 275).

3.2.7 Aquisição de Peças para Motos e Veículos

É grande o número de processos de DLs (14 processos entre 01/10/99 a 14/12/00) para aquisição de peças de veículos e motos, sem haver formalização em contrato e sem a indicação se era para atender a demanda de peças para os planos de manutenção preventiva ou corretiva.

O fornecimento de peças no ano de 2000 foi realizado sem cobertura contratual, ou seja, toda compra de peças foi realizada por meio de dispensa de licitação. Os últimos contratos firmados para compra de peças ocorreram em 15/12/00, quando das formalizações dos contratos n.ºs 097 (peças para veículos Traffic/Renault) e 098/00 (peças para motos) com as empresas Platino Comércio e Serviços Ltda e Coringa Comércio e Indústria Ltda, respectivamente. Não há justificativas da área de contratação da DREPA para a ausência de contrato para aquisições de peças no ano de 2000. Em 20/08/98, foi assinado o contrato 051/98 cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR 285/2004

preventiva, sem o fornecimento de peças, nos veículos que compõem a frota da DR/PA, em vigor até 23/08/02, consoante o teor do quarto termo aditivo. Há que se ressaltar, no entanto, que dentro desse período houve a prestação de serviço não especificado em contrato, relativo a "locação de mecânico", com desembolso da DR/PA, conforme segue: NF nº 686 de 08/06/00, de R\$828,00; NF nº 694 de 06/07/00, de R\$920,00; NF nº 704 de 14/08/00, de R\$920,00; NF nº 769 de 08/02/01, de R\$1.840,00 e NF nº 785 de 05/03/01, de R\$1.840,00.

Em fevereiro de 2001 foram celebrados os contratos 08/2001 (peças para veículos FIAT) e 16/2001 (peças para veículos VW), com as empresas Platino Comércio e Serviços Ltda e Tágide Veículos S/A (volume 07, anexo 11, pg 276 a 339).

3.2.8 Aquisição de Material de Escritório e Informática

Aproximadamente 30 processos de DL foram instaurados para compra de material de escritório e de informática nos anos de 2000 e 2001. Nas declarações dos responsáveis diretos pela execução e gestão dos contratos (Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso), fica claro o caráter de urgência para a realização de compras na DR/PA, a ponto de se realizar a entrega de material mesmo antes de se processar a DL. O Jorge Afonso declarou que houve processos de compra de material em que duas empresas fornecedoras inexistiam nos endereços indicados. Conforme declara o ex-chefe da seção de contratação (Marcelo Pinheiro) o contrato de fornecimento de material foi renovado com a mesma previsão de fornecimento anterior, em função da omissão de respostas, por parte do Almoxarifado, quando de suas gestões para acertar a quantidade real do consumo médio mensal para formalizar o contrato. Com isso, há aumento da defasagem entre a quantidade necessária e a adquirida, ensejando a realização de DL para aquisição extra de material. Tal fato evidencia a falta de integração entre as áreas afins da DR/PA bem como a total falta de comprometimento com a coisa pública ensejando facilitação para o cometimento de atos ilícitos (pg 91 a 101 dos anexos do Relatório).

3.2.9 Gestão de Contratos

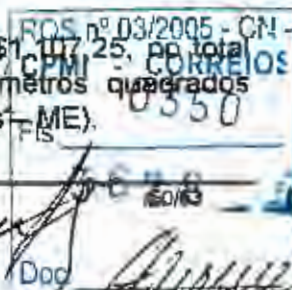
No tocante às atividades desenvolvidas na gestão de contratos da DR/PA, verificou-se uma série de irregularidades que vêm sendo cometidas por falta de organização e comprometimento dos responsáveis pela área de contratação e do cumprimento da lei que regulamenta o assunto. Destacamos, a seguir, algumas irregularidades de maior incidência e de maior grau de influência (pg 91 a 103 dos anexos do Relatório):

- utilização de mão de obra antes da efetivação da contratação do serviço, conforme indicam os documentos: CI/MDC/PA006/2001; CI/REOP/DR/PA-07-0123/2001; CI/SUDIS/GEOPE/DR/PA-297/2001; CI/REOP/DR/PA-07-461/01, e CI/MOJU/PA-029/2001, em desacordo com o Art. 62 da Lei 8.666/93;
- inexistência de acompanhamento, conferência e controle da área de contratação para com as atividades relativas à frequência dos contratados e de atesto de notas fiscais. Não consta dos anexos das notas e nem mesmo na pasta de gestão do contrato, cópia dos cartões de ponto ou mesmo prontuário das atividades diárias dos contratados, com o objetivo de averiguar a real prestação do serviço e a frequência de pessoal contratado, conforme prevê o item 5.1 do contrato de prestação de serviço;

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Conexão de Simplicidade - PRT/PR-285/2001

- c) majoração dos salários dos empregados contratados, com automático repasse à empresa contratada, sem a devida formalização contratual, em desacordo com o Item 4.1.1 da Cláusula 4ª do contrato, que trata da repactuação de preços;
- d) pagamento de R\$643.580,70, à Executiva Recursos Humanos Ltda, o equivalente a 117,50% superior ao valor contratado, no período de agosto/2000 a julho/2001, em desacordo com os §§ 1º e 2º do Art. 65 da Lei 8.666/93, que estabelece a variação de majoração ou diminuição do objeto contratado e Plano de Contingência - Ano 2000, inclusive, o quantitativo de pessoal temporário possível de ser contratado pela DR/PA (80 empregados);
- e) notas fiscais nºs 5656 a 5660, relativas aos serviços prestados no mês de julho/2001, no valor total de R\$168.504,27, apresentaram, em seus anexos, pagamentos a 296 empregados. O estabelecido no Contrato 043/2000, em sua Cláusula Primeira, era de no máximo 80 empregados a serem contratados na DR/PA;
- f) falta de conferência dos serviços prestados e da frequência do empregado contratado Luis Cláudio Pimentel Santos, influiu para o pagamento em duplicidade de R\$41,05, no mesmo período trabalhado, conforme nota fiscal 5479, denotando-se falta de conferência criteriosa dos serviços prestados para efeito de atesto a pagamento das Notas Fiscais;
- g) prestação de serviço, pelos empregados temporários Robson Jorge dos Santos Marques e Paulo Afonso de Oliveira, no período de 02/02/2001 a 30/04/2001 em Santarém, com o efetivo pagamento, conforme nota fiscal 5491. Os mesmos empregados, já a partir de 02/05/2001, passaram a prestar serviço em Belém, conforme notas fiscais 5488, 5630 e 5658, em desacordo com o Art. 10 da Lei 6.019/74, que estipula o prazo máximo de três meses para essa modalidade de contrato;
- h) inexistência de metodologia científica na formação dos custos unitários para contratação de serviço de reforma, adaptação e conservação de imóveis, haja vista as variações significativas de preços contratados na DR/PA, mesmo considerando as peculiaridades e localidades de ocorrência das obras e reformas. Exemplos:
- Agência de Itaituba - custo por metro quadrado de R\$664,13, no total de R\$325.864,00, referente à área construída de 490,66 metros quadrados (contrato 011/2001 da construtora Hamad Ltda).
 - Agência Monte Alegre - custo por metro quadrado de R\$845,28, no total de R\$134.180,94, referente à área construída 158,64 metros quadrados (contrato 002/2001 da empresa Nacional Engenharia Ltda).
 - Agência Balterra - custo por metro quadrado de R\$923,81, no total de R\$70.810,50, referente à área construída de 76,65 metros quadrados (Contrato 001/2001 da empresa Nacional Engenharia Ltda).
 - Agência de Novo Progresso - custo por metro quadrado de R\$1.117,25, no total de R\$ 138.849,42, referente à área construída de 125,40 metros quadrados (contrato 0015/2001 da empresa Prisma Construções e Serviços - ME).



**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PR10/PA-285/2001

- Agência de Trairão - custo por metro quadrado de R\$926,92, no total de R\$72.902,01, referente à área construída de 78,65 (contrato 026/2001 da empresa Traço Engenharia Ltda).
- Reforma e adaptação do Segundo Pavimento do Edifício Sede da DR/PA - custo por metro quadrado, R\$222,72, no total de R\$245.000,00, referente à área reformada de 1.100 metros quadrados (contrato 16/98 da ABS- Construção e Montagens Ltda).
- Reforma e Adaptação do terceiro pavimento do edifício sede da DR/PA - custo por metro quadrado de R\$310,65, no total de R\$344.206,09, referente à área reformada de 1.108 metros quadrados (contrato 014/2001 da Amazônia Serviços Navais e Industrias Ltda).
- Reforma e Adaptação da Agência Terra Santa - custo por metro quadrado R\$399,21, no total de R\$42.128,53, referente à área a reformada de 105,53 metros quadrados (contrato 106/97 da C.C. M Engenharia Ltda).
- Reforma e Adaptação da Agência Santa Cruz do Arari - custo por metro quadrado R\$558,87, no total de R\$42.619,81, referente à área reformada de 76,28 metros quadrados (convite 0056/2000, AF-695/2000, da Rock Engenharia Ltda).
- Reforma e Adaptação da Agência de Amapá - custo por metro quadrado R\$59,54, no total de R\$34.653,30, referente à área de 582 metros quadrados (contrato 64/98 da Rock Engenharia Ltda).
- Reforma e Adaptação da Agência de São Sebastião da Boa Vista - custo por metro quadrado R\$334,50, no total de 41.946,50, referente à área de 125,4 metros quadrados (contrato 099/2000 da Rock Engenharia Ltda).

3.2.10 Área Médica

O contrato 028/2001, de 11 de abril, firmado com a empresa Azevedo & Cunha S/C Ltda e o contrato 56/98, firmado com a empresa Medic - Serviços Médicos Ltda, referem-se à prestação de serviços odontológicos nas dependências da DR/PA. O contrato 56/98 continua em vigor com a celebração do termo aditivo 65/2001, com vigência até 31/08/2002. Há, portanto, superposição de serviço de mesma especialidade e devidamente formalizado por contrato, nas dependências da ECT.

Aleatoriamente, foram verificados os contratos 54, 55 e 56/98 e 28/2001, referentes às empresas Centro Médico Especializado S/C Ltda, Lola & Colonelli Ltda e Medic Serviços Médicos Ltda, respectivamente, e ficou constatado que não havia nenhum controle (checagem) das quantidades de consultas realizadas, no período de 1998 a 2001, com aquelas mencionadas nas notas fiscais apresentadas para fins de atesto e pagamento dos serviços.

Não foi apresentado, à Comissão, o processo de licitação do convite 18/2001 que deu origem à celebração do contrato 28/2001 com a empresa Azevedo & Cunha S/C Ltda, sob a alegação da GERAD/PA de não haver localizado o processo, conforme CI/SCCO/GERAD/DR/PA-667/2001 (volume 02, anexo 02).

Processo nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
FIS. 18/2001
Doc. 18/2001

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-265/2001

3.2.11 Contrato para Serviço de Hospedagem

Desde agosto de 1995 a DR/PA mantém contrato de hospedagem com o Hotel Hilton Belém, por meio do contrato 384/95, oriundo do convite nº 126/95. O contrato teve quatro termos aditivos, celebrando a sua prorrogação. O último termo estabeleceu o término para o dia 02/02/2000. A partir desta data as hospedagens continuaram sendo concedidas informalmente (sem respaldo contratual) com a comprovação dos serviços e os pagamentos sendo efetuados por meio de notas fiscais.

Na verificação dos pagamentos efetuados para o Hotel Hilton, constatou-se a pendência de R\$70.345,00, referente ao período de 20/04/01 a 08/01/02, com hospedagem. A alegação do não-pagamento, pela GERAD/PA, é devido a existência de irregularidade fiscal por parte do hotel Hilton (CND vencida desde 03/10/2000) (volume 07, anexo 09, pg 218 a 251).

3.2.12 Serviços de Reforma de Imóveis

A Comissão selecionou os processos de DL que foram emitidos para contratar serviços de reformas, reparos e recuperação de móveis/imóveis da ECT na Cidade de Belém e interior do Estado. Dentre aqueles que apresentaram valores de desembolsos mais significativos, providenciou-se a verificação comparativa ("in loco") dos itens de serviços tidos como realizados com aqueles discriminados nos processos de DL. Desse comparativo, constatou-se que vários itens de serviços realizados nos móveis/imóveis estavam inconsistentes com os formalizados nos processos, conforme destacados a seguir:

3.2.12.1 Reforma de Manipuladores no CDD/Nazaré - DL-489/00

O orçamento analítico elaborado pela GETEC/DR/PA indica a reforma de 64 manipuladores de aço, sendo 43 no CDD/Nazaré e 11 no SEED/Centro, bem como de uma baía pertencente ao SEED. No que concerne ao CDD/Nazaré, houve a reforma de apenas 34 manipuladores, conforme o histórico da DL-489/00 correspondente. O atesto existente no verso da nota fiscal nº 039, de 16/12/00, foi realizado pelo Marcelo Wanderley (atual GETEC/PA e à época era chefe da seção de obras) e não pelo responsável direto pelo serviço.

O chefe do CDD/Centro, que subordina o setor de SEED, declarou que os serviços nos manipuladores foram realizados em agosto de 2001, contrariando o que está formalizado na documentação anexa ao processo, que se refere a serviço realizado em 26/12/00. Acrescentou, ainda, que no CDD/Centro foram reformados 29 manipuladores para carteiros, fazendo parte da padronização do CDD e não da DL em questão (volume 07, anexo 07H, pg 35 a 69).

3.2.12.2 Instalação de Letreiro em Fachada - DL-465/00

Compra e instalação de oito refletores para iluminar o letreiro da fachada do prédio da agência e CDD Nazaré. O valor despendido, à época (29/11/00) foi de R\$200,54 a unidade, perfazendo um total de R\$1.604,33. A Comissão realizou uma pesquisa de mercado com as mesmas empresas participantes da cotação de preços na ocasião. A empresa Paraiuz, vencedora daquele certame, apresentou um orçamento para a Comissão em 10/01/02 (14 meses após a cotação dos equipamentos para a

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-285/2001

DR/PA) de R\$1.242,51, 22,5% abaixo da quantia paga pela ECT à época de R\$1.604,33.

O orçamento da empresa CLS Engenharia, participante do certame à época, apresentado à Comissão estabeleceu o valor de R\$2.148,75, contra o orçamento apresentado para a DR/PA no valor de R\$1807,44. Quanto à empresa Potência Engenharia Ltda, que também participou do certame à época, não foi possível colher o orçamento, uma vez que não dispunham de todos os itens da relação (volume 06, anexo 07E, pg 371 a 411).

3.2.12.3 Manutenção e Recuperação do COI/PA - DL-340/00

Para realização dos serviços foram convidadas três empresas que costumeiramente já atuam com a DR/PA (Requinte Metalúrgica Ltda, Oficina Sagrada Família e Edem Comércio e Serviços Ltda). No processo da DL consta o serviço de abertura de cinco janelas com balcão nas divisórias teladas. No entanto, na verificação "in loco" foram encontradas apenas quatro. De acordo com as informações prestadas pelo síndico do prédio sr. Sérgio, a janela faltante poderia ter seguido junto com as paredes de telas que haviam sido transferidas para o CDD/Jurunas. Na visita realizada pela Comissão no CDD/Jurunas ratificou-se a inexistência da quinta janela. Salienta-se que, na medição feita pela Comissão, as janelas medem 42cm X 115cm e consta no processo da DL com a medida de 70cm X 100cm, ou seja, 22cm quadrados a maior. Consta também do processo da DL a existência de um carro de transporte de malotes, com a medida de 100cm X 100cm, porém esse carro não foi localizado na COI.

Cabe ressaltar que o orçamento vencedor do certame apresenta um valor global (R\$2.989,70) bem próximo do valor estipulado pela DR/PA (R\$2.967,00). Como o valor vencedor do certame não é discriminado por itens e está bem próximo do estipulado pela DR/PA, entende-se que o(s) concorrente(s) toma(m) conhecimento dessa estimativa previamente (volume 06, anexo 07B, pg 192 a 214).

3.2.12.4 Recuperação nas Instalações Hidráulicas do COI - DL-076/00

Consta do processo da DL a existência de serviços de recuperação das instalações hidráulicas (duchas higiênicas) dos WC's femininos no Complexo Operacional de Belém. Na verificação realizada pela Comissão, comprovou-se que houve apenas a instalação das duchas por rosqueamento, uma vez já existirem as saídas de água no local. Inexistindo, portanto, a realização de serviços de alvenaria e outros constantes do processo da DL (volume 06, anexo 07D, pg 351 a 370).

3.2.12.5 Reforma do Prédio do CDD/Centro - DL-074/00

Serviço realizado pela empresa MG Barros apresenta divergência entre o serviço contratado e o efetivamente realizado. No processo da DL consta o serviço de 35m² de pintura da marquise, quando o correto, conforme medição realizada pela Comissão e técnico da Gerência Técnica da DR/PA, é de apenas 26m². A documentação relativa ao pagamento foi emitida com o atesto de realização de 35m² de pintura. (volume 06, anexo 07A, pg 122 a 191).

3.2.12.6 Conservação do Entrepasto Aéreo - DL-053/00

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR 285/2001

Contratação de serviços de pintura para seis plataformas roletizadas para embarque e desembarque de carga aérea no entreposto. Na verificação realizada pela Comissão, constatou-se a existência de apenas quatro plataformas. Informações prestadas, por empregados do entreposto, eram de que dois desses equipamentos haviam sido transferidos para o complexo operacional de Belém. Na visita realizada pela Comissão, ficou comprovada a existência das duas plataformas, mas sem haver intervenção de pintura. (volume 06, anexo 07C, pg 215 a 350).

3.2.12.7 Reforma e Conservação do Prédio da AC Altamira/PA – DL-180/200

Por meio da CI/SMOC/DETEC/PA-305/2000, foi solicitada ao DR/PA autorização para desencadear processo de dispensa de licitação para contratação de serviço de reforma para conservação do prédio da AC Altamira. A justificativa se prendeu ao fato da agência fazer limites na parte dos fundos com uma oficina mecânica, onde eram lavados inúmeros carros e a água invadia a calçada, exalava mal cheiro e apresentava focos de mosquitos da dengue. O certame foi vencido pela empresa Construtora Montreal no valor global de R\$6.359,97.

Após a análise do processo, a Comissão procedeu a uma checagem "in loco" dos itens de serviço constante da proposta vencedora, com base nas notas fiscais 057(R\$3.179,98) de 08/06/2000 e 061(R\$3.180,00) de 26/06/2000, emitidas pela empresa Montreal, ambas com os serviços discriminados e atestadas pelo chefe da REOP/PA-07, Augusto Uchoa de Andrade.

Na checagem ficou constatado a existência de itens de serviços que foram realizados parcialmente e outros que nem foram realizados, quais sejam: não houve pintura externa dos 208,55m², no valor de R\$709,08 (item 2 da NF emitida em 08/06/00); não houve pintura de teto dos 60,18m², no valor de R\$204,61 (item 3 da NF emitida em 08/06/00); não houve pintura de 6 grades de proteção das centrais de ar, no valor de R\$34,80 (item 5 da NF emitida em 8/8/00); não houve a pintura de piso dos 261,53m², no valor de R\$993,98 (item 6 da NF emitida em 6/8/00) e nem dos 143,64m², no valor de R\$545,83 (item 1 da NF emitida em 26/6/00); não houve pintura de 10 caixas de passagem, no valor de R\$35,00 (item 3 da NF emitida em 26/6/00); não houve aplicação de verniz no forro e em portas, no valor de R\$194,48 (item 5 da NF emitida em 26/6/00); falta de confirmação do chefe da agência quanto à realização de pintura de vasos de plantas e jardim. No entanto, pela conservação aparente dos vasos, pode-se afirmar que não houve o serviço de pintura. O valor indicado na NF (item 7) emitida em 26/6/00 e de R\$105,00.

No que se refere aos serviços de rebaixamento de linha de água, reconstrução de sarjeta e reposição de grades não é confortável afirmar que os serviços não tenham sido realizados, uma vez que, a Comissão e o chefe da agência, por meio de sua declaração, não conseguiram caracterizar tais serviços no prédio da AC Altamira.

Os serviços não realizados no prédio da agência de Altamira e pagos pela ECT, geraram um prejuízo de R\$2.822,76 aos cofres públicos (volume 07, anexo 07I, pg 70 a 109).

3.2.12.8 Reforma do Prédio da AC São Francisco do Pará/PA – DL-327/200

Em 31 de julho/00, por meio da CI/SMOC/DETEC/ECT/DR/PA-0492/2000, foi solicitada autorização ao DR/PA para desencadear processo de dispensa

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

de licitação, objetivando a contratação de serviços para execução de reforma da AC São Francisco do Pará - REOP-03, apresentando o valor do orçamento básico de R\$12.734,05. A justificativa era de que a estrutura da agência estava em situação precária e haveria a necessidade oferecer conforto ao público usuário, bem como preservar a imagem institucional da ECT.

A empresa vencedora foi a C.C.M Engenharia Ltda, com a proposta de R\$15.224,46, 19,5% a maior em relação ao orçamento básico estimado pela DR/PA.

Após análise do processo, a Comissão procedeu a uma checagem "in loco" dos itens de serviço realizados e constantes da proposta vencedora (orçamento analítico - OA da CCM Engenharia), com base na nota fiscal nº 2793, de R\$15.224,46, emitida pela empresa C.C.M Engenharia. A NF teve os serviços prestados atestados pelo engenheiro Marcelo Haroldo Mena Wanderley, matrícula 8.453.473-7. Na checagem dos itens de serviço ficou constatado a existência de itens que não foram realizados total ou parcialmente, quais sejam: não foi executado o serviço de capina e de limpeza dos 32,2m² do terreno (item 2.07 do OA), no valor de R\$40,56; não houve a revisão dos 105,4m² do telhamento (item 7.01 do OA), no valor de R\$318,30; não houve a revisão no dos 105,4m² do madeiramento (item 7.02 do OA), no valor de R\$193,93; não houve revisão dos 97,08m² do forro em lambril de madeira (item 12.01 do OA), no valor de R\$266,97; não houve revisão de móveis (item 13.02 do OA), no valor de R\$288,36; não houve polimento de móveis (item 13.05 do OA), no valor de R\$254,88; não houve revisão na instalação de água (item 20.01 do OA), no valor de R\$143,64; não houve revisão nos equipamentos sanitários e esgoto pluvial (item 22.01 do OA), no valor de R\$164,16; não houve revisão dos equipamentos sanitários e de cozinha (item 28.01 do OA), no valor de R\$190,08.

Os serviços não realizados no prédio da AC São Francisco do Pará e pagos pela ECT, geraram um prejuízo de R\$1.860,88 aos cofres públicos (volume 07, anexo 07J, pg 110 a 159).

3.2.12.9 Processos faltantes e não localizados pelos atuais gestores da DR/PA

Durante os trabalhos de sindicância na DR/PA foram detectadas faltas de diversos processos de licitação, dispensas de licitação e documentos financeiros oriundos de licitação. A falta de localização dessa documentação compromete a análise consistente dos assuntos formalizados nos respectivos processos. São as seguintes situações (volume 07, anexo 12, pg 340 a 382):

- Processos de convites não localizados:

CV n°s 20/2000, 55/2000, 57/2000 e 18/2001, conforme CI/SCCO/GERAD/DR/PA-0667/2001, de 02/12/01; CV n°s 07/2001 e 19/2001, conforme CI/CPL/GERAD-255/2001, de 06/12/2001; CV n°s 11/2000 e 12/2000, conforme CI/CPL/GERAD-254/2001, de 06/12/2001;

- Processos de DL não localizados:

DLs de 1999: 171, 178, 188, 254, 266 284 e 353;

DLs de 2000: 13, 20, 54, 64, 95, 130, 266, 269, 357, 431, 440, 491, 502 e 503;

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-385/2001

- DL que tiveram os números reservados pelo gerente de contratação Paulo Dantas, mas os processos não foram efetivamente formalizados e concluídos (conforme CI/SCCO/GERAD/DR/PA-630/2001):

DLs n°s 173, 172, 182, 183, 184, 186, 195, 198, 204, 209, 259 e 264, todas do ano de 2000.

4 DENÚNCIAS

Foram apresentadas denúncias dos senhores: Edvaldo Ferreira Leite, Aiceu Raimundo da Cruz Moraes, Menassés Leon Nahmias, uma anônima e uma documentação do sr. Waldemir Freire Cardoso.

As denúncias pouco contribuíram para a apuração dos fatos, uma vez que não continham provas e nem elementos suficientes para uma investigação substanciada. O que foi possível apurar está consignado no processo. No entanto, a Comissão entendeu que alguns itens das denúncias poderiam ser verificados para levantar possibilidades de montar uma investigação para elucidar os fatos. Os itens são:

- 1 Vantagem financeira, a partir de fixação de percentual em dinheiro que era dividido entre o Waldemir Freire Cardoso, Walmir Freire Cardoso e o Edvaldo Ferreira Leite, proprietário da empresa de transporte EDE CAR, para que este tivesse acesso facilitado às informações privilegiadas quanto às contratações de serviços de transportes da ECT.
- 2 Envolvimento de empregados da ECT em esquemas de favorecimentos em aluguéis de imóveis para os Correios, na intenção de obter vantagens financeiras.
- 3 Compra superfaturada de imóveis na DR/PA. (Comissão solicitou reavaliação dos imóveis comprados nos últimos 10 anos - CI/CS-018/2001).
- 4 José Maria - ex-adjunto da DR/PA realizava a troca de selos de políticos nas agências Central, Jurunas e Telégrafo sem Fio. Os valores chegavam até R\$13.000,00 por troca. O José Maria possui pousada no balneário de Cotijuba, frota de táxi em Abaetetuba e carro importado (volume 08, anexos 13A a 13E)/
- 5 Empregado João Augusto e Telma Lúcia foram beneficiados em concurso para o cargo de economista e técnico de contabilidade, respectivamente, uma vez que os mesmos não tinham sido aprovados.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. 0356

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1 Contratação de Serviços de Despachante

Houve 44 intervenções fraudulentas, entre os meses de julho a outubro/01, executadas pelo despachante José Luiz de Souza e Silva, referente ao licenciamento de 24 motos e 20 veículos automotores, perfazendo um total de R\$1.520,00 pago, indevidamente, a maior para o despachante.

A responsabilidade pela existência da irregularidade e por sua continuidade foi dos gestores do contrato Marcelo Gomes Pinheiro e Jorge Afonso Mendes Ferreira, haja vista a condução displicente e sem senso profissional. Mesmo após a constatação da irregularidade, por parte do chefe da seção, nenhuma providência foi tomada para evitar a incidência do ilícito nem para ressarcir a ECT do prejuízo, tendo, ainda, como agravante, ciência de que o ato ilícito vinha ocorrendo regularmente.

5.2 Aquisição de servidor de redes de computador

Houve compra de servidor de rede de computador sem a contrapartida do seu recebimento. O empregado Marcelo Pinheiro emitiu a DL-517/00, em 28/12/00, processou a compra e atestou a nota fiscal confirmando o recebimento do equipamento em 29/12/2000. O recebimento ocorreu de forma simulada, apenas para formalizar a transação.

Devido ao recebimento incorreto, ou seja, sem realizar a conferência e testes do equipamento, do empregado Ricario Marcelino de Lima da GETEC/PA, o servidor permaneceu locado sem cobertura contratual de abril a novembro/2001. O valor desembolsado para a empresa Canal 13, referente ao aluguel indevido, foi de R\$13.650,00.

5.3 Serviços de transporte

5.3.1 Transportadora US Mendonça

- Quanto à denúncia do sr. Edvaldo Ferreira Leite:

não houve elementos possíveis para apurar o esquema fraudulento contra a ECT entre o ex - Diretor Regional Waldemir, representante da empresa US Mendonça Walmir Freire Cardoso e o sr. Edvaldo. Registra-se a disposição do sr. Edvaldo Ferreira Leite em abrir suas contas bancárias para elucidar os fatos narrados na denúncia;

houve confirmação da denúncia quanto ao favorecimento em licitações e dispensas de licitações para a empresa US Mendonça. A empresa US Mendonça venceu os 21 certames licitatórios que participou e teve seis contratos que tiveram os valores globais estabelecidos superados os 25% permitidos. Em setembro de 2001 a empresa US Mendonça foi favorecida na DL-154/01 para transporte de carga hospitalar para o município de Banach, no valor de R\$8.850,00, enquanto havia proposta da

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-285/2001

empresa EDE CAR no valor de R\$5.700,00. Indica-se, portanto, que houve falta de interesse do gestor da seção de contratação Marcelo Pinheiro em acatar a proposta mais barata da EDE CAR.

O esquema de favorecimento para a US Mendonça se confirma, inclusive, na nova administração da DR/PA.

- Quanto à má gestão dos contratos:

confirmou-se a existência de centralização dos contratos da empresa US Mendonça no gerente de contratação Paulo Dantas (conforme termos de declarações). O Paulo Dantas geria toda a operacionalização dos contratos de transporte, sem cientificar o gestor da seção de contratação Marcelo Pinheiro. Apenas o empregado Jorge Afonso participava de parte das decisões tomadas pelo Paulo Dantas.

5.3.2 Fox Táxi Aéreo Ltda e Táxi Aéreo Itaituba Ltda

Comprovou-se a execução de serviços de transportes aéreos sem cobertura contratual, devido a má gestão dos contratos com as empresas.

5.3.3 Puma – Serviços Especializados de Vigilância e Transportes de Valores Ltda

Comprovou-se a prestação de serviços de vigilância armada em diversos prédios da ECT sem existência de contrato, no período de julho de 2000 a junho de 2001.

5.3.4 Brasil Assessoria/Transporte & Serviços Ltda

Falta a documentação comprobatória da composição da quantia de R\$374.157,43 nas pastas da gestão dos contratos da Gerência de Contratação da DR/PA, referente a pagamento de transportes de valores.

5.3.5 ICMS Sobre as Operações de Transporte da ECT

Proposta Brasil Transportes & Serviços S/C Ltda, referente ao Contrato 97/98 de serviços de transportes de cargas especiais - FNDE destacou ICMS de R\$7.575,61, conforme notas fiscais 113, 118, 122, 145, 146, 152, 216, 218, 222, 229 e 230, no valor global de R\$44.562,45, pago indevidamente pela ECT.

5.4 Contratação de Temporários

O plano de contingência previa 80 empregados possíveis de serem contratados para a DR/PA e houve a contratação de 296 empregados (mês de julho de 2001), estourando em 117,5% o orçamento estabelecido para esse contrato, com pleno conhecimento dos gestores do contrato da ECT com a empresa Executiva (Diretor Regional e o corpo gerencial da DR/PA). Durante a vigência do contrato não foi respeitado o estabelecido no plano de contingência. O Gerente de Operações, Roberto Magalhães e o Gerente de Vendas, Carlos Dippólito, afirmam que o ex-Diretor Waldemir diziam que "preferia prestar contas pelo descumprimento do plano de contingência a ter que explicar à população sobre o atraso na entrega de objetos de correspondências".

A GEOPE fazia a solicitação das contratações diretamente ao Gabinete do ex-Diretor Regional que autorizava as contratações, a partir de indicações de nomes constantes da relação de interessados na contratação mantida sob a guarda do gabinete da DR/PA. Havia diversas fichas de cadastramento que aparece o nome de políticos como sendo os responsáveis pelas indicações.

Houve pagamento em duplicidade ao empregado temporário Luis Cláudio de R\$307,84, referente a um mesmo período trabalhado, conforme nota fiscal nº 5479.

5.5 Manutenção de Ar Condicionado

No ano 2000 teve grande número de processos de DLs (16) emitido para manutenção e reparos em aparelhos de ar condicionado na DR/PA, contrariando a lei 8.666/93 que não permite contratar serviço que caracterize fracionamento de despesas. Foram ouvidos os gestores da seção de contratação, no sentido de elucidar os procedimentos adotados, e nada foi explicado de forma a justificar o ato irregular.

5.6 Manutenção de Bicicletas

O gerente de contratação Paulo Dantas direcionou o convite 15/01 para a ex-funcionária da ECT Luzia de Souza e Silva, esposa de um ex-funcionário (ex - Gerente de Operações Telegráficas), sr. Samânio, atualmente assessor do Prefeito Municipal de Ananindeua) e celebrou o contrato 33/01 para prestação de serviços de manutenção de bicicletas da ECT. O procedimento normal e correto que deveria ter sido discurrido foi formalizado de forma a gerar interpretações tendenciosas do convite e com indícios de má fé dos gestores da gerência de contratação da DR/PA.

Havia duas propostas no processo que, em pesquisa efetuada nos endereços, ficou confirmada a inexistência dos endereços e dos dois participantes do certame naquela localidade, bem como o desconhecimento dessas duas pessoas por parte da vizinhança próxima aos logradouros especificados nas propostas, confirmando, portanto a inclusão de propostas fraudulentas no processo de convite 15/01.

5.7 Aquisição de Peças para Motos e Veículos

O fornecimento de peças no ano de 2000 foi realizado sem cobertura contratual. Toda compra de peças foi realizada por meio de dispensa de licitação. Não há justificativas da área de contratação da DR/PA para a ausência de contrato para aquisições de peças no ano de 2000.

Em 20/08/98, foi assinado o contrato 051/98 cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva, sem o fornecimento de peças, nos veículos que compõem a frota da DR/PA, em vigor até 23/08/02, consoante o teor do quarto termo aditivo. Há que se ressaltar, no entanto, que dentro desse período houve a prestação de serviço não especificado no contrato, relativo a "locação de mecânico", com desembolso da DR/PA de R\$6.348,00.

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

5.8 Aquisição de Material de Escritório e Informática

Aproximadamente 30 processos de DL foram instaurados para compra de material de escritório e de informática nos anos de 2000 e 2001. Nas declarações dos responsáveis diretos pela execução e gestão dos contratos (Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso), fica claro o ambiente criado de urgências para a realização de compras na DR/PA, a ponto de se realizar a entrega de material mesmo antes de se processar a DL. O Jorge Afonso declarou que houve processos de compra de material em que duas empresas fornecedoras inexistiam nos endereços indicados. Tal fato evidencia a falta de comprometimento com a coisa pública, bem como da facilitação para o cometimento de atos ilícitos.

5.9 Gestão dos Contratos

A gestão dos contratos na DR/PA está comprometida. Não existe controle e nem acompanhamento das atividades inerentes aos contratos. A desorganização é flagrante, perdem-se as vigências dos contratos, faltam documentos importantes para a formalização dos processos, corroborando para a utilização de meios alternativos para contratar serviços essenciais (celebração de contratos por meio de dispensas de licitação), evidenciando o fracionamento de despesas em algumas modalidades de compra, contrariando a lei 8.666/93.

5.10 Área Médica

O contrato 028/2001 (processo não localizado pela GERAD/PA), a empresa Azevedo & Cunha S/C Ltda e o contrato 56/98, firmado com a empresa Medic - Serviços Médicos Ltda, referem-se à prestação de serviços odontológicos nas dependências da DR/PA. Há superposição de serviço de mesma especialidade e devidamente formalizado por contrato, nas dependências da ECT.

Na verificação dos contratos 54, 55 e 56/98 e 28/2001, referentes às empresas Centro Médico Especializado S/C Ltda, Lola & Colonnelli Ltda e Medic Serviços Médicos Ltda, respectivamente, ficou constatado não haver nenhum controle (checagem) das quantidades de consultas realizadas, no período de 1998 a 2001, com aquelas mencionadas nas notas fiscais apresentadas para fins de atesto e pagamento dos serviços.

5.11 Contrato para Serviços de Hospedagem

Desde fevereiro de 2000 os serviços de hospedagens na DR/PA estão sendo realizados sem respaldo contratual, contrariando a lei 8.666/93. Os pagamentos são efetuados com a emissão de notas fiscais.

5.12 Serviços de Reforma de Imóveis

5.12.1 Reforma de Manipuladores no CDD/Nazaré - DL-489/00

No CDD/Nazaré, houve a reforma de apenas 34 manipuladores e não 43 conforme consta na DL.

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

3628 68/63

5.12.2 Instalação de Letreiro em Fachada - DL-465/00

Compra de oito refletores para iluminar o letreiro da fachada do prédio da agência e CDD Nazaré com valor acima do preço de mercado. O valor despendido, à época (29/11/00) foi de R\$200,54 por unidade, perfazendo um total de R\$1.604,33. A Comissão realizou uma pesquisa de mercado com as mesmas empresas participantes da cotação de preços na ocasião. A empresa Paraluz, vencedora daquele certame, apresentou um orçamento para a Comissão em 10/01/02 (14 meses após a cotação dos equipamentos para a DR/PA) de R\$1.242,51, 22.5% abaixo da quantia paga pela ECT à época de R\$1.604,33.

5.12.3 Manutenção e Recuperação do COI/PA - DL-340/00

No processo da DL consta o serviço de abertura de cinco janelas com balcão nas divisórias teladas. No entanto, na verificação "in loco" foram encontradas apenas quatro. Na medição feita pela Comissão, as janelas medem 42cm X 115cm e consta no processo da DL com a medida de 70cm X 100cm, ou seja, 22cm quadrados a maior. Consta também do processo da DL a existência de um carro de transporte de malotes, com a medida de 100cm X 100cm, porém esse carro não foi localizado na COI. Cabe ressaltar que o orçamento vencedor do certame apresenta um valor global (R\$2.989,70) bem próximo do valor estipulado pela DR/PA (R\$2.987,00). Como o valor vencedor do certame não é discriminado por itens e está bem próximo do estipulado pela DR/PA, entende-se que o(s) concorrente(s) toma(m) conhecimento dessa estimativa previamente.

5.12.4 Recuperação nas Instalações Hidráulicas do COI - DL-076/00

Na verificação realizada pela Comissão, comprovou-se que houve apenas a instalação das duchas por rosqueamento, uma vez já existirem as saídas de água no local. Inexistindo, portanto, a realização de serviços de alvenaria e outros constantes do processo da DL.

5.12.5 Reforma do Prédio do CDD/Centro - DL-074/00

Serviço realizado pela empresa MG Barros apresenta divergência entre o serviço contratado e o efetivamente realizado. No processo da DL consta o serviço de 35m² de pintura da marquise, quando o correto, conforme medição realizada pela Comissão e técnico da Gerência Técnica da DR/PA, é de apenas 26m².

5.12.6 Conservação do Entrepasto Aéreo - DL-053/00

Houve contratação de serviços de pintura para seis plataformas roletizadas para embarque e desembarque de carga aérea no entreposto. Na verificação realizada constatou-se a existência de apenas quatro plataforma com intervenção de pintura na DR/PA.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0361

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

5.12.7 Reforma e Conservação do Prédio da AC Altamira/PA – DL-180/200

Confirmou-se que parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$2.822,76 de responsabilidade do chefe da REOP/PA-07, Augusto Uchoa de Andrade que atestou a realização dos serviços.

5.12.8 Reforma do Prédio da AC São Francisco do Pará/PA – DL-327/200

Confirmou-se que parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$1.880,88 de responsabilidade do atual gerente técnico Marcelo Haroldo Mena Wanderley que atestou a realização dos serviços.

5.12.9 Processos faltantes e não localizados pelos atuais gestores da DR/PA

Foram detectadas faltas de diversos processos de licitação, dispensas de licitação e documentos financeiros oriundos de licitação. A falta de localização dessa documentação compromete a análise consistente dos assuntos formalizados nos respectivos processos.

5.12.10 Denúncias

Na falta de tempo hábil e por exigir envolvimento de autoridades competentes (Ministério Público, Receita Federal e Polícia Federal) para apuração dos fatos constantes das denúncias, a Comissão optou por concluir os trabalhos especificados na PRT/PR-285/2001, deixando para análise e decisão futura da direção da ECT sobre a realização de apuração às denúncias formuladas e anexadas no volume 8 deste relatório.

RQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIO
Fls: 0362
Doc: 3628 - 36

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Comissão de Sindicância - PR/TPR-265/2001

6 CONCLUSÃO

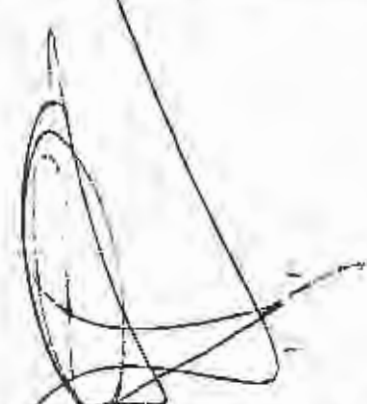
Diante dos fatos expostos e do que consta dos autos, conclui-se que:

Há um ambiente criado na DR/PA propício para a ocorrência de ilícitos na área de contratação. As atividades de contratações são desenvolvidas sempre em caráter de urgência, fazendo com que os empregados que lidam diretamente com as operações de montagem, análise de propostas e de toda a tramitação burocrática, cometam equívocos e conivência com irregularidades proibidas pela lei 8.666.

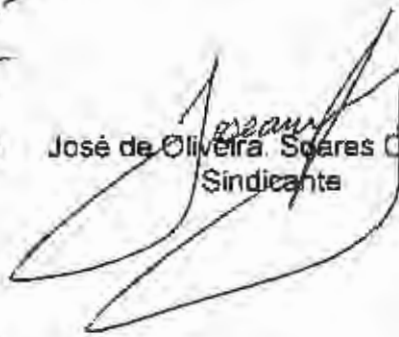
Nota-se, na área de contratação, um grupo de empregados que demonstram nitidamente falta de habilidade com os contratos, desconhecimento da lei das licitações e descomprometimento com as responsabilidades inerentes às suas funções. Entende-se, ainda, que o desconhecimento demonstrado pelos empregados é muito em função da **centralização imposta pelo Paulo Dantas quando da contratação e da gestão de alguns contratos**, principalmente aqueles geradores de pagamentos vultosos, bem como pela falta de motivação dos empregados em ascender profissionalmente e pelo clima hostil impetrado na seção de contratação entre Paulo Dantas, Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso. Aqueles empregados que dominam o assunto são cerceados pelas circunstâncias de subordinação a que se submetem.

A Comissão entende que a administração da DR/PA criou uma cultura organizacional, nos últimos dez anos, que proporcionou um verdadeiro descontrole na gestão dos contratos, de modo a facilitar a ocorrência de ilícitos (principalmente o de **favorecimento a empresas para a concessão de serviços para a ECT**), sem a condição de identificá-los prontamente, bem como de sua autoria, o que dificulta, em primeiro momento, a imputação de responsabilidades.

Brasília (DF) 30 de janeiro de 2002.



Hermes José Aun Bachiega
Sindicante



José de Oliveira Soares Campos
Sindicante

Domingos Tiago Nogueira
Sindicante



Benício Alcânjo Lopes
Presidente



Claudete Barbosa Pereira
Sindicante

1003.1.03/2002 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0363
5628

DEJUR

1. Analisar as conclusões da Comissão de Sindicância na DR/PA (PRT/PR-285/2001 e PRT/PR-336/2001).
2. Emitir Parecer.

Brasília, 30 de janeiro de 2002.


HASSAN GEBRIM
Presidente

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0364
3628
Doc:



CORREIOS

DEPARTAMENTO
DINSP
GERAL DE INSPECTORIA

**RELATÓRIO
SINTÉTICO
DE
SINDICÂNCIA
(BRIEFING)**

**DIRETORIA
REGIONAL DO
PARÁ-AMAPÁ**

DR/PA

Período: 09/out/01 a 30/jan/02

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0365

3628
Doc:

Comissão de Sindicância PRT/PR-2852001 - Resumo das principais impropriedades

1. Contratação de Serviços de Despachante

- Contratação de despachante para licenciamento de veículos da ECT sem a justificativa da necessidade.
- Pagamento de R\$1.520,00 indevidamente, referente a 44 intervenções fraudulentas do despachante José Luiz de Souza e Silva, inerente ao serviço de licenciamento de veículos.

2. Aquisição de servidor de redes de computador

- Compra de servidor de rede de computador com recebimento simulado (R\$14.000,00). Servidor entrou em funcionamento 11 meses após o pagamento. A ECT teve despesas com aluguel de servidor de R\$11.700,00 nesse período.

3. Serviços de transporte

- Favorecimento em licitações e dispensas de licitações para a empresa US Mendonça, que tem como um dos sócios o irmão do ex Diretor Regional.
- Contratos eram centralizados pelo gerente de contratação Paulo Dantas, que direcionava os serviços para empresas de sua conveniência.

4. Execução de serviços e fornecimento de material sem cobertura contratual:

- transporte da carga aérea - Fox Táxi Aéreo Ltda e Táxi Aéreo Itaituba Ltda;
- vigilância armada - Puma - Serviços Especializados de Vigilância;
- fornecimento de peças para automóveis, caminhões e motocicletas;
- serviços de hospedagem

5. Contratação de mão-de-obra temporária

- Contratação excessiva de empregados temporários, superando o orçamento estabelecido no plano de contingência em 117,5%.

6. Manutenção de Bicicletas

- Direcionamento dos serviços de manutenção de bicicletas da ECT para a ex-funcionária da ECT Luzia de Souza e Silva.
- Houve a inclusão de propostas fraudulentas pra a composição do processo envolvendo esse convite 15/01.

7. Aquisição de Material de Escritório e Informática

- Entrega de material antes de se processar a DL.
- Processos de compra de material contendo propostas de empresas fornecedoras que inexistiam nos endereços indicados.

8. Gestão dos Contratos

- Não existe controle e nem acompanhamento das atividades inerentes aos contratos.
- Faltam documentos essenciais para a formalização dos processos.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0366
3828 - 1
Dee:

9. Área Médica

- Há duas empresas prestando serviço de mesma especialidade, devidamente formalizado por contrato, nas dependências da ECT, sem justificativas da necessidade.
- Não há nenhum controle das quantidades de consultas realizadas com aquelas mencionadas nas notas fiscais apresentadas para fins de atesto e pagamento dos serviços.

10. Serviços de Reforma de Imóveis

- Reforma e Conservação do Prédio da AC Altamira/PA – DL-180/200 - parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$2.822,76, sob responsabilidade do chefe da REOP/PA-07, Augusto Uchoa de Andrade, que atestou a realização dos serviços.
- Reforma do Prédio da AC São Francisco do Pará/PA – DL-327/200 - parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$1.860,88, sob responsabilidade do atual gerente técnico, Marcelo Haroldo Mena Wanderley, que atestou a realização dos serviços.

11. Processos faltantes e não localizados pelos atuais gestores da DR/PA

- Faltam diversos processos de licitação, dispensas de licitação e documentos financeiros oriundos de licitação, comprometendo a análise consistente dos assuntos formalizados nos respectivos processos.

Diante dos fatos expostos e do que consta dos autos, conclui-se que:

Há um ambiente criado na DR/PA propício para a ocorrência de ilícitos na área de contratação. As atividades de contratações são desenvolvidas sempre em caráter de urgência, fazendo com que os empregados que lidam diretamente com as operações de montagem, análise de propostas e de toda a tramitação burocrática, cometam equívocos e conivência com irregularidades proibidas pela lei 8.666.

Nota-se, na área de contratação, um grupo de empregados que demonstram nitidamente falta de habilidade com os contratos, desconhecimento da lei das licitações e descomprometimento com as responsabilidades inerentes às suas funções. Entende-se, ainda, que o desconhecimento demonstrado pelos empregados é muito em função da centralização imposta pelo Paulo Dantas quando da contratação e da gestão de alguns contratos, principalmente aqueles geradores de pagamentos vultosos, bem como pela falta de motivação dos empregados em ascender profissionalmente e pelo clima hostil impetrado na seção de contratação entre Paulo Dantas, Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso. Aqueles empregados que dominam o assunto são cerceados pelas circunstâncias de subordinação a que se submetem.

A Comissão entende que a administração da DR/PA criou uma cultura organizacional, nos últimos dez anos, que proporcionou um verdadeiro descontrole na gestão dos contratos, de modo a facilitar a ocorrência de ilícitos (principalmente o de favorecimento a empresas para a concessão de serviços para a ECT), sem a condição de identificá-los prontamente, bem como de sua autoria, o que dificulta, em primeiro momento a imputação de responsabilidades.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0362
3628
Doc:

NOTA TÉCNICA/DEJUR Nº 051/2002

Ref.: a) Processo GABPR nº 005133/2001
b) PRT/PR-285/2001

ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO DA DR/PA - A adoção efetiva de sanção disciplinar e empregado carece de prévia e completa apuração das irregularidades que lhe venham a ser imputadas. Se a natureza das irregularidades induz à verificação de indícios da prática de improbidade administrativa, impõe-se ao Presidente da Comissão sindicante, o cumprimento da obrigação prevista no art. 15 da Lei nº 8.429/92, no sentido de ser o fato noticiado ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Senhor Presidente,

Vem à apreciação do DEJUR o Relatório Preliminar da Comissão de Sindicância designada em 05/10/2001 pela PRT/PR-285/2001 para apurar os fatos constantes do Processo GAB/DR nº 005133/2001, relativos a irregularidades na área de contratação da DR/PA.

Referido relatório é aquele de que trata o subitem 2.2.5 do Módulo 7 do Capítulo 2 do MANCIN, *verbis*:

"2.2.5 - Concluídas as apurações, será elaborado Relatório Preliminar, indicando, de forma circunstanciada, o(s) fato(s) apurado(s) e o(s) envolvido(s)."

Objetivamente, conclui-se que se pretenda do Departamento Jurídico subsídio para prosseguimento ou não da sindicância, visto que, passo seguinte, é precisamente a notificação do(s) envolvido(s), para instrução do processo, com a ampla dilação probatória.

Neste ponto, assim, forçoso examinar se as conclusões da Comissão de Sindicância contêm efetivamente os elementos necessários ao prosseguimento das apurações, com a identificação dos indícios de ilicitudes e final responsabilização e punição do(s) envolvido(s).

Vejamos, pois, as impropriedades apuradas pela Comissão, constantes do relatório:

RQS nº 03/2005 - EMI -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1508
3628
Doc:

1) Contratação de Serviços de Despachante

- ❖ Contratação de despachante para licenciamento de veículos da ECT sem a justificativa da necessidade.
- ❖ Pagamento de R\$1.520,00 indevidamente, referente a 44 intervenções fraudulentas do despachante José Luiz de Souza e Silva, inerente ao serviço de licenciamento de veículos.

2) Aquisição de servidor de redes de computador

- ❖ Compra de servidor de rede de computador com recebimento simulado (R\$14.000,00). Servidor entrou em funcionamento 11 meses após o pagamento. A ECT teve despesas com aluguel de servidor de R\$11.700,00 nesse período.

3) Serviços de transporte

- ❖ Favorecimento em licitações e dispensas de licitações para a empresa US Mendonça, que tem como um dos sócios o irmão do ex Diretor Regional.
- ❖ Contratos eram centralizados pelo gerente de contratação Paulo Dantas, que direcionava os serviços para empresas de sua conveniência.

4) Execução de serviços e fornecimento de material sem cobertura contratual:

- ❖ transporte de carga aérea - Fox Táxi Aéreo Ltda e Táxi Aéreo Itaituba Ltda;
- ❖ vigilância armada - Puma - Serviços Especializados de Vigilância;
- ❖ fornecimento de peças para automóveis, caminhões e motocicletas;
- ❖ serviços de hospedagem

5) Contratação de mão-de-obra temporária

- ❖ Contratação excessiva de empregados temporários, superando o orçamento estabelecido no plano de contingência em 117,5%.

6) Manutenção de Bicicletas

- ❖ Direcionamento dos serviços de manutenção de bicicletas da ECT para a

ROS Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0369
Doc: 3628

ex-funcionária da ECT Luzia de Souza e Silva.

- ❖ Houve a inclusão de propostas fraudulentas pra a composição do processo envolvendo esse convite 15/01.

7) Aquisição de Material de Escritório e Informática

- ❖ Entrega de material antes de se processar a DL.
- ❖ Processos de compra de material contendo propostas de empresas fornecedoras que inexistiam nos endereços indicados.

8) Gestão dos Contratos

- ❖ Não existe controle e nem acompanhamento das atividades inerentes aos contratos
- ❖ Faltam documentos essenciais para a formalização dos processos.

9) Área Médica

- ❖ Há duas empresas prestando serviço de mesma especialidade, devidamente formalizado por contrato, nas dependências da ECT, sem justificativas da necessidade.
- ❖ Não há nenhum controle das quantidades de consultas realizadas com aquelas mencionadas nas notas fiscais apresentadas para fins de atesto e pagamento dos serviços.

10) Serviços de Reforma de Imóveis

- ❖ Reforma e Conservação do Prédio da AC Altamira/PA - DL-180/200 - parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$2.822,76, sob responsabilidade do chefe da REOP/PA-07, Augusto Uchoa de Andrade, que atestou a realização dos serviços.
- ❖ Reforma do Prédio da AC São Francisco do Pará/PA - DL-327/200 - parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$1.860,88, sob responsabilidade do atual gerente técnico, Marcelo Haroldo Mena Wanderley, que atestou a realização dos serviços.

11) Processos faltantes e não localizados pelos atuais gestores da DR/PA

- ❖ Faltam diversos processos de licitação, dispensas de licitação e documentos financeiros oriundos de licitação, comprometendo a análise consistente dos assuntos formalizados nos respectivos processos.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0370

Doc: 3628

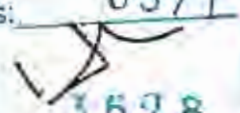
A Comissão, diante dos fatos apurados, concluiu que há um ambiente criado na DR/PA propício para a ocorrência de irregularidades na área de contratação, tais como: empregados que demonstram falta de habilidade com os contratos e desconhecimento da lei das licitações; e, empregados com total falta de comprometimento com as responsabilidades inerentes às suas funções. Estes comportamentos são atribuídos à centralização imposta por "Paulo Dantas" quando da contratação e da gestão de alguns contratos, principalmente aqueles geradores de pagamentos vultosos, bem como pela falta de motivação dos empregados em ascender profissionalmente e, ainda, pelo clima hostil impetrado na seção de contratação entre Paulo Dantas, Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso. Aqueles empregados que dominam o assunto são cerceados pelas circunstâncias de subordinação a que se submetem.

A Comissão concluiu, também, que a administração da DR/PA criou uma cultura organizacional, nos últimos dez anos, que proporcionou um verdadeiro descontrolo na gestão dos contratos, de modo a facilitar a ocorrência de irregularidades (principalmente o de favorecimento a empresas para a concessão de serviços para a ECT), sem a condição de identificá-las prontamente, bem como de sua autoria, dificultando a imputação de responsabilidades.

No transcorrer das apurações, algumas denúncias foram formalizadas perante a Comissão, que não puderam ser exaustivamente investigadas, até por exigir envolvimento de autoridades competentes como o Ministério Público e a Polícia Federal. Por conta dessas denúncias, ao que se depreende, o ex-Diretor Regional do Pará faria parte de um esquema de corrupção que importava no recebimento de propina na formalização de contratos com terceiros, como se extrai, por exemplo, da declaração de **Edvaldo Ferreira Leite**.

Assim, considerando a natureza das denúncias e em razão dos limites legais de atuação e competência material da ECT, inclusive dos membros da Comissão para identificação de autoria de empregados e de terceiros em eventuais ilícitos, o Presidente da Comissão noticiou os fatos às autoridades do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal no município de Belém, para a adoção das providências julgadas cabíveis, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.429/92, *verbis*:

"Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade."

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0371
	
Ooc:	3628

Diante do exposto concluímos que se do Relatório Preliminar, de que trata o subitem 2.2.5 do Capítulo 2 do Módulo 7 do MANCIN, não houve possibilidade de identificar autoria, inviabilizado está o prosseguimento dos trabalhos da Comissão, para fins de apuração de responsabilidades.

Quanto a ocorrência de irregularidades na área de contratação, com demonstração de inabilidade na gestão dos procedimentos e contratos, recomendamos seja a Diretoria Regional do Pará orientada no sentido de adotar as providências necessárias junto às Gerências e Assessorias daquela Regional, quanto ao eficaz supervisionamento dos atos praticados pelos seus respectivos subordinados, inclusive sustando a sua execução, e se for o caso, reformando e anulando os atos contrários aos interesses da ECT e portanto, ao interesse público.

Entretanto, sem prejuízo das orientações recomendadas no parágrafo anterior, recomenda-se que, preliminarmente, considerando a natureza técnica dos atos apontados como irregulares, seja instaurada auditoria especial para apuração do alcance real da materialidade, sem prejuízo de posterior instauração de processo de sindicância para apurar responsabilidades dos empregados envolvidos.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2002



Hélio Flávio Leopoldino Rodrigues
Chefe do Departamento Jurídico

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0372
Doc: 3628

DESPACHO

Em conformidade com os autos do Processo de Sindicância 005133/2001 e com a NOTA TÉCNICA/DEJUR nº 051/2002, determino a adoção das seguintes providências:

Ao Chefe do DINSP,

- Encerrar o presente processo, considerando a inviabilização jurídica do prosseguimento dos trabalhos da Comissão, para fins de apuração de responsabilidades do ex-Diretor Regional do Pará, nos termos da NOTA TÉCNICA/DEJUR nº 051/2002.
- Orientar ao GINSP da DR/PA para que, em conjunto com a ASJUR/PA, acompanhem o assunto junto às autoridades do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal no município de Belém, nos termos da NOTA TÉCNICA/DEJUR nº 051/2002.
- Diante da demonstração de inabilidade na gestão dos procedimentos e contratos, seja a Diretoria Regional do Pará orientada no sentido de adotar as providências necessárias junto às Gerências e Assessorias daquela Regional, quanto ao eficaz supervisionamento dos atos praticados pelos seus respectivos subordinados, inclusive sustando a sua execução, e se for o caso, reformando e anulando os atos contrários aos interesses da ECT e portanto, ao interesse público.

Ao Chefe da DAUDI,

- Em razão da natureza técnica dos atos apontados irregulares, preliminarmente, determino a instauração de auditoria especial para identificação do alcance da materialidade.
- Após a conclusão dessa medida, retornar o assunto a esta Presidência para adoção das providências complementares junto ao DINSP.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002


HASSAN GEBRIM
Presidente

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
Fls: 0373
3628
Doc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

AO DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/DINSP-010272-0220/2002

REF: DESPACHO Pres. ECT, de 28/02/02 e NOTA TÉCNICA/DEJUR
Nº 51/2002, de 27/02/02.

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: Adoção de providências complementares em Sindicância.

Brasília, 12 de março de 2002

Dado que a Comissão Sindicante instaurada pela PRT/PR-285/2001, constatou ocorrência de irregularidades administrativas gerais, com destaque para a Área de Contratação [vide o Anexo a esta CI, denominado pela Comissão Sindicante, "CONSIDERAÇÕES GERAIS", onde transparece inabilidade marcante na prática de procedimentos administrativos e na gestão de contratos], recomenda, o Presidente da ECT, que a Diretoria Regional do Pará adote as providências necessárias junto às suas Gerências e Assessorias, para um eficaz supervisionamento dos atos praticados pelos seus respectivos subordinados, inclusive sustando sua execução, e, se for o caso, reformando e anulando eventuais atos contrários ao interesse público e, portanto, prejudiciais à ECT.

Saliente-se que a ação dos órgãos da DR/PA, à vista das "CONSIDERAÇÕES GERAIS" da Comissão de Sindicância, deverá ser de natureza corretiva e preventiva, deixando-se as ações especificamente relativas a instauração de processos apuratórios, para posterior consideração de oportunidade, do Daudi e do Dinsp.

Este Dinsp coloca-se à disposição dessa DR, no sentido de auxiliá-la na tomada das providências de que trata o parágrafo acima, mas recomenda, no entanto, que as áreas técnicas específicas, como, por exemplo, o DECAM (gestão de contratos), sejam consultadas, quando couber, para melhor e mais abrangente equacionamento do problema.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do Dinsp

C/cópia: Ginsp/PA e Asjur/PA

Atuário José Valença de Melo
Subchefe do DINS
- dm Postal/peço-MAL 5.010 252-2

PARA AGRUPAMENTO EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
UTILIZAR O NÚMERO 010272-0220/2002 COMO DOCUMENTO

Atenciosamente (GINSPPA)

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0374
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

AO: GINSP/PA

CI/DINSP-010272.0221/2002

REF: DESPACHO Pres. ECT, de 28/02/02 e NOTA TÉCNICA/DEJUR
Nº 51/2002, de 27/02/02.

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: Adoção de providências complementares em Sindicância.

Brasília, 12 de março de 2002

Em 16/01/2002 a Procuradoria da República no Estado do Pará, foi comunicada, por meio do OF/CS001/2002, assinado pelo Presidente da Comissão de Sindicância-PRT/PR-285/2001, da instauração, por meio da PRT/PR-285/2001 assinada pelo Presidente da ECT, de procedimento administrativo para apurar os fatos relatados no Processo GABPR-005133/2001. Tal comunicação fêz-se, observando-se o disposto no art. 15 da Lei 8.429/92.

Em 29/01/2002 a Diretoria Regional do Pará, por meio do OF/GAB/DR/PA-007/2002, encaminhou "notícia criminis" à Superintendência da Polícia Federal no Estado do Pará, solicitando abertura de Inquérito Policial visando a apurar possíveis atos delituosos praticados contra a ECT, pelo ex-empregado Waldemir Freire Cardoso.

No documento da referência existe a determinação para que essa Ginsp, em conjunto com a Asjur/PA, acompanhe o assunto junto aos órgãos externos citados, entendendo-se que o acompanhamento referido deverá ocorrer a partir do momento em que qualquer um daqueles órgãos externos contactar, via DR/PA, Ginsp/PA ou Asjur/PA, a ECT.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do Dinsp

Amáury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP
Adm. Postal plena Mat. 8.010.252-2

C/cópia: DR/PA e Asjur/PA

MFE:mil/C1/(DINSP/PA)

ESTADO DO PARÁ - PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0375
3628	
Doc:	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO

DECLARANTE:- EDVALDO FERREIRA LEITE

CIC: 052.920.264-68

FILIAÇÃO:- EDGAR FERREIRA LEITE E DE
MARIA JOSÉ DA SILVA LEITE

NATURAL: BEZERROS/PE

DATA NASCIMENTO: 06.12.1948

ESTADO CIVIL: CASADO

IDENTIDADE (RG): 1.317.316

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA VITÓRIA 42 - CONJ. MAREX - VAL DE CANS - BELÉM/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: SEDE DA DR/PA

DATA: 17.10.2001

MEMBRO: Hermes José Aun Bachiega

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

MEMBRO: José de Oliveira Soares Campos

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.801.152-6

PRES. COMISSÃO: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, e de seu direito constitucional ao silêncio, de livre e espontânea vontade, compareceu à presença da Comissão de Sindicância criada pela PRT/PR-285/2001, e declarou QUE: é proprietário da Empresa de Transportes EDE CAR e também da Transportadora Serra Norte Transportes Ltda; Que prestou serviços para os Correios no período compreendido entre 1986 e 1997 com a Empresa Serra Norte Transportes; QUE entre 1996 e 1998 prestou os serviços aos Correios com a empresa EDE CAR; QUE os contratos dos Correios com a Serra Norte encerraram-se em 1997 e a partir daí começou a participar das licitações com a empresa EDE CAR; QUE em 1997 ganhou a licitação do convite 132/97, assinando o contrato em 10.12.97, para o transporte de carga postal da ECT nas LTRs 06 e 07, por um período de dois meses; QUE, embora não possua em mãos os contratos, também fazia o transporte de cargas postais da ECT nas linhas das LTRs 02, 03 e 11; QUE o contrato 25/98 era referente ao transporte da linha da LTR-03; QUE em 1997 ele também, através da EDE CAR, ganhou a tomada de preços referente ao transporte dos livros do FNDE, cujo frete de Belém a Marabá e, posteriormente para qualquer outra localidade, era de R\$ 0,67 (sessenta e sete centavos) por quilo transportado, à exemplo do preço que já era cobrado por ele para o transporte de carga expressa; QUE o preço de R\$ 0,67 (sessenta e sete centavos) por quilo foi dado por ele próprio devido ao privilégio de informações que ele possuía dentro da DR/PA; QUE essas informações lhe eram passadas pelo irmão do Diretor Regional à época, Sr. Waldemir Freire Cardoso, Walmir Freire Cardoso; QUE as mesmas eram confirmadas posteriormente pelo próprio ex-Diretor Regional no apartamento dele (ex-Diretor Regional), que o depoente frequentava, na Av. 25 de Setembro; QUE em fins de 1995, a pedido do Diretor Regional Waldemir, o depoente colocou o Walmir, seu irmão, como colaborador na EDE CAR sem vínculo empregatício, e que o pedido baseava-se na participação do Walmir no faturamento das linhas executadas pela EDE CAR, onde a EDE CAR ficaria com trinta por cento após o pagamento dos impostos e o Walmir ficaria com setenta por cento do faturamento das linhas que o depoente executava; QUE fazia a fatura de acordo com a informação recebida dos Correios e



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

não contestava os valores que lhe eram passados pela Sra Elza ou pela Gerência de Transportes; QUE à ocasião o depoente recebeu a proposta com a promessa do ex-Diretor de que isso lhe daria livre acesso a nível de informações na DR/PA, além das vantagens já descritas; QUE a linha Salinas - Capanema, cuja linha pertencia à EDE CAR, durante um certo período (1996/1997) foi feita por um veículo (Kombi, placas JTL-9029), de propriedade particular do Sr. Walmir Freire Cardoso, irmão do à época Diretor Regional da DR/PA e que atualmente, essa linha é executada pela U S Mendonça; QUE durante aproximadamente um ano, um outro veículo, caminhão 8100, Volkswagen, de "propriedade" do Walmir fez a linha Belém - Marabá - Belém, transportando carga expressa; QUE durante os anos de 1996 e 1997 houve a participação do depoente nas condições acima descritas (30% X 70%), onde ele e o Sr. Walmir ganharam dinheiro, muito mais o Walmir do que o próprio depoente e que em 1998 o Walmir resolveu ficar com todo o bolo; QUE já na Tomada de Preços 005/98, que tinha sido ganho pela EDE CAR em 11 linhas, quando, para as duas empresas U S Mendonça ME e Brasil Transporte e Serviços S/C teve uma mesma pessoa pegando os editais para a disputa, indicando vícios na concorrência, foi cancelada parcialmente, somente a participação da EDE CAR nas 11 linhas que havia ganho; QUE o cancelamento das 11 linhas da TP 005 ganhas pela EDE CAR, deu-se através do Diário Oficial da União de 26.11.98; QUE o cancelamento deu-se, oficialmente, por ser a EDE CAR penalizada com suspensão de dois anos por ter sido considerada inidônea, através da carta CT/GEAF/ECT/DR/PA-085/98, enviada pelo ex-Diretor Regional ao depoente; QUE o depoente entrou com um processo na terceira vara da Justiça Federal recorrendo contra a situação que se apresentava (Proc. 9289/98, protocolo 045882), mas que até a presente data não obteve qualquer posição da Justiça Federal a respeito; QUE três meses antes de haver recebido a carta que o considerava como inidôneo recebeu um Atestado de Capacidade Técnica, assinado pelo então Gerente de Administração Financeira da DR/PA, Sr. Paulo Antonio Dantas da Silva; QUE a EDE CAR foi penalizada por não cumprimento de cláusula contratual, de não cumprimento de horário, descrito na Ficha Técnica, mas que não condiz com a verdade, haja vista que o horário foi cumprido corretamente; QUE recebeu a carta para apresentar a defesa contra a penalização no dia 05 de novembro de 1998, e que a apresentou no dia 11 de novembro de 1998, mas que o ex-Diretor Regional não levou em consideração mesmo estando claro que o depoente estava com a razão à vista da Ficha Técnica contratual; QUE antes de 1995, com o contrato da SERRA NORTE, executava a LTR 06 com um faturamento entre R\$ 16.000,00 a R\$ 20.000,00 por mês, com dois veículos Toyota; QUE nesse período, ao receber o pagamento referente ao faturamento mensal, o depoente levava a parte que correspondia ao ex-Diretor, em dinheiro vivo, à residência dele e entregava a ele pessoalmente; QUE às vezes, e foram diversas, o dinheiro era entregue ao ex-Diretor Regional nas dependências da própria Diretoria Regional/ECT/PA; QUE foi a partir de 1995 que o ex-Diretor Regional colocou seu irmão na empresa do depoente para que ele acompanhasse e aprendesse exatamente como funcionava a empresa, para em seguida, aplicar-lhe o golpe já descrito; QUE a partir da entrada do irmão do ex-Diretor Regional na EDE CAR, o próprio Walmir, muitas vezes era quem fazia o recebimento do dinheiro da parte que cabia ao ex-Diretor; QUE em fins do ano de 1995 a LTR 06 sofreu um grande aumento em seu faturamento, por conta de uma diferença de quilometragem não paga pela ECT, e que referia-se ao custo fixo de viagem não realizada por falta de condições de tráfego das estradas e que o depoente nunca havia cobrado da ECT; QUE esse valor foi levantado e sugerido pelo próprio ex-Diretor Regional que, também realizou os cálculos relativos à diferença orientando a sua funcionária (Dona Elza); QUE entretanto, ao receber esse valor fez o seu repasse ao Diretor Regional que justificou ao depoente que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político e que por isso, o ex-Diretor "descobriu" o erro na falta do pagamento ao depoente; QUE o acréscimo desse faturamento gerou o repasse quase integral por parte do depoente para o Walmir (ex-Diretor Regional); QUE os contratos de transportes de cargas são direcionados, na DR/PA, para a empresa U. S. Mendonça e a partir de 1998; QUE todas as transportadoras da cidade de Belém sabem que a U S Mendonça era favorecida pela DR/PA; QUE o Gerente da REOP Marabá, à época trabalhando na GETRA, em Belém, Sr. Ajax, combinava tudo com o Walmir para que a U S Mendonça fosse favorecida no transporte das

cargas; QUE os percursos Belém – Marabá, intercalado com entregas em Tailândia, Goianésia, Tucuruí e Jacundá, de cargas expressas, o depoente acredita ter cobrança dobrada, ou seja, também é cobrado o retorno do percurso, além de levar cargas de terceiros, e que levou o Sr. Ormezano, que Gerenciava a Região de Marabá, a deixar o cargo por não concordar com essa situação; QUE chegou a participar desses favorecimentos, recebendo das mãos do Sr. Paulo Dantas, na igreja de N S Fátima, um convite para cinco empresas indicadas pelo depoente; QUE foi a única vez que participou de um favorecimento desse tipo; QUE houve interrupção nas declarações do Sr. Edvaldo, pelo avançado da hora, havendo continuidade no dia 18 de outubro 2001; QUE no dia 18.10.2001, às 15h10 (quinze horas e dez minutos) foram retomados os trabalhos de tomada de declarações do sr. Edvaldo Ferreira Leite, que continuou suas declarações e disse QUE verificando em seus arquivos conseguiu a comprovação de que na TP-005/98 o endereço da US Mendonça é o mesmo endereço residencial do Sr. Walmir Freire Cardoso (Passagem Santo Antonio, 107), pois o mesmo é coincidente com a conta telefônica pessoal do Sr. Walmir; QUE para confirmar a relação do Sr. Walmir com a EDE CAR, um ano antes dessa TP, possui em mãos o contrato de aluguel da EDE CAR no qual o Walmir aparece como fiador, bem como uma carta enviada por sua empresa à ECT assinada pelo próprio sr. Walmir; QUE no início de 1998, o Walmir provocou uma confusão e discutiu seriamente com o depoente já com a intenção de alijá-lo (o depoente) do esquema de contratação das empresas de Transportes pela ECT, bem como afastá-lo de sua empresa para que ele pudesse agir livremente através da U S Mendonça da qual, ele, Walmir, já era procurador à época; QUE apresenta uma procuração registrada em cartório, onde o proprietário da US Mendonça, Ulisses Santos Mendonça, dá plenos poderes ao sr. Walmir para administrar a empresa US Mendonça (CGC 14.730.998/0001-94) em 16 dezembro de 1996, renovada em 1999, o que vem comprovar, que a U S Mendonça pertencia, efetivamente ao sr. Walmir Freire Mendonça e que tinha em seu proprietário Ulisses, apenas um elemento para servir de fachada para as suas ações; QUE posteriormente foi criada a empresa Transportadora Conceição, cujos sócios eram conhecidos do sr. Walmir, e foi adquirida pelo Walmir, um ano e meio depois, e a transformou, no ano 2000, na U S Mendonça Express, no mesmo endereço da U S Mendonça, como uma forma de o Walmir alijar, também, o Ulisses de seu esquema; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos

Edvaldo Ferreira Leite
Declarante

Hermes José Aun Bachiega
Membro

José de Oliveira Soares Campos
Membro

Berício Alcanjo Lopes
Presidente

RESUMO DO TERMO DO SR. EDVALDO FERREIRA LEITE

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0378
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

Edvaldo Ferreira Leite – proprietário da Empresa de Transportes EDE CAR - declarou que:

- prestou serviços para os Correios entre 1986 e 1997 com a empresa Serra Norte Transportes e entre 1996 e 1998 com a empresa EDE CAR Transportes;
- em 1997 ganhou a licitação do convite 132/97, assinando o contrato em 10.12.97, para o transporte de carga postal da ECT, linhas 06 e 07, por um período de dois meses e que também fazia o transporte das linhas 02, 03 e 11;
- em 1997, através da EDE CAR, ganhou a tomada de preço referente ao transporte dos livros do FNDE, linha Belém/Marabá e, posteriormente, para qualquer localidade, a R\$0,67 por quilo transportado, a exemplo do preço que já era cobrado por ele para transportar carga expressa;
- o valor de R\$0,67 por kg transportado foi dado por ele próprio, graças ao privilégio de informações que ele possuía, através do Walmir, irmão do ex-Diretor Regional, Waldemir Freire Cardoso. As informações eram confirmadas pelo Waldemir, no apartamento deste na Av. 25 de setembro que o declarante freqüentava;
- em fins de 1995, a pedido do ex-Diretor Waldemir, o Walmir foi trabalhar sem vínculo empregatício com o declarante, para que o Walmir participasse no faturamento das linhas executadas pela EDE CAR, onde o declarante ficaria com trinta por cento do faturamento e o Walmir ficaria com os outros setenta por cento;
- essa proposta (o Walmir trabalhar na EDE CAR e haver a sua participação nos moldes citados) veio com a promessa do ex-Diretor de que isso daria ao declarante livre acesso às informações, além de outras vantagens;
- a linha Salinas/Capanema, pertencente a EDE CAR, no período 96/97 foi feito por uma Kombi, placa JTL-9029, de propriedade particular do Sr. Walmir Freire Cardoso e atualmente essa linha pertence à U S Mendonça;
- linha Belém/Marabá/Belém de carga expressa, durante um ano, foi feita por um caminhão Volkswagen 8100, de propriedade do Sr. Walmir;
- até 1997 o declarante teve a participação de 30% do faturamento dos serviços transportes realizados, mas em 1998, o Walmir resolveu tirá-lo do esquema e ficar com o bolo todo;
- já na TP-005/98, uma mesma pessoa pegou os editais para a U S Mendonça e para a Brasil Transporte e Serviços, indicando vícios na concorrência;

RQS nº 03/2005 - CN -
SPML - CORREIOS
Fls.: 0379
Dg: 528



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

- nessa TP a EDE CAR ganhou 11 linhas, mas ela foi parcialmente cancelada e o cancelamento deu-se somente nas 11 linhas da EDE CAR;
- o cancelamento foi publicado no DOU de 26/11/98, por ter sido considerada inidônea, através da carta CT/GEAFI/ECT/DR/PA-085/98, enviada ao declarante;
- o declarante entrou com um processo (9289/98) na terceira vara da Justiça Federal recorrendo pelo que se apresentava, mas ainda não obteve qualquer resposta a respeito;
- três meses antes de haver recebido a carta que o considerava inidôneo, recebera do Sr. Paulo Dantas um atestado de capacidade técnica;
- a penalização da EDE CAR foi por não cumprimento de horário e a ficha técnica revela que os horários foram cumpridos integralmente;
- recebeu a carta para apresentar defesa no dia 05/11/98 e o fez no dia 11/11/98, mas o Ex-Diretor não levou em consideração, apesar de a ficha confirmar o correto cumprimento do horário;
- até 1995 com a Serra Norte executava a LTR 06 com um faturamento de R\$16.000,00 a 20.000,00 por mês, com dois veículos toyota. Nesse período, ao receber o pagamento levava a parte correspondente ao Ex-Diretor, em dinheiro vivo à residência dele, realizando a entrega a ele pessoalmente;
- diversas vezes fez a entrega desse dinheiro ao Ex-Diretor nas dependências da própria DR/PA;
- a partir daí o Walmir foi colocado em sua empresa para aprender exatamente como funcionava a empresa, para em seguida aplicar-lhe o golpe;
- também a partir daí, o próprio Walmir, muitas vezes, era quem fazia o recebimento do dinheiro da parte que cabia ao Ex-Diretor;
- em fins de 1995 o Ex-Diretor chamou o declarante e lhe disse que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político, e ele próprio, ex-Diretor, "descobriu" que não estava sendo considerado, para efeito de pagamento, o custo fixo de viagem não realizada por falta de condições de tráfego das estradas;
- o valor relativo ao assunto foi levantado pela funcionária Elza, orientada pelo próprio Ex-Diretor, o que provocou um grande aumento no faturamento da EDE CAR. A diferença foi repassada integralmente ao Ex-Diretor;
- a partir de 1998 os contratos de transportes de cargas foram direcionados para a U S Mendonça e todas as transportadoras de Belém sabem disso;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0380
3628 - 22
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

- o sr. Ajax, à época trabalhando na GETRA, combinava tudo com o Walmir para que a U S Mendonça fosse favorecida no transporte de cargas;
- quando participava dos favorecimentos chegou a receber das mãos do Paulo Dantas, na Igreja N.S. de Fátima, um convite para cinco empresas indicadas pelo declarante;
- o endereço da U S Mendonça é o mesmo endereço residencial do Sr. Walmir Freire Cardoso (Passagem Santo Antonio, 107), que são coincidentes também com a conta telefônica do Sr. Walmir;
- confirma a relação do Walmir com a EDE CAR através de um contrato de locação, cujo fiador é o Walmir, bem como uma carta enviada por sua empresa à ECT assinada pelo Walmir;
- o Walmir já era procurador da U S Mendonça em 1996, pois existe uma procuração registrada em cartório em 16/12/96, renovada em 99, que o Ulisses dá plenos poderes ao Walmir para administrar a U S Mendonça;
- o Ulisses, proprietário da U S Mendonça, é um elemento apenas para servir de fachada para as ações do Walmir;
- posteriormente, houve a criação da transportadora conceição, cujos proprietários eram conhecidos do Walmir. Essa transportadora foi adquirida pelo Walmir e um ano e meio depois foi transformada na transportadora U S Mendonça Express, no mesmo endereço da U S Mendonça, como forma de o Walmir alijar, também, o Ulisses de seu esquema;

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0381
3628	42
Doc:	

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1 Contratação de Serviços de Despachante

Houve 44 intervenções fraudulentas, entre os meses de julho a outubro/01, executadas pelo despachante José Luiz de Souza e Silva, referente ao licenciamento de 24 motos e 20 veículos automotores, perfazendo um total de R\$1.520,00 pago, indevidamente, a maior para o despachante.

A responsabilidade pela existência da irregularidade e por sua continuidade foi dos gestores do contrato Marcelo Gomes Pinheiro e Jorge Afonso Mendes Ferreira, haja vista a condução displicente e sem senso profissional. Mesmo após a constatação da irregularidade, por parte do chefe da seção, nenhuma providência foi tomada para evitar a incidência do ilícito nem para ressarcir a ECT do prejuízo, tendo, ainda, como agravante, ciência de que o ato ilícito vinha ocorrendo regularmente.

5.2 Aquisição de servidor de redes de computador

Houve compra de servidor de rede de computador sem a contrapartida do seu recebimento. O empregado Marcelo Pinheiro emitiu a DL-517/00, em 28/12/00, processou a compra e atestou a nota fiscal confirmando o recebimento do equipamento em 29/12/2000. O recebimento ocorreu de forma simulada, apenas para formalizar a transação.

Devido ao recebimento incorreto, ou seja, sem realizar a conferência e testes do equipamento, do empregado Ricário Marcelino de Lima da GETEC/PA, o servidor permaneceu locado sem cobertura contratual de abril a novembro/2001. O valor desembolsado para a empresa Canal 13, referente ao aluguel indevido, foi de R\$13.650,00.



Serviços de transporte

5.3.1 Transportadora US Mendonça

- Quanto à denúncia do sr. Edvaldo Ferreira Leite:

não houve elementos possíveis para apurar o esquema fraudulento contra a ECT entre o ex - Diretor Regional Waldemir, representante da empresa US Mendonça Walmir Freire Cardoso e o sr. Edvaldo. Registra-se a disposição do sr. Edvaldo Ferreira Leite em abrir suas contas bancárias para elucidar os fatos narrados na denúncia;

houve confirmação da denúncia quanto ao favorecimento em licitações e dispensas de licitações para a empresa US Mendonça. A empresa US Mendonça venceu os 21 certames licitatórios que participou e teve seis contratos que tiveram os valores globais estabelecidos superados os 25% permitidos. Em setembro de 2001 a empresa US Mendonça foi favorecida na DL-154/01 para transporte de carga hospitalar para o município de Banach, no valor de R\$8.850,00, enquanto havia proposta da

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL**

Comissão de Sindicância - PRTPR-285/2001

empresa EDE CAR no valor de R\$5.700,00. Indica-se, portanto, que houve falta de interesse do gestor da seção de contratação Marcelo Pinheiro em acatar a proposta mais barata da EDE CAR.

O esquema de favorecimento para a US Mendonça se confirma, inclusive, na nova administração da DR/PA.

- Quanto à má gestão dos contratos:

confirmou-se a existência de centralização dos contratos da empresa US Mendonça no gerente de contratação Paulo Dantas (conforme termos de declarações). O Paulo Dantas geria toda a operacionalização dos contratos de transporte, sem cientificar o gestor da seção de contratação Marcelo Pinheiro. Apenas o empregado Jorge Afonso participava de parte das decisões tomadas pelo Paulo Dantas.

5.2 Fox Táxi Aéreo Ltda e Táxi Aéreo Itaituba Ltda

Comprovou-se a execução de serviços de transportes aéreos sem cobertura contratual, devido a má gestão dos contratos com as empresas.

5.3.3 Puma – Serviços Especializados de Vigilância e Transportes de Valores Ltda

Comprovou-se a prestação de serviços de vigilância armada em diversos prédios da ECT sem existência de contrato, no período de julho de 2000 a junho de 2001.

5.3.4 Brasil Assessoria/Transporte & Serviços Ltda

Falta a documentação comprobatória da composição da quantia de R\$374.157,43 nas pastas da gestão dos contratos da Gerência de Contratação da DR/PA, referente a pagamento de transportes de valores.

5.5 ICMS Sobre as Operações de Transporte da ECT

Proposta Brasil Transportes & Serviços S/C Ltda, referente ao Contrato 97/98 de serviços de transportes de cargas especiais - FNDE destacou ICMS de R\$7.575,61, conforme notas fiscais 113, 118, 122, 145, 146, 152, 216, 218, 222, 229 e 230, no valor global de R\$44.562,45, pago indevidamente pela ECT.

5.4 Contratação de Temporários

O plano de contingência previa 80 empregados possíveis de serem contratados para a DR/PA e houve a contratação de 296 empregados (mês de julho de 2001), estourando em 117,5% o orçamento estabelecido para esse contrato, com pleno conhecimento dos gestores do contrato da ECT com a empresa Executiva (Diretor Regional e o corpo gerencial da DR/PA). Durante a vigência do contrato não foi respeitado o estabelecido no plano de contingência. O Gerente de Operações, Roberto Magalhães e o Gerente de Vendas, Carlos Dippólto, afirmam que o ex-Diretor Waldemir dizia que "precisamos prestar contas pelo descumprimento do plano de contingência a ter que explicar a população sobre o atraso na entrega de objetos de correspondências".

REC-2005 - CN -
621141 CORREIOS

Fls: 0383

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

A GEOPE fazia a solicitação das contratações diretamente ao Gabinete do ex-Diretor Regional que autorizava as contratações, a partir de indicações de nomes constantes da relação de interessados na contratação mantida sob a guarda do gabinete da DR/PA. Havia diversas fichas de cadastramento que aparece o nome de políticos como sendo os responsáveis pelas indicações.

Houve pagamento em duplicidade ao empregado temporário Luis Cláudio de R\$307,84, referente a um mesmo período trabalhado, conforme nota fiscal nº 5479.

5.5 Manutenção de Ar Condicionado

No ano 2000 teve grande número de processos de DLs (16) emitido para manutenção e reparos em aparelhos de ar condicionado na DR/PA, contrariando a lei 8.666/93 que não permite contratar serviço que caracterize fracionamento de despesas. Foram ouvidos os gestores da seção de contratação, no sentido de elucidar os procedimentos adotados, e nada foi explicado de forma a justificar o ato irregular.

5.6 Manutenção de Bicicletas

O gerente de contratação Paulo Dantas direcionou o convite 15/01 para a ex-funcionária da ECT Luzia de Souza e Silva, esposa de um ex-funcionário (ex - Gerente de Operações Telegráficas), sr. Sarmânio, atualmente assessor do Prefeito Municipal de Ananindeua) e celebrou o contrato 33/01 para prestação de serviços de manutenção de bicicletas da ECT. O procedimento normal e correto que deveria ter sido decorrido foi formalizado de forma a gerar interpretações tendenciosas do convite e com indícios de má fé dos gestores da gerência de contratação da DR/PA.

Havia duas propostas no processo que, em pesquisa efetuada nos endereços, ficou confirmada a inexistência dos endereços e dos dois participantes do certame naquela localidade, bem como o desconhecimento dessas duas pessoas por parte da vizinhança próxima aos logradouros especificados nas propostas, confirmando, portanto a inclusão de propostas fraudulentas no processo de convite 15/01.

5.7 Aquisição de Peças para Motos e Veículos

O fornecimento de peças no ano de 2000 foi realizado sem cobertura contratual. Toda compra de peças foi realizada por meio de dispensa de licitação. Não há justificativas da área de contratação da DR/PA para a ausência de contrato para aquisições de peças no ano de 2000.

Em 20/08/98, foi assinado o contrato 051/98 cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva, sem o fornecimento de peças, nos veículos que compõem a frota da DR/PA, em vigor até 23/08/02, consoante o teor do quarto termo aditivo. Há que se ressaltar, no entanto, que dentro desse período houve a prestação de serviço não especificado no contrato, relativo a "locação de mecânico", com desembolso da DR/PA de R\$6.348,00.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0384
3628 - 213
59/63
Doc:

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-285/2001

5.8 Aquisição de Material de Escritório e Informática

Aproximadamente 30 processos de DL foram instaurados para compra de material de escritório e de informática nos anos de 2000 e 2001. Nas declarações dos responsáveis diretos pela execução e gestão dos contratos (Marcelo Pinheiro e Jorge Afonso), fica claro o ambiente criado de urgências para a realização de compras na DR/PA, a ponto de se realizar a entrega de material mesmo antes de se processar a DL. O Jorge Afonso declarou que houve processos de compra de material em que duas empresas fornecedoras inexistiam nos endereços indicados. Tal fato evidencia a falta de comprometimento com a coisa pública, bem como da facilitação para o cometimento de atos ilícitos.

5.9 Gestão dos Contratos

A gestão dos contratos na DR/PA está comprometida. Não existe controle e nem acompanhamento das atividades inerentes aos contratos. A desorganização é flagrante, perdem-se as vigências dos contratos, faltam documentos importantes para a formalização dos processos, corroborando para a utilização de meios alternativos para contratar serviços essenciais (celebração de contratos por meio de dispensas de licitação), evidenciando o fracionamento de despesas em algumas modalidades de compra, contrariando a lei 8.666/93.

5.10 Área Médica

O contrato 028/2001 (processo não localizado pela GERAD/PA), a empresa Azevedo & Cunha S/C Ltda e o contrato 56/98, firmado com a empresa Medic - Serviços Médicos Ltda, referem-se à prestação de serviços odontológicos nas dependências da DR/PA. Há superposição de serviço de mesma especialidade e devidamente formalizado por contrato, nas dependências da ECT.

Na verificação dos contratos 54, 55 e 56/98 e 28/2001, referentes às empresas Centro Médico Especializado S/C Ltda, Lola & Colonelli Ltda e Medic Serviços Médicos Ltda, respectivamente, ficou constatado não haver nenhum controle (checagem) das quantidades de consultas realizadas, no período de 1998 a 2001, com aquelas mencionadas nas notas fiscais apresentadas para fins de atesto e pagamento dos serviços.

5.11 Contrato para Serviços de Hospedagem

Desde fevereiro de 2000 os serviços de hospedagens na DR/PA estão sendo realizados sem respaldo contratual, contrariando a lei 8.666/93. Os pagamentos são efetuados com a emissão de notas fiscais.

5.12 Serviços de Reforma de Imóveis

5.12.1 Reforma de Manipuladores no CDD/Nazaré - DL-489/00

No CDD/Nazaré, houve a reforma de apenas 34 manipuladores e não 488 5 conforme consta na DL.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 488 5
8428
8063
Doc:

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Comissão de Sindicância - PRT/PR 285/2001

5.12.2 Instalação de Letreiro em Fachada - DL-465/00

Compra de oito refletores para iluminar o letreiro da fachada do prédio da agência e CDD Nazaré com valor acima do preço de mercado. O valor despendido, à época (29/11/00) foi de R\$200,54 por unidade, perfazendo um total de R\$1.604,33. A Comissão realizou uma pesquisa de mercado com as mesmas empresas participantes da cotação de preços na ocasião. A empresa Paraluz, vencedora daquele certame, apresentou um orçamento para a Comissão em 10/01/02 (14 meses após a cotação dos equipamentos para a DR/PA) de R\$1.242,51, 22.5% abaixo da quantia paga pela ECT à época de R\$1.604,33.

5.12.3 Manutenção e Recuperação do COI/PA - DL-340/00

No processo da DL consta o serviço de abertura de cinco janelas com balcão nas divisórias teladas. No entanto, na verificação "in loco" foram encontradas apenas quatro. Na medição feita pela Comissão, as janelas medem 42cm X 115cm e consta no processo da DL com a medida de 70cm X 100cm, ou seja, 22cm quadrados a maior. Consta também do processo da DL a existência de um carro de transporte de malotes, com a medida de 100cm X 100cm, porém esse carro não foi localizado na COI. Cabe ressaltar que o orçamento vencedor do certame apresenta um valor global (R\$2.989,70) bem próximo do valor estipulado pela DR/PA (R\$2.967,00). Como o valor vencedor do certame não é discriminado por itens e está bem próximo do estipulado pela DR/PA, entende-se que o(s) concorrente(s) toma(m) conhecimento dessa estimativa previamente.

5.12.4 Recuperação nas Instalações Hidráulicas do COI - DL-076/00

Na verificação realizada pela Comissão, comprovou-se que houve apenas a instalação das duchas por rosqueamento, uma vez já existirem as saídas de água no local. Inexistindo, portanto, a realização de serviços de alvenaria e outros constantes do processo da DL.

5.12.5 Reforma do Prédio do CDD/Centro - DL-074/00

Serviço realizado pela empresa MG Barros apresenta divergência entre o serviço contratado e o efetivamente realizado. No processo da DL consta o serviço de 35m² de pintura da marquise, quando o correto, conforme medição realizada pela Comissão e técnico da Gerência Técnica da DR/PA, é de apenas 26m².

5.12.6 Conservação do Entrepasto Aéreo - DL-053/00

Houve contratação de serviços de pintura para seis plataformas rotetizadas para embarque e desembarque de carga aérea no entreposto. Na verificação realizada constatou-se a existência de apenas quatro plataforma com intervenção de pintura na DR/PA.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 0386
5628
51 51
Doc:

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL**

Comissão de Sindicância - PRT/PR-286/2001

5.12.7 Reforma e Conservação do Prédio da AC Altamira/PA – DL-180/200

Confirmou-se que parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$2.822,76 de responsabilidade do chefe da REOP/PA-07, Augusto Uchoa de Andrade que atestou a realização dos serviços.

5.12.8 Reforma do Prédio da AC São Francisco do Pará/PA – DL-327/200

Confirmou-se que parte dos serviços constantes da DL não foi realizada. A ECT teve prejuízo de R\$1.860,88 de responsabilidade do atual gerente técnico Marcelo Haroldo Mena Wanderley que atestou a realização dos serviços.

5.12.9 Processos faltantes e não localizados pelos atuais gestores da DR/PA

Foram detectadas faltas de diversos processos de licitação, dispensas de licitação e documentos financeiros oriundos de licitação. A falta de localização dessa documentação compromete a análise consistente dos assuntos formalizados nos respectivos processos

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0387
3528
Doc:



Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OF/CS 001/2002

Belém 17 de janeiro de 2002

Re:

Excelentíssimo Senhor Chefe da Procuradoria da República:

Foi designada através da Portaria (PRT/PR-20) em vigência em 05/10/2001, a presente Comissão de Sindicância para apurar fatos relatados no Processo GABPR 006133/2001

Com fulcro no artigo 15 da lei 3.429/92 noticiando a existência de Procedimento administrativo visando apurar fatos de improbidade administrativa praticados pelo ex - empregado da Empresa quando no exercício da função Diretor Regional de Belém Waldemar Frasse Cardoso.

Aprovamos o envio para Requerer, com base no artigo 15 da lei supra citada, a designação de um representante deste Ilustre Parquet para acompanhar o presente procedimento - adotar outras providências julgadas cabíveis por V. Exa.

Com protestos de elevada estima e consideração

Atenciosamente


BENICIO ALCANJO LOPES
Presidente da Comissão de Sindicância

Sendo: Sr
Dr. PAULO RUBIO MEIRA
M.D. Chefe da Procuradoria da República
Procuradoria da República no Estado do Pará
Rua Domingos Marreiros 690 - Mariscal
CEP 66050-210 - Belém - Pará

INCLUIR
ESTIC

DATA 16

ASSINATURA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0388

ARX/ARX

3628
Doc:



Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Diretoria Regional do Pará e Amapá

OFI/GAB/DR/PA-001/2002

Belém, 28 de janeiro de 2002

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Procurador(a) Chefe

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Empresa Pública Federal da Administração Indireta, instituída pelo Decreto-lei nº 358 de 20 de março de 1989, com sua Diretoria Regional no Pará, sediada no Presidente Vargas 496, centro, Belém/PA, vem perante V. Exa. H. C. 100 - encaminhamento de Ofício à Polícia Federal solicitando abertura de Inq. Criminal visando apurar possíveis atos delituosos praticados por ex-empregados desta Empresa, cuja cópia anexamos

Atenciosamente,


AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE
DIRETOR REGIONAL ECT/DR/PA

PROCURADOR
ESTADO
PNUC 2002
DATA 28/01/2002

Assessor


Técnicos de Serv. Jurídico
Mód. 5727-d

Para: Senhor Chefe da Procuradoria da República no estado do Pará
MO DR. PAULO RUBIO MEIRA
Rua Domingos Ferreira, 890 - Mariscal
CEP 66 050-210
Belém-PA

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0389
3628
Doc:



Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Diretoria Regional do Pará e Amapá

OF/GAB/DR/PA- 008/2002

Belém (PA), 29 de janeiro de 2002



Senhor Delegado;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Empresa Pública Federal, instituída pelo Decreto-lei 509 de 20 de março de 1969 (doc. 01), com sua Diretoria Regional no Pará, sediada na Av. Presidente Vargas, 493, Belém/PA, vem perante V.Sa., com fulcro no artigo 5, parágrafo 3 do CPF noticiar a este Departamento da Polícia Federal indícios de ocorrência de fraude em processos licitatórios e improbidade administrativa estando envolvidos:

o ex- Diretor Regional do Pará, **SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO** brasileiro, administrador, portador da RG n 2862970 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Pará, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n 031. 993. 392-04, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, 1532- apto 202- bairro do Marco, Belém-PA, CEP 66093-000;

Sr. WALMIR FREIRE CARDOSO, brasileiro e

Sr. EDVALDO FERREIRA LEITE, brasileiro, casado, portador da RG 1.317. 316 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Pará inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o 052.920.264-68, residente e domiciliado na Rua Vitória 42, Conj. Mares de Cans, Belém-PA.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0390
0628
Doc:

É dever da Administração informar aos órgãos competentes a existência de indícios de práticas delituosas, para que o órgão competente proceda as devidas apurações, conforme preceitua o disposto no art. 4 do Código de Processo Penal. Verbis:

Art. 4º. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada ao caput pela Lei nº 9.043, de 09.05.1995)

Corroborando a necessidade da abertura do competente Inquérito Policial a fim de apurar a existência de crime e responsabilidade dos envolvidos, trazemos a baila o seguinte entendimento:

... Saber no entanto, quem seria responsável por sua prática e se agiu dolosamente ou não é tarefa que só uma investigação mais detalhada poderá definir, a qual, em nosso direito, é atribuição da Polícia Judiciária, através do adequado Inquérito - (CPP, arts. 4º e segs.) - . A regular instauração de tal procedimento administrativo, desde que haja indícios, em tese, de infração penal cuja persecução seja por ação pública, constitui dever de ofício da respectiva autoridade. A requisição, pela autoridade apontada como coatora - que tem, dentre outras, a nobre missão de velar pela defesa da ordem jurídica, conforme art. 127/CF -, da instauração do inquérito é legal, porque nada contravém mais à ordem jurídica do que o descumprimento, pelos órgãos públicos, principalmente, da coisa julgada. Ordem denegada. (TRF 2ª R. - HC 98.02.32592-9 - RJ - 3ª T. - Rel. Juiz Arnaldo Lima - DJU 29.08.1999 - p. 96)

A competência da Polícia Federal se dá em função do disposto na Carta Magna em seu artigo 109, IV. Verbis:

Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

BR 05 nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls: 0391

3628

DA COMPETÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL

É dever da Administração informar aos órgãos competentes a existência de indícios de práticas delituosas, para que o órgão competente proceda as devidas apurações, conforme preceitua o disposto no art. 4 do Código de Processo Penal. Verbis:

Art. 4º. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada ao caput pela Lei nº 9.043, de 09.05.1995)

Corroborando a necessidade da abertura do competente Inquérito Policial a fim de apurar a existência do crime e responsabilidade dos envolvidos, trazemos a baila o seguinte entendimento:

"... Saber no entanto, quem seria responsável por essa prática e se agiu dolosamente ou não é tarefa que só uma investigação mais detalhada poderá definir, e qual, em nosso direito, é atribuição da Polícia Judiciária, através do adequado inquérito - (CPP, arts. 4º e seqs) - . A regular instauração de tal procedimento administrativo, desde que haja indícios, em tese, de infração penal cuja persecução seja por ação pública, constitui dever de ofício da respectiva autoridade. A requisição, pela autoridade apontada como coatora - que tem, dentre outras, a nobre missão de velar pela defesa da ordem jurídica, conforme art. 127/CF -, da instauração do inquérito é legal, porque nada contravém mais à ordem jurídica do que o descumprimento, pelos órgãos públicos, principalmente, da coisa julgada. Ordem denegada. (TRF 2º R. - HC 88.02.32582-9 - RJ - 3ª T. - Rel. Juiz Arnaldo Lima - DJU 28.08.1999 - p. 96)

A competência da Polícia Federal se dá em função do disposto na Carta Magna em seu artigo 109, IV. Verbis:

Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO:
Fls: 0392
3628
Doc:

I. DOS FATOS

I.1. DA DENÚNCIA DE FAVORECIMENTO EM LICITAÇÕES

Foi instaurada Sindicância através da PRT /PR- 285 DE 05/10/2011, visando apurar irregularidades cometidas na Diretoria Regional do Pará no âmbito administrativo, dentre outros indícios de infrações penais foram detectados os fatos que passamos a transcrever:

Quando das apurações pela Comissão de Sindicância foi recebida denúncia formulada pelo Sr. EDVALDO FERREIRA LEITE onde o mesmo refere a esquema de favorecimento em licitação onde participavam o Diretor Regional o Sr. Waldemir Freire e seu suposto irmão Sr. Walmir.

Foi tomado por termo as declarações do denunciante (DOC 02) cujos pontos relevantes passamos a transcrever:

"...O valor de 0,67 por Kg transportado foi dado por ele próprio, graças ao privilégio de informações que ele possuía, através de Walmir, irmão do ex- Diretor Regional, Waldemir Freire Cardoso. As informações eram confirmadas pelo Waldemir, no apartamento deste na Av. 25 de setembro que o declarante frequentava GN

Em fins de 1995, a pedido do ex- Diretor Waldemir, O Walmir foi trabalhar sem vínculo empregatício com o declarante, para que o Walmir participasse no faturamento das linhas executadas pela EDE CAR, onde o declarante ficaria com trinta por cento do faturamento e o Walmir ficaria com os outros setenta por cento.GN

Essa proposta (o Walmir trabalhar na EDE CAR e haver a sua participação nos moldes citados) veio com a promessa do ex- Diretor de que isso daria ao declarante livre acesso as informações, além de outras vantagensGN

Até 1995 com a Serra Norte executada a LTR 08 com um faturamento de R\$16.000,00 a R\$ 20.000,00 por mês, com dois veículos toyota. Nesse período, ao receber o pagamento levava a parte correspondente ao Ex Diretor



1. _____

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
Fls: 0393
3628
Doc:

em dinheiro vivo a residência dele, realizando a entrega a ele pessoalmente.

Quando participava dos favorecimentos chegou a receber das mãos do Paulo Dantas, na Igreja N.S de Fátima um convite para cinco empresas indicadas pelo declarante (Edvaldo)"

Chamamos a atenção ao disposto no acórdão 164/2001 do TCU referente ao Processo 450.084/1998-1 (doc. 03), tendo como responsável Waldemir Freire Cardoso, na época a frente da Diretoria Regional de ECT/DR/PA qual já detectou indícios de irregularidades nas licitações, mas notadamente a abertura de propostas em descumprimento a lei 8666/93:

8.4.15 abstenha-se de prática da abertura das propostas antes da indispensável verificação de habilitação do licitante, o que subverte o disposto no art. 3, incisos I a IV, da mesma lei

Note-se que o denunciante afirma não só o conhecimento do preço, mas também acesso às informações das empresas concorrentes.

I.II. DA ANÁLISE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

A Comissão de Sindicância analisou alguns processos licitatórios, dentre os quais podemos citar DL, CV, TP e PREGÃO, no período de 1998 a 2001 constatando que a US MENDONÇA-ME, CNPJ 14. 730.998/0001-94, ganhou 21 dos processos na ECT, chegando a faturar um valor de R\$ 3.560.000,00.

Chama-nos atenção o fato inusitado do procurador da empresa vencedora do certame licitatório, Sr. Walmir Freire Cardoso, possuir grau de parentesco direto com a autoridade até então gestora da Diretoria Regional (doc. 04/05)

Ora, seria recomendável avaliar melhor tal situação ante a evidência dos fatos apresentados, ainda que tais aspectos não sejam aivados de ilegalidade no mínimo esbarra nos princípios insculpidos no artigo 37, caput da Carta Magna

I.II.I. DO CONTRATO 96/98

Outro fato que causa estranheza se refere ao Contrato de prestação de serviço n 96/98 (doc. 06), firmado em 16/12/98 com a Empresa

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fis: 0394
3628
Doc:

400N/ tendo vigência de um ano, cujo valor global era no montante de R\$ 32.1 (trinta e dois mil e sessenta reais e noventa e seis centavos).

O período do contrato teve sua vigência prorrogada por mais dois anos, o que comprova os documentos ora acostados (docs. 07/08).

Após análise dos documentos confrontando com as notas fiscais de pagamento a empresa US MENDONÇA, verificou-se que a ECT desembolsou no período de janeiro/99 a setembro/01 o montante de R\$ 308.005 (trezentos e seis mil e nove reais e trinta e um centavos). (doc. 09)

III. DO CONTRATO 53/00

O Convite n 36/00, também demonstra a mesma peculiaridade, ou seja, foi adjudicado o objeto do certame a empresa US MENDONÇA, sendo firmado o Contrato 53/00 (DOC. 10) pelo período de um ano, com valor global de R\$ 76.802,24 (setenta e seis mil, seiscientos e dois reais e vinte e quatro centavos), todavia constatou-se que no interstício de setembro/ setembro/01, foi desembolsado pela DR/PA o montante de R\$ 107.285 (cento e sete mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) segundo relatório em anexo (doc. 11)

Ha fortes indícios da má gestão do erário público no caso em questão ensejando a atuação deste Ilustre Departamento para apuração dos fatos.

CONCLUSAO

Diante do Exposto, Requer a ECT que V Sa se digne a

Receber o presente e por consequência instaurar o competente inquérito policial, haja vista ser este o meio hábil a permitir que na instrução persecutio criminis, sejam os fatos devidamente apurados.

Atenciosamente,


AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE
DIRETOR REGIONAL ECT/DR/PA

AO ILMO. SR. SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL
M.O GERALDO JOSÉ DE ARAUJO
Av. Almirante Barroso, 4468- Souza
CEP 66.000-013
Belém-PA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
Fis: 0395
3628 -
Doc: _____

RQS nº 03/2005 - CNJ -
CPMI - CORREIO

Fls: 0396

3628

Doc:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 0397
3628
Doc:

2000

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI CORREIOS
Fls: 0398
3628
Doc:

[illegible]

1. The first part of the document is a letter from the author to the editor, dated 1954. The letter discusses the author's interest in the subject of the book and the author's intention to write a book on the subject. The letter is signed by the author and dated 1954.

[illegible]

1. 1990年12月，中共中央、国务院作出《关于实行“以公有制为主体、多种所有制经济共同发展”的方针》，明确“以公有制为主体、多种所有制经济共同发展”的方针。

[illegible]

$\frac{1}{2} \left(\frac{1}{2} \right) = \frac{1}{4}$

1. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 2. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 3. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 4. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 5. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 6. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 7. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 8. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 9. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 10. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0401
3628
Doc:

1 - 03/2005 - CN -

2 - 03/2005 - CN -

3 - 03/2005 - CN -

4 - 03/2005 - CN -

5 - 03/2005 - CN -

6 - 03/2005 - CN -

7 - 03/2005 - CN -

8 - 03/2005 - CN -

9 - 03/2005 - CN -

10 - 03/2005 - CN -

11 - 03/2005 - CN -

12 - 03/2005 - CN -

13 - 03/2005 - CN -

14 - 03/2005 - CN -

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0402
3628	
Doc:	

Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União,

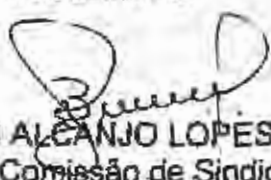
Foi designada, por meio da Portaria (PRT/PR-285/2001), com vigência em 05/10/2001, a presente comissão de sindicância visando apurar fatos relatados no Processo GAB PR 00513/2001.

Com fulcro no caput do artigo 15 da lei 8.429/92, NOTICIAMOS V.Exa a existência de procedimento administrativo visando apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados pelo ex-empregado desta Empresa quando no exercício da função de Diretor Regional do Pará, Sr. Waldemir Freire Cardoso.

Aproveitamos o ensejo para requerer, com base no parágrafo único do artigo 15 da lei supracitada, a designação de um representante deste Ilustre Tribunal para acompanhar o presente procedimento ou adotar outras providências julgadas cabíveis.

Com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente



BENÍCIO ALCANJO LOPES
Presidente da Comissão de Sindicância

Ilmo. Sr. Secretário do Tribunal de Contas da União Seção Belém/PA
M.D OCTAVIO JOSÉ PESSOA FERREIRA
Rua Gaspar Viana, 125 altos, bairro Comércio
CEP 66010-060

ROS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
0403
Fls:
3628
Dnr

RQS nº 03/2005 - CMJ -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0404

3628 - 2005

Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

AO: CHEFE DO GABPR

CI/ DINSP-01.0271.1120/2001

REF: Inicial.

RECEBUE
DE DINSP-01.0271.1120/2001
- 155 22 005133



Assunto: REGISTRO DE DOCUMENTAÇÃO.

Brasília(DF), 05 de outubro de 2001

Solicito registrar o dossiê em anexo, constituído pelas cópias do Relatório TC-450.084/1998-1, da CI/PR-904-CIRCULAR e da CI/PR-905/2001.

Atenciosamente,


JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do DINSP

C/Anexos.

E A SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0405
Fls:
3628
Doc:

GRUPO: II - CLASSE V - PLENÁRIO

TC-450.084/98-1 (e/ 33 volumes)

NATUREZA: Relatório de Auditoria

ENTIDADE: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT,
Diretoria Regional do Pará.

RESPONSÁVEL: Waldemir Freire Cardoso.

Relatório de Auditoria. Falhas/irregularidades encontradas;
audiência do responsável. Justificação das falhas/irregularidades
tidas pela equipe de auditoria como mais graves. Persistência de
falhas de natureza formal. Determinações e juntada às contas.

RELATÓRIO

Faz-se de Relatório de Auditoria realizada na Empresa Brasileira de Correios e
Telégrafos - ECT, Diretoria Regional do Pará, abrangendo o período de 01/01 a 31/12/97. Os trabalhos
desenvolveram-se no sentido de:

"Confrontar as informações da Gerência de Contratação, Suprimento e Patrimônio - área
de gestão de contratos - com os pagamentos realizados pela área financeira e com as informações
registradas na contabilidade, identificando eventuais incorreções, fraudes ou realização de despesas sem
cobertura contratual;

Verificar a correta utilização da prerrogativa inserida no art. 37 da Lei nº 8.666/93 pela
Medida Provisória nº 1.081 e suas reedições ...;

Verificar a regularidade dos processos de contratação por Dispensa de licitação (situações
de emergência);

Verificar a ocorrência de parcelamento indevido de compras; e

Analisar as rotinas de registro e conciliação contábil das rubricas Contas a Pagar,
transferências de Numerário e Prestação de Contas das Agências de Correios e Agências de Correios
ranqueadas."

Apresentado o relatório inicial em meu Gabinete, com proposta preliminar de que fosse
ouvido o responsável acerca dos achados de auditoria, autorizei a adoção desta medida.

Em face das respostas fornecidas pelo responsável, a equipe de auditoria analisou cada
item a ele questionado, transcrevendo-os, além do resumo que fizera das respostas aos itens:

"III DAS JUSTIFICATIVAS

2 Para cada ocorrência constante do Relatório de Auditoria, que tenha sido objeto de audiência,
exibe-se em destaque a mesma titulação que a evoca naquele relatório, seguida da síntese da justificativa
trazida pelo gestor e do parecer desta Unidade Técnica quanto à justificativa apreciada, conforme se
verifica a seguir.

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
0406
Fls.:
3628
Doc:



- a1) **Manutenção de saldos, em agências de pequeno porte, em níveis incompatíveis com o volume de numerário arrecadado e com as respectivas capacidades de guarda e controle de valores, como por exemplo no caso das agências Acurá, Inhangaí, no mês de janeiro/97, e Marabá e Viseu em fevereiro/97 (CONTA 111 – CAIXA).**

• **Justificativa apresentada:**

- a1) Alega inicialmente o gestor que, dentre as agências citadas pela equipe de auditoria em seu relatório, apenas as de Acurá, Inhangaí, São Domingos do Araguaia, Novo Repartimento e Tartarugalzinho são enquadráveis como de pequeno porte.
- a2) Os saldos monetários seriam decorrentes principalmente da execução do contrato da ECT com o INSS, que tem por objeto o pagamento de benefícios previdenciários, impondo-se que o suprimento de numerário às agências observe a cláusula contratual que estipula que os pagamentos se efetuem nos dez primeiros dias úteis de cada mês.
- a3) Contribuem também para a elevação dos saldos, segundo o titular da Diretoria Regional, os pagamentos de professores nas localidades que não possuem agências bancárias – serviço contratado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará – e a arrecadação proveniente das contas de água e de energia elétrica – especialmente no caso das agências de maior porte – que geralmente se concentra no final do mês e após o encerramento do expediente bancário.
- a4) Têm sido instadas a se justificarem, mediante comunicados-padrão expressos em CIs, as agências que não cumprem as normas da empresa com respeito à retenção de numerário em caixa – forma de controle que, no entendimento da Administração, deve se aprimorar com a informatização, em âmbito nacional, de todas as unidades de atendimento – que já está sendo promovida pela ECT.
- a5) No tocante à segurança físico-patrimonial o gestor afirma que, consoante ao demonstrado nas peças que compõem o Doc. 007 (volume 2, fls. 01 a 25), não ocorreram assaltos e arrombamentos nas agências mencionadas pela auditoria, fato que denotaria estarem as mesmas providas com adequado sistema de segurança.
- a6) Com respeito aos controles internos, acrescenta que não foram detectados desvios de numerário nas agências sob consideração durante o exercício de 1997 e conclui pela não procedência da falha apontada.

• **Parecer:**

- a8) Destacando das considerações do gestor, o quadro de ocorrências constante das fls. 02 e 03 do volume 02 registra ocorrência de arrombamento na AC São Domingos do Araguaia em 26.03.97 e de assalto à AC Novo Repartimento em 15.12.97, esta última com prejuízo de R\$ 42.100,00.

- a9) Expressivos também são os danos registrados no mesmo quadro com
- Correios, todas de pequeno porte:

- | | | | |
|-------------------|---|---------|----------------|
| - AC Curionópolis | = | assalto | (R\$22.747,31) |
| - AC Pacajá | = | assalto | (R\$60.638,45) |

ROS nº 03/2005 - GN
CPMI - CORREIOS
Fls: 040
3628
Doc:

- AC Jacundá = assalto (R\$24.400,00)
- AC Cioanésia = assalto (R\$20.713,00).

a10) O Termo de Ajuste de Conduta celebrado em 06.04.98, entre o Ministério Público do Trabalho e a ECT (fls. 13 a 15 do volume 03) — exigindo que a ECT se comprometa a implantar nas suas agências pagadoras de benefícios do INSS, sistemas de segurança de acordo com o seu porte, volume financeiro e grau de risco inerente à região, e que também adequa os procedimentos relativos a numerário em poder das agências pagadoras, evitando que valores significativos fiquem em seu poder — torna evidente que o problema identificado pela equipe de auditoria era comum e bastante generalizado entre as Regionais da ECT.

a11) A comunicação da Presidência da empresa em 23.04.98, mediante Circular a todas as Diretorias Regionais, referindo-se à assinatura do referido Termo de Ajuste de Conduta, menciona as providências que devem ser adotadas para se garantir o atendimento do pagamento dos benefícios do INSS, incluindo a revisão das normas e dos procedimentos que permitam o controle e o redimensionamento dos valores em poder das agências pagadoras dos benefícios do INSS.

a12) Destarte, afiguram-se pertinentes as observações da equipe de auditoria.

b) **Fragilidade de controle do numerário remetido pelas pequenas agências às suas respectivas centralizadoras, uma vez que a rotina de controle do numerário remetido pelas agências de correios centralizadas para as unidades centralizadoras (núcleos financeiros), não estabelece que os depósitos sejam integralmente efetuados na conta da ECT, podendo ser utilizados como suprimento de numerário a outras agências centralizadas (CONTA 114 - REMESSA DE NUMERÁRIO A SER CONCILIADA);**

▪ **Justificativa apresentada:**

b1) Segundo o gestor o fato ocorre apenas com a Agência de Correio de Macapá, em razão dos contratos com a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Amapá - CAESA, com o DETRAN e com a concessionária telefônica TELEMAR, que requerem que os recursos que lhes correspondem — arrecadados nas unidades do estado — sejam depositados em obediência aos prazos contratuais.

b2) Afirma, ainda, que a Gerência Regional de Contabilidade e Finanças - GECON tem controle completo da operação e efetua o respectivo fechamento mensal junto à Tesouraria, conciliando todos os depósitos e remessas efetuados, daí não decorrendo qualquer prejuízo financeiro à ECT.

b3) Finalmente sustenta que com tal procedimento se evita a remessa de numerário de Brasília via Belém, com significativo ganho de celeridade no atendimento das expectativas dos clientes, assegurando a subsistência dos respectivos contratos ante a forte competição local.

▪ **Parecer:**

b5) São satisfatórias as explicações dadas, cabendo ser verificado em futuras auditorias se a Gerência Regional de Contabilidade e Finanças - GECON tem, realmente, o controle completo da operação e efetua o respectivo fechamento mensal junto à Tesouraria, conciliando todos os depósitos e remessas efetuados, conforme afirma o gestor.

RQS nº 03/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0408
3628
Doc:

- c) Realização de pagamentos por meio de Autorizações de pagamentos – APs, sem cobertura contratual e sem licitação, caracterizando fracionamento de despesa, a exemplo dos casos envolvendo (CONTA 122.01 – ADIANTAMENTOS):

[1] pagamento de serviços de vigilância (AP's n's 97/9805, 97/7930, 97/9553, 97/9571, 97/9673, 97/9587, 97/9578, 97/9657, 97/9675, 97/9670);

[2] pagamento de serviços de manutenção de imóveis (AP's n's 97/7356, 97/7391, 97/7370, 97/7122, 97/7200, 97/7237, 97/7210, 97/7235, 97/7180);

[3] pagamentos de serviços de transporte de carga postal, no município de Altamira/PA (AP's n's 97/6100, 97/6098, 97/6091, 97/6085, 97/6082, 97/0342, 97/0343);

* Casos:

[e1] pagamento de serviços de vigilância (AP's n's 97/9805, 97/7930, 97/9553, 97/9571, 97/9673, 97/9587, 97/9578, 97/9657, 97/9675, 97/9670);

■ Justificativa apresentada:

e1-1) Inicialmente o gestor menciona o contrato com a INSS — para pagamento de benefícios em 76 localidades na jurisdição da Diretoria Regional — o qual demanda proteção, quer aos valores sob guarda da ECT, quer à integridade dos seus empregados e do público usuário dos seus serviços;

e1-2) Acentua que a baixa remuneração estabelecida para os serviços prestados — R\$3,24 por benefício pago — não suportaria sequer o ônus da contratação de serviços convencionais de vigilância armada, uma vez que a receita mensal decorrente de cerca de 45.000 benefícios pagos seria insuficiente para a cobertura dos custos daquela modalidade de vigilância — estimada minimamente em R\$1800,00 para cada uma das 76 localidades;

e1-3) Em tal contexto, a ECT, ao tempo que se empenhava em obter uma solução econômica para o caso, optou por prover recursos, mediante autorizações de pagamento, aos Chefes das Regiões Operacionais, objetivando custear o deslocamento de veículos sem identificação dos Correios, escoltados por policiais militares, bem como as despesas com alimentação e pernoite desses policiais;

e1-4) Posteriormente, com a formalização do Convênio nº 25/97, celebrado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, tendo por objeto a prestação de policiamento preventivo nas unidades da ECT no decurso dos pagamentos de benefícios, com início em janeiro de 1998, a situação vicia se regularizar;

e1-5) Ressalta o Diretor que a celebração de convênios dessa espécie — com secretarias estaduais — obteve o respaldo do Ministério Público do Trabalho, que a incluiu na Cláusula Quinta do Termo de Ajuste de Conduta firmado com a ECT em 06.04.1998;

Fls. 008

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0409
3628

c1-6) Admite a desconformidade das medidas adotadas pela Diretoria Regional com as normas de contratação de serviços, porém as considera excepcionais e temporárias, concluindo que os princípios da economicidade e eficiência foram respeitados, sem qualquer dano ao erário e com a garantia de continuidade da prestação dos serviços de pagamento dos benefícios previdenciários, de elevada alçada social.

• Parecer:

c1-8) A própria Diretoria reconhece a não conformidade das medidas adotadas ante as normas de contratação de serviços, considerando-as, porém, excepcionais e temporárias, uma vez estando a situação superada com a celebração do Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

c1-9) Entendemos que as despesas, de fato, foram efetuadas com observância dos princípios da legitimidade e da economicidade, configurando-se no caso em pauta apenas a impropriedade formal quanto às suas execuções.

[c2] pagamento de serviços de manutenção de imóveis (AP's n's 97/7356, 97/7391, 97/7370, 97/7122, 97/7200, 97/7237, 97/7210, 97/7235, 97/7180)

• Justificativa apresentada:

c2-1) Justifica-se o gestor alegando, em síntese, que as autorizações de pagamento sob referência objetivaram pagamentos de serviços de caráter emergencial, relacionados, de modo geral, à segurança interna ou externa das unidades beneficiadas, sempre envolvendo valores de pequena monta — abaixo dos limites estabelecidos para a dispensa de licitação — e, em todos os casos, procedendo-se à prévia pesquisa de mercado junto a pelo menos três fornecedores e submetendo-se a contratação à aprovação da autoridade administrativa.

c2-2) Adianta afirmando que todas as contratações observaram as orientações do Capítulo 5, Módulo 2 do 'Manual de Administração de Recursos, Operações e Controle Financeiro da ECT', particularmente no tocante à classificação dos adiantamentos, situando-os como 'Adiantamento de Pequeno Vulto e Pronto Pagamento' (caso das AP's n's 97/7235 e 97/7180) ou 'Adiantamento Específico' (caso das outras AP's mencionadas).

c2-3) Transcreve trechos do citado manual onde se detalha (fls. 116 e 117 do volume principal) que os adiantamentos de 'Pequeno Vulto e Pronto Pagamento' se destinam a *... pequenas despesas, eventuais e indefinidas no momento da concessão, inerentes às atribuições dos órgãos solicitantes...* e que os 'Específicos' se destinam a *... fazer face a despesas conhecidas, cuja liquidação não possa ser feita por processo normal...*, para acentuar que os serviços em questão — que envolviam aspectos de segurança das unidades receptoras — se contratados pelas vias tradicionais demandariam prazos incompatíveis com a urgência das intervenções requeridas.

c2-4) Finaliza sua argumentação que todos os casos apontados se conformam às exigências do art. 60 da Lei n° 8.666/93, inclusive os limites de 5% do valor do art. 23, inciso II, alínea 'a' da mesma Lei.



▪ Parecer:

c2-6) Cabe observar, inicialmente, que as despesas indicadas não se conformam inteiramente às exigências do art. 60 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o texto legal mencionado pelo gestor não contempla a contratação de serviços, restringindo-se a admissão do contrato verbal às pequenas compras de pronto pagamento.

c2-7) Assim reza o art. 60 da Lei de licitações:

'Art. 60 Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registra sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.'

Parágrafo único. É nula e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta Lei, feitas em regime de adiantamento.'

c2-8) Com respeito ao tema 'Suprimento de Fundos', que abrange os 'Adiantamentos de Pequeno Vulto e Pronto Pagamento' e os 'Adiantamentos Específicos' mencionados pelo gestor, o Decreto nº 93.872/86 dispõe:

'Art. 45 Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I - para atender despesas em viagens ou serviços especiais que exijam pronto pagamento em espécie;

II - quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento; e

III - para atender despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em Portaria do Ministro da Fazenda.'

c2-9) Sobre a mesma questão a Lei nº 4.320/64 dispõe:

'Art. 68 O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.'

c2-10) Nos dois dispositivos é requerido que a despesa não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação.



ECT
Fls. 008

11-450084-98-1

e2-11) Por outro lado a Portaria nº 492/MF de 31.08.92 estabelece que as despesas de pequeno vulto estão situadas no mesmo limite para a dispensa de licitação, que, no presente caso, foi fixado pela Portaria MARE nº 449 de 13.03.97, que estipula os valores seguintes:

- R\$7.710,10 para obras e serviços de engenharia e
- R\$1.952,52 para compras e outros serviços.

e2-12) A mesma Portaria nº 492/MF/92 determina que os valores por documento comprobatório não devem ultrapassar 5% daqueles valores-limite, admitindo-se, no caso das despesas de pequeno vulto, os valores máximos:

- R\$385,51 para obras e serviços de engenharia e
- R\$96,36 para compras e outros serviços.

e2-13) A documentação trazida aos autos revela que apenas os adiantamentos apresentados pelas AP's de números 97/7235, 97/7180 e 97/7237 se destinaram a compras — nota-se que os demais objetivaram a contratação de serviços — e, dentre os três mencionados, apenas o da AP nº 97/7180 apresenta conformidade com os valores máximos por documento comprobatório indicados na Portaria nº 492/MF/92.

e2-14) Com relação aos serviços contratados verbalmente por intermédio de servidor munido de adiantamento — envolvendo recuperação de portas, portões, forros, pisos e divisórias — não é possível caracterizá-los como serviços especiais, cuja despesa resultante de sua contratação não pudesse subordinar-se ao processo normal de aplicação, verificando-se, pelo contrário, o perfeito cabimento do processo de dispensa de licitação, sucedido pela emissão de instrumento simplificado hábil para suportar a contratação — consoante ao que prescreve o art. 62 da Lei de Licitações e Contratos.

e2-15) Fica afastada, no caso, a hipótese de fracionamento intencional de despesas posta a dificuldade de previsão das necessidades que impuseram os serviços de manutenção, restando caracterizadas como impróprias:

- as contratações de serviços comuns — não incluídos nas hipóteses descritas no art. 45 do Decreto nº 93.872/86 e, portanto, suscetíveis de se enquadrarem aos processos normais — sem o respaldo de instrumentos hábeis, conforme impõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93, e não precedidas do devido processo de dispensa de licitação;
- as prestações de contas das despesas de pequeno vulto envolvendo compras de materiais mediante adiantamento, sem a observância dos valores máximos admissíveis por documento comprobatório indicados na Portaria nº 492/MF/92.

[e3] pagamentos de serviços de transporte de carga postal, no município de Altamira /PA (AP's nºs 97/6100, 97/6098, 97/6091, 97/6085, 97/6082, 97/0342, 97/0343);

Justificativa apresentada:

e3-1) Alude inicialmente o gestor às seríssimas deficiências estruturais das localidades no longo da Rodovia Transamazônica, sobretudo no tocante ao transporte de cargas, falta de infraestrutura da Administração — dada a dificuldade para contratar uma empresa transportadora disposta a realizar o transporte de malas postais com a frequência e pontualidade inerentes aos requisitos de qualidade da RCT — a optar temporariamente pela contratação de transportadores autônomos, porquanto

REC. nº 03/2005
CPM - CORREIOS
4422
3628
Doc. _____

amente estes, ainda que não registrados na forma da legislação vigente, se dispunham a atender tais condições.

c3-2) Ao tempo que se buscava uma alternativa viável e consentânea com a lei, a única alternativa encontrada implicava o envio de numerário à Agência de Altamira para pagamento direto a vários transportadores autônomos que atendiam as localidades de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Pacajá.

c3-3) A solução definitiva, segundo o gestor, advém com a contratação regular da Cooperativa de Transporte Alternativo Intermunicipal de Passageiros e Cargas da Transamazônica, mediante o processo de dispensa DI, nº 24/99 ao custo mensal de R\$1.322,00, e do autônomo Edmundo Gerônimo Pereira, mediante o processo de dispensa DI, nº 25/99 ao custo mensal de R\$450,00.

c3-4) Arremata o Diretor Regional sua justificativa expressando que as medidas adotadas — não conformes com as normas de contratação de serviços — foram excepcionais e temporárias, circunstância em que os princípios da economicidade e eficiência foram respeitados, sem qualquer dano ao erário, e sem descontinuidade dos serviços de entrega de cartas e encomendas postais, numa das regiões de maior dificuldade de acesso do país.

• Parecer:

c3-6) Reconhece o Diretor Regional que as medidas adotadas não se conformam às normas de contratação de serviços.

c3-7) Observa-se que a situação de anormalidade só veio ser superada com a contratação regular, em janeiro de 1.999, da Cooperativa de Transporte Alternativo Intermunicipal de Passageiros e Cargas da Transamazônica, com o complemento dos serviços do autônomo Edmundo Gerônimo Pereira, também regularmente contratado.

c3-8) Não ficou caracterizado, de fato, dano ao erário com as contratações, que asseguraram, em verdade, a continuidade dos serviços nos municípios ao longo da Transamazônica; não se compreendendo, contudo, a ausência de iniciativa da Administração que não exigiu aos prestadores autônomos a regularização de sua situação fiscal.

c3-9) Destarte, são procedentes as ressalvas da equipe de auditoria.

d) Elevada inadimplência de Agências Franqueadas, revelada no balancete de encerramento de 1.997, que registrou 73,97% de inadimplência sobre o total do faturamento das agências de correios franqueadas (CONTA 123.22 – DÉBITO DE ACFs).

• Justificativa apresentada:

d1) Preliminarmente o gestor contesta o índice de inadimplência apontado pela equipe de auditoria — registrado como 73,97% — acenando que o índice correto corresponde a 26,74%, representado pelo quociente da inadimplência (R\$807.810,29) pelo montante arrecadado das agências franqueadas (R\$3.020.366,82).

Fls. 009

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMF - CORREIOS
Fls. 0413
362.8
Doc:

- d2) Avança detalhando que a **COSTA DÉBITO DE ACFs** se subdivide em:
- i) **Débito na Prestação de Contas**, que abrange os valores dos saldos devedores assinalados prestação de contas da segunda quinzena de cada mês e que, por força de contrato, devem ser recolhidos no primeiro dia útil do mês seguinte, sendo a conciliação realizada, por consequência, no mês subsequente;
 - ii) **Inadimplentes**, que abrange os débitos decorrentes do não cumprimento do contrato de franquia com respeito aos prazos de recolhimento, já em processo de cobrança, e que são cumulativos a cada exercício financeiro, na medida em que persista a inadimplência.

d3) Esclarece que os débitos na prestação de contas importavam por ocasião do balanço de encerramento R\$210.249,37, o que resulta um índice de inadimplência efetiva de apenas 10,78%, ao qual se abrigam débitos pendentes de quitação, acumulados desde 1993 até o encerramento do exercício 1997.

d4) Comenta a evolução e a situação dos processos de cobrança das agências inadimplentes — diversos já encerrados com a quitação dos respectivos débitos — reconhecendo a existência de diversas pendências, bem como de alguns casos de atrasos na condução dos processos de cobrança, fatos em razão dos quais estão se adotando procedimentos visando definir responsabilidades.

• Parecer:

d6) O índice de inadimplência registrado pela equipe de auditoria teve por base o faturamento total retido pelas agências no último mês — assinalado como débito na prestação de contas — adicionado das pendências decorrentes de inadimplência, que totalizam o 'Débito de ACF', e representa o quociente da 'Inadimplência' pelo 'Débito de ACF', ao passo que o índice do gestor tem por base o montante de faturamento no exercício financeiro.

d7) De qualquer forma, as explicações do gestor evidenciam que a inadimplência das agências franqueadas, além de elevada, abriga débitos acumulados desde 1993 em decorrência de morosidade na condução de alguns processos de cobrança, comprometendo-se a Administração a adotar providências visando definir responsabilidades quanto aos atrasos de cobrança ocorridos.

d8) Resultam portanto apropriadas as ressalvas da equipe de auditoria acerca da inadimplência das agências franqueadas.

c) **Enquadramento indevido de serviços comuns como 'serviços de engenharia' com consequente fuga ao procedimento licitatório cabível, mediante a aplicação imprópria do art. 24, I, da Lei 8.666/93 (processos de dispensa de números 022/97, 036/97, 039/97, 073/97, 078/97, 100/97, 198/97, 205/97, 253/97, 299/97, 326/97, 343/97 e 060/98);**

• Justificativa apresentada:

e1) Princípiu o Diretor Regional pela caracterização dos processos de dispensa de licitação arrolados, com menção às respectivas composições documentais: em todos os casos, tendo a ocorrência de prévia coleta de preços junto a três fornecedores — com exceção da 198/97, cuja coleta se restringiu a apenas dois — que teria fundamentado a escolha do contratado.

e2) Recorre, tomando-a como argumento genérico de sua defesa, à exegese do respeitável administrativista Marçal Justen Filho acerca do tema 'obras e serviços de engenharia' (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 5ª edição - 1998), em que o autor comenta:

'A distinção legal entre "obra" e "serviço de engenharia" é insuficiente e deficiente, na esteira do que já ocorria com o DL nº 2.300/86 (...), quanto a serviço, foi adotada uma espécie de definição, decorrente de um sumário exemplificativo de atividades consideradas como tal. Isso já seria defeito suficiente para merecer crítica. Mas o problema é mais grave, pois as definições legais são insuficientes, inadequadas para diferenciar certas hipóteses limítrofes.' (cf. citado, fls. 128 e 129 do volume principal).

e3) Adicionalmente observa que a Lei nº 8.666/93 não explicita o que seriam 'serviços de engenharia', o que implica em reais dificuldades ao administrador quando pretende enquadrar determinados serviços, posta a faculdade de ser dispensada a sua licitação em favor da celeridade das soluções administrativas pretendidas, dificuldades comuns mesmo a doutrinadores e estudiosos como o referido Professor Marçal Justen Filho.

e4) Ressalta o gestor o reduzido número de ocorrências e os baixos valores de contratação indicados pela equipe de auditoria, afirmando mesmo que as dispensas de licitação se caracterizaram pela economia processual visando o atendimento de *'...situações que reclamavam atendimento imediato, mesmo não enquadradas como situações emergenciais...'*, que pelo seu volume e restrições de ordem administrativa existentes — no tocante a pessoal e recursos financeiros — requeriam soluções práticas e rápidas, tendo sido evitado qualquer dano ao erário *'... pelo cuidado particular que a área de engenharia tem com relação aos custos, sempre comparados aos de mercado...'*.

e5) No sentido de validar suas razões o Diretor Regional aponta para:

i) extrato da resposta à consulta dirigida pela ECT ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia - CREA/PA, em que o Conselho se pronuncia, afirmando em síntese:

- (1) serem os serviços profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia privativos dos profissionais inscritos no CREA, em cuja jurisdição se desenvolverão suas atividades;
- (2) existir o direito assegurado para o exercício das atividades contempladas no âmbito da formação própria dos referidos profissionais;
- (3) com respeito aos serviços enquadráveis como 'serviços de engenharia', aí se incluírem *'...todas os serviços tidos como obras complementares das atividades tais como: reforços, pinturas, ampliações em geral e tudo mais que possa ser entendido como serviço de engenharia e arquitetura, o que, aliás já foi previsto pela art. 1ª da Resolução nº 218-73 do CONFEA...'* (cf. citado, fls. 129 do volume principal);

ii) Lei nº 5.194/66, que dispõe:

iii) Resolução nº 218-73 do CONFEA, que dispõe:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0415
3628
Doc:

[14-150.081.084]

e6) extrato da resposta à consulta dirigida pela Diretoria Regional ao Departamento de Engenharia da ECT, em que o Departamento informa que podem ser considerados como serviços de engenharia *“...todos aqueles serviços que, para uma de suas fases (planejamento, execução, acompanhamento, supervisão, fiscalização, recebimento e aceitação), sejam demandados conhecimentos e habilidades técnicas inerentes ao profissional de engenharia...”* (cf. citado, fls.130 do volume principal).

e6) Prossegue asseverando que, à luz das manifestações do CRIA e do Departamento de Engenharia da ECT e dos termos das normas mencionadas, o enquadramento das contratações na condição de serviços de engenharia não representou qualquer infringência à Lei de Licitações, guardando total coerência com o ordenamento jurídico vigente.

e7) Insiste, ademais, que em todos os casos a execução do objeto contratado foi acompanhada por engenheiros ou técnicos da empresa e foi precedida de projeto, especificações técnicas e de orçamento básico e encerrada com a lavratura de termo de recebimento com a presença daqueles profissionais e prepostos do contratado.

e8) Conclui o Diretor não ser possível serem os serviços em questão — que envolveram instalações elétricas e hidráulicas, pintura, recuperação de pisos, revestimentos e telhados — enquadrados de maneira diversa da que foi considerada pelos técnicos da Diretoria Regional, por absoluta falta de amparo legal.

▪ Parecer:

e10) Cabem diversas objeções às colocações do Diretor Regional, detalhadas a seguir.

e11) Inicialmente cabe registrar que a Lei de Licitações e Contratos trata indistintamente as obras e os serviços de engenharia para efeito do enquadramento da modalidade de licitação que lhes cabe, conhecido o valor previsto para sua contratação, decorrendo daí que uma eventual confusão conceitual

entre os dois termos não traz qualquer prejuízo à aplicação da lei.

e12) A distinção entre serviços de engenharia e outros serviços é que assume relevância, porquanto a Lei 8.666/93 os trata de forma diferenciada, embora, de fato, não conceitue o que venham ser os referidos serviços de engenharia.

e13) Não há, contudo, qualquer dificuldade em reconhecer que os **serviços de engenharia** só passam ser prestados por **pessoa física ou jurídica** legalmente habilitada, cuja formação profissional seja compatível com a natureza dos serviços a serem prestados — serviços que, necessariamente, envolvem a geração ou requerem a aplicação de tecnologia e de normas técnicas conexas às disciplinas específicas no campo da formação profissional em questão.

e14) Nesse sentido a Lei nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões relacionadas com a engenharia, dispõe:

e15) A mesma lei discrimina as atividades e atribuições inerentes às pessoas físicas e jurídicas a que se refere, enfatizando a natureza técnica daquelas atividades e atribuições, e evidencia

a exigência de habilitação e registro destas pessoas junto ao CREA, para efeito do exercício regular de suas atividades.

e16) Com respeito à formação técnica e titulação que caracterizam os profissionais a citada lei esclarece:

e17) A Resolução nº 218-73 do CONFEA, em complemento, discrimina as competências das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, indicando as atividades próprias de cada titulação e impondo que o exercício da profissão fique circunscrito às atividades constantes do registro profissional junto ao CREA:

e18) Outra condicionante legal fundamental que norteia a contratação de serviços de engenharia é a "Anotação de Responsabilidade Técnica", consoante ao que reza a Lei nº 6.496/77:

e19) Em síntese, eis algumas características que tornam distintos os serviços de engenharia:

- envolvem a geração ou requerem a aplicação de tecnologia e de normas técnicas, demandando conhecimentos técnicos especializados providos por instituições oficiais de ensino relacionadas à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia;
- são privativos dos detentores de diplomas ou certificados — referidos às respectivas especializações — legalmente habilitados com o requerido registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a que esteja jurisdicionada a localidade em que serão desenvolvidos;
- não podem exceder à competência própria da titulação do seu prestador, limitando-se às atividades constantes do seu registro junto ao CREA;
- sua contratação requer a definição da responsabilidade técnica do prestador mediante "Anotação de Responsabilidade Técnica" no CREA.

e20) Verifica-se que os serviços contratados pela Administração da ECT, ora sob consideração, não preenchem os requisitos acima, mesmo admitindo-se que em todos os casos a execução do objeto contratado foi acompanhada por engenheiros ou técnicos da empresa e foi precedida de projeto, especificações técnicas e de orçamento básico e encerrada com a lavratura de termo de recebimento com a presença daqueles profissionais e prepostos do contratado.

e21) Confirma-se, contrariando as pretensões do gestor, que os trabalhos de natureza técnica — como projetos, especificações de serviço, orçamentos, e supervisão técnica ou quaisquer outros insertos na Resolução nº 218-73 do CONFEA — não foram efetivamente contratados, sendo providos pelo próprio quadro técnico da ECT, restando contratada somente a execução de trabalhos em que foram requeridos exclusivamente o emprego de materiais, sem controle tecnológico prévio ou concomitante a cargo do prestador, e o labor de artífices, limitado às respectivas habilidades, conforme demonstram os orçamentos e demais especificações que integram os processos de dispensa.

e22) Mesmo nas poucas situações em que o fornecedor contratado está identificado como firma construtora ou engenheiro civil, não há comprovação de sua habilitação legal e regularidade perante o CREA/PA e nem da necessária anotação de responsabilidade técnica, e, ademais, os serviços descritos são comuns e bastante simples (conservação e discretas adaptações prediais, recuperação de fossa) e passíveis de execução por artífices ou pequenas firmas de manutenção predial, sem qualquer possibilidade de risco às pessoas ou ao patrimônio do contratante, uma vez que sua execução não exige capacitação técnica superior, sendo injustificável, portanto, merecerem intervenções, exigirem-se a anotação de responsabilidade técnica, a comprovação de habilitação legal para sua execução, ou, mesmo a colocação de placas consoante à Lei nº 5194/66.

e23) Em complemento às considerações precedentes configura-se bastante elucidativa a lição do mestre administrativista Hely Lopes Meirelles, que expressa em sua obra 'Direito Administrativo Brasileiro' (23ª edição, Malheiros Editores, p. 228), ao discorrer sobre o contrato de serviço, o seguinte:

... Para fins de contratação Administrativa é necessário distinguir os serviços comuns, os serviços técnicos profissionais e os trabalhos artísticos, que, por suas características, influem diversamente na formação e no conteúdo do contrato.

Serviços comuns - Serviços comuns são todos aqueles que não exigem habilitação especial para sua execução, podendo ser realizados por qualquer pessoa ou empresa, por não serem privativos de nenhuma profissão ou categoria profissional...

... A contratação desses serviços, de que são exemplos a pintura de edifícios, a limpeza e conservação de prédios ou de máquina simples, admite as duas modalidades de regime de execução já estudadas, ou seja, empreitada e tarefa.

Serviços técnicos profissionais - Serviços técnicos profissionais são os que exigem habilitação legal para sua execução...

... É serviço que requer capacitação profissional e habilitação legal para o seu desempenho dentro das normas técnicas adequadas, como ocorre com os trabalhos de Engenharia, Eletricidade, Mecânica, Comunicações, Computação, Transportes e outros que exigem conhecimentos especiais para sua realização....'

e24) Ante as colocações precedentes não resta dúvida quanto haverem serviços comuns sido indevidamente enquadrados como 'serviços de engenharia' com conseqüente fuga ao procedimento licitatório cabível, mediante a aplicação imprópria do art. 24, I, da Lei nº 8.666/93 nos processos de dispensa elencados.

1) Contratações de emergência, em situações caracterizadas de imprevidência administrativa, com aplicação imprópria do permissivo do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 (processos de dispensa de números 085/97, 108/97, 271/97, 312/97 e 209/97);

• Justificativa apresentada:

(1) O Diretor Regional inaugura sua justificativa afirmando que a emergência não é prevista nem planejada, mas administrada, e que eventuais falhas de planejamento ou de controle de serviços — que coloquem em risco o atendimento ao público ou exponha a Administração a prejuízo — caracterizam emergência, cabendo ao Administrador recorrer à contratação direta, com o objetivo de debelar o problema, e apurar as responsabilidades pelos cometimentos das falhas que motivaram a situação emergencial.

(2) Prossegue discorrendo sobre cada caso listado, expondo suas razões:

3) acerca do processo de dispensa nº 085/97:

(1) decorreu da expiração do contrato 028/92 de fornecimento de peças, celebrado com a Tágide Veículos Ltda., que, após ser prorrogado por quatro períodos sucessivos, obstando sua vigência com base na Lei nº 8.666/93;



- (2) a modalidade licitatória mais célere — o Convite — não cobriria os gastos por mais de dois meses, ao passo que a Tomada de Preços demandaria 55 dias para o início do suprimento de peças, o que levaria à paralisação da frota da Gerência Operacional;
- (3) assim se caracterizou a emergência, procedendo-se à contratação direta para cobrir o período necessário aos procedimentos licitatórios relativos à Tomada de Preços nº 2/97;
- (4) a contratação direta não ocasionou prejuízo à ECT, uma vez que os preços obtidos — correspondentes aos da tabela oficial da Volkswagen decrescidos de 2% a título de desconto — foram inferiores aos resultantes da Tomada de Preços nº 02/97, na qual se alcançou um desconto de 1% sobre a tabela do mesmo fabricante;
- (5) considerando-se que a recomendação a Gerência de Administração — propondo a melhoria dos controles sobre os vencimentos dos contratos e a apuração de falhas que pudessem ensejar problemas de fornecimento — não foi integralmente cumprida, está sendo instaurado o processo administrativo para a apuração dos fatos e definição de responsabilidades.

ii) acerca do processo de dispensa nº 108/97:

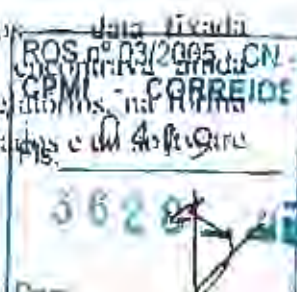
- (1) decorreu da expiração do contrato relativo ao fornecimento de cestas básicas, celebrado sem cláusula de prorrogação, cuja vigência expirou regularmente em 31/03/97;
- (2) a Concorrência encaminhada para a contratação de novos fornecimentos de cestas básicas foi perturbada por diversos recursos impetrados pelos licitantes inabilitados, dilatando o prazo de processamento além do previsto;
- (3) a emergência viria então se caracterizar, uma vez que o fornecimento de cestas básicas aos servidores da ECT constava expressamente do Acordo Coletivo de Trabalho então vigente, não podendo ser descontinuado;
- (4) procedeu-se, assim, à contratação direta para cobrir o período necessário à condução dos procedimentos licitatórios relativos à Concorrência nº 01/97;
- (5) a contratação direta não ocasionou prejuízo à ECT, uma vez que os preços pagos ao contratado foram baseados em pesquisa junto a três supermercados de Belém e fixados com 5% de desconto sobre os preços médios obtidos na pesquisa, observando a mesma sistemática adotada na contratação regular;
- (6) a situação emergencial decorreu de fatores externos, sem que qualquer empregado da ECT tenha concorrido para a mesma;

iii) acerca do processo de dispensa nº 271/97:

os esclarecimentos se inserem no caso abordado na alínea 'b':

iv) acerca do processo de dispensa nº 312/97:

- (1) decorreu da necessidade do cumprimento do contrato firmado com o DETRAN, compreendendo serviços postais, recebimento de valores e processamento de informações do cadastro de proprietários de veículos automotores;
- (2) ao se estabelecer a data para o início da prestação dos serviços — data fixada unilateralmente pelo DETRAN — a Diretoria Regional não se encontrava equipada para executar o processamento de dados e emissão de relatórios, na forma exigida pelo cliente, e a Prodepa era a única detentora das bases de dados adequados a esses serviços;





- (3) assim, enquanto se aparelhava a Central de Impressão de Documentos com Dados Variáveis da DR/PA — mediante contratações regulares formalizadas nos contratos nº 09/98 e nº 11/98 — recorreu-se à contratação direta da Prodepa, em caráter emergencial e temporário;
- (4) os preços pagos à Prodepa foram integralmente absorvidos pelo eflente, não advindo qualquer prejuízo à ECT, e a situação emergencial ocorreu sem o concurso direto ou indireto de qualquer empregado da empresa;

v) acerca do processo de dispensa nº 209/97:

- (1) decorreu da necessidade inerente ao contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, compreendendo vários serviços de encomendas, pagamentos de benefício e proventos, vendas de produtos e serviços telemáticos;
- (2) posto tratar-se de contrato comercial de alto interesse para a Diretoria Regional, que não contava com estrutura própria para satisfazer totalmente a demanda de transporte, era conveniente a obtenção de serviços de transporte fluvial junto a terceiros, com o propósito de assegurar a prestação dos serviços à SESPA;
- (3) dado que o lapso de tempo adequado ao processamento normal de uma licitação na modalidade Tomada de Preços tornaria inviável o cumprimento do prazo requerido para a ECT iniciar a prestação dos seus serviços, inviabilizando a execução do contrato e por consequência trazendo uma perda de receita de cerca de R\$27.397,00, a Diretoria Regional, posta a situação de emergência, optou pela contratação direta das empresas Fluvil e Volante — que apresentaram as menores propostas de preços dentre quatro fornecedores consultados — pelo período de 180 dias, propiciando o desenvolvimento normal da Tomada de Preços nº 08/97, que veio resolver regularmente a questão;
- (4) o custo mensal — estimado em R\$15.356,25 — mostrou-se compatível com os preços de mercado e foram absorvidos pela SESPA, não advindo qualquer prejuízo à ECT.

▪ Parcecer:

(3) Em linhas gerais as justificativas confirmam a falta de acompanhamento de alguns contratos críticos de fornecimento por terceiros e, também, a celebração de contratos para a prestação de serviços especiais a órgãos oficiais sem a devida previsão e prévio planejamento dos prazos e dos recursos a alocar para atendê-los.

(4) No caso do processo de dispensa nº 085/97 o contrato 028/92 de fornecimento de peças, celebrado com a Tágide Veículos Ltda., já vinha sendo indevidamente prorrogado por quatro períodos anuais sob o pressuposto de se tratar de 'serviço de natureza contínuo', quando teve finalmente obstada sua prorrogação.

(5) O pressuposto de que a contratação do fornecimento mediante convite não cobriria o lapso de 55 dias necessários para o processamento da Tomada de Preços fenece, porquanto as notas fiscais emitidas pela Tágide entre 22.12.97 e 17.03.98 — em razão do contrato 109/97 rescindido e da Tomada de Preço nº 02/97 que sucedeu e teve o mesmo objeto da DL nº 085 — totalizaram R\$25.360,44 no período de 55 dias considerado, o que demonstra a inviabilidade do convite.





TC-450/084/084

16) A contratação direta da empresa Cestas e Cozinhas Nossa Senhora de Nazaré Ltda. em 24/04/97, pelo prazo de 90 (noventa) dias, foi autorizada sob a alegação de que, em 31/03/97, havia expirado o contrato nº 031/96, celebrado com a empresa Blue Cards Ltda., tendo como objeto o fornecimento de cestas básicas.

17) Contudo, já em 18/11/96 a Diretoria Regional havia sido alertada pelo Departamento de Contratação e Administração de Material - DICAM para a necessidade de novo certame licitatório, consumando-se somente em 14/01/97 a designação da Comissão Especial de Licitação, que atuou no processo que resultou no contrato com a empresa Imperial Alimentos Ltda. em 28/08/97, admitindo-se de forma indevida, sua vigência retroativa a 25/08/97.

18) No caso dos processos de dispensa nº 312/97 e nº 209/97 fica evidenciada a total artificialidade da pretensa situação de emergência, posto que, ao estabelecimento das condições contratuais para a ECT prestar seus serviços, tomou-se imediatamente previsível a necessidade da contratação de serviços complementares a terceiros, juntamente com os respectivos prazos para se processarem tais contratações, daí resultando a possibilidades de se negociarem prazos adequados para o início da prestação dos serviços pela ECT.

19) Não há evidências de dano ao erário nos casos comentados, mostrando-se pertinentes as ressalvas da equipe de auditoria quanto ao uso impróprio do permissivo do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

g) Não detecção de dados referentes ao fornecimento de cestas básicas, no período compreendido entre o término da vigência do contrato - firmado com a empresa Cestas e Cozinhas Nossa Senhora de Nazaré Ltda. por noventa dias - e o dia 25/08/97 (processo de dispensa nº 108/97):

▪ Justificativa apresentada:

g1) O Diretor Regional alega que o contrato com a firma Cestas e Cozinhas Nossa Senhora de Nazaré teve seu término em 24/07/97 e que a empresa forneceu normalmente o objeto da contratação até o mês de julho de 1997, conforme se comprova com a Nota Fiscal nº 22 expedida pela mesma.

g2) Adicionalmente informa que o contrato com a Imperial Alimentos, originário da Concorrência nº 01/97, começou a vigor a partir do dia 25/08/97, quando se deu o fornecimento das cestas relativas ao mês de agosto do mesmo ano.

▪ Parecer:

g4) Verifica-se que a Nota Fiscal nº 22, emitida pela firma Cozinha N.S. Nazaré exibe a data de 01/08/97, posterior à expiração do respectivo contrato, ao passo que a Nota Fiscal nº 5.089, emitida pela Imperial Alimentos, registra a data de 25/08/97, anterior à da celebração do seu contrato, assinado em 28/08/97 (fls. 53 a 55 do volume principal), evidenciando-se, em



- b) Acatamento de proposição da firma contratada Barra Britto S/C Advogados Associados, fundada em alegação de aumento do quantitativo de serviço e necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, contratando-a para prestar serviços jurídicos adicionais sem licitação, sob pretexto de estar configurada situação de emergência, acarretando aumento nos pagamentos mensais de R\$5.233,27 para R\$17.699,81, correspondendo a um reajuste efetivo de 238,22% (processo de dispensa nº 271/97);

• Justificativa apresentada:

b1) O gestor refuta as afirmações da equipe de auditoria, alegando, em síntese, que a carga de trabalho excepcional para a capacidade disponível pela área jurídica da empresa — aí entendido o quadro próprio e os serviços contratados a terceiros — advém com as 504 ações trabalhistas impetradas pelo Sindicato dos Trabalhadores da ECT do Estado do Pará — SINCOTR / P.A. a partir de agosto de 1997, pleiteando para todos os reclamantes a incorporação de 12 referências salariais a título de promoção, com evocação do princípio de isonomia.

b2) Premida pela necessidade de contratação direta de recursos exigidos pela circunstância, a Administração pesquisou preços junto a três conceituados escritórios jurídicos, e escolheu para a prestação dos serviços, por seis meses, o da firma Barra Britto S/C Advogados Associados — que já prestava serviços à ECT, tratando de aproximadamente 110 processos/ mês — em razão de haver apresentado a melhor proposta comercial.

b3) O desenvolvimento dos serviços ensejaria a possibilidade de se avaliar se o remanescente de processos poderia ser absorvido com os recursos normais da ASJUR e do Escritório Barra Britto.

b4) Os 504 processos foram devidamente instruídos e acompanhados, demandaram mais de 800 audiências e foram, em sua totalidade, sentenciados favoravelmente à ECT.

b5) Contesta as conclusões da equipe de auditoria no tocante a outros aspectos, alegando:

- que não houve o acatamento de proposição da contratada, e sim constatação fática do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato vigente com o Escritório Barra Britto, diante do acréscimo da sua carga de trabalho em mais de 400%;
- ter sido caracterizada a situação emergencial, ante a possibilidade real de prejuízos financeiros à Administração em decorrência das ações impetradas, restando a contratação direta ser a alternativa mais consentânea com a legislação em vigor;
- que inexistia a criticada 'terceirização indiscriminada dos serviços da ASJUR', uma vez que a terceirização abrange somente a atuação judicial em matéria trabalhista e outros poucos processos adicionais, reservando-se ao Escritório contratado a parcela equivalente à que lhe foi repassada por ocasião da celebração do contrato;
- que a Lei nº 8.666/93 não exige do Administrador a realização de qualquer estudo de viabilidade econômica como condição para a contratação direta, mesmo que assim fosse a ASJUR se limitou a atuar como requerente, fornecendo elementos para o órgão de contratação;
- que, relativamente ao valor do prejuízo face à sucumbência, não seria possível aferir, na ocasião, o seu montante, dado o volume de ações trabalhistas intentadas.

com valor ilíquido — e da diversidade de cargos, referências salariais, funções e outras características dos reclamantes.

▪ **Parecer:**

h7) A partir dos documentos trazidos aos autos pelo gestor foi elaborado o quadro (fls. 177) que exhibe as quantidades de processos encerrados nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Belém e de outras localidades, onde se identificam as decisões que motivaram o encerramento, respectivamente sob as siglas:

- A = arquivamento pela ausência do reclamante;
- E = extinto sem julgamento de mérito;
- I = improcedente;
- D = arquivamento pela desistência do reclamante;
- O = extinto com julgamento de mérito e outros casos de encerramento.

h8) O quadro revela que antes de outubro de 1.997 — mês em que foi aprovada a dispensa nº 271/97 visando a contratação do Escritório Barra Brito por 180 dias, alegando-se estar configurada situação de emergência — já estavam sentenciados e encerrados 338 processos dentre os 504 ajuizados, cabendo notar que tais processos haviam sido tratados pelo mesmo escritório, com a cobertura do contrato 119/95, ainda vigente, porquanto do termo aditivo nº 021, de 31/03/97, houvesse estendido sua vigência até 24/04/98.

h9) Permaneciam, portanto, por acompanhar apenas 146 processos, dos quais 130 seriam sentenciados e encerrados antes da assinatura do contrato 94/97 no dia 30 de outubro de 1.997, restando para se acompanharem com a cobertura do novo contrato em questão apenas os seguintes processos:

Nº do Processo	JCJ	Decisão	Data de encerramento
001.01277 /97	1ª Belém	Improcedente	30.10.97
014.01222 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	30.10.97
014.01223 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	30.10.97
014.01224 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	30.10.97
014.01226 /97	14ª Belém	Arquivamento por desistência do reclamante	30.10.97
014.01227 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	30.10.97
014.01228 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	30.10.97
107.01797 /97	Marabá	Extinto sem julgamento de mérito	31.10.97
107.01798 /97	Marabá	Extinto sem julgamento de mérito	31.10.97
107.01799 /97	Marabá	Extinto sem julgamento de mérito	31.10.97
008.01214 /97	8ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	03.11.97
014.01191 /97	14ª Belém	Arquivamento por ausência do reclamante	14.11.97
765 /97	C. Araguaia	Extinto sem julgamento de mérito	
766 /97	C. Araguaia	Extinto sem julgamento de mérito	
769 /97	C. Araguaia	Extinto sem julgamento de mérito	
770 /97	C. Araguaia	Extinto sem julgamento de mérito	

REC 07/0910912005 - CN -
CRM 01/09/98 CORREIOS
07.00423
Fls. 07.01.98
3626
Doc

h(10) Assim, com a cobertura desse contrato adicional totalmente desnecessária, o Escritório Barra Brito, no decurso de seis meses, pela carga litisória de 16 processos — dos quais 10 se encerraram nos dois dias iniciais de sua vigência — teve um acréscimo de R\$12.466,34 em seus pagamentos mensais.

h(11) Pode-se afirmar também que, mantidas as bases do contrato original, ainda vigente, de R\$47,57 por processo x mês, o valor pago em razão desse novo contrato seria bastante para o acompanhamento de 1572 processos x mês adicionais no período de seis meses da sua vigência.

h(12) Mesmo considerando-se a intenção sub-reptícia e descahida de compensar a episódica carga adicional de trabalho acarretada pelos 504 processos em comento, que fora anteriormente absorvida, com a cobertura do contrato 119/95, pelo Escritório Barra Brito e que, desde o mês de agosto, até o dia anterior à assinatura do contrato 94/97, envolveu 1106 processos x mês — equivalente à média de 369 processos ao mês — esse novo contrato, além de compensá-la com vantagem, apresentaria saldo suficiente para mais 450 processos x mês.

h(13) Cabe ressaltar, ainda, a extrema facilidade relativa à condução dos processos em questão, nos quais as 504 reclamações foram "elönadas" — demandando, evidentemente, contestações também "elönadas", que não flutram aos presentes autos — as audiências convocadas em "banelada" para poucas datas, em cada Junta, e as sentenças pouco variadas, em sua maioria (397 casos) impondo o arquivamento do processo pela ausência do reclamante ou a sua extinção sem julgamento de mérito.

h(14) Fica patente o atentado aos princípios da legalidade, da legitimidade, da moralidade e da economicidade advindo da contratação direta ora abordada, com integral prejuízo à ECT, uma vez que os 16 processos relativos às reclamações do SINCOR, ainda remanescentes na data de assinatura do contrato 94/97, deveriam continuar sendo tratados no escopo do contrato 119/95, cuja vigência se estendeu até 24/04/98 por força do termo aditivo nº 021, de 31/03/97.

Constituição de processo para compra de imóvel com dispensa de licitação sem o atendimento por completo dos requisitos expressos no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 - que pressupõem a aquisição por preço compatível com o valor de mercado e o estabelecimento das necessidades de instalação e de localização precedentemente à conclusão de que o campo de escolha tenha ficado restrito singularmente a um imóvel (processo de dispensa de licitação nº45/98);

• Justificativa apresentada:

11) O gestor menciona como motivo para a aquisição do imóvel a crescente demanda de cargas postais, a exemplo daquelas ensejadas pelo Programa Nacional do Livro Didático, que movimentou cerca de 2400 toneladas nos anos de 1997 e 1998.

12) Ademais a ECT mantinha, para enfrentar as exigências correntes de armazenagem e movimento de carga excedentes à capacidade própria de seus imóveis, um contrato de locação sobretudo para atender as cargas do FINEP/PRJ/D.

13) Após se analisarem diversas alternativas no mercado, o imóvel de propriedade da firma Portuguesa Ferragens foi identificado como adequado às necessidades da ECT, razão pela qual, após

pele TCU no processo TC-400.045-95-0, e haver consenso do corpo diretivo da empresa quanto à necessidade de se cobrar aluguel daquelas entidades.

j4) Assim, finaliza o gestor, concluindo não ter incorrido em descumprimento da legislação, inexistindo amparo legal para enquadrar como impróprios os contratos de locação formalizados, uma vez que estão sob a apreciação do TCU.

• Parecer:

j6) Trata-se do TC-400.047-95-0 o processo recorrido com o pedido de reexame, que já foi alvo do Acórdão nº 368/97 - 2ª Câmara, Sessão de 03.07.97, Ata nº 20/97, que manteve entre outros pontos do Acórdão nº 142/96 - 2ª Câmara, Ata nº 9/96, proferida na Sessão de 14.03.96, os seguintes:

“... 8.3. determinar ao responsável que: ...

... d) abstenha-se de dispensar o procedimento licitatório na locação ou na concessão de direito real de uso de bem imóvel, sem a existência dos requisitos legais (art. 17, § 2º, da Lei nº 8.666/93); ...

... g) abstenha-se de ceder a título gratuito bens móveis e imóveis para associação de empregados (art. 1º, inc. III, do Decreto nº 99.509/90 e Decisão nº 008.92 - Plenário); ...”

j7) Foi tomada insubsistente apenas a alínea ‘e’, dentre todas as determinações contidas no subitem 8.3 do Acórdão nº 142/97 — em razão de já haver sido desocupado o imóvel cedido à ARCO — que requeria:

“... e) adote as providências necessárias para que ocorra, no prazo de 60 (sessenta) dias, a desocupação do imóvel objeto do Contrato nº 14/90, em vista de sua ilegalidade e da ausência de qualquer efeito jurídico relativo ao contrato informal em vigor (art. 17, inciso I, e art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); ...”

j8) Como se vê, o TCU já se pronunciou acentuando que a dispensa de licitação para locação ou direito real de uso de bem imóvel não é cabível em favor de entidade privada; sendo totalmente pertinente a ressalva da equipe de auditoria.

k) Fracionamento de despesa com o objetivo de não realizar licitação ou de enquadrá-la em modalidade mais simplificada, com uso impróprio do permissivo expresso no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 (conjunto dos processos de Dispensa de Licitação nºs. 080/97 e 280/97):

• Justificativa apresentada:

k1) O gestor afirma que o caso se refere à aquisição de luvas de vaqueta — proteção individual — em duas etapas, uma no primeiro trimestre e a outra no quarto trimestre de 1997, compreendendo a compra de oitenta pares ao preço de R\$10,80 cada, na primeira, e a compra

complementar de mais 180 pares ao preço de R\$10,00, na segunda, totalizando um dispêndio de R\$2.664,00 no exercício.

k2) Em ambos os casos as aquisições contemplaram coletas de preços de pelo menos três fornecedores, recaindo a escolha, em cada situação, sobre o que apresentou o menor preço.

k3) Ressalta o gestor que a primeira aquisição adveio de demanda excepcional detectada pelos órgãos de segurança do trabalho, posta a não utilização do referido equipamento de proteção individual por muitos empregados envolvidos com o manuseio de malas postais, ao passo que a segunda aquisição observou a necessidade de formação de estoque para reposição programada dos equipamentos na medida do seu desgaste pelo uso.

k4) Registra, ainda, que a programação orçamentária da ECT é trimestral e que os créditos são liberados a cada trimestre, para a satisfação das necessidades do período, daí não podendo ser caracterizado o fracionamento de despesa, dado que as compras foram realizadas no primeiro e no quarto trimestre.

▪ Parecer:

k6) À luz da Lei de Licitações e Contratos nada há a objetar quanto ao parcelamento das compras, uma vez preservada a modalidade de licitação aplicável ao objeto como um todo em cada etapa de aquisição, conforme se depreende dos §§ 1º e 2º do art. 23 da lei em apreço:

k7) Assim, mesmo que não se prevísse ainda a segunda aquisição à época da ocorrência da primeira, ela teria que se adequar à modalidade aplicável ao objeto total da compra, acrescendo-se para tal efeito a parcela já adquirida.

k8) Os argumentos do gestor são insuficientes para elidir a falha.

- 1) **Realização de licitação, na modalidade Convite, sem observar a exigência legal de um mínimo de três licitantes (propostas válidas) e sem a competente justificativa consignada em ata ou em outro documento integrante do processo, contrariando o que expressa o art. 22, §§ 3º e 7º da Lei nº 8.666/93 (processos de convite de números 47/97 e 97/97):**

▪ Justificativa apresentada:

11) Segundo o Diretor, em ambos os casos, a falha foi involuntária e não acarretou prejuízo à empresa.

12) O primeiro caso se refere ao convite 47/97 — cujo objeto foi a aquisição de uma leitora ótica para código de barras, acompanhada de programas de computador, destinada a propiciar à Gerência Financeira condições para controlar a arrecadação proveniente de contratos de terceiros e evitar a evasão de receita — que teve oito fornecedores convocados, dos quais apenas um apresentou proposta válida.

- 13) Assim, posto o risco de perdas com o retardamento da compra e verificada a compatibilidade dos preços ofertados com os de mercado, a Comissão de Licitação prosseguiu com o feito, contudo sem registrar as justificativas pertinentes e provocando o vício formal apontado.
- 14) O segundo caso, relativo ao convite 97/97, resultou da revogação do convite 87/97, tratando-se, portanto, de relicitação para o mesmo objeto — aquisição de uma impressora matricial.
- 15) No segundo certame repetiu-se a apresentação de apenas dois licitantes, que já fora motivo para revogação do convite 87/97, tendo a comissão prosseguido normalmente com o processo, sem consignar em ata, todavia, a justificativa apropriada.
- 16) Informa o Diretor Regional que serão adotadas providências administrativas para evitar a repetição de tais ocorrências.

▪ Parecer:

- 18) Inicialmente cabe registrar a inserção de documentos relativos ao processo de dispensa de licitação 47/97 (fls. 156 a 161 do volume 10), que trata de serviços de manutenção de veículos, sem qualquer conexão com o convite 47/97.
- 19) A impropriedade exposta pela equipe de auditoria é admitida pelo gestor, que indica que, de fato, as atas da CPI, não expuseram as justificativas apropriadas para a continuidade dos certames sem a presença do número mínimo de licitantes, e que serão adotadas providência para evitar a repetição dessa falha.

ny) **Fracionamento de despesa com enquadramento inadequado da modalidade licitatória cabível, em descumprimento do que dispõe o art. 23, §§ 1º e 2º, e inciso II, 'b' da Lei nº 8.666/93** (conjunto dos processos de convite 08/97, 29/97, 33/97, 53/97, 112/97, 162/97, referentes a aquisição de suprimentos para informática; 30/97, 47/97, 97/97, 114/97, 150/97, 152/97, 159/97, referentes a aquisição de equipamentos de informática; e 55/97, 74/97, 136/97, referentes a aquisição de equipamentos de refrigeração):

▪ Justificativa apresentada:

- m1) Em linhas gerais o Diretor volta a insistir na trimestralidade da liberação dos créditos orçamentários para justificar a escolha da modalidade Convite nos casos mencionados, com observância dos limites a cada trimestre para seu enquadramento.
- m2) No caso de suprimentos para informática, sustenta que as eventuais recompras de um mesmo tipo de material ocorreu em intervalos mínimos próximos de quatro meses e foram evitadas as aquisições com entregas parceladas — que implicariam enquadramento em modalidade superior — dada a incerteza quanto à indispensável cobertura para sua liquidação.
- m3) Com respeito aos equipamentos de informática esclarece que ocorreram em meses sucessivos, abrangeram equipamentos distintos e de diferentes peculiaridades e cumprir os respectivos cronogramas dos projetos a que estavam vinculados, projetos que contavam com fontes de financiamento distintas e diversificadas.

m4) Também os equipamentos de refrigeração, adquiridos em três etapas, tinham características e aplicações distintas, tendo a primeira aquisição atendido à climatização de diversas unidades e órgãos da Diretoria Regional, na maioria Agências de Correios; ao passo que a segunda destinou-se especificamente ao Centro de Distribuição Domiciliária de Mucuna — cujas obras concluídas dependiam da instalação do sistema de refrigeração para serem utilizadas — e a terceira, tendo como objeto equipamentos similares aos da primeira etapa, destinaram-se às unidades cujas adaptações prediais ou obras estariam concluídas somente em 30.09.97, sendo inoportuna sua aquisição antecipada em razão do desembolso antes da real necessidade e da perda de uma parcela do seu período de garantia.

▪ Parecer:

m6) A Lei de Licitações e Contratos não só admite como estimula o parcelamento das compras, nos termos do inciso IV do seu art. 15: "... para aproveitar as peculiaridades do mercado visando economicidade ...".

m7) Exige aquela lei, contudo, a preservação da modalidade licitatória aplicável ao fornecimento global do objeto — equivalente ao conjunto de todas as parcelas previstas — a cada etapa de aquisição (§§ 1º e 2º do art. 23), exigência compatível com princípios basilares que regem as licitações, como os relativos à moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

m8) O parcelamento das compras ou a compra com entrega parcelada são opções — não excludentes e combináveis entre si — disponíveis ao gestor para assegurar fornecimentos em quantidades e datas congruentes com suas necessidades de consumo e suas disponibilidades orçamentárias, cabendo em qualquer caso — sejam quantas forem as etapas de compra e quais os valores envolvidos em cada etapa individualmente — a modalidade licitatória aplicável ao fornecimento global.

m9) Nos casos sob exame fica patente a intencionalidade impressa aos parcelamentos — merec de necessidades técnicas ou restrições orçamentárias — bem como sua propriedade, ressalvando-se porém o enquadramento incorreto da modalidade licitatória cabível, conforme foi detectado pela equipe de auditoria.

ii) Execução contratual sem conformidade com os termos do edital e do contrato, ferindo o que preceituam os arts. 3º e 66 da Lei nº 8.666/93, no caso do contrato 109/97, celebrado com a Tágide Veículos, cuja execução não tem contemplado os serviços de manutenção preventiva e corretiva — objeto principal do contrato — ficando restrita ao fornecimento avulso de peças — objeto acessório:

▪ Justificativa apresentada:

n1) Afirma o Diretor que a Gerência de Transporte, objetivando redução de despesas, vinha praticando intervenções de natureza corretiva e de menor complexidade, servindo-se do seu próprio quadro de pessoal, ficando o contrato com a Tágide reservado aos procedimentos de manutenção mais complexos ou que exigissem recursos técnicos não disponíveis na própria Gerência.

RQS nº 02.2005-4
CPMI - CORREIOS
Fis: 0429
3628
Doc: 3628-34



n2) Refuta as colocações da equipe de auditoria, não admitindo que a execução contratual estivesse em desconformidade com os termos do contrato e do edital, uma vez que o contrato presumia no seu objeto a manutenção com reposição de peças juntamente com o fornecimento avulso de peças, havendo inclusive previsão orçamentária para cada item separadamente.

n3) Afirma, ademais, que a baixa utilização do contrato, ante as práticas de manutenção adotadas pela Gerência de Transporte, e o advento do sistema de registro de preços — alternativa mais favorável às compras pela Administração Pública — o contrato em questão está sendo rescindido, ressaltando ainda que sua execução não trouxe qualquer prejuízo à Administração.

• Parecer:

n5) O contrato 109/97 declara como objeto a 'prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimentos avulsos, quando for o caso, de peças originais de fábrica para veículos Volkswagen (Kombi Standard, Kombi Furgão, Fusca e Gol) pertencentes à frota da ECT/DR/PA' e estima gastos de R\$156.240,00 com mão-de-obra e de R\$237.600,00 com peças automotivas.

n6) As notas fiscais examinadas — emitidas entre 22.12.97 e 17.03.98 em razão da execução do contrato — totalizaram R\$39.654,50, dos quais apenas R\$22,52 não se refere a fornecimento de peças.

n7) Deduz-se que o contrato 109/97 sucede e equivale ao contrato 028/92 de fornecimento de peças, celebrado com a mesma Agência, sendo ambos contratos de compra com entrega continuada, mascarados como contratos de prestação de serviço.

n8) Os dados colhidos pela equipe de auditoria comprovam a flagrante falta de conformidade entre a execução contratual e os termos do edital e do contrato no presente caso.

a) Prorrogação de contrato de compra com uso indevido do permissivos do art.47, II, do Decreto-lei nº2.300/86 e do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, no caso do contrato 028/92, que foi sucessivamente prorrogado até o exercício de 1.997, sob o pressuposto de se tratar de serviço de natureza contínua, porquanto seu objeto tivesse sido declarado incorretamente como 'serviço de fornecimento de peças':

• Justificativa apresentada:

n1) Referindo-se ao aludido contrato, afirma o Diretor que a área de gestão de contratos renovou-o equivocadamente, induzida pela cláusula de prorrogação nele inserta, até a detecção do problema implicando o seu encerramento em 08.02.97.

n2) Sua execução, mesmo admitida a falha — excepcional e involuntária — segundo o gestor, não trouxe qualquer prejuízo à empresa, dado que as peças adquiridas tiveram seus preços baseados nas tabelas do fabricante.

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI	COBREIOS
Fls:	0430
Doc:	3628



▪ Parecer:

n4) Inicialmente cabe registrar que o Documento 128 (fls. 04 a 13 do volume 13) não é de rescisão contratual, conforme sugerido, tratando-se do quarto termo aditivo ao contrato 28/92 que prorroga sua vigência até 08.02.97.

n5) Embora os preços praticados para as aquisições de peças se baseassem na concessão de desconto sobre as tabelas do fabricante, a continuidade do contrato desde 1992 até 1997, constitui privilégio injustificável ao fornecedor e fere frontalmente o princípio constitucional da isonomia.

p) Alteração de contrato já extinto - contrato 337/95, de locação de veículos leves, firmado com a empresa A.C. Faveira - cujo segundo termo aditivo foi assinado em 07.08.97 com o propósito de dilatar a vigência desse ajuste, quando já se encontrava expirada a vigência redefinida na cláusula segunda do primeiro termo aditivo;

▪ Justificativa apresentada:

p1) O gestor atribui o problema à demora no retorno da documentação enviada ao contratado — que tem sua matriz na cidade de Castanhal — relativa ao segundo termo aditivo, que ocorreu após a data limite para a prorrogação da avença, fato que passou despercebido pela Administração que inadvertidamente validou a contratação até 02.07.98, ocasião do seu encerramento.

p2) Conclui que a necessidade operacional que motivou a dilatação do prazo contratual estava devidamente caracterizada e que os preços guardavam conformidade com os de mercado, daí não resultando qualquer prejuízo à ECT.

▪ Parecer:

p4) A alegação do gestor acerca da demora no retorno do segundo termo aditivo contratual enviado ao contratado ofende a Lei nº 8.666/93, que reza:

“... Art. 60 Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem...”

p5) Discorrendo sobre o referido artigo o conceituado administrativista Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 5ª edição, 1998, p. 501) esclarece:

“... As exigências contidas no art. 60 destinam-se a assegurar a possibilidade de fiscalização sobre o cumprimento das formalidades legais. Impõe-se a lavratura dos contratos por instrumento escrito, na repartição interessada, arquivados em ordem cronológica, com registro de seu extrato. Logo não se admite a ausência do extrato ou desconhecimento sobre a existência do contrato...”

p6) As justificativas do gestor não elidem a falta.



q) **Contratação em condições antieconômicas, presumindo-se a não verificação da conformidade das propostas com os preços correntes de mercado previamente ao seu julgamento, com consequente descumprimento do art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93 (contrato nº 036/96, em 08/03/96, com a empresa Locavel Serviços Ltda., tendo como objeto a locação de cinco veículos para atender as áreas administrativas da ECT/Para, cujos pagamentos no período de março/97 a março/98, totalizaram R\$86.261,57, superando o preço de venda dos cinco veículos)**

• **Justificativa apresentada:**

q1) O gestor alega que a necessidade de contratação estava devidamente configurada, havendo disponibilidade orçamentária exclusivamente para custeio — locação de veículo — e que o procedimento licitatório observou integralmente a legislação pertinente, estando os preços contratados rigorosamente compatíveis com os de mercado.

q2) Entende que a equipe de auditoria se equivocou ao comparar despesa de custeio — no caso atinente à locação de veículos — com despesa de investimento e ainda desconsidera os custos indiretos de que se desonerou a ECT, que abrangeriam manutenção, aquisição de peças, impostos, licenciamento e outros.

• **Parecer:**

q4) A peça intitulada 'pesquisa de preço' (fl. 36 do volume 13), não comprova que tenha sido feita realmente qualquer pesquisa de preço, porquanto registre preços de diárias a R\$50,00, sem identificar sua origem.

q5) Esses preços são próximos aos praticados em mercado para diárias de veículos de passeio (1,0) com franquia de percurso diário de 100 km — sendo comum a oferta de preços inferiores — o que faz crer que para a contratação de cinco veículos mensais por um ano, com percursos médios diários inferiores aos da habitual franquia, fosse possível a obtenção de melhores preços.

q6) Ressalte-se ainda que a 'Tabela de Custos do Transporte Rodoviário 006/95' (fl. 36, verso, do volume 13) — mencionada no 'Relatório CPL/DR/PA-008/96' (fls. 38 e 39 do volume 13) balizando o parecer da Gerência de Transporte favorável à contratação da firma Locavel — apresenta custos fixos mensais inflados se confrontados com os constantes do 'documento 130' (fls. 20 a 34 do volume 13) que se referem a veículos de categoria superior — no caso, furgão ou Kombi.

q7) Entendemos que não se comprovou a verificação da conformidade das propostas com os preços de mercado.

r) **Outras folhas apontadas no Relatório de Auditoria, que não foram objeto da audiência e sobre as quais o gestor se manifesta.**

[r1] Contas 21117 - Pendências De Conciliações Bancárias e 21199 - Outros Credores Diversos

Controle deficiente da movimentação financeira da conta bancária da empresa (item

• Justificativa apresentada:

r1-1) O problema decorria da demora do Banco do Brasil em disponibilizar os documentos que originavam os depósitos em conta corrente, apesar da cobrança para fazê-lo tempestivamente.

r1-2) Atualmente todas as unidades estão utilizando bloquetes de depósitos personalizados, so excepcionalmente recorrendo aos boletos bancários normais, tornando-se raríssimos os casos de depósitos não identificados.

• Parecer:

r2-3) A Administração comprova suas gestões junto ao Banco do Brasil com o propósito de evitar as pendências e revela que já adotou medidas que praticamente eliminaram o problema.

r2-4) Considera-se elidida a falha.

[r2] Conta 121 – Faturamento a Receber

Divergência entre os valores registrados na conta 'FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA' no balancete de encerramento e aqueles constantes do Sistema de Cobrança Judicial da SCOR (item A.6).

• Justificativa apresentada:

r2-1) A orientação do Departamento de Contabilidade da ECT, em conformidade com os arts. 9º e 10º da Lei nº 9.430/96, implica que os valores das faturas vencidas há mais de um ano sejam registrados à Débito na Subconta 411.16 — Perdas no Recebimento de Faturas — após esgotados os procedimentos administrativos de cobrança — e baixados da conta 121.01 ou da 121.07, enquanto os valores permanecem em cobrança judicial; daí a diferença entre o Controle da Seção de Contas a Receber e o registro contábil.

r2-2) Os valores estão sendo conciliados e controlados pelas áreas respectivas na forma das orientações superiores e da legislação vigente, inexistindo a falha apontada.

• Parecer:

r2-3) Aceitamos os esclarecimentos do gestor, concluindo pela inexistência da falha apontada.

[r3] Conta 142.02.06 – Depreciação Acumulada De Veículos (Conta Redutora - Omissão)

Omissão da conta redutora e de seu respectivo saldo no balancete de encerramento do exercício de 1.997, falha não observada com outras contas redutoras do Ativo Imobilizado. (item A.7)

• Justificativa apresentada:

r3-1) Não houve omissão; o registro se deu na Conta 142.02.02 — Depreciação Acumulada De Móveis e Utensílios, que recebe os lançamentos relativos à depreciação de veículos e de máquinas e equipamentos.

▪ Parecer:

r3-2) O "documento 135" não condiz com a justificativa apresentada, porquanto nele esteja expresso (fl. 92 do volume 13):

... Na Ativo Imobilizado e na Ativo Diferido foram criadas contas de Depreciação e Amortização para cada título que se fez necessário. Deverão ser transferidos para essas contas redutoras os saldos da Depreciação e Amortização posteriores a julho 95...

r3-3) Ficam confirmadas a omissão do lançamento na Conta 142.02.06, juntamente com o lançamento incorreto na Conta 142.02.02, consoante à orientação precedente.

[r4] Contratação de firma sem verificação de sua regularidade junto ao INSS, contrariando o disposto no art.195, § 3º da Constituição Federal

Falha encontrada nos processos de dispensa de números 299/97 e 022/98. (item B.1.4)

▪ Justificativa apresentada:

r4-1) No caso da DL nº 299/97 a Certidão Negativa nº 11753 da Construtora Tupaiu estava expirada na véspera da homologação, admitindo-se o lapso cometido, porém ressaltando que a regularidade fora verificada anteriormente durante os trâmites normais e que a não apresentação da CND atualizada não caracteriza a contratada como devedora contumaz do INSS.

r4-2) A ausência da CND da empresa C. A. Moreira, no caso da DL nº 022/98, foi sanada com a sua apresentação por ocasião do pagamento, que ficara condicionado a tal providência.

▪ Parecer:

r4-3) Entendemos que, embora hajam as falhas ocorrido, elas foram sanadas posteriormente com a exibição das CND's atualizadas.

[r5] Emissão de instrumento contratual simplificado – Autorização de Fornecimento – em data anterior à da homologação do respectivo processo de dispensa

Falha encontrada nos processos de dispensa de nos. 036/97, 203/97, 251/97, 253/97 e 274/97 (item B.1.5)

▪ Justificativa apresentada:

r5-1) Nos casos, a emissão da AF se deu simultaneamente com a proposta de homologação, que viria ser assinada mais tarde; contudo sua liberação ao fornecedor estava condicionada à homologação, resultando daí apenas a falha formal.

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fis: 0434
3628



• Parecer:

r5-2) A falha formal é admitida pelo gestor.

[r6] Não comprovação do cumprimento do prazo legal - referida no art. 31, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em combinação com o § 3º do mesmo artigo - previsto entre a entrega dos convites e a sessão de abertura das propostas -

Falha observada nos processos de convite de números 77/97, 79/97, 81/97 e 116/97, dos quais não constam os comprovantes de entrega dos convites, inviabilizando assim a comprovação do cumprimento do prazo legal previsto para tal modalidade. (item B.2.2)

• Justificativa apresentada:

r6-1) Configura-se apenas a ausência de comprovação da entrega de alguns convites (AR's), que por um lapso na montagem do processo, não foram anexados por não haverem sido trazidos à Comissão de Licitação.

r6-2) Em todos os casos, ocorreu a participação de pelo menos três licitantes, sem qualquer transtorno no andamento das mencionadas licitações.

• Parecer:

r6-3) Com respeito às cópias dos Avisos de Recebimento cabe observar que, exceção feita às cópias dos AR's relativos ao convite nº 79/97, não constam das mesmas a data de postagem.

r6-4) Em nenhum caso se exibe a data de recebimento do convite e, no caso do convite 116 (II, 138 do volume 13) está comprovada a entrega de apenas um convite.

r6-5) Os elementos trazidos aos autos não se demonstraram suficientes para elidir a falha.

[r7] Abertura das propostas antes da verificação da habilitação, subvertendo o disposto no art. 43, incisos I a VI, da Lei nº 8.666/93

Falha observada nos processos de convite nºs 55, 74 e 136/97.

(item B.2.5)

• Justificativa apresentada:

r7-1) A primeira falha — caso do Convite nº 55/97 — decorreu do hábito, próprio da Comissão de Licitação, de suprimir a fase de habilitação, com fulcro no permissivo expresso no art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93, para aquisição de materiais de pronta entrega nesta modalidade, cabendo acentuar que a vencedora do certame, Y. Yamada, encontrava-se em situação fiscal regular, consoante aos documentos exigidos por ocasião do pagamento das compras.

r7-2) Com respeito ao Convite nº 74, a análise da habilitação consta que foi realizada previamente ao julgamento, conforme documento 145, anexo.

RQS nº 03/2005 - CN -
CRM e - CORRIGIDO
Fis: 0435
3628

ECT
Fls. 032

r7-3) No Convite nº 136, a exclusão da fase de habilitação consta dos termos do convite, como prerrogativa constante da Lei de Licitações, no seu art. 32, § 1º

• Parecer:

r7-4) Registre-se inicialmente que as atas incluídas no 'documento 145' pertencem ao CV-47/97 e não ao CV-74/97.

r7-5) No tocante à prática da exclusão da fase de habilitação por completo, com base no § 1º do art. 32 da Lei de Licitações, entendemos que a lei não a autoriza expressamente, porquanto se refere apenas à possível dispensa da documentação enumerada nos seus arts. 28 a 31, estabelecendo que :

r7-6) Mais adiante, o § 3º do mesmo art. 32 faculta :

r7-7) Discorrendo sobre o tema, Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 3ª edição, 1998, p. 327) assim se expressa:

'... A regra disciplina a fase interna da licitação, dirigindo-se à definição dos requisitos de habilitação. Faculta a dispensa dos requisitos habituais para habilitação em determinadas hipóteses. A dispensa dos documentos será consequência de sua desnecessidade. O dispositivo induz, ainda, amplitude inócua. Podem ser dispensados determinados requisitos (tais como qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal). Porém, a prova da habilitação jurídica nunca poderá ser dispensada. Logo, e no mínimo, esse requisito nunca poderá ser dispensado, mesmo porque se não estiver presente sequer será válida a proposta apresentada...'

r7-8) Por outro lado, o Tribunal de Contas da União já firmou entendimento que torna prejudicado o § 1º do art. 32, em comento, em virtude do art. 195 da Constituição Federal, tornando exigível a habilitação fiscal, nos seguintes termos da Decisão 705/94 - Plenário - Ata 54/94, Sessão de 23.11.94:

'O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

I firmar o entendimento de que:

a) por força do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal - que torna sem efeito, em parte, o permissivo do § 1º do art. 32 da Lei nº 8666/93 - a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social, prevista na inciso II do art. 29 da Lei nº 8666/93 e, mais discriminadamente, no art. 27-a da Lei nº 8036/90, no art. 4º-I-a da Lei nº 8212/91, no art. 2º-a da IN nº 93/93-SRF e na item 4-I-a da Ordem de Serviço IN-PROS nº 03/2005-CN-CPM que CORREIOS 052/92 é de exigência obrigatória nas licitações públicas, modalidade convite, para contratação de obras, serviços ou fornecimento, mesmo que se trate de fornecimento para pronta entrega;

PROS Nº 03/2005-CN-CPM
CORREIOS
Fls. 0436
3628
CNC

b) a obrigatoriedade de apresentação da documentação referida na alínea 'a' acima é aplicável igualmente nos casos de contratação de obra, serviço ou fornecimento com dispensa ou inexigibilidade de licitação 'ex vi' do disposto no §3º do art. 193 da CF. citada;

c) nas tomadas de preços, do mesmo modo que nas concorrências para contratação de obra, serviço ou fornecimento de bens, deve ser exigida obrigatoriamente também a comprovação de que trata o inciso III do art. 29 da Lei nº 8.666/93 a par daquela a que se refere o inciso IV do mesmo dispositivo legal;

d) nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto no §3º do art. 193 da Lei Maior;

2. Remeter cópia desta Decisão, bem assim do Relatório e Voto que a fundamentam:

a) ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo para orientação às CSEIs e respectivos órgãos e entidades jurisdicionados, bem assim aos Órgãos de Controle Interno dos Poderes Judiciário e Legislativo, igualmente para orientação dos respectivos órgãos e entidades jurisdicionados. ...'

r7-9) Finalmente, entendemos, mesmo, que a norma impõe expressamente a verificação da habilitação, no seu art. 43:

r7-10) Consideramos não elidida a falha.

[r8] Ausência de comprovação, quer da retirada, pelo adjudicado, da Autorização de Fornecimento - AF, consoante ao que dispõe o art.64 da Lei nº 8.666/93, quer da aplicação da sanção prevista no art.81 do mesmo diploma legal.

Falha observada no processo do Convite nº 136/97. (item B.2.6)

▪ Justificativa apresentada:

r8-1) Houve falha apenas de arquivamento, não tendo sido anexada ao processo a cópia da AF nº 670/97, emitida em 05.11.97, que foi retirada pela empresa JGS - Engenharia, Comércio e Representações Ltda, dentro do prazo regulamentar, que também efetuou o fornecimento contratado no prazo previsto, sem qualquer prejuízo à ECF.

▪ Parecer:

r8-2) A documentação apresentada elide a falha detectada pela equipe de auditoria.

[r9] Não concessão do prazo recursal previsto na alínea 'a' do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93 a licitantes habilitados em Tomada de Preços Na Tomada de Preços nº 25/97. (item B.3.3)

ROS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 3628

▪ Justificativa apresentada:

r9-1) A ata de licitação registra que *“as empresas não recorrerão da decisão da Comissão sendo devolvidos aos inabilitados os envelopes fechados contendo as propostas de preços”*.

r9-2) As empresas habilitadas ao assinarem a ata concordaram com a decisão da Comissão com respeito à renúncia ao recurso e à inabilitação de parte dos presentes, ao passo que as inabilitadas lavraram termo resignando-se à decisão que as inabilitava, sendo portanto legal e legítimo o procedimento, que observou o princípio da celeridade processual.

▪ Parecer:

r9-3) A norma legal requer, para a dispensa do prazo recursal conexo à habilitação, que a renúncia expressa de todos os participantes do certame necessariamente anteceda à abertura das propostas, conforme se depreende do inciso III do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

r9-4) Assim a assinatura da ata — evento já posterior à abertura das propostas dos licitantes permanentes — jamais poderia suprir tal requisito, sobretudo ante a possibilidade eventual da recusa de algum participante em assiná-la.

r9-5) A justificativa do gestor não elide a falha apontada.

▪ Justificativa apresentada:

r10-1) Confirma-se não estarem os procedimentos de controle de pagamentos de fornecedores ainda completos em 1997, vindo a situação tornar-se plenamente satisfatória em meados de 1998.

r10-2) Assim, presentemente os fornecedores inadimplentes não participam dos certames licitatórios e têm seus pagamentos suspensos enquanto permanecerem nessa situação.

r10-3) Os controles têm sido rigorosos, com a emissão periódica de relatórios de vencimento do CND e do Certificado do FGTS, cumprindo-se integralmente a legislação que rege a matéria.

▪ Parecer:

r10-4) Os documentos acostados aos autos denotam que são recentes as medidas visando o impedimento dos fornecedores em situação irregular junto ao FGTS e à Previdência Social, cabendo ser verificada a eficácia de tais medidas em posteriores auditorias.

[r11] Gestão de Contratos — Inexistência de sistema de controle que assegure o perfeito acompanhamento da execução física e financeira dos contratos celebrados.

que aponte, por exemplo, os desvios do realizado face ao programado, os saldos contratuais físicos e financeiros, marcos para verificação de regularidade documental e para decisão quanto a renovações e disparos de novos processos licitatórios. (item III - 1)

▪ Justificativa apresentada:

r11-1 Atualmente a [CT] dispõe de "software" que propicia o acompanhamento da execução contratual, com a emissão de relatórios assinalando os contratos em vigor, os pagamentos realizados a cada mês e os vencimentos de CNID e [CTFS].

▪ Parecer:

r11-2 Como os recursos de "software" citados pelo gestor advieram posteriormente ao período auditado, cabe ser verificada em futuras auditorias a sua eficácia.

IV CONCLUSÃO / PROPOSTA

□ Das falhas, objeto de audiência e suas justificativas

3. As justificativas trazidas aos autos pelo responsável, em resposta à audiência promovida por esta unidade técnica, demonstraram a elisão apenas parcial das falhas apontadas pela equipe de auditoria.

4. Diante se configuraram subsistentes, referidas às titulações e indexação pelas quais foram evocadas, as seguintes falhas:

▪ Relativas à Área Financeira

a) Manutenção de saldos, em agências de pequeno porte, em níveis incompatíveis com o volume de numerário arrecadado e com as respectivas capacidades de guarda e controle de valores (CONTA 111 - CAIXA).

b) (elidida)

c) Realização de pagamentos por meio de Autorizações de pagamentos - APs, sem cobertura contratual e sem licitação, (CONTA 122.01 - ADIANTAMENTOS) nos seguintes casos:

[c1] pagamento de serviços de vigilância (AP's nºs 97/9805, 97/7930, 97/9553, 97/9571, 97/9673, 97/9587, 97/9578, 97/9657, 97/9675, 97/9670), em que se configura impropriedade formal;

[c2] pagamento de serviços de manutenção de imóveis (AP's nºs 97/7356, 97/7391, 97/7370, 97/7122, 97/7200, 97/7237, 97/7210, 97/7235, 97/7180); em que se configuram impróprias:

as contratações de serviços comuns — não incluídos nas hipóteses descritas no art. 93 da Lei nº 8.666/93 e, portanto, suscetíveis de se enquadrarem aos processos normais de instrumentos hábeis, conforme impõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93, e não precedidas do devido processo de dispensa de licitação;

- as prestações de contas das despesas de pequeno vulto envolvendo compras de materiais mediante adiantamento, sem a observância dos valores máximos admissíveis por documento comprobatório indicados na Portaria nº 492/MP/92;

[c3] pagamentos de serviços de transporte de carga postal, no município de Altamira (PA) (AP's n's 97/6100, 97/6098, 97/6091, 97/6085, 97/6082, 97/0342, 97/0343); irregularidade a que se acresce a ausência de fiscalização da Administração em exigir aos prestadores autônomos a regularização de sua situação fiscal;

- d) Elevada inadimplência de Agências Franqueadas, revelada no balanete de encerramento de 1.997, (CONTA 123,22 - DEBITO DIT ACT's) com incidência de débitos acumulados desde 1.993 em decorrência de morosidade na condução de alguns processos de cobrança;

• Relativas à Área de Contratação, Suprimento e Patrimônio

- e) Enquadramento indevido de serviços comuns como 'serviços de engenharia' com conseqüente fuga ao procedimento licitatório cabível, mediante a aplicação imprópria do art. 24, I, da Lei nº 8.666/93 (processos de dispensa de números 022/97, 036/97, 039/97, 073/97, 078/97, 100/97, 198/97, 203/97, 253/97, 299/97, 326/97, 345/97 e 060/98), sem comprovação da habilitação legal e sem comprovação da anotação de responsabilidade técnica exigíveis para os serviços de engenharia;
- f) Contratações de emergência, em situações características de imprevidência administrativa, com aplicação imprópria do permissivo do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 (processos de dispensa de números 085/97, 108/97, 271/97, 312/97 e 309/97), evidenciando a falta de acompanhamento de alguns contratos críticos de fornecimento por terceiros e, também, a celebração de contratos para a prestação de serviços especiais a órgãos oficiais sem a devida previsão e prévio planejamento dos prazos e dos recursos a alocar para atendê-los;
- g) não detecção de dados referentes ao fornecimento de cestas básicas, no período compreendido entre o término da vigência do contrato - firmado com a empresa Cestas e Cozinhas Nossa Senhora de Nazaré Ltda. por noventa dias - e o dia 23/08/97 (processo de dispensa nº 108/97), evidenciando-se pela Nota Fiscal nº 22, emitida pela firma Cozinha N.S. Nazaré na data de 01.08.97, posterior à expiração do respectivo contrato, e pela Nota Fiscal nº 5.089, emitida pela Imperial Alimentos, na data de 25.08.97, anterior à da celebração do seu contrato em 28.08.97 (fls. 53 a 55 do volume principal), o fornecimento sem a devida cobertura contratual;
- h) acatamento de proposição da firma contratada Barra Brito S/C Advogados Associados, fundada em alegação de aumento do quantitativo de serviço e necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro, contratando-a para prestar serviços jurídicos adicionais sem licitação, sob pretexto de estar configurada situação de emergência, acarretando aumento nos pagamentos mensais de R\$5.233,27 para R\$17.699,81, (processo de dispensa nº 271/97), com prejuízo integral do valor contratado pela ECT, uma vez que os 16 processos relativos às reclamações do SINCOR, ainda remanescentes na data de assinatura do contrato 94/97, deveriam continuar sendo tratados no escopo do contrato 119/95, cuja vigência se estendeu até 24/04/98 por força do termo aditivo nº 021, de 31/03/97;
- i) constituição de processo para compra de imóvel com dispensa de licitação sem o atendimento por completo dos requisitos expressos no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 - que pressupõem a aquisição por preço compatível com o valor de mercado e o estabelecimento das necessidades de instalação e de localização precedentemente à conclusão de que o campo de escolha tenha ficado restrito singularmente a um imóvel (processo de dispensa de licitação nº 45/97), ficando demonstrado nos autos que, após se frustrar a aquisição do imóvel de propriedade da firma Portuense Ferragens,

inicialmente objetivada, outros três imóveis capazes de satisfazer as necessidades de instalação da ECT foram avaliados (o que reforça a obrigatoriedade da concorrência pública, no caso):

- j) locação de imóveis sem licitação à entidades de direito privado, mediante aplicação equivocada do art. 25 da Lei nº 8.666/93, nos casos envolvendo a ARCO - Associação Recreativa dos Correios, a Associação dos Aposentados da ECT/DR/PA e o POSTALIS (processos de inexigibilidade nºs 038, 039 e 040/98);
- k) fracionamento de despesa com o objetivo de não realizar licitação, com uso impróprio do permissivo expresso no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, no caso dos processos de Dispensa de Licitação nºs 080/97 e 280/97;
- l) realização de licitação, na modalidade Convide, sem observar a exigência legal de um mínimo de três licitantes (propostas válidas) e sem a competente justificativa consignada em ata ou em outro documento integrante do processo, contrariando o que expressa o art. 22, §§ 3º e 7º da Lei nº 8.666/93 (processos de convite de números 47/97 e 97/97);
- m) fracionamento de despesa com enquadramento inadequado da modalidade licitatória cabível, em descumprimento do que dispõe o art. 23, §§ 1º e 2º, e inciso II, "b" da Lei nº 8.666/93 (conjunto dos processos de convite 08/97, 29/97, 33/97, 53/97, 112/97, 162/97, referentes a aquisição de suprimentos para informática; 30/97, 47/97, 97/97, 114/97, 150/97, 152/97, 159/97, referentes a aquisição de equipamentos de informática; e 55/97, 74/97, 136/97, referentes a aquisição de equipamentos de refrigeração);
- n) execução contratual sem conformidade com os termos do edital e do contrato, ferindo o que preceituam os arts. 3º e 66 da Lei nº 8.666/93, no caso do contrato 109/97, celebrado com a Tâgide Veículos, cuja execução não contemplou os serviços de manutenção preventiva e corretiva - objeto principal do contrato - ficando restita ao fornecimento avulso de peças - objeto acessório;
- o) Prorrogação de contrato de compra com uso indevido do permissivos do art. 47, II, do Decreto-lei nº 2.300/86 e do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, no caso do contrato 028/92, que foi sucessivamente prorrogado até o exercício de 1997, sob o pressuposto de se tratar de serviço de natureza contínua, porquanto seu objeto tivesse sido declarado incorretamente como "serviço de fornecimento de peças", configurando-se aí um privilégio injustificável ao fornecedor que fere frontalmente o princípio constitucional da isonomia;
- p) Alteração de contrato já extinto - contrato 337/95, de locação de veículos leves, firmado com a empresa A.C. Taveira - cujo segundo termo aditivo foi assinado em 07.08.97 com o propósito de dilatar a vigência desse ajuste, quando já se encontrava expirada a vigência redefinida na cláusula segunda do primeiro termo aditivo tendo o gestor aludido à demora no retorno do segundo termo aditivo contratual enviado ao contratado, para justificar a ocorrência (o que ofende a Lei nº 8.666/93 em seu art. 60);
- q) Contratação em condições antieconômicas, posta a não verificação da conformidade das propostas com "os preços correntes de mercado previamente ao seu julgamento, com conseqüente descumprimento do art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93 no caso do contrato nº 015/98, nº 032/98 e nº 036/98, com a empresa Taveira Serviços Ltda., tendo como objeto a locação de cinco veículos para as áreas administrativas da ECT/Para - cujos pagamentos no período de março/97 a março/98, totalizaram R\$86.261,57, superando o preço de venda dos cinco veículos;

4. Outras falhas, não objeto de audiência, sobre as quais se manifestou o gestor

4. Outras falhas, também apontadas pela equipe de auditoria, que não haviam sido objeto da audiência ao gestor, mereceram renovada consideração, em razão de suas manifestações, sendo destacadas as que se configuraram subsistentes após suas justificativas, todas referidas às titulações e indexação pelas quais foram evocadas na presente instrução e providas com as remissões aos itens do Relatório de Auditoria, conforme seguem:

- [r1] Contas 21117 - Pendências De Conciliações Bancárias e 21199 - Outros Credores Diversos -
• falha elidida com as providências da Administração (item A.2);
- [r2] Conta 121 - Pagamento a Receber -
• falha inexistente (item A.6);
- [r3] Conta 142.02.06 - Depreciação Acumulada De Veículos (Conta Redutora - Omissão) -
• confirmadas a omissão do lançamento na Conta 142.02.06, juntamente com o lançamento incorreto na Conta 142.02.02 (item A.7);
- [r4] Contratação de firma sem verificação de sua regularidade junto ao INSS, contrariando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal -
• falha encontrada nos processos de dispensa de números 299/97 e 022/98, e que foi sanada com a exibição das CND's atualizadas posteriormente (item B.1.4);
- [r5] Emissão de instrumento contratual simplificado - Autorização de Fornecimento - em data anterior à homologação do respectivo processo de dispensa -
• falha formal encontrada nos processos de dispensa de n.ºs. 036/97, 205/97, 251/97, 253/97 e 274/97 (item B.1.5);
- [r6] Não comprovação do cumprimento do prazo legal - referido no art. 21, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em combinação com o § 3º do mesmo artigo - previsto entre a entrega dos convites e a sessão de abertura das propostas -
• falha observada nos processos de convite de números 77/97, 79/97, 81/97 e 116/97, nos quais os comprovantes de entrega dos convites, ora acostados aos autos, não exibem a data de recebimento dos convites, inviabilizando comprovar-se o cumprimento do prazo legal previsto (item B.2.2);
- [r7] Abertura das propostas antes da verificação da habilitação, subvertendo o disposto no art. 43, incisos I a VI, da Lei nº 8.666/93 -
• falha observada nos processos de convite n.ºs 55, 74 e 136/97, ficando evidenciada a prática da exclusão da etapa de habilitação nos fornecimentos para pronta entrega, contrariando o entendimento deste Tribunal firmado nos termos da Decisão 705/94 - Plenário - Ata 54/94 - Sessão de 23.11.94 (item B.2.5);
- [r8] Ausência de comprovação, quer da retirada, pelo adjudicado, da Autorização de Fornecimento - AF, consoante ao que dispõe o art. 64 da Lei nº 8.666/93, quer da aplicação do art. 81 do mesmo diploma legal -
• falha elidida, comprovando-se ter ocorrido apenas erro de arquivamento (item B.2.6);

ECT
Fls. 039

- [r9] Não concessão do prazo recursal previsto na alínea 'a' do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93 aos licitantes na Tomada de Preços nº 25/97 -
- não obuda a renúncia expressa de todos os participantes do certame antecipadamente à abertura das propostas (item B.3.3);
- [r10] Não verificação da condição regular do contratado perante a Previdência Social, no curso da execução contratual, após expirar-se a respectiva CND, contrariando o que dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal -
- omissão comum a todos os contratos em 1997, executados os casos em que ocorria a atualização anual do cadastro de fornecedores ainda na sua vigência; novos documentos acostados aos autos demonstram que recentes medidas tornaram a situação satisfatória, cabendo ser verificada em futuras auditorias a eficácia de tais medidas (item B.4.4);
- [r11] Gestão de Contratos — Inexistência de sistema de controle que assegure o período acompanhamento da execução física e financeira dos contratos celebrados -
- situação saneada após o período auditado, cabendo ser verificada futuramente sua eficácia (item III - 1);

4. Proposta de Encaminhamento

5. Ante todo o exposto, propõem-se as medidas adiante mencionadas.

5.1) Considerando-se a inobservância de princípios e normas que regem a Administração Pública, denotada no conjunto das ocorrências cujas impugnações não se elidiram ante as razões de justificativas apresentadas, e, sobretudo a gravidade das faltas abordadas nos itens *e, f, h, i, j, n, o e q*, seja aplicada ao responsável a multa prevista no art. 58, *caput*, da Lei Orgânica deste Tribunal, dadas as ocorrências tipificadas nos incisos II e III do mesmo artigo, sem prejuízo de lhe expedir as seguintes determinações:

- (1) adequar os procedimentos relativos a numerário em poder das agências de pequeno porte, evitando que valores significativos fiquem em seu poder (item a);
- (2) observe nas contratações de serviços comuns de pequeno vulto — que não se incluam nas hipóteses descritas no art. 45 do Decreto nº 93.872/86 e, portanto, suscetíveis de se enquadrarem aos processos normais de aplicação — o devido processo de dispensa de licitação e o emprego de instrumentos hábeis, conforme impõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93 (item c2);
- (3) observe nas prestações de contas de despesas de pequeno vulto envolvendo compras de materiais mediante adiantamento, os valores máximos admissíveis por documento comprobatório indicados na Portaria nº 492/M/92 ou em Portaria igualmente eficaz que venha sucedê-la (item c2);
- (4) exija aos prestadores autônomos a regularização de sua situação fiscal, previamente à contratação de seus serviços, mesmo nos casos de dispensa de licitação (item c3);
- (5) imprima agilidade aos processos de cobrança de Agências de Pequeno Porte, evitando a elevação da inadimplência ou sua continuidade por períodos longos que ofensa ao princípio da economicidade (item d);

RQS nº 03/2005 - CN -
CRMEIOS COMPROVADOS
dos longos q
Fls. 3628
Doc. 3628

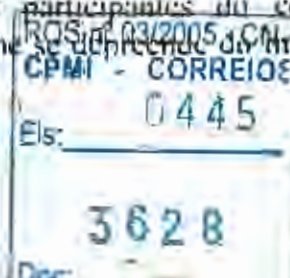


- (6) abstenha-se de enquadrar indevidamente serviços comuns como 'serviços de engenharia' com conseqüente fuga ao procedimento licitatório cabível, mercê da aplicação imprópria do art. 24, I, da Lei nº 8.666/93 (item e);
- (7) observe na contratação de serviços de engenharia, entre outros requisitos, a habilitação legal e regularidade do seu prestador junto ao CREA — em conformidade com os arts. 55, 58 e 59 da Lei nº 5.194/66 — e a indispensável Anotação de Responsabilidade Técnica, consoante aos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.496/77 (item e);
- (8) proceda ao acurado acompanhamento dos contratos de fornecimento por terceiros e ao adequado planejamento de prazos e recursos a alocar, previamente à celebração de contratos para a prestação de serviços a órgãos oficiais e outras entidades, de modo a evitar a aplicação imprópria do permissivo do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 em situações derivadas de imprevidência administrativa (item f);
- (9) abstenha-se de admitir qualquer fornecimento, por terceiros contratados, fora do período da cobertura contratual, seja o fornecimento anterior à da celebração ou posterior à expiração do respectivo contrato (item g);
- (10) observe a obrigatoriedade de licitação para aquisição de imóveis e a faculdade de sua dispensa somente com o atendimento por completo dos requisitos expressos no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 — que pressupõem a aquisição por preço compatível com o valor de mercado e o estabelecimento das necessidades de instalação e de localização precedentemente à conclusão de que o campo de escolha tenha ficado restrito singularmente a um imóvel (item i);
- (11) abstenha-se de dispensar o procedimento licitatório na locação ou na concessão de direito real de uso de bem imóvel, sem a existência dos requisitos legais, observado o art. 17, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (item j);
- (12) providencie a rescisão dos contratos e a desocupação dos imóveis alugados — em conexão com os processos de inexigibilidade nºs 038, 039 e 040/98 — à ARCO — Associação Recreativa dos Corretos, à Associação dos Aposentados da ECT/DR/PA e ao POSTALIS, com atenção ao Acórdão nº 368/97 — TCU — 2ª Câmara, Sessão de 03.07.97, que ratificou os termos do Acórdão nº 142/96 — 2ª Câmara, referentes à cessão de imóvel à ARCO pela ECT-DR/MS (item k);
- (13) adote, em cada etapa de aquisição — ao optar pelo parcelamento de compras ou pela compra com entrega parcelada — a modalidade licitatória aplicável ao fornecimento global do objeto — equivalente ao conjunto de todas as parcelas previstas, sejam quantas forem tais etapas e quais os valores individualmente envolvidos — em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei 8.666/93 (itens k e m);
- (14) observe nas licitações na modalidade Convide a exigência legal de habilitação dos licitantes (propostas válidas) ou, sendo esta impossível, a competente justificativa consignada em ata ou em outro documento integrante do processo licitatório, consoante o que expressa o art. 22, §§ 3º e 7º da Lei nº 8.666/93 (item l);





- (15) Não admita qualquer caso de execução contratual não conforme com os termos do edital e do contrato, ferindo o que preceituam os arts. 3º e 66 da Lei nº 8.666/93 (item n);
- (16) abstenha-se de prorrogar contratos de compra, ainda que envolvam entrega parcelada e contínua, fundamentando-se indevidamente no permissivo do art. 37, II, da Lei nº 8.666/93, só aplicáveis a serviços de natureza contínua (item o);
- (17) abstenha-se de apor termo aditivo a contrato já extinto (item p);
- (18) abstenha-se da formalização de contratos administrativos nas dependências de contratado, que seja pessoa jurídica de direito privado, contrariando o que prescreve o art. 60 da Lei de Licitações e Contratos (item p);
- (19) observe sempre a verificação da conformidade das propostas com os preços correntes de mercado previamente ao seu julgamento, evitando descumprir o art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93 (item q);
- (20) Proceda à adequação dos lançamentos na Conta 142.02.06 - Depreciação Acumulada de Veículos (Conta Redutora) em conformidade com as orientações do órgão central de contabilidade da empresa (item r);
- (21) abstenha-se de contratar firma sem verificação de sua regularidade junto à Seguridade Social e o FGTS, contrariando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal (item r4);
- (22) abstenha-se de emitir instrumento contratual simplificado - Autorização de Fornecimento - em data anterior à homologação do respectivo processo de dispensa (item r5);
- (23) observe sempre a necessidade de comprovação do cumprimento do prazo legal - referido no art. 21, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em combinação com o § 3º do mesmo artigo - previsto entre a entrega dos convites e a sessão de abertura das propostas (item r6);
- (24) abstenha-se da prática da abertura das propostas antes da indispensável verificação da habilitação do licitante, que subverte o disposto no art. 43, incisos I a VI, da Lei nº 8.666/93 (item r7);
- (25) não dispense, fundamentando-se no permissivo expresso no art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93 mesmo no caso de compras para pronta entrega, a verificação da habilitação jurídica e da habilitação fiscal, com atenção ao entendimento já firmado pelo Tribunal de Contas da União, na Decisão 705/94 - Plenário - Ata 54/94, Sessão de 23.11.94, que torna prejudicado o dispositivo em questão, em face do art. 195 da Constituição Federal (item r7);
- (26) observe nas Tomadas de Preço, esgotada a verificação da habilitação dos candidatos, a concessão do prazo recursal previsto na alínea 'a' do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, a menos que se obtenha a renúncia expressa de todos os participantes do certame, necessariamente antecedendo à abertura das propostas, conforme se dispõe no inciso III do art. 43 da Lei nº 8.666/93 (item r9).



5.2) Considerando-se especificamente a irregularidade historiada no item h desta instrução — que evidencia a contratação desnecessária e ilegal e do Escritório de Advocacia Barra Brta em 30.10.97, com integral prejuízo do valor contratado — seja autorizada, com fulcro no art. 47 da Lei Orgânica deste Tribunal e com atenção ao que faculta o art. 23 da Resolução TCU nº 077, a constituição de processo apartado de Tomada de Contas Especial, com o curso das seguintes providências:

- (1) extração das peças contidas nos volumes 14 a 34 dos autos originais;
- (2) inserção das cópias das fls. 01, 06, 07, 13 a 15, 36 a 64, 109 a 111, 137 a 140, 177 a 179, 197 a 199 do volume principal dos autos originais;
- (3) inserção das cópias das fls. 01 a 21 do volume 10 dos autos originais;
- (4) inserção da decisão que autoriza o apartado, com seu subsequente encaminhamento, ou à Diretoria de Programas de da Área de Administração da Secretaria Federal de Controle Interno para efeito das providências inaugurais da TCE, ou à esta SECEX/PA para as providências complementares — aí inclusa a necessária diligência à ECT/DR/PA para certificação das datas exatas dos pagamentos ao Escritório Barra Brta em razão do contrato 94/97 — visando as citações do responsável e do terceiro beneficiado pela irregularidade.

5.3) Seja a Diretoria de Programas da Área de Infra-estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno comunicada acerca das determinações expedidas ao responsável para efeito de cumprir-se o que expressa o §1º do art. 31 da IN-TCU nº 09/95.

5.4) Seja o presente processo, após sua exaustão das peças aduzidas ao processo apartado de TCE, juntado às contas anuais em observância ao que dispõem os §§ 2º e 3º do art. 31 da IN-TCU nº 09/95."

É o Relatório.

VOTO

Transcrevi substancialmente o parecer da equipe responsável pelo presente trabalho de auditoria, com cujas conclusões se põem (em nota singela) de acordo o Titular da Unidade Técnica e o representante do Ministério Público, para que os nobres pares possam sobre elas refletir e extrai-las como se tendo vista dos autos, para então se posicionar em consonância, ou não, com o entendimento deste Relator acerca das várias questões aqui abordadas.

Discordo das propostas mais severas, no sentido de que seja aplicada multa ao responsável em virtude de algumas ocorrências que a equipe tem como de natureza grave, bem como a de instauração de TCE em face de um único fato que a mesma equipe vê como causador de dano aos cofres da ECT. Tudo consta no Relatório precedente.

De fato, não tenho como de natureza grave, a fundamentar a multa proposta, as circunstâncias que o parecer técnico artula como ensejadoras daquela penalidade. No meu entender, o responsável consegue justificar, com comprovação em documentos acostados, todas as falhas. Resta demonstrado que, além de não terem causado nenhum dano aos cofres da entidade, as falhas de que ora se cuida têm mais o caráter formal e, em sua maioria, já não mais persistem, no encontram-se em vias de serem remediadas.

Note-se, também, que muitas das falhas mencionadas deram-se em obediência a políticas do Governo Federal (pagamento de aposentadorias e pensões do INSS onde não existem agências

bancárias, distribuição de livros didáticos, etc.), em busca de maior lucratividade para a empresa, com o ônus apontado pela auditoria sendo repassado para o órgão contratante (DETRAN/PA, por exemplo), obediência a regras estabelecidas em manual da ECT (portanto válidas para todas as diretorias da entidade) e, por fim, deram-se em virtude de dificuldades regionais, como é largamente visto em diversos órgãos e entidades que atuam em todo o território nacional. Todavia, repito, sequer vislumbro falha grave, quanto mais causadora de dano à entidade.

Quanto à instauração de TCE, diante do "acatamento de proposição da firma contratada Barra Brito S/C Advogados Associados, fundada em alegação de aumento do quantitativo de serviço e necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro", também não me ponho de acordo.

Neste aspecto, pretendo trazer à colação excertos da resposta do responsável não "resumidos" pela equipe:

"O caso já foi objeto de apreciação pela SECEX-9, através do OFÍCIO Nº 509/97, dirigido ao Presidente da ECT. [grifei]

Para subsidiar a resposta ao TCU, foi enviada ao Presidente da ECT a CI/ASJUR/PA-702/97, de 6.11.97, justificando a contratação. [grifei]

Em síntese, assim foi trabalhado o problema:

A partir do mês de agosto/97, o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do Estado do Pará - SINCORT/PA patrocinou a interposição de 504 (quinhentas e quatro) reclamações trabalhistas contra a ECT, pleiteando em favor dos reclamantes a incorporação de 12 (doze) referências salariais a título de promoção (doc. #77 - vol. 1 a XIX).

A Assessoria Jurídica da DR/PA - ASJUR, que tratava em média de 4 (quatro) reclamações trabalhistas por mês, se viu abarrotada de processos trabalhistas: todo o efetivo existente (5 (cinco) empregados) passou a atuar no trato de tais questões, contando ainda com o reforço de 6 (seis) empregados lotados em outras unidades; com isso, as atividades rotineiras, em especial a análise de processos administrativos, foram prejudicadas.

Caracterizada uma situação de gravidade, que poderia causar sérios prejuízos financeiros à ECT, foi o caso submetido ao Departamento Jurídico - DEJUR, órgão central da Área Jurídica da ECT, com proposição regional no sentido de ampliar temporariamente o quadro de pessoal próprio da ASJUR, até mesmo porque o Concurso Público instaurado para suprir vaga de Advogado àquela época teve a prova anulada, retardando, ainda mais, a definição dos classificados.

Após a competente análise, o DEJUR recomendou a contratação emergencial de um escritório de advocacia, por entender ser essa a "alternativa técnica mais consentânea com a legislação vigente" (CI/DEJUR/GAB-855/97, de 3.9.97).

Concomitantemente, o escritório Jurídico regularmente contratado pela DR/PA (Barra Brito S/C Advogados Associados), que tratava em média de 110 (cento e dez) processos, teve a carga de trabalho ampliada em mais de 400% (quatrocentos por cento), com o recebimento de 504 (quinhentas e quatro) reclamações trabalhistas, desequilibrando economicamente o contrato em vigor, em vista do que pleiteou recomposição do preço contratado" (grifei).

Como se vê, a ECT e o escritório contratado já mantinham contrato em andamento quando houve um significativo incremento de trabalho em agosto de 1997, fazendo com que aquele escritório vindicasse alteração no preço pago pela contratante, o que veio a se dar em outubro de 1997. Todavia, o escritório não se negou a auxiliar a empresa, diante da demanda de ações trabalhistas, desde o incremento dos trabalhos advocatícios exigidos a partir de agosto de 1997. As ações não envolveram uma grande atividade intelectual por parte dos contratados, e sim, mais um labor repetitivo (contestações "clonadas", como dito pela equipe), o que não afastou o trabalho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
GABINETE DO MINISTRO DO SUPLENTE DE GARIN

TC 450.004.98-1

necessário de a empresa oferecer a tempo a contestação e se fazer presente às audiências inaugurais, sob pena de revelia. Talvez, o sindicato dos funcionários dos correios não esperasse que a empresa conseguisse responder a contento às 504 reclamações trabalhistas ajuizadas quase que simultaneamente, com tão exíguo quadro de servidores na ASLUR. Ao ver que a empresa estava se fazendo presente, muitos requerentes houveram por bem desistir da ação, não comparecer à audiência, enfim, tomar qualquer atitude que ensejasse o encerramento da ação, sabendo-a temerária. Contavam, acredito, os funcionários com a incapacidade da empresa em responder às ações. No entanto, repito, isso não desmereceu o trabalho do escritório contratado, a preço mais baixo que o dos outros escritórios de advocacia que acorreram ao convite da ECT.

Ante o exposto, acolho em parte a proposta da Unidade Técnica – algumas determinações em face de falhas formais – e VOTO no sentido de que seja adotada a Decisão que ora submeto a este Plenário.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 18 de abril de 2001.


BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
Fls: 0448
3628
Doc:



1. Processo nº 450.084/98-1 (c/ 33 volumes)

2. Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Waldemir Freire Cardoso.

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Diretoria Regional do Pará.

5. Relator: Ministro Bento José Bugarin.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Maria Alzira Ferreira.

7. Unidade Técnica: SECEX/PA.

8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE, com fundamento na letra "n" do inciso I do art. 19 do Regimento Interno:

8.1, determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Diretoria Regional do Pará que:

8.1.1. observe nas contratações de serviços comuns de pequeno vulto — que não se incluam nas hipóteses descritas no art. 45 do Decreto nº 93.872/86 e, portanto, suscetíveis de se enquadrarem nos processos normais de aplicação — o devido processo de dispensa de licitação e o emprego de instrumentos hábeis, conforme impõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. observe nas prestações de contas de despesas de pequeno vulto envolvendo compras de materiais mediante adiantamento os valores máximos admissíveis por documento comprobatório indicados na Portaria nº 492/MF/92 ou em portaria igualmente eficaz que venha a sucedê-la;

8.1.3. imprima agilidade aos processos de cobrança de Agências de Correios Franqueadas, evitando a elevação da inadimplência ou sua continuidade por períodos longos, com ofensa ao princípio da economicidade;

8.1.4. abstenha-se de enquadrar indevidamente serviços comuns como sendo "serviços de engenharia", com conseqüente fuga ao procedimento licitatório cabível, mercê da aplicação imprópria do art. 24, I, da Lei nº 8.666/93;

8.1.5. proceda ao acurado acompanhamento dos contratos de fornecimento por terceiros e ao adequado planejamento de prazos e recursos a alocar, previamente à celebração de contratos para a prestação de serviços a órgãos oficiais e outras entidades, de modo a evitar a aplicação imprópria do permissivo do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93;

8.1.6. abstenha-se de admitir qualquer fornecimento, por terceiros contratados, fora do período da cobertura contratual;

8.1.7. abstenha-se de dispensar o procedimento licitatório na locação ou na concessão de direito real de uso de bem imóvel, ressalvada a hipótese prevista no art. 17, § 2º, da Lei nº 8.666/93;

8.1.8. abstenha-se de prorrogar contratos de compra, ainda que envolvam entrega parcelada e contínua, fundamentando-se indevidamente no permissivo do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, só aplicáveis a serviços de natureza contínua;

8.1.9. abstenha-se de apor termo aditivo a contrato já extinto;

8.1.10. abstenha-se da formalização de contratos administrativos nas dependências do contratado, que seja pessoa jurídica de direito privado, contrariando o que prescreve o art. 60 da Lei de Licitações e Contratos;

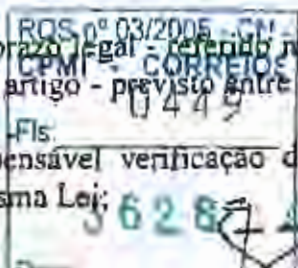
8.1.11. proceda à adequação dos lançamentos na Conta 142.02.06 - Depreciação Acumulada de Veículos (Conta Redutora), em conformidade com as orientações do órgão central de contabilidade da empresa;

8.1.12. abstenha-se de contratar firma sem verificação de sua regularidade junto à Seguridade Social e ao FGTS, em face do disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal;

8.1.13. abstenha-se de emitir instrumento contratual simplificado - Autorização de Fornecimento - em data anterior à homologação do respectivo processo de dispensa;

8.1.14. observe sempre a necessidade de comprovação do cumprimento do prazo legal - referido no art. 21, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em combinação com o § 3º do mesmo artigo - previsto entre a entrega dos convites e a sessão de abertura das propostas;

8.1.15. abstenha-se da prática da abertura das propostas antes da indispensável verificação da habilitação do licitante, o que subverte o disposto no art. 43, incisos I a VI, da mesma Lei;



ECT
3619
046

1. Processo nº 450.084/1998-1
2. Classe de Assunto: V - Auditoria
3. Responsáveis: Waldemir Freire Cardoso - Diretor Regional
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
5. Relator: Ministro Bento José Bugarin;
Redator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Dra. Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Secex/PA
8. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria na Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos no Estado do Pará, de responsabilidade de Waldemir Freire Cardoso.

Considerando que diversas irregularidades foram apuradas pela equipe da Secex/PA no curso de trabalho de auditoria;

Considerando que, devidamente ouvido em audiência, o responsável não conseguiu descaracterizar todas as irregularidades apontadas nos autos;

Considerando, ainda, que os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público foram unânimes em propor a aplicação de multa ao responsável;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária em:

8.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo sr. Waldemir Freire Cardoso;

8.2. aplicar ao sr. Waldemir Freire Cardoso a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei 8.442/92 c/c o art. 220, II e III, do Regimento Interno, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo fixado, na forma da legislação em vigor;

8.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da supracitada lei, a cobrança judicial da dívida, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido, até a data do recolhimento, caso não seja atendida a notificação.

9. Ata nº 14/2001 - Plenário

10. Data da Sessão: 18/04/2001 - Ordinária

11. Especificação do quorum:

11.1 Ministros presentes: Humberto Guimarães Souto (Presidente), Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Bento José Bugarin (Relator), Valmir Campelo, Adylson Mona, Walton Alencar Rodrigues (Redator), Guilherme Palmeira e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Benjamin Zymler.

11.2 Ministros com voto vencido: Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Valmir Campelo e Bento José Bugarin (Relator).

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Presidente

Walton A. Rodrigues
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Ministro-Redator

Fui presente: LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

RDS nº 03/2003 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0450
3628
Doc.

NATUREZA: Auditoria

ÓRGÃO: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT

RESPONSÁVEL: Waldemir Freire Cardoso - Diretor Regional

VOTO REVISOR

Com a devida vênia, sem embargo do bem-elaborado voto do Relator, Ministro Bento Bugarin, contrariamente a S.Exa., entendo que o largo rol de irregularidades, relatadas pela equipe de auditoria da Secex/PA, não ostentam caráter meramente formal, sobretudo no tocante às reiteradas e injustificadas dispensas de licitação.

Em nenhum momento, conseguiu, o responsável, descaracterizá-las, sobretudo com relação aos seguintes pontos e enquadramento:

"e" - enquadramento de serviços comuns como serviços de engenharia, com fuga ao processo licitatório;

"f" - contratações de emergência, com dispensa de licitação, em situações previsíveis;

"h" - aumento do valor contratual com escritório de advocacia sob infundada justificativa de aumento do quantitativo de serviços;

"o" - prorrogação indevida de contrato de compra (por 5 anos) como se fora de prestação de serviços continuados;

"q" - contratação em condições antieconômicas, sem prévia pesquisa de preços de mercado; revelam o descumprimento frontal de normas aplicáveis a administração pública, em especial a Lei 8.666/93.

As razões do Sr. Waldemir Freire Cardoso, Diretor Regional da ECT no Pará, nos exatos termos demonstrados pela unidade técnica, no relatório, transcrito pelo nobre Relator, não descaracterizou a prática de atos veementemente contrários à legislação em vigor.

Além disso, segundo entendo, a inexistência de aparente prejuízo ao erário não é de molde a fazer da irregularidade mera falha formal. E mesmo essa questão não ficou evidenciada nos autos, uma vez que as irregularidades dos itens "h" e "q" são visivelmente de caráter antieconômico.

Por isso, adoto as propostas da unidade técnica e do Ministério Público, de aplicação de multa ao responsável, com fundamento nos incisos II e III do art. 58 da Lei 8.443/92, nos termos formulados pela equipe de auditoria.

Fixo a multa em R\$ 10.000,00, considerando, principalmente, o vasto número e o teor das irregularidades praticadas.

Assim, voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora proponho a apreciação deste Plenário, sem prejuízo das determinações sugeridas na decisão proposta por S. Exª.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2001.

Waldemir A. Rodrigues
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Ministro-Redator

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0451
3628
Doc:

8.1.16. não dispense, fundamentando-se no permissivo expresso no art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93, mesmo no caso de compras para pronta entrega, a verificação da habilitação jurídica e da habilitação fiscal, com atenção ao entendimento já firmado pelo Tribunal de Contas da União, na Decisão 705/94 - Plenário - Ata 54/94, Sessão de 23.11.94, que torna prejudicado o dispositivo em questão, em face do art. 195 da Constituição Federal,

8.1.17. observe nas Tomadas de Preço, esgotada a verificação da habilitação dos candidatos, a concessão do prazo recursal previsto na alínea "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, a menos que se obtenha a renúncia expressa de todos os participantes do certame, necessariamente antecedendo a abertura das propostas, conforme se depreende do inciso III do art. 43 daquela Lei.

8.2. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno o acompanhamento do cumprimento das determinações constantes do item 8.1 retro;

8.3 seja o presente processo juntado às contas da entidade relativas ao exercício de 1997, consoante o inciso II do mesmo artigo acima citado

9. Ata nº 14/2001 - Plenário

10. Data da Sessão: 18/04/2001 - Ordinária

11. Especificação do quorum:

11.1 Ministros presentes

Presidente


BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0452
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: PRESIDENTE DA EMPRESA

Ass: DIRETOR REGIONAL *TODAS*

CI/PR - 904 - CIRCULAR



REF: Julgamento TC 450.084/1998-1 - Auditoria pelo TCU na DR/PA

Área reservada ao protocolo

Brasília, 9 de agosto de 2001

Na sessão ordinária de 11/07/01, o Tribunal de Contas da União, retificando um lapso no julgamento ocorrido em 18/04/01, sobre o Relatório da Auditoria realizada na DR/PA, abrangendo o período de 01/01 a 31/12/97, desta feita, por meio do Acórdão nº 164/2001, em anexo, determinou à Diretoria Regional do Pará o cumprimento fiel de normas legais aplicáveis à luz da Lei nº 8.666/93, bem como a correção dos pontos indicados, alguns formais, outros de caráter antieconômico, constantes dos itens 8.4.1 a 8.4.17 do referido Acórdão, os quais, em parte, contribuíram para a aplicação da multa imposta ao ex-Diretor Regional daquela jurisdição.

Embora tais determinações estejam afetas à competência da DR/PA, observo, entretanto, que os pontos mencionados nos itens referidos, de um modo geral, são passíveis de acontecer, no âmbito das demais Diretorias Regionais, devido à natureza do seu enquadramento, e, por essa razão, devem ser observados os seguintes aspectos:

1. atentar para o não-enquadramento, de serviços comuns como se fossem de engenharia;
2. evitar contratações de emergência, com dispensa de licitação, em situações perfeitamente previsíveis;
3. não prorrogar contratos de compra com vigência por 5 anos, como se fossem de prestação de serviços continuados;
4. proceder à prévia verificação da proposta apresentada com os preços correntes praticados no mercado, evitando-se contratações em condições antieconômicas, em desacordo com as normas aplicáveis à Administração Pública e, em especial, à Lei nº 8.666/93;
5. não proceder a aumento do valor contratual com escritório de advocacia, com justificativa de aumento do quantitativo de serviços.

Ante o exposto, determino a V. Sª que analise detidamente os itens objeto das determinações proferidas e verifique se há registro ou ocorrência correlata, no âmbito da Diretoria sob sua

PGS nº 02/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0453
3528
Doc:



coordenação, procedendo, de imediato, às correções que se fizerem necessárias, e informando ao Departamento de Auditoria, no prazo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento desse expediente.

Atenciosamente,


HASSAN GEBRIM
Presidente

ROS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
0454	
Fls:	
3628	
Doc:	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

De: PRESIDENTE DA EMPRESA

Ao: DIRETORES DE ÁREAS

CI/PR - 905/2001



REF: Acórdão nº 164/01 - TCU/Plenário

área reservada ao protocolo

Assunto: **Julgamento do TC 450.084/1998-1 - Auditoria pelo TCU na DR/PA.**

Brasília/DF, 09 de agosto 2001.

Transmito-lhe, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias, cópia do Acórdão nº 164/01, proferido na sessão ordinária de 11/07/01, retificador do Acórdão inicialmente prolatado em 18/04/01, quando nesta última oportunidade, além de manter a multa aplicada ao ex-Diretor Regional, foram nele determinadas as recomendações constantes dos subitens 8.4.1 a 8.4.17, que versam sobre irregularidades no processo de gestão daquela Unidade Regional.

Considerando que parte das determinações proferidas no citado Acórdão dizem respeito à supervisão da Administração Central, devido à peculiaridade normativa a elas afeta, solicito a V. Sª a observância dos pontos recomendados, no que disser respeito às atividades sob a coordenação técnica dos Departamentos sob o seu comando, para que possamos, num curto espaço de tempo, restabelecer a qualidade dos registros e controles considerados irregulares.

Informo-lhe que estou encaminhando a todas as Diretorias Regionais a CI/PR-904-CIRCULAR, em anexo, para as providências que a situação vigente está a requerer.

Atenciosamente,


HASSAN GEBRIM
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0455
LEC

Doc: 3628

ASSUNTO: Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/PA.

REFERÊNCIA: Mód:7 - MANCINI; Processo GABPR 005133/2001

1. FINALIDADE

Designar Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo GABPR 005133/2001

2. COMPOSIÇÃO

- a) **BENÍCIO ALCANJO LOPES**
Inspetor/DINSP
Matricula 8.009.322-1
- b) **HERMES JOSÉ AUN BACHIEGA**
Inspetor Regional/GINSP São Paulo Interior
Matricula 8.750.044-2
- c) **CLAUDETE BARBOSA PEREIRA**
Auditor/DAUDI
Matricula 8.011.842-9
- d) **DOMINGOS TIAGO NOGUEIRA**
Auditor/DAUDI
Matricula 8.007.501-0
- e) **JOSÉ DE OLIVEIRA SOARES CAMPOS**
Inspetor Regional/GINSP São Paulo Metropolitana
Matricula 8.801.152-6

2.1. A Comissão será coordenada pelo integrante citado na alínea "a", sendo substituído pelo componente mencionado na alínea "b", em seus impedimentos.

2.2 A Comissão terá a Assessoria Técnica do Chefe de Divisão/DINSP **FERNANDO HUGGLER ANTUNES**, matrícula 8.010.056-2 e do Chefe de Divisão/DAUDI **MARCEL EDILSON DA SILVA PEQUENO**, matrícula 8.010.288-3.

3. PRAZO

A Comissão deverá apresentar as conclusões do trabalho no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta portaria.


HASSAN GEBRIM
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE

Fls: 0456

Doc:



PROC DINSF - 272/01

CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

NATUREZA

NÚMERO

DATA

8/10/01

Procedência



Nome

Assunto INSPEÇÃO NA DRIPA

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

DESTINO

DATA

DESTINO

DATA

NÚMERO

ANO

RUBRICA

1º

21º

1º

2º

22º

2º

3º

23º

3º

4º

24º

4º

5º

25º

5º

6º

26º

6º

7º

27º

7º

8º

28º

8º

9º

29º

9º

10º

30º

PROCESSOS APENSOS

11º

31º

NÚMERO

ANO

RUBRICA

12º

32º

1º

13º

33º

2º

14º

34º

3º

15º

35º

4º

16º

36º

5º

17º

37º

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS

18º

38º

NÚMERO

FISANO

RUBRICA

19º

39º

1º

628

Doc:

20º

40º

2º



PROC D'INSP - 372/01

CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

NATUREZA

NÚMERO

DATA

8/10/01

Procedência



Nome

Assunto INSPEÇÃO NA DEIPA

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

DESTINO

DATA

DESTINO

DATA

NÚMERO

ANO

RUBRICA

1º

21º

1º

2º

22º

2º

3º

23º

3º

4º

24º

4º

5º

25º

5º

6º

26º

6º

7º

27º

7º

8º

28º

8º

9º

29º

9º

10º

30º

PROCESSOS APENSOS

11º

31º

NÚMERO

ANO

RUBRICA

12º

32º

1º

13º

33º

2º

14º

34º

3º

15º

35º

4º

16º

36º

5º

17º

37º

ROS nº 03/2005 - CN -
ANEXOS CPMI 0458

18º

38º

NÚMERO

Fis. ANO

RUBRICA

19º

39º

1º

3628

20º

40º

2º

Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

AO: CHEFE DO DACEN

CD/DINSP-01.0272.1131/2001

REF:

ECT
Fls. 056

Assunto: Fornecimento de Passagens Aéreas e Diárias.

Brasília(DF), 08 de outubro de 2001

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MAT.	BANCO	AG.	CONTA
Jose de Oliveira Soares Campos	Assist. Téc. Pleno/Inspetor Regional/GINSP/SPM	8 801.152-6	001	0663-7	562087-2
TRECHO	DATA	HORÁRIO	VÔO		
SÃO PAULO/BELEM	09/10/2001	0900/1340	RG 2266		
BELEM/SÃO PAULO	01/11/2001	1500/2045	RG 2267		

MOTIVO DA VIAGEM: Inspeção Ordinária na DR/PA.

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 09/10/2001 de tal forma que os empregados estejam em Belém até às 14:00h do mesmo dia. O retorno para São Paulo deverá ocorrer no dia 01/11/2001, após às 18:00h.

Enviar RTA para ser retrado em São Paulo/SP EYC9QL

Autorizo:

Georges Luis de L. Maximiano
Suplente do Gabinete de Presidência
Matrícula 8.009.430-8

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do DINSP

Amoury José Valença de Melo
Substituto do DINSP
Adm. Postal pleno-Mat. 8.010.252-2

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQ3 nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0459

0628

EMI: 05.10.2001

VIG: 09.10.2001

ECT
Fls. 054

ASSUNTO: Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/PA.

REFERÊNCIA: Mód.7 - MANCINI. Processo GABPR 005133/2001

1. FINALIDADE

Designar Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo GABPR 005133/2001.

2. COMPOSIÇÃO

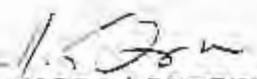
- a) **BENÍCIO ALCANJO LOPES**
Inspetor/DINSP
Matrícula 8.009.322-1
- b) **HERMES JOSÉ AUN BACHIEGA**
Inspetor Regional/GINSP São Paulo Interior
Matrícula 8.750.044-2
- c) **CLAUDETE BARBOSA PEREIRA**
Auditor/DAUDI
Matrícula 8.011.842-9
- d) **DOMINGOS TIAGO NOGUEIRA**
Auditor/DAUDI
Matrícula 8.007.501-0
- e) **JOSÉ DE OLIVEIRA SOARES CAMPOS**
Inspetor Regional/GINSP São Paulo Metropolitana
Matrícula 8.801.152-6

2.1. A Comissão será coordenada pelo integrante citado na alínea "a", sendo substituído pelo componente mencionado na alínea "b", em seus impedimentos.

2.2 A Comissão terá a Assessoria Técnica do Chefe de Divisão/DINSP **FERNANDO HUGGLER ANTUNES**, matrícula 8.010.056-2 e do Chefe de Divisão/DAUDI **MARCEL EDILSON DA SILVA PEQUENO**, matrícula 8.010.288-3..

3. PRAZO

A Comissão deverá apresentar as conclusões do trabalho no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta portaria.


HASSAN GEBRIM
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0460

0628-44
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

VO: CHEFE DO DACEN

CT/DINSP-01.0272/1130/2001

REF.



Assunto: Fornecimento de Passagens Aéreas e Diárias.

Brasília(DF) 08 de outubro de 2001

Solicito a V.Sª. conforme previsto no MANPES 29/2 a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MAT.	BANCO	AG.	CONTA
Hermes Jose Aun Barchuga	Téc. Op. Pleno/Inspetor Regional/GINSP/SP1	8 750 044-2	001	0057-4	40209-2
TRECHO	DATA	HORÁRIO	VÔO		
SÃO J. DO RIO PRETO/SÃO PAULO	09/10/2001	06:50/07:41	JJ-3277		
SÃO PAULO/BRASÍLIA	09/10/2001	08:34/10:05	JJ-3716		
BRASÍLIA/BELEM	09/10/2001	11:20/13:40	RG-2266		
BELEM/SÃO J. DO RIO PRETO	01/11/2001	14:25/14:54	JJ-3521/3216		

MOTIVO DA VIAGEM: Inspeção Ordinaria na DR/PA

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 09/10/2001 de tal forma que o empregado esteja em Belém até as 14:00h do mesmo dia. O retorno para São José do Rio Preto deverá ocorrer no dia 01/11/2001 após às 14:00h

Emitir PTA para ser retirado em São José do Rio Preto/SP. GLYLBA

Autorizo

Georges Luis de L. Maximiano
Subchefe do Gabinete da Presidência
Matrícula 8 700 430-9

Atenciosamente

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do DINSP

Ammary José Valença de Melo
Subchefe do DINSP
Adm. Postal/plean-Mat. 8.010.252-2

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HA DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EQS nº 03/2005 - CM
CPM - CORREIOE
Fls: 0467
362
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

AO: CHEFE DO DACEV

CI/DINSP-01.0372.1133/2001

REF:



Assunto: Fornecimento de Passagens Aéreas e Diárias.

Brasília(DF), 08 de outubro de 2001

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MAT.	BANCO	AG.	CONTA
Benício Alcânio Lopes	Adm. Postal Pleno/inspetor	8 009 372-1	001	3593-9	360319-0
Claudete Barbosa Pereira	Contador Junior/Auditor	8 011 842-9	001	3593-9	6776-8
Domingos Tiago Nogueira	Contador Pleno/Auditor	8 007 501-0	001	3593-9	360419-5
TRECHO	DATA	HORÁRIO	VÔO		
BRASILIA/BELEM	09/10/2001	1120/1240	RG 2266		
BELEM/BRASILIA	01/11/2001	1500/1819	RG 2266		

MOTIVO DA VIAGEM: Inspeção Ordinária na DR/PA

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 09/10/2001 de tal forma que os empregados estejam em Belém até as 14-00h do mesmo dia. O retorno para Brasília deverá ocorrer no dia 01/11/2001, após às 18 00h.

Antônio

Georges Lusile Maximiano
Secretário do Gabinete do Presidente
Matrícula 8.009.430-8

Atenciosamente

JOSE CARLOS PEREIRA OVIEDO

Chefe do DINSP

Assinatura José Valério de Mel.
Secretário do DINSP
Matrícula Pleno-Mat. 8.010.752-2

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0462
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

AO: DIRETOR REGIONAL DO PARA

CI/ DINSP-01.0272.1134/2001

REF:



Assunto: SOLICITAÇÃO DE RESERVA DE HOTEL E TRANSPORTE ADMINISTRATIVO.

Brasília(DF), 08 de setembro de 2001.

Solicitamos a V.Sª, providenciar reserva de hotel, confirmando-nos após, e transporte administrativo para o trecho aeroporto/hotel/DR, para os empregados que chegarão a essa Regional, de acordo com os dados indicados a seguir:

→ Data de Chegada na DR: 09/10/2001 Horário Previsto: A partir das 14:00h

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Fernando Huggler Antunes (*)	Chefe de Divisão/DINSP	8.010.056-2
Marcel Edilson da S. Pequeno (*)	Chefe de Divisão/DAUDI	8.010.288-3
Benício Alcanjo Lopes	Inspetor	8.009.322-1
Claudete Barbosa Pereira	Auditor	8.011.842-9
Domingos Tiago Nogueira	Auditor	8.007.501-0
Hermes José Aun Bachiega	Inspetor Regional/GINSP/SPI	8.750.044-2
José de Oliveira Soares Campos	Inspetor Regional/GINSP/SPM	8.801.152-6

A permanência dos empregados Fernando Huggler Antunes e Marcel Edilson da S. Pequeno no hotel conveniado dessa DR está estimada até às 18:00h do dia 10/10/2001 e dos demais empregados até às 18:00h do dia 01/11/2001.

No ensejo, solicitamos providenciar hospedagem em apartamentos individuais no período de permanência nessa DR.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do DINSP

Anaury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP
Adm. Postal pleno-Mat. 8.010.252-2





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: CHEFE DO DACEN

C/CS-004/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Fornecimento de passagens aéreas e diárias.

Brasília(DF), 12 de novembro de 2001

Solicitamos a emissão de bilhete de passagem, conforme previsto na MANPES 29/2, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA	BANCO	AGENCIA	CONTA
HERMES JOSÉ AUN BACHIEGA	TÉC. OP. PLENO/INSPEÇÃO	8.750.044-2	001	0057-4	40209-5
TRECHO		DATA	HORARIO		VOG
SAO JOSÉ DO RIO PRETO/BELEM		19/11/2001			
BELEM/SAO JOSE DO RIO PRETO		07/12/2001			

MOTIVO DA VIAGEM: Trabalho de campo na DR/PA, em cumprimento à PRT/PR-285/2001.

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 19/11/2001 de tal forma que o empregado esteja em Belém no mesmo dia. O retorno para Brasília deverá ocorrer no dia 07/12/2001, após às 14 horas.

Atenciosamente,

Benício Alcânio Lopes
Presidente da Comissão

AUTORIZO:

BAL/pai

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERENCIA O NÚMERO PRT/PR-285/2001-CN.

CPMI - CORREIOS
0464
Fis: _____
3628 - 12
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: CHEFE DO DACEN

CI/CS-005/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Fornecimento de passagens aéreas e diárias.

Brasília(DF), 12 de novembro de 2001

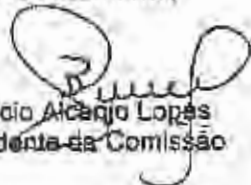
Solicitamos a emissão de bilhete de passagem, conforme previsto no MANPES29/2, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA	BANCO	AGÊNCIA	CONTA
JOSÉ DE OLIVEIRA S. CAMPOS	ASSIST. TÊC. PLENO/INSPEÇÃO	8.801.152-5	001	0863-7	552087-2
TRECHO		DATA	HORARIO	VÔO	
SAO PAULO/BELEM		19/11/2001			
BELEM/SAO PAULO		07/12/2001			

MOTIVO DA VIAGEM: Trabalho de campo na DR/PA, em cumprimento à PRT/PR-285/2001.

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 19/11/2001 de tal forma que o empregado esteja em Belém até às 14 horas do mesmo dia. O retorno para Brasília deverá ocorrer no dia 07/12/2001 após às 14 horas.

Atenciosamente,


Benício Alcântara Lopes
Presidente da Comissão

AUTORIZO:

BAL/bal

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTAÇÃO.

CPMI - CORREIOS

FIS: 0465

3628

Doc.

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: CHEFE DO DACEN

CI/CS-003/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Fornecimento de passagens aéreas e diárias.

Brasília(DF), 12 de novembro de 2001

Solicitamos a emissão de bilhete de passagem, conforme previsto no MANPES 29/2, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	BANCO	AGENCIA	CONTA
BENICIO ALCANJO LOPES	ADM. POSTAL PLENO/INSPECTOR	8.009.322-1	001	3593-9	360.319-9
CLAUDETE BARBOSA PEREIRA	CONTADOR JUNIOR/ADUDITOR	8.011.842-9	001	3593-8	6776-8
DOMINGOS TIAGO NOGUEIRA	CONTADOR PLENO/AUDITOR	8.007.501-0	001	3593-9	360.419-5
TRECHO	DATA	HORARIO	VÃO		
BRASILIA/BELÉM	19/11/2001				
BELÉM/BRASILIA	07/12/2001				

MOTIVO DA VIAGEM: Trabalho de campo na DR/PA, em cumprimento à PRT/PR-285/2001.

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer no dia 19/11/2001 de tal forma que os empregados estejam em Belém até às 14 horas do mesmo dia. O retorno para Brasília deverá ocorrer no dia 07/12/2001, após às 14 horas.

Atenciosamente,

Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

AUTORIZO:

BAL/bal

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fis: 0466
3628
Doc:

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-002/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

Fls. 01

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Solicitação de reserva de hotel e transporte administrativo.

Brasília(DF), 12 de novembro de 2001.

Solicitamos providenciar reserva de hotel, confirmando-nos após, e transporte administrativo para o trecho aeroporto/hotel/DR, para os empregados que chegarão a essa Regional, de acordo com os dados indicados a seguir:

Data de chegada na DR: 19/10/2001 Horário previsto: a partir das 14:00 horas

Benício Alcanjo Lopes	Inspetor	8.009.322-1
Claudete Barbosa Pereira	Auditor	8.011.842-9
Domingos Tiago Nogueira	Auditor	8.007.501-0
Hermes José Aun Bachiega	Inspetor	7.750.044-2
José de Oliveira Soares Campos	Inspetor	8.801.152-8

A permanência dos empregados no hotel conveniado dessa DR está estimada até às 18 horas do dia 7/12/2001.

No ensejo, solicitamos providenciar hospedagem em apartamentos individuais no período de permanência nessa DR.

Atenciosamente,


Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
0467
Fls: 3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-006/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 20 de novembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Marcelo Gomes Pinheiro - matrícula 8.453.377-3, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 21/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,

Benício Albano Lopes
Presidente da Comissão

Ciente: em: 20/11/01

Marcelo Gomes Pinheiro

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS Nº 03/2008 - CN -
CPM - CORREIOS

Doc 628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CVCS-007/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

EC7
Fls. 06
1

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 20 de novembro de 2001

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Jorge Afonso Mendes Ferreira - matrícula 8.453.054-5, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 14 horas do dia 22/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,

Benício Aicanio Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:

Jorge Afonso Mendes Ferreira

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0269
3628
Doc.

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência da PRT/PR-285/2001.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/PA.

REFERÊNCIA: PRT/PR-285/2001.

1. FINALIDADE

Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir de 09.12.2001, o prazo de vigência da PRT/PR-285/2001, que trata de apurações dos fatos relatados no Processo/GABPR-005133/2001.


HASSAN GEBRIM
Presidente



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-009/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 22 de novembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Alandouglas Santos da Paixão - matrícula 8.452.247-0, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 14 horas do dia 23/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:


Alandouglas Santos da Paixão

22/11/01
15:10h

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fic. 0471

3628

Doc

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-010/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

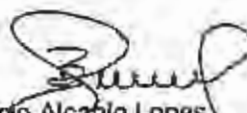
Assunto: Convocação de empregado

Belém, 22 de novembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Roberto Magalhães Pereira - matrícula 8.011.224-2, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 28/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcajijo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:


Roberto Magalhães Pereira

BAL/bel

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS.

RQS nº 03/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS
- Fls: 0472
3628 -
Déc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-012/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001

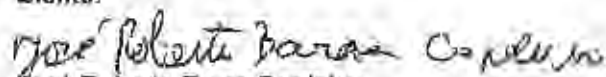
Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado José Roberto Barra Cordeiro - matrícula 8.452.588-6, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 27/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

Cliente:


José Roberto Barra Cordeiro

em 26/11/2001

BAL/bel

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0473
Fis:
Doc: 3678



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-013/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001.

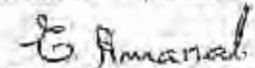
Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Eloísa Elena Correa Amaral - matrícula 8.453.512-1, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 15 horas do dia 28/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

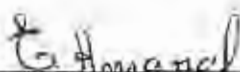
Atenciosamente,


Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente: 26/11/01


Eloísa Elena Correa Amaral

BAL/bel



EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005- QN
CPMI - CORREIOS
FIB: 0424
Doc: 3028-24



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-014/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ECT
Fls. 020

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001.

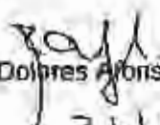
Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Maria Dolores Afonso Lobato - matrícula 8.454.142-3, na sala de Inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 16 horas do dia 26/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:


Maria Dolores Afonso Lobato

26/11/01

BAL/bal

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0475
Doc: 3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-015/2001

REF: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Maria Georgele Rodrigues de Souza - matrícula 8.452.709-9, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 17 horas do dia 26/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,

Benício Alcânjo Lopes,
Presidente da Comissão

Ciente:

Maria Georgele Rodrigues de Souza

Ciente
26/11/01 *Georgete*

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CNI-CPMI - CORREIOS
Fls: 0476
3628
Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

C1/CS-016/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

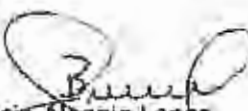
Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Claudinei Curvelo da Silva - matrícula 8.010.670-6, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 28/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:



Claudinei Curvelo da Silva

em 26-11-2001

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0477
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL – DR/PA

CI/CS-017/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 26 de novembro de 2001

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Rudiney Bentes Wanzeler - matrícula 8.452.140-6, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 29/11/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:


Rudiney Bentes Wanzeler

BAL/bal

EM SEUS PROXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0478
5628
Doc:

DE CHEFE DO DINSP

AO DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CV: DINSP-01 0272. 1311/2001

REF



Assunto: Solicitação de Reserva de Hotel.

Brasília(DF), 28 de novembro de 2001

Solicitamos V.Sª, providenciar reserva de Hotel, confirmando-nos após o transporte administrativo para o trecho aeroporto/hotel/DR, para o empregado que chegará a esta Regional, de acordo com os dados indicados a seguir:

Data de chegada na DR: 02/12/2001.

Horário previsto: A partir de 18:00h.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Domingos Tiago Nogueira	Auditor/DAUDI	8.007.501-0

A permanência do empregado nessa DR está previsto para até às 14:00h do dia 07/12/2001.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO

Chefe do DINSP

Amoury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP
Adm. Postal pleno-MAL 8.010.252-2

29/11/2001

d/c. comissão

Ao GERD/CTNSP/GEOP

☒ - Providenciar	☐ - Preparar expediente para tal
☐ - Esclarecer o	☐ - Informar o
☐ - Encaminhar	☒ - Tomar conhecimento
☐ - Assinar os	☐ - Autorizar, p. c. d. g. - de
☐ - Fazer o	☐ - V. verba,

ROS nº 03/2005 - CN -
Agostinho Pereira Trindade
DIRETOR REGIONAL ECT/DR/PA

Fis:

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CLARAR COM A RESERVAÇÃO O NÚMERO DESTA DOCUMENTAÇÃO

3628 - 39
Doc:



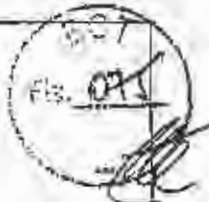
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-018/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Avaliação de Imóveis

Belém, 30 de novembro de 2001.

Como subsídios aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a V.Sa. realizar uma avaliação completa dos valores dos imóveis adquiridos pela DR/PA nos últimos 10 anos, fazendo-se constar, também, discriminadamente, os valores dos desembolsos efetuados pela ECT para a aquisição dos imóveis.

Ressaltamos que os valores referentes às avaliações deverão corresponder aos valores praticados à época da apropriação dos imóveis.

Tendo em vista a urgência para conclusão dos trabalhos, pedimos que a informação nos seja prestada em até 20 dias.

Atenciosamente,

Benício Alcânio Lopes
Presidente da Comissão

Sh Qu 30
11
02

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0480
Fls:
3628
Data:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: GERAD.- DR/PA

CV/CS-020/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



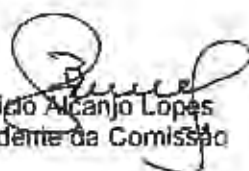
ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Solicitação de documentos

Belém, 03 de dezembro de 2001.

Tendo em vista constatação de falta da folha nº 5 constante do processo da DL 214/99, solicitamos que seja informada justificativa pela não inclusão da folha ou localizá-la e compor o processo.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

*Recebido Original
em 3/12/01
GAP*

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0481
Fls:
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL – DR/PA

CI/CS-021/2001

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

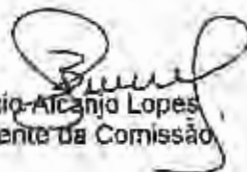
Assunto: Convocação de empregado

Belém, 03 de dezembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Fernando Augusto Alves da Silva - matrícula 8.452.761-7, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 04/12/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:

Fernando Augusto Alves da Silva



BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

C/CS-022/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

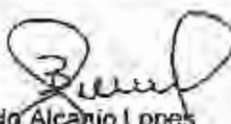
Assunto: Convocação de empregado

Belém, 03 de dezembro de 2001

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Carlos Roberto Dippolito - matrícula 8.450.994-5, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 9 horas do dia 05/12/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:

Carlos Roberto Dippolito

*Receber uma cópia
E 03-12-01*


Armando de Jesus Vieira
Subgerente Vendas
BAL/PAI 8 450 832-3

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0483

3628

Doc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CV/CS-023/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 03 de dezembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Cyro Nova dos Santos - matrícula 8.453.768-0, na sala de inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 14 horas do dia 05/12/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,

Benício Alcanjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:

03/12/01

Cyro Nova dos Santos

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTE DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-024/2001

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Convocação de empregado

Belém, 03 de dezembro de 2001.

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Marcelo Rodrigues - matrícula 8.453.842-2, na sala de Inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 15 horas do dia 04/12/2001 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

Ciente,

Marcelo Rodrigues

Recibido em 03/12/01
[Handwritten signature]

BAJ/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0485
3820



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/CS-005/2002

REF.: PRT/PR-285/2001



Assunto: Convocação de empregado

Belém, 16 de janeiro de 2002

Em continuidade aos trabalhos de sindicância nessa Regional, solicitamos a presença do empregado Marcelo Haroldo Mena Wanderley - matrícula 8.453.473-7, na sala de Inglês situada no segundo andar do edifício sede da DR/PA - às 14 horas do dia 17/01/2002 - para prestar esclarecimentos à Comissão.

Cabe ressaltar que o empregado poderá ser acompanhado por pessoa de sua escolha durante os seus esclarecimentos.

Atenciosamente,


Benício Albano Lopes
Presidente da Comissão

Ciente:

Marcelo Haroldo Mena Wanderley

Ciente
16/01/02


BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

486

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: CHEFE DO DESAD

CI/CS-006/2002

REF.: PRT/PR-285/2001

ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Fornecimento de passagens aéreas e diárias.

Brasília(DF), 21 de janeiro de 2002.

Solicitamos a emissão de bilhete de passagem, conforme previsto no MANPES 29/2, de acordo com os dados abaixo:

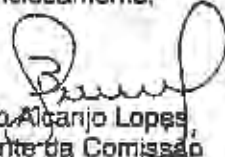
NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA	BANCO	AGENCIA	CONTA
HERMES JOSÉ AUN BACHIEGA	TEC. OPER. PLENO/INSPEÇÃO	7.750.044-2	001	0057-4	40209-5
TRECHO		DATA	HORARIO		VOO
SAO JOSE DO RIO PRETO/BRASILIA		22/01/2002			
BRASILIA/SAO JOSE DO RIO PRETO		31/01/2002			

MOTIVO DA VIAGEM: Relatório de Sindicância da DR/PA, em cumprimento à PRT/PR-285/2001.

OBSERVAÇÃO: A viagem deverá ocorrer da tal forma que o empregado esteja em Brasília na noite do dia 22/01/2001. O retorno para São José do Rio Preto deverá ocorrer no dia 31/01/2002, após às 18 horas.

O PTA deverá ser emitido em São José do Rio Preto

Atenciosamente,


Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

AUTORIZO:


Georges Luis de L. Maximiano
Subchefe do Gabinete da Presidência
Matrícula 8.009-430-5

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGEM AEREA

PERÍODO DA VIAGEM	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA	
NAO HA DIARIA	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	

BAL/baj

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

3628

Doc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA-PRT/PR-285/2001

AO: CHEFE DO DESAD

CI/CS-007/2002

REF.: PRT/PR-285/2001



ÁREA RESERVADA
AO PROTOCOLO

Assunto: Reserva de hotel

Brasília(DF), 21 de janeiro de 2002.

Solicitamos providenciar reserva no hotel Phenícia para o empregado que chegará em Brasília, no dia 22/01/2002, com os dados indicados a seguir:

Data de chegada na DR: 22/01/2002 Horário previsto: a partir das 14:00 horas

Hermes José Aun Bachiega	Inspetor	7.750.044-2
--------------------------	----------	-------------

A permanência do empregado no hotel conveniado está estimada até às 18 horas do dia 31/01/2002.

No ensejo, solicitamos providenciar hospedagem em apartamentos individuais no período de permanência em Brasília.

Atenciosamente,

Benício Alcânjo Lopes
Presidente da Comissão

BAL/bal

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO.

ROS nº 03/2005 - CN -
CRM - CORREIOS
0488
3828
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

085

Diretor Regional à época, Sr. Waldemir Freire Cardoso, Walmir Freire Cardoso; QUE as mesmas eram confirmadas posteriormente pelo próprio ex-Diretor Regional no apartamento dele (ex-Diretor Regional), que o depoente frequentava, na Av. 25 de Setembro; QUE, em fins de 1995, a pedido do Diretor Regional Waldemir, o depoente colocou o Walmir, seu irmão, como colaborador na EDE CAR sem vínculo empregatício, e que o pedido baseava-se na participação do Walmir no faturamento das linhas executadas pela EDE CAR, onde a EDE CAR ficaria com trinta por cento após o pagamento dos impostos e o Walmir ficaria com setenta por cento do faturamento das linhas que o depoente executava; QUE fazia a fatura de acordo com a informação recebida dos Correios e não contestava os valores que lhe eram passados pela Sra Elza ou pela Gerência de Transportes; QUE à ocasião o depoente recebeu a proposta com a promessa do ex-Diretor de que isso lhe daria livre acesso a nível de informações na DR/PA, além das vantagens já descritas; QUE a linha Salinas – Capanema, cuja linha pertencia à EDE CAR, durante um certo período (1996/1997) foi feito por um veículo (Kombi, placas JTL-9029), de propriedade particular do Sr. Walmir Freire Cardoso, irmão do à época Diretor Regional da DR/PA e que atualmente, essa linha é executada pela U S Mendonça; QUE durante aproximadamente um ano, um outro veículo, caminhão B100, Volkswagen, de "propriedade" do Walmir fez a linha Belém – Marabá – Belém, transportando carga expressa; QUE durante os anos de 1996 e 1997 houve a participação do depoente nas condições acima descritas (30% X 70%), onde ele e o Sr. Walmir ganharam dinheiro, muito mais o Walmir do que o próprio depoente e que em 1998 o Walmir resolveu ficar com todo o bolo; QUE já na Tomada de Preços 005/98, que tinha sido ganho pela EDE CAR em 11 linhas, quando, para as duas empresas U S Mendonça ME e Brasil Transporte e Serviços S/C teve uma mesma pessoa pegando os editais para a disputa, indicando vícios na concorrência, foi cancelada parcialmente, somente a participação da EDE CAR nas 11 linhas que havia ganho; QUE o cancelamento das 11 linhas da TP 005 ganhas pela EDE CAR, deu-se através do Diário Oficial da União de 26.11.98; QUE o cancelamento deu-se, oficialmente, por ser a EDE CAR penalizada com suspensão de dois anos por ter sido considerada inidônea, através da carta CT/GEAF/ECT/DR/PA-085/98, enviada pelo ex-Diretor Regional ao depoente; QUE o depoente entrou com um processo na terceira vara da Justiça Federal recorrendo contra a situação que se apresentava (Proc. 9289/98, protocolo 045882), mas que até a presente data não obteve qualquer posição da Justiça Federal a respeito; QUE três meses antes de haver recebido a carta que o considerava como inidôneo recebeu um Atestado de Capacidade Técnica, assinado pelo então Gerente de Administração Financeira da DR/PA, Sr. Paulo Antonio Dantas da Silva; QUE a EDE CAR foi penalizada por não cumprimento de cláusula contratual, de não cumprimento de horário, descrito na Ficha Técnica, mas que não condiz com a verdade, haja vista que o horário foi cumprido corretamente; QUE recebeu a carta para apresentar a defesa contra a penalização no dia 05 de novembro de 1998, e que a apresentou no dia 11 de novembro de 1998, mas que o ex-Diretor Regional não levou em consideração mesmo estando claro que o depoente estava com a razão à vista da Ficha Técnica contratual; QUE antes de 1995, com o contrato da SERRA NORTE, executava a LTR 06 com um faturamento entre R\$ 16.000,00 a R\$ 20.000,00 por mês, com dois veículos Toyota; QUE nesse período, ao receber o pagamento referente ao faturamento mensal, o depoente levava a parte que

03/2005 CN
CPM
CORREIOS
0489
Qdc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

Fls. 086

correspondia ao ex-Diretor, em dinheiro vivo, à residência dele e entregava a ele pessoalmente; QUE às vezes, e foram diversas, o dinheiro era entregue ao ex-Diretor Regional nas dependências da própria Diretoria Regional/ECT/PA; QUE foi a partir de 1995 que o ex-Diretor Regional colocou seu irmão na empresa do depoente para que ele acompanhasse e aprendesse exatamente como funcionava a empresa, para em seguida, aplicar-lhe o golpe já descrito; QUE a partir da entrada do irmão do ex-Diretor Regional na EDE CAR, o próprio Walmir, muitas vezes era quem fazia o recebimento do dinheiro da parte que cabia ao ex-Diretor; QUE em fins do ano de 1995 a LTR 06 sofreu um grande aumento em seu faturamento, por conta de uma diferença de quilometragem não paga pela ECT, e que referia-se ao custo fixo de viagem não realizada por falta de condições de tráfego das estradas e que o depoente nunca havia cobrado da ECT; QUE esse valor foi levantado e sugerido pelo próprio ex-Diretor Regional que, também realizou os cálculos relativos à diferença orientando a sua funcionária (Dona Elza); QUE entretanto, ao receber esse valor fez o seu repasse ao Diretor Regional que justificou ao depoente que estava precisando de dinheiro para pagar compromisso político e que por isso, o ex-Diretor "descobriu" o erro na falta do pagamento ao depoente; QUE o acréscimo desse faturamento gerou o repasse quase integral por parte do depoente para o Waldemir (ex-Diretor Regional); QUE os contratos de transportes de cargas são direcionados, na DR/PA, para a empresa U. S. Mendonça, a partir de 1998; QUE todas as transportadoras da cidade de Belém sabem que a U S Mendonça era favorecido pela DR/PA; QUE o Gerente da REOP Marabá, à época trabalhando na GETRA, em Belém, Sr. Ajax, combinava tudo com o Walmir para que a U S Mendonça fosse favorecida no transporte das cargas; QUE os percursos Belém - Marabá, intercalado com entregas em Tailândia, Goianésia, Tucuruí e Jacundá, de cargas expressas, o depoente acredita ter cobrança dobrada, ou seja, também é cobrado o retorno do percurso, além de levar cargas de terceiros, e que levou o Sr. Ormezano, que Gerenciava a Região de Marabá, a deixar o cargo por não concordar com essa situação; QUE chegou a participar desses favorecimentos, recebendo das mãos do Sr. Paulo Dantas, na igreja de N S Fátima, um convite para cinco empresas indicadas pelo depoente; QUE foi a única vez que participou de um favorecimento desse tipo; QUE houve interrupção nas declarações do Sr. Edvaldo, pelo avançado da hora, havendo continuidade no dia 18 de outubro 2001; QUE no dia 18.10.2001, às 15h10 (quinze horas e dez minutos) foram retomados os trabalhos de tomada de declarações do sr. Edvaldo Ferreira Leite, que continuou suas declarações e disse QUE: verificando em seus arquivos conseguiu a comprovação de que na TP-005/98 o endereço da US Mendonça é o mesmo endereço residencial do Sr. Walmir Freire Cardoso (Passagem Santo Antonio, 107), pois o mesmo é coincidente com a conta telefônica pessoal do Sr. Walmir; QUE para confirmar a relação do Sr. Walmir com a EDE CAR, um ano antes dessa TP, possui em mãos o contrato de aluguel da EDE CAR no qual o Walmir aparece como fiador, bem como uma carta enviada por sua empresa à ECT assinada pelo próprio sr. Walmir; QUE no início de 1998, o Walmir provocou uma confusão e discutiu seriamente com o depoente já com a intenção de aliá-lo (o depoente) do esquema de contratação das empresas de Transportes pela ECT, bem como afastá-lo de sua empresa para que ele pudesse agir livremente através da U S Mendonça da qual ele, Walmir, já era procurador à época; QUE apresenta uma procuração registrada em cartório, onde o proprietário da US Mendonça, Ulisses Santos Mendonça, de 1998

Fls:

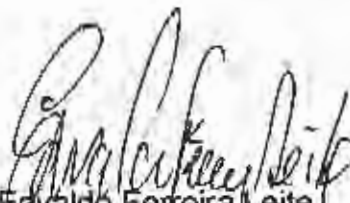
8

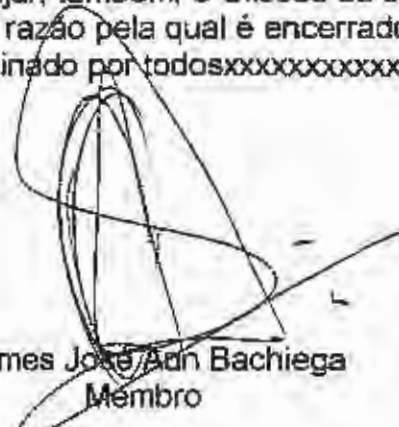
Doc



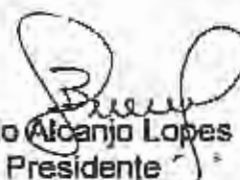
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

poderes ao sr. Walmir para administrar a empresa US Mendonça (CGC 14.730.998/0001-94) em 16 dezembro de 1996, renovada em 1999, o que vem comprovar, que a U S Mendonça pertencia, efetivamente ao sr. Walmir Freire Mendonça e que tinha em seu proprietário Ulisses, apenas um elemento para servir de fachada para as suas ações; QUE posteriormente foi criada a empresa Transportadora Conceição, cujos sócios eram conhecidos do sr. Walmir, e foi adquirida pelo Walmir, um ano e meio depois, e a transformou, no ano 2000, na U S Mendonça Express, no mesmo endereço da U S Mendonça, como uma forma de o Walmir alijar, também, o Ulisses de seu esquema; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todosxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx


 Evaldo Ferreira Leite
 Declarante


 Hermes José Adm Bachiega
 Membro


 José da Oliveira Soares Campos
 Membro


 Benício Alcânjo Lopes
 Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 0491
 Fls:
 1628
 Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE: - MARCELO HAROLD MENA WANDERLEY **CIC:** 280.412.752-49

FILIAÇÃO: - Célio Braga Wanderley e de Benedicta Mena Wanderley **NATURAL:** Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 09.07.66 **ESTADO CIVIL:** Casado

IDENTIDADE (RG): 7648-D CREA/PA **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Brás de Aguiar, 584 - Aptº 802 - Bl. 4 - Nazaré - Belém/PA

CARGO: Engenheiro Civil **MATRÍCULA:** 8.453.473-7

FUNÇÃO: Gerente Técnico/DR/PA **CONTRATADO:** 23.08.94

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: GETEC/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês da sede da DR/PA **DATA:** 17.01.2002

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.750.044-2

APURADOR: José de Oliveira Soares Campos **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.801.152-6

TESTEMUNHA: **FUNÇÃO:** **MAT.**

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, para acompanhar a declaração, e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na área de contratação de serviços de reformas, reparos, adaptações e conservações de móveis e imóveis na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: no período de 1996 a junho 2001 respondeu pela Chefia da SMOC/GETEC/DR/PA (Seção de Manutenção e Obras Civis), tendo passado a partir de julho de 2001 a Gerência Técnica da DR/PA; QUE quando se trata de serviços de pequeno vulto a ser realizado em



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

ELT
089

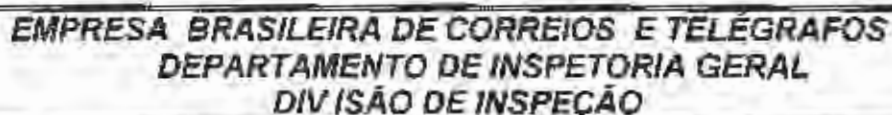
outras Regiões operacionais que não a de Belém, são contatados os chefes das unidades que sofrerão a intervenção para que eles próprios busquem na localidade pessoas físicas ou jurídicas que possam realizar o serviço e que preparem os orçamentos para serem enviados à GETEC, QUE de posse desses orçamentos a área técnica faz a análise e encaminha para a GERAD para preparação do processo e o envia a ASJUR para o parecer Jurídico; QUE solicita do Diretor Regional a autorização para a realização dos serviços; QUE depois de terminados os serviços o próprio chefe da unidade deve dar o atesto no verso da nota fiscal ou do recibo de prestação de serviços para que o valor seja transferido para o prestador de serviço; QUE somente depois que está de posse dos orçamentos é que os envia juntamente com a solicitação para a realização dos serviços à GERAD; QUE somente depois que recebe as propostas é que faz a solicitação para o início dos serviços ficando assim, as datas das propostas anteriores ao pedido para a realização desses serviços; QUE esse procedimento se dá pela impossibilidade até de custos, de enviar pessoas ao local para a preparação desse procedimento; QUE pode acontecer de o Chefe da unidade enviar a NF já com o atesto ou uma carta à parte, confirmando o término da obra a contento para que o valor seja liberado; QUE quando isso não ocorre e para que não haja maior atraso na liberação do dinheiro o que provocaria pressões sobre o chefe da unidade por parte do prestador serviço, a própria GETEC através de seus técnicos fazem o atesto depois de receberem a informação do chefe da agência, via fone, de que o serviço foi terminado a contento; QUE com relação aos 750,00 m2 pagos para a firma MG Barros que realizou a recuperação do piso do Complexo Cabanagem, quando encontrou-se apenas 504,39 m2 de obra realizada não sabe informar o que pode ter ocorrido, mas acredita ter havido algum equívoco na constatação por parte do inspetor juntamente com o engenheiro que o acompanhava; QUE a ECT faz a contratação da empreitada pelo preço global e ao ser apresentado o projeto da área a sofrer intervenção, parte-se da metragem constante do projeto para a formação das áreas a serem reformadas, mas que a diferença apresentada no caso em apreço é muito grande e ele precisaria verificar o processo para ver o que poderia ter ocorrido; QUE da mesma forma que os demais processos que apresentam divergências semelhantes seria necessário verificar in loco e com o processo na mão, para saber o que poderia ter ocorrido; QUE apesar do acompanhamento do engenheiro por ele designado pode ter ocorrido equívoco, já que o mesmo não tinha conhecimento exato da obra realizada e dos serviços que eventualmente tenham sido agregados ao projeto inicial dos serviços contratados; QUE pode afirmar, no entanto, que todos os serviços pagos foram realizados, não tendo conhecimento de que algum serviço tenha sido pago sem ter sido realizado, tanto na capital quanto no interior; QUE quanto ao preço dos refletores instalados no AC/CDD/Nazaré, quando a comissão em pesquisa de preço feita com os mesmos participantes da DL há 14 meses atrás e conseguiu um valor 22,5% a menor não sabe informar qual a metodologia que foi utilizada pelo técnico que realizou a pesquisa de preços. Somente sabe dizer que a pesquisa foi feita; QUE não sabe em que condições houve a compra do servidor, já que à época era chefe da SMOC e quem tratou do assunto foi a SUSIS (Sub gerência de Sistemas) juntamente com a GERAD; QUE também não sabe qual o valor pago de aluguel do servidor que era utilizado e que tinha sido alugado da empresa canal 13, no período de março de 2001 a novembro de 2001; QUE nada tem a dizer a respeito do recebimento do equipamento em 12.01.01 pois a

Josemar

[Assinatura]

[Assinatura]

PROS nº 01/2005 - CN -
CPM CORREIOS
0493
Doc: 558

[illegible]

Hermes José San Blasiega
Membro

Benício Alcanjo Lopes
Presidente



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

091

TERMO DE DECLARAÇÃO

PRT/PR-285/2001

DECLARANTE:- MARCELO GOMES PINHEIRO

CIC: 292.342.802-10

FILIAÇÃO:- Eládio Pinheiro e de Andreza Gomes Pinheiro

NATURAL: Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 26.06.1967

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 1.444.535

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Conj. Cidade Nova 2 - SN1 - Alameda Mota nº 6 - Ananindeua/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA

DATA: 21.11.2001

MEMBRO: Hermes José Aun Bachiega FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

MEMBRO: José de Oliveira Soares Campo FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.801.152-6

MEMBRO: Domingos Tiago Nogueira FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

PRES. COMISSÃO: Benício Alcanjo Lopes FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido como testemunha Célia da Silva Lopes, Advogada, lotada na GERAD/PA, matrícula 8.454.112-1, que acompanhou toda a declaração, e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado pela Comissão de Sindicância criada pela PRT/PR-285/2001, de 09/10/2001, a respeito das irregularidades na área de contratação da Diretoria Regional/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: quando foi contratado pela ECT em 16.11.1993, começou trabalhando na área de contratação da GERAD, na ocasião GESUP, tendo posteriormente, após prestar concurso público para Técnico Administrativo e ter sido aprovado em primeiro lugar entre os empregados da ECT foi ser Coordenador Financeiro do Núcleo de Franquias da REOP/PA-01, e em julho de 2000 foi convidado para ser chefe da área de contratação da GERAD; QUE começou a sentir-se incomodado na função, pois a área de gestão de contratos, embora no organograma da Empresa seja subordinado à sua área, o responsável por aquela, Jorge Afonso, prestava contas diretamente à Gerência, deixando o declarante sempre em conflito com o titular da GERAD, Sr. Paulo Dantas; QUE diversas vezes aconteceram discussões até mais ásperas do declarante com o Jorge Afonso e que quando as discussões ocorriam sempre era chamado pelo Paulo Dantas que contemporizava em favor do Jorge Afonso e mantinha a situação de o Jorge Afonso prestar contas diretamente à Gerência; QUE nunca assumiu a eventualidade da Gerência, apesar de ser o Chefe da

09/10/2001
CPM - CORREIOS
0495

[Handwritten signatures and stamps]



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

092

importância da GERAD, pois o Paulo Dantas quando se afastava mantinha em seu lugar o Pedro, que era o Chefe da Seção de Segurança; QUE era estranho o procedimento de o declarante não assumir a eventualidade se levar em conta que até ele assumir a Chefia da Seção de contratação, a eventualidade da Gerência era assumida pelo Chefe de sua seção e não pelo Chefe da Segurança como passou a ocorrer; QUE uma das coisas que mais incomodava o declarante era o fato de o Gerente Paulo Dantas dirigir-se diretamente às pessoas que executavam as emissões de AF, AP e DL sem passar por sua pessoa; QUE nesses contatos do Gerente, Paulo Dantas, com os funcionários responsáveis pelas emissões de AF/AP/DL eram reservados números de AF/AP/DL para a Gerência que de seu Gabinete comandava todo o fluxo administrativo e os procedimentos financeiros desse processo, somente chegando ao declarante, quando chegava, depois de cumpridos todos os trâmites e das liberações orçamentárias, pronto para ser arquivado; QUE se houvesse da parte do declarante alguma inquirição a respeito da existência do processo, a resposta era evasiva e muitas vezes o processo não existia, embora no livro constasse como formalizado; QUE existem AFs (a 353/00, R\$ 16.000,00 e 358/00, R\$ 13.200,00, por exemplo, que são referentes às DLs 264/00 e 270/00, respectivamente) cujos processos são inexistentes e que, foram administrados pelo Gerente Paulo Dantas; QUE parte das notas fiscais anexas aos processos era atestada, por empregados da Gerência sem que o Chefe da unidade/órgão beneficiado atestasse a prestação do serviço ou recebimento da obra; QUE a Financeira aceitava esse tipo de atesto; QUE não raro a seção de contratação recebia a CI solicitando a abertura da DL já acompanhada de cartas propostas e que para a composição do processo, as cartas consultas para os proponentes cujas cartas a seção havia recebido, por solicitação do Gerente, eram feitas posteriormente, apenas para formalizar a montagem do processo e para que este ficasse completo; QUE isso provocava toda a tramitação de um processo no mesmo dia, quando normalmente o prazo era de três a quatro dias; QUE em alguns casos era a urgência imposta pelo Gabinete do Diretor Regional que provocava uma precipitação na agilização do processo; QUE nunca fez nenhuma consulta à empresa SOFT, que participou de praticamente todas as pesquisas de preços de compras de materiais de escritório; QUE não sabe se essa empresa existe ou não; QUE para o fornecimento de material para o Núcleo de impressão existia uma empresa contratada (Interpac); QUE antes do término do contrato da Interpac, o declarante fez diversas gestões junto ao Núcleo solicitando seu novo consumo para que o contrato pudesse ser formalizado dentro da necessidade atual; QUE essas gestões deram-se via e-mail e que não sabe se o Jorge Afonso fez alguma CI a respeito; QUE essa gestão era de responsabilidade do Jorge Afonso; QUE em não recebendo nenhuma resposta do Núcleo de Impressão sobre as necessidades, o contrato foi renovado dentro das especificações do anterior e isso provocou defasagem entre o fornecido e o necessário o que gerou a emissão de muitas DLs que eram para complementar as necessidades, bem como gerou o atraso no processo licitatório para a contratação da empresa para fornecimento desses materiais para outros órgãos; QUE não sabe o porque não obteve resposta quando das consultas (gestões) por parte dos Núcleos de Impressão e do Almoxarifado; QUE o almoxarifado por sua vez, atrasou na estimativa de consumo médio mensal do material de informática e isso também gerou o atraso no processo licitatório da empresa fornecedora; QUE contou pessoalmente algumas vezes com a Comercial Guará, mas não sabe se existe algum relacionamento

REC-832095-01-
CPM-608605
6495

3

162



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

CLT
Nº 093
[Assinatura]

extra ECT entre essa Empresa e membros da GERAD; QUE para manutenção de ar condicionado houve uma preocupação inicial para contratar-se empresas especializadas para essas manutenções; QUE começaram a tratar do assunto a respeito de se a manutenção seria feita por uma única empresa centralizada em Belém ou se seriam contratadas empresas por REOPs; QUE não houve nenhuma solução e os serviços continuaram a ser realizados com emissões de DLs; QUE pelo valor que essas manutenções envolve, o assunto deveria ser passado à CPL para a tomada de providências e não ser feitas através da emissão de DLs; QUE nos assuntos que envolvem os serviços atinentes à área de engenharia os processos já davam entrada na Seção de Contratação praticamente prontos, pois, por determinação do Gerente (Paulo Dantas) as DLs já davam entrada com as propostas e os orçamentos e já liberadas orçamentariamente; QUE cabia, nesse caso, à Seção de Contratação apenas formalizar o processo mediante a assinatura do Diretor Regional; QUE quando a Seção de Suprimento faz a solicitação de compra de material de expediente, no pedido não consta a discriminação das unidades que serão agraciadas, ficando ela mesma responsável por essa distribuição; QUE o atesto das notas nesse caso é dado pelo responsável pelo almoxarifado; QUE a não exigência do CRF quando da apresentação da proposta deve-se a interpretação, não só do declarante, mas também da própria Gerência, de quem o declarante recebeu orientações, da CI do DECAN que citava a desnecessidade dessa certificação; QUE no caso da contratação da U S Mendonça com proposta superior à proposta da EDE CAR para transporte de material hospitalar e vacinas não tinha conhecimento de que o transporte seria de equipamento e material hospitalares, pois na justificativa constava apenas o transporte de vacinas; QUE esse redirecionamento do transporte deve ser informado pela GEOPE, pois até então era uma carga especial; QUE a proposta da EDE CAR chegou, por volta de 11h10, ainda em tempo de deixar de contratar-se a U S Mendonça e contratar os serviços da EDE CAR, mas a proposta da EDE CAR não foi considerada, pois o Alandouglas disse que já havia contactado a U S Mendonça para fazer o serviço, pois até então o Alandouglas não sabia da existência da proposta da EDE CAR; QUE recebeu da GEOPE o processo com as propostas da U S Mendonça e da Rabello, por volta de 08h00 do dia em que se daria o transporte, com a recomendação de fechar rapidamente a DL pois o material teria que ser transportado com urgência e isso se daria até as 14h00; QUE essa urgência foi recomendada pela GEOPE, pois tratava-se de carga especial, através do funcionário Alandouglas; QUE quando chegou a proposta da EDE CAR o Alandouglas ligou para o declarante dizendo que estava com essa proposta nas mãos, mas que já havia autorizado a U S Mendonça a fazer o transporte, pois conforme haviam conversado anteriormente o declarante e o Alandouglas, a menor proposta até a chegada da EDE CAR era da U S Mendonça; A tomada de declarações foi interrompida às 12h05 para intervalo para alimentação e foi reiniciado às 14h25, com todos os presentes inicialmente;

QUE o contrato com a Executiva já chegou ao declarante pronto, oriundo da Gerência da GERAD; QUE não teve acesso e que o recebeu pronto somente com a recomendação para que ele o passasse ao gestor (Jorge Afonso); QUE não fez nenhuma Tomada de Preços para a contratação do pessoal de que trata a DL da executiva; QUE essa Tomada de Preços é anterior à sua chegada à Seção de Contratação; QUE não tem conhecimento de que a DL 262/00 para a contratação de pessoal temporário tenha começado tendo

ROS nº 03/2005 - GU
CPM - CORREIOS

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]
3620
Doc: [Assinatura]



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

094

como objeto a contratação de pessoal para a área técnica; QUE a gestão desse contrato era feita pessoalmente pelo Jorge Afonso, que inclusive, fazia indicação de pessoas a serem contratadas, bem como o Gerente Paulo Dantas; QUE o Paulo Dantas acreditava que era melhor contratar pessoas conhecidas, pois se tratava de serviço de grande responsabilidade; QUE a Executiva fazia o contato, contratava e fazia o pagamento ao pessoal, embora o cadastro dos interessados a serem contratados e a relação dos nomes a serem contratados era gerido pelo Jorge Afonso, bem como era o Jorge Afonso quem fazia o controle de frequência de cada um dos empregados da Executiva; QUE todas as quintas feiras eram feitas reuniões onde se discutia, entre outras coisas, o orçamento. Isso indica que o Paulo Dantas conhecia perfeitamente a disponibilidade orçamentária e ainda assim, fazia as contratações à revelia dos bloqueios orçamentários, o que provocou o estouro do orçamento do contrato da Executiva em 117% no período de agosto de 2000 a julho de 2001; QUE numa das reuniões determinou ao Jorge Afonso que não mais assinasse nenhum documento em nome do Gerente ou do declarante, pois isso era uma atribuição do declarante ou do gerente; QUE o Jorge Afonso insubordinou-se manteve o procedimento de assinar as CIs provocando a irritação e indignação do declarante; QUE não tem conhecimento do pagamento antecipado de prestação de serviços de transportes aéreos, mas sabe que eventualmente o Paulo Dantas mandava fazer o serviço, sem cobertura contratual, com ligações de seu gabinete a empresa definida por ele, e o declarante recebiam a nota fiscal para emitir a AP para pagamento; QUE neste caso o atesto dessas Notas Fiscais era dado pela GEOPE; QUE não tem conhecimento dos termos do processo da TP-002/00, para transporte de valores no trecho Redenção X Camarú do Norte, já que esses processos são desencadeados pela CPL; QUE embora a Seção de Contratação possuísse um cadastro de empresas para serem consultadas, em razão de essa seção já receber os processos montados, era comum empresas que eram ganhadoras na DL e nos demais processos licitatórios não constarem no cadastro da Regional; QUE não tem conhecimento de irregularidades na contratação de serviços de engenharia e transporte de cargas especiais; QUE quanto a DL para compra de um servidor para a DR/PA, explicou que no dia 29/12 encerrava-se o exercício do ano 2.000 e esse servidor deveria ser adquirido ainda dentro do exercício para não se perder a dotação orçamentária; QUE dentro das consultas realizadas a Visão foi quem forneceu o menor preço, mas não possuía o equipamento para fornecer e que dependia de um recebimento de São Paulo; QUE com a urgência da compra, e por determinação do Paulo Dantas foi emitida a Nota Fiscal e o valor foi pago (R\$ 14.000,00) sem a contra partida do equipamento; QUE o equipamento foi entregue no dia 12.01.01, e depois de muitas cobranças do declarante para a Visão; QUE apesar de ter assinado o recebimento do equipamento no dia 29.12.2000, por força da urgência da compra dentro do período, o equipamento foi entregue no dia 12.01.01 e como se bastasse o atesto anterior à entrega do servidor, este deu entrada fora das especificações contratadas; QUE segundo os técnicos da Visão não existia equipamento com as especificações detalhadas pela ECT, através do Técnico da GETEC, Pantoja; QUE esse recebimento deu-se com o acompanhamento da área técnica e ainda assim o servidor foi entregue com incompatibilidade das necessidades da ECT; QUE somente assinou o recebimento desse equipamento obrigado pelo Gerente Paulo Dantas, que não aceitou assinar, ele próprio o recebimento, e por pressão da urgência da compra levou o declarante a não ter emitido

Josemar

ROS nº 03/2006-21
CPM - CORREIOS
Fls. 0498
3



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL



saída, ou seja, ou assinava ou ficava em confronto com o Gerente; QUE depois de diversas reuniões com a Visão, na presença do Técnico Viegas, ficou definido que o Técnico (Viegas) iria descrever a especificação do equipamento necessário para que a Visão atendesse dentro dessa especificação; QUE o equipamento foi realmente entregue dentro das especificações exigidas pela ECT, mas que depois de instalado o equipamento não funcionou; QUE novamente em contato com a Visão aquela se comprometeu a enviar um Técnico próprio para fazer o equipamento funcionar, mas até agora não houve retorno da área técnica para o declarante a respeito; QUE sabe da existência de um contrato com a empresa Canal 13 da locação de um servidor que era para ser substituído pelo adquirido da Visão e que em não tendo sido entregue até a presente data, gerou a renovação do contrato com a Canal 13, apesar de haver sido pago o fornecedor do equipamento não entregue; QUE somente tem conhecimento do declarado acima, pois ficou sabendo pela Gerência Técnica da existência desse contrato de locação; QUE não sabia que a compra do equipamento, e até hoje não entregue, era para substituir o alugado do Canal 13; QUE o contrato firmado com o Despachante para os serviços de licenciamento de veículos foi montado pelo Gerente Paulo Dantas, por solicitação do GEOPE, Roberto Magalhães; QUE não sabe precisar quais eram os procedimentos adotados pela GEOPE para os licenciamentos dos veículos, pois a ele declarante, chegavam apenas as guias para serem pagas; QUE somente tem conhecimento que o despachante contratado, Luiz José Sousa e Silva, é filho de um amigo do ex-Diretor Regional, Waldemir Freire; QUE esse contrato já chegou ao declarante com as propostas prontas oriundas do Gabinete do Sr. Paulo Dantas, inclusive com a definição do ganhador; QUE constatou que em alguns casos o despachante fez licenciamentos antes do prazo para receber o valor correspondente; QUE o declarante, pessoalmente, levou essa informação ao Paulo Dantas, que não tomou providência alguma, com postura de tranquilidade e de que assumiria a emissão da AP correspondente; QUE não sabe como era feito o desembolso do valor para o despachante, pois isso era feito pela GEOPE, cabendo ao declarante apenas a emissão da AP mediante o atesto da GEOPE; QUE embora a gestão desse contrato fosse feita pelo Jorge Afonso, o declarante constatou já no fim do contrato pagamentos em duplicidade; QUE ao constatar esse pagamento em duplicidade chamou o despachante e solicitou, mediante a comprovação da irregularidade, que os cálculos fossem refeitos para que houvesse o pagamento; QUE levou essa irregularidade constatada ao conhecimento do Paulo Dantas, de forma verbal, mas que não recebeu atenção do Gerente, e que depois, o Gerente, não demonstrou ter dado qualquer importância a respeito; QUE chegou formalizar uma correspondência destinada ao despachante mas que não foi assinada pelo Paulo Dantas, não foi encaminhada ao despachante e nem devolvida ao declarante; QUE a partir da detecção de pagamentos em duplicidade ao despachante, e embora considere que essa responsabilidade caiba ao gestor do contrato, além de posicionar a Gerência a respeito, passou a checar todos os pagamentos que eram efetuados, mas desconfia que anteriormente a essa detecção, tenha havido outros pagamentos até agora não levantados; QUE acredita que parte dessa responsabilidade cabe também, à GEOPE por ter feito os atestos na documentação e por ser o responsável em manter o controle dos períodos dos licenciamentos dos veículos lá lotados; QUE nada mais declara, nem lhe foi

Fls. nº 03/2005 - CN.
CORREIOS
0499
Fls:
[Handwritten signatures and stamps]

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos xxx

Marcelo Gomes Pinheiro
Declarante

Hermes José Ayo Bachiega
Membro

José de Oliveira Soares Campos
Membro

Domingos Tiago Nogueira
Membro

Célia da Silva Lopes
Acompanhante

Benicio Atencio Lopes
Presidente



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL

EST
Fls. 097

TERMO DE DECLARAÇÃO

PRT/PR-285/2001

DECLARANTE:- JORGE AFONSO MENDES FERREIRA CIC: 395.498.012-68

FILIAÇÃO:- Jorge Bittercourt Ferreira e de Caelana **NATURAL: Belém/PA**
Mendes Ferreira

DATA NASCIMENTO: 04.06.1972 **ESTADO CIVIL: Casado**

IDENTIDADE (RG): 1.774.186 **ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA**

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Trav. Lomas Valentino, 1402 - Aptº 804 - Marco - Belém/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA **DATA: 22.11.2001**

MEMBRO: Hermes José Aun Bachiega **FUNÇÃO: Inspetor** **MAT. 8.750.044-2**

MEMBRO: José de Oliveira Soares Campa **FUNÇÃO: Inspetor** **MAT. 8.801.152-6**

MEMBRO: Claudete Barbosa Pereira **FUNÇÃO: Auditor** **MAT. 8.011.842-9**

PRES. COMISSÃO: Benício Alcanjo Lopes **FUNÇÃO: Inspetor** **MAT. 8.009.322-1**

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido como testemunha o Sr. Raimundo Fabiano Ferreira Bilstein, matrícula 8.460.798-0, Auxiliar de Administração, lotado na GERAD/PA, que acompanhou toda a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado pela Comissão de Sindicância criada pela PRT/PR-285/2001, de 09/10/2001, a respeito das irregularidades na gestão na área de contratação da Diretoria Regional/PA declarou de livre e espontânea vontade QUE: está lotado na seção de contratação há cerca de quatro anos e há dois anos no cargo de supervisor na gestão de contratos e é subordinado ao Chefe da Seção de contratação; QUE: o seu relacionamento com o Marcelo, chefe da seção, era mais ou menos complicado, em razão de o Chefe ser um pouco truculento e falar pouco com o declarante; QUE: reportava-se sempre ao Chefe da Seção e pouco ao Gerente de Administração (Paulo Dantas); QUE: todas as DLs eram administradas pelo Marcelo e ele é quem tratava de todo assunto relativo a elas; QUE o Marcelo despachava diariamente com o Gerente e que muitos dos problemas levados do declarante para o Marcelo, não eram repassados desse ao Gerente; QUE isso fez com que diversas vezes o declarante falasse diretamente com o Gerente para resolver os problemas que ficavam pendentes; QUE os outros problemas levantados pelo declarante relativo ao serviço de limpeza do interior ~~geralmente~~ eram repassados ao

17/11/2001

3

17

28



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

atual Gerente Vieira, ficando engavetado na mesa do Marcelo, tendo sido descoberto pelo novo chefe de Seção (Pedro); QUE: o Gerente Paulo Dantas também administrava pessoalmente determinadas DLs, reservava números de DLs para ele e quando liberava o processo este já chegava pronto para a seção de contratação para dar continuidade; QUE: outros setores também mandavam os processos de DLs acabados e com os vencedores já indicados, como a própria GETEC, nos assuntos relativos à contratação de mão de obra e manutenção de computadores; QUE: quando o gerente Paulo Dantas determinava procedimentos relativos aos processos, ninguém podia contrariá-lo, ou era como ele definia ou então estava fora da seção; QUE: não fazia a gestão das DLs a partir da chegada do Marcelo na Seção de Contratação, pois o Marcelo puxou para si todo esse controle; QUE: ele e o Marcelo nunca se deram muito bem, por diversos motivos e que tentou se aproximar dele, mas ainda assim não houve um bom entendimento entre ambos; QUE: por duas ou três vezes reclamou com o Gerente a impossibilidade de manter-se no mesmo local que o Marcelo e o Paulo Dantas contemporalizava pedindo para que ele agüentasse mais um pouco que iria falar com ele; QUE: uma das coisas que foi contra o Marcelo foi uma DL da compra de um computador, pois tinha o crédito de R\$ 14.000,00 de final de ano e a menor proposta apresentada era da Visão, por R\$ 14.800,00; QUE: pediu para a encarregada pela mesa para cotar com mais dois e a ASTEQ cotou a R\$ 14.000,00 já com a fita DATE; QUE: o confronto foi quando o Marcelo consultou a Visão que abaixou a proposta para R\$ 14.000,00, sem a fita DATE, e ele não concordou, pois a fita DATE comprada posteriormente tornaria mais caro o servidor do que se comprasse da ASTEQ que já viria com a fita DATE; QUE a pontuação do GD do declarante a partir da chegada do Marcelo, sempre foi muito baixa, por volta de 80%, que era a menor nota da média da seção, denotando perseguição, pois antes do Marcelo o declarante sempre atingiu 100% com os outros Chefes, fazendo as mesmas atividades; QUE: não sabe se havia algum relacionamento do Marcelo com a Visão, mas tem a certeza de que neste caso do servidor, o Paulo Dantas não tinha conhecimento da formalização; QUE: a partir desse episódio não houve mais nenhum controle seu sobre as DLs, passando toda a administração de DL para o Marcelo, para a Dolores e Eloisa as quais eram diretamente à sua supervisão e Chefia; QUE: sabe que diversas vezes fazia-se a compra de tinta para impressora, por exemplo, a empresa entregava esses cartuchos e somente depois disso é que seria providenciada a formalização da DL; QUE o chefe do almoxarifado entrava em contato com a empresa de fornecimento que tinha registro de preço na ECT solicitando o material necessário com o conhecimento do chefe da seção; QUE às vezes essas solicitações envolviam materiais que não constavam no registro de preços e quando fornecidos eram pagos através de AP ou formulado o processo de DL; QUE a empresa fornecedora entregava os materiais constantes do registro de preço diretamente no Almoxarifado, por solicitação do Gabriel (chefe do almoxarifado), somente depois da entrega é que era formalizada a AF ou mesmo era pago sem a AF com a menção "registro de preços"; QUE: na compra de formulário continuo sabe que a empresa CCJ Souza - Serviços Gerais forneceu diversas vezes esse material e o endereço que estava indicado nunca houve essa empresa lá estabelecida; QUE realmente assinava cartas e CIs pelo Chefe da Seção e até pelo Gerente porque recebia do Paulo Dantas a autorização verbal para que ele o fizesse; QUE a empresa F. Miranda Comércio e Serviços também fez diversos fornecimentos à ECT e também ni

ROS nº 03/2005/CN-1
CPMI - CORRÊS
FIS: 0542
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

Fis. 09

era estabelecida no endereço indicado, pois naquele não foi localizada quando procurada pelo Almojarifado, QUE o Marcelo há 15 dias atrás o proibiu, bem como a qualquer outra pessoa, de assinar documentos em seu nome ou no nome do Gerente; QUE o Paulo Dantas realmente o chamava em seu Gabinete, normalmente para fazer repactuação de preço ou para fazer Termos Aditivos, mas não ia ao Gabinete por qualquer motivo ou era chamado por qualquer motivo; QUE o Paulo Dantas puxava para si alguns processos para pegar a assinatura pessoalmente de determinados fornecedores e isso atrasava procedimentos e impedia o andamento de outros, porque ele não liberava o processo; QUE isso provocava inclusive o fato de haver uma quebra de sequência numérica de Termo Aditivo e des controle desses termos e dos próprios contratos; QUE o Paulo Dantas cuidava pessoalmente dos contratos de todas as empresas de transportes aéreas, exceto Macapá, e das empresas U S Mendonça, Henvil Transportes e Marques Pinto; QUE os processos de contratações perdiam a vigência, devido o Paulo Dantas se comprometer a adquirir as propostas pessoalmente e não as liberava em tempo hábil para a Licitação, o que muitas vezes provocava o pagamento por conta de contratos vencidos; QUE muitas vezes as cartas convite eram passadas da CPL para o Gerente Paulo Dantas e esse se comprometia a contatar os proponentes e trazer as cartas propostas devidamente preparadas; QUE o Paulo Dantas não renovou o contrato do prestador de serviços que consertava bicicletas, que possuía veículo para buscar as bicicletas onde essas quebravam, que possuía parecer favorável de todos os CODs para que se renovasse o contrato, passando os serviços para outro prestador de serviços de inferior qualidade com o mesmo preço; QUE o prestador de serviços para quem foram passados os serviços de bicicletas pertencem à mãe do despachante Luiz José de Sousa Silva, que é ex-funcionária da ECT cujo marido (Sarmônio), é ex-funcionário e ex-Gerente de Operações Telegráficas/DR/PA, que atualmente atua como assessor do Prefeito do município de Ananindeua e que é amigo do ex-Diretor Regional, Waldemir Freire Cardoso; QUE era o próprio declarante quem administrava o contrato da Executiva; QUE quando recebia a necessidade da GEOPE para contratação de empregados, o declarante recebia o documento assinado pelo GEOPE, já com a autorização do Diretor Regional e comunicava o Paulo Dantas entregando a ele, as fichas dos cadastrados a serem contratados; QUE o Paulo Dantas era quem fazia a relação das pessoas a serem contratadas; QUE a partir de dois ou três meses após o início do contrato com a Executiva, o Diretor Regional centralizou no Gabinete toda a contratação do pessoal temporário e a partir daí, ninguém era contratado sem a aquiescência do Diretor Regional QUE quem controlava esse cadastro a partir de então eram as secretárias do Gabinete QUE era do conhecimento do Gerente Paulo Dantas, do Chefe da Seção de contratação Marcelo e do próprio Diretor Regional o estouro do orçamento para pagamento desse temporários; QUE quem viabilizava os pagamentos, apesar do estouro, eram os gestores do orçamento, Gabriel e Hilda à época; QUE esse assunto, orçamento, era discutido todas as quintas feiras pelos responsáveis em reunião com o Diretor Regional, onde compareciam Gerentes, Chefes de Seção e os gestores do orçamento; QUE diversas vezes levou ao conhecimento da Chefia o problema da falta de orçamento para contratação dos temporários, mas nunca obteve sucesso nessas exposições; QUE quando o novo gerente assumiu, em determinado dia quando estavam reunidos o GEOPE e o novo Gerente, o declarante entrou na sala e posicionou o Gerente sobre

[Handwritten signature]

PROS nº 032305-01
CPMI
Fis. 503
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

impossibilidade de se contratar os 20 empregados que o GEOPE estava solicitando; QUE o assunto foi levado ao conhecimento do Diretor Regional (Agostinho) que além de não contratar os vinte empregados solicitados, determinou que outros contratos fossem rescindidos; QUE mediante acordo verbal entre o Paulo Dantas e o Alcir, Diretor da Executiva, esta deveria fornecer uma mão de obra sem ônus para a ECT, para prestar informações de período e documentos necessários dos contratados que prestavam serviços à ECT para efeito de controle de empregados da Executiva; QUE isso foi levado a efeito em setembro/01, apesar de, no acordo verbal, esses empregados da Executiva deveriam prestar os serviços desde o início do contrato; QUE houve então a designação de uma empregada para prestação desse serviço e em seguida ela foi substituída por outra que a sucedeu; QUE essas empregadas da Executiva, além de realizarem as tarefas a que seus cargos correspondiam, prestavam serviços administrativos para a ECT; QUE o novo Gerente regularizou a situação quando solicitou à Executiva para retirá-las da ECT; QUE depois disso a GEOPE fez uma lista com trinta empregados a serem demitidos; QUE a respeito do pagamento em duplicidade para o pessoal da Executiva, nada sabe e nunca presenciou nada de irregular sobre o assunto; QUE não tem conhecimento de que haja computador alugado na DR/PA; QUE sobre o Termo Aditivo que aumentou o preço por quilo, do contrato para transportar carga do FNDE, na Região Bragantina, de R\$ 0,67 para R\$ 0,73, por quilo transportado foi comandado pelo Paulo Dantas, que pegou a pesquisa de mercado e autorizou a alteração do Termo Aditivo, sob o argumento do contratado de aumento de combustível e depreciação do veículo e aumento do dólar; QUE houve interrupção da tomada de declarações às 17h55 do dia 22.11.01, por haver esgotado a jornada de trabalho, devendo ser retomados os trabalhos no dia 23.11.01 às 08h30.

No dia 23.11.01 retomamos os trabalhos às 08h50, novamente com a presença do Raimundo Fabiano, acompanhante do dia anterior, que acompanhou os trabalhos durante toda a segunda fase da tomada de declarações;

QUE os contratos oriundos de convites e que estão faltantes nos processos (Convite 09/00 – Locação de veículos para entrega urbana de carga do FNDE na cidade de Belém; 32/99 – Contratação de serviços de transporte de cargas para execução das LTR 01 e 03 da região Bragantina e Convite 43/00 – Contratação de serviço de transporte rodoviário nas zonas urbana e rural em vários municípios) deve-se a que os contratos oriundos desses convites não chegaram às mãos do declarante e por isso não tem conhecimento; QUE nos casos de transportes extras, por exemplo, vacinas e outras cargas especiais que eram feitas sem respaldo contratual, as notas fiscais que serviam de base para seus pagamentos eram passadas diretamente para o Paulo Dantas, que as repassava ao Marcelo (Chefe da Seção), que por sua vez, os repassava ao orçamento, quando da conta 2.09; QUE quando se tratava de pagamentos das contas 2.01 e 2.06 eram liberadas pela GEOPE; QUE o contrato de licenciamento de veículos firmado com o prestador de serviço José Luiz de Sousa Silva, a princípio era gerido pela Georgete com a supervisão do declarante; QUE foram encontradas algumas irregularidades como cobrança indevida de taxas do DETRAN independente de o serviço prestado ter sido licenciamento e pagamento em duplicidade de licenciamento; QUE passou o assunto ao conhecimento da GEOPE; QUE isso acabou gerando dois processos administrativos pela GEOPE contra o prestador de serviços, mas que não sabe se esses processos

PROCESSO Nº 03/005-CPM
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 10504
 3628
 Doc:

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORRÊA
Fls: 3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ET
Fls. 102

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- ELOISA ELENA CORREA AMARAL

CIC: 039.529.322-72

**FILIAÇÃO:- Topázio Gomes do Amaral e Essi Corrêa do
Amaral**

NATURAL: Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 25.02.1951

ESTADO CIVIL: Solteira

IDENTIDADE (RG): 2.995.836

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Pça Padre Thiago Way, nº 7 - Cremação - Belém/PA

CARGO: Assistente de Administração II

MATRÍCULA: 8.453.512-2

FUNÇÃO (Não tem)

CONTRATADO: 05.11.1974

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Seção de Contratação da GERAD/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede DR/PA

DATA: 26/11/2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

TESTEMUNHA: Maria Aparecida dos Santos FUNÇÃO: Téc. de Cont. Jr

MAT. 8.454.123-7

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido a testemunha acima qualificada que acompanhou toda a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: cabia à declarante a gestão dos contratos passados do Jorge Afonso para ela e tinha pouco relacionamento com o Gerente, já que o Gerente Paulo Dantas, à época, vivia preso em seu Gabinete e pouco se relacionava com os subalternos; QUE era freqüente a presença do Jorge Afonso com o Gerente Paulo Dantas; QUE também despachava no Gabinete do Paulo Dantas o Chefe da Seção, Marcelo, mas que era mais freqüente a presença do Jorge Afonso no Gabinete do que do próprio Chefe da Seção; QUE presenciou algumas discussões entre o Marcelo e o Jorge Afonso relativas à questão de o Jorge Afonso passar por cima do Chefe da Seção; QUE o Paulo Dantas costumava solicitar número de DL e depois o processo relativo ao número reservado não aparecia para ser gerido, QUE quando consultado a respeito de

ROS: 03/2001 - CN
CPM - CORREIOS
Fls. 10586
- 3528 - 2
Doc: 37



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
Fls. 103

determinado processo o Gerente sempre alegava que ia ver e depois daria uma resposta à declarante; QUE o relacionamento entre o Paulo Dantas e o Jorge Afonso era muito próximo; QUE o Jorge nunca solicitou à declarante que reservasse um número de DI; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos x

Eloisa Elena Correa Amaral
Eloisa Elena Correa Amaral
Declarante

Hermes José Azeiteiro
Hermes José Azeiteiro
Membro

Domingos Tiago Nogueira
Domingos Tiago Nogueira
Membro

Maria Aparecida dos Santos
Maria Aparecida dos Santos
Testemunha

Benício Alcânjo Lopes
Benício Alcânjo Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0507
5628 - 44
Doc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
104
66

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- RUDINEY BENTES WANZELER

CIC: 121.503.632-91

FILIAÇÃO:- José Matos Wanzeler e de Maria Suzana

NATURAL: Oriximiná/PA

Bentes Wanzeler

DATA NASCIMENTO: 06.01.1960

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 8.538 (CRC/PA)

ÓRGÃO EXPEDIDOR: CRC/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Serzedelo Correa, 725 - bl. 2 - Apt* 506 - Batista Campos
Belém/PA

CARGO: Contador Júnior

MATRÍCULA: 8.452.140-6

FUNÇÃO: Gerente de Inspeção- DR/PA

CONTRATADO: 19.09.1984

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Gerência de Inspeção/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA

DATA: 29/11/2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Claudete Barbosa Pereira

FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.011.842-9

TESTEMUNHA

FUNÇÃO:

MAT.

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer desacompanhado de testemunha para acompanhar a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na contratação de serviços de Transportes na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE respondeu pela presidência da CPL da DR/PA de novembro de 1997 a maio de 1998, QUE ficou surpreso quando constatou que as datas das cartas propostas do convite 048/98, cuja adjudicação deu-se a favor da U.S Mendonça, datam de 30 de março/98, quando a autorização para o início do processo é de 20 de abril/98, período em que era presidente da CPL; QUE em alguns casos os editais eram passados para o ex-gerente Paulo Dantas que se responsabilizava pela entrega aos proponentes e já passava à CPL, os envelopes contendo as cartas propostas; QUE reconhece não haver alertado para a menção das datas apostas nas cartas e que se justifica até pela confiança que o ex-

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOE

0508

Fls:

3628

Dot:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

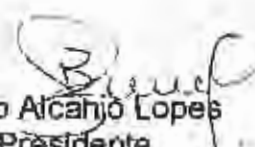


gerente Paulo Dantas detinha perante o declarante, já que à época, não lhe passava pela cabeça que poderia estar havendo qualquer direcionamento ou favorecimento a este ou aquele proponente por parte do Paulo Dantas; QUE era comum estar recebendo recomendação de urgência para esse tipo de processo é na busca de participar da agilização e colaborar com o mecanismo operacional, juntando-se ao fato de haver confiança entre os envolvidos, perdia-se a noção de detalhes; QUE os demais membros da CPL e das pessoas envolvidas eram pessoas íntegras; QUE se tivesse percebido as falhas que hoje observa, com certeza teria feito as inquirições necessárias ao ex-Gerente; QUE quando respondeu pela CPL o fez cumulativamente ao seu cargo de Assessor Técnico, e reconhece que pode não ter sido dada a atenção necessária aos detalhes que esses processos exigem, justamente por não estar completamente envolvido com a responsabilidade direta do cargo; QUE o fato de receber o processo já praticamente pronto, das mãos do ex-gerente, com a recomendação da urgência, pode tê-lo induzido a participar de procedimentos, que à luz dos fatos e das leis, são irregulares; QUE no Convite 050/98, também adjudicado em favor da US Mendonça, que o Diretor Regional aprovou o início de desencadeamento do processo no dia 24.04.98 e no dia 05.05.98 a ASJUR deu a chancela no edital e no mesmo dia houve o recebimento das propostas e a adjudicação, acredita ter ocorrido a mesma coisa do anteriormente citado; QUE para ele foi tão surpreendente o observado no convite 050/98, quanto havia sido no 049/98; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx


Rudiney Bentes Wanzeler
Declarante


Hermes José Aun Bachiega
Membro


Claudete Barbosa Pereira
Membro


Benício Alcânio Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0509
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

Fls. 106

TERMO DE DECLARAÇÃO

PRT/PR-285/01

DECLARANTE:- ALAN DOUGLAS SANTOS DA PAIXÃO CPF: 141.990.172-91

FILIAÇÃO:- José Souza da Paixão e Maria Santos da Paixão **NATURAL:** Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 30.05.1961

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 1.304.651

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Rodolfo Chermoni, 632 – Res. Região dos Lagos – Edf. Iguaçu
Aptº 202 – Belém/PA

CARGO: Atendente Comercial II

MATRÍCULA: 8.452.247-0

FUNÇÃO: Supervisor de Operações

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: GEOPE/PA

CONTRATADO EM: 14 de janeiro de 1984

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede da DR/PA

DATA: 23.11.01

APURADOR: Hermes José Aun Bachiaga **FUNÇÃO:** Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Claudete Barbosa Pereira **FUNÇÃO:** Auditor

MAT. 8.011.842-9

TESTEMUNHA: (Não houve)

FUNÇÃO: _____

MAT. _____

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer sem a presença de testemunha, e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidade na contratação transporte de cargas na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: encontra-se coordenando a área de contrato Correio X SESP por volta de três anos; QUE toda carga a ser transportada da SESP para qualquer localidade do estado, o contato é mantido com o declarante e a partir daí é feito, na GEOPE, o direcionamento dessa carga; QUE não sabe quem entrou em contato com as empresas transportadoras solicitando a apresentação de propostas para o transporte da carga especial de Belém X Banach; QUE também não sabe quem convidou a EDE – CAR para apresentação dessa proposta; QUE quando entrou em contato com o Marcelo para agilizar a contratação recebeu a informação de que era necessário buscar mais um

[Handwritten signatures]

RGS 03/2005 - CN
CPM - CORREIOS
0510
5628 - 42
Dev:



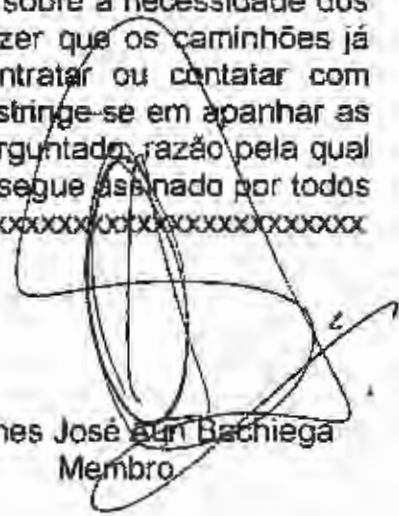
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

107
Fis.

proponente e que para facilitar uma moça da seção de contratação, cujo nome ele não se recorda, disse possuir em uma agenda o número do telefone de uma transportadora; QUE disse ao Marcelo que a carga a ser transportada era de equipamentos hospitalares, pois o governador do estado queria fazer a inauguração do hospital em Banach no dia útil seguinte (segunda-feira); QUE não se lembra se foi ele, pessoalmente, quem efetuou a ligação para a EDE-CAR; QUE ficou sabendo que a U S Mendonça havia ganhado o direito de fazer o transporte, por volta de 16h30; QUE quando soube que a U S Mendonça havia ganhado, já estava na SESP preparandando a carga; QUE os caminhões chegaram na SESP por volta de 18h00; QUE nenhuma das empresas com quem trabalha no transporte de cargas da SESP causou problemas e isso inclui a U S Mendonça; QUE somente entrou em contato apressando a chegada dos caminhões, depois que recebeu do Marcelo a confirmação de que o ganhador era a U S Mendonça; QUE não recebeu nenhum telefonema posterior à confirmação do ganhador dizendo que havia uma outra proposta de menor valor em poder da contratação; QUE somente entrou em contato com a U S Mendonça depois de falar diversas vezes com o Marcelo sobre a necessidade dos caminhões para fazer a carga e nesses contatos o Marcelo dizer que os caminhões já estavam a caminho; QUE ele não tem autonomia para contratar ou contatar com transportadoras para fazer o transporte, pois a sua atividade restringe-se em apanhar as cargas e direcioná-las; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos

XX


Alandouglas Santos da Paixão
Declarante


Hermes José da Bachiaga
Membro


Benício Alcânjo Lopes
Presidente


Claudete Barbosa Pereira
Membro

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0511
Fis:
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

108
108

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE: MARIA DOLORES AFONSO LOBATO **CIC:** 428.573.922-49

FILIAÇÃO: Izabel Rita Afonso Lobato **NATURAL:** Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 25.05.1971 **ESTADO CIVIL:** Solteira

IDENTIDADE (RG): 2.362.001 **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Trav. Djalma Dutra, nº 50 - Telégrafo - Belém/PA.

CARGO: Assistente Administrativo I **MATRÍCULA:** 8.454.142-3

FUNÇÃO: (não Tem) **CONTRATADO:** 22.08.2000

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Seção de Contratação/GERAD/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede DR/PA **DATA:** 26/11/2001

APURADOR: Hermes José Auri Bachiega **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira **FUNÇÃO:** Auditor **MAT.** 8.007.501-0

TESTEMUNHA: Célia da Silva Lopes **FUNÇÃO:** Advogada **MAT.** 8.454.112-1

PRESIDENTE: Benício Alcânjo Lopes **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido a testemunha acima qualificada que acompanhou toda a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: cabia à declarante a gestão dos processos passados pelo Marcelo ou pelo próprio Paulo Dantas, Gerente à época, e que quando esses processos vinham da Gerência, vinha normalmente com a recomendação de fechar o processo porque ele já estava praticamente pronto; QUE era freqüente a presença do Jorge Afonso com o Gerente Paulo Dantas; QUE era bom, o seu relacionamento com o Chefe da Seção, Marcelo; QUE não tinha muito relacionamento com o Jorge, mas não houve entre ela e o Jorge nenhuma indisposição; QUE o relacionamento entre o Jorge e o Marcelo não era bom, e às vezes aconteciam discussões entre ambos; QUE o Jorge, tinha muito bom relacionamento com o Paulo Dantas e o Jorge era chamado freqüentemente no Gabinete pelo Paulo Dantas; QUE também despachava no Gabinete do Paulo Dantas o Chefe da Seção, Marcelo, mas que era mais freqüente a presença do Jorge Afonso no Gabinete do que do próprio Chefe da Seção.

RES. 001/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
512
3628
Doc

presenciou algumas discussões entre o Marcelo e o Jorge Afonso relativas à questão de o Jorge Afonso atropelar a hierarquia e não obedecer ao Chefe da Seção; QUE quando essas questões eram levadas ao Gerente, este temporizava e pedia para que houvesse calma e deixava passar; QUE o Paulo Dantas costumava solicitar número de DL e depois o processo relativo ao número reservado, às vezes não aparecia para ser gerido; QUE quando acontecia de o processo não aparecer ela solicitava do Chefe da Seção Marcelo informações a respeito e o Marcelo depois de falar com o gerente lhe dizia que o Gerente iria ver e depois daria uma resposta; QUE se lembra de dois processos relacionados à U S Mendonça que ela não recebeu de volta, embora fivesse perguntado sobre os seus paradeiros; QUE, principalmente na área de transportes, o Paulo às vezes trazia o processo e determinava as empresas que deveriam ser consultadas, outras vezes os processos já vinham montados; QUE o relacionamento entre o Paulo Dantas e o Jorge Afonso era muito próximo; QUE o Jorge nunca solicitou à declarante que reservasse um número de DL; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos.

Maria Dolores Afonso Lobato
Declarante

Hermes José Auri Bachiega
Membro


Domingos Tiago Nogueira
Membro


Célia da Silva Lopes
Testemunha

Benicio Alcanjo Lopes
Presidente



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
110
110

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- MARIA GEORGETE RODRIGUES DE
SOUZA **CIC:** 250.987 722-49

FILIAÇÃO:- João Rodrigues Filho e de Rosalba de Souza
Rodrigues **NATURAL:** Igarapé-Açu/PA

DATA NASCIMENTO: 15.04.1966 **ESTADO CIVIL:** Casada

IDENTIDADE (RG): 1.319 276 **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Bernal do Couto, 1198 – Umarizal – Belém/PA

CARGO: Auxiliar Administrativo I **MATRÍCULA:** 8.452.709-9

FUNÇÃO: Supervisor do SAD/GERAD **CONTRATADO:** 19.01.87

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Setor Administrativo da GERAD/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede DR/PA **DATA:** 26/11/2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.760.044-2

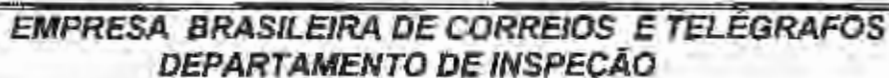
APURADOR: Domingos Tiago Nogueira **FUNÇÃO:** Auditor **MAT.** 8.007.501-0

TESTEMUNHA: José Luiz Gama de Oliveira **FUNÇÃO:** Ass. Administrativo I **MAT.** 8.453.535-0

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes **FUNÇÃO:** Inspetor **MAT.** 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido a testemunha acima qualificada que acompanhou toda a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: trabalhou cerca de dez anos na Seção de contratação da GERAD e desde o mês de julho de 2001 está no setor administrativo da própria GERAD; QUE ultimamente, quando saiu da seção de contratação fazia a gestão de contratos e pagamentos de água, luz e telefone, sob a supervisão do Jorge Afonso; QUE, o relacionamento entre o Jorge Afonso e o Marcelo não era bom, e ambos tiveram algumas discussões; QUE normalmente essas discussões eram originárias de o Marcelo não aceitar as posições pessoais do Jorge Afonso, pois o Marcelo entendia que o Jorge passava por cima de sua autoridade; QUE o Marcelo ficava chateado quando essas diferenças chegavam ao Gabinete e o Gerente, Paulo Dantas, dava como ao Jorge

RECIBO
09/12/2001
814
3628
Doc

[illegible]

Hermes José Aun Bachiega
Membro

Jose Luiz Gama de Oliveira
Testemunha

Benício Alcarrio Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0515
3028 - 2
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO



TERMO DE DECLARAÇÃO

PRT/PR-0285/2001

DECLARANTE: ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA

CIC: 065.047.598-47

FILIAÇÃO: Manoel da Silva Pereira e de Alzira

NATURAL: Santarém/PA

Magalhães Pereira

DATA NASCIMENTO: 09.11.1964

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 4.110.743

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Trav. Mariz e Barros, 1350 – Aptº 204 – Pedreira – Belém/PA

CARGO: Administrador Postal Junior

MATRÍCULA: 8.011.224-2

FUNÇÃO: Gerente de Operações – DR/PA

CONTRATADO: 14.12.1990

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Gerência de Operações/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede da DR/PA

DATA: 26.11.2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira

FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

TESTEMUNHA: (não houve)

R.G.: _____ **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** _____

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, e tendo optado por não comparecer acompanhado de testemunha, e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na contratação de transportes e mão de obra terceirizada na Diretoria Regional do Pará, declarou de livre e espontânea vontade QUE: até 1999 o declarante era GEOPE, que à época existia a Gerência de Transporte e posteriormente quando houve a fusão de ambas as Gerências ele assumiu a subgerência de distribuição; QUE no segundo semestre de 2000 assumiu a Gerência de Operações; QUE sempre que necessita de serviços de transportes ou de mão de obra, sua solicitação é dirigida sempre ao Diretor Regional; QUE sempre entrava em contato com as Gerências, diretamente, quando precisava agilizar algum processo; QUE a Gerência, através dos gestores da subgerência de Transportes e dos gestores operacionais procuravam obter propostas transportadores, sempre que o transporte era emergência.

RG 02/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS

1516
3028
1305



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

113

buscando auxiliar a área de contratação no processo de contratos emergenciais; QUE de posse dessas propostas elas eram passadas à área de contratação; QUE os contatos m do contrato com a SESP normalmente eram feitos pelo Alandouglas que já estava envolvido nesse serviço; QUE não se lembra de que transportadora de uma determinada linha tivesse o percurso alterado para o transporte emergencial; QUE sempre entrava em contato com as empresas Henvil, U S Mendonça e Marques Pinto que já são os transportadores habituais da DR/PA; QUE nada sabe a respeito da EDE CAR pois nunca trabalhou com a essa empresa diretamente, já que à época, quem tratava do assunto relativo a transportes era a GETRA; QUE quando assumiu a GEOPE a EDE CAR já não participava mais do sistema de transporte da ECT; QUE na atual configuração dos contratos de transportes as cargas são pagas por quilo transportado e as LTRs seguem sem lacres nas portas porque a transportadora leva outras cargas junto com a da ECT; QUE os horários de chegada e saída não são fechados, porém há o limite de chegada até às 12h00 e a coleta a partir das 14h00; QUE quando assumiu a Gerência essa configuração já existia, pois os contratos foram feitos ainda quando da época da GETRA; QUE a U S Mendonça, a Henvil e a Marques Pinto sempre facilitam os contatos, já que imediatamente à solicitação da proposta pela ECT eles a enviam; QUE não sabe de favorecimento direto da ECT para a U S Mendonça e que sua função é de demanda e obedece a atribuição de cada área para o fechamento do processo, nada podendo falar a respeito de favorecimento para este ou aquele transportador; QUE nunca favoreceu conscientemente, propositadamente ou tendenciosamente a quem quer que seja, pois a sua atividade exige a vazão das cargas para o interesse do contratado e do contratante; QUE a respeito da gestão do valor global do contrato a GEOPE não tinha acesso, já que há o gestor específico para esse fim, cabendo à GEOPE, a solicitação para viabilizar a vazão da carga; QUE busca-se na GEOPE saber se há crédito para efetuar-se o transporte, mas a gestão do valor global é gerida por área própria; QUE nunca viu o Ulisses, proprietário da U S Mendonça, pois todo o processo que envolve a empresa é feito pelo Walmir, pelo Humberto e pelo Carlos Costa; QUE quando da gestão do ex-Diretor Waldemir, a pressão sofrida pelo gerente em particular, era muito grande absorvendo todo o seu tempo com os planejamentos e operação; QUE não atuou diretamente no transporte da carga dos equipamentos médicos para Banach; QUE Banach é uma das cidades que está fora dos percursos contratados e quando houve a solicitação da carga o próprio Alandouglas é quem se responsabilizou pelos contatos e pela agilização do contrato; QUE a respeito de englobarem-se todas as localidades no contrato para evitar a contratação emergencial sugeriu diversas vezes ao então Gerente de Administração, Paulo Dantas, que os contratos fossem feitos no sistema de pool, sugerido, inclusive, pelo Departamento de Operações, para que quando houvesse cargas extras fossem evitados os transtornos de contratações emergenciais; QUE o Paulo Dantas recusava-se dizendo que contrariava a lei 8666 e que era para ser mantido o procedimento de contratação até agora levado a efeito; QUE essa sugestão sempre foi feita de forma verbal, bem como as respostas do Paulo Dantas; QUE deu parecer técnico sobre a locação do prédio da Severauto pelas condições operacionais que ele oferecia, mas a forma como foi feita a compra e como se desenvolveu o processo não teve acesso e nem tem conhecimento; QUE tinha conhecimento do plano de contingência e que solicitava a contratação de mão de obra sempre que necessitava de emergencial.

RES 11.03/2005
CN-
CORREIOS
357
3628
Doc. 11



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

114

sempre com a ciência do Diretor Regional; QUE o ex-Diretor Regional, sobre o assunto, diversas vezes pronunciou-se dizendo preferir prestar contas sobre o estrapolamento do plano de contingência a te que prestar contas à sociedade sobre a não entrega de centenas ou milhares de objetos de correspondências; QUE o Paulo Dantas, embora houvesse as reuniões para discutir o orçamento, sempre omitiu os valores existentes provocando confusão entre os envolvidos em operações; QUE a demanda para contratação realmente era originária da GEOPE, pois sempre que solicitava mão de obra era porque havia algum fato novo que o exigia; QUE diversas vezes, quando surgia o assunto, o Paulo Dantas dava garantias de que a Executiva tinha um controle de pessoal que já havia trabalhado, o que impossibilitava a recontração ou a contratação de uma mesma pessoa por mais de uma vez; QUE por isso havia de sua parte despreocupação a respeito desses contratados enviados pela Executiva; QUE a autorização para a contratação era feita através do Gabinete do Diretor Regional e somente com o aval do Diretor havia a consumação da contratação dos temporários; QUE o Vieira, atual Gerente de Administração, colocou um fim no procedimento de contratar-se tendo havido o estouro do orçamento, depois de descobrir faturas não pagas desde o tempo do ex-gerente Paulo Dantas; QUE o Vieira resolveu a questão do FNDE fazendo contratação dos temporários específica para o FNDE; QUE somente soube do estouro do orçamento e também do estouro do valor global do contrato a partir da chegada da Comissão de Sindicância, quando o assunto veio realmente à baila na DR/PA; QUE em várias reuniões o atual Diretor Regional perguntou ao Paulo Dantas a respeito da situação do contrato, da mesma forma que nas reuniões de orçamento, quando o assunto era aventado; QUE não sabe porque nunca foi feita uma licitação para resolver definitivamente o problema; QUE não fez parecer a respeito da contratação do escritório de despachante; QUE solicitou a rescisão do contrato da ECT com o escritório de despachante porque, a partir do convênio da ECT com o DETRAN o despachante ficou sendo desnecessário; QUE também solicitou a rescisão de contrato com o despachante porque os supervisores e o subgerente de transportes, estavam reclamando da baixa qualidade dos serviços prestados (atraso no pagamento de licenciamento, por exemplo), e que isso servia como agravante para a rescisão; QUE inclusive, houve por parte do despachante um certo aborrecimento com o encerramento do contrato e que ele (despachante) foi tomar satisfações do declarante sobre os motivos do rompimento do contrato; QUE na necessidade de alienar-se um dos veículos existentes na garagem e, que para isso, era preciso regularizar-se a documentação através de uma vistoria, o Luiz (despachante) indicou uma pessoa para fazer essa vistoria; QUE essa pessoa compareceu na garagem, fez a vistoria e forneceu o recibo, tendo, assim, sido regularizado a documentação; QUE juntou-se o recibo à AP e encaminhou-se à GECON, que, no entanto, devolveu solicitando o pagamento do ISS pelo prestador de serviços; QUE o despachante foi contatado diversas vezes para essa regularização e devido a demora houve a tentativa de contato com o responsável pela vistoria, quando descobriu-se que o endereço era inexistente e o CPF do prestador de serviços não existia; QUE diante da constatação da fraude o declarante fez o encaminhamento do processo ao Diretor Regional que passou à GINSP para apuração; QUE sabe que o Luiz (despachante) é filho de um ex-funcionário do Correio - Sarmônio; QUE todo o controle de pagamento para o DETRAN tinha como responsável a GEOPE através da CTO e ao despachante relativo aos serviços

ROS nº 03/2005-GN
CPMI - CORREIOS
3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

[illegible]

Roberto Magalhães Pereira
Declarante

Hermes Jose Aun Bachiega
Membro

~~Domingos~~ ~~Trigo~~ Nogueira
Membro

Benício Alcanjo Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CM
CPMI D. SORREDO
Fls: _____
3628
Doc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO



TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

CIC: 197.760.122-72

FILIAÇÃO:- Laurival Monteiro Cordeiro e da Princesa

NATURAL: Belém/PA

Barra Cordeiro

DATA NASCIMENTO: 25.10.1961

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 0.533.680

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Passagem Odele Martins, 96 – Marco – Belém/PA

CARGO: Técnico Administrativo Júnior

MATRÍCULA: 8.462.588-6

FUNÇÃO: Presidente CPL – DR/PA

CONTRATADO: 07.07.1986

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: CPL/GERAD/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede da DR/PA

DATA: 27.11.2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Claudete Barbosa Pereira FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.011.842-9

TESTEMUNHA: (Não Tem)

FUNÇÃO:

MAT.

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer desacompanhado de testemunha e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na contratação de alguns processos licitatórios na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: exerce pela terceira vez a presidência da CPL, assumindo em 1999 tendo permanecido até a presente data; QUE na maioria das vezes, quando se tratava de cartas convite para contratação de transportes, o ex-Gerente Paulo Dantas é quem se incumbia de fazer a entrega das cartas aos proponentes; QUE às vezes o ex-Gerente não devolvia os ARs assinados, embora as propostas chegassem às mãos do declarante; QUE o contrato referente ao convite 032/99 não se encontra anexado ao processo, talvez devido a estar na gestão de contrato, pois às vezes depois que a CPL os encaminhava à Seção de Contratação eles não retornavam; QUE quando o declarante inquiria a respeito aos gestores, normalmente a resposta era que eles não se encontravam lá, estavam com o Paulo Dantas; QUE o relacionamento da

REC-0822005 CN-
9520
3028-24
Doc: 3028-24



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
112

cô com o ex-gerente era superficial, já que o ex-gerente não conversava muito com eles; QUE o telefone que existia na CPL para que houvesse os contatos com os proponentes foi retirado pelo ex-gerente, com a justificativa de contenção de despesas e orientou o declarante a quando precisasse de telefone que utilizasse o da Seção de Contratação; QUE a centralização dos contatos no gabinete do ex-gerente até facilitava para a CPL já que de lá vinham as cartas prontas sem a necessidade de a própria CPL fazer a entrega dos editais; QUE o ex-gerente nunca pediu ao declarante para que favorecesse este ou aquele licitante, mas havia uma certa desconfiança por parte da CPL já que sempre os mesmos licitantes eram os ganhadores; QUE em relação a TP-004/00 publicada no Diário Oficial de 21 de março de 2000 e com ata de reunião de julgamento com data de 17 de fevereiro de 2000, declara que houve um equívoco na data da ata de julgamento que pode ter ocorrido em função do aproveitamento de outro arquivo e a não observância da data errônea; QUE essa data pode ser confirmada com a constante do relatório que está anexada na página seguinte à da ata e é 17 de abril de 2000; QUE em relação ao convite 06/00, que foi autorizado pelo ex-Diretor Regional no dia 19.01.2000 e os editais das cartas convites enviadas aos licitantes no dia 20.01, data anterior ao encaminhamento do edital à ASJUR por Consuelo Torres, em 26.01.00, analisado e aprovado pela ASJUR em 27.01.00 com a data da reunião de julgamento de 20.01.00, declara que a exemplo da anterior houve um equívoco na data, talvez motivado também pelo aproveitamento de outro arquivo; QUE em relação contrato oriundo do convite 06/00, que foi assinado ser ter sido analisado pela ASJUR declara que a responsabilidade da emissão do contrato é da Seção de Contratação, por isso a falha da emissão do contrato foi na gestão; QUE a falta de data nos contratos também é falha na gestão dos contratos e que não entende como a GECOF pagava sem que o contrato possuísse número que deveria ser emitido pela ASJUR; QUE a maioria dos contratos para contratação de transportes chegava à CPL sempre com urgência e sob a pressão do ex-gerente para o fechamento rápido; QUE assim, o aproveitamento de outras atas era usual para agilizar esse processo e acabava provocando as falhas indicadas pela Comissão de Sindicância; QUE quanto ao convite 09/00 cujo edital data de 14 de fevereiro de 2000 e os Avisos de Recebimento anexados estão assinados com data de 15 de fevereiro de 2001, declara que os ARs foram anexados na pasta do processo mais de um ano e meio depois, já que esse processo encontrava-se em poder do ex-gerente Paulo Dantas; QUE os ARs anexados ao processo foram preenchidos pelo próprio ex-gerente Paulo Dantas; QUE o Paulo Dantas devolveu o processo em apreço pessoalmente, a partir da chegada da Comissão de Sindicância na DR/PA; QUE a CPL encaminhou o edital para a ASJUR conforme CI anexada ao processo e com parecer do ASJUR em seu verso; QUE reconhece que o mesmo não contém a aprovação da ASJUR por não possuir o carimbo correspondente; QUE a ASJUR ao devolver os editais o fazia diretamente para o Gerente e a CPL não tinha conhecimento sobre a devolução e possíveis alterações ocorridas nesses editais, por sugestão da ASJUR; QUE quando a CPL recebia os editais com alteração proposta pela jurídica, e o mesmo não chegava a tempo de ser feita a alteração, o processo tinha continuação sem a implementação das alterações; QUE não sabe o paradeiro do contrato celebrado entre a ECT e a U S Mendonça que deveria estar anexado ao processo do convite 09/00 e que a incumbência dessa anexação é da Seção de Contratação através da área de gestão de contratos; QUE sempre quando se tratava de

RECEBIMENTO - CN
CORREIO

521
3628
Data:

Fls: 3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

119

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- CLAUDINEI CURVELO DA SILVA

C/C: 316.453.641-00

FILIAÇÃO:- Artindo Curvelo da Silva e de Mannele
Ferreira da Silva

NATURAL: São Paulo/SP

DATA NASCIMENTO: 05.03.1959

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 10.807.604

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/SP

ENDEREÇO RESIDENCIAL:- Trav. Tupinambás, 659 – Batista Campos – Belém/PA

CARGO: Administrador Postal Pleno

MATRÍCULA: 8.010.670-6

FUNÇÃO: Presidente da Comissão Especial de Licitação

CONTRATADO: 18.12.1985

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: GERAD/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede da DR/PA

DATA: 28.11.2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Claudete Barbosa Pereira

FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.011.842-9

TESTEMUNHA: (Não tem)

FUNÇÃO: _____

MAT. _____

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer sem a presença de testemunha e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos e na contratação de serviços de transportes na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE entre 1997 e 2001 trabalhou na CPL como membro ou presidente, exceto no período de agosto de 99 a julho de 2000 que esteve na área de Patrimônio da DR/PA; QUE entre agosto de 2000 a julho de 2001 foi membro da CPL; QUE no caso de TP e Concorrência todos os trâmites de divulgação e de prazos com as eventuais impugnações são cumpridos rigorosamente pela CPL; QUE no caso dos convites os editais são preparados na CPL e até algum tempo, os contatos eram mantidos via telefone aos proponentes pela própria CPL, QUE posteriormente o telefone foi retirado da CPL e os editais para contratação de serviços de transportes passaram a ser entregues pelo próprio ex-Gerente de administração, Paulo.

ROS n. 032005 - CN -
CPL - CORREIOS
0523
0528
Duc



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO



Dantas, e os convites relativos a ampliações e obras de engenharia pela própria GETEC, através da área de engenharia; QUE a CPL recebe os envelopes fechados dos proponentes incumbindo-se de fazer o Mapa de Cotação de Preços para o aval do Diretor Regional; QUE no caso da TP-05/98 quando foram revogadas as linhas ganhas pela EDE CAR declara que o processo foi devidamente acompanhado com os pareceres da DR, da transportadora e do DECAN e se houve a revogação das linhas essa revogação deu-se com o aval do DECAN, fugindo à competência da CPL o julgamento da questão em si; QUE o Paulo Dantas contra indicou a contratação da EDE CAR tendo em vista dois processos que apuravam inadimplência contratual da EDE CAR e que tramitavam paralelamente ao processo licitatório e com o parecer favorável à revogação da ASJUR/PA, que num segundo momento, após o recurso da Transportadora, resolveu passar para a avaliação do DECAN; QUE o DECAN manteve o parecer favorável à revogação, como está demonstrado no processo; QUE acontece de em algumas ocasiões, depois de ter mandado o edital para o crivo da ASJUR e sem o devido recebimento do parecer dessa, disponibilizar a publicação do edital no Diário Oficial da União e nos jornais de grande circulação; QUE isso foge um pouco do que determina a lei, mas normalmente quando acontece é feito em razão da urgência que o processo requer, QUE não sabe informar onde está o segundo termo aditivo do contrato oriundo da TP-05/98 e que esse procedimento é de responsabilidade da gestão de contrato da GERAD, fugindo à responsabilidade da CPL; QUE no que tange ao convite 68/98 cuja autorização deu-se em 24.07, quando a CPL encaminhou o edital para o parecer da ASJUR no dia 05.08, e nesse mesmo dia recebeu as propostas tendo havido a abertura da ata de reunião de licitação, com a adjudicação do certame à US Mendonça no mesmo dia 05.08, esclarece que ocorreu em virtude da urgência com que o processo foi recomendado pela GERAD; QUE se os avisos de recebimento não estão anexados ao processo é porque os mesmos não foram devolvidos pelo Paulo Dantas para a CPL, já que era ele, Paulo Dantas, quem responsabilizava-se pela entrega dos editais aos proponentes; QUE o contrato oriundo do convite 76/98, cujo licitante ganhador foi a U S Mendonça, com prazo de vigência até 05.10.98, teve a chance da assessoria jurídica somente no dia 23.10.98, data posterior ao término do contrato, declara que foge à competência da CPL visto que os procedimentos nesta fase da contratação é de responsabilidade da SCCO/GERAD; QUE a área jurídica sempre reportava-se ao Gerente, já que a CPL é considerada hierarquicamente subordinada à Gerência; QUE o Edital da TP 06/99 foi disponibilizado para publicação antes do parecer da ASJUR, porque o encaminhamento do edital para a ASJUR e o encaminhamento do aviso de licitação para publicação foram feitos ao mesmo tempo e o retorno do edital da ASJUR aconteceu posteriormente à publicação; QUE no convite 24/99 cuja aprovação do edital de licitação foi dado pela ASJUR no dia 15.07, e o contrato começou a vigorar em 19.07, declara que esse tipo de problema acontece quando existe premência de contratar-se o serviço e chega à CPL com recomendação da GERAD para que seja dado urgência ou o contrato já venceu, e não pode ser renovado e a CPL já recebe da gestão de contratação com os prazos expirados e tudo começa a ser feito com urgência urgentíssima a ponto de atropelar-se alguns passos, no caso a devolução do edital com a chance da ASJUR, mas QUE em todos os casos citados os editais sempre passaram pelo crivo da ASJUR, mas

0524
Fis
Doc





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

207
Fls. 122

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- FERNANDO AUGUSTO ALVES DA SILVA CIC: 093.617.822-15

FILIAÇÃO:- João Gonçalves da Silva e de Maria Alves da Silva **NATURAL: Belém/PA**

DATA NASCIMENTO: 02.09.1958

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 4.214.479

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. 16 de Novembro, 791 - Aptº 1401 - Cidade Velha - Belém/PA

CARGO: Engenheiro Sênior

MATRÍCULA: 8.452.761-7

FUNÇÃO: Não Tem.

CONTRATADO: 17.03.1987

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Gabinete da DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA

DATA: 04.12.2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

TESTEMUNHA: Não Tem

FUNÇÃO:

MAT.

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer desacompanhado de testemunha para acompanhar a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: foi gestor na área técnica no período compreendido entre 1992 e março de 2001; QUE a partir do mês de março de 2001 foi Coordenador Técnico da DR/RJ; QUE na gestão da ex-diretora Valgrícia foi Gerente de Operações Telegráficas; QUE depois de sua ida para o Rio de Janeiro e diante de tudo o que ocorreu posteriormente com a transformação administrativa da DR/PA e em razão de toda a pressão que esse tipo de processo envolve acabou sem condições de desenvolver suas atribuições dentro da normalidade; QUE atualmente encontra-se afastado para tratamento pelo INSS, por estresse no ambiente de trabalho caracterizado por reação depressiva por transtorno de adaptação, mas que fez questão de comparecer perante a comissão por ser também de seu interesse prestar os

RCS 05/03/2005 CN-
CPM 3 000805

Assinatura
30/08/05
Por: [Assinatura]



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
Fis. 123

esclarecimentos; QUE quando era eleito um novo serviço de engenharia as especificações desse serviço eram feitos pela Seção de Engenharia e devido ao grande volume de serviços, bem como de atribuições do Gerente era impossível, o declarante pessoalmente, analisar e avaliar todas essas especificações; QUE conversava sim com o Chefe da Seção e eventualmente com os responsáveis por essas especificações, que poderiam ser estagiários, mas ele diretamente, não tinha como acompanhar todos os serviços de engenharia em andamento na DR/PA; QUE nos casos de DL a GETEC fazia toda a preparação do processo de DL como orçamento básico, apresentação dos serviços a serem realizados ao proponente e encaminhamento das cartas propostas para as empresas interessadas; QUE existe um cadastro de empresas para realizarem obras e serviços e essas empresas são consultadas, e aquelas cuja GETEC já possuía referências de bons serviços eram naturalmente incluídas nas propostas encaminhadas; QUE era orientação da Diretoria Regional que todas as atividades relacionadas a contratações tivesse a coordenação da GERAD; QUE na maioria das contratações, consultava o Paulo Dantas a respeito de que empresas poderiam ser contratadas para executar determinado serviço de engenharia; QUE o cadastro ficava em poder do Paulo Dantas; QUE a regra determinada pelo ex-Diretor Regional Waldemir era que a contratação fosse feita pela GERAD, mas o dia a dia impedia que tudo fosse feito dentro dessa ordem e a GETEC já procurava buscar a facilitação do processo contatando com os proponentes e preparando o processo de DL que eram formalizados pela GERAD e ASJUR; QUE a GETEC desencadeava o processo a partir do menor preço oferecido pelos proponentes e encaminhava esse processo para a GERAD; QUE os serviços contratados fora da capital e de pequena monta, eram os próprios Chefes de REOP e/ou da própria Agência era quem fazia o acompanhamento e dava os atestos nas Notas Fiscais ou recibo de prestação de serviços, quando do término do serviço; QUE esses acompanhamentos davam-se pelos Chefes das unidades porque não exigiam nenhum conhecimento técnico; QUE em serviços cujo valor estava acima da dispensa de licitação eram, na totalidade, acompanhados pela área de engenharia; QUE a Seção de obra ao receber a nota fiscal ou qualquer outro documento que gerasse despesa, tinha por orientação, e assim agia, que aquela seção deveria gerar um outro expediente, encaminhando para o Diretor Regional para ser autorizado e para a Gerência Financeira para processar o pagamento; QUE o Chefe da Seção de Engenharia, à época o Marcelo, definia um membro de sua equipe para fazer o acompanhamento de todo o trabalho relativo ao serviço que era realizado pela área de engenharia, sem ter, no entanto, divisão de equipe para este ou aquele serviço ou setor especificamente; QUE apenas dividia pela qualificação do técnico em relação a dificuldade do serviço; QUE não tem conhecimento de que tenha havido um atesto dado para um serviço realizado e que estivesse fora da especificação ou da metragem contratada; QUE havia afinidade profissional entre o declarante e o ex-diretor Waldemir e que considera muito profícuo o seu trabalho realizado na DR/PA no período que esteve no comando da GETEC; QUE com os demais membros do comando da DR/PA o seu relacionamento era bom, mas era profissional; QUE com o ex-diretor teve um aprofundamento nas relações pessoais a partir da ida de ambos para o Rio de Janeiro e, considera que o convite feito pelo ex-diretor ao declarante, foi em função da qualidade dos trabalhos por ele realizados na DR/PA à frente da área técnica; QUE quanto a compra do servidor ele sabe que houve problema de

BOS nº 032005 CN
CPMI - CORREIOS

Fis. 527

5628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
124

incompatibilidade e que o equipamento não funcionou e que ainda há algum tipo de problema em relação a esse equipamento; QUE não sabia que o equipamento tivesse sido pago, porque acha que somente a área técnica poderia ter dado o atesto, no recebimento do equipamento; QUE se alguém deu o atesto e liberou o pagamento para a Visão ele não tinha conhecimento e isso deve ter sido feito por conta e risco do responsável pelo atesto; QUE o pagamento da realização de serviços é pelo regime de empreitada do preço global, por isso se houver um serviço realizado para um pouco mais ou um pouco menos não se leva em consideração, já que o preço foi orçado pelo regime acima mencionado; QUE nesse regime se alguma coisa for feita a mais pela empreiteira, a ECT também não paga por essa execução; QUE sabe que em ocasiões anteriores havia planos para locar-se o prédio anexo do CDD/Nazaré para ampliação desse e da Agência; QUE foram levantados os custos que envolveriam uma adaptação desse prédio; QUE quando deixou a GETEC esse assunto tinha sido deixado de lado e não sabe o que foi feito depois de seu afastamento da Gerência; QUE embora tivesse feito uma CI ao Diretor Regional, solicitando empregados para a área de sistema e tivesse sido aprovado pelo Diretor Regional essa contratação, ele nunca recebeu nenhum contratado; QUE não sabe o que aconteceu depois de sua solicitação e que a encaminhou também para Brasília, mas nunca foram contratados os empregados solicitados para a área técnica exceto um engenheiro de rede; QUE houve remanejamento de pessoal de outras áreas e que tinham conhecimento de informática para amenizar o problema, mas que a área de desenvolvimento e de rede da GETEC, no que se refere a desenvolvimento e suporte, deve estar ainda com os problemas de carência de pessoal de quando saiu da Gerência; QUE durante sua gestão na GETEC houve a compra dos imóveis do Centro de Treinamento, do anexo da AC/Nazaré atual CDD/Nazaré, da AC/Ananindeua e do prédio da Severauto, desconhece qualquer tipo de irregularidade que tenha ocorrido nessas aquisições e que elas se deram por absoluta necessidade de demanda; QUE o fechamento da compra do imóvel da Severauto somente se deu após verificações feitas no mesmo pelo Chefe de Departamento de Engenharia (Pierre), um técnico daquela área, do Chefe do DEPLA (Jorge Eduardo) e por último, do Diretor Técnico da ECT (Eder Augusto); QUE a AC/Ananindeua (grande Belém) funcionava num prédio pré-fabricado de madeira de 46 metros quadrados e houve a compra do imóvel, pois se fazia absolutamente necessário; QUE foram feitas as avaliações pela área técnica, e por uma instituição bancária (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil ou Banco da Amazônia) e os preços foram calculados estritamente dentro dessas avaliações; QUE em todos os prédios citados teve o parecer da área técnica, pois era atribuição atinente à sua Gerência, assim como das demais áreas envolvidas a nível regional e da administração central; QUE o terreno com a casa onde foi instalado o Centro de Treinamento pertencia à ECCA Engenharia, que também foi a responsável pela reforma do prédio (1º pavimento) da sede da DR; QUE não sabe o que aconteceu com a ECCA Engenharia mas há algum tempo não vê placas de construções dessa empresa; QUE o proprietário da ECCA Engenharia hoje é representante da Renault veículos e embora, o Waldemir, o Zé Maria e o Paulo Dantas possuam carros da Renault não acredita que eles tenham sido presenteados como troca de algum favor recebido; QUE as negociações que envolveram a compra do prédio do Centro de Treinamento alongou-se por quase dois anos e foi adquirido pelo mesmo preço oferecido pela ECT no início das negociações; QUE a

CPMI - CORREIOS
0528
3648



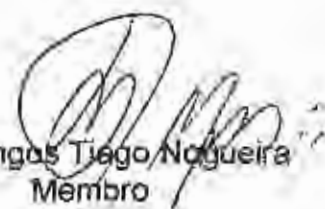
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO



confirmação dessa compra se deu com a presença do ex-presidente da ECT Gazaniga, em contato mantido pessoalmente com o proprietário do imóvel, quando de sua visita à regional; QUE o valor pago foi o avaliado pela instituição bancária; QUE não sabe que o Zé Maria tenha frota de táxis em Abaetetuba, mas sabe que ele possui um apartamento alugado em Recife, fruto de aquisição feita durante o período que trabalhou pela ECT naquela cidade e um terreno na ilha de Cotijuba; QUE não sabe que o ex-diretor tenha afinidade com o responsável pelas avaliações do BASA; QUE sabe que o ex-diretor Waldemir tem relacionamento com o deputado federal Anivaldo Vale, que é ex-presidente do BASA (Banco da Amazônia); QUE fazia-se verificações em obras da regional, normalmente a partir de quinta ou sexta feira para não prejudicar muito as atividades diárias e voltava no sábado; QUE essas verificações eram feitas com ele, o Waldemir e o Otoniel, e/ou outro gerente envolvido e que quando o Waldemir ficava no final de semana era às suas expensas; QUE não era freqüente nem usual a sua permanência nas localidades onde eram feitas as verificações de serviços e obras de engenharia nos finais de semana; QUE somente ficava quando já havia uma programação prevista e sempre à serviço; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos xxxxxxxxxxxx.


Fernando Augusto Alves da Silva
Declarante


Hermes José da Bachiaga
Membro


Domingos Tiago Nogueira
Membro


Benício Alcânjo Lopes
Presidente

RGS nº 03/2005 - Q2
CPMI - CORREIOS
Fls. 0529
3628
Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

CIC: 032.991.552-53

FILIAÇÃO:- Giuseppe Dippolito e de Terezinha Silva

NATURAL: Belo Horizonte/MG

DATA NASCIMENTO: 29.04.1954

ESTADO CIVIL: Casado

IDENTIDADE (RG): 3.819

ÓRGÃO EXPEDIDOR: CRC/PA

**ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Roberto Camilieri, 1005 - Bloco A1- Aptº 203 - dos Jurunas
Belém/PA**

CARGO: Contador Pleno

MATRÍCULA: 8.450.994-5

FUNÇÃO: Gerente Comercial

CONTRATADO: 18.07.1978

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: GEVENDR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA

DATA: 05.12.2001

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

TESTEMUNHA: Não tem

FUNÇÃO:

MAT.

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer desacompanhado de testemunha para acompanhar a declaração e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: a administração do ex-diretor regional era altamente centralizada e, em qualquer circunstância, a última palavra sempre era do Diretor Regional; QUE exerceu a função de GECOF durante sete anos de administração do ex-diretor Waldemir, mas a financeira sempre recebia as Notas Fiscais com o atesto, as AFs já devidamente assinadas e sempre com a existência do crédito Bastava à financeira finalizar cada procedimento; QUE diversas vezes nas reuniões das quintas feiras aconteceram discussões com o Paulo Dantas em virtude de o orçamento ter sido extrapolado na área de contratação, mas ele sempre tinha a justificativa de fazer o remanejamento do crédito orçamentário com autorização do Diretor Regional; QUE a área de contratação sempre teve problemas com cumprimento das metas do orçamento; QUE se questionado a respeito do orçamento o ex GERAD Paulo Dantas não aceitava

[Handwritten signature]
ROD nº 03/2005 - CN-
GPM CORREIOS
28
Doc

nes José Auri Bachiega
Membro

Carlos Roberto Dipolito
Declarante

nes José Auri Bachiega
Membro

ngos Tiago Nogueira
Membra


Alcino Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fis: 0531
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO



TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- MARCELO RODRIGUES

CIC: 302.347.942-91

FILIAÇÃO:- Benedito Rosa Rodrigues e de Maria Celeste
Rodrigues

NATURAL: Belém/PA

DATA NASCIMENTO: 24.11.1969

ESTADO CIVIL: Solteiro

IDENTIDADE (RG): 0.632.016

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. 25 de setembro, 1629 - Marco - Belém/PA

CARGO: Engenheiro Eletricista Júnior

MATRÍCULA: 8.453.842-2

FUNÇÃO: Chefe da SMOG/GETEC

CONTRATADO: 04.09.97

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: Gerência Técnica/DR/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês - Sede da DR/PA

DATA: 04.12.01

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira

FUNÇÃO: Auditor

MAT. 8.007.501-0

TESTEMUNHA:

FUNÇÃO:

MAT.

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes

FUNÇÃO: Inspetor

MAT. 8.009.322-7

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo escolhido comparecer sem testemunha para acompanhar a declaração, e de seu direito constitucional ao silêncio, indagado a respeito de irregularidades na gestão de contratos na DR/PA, declarou de livre e espontânea vontade QUE: trabalha na GETEC desde a sua admissão na ECT; QUE acompanhou por designação do Gerente Técnico Marcelo, o Inspetor Campos, membro da Comissão de Sindicância nas verificações dos serviços de engenharia, nos prédios da ECT na área metropolitana de Belém; QUE participou das medições dos serviços realizados e confirma que na DL 03/2001, onde constam 300 metros quadrados de estrutura de ferro do telhado, onde foi feito raspagem, lixamento e pintura, na medição realizada encontrou somente 222 metros quadrados de serviço realizado; QUE no mesmo processo consta que foi feito a pintura de 380 metros quadrados e a mesma possui 222 metros quadrados; QUE ainda na DL 03/2001 consta que houve uma troca de 40 metros de calha galvanizada com pintura anti-ferrugem e

Fis. 0532
3628
MF



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO

PTR/PR-0285/2001

DECLARANTE:- ALCEU RAIMUNDO DA CRUZ MORAES CIC: 127.763.782-20

FILIAÇÃO:- João Batista Moraes e de Terezinha da Cruz **NATURAL:** Belém
Moraes

DATA NASCIMENTO: 31.08.1960

ESTADO CIVIL: Solteiro

IDENTIDADE (RG): 4.328.332

ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Celso Malcher, Pass. Comissário, 298 – Bairro Montese – (Terra
Firme) – BELÉM/PA

LOCAL DO DEPOIMENTO: Sala de Inglês – Sede da DR/PA

DATA: 06.12.01

APURADOR: Hermes José Aun Bachiega **FUNÇÃO:** Inspetor

MAT. 8.750.044-2

APURADOR: Domingos Tiago Nogueira **FUNÇÃO:** Auditor

MAT. 8.007.501-0

APURADOR: Claudete Barbosa Pereira **FUNÇÃO:** Auditora

MAT. 8.011.842-8

PRESIDENTE: Benício Alcanjo Lopes **FUNÇÃO:** Inspetor

MAT. 8.009.322-1

O declarante acima qualificado, alertado de que poderia se fazer acompanhar de um advogado e ou de qualquer outra pessoa de sua confiança, tendo optado comparecer desacompanhado de testemunha, e de seu direito constitucional ao silêncio, compareceu espontaneamente perante a Comissão e indagado a respeito de irregularidades ocorridas na administração da DR/PA, na gestão do ex-Diretor Regional Waldemir Freire Cardoso e na atual gestão de Agostinho Andersen Trindade, por ele apontadas nas cartas denúncia enviadas em 28.11.01 e 03.12.01 para a Comissão de Sindicância, declarou de livre e espontânea vontade QUE: foi admitido na ECT em 1982 como Auxiliar de Serviços Postais e através de concursos internos foi sendo promovido até Auxiliar de Administração e foi demitido em 1990, no governo Collor, quando era subordinado de Vieira; QUE foi reintegrado posteriormente e foi prestar serviços na área de contratação da GERAD e, naquela seção começou a perceber que estava acontecendo algumas irregularidades na gestão dos contratos; QUE ao ser reintegrado foi designado para trabalhar na GERAD, cujo gerente era o Francisco Furtado, que posteriormente foi designado assessor do Waldemir vindo para o seu lugar o Paulo Dantas; QUE foi lotado

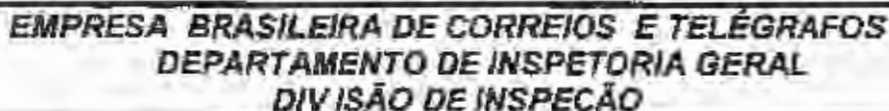
PROSP. 03/2015 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0534
3028
Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL
DIVISÃO DE INSPEÇÃO

na área de contratação e naquela seção havia uma funcionária de nome Maria do Rosário que era quem comandava todos os procedimentos de contratação e que era Assistente de Administração; QUE diversas vezes ele presenciou conversa de outros funcionários que solicitavam à Maria do Rosário determinado procedimento e esta se negava dizendo que aquilo era irregular, mas diante da insistência e de que era ordem do Diretor Regional ela dizia "você estão querendo que me mandem embora"; QUE a mesma frase foi dita pela Maria do Rosário ao Paulo Dantas e ao Francisco Furtado quando ambos, em determinada ocasião, juntos, pediram a ela que procedesse da forma como eles queriam; QUE as irregularidades já aconteciam na Gerência do Francisco Furtado e continuaram na de Paulo Dantas; QUE naquela época ficou sabendo que haveria um PSI para Técnico Administrativo e julgou-se capaz de ser aprovado, embora o comentário era que havia apenas uma vaga; QUE como ele tinha prestado muitos concursos públicos quando estava fora da empresa continuou estudando para prestar o concurso interno; QUE um dia a Maria do Rosário apareceu na Seção com o crachá de Técnico Administrativo e o concurso ainda não havia sido feito, o que o deixou profundamente chateado; QUE também na ocasião havia a possibilidade de se colocar estagiários no Correio e era dado preferência para as pessoas parentes de empregados e então encaminhou a papelada do seu irmão; QUE o Repolho devolveu-lhe essa papelada e lhe disse (verbalmente) que seria necessário a interferência de um político de peso para que se concretizasse o estágio de seu irmão, citando em tom de mofa "do tipo Jarbas Passarinho"; QUE escreveu então para o então ministro Jarbas Passarinho explicando que tinha havido uma promoção sem concurso interno (PSI) e que ele gostaria que fosse feito através de concurso por considerar mais justo; QUE o ex-ministro entrou em contato com o ex-diretor regional solicitando que o caso fosse revisto e também comunicou o declarante; QUE houve então o PSI e que ele passou em 5º ou 6º lugar; QUE foi chamado pelo Waldemir e foi promovido, sendo lotado na Seção de Contratação; QUE a partir dessa reclassificação o declarante passou a ser perseguido pela equipe do ex-diretor Waldemir, por ter apresentado documento, assinado pelo empregado Anderson Matos que era quem cometia a irregularidade, comprovando que não era ele, o declarante, quem estava cometendo a irregularidade de que estava sendo acusado; QUE o declarante estava sendo acusado de fazer cadastro de empresas com documentos com datas vencidas; QUE também foi perseguido por dizer que tinha votado no Almir Gabriel, sendo que o ex-diretor era partidário do Jarbas Passarinho e do Jader Barbalho; QUE em setembro de 1997 aconteceu uma greve na qual o declarante recusou-se a participar, tendo comparecido ao trabalho e, surpreendentemente foi repreendido pelo então gerente de atendimento José Roberto de Andrade Melo, que o xingava por não ter participado da greve; QUE em resposta às provocações do José Roberto disse que ele deveria cuidar para que a sua esposa passasse a marcar o cartão de ponto, coisa que ela não fazia; QUE o José Roberto então, com o apoio de sua esposa passou a agredir fisicamente o declarante, que deu queixa na polícia e fez um Boletim de ocorrência e um Laudo de Exame de Corpo de Delito; QUE o Antonio José de Menezes Vieira participava do esquema de perseguição, pelo mesmo motivo dos demais, ou seja, por ter apresentado um documento que comprovava a sua inocência das acusações que lhe eram feitas; QUE o Vieira sabia de tudo o que se passava na Regional e também perseguiu outros empregados, sendo que uns encontram-se de afastamento médico,

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM
CORREIOS
Fls: 0535
3028
Doc



inclusive Antonio Carlos Rodrigues que foi a testemunha do declarante na justiça do trabalho; QUE o Agostinho, segundo um documento escrito de próprio punho pelo ex-diretor regional Waldemir também participou ativamente dessa perseguição, até com acusação de que ele poderia subtrair bens da empresa; QUE o Agostinho entrou na empresa no governo Collor, em 1989, sem concurso público e embora tenha sido questionado pelo Tribunal de Justiça, sempre recebeu a proteção do Waldemir, em troca de seu silêncio diante do que ele sabia que acontecia na DR/PA, e por isso até hoje encontra-se na ECT; QUE quando de sua suspensão por quinze dias dirigiu-se até o advogado Cyro e disse a ele que não havia se defendido das acusações constantes do processo solicitando a reconsideração de seu parecer, QUE o Cyro confirmou o parecer dado por ele e disse que não voltaria atrás naquilo que constava do processo; QUE nada mais declarou nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado o presente termo que após lido e achado conforme segue assinado por todos.

Hermes José Aun Bachiega
Membro

Claudete Barbosa Pereira
Membro

Benício Alcanjo Lopes
Presidente

RQS nº 03/2005 - CN-CPMI - CORREIOE
FIS: 0536
3028
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

ECT
133

TERMO DE DECLARAÇÕES

NOME DO DECLARANTE: Cláudio Fernandes da Luz
CPF: 294.806.632-87
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Travessa Presidente Médici, 742-Brasília-Altamira/PA
FILIAÇÃO: Floriano Araújo da Luz e Maria da Conceição Fernandes da Luz
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1721707
ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA
GRAU DE ESCOLARIDADE: Segundo Grau Completo
CARGO: Técnico Operacional Junior
FUNÇÃO: Chefe de Agência - AC Altamira/PA
TEMPO DE SERVIÇO NA ECT: 8 anos
TEMPO DE SERVIÇO NA AC: 1 ano 7 meses
MATRÍCULA: 8.453.248-3
LOCAL DO DEPOIMENTO: AC Altamira/PA
DATA DO DEPOIMENTO: 13.12.2001
HORA: 11h30min

O declarante acima qualificado, em virtude de visita de inspeção na AC Altamira/PA, em 13.12.2001, pelos Inspectores Rosiany Gonzaga do Amaral, matrícula 8.178.578-0 e Jorge Azevedo, matrícula 8.002.844-8, foi convidado para, no local, horário e data acima descritos, prestar esclarecimentos acerca da realização dos serviços de que trata o processo de Dispensa de Licitação 180/2000, de 01/06/2000, referente a conservação da AC Altamira/PA. Compromissado com a verdade, passa a declarar QUE: assumiu a chefia da AC Altamira/PA em 29/05/2000; QUE quando assumiu a chefia da AC Altamira a reforma do prédio já estava em andamento; QUE lembra que estava sendo realizada a pintura do muro que contorna a unidade; QUE pintaram as 03 (três) grades que revestem a central de ar condicionado; QUE pintaram 11 caixas de passagem para água provenientes dos tubos das calhas; QUE pintaram uma porta de enrolar localizada na garagem; QUE realizaram um rebaixamento da calçada na entrada da unidade; QUE fizeram o rebaixamento dos paralelepípedos da via lateral da agência devido as poças d'água que se formavam; QUE pintaram todos os tubos de água das calhas da unidade. Indagado acerca da realização dos serviços constantes na Nota Fiscal 057, emitida em 08/06/2000, pela Construtora Montreal - Evangelista & Evangelista Ltda, no valor de R\$ 3.179,98, declara com relação aos 8 itens nela discriminados, o seguinte: QUE com relação a pintura externa (item 2) tem a declarar que se recorda que somente foi pintado o muro que circunda o prédio da unidade; QUE não sabe a que se refere a pintura do teto constante na nota fiscal (item 3); QUE presenciou a pintura de somente 03 grades de proteção das centrais de ar (item 5) e não 9 grades como consta na nota fiscal; QUE não sabe que serviço de pintura de piso se refere a nota fiscal (item 8). Indagado acerca da realização dos 12 (doze) serviços cobrados na Nota Fiscal 061, emitida em 26/06/2000, no valor de R\$ 3.180,00, pela mesma firma, declarou: QUE com relação ao serviço de pintura de piso (item 1) reafirma que não sabe que pintura de piso se refere esta nota fiscal; QUE reconhece somente a pintura de 11 caixas de passagem e não 21 como constou na Nota Fiscal (item 3); QUE desconhece a aplicação de verniz no forro e em portas (item 5); QUE não presenciou a pintura de vasos de planta e jardim (item 7), não tendo condição de confirmar a execução dos serviços; QUE não sabe o que significa linha d'água portanto desconhece a realização desse serviço (item 9); QUE da mesma forma não sabe o que significa reconstrução de sarjeta não podendo opinar acerca da realização desse serviço (item 11); QUE não sabe que reposição de grade de ferro a nota fiscal se refere não podendo portanto afirmar a realização desse serviço (item 12). Perguntado sobre a competitividade dos preços cobrados nas notas fiscais a ele apresentadas, com o mercado local, o declarante afirma não poder opinar sobre os mesmos. Indagado porque não realizou o mesmo nos anos anteriores, o declarante respondeu que a época da realização dos serviços declarou: QUE desconhecia as notas fiscais em referência sendo apresentadas ao declarante no decorrer do presente depoimento; Indagado se atestaria as notas fiscais 057 e 061, hoje, em 13.12.2001, o declarante afirma que se recusaria a

RECIBO
0537

Cláudio

Doc: 3028

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

EC 7
Fls. 134

atestá-la em parte dos serviços, conforme já mencionado nesta declaração. QUE não conhece ninguém da Construtora Montreal, nem proprietário nem empregados e nem sabe onde ela se localiza; QUE com relação ao código financeiro registrado na NF 081, sob a identificação STO 2825000-1, o mesmo não corresponde ao da AC Altamira/PA; Nada mais declarou, nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado este termo que, após lido e achado conforme, vai por todos assinado.


declarante


Rosiany Gonzaga do Amaral
Inspetor


Jorge Azevedo
Inspetor

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. 0538

3628

Doc:

TERMO DE DECLARAÇÕES

NOME DO DECLARANTE: José Jorge Nobre do Nascimento
CPF: 262.457.282-15
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Av. Barão do Rio Branco, 1330 - Centro - S. Fco. Do
Pará
FILIAÇÃO: Raimundo Francisco do Nascimento e Raimunda Nobre do Nascimento
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1357069
ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PA
CARGO: Atendente Comercial I
FUNÇÃO: Chefe de Agência - AC São Francisco do Pará/PA
TEMPO DE SERVIÇO NA ECT: 14 anos e 6 meses
TEMPO DE SERVIÇO NA AC: 10 anos
MATRÍCULA: 8.452.794-3
LOCAL DO DEPOIMENTO: AC São Francisco do Pará/PA
DATA DO DEPOIMENTO: 14.12.2001

O declarante acima qualificado, em virtude de visita de inspeção na AC São Francisco do Pará/PA, em 14.12.2001, pelos inspetores Rosiany Gonzaga do Amaral, matrícula 8.178.578-0 e Jorge Azevedo, matrícula 8.002.844-6, foi convidado para, no local e data acima descritos, prestar esclarecimentos acerca da realização dos serviços de que trata o processo de Dispensa de Licitação 327/2000, de 11/09/2000, referente ao serviço de conservação na AC São Francisco do Pará/PA. Compromissado com a verdade, passa a declarar QUE: é chefe da AC São Francisco do Pará/PA desde agosto de 1991; QUE a execução dos serviços de reparo do prédio onde funciona a AC São Francisco do Pará ocorreu em meados de setembro e outubro/2000, não se recordando com precisão o período face o tempo decorrido; QUE o atendimento ao público teve continuidade no período da reforma, não ocorrendo desocupação do prédio; QUE durante a execução dos serviços de reforma do prédio nunca houve comparecimento de qualquer empregado da área de engenharia da Regional; QUE não se lembra do comparecimento de qualquer empregado da engenharia da Diretoria Regional do Pará, na AC São Francisco do Pará, antes do início da reforma; QUE também não houve comparecimento de qualquer empregado da engenharia da Diretoria Regional do Pará nesta AC São Francisco do Pará, após concluídos os serviços; QUE após examinar o Termo de Exame Entrega e Recebimento 087/00, de 09 de outubro de 2000, afirma que não foram realizados os seguintes serviços: capina e limpeza do terreno (item 1.3), revisão no telhado (item 2.1), revisão no madeiramento (item 2.2), revisão no forro em lambril madeira (item 5.1), revisão de móveis (item 6.2), polimento de móveis (item 6.5), revisão na instalação de água (item 11.1), revisão nos equipamentos sanitários e esgoto pluvial (item 12.1), revisão nos equipamentos sanitários e de cozinha (item 13.1); QUE após analisar a Nota Fiscal 2793, de 09 de outubro de 2000, emitida pela firma C.C.M Engenharia Ltda, no valor de R\$ 15.224,46, afirma que está tomando conhecimento do aludido documento no momento do seu depoimento, não tendo havido qualquer participação do deponente na

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

136
2

seu atesto, desconhecendo ainda a forma do pagamento efetuado; QUE não conhece ninguém da C.C.M. Engenharia Lda, nem proprietário nem empregados e nem sabe onde ela se localiza; Nada mais declarou, nem lhe foi perguntado, razão pela qual é encerrado este termo que, após lido e achado conforme, vai por todos assinado.

Jose Jorge Nobre do Nascimento
José Jorge Nobre do Nascimento

Rosany Górges do Amaral
Rosany Górges do Amaral
Inspetor

Jorge Azevedo
Jorge Azevedo
Inspetor



Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OF/CS 001 /2002

Belém, 16 de janeiro de 2002.

Ref:

Excelentíssimo Senhor Chefe da Procuradoria da República

Foi designada através da Portaria (PRT/PR-285/2001) com vigência em 05/10/2001, a presente Comissão de Sindicância visando apurar fatos relatados no Processo GABPR 005133/2001.

Com fulcro no artigo 15 da lei 8.429/92 noticiamos a V. Exa. a existência de Procedimento administrativo visando apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados pelo ex - empregado desta Empresa quando no exercício da função Diretor Regional do Pará, Sr Waldemir Freire Cardoso.

Aproveitamos o ensejo para Requerer, com base no parágrafo único do artigo 15 da lei supra citada, a designação de um representante deste ilustre Parquet para acompanhar o presente procedimento ou adotar outras providências julgadas cabíveis por V.Exa.

Com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente


BENÍCIO ALSANJO LOPES
Presidente da Comissão de Sindicância

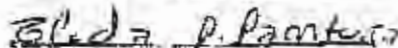
Exmo. Sr
Dr. PAULO RUBIO MEIRA
M.D. Chefe da Procuradoria da República
Procuradoria da República no Estado do Pará
Rua Domingos Marreiros, 69D, Marisaí
CEP 66050-210 - Belém /Pará

APX/apx

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
ESTADO DO PARÁ

PROTOCOLO

DATA 16, 01 /02



Resposta nº

NPE

PR/PA 0.23.980
POS nº 03/2005 - CN -
2002.000062 - CN -
CPM - CORREIOS

Fis: 0541

3628

Doc:

11000-76 (44) CARBOLITE (SP)

DESTINATARIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
OBJETO DO DESTINATARIO / OBJET DE DESTINATION			
AVALIO JOSE PESSOA FERREIRA			
RUA / ADRESSE			
A GASPAR J. ANA, 125 - ALTOS			
CODIGO POSTAL		CIDADE / LOCALIDADE	
010-060 BELEM		PA BRASIL	
NÚMERO DE ENVIAMENTO / SUJEITO - VERIFICATION / DISCRIMINATION			
OF/CS-002/2002			
ENTREGUE DEVIDAMENTE / ENVOI A DESTINATION		DATA DE RECEBIMENTO	
☒ ENTREGUE REMIS		☐ PAGOS PAYS	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE		TIMBRE DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
~ 12:20h 15/03/2002		[Signature]	
DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO / IDENTIFICATION		RUBRICA E MAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
IA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.			



4 7 5 2 4 0 0 0 0 0 1

11000-76 (44) CARBOLITE (SP)

DOCUMENTOS PARA ENTREGAR
AO SECRETÁRIO DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO SEÇÃO
BELÉM/PA, CONTRA RECIBO.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS	
Fls:	0542
3628	
Doc:	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/PA

CI/DINSP-01.0272.0577/2002

REF: CI/DEJUR/GAB-855/2002

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: Autos de Sindicância.

Brasília (DF) 22 de Maio de 2002.

Para que possa ser atendida a solicitação contida no OF/PR/PA/GAB/nº 114/2002, estamos encaminhando cópia dos autos do Processo/Dinsp-01.0272/2001 em anexo.

Atenciosamente


JOSE CARLOS PEREIRA OVIEDO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

Antônio José Valença de Melo
Subchefe do DINSP
Im. Postal plena - Mat. B.010.252-2

C/Anexo

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

AJVM/ajvm (MP DR PA autos do processo 01.0272)

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0543
3628
Dnc:

01 0272

DEPARTAMENTO JURÍDICO

AO : CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA

CI//DEJUR/GAB-855/2002 (URGENTE)

REF.: OF-PR/PA/GAB/Nº 113/2002

Assunto: Cópia de autos de Sindicância

Brasília, 17 de maio de 2002

Enviamos a V. Sª, em anexo, cópia do ofício da referência, encaminhado pela Procuradoria da República no Estado do Pará ao Diretor Regional da DR/PA, solicitando cópia integral dos autos da Sindicância instaurada por intermédio da PRT/PR-285/2001, que apurou irregularidades em processos de licitação da DR/PA, a fim de ser atendido no prazo de 10 dias úteis, a contar de 13-05-2002.

Atenciosamente,

HÉLIO FLÁVIO LEOPOLDINO RODRIGUES
CHEFE DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Marco Aurélio Motta Teixeira
Mat. 9.011.429-6 - OAB-DF 19900
Secretaria do Departamento Jurídico

HRO/iro

26/05/02

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOE
0544
3628
Dire:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Pará

OF. PR/PA/GAB3/W1142001

Referência: 17.02001-187A

Belém-PA, 07 de maio de 2001.

Senhor Diretor,

Comprimetendo-o, com o fim de instruir o Procedimento Administrativo nº 173/2001-PR/PA, em nome do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, requirido a V. Sa., com base no art. 129, VI, da Constituição Federal e art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, em razão de sua alta titulação, copia integral dos autos de Sindicância realizada no EBCT/DR/PA, instaurada através da PRT/PR-285 de 05.10.2001, com vistas a apurar irregularidades em processos licitatórios, com a participação do ex-Diretor Regional, o Sr. Waldemar Freire Cardoso.

Cordimento,

WILLYATAN CAZETTA
Procurador da República

B
10/05/02

Nº ASSUR	
☒ Presidente	☐ - Primeiro designado para ser presidente
☐ - Relatador do Conselho	☐ - Relatador do Conselho
☐ - Relatador do Conselho	☒ - Relatador do Conselho
☐ - Diretor de	☐ - Diretor de
☐ - Diretor de	☐ - Diretor de
☐ - Diretor de	☐ - Diretor de

Agostinho Andersen Trindade
Diretor Regional EBCT/DR/PA

Ilmo Sr.

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE
Diretor Regional EBCT/DR/PA
Av. Presidente Vargas, 498.
CEP- 66.017-000

RQS nº 03/2005- CN-
GPMI - **608REIOS**
0545
Fis: _____
3628
Doc: _____



DINSP

- CS -

PROC/DINSP-01.0272

DR/PA

Contratação de Serviço ao
Despachante

PRT/PR-285/2001

Vol. 01/08

16

Armário 09

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI -	CORREIOS
0546	
Fls:	3628
Doc:	

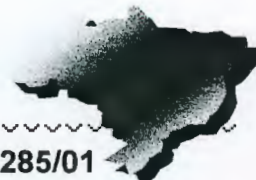


ANEXO 01

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE

***(Sindicância na DR/PA - PRT/PR-
0285/01)***

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 6547 CORREIOS
Fls: _____
3628
Doc: _____

**INDICE DE ANEXOS - PROCESSO DINSP- 01.0272 DR/PA-PRT/PR-0285/01**

VOLUME 01 – Contratação de Serviço de Despachante

VOLUME 02 – Contratação de Serviço Médico

VOLUME 03 – Prestação de Serviço Sem Cobertura Contratual

ANEXO 03-A – Fox Táxi Aéreo

ANEXO 03-B – Táxi Aéreo Itaituba

ANEXO 03-C – Puma Serviços de Vigilância

ANEXO 03-D – Brasil Assessoria Transportes e Serviços

ANEXO 03-E – Transportadora Sol Dourado

VOLUME 04 – Contratação de Serviço de Transporte

ANEXO 04-A – U.S. Mendonça – 2001

ANEXO 04-B – U.S. Mendonça – 2000

ANEXO 04-C – U.S. Mendonça – 1999

ANEXO 04-D – U.S. Mendonça – 1998

VOLUME 05 –

ANEXO 04-E – U.S. Mendonça – Documentos Diversos

ANEXO 04-F – U.S. Mendonça Express

ANEXO 05 – Contratação de Temporários

VOLUME 06 –

ANEXO 06 – Destaque Indevido em Documentos Fiscais

ANEXO 07-A – M. G. Barros Eng. e Com.

ANEXO 07-B – Requite Metalúrgica

ANEXO 07-C – Flexa Norte Engenharia

ANEXO 07-D – Derronde Engenharia

ANEXO 07-E – Paraluz Engenharia

ANEXO 07-F – G.C.A Engenharia

VOLUME 07 –

ANEXO 07-G – Desinsetizadora Vetores e Pragas

ANEXO 07-H – AC/CDD/Nazaré

ANEXO 07-I – AC/Altamira

ANEXO 07-J – AC/São Francisco do Pará

ANEXO 08 – Aquisição de Servidor na DR/PA

ANEXO 09 – Contratação de Hospedagem

ANEXO 10 – Contratação de Serviços de Conserto de Bicicletas

ANEXO 11 – Aquisição de Peças para Veículos e Motos

ANEXO 12 – Processos e Contratos não Localizados na DR/PA

VOLUME 08 – Denúncias Apresentadas Durante os Trabalhos na DR/PA

ANEXO 13-A – Edvaldo Ferreira Leite

ANEXO 13-B – Alceu Raimundo da Cruz Moraes

ANEXO 13-C – Menassés Leon Nahmias

ANEXO 13-D – Anônima

ANEXO 13-E – Waldemir Freire Cardoso

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0548
3628	
Doc:	



CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

NATUREZA

DL

NÚMERO

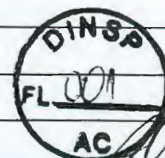
214/99

DATA

08/09/99

Procedência

CI/SCCO/GERAD-266/99



Nome

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS DESTINADOS AO LICENCIAMENTO
ANUAL DA FROTA DE VEÍCULO DA ECT/DR/PA. PELO PERÍODO DE UM ANO

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

DESTINO

DATA

DESTINO

DATA

NÚMERO

ANO

RUBRICA

1º

21º

1º

2º

22º

2º

3º

23º

3º

4º

24º

4º

5º

25º

5º

6º

26º

6º

7º

27º

7º

8º

28º

8º

9º

29º

9º

10º

30º

PROCESSOS APENSOS

NÚMERO

ANO

RUBRICA

11º

31º

1º

12º

32º

2º

13º

33º

3º

14º

34º

4º

15º

35º

5º

16º

36º

6º

17º

37º

ANEXOS

NÚMERO

RQS nº 03/2005 - CN-

CAN - CORREIOS

Fls: 0549

3628

Doc: 3628

18º

38º

1º

19º

39º

2º

20º

40º

3º

BRASIL DE CORREIOS E T

2143362

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



De: GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ao: DIRETOR REGIONAL/DR/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA- 26/99

Ref:

373

Assunto: Autorização para Licitar

Belém/PA, 23 de agosto de 1999.

Os serviços de licenciamento dos veículos da ECT estão sendo executados por um funcionário da ECT que ocupa o cargo de Técnico Operacional Pleno, faixa salarial RS 35, ao custo de R\$ 2.402,31 (considerando que 60 % do seu tempo é ocupado com esta atividade).

Estes serviços são executados em veículo próprio da ECT (Fiat – placa JTP – 0617), o qual apresenta o custo adicional para estes serviços na ordem de R\$ 798,14 (considerando o deslocamento ao DETRAN e outros órgãos três vezes por semana).

O custo total é de R\$ 2.402,31 por mês, representando custo unitário por veículo a importância de R\$ 190,76, conforme planilha de custo em anexo.

Fizemos pesquisa de preços junto a corretores de veículo e constatamos que os preços praticados no mercado é da ordem de R\$ 50,00 por veículo. Com este valor o custo mensal destes serviços caso fosse terceirizados importaria em R\$ 910,00, gerando economia para a ECT em R\$ 1.492,31 mensal e R\$ 17.907,72 por ano.

Pelo exposto solicitamos autorizar a contratação destes serviços. O valor anual está estimado em R\$ 10.920,00, estando inferior ao limite previsto no Art. 23, Inciso II, alínea “b” da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

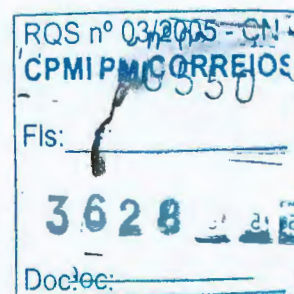
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERAD/DR/PA

À CPL

Autorizo.

Em, 24, 8, 99.

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL



1762
A

NOME : CELSI FERREIRA BARBENTO MATRICULA : 8.430.503-E
LOCAL : BRASÍLIA - CENTRO DE OPERAÇÕES DE VEÍCULO: GERAL : 3
DEPARTAMENTO : OPERAÇÕES OPERACIONAL ALMO: 300 SAL: 3000 C/P: 00000000-00
FUNÇÃO : 30000000-00 30000000-00 30000000-00
DATA DE INGRESSO: 01/01/78 DATA DE EXPIRAÇÃO: 31/12/78 DATA DE CANCELAMENTO: 31/12/78



DESCRIÇÃO	VALOR	DTA. X	VALOR R\$
1. SALARIO	3000,00	30	1.200,00
2. ADIANTAMENTO	3000,00	30	1.200,00
3. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
4. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
5. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
6. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
7. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
8. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
9. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
10. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
11. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
12. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
13. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
14. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
15. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
16. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
17. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
18. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
19. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
20. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
21. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
22. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
23. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
24. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
25. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
26. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
27. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
28. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
29. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
30. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
31. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
32. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
33. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
34. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
35. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
36. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
37. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
38. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
39. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
40. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
41. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
42. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
43. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
44. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
45. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
46. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
47. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
48. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
49. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
50. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
51. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
52. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
53. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
54. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
55. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
56. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
57. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
58. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
59. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
60. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
61. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
62. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
63. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
64. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
65. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
66. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
67. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
68. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
69. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
70. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
71. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
72. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
73. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
74. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
75. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
76. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
77. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
78. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
79. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
80. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
81. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
82. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
83. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
84. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
85. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
86. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
87. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
88. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
89. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
90. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
91. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
92. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
93. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
94. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
95. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
96. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
97. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
98. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
99. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00
100. VANTAGEM	3000,00	30	1.200,00

BENEFÍCIOS E ENCARGOS

1. BENEFÍCIOS	
DESP. MED. COMPART	128,89
VALE ALIMENTAÇÃO	170,00
VALE PASSAGEM	84,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS	382,89
2. ENCARGOS (INSS+FGTS)	845,69
TOTAL (BENEFÍCIOS + ENCARGOS)	1.228,58

1.215,48
279,56
1.178,58
TOTAL = 2.673,62

BRUTO:	4.385,44	DESCONTO:	2.686,65	LIQUIDO:	1.698,79
INSS: 000,00	FGTS: 845,69	DTA: 01-01-78	VALOR: 1.228,58		
POSTAL: 000,00	VALOR: 0,00	VALOR: 0,00	MARGEM:		

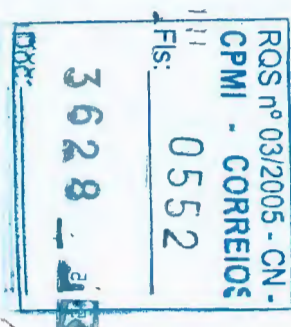
SS DE JUROS - DIA DO MOTOCICLISTA
PROTEÇÃO PELA DEPENDÊNCIA E PROFISIONALISMO

ASSINATURA E CARIMBO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0551
3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS				FICHA TÉCNICA		VIGÊNCIA			
CÓDIGO	LINHA		FREQUÊNCIA		QUILOMETRAGEM		TONELAGEM		CUBAGEM
	DETRAN		2a, 4a, 6a Feira		50		0,5		
VEÍCULO					DURAÇÃO DA VIAGEM		APROVAÇÃO DA LINHA		
FIAT							ASSINATURA		

ITINERÁRIO	IDA						VOLTA					
	KM	HORÁRIOS		DURAÇÃO DA VIAGEM		TEMPO DE PERCURSO	KM	HORÁRIOS		DURAÇÃO DA VIAGEM		TEMPO DE PERCURSO
				PARADAS						PARADAS		
		CHEGADA	PARTIDA	ECT	TRANSP.			ECT	TRANSP.			
MOV/GEOPE		08:00	08:15									
DETRAN	12	09:00	10:00									
OUTROS	22	10:30	11:40									
MOV/GEOPE	16	12:00										



Handwritten signature/initials.

CUSTO DO VEÍCULO - FIAT : PLACA JTP - 0617

UTILIZADO PARA LICENCIAMENTO DOS VEÍCULOS DA ECT

LINHAS	TIPO	QUANT.	KM	PERCURSO	CUSTO	CUSTO	CUSTO	CUSTO
	VEÍCULO	VEÍCULO	SEMANAL	MENSAL	FIXO	VARIÁVEL	REFERÊNCIA	MENSAL
DETRAN	FIAT	1	150	650	650,00	0,2279	1,23	798,14

CUSTO DO FUNCINÁRIO ECT PARA LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

FUNCIONÁRIO: CELSO FERREIRA SARMENTO

CARGO: TÉCNICO OPERACIONAL SENIOR

REFERÊNCIA SALARIAL: RS 35

CUSTO ECT (SALÁRIO + ENCARGOS + BENEFÍCIOS) : 2.673,62

CUSTO FUNCIONÁRIO (UTILIZANDO 60 %) 1.604,17

CUSTO TOTAL DOS SEVIÇOS EXECUTADO PELA ECT

			3.471,76
		60%	2.402,31
QUANTIDADE VEÍCULO DA ECT	182		
QUANTIDADE DE LICENCIAMENTO MENSAL	18,20		
CUSTO MENSAL POR VEÍCULO	190,76		

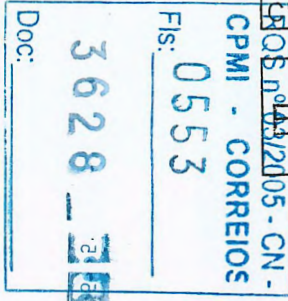
CUSTO MENSAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

910,00

CUSTO MENSAL POR VEÍCULO 50,00

CONOMIA MENSAL COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

1.492,31





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS				
CRONOGRAMA DE LICENCIAMENTO DOS VEÍCULOS DA ECT				
FINAL DE	TIPO DE	QUANTIDADE	MÊS DE	
PLACA	VEÍCULO	DE VEÍCULOS	LICENCIAMENTO	
1	CAMINHÃO KOMBI	4 4	FEVEREIRO MARÇO	
	VERANEIO	1 1		
	SANTANA	1 1		
	MOTO	4 4		
2	CAMINHÃO	2 2	MARÇO	
3	SPRINTER KOMBI	3 3	ABRIL	
	UNO	3 1		
	GOL	1 1		
	CAMINHÃO	2 1		
4	REBOQUE GOL	3 1	MAIO	
	CAMINHÃO	3 2		
	MOTO	56 56		
5	KOMBI	16 15	JUNHO	
	CAMINHÃO	1 0		
6	FIORINO	6 0	JULHO	
	CAMINHÃO	2 8		
7	FIAT UNO	9 2	AGOSTO	
	CAMINHÃO moto	93 1		
8	TRAFIC	9 1	SETEMBRO	
	GOL	1 1		
	CAMINHÃO moto	93 1		
9	KOMBI	8 1	OUTUBRO	
	TRAFIC	9 1		
	GOL	1 1		
	MOTO	1 1		
0	TRAFIC	10 1	NOV. E DEZEMBRO	
	CAMINHÃO	3 1		

Kombi
moto -

A/C - PAULO DANTAS

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: _____

3628

Doc: _____

Doc: 0020-12

Fls: 1

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS								
QUADRO DEMONSTRATIVO DE VEÍCULOS - PERÍODO 18 a 24.07.99								
VEÍCULOS	TOTAL DE VEÍCULOS	EM MANUTENÇÃO	PROPOSTA ALIENAÇÃO	PARADOS P/ ALIENAR	EM PROC. ALIENAÇÃO	EM OPERAÇÃO	CAPITAL	INTERIOR
FIAT MILLE	9	3	1	1	0	5	5	1
FIAT FIORINO	6	0	0	0	0	6	4	1
KOMBI	34	4	10	6	1	23	17	6
FUSCA	2	0	0	0	2	0	0	0
GOL	5	0	2	2	1	2	2	0
VERANEIO	1	0	0	0	0	1	1	0
SANTANA	1	0	0	0	0	1	1	0
CAMINHÃO	15	3	2	2	0	10	7	3
MOTO	80	3	74	0	6	71	31	40
MOBILETE	1	1	0	0	0	0	1	0
TRAFIC	28	5	0	0	0	23	23	0
TOTAL	182	19	89	11	10	142	92	51



1107



FL. 008

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

CT/SCCO/GERAD/DR/PA- 225/99

Belém/PA, 30 de agosto de 1999

LUIS JOSÉ DE SOUSA E SILVA
Rua da Marinha, 36, Marambaia
Belém - PA

Prezados Senhores,

Solicitamos apresentar proposta econômica para prestação dos serviços de licenciamento de veículos da ECT/DR/PA, abrangendo os seguintes serviços:

- 1 – Licenciamento anual: Vistoria, selagem, pagamento de IPVA.
- 2 – Selagem de veículos zero Km: Vistoria, cadastro na RENAVAN, registro na SEFA, emissão de boletas, pagamento de IPVA e selagem, pagamento e confecção de placas.
- 3 – Baixas de veículos: Vistoria, laudo do IML Renato Chaves, pagamento de taxas e baixa no DETRAN.
- 4 – Pagamento de multas: verificar ocorrências de multas no DETRAN e Polícia Rodoviária Federal, efetuar seus pagamentos, consultas de multas pagas.

Quantidade de veículos da frota da ECT/DR/PA:

Veículos: 94

Motos: 88

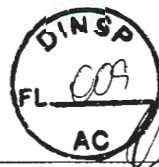
Deverá ser cotado o valor de licenciamento para veículos e para motos já inclusos todos os serviços acima discriminados.

Atenciosamente

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten: 2413

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
EIS: 0556
3628 - 2
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

CT/SCCO/GERAD/DR/PA- 225/99

Belém/PA, 30 de agosto de 1999

JOSE LUIS DOS SANTOS

Prezados Senhores,

Solicitamos apresentar proposta econômica para prestação dos serviços de licenciamento de veículos da ECT/DR/PA, abrangendo os seguintes serviços:

1 – Licenciamento anual: Vistoria, selagem, pagamento de IPVA.

2 – Selagem de veículos zero Km: Vistoria, cadastro na RENAVAN, registro na SEFA, emissão de boletas, pagamento de IPVA e selagem, pagamento e confecção de placas.

3 – Baixas de veículos: Vistoria, laudo do IML Renato Chaves, pagamento de taxas e baixa no DETRAN.

4 – Pagamento de multas: verificar ocorrências de multas no DETRAN e Polícia Rodoviária Federal, efetuar seus pagamentos, consultas de multas pagas.

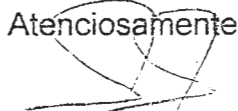
Quantidade de veículos da frota da ECT/DR/PA:

Veículos: 94

Motos: 88

Deverá ser cotado o valor de licenciamento para veículos e para motos já inclusos todos os serviços acima discriminados.

Atenciosamente


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: _____
3628 - 21
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

CT/SCCO/GERAD/DR/PA- 225/99

Belém/PA, 30 de agosto de 1999

HÉLIO FERNANDO DA SILVA

Prezados Senhores,

Solicitamos apresentar proposta econômica para prestação dos serviços de licenciamento de veículos da ECT/DR/PA, abrangendo os seguintes serviços:

- 1 – Licenciamento anual: Vistoria, selagem, pagamento de IPVA.
- 2 – Selagem de veículos zero Km: Vistoria, cadastro na RENAVAN, registro na SEFA, emissão de boletas, pagamento de IPVA e selagem, pagamento e confecção de placas.
- 3 – Baixas de veículos: Vistoria, laudo do IML Renato Chaves, pagamento de taxas e baixa no DETRAN.
- 4 – Pagamento de multas: verificar ocorrências de multas no DETRAN e Polícia Rodoviária Federal, efetuar seus pagamentos, consultas de multas pagas.

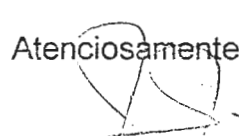
Quantidade de veículos da frota da ECT/DR/PA:

Veículos: 94

Motos: 88

Deverá ser cotado o valor de licenciamento para veículos e para motos já incluídos todos os serviços acima discriminados.

Atenciosamente


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0558
Fis: _____
3628 - 31
Doc: _____



À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Av. presidente Vargas, 498
Belém – Pará

Referência: CT/SCCO/GERAD/DR/PA – 225/99

A/C – Paulo Antonio Dantas da Silva

Prezado Senhor,

Atendendo ao constante no documento referenciado apresento proposta para prestação dos serviços de licenciamento da frota de veículos dos CORREIOS.

O preço unitário para licenciamento de veículos é de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e para licenciamento de motocicletas é de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais – valor unitário)

Quantidade de veículo para licenciamento no ano:

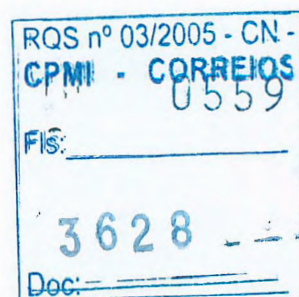
Tipo	Quantidade	Preço unitário	Total
Veículo	94 → 13	40,00	3.760,00
Motos	88 → 170	30,00	2.640,00
		Proposta	6.400,00

Custo mensal: $6.400,00 / 12$ (meses) = R\$ 533,33

No preço acima estão inclusos todos os serviços discriminados na carta acima referenciada.

Cordialmente

Luis José de Sousa e Silva
LUIS JOSÉ DE SOUSA E SILVA
DESPACHANTE AUTÔNOMO





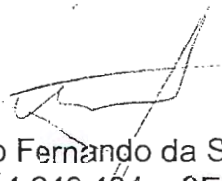
Belém, 1 de setembro de 1999.

EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROPOSTA

Prezado Senhor,

Informamos que prestamos os serviços de licenciamento de veículos junto ao DETRAN. Nosso preço para execução destes serviços conforme previsto na carta CT/SCCO/GERAD/DR/PA – 225/99 é o valor de R\$ 50,00 cinquenta reais por veículo, tanto para motos como para kombi e caminhão



Hélio Fernando da Silva
C.I - 4.249.404 – SEGUP-PA
C.P.F. 374.299.303 - 87

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0560
3628	
Doc:	



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Av. presidente Vargas, 498

Belém – Pará

Referência: CT/SCCO/GERAD/DR/PA – 225/99

/C – Paulo Antonio Dantas da Silva

Prezado Senhor,

Atendendo ao constante no documento referenciado apresento proposta para prestação dos serviços de licenciamento da frota de veículos dos CORREIOS.

O preço unitário para licenciamento de veículos é de R\$ 40,00 (quarenta reais) e para licenciamento de motocicletas é de R\$ 30,00 (trinta reais – valor unitário)

Quantidade de veículo para licenciamento no ano:

Tipo	Quantidade	Preço unitário	Total
Veículo	94	40,00	3.760,00
Motos	88	30,00	2.640,00
		Proposta	6.400,00

Custo mensal: $6.400,00 / 12$ (meses) = R\$ 533,33

No preço acima estão inclusos todos os serviços discriminados na tabela acima referenciada.

Cordialmente


LUIS JOSÉ DE SOUSA E SILVA
DESPACHANTE AUTÔNOMO

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
0561	
Fls:	3628
Doc:	



MARÇO			ABRIL			MAIO		JUNHO	
3	VENC.	FINAIS	VENC.	FINAIS	VENC.	FINAIS	VENC.	FINAIS	VENC.
	03/03	02 - 42	17/03	03 - 43	07/04	04 - 44	12/05	05 - 45	09/06
1	10/03	52 - 92	24/03	53 - 93	20/04	54 - 94	26/05	55 - 95	23/06
31	KOMBI	CAMINHÃO		MOTO	SPRINTER	REBOQUE	MOTO	KOMBI	
	JTS-7041	JTI-9212		JTQ-0483	JTY-9103	JTZ-3373	JTW-9684	JTT-1964	JTT-0105
	JTS-7051	JTJ-0792		JTZ-3433	JTY-9113	JTZ-3393	JTW-9694	JTT-2114	JTT-7135
	JTP-3171	JTJ-0901		JTZ-3453	JTY-9143	JTZ-3423	JTW-9704	JTT-2224	JTT-7145
	JTP-3191			JTP-6513	JTY-9153	JTZ-3443		JTT-2234	JTT-7165
				JTP-6553	JTY-9163	JTZ-3463		JTT-2284	JTT-7175
				JTP-6563	JTY-9173	JTZ-3473	CAMINH.	JTT-2314	JTT-7185
NA				JTP-6573	JTY-9183	JTZ-8173	JTT-2294	JTT-2324	JTT-7195
31				JTP-6593	JTY-9193	JTZ-8183	JTL-5394	JTT-2334	JTT-7205
				JTP-6603	JTY-9203			JTT-2354	JTT-7215
				JTP-6613				JTT-2374	JTT-7225
				JTP-6623			GOL	JTT-2384	JTT-7235
21				JTP-6633			FURGÃO	JTT-2414	JTT-7245
11				JTP-6643			JDR-3854	JTT-2444	JTU-8215
21				JTP-6663		FIAT-UNO		JTT-2464	JTU-8225
31				JTY-8653		JTY-8713		JTT-2474	JTU-8245
				JTY-8743		JTY-8723	MOTO	JTT-2484	
				JTY-8763		JTY-8753	JTT-1454	JTT-2504	
				JTY-8783	GOL		JTT-1474	JTT-2514	
				JTY-8803	JTG-3503		JTT-1504	JTT-2554	
				JTY-8823			JTT-1514	JTT-2564	
				JTY-8833			JTT-1524	JTT-2594	
				JTY-8853			JTT-1544	JTT-2724	
				JTY-8863			JTT-1574	JTT-2734	
				JTY-8873		KOMBI	JTT-1584	JTT-2754	
				JTY-8883		JTN-6823	JTT-1594	JTT-2764	
				JTY-8903		JTN-6893	JTT-1564	JTT-2774	
				JTY-8913		JTN-6903	JTT-1624	JTT-2794	
				JTY-8943			JTT-1654	JTT-2814	
				JTY-8953	CAMINHÃO		JTT-1664	JTT-2824	
				JTY-8963	JTJ-3263		JTT-1674	JTT-2834	
				JTY-8973	JTJ-2713		JTT-1694	JTT-2944	
				JTY-8983			JTT-1704	JTW-9714	
				JTY-8993			JTT-1724		
				JTY-9003			JTT-1734		
				JTY-9023			JTT-1754		
				JTY-9033			JTT-1764		
				JTY-9043			JTT-1804		
				JTY-9053			JTT-1854		
				JTY-9063			JTT-1884		
				JTY-9073			JTT-1904		
				JTY-9083			JTT-1924		
				JTY-9093			JTT-1934		

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0562
Fis: 3628 - 22
Doc:

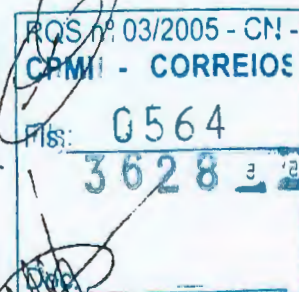


fls. 26
er

LEILÃO Nº 1/99

ANEXO ÚNICO - DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

OTE	FABRICANTE	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	PLACA	LANCE MÍNIMO
1	Volkswagen	Fusca	1981	JTL-8683	350,00
2	Volkswagen	Kombi-Fur	1985	JTM-0063	665,39
3	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTM-5250	1.103,85
4	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTE-4391	1.103,85
5	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTL-3751	1.811,54
6	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTE-4701	1.103,85
7	Volkswagen	K-Pick-UP	1982	JTE-4501	802,00
8	Volkswagen	Kombi STD	1982	JTE-4711	830,50
9	Volkswagen	Kombi STD	1989	JTR-9230	1.811,00
10	Volkswagen	Kombi STD	1989	JTM-5190	1.811,00
11	Fiat	Florino	1988	JTM-9455	987,16
12	Volkswagen	Gol - CL	1987	JTI-1192	1.471,00
13	Volkswagen	Gol - CL	1991	JTQ-2328	1.520,00
14	Volkswagen	Gol - Fur	1991	JTM-5210	1.620,00
15	Fiat	Florino	1988	JTG-0736	2.048,62
16	Volkswagen	Kombi-Fur	1985	JTK-6503	1.711,54
17	Volkswagen	Kombi-Fur	1986	JTE-4461	1.861,54
18	Volkswagen	Kombi-Fur	1989	JTV-0669	2.061,54
19	Volkswagen	Kombi-Fur	1989	JTL-5941	2.061,54
20	Volkswagen	Kombi-Fur	1989	JTE-4521	2.061,54
21	Volkswagen	Kombi-Fur	1989	JTE-4541	2.061,54
22	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JUP-4770	2.465,39
23	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTM-6460	2.465,39
24	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JUE-8770	2.465,39
25	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTE-4431	2.465,39
26	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTR-9290	2.465,39
27	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTM-6420	2.465,39
28	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JUF-3680	2.465,39
29	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JUD-1750	2.465,39
30	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JUP-5080	2.465,39
31	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTE-4451	2.465,39
32	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTL-6961	2.465,39
33	Volkswagen	Kombi-Fur	1991	JTE-4421	2.465,39
34	Honda	CG-125	1985	JTG-5488	191,84
35	Honda	CG-125	1985	JTP-5928	191,84
36	Honda	CG-125	1985	JTE-8606	191,84
37	Honda	CG-125	1986	JTI-1212	180,10
38	Honda	CG-125	1986	JTI-5012	161,74
39	Honda	CG-125	1988	JTI-5002	180,10
40	Honda	CG-125/CAR	1989	JTU-4838	323,47
41	Honda	CG-125/CAR	1989	JTK-5866	360,21
42	Honda	CG-125/CAR	1989	JTG-0746	360,21
43	Honda	CG-125/CAR	1989	CD-618	286,74
44	Honda	CG-125/CAR	1989	JTP-5908	360,21
45	Honda	CG-125/CAR	1989	JTP-5936	360,21
46	Honda	CG-125/CAR	1989	JTL-0686	305,10
47	Honda	CG-125/CAR	1991	JTM-2749	471,46





Belém, 31 de agosto de 1999.

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

AO GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

REF. CT/SCCO/GERAD/DR/PA -225/99

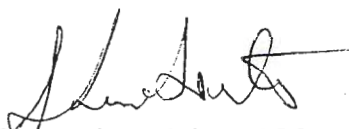
Prezado Senhor,

O preço para prestação dos serviços de licenciamento de veículo dos Correios de acordo com o descrito na carta referenciada são os abaixo discriminados:

Licenciamento de veículos – R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

Licenciamento de motos – R\$ 50, 00 (cinquenta reais).

Validade da proposta; 30 dias.


JOSE LUIS DOS SANTOS
DESPACHANTE

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0565
3628	
Doc:	

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravaças e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Polegar Direito



Número 44293

Série 00027



ASSINATURA DO PORTADOR

BANCO = ITAÚ
AG: 0040
c/c: 56702-6



INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES

REGISTRO DE INSCRIÇÕES

INSS - DEPA	
Nº da Inscrição:	11467357485
Categoria:	Ante nome
Atividade:	Comercio
DIC:	15 102199
Salário:	R\$ 130,00 - (01)
Data:	15-02-99
Assinado: Carlos Gomes	
Assessor Administrativo	
CEL 897.153	

INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES

REGISTRO DE INSCRIÇÕES



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0567

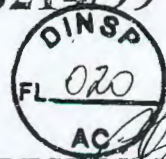
Fls: _____

3628 - 2

Doc: _____

DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 0214/99

REFERÊNCIA: CI/SCCO/GERAD/ECT/DR/PA-0266/99



OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS DESTINADOS AO LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA FROTA ECT/DR/PA, PELO PERÍODO DE UM ANO.

CONTRATADO: LUIS JOSE DE SOUSA E SILVA.

VALOR: R\$ 6.400,00 (Seis Mil e Quatrocentos Reais)

HISTORICO:

1) A GERAD, através do documento referenciado, solicita a contratação dos serviços de terceiros destinados ao licenciamento de veículos da frota da ECT/DR/PA.

2) A solicitação se faz necessária, *e tem o objetivo redução de custos*, que hoje é realizado por um funcionário da ECT e tem um veículo a sua disposição, onde a despesa com os mesmos gira em torno de R\$ 2.400,00/mês, conforme planilha de custo, anexo neste processo.

3) A solicitação desta DL visa acima de tudo a preservação do patrimônio da ECT, bem como, a normalização dos problemas em epígrafe, e acima de tudo uma economia para a ECT/DR/PA em torno de R\$ 17,900/ANO.

4) Para execução dos serviços recebemos três propostas econômicas, conforme demonstradas abaixo, dado o menor preço optamos por contratar o Sr. Luís José Souza e Silva. o qual somos favorável para a contratação em tela.

1- Luís José Souza e Silva.....	R\$	919,94	6.400,00
2- José Luís dos Santos.....	R\$	1.245,18	9.100,00
3- Hélio Fernando da Silva.....	R\$	1.328,42	9.570,00

5) Condições de Pagamento: 05 (cinco) dias após a conclusão dos serviços e apresentação da Nota Fiscal Com o competente "ATESTO" da GEOPE/DR/PA;



**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**DATA VENCIMENTO
13/07/00NÚMERO
484/00FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC
463.523.332-49LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIAÓRGÃO EMITENTE
SCCO/GERADDATA EMISSÃO
12/07/00ASSINATURA DO EMITENTE
PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA
411.04.99.0000

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA
2.03.99PROJETO / ATIVIDADE
03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO DESTINADO A SERVIÇOS PRESTADOS, COM CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 10 (DEZ) CARROS E 19 (DEZENOVE) MOTOS, REFERENTE AO MÊS 06/2000, CONFORME RECIBO ANEXO.

TOTAL BRUTO: R\$ 970,00**I.S.S.: R\$ 48,50****Nº INSS: 11467357485**VALOR LÍQUIDO
R\$921,50VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
NOVECIENTOS E VINTE E UM REAIS E CIN-**QUENTA CENTAVOS.**

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GEREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL DE BELÉM

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

(4.563)

75250588-2

155 x 230 mm



RECIBO



R\$ 970,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 970,00 (NOVECENTOS E SETENTA REAIS) referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, sendo 10 (DEZ) CARROS E 19 (DEZENOVE) MOTOS, referente ao mês de JULHO/00.

- MOTOS - 19 X R\$ 30,00 = R\$ 570,00
- CARROS - 10 X R\$ 40,00 = R\$ 400,00

Belém-PA, 10 / 7 / 2000

ASSINATURA: *Luiz José Souza e Silva*
NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
C.P.F.: 463.523.332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3
Nº INSS : 11467357485

I.S.S.: (5%) = R\$ 48,50

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0570
3628	
Doc:	



VEÍCULOS LICENCIAMENTO MÊS JULHO/2000

MOTO	FIAT UNO	CAMINHÃO
JTW-4767	JTP-0517	JTT-6327
JTW-4737	JTP-0577	
JTW-4727	JTP-0647	
JTW-4707	JTP-0537	
JTW-4697	JTP-0627	
JTW-4687	JTP-0557	
JTW-4677	JPT-0617	
JTW-4657	JTP-0637	
JTW-4637	JTP-0547	
JTW-4627		
JTW-4617		
JTW-4607		
JTW-4597		
JTW-4587		
JTW-4577		
JTW-4567		
JTW-4557		
JTW-4547		
JTW-4527		

MOTO = 19 X R\$ 30,00 = R\$ 570,00

CARROS = 10 X R\$ 40,00 = R\$ 400,00

TOTAL GERAL = R\$ 970,00





TERAD/PA

Ca. Via

Origem da compra

Nota importante

12.316/0010 51 Empresa Publica criada pelo Decreto-Lei 15.000/00 51 N.º 507 DE 21.00.00

SEAPI / DETEC

VEJA ABAIXO

Mencionar o No. desta A em todos os documentos a ela referentes

1000 DE BOUTA E SELVA
1000 DE BOUTA E SELVA
1000 DE BOUTA E SELVA

FA... (0000) 0
FONE... (0000) 001 0700
UF... (0000) 0000 000
CNPJ... 0000 0000 0000
INSC... 0000 0000 0000
RUA... 0000 0000 0000

10.000.000 00
00.000 0000

QNTD	DESCRICAO	EXCORTICACAO	Valor unitario	Sub total
------	-----------	--------------	----------------	-----------

SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA LOT/DE/PA. ADIACENDO.

1. LICENCIAMENTO ANUAL. VICTORIA. SELACH. PAGAMENTO DE IPVA

2. SELACH DE VEICULOS ZERO KM. VICTORIA. CADASTRO NO RENAVAM. REGISTRO NA CEF, EMISSAO DE BOLETAS. PAGAMENTOS DE IPVA E SELACH. PAGAMENTO E CONFECACAO DE PLACAS.

3. BAIXAS DE VEICULOS. VICTORIA. LAUDO DO IRL RENATO CHAVES. PAGAMENTO DE TAXAS E BAIXA NO DETRAN.

4. PAGAMENTO DE MULTAS. VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODoviARIA FEDERAL. ELETUA OUTR PAGAMENTO. CONSULTA DE MULTAS NADA.

12	VEICULOS E CAMINHOS		40,00	0.760,00
12	MOTOCICLETAS		30,00	0.640,00

SERVICOS DE PAGAMENTO 5 DIAS APÓS O LICENCIAMENTO DE VEICULOS.

CLASSIFICACAO:
ORÇAMENTARIA: 00.00.00.00
Nº. 001. 411.04.00.00 1 - 4 u. 04. 09.0000

1 de Serviços. 1115

ENGA DE LICITACAO 214/99

Sub Total
Imposto
Desconto

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
0572400.00
Fls: 00
3628
DOCUMENTO LEGAL

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

NÚMERO

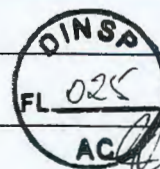
562/99

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC



LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

ÓRGÃO EMITENTE

767905/GERAD

DATA EMISSÃO

06.12.99

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA

241.04.99.0001-0

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99 V. abaya

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.06 V. abaya

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO
DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, REFERENTE A DISPENSA DE
LICITAÇÃO 214/99 e AF 317/99.

VALOR BRUTO : R\$ 1.550,00 - 2.03.99 / 03.2.06
ISS : R\$ 75,50 53
IRRF : R\$ 97,50
LÍQUIDO A PAGAR : R\$ 1.375,00

OBS: PAGAR NA AC/CENTRAL/DR/PA.

VALOR LÍQUIDO

R\$ 1.375,00

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

(HUM MIL TREZENTOS E SETENTA
E CINCO REAIS)

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

DATA PAGAMENTO

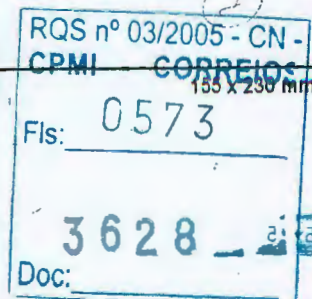
ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250588-2



RECIBO



R\$ 1.550,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC: 3.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém como no, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de um mil e quinhentos e cinquenta reais, referente a serviços prestados por RETAGEM DE VEÍCULOS sendo, 14 (quatorze) carros e 33 (tinta e três), referente ao mês de NOV/99.

Belém-Pa, 29 / 11 / 99

ASSINATURA: Luiz José de Souza e Silva

NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

CPF: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

Bruto: 1.550,00

50%): 77,50

Líquido à receber: 1.472,50

Banco Itaú

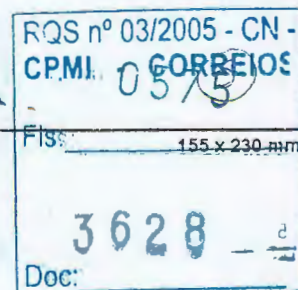
Ag: 0040

C/C: 56702-6



 CORREIOS		AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO	DATA VENCIMENTO	NÚMERO 053/2000
FAVORECIDO LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA				
MATRÍCULA 463.523.332-49		CPF / CGC		
LOTAÇÃO OU ENDEREÇO RUA DA MARINHA, 36 – MARAMBAIA BELÉM/PA.				
ÓRGÃO EMITENTE 767905/GERAD	DATA EMISSÃO 26.01.2000	ASSINATURA DO EMITENTE PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA		
REG. CONTÁBIL		REGISTRO ORÇAMENTÁRIO		
CONTA 421.04.99.0001-0	CONTA 2.03.99	PROJETO / ATIVIDADE 03.2.06	RUBRICA	
DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES				
PAGAMENTO REFERENTE AS DESPESAS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, ORIUNDO DA DL-214/99 E AF/GERAD-0317/99. VALOR BRUTO : R\$ 430,00 ISS: R\$ 21,50 LÍQUIDO A PAGAR: R\$ 408,50 OBS: O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NA TESOURARIA DA AC/CENTRAL.				
VALOR LÍQUIDO R\$ 408,50		VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO (QUATROCENTOS E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)		
ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC) CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO		ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL) WALDEMIR FREIRE CARDOSO		
PAGAMENTO EFETUADO EM ☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA			CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO	
Nº DO CHEQUE		AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT		
DATA PAGAMENTO		ASSINATURA DO FAVORECIDO		
DOC. IDENTIFICAÇÃO		AUTENTICAÇÃO / CARIMBO		
ÓRGÃO EXPEDIDOR				

75250588-2



RECIBO



RS 430.00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS,
.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de
como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância
430 00 (quatrocentos e trinta reais), referente a
prestados com licenciamento de veículos ano 1999.

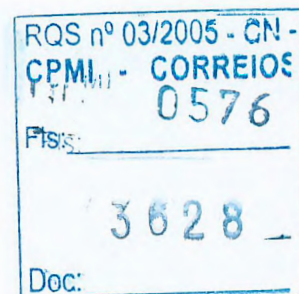
EM, 24 / 01 / 2000

ASSINATURA: Luiz Jose de Souza e Silva
NOME: LUIS JOSE DE SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: Rua da Marinha nº 36
C.P.F.: 463523332-49
Nº IDENTIDADE: 231028.3

Nº INSS: 11467357485

rec: 26.1.2000

ru: 2818030-5



CORREIOS		AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO	DATA VENCIMENTO	NÚMERO 124/2000
FAVORECIDO				
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA				
MATRÍCULA 463.523.332-49		CPF/CGC		
LOTAÇÃO OU ENDEREÇO RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA BELEM/PA.				
ÓRGÃO EMITENTE 767905/GERAD		DATA EMISSÃO 24.02.2000		ASSINATURA DO EMITENTE PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
REG. CONTÁBIL CONTA 411 04 99 0000		REGISTRO ORÇAMENTÁRIO CONTA 2 03 99 PROJETO / ATIVIDADE 03 2 06 RUBRICA		
DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES PAGAMENTO REFERENTE AS DESPESAS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, ORIUNDO DA DL-214/99 E AF/GERAD-317/99. VALOR BRUTO : R\$ 1.560,00 ISS: R\$ 78,00 IRRF: R\$ 9,00 OBS: O desconto do Imposto de Renda foi reduzido em R\$ 90,00 (noventa reais) considerando a apresentação pelo fornecedor, do documento anexo. OBS: O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NA TESOUREARIA DA AC/CENTRAL				
VALOR LÍQUIDO R\$ 1.473,00		VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO (UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS)		
ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GEREC) CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO		ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL) WALDEMIR FREIRE CARDOSO		
PAGAMENTO EFETUADO EM ☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA			CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO	
Nº DO CHEQUE		AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT		
DATA PAGAMENTO		ASSINATURA DO FAVORECIDO		
DOC. IDENTIFICAÇÃO		AUTENTICAÇÃO / CARIMBO		
ÓRGÃO EXPEDIDOR		(1.903)		

75250588-2

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls: 0577	3628
Doc: _____	

RECIBO



RS 1.560,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.560,00 (HUM MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS) referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, sendo 9 (nove) carros e 40 (quarenta) motos, referente ao mês de FEV/00.

CARROS - R\$ 40,00
- MOTOS - R\$ 30,00

Belém-PA, 21 / 02 / 2000

ASSINATURA: Luiz José de Souza e Silva
NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
C.P.F.: 463.523.332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

Valor Bruto: R\$ 1.560,00
ISS (5%): R\$ 78,00
IRRF: R\$ 9,00
Líquido a Pagar: R\$ 1.473,00
INSS: R\$ 234,00
Banco: Itaú
Agência 0040
C/C: 56702-6

OBS: Do desconto do Imposto de Renda foi reduzido o valor de R\$ 90,00, considerando a apresentação, pelo fornecedor, do documento anexo.

SIC: 2818030-5
Venc:



 CORREIOS	AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO	DATA VENCIMENTO 31.03.2000	NÚMERO 197/2000
--	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

FAVORECIDO LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA	
MATRÍCULA	CPF / CGC 463.523.332-49
LOTAÇÃO OU ENDEREÇO RUA DA MARINHA, 36- MARAMBAIA - BELÉM-PA	



ÓRGÃO EMITENTE SCCO/GERAD	DATA EMISSÃO 28/03/2000	ASSINATURA DO EMITENTE PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
-------------------------------------	-----------------------------------	--

REG. CONTÁBIL	REGISTRO ORÇAMENTÁRIO		
CONTA VER ABAIXO	CONTA VER ABAIXO	PROJETO / ATIVIDADE VER ABAIXO	RUBRICA VER ABAIXO

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES
PAGAMENTO REFERENTE AS DESPESAS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, ORIUNDO DA DL-214/99 E AF/GERAD-317/99. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL: 411.04.99.0000-03.2.06/2.03.99 = R\$ 880,00 ISS (5%) = R\$ 44,00 VALOR LÍQUIDO À PAGAR = R\$ 836,00

VALOR LÍQUIDO R\$836,00	VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO (OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)
-----------------------------------	--

--	--

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GÉREC) CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO	ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL) WALDEMIR FREIRE CARDOSO
---	---

PAGAMENTO EFETUADO EM ☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA	CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO
---	--

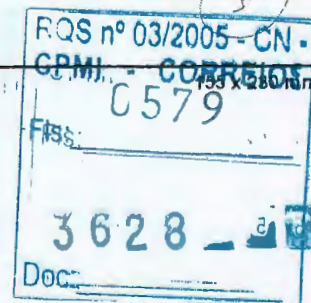
Nº DO CHEQUE	AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT TESOURARIA/GECOF
---------------------	--

--	--

DATA PAGAMENTO	ASSINATURA DO FAVORECIDO
DOC. IDENTIFICAÇÃO	AUTENTICAÇÃO / CARIMBO
ÓRGÃO EXPEDIDOR	

75250588-2

(2.783)





GERAD/PA	1a. Via	Origem da compra	Nota importante
28.316/0018-51 Empresa Publica criada 15.063.283-51 pelo Decreto-Lei No. 509 DE 21.03.69	FORNECEDOR	VEJA ABAIXO	Mencionar o No. desta AF em todos os documentos a ela referentes

UIZ JOSE DE SOUZA E SILVA
UA DA MARINHA,36 -MARAMBAIA
ELEM
63.523.332-49
56.702-6 Banco : 0000

Fax... : (000) - 0
Fone... : (000) 231-8787
UF.... : PA CEP : 66620-200
Inscr. :
Agenc. : 4-0

JANT.	DESCRICAO / ESPECIFICACAO	Valor unitario	Sub-total
	VALOR DESTINADO AO I TERMO ADITIVO (24,68%) DO VALOR DA AF-317/99, ORIUNDA DA DL-214/99, COM RESPALDO NO ART-65, PARAGRAFO I DA LEI 8.666/93.		
	SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA ECT/DR/PA, ABRANGENDO: 1- LICENCIAMENTO ANUAL: VISTORIA, SELAGEM, PAGAMENTO DE IPVA. 2- SELAGEM DE VEICULOS ZERO KM: VISTORIA, CADASTRO NO RENAVAN, REGISTRO NA SEFA, EMISSAO DE BOLETAS, PAGAMENTOS DE IPVA E SELAGEM, PAGAMENTO E CONFECCAO DE PLACAS. 3- BAIXAS DE VEICULOS: VISTORIA, LAUDO DO IML RENATO CHAVES, PAGAMENTO DE TAXAS E BAIXA NO DETRAN. 4- PAGAMENTO DE MULTAS: VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, EFETUAR SEUS PAGAMENTOS, CONSULTAS DE MULTAS PAGAS.		
22	MOTOCICLETAS.	30.00	660.00
23	VEICULOS E CAMINHOS.	40.00	920.00
	CLASSIFICACAO: ORCAMENTARIA: 03.2.06/2.03.99 CONTABIL: 411.04.99.0000		
	CONDICOES DE PAGAMENTO: 5 DIAS APOS O LICENCIAMENTO DO VEICULO.		

SA DE LICITACAO NO.214/1999	Sub-Total : 1.580.00
	Imposto : 0%
	Desconto : 0.00
itara a negociacao de duplicatas com bancos ou outras instituicoes	Total Parcelas : 3628

U PPM... VALORES SERAO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA VARIACAO PROPORCIONAL AO IGPX OU SEU SUBSTITUTO LEGAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0580
3628
Doc:



ERAD/PA	Sa. Via	Origem da compra	Nota importante
3.316/0018-51 Empresa Publica criada pelo Decreto-Lei 15.063.283-51 No. 509 DE 21.03.69	SCOP / GEFIN	VEJA ABAIXO	Mencionar o No. desta AF em todos os documentos a ela referentes

IZ JOSE DE SOUZA E SILVA
4 DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
LEH

3.523.332-49
56.702-6

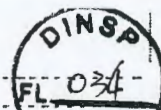
Banco : 0000

Fax... : (000) - 0
Fone... : (000) 231-8789
UF... : PA CEP : 66620-200
Inscr... :
Agenc... : 4-0

ANT.	DESCRICAO / ESPECIFICACAO	Valor unitario	Sub-total
	VALOR DESTINADO AO I TERMO ADITIVO (24,68%) DO VALOR DA AF-317/99, ORIUNDA DA DL-214/99, COM RESPALDO NO ART-65, PARAGRAFO I DA LEI 8.666/93.		
	SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA ECT/DR/PA, ABRANGENDO: 1- LICENCIAMENTO ANUAL; VISTORIA, SELAGEM, PAGAMENTO DE IPVA. 2- SELAGEM DE VEICULOS ZERO KM: VISTORIA, CADASTRO NO RENAVAN, REGISTRO NA SEFA, EMISSAO DE BOLETAS, PAGAMENTOS DE IPVA E SELAGEM, PAGAMENTO E CONFECCAO DE PLACAS. 3- BAIXAS DE VEICULOS: VISTORIA, LAUDO DO IML RENATO CHAVES, PAGAMENTO DE TAXAS E BAIXA NO DETRAN. 4- PAGAMENTO DE MULTAS: VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, EFETUAR SEUS PAGAMENTOS, CONSULTAS DE MULTAS PAGAS.		
22	MOTOCICLETAS.	30.00	660.00
23	VEICULOS E CAMINHOS.	40.00	1.580.00
	CLASSIFICACAO: ORCAMENTARIA: 03.2.06/2.03.99 CONTABIL: 411.04.99.0000		
	CONDICOES DE PAGAMENTO: 5 DIAS APOS O LICENCIAMENTO DO VEICULO.		
RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: 0581 3628 Doc:			

20 04 2000
Tuc

... dias	Sub-Total : 1.580.00
... ENSA DE LICITACAO NO.214/1999	Imposto : 0%
...	Desconto : 0.00
... citara a negociacao de duplicatas com bancos ou outras instituicoes	Total Geral : 1.580.00
... NO PAGAMENTO, VALORES SERAO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA VARIACAO PROPORCIONAL AO IGPM OU SEU SUBSTITUTO LEGAL	



ERAD/PA	1a. Via	Origem da compra	Nota importante
8.316/0018-51 Empresa Publica criada 15.063.283-51 pelo Decreto-Lei No. 509 DE 21.03.69	FORNECEDOR	VEJA ABAIXO	Mencionar o No. desta AF em todos os documentos a ela referentes

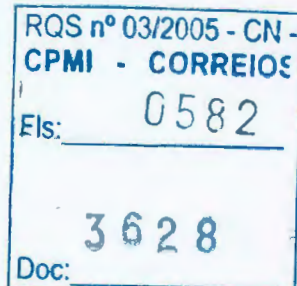
VIZ JOSE DE SOUZA E SILVA
IA DA MARINHA.36 -MARAMBAIA
LEH

3.523.332-49
56.702-6

Banco : 0000

Fax... : (000) - 0
Fone... : (000) 231-8789
UF... : PA CEP : 66620-200
Inscr... :
Agenc... : 4-0

Quant.	DESCRICAO / ESPECIFICACAO	Valor unitario	Sub-total
	VALOR DESTINADO AO I TERMO ADITIVO (24,68%) DO VALOR DA AF-317/99, ORIUNDA DA DL-214/99, COM RESPALDO NO ART-65, PARAGRAFO I DA LEI 8.666/93.		
	SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA ECT/DR/PA, ABRANGENDO: 1- LICENCIAMENTO ANUAL: VISTORIA, SELAGEM, PAGAMENTO DE IPVA. 2- SELAGEM DE VEICULOS ZERO KM: VISTORIA, CADASTRO NO RENAVAN, REGISTRO NA SEFA, EMISSAO DE BOLETAS, PAGAMENTOS DE IPVA E SELAGEM, PAGAMENTO E CONFECCAO DE PLACAS. 3- BAIXAS DE VEICULOS: VISTORIA, LAUDO DO IML RENATO CHAVES, PAGAMENTO DE TAXAS E BAIXA NO DETRAN. 4- PAGAMENTO DE MULTAS: VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, EFETUAR SEUS PAGAMENTOS, CONSULTAS DE MULTAS PAGAS.		
22	MOTOCICLETAS.	30,00	660,00
21	VEICULOS E CAMINHOS.	40,00	920,00
	CLASSIFICACAO: ORCAMENTARIA: 03.2.06/2.03.99 CONTABIL: 411.04.99.0000		
	CONDICOES DE PAGAMENTO: 5 DIAS APDS O LICENCIAMENTO DO VEICULO.		



dias

ENSA DE LICITACAO NO.214/1999	Sub-Total	1.580,00
	Imposto	0%
	Desconto	0,00
ceitara a negociacao de duplicatas com bancos ou outras instituicoes	Total Geral	1.580,00

NO PAGAMENTO, VALORES SERAO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA VARIACAO PROPORCIONAL AO IGP/M OU SEU SUBSTITUTO LEGAL

GERAD/PA	2a. Via	Origem da compra	Nota importante
28.316/0018-51 Empresa Publica criada pelo Decreto-Lei 15.063.283-51 No. 509 DE 21.03.69	GEAFI / GETEC	VEJA ABAIXO	Mencionar o No. desta AF em todos os documentos a ela referentes

UIZ JOSE DE SOUZA E SILVA
 DA DA MARINHA.36 -MARAMBAIA
 ELEK
 63.523.332-47
 56.702-6

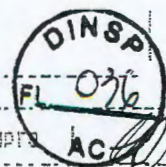
Banco : 0000

Fax... : (000) - 0
 Fone... : (000) 231-8787
 UF... : PA CEP : 66620-200
 Inscr... : -0
 Agenc... : 4-0

QUNT.	DESCRICAO / ESPECIFICACAO	Valor unitario	Sub-total
	VALOR DESTINADO AO I TERMO ADITIVO (24,68%) DO VALOR DA AF-317/99, ORIUNDA DA DL-214/99, COM RESPALDO NO ART-65, PARAGRAFO I DA LEI 8.666/93.		
	SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA ECT/DR/PA, ABRANGENDO: 1- LICENCIAMENTO ANUAL: VISTORIA, SELAGEM, PAGAMENTO DE IPVA. 2- SELAGEM DE VEICULOS ZERO KM: VISTORIA, CADASTRO NO RENAVAN, REGISTRO NA SEFA, EMISSAO DE BOLETAS, PAGAMENTOS DE IPVA E SELAGEM, PAGAMENTO E CONFECCAO DE PLACAS. 3- BAIIXAS DE VEICULOS: VISTORIA, LAUDO DO IML RENATO CHAVES, PAGAMENTO DE TAXAS E BAIIXA NO DETRAN. 4- PAGAMENTO DE MULTAS: VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, EFETUAR SEUS PAGAMENTOS, CONSULTAS DE MULTAS PAGAS.		
22	MOTOCICLETAS.	30.00	660.00
23	VEICULOS E CAMINHOS.	40.00	920.00
	CLASSIFICACAO: ORCAMENTARIA: 03.2.06/2.03.99 CONTABIL: 411.04.99.0000		
	CONDICOES DE PAGAMENTO: 5 DIAS APÓS O LICENCIAMENTO DO VEICULO.		

RQS nº 03/2005 - CN-
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 0583
 3628
 Doc:

10 dias	
ENSA DE LICITACAO NO.214/1999	Sub-Total : 1.580.00
	Imposto : 0%
	Desconto : 0.00
ceitara a negociacao de duplicatas com bancos ou outras instituicoes	Total Geral : 1.580.00
NO PAGAMENTO, VALORES SERAO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA VARIACAO PROPORCIONAL AD IGPM OU SEU SUBSTITUTO LEGAL	
quinhentos e oitenta reais *****	



GERAD/PA	3a. Via	Origem da compra	Nota importante
28.316/0018-51 Empresa Publica criada pelo Decreto-Lei 15.063.283-51 No. 509 DE 21.03.69	SMAT / GEAFI	VEJA ABAIXO	Mencionar o No. desta AF em todos os documentos a ela referentes

MIZ JOSE DE SOUZA E SILVA
JUA DA MARINHA,36 -MARAMBAIA
ELEN

163.523.332-49
56.702-6

Banco : 0000

Fax...: (000) - 0
Fone...: (000) 231-8787
UF...: PA CEP : 66620-200
Inscr.: -0
Agenc.: 4-0

QUANT.	DESCRICAO / ESPECIFICACAO	Valor unitario	Sub-total
	VALOR DESTINADO AO I TERMO ADITIVO (24,68%) DO VALOR DA AF-317/99. ORIUNDA DA DL-214/99, COM RESPALDO NO ART-65, PARAGRAFO I DA LEI 8.666/93.		
	SERVICOS DE LICENCIAMENTO DE VEICULOS DA ECT/DR/PA, ABRANGENDO: 1- LICENCIAMENTO ANUAL: VISTORIA, SELAGEM, PAGAMENTO DE IPVA. 2- SELAGEM DE VEICULOS ZERO KM: VISTORIA, CADASTRO NO RENAVAN, REGISTRO NA SEFA, EMISSAO DE BOLETAS, PAGAMENTOS DE IPVA E SELAGEM, PAGAMENTO E CONFECCAO DE PLACAS. 3- BAIXAS DE VEICULOS: VISTORIA, LAUDO DO IML RENATO CHAVES, PAGAMENTO DE TAXAS E BAIXA NO DETRAN. 4- PAGAMENTO DE MULTAS: VERIFICAR OCORRENCIAS DE MULTAS NO DETRAN E POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, EFETUAR SEUS PAGAMENTOS, CONSULTAS DE MULTAS PAGAS.		
22	MOTOCICLETAS.	30.00	660.00
23	VEICULOS E CAMINHÕES.	40.00	920.00
	CLASSIFICACAO: ORCAMENTARIA: 03.2.06/2.03.99 CONTABIL: 411.04.99.0000.		
	CONDICOES DE PAGAMENTO: 5 DIAS APOS O LICENCIAMENTO DO VEICULO.		

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 0584
3628
Doc:

15 dias	Sub-Total	1.580.00
ENSA DE LICITACAO NO. 214/1999	Imposto	0%
	Desconto	0.00
ceitara a negociacao de duplicatas com bancos ou outras instituicoes	Total Geral	1.580.00

NO PAGAMENTO, VALORES SERAO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE PELA VARIACAO PROPORCIONAL AO IGPW OU SEU SUBSTITUTO LEGAL

quinhentos e oitenta reais *****



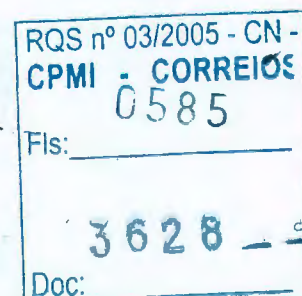
VEÍCULOS LICENCIADOS – OUTUBRO DE 1999

MOTO	KOMBI	GOL	TRAFIC
JWC-2800	JTK-7789	JTO-2098	JTZ-3609
JWC-2850	JTK-7949	JTR-7839	JUA-2209
JCC-2870	JTK-7709		JTZ-3709
JWC-2880	JTV-0209		JTZ-3749
JWC-2910	JTK-7819		JUA-2219
JWC-2920	JTK-7849		JTZ-3679
JWC-2930	JTK-8009		JTZ-3569
JWC-2940	JTK-7909		JTZ-3559
JWC-2960			JTZ-3699
JWC-2980			

TOS = 10 X R\$ 30,00 = R\$ 300,00

ROS = 19 X R\$ 40,00 = R\$ 760,00

VAL GERAL R\$ 1.060,00





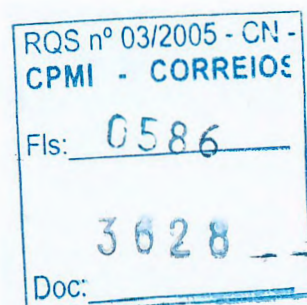
VEÍCULOS LICENCIADOS – NOVEMBRO DE 1999

MOTO	TRAFIC	CAMINHÃO	KOMBI
JWD-1400 ✓	JUX-3190 ✓	JTN-2160 ✓	JTM-5400 ✓
JWD-1420 ✓	JUX-3310 ✓	JTB-2040 ✓	
JWD-1450 ✓	JUX-3290 ✓	JTB-4670 ✓	
JWD-1470 ✓	JUX-3280 ✓		
JWD-1510 ✓	JUX-3250 ✓		
JWD-1520 ✓	JUX-3220 ✓		
JWD-1540 ✓	JUX-3210 ✓		
JWD-1560 ✓	JUX-3170 ✓		
JUD-1580 ✓	JUX-3140 ✓		
JWD-1610 ✓	JUX-3070 ✓		
JWD-1620 ✓			
JWD-1640 ✓			
JVD-0940 ✓			
JUD-0990 ✓			
JUD-1040 ✓			
JUD-1060 ✓			
JUD-1080 ✓			
JUD-1100 ✓			
JUD-1120 ✓			
JUD-1140 ✓			
JUD-1170 ✓			
JUD-1220 ✓			
JUD-1250 ✓			
JUD-1340 ✓			
JUD-1350 ✓			
JUD-1360 ✓			
JUD-1370 ✓			
JUD-1380 ✓			
JUD-1440 ✓			
JUD-1450 ✓			
JUD-1460 ✓			
JUD-1470 ✓			
JUE-7910 ✓			

TOS = 33 X R\$ 30,00 = R\$ 990,00

TRQS = 14 X R\$ 40,00 = R\$ 560,00

TAL GERAL = R\$ 1.550,00





VEÍCULOS LICENCIADOS – DEZEMBRO DE 1999

MOTO	VERANEIO
JUE-7970 ✓	JTE-4481
JUE-8030 ✓	
JUE-8040 ✓	
JUE-8050 ✓	
JUE-8060 ✓	
JUE-8090 ✓	
JUE-8100 ✓	
JUE-8120	
JUE-8130	
JUE-8140 ✓	
JUE-8150 ✓	
JUE-8160 ✓	
JUE-8170 ✓	
JUE-8190 ✓	
JUE-8200 ✓	
JUE-8210 ✓	
JUE-8220 ✓	
JUE-8240 ✓	
JUE-8260 ✓	
JUE-8270 ✓	

MOTO = 20 X R\$ 30,00 = R\$ 600,00

CARRO = 01 X R\$ 40,00 = R\$ 40,00

TOTAL GERAL = R\$ 640,00





VEÍCULOS LICENCIADOS – JANEIRO DE 2000

MOTO	KOMBI	CAMINHÃO	SANTANA
JTI-3121 ✓	JTS-7041 ✓	JTJ-0901 ✓	JTS-7031 ✓
JTI-4141 ✓	JTS-7051 ✓	JTI-9212 ✓	
JTF-4921 ✓	JTS-3171 ✓		
JTI-5761 ✓	JTP-3191 ✓		
JTQ-0483			

MOTOS = 05 X R\$ 30,00 = R\$ 150,00

CARROS = 07 X R\$ 40,00 = R\$ 280,00

TOTAL GERAL = R\$ 430,00



VEÍCULOS LICENCIADOS – FEVEREIRO DE 2000



MOTO	SPRINTER	CAMINHÃO	GOL
JTZ-3433 ✓	JTZ-3373 ✓	JTJ-0792 ✓	JTG-3503 ✓
JTZ-3453 ✓	JTZ-3393 ✓	JTJ-3263 ✓	
JTP-6513 ✓	JTZ-3423 ✓	JTJ-2713 ✓	
JTP-6553 ✓	JTZ-3443 ✓		
JTP-6563 ✓	JTZ-3463 ✓		
JTP-6573 ✓			
JTP-6593 ✓			
JTP-6603 ✓			
JTP-6613 ✓			
JTP-6623 ✓			
JTP-6633 ✓			
JTP-6643 ✓			
JTP-6663 ✓			
JTY-8653 ✓			
JTY-8743 ✓			
JTY-8763 ✓			
JTY-8783 ✓			
JTY-8803 ✓			
JTY-8823 ✓			
JTY-8833 ✓			
JTY-8853 ✓			
JTY-8863 ✓			
JTY-8873 ✓			
JTY-8883 ✓			
JTY-8903 ✓			
JTY-8913 ✓			
JTY-8943 ✓			
JTY-8953 ✓			
JTY-8963 ✓			
JTY-8973 ✓			
JTY-8983 ✓			
JTY-8993 ✓			
JTY-9003 ✓			
JTY-9023 ✓			
JTY-9033 ✓			
JTY-9043 ✓			
JTY-9053 ✓			
JTY-9063 ✓			
JTY-9073 ✓			
JTY-9083 ✓			

1000 40 X R\$ 30,00 = R\$ 1.200,00

ARROS 09 X R\$ 40,00 = R\$ 360,00

TOTAL GERAL = R\$ 1.560,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0589

3628

Doc:

VEÍCULOS LICENCIADOS EM ABRIL/2000



IOTO 27 x 30,00 R\$-810,00

- Handwritten: 21/04/2000*
- ✓ JTT 2324 ✓
 - ✓ JTT 1904 ✓
 - ✓ JTT 2814 ✓
 - ✓ JTT 1924 ✓
 - ✓ JTT 2834 ✓
 - ✓ JTT 2234 ✓
 - ✓ JTT 2314 ✓
 - ✓ JTT 2824 ✓
 - ✓ JTT 1724 ✓
 - 0 ✓ JTT 1624 ✓
 - 1 ✓ JTT 1734 ✓
 - 2 ✓ JTT 2114 ✓
 - 3 ✓ JTT 1504 ✓
 - 4 ✓ JTT 1804 ✓
 - 5 ✓ JTT 1704 ✓
 - 6 ✓ JTT 1804 ✓
 - 7 ✓ JTT 1704 ✓
 - 8 ✓ JTT 2944 ✓
 - 9 ✓ JTT 1524 ✓
 - 10 ✓ JTT 2324 ✓
 - 11 ✓ JTT 2504 ✓
 - 12 ✓ JTT 2504 ✓
 - 13 ✓ JTT 2444 ✓
 - 14 ✓ JTT 2414 ✓
 - 15 ✓ JTT 2724 ✓
 - 16 ✓ JTT 1544 ✓
 - 17 ✓ JTT 1514 ✓

TOTAL R\$-810,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	0590
Fls:	
3628	2
Doc:	

RECIBO



R\$ 810,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 810,00 (OITOCENTOS E DEZ REAIS) referente a serviços prestados com PAGAMENTO DE VEÍCULOS, sendo 27 (VINTE E SETE) motos, referente ao mês de JULHO/00.

27 MOTOS - R\$ 30,00

Belém-PA, 10 / 07 / 2000

ASSINATURA: *Luiz José de Souza e Silva*

NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

34-04-00

2818020-5

Itam

0040

56402-6

NR INSS - 31464357485

100,00 810,00

91) 111,5

2000 100 160 50



VEÍCULOS LICENCIADOS EM MARÇO/2000



ARROS 13 x 40,00 R\$-520,00

- JTZ 3473 ✓
- JTZ 3443 ✓
- JTZ 3463 ✓
- JTZ 3423 ✓
- JTZ 3373 ✓
- JTN 6823 ✓
- JTN 6893 ✓
- JTN 6903 ✓
- JTG 3503 ✓
- 1. JTJ 2713 ✓
- 2. JTJ 3263 ✓
- 3. JTI 9212 ✓
- 4. JTT 2734 ✓ → moto

OTO 12 x 30,00 R\$-360,00

- JTQ 0483 ✓
- JTP 6513 ✓
- JTP 6553 ✓
- JTP 6573 ✓
- JTP 6593 ✓
- JTP 6603 ✓
- JTP 6613 ✓
- JTP 6623 ✓
- JTP 6633 ✓
- 0. JTP 6643 ✓
- 1. JTP 6663 ✓
- 2. JTP 6563 ✓

OTAL R\$-880,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
0592	
Fls: _____	
3628 - 1	
Doc: _____	

VEÍCULOS LICENCIADOS EM FEVEREIRO/2000



ARRROS 09 x 40,00 R\$-360,00

JTW 9694 ✓
JTW 9684 ✓
JTW 9704 ✓
JTY 8713 ✓
JTY 8753 ✓
JTY 8723 ✓
JTY 3393 ✓
JTZ 8173 ✓
JTY 8183 ✓

OTO 40 x 30,00 R\$-1.200,00

JTY 9083 ✓	21. JTY 9113 ✓
JTY 8823 ✓	22. JTY 9143 ✓
JTY 8833 ✓	23. JTY 9183 ✓
JTY 9073 ✓	24. JTY 9033 ✓
JTY 9043 ✓	25. JTY 9053 ✓
JTY 8913 ✓	26. JTY 9063 ✓
JTY 9103 ✓	27. JTY 9023 ✓
JTY 9173 ✓	28. JTY 9003 ✓
JTY 9093 ✓	29. JTY 8963 ✓
0. JTY 8983 ✓	30. JTY 9293 ✓
1. JTY 8943 ✓	31. JTY 8883 ✓
2. JTZ 3433 ✓	32. JTY 8873 ✓
3. JTZ 3453 ✓	33. JTY 8903 ✓
4. JTY 9153 ✓	34. JTY 8973 ✓
5. JTY 9203 ✓	35. JTY 8953 ✓
6. JTY 8783 ✓	36. JTY 8993 ✓
7. JTY 8763 ✓	37. JTY 8863 ✓
8. JTY 8743 ✓	38. JTY 8853 ✓
9. JTY 8653 ✓	39. JTP 6633 ✓
0. JTY 8803 ✓	40. JTP 6553 ✓

OTAL R\$-1.560,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0593
3628	
Doc:	

VEÍCULOS LICENCIADOS MÊS DE JANEIRO/2000



ARRO 07 x 40,00 R\$-280,00

- . JTS 7031✓
- . JTE 4481✓
- . JTS 7041✓
- . JTS 7051✓
- . JTP 3171✓
- . JTP 3191✓
- . JTV 0901✓

IOTO 05 x 30,00 R\$-150,00

- . JTI 3121✓
- . JTI 4141✓
- . JTI 5761✓
- . JTI 4921✓
- . JTY 9163✓

OTAL R\$-430,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0594
3628	
Doc:	

VEÍCULOS LICENCIADOS MÊS DE DEZEMBRO/1999



ARROS 01 x 40,00 R\$-40,00

- . JVE 8270 ✓
- . JVE 8260 ✓
- . JVE 8240 ✓
- . JVE 8220 ✓
- . JVE 8210 ✓
- . JVE 8200 ✓
- . JVE 8190 ✓
- . JVE 8170 ✓
- . JVE 8160 ✓
- 0. JVE 8150 ✓
- 1. JVE 8140 ✓
- 2. JVE 8140 *repetida*
- 3. JVE 8120 ✓
- 4. JVE 8100 ✓
- 5. JVE 8090 ✓
- 6. JVE 8060 ✓
- 7. JVE 8050 ✓
- 8. JVE 8040 ✓
- 9. JVE 8030 ✓
- 20. JVE 7970 ✓
- 21. JTW 9714 ✓

TOTAL = 640.00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0595
3628	
Doc:	

VEÍCULOS LICENCIADOS MÊS DE NOVEMBRO/1999



PIRROS 14 x 40,00 R\$-560,00

- JUX 3140 ✓
- JUX 3250 ✓
- JUX 3170 ✓
- JUX 3190 ✓
- JUX 3280 ✓
- JUX 2190 ✓
- JTB 2040 ✓
- JUX 34670 ✓
- JUX 3070 ✓
- 1. JTW 2160 ✓
- 1. JTW 5400 ✓
- 2. JUX 3310 ✓
- 3. JUX 3220 ✓
- 4. JUX 3210 ✓

OTO 33 x 30,00 R\$-990,00

- | | | |
|-------------|------------------|----------------|
| JUD 1220 ✓ | 16. JWC 2960 ✓ | 31. JWD 1610 ✓ |
| JUD 1250 ✓ | 17. JWC 2980 ✓ | 32. JVE 7910 ✓ |
| JUD 1340 ✓ | 18. JWC 2800 ✓ * | 33. JUD 1470 ✓ |
| JUD 1350 ✓ | 19. JWC 2870 ✓ | |
| JUD 1370 ✓ | 20. JWD 1400 ✓ | |
| JUD 1380 ✓ | 21. JWD 1450 ✓ | |
| JUD 1440 ✓ | 22. JWD 1420 ✓ | |
| JUD 1450 ✓ | 23. JWD 1640 ✓ | |
| JUD 1460 ✓ | 24. JWD 1620 ✓ | |
| 0. JWC 2850 | 25. JWD 1470 ✓ | |
| 1. JWC 2880 | 26. JWD 1520 ✓ | |
| 2. JWC 2910 | 27. JWD 1510 ✓ | |
| 3. JWC 2920 | 28. JWD 1540 ✓ | |
| 4. JWC 2930 | 29. JWD 1560 ✓ | |
| 5. JWC 2940 | 30. JWD 1590 ✓ | |

TOTAL R\$-1.550,00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0596
3628 - 21	
Doc:	



RECIBO

R\$ 640.00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
LÉGRAFOS, CGC: 34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas, 498, na
ade de BELÉM, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a
portância de R\$ sessenta e quatro reais,
erente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS sendo, 01 (um)
ro e 21 (vinte e uma) motos, referente ao mês de DEZEMBRO/99.

BELÉM/PA., 22 de dezembro de 1999.

Assinatura: Luis José da Souza Silva

Nome: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

Rua da Marinha, 36 - Marambaia

CPF: 463.523.332-49

Nº Identidade: 231028-3

em Bruto: 640,00
(5%) : 32,00
total a pagar: 608,00

Banco: Itaú
Agência: 0040
C/C: 0040-6

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0597
3628	
Doc:	

VEÍCULOS LICENCIADOS MÊS DE OUTUBRO/1999



RRROS - 19 x 40,00 R\$-760,00

JTW 6708✓	11. JUA 2219✓
JTW 6718✓	12. JTZ 3679✓
JTO 2098✓	13. JTV 0209✓
JTW 2498✓	14. JTK 7949✓
JTW 6738✓	15. JTK 7819✓
JTW 6658✓	16. JTZ 3609✓
JTK 7909✓	17. JTK 7849✓
JUA 2209✓	18. JTK 7789✓
JTC 3709✓	19. JTK 7839✓
● JTZ 3749✓	

8.9.00

OTO 10 x 30,00 R\$-300,00

JUD 1100✓
JUD 1080✓
JUD 1060✓
JUD 0990✓
JUD 1360✓
JUD 1170✓
JUD 1140✓
● JUD 1120✓
JUD 1040✓
J. JUD 0940

TOTAL = 1060.00

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0598
	3628
Doc:	



RECIBO

RS 1.060,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.060,00 referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE CUPONS, sendo 19 (dezenove) carros e 10 (dez) motos, referente ao mês de OUT/99.

Belém-PA, 29 / 10 / 99

ASSINATURA: Luiz José de Souza e Silva

NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

Nº INSS: 1146 73 57 4 85

Banco ITAU

Ag: 0040

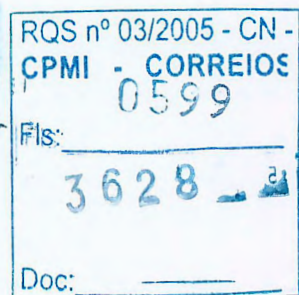
C/c: 56302-6

Recebi = 1.060,00

(54%) = 53,00

F = 24,00

L. Cargos = 983,00



CORREIOS	AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO	DATA VENCIMENTO 08/06/2000	NÚMERO 377/2000
FAVORECIDO LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA			
MATRÍCULA		CPF/CGC 463.523.332-49	
LOTAÇÃO OU ENDEREÇO RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA - BELÉM/PA			
ÓRGÃO EMITENTE SCCO/GERAD	DATA EMISSÃO 07/06/2000	ASSINATURA DO EMITENTE PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA	
REGISTRO CONTÁBIL		REGISTRO ORÇAMENTÁRIO	
CONTA 411.04.0001-0	CONTA VER ABAIXO	PROJETO/ATIVIDADE VER ABAIXO	RUBRICA
DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA. A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93. VALOR BRTO: R\$ 1.060,00 - 2.03.99 / 03.2.06 ISS R\$ 53,00 IRRF: - (COMPROVANTE ANEXO) VALOR LÍQUIDO: R\$ 1.007,00			
VALOR LÍQUIDO 1.007,00		VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO HUM MIL E SETE REAIS	
ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF) CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO		ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL) WALDEMIR FREIRE CARDOSO	
PAGAMENTO EFETUADO EM: ☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA			CONTA CORRENTE FAVORECIDO
n.º DO CHEQUE		AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT AGENCIA CENTRAL	
DATA PAGAMENTO		ASSINATURA DO FAVORECIDO	
DOC. IDENTIFICAÇÃO		AUTENTICAÇÃO/CARIMBO	
ÓRGÃO EXPEDIDOR			

DISCO 7

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 0600
Fls: 3628
Doc: _____

PAGOU ATRASOS de R\$ 377,2000
de 07/06/2000



RECIBO

R\$ 1.060,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.060,00 (HUM MIL E SESENTA REAIS) referente a serviços prestados com MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, sendo 25 (VINTE E CINCO) CARROS E 2 (DUAS) MOTOCICLETAS, referente ao mês de JUNHO/00.

MOTOCICLETAS - 2 X R\$ 30,00 = R\$ 60,00

CARROS - 25 X R\$ 40,00 = R\$ 1.000,00

ANEXO EM ANEXO.

Belém-PA, 05 / 06 / 2000

ASSINATURA :

NOME : LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

VALOR BRUTO: R\$ 1.060,00

ISS: R\$ 53,00

RRF: - COMPROVANTE ANEXO

INSS: 11467357485

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
0601	
Fls:	
Doc:	



LICENCIAMENTO DO MÊS DE JUNHO/2000

ARROS

AS: JTT-0065, JTT-0105, JTT-7135, JTT-7145, JTT-7165, JTT-7175, JTT-7185, JTT-7195, JTT-7215, JTT-7225, JTT-7235, JTT-7245, JTT-8215, JTT-8225, JTT-8245, JTT-6835, JTT-8886, JTT-8926, JTT-8966, JTT-9026, JTT-9006, JTT-3316 e JTT-4166.

DTOS

JTT-2224 e JTT-2514

R\$ 40,00 = R\$ 1.000,00

R\$ 30,00 = R\$ 60,00

TOTAL = R\$ 1.060,00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0602
Fls: _____
Doc: 3628

RECIBO



R\$ 880,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, nº 3316/0018-51, sito à Av. Presidente Vargas, 498, na cidade de Belém, como
io, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 880,00
ntos e oitenta reais), referente a serviços prestados com corretagem de veículos, sendo
e) carros e 12 (doze) motos, referente ao mês de **MARÇO/00**.

Belém, 28 / 3 / 2000.

Assinatura: Luiz José de Souza e Silva

Nome: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

Endereço: Rua da Marinha, 36 – Marambaia

CPF: 463.523.332-49

C.I.: 231028-3

Nº INSS 11467357485

bruto 880,00

(5%) 44,00

ISENTO

a pagar 880,00

Recebido 03-03-00

550.2813033-3

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0603	
Fls:	
3628 - 2	
Doc:	

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

27/07/00

NÚMERO

518/2000

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC

463.523.332-49

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA



ÓRGÃO EMITENTE

SCCO/GERAD

DATA EMISSÃO

26/07/2000

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA

411.04.0001-0

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA.

A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO, COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

VALOR BRUTO: R\$ 1.000,00

DESC. ISS (5%): R\$ 50,00

IRRF: ISENÇÃO DE R\$ 90,00 P/ DEPENDENTE (CERT. DE NASCIMENTO ANEXA)

INSC. INSS: 11467357485

VALOR LÍQUIDO

VALOR LÍQUIDO

R\$950,00

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

(5.513)

75250598-2

155 x 230 mm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0604

3628

Doc:



LEILÃO Nº 1/99					
ANEXO ÚNICO - DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS					
LOTE	FABRICANTE	MODELO	ANO FAB	PLACA	LANCE MÍNIMO
1	VOLKSWAGEN	FUSCA	1981	JTL-8683	350,00
2	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1985	JTM-0063	665,39
3	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTM-5250	1.103,85
4	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTE-4391	1.103,85
5	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTL-3751	1.811,54
6	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTE-4701	1.103,85
7	VOLKSWAGEN	K-PICK-UP	1982	JTE-4501	802,00
8	VOLKSWAGEN	KOMBI-STD	1982	JTE-4711	830,50
9	VOLKSWAGEN	KOMBI-STD	1989	JTR-9230	1.811,00
10	VOLKSWAGEN	KOMBI-STD	1989	JTM-5190	1.811,00
11	FIAT	FIORINO	1988	JTM-9455	987,16
12	VOLKSWAGEN	GOL-CL	1987	JTI-1192	1.471,00
13	VOLKSWAGEN	GOL-CL	1991	JTQ-2328	1.520,00
14	VOLKSWAGEN	GOL-FUR	1991	JTM-5210	1.620,00
15	FIAT	FIORINO	1988	JTG-0736	2.048,62
16	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1985	JTK-6503	1.711,54
17	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1986	JTE-4461	1.861,54
18	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1989	JTV-0669	2.061,54
19	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1989	JTL-5941	2.061,54
20	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1989	JTE-4521	2.061,54
21	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1989	JTE-4541	2.061,54
22	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JUP-4770	2.465,39
23	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTM-6460	2.465,39
24	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JUE-8770	2.365,39
25	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTE-4431	2.465,39

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 0605

3628 -
Doc:

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

08/08/00

NUMERO

546/2000

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

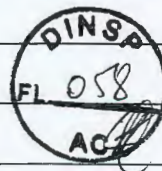
MATRÍCULA

CPF / CGC

463.523.332-49

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA



ÓRGÃO EMITENTE

SCCO/GERAD

DATA EMISSÃO

26/07/2000

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA 11.04.08.0000
411.04.0001-0

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE
VEÍCULOS DA ECT/DR/PA.A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 60,
PARÁGRAFO ÚNICO, COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

VALOR BRUTO: R\$ 980,00

DESC. ISS (5%): R\$ 49,00

IRRF: ISENTO

INSC. INSS: 11467357485

VALOR LÍQUIDO

VALOR LÍQUIDO
R\$931,00

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

NOVECENTOS E TRINTA E UM REAIS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GERIC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

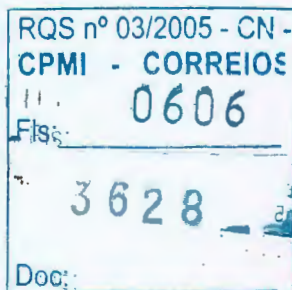
AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

(6.493)

75250588-2

155 x 230 mm





LEILÃO N° 1/99
ANEXO ÚNICO - DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

LOTE	FABRICANTE	MODELO	ANO FAB	PLACA	LANCE MÍNIMO
1	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTR-9290	2.465,39
2	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTM-6420	2.465,39
3	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JUF-3680	2.465,39
4	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JUD-1750	2.465,39
5	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JUP-5080	2.465,39
6	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTE-4451	2.465,39
7	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTL-6961	2.465,39
8	VOLKSWAGEN	KOMBI-FURGÃO	1991	JTE-4421	2.465,39
9	HONDA	CG-125	1985	JTG-5466	191,84
10	HONDA	CG-125	1985	JTP-5928	191,84
11	HONDA	CG-125	1985	JTE-8606	191,84
12	HONDA	CG-125	1986	JTI-1212	180,10
13	HONDA	CG-125	1986	JTI-5012	161,74
14	HONDA	CG-125	1986	JTI-5002	180,10
15	HONDA	CG-125	1989	JTU-4838	323,47
16	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTU-4838	323,47
17	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTK-5866	360,21
18	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTK-5866	360,21
19	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTG-0746	360,21
20	HONDA	CG-125/CARGO	1989	CD-618	286,74
21	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTP-5908	360,21
22	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTP-5938	360,21
23	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTL-0686	305,10
24	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTL-0686	305,10
25	HONDA	CG-125/CARGO	1991	JTM-2749	471,46
26	HONDA	CG-125/CARGO	1991	JTK-7809	471,46
27	HONDA	CG-125/CARGO	1991	JTK-7959	446,97
28	HONDA	CG-125/CARGO	1991	BU-450	446,97
29	HONDA	CG-125/CARGO	1992	JTK-8029	570,41
30	HONDA	CG-125/CARGO	1989	JTL-0706	446,97

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0607
Fls: 3628
Doc:

		CORREIOS		AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO		DATA VENCIMENTO 10/09/2000		NÚMERO 646/2000	
FAVORECIDO									
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA									
MATRÍCULA				CPF / CGC 463.523.332-49					
LOTAÇÃO OU ENDEREÇO									
RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA									
ÓRGÃO EMITENTE 767905/GERAD			DATA EMISSÃO 08/09/2000			ASSINATURA DO EMITENTE PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA			
REG. CONTÁBIL			REGISTRO ORÇAMENTÁRIO						
CONTA 11.04.08.0000			CONTA 2.03.99		PROJETO / ATIVIDADE 03.2.06		RUBRICA		
DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES									
PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, CONFORME RECIBO ANEXO. A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO, COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93. VALOR BRUTO: R\$ 570,00 DESC. ISS (5%): R\$ 28,50 STO: 2818031-3									
VALOR LÍQUIDO R\$541,50				VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS					
E CINQUENTA CENTAVOS									
ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC) CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO					ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL) WALDEMIR FREIRE CARDOSO				
PAGAMENTO EFETUADO EM ☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA							CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO		
Nº DO CHEQUE				AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT AC/CENTRAL/DR/PA					
DATA PAGAMENTO				ASSINATURA DO FAVORECIDO					
DOC. IDENTIFICAÇÃO				AUTENTICAÇÃO / CARIMBO (8.013)					
ÓRGÃO EXPEDIDOR									

75250589-2

155 x 230 mm

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS	
FIS:	0608
	3628
Doc:	



RECIBO

R\$ 570,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 570,00 (QUINHENTOS E SETENTA REAIS) referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, sendo 19 (DEZENOVE) MOTOS. referente ao mês de SETEMBRO/00.

- MOTOS - 19 X R\$ 30,00 = R\$ 570,00
RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ - 570,00

DESC. ISS (5%) : R\$ - 28,50

DESC. IRRF : ISENTO

Valor Líquido - R\$ 541,50

Belém-PA, 14 19 2000

ASSINATURA : *Luiz José Souza e Silva*

NOME : LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

Veue: 11.9.00

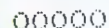
STO: 2818031-3





RELAÇÃO DE MOTOS	
01 - JUB-5858 ✓	11 - JUB-6028 ✓
02 - JUB-5868 ✓	12 - JUB -6018 ✓
03 -JUB-5878 ✓	13 - JUB-5998 ✓
04 -JUB-5888 ✓	14 - JUB-5988 ✓
05 -JUB-6088 ✓	15 - JUB-5978 ✓
06 -JUB-6078 ✓	16 - JUB-5968 ✓
07- JUB-6068 ✓	17 - JUB-5958 ✓
08- JUB-6058 ✓	18 - JUB-5918 ✓
09- JUB-6048 ✓	19 - JUB-5898 ✓
10 - JUB-6038 ✓	

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0610
3628
Doc: _____



DT16V05 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.08.2000
VALIDADE 11.08.2000

CTPAM

DT0781

CLASSE: RECOLHIMENTO Nº 0037034600

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5918, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

SERVIÇO E MULTA				VALOR
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO				62,78
LICENCIAMENTO ANUAL				*****
SEGURO OBRIGATORIO -- DPVAT				93,38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000				28,00
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
	X	X		X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº		X		X
VIA USUARIO	TOTAL GERAL			184,16

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

3628

Fis: 0617

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



SF15V00 MLPA/MI03 EMISSAO 09.08.2000
VAL LOADE 11.08.2000

DT0926 3

0037014765

EMPRESA/BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5958-MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

[illegible]

TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.08.2000
VALIDADE 11.08.2000

00000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0037000110

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS			
JUB5968.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO,A			
SERVIÇO E MULTA		VALOR	
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO		62,78	
LICENCIAMENTO ANUAL		*****	
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT		93,38	
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000		28,00	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒ ☒ ☒		☒ ☒ ☒	
☒			



SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.05.2000
VAL IDADE 11.08.2000

DTC936

0036964131

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUBS988.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVIÇO E MULTA

VALOR

62,78

ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO

LICENCIAMENTO ANUAL

93,38

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT

28,00

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

184,16

184,16

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

VIA USUARIO

INFRACOES DE TRANSITO Nº

INFRACOES DE TRANSITO Nº

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAD 09.08.2000
VALIDADE 11.08.2000

00000

DT0936

0036962007

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB6038, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CB 125 CARGO, A

SERVIÇO E MULTA	VALOR
ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO	62,78
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93,38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000	28,00
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº	X
VIA USUARIO	TOTAL GERAL 184,16

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ROS Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0615
3628

SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAD 09.08.20
VALIDADE 11.08.20

00000

DT0936

0036962511

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB6048, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CB 125 CARGO, A

SERVIÇO E MULTA	VALOR
ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO	62,78
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93,38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000	28,00
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
X X	X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº	X
VIA USUARIO	TOTAL GERAL 184,16

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

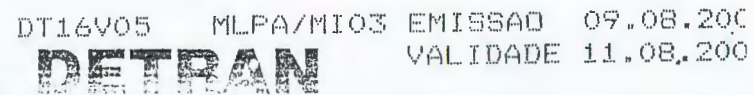


RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Folha: 0616
Doc: 3628

FL 068
AC

3028

QINSB
070
FL
AC



DT0781

0037035177

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5898.MOTOCICLETA,1999,HONDA/CG 125 CARGO,A

[illegible]

ALIMENTAÇÃO MECÂNICA



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 11, CORREIOS
Fls: _____
3628
Doc: _____

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DF/COPY/SUTRA/GEOPE/PA-0025/2000

Belém-PA, 20 de junho de 2000



DCU

Prezada Senhora;

Anexo, encaminhamos a V.S^a relação dos Veículos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que foram Alienados / Vendidos. Desejamos que esse conceituado Departamento de Trânsito, proceda a "Baixa de Reserva" para fins de multas de Infrações de Trânsito e Acidentes, na esfera Estadual e Federal.

Antecipamos nossos agradecimentos, apresentamos a V.S^a protestos de elevada estima e consideração.


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
Diretor Regional da ECT/PA/AP

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO, ACTIPA

Ilma. Sra.

ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA

ID. Diretora Superintendente do DETRAN
Estrada do Murutucum, s/n - Marco
CEP- 66.610-120 - Belém-PA

PROTOCOLO GERAL	
Governo do Estado do Pará	
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Pará	
Nº: 2000 / 144784	
18.07.2000	

19.07.00

Raimundo

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0621
Fls: -
3628
Doc: -

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

29/08/00

NÚMERO

600/2000

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC

463.523.332-49

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

ÓRGÃO EMITENTE

767905/GERAD

DATA EMISSÃO

28/08/2000

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA

411.04.08.0000

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.07

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE
VEÍCULOS DA ECT/DR/PA.

A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 60
PARÁGRAFO ÚNICO, COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

VALOR BRUTO: R\$ 1.030,00**DESC. ISS (5%): R\$ 51,50****DESC. IRRF: R\$ 6,00 (DESCONTO DE 90,00 P/ DEPENDENTE, C.
RESPALDO NA LEI 9.532/97, ART. 21)**

VALOR LÍQUIDO

VALOR LÍQUIDO

R\$972,50

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E**CINQUENTA CENTAVOS**

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GÉREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIENTE

28300017**000537 30082000 972.50 017****(7.523)**

75250588-2

155 x 230 mm





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CH/SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS/GERAD/PA

FAX.: 211-3053

AO: CH/SEÇÃO DE CONTAS A PAGAR/GECOF/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA- 0377/2000

Ref.:

PROTOCOLO

Assunto: Estorno.

Belém/PA, 20 de setembro de 2000.

Tendo em vista que a AP-GERAD-600/00, no valor de R\$ 1.030,00 (Um mil e trinta reais), foi classificada indevidamente na Atividade/Conta - 03.2.07/2.03.99, solicito a V.S^a. efetuar estorno total e posterior registro na Atividade/Conta - 03.2.06/2.03.99.

Atenciosamente,

MARCELO GOMES PINHEIRO
CH/SCCO/GERAD/PA.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0623
Fls. 3628 - 38
Doc: _____

RECIBO



R\$ 1.000,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS) referente a serviços prestados com BAIXA DE VEÍCULOS sendo 25 (VINTE E CINCO) CARROS, referente ao mês de JULHO/00.

- CARROS = 25 X R\$ 40,00 = R\$ 1.000,00

Belém-PA, 25 / 7 / 2000

ASSINATURA: Luiz José de Souza e Silva

NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

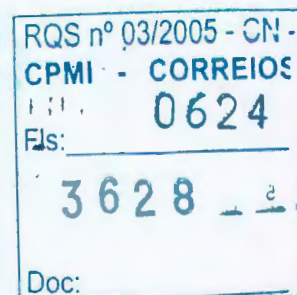
Nº IDENTIDADE: 231028-3

Insc. ENSS = 11467357485

Valor Bruto = R\$ 1.000,00

Desc ISS (5%) = R\$ 50,00

Valor Líquido = R\$ 950,00





RECIBO

R\$ 980,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS/DR/PA., CGC: 34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas, 498, na cidade de Belém/PA., como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), referente a serviços prestados com BAIXA DE VEÍCULOS, sendo 8 (oito) carros e 22 (vinte e duas) motos, referente ao mês de AGOSTO/00.

- CARROS = 08 x R\$ 40,00 = R\$ 320,00
- MOTOS = 22 x R\$ 30,00 = R\$ 660,00

TOTAL GERAL = R\$ 980,00

Belém/PA., 21/8/2000

Assinatura: _____

Nome: LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

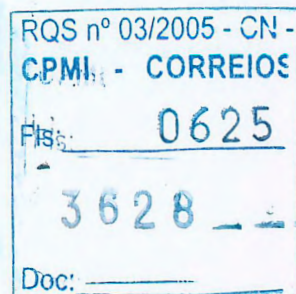
Endereço: Rua da Marinha, 36 - Marambaia

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº Identidade: 231028-3

Insc. INSS: 11467357485

Desc. ISS: R\$ 49,00



**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

24/11/00

NÚMERO

860/00

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC

463.523.332-49



LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

ÓRGÃO EMITENTE

SCCO/GERAD

DATA EMISSÃO

23/11/00

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA

411.04.0001-0

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO D
VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, CONFORME CONTRATO Nº.

A REFERIDA CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NO ART. 6.
PARÁGRAFO ÚNICO, COMBINADO COM O ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

VALOR BRUTO: R\$ 900,00 (novecentos reais)**DESC. ISS (5%): R\$ 45,00****INSC. INSS: 11467357485**

VALOR LÍQUIDO

R\$855,00

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GEREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

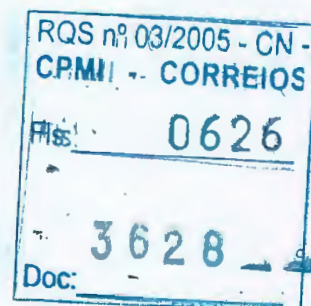
DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250588-2

155 x 230 mm



5700,00

940

660

$$23 \times 40 = 920$$

$$22 \times 30 = 660$$

1.580

Fazer AS

Valor Total

$$6.400,00 \rightarrow 25\% = 1.600,00$$

8.000,00

04/11/99 - 1060,00

08/12/99 - 1550,00

30/12/99 - 640,00

26/01/00 - 430,00

02/00 - 1.560,00

31/03/00 - 880,00

6.120,00

810

6.930,00

lacta 280,00



Sai 600
1850

saldo em 29/03/00

4.220,00

6400,00

Resumo

4.220,00 (saldo em 29/03/00)

810,00 (receio em 11/04/00)

→ 3.460,00

1.580,00 AF - 15600

5.040,00

SALDO "ESTORNO"

3.990,00

1.050

6.400 11 AF

5346 03/2005 - CN -

7PM C CORRIGES

6.930 PAGO

1.050 SALDO

3028

Doc



125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66 -
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	418,47
125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	418,47
139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42

~~10 CARROS x 30,00 = 300,00~~
~~10 CARROS x 40,00 = 400,00~~

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0628
3628 - a	
Doc:	

139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42
139695605	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
139695605	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42
139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42
139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42
139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42
139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
125531583	15/05/2001	JTZ3463	SPRINTER99	518,08
125531583	15/05/2001	JTZ3463	SPRINTER99	518,08
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
TOTAL				24861,6

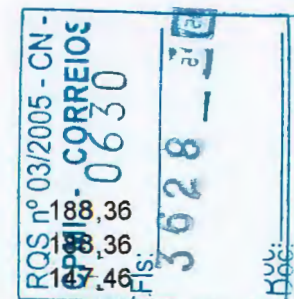


RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0629
3628	
Doc:	



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

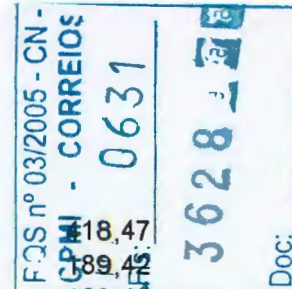
Nº GR	EMISSION	PLACA	TIPO	VALOR
59343117	23/11/2000	JTB2040	VW1450 - 92	404,21
59346728	27/11/2000	JTB4670	VW14150 92	404,21
101806302	15/01/2001	JTE4481	CUSTOM 92	499,4
110120647	05/03/2001	JTF6593	MOTO - 99	182,42
107120976	19/02/2001	JTI9212	VW11140 91	375,83
125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
113366841	16/03/2001	JTJ2693	FUSCA - 82	266,36
119454190	17/04/2001	JTJ2713	VW 7110	147,46
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
113366680	16/03/2001	JTK3917	FUSCA - 81	266,36
47733225	09/10/2000	JTK7789	KOMBI - 92	263,4
47733306	09/10/2000	JTK7799	KOMBI - 92	258,4
47732253	09/10/2000	JTK7819	KOMBI - 92	258,4
47733730	09/10/2000	JTK7839	KOMBI - 92	251,4
47616938	06/10/2000	JTK7849	KOMBI - 92	258,4
47731605	09/10/2000	JTK7909	KOMBI - 92	263,4
47732687	09/10/2000	JTK7949	KOMBI - 92	263,4
47732920	09/10/2000	JTK8009	KOMBI - 92	258,4
113365284	16/03/2001	JTM5120	MOTO - 88	308,12
52605663	01/11/2000	JTM5400	KOMBI - 89	114,4
113365446	16/03/2001	JTM6490	MOTO - 88	308,12
58827889	23/11/2000	JTN2160	VW7110S 91	320,21
106664433	15/02/2001	JTN6823	KOMBI - 96	454,16
106664948	15/02/2001	JTN6893	KOMBI - 96	326,47
106663976	15/02/2001	JTN6903	KOMBI - 96	326,47
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
145678571	10/08/2001	JTP0547	UNO - 96	300,66
145679209	10/08/2001	JTP0557	UNO - 96	300,66
145681793	10/08/2001	JTP0617	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66
145680398	10/08/2001	JTP0647	UNO - 96	300,66
125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
125532393	15/05/2001	JTJ0792	608 - 83	188,36
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
125531400	15/05/2001	JTJ3263	VW14140 89	147,46
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
140439552	19/07/2001	JTP0517	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140441379	19/07/2001	JTP0627	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66
140442855	19/07/2001	JTP0637	UNO - 96	300,66
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	418,47





GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR					
101807104	15/01/2001	JTP3171	KOMBI - 97	544,93	125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	189,42
101804008	15/01/2001	JTP3191	KOMBI - 97	353,4	139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
101805241	15/01/2001	JTS7031	SANTANA98	542,4	139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
101807538	15/01/2001	JTS7041	KOMBI - 98	391,4	139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
101805837	15/01/2001	JTS7051	KOMBI - 98	391,4	139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67	140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
135976987	03/07/2001	JTT0065	KOMBI - 98	419,67	140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
129361038	01/06/2001	JTT0105	KOMBI - 98	395,66	139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
132295083	18/06/2001	JTT0105	TAXAS	5,68	139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
116292741	30/03/2001	JTT1454	MOTO - 98	186,42	139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
122800974	03/05/2001	JTT1454	TAXAS	5,68	139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
128885599	30/05/2001	JTT1454	MOTO - 98	67,05	139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
116229543	30/03/2001	JTT1504	MOTO - 98	186,42	139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
122794559	03/05/2001	JTT1504	TAXAS	5,68	139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42
116234466	30/03/2001	JTT1514	MOTO - 98	186,42	139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42
122804295	03/05/2001	JTT1514	TAXAS	5,68	139694633	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
116228814	30/03/2001	JTT1544	MOTO - 98	186,42	139695605	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
122804619	03/05/2001	JTT1544	TAXAS	5,68	139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
116294957	30/03/2001	JTT1564	MOTO - 98	186,42	139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
122793820	03/05/2001	JTT1564	TAXAS	5,68	139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
128871296	30/05/2001	JTT1564	MOTO - 98	67,05	139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
132290103	18/06/2001	JTT1564	TAXAS	5,68	139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
116294604	30/03/2001	JTT1584	MOTO - 98	186,42	139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
122792262	03/05/2001	JTT1584	TAXAS	5,68	139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
128878380	30/05/2001	JTT1584	MOTO - 98	67,05	139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
132287064	18/06/2001	JTT1584	TAXAS	5,68	139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
116295503	30/03/2001	JTT1594	MOTO - 98	186,42	139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
122792858	03/05/2001	JTT1594	TAXAS	5,68	139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
128872691	30/05/2001	JTT1594	MOTO - 98	67,05	139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
132286688	18/06/2001	JTT1594	TAXAS	5,68	139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
119418479	17/04/2001	JTT1654	MOTO - 98	186,42	139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
128873400	30/05/2001	JTT1654	MOTO - 98	67,05	139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
116232170	30/03/2001	JTT1704	MOTO - 98	186,42	139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
122796098	03/05/2001	JTT1704	TAXAS	5,68	139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42
116731508	30/03/2001	JTT1724	MOTO - 98	186,42	139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42
122804880	03/05/2001	JTT1724	TAXAS	5,68	139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42
116235195	30/03/2001	JTT1734	MOTO - 98	186,42	139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42

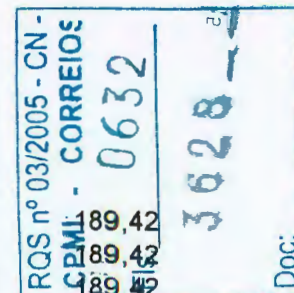




GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
122802322	03/05/2001	JTT1734	TAXAS	5,68
128879351	30/05/2001	JTT1734	MOTO - 98	67,05
116295171	30/03/2001	JTT1754	MOTO - 98	186,42
122804376	03/05/2001	JTT1754	TAXAS	5,68
132282186	18/06/2001	JTT1754	TAXAS	5,68
116234032	30/03/2001	JTT1804	MOTO - 98	186,42
122806077	03/05/2001	JTT1804	TAXAS	5,68
119418126	17/04/2001	JTT1854	MOTO - 98	186,42
128880287	30/05/2001	JTT1854	MOTO - 98	67,05
119416778	17/04/2001	JTT1924	MOTO - 98	186,42
132288460	18/06/2001	JTT1924	TAXAS	5,68
132276615	18/06/2001	JTT1954	TAXAS	5,68
116294442	30/03/2001	JTT2284	MOTO - 98	186,42
122797906	03/05/2001	JTT2284	TAXAS	5,68
128872187	30/05/2001	JTT2284	MOTO - 98	67,05
132278740	18/06/2001	JTT2284	TAXAS	5,68
128890673	30/05/2001	JTT2294	AGRALE - 98	382,47
132290952	18/06/2001	JTT2294	TAXAS	5,68
128896523	30/05/2001	JTT2304	AGRALE - 98	411,05
132298694	18/06/2001	JTT2304	TAXAS	5,68
116230207	30/03/2001	JTT2314	MOTO - 98	186,42
122805500	03/05/2001	JTT2314	TAXAS	5,68
116230711	30/03/2001	JTT2324	MOTO - 98	186,42
122792343	03/05/2001	JTT2324	TAXAS	5,68
116293128	30/03/2001	JTT2354	MOTO - 98	186,42
122791967	03/05/2001	JTT2354	TAXAS	5,68
128886722	30/05/2001	JTT2354	MOTO - 98	67,05
1322048??	18/06/2001	JTT2354	TAXAS	5,68
116294280	30/03/2001	JTT2474	MOTO - 98	186,42
122802675	03/05/2001	JTT2474	TAXAS	5,68
128880953	30/05/2001	JTT2474	MOTO - 98	67,05
132275805	18/06/2001	JTT2474	TAXAS	5,68
116228300	30/03/2001	JTT2504	MOTO - 98	186,42
122803213	03/05/2001	JTT2504	TAXAS	5,68
116294108	30/03/2001	JTT2564	MOTO - 98	186,42
122801270	03/05/2001	JTT2564	TAXAS	5,68
128885831	30/05/2001	JTT2564	MOTO - 98	67,05

139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
125531583	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
125531583	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
TOTAL				24482,76





GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
47731109	09/10/2000	JTV0209	KOMBI - 92	258,4
102700273	22/01/2001	JTV0901	FORD141599	597,85
153848960	21/09/2001	JTW2498	F. 1415 98	562,83
139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
139697225	16/07/2001	JTW4527	MOTO - 99	189,42
139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
139724648	16/07/2001	JTW4537	MOTO - 99	189,42
140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
140440216	19/07/2001	JTW4547	MOTO - 99	189,42
139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
139702750	16/07/2001	JTW4557	MOTO - 99	189,42
139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
139706313	16/07/2001	JTW4567	MOTO - 99	189,42
139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
139705694	16/07/2001	JTW4577	MOTO - 99	189,42
139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42
139702326	16/07/2001	JTW4587	MOTO - 99	189,42
139702326	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
139702326	16/07/2001	JTW4597	MOTO - 99	189,42
139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
139696334	16/07/2001	JTW4607	MOTO - 99	189,42
139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
139700897	16/07/2001	JTW4617	MOTO - 99	189,42
139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
139708529	16/07/2001	JTW4627	MOTO - 99	189,42
139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
139699945	16/07/2001	JTW4637	MOTO - 99	189,42
139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
139707980	16/07/2001	JTW4657	MOTO - 99	189,42
139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
139709762	16/07/2001	JTW4677	MOTO - 99	189,42
139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
139692509	16/07/2001	JTW4687	MOTO - 99	189,42
139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
139704108	16/07/2001	JTW4697	MOTO - 99	189,42
139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42
139709339	16/07/2001	JTW4707	MOTO - 99	189,42

RQS nº 03/2005 - CN -	3628
CPMI - CORREIOS	Doc:
0633	
Fis:	



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

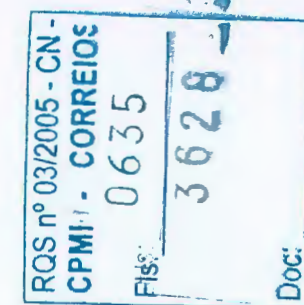
Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
139695605	16/07/2001	JTW4717	MOTO - 99	189,42
139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42
139705260	16/07/2001	JTW4727	MOTO - 99	189,42
139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139699198	16/07/2001	JTW4737	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139696768	16/07/2001	JTW4757	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139693742	16/07/2001	JTW4767	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
139704612	16/07/2001	JTW4777	MOTO - 99	189,42
153837845	21/09/2001	JTW6578	TRAFIC 98	498,47
151797960	06/09/2001	JTW6628	TRAFIC 98	498,47
153835630	21/09/2001	JTW6658	TRAFIC 98	498,47
153855312	21/09/2001	JTW6698	TRAFIC 98	498,47
151797617	06/09/2001	JTW6708	TRAFIC 98	498,47
151797889	06/09/2001	JTW6718	TRAFIC 98	498,47
151798001	06/09/2001	JTW6738	TRAFIC 98	498,47
153848537	21/09/2001	JTW6758	TRAFIC 98	498,47
116239778	30/03/2001	JTW9684	REBOQUE97	67,05
122795792	03/05/2001	JTW9684	TAXAS	5,68
116231017	30/03/2001	JTW9694	REBOQUE99	67,03
122795105	03/05/2001	JTW9694	TAXAS	5,68
116240601	30/03/2001	JTW9704	REBOQUE99	67,05
122794630	03/05/2001	JTW9704	TAXAS	5,68
119417154	17/04/2001	JTW9714	MOTO - 99	189,42
132387650	18/06/2001	JTW9714	TAXAS	5,68
110109830	05/03/2001	JTY8653	MOTO - 99	247,62
119452227	17/04/2001	JTY8653	TAXAS	5,68
106664514	15/02/2001	JTY8713	UNO - 99	372,66
106664271	15/02/2001	JTY8723	UNO - 99	372,66
106660608	15/02/2001	JTY8743	MOTO - 99	194,42
106663623	15/02/2001	JTY8753	UNO - 99	372,66
110102150	05/03/2001	JTY8763	MOTO - 99	194,42
119438666	17/04/2001	JTY8763	TAXAS	5,68
110117263	05/03/2001	JTY8783	MOTO - 99	194,42
119426730	17/04/2001	JTY8783	TAXAS	5,68

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0634
3628
Doc:



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
119423634	17/04/2001	JTY9093	TAXAS	5,68
139716114	16/07/2001	JTY9103	MOTO - 99	189,42
139716114	16/07/2001	JTY9103	MOTO - 99	348,58
106662490	15/02/2001	JTY9113	MOTO - 99	189,42
106660101	15/02/2001	JTY9143	MOTO - 99	189,42
110100450	05/03/2001	JTY9153	MOTO - 99	194,42
119451840	17/04/2001	JTY9153	TAXAS	5,68
110096240	05/03/2001	JTY9163	MOTO - 99	189,42
119446766	17/04/2001	JTY9163	TAXAS	5,68
110109163	05/03/2001	JTY9173	MOTO - 99	189,42
119447657	17/04/2001	JTY9173	TAXAS	5,68
110117425	05/03/2001	JTY9183	MOTO - 99	189,42
119428946	17/04/2001	JTY9183	TAXAS	5,68
110125959	05/03/2001	JTY9193	MOTO - 99	189,42
119444208	17/04/2001	JTY9193	TAXAS	5,68
106664867	15/02/2001	JTY9203	MOTO - 99	194,42
132294192	18/06/2001	JTZ2754	TAXAS	5,68
119454785	17/04/2001	JTZ3373	SPRINTER99	481,83
116287071	30/03/2001	JTZ3393	SPRINTER99	481,83
122578422	02/05/2001	JTZ3393	TAXAS	5,68
116286423	30/03/2001	JTZ3423	SPRINTER99	481,83
122578937	02/05/2001	JTZ3423	TAXAS	5,68
106661418	15/02/2001	JTZ3433	MOTO - 99	189,42
119436612	17/04/2001	JTZ3433	TAXAS	5,68
116287667	30/03/2001	JTZ3443	SPRINTER99	481,83
122578775	03/05/2001	JTZ3443	TAXAS	5,68
110098889	05/03/2001	JTZ3453	MOTO - 99	189,42
125531583	15/05/2001	JTZ3463	SPRINTER99	518,08
125531583	15/05/2001	JTZ3463	SPRINTER99	518,08
132299402	18/06/2001	JTZ3463	TAXAS	5,68
116288396	30/03/2001	JTZ3473	SPRINTER99	481,83
122579666	02/05/2001	JTZ3473	TAXAS	5,68
17614560	06/10/2000	JTZ3559	TRAFIC - 98	453,21
47616261	06/10/2000	JTZ3569	TRAFIC - 98	453,21
47614480	06/10/2000	JTZ3609	TRAFIC - 98	453,21
47617152	06/10/2000	JTZ3679	TRAFIC - 98	453,21
47618809	06/10/2000	JTZ3699	TRAFIC - 98	453,21





GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
47615109	06/10/2000	JTZ3709	TRAFIC - 98	453,21
47614803	06/10/2000	JTZ3749	TRAFIC - 98	453,21
125513178	15/05/2001	JTZ7195	KOMBI - 98	418,47
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
125531079	15/05/2001	JTZ8173	SPRINTER99	518,08
132293625	18/06/2001	JTZ8173	TAXAS	5,68
116287900	30/03/2001	JTZ8183	SPRINTER99	481,83
122579402	02/05/2001	JTZ8183	TAXAS	5,68
47615290	06/10/2000	JUA2209	TRAFIC - 98	453,21
47616695	06/10/2000	JUA2219	TRAFIC - 98	606,43
151797435	06/09/2001	JUA3408	MOTO - 99	189,42
151799407	06/09/2001	JUA3428	MOTO - 99	189,42
151798931	06/09/2001	JUA3438	MOTO - 99	189,42
151798770	06/09/2001	JUA3448	MOTO - 99	189,42
153846755	21/09/2001	JUA3468	MOTO - 99	189,42
153839112	21/09/2001	JUA3498	MOTO - 99	189,42
151799822	06/09/2001	JUA3528	MOTO - 99	189,42
151799075	06/09/2001	JUA3538	MOTO - 99	189,42
151798265	06/09/2001	JUA3548	MOTO - 99	189,42
153834234	21/09/2001	JUA3558	MOTO - 99	189,42
153843730	21/09/2001	JUA3578	MOTO - 99	189,42
153839627	21/09/2001	JUA3598	MOTO - 99	189,42
151799660	06/09/2001	JUA3618	MOTO - 99	189,42
151798699	06/09/2001	JUA3638	MOTO - 99	189,42
151798184	06/09/2001	JUA3648	MOTO - 99	189,42
153835044	21/09/2001	JUA3658	MOTO - 99	189,42
153841605	21/09/2001	JUA3688	MOTO - 99	189,42
151800006	06/09/2001	JUA3718	MOTO - 99	189,42
151798850	06/09/2001	JUA3738	MOTO - 99	189,42
153848022	21/09/2001	JUA3758	MOTO - 99	189,42
153845945	21/09/2001	JUA3768	MOTO - 99	189,42
151799318	06/09/2001	JUB????	MOTO - 99	189,42
151797536	06/09/2001	JUB5808	MOTO - 99	189,42
151799903	06/09/2001	JUB5818	MOTO - 99	189,42
151799???	06/09/2001	JUB5838	MOTO - 99	189,42
36822850	09/08/2000	JUB5858	MOTO - 99	184,16
153862955	21/09/2001	JUB5858	MOTO - 99	189,42

RQS nº 03/2005 - C
CPMI - CORREI
Fls: 0636
3628
Doc: 3



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

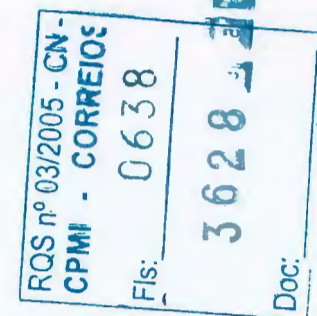
Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
132289270	18/06/2001	JTT2564	TAXAS	5,68
116294523	30/03/2001	JTT2694	MOTO - 98	186,42
122802160	03/05/2001	JTT2694	TAXAS	5,68
128887613	30/05/2001	JTT2694	MOTO - 98	67,05
132281619	18/06/2001	JTT2694	TAXAS	5,68
116232927	30/03/2001	JTT2734	MOTO - 98	186,42
132296721	18/06/2001	JTT2734	TAXAS	5,68
116293470	30/03/2001	JTT2754	MOTO - 98	186,42
122792009	03/05/2001	JTT2754	TAXAS	5,68
128884517	30/05/2001	JTT2754	MOTO - 98	67,05
116292318	30/03/2001	JTT2774	MOTO - 98	186,42
122799941	03/05/2001	JTT2774	TAXAS	5,68
128875950	30/05/2001	JTT2774	MOTO - 98	67,05
132286092	18/06/2001	JTT2774	TAXAS	5,68
116292903	30/03/2001	JTT2794	MOTO - 98	186,42
122791886	03/05/2001	JTT2794	TAXAS	5,68
128881925	30/05/2001	JTT2794	MOTO - 98	67,05
132294516	18/06/2001	JTT2794	TAXAS	5,68
116233494	30/03/2001	JTT2814	MOTO - 98	186,42
132297531	18/06/2001	JTT2814	TAXAS	5,68
116229977	30/03/2001	JTT2824	MOTO - 98	186,42
122792777	03/05/2001	JTT2824	TAXAS	5,68
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964466	03/07/2001	JTT3316	AGRALE 98	521,51
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
135964032	03/07/2001	JTT4166	AGRALE 98	393,83
151817669	10/09/2001	JTT6327	AGRALE 98	462,35
129360490	01/06/2001	JTT7135	KOMBI - 98	395,66
132293110	18/06/2001	JTT7135	TAXAS	5,68
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
125509812	15/05/2001	JTT7145	KOMBI - 98	418,47
132302047	18/06/2001	JTT7145	TAXAS	5,68
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
125511981	15/05/2001	JTT7165	KOMBI - 98	418,47
132300931	18/06/2001	JTT7165	TAXAS	5,68
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47
125511710	15/05/2001	JTT7175	KOMBI - 98	418,47

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 0637
3628
Doc:



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
106663461	15/02/2001	JTY8803	MOTO - 99	194,42
106663038	15/02/2001	JTY8823	MOTO - 99	189,42
106661094	15/02/2001	JTY8833	MOTO - 99	194,42
110128540	05/03/2001	JTY8853	MOTO - 99	189,42
119422824	17/04/2001	JTY8853	TAXAS	5,68
110101774	05/03/2001	JTY8863	MOTO - 99	189,42
119444984	17/04/2001	JTY8863	TAXAS	5,68
110108191	05/03/2001	JTY8873	MOTO - 99	189,42
119438151	17/04/2001	JTY8873	TAXAS	5,68
110114167	05/03/2001	JTY8883	MOTO - 99	189,42
119439123	17/04/2001	JTY8883	TAXAS	5,68
106665758	15/02/2001	JTY8903	MOTO - 99	189,42
106662651	15/02/2001	JTY8913	MOTO - 99	189,42
106659782	15/02/2001	JTY8943	MOTO - 99	194,42
110097483	05/03/2001	JTY8953	MOTO - 99	189,42
119448203	17/04/2001	JTY8953	TAXAS	5,68
110107110	05/03/2001	JTY8963	MOTO - 99	189,42
119448548	17/04/2001	JTY8963	TAXAS	5,68
110112547	05/03/2001	JTY8973	MOTO - 99	189,42
119450283	17/04/2001	JTY8973	TAXAS	5,68
110119045	05/03/2001	JTY8983	MOTO - 99	194,42
119449358	17/04/2001	JTY8983	TAXAS	5,68
110123158	05/03/2001	JTY8993	MOTO - 99	189,42
119440059	17/04/2001	JTY8993	TAXAS	5,68
106663208	15/02/2001	JTY9003	MOTO - 99	189,42
106662228	15/02/2001	JTY9023	MOTO - 99	189,42
106660527	15/02/2001	JTY9033	MOTO - 99	189,42
106659944	15/02/2001	JTY9043	MOTO - 99	194,42
110102827	05/03/2001	JTY9053	MOTO - 99	189,42
119449862	17/04/2001	JTY9053	TAXAS	5,68
110103556	05/03/2001	JTY9063	MOTO - 99	189,42
119448971	17/04/2001	JTY9063	TAXAS	5,68
110110927	05/03/2001	JTY9073	MOTO - 99	194,42
119445956	17/04/2001	JTY9073	TAXAS	5,68
110118073	05/03/2001	JTY9083	MOTO - 99	189,42
119437260	17/04/2001	JTY9083	TAXAS	5,68
110127498	05/03/2001	JTY9093	MOTO - 99	194,42





GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

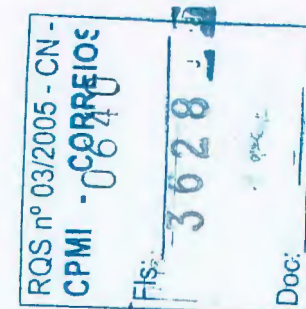
Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
36961540	09/08/2000	JUB5868	MOTO - 99	184,16
153844116	21/09/2001	JUB5868	MOTO - 99	189,42
36956708	09/08/2000	JUB5878	MOTO - 99	184,16
153843225	21/09/2001	JUB5878	MOTO - 99	189,42
36979163	09/08/2000	JUB5888	MOTO - 99	184,16
153841109	21/09/2001	JUB5888	MOTO - 99	189,42
37035177	09/08/2000	JUB5898	MOTO - 99	184,16
122794125	03/05/2001	JUB5898	TAXAS	5,68
153838140	21/09/2001	JUB5898	MOTO - 98	189,42
37034600	09/08/2000	JUB5918	MOTO - 99	184,16
151800260	06/09/2001	JUB5918	MOTO - 99	189,42
151798508	06/09/2001	JUB5928	MOTO - 99	189,42
37014765	09/08/2000	JUB5958	MOTO - 99	184,16
153846402	21/09/2001	JUB5958	MOTO - 99	189,42
37000110	09/08/2000	JUB5968	MOTO - 99	184,16
153845007	21/09/2001	JUB5968	MOTO - 99	189,42
36989207	09/08/2000	JUB5978	MOTO - 99	184,16
153843063	21/09/2001	JUB5978	MOTO - 99	189,42
36964131	09/08/2000	JUB5988	MOTO - 99	184,16
153861126	21/09/2001	JUB5988	MOTO - 99	189,42
36975419	09/08/2000	JUB5998	MOTO - 99	184,16
153837179	21/09/2001	JUB5998	MOTO - 99	189,42
36963160	09/08/2000	JUB6018	MOTO - 99	184,16
151800189	06/09/2001	JUB6018	MOTO - 99	189,42
36963321	09/08/2000	JUB6028	MOTO - 99	184,16
151799???	06/09/2001	JUB6028	MOTO - 99	189,42
36962007	09/08/2000	JUB6038	MOTO - 99	184,16
151799237	06/09/2001	JUB6038	MOTO - 99	189,42
36962511	09/08/2000	JUB6048	MOTO - 99	184,16
151798346	06/09/2001	JUB6048	MOTO - 99	189,42
36961388	09/08/2000	JUB6058	MOTO - 99	184,16
153847301	21/09/2001	JUB6058	MOTO - 99	189,42
36961620	09/08/2000	JUB6068	MOTO - 99	184,16
153844620	21/09/2001	JUB6068	MOTO - 99	189,42
36960578	09/08/2000	JUB6078	MOTO - 99	184,16
153842253	21/09/2001	JUB6078	MOTO - 99	189,42
36960810	09/08/2000	JUB6088	MOTO - 99	184,16

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls: 0639	
Doc: 3628	



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
153840129	21/09/2001	JUB6088	MOTO - 99	189,42
140540008	19/07/2001	JUC7845	XEROX	5,68
130178969	06/06/2001	JUC7885	SPRINTER00	519,83
130180351	06/06/2001	JUC8095	SPRINTER00	519,83
140539182	19/07/2001	JUC8295	XEROX	5,68
59342064	27/11/2000	JUD1370	MOTO - 99	184,16
113365870	16/03/2001	JUD1740	GOL - 91	425,17
59337222	27/11/2000	JUX3070	TRAFIC - 98	453,21
55231926	09/11/2000	JUX3140	TRAFIC - 98	453,21
59337737	27/11/2000	JUX3170	TRAFIC - 98	453,21
59336331	27/11/2000	JUX3190	TRAFIC - 98	453,21
55232140	09/11/2000	JUX3210	TRAFIC - 98	453,21
52607100	01/11/2000	JUX3220	TRAFIC - 98	453,21
55231764	09/11/2000	JUX3250	TRAFIC - 98	453,21
59336765	27/11/2000	JUX3280	TRAFIC - 98	453,21
59335955	27/11/2000	JUX3290	TRAFIC - 98	453,21
52607607	01/11/2000	JUX3310	TRAFIC - 98	453,21
55225608	09/11/2000	JVD0940	MOTO - 99	184,16
59338628	27/11/2000	JVD0990	MOTO - 99	184,16
55225950	09/11/2000	JVD1040	MOTO - 99	184,16
55230016	09/11/2000	JVD1060	MOTO - 99	184,16
59339519	27/11/2000	JVD1080	MOTO - 99	184,16
52620972	01/11/2000	JVD1100	MOTO - 99	184,16
52612104	01/11/2000	JVD1120	MOTO - 99	184,16
55226507	09/11/2000	JVD1140	MOTO - 99	184,16
59342730	27/11/2000	JVD1170	MOTO - 99	184,16
52611639	01/11/2000	JVD1220	MOTO - 99	184,16
55228976	09/11/2000	JVD1250	MOTO - 99	184,16
55225284	09/11/2000	JVD1340	MOTO - 99	184,16
55229190	09/11/2000	JVD1350	MOTO - 99	184,16
55231179	09/11/2000	JVD1360	MOTO - 99	184,16
59339276	27/11/2000	JVD1380	MOTO - 99	184,16
55225365	09/11/2000	JVD1440	MOTO - 99	184,16
55229514	09/11/2000	JVD1450	MOTO - 99	184,16
55230954	09/11/2000	JVD1460	MOTO - 99	184,16
59341505	27/11/2000	JVD1470	MOTO - 99	184,16
52618307	01/11/2000	JVE7910	MOTO - 99	191,16





GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
59342307	27/11/2000	JVE7970	MOTO - 99	184,16
52608921	01/11/2000	JVE8030	MOTO - 99	191,16
55226922	09/11/2000	JVE8040	MOTO - 99	191,16
55227732	09/11/2000	JVE8050	MOTO - 99	191,16
55230369	09/11/2000	JVE8060	MOTO - 99	184,16
59338032	27/11/2000	JVE8090	MOTO - 99	184,16
52606473	01/11/2000	JVE8100	MOTO - 99	191,16
52613500	01/11/2000	JVE8120	MOTO - 99	184,16
52609731	01/11/2000	JVE8130	MOTO - 99	184,16
55227309	09/11/2000	JVE8140	MOTO - 99	184,16
55228895	09/11/2000	JVE8150	MOTO - 99	184,16
55231330	09/11/2000	JVE8160	MOTO - 99	184,16
59334207	27/11/2000	JVE8170	MOTO - 99	184,16
59338970	27/11/2000	JVE8190	MOTO - 99	184,16
52619966	01/11/2000	JVE8200	MOTO - 99	184,16
52615898	01/11/2000	JVE8210	MOTO - 99	191,16
52615111	01/11/2000	JVE8220	MOTO - 99	184,16
55224717	09/11/2000	JVE8240	MOTO - 99	184,16
55230520	09/11/2000	JVE8260	MOTO - 99	184,16
59340959	27/11/2000	JVE8270	MOTO - 99	184,16
52618994	01/11/2000	JWC2800	MOTO - 99	184,16
55227490	09/11/2000	JWC2850	MOTO - 99	184,16
59333901	27/11/2000	JWC2870	MOTO - 99	184,16
59339861	27/11/2000	JWC2880	MOTO - 99	184,16
52616274	01/11/2000	JWC2910	MOTO - 99	184,16
52610233	01/11/2000	JWC2920	MOTO - 99	184,16
52608417	01/11/2000	JWC2930	MOTO - 99	184,16
55225446	09/11/2000	JWC2940	MOTO - 99	184,16
55229786	09/11/2000	JWC2960	MOTO - 99	184,16
59340525	27/11/2000	JWC2980	MOTO - 99	184,16
52621278	01/11/2000	JWD1400	MOTO - 99	184,16
52612872	01/11/2000	JWD1420	MOTO - 99	184,16
55227570	09/11/2000	JWD1450	MOTO - 99	184,16
59334711	27/11/2000	JWD1470	MOTO - 99	184,16
52617165	01/11/2000	JWD1510	MOTO - 99	184,16
52614816	01/11/2000	JWD1520	MOTO - 99	184,16
55225012	09/11/2000	JWD1540	MOTO - 99	184,16

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls: 0641	
3628	Doc:



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMIÇÃO	PLACA	TIPO	VALOR
55232655	09/11/2000	JWD1560	MOTO - 99	184,16
59340100	27/11/2000	JWD1580	MOTO - 99	184,16
52617670	01/11/2000	JWD1610	MOTO - 99	184,16
52610829	01/11/2000	JWD1620	MOTO - 99	184,16
55226418	09/11/2000	JWD1640	MOTO - 99	184,16
116028645	29/03/2001	XEROX	JUB6048	5,68
116028998	29/03/2001	XEROX	JTW4687	5,68
116029293	29/03/2001	XEROX	JTW 4527	5,68
116030038	29/03/2001	XEROX	JTW4707	5,68
116030208	29/03/2001	XEROX	JVD1100	5,68

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: 0642
3628 -
Doc:



GUIA DE RECOLHIMENTO - DETRAN
PAGAMENTOS EFETUADOS PELA DR/PA

Nº GR	EMISSÃO	PLACA	TIPO	VALOR
132297965	18/06/2001	JTT7175	TAXAS	5,68
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
125512104	15/05/2001	JTT7185	KOMBI - 98	418,47
132300427	18/06/2001	JTT7185	TAXAS	5,68
125513178	15/05/2001	JTT7195	KOMBI - 98	418,47
132299909	18/06/2001	JTT7195	TAXAS	5,68
132537940	18/06/2001	JTT7205	KOMBI - 98	395,66
140537058	19/07/2001	JTT7205	XEROX	5,68
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
125512600	15/05/2001	JTT7215	KOMBI - 98	418,47
132301822	18/06/2001	JTT7215	TAXAS	5,68
132537001	18/06/2001	JTT7225	TAXAS	5,68
140537996	19/07/2001	JTT7225	XEROX	5,68
129358169	01/06/2001	JTT7235	KOMBI - 98	395,66
132292149	18/06/2001	JTT7235	TAXAS	5,68
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
125512368	15/05/2001	JTT7245	KOMBI - 98	418,47
132302209	18/06/2001	JTT7245	TAXAS	5,68
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
139711236	16/07/2001	JTT8886	MOTO - 99	349,47
140540865	19/07/2001	JTT8926	XEROX	5,68
139723757	16/07/2001	JTT8966	MOTO - 99	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
139714090	16/07/2001	JTT8996	FIORINO 98	349,47
140538534	19/07/2001	JTT9006	XEROX	5,68
133058670	20/06/2001	JTT9026	FIORINO 98	348,47
140534628	19/07/2001	JTT9026	XEROX	5,68
132310228	18/06/2001	JTU3215	TAXAS	5,68
132291509	18/06/2001	JTU3263	TAXAS	5,68
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125521944	15/05/2001	JTU8215	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
125522320	15/05/2001	JTU8225	KOMBI - 98	418,47
132301407	18/06/2001	JTU8225	TAXAS	5,68
125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	418,47
125510152	15/05/2001	JTU8245	KOMBI - 98	418,47
132300770	18/06/2001	JTU8245	TAXAS	5,68

RQS nº 03/2005 - QN:-
CPMI - CORREIOS
Fls: 0643
Doc: 3628

Jorge Afonso Mendes Ferreira

De: Antonio Jose Menezes Vieira
Enviado em: Terça, 2 de Outubro de 2001 08:27
Para: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Assunto: ENC: Contrato licenciamento de veiculos



Jorge,
Conhecer e proceder de acordo com orientação do sr. Diretor Regional.
Vieira

----- Mensagem original -----

De: Agostinho Andersen Trindade
Enviada em: segunda-feira, 1 de outubro de 2001 09:40
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Antonio Jose Menezes Vieira
Assunto: RES: Contrato licenciamento de veiculos

Vieira,

Concordo com o Roberto emitir o distrato.

Agostinho Andersen Trindade

Diretor Regional/ECT/DR/PA

Fone : (91) 211-3001

(91) 9987-6292

FAX : (91) 211-3090

E-mail : agostinhoat@correios.com.br

----- Mensagem original -----

De: Roberto Magalhães Pereira
Enviada em: sábado, 29 de setembro de 2001 09:11
Para: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro; Agostinho Andersen Trindade
Assunto: ENC: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Senhores,
Considerando a absoluta falta de parecer daqueles que lidam diretamente com o contratado, nascimento e André Mauricio, emito o parecer contrário a renovação do contrato face a falta de qualidade dos serviços prestados.

Vamos fazer o serviços com nosso empregados e se reavaliarmos a necessidade futura de contratação de empresa para a realização desses serviços o faremos com pessoa jurídica com direito e obrigações. é o nosso parecer.

Att.

Roberto Magalhães Pereira

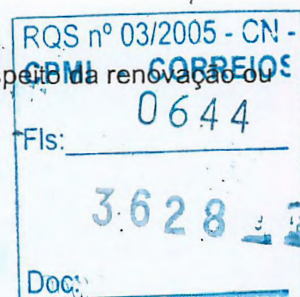
Gerente de Operações/DR/PA

----- Mensagem original -----

De: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Enviada em: sexta-feira, 28 de setembro de 2001 11:57
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro
Assunto: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Bom dia, Roberto.

Estamos reiterando e-mail, o qual solicita a manifestação desta area a respeito da renovação do



Jorge Afonso Mendes Ferreira

De: Antonio Jose Menezes Vieira
Enviado em: Terça, 2 de Outubro de 2001 08:27
Para: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Assunto: ENC: Contrato licenciamento de veiculos



Jorge,
Conhecer e proceder de acordo com orientação do sr. Diretor Regional.
Vieira

----- Mensagem original -----

De: Agostinho Andersen Trindade
Enviada em: segunda-feira, 1 de outubro de 2001 09:40
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Antonio Jose Menezes Vieira
Assunto: RES: Contrato licenciamento de veiculos

Vieira,

Concordo com o Roberto emitir o distrato.

Agostinho Andersen Trindade

Diretor Regional/ECT/DR/PA

Fone : (91) 211-3001

(91) 9987-6292

FAX : (91) 211-3090

E-mail : agostinhoat@correios.com.br

----- Mensagem original -----

De: Roberto Magalhães Pereira
Enviada em: sábado, 29 de setembro de 2001 09:11
Para: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro; Agostinho Andersen Trindade
Assunto: ENC: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Senhores,
Considerando a absoluta falta de parecer daqueles que lidam diretamente com o contratado, nascimento e André Mauricio, emito o parecer contrário a renovação do contrato face a falta de qualidade dos serviços prestados.

Vamos fazer o serviços com nosso empregados e se reavaliarmos a necessidade futura de contratação de empresa para a realização desses serviços o faremos com pessoa jurídica com direito e obrigações. é o nosso parecer.

Att.

Roberto Magalhães Pereira

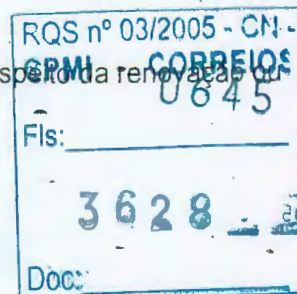
Gerente de Operações/DR/PA

----- Mensagem original -----

De: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Enviada em: sexta-feira, 28 de setembro de 2001 11:57
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro
Assunto: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Bom dia, Roberto.

Estamos reiterando e-mail, o qual solicita a manifestação desta area a respeito da renovação do



não do contrato de licenciamento de veículos, para tal aguardamos uma resposta para no máximo HOJE 28/09/01, tendo em vista o vencimento do mesmo para 03/10/01.
Informamos ainda se o contrato não for aditado em tempo hábil o mesmo perderá sua validade.

Atenciosamente.

JORGE AFONSO
SUP/SCCO/GERAD



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - 00046
Fls: _____
3628
Doc: _____

ASSESSORIA JURÍDICA ECT DR/PA		
☒ Contrato	☐ Edital	
☐ Termo Aditivo	☐ Convênio	
☐ Termo de Rescisão	☐	
Nº 0063	Data 21/12	Visto

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem, de um lado a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ, empresa pública federal vinculada ao Ministério das Comunicações, inscrita no CGC sob o nº 34.028.316/0018-51, com sede regional nesta cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Av. Presidente Vargas, 498 – Centro, neste ato representada pelo Diretor Regional, WALDEMIR FREIRE CARDOSO, carteira de identidade nº 896.524 – SSP/PA, CIC nº 031.993.392-05, e pelo Gerente de Administração, PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA, carteira de identidade nº 2.385.339 - SSP/PA, CIC nº 475.804.534-87, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LUIS JOSÉ SOUZA E SILVA, profissional autônomo, CPF nº 463.523.332-49, despachante residente a Rua da Marinha, nº 36- Marambaia, carteira de identidade nº 2310283, denominada simplesmente CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO - Pelo presente instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de licenciamento de motos e veículos da CONTRATANTE, consoante disposições contidas no presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- prestar o apoio à CONTRATADA para o bom desempenho de seus serviços profissionais, fornecendo-lhe na época do licenciamento, todos os documentos das motos e veículos necessários ao licenciamento.
- colocar à disposição da CONTRATADA, seus técnicos da área de transporte para fornecimento de informações julgadas necessárias à prestação dos serviços.
- fornecer à CONTRATADA, com antecedência necessária, documentos, materiais e recursos financeiros necessários para as providências de todos os serviços, objeto do contrato.
- efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.
- efetuar a devida fiscalização dos serviços prestados através da Gerência de Operações, atestando a fatura da Contratada em conformidade com o cronograma de licenciamento dos veículos e motos, bem como, efetuando a conferência e confronto das placas mencionadas na fatura da contratada e as existentes no patrimônio da ECT.



RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI	CORREIOS
Nº 0647	
3628	
Doc:	

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA



- a) conduzir os serviços de licenciamento anual, incluindo vistorias e pagamentos de IPVA
- b) providenciar a selagem de veículos zero Km, incluindo vistorias, cadastro no RENAVAL, registro na SEFA, emissão de boletas, pagamento de IPVA, selagem e outros necessários ao licenciamento dos veículos.
- c) providenciar o pagamento e confecção de placas.
- d) dar baixa de veículos, incluindo Vistorias, laudo do IML Renato Chaves, pagamento de taxas e baixa no DETRAN.
- e) verificar a ocorrência de multas no DETRAN, CTBEL e Polícia Rodoviária Federal, efetuando o pagamento e consulta de multas pagas.
- f) Providenciar a retirada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, de todos os documentos dos veículos e motos necessário a prestação dos serviços
- g) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação vigente, em relação a sua pessoa, o qual não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, uma vez que a CONTRATADA opera como empregadora autônoma;
- h) providenciar seguro contra acidente pessoal, porventura utilizados na prestação dos serviços objeto do presente contrato;
- i) apresentar, por ocasião do faturamento, as guias de recolhimento relativas aos licenciamentos efetuados, objeto da fatura.
- j) indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados a esta, relacionados à prestação dos serviços, em caso de ação ou omissão relativas à execução dos serviços.
- k) apresentar mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando todos os veículos e motos licenciados, separadamente, em ordem crescente de numeração de placa com a indicação da marca dos mesmos, de forma a facilitar o controle dos serviços contratados.
- l) O licenciamento deverá ser efetuado na época prevista no calendário de datas do DETRAN e conforme cronograma de licenciamento de veículos de ECT
- m) Apresentar mensalmente a Contratante relatório informando a situação dos veículos e motos relativamente a multas no DETRAN, CTBEL e Polícia Rodoviária Federal.

①

Handwritten signature

EQS nº 03/2005 - CN -	
CPM	CORREIOS
Fis:	0648
3628	
Doc:	

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Como remuneração dos serviços executados a Contratante pagará à Contratada os valores unitários de R\$ 40,00 e R\$ 30,00 pelo licenciamento de veículos e motos, respectivamente, perfazendo o valor global da contratação em R\$ 11.730,00 (onze mil, setecentos e trinta reais) anual.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Os preços estabelecidos nos parágrafos anteriores são fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente contrato.



CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente recibo no valor dos serviços efetuados no mês anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado no 15º dia após a apresentação do recibo, devendo a CONTRATANTE efetuar os descontos dos valores relativos a ISS e IRRF.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente, entre as datas previstas e a efetiva do pagamento, de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IGP-M ou de seu sucedâneo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a documentação será devolvida ao CONTRATADO e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do respectivo recibo.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, na conta 56702-6, agência 0040 (Banco Itaú)

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato poderá ser alterado, mediante aditivo contratual, nas hipóteses previstas no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

PARÁGRAFO ÚNICO - Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de 02/10/2000 até 01/10/2001, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 48 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

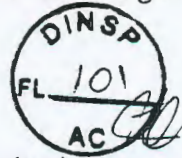
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser rescindido, por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 02 (dois) meses, sem compor perdas e danos, direitos e indenizações, pelas partes contratantes.

0

27

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
0649
Fls: 3628
Doc:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a CONTRATADA se tornar inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidade:



- a) advertência escrita;
- b) multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor anual estimado do contrato;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se discordar da penalidade aplicada, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade que proferiu a decisão, desde que o faça dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão da autoridade competente, acerca do recurso interposto, será definitiva, não mais cabendo revisão no âmbito administrativo.

PARÁGRAFO QUINTO - As infrações porventura cometidas pela CONTRATADA sujeitam-na às seguintes multas:

- a) 1% (um por cento) do valor total estimado do contrato, em caso de infringência de qualquer cláusula contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor das multas aplicadas será recolhido perante o órgão financeiro da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou descontado dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA, se julgar conveniente ou, ainda, recorrer aos meios judiciais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

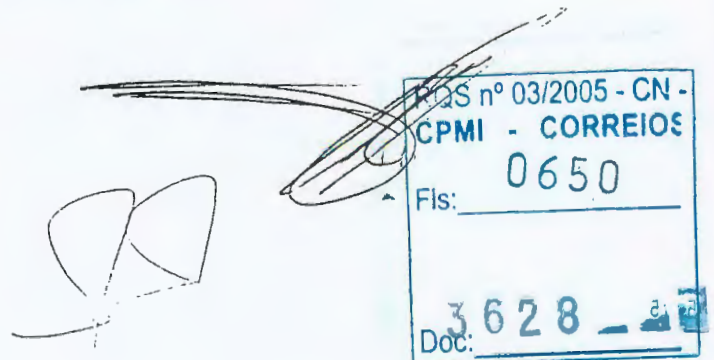
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

ATIVIDADE: 2.03.99

CONTA: 03.02.06

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 341/2000, amparada pela Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Q



CLÁUSULA NONA - DO FORO



Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém, Seção Judiciária do Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias ou dúvidas futuras, que venham a ter as partes contratantes, oriundas do presente instrumento contratual.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam perante duas testemunhas e visam todas as páginas deste contrato, bem como seus anexos, em três vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

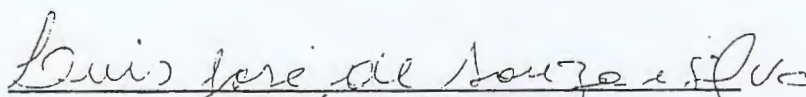
Belém, 02 de Outubro de 2000.



WALDEMIR FREIRE CARDOSO
Diretor Regional
CONTRATANTE

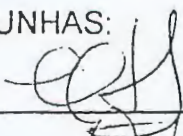
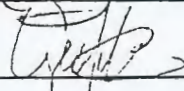


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
Gerente de Administração
CONTRATANTE



LUÍS JOSÉ SOUZA E SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1.  _____
2.  _____

(nome e CÍC)



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0651
Fls: 3628
Doc: _____

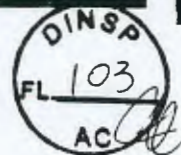
Jorge Afonso

De:
Enviado em:
Para:
Assunto:



CTR - 067/00
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA
SCCO/GERAD/DR/PA

Jorge,
Conhecer e proceder de acordo com orientação do sr. Diretor Regional.
Vieira



----- Mensagem original -----

De: Agostinho Andersen Trindade
Enviada em: segunda-feira, 1 de outubro de 2001 09:40
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Antonio Jose Menezes Vieira
Assunto: RES: Contrato licenciamento de veiculos

Vieira,

Concordo com o Roberto emitir o distrato.

Agostinho Andersen Trindade

Diretor Regional/ECT/DR/PA

Fone : (91) 211-3001

(91) 9987-6292

FAX : (91) 211-3090

E-mail : agostinhoat@correios.com.br

----- Mensagem original -----

De: Roberto Magalhães Pereira
Enviada em: sábado, 29 de setembro de 2001 09:11
Para: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro; Agostinho Andersen Trindade
Assunto: ENC: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Senhores,

Considerando a absoluta falta de parecer daqueles que lidam diretamente com o contratado, nascimento e André Mauricio, emito o parecer contrário a renovação do contrato face a falta de qualidade dos serviços prestados.

Vamos fazer o serviços com nosso empregados e se reavaliarmos a necessidade futura de contratação de empresa para a realização desses serviços o faremos com pessoa jurídica com direito e obrigações. é o nosso parecer.

Att.

Roberto Magalhães Pereira

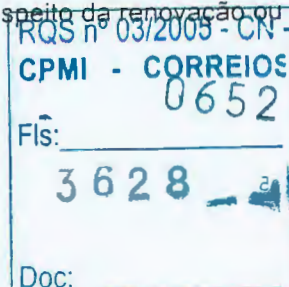
Gerente de Operações/DR/PA

----- Mensagem original -----

De: Jorge Afonso Mendes Ferreira
Enviada em: sexta-feira, 28 de setembro de 2001 11:57
Para: Roberto Magalhães Pereira
Cc: Manoel Oliveira Nascimento; Andre Mauricio Silva de Araujo; Antonio Jose Menezes Vieira; Marcelo Gomes Pinheiro
Assunto: Contrato licenciamento de veiculos
Prioridade: Alta

Bom dia, Roberto.

Estamos reiterando e-mail, o qual solicita a manifestação desta area a respeito da renovação ou



não do contrato de licenciamento de veículos, para tal aguardamos uma resposta para no máximo HOJE 28/09/01, tendo em vista o vencimento do mesmo para 03/10/01.
Informamos ainda se o contrato não for aditado em tempo hábil o mesmo perderá sua validade.

Atenciosamente.

JORGE AFONSO
SUP/SCCO/GERAD



RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	0653
3628	
Doc:	



RECIBO

RS 930,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFO:
CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de
Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância
de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais), referente a serviços prestados com Licenciament
/2001, AO MÊS DE setembro/2001 – sendo 23 motos e 6 carros.

MOTOS – 23 X R\$ 30,00 = R\$ 690,00

CARROS – 6 X R\$ 40,00 = R\$ 240,00

Local e Data, 25 / 9 / 01

ASSINATURA : Luiz José Sousa e Silva

NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

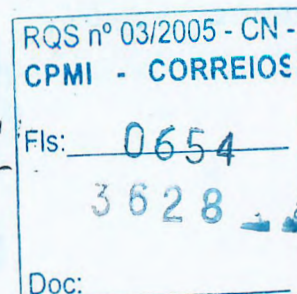
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

VALOR BRUTO	R\$ 930,00
I.R.R.F.	R\$ ISENTO
I.S.S.: 5%	R\$ 46,50
INSC.INSS	11467357485

SEST/SENAT 2,5%	R\$ ISENTO
LIQUIDO A PAGAR	R\$ 883,50





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS JULHO/2001-

MOTO 23 x 30,00 = 690,00

CARROS 6 x 40,00 = 240,00

MOTOS = 23

CARROS = 6

JUB=5898

JTT=6327

JUA=3658

JTT=6698

JUB=5998

JTW=6578

JUA=3998

JTW=6758

JUA=3558

JTW=6658

JUA=3598

JTW=2498

JUB=6088

JUB=5888

JUA=3688

JUB=5978

JUB=5878

JUB=6078

JUA=3578

JUB=5988

JUB=5868

JUB=6068

JUB=5968

JUB=5858

JUA=3768

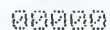
JUA=3468

JUB=6058

JUB=5958

JUA=3758

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0655
Fls: 3628
Doc:



DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 000000000
 DT0915

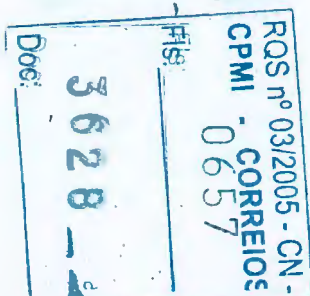
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 01538473001

IMPRESA DEAS, CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB4056, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

BEP01520010921-1022D####189,42CR006DT42
AUTOMATICAÇÃO MECANICA



DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153846755

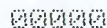
EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUA3466, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

BEP0152001092110220111111189,42CRO0EDT42
AUTENTICAÇÃO MECANICA





DT4J FLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 000000000
 DT0915

0153845945

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELERGAFO
JUA3768.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO..A

BEP01520010921102304####189.42CR0060T42
AUTENTICACAO MECANICA

RQS nº 0312/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 0658
Doc: 3628



DT41 MLFA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 000000000
 DT0915

0153862935

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUR5858, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

BEF015200109211023011111189,42CR006DT42
AUTENTICACAO MECANICA





DT4I MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETTRAN VALIDADE 25.09.2001
SENHA : 000000000
DT0915

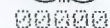
GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº 0153845007

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUR5948.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVICO E MULTA	VALOR
ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO	67,00
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93,38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	29,00
INFRACOES DE TRANSITO N°	X
VIA USUARIO	TOTAL GERAL
	189,38

BEF0152001092110240####189.42CR006DT42
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT41 MLPA/M103 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

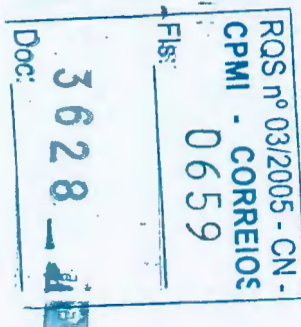
GUIA DE RECOLHIMENTO

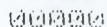
0153944620

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB4068.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

[illegible]

BEF0152001092110240####189,42CROQEDT42
AUTENTICACAO MECANICA





DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 010918

GUIA DE RECOLHIMENTO N° (0153844116)

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5868.NOTOCICLETA,1999,HONDA/CG 125 CARGO,A

[illegible]

BE001520010921102501#189-42CR006DT42

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0660
FIS: _____
3620
Doc: _____



DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

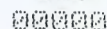
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153861126

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5988.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO..A

SERVIÇO E MULTA			VALOR
ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO			67,04
LICENCIAMENTO ANUAL			111,00
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT			93,36
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001			29,00
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº			X
VIA USUARIO			TOTAL GERAL
			189,40

BEP015200109211025D\$\$\$189,42CR006DT42
AUTUNILACADMECANICA





DIT4E

MLFA/MI03 ENISSAO 21.09.2011

DETRAN

VALIDADE 25.09.2001

SENHA : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0153843730

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO

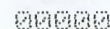
JUA3578.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.

[illegible]

BE00152001092110260####199.42CR006DT42

AUTENTICACÃO MECÂNICA

RAS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 FLS: 0661
 Doc: 3628 - 2



DT41

MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001

DET RAN

VALIDADE 25.09.2001

SENHA : 00000000 32

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153842252

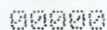
EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB4078, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

SERVICO E MULTA				VALOR	
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO				67,84	
LICENCIAMENTO ANUAL				*****	
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT				93,28	
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001				29,80	
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000	X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº				X	
VIA USUARIO				TOTAL GERAL	
				189,92	

BEP01520010921102601188,42CP006DT42





DETTRAN

SENHA : 0000000000

DTG91.5

01564325

JUE5678, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº 0001 0000 0000 X 0000 0000 0000

VIA USUARIO	TOTAL GERAL	
-------------	-------------	---

139, 42

B5F041520A109211027D111111189,42CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

00000

DETTRAN

SENHA = 000000000000

DT0915

01 5394 3063

JUB5978, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____ X _____

VIA USUARIO	TOTAL GERAL	
-------------	-------------	---

189,42

BEP0152001092110270\$\$\$189,42CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

3628

0662

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS





DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
VALIDADE 25.09.2001
SENHA : 000000000
DT0915

DETRAN

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153841605

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO
JUA3688.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVIÇO E MULTA	VALOR
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO	67.04
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93.38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	29.00
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X

INFRAÇÕES DE TRANSITO N° X X
VIA USUARIO TOTAL GERAL 189.42

BEPO15200109211027D****189.42CR006DT42
AUT. EMISSÃO MI CANICA



DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
VALIDADE 25.09.2001
SENHA : 000000000
DT0915

DETRAN

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153841109

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JUB5888.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVIÇO E MULTA	VALOR
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO	67.04
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93.38
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	29.00
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X
..... X X X	 X

INFRAÇÕES DE TRANSITO N° X X
VIA USUARIO TOTAL GERAL 189.42

BEPO15200109211028D****189.42CR006DT42
AUT. EMISSÃO MI CANICA

Doc: 3028-21
Fis: 0663
RAS n° 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS





00000

DT4I MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001

DETRAN

VALIDADE 25.09.2001

SENHA : 000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0153840129

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB4088.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO..A

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO 67.04

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93.38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 29.00

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X

VIA USUARIO TOTAL GERAL 189.42

BEP015200109211028011111189.42CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



00000

DT4I MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001

DETRAN

VALIDADE 25.09.2001

SENHA : 000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0153839627

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO

JUA3598.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO..A

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO 67.04

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93.38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 29.00

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

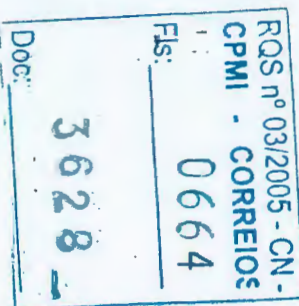
X

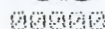
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X

VIA USUARIO TOTAL GERAL 189.42

BEP015200109211028011111189.42CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT41 PLPA/PI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

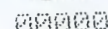
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153834234

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO
JUA3558. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/CG 125 CARGO. A

[illegible]

BEF0152001092110290####189-42CR006DT42
AUTENTICACAO MECANICA

FQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0665
Doc: 3628



DT41 MLPA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153839112

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO
JUA3498, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

BEP015200109211029044842CR006DT42





DETTRAN

VALIDADE 25.09.2021

SENH-A : 0000000000

DT0914

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0153837179

JUN5998.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.

[illegible]

BEF0152001092110300####182,426R0060T42

AUTENTICACAO MECANICA



DET RAN

VALIDADE 25.09.2001

SETHA : 000000000000

DT0915

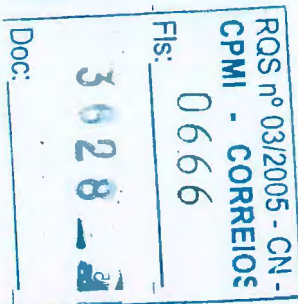
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153835044

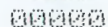
JUA3658.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

[illegible]

REF0152001092110300####189,42CR006DT42

ALLEN-NUCAÇÃO MECÂNICA





DET RAN

VALIDADE 25.09.2001

SENHA : 000000000000

070915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153838140

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS	
JUR5898.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO. A	
SERVICO 1 MULHA	VALOR

ALF. CADASTRAIS/EMPRESA DOCUMENTADA	62,14%
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	93,39%
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	29,00%

[illegible]

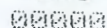
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº	1998 0000 0000	X	0000 0000 0000	X	0000 0000 0000
--------------------------	----------------	---	----------------	---	----------------

VTA USUARIO	TOTAL GERAL	189,42
-------------	-------------	--------

-BEP0152001092110310111111189.42GR006DT42
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RAS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 0667
 Fls.: _____
 Doc. 6628 - 2



DETTRAN

VALIDADE 25.09.2001

SEKHA : 0000000000

DT0913

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153848940

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
 JTW2498.CANINHAO.1998.FORD/CARGO 1415.AMARELA
 SERVIÇO E MULTA VALOR

	VALOR
AL. C. C. OBRIGATORIO 15/100US. DOCUMENTO LIT. PR. LIT. PR. ANUAL VICTORIA	67,04 *****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT -	11,36
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	55,43
	423,00

[illegible]

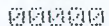
INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR

VIA USUARIO	TOTAL GERAL	
-------------	-------------	--

BER0152001092110090####562-83CR006DT42

ALIMENTAÇÃO MECÂNICA





DETTRAN

SENHA : 0000000000

070915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153835630

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTM6659.CAMIONETA.1998.IPF/REDAULT TRAFIC FOC

6EP015200109211032D\$\$\$498,47GR006DT42
AUTENTICAÇÃO MECANICA

AUTENTICACAO MECANICA



DETTRAN

SENEGAL 000000000000

0123456789

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0153837845

EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
JTM4578, CANIONELO, 1578, IMP/RENAULT TRAFIC FOC

BE00152001092110320444444498,47GR006DT42
AUTENTICAÇÃO MECANICA

AUTENTICACAO MECANICA

RAS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0668
3628
Doc: _____





DT01 PLACA/PLAC EMISSAO 21.07.2011
DETRAN VALIDADE 25.07.2011
 SENHA : 0000000000
 DT0915

01.53854312

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTW6698.CAMIONETA.1998.IMP/RENAULT TRAFIC FOC

[illegible]

BEPO15200109211032044444498,47CR006DT42
AUTENTICACAO MECANICA

AUTENTICACAO MECANICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
FIS: 0669
3628-
Doc: 1



DT4T MLFA/MI03 EMISSAO 21.09.2001
DETRAN VALIDADE 25.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

01.53848537

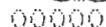
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTW6758.CANIDNETA.1998.IMP/RENAULT TRAFIC FOL

SERVIÇO E MULTA				VALOR	
ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO				67,04	
LICENCIAMENTO ANUAL				*****	
SEGURO OBRIGATORIO -- DPVAT				55,43	
IPVA COTA UNICA ANUAL -- 2001				376,00	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000	
0000 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000				0000 0000 0000 X 0000 0000 0000</	

BEF015200109211033D###498,47CROUDDT42
AUTENTICACAO MECANICA

AUTENTICACAO MECANICA





2743

MLPA/NI03 EMISSAO 10.09.2001

DET RAN

VALIDADE 12.09.2001

SENHA : 0000000000

DT091.5

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0151817669

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEFÔNOS

JTT6527, CAMINHÃO, 1998, AGRAL/7000 DX, AMARELA

SERVIÇO E MULTA	VALOR
ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO	67,09
LICENCIAMENTO ANUAL	*****
SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT	55,43
IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001	285,35
INFR.ATRASO LIDEN.-31DIAS	54,53
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
..... X X	 X
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X	 X
VIA USUARIO TOTAL GERAL	462,35

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP0152001091212140\$\$\$462,35CR002DT15

RAS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0670
Fis: 3628-1
Doc: _____



**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**DATA VENCIMENTO
.09.01

1244/01

FAVORECIDO
JOSE SOUSA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC
463.523.332-49

LOTACÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - BELÉM/PA.

ÓRGÃO EMITENTE
SCCO/GERADDATA EMISSÃO
11.09.01

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

VER ABAIXO

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA V.ABAIXO

PROJETO / ATIVIDADE V.ABAIXO

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, NO MÊS DE AGOSTO/01, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/2000, ORIUNDO DA DL 0341/00, CONFORME RECIBO ANEXO.

REGISTRO CONTÁBIL/ORÇAMENTÁRIO:

411.04.99.0001 - 03.2.02/2.03.12 = R\$ 820,00

DESCONTO:

ISS (5%) = R\$ 41,00

VALOR LÍQUIDO
R\$ 779,00VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
(SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS)

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC.)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT
SCOP/GECOF

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250588-2

155 x 230 mm



RECIBO



R\$ 820,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 820,00 (OITOCENTOS E VINTE REAIS), referente a serviços prestados com LICENCIAMENTO/2001, AO MÊS DE AGOSTO – sendo 22 motos e 04 carros.

MOTOS – 22 X R\$ 30,00 = R\$ 660,00

CARROS – 04 X R\$ 40,00 = R\$ 160,00

Local e Data, 10 / 9 / 01

ASSINATURA : *Luiz José Sousa e Silva*

NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

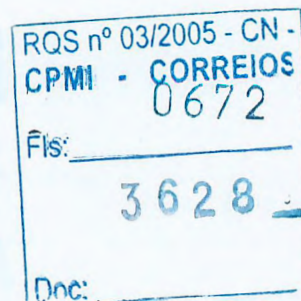
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

VALOR BRUTO	R\$ 820,00
I.R.R.F.	R\$ ISENTO
I.S.S.: 5%	R\$ 41,00
INSC.INSS	11467357485

SEST/SENAT 2,5%	R\$ ISENTO
LIQUIDO A PAGAR	R\$ 779,00





RELAÇÃO ANEXA DOS VEÍCULOS LIC. MÊS /SET/2001-

MOTO 22 x 30,00 = 660,00

CARROS 04 x 40,00 = 160,00

MOTOS = 22

CARROS = 04

JUB-5918

JTW-6628

JUB-6018

JTW-6718

JUA-3718

JTW-6708

JUB-5818

JTW-6738

JUA-3528

JUA-3618

JUB-5928

JUA-3638

JUA-3448

JUA-3738

JUA-3438

JUA-3538

JUB-6038

JUB-5838

JUB-5938

JUA-3428

JUB-6028

JUB-5808

JUA-3408

JUB-6048

JUA-3548

JUA-3648

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0673
	3628
Doc:	



DT4H MLPA/MI03 ERISSAO 06.09.2001

DEFERAN

VALIDADE 11.09.2001

SEHA : 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0151799903

EMPRESA BRAS. DE FIOS E TELEGRAFOS

JUN5818,NOTOL 12... 1999,HONDA/CG 125,CARGO,A

INFRACOES DE TRÂNSITO Nº _____ DATA _____ ANO _____ FOLHA _____ DE _____

PIA USUARIO	TOTAL GERAL	85,42
-------------	-------------	-------

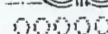
852052000910095031111132 21200804

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/s: 0674

Doc: 3628



DTAH ----- MLPA/MI03 EMISSAO 06:09:2001

DETRAN

VALIDADE 11.09.2001

SENHA : 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151000189

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB6018. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/CG-125 CARGO. A

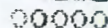
INERACÕES DE TRANSITO X

TOTAL GERAL 

*****189,420 RUDOT4

IDENTIFICAÇÃO MECÂNICA





07411

MLFA/MIO3 ENISSAO 06.09.200

DET RAN

VALIDADE 11.09.200

SENHA : 0000000000

DT9143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151757889

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTW6718-CANIONETA-1993-IMP/RENAULT-TRAFIC-FCC

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____ DATA DA CTA _____ X ASSINATURA DO AGENTE _____ X NÚMERO DO VOUCHER _____ X DATA DEB. DESP. _____

| | | |
|------------|-------------|--------|
| LA USUARIO | TOTAL GERAL | 498,47 |
|------------|-------------|--------|

BEP015200109100832044444499 / 7-2009-12

1947

00000

DT4H

MLPA/MI03 EMISSÃO 06.09.2011

DETRAN

VALIDADE 11.09.2001

SENHA 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0151798850

GUARDA 3738: FOTOCOPIETA 1999: HONDA/CG-125 CARGO. A

[illegible]

INFRACCIONES DE TRANSITO Nº 4000 4000 X 4000 4000 4000 4000

VIA LE-GRÉ TOTAL GERAL

3-05111103107341033333192-4203103062

AUTENT. CACAO MECANICA

RQS nº 0312005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0675
Doc: 3628 -







DT4H MLPA/MIO3 EMISSAO 06.09.2001
 VALIDADE 11.09.2001
 SENHA: 000000000
 DT 13

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151799

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB5838.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| X IX | X |
| X IX | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X IX | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº X | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 100,00 |

BEPO1520010910083901189-4200142



DT4H MLPA/MIO3 EMISSAO 06.09.2001
 VALIDADE 11.09.2001
 SENHA: 000000000
 DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151797536

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO

JUB5808.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|-------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº X | X |

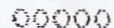
INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº X

VIA USUARIO TOTAL GERAL

BEPO1520010910083901189-4200142
 AUTENTICAÇÃO MECANICA

Doc: 3028
 FLS: 0678
 ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS





DT41-1

MLPA/MI03 ENTSEAD 06.09.2001

DETRAN

VALIDADE 11.09.2001

SEHA : 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0151792612

EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS

JTWA708.CAMIONETA.1998.IMP/RENAULT TRAFIC.FCO

[illegible]

SEP0152001091008330\$\$\$498,470R006DT42

4. SENTENCE _____

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 0680
Doc.: 3628



○○○○○

DT4H

MLPA/MIO3 E 156401 06.09.2011

DET RAN

V. DADE 11.09.2001

Figure 1. Schematic representation of the experimental design. The subjects were divided into two groups: a control group and an experimental group. The control group received a standard diet, while the experimental group received a diet supplemented with a specific nutrient. The subjects were then subjected to a series of tests, including a physical performance test and a cognitive test. The results of the tests were compared between the two groups.

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 01517977960

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

WT46028, CAPIONETA-1978, IMPARO - 1, T-TRAFFIC-FC

[illegible]

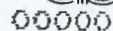
INFRACÇÕES DE TRÁNSITO Nº X

| | |
|---------|-------------|
| 205.205 | TOTAL GERAL |
|---------|-------------|

REF ID: A66498.47CROU6074

— EN CACAO MECÂNICA.





DETRAN

VALIDADE 11.09.2001

SERIAL - 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0151799822

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO

QUA3528, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG-125, CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 93,38 |
| SEGUR. OBRIGATORIO - DE VAT | 29,00 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO N° | X |
| VIA USUARIIS | |
| TOTAL GERAL | 189,42 |

BEP0152001091008450####189,42CR006DT42

AUTENTICACÃO MECÂNICA



○○○○○

-DT4H

DETRAN

MLPAMT03 EMISSAO 06.09.2001

VALIDADE 11.05.2001

"SENHA": 000000000000

DTG:

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 015179856

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB5928.MOTOCICLETA:1959.HONDA/CG 125 CARGO

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAE6/EMISS.DOCUMENTO | 67,00 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPFVAT | 93,00 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL -- 2001 | 29,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 189,00 |

BEP015220109100843D####89.42CR006DT42

1250

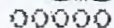
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

DOC:

628





DT-4H

MLFA/MIO3

EN155AD 06.09.2001

DETRAN

VALIDADE 11.09.2001

SENHA : 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO - Nº 0151798770

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

QUA3448, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG-125, CARGO, A

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 189,45 |
|-------------|-------------|--------|

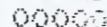
BEP0152001091008420####189-425RDXOT42

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/S: 0683

Doc:

2628



DT44-

PLFA/AN 13

EMISSAO 06-07-2011

DIET RAN

VALIDADE 11.09.2004

SENHA = 0000000000

DT0145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151798931

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TEL. GRAFOT.

JUA3433. MOTOCICLETA, 1997. A/CG 125 CARGO.

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÁNSITO Nº

VIA TOTAL GERAL

~~REF ID: A66906~~

AUTENTICACAO





DETRAN

SENHA : 550000000

570243

GUIA DE RECOLHIMENTO - Nº 0151799237

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUR6038.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG-125 CARGO.A

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|---------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTOS | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| X X | X |
| X X | A |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | A |
| X X | A |
| X X | A |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | A |
| X X | F |
| | |
| -INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 189,42 |

09-0017801091108400\$33.33\$2.22\$35.42

AUTEN' CASE: VERA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

F15:

0684

652

Doc



DETROIT

VALIDADE 11/09/2001

SENHA : 0000000000

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151799318

EMP. DA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUN 19 1999. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/CG 125 CARGO.

| SERVIÇO E QUINTA | VALOR |
|-----------------------------------|--------|
| ALICOTA ASTRATRAIS/EISS DOCUMENTO | 67,04 |
| LICITAMENTO ANUAL | ***** |
| SEL OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| ITA UNICA R-UAL -- 2001 | 29,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA CARTÃO TOTAL GERAL | 189,42 |

REF ID: A60910

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26





DT4H MILPA/MI03 ENISSAO 06.09.2001
DETRAN VALIDADE 11.09.2001
 SENHA : 00001000
 DT 3

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0151799

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JUB6028, NOTUCICLISTA, 1999, HONDA/CG 125, CARI

[illegible]

ALT. CADASTRAIS AEMISS. DOCUMENTO 64

LICENCIAMENTO ANUAL

| | |
|----------------------------|----|
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 91 |
|----------------------------|----|

IPVA DOTA ÚNICA ANUAL - 2001

[illegible]

| | | | | | |
|--------------|-------------------------------------|-------------|-------------------------------------|-------------|-------------------------------------|
| FIGURE 1.1.1 | ☒ | CHAPTER 1.1 | ☒ | CHAPTER 1.1 | ☒ |
|--------------|-------------------------------------|-------------|-------------------------------------|-------------|-------------------------------------|

FORM 1041-2 (Rev. 1-78) 1041-2 1041-2 1041-2

~~SECRET~~

[illegible][illegible][illegible]

| | | | | |
|----------|-------|-------|-------|---------|
| DATE | TIME | FROM | TO | REMARKS |
| 10/10/10 | 10:00 | 10:00 | 10:00 | 10:00 |

DATE DATA SENT X MISSING DATA DATE X MISSING DATA GROUP X MISSING DATA PAGE X

~~(S)~~

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-----|

INFRACOES DE TRANSITO Nº : 000-000 X -000-000 0000 0000 0000 X 0000-0000

| | | |
|-------------|-------------|----|
| VIA USUÁRIO | TOTAL GERAL | 10 |
|-------------|-------------|----|

BBP01500010910087SD####189 4299080T42



DT4H MLPA/MIO3 ENISSA 06.09.2001
DETRAN VALIDADE 11.09.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO - Nº 0151797A

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFO

JUAC408, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG-125, CARGO.

[illegible]

| | |
|----------------------------------|-------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67.04 |
|----------------------------------|-------|

| | |
|--|--|
| <p> LECE-401ANENTO - ANUAL </p> | <p> LECE-401ANENTO - ANUAL </p> |
|--|--|

| | |
|----------------------------|-------|
| SEG-RO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,36 |
|----------------------------|-------|

| | |
|-------------------------------|-------|
| IFVA COSTA UNICA ANUAL - 2001 | 29.00 |
|-------------------------------|-------|

100-443888-1000

[illegible]

| | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| DATE WHEN MADE | DATE WHEN MADE | DATE WHEN MADE | DATE WHEN MADE | DATE WHEN MADE |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-----|

XXXX 00 00 XXXX X XXXX 0000 0000 XXXX 0000 0000 XXXX 0000 0000

[illegible][illegible]

1000 0000 0000 1000 0000 0000 1000 0000 0000 1000 0000 0000 1000 0000 0000

[illegible][illegible]

0001 11 21 7897 1761 2120 2000 000P 0250 00 00 1760 0000 0000 0000 0000

INFRACOES DE TRANSITO Nº _____

| | | | |
|-------------|-------------|--|--|
| VIA CREDITO | TOTAL GERAL | | |
|-------------|-------------|--|--|

427015200109100137054333199.42190-D147
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

| | | | | |
|--|--------------------------|---|-----------------------------------|------------------|
|  CORREIOS | | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO
.08.01 | NÚMERO
132/01 |
| FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF / CGC
463.523.332-49 | | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RUA DA MARINHA, 36 - BELÉM/PA. | | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
SCCO/GERAD | DATA EMISSÃO
16.08.01 | ASSINATURA DO EMITENTE
PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA | | |
| REG. CONTÁBIL | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
VER ABAIXO | CONTA
V.ABAIXO | PROJETO / ATIVIDADE
V.ABAIXO | RUBRICA | |
| DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

<p align="center">PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, NO MÊS DE JULHO/01, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/2000, ORIUNDO DA DL 0341/00, CONFORME RECIBO ANEXO.</p> <p><u>REGISTRO CONTÁBIL/ORÇAMENTÁRIO:</u>
411.04.99.0001 - 03.2.02/2.03.12 = R\$ 1.240,00</p> <p><u>DESCONTO:</u>
ISS (5%) = R\$ 62,00</p> | | | | |
| VALOR LÍQUIDO
R\$1.178,00 | | VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
(HUM MIL, CENTO E SETENTA E OITO REAIS) | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GEREC)
EDSON SOUZA DE LIMA | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM
☐ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA | | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT
SCOP/GECOF | | |
| DATA PAGAMENTO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | AUTENTICAÇÃO / CARIMBO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | | |

75250588-2

155 x 230 mm



RECIBO



R\$ 1.240,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.240,00 (HUM MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS), referente a serviços prestados com Licenciamento /2001., AO MÊS DE JULHO – sendo 24 MOTOS E 13 CARROS.

CARROS - 13 X R\$ 40,00 = 520,00

MOTOS - 24 X R\$ 30,00 = 720,00

Local e Data,

10 / 8 / 01

ASSINATURA:

Luiz José Sousa e Silva

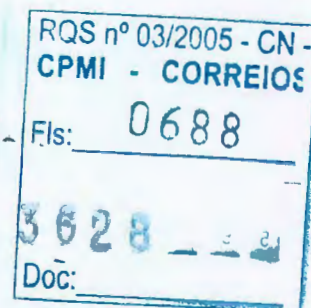
NOME: LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|--------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 1.240,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 62,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$1.178,00 |



LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS DE JULHO/2001



MOTOS 24 X 30,00 = R\$ 720,00

CARROS 13 X 40,00 = R\$ 520,00

MOTOS = 24

JTW-4547
JTW-4627
JTW-4567
JTW-4707
JTW-4677
JTW-4657
JTW-4557
JTW-4617
JTW-4777
JTW-4587
JTW-4697
JTW-4577
JTW-4757
JTW-4527
JTW-4737
JTW-4727
JTW-4637
JTW-4607
JTW-4687
JTW-4767
JRW-4597
JTW-4717
JTW-4537
JTY-9103

CARROS=13

JTT-4166
JTT-8996
JTT-3316
JTT-0065
JTT-8886
JTT-8966
JTP-0517
JTP-0637
JTP-0627
JTP-0647
JTP-0547
JTP-0557
JTP-0617

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0689
3628
Doc:



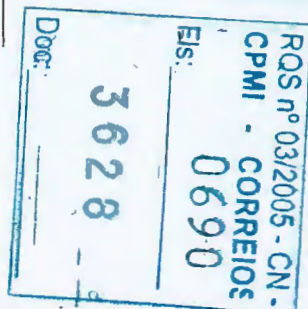
DT41 MLPA/MIO3 EMISSAO 19.07.2001
 VALIDADE 23.07.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0140442855

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|---|--------|
| EMP BRAS CORREIOS TELEGRAFOS | |
| GTPO637, AUTOMOVEL, 1996, FIAT/UNO MILLE IE, AMAR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 182,00 |
| BANPARA
Pedro Martin
MAT. 2366-3
AG. SENADOR LEMOS | |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | 300,66 |
| DEP015200107191329D9113300766CR005DTS1 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



✓



DT41 MLPA/MIO3 EMISSAO 19.07.2001
 VALIDADE 23.07.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0915

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0140439552

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|---|--------|
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| GTPO517, AUTOMOVEL, 1996, FIAT/UNO MILLE IE, AMAR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 182,00 |
| BANPARA
Pedro Martin
MAT. 2366-3
AG. SENADOR LEMOS | |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | 300,66 |
| DEP015200107191329D9113300766CR005DTS1 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

✓





2743

MLPA/MIO3 ENTSSAO 16.07.2001

DET RAN

WILLIAM L. BRYAN, JR. 1890-1900. i

ΣΕΠΤΕΜΒΡΙΟΣ 2000

DT0932

CUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139708339

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JI 04627, MOTOCICLETA 1999, HONDA/CG 125, CARGO A

[illegible]

MTA USUAPTO TOTAL GERAL 199 42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200107161348044444189,42CRO02DT15

Doc:

F/S

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



○○○○○

1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 26

ALFA/MI03 EMISSAO 17.07.2000

DET RAN

VALUABLE 25.02.200

SENHA : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0140441379

ENF BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

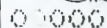
STP0627, AUTOMOVEI., 1996, FIAT/UNO MILLE IE, AFAR

[illegible]

| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | 1994 1993 1992 | | 1991 1990 1989 | | 1988 1987 1986 | | 1985 1984 1983 | | 1982 1981 1980 | |
|--------------------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|----------------|--|

VIA USUARIO PERC01E20010701DZ0809ENTR#2006CPROVEDTRI : 300,,66

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT4B

DET RAN

MLPA/MI03 EMISSAO 16.07.2001

VALIDADE 18.07.2001

SEHA : 0000000000

010932

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0159209559

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
T 14702. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/CB 125 CARGO.

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 189,42 |
|-------------|-------------|--------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

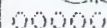
BEP015200107161347D###189,42CR002DT15

Doc:

F15:

3628

RQS n° 03/2005 - CN -
CPMI - 0889505



DT4B

DET RAN

MLPA/MI03 EMISSAO 16.07.2001

VALIDADE 18.07.2001

SENH-A : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139704313

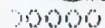
EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTN4567, NOTOCICLITA, 1992, HONDA/CG 125 CARGO, 0

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 189,42 |
|-------------|-------------|--------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001071613480\$\$\$189,42CRO02DT15

FL 1A3



DET RAN

VALIDADE 18.07.2006

SETHA 0000000000

DT0957

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139707900

| IMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | | JTW4657.MOTOCICLETA.1997.HONDA/CL 125 CARBU. | |
|--|--|--|--|--|--|
| SERVICO E MULTA | | | | VALOR | |
| MULT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | | | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | 29,00 | |
| <div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> </div> | | | | <div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> <div>0000 0000 0000 X</div> </div> | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | | |
| VIA USUARIO | | | | TOTAL GERAL | |
| | | | | 189,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF0152001071613450####189,42CRO02DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 0693
3628
Doc:



○○○○○

DET RAN

VALIDADE 18.07.2001

SENHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139769740

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001071613460\$\$\$189,42CRO02DT15





DETTRAN

VALIDADE: 13.07.2001

SETHA : 0000000000

DT0957

CÓPIA DE RECOLHIMENTO Nº 5139497235

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF0152001071613370\$\$\$189,42CRO02DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/s: 0071

5628

Doc:



○○○○○

DET RAN

VALIDADE 18.07.2001

SENH4 : 0000000000

070937

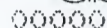
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139496748

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEF0152001071613360####189,42CRO02DT15





DET RAN

VALIDADE 18.07.2001

SENHA : 0000000000

DT0937

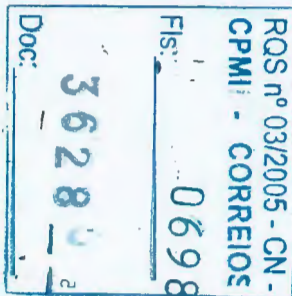
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139499199

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ITM4737, NGT0CICLETA, 1993, HONDA/CB 125 CARGO 2

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP0132001071613380\$\$\$189,42CR0020T15



DETTRAN

VALIDADE 18.07.2001

SEKHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139705260

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTM4727, NOTICIOLETA, 1992, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

AUTOMATIZAÇÃO MECÂNICA

EEPO15200107161339D\$\$\$189,42CR002DT15





DIT 4B

DET RAN

MILPÁTIOS EMISSÃO 16.07.2001

WILLIAM J. DUFFY, JR. 189, 67th St., Astoria, Ore.

SENH4 = 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139457742

| EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | | | |
|---|---|---|--------|---|--|
| CFW4767 FOTOCICLETA 1999 HONDA/CC 125 CARGO A | | | | | |
| SERVICO E MULTA | | | VALOR | | |
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | | | 87,04 | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | ***** | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | | | 93,38 | | |
| DEVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | 29,00 | | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | 199,42 | | |

Doc:

3928

F/S: 0700

CPMI - CORREIOS

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA


 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
 BFF015200107161333D####189,42CRC020T15

○○○○○

D'YER

DET RAN

FLPA/MIO3 ENISSAO 16.07.2001

VALIDADE 18.07.2001

SENHA = 0000000000

DT09357

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139492509

| EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|
| 3TW4487, NOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | XXXXXXXXXXXXXXX | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,36 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 29,00 | |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | 0000 0000 0000 X | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL | |
| | | 189,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEFO152001071613320####189,42CR002DT15





MDTV/H108 ENISSAO 16.07.2001

VALIDADE 18.07.2001

SENHA : 099158400

010537

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139716114

REF ID: A66000

STY9103. MOTOCICLETA 1999, HONDA/VI 2 125, ANAF

[illegible]

AUTENTICACÃO MECÂNICA

BEF0152001071613300####348,58CRO02DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

File

3628



DT439

DET RAN

MLPA/MI03 EMISSAO 16.07.200

VALIDADE 18.07.2016

SETHA : 000000000000

010937

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139224449

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

374537 MOTOCICLETA 1999 HONDA CG 125 CARGO

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEPD15200107161331D####189,42CRO02DT15





DT41

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSAO 05.07.2001

VALIDADE 05.07.2001

SENHA : 0000000000

DT0915

000000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0135964032

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JT14164 CAMINHÃO, 1998, AGRALE/7000 DX, AMARELO

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 67,04

LICENCIAMENTO ANUAL *****

VISITARIA 12,00

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 4,00

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 167,00

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

393,05

VIA USUARIO

BEP0152001070515328044444349,47CR002DT15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT4B

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSAO 16.07.2001

VALIDADE 16.07.2001

SENHA : 0000000000

DT0937

000000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139714090

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JT18994 CAMIONETA, 1998, FIAT/FIORINO IE, AMARELO

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 67,04

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 55,43

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 227,00

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

***** X ***** X *****

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

349,47

VIA USUARIO

BEP015200107161328044444349,47CR002DT15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



Doc

3628

RCS nº 03/2005 - CN -
CMI - CORREIOS
0703



DTAI MLPA/MIO3 EMISSAO 03.07.2001
VALIDADE 05.07.2001
SENHA : 000000000
DT0915

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 01359244300

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
|---|--|--------|--|
| RUA CAMINHAO, 1958, AGRAS/7500 TDX, AMAREL | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| LICENÇA ANUAL - 11 DIAS | | 11,36 | |
| SEGURCO OBRIGATORIO - DE VAT | | 35,83 | |
| DE VA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 240,00 | |
| TAXAS POL. ROD. FEDERAL | | 127,48 | |
| TOTAL GERAL | | 521,51 | |

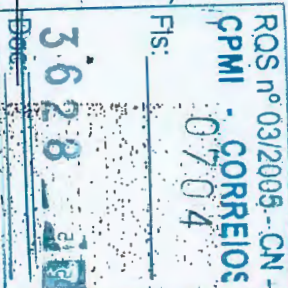
VIA USUARIO

TOTAL GERAL

521,51

REP01520010705154601111152151CR006DT42

AUTENTICACAO MECANICA



01720010 MLPA/MIO3 EMISSAO 03.07.2001
VALIDADE 05.07.2001
SENHA : 000000000
DT0125

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0135926987

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
|---|--|--------|--|
| RUA CAMINHAO, 1958, AGRAS/7500 TDX, AMAREL | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| LICENÇA ANUAL - 11 DIAS | | 11,36 | |
| SEGURCO OBRIGATORIO - DE VAT | | 35,83 | |
| DE VA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 240,00 | |
| TAXAS POL. ROD. FEDERAL | | 127,48 | |
| TOTAL GERAL | | 521,51 | |

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

521,51

REP01520010705154601111152151CR006DT42

AUTENTICACAO MECANICA





DT46

MLPA/MIO3

EMISSAO

10.08.2001

DETRAN

VALIDADE

14.08.2001

00000

SENHA :

0000000000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

0145680398

EMP BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

CIT 0647, AUTOMVEL, 1976, FIAT/UNO MILLE IE, ANAF

SERVIÇO 1 MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO

67,04

LICENCIAMENTO ANUAL

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT

51,62

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001

182,00

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

X

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

300,66

BEP01520010810121704***500-5630000-42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT46

MLPA/MIO3

EMISSAO

10.08.2001

DETRAN

VALIDADE

14.08.2001

00000

SENHA :

0000000000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

0145678571

EMP BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

CIT 0647, AUTOMVEL, 1976, FIAT/UNO MILLE IE, ANAF

SERVIÇO 1 MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO

67,04

LICENCIAMENTO ANUAL

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT

51,62

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001

182,00

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

X

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

300,66

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: _____

3628 -

ROS nº 03/2005 - CN -

CPM - CORREIOS

0706





DT43

FLPA/MI03 EMISSAO 19.07.200

DETTRAN

VALIDADE 23.07.2000

SENHA : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N^o 0140440216

EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
GTW4542, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO-A

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

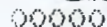
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/S:

0708

23

155



DT4R FLPA/MI03 EMISSAO 16.07.2001
DETRAN VALIDADE 18.07.2001
 SENHA : 000000000
 DT093Z

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139711234

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF015200107161328D\$\$\$349,47CR002DT15

QPMI - Correios

320



DT4B MLPA/MI03 EMISSAO 16.07.2001
DETRAN VALIDADE 18.07.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139723757

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001071613290####349,47CRO020715





DT41

DETRAN

00000

MLPA/MIO3 EMISSAO 03.07.2001

VALIDADE 03.07.2001

SENHA : 000000000

DT0914

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0132944034

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

TT4146 CAMINHÃO, 1998, ARREAL/7000 DX, AMARELO

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 67,04

LICENCIAMENTO ANUAL ***** 11,30

ALISORIA 11,30

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 2,40

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 240,00

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

393,85

VIA USUARIO

BEP015200107051538011111393,85CR000DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Fis:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0710

3628



DT4B

DETRAN

00000

MLPA/MIO3 EMISSAO 16.07.2001

VALIDADE 16.07.2001

SENHA : 000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139714090

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTTR994, CAMIONETA, 1998, FIAT/FIORINO IE, AMARELO

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 67,04

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 55,43

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 227,00

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

***** X ***** X ***** X ***** X ***** X

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

349,47

VIA USUARIO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200107161328011111349,47CR002DT15



DETTRAN

MLPA/MI03 ENCESSAO 03.07.2001

VALIDADE 05.07.2008

SENHA : 0000000000

○○○○

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0135964466

[illegible]

BEFO15200107051544033333521.5020160143

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/S: 0711

3628



DTP2V010 MLPA/MI05 EMISSAO 03.07.200

DET RAN

VALIDADE 05.07.2000

SENHA : 0000000000

00000

DT0125

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0135976987

[illegible]

FFFFF5260107051546D\$\$\$419.67PFF006DT4?

AUTENTICACAO MECANICA



FL 1632
AC 17



VALIDADE: 13.07.2001

DT1324

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 140534628

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGR
XEROX AUTENTICADA JTT 9026

[illegible]

BEP015200107191326D\$\$\$\$\$5, ABCR005DT51
 AUTENTICACAO MECANICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 0713
Doc.: 3628



DOTRAN

VALIDADE 23.07.2001

DT 1324

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 140539182

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGR
XEROX AUTENTICADA JUC 8295

[illegible]

BEPC015200107191324D\$\$\$\$\$5.6BCR005DTS1
AUTENTICACAO MECANICA



DTFS

Math 101 - Fall 2004

Vollständiger

... ..

DET RAN

DT1324

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 140540008

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGR

XE:DX AUTENTICADA JUC 7845

[illegible]

BEPO15200107191323D\$\$\$\$\$5.68CRO05DTST

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0714

Fis. _____

Doc: 3628 - 3



DIF5

MTXD EMISSAO 19.07.2001

VALIDADE 23.07.2003

DETRAN

DT1324

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 140538534

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGR

XEROX AUTENTICADA JTT9006

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | | | 5,68 | |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |
| ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ | ☒ |

BEPOI5200107191324D\$\$\$5\$5\$5\$.68CR0050TSL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DETTRAN

$$\{r^j\} \in \mathcal{R}_n^j / \mathcal{V}_n^j \mid \mathcal{V}_n^j = \{r^j \mid r^j = 0\}$$

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 01.4944/2016

11/11/2017 11:11:11 AM

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ROS nº 0312005 - CN -
CEPMI - CORREIOS
Fiz: _____
3028
Data: _____



DETROIT

VALIDADE 25.07.2001

D'1324

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 140540865

XEROX AUTENTICADA JCT H924

[illegible]

BEP0152001071913250#4#4#3#6BCR005UTS

ACAD MELLAND





DT4R MLPA/PI03 EMISSAO 16.07.2001
DETRAN VALIDADE 16.07.2001
 SENHA : 000000000
 DT0937

0139696334

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF0152001071613350####189,42CRO02DT15

Doc:

3928

F/S

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - Correios



DT4B PLPA/PI03 EMISSAO 16.07.2001
DETRAN VALIDADE 18.07.2001
 SENHA : 000000000
 DT0937

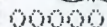
0139499945

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
 BEP0152001071613390####189,42CRO02DT15





DET RAN

FLPA/FLIOB ENL58AU 18.07.2001
RAN VALIDADE 18.07.2001
 GENHA : 0000000000
 DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0139499198

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP0152001071613380\$\$\$\$189,42CR0020T15



○○○○○

DET RAN

MLPA/MI03 EMISSAO 16.07.2001
RAN VALIDADE 18.07.2001
 SENHA : 0000000000
 DT0937

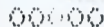
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139705260

| EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | | | |
|---|-------------|---|-------|---|--------|
| JTW4727, NOTOCIO ETA, 1999, HONDA / CG 125 CARGO, A | | | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | | VALOR | | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | 67,04 | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | ***** | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | | | 93,38 | | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | 29,00 | | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| | X | X | X | X | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | | | |
| | | | | | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BE00152001071613390###189,42CR002DT15





DET RAN

SENHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0136497225

~~ATTN: 4527, NOTICIA: ETA 1999, HONDA/CG 125, CARGO, A~~

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|-------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 93,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DE VAT | 29,00 |
| TERÇA COTA UNICA ANUAL - 2001 | |
| 1997-1998-1999 | X |
| 2000-2001-2002 | X |
| 2003-2004-2005 | X |
| 2006-2007-2008 | X |
| 2009-2010-2011 | X |
| 2012-2013-2014 | X |
| 2015-2016-2017 | X |
| 2018-2019-2020 | X |
| 2021-2022-2023 | X |
| 2024-2025-2026 | X |
| 2027-2028-2029 | X |
| 2030-2031-2032 | X |
| 2033-2034-2035 | X |
| 2036-2037-2038 | X |
| 2039-2040-2041 | X |
| 2042-2043-2044 | X |
| 2045-2046-2047 | X |
| 2048-2049-2050 | X |
| 2051-2052-2053 | X |
| 2054-2055-2056 | X |
| 2057-2058-2059 | X |
| 2060-2061-2062 | X |
| 2063-2064-2065 | X |
| 2066-2067-2068 | X |
| 2069-2070-2071 | X |
| 2072-2073-2074 | X |
| 2075-2076-2077 | X |
| 2078-2079-2080 | X |
| 2081-2082-2083 | X |
| 2084-2085-2086 | X |
| 2087-2088-2089 | X |
| 2090-2091-2092 | X |
| 2093-2094-2095 | X |
| 2096-2097-2098 | X |
| 2099-2100-2101 | X |
| 2102-2103-2104 | X |
| 2105-2106-2107 | X |
| 2108-2109-2110 | X |
| 2111-2112-2113 | X |
| 2114-2115-2116 | X |
| 2117-2118-2119 | X |
| 2120-2121-2122 | X |
| 2123-2124-2125 | X |
| 2126-2127-2128 | X |
| 2129-2130-2131 | X |
| 2132-2133-2134 | X |
| 2135-2136-2137 | X |
| 2138-2139-2140 | X |
| 2141-2142-2143 | X |
| 2144-2145-2146 | X |
| 2147-2148-2149 | X |
| 2150-2151-2152 | X |
| 2153-2154-2155 | X |
| 2156-2157-2158 | X |
| 2159-2160-2161 | X |
| 2162-2163-2164 | X |
| 2165-2166-2167 | X |
| 2168-2169-2170 | X |
| 2171-2172-2173 | X |
| 2174-2175-2176 | X |
| 2177-2178-2179 | X |
| 2180-2181-2182 | X |
| 2183-2184-2185 | X |
| 2186-2187-2188 | X |
| 2189-2190-2191 | X |
| 2192-2193-2194 | X |
| 2195-2196-2197 | X |
| 2198-2199-2200 | X |
| 2201-2202-2203 | X |
| 2204-2205-2206 | X |
| 2207-2208-2209 | X |
| 2210-2211-2212 | X |
| 2213-2214-2215 | X |
| 2216-2217-2218 | X |
| 2219-2220-2221 | X |
| 2222-2223-2224 | X |
| 2225-2226-2227 | X |
| 2228-2229-2230 | X |
| 2231-2232-2233 | X |
| 2234-2235-2236 | X |
| 2237-2238-2239 | X |
| 2240-2241-2242 | X |
| 2243-2244-2245 | X |
| 2246-2247-2248 | X |
| 2249-2250-2251 | X |
| 2252-2253-2254 | X |
| 2255-2256-2257 | X |
| 2258-2259-2260 | X |
| 2261-2262-2263 | X |
| 2264-2265-2266 | X |
| 2267-2268-2269 | X |
| 2270-2271-2272 | X |
| 2273-2274-2275 | X |
| 2276-2277-2278 | X |
| 2279-2280-2281 | X |
| 2282-2283-2284 | X |
| 2285-2286-2287 | X |
| 2288-2289-2290 | X |
| 2291-2292-2293 | X |
| 2294-2295-2296 | X |
| 2297-2298-2299 | X |
| 2300-2301-2302 | X |
| 2303-2304-2305 | X |
| 2306-2307-2308 | X |
| 2309-2310-2311 | X |
| 2312-2313-2314 | X |
| 2315-2316-2317 | X |
| 2318-2319-2320 | X |
| 2321-2322-2323 | X |
| 2324-2325-2326 | X |
| 2327-2328-2329 | X |
| 2330-2331-2332 | X |
| 2333-2334-2335 | X |
| 2336-2337-2338 | X |
| 2339-2340-2341 | X |
| 2342-2343-2344 | X |
| 2345-2346-2347 | X |
| 2348-2349-2350 | X |
| 2351-2352-2353 | X |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

FTS:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0721



DET RAN

SEHHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139496748

3704757, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125, CARGO, A

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200107161336D\$\$\$189,42CRO02DT15





RECIBO

R\$ 1.360,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.360,00 (Hum mil trezentos e sessenta reais), referente a serviços prestados com - Licenciamento e Taxas de autenticação /2001, AO MÊS DE JULHO/2001 – sendo 24 motos e 16 carros.

MOTOS – 24 X R\$ 30,00 = R\$ 720,00

CARROS – 16 X R\$ 40,00 = R\$ 640,00

Local e Data, 23 17/1/2001

ASSINATURA : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

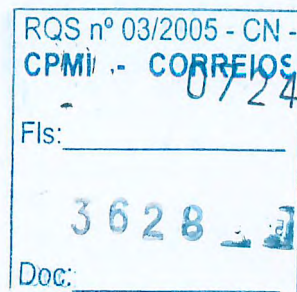
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-------------|--------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 1.360,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 68,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |

| | |
|-----------------|--------------|
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 1.292,00 |





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS JULHO/2001-

MOTO 24 x 30,00 = 720,00

CARROS 16 x 40,00 = 640,00

MOTOS = 24

JTW 4547 ✓
JTW 4627 ✓
JTW 4567 ✓
JTW 4707 ✓
JTW 4677 ✓
JTW 4657 ✓
JTW 4557 ✓
JTW 4617 ✓
JTW 4777 ✓
JTW 4587 ✓
JTW 4697 ✓
JTW 4577 ✓
JTW 4757 ✓
JTW 4527 ✓
JTW 4737 ✓
JTW 4727 ✓
JTW 4637 ✓
JTW 4607 ✓
JTW 4687 ✓
JTW 4767 ✓
JTW 4597 ✓
JTW 4717 ✓
JTW 4537 ✓
JTY 9103

CARROS = 16

JTT 4166 ✓
JTT 8996 ✓
JTT 3316 ✓
JTT 0065 ✓
JTT 8886 ✓
JTT 8966 ✓
JTT 8926 ✓
X JTT 7205 ✓
JTT 7225 ✓
JTT 9026 ✓
JTT 8295 ✓
JTT 9006 ✓
JUC 7845 ✓
JTP 0517 ✓
JTP 0637 ✓
JTP 0627





DT4B

DETRAN

00000

MLPA/MI03 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125532393

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------|
| 3103263, CAMINHAO, 1989, VW/14, 140, AMARELA | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 47,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VISTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAL | 55,43 |
| IMR. ATRASO LICEN. - 30 DIAS | 54,53 |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 188,36 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200105171540011111188,36CR002DT15

DT4B

DETRAN

00000

MLPA/MI03 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125531400

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------|
| 3103263, CAMINHAO, 1989, VW/14, 140, AMARELA | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 47,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VISTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAL | 55,43 |
| IMR. ATRASO LICEN. - 30 DIAS | 13,63 |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 147,46 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200105171539011111147,46CR002DT15RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. 0727

-3628-27



DT08

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 000000000

DT0937

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125531079

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------|
| 11250173, CAMILINHO, 1999, L.P.L. BENZ 312D SPRINTER | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VISTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DE VAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 370,62 |
| INFR. ATRASO LICEN. (22DIAS) | 13,63 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 510,00 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200105171542D####518,08CR002DT15

Doc: 3628 - 2.ª

FISC: 0728

RAS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS



DT08

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 000000000

DT0937

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125531505

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------|
| 11250173, CAMILINHO, 1999, L.P.L. BENZ 312D SPRINTER | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VISTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DE VAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 370,62 |
| INFR. ATRASO LICEN. (22DIAS) | 13,63 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 510,00 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200105171542D####518,08CR002DT15



DT15011 MLPA/MI03 EMISSAD 15.05.2001
VALIDADE 17.05.2001
SENHA : 000000000

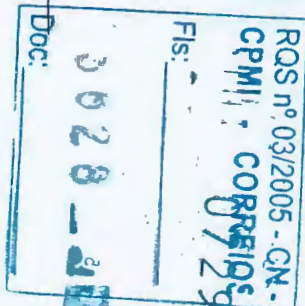
00000

DT1326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125510152

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | STU0245 CAMIONETA 1999.VW/KOMBI FURGÃO AMARELO | |
|---|---|--|--|
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 55,43 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 276,00 | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL 418,47 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001051715460111111418,47CR002DT15



DT15011 MLPA/MI03 EMISSAD 15.05.2001
VALIDADE 17.05.2001
SENHA : 000000000

00000

DT1326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125513170

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | STU0245 CAMIONETA 1999.VW/KOMBI FURGÃO AMARELO | |
|---|---|--|--|
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 55,43 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 276,00 | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL 418,47 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001051715440111111418,47CR002DT15





{ } { } { } { }

011524

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JIT7195-CONTINUA-1993-VW/KOMBI-PURCAO-GRANDE
SERVICO E MULTA VALOR

[illegible]

115

BE001520010617215526498, 47C80020415

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/s: -

Doc:

3628



DETTRAN

○○○○○

DT1326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
3117175-00010001 1999 VW/KONT1 FURGADO AMARELO

[illegible]

VIA CABLE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105171553D####418,47CRO02DT15







DT15V11 MLPA/MLOC EMISSAO 01.06.2001
VALIDADE 05.06.2001
DETRAN CENHA : 00000000
DT1273

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 012076007

[illegible]

REPO15200106011210D5\$\$\$5395.66C5006DT42
AUTENTICACÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 11 073
Doc. 3628



DT15V11 MLPA/HIO3 EMISSAO 01.06.2001
DETRAN VALIDADE 05.06.2001
 SENHA : 000000000
 DT1273

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0129361039

[illegible]

REF015200106011210D\$\$\$\$\$395.66PROMANT4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DETRAN

EMISSAO 01.06.2011
VALIDADE 05.06.2011
COPIA - 0000000000
0000000000

0427350169

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| PLT.CADASTRAIS/ENISS.DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| PARA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 277,00 |

[illegible]

INFRACOES DE TRANSITO Nº _____

DATA USUARIO TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: 3628-2
Fls: 0735



DT4G RDTV/MIOB EMISSAO 30.05.2001

DETRAN

VALIDADE 01.06.2001
SENHA : 076667824
D10936

0126887613

EMP 1074 CONCRETOS TELEGRAFOS
 0712674, PROTOCOLETA, 1978, HONDURAS 125 CARGO.

[illegible]

BEP0152001053011520\$\$\$57,05CR006DT4Z

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





3746

MDTV/MIOB EMISSAO 30.05.2001

30,05,200

VALIDADE 01.06.2001

SENHA : 100472281

DT0936

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0128873400

~~EMPRESA BRASILEIRA DE CABLES E TELEFONOS~~
~~ATLANTA "MOTOCICLETA" 1978 "HONDA" CO 125 CARGO~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0736
Fis. _____
Doc: _____
3020-41



DT46

MDTV/MI08 EMISSAO 30.05.2001

VALIDADE 01.06.2001

SENHA : 004460416

DT0936

DETRAN

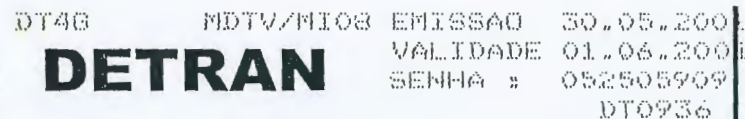
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0126679351

EMPRESA VASILEIRA DE CORTIÇOS E TELEGRAFOS
CIT 175, "HOTOCICLETA", 1998, HONDA/CB 125 CAROL.

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

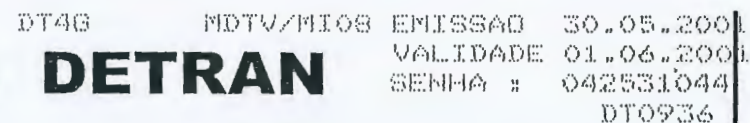




EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
011354,, PROTOCULO 14,, 1998,, FUNDACAO 125 CARLOS,,

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

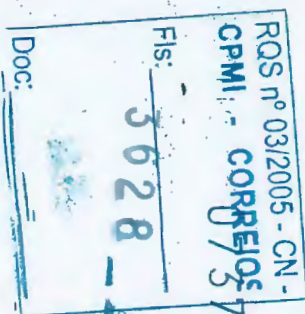


ENTRADA CORREIO E TELEGRAFOS
JUL2794 "MOTOCICLETA" 1993 "HONDA" CG 125 CARGO

[illegible]

~~BFR0152001053012000\$\$\$67-0-1R006DT42~~

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





MDTV/MIOB EMISSAO 30.05.2001

VALIDADE 01.06.2001

SENHA : 057336801

DT0936

DT4G

MDTV/MIOB EMISSAO 30.05.2001

VALIDADE 01.06.200

SEHHA # 102393281

D10936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0128885631

DATE: 1964 OCT 10 TIME: 11:00 AM

UNITED STATES OF AMERICA

[illegible]

BER0152001053012010355555557,05CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0738
FIS: _____
3628
Doc: _____





MDTV/MIOS EMISSAO 30.05.2001
VALIDADE 01.06.2001
SENHA : 107337216
DT0936

0128880953

CT 24/74, "MOTORCYCLE 16, 1978, HONDA/CG 125 CARRO,"

BFF015200105301357D\$\$\$54367705CR006DT42

AUTENTICACÃO MECÂNICA



MDTV/MIOB EMISSAO 30.05.2001
VALIDADE 01.06.2001
SENHA : 064615364
DT0936

0128878390

0111584, "MOTOCICLETA, 1998, HONDA/CC 125 CARGO, SERVICIO 5 MINUTOS

TOTAL GERAL

BEF0152001053011560999999997B; 41CE006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



D746

MDTV/MIO8 EMISSAO 30.05.2001

DETRAN

VALIDADE 01.06.2001

SEHHA : 060661116

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0128884517

EMP BRG CORREIOS TELEGRAFOS

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS
WASHINGTON, D. C. 20540

[illegible]

TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

F/S

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT4G

MDTV/H108 EMISSAO 30.05.2001

DETRAN

VALIDADE 01.06.2001

SENHA : 040997349

DT0934

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0128875950

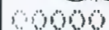
~~CONFIDENTIAL~~

[illegible][illegible]

BEF0152001053011550\$4555\$74.41CE004DT45

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DET RAN

VALIDADE 18.07.2001

SETHA 000000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139700897

TM4417, MOTORCYCLE, 1999, HONDA/CG 125, CARGO, A

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200107161341D####189,42CR0020T15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 074
Doc.: 3628



○○○○○

DET RAN

VALIDADE 18.07.2001

SENHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139702750

37W4557, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125, CARGO, A

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200107161345D\$\$\$189,42CRO02DT15

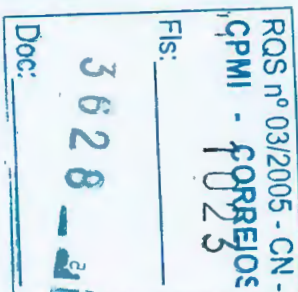




GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0136709339

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001071613470####189,42CRO02DT15



GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139704313

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200107161348D####189,42CRO02DT15





DT4B MLPA/MIO3 EMISSAO 16.07.2001
VALIDADE 18.07.2001
SENHA : 0000000000
DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0139208529

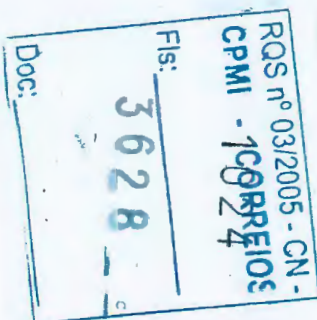
EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTM4627, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|-------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUARIO TOTAL GERAL 189,42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001071613480111111189,42CR002DT15



DT4I MLPA/MIO3 EMISSAO 19.07.2001
VALIDADE 23.07.2001
SENHA : 0000000000
DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0140441379

EMP. BRAS CORREIOS TELEGRAFOS
JTP0627, AUTOMOVEL, 1996, FIAT/UNO MILLE IE, AMAR

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|-------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 182,00 |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |
| **** X **** X **** | **** X **** |

BANPARA

Frederico Martin

IMAT. 2366-3

SENAPOR LEMOS

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUARIO TOTAL GERAL 300,66

BEP01520010719132044111111300,66CR005DT15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





MLPA/MI03 ENISSAO 19.07.200

DETROIT

VALIDADE 23.07.2000

SETHA : 0000000000

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

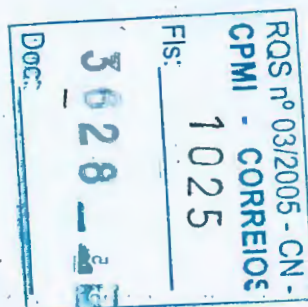
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0140442855

EN: BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

370637 AUTOMÓVEL 1996 FIAT/UNO MILLE IE AMAR

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



1999

3743

MLPA/MI03 ENISSAO 19.07.200

DET RAN

VALIDADE 23.07.2000

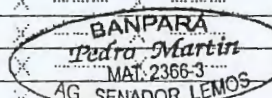
SEHHA : 0000000000

DT0515

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0140439552

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTP0517.AUTOMOVEI.1996.FIAT/UNO MILLE IE.4MAR

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|---|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 182,00 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 182,00 |
|  | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | |
| VIA USUARIO | |
| TOTAL GERAL | 300,66 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



| | | | | |
|--|--|---|------------------------------|-----------------------------------|
|  CORREIOS | | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | NÚMERO PL 199
884/01 AC |
| NOME DO FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA | | | | |
| EMISSÃO
22/06/01 | | CPF
463.523.332-49 | | FONE/Ramal |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
Rua da Marinha, 36 – Marambaia – Belém/PA. | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
28.13000-6 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA | | DATA VENCIMENTO
29/06/01 |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| Financeiro Agência: 0 200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
03.2.02-2.03.12 | VALOR
R\$ 1.210,00 | RUBRICA |
| Contábil: 411.04.99.0001 | | | | |
| TIPO da SAN-AP:
1 - | | | | DATA
CONCESSÃO |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA. NO MÊS DE MAIO/01, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/2000, ORIUNDO DA DL-0341/00, CONFORME RECIBOS ANEXOS. | | | | |
| VALOR BRUTO: R\$ 1.210,00
I.R.R.F.: ISENTO
DESC. ISS (5%): R\$ 60,50
INSC. INSS: 11467357485 | | | | |
| VALOR TOTAL
R\$ 1.149,50 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
(UM MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | |

Recebi

29/06/01

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1026
Fls: _____
3628
Doc: _____ |
|--|

RECIBO



R\$ 1.210,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.210,00 (HUM MIL E DUZENTOS E DEZ REAIS), referente a serviços prestados com LICENCIAMENTO E 2ª VIA DO DUT- 2001 Ref. mês de maio/2001, sendo:
CARROS = 19 X R\$ 40,00 = R\$ - 760,00
MOTOS = 15 X R\$ 30,00 = R\$ - 450,00

LOCAL E DATA, 01/06/2001

ASSINATURA: Luiz José de Sousa e Silva
NOME: LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, N.º 36
Nº IDENTIDADE: 231028-3
CPF: 463523332-49

| | |
|-----------------|----------------|
| VALOR BRUTO | R\$ - 1.210,00 |
| IRRF | ISENTO |
| I.S.S: 5% | 60,50 |
| INSC.INSS | 11467357485 |
| SEST/SENAT 2,5% | ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 1.149,50 |

Veic:

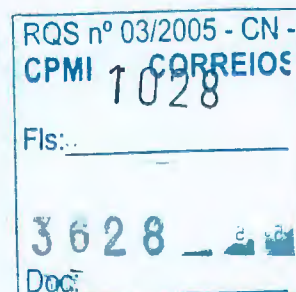
STO: 2818030-5

| | |
|-----------------------|--|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI 7-027 | |
| CORREIOS | |
| Fls: | |
| 3628 | |
| Doc: | |



RELAÇÃO REERENTE LICENCIAMENTO-2ª VIA DUT-MÊS MAIO/2001

| CARROS | MOTOS |
|---------------|---------------|
| 01 – JTJ-0792 | 01 - JTT-2694 |
| 02 – JTJ-3263 | 02 – JTT-2354 |
| 03 – JTZ-8173 | 03 – JTT-1564 |
| 04 – JTZ-3463 | 04 – JTT-2284 |
| 05 – JTV-8245 | 05 – JTT-1594 |
| 06 – JTT-7195 | 06 – JTT-1654 |
| 07 – JTT-7185 | 07- JTT-1754 |
| 08 – JTT-7175 | 08 – JTT-1854 |
| 09 - JTV-8225 | 09 – JTT-2794 |
| 10 – JTT-7165 | 10 – JTT-1454 |
| 11 – JTT-7145 | 11 – JTT-2564 |
| 12 – JTT-7215 | 12 – JTT-2474 |
| 13 – JTT-7245 | 13 – JTT-1584 |
| 14 – JTT-8215 | 14 – JTT-2754 |
| 15 – JTT-2294 | 15 – JTT-2774 |
| 16 – JTT-2304 | |
| 17 – JTT-7135 | |
| 18 – JTT-7235 | |
| 19 – JTT-0105 | |



RECIBO



R\$ 1.460,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.460,00 (Hum mil, Quatrocentos e Sessenta Reais), referente a serviços prestados com Licenciamento e Taxas de autenticação /2001, AO MÊS DE JUNHO/2001 – sendo 18 motos e 23 carros.

MOTOS – 18 X R\$ 30,00 = R\$ 540,00

CARROS – 23 X R\$ 40,00 = R\$ 920,00

Local e Data, 20 / 1 / 2001

ASSINATURA : Luiz José de S. Silva

NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-------------|--------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 1.460,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 73,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |

| | |
|-----------------|--------------|
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 1.387,00 |

Deu:

Sto: 2818030-5





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS JUNHO/2001-

MOTO 18 x 30,00 = 540,00

CARROS 23 x 40,00 = 920,00

MOTOS = 18

JTT-2754
JTT-2794
JTT-2774
JTT-1594
JTT-1564
JTT-1584
JTW-9714
JTT-1924
JTT-2564
JTT-2354
JTT-1754
JTT-2694
JTT-2284
JTT-1454
JTT-2474
JTT-2814
JTT-2734
JUB-5898

CARROS = 23

JTZ-3463
JTT-2304
JTT-7235
JTT-3263
JTT-2294
JTT-0105
JTZ-8173
JTT-7135
JTU-8215
JTT-7175
JTT-7245
JTT-7145
JTT-7215
JTU-8225
JTT-7165
JTU-8245
JTT-7185
JTT-7195
JTT-9026
JUC-8295
JUC-7845
JTT-7225
JTT-7205





DTP2V001 MLPA/MIO3 EMISSAO 18.06.2001

DETRAN

VALIDADE 20.06.2001

SENHA : 000000000

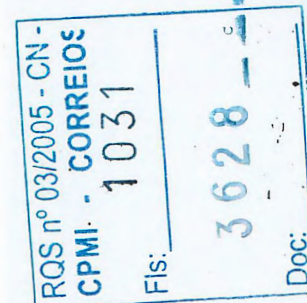
DT.1326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0132537940

EMPRESA-BRASILEIRA-DE-CORREIOS-E-TELEGRAFOS
JTT7205-CAMIONETA-1990-VW/KOMBI-AMARELA

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 57.04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51.62 |
| IPVA - COTA UNICA ANUAL 2001 | 277.00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 395.66 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DET RAN

VALIDADE 22.06.2001

SENHA : 0000000000

DT1326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0133059670

~~0117026, CAMBODIA, 1958, FIFTY FORTY TWO, 610821~~

[illegible]

BEF015200106201457D####\$349.47CR006DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI
CORREIOS
1032

Fis. _____

3628 2 2

Dec: _____

DT41

FLFA/NI03 EMISSAO 06.06.200

VALIDADE 08.06.2001

SETHA : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0130190351

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

00000005, CATHY HALL, 2000, 1/14, BENZ, 312D, SPRINTER

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DET RAN

Editorial Board

071145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132301622

CONFIDENTIAL

C A DE PLACA JTT 7219

[illegible]

VERIFICAÇÃO MECÂNICA
15/09/2015 10:17:44 68CRO02DT15

Doc:

3628

五

CPMI

1033

CORREIOS - CPMI

EDOS n° 03/2005 - CN -



D 741-1

DIETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

122794125

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

SECRET

CA-DE PLACA ~~101~~ ~~102~~ - JUB 5010

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031648D\$\$\$\$\$\$\$5,68CR001DT15



D'Agès

MFCU 49133600

18.06.2021

VALLEJO

20.16.2001

DET RAN

DT 1243

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

1.32302047

~~CONFIDENTIAL~~

C A DE PLACA 377 7145

[illegible]

01/11/20

TOTAL GERAL

2000

DOCUMENTO AUTENTICACAO MECANICA

Doc:

3628

FIS

1034

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS



D. T. A. S.

MTXD ENISSAO

18.06.2009

VALUODE

20.06.2001

DIETRAN

DT1.1.455

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

1.32301407

CURRIE, J. D.

C A DE FLORA VII 6223

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO

DE COURTESY - 31

.....

VIA USMAIL

TOTAL GERAN

157

11/18/2007

ESP01570010618 MAY 94 1445, S8CROOZDT15





DET-RAN

PH.D. THESIS: 1997, 1998
MIL. DOCTOR: 1999, 2000

DT143

GUIA DE RECOLHIMENTO N^o 132297965

CONFIDENTIAL

C A DE PLACA 311 7275

[illegible]

APLICAÇÃO MECÂNICA

REF ID: A61016161017044444445, SECRET0020T15

AGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

AGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

AGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



1000

DETRAIN

FILED LHT:SGO 18.06.2008
Ved. LDGDE 20.06.2008

DT1.143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 132302209

CORRELIO

C A DE PLACA III 7243

[illegible]

INFRACUSIDE TRANSITO NO CONTINENTE

INFRAROSSI E TRANSMISSIONE

DOCUMENTO ENTREGA

SECRET 15, 68CRO020T15





DET RAN

```
PTXD ENIS60 16.06.2001
ValIDE 20.06.2001
```

D13.24.5

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 13029/53

W. J. J. J. J.

U. S. DE. FLORA 311 2514

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200106181017D4####5, 68CRO02DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 1036
3628
Doc. _____



2140

DET RAN

| | |
|--------------|------------|
| MIXO EMISSAO | 18.06.2001 |
| VALIDADE | 20.06.2001 |

071143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132296721

2012.12.19

U. S. DE. PLAC. 611 2734

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
REP015200106181017D####5, S8CRO02DT15



DT4B

DETTRAN

NOX0 E418340 10.00.2001

At the same time, the

973 6350

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132300770

CURRILE

U. S. DE. FLORA 010 6245

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
SEP01520010618101704444445, 88CRO020T15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - 4 CORRÊIO

CORREIOS

F/S

Doc



15749

DETTRAN

MTXD ENISSAO 19.06.200

VALIDADE 20.06.2000

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132300931

CONFIDENTIAL

C A DE PLACA 377 7165

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200106181017D####5, SSCRO020T15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT43

DETTRAN

PTXD EMISSAO 18.06.2001

VALIDADE 20.06.2001

201305

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº (2000)

CORRECTO

6. 14. 1941

[illegible]

EEPO152001061810170####5,68CRO020T15

Doc:

6928

Fis: 1038

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT436

DETTRAN

NTXD ENISSAO 18.06.2006

VALIDADE 20.06.2021

DOI: 10.1002/for

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132300427

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

It is in the case of the *de novo* formation of a new species that the question of the origin of the new species is most difficult to answer. The new species must arise from a pre-existing species, and the process of speciation must be understood in terms of the genetic and developmental changes that lead to the formation of a new species.

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
DEP015200106181017D####5, SBCR0020T15



DTAB

PTXD EMISSAO 18.06.2001

VALIDADE 30.06.2001

1124

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 152010220

CONFIDENTIAL

CHANGING THE WORLD

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTHENTICACAO MECANICA
 BEP015200106181017D####5, 88CRO020T15

Doc:

$$\begin{array}{r} 3628 \\ \hline \end{array}$$

F/S:

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS

D743

PTXD EMISSAO 18.06.2006

VALIDADE 20.06.2001

DTL 43

DETROIT

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132299472

CORRECTION

U. S. DE. P. L. 86-401 JUL 3 1969

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
EEPD15200106181017D####5,58CRO020T15



DT433

NTXD EMISSAO 18.04.2001

VALIDADE 20.06.2001

DET RAN

Dr. J. L. May Jr.

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

CONFIDENTIAL

C A DE FLACB III 1924

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEPO15200106181017045,68CRO020T15

Doc:

20

1040

CPMI - CORREIOS



DT4B

MTXD ENISSAO 18.06.2001

VALIDADE 20.06.2001

DET RAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

154237650

CORREIO

C A DE FLACA JTW 9714

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BBP01575010618101704####5, 88CR0020T15



DT4B

NTXD EMISSAO 18.06.2001

VALIDADE 20.06.2001

DETRAN

DTL 63

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº (13504/99)

CORRIDO

6-4-12-16000-01-2349

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200106181017D####5,68CRO020T15

Doc: 3628



DT 438

PTXD EMISSAO 18.06.2001

VALIDADE 20.06.200

DET RAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 132257270

COPYRIGHT

1. The following information is provided for the year ended 31/12/2019:

[illegible]

150 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF0152001061810170####5,68CRO02DT15





DET RAN

PTXD EMISSAO 18.06.2000

VALIDE 20.06.2001

011145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

[illegible]

SECRET

[Faint handwritten notes at the bottom of the page]

SERVICO E MULTA

VALOR

TAYAS ESPECTATA VEHICULO.

| Condition | 10 years (O) | 12 years (□) | 14 years (Δ) |
|-----------|--------------|--------------|--------------|
| 1 | ~10 | ~10 | ~10 |
| 2 | ~60 | ~20 | ~20 |
| 3 | ~55 | ~35 | ~35 |
| 4 | ~55 | ~45 | ~40 |
| 5 | ~55 | ~55 | ~55 |

INFRACOES DE TRÂNSITO Nº

ATA USNARTD DIA 100516Z

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF0152001061810170###5, 68C0020T15

F/S:

1042

RQS nº 03/2005 - CNJ -
CPMI - CORREIOS



DET RAN

NTXD EMISSAO 18.06.2001

VALIDADE 20.06.2000

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

132292136

WORKING

U. S. National Archives

SERVICIO MULTA

VALOR

Tráfego Interurbano Viçosa

1. $\frac{1}{2} \pi$ to $\frac{3}{2} \pi$

INFRACÇÕES DE VI RANSITO Nº

VERIFIED

TOTAL GERĂL

31. 6. 1941

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

58CRO02DT15





DETTRAN

| | |
|--------------|------------|
| PTXD EMISSAO | 16.06.2000 |
| VALIDADE | 20.06.2000 |

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 152258674

CORREIO

DATE PLACED ON FILE

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SERIAL 00106181017D####\$5, 68CRO02DT15

Doc:

3628

FIS:

1044

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO



D. 4. 4. 4.

DETRAN

| | |
|--------------|-----------|
| MTXD EMISSAO | 18.06.200 |
| VALIDADE | 20.06.200 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 152228740

[illegible]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[illegible]

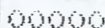
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200106181017D####5, S8CR002DT15





| RELAÇÃO DE MOTOS/CARROS - | | MAIO/2001 |
|---------------------------|--|---------------|
| MOTOS | | CARROS |
| 01 - JTT-1584 | | 01- JTZ-8183 |
| 02 - JTT-2754 | | 02-JTZ-3423 |
| 03- JTT-2354 | | 03- JTZ-3393 |
| 04-JTT-2794 | | 04-JTZ-3443 |
| 05-JTT0-1454 | | 05- JTZ-3473 |
| 06-JTT-2774 | | 06 - JTW-9694 |
| 07-JTT-1564 | | 07 - JTW-9704 |
| 08-JTT-1754 | | 08- JTW-9684 |
| 09-JTT-2694 | | 09 - JTW-8225 |
| 10-JTT-2284 | | 10- JTW-8215 |
| 11-JTT-1594 | | 11 - JTT-7175 |
| 12-JTT-2474 | | 12 - JTT-7185 |
| 13-JTT-2564 | | 13- JTT-7245 |
| 14-JTT-1804 | | 14 - JTT-7145 |
| 15-JTT-1514 | | 15 - JTT-7165 |
| 16-JTT-1704 | | 16 - JTT-7215 |
| 17-JTT-1724 | | 17 - JTW-8245 |
| 18-JTT-2324 | | 18 - JTT-7195 |
| 19-JTT-2504 | | 19 - JTZ-8173 |
| 20-JTT-1544 | | 20 - JTZ-3463 |
| 21-JTT-2824 | | 21 - JTT-3263 |
| 22-JTT-1504 | | 22 - JTT-0792 |
| 23-JTT-2314 | | |
| 24-JTT-1734 | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1045
Fls: _____
3628
Doc: _____



DTAG

DET RAN

MLPA/PI03 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 0000000000

DT0937



GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0108200007

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | 600 D. ABARCA | |
|---|-------------|---------------|--------|
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 47,00 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| VISTORIA | | 11,36 | |
| SELERO OBRIGATORIO - DE VAT | | 55,43 | |
| INFR. ATRASO LICEN. - 53 DIAS | | 54,53 | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| X | X | X | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |
| VIA DEBÁRQUE | TOTAL GERAL | | 100,36 |

ALFENTISACIO 409#\$\$\$188,36CROU2DT15
BEP0152001051715409#\$\$\$



DT98

DET RAN

MLPA/MIO3 EMISSAO 15.05.2001

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 0000000000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0125531400

[illegible]

VITA LEIAPTE

TOTAL GERAL

14244

5. Equilibrium $M = 0.5$ g

BFP0152001051715390\$\$\$\$\$147,46CR002DT15

FQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1046

Fls:

3 6 2 8

Doc:



DTAR

MLPA/MIO3 EMISSAO

15.05.2001

DETRAN

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 0000000000

00000

DT0937

**GUIA DE RECOLHIMENTO Nº**

0125531503

| EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
|--|---|--------|---|
| 125173, CAMINHÃO, 1999, 1/11, BENZ 312D SPRINTER | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| M.T. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| VISTORIA | | 11,36 | |
| ANEXO OBRIGATORIO - DE VAT | | 55,43 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 370,62 | |
| INFR. ATRASO LICEN. - 22 DIAS | | 13,63 | |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |
| TOTAL GERAL | | 510,09 | |

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105171542D####518,08CR002DT15



DTAR

MLPA/MIO3 EMISSAO

15.05.2001

DETRAN

VALIDADE 17.05.2001

SENHA : 0000000000

00000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0125531077

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
|--|---|--------|---|
| 125173, CAMINHÃO, 1999, 1/11, BENZ 312D SPRINTER | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| M.T. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| VISTORIA | | 11,36 | |
| ANEXO OBRIGATORIO - DE VAT | | 55,43 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 370,62 | |
| INFR. ATRASO LICEN. - 22 DIAS | | 13,63 | |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| X | X | X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105171543D####518,08CR002DT15



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1049
Fls.: _____
3628
Doc.: _____

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1051
Fls: 3628
Doc:

| | |
|--------------|------------|
| NTXD EMISSAO | 02.05.2001 |
| VALIDADE | 04.05.2001 |

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122579666

~~CC-1A MIT PLACA ITZB43544~~

[illegible]

BEPO1520010502;706D\$\$\$\$\$5.68CRO050142

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1053
Fis: _____
Doc: 3628

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 02.05.2001 |
| VALIDADE | 04.05.2001 |

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122526937

SECRET

[illegible]

REF0152001050217070#####568CR005DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 02.05.2001 |
| VALIDADE | 04.05.2001 |

DT0085

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

12257875

[illegible]

REPO15200105021706D\$\$\$55,68CRO050742
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 0312005 - CN -
CPMI - COOPREIOS
FIS. _____
3628
Doc: _____



D744

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122794630

CHINESE

~~G-A-DE-FLAGA-TTW-9704~~

~~TAXAS~~ ~~ESTADOS~~ ~~UNIDOS~~ ~~SERVICO E MULTA~~

VALOR

13. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

~~WJH LSHKJC~~

TOTAL GERAL

$$\frac{1}{s} \rightarrow \frac{1}{s} \rightarrow \frac{1}{s} \rightarrow \frac{1}{s}$$

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEPO1520Q105031649D\$\$\$\$\$5,68CRO01DT15





DT4B

DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122806077

CORREIO

C A DE PLACA JTT 1804

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

RECEBIMOS DE CONTROLE DE VEÍCULO
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUÁRIO

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031648D*****5,68CR001DT15

FOLIOS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis:

1056

3628

Dec:



DT4B

DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122799941

CORREIO

C A DE PLACA JTT 277

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUÁRIO

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031654D*****5,68CR001DT15





NTXD EMISSAO - 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122300924

CORRETO

C A DE FLACA JTT 1454

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPERECTATS VETCULOS

544

DOCUMENTO ENTREGUE

INFRACOES DE TRANSITO Nº

TOTAL GERAL

~~VIA USUARIO~~

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031656D\$\$\$\$\$5,68CR001DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1057

3628

Doc



DY4B

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122796098

~~CONFIDENTIAL~~

~~C A DE PLACA JTT 1704~~

~~TAXAS~~ ~~SERVICIO E MULTA~~
~~BOLETAIS~~ ~~VEICULOS~~

VALOR

33-63

INFRACOES DE TRANSITO Nº

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

5. 4. 1951

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEF015200105031652D\$\$\$\$\$5,68CR001DT15





DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122795792

COPY TO

~~C A DE FLACA JTW9684~~

TAXAS SERVICO E MULTA

VALOR \$46.50

DIETONIA DE CONTROLE DE VEÍCULO
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

~~770 US 100~~

TOTAL GERAL

— 114 —

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
 BEP0152001050316510\$\$\$\$\$\$\$5,68CR001DT15

Doc: 3628

5

7058

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT4B

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07/05/2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122795105

~~CONFIDENTIAL~~

~~C A DE PLACA JTW 9694~~

| | |
|-------|-----------------|
| TAXAS | SERVICO E MULTA |
|-------|-----------------|

VALOR ₺ 4.00

DIÁRIO DE CONTROLE DE VEÍCULO
POSCO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

INFRACOES DE

TOTAL GERAL

— ५७ —

BEP015200T05031651D****5,68CR001D-T-15
AUTENTICACAO MECANICA

AUTENTICACAO MECANICA



03.05.2001

DT1143



DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122794559

~~C A DE FLACA JTT 1504~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEPO15200105031650D\$\$\$\$\$\$\$5,68CR001DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls.: 1059

Doc.: 3628

03.05.2001

DT1143



DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122793820

~~C A DE FLACA JTT 1564~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031646D\$\$\$5,68CRO01DT15





DT44

NTXD EMISSAO 03.05.20d1

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122792858

CORREIO

C A DE FLACA JTT 1594

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5. 63

DIRETORIA DE CONTROLE DE VEÍCULOS
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

----- X

3666

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031645D\$\$\$\$\$5,68CR001DT15

Doc:

F/S:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1060



D T 43.4

FTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122792777

CORREIO

C A DE FLACA JTT 2824

~~SERVICO EMULTA~~

VALOR

TAXAS ESPECIAIS, VEICULOS

5, 663

POSTO DE CONTROLE DE VEICULOS

DOCUMENTO DE SERVICO - DETRAN

ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

5, 66

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015200105031646D\$\$\$\$\$5,68CRO01DT15





| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122792343

CORRETO

C A DE FLACA JTT 2324

[illegible]

Doc:

3628

15/1

1061

EDS nº 03/2005 - CN -
PMI - CORREIOS

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP015280105031637D\$\$\$\$\$5,68CR001DT15



| | |
|--------------|------------|
| NTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122792262

CORREIO

C A DE PLACA JTT 1584

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031641D\$\$\$5,68CRO01DT15





DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122792009

CORRETO

C A D E P L A C A J U R A S A

| SERVICO E TAXA | | VALOR |
|--|---|-------|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | 5,68 |
| POSTO DE CONTROLE DE VEICULOS - DETRAN | | |
| DOCUMENTO ENTREGUE | | |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X | |
| VIA USUARIO | | 5,68 |
| TOTAL GERAL | | |

Doc: 03/2005 - CN -
RQS
DEPDI
CPMIL - CORREIOS
1062
1062
628
VIA DESPACHO
15

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEF045200105031642D\$\$\$\$\$5,68CRO01DT15



DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122791967

CORREIO

C A DE FLACA JTT2354

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|--|---|----------|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | R\$ 5,68 |
| DIRETORIA DE CONTROLE DE VEÍCULOS - DETRAN
COSTO DE SERVIÇO - ENTREGUE DOCUMENTO ENTREGUE | | |
| VIA USUARIO | X | R\$ 5,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____ X | | |
| TOTAL GERAL | | R\$ 5,68 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031643D\$\$\$5,68CRO01DT15



DT4B

DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 122797906

CORREIO

C A DE PLACA JTT 2264

[illegible]

5, 63

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BE0015200105031654D\$\$\$\$\$\$\$5,68CR001DT15

Doc:

3628

5/5

1063

PROQ n° 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



D. T. 413

DETRAN

MTXD ENISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 133801370

~~CONFIDENTIAL~~

Handwritten musical notation on a single staff. The notation includes various note values (quarter, eighth, and sixteenth notes), rests, and bar lines. The handwriting is in ink on aged paper.

| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | | |
|--|-------------|-------|--|--|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | 5,60 | | |
| <div>SECRETARIA DE CONTROLE DE VEICULOS
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE</div> | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | | | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | | |

~~WILSON~~

TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031655D\$\$\$\$\$\$\$5,68CRO01DT15





DT4B

DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122802160

CORREIO

C A DE PLACA JTT 2494

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

DIRETORIA

POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031657D#####5,68CR001DT15

Doc: 3628

Fis: _____

RQS nº 03/2005 - CN-CPMI - 10084



DT4B

DETRAN

MTXD EMISSAO 03.05.2001

VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122802322

CORREIO

C A DE PLACA JTT 1734

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

DIRETORIA

POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031659D#####5,68CR001DT15





DT4B

DETRANMTXD EMISSAO 03.05.2001
VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122803213

CORREIO A DE PLACA JTT 2474

C A DE PLACA JTT 2474

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

DIRETORIA

P.O. DE SERVIÇO - DETRAN

DOCUMENTO ENTREGUE

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

X

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031658D*****5,68CR001DT15

| | |
|-----------------------|------|
| Doc: | 3622 |
| Fis: | |
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - 1908REIOS | |



DT4B

DETRANMTXD EMISSAO 03.05.2001
VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122803213

CORREIO

C A DE PLACA JTT 2504

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

X X

X

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

X

TOTAL GERAL

VIA USUARIO

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031748D*****5,68CR005DT12





DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| NTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

1590425

CONFIDENTIAL

~~C A DE FLACA ITT 1514~~

SERVICO E MULTA

~~TAXAS ESPECIALS VETULOR~~

114

INFRACOES DE TRANSITO Nº

TOTAL GERAL

$$\text{---} \xrightarrow{\text{H}_2\text{O}} \text{---} \text{OH}$$

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

40

FIS

RQS n° 03/2005 - CN -
CPMI - CPMR/5105



DET RAN

| | |
|--------------|------------|
| NTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO

12804326

CHEERLO

~~C A DE PLACA III 175~~

SERVIÇO E M...

TAXAS ESPECIALES USUARIOS

VALOR

1345

INFRACOES DE TRANSITO N

TOTAL GERBÄ...

~~UTA UCN 690182001050317-000335933~~

11/11/11

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT4B

DETRANMTXD EMISSAO 03.05.2001
VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122804619

CORREIO

C A DE PLACA ITT 1542
SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

3028

Fisc:

1067

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

DT4B

DETRANMTXD EMISSAO 03.05.2001
VALIDADE 07.05.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

122804680

CORREIO

C A DE PLACA ITT 1224
SERVIÇO E MULTA

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DET RAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DY1.1.43

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº $\rightarrow \text{---} \rightarrow \text{---} \rightarrow \text{---} \rightarrow \text{---} \rightarrow \text{---}$

CONFIDENTIAL

(G-A)DEFGA-377-2314

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECTATS VEHICULOS

446

[illegible]

INFRACOES DE TRANSITO Nº

WTA 15200105031749D TOTAL GENA 683000142

11.43

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RAS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1068
Fis.: _____
3628
Doc.: _____



0744

DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 03.05.2001 |
| VALIDADE | 07.05.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

1.2279 1.996

CORRETO

C A DE FLACA 3112/9

SERVICOE MULT

VALOR

TAXAS ESPECTATIS VITAE

5. 69

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº. X

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

5. 6. 66

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEP015200105031644D\$\$\$\$\$5,68CR001DT15



| | | | | |
|--|--|---|--|-------------------------|
|  CORREIOS | | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | NÚMERO
541/01 |
| NOME DO FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA | | | | |
| EMISSÃO
10/04/01 | | CPF
463.523.332-49 | | FONE/Ramal |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
Rua da Marinha, 36 – Marambaia – Belém/PA. | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
28.13000-6 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA | | DATA VENCIMENTO |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| Financeiro Agência: 0 200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
03.2.02-2.03.12 | | VALOR
R\$ 1.280,00 |
| Contábil: 411.04.99.0001 | | | | RUBRICA |
| TIPO da SAN-AP:
1- | | | | |
| DATA CONCESSÃO | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA., OBJETO DO CONTRATO Nº 067/200, ORIUNDO DA DL-0341/00, CONFORME RECIBO ANEXO.
VALOR BRUTO: R\$ 1.280,00
I.R.R.F.: ISENTO
DESC. ISS (5%): R\$ 64,00
INSC. INSS: 11467357485 | | | | |
| VALOR TOTAL
R\$ 1.216,00 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
(UM MIL, DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS) | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | |



SRET GECOF
10.12.2001

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1069

3628

Doc:



RECIBO

R\$ 1.280,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.280,00 (Hum mil,duzentos e oitenta reais), referente a serviços prestados com licenciamento/2001, AO MÊS DE ABRIL/2001 – sendo 28 motos e 11 carros.

MOTOS – 28 X R\$ 30,00 = 840,00

CARROS – 11 X R\$ 40,00 = 440,00

Local e Data, 4 / 04 / 2001

ASSINATURA: Luiz José Sousa e Silva

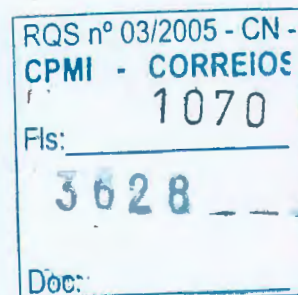
NOME: LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA

ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36

C.P.F.: 463523332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|--------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 1.280,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 64,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 1.216,00 |





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS ABRIL/2001-

MOTO 28 x 30,00 = 840,00

CARROS 11 x 40,00 = 440,00

MOTOS

JTT-1724 ✓
JTT-1734
JTT-2314 ✓
JTT-1504 ✓
JTT-2624 ✓
JTT-1544 ✓
JTT-2504 ✓
JTT-2324 ✓
JTT-1704 ✓
JTT-2014 ✓
JTT-2734 ✓
JTT-1514 ✓
JTT-1804 ✓
JTT-2564 ✓
JTT-2464 ✓
JTT-1594 ✓
JTT-2284 ✓
JTT-2694 ✓
JTT-1754 ✓
JTT-1564 ✓
JTT-2774 ✓
JTT-1454 ✓
JTT-2794 ✓
JTT-2354 ✓
JTT-2754 ✓
JTT-1584 ✓
JTM-5120 ✓
JTM-6490 ✓

CARROS

JTZ-3473 ✓
JTZ-3443 ✓
JTZ-3393 ✓
JTZ-3423 ✓
JTZ-8183 ✓
JTW-9684 ✓
JTW-9704 ✓
JTW-9694 ✓
JVD-1740 ✓
JTI-2693 ✓
JTK-3917 ✓

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1071 |
| 3628 |
| Doc: |



| | |
|---|----------------------------------|
|  EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | |
| DE: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA.
AO: DIRETOR REGIONAL ADJUNTO/DR/PA.
CI/SCCO/GERAD/DR/PA – 0210/2001 | FAX.: 211-30-53

PROTOCOLO |

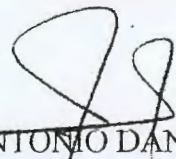
Assunto: Autorização para Pagamento.

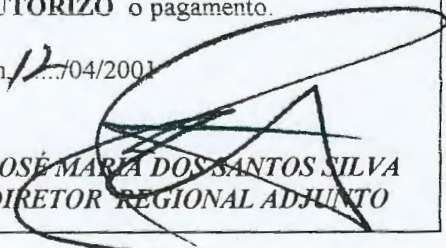
Belém/PA., 12 de abril de 2001.

Em função do tempo demandado pela Administração Central para emissão, liberação e envio de Tabela de Crédito para a DR/PA., vimos solicitar que V.S^a. autorize a Gerência Financeira efetuar a liberação dos pagamentos relacionados abaixo com vencimento para o dia 12/04/2001:

- APs-541/01 E 425/01 – LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA
CONTA/ATIVIDADE: 03.2.02-2.03.12 (411.04.99.0001)
TOTAL: R\$ 2.000,00
- APs-0432 e 0471/01 – RONALDO ROBSON MATOS SANTANA
CONTA/ATIVIDADE: 03.2.02-2.03.07 (411.04.08.0001)
TOTAL: R\$ 4.351,60
- AP-505/01 – MARIA DE FÁTIMA FERNANDES
CONTA/ATIVIDADE: 03.2.02-2.03.12 (411.04.99.0001)
TOTAL: R\$ 262,50

Atenciosamente,


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA.

| |
|---|
| À GECOF/DR/PA
AUTORIZO o pagamento.
Em 12/04/2001

JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA
DIRETOR REGIONAL ADJUNTO |
|---|

| |
|---|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis. 1072
3628
Doc: |
|---|

**GUIA DE RECOLHIMENTO Nº**

0116230207

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
 27.2314 - MOTOCICLETA, 1970, HONDA, 125 e 125, CARGO, A

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



SENHA : 045996644

07526

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0116235195

[illegible][illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis:

3628

Doc:

1455 - XC

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0116228300

~~CHP HAS CORRECT TELETYPE~~

~~CTT2304, MOTOROLA, 1979, HONDA/BB 125, SAME~~

| SERVIÇO E MULTA | | VALOR |
|-------------------------------|---|--------|
| ALT. CADASTRO/CMOD. DOCUMENTO | | 07,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** |
| DEBITE CIRCULATORIO DEVIAT | | 00,00 |
| TAXA COTA UNICA ANUAL 2001 | | 22,00 |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| INFRACOES DE TRANSITO Nº | | X |
| TOTAL GERAL | | 100,00 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0116228914

7/17/77 BRN CONCLUDED IN TELETYPE

[illegible][illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1075

3 6 2 8

Doc:



DT46

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSÃO 03.04.2001

VALIDADE 05.04.2001

SENHA : 000000000

DT0936

00000

**GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116731508**

EMP. BRA. CORREIO E TELEGRAFOS

JTT1724, MOTOCICLETA, 1998, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|---------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 26,00 |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X -----

VIA USUARIO TOTAL GERAL 186,42

BEP01520010403170805555186.42CR005DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT13V11

DETRAN

MLPA/MIO3 EMISSÃO 30.03.2001

VALIDADE 05.04.2001

SENHA : 0396H0289

DT1326

00000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116230711

EMP. BRA. CORREIO E TELEGRAFOS

JTT2324, MOTOCICLETA, 1998, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|---------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 26,00 |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X -----

VIA USUARIO TOTAL GERAL 186,42

BEP01520010403170705555186.42CR005DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT15V11 MLPA/MI03 EMISSAO 30.03.2001
VALIDADE 03.04.2001
SENHA : 016903796
DT1326

DETRAN



GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116233494

EMP. BRÁ CORREIOS TELEGRAFOS
DTT2814, NETOCICLETA, 1998, HONDA/CB 125 CARGO, A

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 57,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO DPVAT | 73,33 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2001 | 26,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA OSCARIE | 105,42 |
| TOTAL GERAL | |

BEP01520010403170975555185742R005DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT15V11 MLPA/MI03 EMISSAO 30.03.2001
VALIDADE 03.04.2001
SENHA : 116923509
DT1326

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116232170

EMP. BRÁ CORREIOS TELEGRAFOS
DTT1704, NETOCICLETA, 1998, HONDA/CB 125 CARGO, A

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 57,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO DPVAT | 73,33 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2001 | 26,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA OSCARIE | 105,42 |
| TOTAL GERAL | |

BEP01520010403170975555185742R005DT42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1077

3628



SEKHA : 0000000000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0116294108

~~EMP. BRÁ CORREIOS TELEGRAFOS~~

~~TTT2564, MOTOCICLETA, 1998, HONDA/CG 125, CARGO, A~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



71N1

MLPA/M

EN15540 30.03.2004

VALIDADE 03.04.2000

GENWA : 015710669

071326

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0116234032

[illegible]

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 104

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls: 1079

Doc: 3628

11455 - XC

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116295503

~~EMP. BRAS. CORREIOS TELEGRAFOS~~

~~UNIT 1594, MOTOCICLETA, 1998, HONDA/CG 125 CARGO, A~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1455 - XC

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116294280

EMP. DA CORREIOS TELEGRAFOS

~~VTT2474 "MOTOCICLETA 1999 HONDA/CC 125 CARGO A~~

| SERVIÇO E MULTA | | VALOR |
|-------------------------------------|---|--------|
| ALT. CADASTRAL 157 EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO DPVAT | | 93,30 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2001 | | 26,00 |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| X | X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X | X |
| VIA USUARIO | | |
| TOTAL GERAL | | 106,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls: 1080

Doc: 36 28

11455 - XC

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116294523

~~EMP. DIA CORREIOS TELEGRAFOS~~

~~TTTT2694, MOTOCICLETA, 1990, HONDA/CC 125, CARGO, A~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0116294442

~~EMP. BRA CORREIOS TELEGRAFOS~~

WILLIAM C. CLETH, 1970, 1040 S. A. 3000

| SERVICO E MULTA | | | | VALOR | |
|----------------------------------|---|------------|---|------------|---|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | | R\$ 07,00 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DE VAT | | | | R\$ 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | R\$ 26,00 | |
| 2001-01-01 | X | 2001-01-01 | X | 2001-01-01 | X |
| 2001-02-01 | X | 2001-02-01 | X | 2001-02-01 | X |
| 2001-03-01 | X | 2001-03-01 | X | 2001-03-01 | X |
| 2001-04-01 | X | 2001-04-01 | X | 2001-04-01 | X |
| 2001-05-01 | X | 2001-05-01 | X | 2001-05-01 | X |
| 2001-06-01 | X | 2001-06-01 | X | 2001-06-01 | X |
| 2001-07-01 | X | 2001-07-01 | X | 2001-07-01 | X |
| 2001-08-01 | X | 2001-08-01 | X | 2001-08-01 | X |
| 2001-09-01 | X | 2001-09-01 | X | 2001-09-01 | X |
| 2001-10-01 | X | 2001-10-01 | X | 2001-10-01 | X |
| 2001-11-01 | X | 2001-11-01 | X | 2001-11-01 | X |
| 2001-12-01 | X | 2001-12-01 | X | 2001-12-01 | X |
| 2002-01-01 | X | 2002-01-01 | X | 2002-01-01 | X |
| 2002-02-01 | X | 2002-02-01 | X | 2002-02-01 | X |
| 2002-03-01 | X | 2002-03-01 | X | 2002-03-01 | X |
| 2002-04-01 | X | 2002-04-01 | X | 2002-04-01 | X |
| 2002-05-01 | X | 2002-05-01 | X | 2002-05-01 | X |
| 2002-06-01 | X | 2002-06-01 | X | 2002-06-01 | X |
| 2002-07-01 | X | 2002-07-01 | X | 2002-07-01 | X |
| 2002-08-01 | X | 2002-08-01 | X | 2002-08-01 | X |
| 2002-09-01 | X | 2002-09-01 | X | 2002-09-01 | X |
| 2002-10-01 | X | 2002-10-01 | X | 2002-10-01 | X |
| 2002-11-01 | X | 2002-11-01 | X | 2002-11-01 | X |
| 2002-12-01 | X | 2002-12-01 | X | 2002-12-01 | X |
| TOTAL GERAL | | | | R\$ 186,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1455 - XC

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1081

F/s:

3 6 2 8

Doc:

1455-XC

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116292741

EMP. BRÁ. CORREIOS TELEGRAFOS

~~ATT14E4 MOTOCICLETA 1990 HONDA/CG 125 CARGO A~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1455 - XC

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116292318

EMP BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 104

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | |
|-----------------------------------|---|----------------|---|----------------|---|
| ALT. CADASTRAIS/ EMISS. DOCUMENTO | | | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | 26,00 | |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X | 2001 0000 0000 | X |
| 200 | | | | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1-083

F.S.

Doc: 3628



DT0936



0116293128

[illegible]

| INFRACOES DE TRANSITO Nº | | DATA DA INFRACAO | VALOR DA MULTA | DATA DO PAGAMENTO | VALOR DO PAGAMENTO |
|--------------------------|-------------|------------------|----------------|-------------------|--------------------|
| VIS 0316910 | TOTAL GERAL | | 186,42 | | |

FFFO15200104031719D####186.42CR005D*42

AUTENTICACÃO MECÂNICA



DT0936

0116292903

[illegible]

INFRACOES DE TRANSITO Nº

REF015200104031718055555185 2181050142

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1084

1-F18:

Doc: 3628

[illegible]



DT4G

MLPA/MI03 EMISSAO 30.03.200

30.03.200

DET-RAN

VALIDADE 03.04.200

SETHA : 000000000000

DT0936

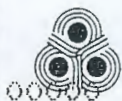
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0116287667

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRÁFO

CH23443, CAMINHAO, 1999, 1/11, BENZ 312D SPRINTER,

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT4G

MLPA/MI03 EMISSAO 30.03.200

30.03.200

DETRAN

VALIDADE 03.04.200

SENHA : 0000000000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0116288396

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAF.

~~0725473, CANNING, 1999, 1/4, DEHZ 3123, GRIFFITHS,~~

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|------------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS / EMISS. DOCUMENTO | 67,94 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VICTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2001 | 340,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUÁRIO | X |
| TOTAL GERAL | 481,83 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1086

Fig. 5

3628

Doc

Doc:

100

20



DTP5V007 MDTV/M108 EMISSAO 16.03.2001
DETRAN VALIDADE 20.03.2001

DETRAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0113365284

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.
DTM5120, MOTOCICLETA, 1988, YAMAHA/RD 135, AMARE

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DTP5V007 MDTV/MIOB EMISSAO 12.03.2000
DETTRAN VALIDADE 20.03.2000

DETRAN

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
1091

Doc:

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0113365870

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JUL1740, CAMIONETA, 1991, VW/GOL, AMARELA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DTP5V007 MDTV/MIOB EMISSAO 16.03.2001

DETRAN

VALIDADE 20.03.2001

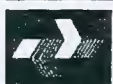
DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0113365446EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTM6490, ,MOTOCICLETA,1988,YAMAHA/RD 135,AMARE

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|---|-------------------------------------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL - 2000 | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| INF.R.ATRASO LICEN.-99DIAS | 136,34 |
| VISTORIA | 11,36 |
| EXPEDICAO 2.VIA DUT/DUAL | ***** |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| ☒ ☒ | ☒ |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ☒ | ☒ |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 308,12 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS
1092
Fls:
3628 -
Doc:

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

NÚMERO

583/01



NOME DO FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

EMIÇÃO

23/04/2001

CPF

463.523.332-49

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

Rua da Marinha, 36 – Marambaia – Belém/PA

Centro Custo Órgão Gestor = STO

28.13000-6

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

DATA VENCIMENTO

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: 0 200-3

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

03.2.02- 2.03.12

VALOR

1.040,00
R\$ ~~1.040,00~~

RUBRICA

Contábil:

411.04.99.0001

TIPO da SAN-AP:

1 -

DATA
CONCESSÃO

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA., OBJETO DO CONTRATO Nº 067/200, ORIUNDO DA DL0341/00, CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ 1.040,00

I.R.R.F: ISENTO

DESC. ISS (5%): R\$ 52,00

INSC. INSS: 11467357485

VALOR TOTAL

R\$ 988,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO

(NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)

2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR

3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

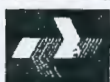
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

1093

3628

Doc:

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**NÚMERO
583/01

NOME DO FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

EMIÇÃO

23/04/2001

CPF

463.523.332-49

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

Rua da Marinha, 36 - Marambaia - Belém/PA

Centro Custo Órgão Gestor = STO

28.13000-6

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

DATA VENCIMENTO

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: 0 200-3

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

03.2.02- 2.03.12

VALOR

1.040,00
R\$ 1.040,00

RUBRICA

Contábil:

411.04.99.0001

TIPO da SAN-AP:

1 -

DATA
CONCESSÃO

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/200, ORIUNDO DA DL0341/00, CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTI: R\$ 1.040,00

I.R.R.F: ISENTO

DESC. ISS (5%); R\$ 52,00

INSC. INSS: 11467357485

VALOR TOTAL

R\$ 988,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO

(NOVECIENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)

2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR

3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1094

3628

Doc:



RECIBO

R\$ 1.040,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 1.040,00 (HUM MIL, E QUARENTA REAIS), referente a serviços prestados com - Licenciamento e Taxas de Autenticação/2001., AO MÊS DE ABRIL - sendo 02 CARROS E 32 MOTOS.

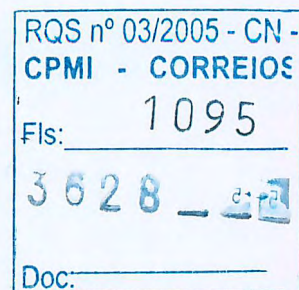
CARROS - 02 X R\$ 40,00 = 80,00

MOTOS - 32 X R\$ 30,00 = 960,00

Local e Data, 20 / 4 / 2001

ASSINATURA : [Signature]
NOME : LUÍZ JOSÉ SOUSA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36
C.P.F.: 463523332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|--------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 1.040,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 52,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 988,00 |





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS DE ABRIL/2001

MOTOS 32 X 30,00 = R\$ 960,00

CARROS 02 X 40,00 = R\$ 80,00

JTY-8853 ✓

JTY-8763 ✓

JTY-8873 ✓

JTY-9083 ✓

JTY-9198 ✓

JTY-8863 ✓

JTY-8883 ✓

JTY-8993 ✓

JTY-9073 ✓

JTZ-3453 ✓

JTY-9183 ✓

JTY-8783 ✓

JTY-8653 ✓

JTY-9173 ✓

JTY-9163 ✓

JTY-9153 ✓

JTY-8973 ✓

JTY-9053 ✓

JTY-8983 ✓

JTY-8953 ✓

JTY-8963 ✓

JTY-9063 ✓

JTY-9093 ✓

JTW-4527 ✓

JUB-6048 ✓

JTW-4687 ✓

JTW-4707 ✓

JVD-1100 ✓

JTW-9714 ✓

JTT-1654 ✓

JTT-1854 ✓

JTT-1924 ✓

JTZ-3373 - CARRO/SPRINTER

JTJ-2713 - CARRO/CAM

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1096
Fls: _____
Doc: _____



DTF2

| | |
|--------------|-----------|
| MTXD EMISSAO | 29.03.200 |
| VALIDADE | 02.04.200 |

DETRAN

DT0161

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

116028642

EMPRESA REAS CORRETORES E TIGER PERSAENS
XEROX: AUTENTICADA JUN 6048 PA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001033012100####5,68CR001DT15



DTP2

| | | | |
|--------------|----|----|------|
| NTXD EMISSAO | 29 | 03 | 2001 |
| VALIDADE | 02 | 04 | 2001 |

DETRAN

03/20

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

1.1.5.2.2.2

XEROX AUTENTICADA JTW 4527 PA

[illegible][illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001033012110#####5,68CR001DT15



DETRAN

SENHA : 0000000000

SENHA : 0000000000

DT1273

0119417154

JTW9714, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____ ☒ ☐

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

107.42

RECIBO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001041915380:11111189,420R0010T:5

Fis: 1098

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DETRAN

SENHA : 0000000000

SENHA : 0000000000

DT1273

0119418479

0TT1654, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

INFRAÇÕES DE
VIA URBANA

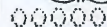
TOTAL GERAN

135.42

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
REP01S2001041915410#####186,42CR0010T15





DETRAN

VALIDADE 19.04.200

SENN : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0119454785

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO

JTZ33373, CAMINHAO, 1999, I/M, BENZ 312D SPRINTER.

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| VISTORIA | 11,36 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 348,00 |

| | | | | | | | | | |
|----------------|---|----------------|---|----------------|--|----------------|---|----------------|--|
| 1800 2500 2600 | X | 1100 2600 2700 | X | 0800 2700 2800 | | 1400 2800 2900 | X | 0500 2900 3000 | |
| 0200 3000 3100 | X | 0900 3100 3200 | | 1600 3200 3300 | | 0300 3300 3400 | X | 1200 3400 3500 | |
| 0400 3500 3600 | X | 1300 3600 3700 | | 1700 3700 3800 | | 0600 3800 3900 | X | 0100 3900 4000 | |
| 0700 4000 4100 | X | 1000 4100 4200 | X | 0800 4200 4300 | | 0900 4300 4400 | X | 0400 4400 4500 | |
| 1600 4500 4600 | X | 1100 4600 4700 | X | 1500 4700 4800 | | 0700 4800 4900 | X | 0300 4900 5000 | |
| 0500 5000 5100 | X | 1400 5100 5200 | X | 1300 5200 5300 | | 1000 5300 5400 | X | 0600 5400 5500 | |
| 0800 5500 5600 | X | 1600 5600 5700 | X | 1200 5700 5800 | | 0900 5800 5900 | X | 0100 5900 6000 | |
| 1000 6000 6100 | X | 0800 6100 6200 | X | 1500 6200 6300 | | 0700 6300 6400 | X | 0300 6400 6500 | |
| 0600 6500 6600 | X | 1400 6600 6700 | X | 1300 6700 6800 | | 1000 6800 6900 | X | 0600 6900 7000 | |
| 0500 7000 7100 | X | 1200 7100 7200 | X | 0900 7200 7300 | | 0800 7300 7400 | X | 0400 7400 7500 | |
| 0300 7500 7600 | X | 0100 7600 7700 | X | 1600 7700 7800 | | 1100 7800 7900 | X | 0500 7900 8000 | |

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº 2274 0000 0000 X 0000 0000 0000 X 0000 0000 0000

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 481,83 |
|-------------|-------------|--------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
SEP015200104191537044481,83CR001DT15

RQS nº 03/2005 - CNJ -
CPMI - CORREIOS
1100
Fis. _____
3628 - 3
Doc



DET RAN

VALIDADE 19.04.2000

SENHA : 0000000000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0119454190

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTJ2713, CONTINUAÇÃO, 1989, VOL. 7, 110 S. ANARELA

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | XXXXXXXXXXXX |
| VISTORIA | 11,36 |
| SECUND. OBRIGATORIO - DPVAT | 55,43 |
| INFRA. ATRASO LICEN.-EQUIP | 13,63 |

[illegible]

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº _____ X _____

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 147,46 |
|-------------|-------------|--------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
8EP0152001041915380####147,46080010T15





NTXD EMISSAO 29.03.2001

VALIDADE 02.04.200

DT0161

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

116028998

EMP BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
XEROX AUTENTICADA JTH 4497 PA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001033012060\$\$\$5,68CRO01DT15

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1101
FIS. _____
3628
Doc. _____

Karor



DTP2

NTXD ENISSAO 29.03.200

VALIDADE 02.04.200

DT0161

DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

116030038

EMP BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
REEDY AUTENTICADA JTB 4707

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEPO1520010330120901#####5,68CRO01DT15

Here,



| | |
|--------------|-----------|
| NTXD EMISSAO | 29.03.200 |
| VALIDADE | 02.04.200 |



DET RAN

DTQ161

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

116030208

EMP BRAS COFETOS E TELEGRAFOS
XEROX AUTENTICADA JWD 1100 PA

[illegible]

EEF0152001 AUTHENTICATED MESSAGE 15,68C001DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1102
3628
Doc: _____



D144

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 17.04.2001 |
| VALIDADE | 19.04.2001 |

DET RAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

139444203

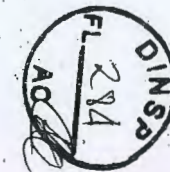
CONFIDENTIAL - TELEGRAPH

C A DE PLACA JY 9193 PA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEP0152001041915520####5,68CR0010T15



DT44

MTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.2006

DETRAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119440059

CORREIO E TELEGRAPHO

C A DE PLACA JTY 8993

[illegible]

REP015200154AUTENTICACAO MEGANICA 5,68CR001DT15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1103
Fls.
3628 - 2
Doc.



D734

NTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.200

DETRAN

DT 1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119422824

CORREIOS E TELEGRAFO

COPIA AUTENTICADA DE PLACA JTY8853

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | |
|---|---|----------------|---|------------------|---|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | | | 5,68 | |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X |
| <div style="border: 2px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> TRATORIA DE CONTROLE DE VEICULOS
 P.S.O. DE SERVIÇO - DETRAN
 DOCUMENTO ENTREGUE </div> | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| | | | | 2000 0000 0000 | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº 2000 0000 0000 X | | | | 2000 0000 0000 X | |
| VIA USUARIO | | | | TOTAL GERAL 5,68 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF0152021041915590:ttttttt\$5,68CR0010T15





DETRAN

MTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.200

DT145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119446766

CORRETO

C A DE PLACA JTY 9163

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

3EF01520010419153BD:####5,63CR0010T15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1104
FIS: _____
3028-47
Doc: _____



DT-414

DETRAN

MYXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19/04/2000

DY1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119447657-

CONFIDENTIAL

C A DE PLACA JTY 9173

| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
|-----------------------------------|--|-------|--|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | 5,68 | |
| DIRETORIA DE CONTROLE DE VEICULOS | | | |
| POSTO DE SERVIÇO | | | |
| DOCUMENTO ENTREGUE | | | |
| DETRAN | | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | |
| VIA USUARIO | | | |
| TOTAL GERAL | | 5,68 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF ID: A52001041915590#\$\$\$#5, 58CR0010T15





DETRAN

FTXD EMISSAG 17.04.2001

VALIDADE 19.04.200

DY1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119451840

CORREIO

C A DE PLACA JTY 9153

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | |
|--|--|--|--|-----------------------|--|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | | | 5,68 | |
| <div>RECIBO DE PAGAMENTO DE VLT
POR O DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE</div> | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | INFRAÇÕES DE TRÂNSITO | |
| VIA USUARIO | | | | 5,68 | |
| TOTAL GERAL | | | | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP0152001041915490\$\$\$5,68CR0010T15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1105
FIS.
3628-47
Doc:



DT443

DET RAN

MTXD ENISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.200

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 119449862-

COREIO

C A DE PLACA JTY 9053

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
 *P0152001041915510####\$5,68C0010T15



DT44

MTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.2001



DETTRAN

D71145

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119450253

CORREIO

C A DE PLACA JTY8973

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc

F/S

REGISTRO Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

62001041915500\$\$\$5,6800010715



D744

RTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.2000



DET RAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119452227

CORREIO

C A DE FLACA JTY 8653

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF0152001041915480####5, 980R0010T15





DETRAN

MTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.2008

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119423634

CORRETO E TELEGRACO

COPIA AUTENTICADA DE PLACA JTY 9093 PA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEP0152001041916000\$*\$\$*\$\$*5,68CR0010T15

Doc:

5

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1107



DT44

DET RAN

MTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.2000

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119426730

CORREIOS E TELEGRAFOS

COPIA AUTENTICADA DE PLACA JTY 8783

| SERVIÇO E MULTA | | | VALOR | |
|---|-------------|----------------|-------|----------------|
| TAXAS ESPECIAIS VEICULOS | | | 1 | 5,68 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| <div style="border: 2px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-2deg); display: inline-block;"> DIRETORIA DE CONTROLE DE VEICULOS
 P.S.O. DE SERVIÇO - DETRAN
 DOCUMENTO ENTREGUE </div> | | | | |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 | X | 2000 0000 0000 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | | 5,68 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

5590152001041918000#####5,62CR0010T15





DT4H

DETRAN

MTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119428946

CORREIOS E TELEGRAFO

COPIA AUTENTICADA DE PLACA JTY 9183 PA

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

GUARDA DE CONTROLE DE VEICULOS
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

5200104191501041915020####5,68CR001DT15

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1108

Doc:

3628

Fls:



DT4H

DETRAN

MTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119436612

CORREIO E TELEGRAFO

C A JTZ 3453

SERVIÇO E MULTA

VALOR

TAXAS ESPECIAIS VEICULOS

5,68

GUARDA DE CONTROLE DE VEICULOS
POSTO DE SERVIÇO - DETRAN
DOCUMENTO ENTREGUE

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

5,68

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

5200152001041915020####5,68CR001DT15



D7411

MTXD ENISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.2001

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

119437260

CORREIO E TELEGRAMA

C A PLACA JTY 9083

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
SEP0152001041916020####5,58CR0010715

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 1109
Doc. 3628-17



DT414

DETRAN

NTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.2000

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO

Nº

119438151

CORREIO E TELEGRAMA

C A DE PLACA JTY 8873

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF0152001041916030###5,SECRET01DT15





DETRAN

NTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.200

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 119445956

CORREDO

C. A. DE FLACA JY 9073

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEP0152001041915540####\$5,68CR0010T15

Doc

5

—
—
—
O

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



D741-1

DETRAN

NTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.2000

DT 1.143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119444984

CORRETO.

C A DE PLACA JTY 8963

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

9EP015200104191553D####5,69CR0010T15





D'Agli

DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 17.04.2001 |
| VALIDADE | 19.04.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119438666

CORREIOS E TELEGRAFO

C A DE FLACA JTY 8763 PA

[illegible]

SEP01520010419100405945,68CR0010T15

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1111
Doc: 5628



DT44

DET RAN

| | |
|--------------|-----------|
| PTXD EMISSAO | 17.04.200 |
| VALIDADE | 19.04.200 |

DT1.143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119439123

CORREIOS E TELEGRAFO

C A DE PLACA JTY 8883

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEP0152001041916050####5,68CR001DT15





DETRAN

| | |
|--------------|------------|
| MTXD EMISSAO | 17.04.2001 |
| VALIDADE | 19.04.2001 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 119449358

CORRETO

C A DE FLACA JTY 8983

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

22PD152001041915540:*****\$5,680R0010T15

Doc

FLS

1112

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT414

DETTRAN

| | |
|--------------|------------|
| PTXD EMISSAO | 17.04.2000 |
| VALIDADE | 19.04.2000 |

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 119448971

CONFIDENTIAL

C A DE PLACA JTY 9063

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BE90152001941915560\$\$\$5.68CR0010T15





D7414

MTXD EMISSAO 17.04.2001

VALIDADE 19.04.200

DETRAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119448548

CORREIO

C A DE FLACA JTY 8963

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF0152001041915560\$\$\$###\$,62CR0010T15

Doc:

302-1515

FS: 1113

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT44

PTXD EMISSAO 17.04.200

VALIDADE 19.04.200

DET RAN

DT1143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 119448203

CORREIO

C A DE PLACA JTY 8953 PA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEP015200104191557D:#####5, S9CR0010T15



**CORREIOS****SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

425/01

NOME DO FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

DATA EMISSÃO

13/03/01

CPF

463523332-49

FONE/Ramal

9917.5333

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA - BELÉM/PA.

Centro Custo Órgão Gestor = STO

28.13000-6

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA**DATA VENCIMENTO**

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIOFinanceiro Agência: **0 200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

03.2.02 - 2.03.12

VALOR

R\$ 720,00**RUBRICA**Contábil: **411.04.99.0001**

SAN-AP TIPO da:

1 - ESPECIFICO**DATA
CONCESSÃO**

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES/ Período da Viagem

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/2000, ORIUNDO DA DL-341/2000, CONFORME RECIBO ANEXO:

VALOR BRUTO: R\$ 720,00

I.R.R.F.: ISENTO

DESC. ISS (5%): R\$ 36,00

INSC. INSS: 11467357485

VALOR TOTAL

R\$ 684,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO**

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

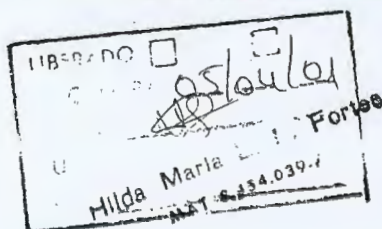
CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)

2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR

3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO





RECIBO

RS 720,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 720,00 (SETECENTOS E VINTE REAIS), referente a serviços prestados com - licenciamento/2001, AO MÊS DE MARÇO - sendo 24 motos.

MOTOS - 24 X R\$ 30,00 = 720,00

Local e Data, 13 / 13 / 2001.

ASSINATURA : Luiz José Sousa e Silva
NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36
C.P.F.: 463523332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

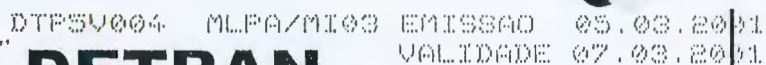
| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 720,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 36,00 |
| INSC.INSS | 11467357485 |
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 684,00 |



LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS DE MARÇO/2001

FL 257
AC





DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110103556

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO
JTY9063, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|---------------------------------|-------------|--------|
| ALT. CADASTRAL/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA 2001 | | 29,00 |
| | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Fls. 1119

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO

Doc: 3628



LTPSV004 MLPA/MI03 EMISSAO 05.03.2011
 RETRAN VALIDADE 07.03.2011

DETRAN

DTC-939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110107110

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
JTY8963, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, 0

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|--|--|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 57,00 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 29,00 |
| <p><i>Fls 006</i></p> <p>GANPARA</p> <p>Teuto Martin</p> <p>CX. 2300-3</p> <p>19. SEN. FURCS</p> | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | |
| VIA USUARIO | | |
| TOTAL GERAL | | 189,42 |

AUTENTICACÃO MECÂNICA



DTP3V004 MLFA/ALFA 1.0.0.0 02.03.2011
VALIDADE 07.03.2011

DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110097483

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
J1Y8953, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|----------------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 36363636363636363636 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| DOCUMENTO EMITIDO | |
| BANPARA | |
| Raf. Martin | |
| OK 2363 | |
| AG. SBT 108 | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | |
| VIA USUARIO | |
| TOTAL GERAL | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
1120
Fls: _____
3628
Doc: _____

DTPSV004 MLPA/MI03 EMISSAO 05.03.2001
VALIDADE 07.03.2001

DETRAN

DY0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110109163

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO
J179173, MOTOCICLETA 1999, LONDA/CE 125 CARGO,

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|--|--------|
| ALI. CADASTRAIS E EMIS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 93,38 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DECAT | 29,00 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | |
| <div style="text-align: center;"> BANPARA
 Pedro Martin
 CX. 2366-3
 AG. SEN. LEMOS </div> | |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | |
| VIA USUARIO | |
| TOTAL GERAL | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AC 2007 DINS





DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110101774

| SERVICO DE MULTA | VALOR |
|----------------------------------|-------|
| ALT, CADASTRO E/EMISS. DOCUMENTO | 37,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 78,96 |
| SEGUR. ORIENTADOR - DPVAT | 93,36 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 22,00 |

Document

BARBARA
MARTIN
CX. 2388-3
AG. SEN. LEMOS

| | | | | | | |
|--------------------------|----------------|---|----------------|----------------|---|----------------|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | 0000 0000 0000 | X | 0000 0000 0000 | 0000 0000 0000 | X | 0000 0000 0000 |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | | | | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1º C/REIOCS
Fis: _____
Doc: 3028



DETRAN

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110125959

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------------------------------|
| AL.T. CADASTRAL EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 363636363636363636363636363636 |
| SEGURO OBRIGATORIO - CDPVAT | 98,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |

BANPARA
Toda. Martin
CX-2366-3
AG. SEN 1590

| | | |
|---|-------------|-----------------------|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº 0000 0000 X 0000 0000 0000 | | 0000 0000 X 0000 0000 |
| VIA USUÁRIO | TOTAL GERAL | 189,42 |

AUTENTICACÃO MECÂNICA





DTP5V004 MLPA/MI03 EMISSAO 05.03.2001
VALIDADE 07.03.2001

DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110123158

| | |
|--|--------------------|
| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JTY8993, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRALIS/EMISSION DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | XXXXXXXXXXXX |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| BANPARA
Pedro Martin
CX 2366-3
AG. SEN. LEMOS | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DTP5V004 MLPA/MI03 EMISSAO 05.03.2001
VALIDADE 07.03.2001

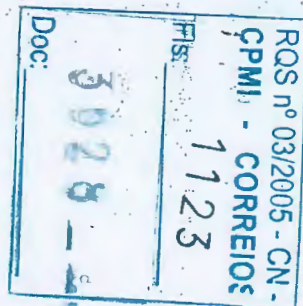
DETRAN

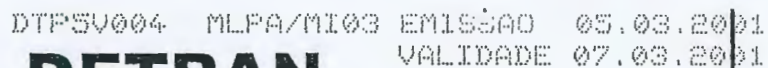
DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110114167

| | |
|--|--------------------|
| EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JTY8883, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRALIS/EMISSION DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | XXXXXXXXXXXX |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| BANPARA
Pedro Martin
CX 2366-3
AG. SEN. LEMOS | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





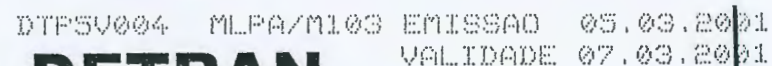
DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110102150

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | VALOR | |
|-------------------------------------|-------|--------------------------|-------|
| 67,00 | 67,00 | 67,00 | 67,00 |
| 93,38 | 93,38 | 93,38 | 93,38 |
| 34,00 | 34,00 | 34,00 | 34,00 |
| BANCA | | BANCA | |
| Pedro Martin | | Pedro Martin | |
| CX. 2366-3 | | CX. 2366-3 | |
| 40-GEN X ENL | | 40-GEN X ENL | |
| INFRACOES DE TRANSITO Nº | | INFRACOES DE TRANSITO Nº | |
| VIA USUARIO | | VIA USUARIO | |
| TOTAL GERAL | | TOTAL GERAL | |
| 194,42 | | 194,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



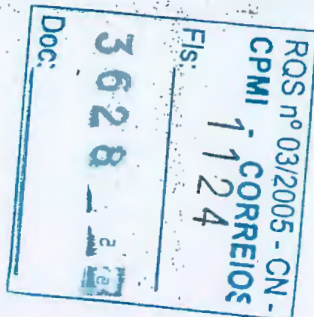
DETRAN

DT0939

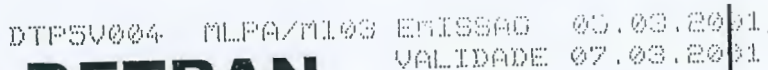
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110108191

| EMP. BRAS. DE CORREIO E TELEGRAFOS | | | |
|---|--|-------------|--|
| JTY8873, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, | | | |
| SERVICO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | 93,38 | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DREMT | | 29,00 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - DREMT | | | |
| BANPARA | | | |
| Pedro Maria | | | |
| CX: 2386 | | | |
| SEN. U... | | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL | |
| | | 189,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA







DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110117263

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEG. R. J. 8783, RUA S. J. 123, ARARÉ

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|------------------------------------|-------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS / EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | 93,30 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVET | | 34,00 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | |
| BANPARA | | |
| Pedro Martin | | |
| CX. 2386-3 | | |
| AG. SEN. LEMOS | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | |
| OTA USUARIO | TOTAL GERAL | 194,34 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

F/S: _____

Doc:



DTPSV004 MLPA/MI03 EMISSAO 05.03.2001
RETTRAN VALIDADE 07.03.2001

DETRAN

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110117425

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTY9183, NOTOC. 21. ETM, 1999, FONDA/CG 123 CARGO, C

| SERVIÇO E MULTA | | VALOR |
|-----------------------------------|--|--------|
| ALT. CADASTRAIS/ EMISS. DOCUMENTO | | 67,00 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | 93,30 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAL | | 29,00 |
| LFVA COTA DIVAL ANUAL - 2001 | | |
| BANPARAX | | |
| R. Santa Martha | | |
| CX 2386-3 | | |
| AQ. SEN. LEMOS | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | |
| VIA USUARIO | | |
| TOTAL GERAL | | 189,42 |

AUTENTICACÃO MECÂNICA



DTP5V004 MLFA/MI03 EMISSAO 05.03.2001

DETRAN

VALIDADE 07.03.2001

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0110098889

UNITED STATES OF AMERICA

[illegible]

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|--|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | 93,38 |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 29,00 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | |
| <div style="text-align: center;"> BANPARA
 Pedro Martin
 CX-2386-X
 SEN 15M-2 </div> | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | |
| VIA USUARIO | |
| TOTAL GERAL | 189,42 |

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

Doc

3628

DTF5V004 MLFA/MI03 EMISSAO 05.03.2001

DETRAN

VALIDADE 07.03.2001

DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0110120647

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

[illegible]

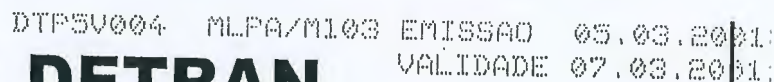
| SERVICO E MULTA | | | VALOR | |
|---------------------------------|---|----------------|-------|----------------|
| ALT. CADASTROS/EMISS. DOCUMENTO | | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | 22,00 | |
| 1997-1998-1999 | X | 1998-1999-2000 | X | 1999-2000-2001 |
| 2000-2001-2002 | X | 2001-2002-2003 | X | 2002-2003-2004 |
| 2003-2004-2005 | X | 2004-2005-2006 | X | 2005-2006-2007 |
| 2006-2007-2008 | X | 2007-2008-2009 | X | 2008-2009-2010 |
| 2009-2010-2011 | X | 2010-2011-2012 | X | 2011-2012-2013 |
| 2012-2013-2014 | X | 2013-2014-2015 | X | 2014-2015-2016 |
| 2015-2016-2017 | X | 2016-2017-2018 | X | 2017-2018-2019 |
| 2018-2019-2020 | X | 2019-2020-2021 | X | 2020-2021-2022 |
| 2021-2022-2023 | X | 2022-2023-2024 | X | 2023-2024-2025 |
| 2024-2025-2026 | X | 2025-2026-2027 | X | 2026-2027-2028 |
| 2027-2028-2029 | X | 2028-2029-2030 | X | 2029-2030-2031 |
| 2030-2031-2032 | X | 2031-2032-2033 | X | 2032-2033-2034 |
| 2033-2034-2035 | X | 2034-2035-2036 | X | 2035-2036-2037 |
| 2036-2037-2038 | X | 2037-2038-2039 | X | 2038-2039-2040 |
| 2039-2040-2041 | X | 2040-2041-2042 | X | 2041-2042-2043 |
| 2042-2043-2044 | X | 2043-2044-2045 | X | 2044-2045-2046 |
| 2045-2046-2047 | X | 2046-2047-2048 | X | 2047-2048-2049 |
| 2048-2049-2050 | X | 2049-2050-2051 | X | 2050-2051-2052 |
| 2051-2052-2053 | X | 2052-2053-2054 | X | 2053-2054-2055 |
| 2054-2055-2056 | X | 2055-2056-2057 | X | 2056-2057-2058 |
| 2057-2058-2059 | X | 2058-2059-2060 | X | 2059-2060-2061 |
| 2060-2061-2062 | X | 2061-2062-2063 | X | 2062-2063-2064 |
| 2063-2064-2065 | X | 2064-2065-2066 | X | 2065-2066-2067 |
| 2066-2067-2068 | X | 2067-2068-2069 | X | 2068-2069-2069 |
| 2069-2070-2071 | X | 2070-2071-2072 | X | 2071-2072-2073 |
| 2072-2073-2074 | X | 2073-2074-2075 | X | 2074-2075-2076 |
| 2075-2076-2077 | X | 2076-2077-2078 | X | 2077-2078-2079 |
| 2078-2079-2080 | X | 2079-2080-2081 | X | 2080-2081-2082 |
| 2081-2082-2083 | X | 2082-2083-2084 | X | 2083-2084-2085 |
| 2084-2085-2086 | X | 2085-2086-2087 | X | 2086-2087-2088 |
| 2087-2088-2089 | X | 2088-2089-2089 | X | 2089-2090-2091 |
| 2090-2091-2092 | X | 2091-2092-2093 | X | 2092-2093-2094 |
| 2093-2094-2095 | X | 2094-2095-2095 | X | 2095-2096-2096 |
| 2096-2097-2098 | X | 2097-2098-2098 | X | 2098-2099-2099 |
| 2099-2100-2101 | X | 2100-2101-2101 | X | 2101-2102-2102 |
| 2102-2103-2104 | X | 2103-2104-2104 | X | 2104-2105-2105 |
| 2105-2106-2107 | X | 2106-2107-2107 | X | 2107-2108-2108 |
| 2108-2109-2110 | X | 2109-2110-2110 | X | 2110-2111-2111 |
| 2111-2112-2113 | X | 2112-2113-2113 | X | 2113-2114-2114 |
| 2114-2115-2116 | X | 2115-2116-2116 | X | 2116-2117-2117 |
| 2117-2118-2119 | X | 2118-2119-2119 | X | 2119-2120-2120 |
| 2120-2121-2122 | X | 2121-2122-2122 | X | 2122-2123-2123 |
| 2123-2124-2125 | X | 2124-2125-2125 | X | 2125-2126-2126 |
| 2126-2127-2128 | X | 2127-2128-2128 | X | 2128-2129-2129 |
| 2129-2130-2131 | X | 2130-2131-2131 | X | 2131-2132-2132 |
| 2132-2133-2134 | X | 2133-2134-2134 | X | 2134-2135-2135 |
| 2135-2136-2137 | X | 2136-2137-2137 | X | 2137-2138-2138 |
| 2138-2139-2140 | X | 2139-2140-2140 | X | 2140-2141-2141 |
| 2141-2142-2143 | X | 2142-2143-2143 | X | 2143-2144-2144 |
| 2144-2145-2146 | X | 2145-2146-2146 | X | 2146-2147-2147 |
| 2147-2148-2149 | X | 2148-2149-2149 | X | 2149-2150-2150 |
| 2150-2151-2152 | X | 2151-2152-2152 | X | 2152-2153-2153 |
| 2153-2154-2155 | X | 2154-2155-2155 | X | 2155-2156-2156 |
| 2156-2157-2158 | X | 2157-2158-2158 | X | 2158-2159-2159 |
| 2159-2160-2161 | X | 2160-2161-2161 | X | 2161-2162-2162 |
| 2162-2163-2164 | X | 2163-2164-2164 | X | 2164-2165-2165 |
| 2165-2166-2167 | X | 2166-2167-2167 | X | 2167-2168-2168 |
| 2168-2169-2170 | X | 2169-2170-2170 | X | 2170-2171-2171 |
| 2171-2172-2173 | X | 2172-2173-2173 | X | 2173-2174-2174 |
| 2174-2175-2176 | X | 2175-2176-2176 | X | 2176-2177-2177 |
| 2177-2178-2179 | X | 2178-2179-2179 | X | 2179-2180-2180 |
| 2180-2181-2182 | X | 2181-2182-2182 | X | 2182-2183-2183 |
| 2183-2184-2185 | X | 2184-2185-2185 | X | 2185-2186-2186 |
| 2186-2187-2188 | X | 2187-2188-2188 | X | 2188-2189-2189 |
| 2189-2190-2191 | X | 2190-2191-2191 | X | 2191-2192-2192 |
| 2192-2193-2194 | X | 2193-2194-2194 | X | 2194-2195-2195 |
| 2195-2196-2197 | X | 2196-2197-2197 | X | 2197-2198-2198 |
| 2198-2199-2200 | X | 2199-2200-2200 | X | 2200-2201-2201 |
| 2201-2202-2203 | X | 2202-2203-2203 | X | 2203-2204-2204 |
| 2204-2205-2206 | X | 2205-2206-2206 | X | 2206-2207-2207 |
| 2207-2208-2209 | X | 2208-2209-2209 | X | 2209-2210-2210 |
| 2210-2211-2212 | X | 2211-2212-2212 | X | 2212-2213-2213 |
| 2213-2214-2215 | X | 2214-2215-2215 | X | 2215-2216-2216 |
| 2216-2217-2218 | X | 2217-2218-2218 | X | 2218-2219-2219 |
| 2219-2220-2221 | X | 2220-2221-2221 | X | 2221-2222-2222 |
| 2222-2223-2224 | X | 2223-2224-2224 | X | 2224-2225-2225 |
| 2225-2226-2227 | X | 2226-2227-2227 | X | 2227-2228-2228 |
| 2228-2229-2230 | X | 2229-2230-2230 | X | 2230-2231-2231 |
| 2231-2232-2233 | X | 2232-2233-2233 | X | 2233-2234-2234 |
| 2234-2235-2236 | X | 2235-2236-2236 | X | 2236-2237-2237 |
| 2237-2238-2239 | X | 2238-2239-2239 | X | 2239-2240-2240 |
| 2240-2241-2242 | X | 2241-2242-2242 | X | 2242-2243-2243 |
| 2243-2244-2245 | X | 2244-2245-2245 | X | 2245-2246-2246 |
| 2246-2247-2248 | X | 2247-2248-2248 | X | 2248-2249-2249 |
| 2249-2250-2251 | X | 2250-2251-2251 | X | 2251-2252-2252 |
| 2252-2253-2254 | X | 2253-2254-2254 | X | 2254-2255-2255 |
| 2255-2256-2257 | X | 2256-2257-2257 | X | 2257-2258-2258 |
| 2258-2259-2260 | X | 2259-2260-2260 | X | 2260-2261-2261 |
| 2261-2262-2263 | X | 2262-2263-2263 | X | 2263-2264-2264 |
| 2264-2265-2266 | X | 2265-2266-2266 | X | 2266-2267-2267 |
| 2267-2268-2269 | X | 2268-2269-2269 | X | 2269-2270-2270 |
| 2270-2271-2272 | X | 2271-2272-2272 | X | 2272-2273-2273 |
| 2273-2274-2275 | X | 2274-2275-2275 | X | 2275-2276-2276 |
| 2276-2277-2278 | X | 2277-2278-2278 | X | 2278-2279-2279 |
| 2279-2280-2281 | X | 2280-2281-2281 | X | 2281-2282-2282 |
| 2282-2283-2284 | X | 2283-2284-2284 | X | 2284-2285-2285 |
| 2285-2286-2287 | X | 2286-2287-2287 | X | 2287-2288-2288 |
| 2288-2289-2290 | X | 2289-2290-2290 | X | 2290-2291-2291 |
| 2291-2292-2293 | X | 2292-2293-2293 | X | 2293-2294-2294 |
| 2294-2295-2296 | X | 2295-2296-2296 | X | 2296-2297-2297 |
| 2297-2298-2299 | X | 2298-2299-2299 | X | 2299-2300-2300 |
| 2300-2301-2302 | X | 2301-2302-2302 | X | 2302-2303-2303 |
| 2303-2304-2305 | X | 2304-2305-2305 | X | 2305-2306-2306 |
| 2306-2307-2308 | X | 2307-2308-2308 | X | 2308-2309-2309 |
| 2309-2310-2311 | X | 2310-2311-2311 | X | 2311-2312-2312 |
| 2312-2313-2314 | X | 2313-2314-2314 | X | 2314-2315-2315 |
| 2315-2316-2317 | X | 2316-2317-2317 | X | 2317-2318-2318 |
| 2318-2319-2320 | X | 2319-2320-2320 | X | 2320-2321-2321 |
| 2321-2322-2323 | X | 2322-2323-2323 | X | 2323-2324-2324 |
| 2324-2325-2326 | X | 2325-2326-2326 | X | 2326-2327-2327 |
| 2327-2328-2329 | X | 2328-2329-2329 | X | 2329-2330-2330 |
| 2330-2331-2332 | X | 2331-2332-2332 | X | 2332-2333-2333 |
| 2333-2334-2335 | X | 2334-2335-2335 | X | 2335-2336-2336 |
| 2336-2337-2338 | X | 2337-2338-2338 | X | 2338-2339-2339 |
| 2339-2340-2341 | X | 2340-2341-2341 | X | 2341-2342-2342 |
| 2342-2343-2344 | X | 2343-2344-2344 | X | 2344-2345-2345 |
| 2345-2346-2347 | X | 2346-2347-2347 | X | 2347-2348-2348 |
| 2348-2349-2350 | X | 2349-2350-2350 | X | 2350-2351-2351 |
| 2351-2352-2353 | X | 2352-2353-2353 | X | 2353-2354-2354 |
| 2354-2355-2356 | X | 2355-2356-2356 | X | 2356-2357-2357 |
| 2357-2358-2359 | X | 2358-2359-2359 | X | 2359-2360-2360 |
| 2360-2361-2362 | X | 2361-2362-2362 | X | 2362-2363-2363 |
| 2363-2364-2365 | X | 2364-2365-2365 | X | 2365-2366-2366 |
| 2366-2367-2368 | X | 2367-2368-2368 | X | 2368-2369-2369 |
| 2369-2370-2371 | X | 2370-2371-2371 | X | 2371-2372-2372 |
| 2372-2373-2374 | X | 2373-2374-2374 | X | 2374-2375-2375 |
| 2375-2376-2377 | X | 2376-2377-2377 | X | 2377-2378-2378 |
| 2378-2379-2380 | X | 2379-2380-2380 | X | 2380-2381-2381 |
| 2381-2382-2383 | X | 2382-2383-2383 | X | 2383-2384-2384 |
| 2384-2385-2386 | X | 2385-2386-2386 | X | 2386-2387-2387 |
| 2387-2388-2389 | X | 2388-2389-2389 | X | 2389-2390-2390 |
| 2390-2391-2392 | X | 2391-2392-2392 | X | 2392-2393-2393 |
| 2393-2394-2395 | X | 2394-2395-2395 | X | 2395-2396-2396 |
| 2396-2397-2398 | X | 2397-2398-2398 | X | 2398-2399-2399 |
| 2399-2400-2401 | X | 2400-2401-2401 | X | 2401-2402-2402 |
| 2402-2403-2404 | X | 2403-2404-2404 | X | 2404-2405-2405 |
| 2405-2406-2407 | X | 2406-2407-2407 | X | 2407-2408-2408 |
| 2408-2409-2410 | X | 2409-2410-2410 | X | 2410-2411-2411 |
| 2411-2412-2413 | X | 2412-2413-2413 | X | 2413-2414-2414 |
| 2414-2415-2416 | X | 2415-2416-2416 | X | 2416-2417-2417 |
| 2417-2418-2419 | X | 2418-2419-2419 | X | 2419-2420-2420 |
| 2420-2421-2422 | X | 2421-2422-2422 | X | 2422-2423-2423 |
| 2423-2424-2425 | X | 2424-2425-2425 | X | 2425-2426-2426 |
| 2426-2427-2428 | X | 2427-2428-2428 | X | 2428-2429-2429 |
| 2429-2430-2431 | X | 2430-2431-2431 | X | 2431-2432-2432 |
| 2432-2433-2434 | X | 2433-2434-2434 | X | 2434-2435-2435 |
| 2435-2436-2437 | X | 2436-2437-2437 | X | 2437-2438-2438 |
| 2438-2439-2440 | X | 2439-2440-2440 | X | 2440-2441-2441 |
| 2441-2442-2443 | X | 2442-2443-2443 | X | 2443-2444-2444 |
| 2444-2445-2446 | X | 2445-2446-2446 | X | 2446-2447-2447 |
| 2447-2448-2449 | X | 2448-2449-2449 | X | 2449-2450-2450 |
| 2450-2451-2452 | X | 2451-2452-2452 | X | 2452-2453-2453 |
| 2453-2454-2455 | X | 2454-2455-2455 | X | 2455-2456-2456 |
| 2456-2457-2458 | X | 2457-2458-2458 | X | 2458-2459-2459 |
| 2459-2460-2461 | X | 2460-2461-2461 | X | 2461-2462-2462 |
| 2462-2463-2464 | X | 2463-2464-2464 | X | 2464-2465-2465 |
| 2465-2466-2467 | X | 2466-2467-2467 | X | 2467-2468-2468 |
| 2468-2469-2469 | X | 2469-2470-2470 | X | 2470-2471-2471 |
| 2471-2472-2473 | X | 2472-2473-2473 | X | 2473-2474-2474 |
| 2474-2475-2476 | X | 2475-2476-2476 | X | 2476-2477-2477 |
| 2477-2478-2479 | X | 2478-2479-2479 | X | 2479-2480-2480 |
| 2480-2481-2482 | X | 2481-2482-2482 | X | 2482-2483-2483 |
| 2483-2484-2485 | X | 2484-2485-2485 | X | 2485-2486-2486 |
| 2486-2487-2488 | X | 2487-2488-2488 | X | 2488-2489-2489 |
| 2489-2490-2491 | X | 2490-2491-2491 | X | 2491-2492-2492 |
| 2492-2493-2494 | X | 2493-2494-2494 | X | 2494-2495-2495 |
| 2495-2496-2497 | X | 2496-2497-2497 | X | 2497-2498-2498 |
| 2498-2499-2500 | X | 2499-2500-2500 | X | 2500-2501-2501 |
| 2501-2502-2503 | X | 2502-2503-2503 | X | 2503-2504-2504 |
| 2504-2505-2506 | X | 2505-2506-2506 | X | 2506-2507-2507 |
| 2507-2508-2509 | X | 2508-2509-2509 | X | 2509-2510-2510 |
| 2510-2511-2512 | X | 2511-2512-2512 | X | 2512-2513-2513 |
| 2513-2514-2515 | X | 2514-2 | | |

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DETRAN

VALIDADE 07.03.2001

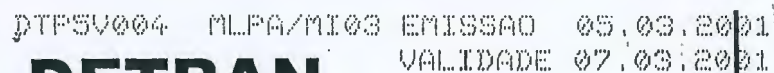
DT0939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110128540

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | VALOR | |
|-------------------------------------|--|--------|--|
| ALC. CADASTRAL EMISS. DOCUMENTO | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | 93,38 | |
| SEGURO OBRIGATORIO DE FORT | | 29,00 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | |
| BANCA PARA | | | |
| Paulo Martin | | | |
| CX. 2366.3 | | | |
| AG. SEN. LEMOS | | | |
| INFRAÇÕES DE TRÁNSITO Nº | | | |
| VIA USUÁRIO | | | |
| TOTAL GERAL | | 189,42 | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RCS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
1128
FIS: _____
Doc: _____
3628-3



DETRAN

VALIDADE 07/03/2001

074939

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0110109830

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



| | | | | |
|---|--|--|---------------------|--------------------------------------|
|  CORREIOS | | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | NÚMERO
315/01 |
| NOME DO FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA | | | | |
| DATA EMISSÃO:
20/02/2001 | | CPF
463.523.332-49 | | FONE/Ramal |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA - BELÉM/PA. | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
28.13000-6 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA | | DATA VENCIMENTO
23/02/2001 |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| Financeiro Agência: 0 200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
03.2.02 - 2.03.12 | VALOR
R\$ 730,00 | RUBRICA |
| Contábil: 411.04.99.0001 | | | | |
| TIPO da SAN-AP:
1 - ESPECIFICO | | | | DATA CONCESSÃO |
| | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES/ Período da Viagem
PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE MOTOS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, OBJETO DO CONTRATO Nº 067/2000, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO-341/2000, CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ 730,00
I.R.R.F.: ISENTO
DESC. ISS (5%): R\$ 36,50
INSC. INSS: 11467357485 | | | | |
| VALOR TOTAL
R\$ 693,50 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO:
SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | |

*Recebi a original
em 26/02/01
mef -*

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS |
| Fls: 1129 |
| 3628 |
| Doc: |



RECIBO

RS 730,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 730,00 (SETECENTOS E TRINTA REAIS), referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 7 CARROS, 15 MOTOS, referente a mês de FEVEREIRO/2001.

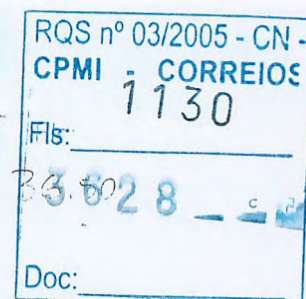
Belém-PA, 20 / 2 / 2001

ASSINATURA: *Luiz José Souza e Silva*
NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
C.P.F.: 463.523.332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 730,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 36,50 |
| INSC. INSS | 11467357485 |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 660,65 |

Venc: 22/02/01

STO: 2816410-5





LICENCIAMENTO PERTENCENTE AO MÊS DE FEVEREIRO/2001

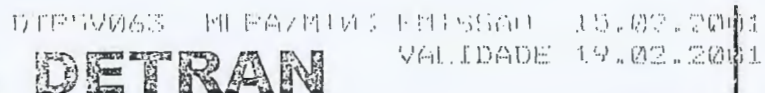
CARROS = 07 X R\$ 40,00 = R\$ 280,00

JTI-9212 ✓
JTN-6903 ✓
JTY-8713 ✓
JTN-6823 ✓
JTY-8723 ✓
JTY-8753 ✓
JTN-6893 ✓

MOTOS 15 X R\$ 30,00 = R\$ 450,00

| | |
|------------|------------|
| JTY-9143 ✓ | JTY-8823 ✓ |
| JTY-8803 ✓ | JTY-9023 ✓ |
| JTY-8903 ✓ | JTZ-3433 ✓ |
| JTY-9003 ✓ | JTY-8833 ✓ |
| JTY-9203 ✓ | JTY-9033 ✓ |
| JTY-8913 ✓ | JTY-8743 ✓ |
| JTY-9113 ✓ | JTY-8943 ✓ |
| JTY-9043 ✓ | |

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1131 |
| | 3628 |
| Doc: | |



DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106664271

[illegible]

10/10/1977 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DTF5V063 MLFA/ML03 EMISSAO 15.02.2001
RETORNA VALIDADE 19.02.2001

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106664433

| EMP BRAS DE CORREIOS TELEGRAFOS | | | | JTN5823, CAMIONETA, 1978, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO | |
|----------------------------------|---|---------------|---|--|---|
| SERVICO E MULTA | | | | VALOR | |
| ACT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | | 67,04 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | | | 55,43 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | 204,00 | |
| INFRACAO CTEEL-AGENTES DE TRAF | | | | 127,59 | |
| INFRACAO 0001 | X | INFRACAO 0002 | X | INFRACAO 0003 | X |
| INFRACAO 0004 | X | INFRACAO 0005 | X | INFRACAO 0006 | X |
| INFRACAO 0007 | X | INFRACAO 0008 | X | INFRACAO 0009 | X |
| INFRACAO 0010 | X | INFRACAO 0011 | X | INFRACAO 0012 | X |
| INFRACAO 0013 | X | INFRACAO 0014 | X | INFRACAO 0015 | X |
| INFRACAO 0016 | X | INFRACAO 0017 | X | INFRACAO 0018 | X |
| INFRACAO 0019 | X | INFRACAO 0020 | X | INFRACAO 0021 | X |
| INFRACAO 0022 | X | INFRACAO 0023 | X | INFRACAO 0024 | X |
| INFRACAO 0025 | X | INFRACAO 0026 | X | INFRACAO 0027 | X |
| INFRACAO 0028 | X | INFRACAO 0029 | X | INFRACAO 0030 | X |
| INFRACAO 0031 | X | INFRACAO 0032 | X | INFRACAO 0033 | X |
| INFRACAO 0034 | X | INFRACAO 0035 | X | INFRACAO 0036 | X |
| INFRACAO 0037 | X | INFRACAO 0038 | X | INFRACAO 0039 | X |
| INFRACAO 0040 | X | INFRACAO 0041 | X | INFRACAO 0042 | X |
| INFRACAO 0043 | X | INFRACAO 0044 | X | INFRACAO 0045 | X |
| INFRACAO 0046 | X | INFRACAO 0047 | X | INFRACAO 0048 | X |
| INFRACAO 0049 | X | INFRACAO 0050 | X | INFRACAO 0051 | X |
| INFRACAO 0052 | X | INFRACAO 0053 | X | INFRACAO 0054 | X |
| INFRACAO 0055 | X | INFRACAO 0056 | X | INFRACAO 0057 | X |
| INFRACAO 0058 | X | INFRACAO 0059 | X | INFRACAO 0060 | X |
| INFRACAO 0061 | X | INFRACAO 0062 | X | INFRACAO 0063 | X |
| INFRACAO 0064 | X | INFRACAO 0065 | X | INFRACAO 0066 | X |
| INFRACAO 0067 | X | INFRACAO 0068 | X | INFRACAO 0069 | X |
| INFRACAO 0070 | X | INFRACAO 0071 | X | INFRACAO 0072 | X |
| INFRACAO 0073 | X | INFRACAO 0074 | X | INFRACAO 0075 | X |
| INFRACAO 0076 | X | INFRACAO 0077 | X | INFRACAO 0078 | X |
| INFRACAO 0079 | X | INFRACAO 0080 | X | INFRACAO 0081 | X |
| INFRACAO 0082 | X | INFRACAO 0083 | X | INFRACAO 0084 | X |
| INFRACAO 0085 | X | INFRACAO 0086 | X | INFRACAO 0087 | X |
| INFRACAO 0088 | X | INFRACAO 0089 | X | INFRACAO 0090 | X |
| INFRACAO 0091 | X | INFRACAO 0092 | X | INFRACAO 0093 | X |
| INFRACAO 0094 | X | INFRACAO 0095 | X | INFRACAO 0096 | X |
| INFRACAO 0097 | X | INFRACAO 0098 | X | INFRACAO 0099 | X |
| INFRACAO 0100 | X | INFRACAO 0101 | X | INFRACAO 0102 | X |
| INFRACAO 0103 | X | INFRACAO 0104 | X | INFRACAO 0105 | X |
| INFRACAO 0106 | X | INFRACAO 0107 | X | INFRACAO 0108 | X |
| INFRACAO 0109 | X | INFRACAO 0110 | X | INFRACAO 0111 | X |
| INFRACAO 0112 | X | INFRACAO 0113 | X | INFRACAO 0114 | X |
| INFRACAO 0115 | X | INFRACAO 0116 | X | INFRACAO 0117 | X |
| INFRACAO 0118 | X | INFRACAO 0119 | X | INFRACAO 0120 | X |
| INFRACAO 0121 | X | INFRACAO 0122 | X | INFRACAO 0123 | X |
| INFRACAO 0124 | X | INFRACAO 0125 | X | INFRACAO 0126 | X |
| INFRACAO 0127 | X | INFRACAO 0128 | X | INFRACAO 0129 | X |
| INFRACAO 0130 | X | INFRACAO 0131 | X | INFRACAO 0132 | X |
| INFRACAO 0133 | X | INFRACAO 0134 | X | INFRACAO 0135 | X |
| INFRACAO 0136 | X | INFRACAO 0137 | X | INFRACAO 0138 | X |
| INFRACAO 0139 | X | INFRACAO 0140 | X | INFRACAO 0141 | X |
| INFRACAO 0142 | X | INFRACAO 0143 | X | INFRACAO 0144 | X |
| INFRACAO 0145 | X | INFRACAO 0146 | X | INFRACAO 0147 | X |
| INFRACAO 0148 | X | INFRACAO 0149 | X | INFRACAO 0150 | X |
| INFRACAO 0151 | X | INFRACAO 0152 | X | INFRACAO 0153 | X |
| INFRACAO 0154 | X | INFRACAO 0155 | X | INFRACAO 0156 | X |
| INFRACAO 0157 | X | INFRACAO 0158 | X | INFRACAO 0159 | X |
| INFRACAO 0160 | X | INFRACAO 0161 | X | INFRACAO 0162 | X |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1132

Doc:

3620



DTP5V063 MLPA/MT03 EMISSAO 15.02.2001

DET RAN

VALIDADE 19.02.2001.

DT 1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106664514

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

0TY8713, CAMIGNETA, 1979, FIAT/UNO IE, AMARELA

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|--------------------------------|---|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | | 67,00 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 254,00 |
| INFRACOES DE TRANSITO N° | X | |
| VIA USUÁRIO | | |
| TOTAL GERAL | | 372.66 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REF ID: A52003 0219171504444372.4 (CR0070100)

Doc:

3628

File: 1133

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2011

DETRAN

VALIDADE 19.02.2001

DT 1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106664948

BRAS CORREIOS TELEGRAFOS

~~DTN6873, CAMIONETA, 1976, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO~~

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106663623

| | |
|--|--------------------|
| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO | |
| JTY6753. CAMIONETA. 1999. FIAT/UNO IE. AMARELA | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 254,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 372,66 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1410052001021917170666446377140000-DT1046



DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

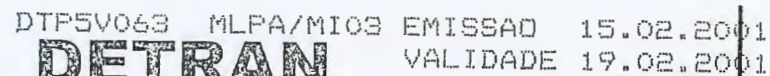
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106664867

| | |
|--|--------------------|
| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO | |
| JTY9203. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/XLR 125. AMARELA | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 34,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 194,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: 3628
Fis: 1134
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS





00000

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106659782

[illegible]

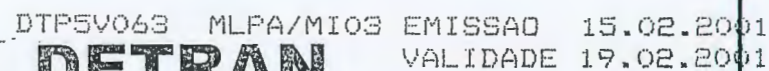
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA 00/01/00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

FLS:

3528

Doc:



○○○○○

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0104659944

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA: 50070100





DTP5V063 MLPA/MIO3 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

00000

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106660608

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------------------|
| JTYB743, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/XLR 125, AMARELO | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 34,00 |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 194,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DTP5V063 MLPA/MIO3 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

00000

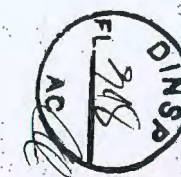
DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106661094

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|--|--------------------|
| JTYB833, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/XLR 125, AMARELO | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 34,00 |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 194,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: 3628
Fls: 1136
ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS





DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106662228

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTY9023. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/CG 125 CARBO. A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÁNSITO Nº | |
| VIA USUÁRIO | |
| TOTAL GERAL | 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

00020700



DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106663461

EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTY8803. MOTOCICLETA. 1999. HONDA/XLR 125. AMARELO

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|----------------------------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 34,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÁNSITO Nº | |
| VIA USUÁRIO | |
| TOTAL GERAL | 194,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

00020700

Doc: 3628
Fls: 1137
ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS





DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106661418

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|---|--------------------|
| JT23433.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISSION DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| <i>(Handwritten signature across the table)</i> | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: 3628-
FIS: 1138
ROS nº 03/2005-QM-
CPMI - CORREIOS



DTP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106662651

| EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|---|--------------------|
| JTY8913.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISSION DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| <i>(Handwritten signature across the table)</i> | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº X | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA 0020100





TP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

00000

DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106660101

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO | |
|---|--------------------|
| JTY9143, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



TP5V063 MLPA/MI03 EMISSAO 15.02.2001
VALIDADE 19.02.2001

DETRAN

00000

DT1046

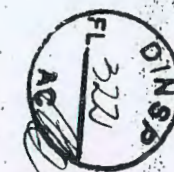
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106663038

| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO | |
|---|--------------------|
| JTY8823, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 67,04 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | 29,00 |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL 189,42 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc: 3628-2
Fls: 1139
ROS nº 03/2005 - CNL -
CPMI - CORREIOS





DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106665758

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA: 12750007000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/S: 1, 1 + 1

3628

Doc



DT1046

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0106663208

| | | | | |
|---|------|--|---------|------|
| EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS | | JTY9003, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 67,00 | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,38 | | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | 29,00 | | |
| <table border="1"> <tr><td>2001</td><td>2002</td><td>2003</td><td>2004</td></tr> <tr><td>2005</td><td>2006</td><td>2007</td><td>2008</td></tr> <tr><td>2009</td><td>2010</td><td>2011</td><td>2012</td></tr> <tr><td>2013</td><td>2014</td><td>2015</td><td>2016</td></tr> <tr><td>2017</td><td>2018</td><td>2019</td><td>2020</td></tr> <tr><td>2021</td><td>2022</td><td>2023</td><td>2024</td></tr> <tr><td>2025</td><td>2026</td><td>2027</td><td>2028</td></tr> <tr><td>2029</td><td>2030</td><td>2031</td><td>2032</td></tr> <tr><td>2033</td><td>2034</td><td>2035</td><td>2036</td></tr> <tr><td>2037</td><td>2038</td><td>2039</td><td>2040</td></tr> <tr><td>2041</td><td>2042</td><td>2043</td><td>2044</td></tr> <tr><td>2045</td><td>2046</td><td>2047</td><td>2048</td></tr> <tr><td>2049</td><td>2050</td><td>2051</td><td>2052</td></tr> <tr><td>2053</td><td>2054</td><td>2055</td><td>2056</td></tr> <tr><td>2057</td><td>2058</td><td>2059</td><td>2060</td></tr> <tr><td>2061</td><td>2062</td><td>2063</td><td>2064</td></tr> <tr><td>2065</td><td>2066</td><td>2067</td><td>2068</td></tr> <tr><td>2069</td><td>2070</td><td>2071</td><td>2072</td></tr> <tr><td>2073</td><td>2074</td><td>2075</td><td>2076</td></tr> <tr><td>2077</td><td>2078</td><td>2079</td><td>2080</td></tr> <tr><td>2081</td><td>2082</td><td>2083</td><td>2084</td></tr> <tr><td>2085</td><td>2086</td><td>2087</td><td>2088</td></tr> <tr><td>2089</td><td>2090</td><td>2091</td><td>2092</td></tr> <tr><td>2093</td><td>2094</td><td>2095</td><td>2096</td></tr> <tr><td>2097</td><td>2098</td><td>2099</td><td>2100</td></tr> </table> | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | 2061 | 2062 | 2063 | 2064 | 2065 | 2066 | 2067 | 2068 | 2069 | 2070 | 2071 | 2072 | 2073 | 2074 | 2075 | 2076 | 2077 | 2078 | 2079 | 2080 | 2081 | 2082 | 2083 | 2084 | 2085 | 2086 | 2087 | 2088 | 2089 | 2090 | 2091 | 2092 | 2093 | 2094 | 2095 | 2096 | 2097 | 2098 | 2099 | 2100 | <table border="1"> <tr><td>2001</td><td>2002</td><td>2003</td><td>2004</td></tr> <tr><td>2005</td><td>2006</td><td>2007</td><td>2008</td></tr> <tr><td>2009</td><td>2010</td><td>2011</td><td>2012</td></tr> <tr><td>2013</td><td>2014</td><td>2015</td><td>2016</td></tr> <tr><td>2017</td><td>2018</td><td>2019</td><td>2020</td></tr> <tr><td>2021</td><td>2022</td><td>2023</td><td>2024</td></tr> <tr><td>2025</td><td>2026</td><td>2027</td><td>2028</td></tr> <tr><td>2029</td><td>2030</td><td>2031</td><td>2032</td></tr> <tr><td>2033</td><td>2034</td><td>2035</td><td>2036</td></tr> <tr><td>2037</td><td>2038</td><td>2039</td><td>2040</td></tr> <tr><td>2041</td><td>2042</td><td>2043</td><td>2044</td></tr> <tr><td>2045</td><td>2046</td><td>2047</td><td>2048</td></tr> <tr><td>2049</td><td>2050</td><td>2051</td><td>2052</td></tr> <tr><td>2053</td><td>2054</td><td>2055</td><td>2056</td></tr> <tr><td>2057</td><td>2058</td><td>2059</td><td>2060</td></tr> <tr><td>2061</td><td>2062</td><td>2063</td><td>2064</td></tr> <tr><td>2065</td><td>2066</td><td>2067</td><td>2068</td></tr> <tr><td>2069</td><td>2070</td><td>2071</td><td>2072</td></tr> <tr><td>2073</td><td>2074</td><td>2075</td><td>2076</td></tr> <tr><td>2077</td><td>2078</td><td>2079</td><td>2080</td></tr> <tr><td>2081</td><td>2082</td><td>2083</td><td>2084</td></tr> <tr><td>2085</td><td>2086</td><td>2087</td><td>2088</td></tr> <tr><td>2089</td><td>2090</td><td>2091</td><td>2092</td></tr> <tr><td>2093</td><td>2094</td><td>2095</td><td>2096</td></tr> <tr><td>2097</td><td>2098</td><td>2099</td><td>2100</td></tr> </table> | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | 2061 | 2062 | 2063 | 2064 | 2065 | 2066 | 2067 | 2068 | 2069 | 2070 | 2071 | 2072 | 2073 | 2074 | 2075 | 2076 | 2077 | 2078 | 2079 | 2080 | 2081 | 2082 | 2083 | 2084 | 2085 | 2086 | 2087 | 2088 | 2089 | 2090 | 2091 | 2092 | 2093 | 2094 | 2095 | 2096 | 2097 | 2098 | 2099 | 2100 |
| 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | | |
| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | | |
| 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | | |
| 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | | |
| 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | | |
| 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | | |
| 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | | |
| 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | | |
| 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | | |
| 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | | |
| 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | | |
| 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | | |
| 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | | |
| 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | | |
| 2061 | 2062 | 2063 | 2064 | | |
| 2065 | 2066 | 2067 | 2068 | | |
| 2069 | 2070 | 2071 | 2072 | | |
| 2073 | 2074 | 2075 | 2076 | | |
| 2077 | 2078 | 2079 | 2080 | | |
| 2081 | 2082 | 2083 | 2084 | | |
| 2085 | 2086 | 2087 | 2088 | | |
| 2089 | 2090 | 2091 | 2092 | | |
| 2093 | 2094 | 2095 | 2096 | | |
| 2097 | 2098 | 2099 | 2100 | | |
| 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | | |
| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | | |
| 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | | |
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | | |
| 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | | |
| 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | | |
| 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | | |
| 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | | |
| 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | | |
| 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | | |
| 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | | |
| 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | | |
| 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | | |
| 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | | |
| 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | | |
| 2061 | 2062 | 2063 | 2064 | | |
| 2065 | 2066 | 2067 | 2068 | | |
| 2069 | 2070 | 2071 | 2072 | | |
| 2073 | 2074 | 2075 | 2076 | | |
| 2077 | 2078 | 2079 | 2080 | | |
| 2081 | 2082 | 2083 | 2084 | | |
| 2085 | 2086 | 2087 | 2088 | | |
| 2089 | 2090 | 2091 | 2092 | | |
| 2093 | 2094 | 2095 | 2096 | | |
| 2097 | 2098 | 2099 | 2100 | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ☒ | | 189,42 | | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA







| | | | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------|
|  CORREIOS | AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO
01/02/01 | NÚMERO
207/01 |
| FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA | | | |
| MATRÍCULA | | CPF/CGC
463.523.332-49 | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
SCCO/GERAD | DATA EMISSÃO
30/01/01 | ASSINATURA DO EMITENTE
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA | |
| REGISTRO CONTÁBIL | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | |
| CONTA
VER ABAIXO | CONTA
VER ABAIXO | PROJETO/ATIVIDADE
VER ABAIXO | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES

<p>PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS, QUE COMPÕEM A FROTA DA ECT/DR/PA, CONFORME CONTRATO Nº 067/00 E RECIBO ANEXO, REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/01.</p> <p>VALOR BRUTO: R\$ 260,00</p> <p>PROJETO/ATIVIDADE: 03.2.02-2.03.12</p> <p>CONTÁBIL-411.04.99.0001</p> <p>INSC. INSS: 11467357406</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
266,00 | | VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
DUZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☐ CHEQUE ☒ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| n.º DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT
AC/CENTRAL | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |

DISCO 7

| |
|---------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI 1143 CORREIOS |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



RECIBO

R\$ 280,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 280,00 (DUZENTOS E OITENTA REAIS), referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 7 CARROS, referente ao mês de JANEIRO/2001.

Belém-PA, 25 / 1 / 2001

ASSINATURA :

NOME : LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

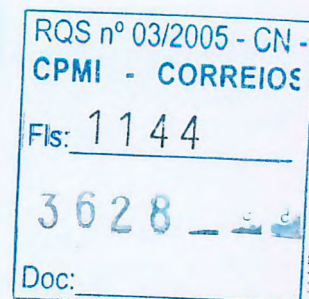
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.: 463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 280,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 14,00 |
| INSC. INSS | 11467357485 |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 266,00 |

Sto :



LICENCIAMENTO MÊS DE JANEIRO/2001



CARROS – 07 X R\$ 40,00

JTS-7051 ✓

JTP-3171 ✓

JTS-7041 ✓

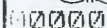
JTE-4481 ✓

JTS-7031 ✓

JTP-3191 ✓

JTV-0901

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1145 |
| 3828 | |
| Doc: | |



DETRAN

VALIDADE 01.2001

DTØ143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0102700273

MP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
TV0901.CAMINHAO.1999.FORD/CARGO 1415.AMARELA

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | | | |
|---|---|----------------|---|----------------|---|----------------|---|
| PLT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | | | | 62,78 | | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | | | |
| HISTORIA | | | | 10,64 | | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DECVAT | | | | 55,43 | | | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | 469,00 | | | |
| IPVA 2001 0001 | X | IPVA 2001 0002 | X | IPVA 2001 0003 | X | IPVA 2001 0004 | X |
| IPVA 2001 0005 | X | IPVA 2001 0006 | X | IPVA 2001 0007 | X | IPVA 2001 0008 | X |
| IPVA 2001 0009 | X | IPVA 2001 0010 | X | IPVA 2001 0011 | X | IPVA 2001 0012 | X |
| IPVA 2001 0013 | X | IPVA 2001 0014 | X | IPVA 2001 0015 | X | IPVA 2001 0016 | X |
| IPVA 2001 0017 | X | IPVA 2001 0018 | X | IPVA 2001 0019 | X | IPVA 2001 0020 | X |
| IPVA 2001 0021 | X | IPVA 2001 0022 | X | IPVA 2001 0023 | X | IPVA 2001 0024 | X |
| IPVA 2001 0025 | X | IPVA 2001 0026 | X | IPVA 2001 0027 | X | IPVA 2001 0028 | X |
| IPVA 2001 0029 | X | IPVA 2001 0030 | X | IPVA 2001 0031 | X | IPVA 2001 0032 | X |
| IPVA 2001 0033 | X | IPVA 2001 0034 | X | IPVA 2001 0035 | X | IPVA 2001 0036 | X |
| IPVA 2001 0037 | X | IPVA 2001 0038 | X | IPVA 2001 0039 | X | IPVA 2001 0040 | X |
| IPVA 2001 0041 | X | IPVA 2001 0042 | X | IPVA 2001 0043 | X | IPVA 2001 0044 | X |
| IPVA 2001 0045 | X | IPVA 2001 0046 | X | IPVA 2001 0047 | X | IPVA 2001 0048 | X |
| IPVA 2001 0049 | X | IPVA 2001 0050 | X | IPVA 2001 0051 | X | IPVA 2001 0052 | X |
| IPVA 2001 0053 | X | IPVA 2001 0054 | X | IPVA 2001 0055 | X | IPVA 2001 0056 | X |
| IPVA 2001 0057 | X | IPVA 2001 0058 | X | IPVA 2001 0059 | X | IPVA 2001 0060 | X |
| | | | | | | | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº 0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053 0054 0055 0056 0057 0058 0059 0060 0061 0062 0063 0064 0065 0066 0067 0068 0069 0070 0071 0072 0073 0074 0075 0076 0077 0078 0079 0080 0081 0082 0083 0084 0085 0086 0087 0088 0089 0090 0091 0092 0093 0094 0095 0096 0097 0098 0099 0100 0101 0102 0103 0104 0105 0106 0107 0108 0109 0110 0111 0112 0113 0114 0115 0116 0117 0118 0119 0120 0121 0122 0123 0124 0125 0126 0127 0128 0129 0130 0131 0132 0133 0134 0135 0136 0137 0138 0139 0140 0141 0142 0143 0144 0145 0146 0147 0148 0149 0150 0151 0152 0153 0154 0155 0156 0157 0158 0159 0160 0161 0162 0163 0164 0165 0166 0167 0168 0169 0170 0171 0172 0173 0174 0175 0176 0177 0178 0179 0180 0181 0182 0183 0184 0185 0186 0187 0188 0189 0190 0191 0192 0193 0194 0195 0196 0197 0198 0199 0200 0201 0202 0203 0204 0205 0206 0207 0208 0209 0210 0211 0212 0213 0214 0215 0216 0217 0218 0219 0220 0221 0222 0223 0224 0225 0226 0227 0228 0229 0230 0231 0232 0233 0234 0235 0236 0237 0238 0239 0240 0241 0242 0243 0244 0245 0246 0247 0248 0249 0250 0251 0252 0253 0254 0255 0256 0257 0258 0259 0260 0261 0262 0263 0264 0265 0266 0267 0268 0269 0270 0271 0272 0273 0274 0275 0276 0277 0278 0279 0280 0281 0282 0283 0284 0285 0286 0287 0288 0289 0290 0291 0292 0293 0294 0295 0296 0297 0298 0299 0300 0301 0302 0303 0304 0305 0306 0307 0308 0309 0310 0311 0312 0313 0314 0315 0316 0317 0318 0319 0320 0321 0322 0323 0324 0325 0326 0327 0328 0329 0330 0331 0332 0333 0334 0335 0336 0337 0338 0339 0340 0341 0342 0343 0344 0345 0346 0347 0348 0349 0350 0351 0352 0353 0354 0355 0356 0357 0358 0359 0360 0361 0362 0363 0364 0365 0366 0367 0368 0369 0370 0371 0372 0373 0374 0375 0376 0377 0378 0379 0380 0381 0382 0383 0384 0385 0386 0387 0388 0389 0390 0391 0392 0393 0394 0395 0396 0397 0398 0399 0400 0401 0402 0403 0404 0405 0406 0407 0408 0409 0410 0411 0412 0413 0414 0415 0416 0417 0418 0419 0420 0421 0422 0423 0424 0425 0426 0427 0428 0429 0430 0431 0432 0433 0434 0435 0436 0437 0438 0439 0440 0441 0442 0443 0444 0445 0446 0447 0448 0449 0450 0451 0452 0453 0454 0455 0456 0457 0458 0459 0460 0461 0462 0463 0464 0465 0466 0467 0468 0469 0470 0471 0472 0473 0474 0475 0476 0477 0478 0479 0480 0481 0482 0483 0484 0485 0486 0487 0488 0489 0490 0491 0492 0493 0494 0495 0496 0497 0498 0499 0500 0501 0502 0503 0504 0505 0506 0507 0508 0509 0510 0511 0512 0513 0514 0515 0516 0517 0518 0519 0520 0521 0522 0523 0524 0525 0526 0527 0528 0529 0530 0531 0532 0533 0534 0535 0536 0537 0538 0539 0540 0541 0542 0543 0544 0545 0546 0547 0548 0549 0550 0551 0552 0553 0554 0555 0556 0557 0558 0559 0560 0561 0562 0563 0564 0565 0566 0567 0568 0569 0570 0571 0572 0573 0574 0575 0576 0577 0578 0579 0580 0581 0582 0583 0584 0585 0586 0587 0588 0589 0590 0591 0592 0593 0594 0595 0596 0597 0598 0599 0600 0601 0602 0603 0604 0605 0606 0607 0608 0609 0610 0611 0612 0613 0614 0615 0616 0617 0618 0619 0620 0621 0622 0623 0624 0625 0626 0627 0628 0629 0630 0631 0632 0633 0634 0635 0636 0637 0638 0639 0640 0641 0642 0643 0644 0645 0646 0647 0648 0649 0650 0651 0652 0653 0654 0655 0656 0657 0658 0659 0660 0661 0662 0663 0664 0665 0666 0667 0668 0669 0670 0671 0672 0673 0674 0675 0676 0677 0678 0679 0680 0681 0682 0683 0684 0685 0686 0687 0688 0689 0690 0691 0692 0693 0694 0695 0696 0697 0698 0699 0700 0701 0702 0703 0704 0705 0706 0707 0708 0709 0710 0711 0712 0713 0714 0715 0716 0717 0718 0719 0720 0721 0722 0723 0724 0725 0726 0727 0728 0729 0730 0731 0732 0733 0734 0735 0736 0737 0738 0739 0740 0741 0742 0743 0744 0745 0746 0747 0748 0749 0750 0751 0752 0753 0754 0755 0756 0757 0758 0759 0760 0761 0762 0763 0764 0765 0766 0767 0768 0769 0770 0771 0772 0773 0774 0775 0776 0777 0778 0779 0780 0781 0782 0783 0784 0785 0786 0787 0788 0789 0790 0791 0792 0793 0794 0795 0796 0797 0798 0799 0800 0801 0802 0803 0804 0805 0806 0807 0808 0809 0810 0811 0812 0813 0814 0815 0816 0817 0818 0819 0820 0821 0822 0823 0824 0825 0826 0827 0828 0829 0830 0831 0832 0833 0834 0835 0836 0837 0838 0839 0840 0841 0842 0843 0844 0845 0846 0847 0848 0849 0850 0851 0852 0853 0854 0855 0856 0857 0858 0859 0860 0861 0862 0863 0864 0865 0866 0867 0868 0869 0870 0871 0872 0873 0874 0875 0876 0877 0878 0879 0880 0881 0882 0883 0884 0885 0886 0887 0888 0889 0890 0891 0892 0893 0894 0895 0896 0897 0898 0899 0900 0901 0902 0903 0904 0905 0906 0907 0908 0909 0910 0911 0912 0913 0914 0915 0916 0917 0918 0919 0920 0921 0922 0923 0924 0925 0926 0927 0928 0929 0930 0931 0932 0933 0934 0935 0936 0937 0938 0939 0940 0941 0942 0943 0944 0945 0946 0947 0948 0949 0950 0951 0952 0953 0954 0955 0956 0957 0958 0959 0960 0961 0962 0963 0964 0965 0966 0967 0968 0969 0970 0971 0972 0973 0974 0975 0976 0977 0978 0979 0980 0981 0982 0983 0984 0985 0986 0987 0988 0989 0990 0991 0992 0993 0994 0995 0996 0997 0998 0999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 1044 1045 1046 1047 1048 1049 1050 1051 1052 1053 1054 1055 1056 1057 1058 1059 1060 1061 1062 1063 1064 1065 1066 1067 1068 1069 1070 1071 1072 1073 1074 1075 1076 1077 1078 1079 1080 1081 1082 1083 1084 1085 1086 1087 1088 1089 1090 1091 1092 1093 1094 1095 1096 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1103 1104 1105 1106 1107 1108 1109 1110 1111 1112 1113 1114 1115 1116 1117 1118 1119 1120 1121 1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 1130 1131 1132 1133 1134 1135 1136 1137 1138 1139 1140 1141 1142 1143 1144 1145 1146 1147 1148 1149 1150 1151 1152 1153 1154 1155 1156 1157 1158 1159 1160 1161 1162 1163 1164 1165 1166 1167 1168 1169 1170 1171 1172 1173 1174 1175 1176 1177 1178 1179 1180 1181 1182 1183 1184 1185 1186 1187 1188 1189 1190 1191 1192 1193 1194 1195 1196 1197 1198 1199 1200 1201 1202 1203 1204 1205 1206 1207 1208 1209 1210 1211 1212 1213 1214 1215 1216 1217 1218 1219 1220 1221 1222 1223 1224 1225 1226 1227 1228 1229 1230 1231 1232 1233 1234 1235 1236 1237 1238 1239 1240 1241 1242 1243 1244 1245 1246 1247 1248 1249 1250 1251 1252 1253 1254 1255 1256 1257 1258 1259 1260 1261 1262 1263 1264 1265 1266 1267 1268 1269 1270 1271 1272 1273 1274 1275 1276 1277 1278 1279 1280 1281 1282 1283 1284 1285 1286 1287 1288 1289 1290 1291 1292 1293 1294 1295 1296 1297 1298 1299 1300 1301 1302 1303 1304 1305 1306 1307 1308 1309 1310 1311 1312 1313 1314 1315 1316 1317 1318 1319 1320 1321 1322 1323 1324 1325 1326 1327 1328 1329 1330 1331 1332 1333 1334 1335 1336 1337 1338 1339 1340 1341 1342 1343 1344 1345 1346 1347 1348 1349 1350 1351 1352 1353 1354 1355 1356 1357 1358 1359 1360 1361 1362 1363 1364 1365 1366 1367 1368 1369 1370 1371 1372 1373 1374 1375 1376 1377 1378 1379 1380 1381 1382 1383 1384 1385 1386 1387 1388 1389 1390 1391 1392 1393 1394 1395 1396 1397 1398 1399 1400 1401 1402 1403 1404 1405 1406 1407 1408 1409 1410 1411 1412 1413 1414 1415 1416 1417 1418 1419 1420 1421 1422 1423 1424 1425 1426 1427 1428 1429 1430 1431 1432 1433 1434 1435 1436 1437 1438 1439 1440 1441 1442 1443 1444 1445 1446 1447 1448 1449 1450 1451 1452 1453 1454 1455 1456 1457 1458 1459 1460 1461 1462 1463 1464 1465 1466 1467 1468 1469 1470 1471 1472 1473 1474 1475 1476 1477 1478 1479 1480 1481 1482 1483 1484 1485 1486 1487 1488 1489 1490 1491 1492 1493 1494 1495 1496 1497 1498 1499 1500 1501 1502 1503 1504 1505 1506 1507 1508 1509 1510 1511 1512 1513 1514 1515 1516 1517 1518 1519 1520 1521 1522 1523 1524 1525 1526 1527 1528 1529 1530 1531 1532 1533 1534 1535 1536 1537 1538 1539 1540 1541 1542 1543 1544 1545 1546 1547 1548 1549 1550 1551 1552 1553 1554 1555 1556 1557 1558 1559 1560 1561 1562 1563 1564 1565 1566 1567 1568 1569 1570 1571 1572 1573 1574 1575 1576 1577 1578 1579 1580 1581 1582 1583 1584 1585 1586 1587 1588 1589 1590 1591 1592 1593 1594 1595 1596 1597 1598 1599 1600 1601 1602 1603 1604 1605 1606 1607 1608 1609 1610 1611 1612 1613 1614 1615 1616 1617 1618 1619 1620 1621 1622 1623 1624 1625 1626 1627 1628 1629 1630 1631 1632 1633 1634 1635 1636 1637 1638 1639 1640 1641 1642 1643 1644 1645 1646 1647 1648 1649 1650 1651 1652 1653 1654 1655 1656 1657 1658 1659 1660 1661 1662 1663 1664 1665 1666 1667 1668 1669 1670 1671 1672 1673 1674 1675 1676 1677 1678 1679 1680 1681 1682 1683 1684 1685 1686 1687 1688 1689 1690 1691 1692 1693 1694 1695 1696 1697 1698 1699 1700 1701 1702 1703 1704 1705 1706 1707 1708 1709 1710 1711 1712 1713 1714 1715 1716 1717 1718 1719 1720 1721 1722 1723 1724 1725 1726 1727 1728 1729 1730 1731 1732 1733 1734 1735 1736 1737 1738 1739 1740 1741 1742 1743 1744 1745 1746 1747 1748 1749 1750 1751 1752 1753 1754 1755 1756 1757 1758 1759 1760 1761 1762 1763 1764 1765 1766 1767 1768 1769 1770 1771 1772 1773 1774 1775 1776 1777 1778 1779 1780 1781 1782 1783 1784 1785 1786 1787 1788 1789 1790 1791 1792 1793 1794 1795 1796 1797 1798 1799 1800 1801 1802 1803 1804 1805 1806 1807 1808 1809 1810 1811 1812 1813 1814 1815 1816 1817 1818 1819 1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 1831 1832 1833 1834 1835 1836 1837 1838 1839 1840 1841 1842 1843 1844 1845 1846 1847 1848 1849 1850 1851 1852 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865 1866 1867 1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874 1875 1876 1877 1878 1879 1880 1881 1882 1883 1884 1885 1886 1887 1888 1889 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 215 | | | | | | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CNH -
CPMII - CORREIOS
1146
Fis. _____
3628 - _____
Doc. _____



①②③④⑤

SP51019 MI PA/MIO3 EMISSAO 15.01.2001

VETERAN

VALIDADE 17.01.2001

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0101805837

EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS;
JTS7051, CAMIONEIA, 1998, VW/KOMBI, BRANCA

[illegible]

DEP0152001011512300####391,40CR002010

12/21/2001 Paperwork
JMK: BMB - 02/03





DETRAN

DTØ1.4.3

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0101807104

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS,
JTF3171, CAMIONETA, 1997, VW/KOMBI, BRANCA

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

50010.



DTF5V019 MLPA/MI03 EMISSAO, 15.01.2001
DETRAN VALIDADE 17.01.2001

DT0143

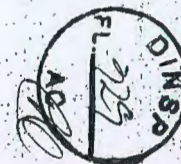
GUIA DE RECOLHIMENTO N^o 010180524.1

EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
JTS7001, AUTOMOVEL, 1998, VW/SANTANA, AZUL

[illegible]

BEP0152001011512370#542,40CR0020101
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





VALIDADE 17.01.2001

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0101807538

EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTB7041, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI, BRANCA

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|-----------------------------------|---------|
| ALT. CADASTRALIS/ENTISS DOCUMENTO | 82,70 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | XXXXXXX |
| SEGURO OBRIGATORIO DEUAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2001 | 277,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | X |
| VIA USUARIO | X |
| TOTAL GERAL | 391,40 |

BEP015200101151236044444391,40CR0020100
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN
OPIM - CORREIOS
1148
FMS
Doc. 3628



VALIDADE 17.01.2021

DTQ1.43

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0101806302

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTE4481, CAMIONETA, 1992, GM/VERANEIO CUSTOM DE

[illegible]

DEP0152001011512370***199,40CR0020101





D. F5V019 MLFA/MIO3 EMISSAO 15.01.2001

DETRAN

VALIDADE 17.01.2001

DT0143

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0101804002

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTF3191, CAMIONETA, 1997, VW/KOMBI, BRANCA

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---|------------------|--------|----------------|---|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | | 62,78 | | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | 3636363636363636 | | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | | | 51,62 | | | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2001 | | | | 239,00 | | | |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | 2001 0001 0001 | X | 2001 0001 0001 | X |
| VIA USUARIO | | | | TOTAL GERAL | 353,40 | | |

6FF015200101512380111111353,40CR0020T00

AUTENTICACÃO MECÂNICA

F/S

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - 1 CORRÊIOS

۱۰۰



**CORREIOS**AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTODATA VENCIMENTO
11.12.00NÚMERO
909/00FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF/CGC
463.523.332-49

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

ÓRGÃO EMITENTE
767905/GERADDATA EMISSÃO
04/12/2000ASSINATURA DO EMITENTE
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA
411.04.08.0000

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA
2.03.99PROJETO/ATIVIDADE
03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE MOTOS E VEÍCULOS DA ECT/DR/PA, OBJETO DO CONTRATO Nº 0067/2000, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO-341/2000, CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ 800,00**DESC. I.S.S. (5%): R\$ 40,00****INSC: INSS: 11467357485**VALOR LÍQUIDO
R\$ 760,00VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
SETECENTOS E SESSENTA REAIS

CENTAVOS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC/GEREC)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITOASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT
AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250588-2

155 x 230 mm





RECIBO

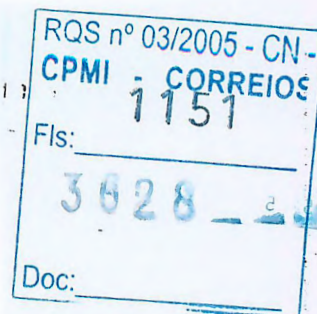
RS 800,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS), referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 16 MOTOS E 08 CARROS, referente ao mês de DEZEMBRO/00.

Belém-PA, 01/10/2000

ASSINATURA: Luiz José de Souza e Silva
NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
C.P.F.: 463.523.332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 800,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 40,00 |
| INSC. INSS | 11467357485 |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 760,00 |



LICENCIAMENTO REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2000



CARROS – 08X R\$ 40,00 = R\$ 320,00

JTB-4670
JUX-3290
JUX-3190
JUX-3280
JUX-3070
JUX-3170
JTB-2040
JTN-2160

MOTOS – 16XR\$ 30,00 = 480,00

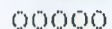
| | |
|----------|----------|
| JVE-7970 | JVD-1380 |
| JVD-1170 | JVD-1080 |
| JWC-2870 | JWL-2880 |
| JVE-8170 | JWD-1580 |
| JWD-1470 | JWC-2980 |
| JVE-8090 | JVE-8270 |
| JVD-0990 | JVD-1470 |
| JVE-8190 | JUD-1370 |

TOTAL GERAL = R\$ 800,00

TOTAL REAL = R\$ 760,00

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1152 |
| 3628 | |
| Doc: | |





DT16V06 MLPA/MI03 EMISSAO 27.11.2000
DETTRAN VALIDADE 29.11.2000

DETRAN

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0059333901

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|---|-------|
| JWC2870, MOTOCICLETA, 1999, HONDA / CG 125 CARGO, 4 | |

| | | | | | |
|----------------------------------|---|-----------------|---|-----------------|---|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 62,28 | | | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | | | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,38 | | | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | | 28,00 | | | |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR 0000 0000 | X |
| ARMAR 0000 0000 | X | ARMAR | | | |

VIA LISIARLO

TOTAL GERAL

184.16

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

392

F/S:

7754

CPM - CORREIO



○○○○○

DT16V06 MLPA/MIO3 EMISSAO 27.11.2000
RETTRAN VALIDADE 29.11.2000

DETRAN

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0059337222

| | |
|--|-------|
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JUX3070, CAMIONETA, 1998, IMP/RENAULT TRAFIC FCO | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| | 10,30 |

[illegible]

VIA USUARIO

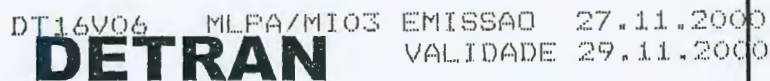
TOTAL GERAI

453.21

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA







DT0915

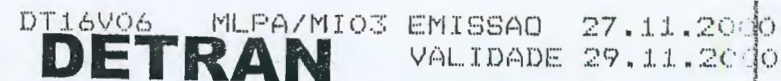
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0059339276

| | |
|---|-------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JVD1380, MOTOCICLETA, 1999, HONDA / CG 125 CARGO, A | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |

[illegible]

DEFG11200011791702044444154.16C0000116
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RAS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 1157
Doc: 3628 - 2



DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0059338032

| | |
|---|-------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| IVE9090, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |

[illegible]

BEFD1120001129700044444184,16CR0010T16





DT16V06 MLPA/MIO3 EMISSAO 27.11.2000
VALIDADE 29.11.2000

DETRAN

00000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0059341505

| | | | |
|---|-------------|-------|--------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
| JVD1470, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 62,78 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | | 28,00 | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | 184,16 |

BEF011200011291706011431184,16CR001DT16

Doc: 3628
Fis: 1160
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Jan 19/12



DT16V06 MLPA/MIO3 EMISSAO 27.11.2000
VALIDADE 29.11.2000

DETRAN

00000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0059340100

| | | | |
|---|-------------|-------|--------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | | | |
| JVD1580, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | | | |
| SERVIÇO E MULTA | | VALOR | |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 62,78 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | | 28,00 | |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | | 184,16 |

BEF011200011291706011431184,16CR001DT16









RECIBO

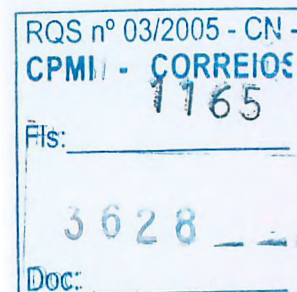
RS 900,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 900,00 (NOVECIENTOS REAIS), referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 26 MOTOS E 03 CARROS, referente ao mês de NOVEMBRO/00.

Belém-PA, 20/11/2000

ASSINATURA: Luiz José Souza e Silva
NOME: LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA
C.P.F.: 463.523.332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 900,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 45,00 |
| INSC. INSS | 11467357485 |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 855,00 |



CONTINUAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS MÊS DE
NOVEMBRO/2000



MOTOS 26 X R\$ 30,00 = R\$ 780,00

| | |
|------------|------------|
| ↓ JWC-2960 | ↓ JVD-1350 |
| ↓ JVD-1440 | ↓ JVD-8060 |
| ↓ JVE-8050 | ↓ JVE-8260 |
| ↓ JVE-8040 | ↓ JWD-1560 |
| ↓ JWD-1540 | ↓ JVD-1450 |
| ↓ JWC-2850 | ↓ JVE-8160 |
| ↓ JWD-1450 | ↓ JVD-1460 |
| ↓ JVE-8140 | ↓ JVD-1360 |
| ↓ JWD-1640 | ↓ JWC-2940 |
| ↓ JVD-1140 | ↓ JVE-8150 |
| ↓ JVE-8240 | ↓ JVD-1060 |
| ↓ JVD-1040 | ↓ JVD-1340 |
| ↓ JVD-1250 | ↓ JVD-0940 |

CARROS = 03 X R\$ 40,00 = R\$ 120,00

↓ JUX-3210
↓ JUX-3140
↓ JUX-3250

TOTAL GERAL = R\$ 900,00

RQS nº 03/2005 - C
CPMI 1166
Fls: _____
3628
Doc: _____

FL 350
AC



DT16V08 MLPA/MI03 EMISSAO 09.11.2000
DETRAN VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055229786

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
JWC2960.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

[illegible]

BE001120001AUTENTICAÇÃO MECÂNICA, 15CE0010T16

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

F/S:

7769

3628

Doc:



○○○○○

DT16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
DETRAN VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

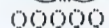
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055225365

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
JVD1440, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|------------------------------------|-----------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 28,00 |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| --- X --- X --- | --- X --- |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NR --- X --- | --- X --- |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 184,16 |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT16V08 MLFA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055227732

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
JVE8050, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/XLR 125, AMARELO

[illegible]

BEPO11200011AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN.
CPM - CORREIOS

1170
F/S:

3628

Dac



00000

DT16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
DETRAN VALIDADE 13.11.2000.

DETRAN

DT0937

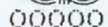
GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055226922

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS
JVE8040, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/XLR 125, AMARELO

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 35,00 |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| X X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNS TO Nº X | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 191,16 |

REF011200011AUTENTICACAO MECANICA





DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055225012

JWD1540, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

REF: 1120001110 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIO

Doc:



ÖÖÖÖÖ

DETRAN

DT0937

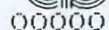
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055227490

JWC2850, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

SEPULI2000116-270111118416CR0010T16
AUTENTICACAO MECANICA





MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

JETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055227570

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JWD1450, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

184.16

Doc:

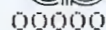
FS

PROS n° 03/2005 - C/CPMI - CORRÊA

09112000] AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

20

1172



1 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
1 PAN VALIDADE 13.11.2000

'RAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055227309

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVE8140, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | | | | VALOR | |
|--------------------------------|---|------|---|-------------|---|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | | | | 62,78 | |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | | ***** | |
| SEGURO OBRIGATORIO - DFVAT | | | | 93,38 | |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | | | | 28,00 | |
| 2000 | X | 2001 | X | 2002 | X |
| 2003 | X | 2004 | X | 2005 | X |
| 2006 | X | 2007 | X | 2008 | X |
| 2009 | X | 2010 | X | 2011 | X |
| 2012 | X | 2013 | X | 2014 | X |
| 2015 | X | 2016 | X | 2017 | X |
| 2018 | X | 2019 | X | 2020 | X |
| 2021 | X | 2022 | X | 2023 | X |
| 2024 | X | 2025 | X | 2026 | X |
| 2027 | X | 2028 | X | 2029 | X |
| 2030 | X | 2031 | X | 2032 | X |
| 2033 | X | 2034 | X | 2035 | X |
| 2036 | X | 2037 | X | 2038 | X |
| 2039 | X | 2040 | X | 2041 | X |
| 2042 | X | 2043 | X | 2044 | X |
| 2045 | X | 2046 | X | 2047 | X |
| 2048 | X | 2049 | X | 2050 | X |
| 2051 | X | 2052 | X | 2053 | X |
| 2054 | X | 2055 | X | 2056 | X |
| 2057 | X | 2058 | X | 2059 | X |
| 2060 | X | 2061 | X | 2062 | X |
| 2063 | X | 2064 | X | 2065 | X |
| 2066 | X | 2067 | X | 2068 | X |
| 2069 | X | 2070 | X | 2071 | X |
| 2072 | X | 2073 | X | 2074 | X |
| 2075 | X | 2076 | X | 2077 | X |
| 2078 | X | 2079 | X | 2080 | X |
| 2081 | X | 2082 | X | 2083 | X |
| 2084 | X | 2085 | X | 2086 | X |
| 2087 | X | 2088 | X | 2089 | X |
| 2090 | X | 2091 | X | 2092 | X |
| 2093 | X | 2094 | X | 2095 | X |
| 2096 | X | 2097 | X | 2098 | X |
| 2099 | X | 2100 | X | 2101 | X |
| 2102 | X | 2103 | X | 2104 | X |
| 2105 | X | 2106 | X | 2107 | X |
| 2108 | X | 2109 | X | 2110 | X |
| 2111 | X | 2112 | X | 2113 | X |
| 2114 | X | 2115 | X | 2116 | X |
| 2117 | X | 2118 | X | 2119 | X |
| 2120 | X | 2121 | X | 2122 | X |
| 2123 | X | 2124 | X | 2125 | X |
| 2126 | X | 2127 | X | 2128 | X |
| 2129 | X | 2130 | X | 2131 | X |
| 2132 | X | 2133 | X | 2134 | X |
| 2135 | X | 2136 | X | 2137 | X |
| 2138 | X | 2139 | X | 2140 | X |
| 2141 | X | 2142 | X | 2143 | X |
| 2144 | X | 2145 | X | 2146 | X |
| 2147 | X | 2148 | X | 2149 | X |
| 2150 | X | 2151 | X | 2152 | X |
| 2153 | X | 2154 | X | 2155 | X |
| 2156 | X | 2157 | X | 2158 | X |
| 2159 | X | 2160 | X | 2161 | X |
| 2162 | X | 2163 | X | 2164 | X |
| 2165 | X | 2166 | X | 2167 | X |
| 2168 | X | 2169 | X | 2170 | X |
| 2171 | X | 2172 | X | 2173 | X |
| 2174 | X | 2175 | X | 2176 | X |
| 2177 | X | 2178 | X | 2179 | X |
| 2180 | X | 2181 | X | 2182 | X |
| 2183 | X | 2184 | X | 2185 | X |
| 2186 | X | 2187 | X | 2188 | X |
| 2189 | X | 2190 | X | 2191 | X |
| 2192 | X | 2193 | X | 2194 | X |
| 2195 | X | 2196 | X | 2197 | X |
| 2198 | X | 2199 | X | 2200 | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | | | X | |
| VIA USUARIO | | | | TOTAL GERAL | |
| | | | | 184,16 | |

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

134, 14

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

00000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055226418

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JWD1640, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--|---------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 28,00 |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X ----- | ----- X ----- |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 184,16 |

BEF0112000110AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DT16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

00000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055226507

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1140, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--|---------------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 28,00 |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| ----- X ----- X ----- | ----- X ----- |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X ----- | ----- X ----- |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 184,16 |

BEF0112000110AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Doc:

3528

Fis:

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIO
1173





○○○○○

DT16V08 MLFA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
DETRAN VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0055228974

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1250.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

[illegible]

REPTM 12001 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
Fls: 1175
Doc: 3628



○○○○○

DT16V08 MLFA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000

DETRAN

VALIDADE 13.11.2000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055229190

EMP. BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1350, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

ALINHACAO MECANICA





DT16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

00000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0055230369

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVE8060.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO 62,78

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93,38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 28,00

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

X

X

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

184,16

REPO11200011100331011311104.16CP0010T16



DT16V08 MLPA/MIO3

DETRAN

MISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

00000

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº

0055230520

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVE8260.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.A

SERVIÇO E MULTA

VALOR

ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO 62,78

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93,38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 28,00

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

--- X --- X ---

--- X ---

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

X

X

VIA USUARIO

TOTAL GERAL

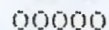
184,16

REPO11200011100331011311104.16CP0010T16

Doc: 3628
Fis: 1176
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO







DT16V08 ALPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
DETRAN VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055231179

EMP. BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1360.MOTOCICLETA.1999.HONDA/CG 125 CARGO.

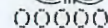
[illegible]

~~BEP01198001-17000CP+1111104;16CR001GT16~~

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1179

Fls: _____

Doc: 3628 - -



16V08 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.11.2000
VALIDADE 13.11.2000

DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055225446

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

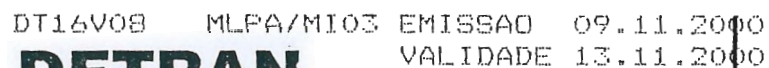
JWC2940, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 28,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 184,16 |

SEPO11200711002530734194, 1802001016







DETRAN

DT0937

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0055225284

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1340, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

[illegible]

REF011200011100 AGTENTICAÇÃO MECANICA

Doc: 3628-213





SF15V00 MLPA/MI03 EMISSA 01.11.2000
VALIDADE 06.11.2000

DETRAN

00000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0052611639

| | |
|---|--------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JVD1220, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 28,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 184,16 |

BEPU11200011061670011184,16CR001DT16
AUTENTICAÇÃO MECANICA



15V00 MLPA/MI03 EMISSAO 01.11.2000
VALIDADE 06.11.2000

DETRAN

00000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0052608921

| | |
|--|--------|
| EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS | |
| JVE8030, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/XLR 125, AMARELO | |
| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 93,38 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 35,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 191,16 |

BEPU11200011061670011191,16CR001DT16
AUTENTICAÇÃO MECANICA

Doc: 5628-4
Fis: 1182
FQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0052606473

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVE8100.MOTOCICLETA.1999.HONDA/XLR 125.AMAREU

[illegible]

BEPD11Z000WU7E16350AAA#191,16CR001DT16

PROCESSO Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
7107

FLS

Doc:

DT0936

5000 MLFA/T

DETROIT

EMISSAO 01.11.2000
VALIDADE 06.11.2000

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0052615898

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

IVF8210.MOTOCICLETA.1999.HONDA/XLR 125.AMARE)

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
 BEP011200011061652044444191,16C001DT16

BEF01120001106165204####191,16CRO01DT18









SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAO 01.11.2000
VALIDADE 06.11.2000

00000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0052619966

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

IVE8200, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

SERVIÇO E MULTA VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 62,78

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93,38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 28,00

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X -----

VIA USUARIO TOTAL GERAL 184,16

BEF0112000110616500115441184,16CR001DT16

Dec: 3628
Fisc: 1189
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMII - CORREIOS



SF15V00 MLPA/MIO3 EMISSAO 01.11.2000
VALIDADE 06.11.2000

00000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0052620972

EMP BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS

JVD1100, MOTOCICLETA, 1999, HONDA/CG 125 CARGO, A

SERVIÇO E MULTA VALOR

ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO 62,78

LICENCIAMENTO ANUAL *****

SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT 93,38

IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 28,00

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

----- X ----- X ----- X -----

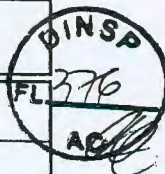
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº ----- X -----

VIA USUARIO TOTAL GERAL 184,16

BEF0112000110616500115441184,16CR001DT16





**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**DATA VENCIMENTO
13/11/2000NÚMERO
828/00FAVORECIDO
LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC
463.523.332-49

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIAÓRGÃO EMITENTE
767905/GERADDATA EMISSÃO
10/11/2000ASSINATURA DO EMITENTE
PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

411.04.08.0000

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA **2.03.99**PROJETO / ATIVIDADE
03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE MOTOS E VEÍCULOS DA ECT/DR/PA., OBJETO DO CONTRATO Nº 0067/2000, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO-341/2000, CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ 750,00**DESC. I.S.S. (5%): R\$ 37,50****INSC: INSS: 11467357485**VALOR LÍQUIDO
R\$ 712,50VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
SETECENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA

CENTAVOS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITOASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT
AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

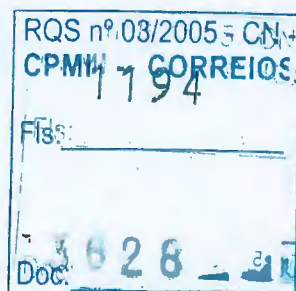
DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250588-2

155 x 230 mm



RECIBO



RS 750,00

Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), referente a serviços prestados com CORRETAGEM DE VEÍCULOS, SENDO 21 MOTOS E 03 CARROS, referente ao mês de NOVEMBRO/00.

Belém-PA, 7 / 11 / 2000

ASSINATURA:

NOME:

LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA

ENDEREÇO:

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

C.P.F.:

463.523.332-49

Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|-------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 750,00 |
| IR.F. | R\$ ISENTO |
| IR.S.: 5% | R\$ 37,50 |
| NSC. INSS | 11467357485 |
| LÍQUIDO A PAGAR | R\$ 712,50 |

Valor: 13.11.00

510.281830-5

| | |
|-----------------------|----------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI | CORREIOS |
| 1195 | |
| Fls: | |
| 3628 | |
| Doc: | |

LICENCIAMENTO DO MÊS DE NOVEMBRO/2000



MOTOS

JWC-2910 ✓
JVE-8120 ✓
JVD-1220 ✓
JVE-8030 ✓
JVE-8100 ✓
JVE-8210 ✓
JWD-1620 ✓
JVE-7910 ✓
JWD-1610 ✓
JWD-1520 ✓
JVE-8220 ✓
JWC-2930 ✓
JWD-1420 ✓
JWC-2800 ✓
JWD-1400 ✓
JWD-1510 ✓
JVE-8200 ✓
JVD-1100 ✓
JVD-1120 ✓
JVE-8130 ✓
JWC-2920 ✓

CARROS

JUX-3220 ✓
JTM-5400 ✓
JUX-3340 3340

40.000

MOTOS = 21 X R\$ 30,00 = 630,00 - CARROS = 3 X R\$ 40,00 = 120,00

TOTAL GERAL = R\$ 750,00

VALOR LIQUÍDO = R\$ 712,50

| | |
|-----------------------|----------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI 1196 | CORREIOS |
| Fls: | 3628 |
| Doc: | |

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| ESSORIA JURÍDICA
ECT DR/PA | |
| ato | ☐ Edital |
| Aditivo | ☐ Convênio |
| de Rescisão | ☐ |
| Date | Visto |
| 1 26/9/05 | |

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem, de um lado a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ**, empresa pública federal vinculada ao Ministério das Comunicações, inscrita no CGC sob o nº 34.028.316/0018-51, com sede regional nesta cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Av. Presidente Vargas, 498 – Centro, neste ato representada pelo Diretor Regional, **WALDEMIR FREIRE CARDOSO**, carteira de identidade nº 896.524 – SSP/PA, CIC nº 031.993.392-05, e pelo Gerente de Administração, **PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA**, carteira de identidade nº 2.385.339 – SSP/PA, CIC nº 475.804.534-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **LUIS JOSÉ SOUZA E SILVA**, profissional autônomo, CPF nº 463.523.332-49, despachante residente a Rua da Marinha, nº 36- Marambaia, carteira de identidade nº 2310283, denominada simplesmente **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO - Pelo presente instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar serviços de licenciamento de motos e veículos da **CONTRATANTE**, consoante disposições contidas no presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) prestar o apoio à **CONTRATADA** para o bom desempenho de seus serviços profissionais, fornecendo-lhe na época do licenciamento, todos os documentos das motos e veículos necessários ao licenciamento.
- b) colocar à disposição da **CONTRATADA**, seus técnicos da área de transporte para fornecimento de informações julgadas necessárias à prestação dos serviços.
- c) fornecer à **CONTRATADA**, com antecedência necessária, documentos, materiais e recursos financeiros necessários para as providências de todos os serviços, objeto do contrato.
- d) efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.
- e) efetuar a devida fiscalização dos serviços prestados através da Gerência de Operações, atestando a fatura da Contratada em conformidade com o cronograma de licenciamento dos veículos e motos, bem como, efetuando a conferência e confronto das placas mencionadas na fatura da contratada e as existentes no patrimônio da ECT.

| | |
|-----------------------|----------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI | CORREIOS |
| 1197 | |
| Fls: | |
| 3628 - | |
| Doc: | |

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:



- a) conduzir os serviços de licenciamento anual, incluindo vistorias e pagamentos de IPVA
- b) providenciar a selagem de veículos zero Km, incluindo vistorias, cadastro no RENAVAN, registro na SEFA, emissão de boletas, pagamento de IPVA, selagem e outros necessários ao licenciamento dos veículos.
- c) providenciar o pagamento e confecção de placas.
- d) dar baixa de veículos, incluindo Vistorias, laudo do IML Renato Chaves, pagamento de taxas e baixa no DETRAN.
- e) verificar a ocorrência de multas no DETRAN, CTBEL e Polícia Rodoviária Federal, efetuando o pagamento e consulta de multas pagas.
- f) Providenciar a retirada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, de todos os documentos dos veículos e motos necessário a prestação dos serviços
- g) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação vigente, em relação a sua pessoa, o qual não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, uma vez que a CONTRATADA opera como empregadora autônoma;
- h) providenciar seguro contra acidente pessoal, porventura utilizados na prestação dos serviços objeto do presente contrato;
- i) apresentar, por ocasião do faturamento, as guias de recolhimento relativas aos licenciamentos efetuados, objeto da fatura.
- j) indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados a esta, relacionados à prestação dos serviços, em caso de ação ou omissão relativas à execução dos serviços.
- k) apresentar mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando todos os veículos e motos licenciados, separadamente, em ordem crescente de numeração de placa com a indicação da marca dos mesmos, de forma a facilitar o controle dos serviços contratados.
- l) O licenciamento deverá ser efetuado na época prevista no calendário de datas do DETRAN e conforme cronograma de licenciamento de veículos de ECT
- m) Apresentar mensalmente a Contratante relatório informando a situação dos veículos e motos relativamente a multas no DETRAN, CTBEL e Polícia Rodoviária Federal.

2

27

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
1198
Fis: 3628
Doc:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Como remuneração dos serviços executados Contratante pagará à Contratada os valores unitários de R\$ 40,00 e R\$ 30,00 pelo licenciamento de veículos e motos, respectivamente, perfazendo o valor global da contratação em R\$ 11.730,00 (onze mil, setecentos e trinta reais) anual.



PARÁGRAFO SEGUNDO- Os preços estabelecidos nos parágrafos anteriores são fixos e irredutíveis durante a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente recibo no valor dos serviços efetuados no mês anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado no 15º dia após a apresentação do recibo, devendo a CONTRATANTE efetuar os descontos dos valores relativos a ISS e IRRF.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente, entre as datas previstas e a efetiva do pagamento, de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IGPM ou de seu sucedâneo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a documentação será devolvida ao CONTRATADO e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do respectivo recibo.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, na conta 56702-6, agência 0040 (Banco Itaú)

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

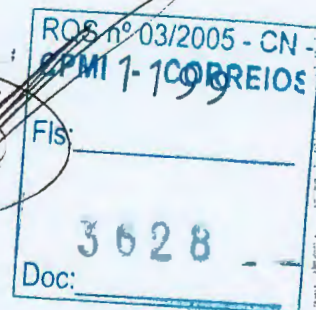
PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser alterado, mediante aditivo contratual, nas hipóteses previstas no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

PARÁGRAFO ÚNICO - Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de 02/10/2000 até 01/10/2001, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 48 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser rescindido, por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 02 (dois) meses, sem compor perdas e danos, direitos e indenizações, pelas partes contratantes.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a CONTRATADA se tornar inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidade:



- a) advertência escrita;
- b) multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor anual estimado do contrato;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se discordar da penalidade aplicada, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade que proferiu a decisão, desde que o faça dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão da autoridade competente, acerca do recurso interposto, será definitiva, não mais cabendo revisão no âmbito administrativo.

PARÁGRAFO QUINTO - As infrações porventura cometidas pela CONTRATADA sujeitam-na às seguintes multas:

- a) 1% (um por cento) do valor total estimado do contrato, em caso de infringência de qualquer cláusula contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor das multas aplicadas será recolhido perante o órgão financeiro da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou descontado dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA, se julgar conveniente ou, ainda, recorrer aos meios judiciais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

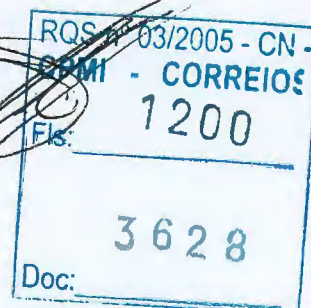
ATIVIDADE: 2.03.99

CONTA: 03.02.06

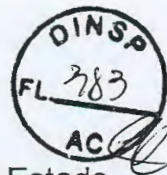
PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 341/2000, amparada pela Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Q

SP



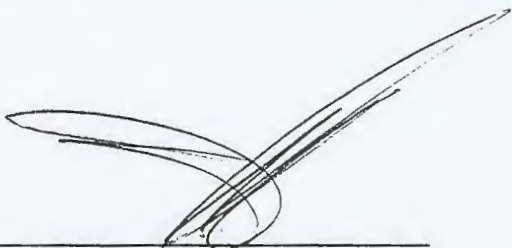
CLÁUSULA NONA - DO FORO



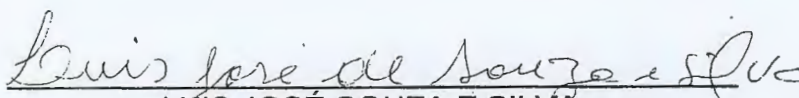
Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém, Seção Judiciária do Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias ou dúvidas futuras, que venham a ter as partes contratantes, oriundas do presente instrumento contratual.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam perante duas testemunhas e visam todas as páginas deste contrato, bem como seus anexos, em três vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

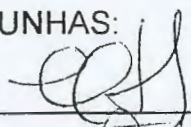
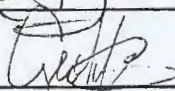
Belém, 02 de Outubro de 2000.


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
Diretor Regional
CONTRATANTE


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
Gerente de Administração
CONTRATANTE

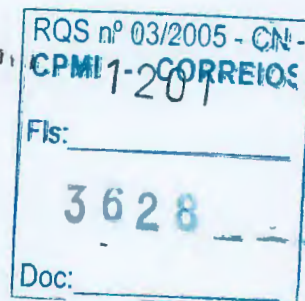

LUÍS JOSÉ SOUZA E SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. 
2. 

(nome e CIC)







11-05
H



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AO GERAD (PAULO DANTAS)

SERVIÇOS NO DETRAN

- 1- Licenciamento anual;
 - vistoria
 - selagem
- 2- Selagem de veículos zero km;
 - vistoria
 - cadastro na renavan
 - registro na SEFA
 - emissão de boletas
 - pagamento e selagem;
- 3- Plaqueamento de veículos zero km;
 - pagamento e confecção de placas
- 4- Baixas de veículo;
 - vistoria
 - laudo Renato Chaves;
 - pagamento de boleto;
 - baixa no Detran;
- 5- Pagamento de multas;
 - retirada de boleto;
 - pagamento da boleto;
- 6- Consultas sobre multas já pagas;
- 7- Consultas sobre multas na Polícia Federal;

PAULO, SEGUE ANEXO CRONOGRAMA DE LICENCIAMENTO CONFORME SOLICITAÇÃO.

DAVID BEZERRA

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1202 |
| 3628 | |
| Doc: | |

JORGÊ APARECIDO - Relação das Viaturas (Carros)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

| PLACA | IDENT. | TIPO | MARCA | PIB | MOTOR | CHASSI | LOCAL | ANO | COMB. |
|----------|--------|---------|-------|-------|-----------|-------------------|----------|------|-------|
| JTP-3171 | 130620 | KOMBI-S | VW | 25329 | UG359345 | 9BWZZZ237VP044577 | | 1998 | 1 |
| JTT-7175 | 164665 | KOMBI | VW | 26972 | UGA005111 | 9BWZZZ217WP005399 | | 1998 | 2 |
| JTT-7145 | 164651 | KOMBI | VW | 26968 | UGA005114 | 9BWZZZ217WP005390 | | 1998 | 3 |
| JTT-7235 | 169099 | KOMBI-S | VW | 26970 | UGA005929 | 9BWZZZ237WP007678 | | 1998 | 4 |
| JTT-7245 | 164648 | KOMBI | VW | 26967 | UGA005156 | 9BWZZZ217WP005382 | | 1998 | 5 |
| JTT-7225 | 169071 | KOMBI-S | VW | 26966 | UGA007387 | 9BWZZZ237WP008016 | | 1998 | 6 |
| JTT-7215 | 164617 | KOMBI | VW | 26975 | UGA008432 | 9BWZZZ217WP008830 | | 1998 | 7 |
| JTU-8215 | 173037 | KOMBI | VW | 26965 | UGA007938 | 9BWZZZ27P009234 | | 1998 | 8 |
| JTU-8225 | 173040 | KOMBI | VW | 26964 | UGA007738 | 9BWZZZ217MP009322 | | 1998 | 9 |
| JTN-6903 | 120589 | KOMBI | VW | 24206 | UG260541 | 9BWZZZ211TP004149 | GETEC | 1996 | 10 |
| JTN-6893 | 120575 | KOMBI | VW | 24207 | UG260855 | 9BWZZZ211TP004318 | | 1996 | 11 |
| JTP-3191 | 130634 | KOMBI-S | VW | 25328 | UG369949 | 9BWZZZ327UP048095 | | 1998 | 12 |
| JTT-0065 | 152804 | KOMBI | VW | 26590 | UGA004956 | 9BWZZZ237WP005378 | | 1998 | 13 |
| JTT-0105 | 152794 | KOMBI | VW | 26591 | UGA005351 | 9BWZZZ237WP05654 | | 1998 | 14 |
| JTN-6823 | 120592 | KOMBI | VW | 24205 | UG260617 | 9BWZZZ211TP004446 | | 1996 | 15 |
| JTS-7041 | 184386 | KOMBI | VW | | | 9BWZZZ237XP03383 | | 1998 | 16 |
| JTS-7051 | 184390 | KOMBI | VW | | | 9BWZZZ237XP003359 | | 1998 | 17 |
| JTT-8245 | 173054 | KOMBI | VW | 26976 | UGA008689 | 9BWZZZ217MP009123 | MARABÁ | 1998 | 18 |
| JTT-7135 | 169085 | KOMBI-S | VW | 26969 | UGA007480 | 9BWZZZ237WP008108 | MARABÁ | 1998 | 19 |
| JTT-7205 | 169109 | KOMBI-S | VW | 26971 | UGA005795 | 9BWZZZ237WP007677 | SANTARÉM | 1998 | 20 |
| JTT-7135 | 164603 | KOMBI | VW | 26974 | UGA008480 | 9BWZZZ217MP008865 | SANTARÉM | 1998 | 21 |
| JTT-7165 | 164620 | KOMBI | VW | 26977 | UGA008478 | 9BWZZZ217WP008863 | REDENÇÃO | 1998 | 22 |
| JTZ-3899 | 175791 | TRAFIC | | 28056 | | 8A1T31CZ7WS006178 | | 1998 | 1 |
| JTW-6188 | 172823 | TRAFIC | | | | 8A1T31CZ7WS005726 | | 1998 | |

BRASIL
CORREIOS

FL 385
DINSA

| | | | | | | | | |
|----------|--------|----------------|-------|---------|-------------------|-------|------|----|
| | | | | | 8A1T31CZZWS005825 | | 1998 | 3 |
| JTV-6718 | 172837 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS005830 | | 1998 | 4 |
| JTV-6698 | 172871 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS005825 | | 1998 | 5 |
| JTV-6678 | 172840 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS005824 | | 1998 | 6 |
| JTV-6578 | 172810 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS005715 | | 1998 | 7 |
| JTZ-3559 | 175760 | TRAFIC | 28053 | | 8A1T31CZZWS005827 | | 1998 | 8 |
| JTZ-3709 | 175801 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006163 | | 1998 | 9 |
| JTZ-3569 | 175743 | TRAFIC | 28051 | | 8A1T31CZZWS006237 | | 1998 | 10 |
| JTZ-3679 | 175774 | TRAFIC | 28054 | | 8A1T31CZZWS006209 | | 1998 | 11 |
| JTZ-3749 | 175788 | TRAFIC | 28055 | | 8A1T31CZZWS006311 | | 1998 | 12 |
| JUX-3310 | 178214 | TRAFIC | 28173 | | 8A1T31CZZWS006352 | | 1998 | 13 |
| JUX-3220 | 178231 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006430 | | 1998 | 14 |
| JUX-3190 | 178245 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006395 | | 1998 | 15 |
| JUX-3140 | 178262 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006383 | | 1998 | 16 |
| JUA-2209 | 178276 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006385 | | 1998 | 17 |
| JUA-2219 | 178280 | TRAFIC | 28059 | | 8A1T31CZZWS006167 | | 1998 | 18 |
| JTW-3738 | 172854 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006242 | | 1998 | 19 |
| JUX-3250 | 178187 | TRAFIC | 28174 | | 8A1T31CZZWS005712 | | 1998 | 20 |
| JUX-3290 | 178228 | TRAFIC | 28172 | | 8A1T31CZZWS006318 | | 1998 | 21 |
| JUX-3210 | 178190 | TRAFIC | 28170 | | 8A1T31CZZWS006367 | | 1998 | 22 |
| JUX-3270 | 178200 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006437 | | 1998 | 23 |
| JUX-3280 | 178173 | TRAFIC | 28171 | | 8A1T31CZZWS006440 | | 1998 | 24 |
| JUX-3070 | 178259 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006419 | | 1998 | 25 |
| JTW-6228 | 172868 | TRAFIC | | | 8A1T31CZZWS006417 | | 1998 | 26 |
| JTZ-3629 | 175757 | TRAFIC | 28052 | | 8A1T31CZZWS005823 | | 1998 | 27 |
| JTP-0627 | 121830 | FIAT-UNO MILLE | 22835 | 4665032 | 8A1T31CZZWS006155 | | 1998 | 28 |
| JTP-0527 | 121844 | FIAT-UNO MILLE | 22839 | 4671051 | 9BD146067T5814088 | GEOPE | 1996 | 1 |
| JTP-0637 | 121790 | FIAT-UNO MILLE | 22841 | 4667460 | 9BD146067T5814090 | SESPA | 1996 | 2 |
| | | | | | 9BD146067T5813776 | | 1996 | 3 |

Doc: 3628-44
 FIS: 1204
 ROS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS



| | | | | | | | | | |
|-----------|--------|----------|-------|-------|-----------|-------------------|---------------|------|----|
| JTP-517 | 121875 | FIAT-UNO | MILLE | 22837 | 4666054 | 9BD146067T5813772 | GEVEN | 1996 | 4 |
| JTP-577 | 121858 | FIAT-UNO | MILLE | 22840 | 4669326 | 9BD146067T5813764 | | 1996 | 5 |
| JTP-557 | 121827 | FIAT-UNO | MILLE | 22836 | 4671317 | 9BD146067T5814095 | | 1996 | 6 |
| JTP-517 | 121800 | FIAT-UNO | MILLE | 22834 | 4666105 | 9BD146067T5813994 | | 1996 | 7 |
| JTY-713 | | FIAT-UNO | | 22838 | 4667413 | 9BD146067T5813979 | | 1996 | 8 |
| JTY-723 | | FIAT-UNO | | | 5904124 | 9BD258034Y4112708 | | 1999 | 1 |
| JTY-753 | | FIAT-UNO | | | 5915770 | 9BD258034Y4113435 | V.CARB BARCAR | 1999 | 2 |
| JTT-8026 | 171208 | FIORINO | FIAT | 27462 | 5915602 | 9BD250334Y4113450 | | 1999 | 3 |
| JTT-8096 | 171198 | FIORINO | FIAT | 27458 | 5469505 | 9BD255044W8607901 | | 1998 | 1 |
| JTT-8026 | 171170 | FIORINO | FIAT | 27460 | 5468884 | 9BD25544W8607729 | | 1998 | 2 |
| JTT-8006 | 171211 | FIORINO | FIAT | 27460 | 5468883 | 9BD255044W8607710 | CATANHAL | 1998 | 3 |
| JTT-8086 | 171184 | FIORINO | FIAT | 27457 | 5473043 | 9BD255044W8608052 | | 1998 | 4 |
| JTT-8086 | 171184 | FIORINO | FIAT | 27461 | 5471435 | 9BD255044W8607896 | | 1998 | 5 |
| JTT-8086 | 171167 | FIORINO | FIAT | 27459 | 5467510 | 9BD255044W8607651 | | 1998 | 6 |
| JTV-8021 | | CAM | FORD | | 30735111 | 9BFXTNCF7XDB50198 | | 1999 | 1 |
| JTW-498 | 164710 | CAM | FORD | 26981 | 30724268 | 9BFXTNCF8WDB80731 | | 1998 | 2 |
| JTT-16 | 171153 | CAM-AGR | AGRAL | 26979 | 4034074 | 9BYC16H2RWC000296 | | 1998 | 3 |
| JTT-8027 | 171136 | CAM | AGRAL | 26980 | 4034559 | 9BYC15G2RWC000283 | STM | 1998 | 4 |
| JTT-204 | 169068 | CAM | AGRAL | 26808 | 4032174 | 9BYC15G2RWC000263 | MBA | 1998 | 5 |
| JTT-8094 | 169054 | CAM | AGRAL | 26807 | 4032173 | 9BYC15G2RWC000264 | MCP | 1998 | 6 |
| JTT-4066 | 171140 | CAM-AGR | AGRAL | 26978 | 4034563 | 9BYC15G2RWC000283 | | 1998 | 7 |
| JTJ-3263 | 80892 | CAM-VW | VW | 14960 | 229061094 | 9WZZZ62ZC01773 | | 1989 | 8 |
| JTB-4070 | 111264 | CAM | VW | 17519 | 905 | 9BWXTAE24NDB0276 | | 1992 | 9 |
| JTI-922 | 97313 | CAM-VW | VW | 16159 | 229061270 | 9BWTACM7MD80162 | | 1991 | 10 |
| JTJ-2713 | 80902 | CAM-VW | VW | 14959 | 229042245 | 9BWZZZC42KCOL813 | | 1990 | 11 |
| JTN-2050 | 91182 | CAM-VW | VW | 15652 | 2290427 | 9BWLTL780MDB2977 | | 1991 | 12 |
| JTB-2010 | 111250 | CAM-VW | VW | 17518 | 944 | 9BWXTAE28NDB0293 | | 1992 | 13 |
| JTL-5384 | 81284 | CAM-VW | VW | 14961 | 30410901 | 9BWZZZK020TC01801 | | 1990 | 14 |
| JTB-44310 | | VERANEIO | | | | | | 92 | 1 |
| JTB-10 | | SANTANA | | | | | | 1998 | 1 |

Doc: 0628-3
Fls: 1205
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



| | | | | | | | | | |
|----------|----------|--|--|--|--|----------|------|--|----|
| JTZ-3273 | SPRINTER | | | | | | | | 1 |
| JTZ-3393 | SPRINTER | | | | | | | | 2 |
| JTZ-3423 | SPRINTER | | | | | | | | 3 |
| JTZ-3443 | SPRINTER | | | | | | | | 4 |
| JTZ-3463 | SPRINTER | | | | | | | | 5 |
| JTZ-3473 | SPRINTER | | | | | | | | 6 |
| JTZ-8173 | SPRINTER | | | | | | | | 7 |
| JTZ-8183 | SPRINTER | | | | | | | | 8 |
| TUC-7845 | SPRINTER | | | | | | | | 9 |
| TUC-8295 | SPRINTER | | | | | | | | 10 |
| | | | | | | ONIBUS= | 01 | | |
| | | | | | | KOMBI | = 22 | | |
| | | | | | | TRAFIC | = 28 | | |
| | | | | | | FIA/UNO | = 08 | | |
| | | | | | | FIORINO | = 06 | | |
| | | | | | | FIAT-BAU | = 03 | | |
| | | | | | | GOL | = 01 | | |
| | | | | | | CAMINHÃO | = 14 | | |
| | | | | | | VERANEIO | = 01 | | |
| | | | | | | SANANA | = 01 | | |
| | | | | | | SPRINTER | = 10 | | |

TOTAL= 95

BELEM= 85

INTERIOR= 10

ROS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 1206
3628 - 37
Doc: _____



96,53 m², situada no pavimento superior do Centro Operacional de Campo Grande - MS. O capital social mínimo exigido 6.700,00. A inscrição no Cadastro de Fornecedores Prestadores de Serviços da ECT embora não obrigatória é recomendável, devendo para tanto dirigir-se à GERAD ou GESUP da Diretoria Regional da ECT onde esteja localizado o estabelecimento sede da licitante, até o dia 21/11/2000. O edital e maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 07:30/11:30 e das 13:30/17:30 horas.

MÁRIO BARBOZA
Presidente da Comissão

(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Maranhão

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

01) DL-110/2000 - 24/10/2000 - Locação de imóvel para funcionamento da AC SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA/MA - Locador: ILLERICO ATAÍDES ALVES - valor global estimado: R\$ 3.000,00 - valor desembolso no exercício: R\$ 400,00 - vigência: 24/10/2000 a 23/10/2001 - 02) DL-111/2000 - 24/10/2000 - Locação de imóvel para funcionamento da AC BACURU/MA - Locador: TORQUATO DOS SANTOS - valor global estimado: R\$ 2.400,00 - valor desembolso no exercício: R\$ 400,00 - vigência: 24/10/2000 a 23/10/2001 - Conta/Atividade: 2.24/03.206 - conforme inciso X Art. 24 da Lei nº 8.666/93 de 21/6/93.

(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional em Minas Gerais

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Termos Aditivos aos Contratos de prestação de serviços e fornecimentos diversos, a saber: 01 - TA 1685/00 - Contr. 2408/97 - Solub Serviços de Limpeza Urbana Ltda. - Transporte - 06/08/00 - Modificação na estrutura da linha sem alteração de preço - 02 - TA nº 1770/00 - Ciro nº 2006/97, 13/10/97 - Serviços manutenção preventiva/corretiva elevadores de carga e monta carga - 19/10/2000 a 10/10/2001 - Prorrogação da vigência, 03 - TA nº 1771/00 - Ciro nº 2137/97, 05/11/97 - Serviços manutenção preventiva/corretiva elevador AC/Caratinga - 10/11/2000 a 09/11/2001 - Prorrogação da vigência, 04 - TA nº 1772/00 - Ciro 2104/97 - 03/11/97 - Serviços manutenção preventiva/corretiva elevador AC/Ouro Preto - 03/11/2000 a 02/11/2001 - Prorrogação da vigência, 05 - TA nº 1773/00 - Ciro nº 2145/97 - 04/11/97 - Serviços manutenção preventiva/corretiva elevador AC/Sete Lagoas - 10/11/2000 a 09/11/2001, 06 -

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2000

A ECT, Diretoria Regional de Minas Gerais, torna público que fará realizar na Av. Afonso Pena 1.270 - Centro - Sala 203 - Belo Horizonte/MG reunião de licitação referente TP/ECT/DR/MG-053/2000 visando contratação de serviços de PABX VIRTUAL. Abertura dia 17/11/2000 às 14:00 horas. Maiores informações bem como o edital, no valor de R\$5,00 poderão ser obtidos no endereço acima no horário de 14h às 16h30.

PEDRO ERNESTO BONATO
Presidente da CPL

(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Pará e Amapá

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL nº 350/2000; data da assinatura: 01/10/2000; contratado: Nogueira Produtos Fotográficos Ltda; modalidade de licitação: Dispensa de Licitação, amparada pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93; tipo de despesa: conta 2.09, atividade 01.2.01; valor total da contratação: R\$ 5.057,76; desembolso no exercício: R\$ 5.057,76

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Terceiro Termo Aditivo, contrato nº 056/1998; assinatura: 01/09/2000; contratada: Médico Serviços Médicos Ltda; vigência: 01/09/2000 a 31/08/2001; objeto: prorrogação da vigência do Contrato nº 056/1998, que trata da prestação de serviços médicos na especialidade Medicina do Trabalho e Odontologia.

1) Contrato nº 0075/2000; assinatura: 01/10/2000; contratada: Interpac Comercial Ltda.; vigência: 01/10/2000 a 30/09/2001; objeto: fornecimento de tonner e cola, para utilização na Central de Impressão da ECT/DR/PA; modalidade de licitação: Tomada de Preços nº 006/2000; tipo de despesa: conta 2.02, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 351.377,96; desembolso no exercício: R\$ 90.344,49. 2) Contrato nº 0068/2000; assinatura: 22/09/2000; Contratada: Canal 13 Informática; vigência: 22/09/2000 a 21/03/2001; objeto: Locação de um servidor de banco de dados; modalidade de licitação: DL nº 344/2000; amparo legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8666/93; tipo de despesa: conta 2.23.03, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 11.700,00; desembolso no exercício: R\$ 5.850,00. 3) Contrato nº 0065/2000; assinatura: 08/09/2000; contratado: Roberto Alves Vasconcelos; vigência: 08/09/2000 a 07/09/2005; objeto: locação de imóvel não residencial situado na Trav. São Félix nº 44, Tailândia/PA, com finalidade de nela funcionar a AC/Tailândia; modalidade de licitação: DL 280/2000; amparo legal: Art. 24, Inciso X da Lei 8666/93; tipo de despesa: conta 2.24, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 48.000,00; desembolso no exercício: R\$ 2.400,00. 4) Contrato nº 0067/2000; assinatura: 02/10/2000; contratado: Luis José Souza e Silva; vigência: 02/10/2000 a 01/10/2001; objeto: contratação de serviços de licenciamento de motos e veículos; modalidade de licitação: DL nº 341/2000; amparo legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8666/93; tipo de despesa: conta 03.02.06, atividade: 2.03.99; valor total da contratação: R\$ 11.730,00; desembolso no exercício: R\$ 2.932,50. 5) Contrato nº 0055/2000; assinatura: 01/09/2000; contratada: Transportadora Sol Dourado Ltda.; vigência: 01/09/2000 a 31/08/2001; objeto: prestação de serviços de transporte de cargas da ECT; modalidade de licitação: Tomada de Preços 9/2000; tipo de despesa: conta 2.08, atividade: 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 157.415,90; desembolso no exercício: R\$ 39.354,00. 6) Contrato nº 0070/2000; assinatura: 02/10/2000; contratada: Renascença Táxi Aéreo Ltda.; vigência:

02/10/2000 a 01/10/2001; objeto: serviços de transporte de táxi aéreo de cargas e valores, com escolta policial; modalidade de licitação: Tomada de Preços nº 12/2000; tipo de despesa: conta 2.08, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 249.000,00; desembolso no exercício: R\$41.500,00.
(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Paraná

EXTRATO DE CONTRATO

CTR nº 82/00, 23/10/00 - FRESSOFT INFORMÁTICA SC LTDA. Contrato de Prestação de Serviços de Digitação, 01/11/00 a 01/03/01, CV 40/00, 03.2.06-002.09.05.1800, R\$ 34.300,00, valor do exercício R\$ 3.400,00.
(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Piauí

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

A) EXTRATOS DE CONTRATOS: 01) Contrato nº 184/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 20/09/2000. Contratada: Sales e Campos Ltda (Eurocar Centro Automotivo). Vigência: 20/09/2000 a 19/09/2001. Objeto: Fornecimento de Pneu para carros Mercedes Benz. Origem: Carta Convite nº 018/00. Classificação Orçamentária: Atividade/Conta: 03.2.06-17/411.09.02.0013. Valor total da contratação: R\$ 5.983,50. 02) Contrato nº 181/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 09/10/2000. Contratada: Forted Telecomunicações Ltda. Vigência: 09/10/2000 a 08/10/2001. Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de uma C.P.C.T - Central Telefônica. Origem: Inexigibilidade nº 005/00. Classificação Orçamentária: Atividade: 30.2.07. Conta: 2.05. Valor total da contratação: R\$ 1.920,00. 03) Contrato nº 177/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 14/09/2000. Contratada: Pro-Uni-Rio. Vigência: 14/09/2000 a 13/11/2000. Objeto: Empresa Especializada para realização de Concurso Público. Origem: Tomada de Preços nº 004/00. Classificação Orçamentária: Projeto: 01.2.02. Conta: 2.09. Valor total da contratação: R\$ 53.400,00. 04) Contrato nº 183/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 21/09/2000. Contratada: F.G. Comércio de Equip. e Serviços Ltda. Vigência: Encerra-se na data da entrega definitiva dos materiais. Objeto: Fornecimento de material de consumo. Origem: Carta Convite nº 029/00. Classificação Orçamentária: Atividade/Conta: 01.2.01-2.02(02)/03.2.06.2.02-02(02). Valor total da contratação: R\$ 6.600,00. 05) Contrato nº 180/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 14/09/2000. Contratada: Microserv Comércio e Serviços Ltda. Vigência: Encerra-se na data da entrega definitiva dos materiais. Objeto: Fornecimento de 13 (treze) Microcomputadores. Origem: Carta Convite nº 027/00. Classificação Orçamentária: Atividade: 11.1.03. Conta: 3.02. Valor total da contratação: R\$ 30.589,00. 06) Contrato nº 179/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 21/09/2000. Contratada: SPI-Serviços e Produtos de Informática Ltda. Vigência: Encerra-se na data da entrega definitiva dos materiais. Objeto: Fornecimento de material de consumo. Origem: Carta Convite nº 029/00. Classificação Orçamentária: Atividade/Conta: 01.2.01-2.02(06)/03.2.06.2.02-02(06). Valor total da contratação: R\$ 3.287,00. 07) Contrato nº 178/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 15/09/2000. Contratado: Edmilson Ferreira da Silva. Vigência: 15/09/2000 a 14/09/2001. Objeto: Contratação de profissional autônomo para os serviços de transporte de valores e carga postal na linha Avarante/Francisco Ayres/Arraiá/PI. Origem: Carta Convite nº 019/00. Classificação Orçamentária: Atividade: 03.2.06. Conta: 2.03. Valor total da contratação: R\$ 20.275,20.

B) EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS: 01) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 090/99-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 27/09/2000. Contratado: Helvécio de Sousa Carvalho. Vigência: 06/08/2000 a 05/08/2001. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato Original. Origem: Relatórios SCGE/GERAD/DR/PI-070/2000 e 054/2000. Classificação Orçamentária: Atividade: 03.2.06. Conta: 2.03. Valor total da contratação: R\$ 9.609,60. 02) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 088/99-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 08/09/2000. Contratado: Sebastião Ferreira da Cruz. Vigência: 22/07/2000 a 21/07/2001. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato Original. Origem: Relatórios SCGE/GERAD/DR/PI-061/2000 e 054/2000. Classificação Orçamentária: Atividade: 03.2.06. Conta: 2.03. Valor total da contratação: R\$ 10.215,92. 03) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 078/99-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 05/09/2000. Contratado: Cleiton de Souza Giltrana. Vigência: 22/07/2000 a 21/07/2001. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato Original. Origem: Relatório SCGE/GERAD/DR/PI-053/2000. Classificação Orçamentária: Atividade: 03.2.06. Conta: 2.03. Valor total da contratação: R\$ 8.279,04. 04) Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 105/00-ASJUR/DR/PI. Data da assinatura: 27/09/2000. Conveniente: Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil. Objeto: Substituição dos servidores Amadeu Mariano da Silva e Jacira Pereira dos Santos pela inclusão da servidora Dália Maria da Silva Linhares. Valor total de contratação: Não há acréscimo do valor global estimado no Convênio Original.

(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Rio Grande do Sul

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 459/2000; locação de imóvel para instalação da AC PALMARES DO SUL/RS; Contratado: WALTER BONILHA; Despesas: conta 2.24, atividade 03.2.06; Valor Global: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), 36 meses.

(Of. nº 298/2000)

Diretoria Regional no Rio de Janeiro

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 90/2000

OBJETO: Contratação de firma especializada para desenvolvimento de atividades relativas à realização de concurso público para preenchimento do cargo de Carteiro I na ECT - Diretoria Regional do Rio de Janeiro. Abertura: 10/11/2000 às 14:00 horas. Capital Mínimo Exigido: R\$ 15.000,00. Valor do Edital: R\$ 10,00. Retirada do Edital e Entrega das Propostas: CPL/GERAD/DR/RJ, sita à Rua Afonso Cavalcanti, 58 - Térreo - Cidade Nova Rio de Janeiro/RJ.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1207
Fls: 3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 341/2000



REFERÊNCIA: CI/SCCO/GERAD/DR/PA-371/00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS, DESTINADOS AO LICENCIAMENTO DA FROTA DA ECT/DR/PA, PELO PERÍODO DE UM ANO

CONTRATADO: **LUIS JOSÉ DE SOUZA E SILVA.**

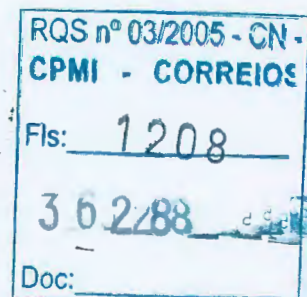
VALOR: R\$ r\$ 11.730,00 (ONZE MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS).

HISTÓRICO:

- 1) A GERAD através do documento de referência, solicita a contratação dos serviços de terceiros, destinados ao licenciamento de veículos da frota da ECT.
- 2) A solicitação dos serviços é necessária, e tem o objetivo de redução de custos, pois na época em que tais serviços eram realizados por um funcionário da ECT, o qual tinha um veículo a sua disposição, a despesa com os mesmos girava em torno de R\$ 2.400,00/mês e o custo mensal com a presente contratação é de aproximadamente R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais)
- 3) Para execução dos serviços, objeto da presente DL, recebemos 03 (três) propostas econômicas, conforme abaixo demonstrado:

| PROPOSTAS | PREÇO |
|----------------------------|---------------|
| LUIS JOSÉ DE SOUZA E SILVA | R\$ 11.730,00 |
| MARCO ANTONIO SILVA | R\$ 17.750,00 |
| MARCELO ALVES DA SILVA | R\$ 21.300,00 |

- 4) A GERAD após a análise de preços, informa que a proposta apresentada por LUIS JOSÉ DE SOUZA E SILVA além de ser o menor preço, encontra-se compatível com o volume de serviços a serem executados, estando o preço ofertado compatível com os praticados no mercado para serviços dessa natureza.
- 5) Condições de Pagamento: 05 dias após a conclusão dos serviços e apresentação da Nota Fiscal com o competente "ATESTO" da GEOPE/DR/PA.
- 6) Considerando as informações acima somos de parecer favorável à contratação de **Luis José de Souza e Silva**, para que execute os serviços em tela pelo valor global de R\$ 11.730,00 (onze mil, setecentos e trinta reais)/anual.



DISPOSITIVO LEGAL



1) A contratação mediante Dispensa de Licitação está amparada pelo Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

2) Há crédito orçamentário na Conta 03.02.06 e Atividade 2.03.99 para a cobertura da contratação.

PROPONHO A AUTORIZAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ASSINATURA: _____

NOME:

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

FUNÇÃO:

GERAD/DR/PA

Belém/PA, 20 de setembro de 2000.

AUTORIZO/HOMOLOGO A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ASSINATURA: _____

NOME:

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

FUNÇÃO:

DIRETOR REGIONAL
DIRETOR ADJUNTO/ECT/PA

Belém/PA, de de 2000.

| | |
|-----------------------|----------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI | CORREIOS |
| 1209 | |
| Fls: | _____ |
| 5628 | _____ |
| Doc: | _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E ELÉGRAFOS

De: GERAD/DR/PA

Ao: DIRETOR REGINAL/DRT/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA-371/00

FAX Nº (091) 211-3053



PROTOCOLO

ASSUNTO: Autorização para contratação.

Belém/PA, 21 de julho de 2.000

Em virtude dos serviços de licenciamento de veículos da ECT estarem sendo executados por um funcionários da ECT que ocupa o cargo de Técnico Operacional Pleno, faixa salarial 35, ao custo de R\$ 2.402,31 (considerando que 60% de seu tempo era ocupado com esta atividade) e estes serviços serem executados em veículos próprios da ECT (FIAT - placa JTP 0617) o qual apresentava um custo adicional para estes serviços na ordem de R\$ 798,14 (considerando o deslocamento ao DETRAN e outros órgão três vezes ao dia).

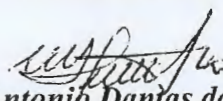
O custo total era de R\$ 2.402,31 por mês, representando um custo unitário por veículo a importância de R\$ 190,76, conforme planilha de custo em anexo.

Em decorrência deste levantamento, foi efetuada a contratação de serviços de terceiros mediante Dispensa de Licitação, através da qual constatamos que o preço do serviço de licenciamento praticado atualmente é na ordem de R\$ 40,00 e R\$ 30,00 por cada veículo e moto, respectivamente, totalizando um custo mensal de aproximadamente R\$ 665,00 gerando uma economia de R\$ 1.737,31 mensal, levando-se em consideração o custo mensal do salário de um empregado da ECT.

Pelo exposto, propomos a continuidade da terceirização desses serviços, pelos motivos acima expostos. O valor anual da presente contratação está estimado em R\$ 11.730,00 e R\$ 977,50 mensal. O acréscimo no valor estimado decorre do aumento do número de veículos e motos adquiridos no decorrer do ano.

O valor anual estimado está inferior ao limite previsto no Art. 23, Inciso II, alínea "b" da Lei 8.666/93, permitindo a contratação mediante Dispensa de Licitação.

Atenciosamente


Paulo Antonio Dantas da Silva
GERAD/DR/PA.

Marcelo Gomes Pinheiro
CH/SCCO/GERAD
Mat. 8453377 - 3

| |
|------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1210 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E ELÉGRAFOS

De: GERAD/DR/PA

Ao: DIRETOR REGINAL/DRT/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA-371/00

FAX Nº (091) 211-3053



PROTOCOLO

ASSUNTO: Autorização para contratação.

Belém/PA, 21 de julho de 2.000

Em virtude dos serviços de licenciamento de veículos da ECT estarem sendo executados por um funcionários da ECT que ocupa o cargo de Técnico Operacional Pleno, faixa salarial 35, ao custo de R\$ 2.402,31 (considerando que 60% de seu tempo era ocupado com esta atividade) e estes serviços serem executados em veículos próprios da ECT (FIAT - placa JTP 0617) o qual apresentava um custo adicional para estes serviços na ordem de R\$ 798,14 (considerando o deslocamento ao DETRAN e outros órgão três vezes ao dia).

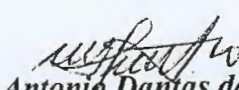
O custo total era de R\$ 2.402,31 por mês, representando um custo unitário por veículo a importância de R\$ 190,76, conforme planilha de custo em anexo.

Em decorrência deste levantamento, foi efetuada a contratação de serviços de terceiros mediante Dispensa de Licitação, através da qual constatamos que o preço do serviço de licenciamento praticado atualmente é na ordem de R\$ 40,00 e R\$ 30,00 por cada veículo e moto, respectivamente, totalizando um custo mensal de aproximadamente R\$ 665,00 gerando uma economia de R\$ 1.737,31 mensal, levando-se em consideração o custo mensal do salário de um empregado da ECT.

Pelo exposto, propomos a continuidade da terceirização desses serviços, pelos motivos acima expostos. O valor anual da presente contratação está estimado em R\$ 11.730,00 e R\$ 977,50 mensal. O acréscimo no valor estimado decorre do aumento do número de veículos e motos adquiridos no decorrer do ano.

O valor anual estimado está inferior ao limite previsto no Art. 23, Inciso II, alínea "b" da Lei 8.666/93, permitindo a contratação mediante Dispensa de Licitação.

Atenciosamente


Paulo Antonio Dantas da Silva
GERAD/DR/PA.

Marcelo Gomes Pinto
CH/SCCO/GERAD
Mat. 8453377 - 3

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1211 |
| 3628 - |
| Doc: |



À
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Av. Presidente Vargas, 498
Belém – Pará

Belém, 24 de julho de 2000.

Referência: CT/SCCO/GERAD/DR/PA – 0346/2000

Prezados Senhores,

Atendendo ao constante no documento referenciado apresento proposta para prestação dos serviços de licenciamento da frota de veículos da ECT/DR/PA.

O preço unitário para licenciamento de veículos é de R\$ 40,00 (quarenta reais) e para licenciamento de motocicletas é de R\$ 30,00 (trinta reais – valor unitário)

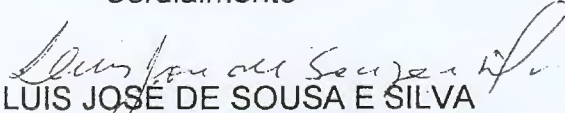
Quantidade de veículo para licenciamento no ano:

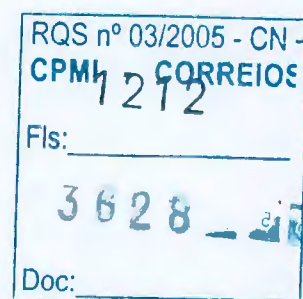
| Tipo | Quantidade | Preço unitário | Total |
|---------|------------|----------------|-----------|
| Veículo | 108 | 40,00 | 4.320,00 |
| Motos | 247 | 30,00 | 7.410,00 |
| | | Proposta | 11.730,00 |

Custo mensal: $11.730,00 / 12$ (meses) = R\$ 977,50

No preço acima estão inclusos todos os serviços discriminados na carta acima referenciada.

Cordialmente


LUIS JOSÉ DE SOUSA E SILVA
DESPACHANTE AUTÔNOMO
C.P.F 463.523.332-49
C.I. 2310283





| Cronograma de Licenciamento dos Veículos da ECT | | | |
|---|-----------------|-----------------------|----------------------|
| Final de Placa | Tipo de Veículo | Quantidade de veículo | Mês de Licenciamento |
| 1 | Caminhão | 1 | Março |
| | Kombi | 4 | |
| | Veraneio | 1 | |
| | Santana | 1 | |
| | Moto | 4 | |
| 2 | Caminhão | 2 | Março |
| 3 | Sprinter | 7 | Abril |
| | Kombi | 3 | |
| | Uno | 3 | |
| | Gol | 1 | |
| | Caminhão | 1 | |
| | Moto | 51 | |
| 4 | Reboque | 3 | Maio |
| | Gol | 1 | |
| | Caminhão | 2 | |
| | Moto | 56 | |
| 5 | Kombi | 15 | Junho |
| 6 | Caminhão | 8 | Julho |
| 7 | Fiat Uno | 9 | Agosto |
| | Caminhão | 1 | |
| | Moto | 23 | |
| 8 | Trafic | 9 | Setembro |
| | Gol | 1 | |
| | Caminhão | 1 | |
| | Moto | 45 | |
| 9 | Kombi | 8 | Outubro |
| | Trafic | 9 | |
| | Gol | 1 | |
| | Moto | 3 | |
| 0 | Trafic | 10 | Nov. e Dezembro |
| | Caminhão | 3 | |
| | Kombi | 1 | |
| | Moto | 63 | |
| sub total por veículo e moto | CAMINHÃO | | 20 |
| | KOMBI | | 31 |
| | VERANEIO | | 1 |
| | SANTANA | | 1 |
| | SPRINTER | | 8 |
| | FIAT UNO | | 12 |
| | GOL | | 4 |
| | REBOQUE | | 3 |
| | TRAFIC | | 28 |
| | MOTOS | | 245 |
| TOTAL | MOTOS | | 245 |
| | VEÍCULOS | | 108 |
| TOTAL GERAL | | | 356 |





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Av. Presidente Vargas, 498
Belém – Pará

Belém, 24 de julho de 2000.

Ref.: CT/SCCO/GERAD/DR/PA – 0346/2000

Prezados Senhores,

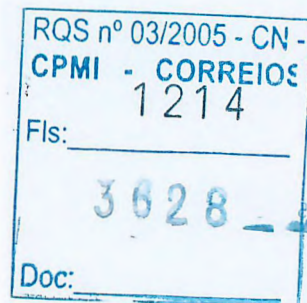
Vimos apresentar proposta para licenciamento dos veículos da
ECT/DR/PA no município de Belém - PA.

O preço unitário dos serviços importam em R\$ 50,00 (cinquenta
reais), tanto para licenciamento de moto como de veículos.

Valor anual: Veículo $108 \times 50,00 = 5.400,00$
Motos $247 \times 50,00 = 12.350,00$

Cordialmente

MARCO ANTONIO SILVA
C. P.F nº 661.661.522-72
C.I nº 2376103





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Av. Presidente Vargas, 498
Belém-Pará

Belém, 24 de julho de 2000.

Ref: CT/SCCO/GERAD/DR/PA

Prezados Senhores,

Vimos apresentar proposta para licenciamento dos veículos da ECT/DR/PA no município de Belém-PA.

ECT/DR/PA no município de Belém – PA.

O Preço Unitário dos serviços importam em r\$ 60,00 (Sessenta Reais), tanto para licenciamento de moto como de veículos.

Valor Anual: Veículos 108,00 X 60,00 = 6.480,00

Motos: 247,00 X 60,00 = 14.820,00

Cordialmente,


MARCELO ALVES DA SILVA

C.P.F Nº 760.825.732-82

RG. Nº 231.021-4

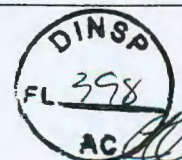
| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1215 |
| 3628 |
| Doc: |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA

Ao: Diretor Regional/DR/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA-244 /2000



FAX N° (91) 211-3053

Assunto: Autorização para Contratação

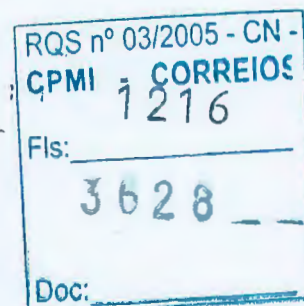
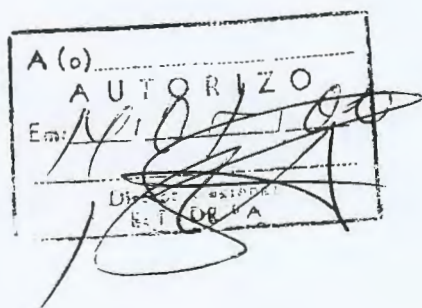
Belém/PA, 10 de julho de 2000.

Considerando que os serviços de licenciamento dos veículos da ECT estão sendo executados por profissional autônomo e que o valor da DL 214/99 está prestes a atingir o seu limite legal, solicitamos de V. S^a. autorização para os procedimentos de nova contratação através de "Dispensa de Licitação", tendo em vista que a estimativa global anual é de R\$12.670,00, portanto, dentro do limite previsto no inciso II do Art. 24 de Lei 8.666/93.

Informamos ainda, a existência de crédito na Conta 2.03.99, Atividade 03.2.06 para a cobertura da contratação em apreço.

Atenciosamente,

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERAD/DR/PA



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



De: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA

Ao: Diretor Regional/DR/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA-244 /2000

FAX Nº (91) 211-3053

Assunto: Autorização para Contratação

Belém/PA, 10 de julho de 2000.

Considerando que os serviços de licenciamento dos veículos da ECT estão sendo executados por profissional autônomo e que o valor da DL 214/99 está prestes a atingir o seu limite legal, solicitamos de V. S^a. autorização para os procedimentos de nova contratação através de "Dispensa de Licitação", tendo em vista que a estimativa global anual é de R\$12.670,00, portanto, dentro do limite previsto no inciso II do Art. 24 de Lei 8.666/93.

Informamos ainda, a existência de crédito na Conta 2.03.99, Atividade 03.2.06 para a cobertura da contratação em apreço.

Atenciosamente,

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERAD/DR/PA

A(o) _____
AUTORIZO
Em: ____/____/____
Diretor Regional
ECT - DR/PA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 7 217
FIs: _____
3628
Doc: _____

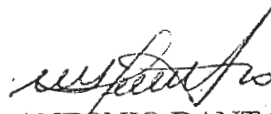
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ



Ao ASJUR,

Encaminhamos a essa Assessoria Jurídica 02 (duas) vias do Contrato de Prestação de Serviços, firmado entre a ECT e o profissional autônomo Luis José Souza e Silva, referente a prestação de Serviços de Licenciamento de veículos e motos, para fins e registro e numeração.

Belém(Pa), 25 de setembro de 2000


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERAD/DR/PA
Marcelo Gomes Pinheiro
CH/SCCO/GERAD
Mat. 8453377 - 3



| | |
|-----------------------|--|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| 1218 | |
| Fis: | |
| 3628 | |
| Doc: | |

**CORREIOS****AUTORIZAÇÃO
DE PAGAMENTO**

DATA VENCIMENTO

NÚMERO

771/2000

FAVORECIDO

LUIZ JOSÉ DE SOUZA E SILVA

MATRÍCULA

CPF / CGC

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RUA DA MARINHA, 36 - MARAMBAIA

ÓRGÃO EMITENTE

767905/GERAD

DATA EMISSÃO

26/10/00

ASSINATURA DO EMITENTE

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

REG. CONTÁBIL

CONTA

411.04.08.0000

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

CONTA

2.03.99

PROJETO / ATIVIDADE

03.2.06

RUBRICA

DISCRIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES

PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS COM LICENCIAMENTO DE MOTOS E VEÍCULOS DA ECT/DR/PA. OBJETO DO CONTRATO Nº 0067/2000, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO-341/2000 CONFORME RECIBO ANEXO.

VALOR BRUTO: R\$ 720,00**DESC. I.S.S. (5%): R\$ 36,00****INSC: INSS: 11467357485**

VALOR LÍQUIDO

R\$684,00

VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO

SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN OU DAREC / GEREC)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DIRETOR REGIONAL)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

PAGAMENTO EFETUADO EM

☐ CHEQUE☐ DINHEIRO☐ CRÉDITO EM CONTA

CONTA CORRENTE FAVORECIDO / BANCO

Nº DO CHEQUE

AGÊNCIA BANCÁRIA OU UNIDADE ECT

AC/CENTRAL/DR/PA

DATA PAGAMENTO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

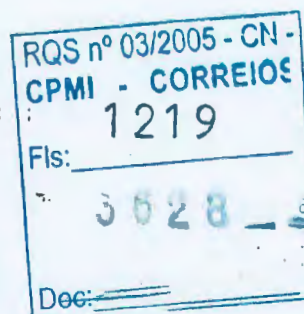
DOC. IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO / CARIMBO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

75250598-2

155 x 230 mm



RECIBO



RS 720,00

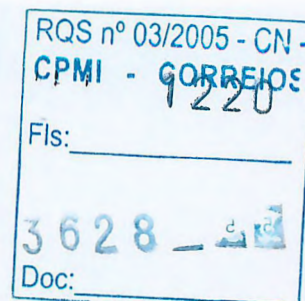
Recebi da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CGC.34.028.316/0018-51, situada à Av. Presidente Vargas nº 498, na cidade de Belém, como autônomo, sem vínculo empregatício com essa Empresa, a importância de R\$ 720,00 (SETECENTOS E VINTE REAIS), referente a serviços prestados com - licenciamento/2000, dos veículos terminação 09 – sendo 18 carros.

CARROS – 18 X R\$ 40,00 = 720,00

Local e Data, 13 / 10 / 2000

ASSINATURA : [Signature]
NOME : LUIZ JOSÉ SOUSA E SILVA
ENDEREÇO: RUA DA MARINHA, Nº 36
C.P.F.: 463523332-49
Nº IDENTIDADE: 231028-3

| | |
|-----------------|------------|
| VALOR BRUTO | R\$ 720,00 |
| I.R.R.F. | R\$ ISENTO |
| I.S.S.: 5% | R\$ 36,00 |
| SEST/SENAT 2,5% | R\$ ISENTO |
| LIQUIDO A PAGAR | R\$ 684,00 |



LICENCIAMENTO DOS VEÍCULOS - TERNIVAÇÃO 09

KOMBI

JTK-7789
JTR-7949
JTR-7799
JTK-0209
JTK-7819
JTK-7849
JTR-8009
JTR-7909

TRAFIC

JTZ-3609
JUA-2209
JTZ-3709
JTZ-3749
JUA-2219
JTZ-3679
JTZ-3569
JTZ-3559
JTZ-3699

GOL

JTR-7839

CARROS = 18 = SENDO 8 KOMBIS, 09 TRAFIC'S E 1 GOL



DT16V06 MLPA7MI03 EMISSAO 06.10.2000
DETRAN VALIDADE 10.10.2000

○○○○○

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0047615109

| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | |
|---|-------|
| JT23709 CAMIONETA, 1998, IMP/RENAULT TRAFIC FCC | |
| SERVICO E MULTA | VALOR |
| | |

[illegible]

BEF011200010061508B474394135921CR001DT16



DT16V06 MLPA/MI03 EMISSAO 06.10.2000
DETRAN VALIDADE 10.10.2000

○○○○○

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047616938

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|---|-------|
| JTK7849-CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO | |

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEP01120001006145804\$\$\$258,40CRO01DT16

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
1222
Fls.: _____
3628 - 3
Doc.: _____





DT16V06 MLPA/MIO3 EMISSAO 06.10.2000
DETRAN VALIDADE 10.10.2000

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047614803

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|--|-------|
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTZ3749 CAMIONETA 1998 IMP/RENAULT TRAFIC FCC | |

| | | | |
|----------------------------------|---|----------------|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | | | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL 2000 | | | 335,00 |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| ALUGAR VEICULO | X | ALUGAR VEICULO | X |
| | | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEF011200010061505D\$\$\$453,21CR001DT16

Doc:

3628

F15:

1223

RAS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS



DT16V06 MLPA/MIO3 EMISSAO 06.10.2000
DETTRAN VALIDADE 10.10.2000

DT0915

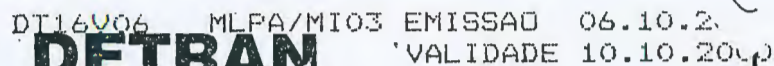
GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0047618809

EMPRESA BRASILEIRA DE CODEIOS E TELEGRAFOS
JTZ3699, CAMIONETA, 1998, IMP/RENAULT TRAFIC FCB

[illegible]

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047614560

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|--|-------|
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTZ3559 CAMIONETA, 1998, IMP/RENAULT TRAFIC ECC | |

| | |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DE VAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 335,00 |

[illegible]

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº

TOTAL GERAL

453.21

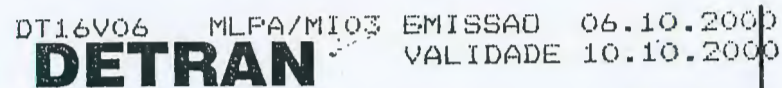
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

PEP0112000100615050\$\$\$453,21CR001DT16

RGS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

C771
F/50.

Doc: 623



○○○○○

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0047617152

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTZ3679.CAMIONETA.1998,IMP/RENAULT TRAFIC FCC

| SERVIÇO E MULTA | VALOR |
|-------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAL/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 335,00 |

[illegible]

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO Nº

nausea, dizziness, fatigue

X

gross weight 8.000

X

~~XXXXXXXXXXXX~~

VIA USUARIO

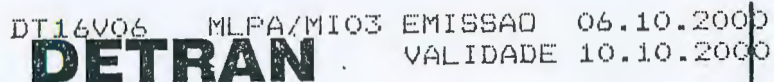
TOTAL GERAL

453.21

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REP0112000100615110\$\$\$\$\$453,21CR001DT16





DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047616695

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|---|-------|
| JUA2219,CAMIONETA,1998,IME/RENAULT TRAFIC FCO | |

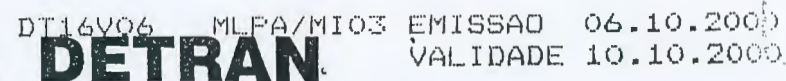
| | |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | 55,43 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 335,00 |
| INERCAO C/AUTUACAO P/FOTOSENS | 153,22 |

[illegible]

| | | | | | | |
|--------------------------|-------------|--------------|---|----------------|---|-----------------|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | DATA EMISSÃO | X | DATA PAGAMENTO | X | DATA VENCIMENTO |
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | R\$ 606,43 | | | | |

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BEFO11200010061502D\$\$\$\$\$606,43CR001DT16



○○○○○

DT0915

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047614480

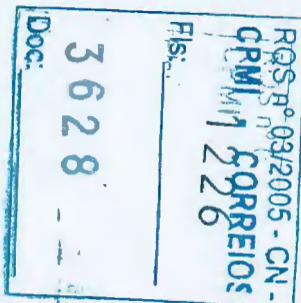
| PLACA | VEICULO | SERVICO E MULTA | VALOR |
|---------|---|-----------------|-------|
| JTZ3609 | CAMIONETA, 1998, IMP/RENAULT TRAFIC FOC | | |

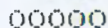
| | |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DEVAT | 55,43 |
| IEVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 335,00 |

[illegible]

| | | | | | |
|--------------------------|--|-------------|--|--------|--|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | | X | | X | |
| VIA USUARIO | | TOTAL GERAL | | 453,21 | |

ALIMENTAÇÃO MECÂNICA
BEP011200010061503D44444453;21CR001DT16





DETTRAN

000 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.10.2000
TRAN VALIDADE 11.10.2000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047732920

EMP BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTK8009, AUTOMOVEI, 1992, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO

[illegible]

BEF011200010101536A4A58, 40CR001DT16



○○○○○

DETRAN

DETRAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047733306

EMF. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

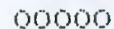
JTK7799, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO

| SERVICO E MULTA | VALOR |
|--------------------------------|--------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 144,00 |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| X X | X |
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº | X |
| VIA USUARIO TOTAL GERAL | 258,40 |

BEF01120001010157ENVCAGAG#2EANGUCR001DT16

ROS:nº 0312/005 - CN -
CPMIL CORREIO
722/
Fls: _____
Doc: _____
3628





SF15V00 MLPA/M103 EMISSAO 09.10.2000
DETPLAN VALIDADE 11.10.2000

DETRAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047732687

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTK7949, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI, AMARELA

[illegible]

BEF011200010101539544444263.40CR0010T16
AUTENTICACAO MECANICA



○○○○○

SF 00 MLPA/MI03 EMISSAO 09.10.2000
AETRA VALIDADE 11.10.2000

LETTRAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0047733730

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTK7839,CAMIONETA,1992,VW/GOL FURGÃO,AMARELA

[illegible]

BEPUTI200010101540011111251,40CR001DT16

Doc: 3628-1





SF15V00 MLPA/MI03 EMISSAO 09.10.2000
DETTRAN VALIDADE 11.10.2000

DETROIT

VALIDADE 11.10.2000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047733225

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

JTK7789, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI, AMARELA

[illegible]

EEP011200010MONTAGNA E MESE 63, 40CRU01DT16



3500 MLPA/MIO3 EMISSAO 09.10.2000
VALIDADE 11.10.2000

DETTRAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047732253

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTK7819, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO

| SERVIÇO E MULTA | | | VALOR |
|------------------------------------|---|---|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISSION DOCUMENTO | | | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO -- DPVAT | | | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL -- 2000 | | | 144,00 |
| ANEXO 1 | X | X | X |
| ANEXO 2 | X | X | X |
| ANEXO 3 | X | X | X |
| ANEXO 4 | X | X | X |
| ANEXO 5 | X | X | X |
| ANEXO 6 | X | X | X |
| ANEXO 7 | X | X | X |
| ANEXO 8 | X | X | X |
| ANEXO 9 | X | X | X |
| ANEXO 10 | X | X | X |
| ANEXO 11 | X | X | X |
| ANEXO 12 | X | X | X |
| ANEXO 13 | X | X | X |
| ANEXO 14 | X | X | X |
| ANEXO 15 | X | X | X |
| ANEXO 16 | X | X | X |
| ANEXO 17 | X | X | X |
| ANEXO 18 | X | X | X |
| ANEXO 19 | X | X | X |
| ANEXO 20 | X | X | X |
| ANEXO 21 | X | X | X |
| ANEXO 22 | X | X | X |
| ANEXO 23 | X | X | X |
| ANEXO 24 | X | X | X |
| ANEXO 25 | X | X | X |
| ANEXO 26 | X | X | X |
| ANEXO 27 | X | X | X |
| ANEXO 28 | X | X | X |
| ANEXO 29 | X | X | X |
| ANEXO 30 | X | X | X |
| ANEXO 31 | X | X | X |
| ANEXO 32 | X | X | X |
| ANEXO 33 | X | X | X |
| ANEXO 34 | X | X | X |
| ANEXO 35 | X | X | X |
| ANEXO 36 | X | X | X |
| ANEXO 37 | X | X | X |
| ANEXO 38 | X | X | X |
| ANEXO 39 | X | X | X |
| ANEXO 40 | X | X | X |
| ANEXO 41 | X | X | X |
| ANEXO 42 | X | X | X |
| ANEXO 43 | X | X | X |
| ANEXO 44 | X | X | X |
| ANEXO 45 | X | X | X |
| ANEXO 46 | X | X | X |
| ANEXO 47 | X | X | X |
| ANEXO 48 | X | X | X |
| ANEXO 49 | X | X | X |
| ANEXO 50 | X | X | X |
| ANEXO 51 | X | X | X |
| ANEXO 52 | X | X | X |
| ANEXO 53 | X | X | X |
| ANEXO 54 | X | X | X |
| ANEXO 55 | X | X | X |
| ANEXO 56 | X | X | X |
| ANEXO 57 | X | X | X |
| ANEXO 58 | X | X | X |
| ANEXO 59 | X | X | X |
| ANEXO 60 | X | X | X |
| ANEXO 61 | X | X | X |
| ANEXO 62 | X | X | X |
| ANEXO 63 | X | X | X |
| ANEXO 64 | X | X | X |
| ANEXO 65 | X | X | X |
| ANEXO 66 | X | X | X |
| ANEXO 67 | X | X | X |
| ANEXO 68 | X | X | X |
| ANEXO 69 | X | X | X |
| ANEXO 70 | X | X | X |
| ANEXO 71 | X | X | X |
| ANEXO 72 | X | X | X |
| ANEXO 73 | X | X | X |
| ANEXO 74 | X | X | X |
| ANEXO 75 | X | X | X |
| ANEXO 76 | X | X | X |
| ANEXO 77 | X | X | X |
| ANEXO 78 | X | X | X |
| ANEXO 79 | X | X | X |
| ANEXO 80 | X | X | X |
| ANEXO 81 | X | X | X |
| ANEXO 82 | X | X | X |
| ANEXO 83 | X | X | X |
| ANEXO 84 | X | X | X |
| ANEXO 85 | X | X | X |
| ANEXO 86 | X | X | X |
| ANEXO 87 | X | X | X |
| ANEXO 88 | X | X | X |
| ANEXO 89 | X | X | X |
| ANEXO 90 | X | X | X |
| ANEXO 91 | X | X | X |
| ANEXO 92 | X | X | X |
| ANEXO 93 | X | X | X |
| ANEXO 94 | X | X | X |
| ANEXO 95 | X | X | X |
| ANEXO 96 | X | X | X |
| ANEXO 97 | X | X | X |
| ANEXO 98 | X | X | X |
| ANEXO 99 | X | X | X |
| ANEXO 100 | X | X | X |
| ANEXO 101 | X | X | X |
| ANEXO 102 | X | X | X |
| ANEXO 103 | X | X | X |
| ANEXO 104 | X | X | X |
| ANEXO 105 | X | X | X |
| ANEXO 106 | X | X | X |
| ANEXO 107 | X | X | X |
| ANEXO 108 | X | X | X |
| ANEXO 109 | X | X | X |
| ANEXO 110 | X | X | X |
| ANEXO 111 | X | X | X |
| ANEXO 112 | X | X | X |
| ANEXO 113 | X | X | X |
| ANEXO 114 | X | X | X |
| ANEXO 115 | X | X | X |
| ANEXO 116 | X | X | X |
| ANEXO 117 | X | X | X |
| ANEXO 118 | X | X | X |
| ANEXO 119 | X | X | X |
| ANEXO 120 | X | X | X |
| ANEXO 121 | X | X | X |
| ANEXO 122 | X | X | X |
| ANEXO 123 | X | X | X |
| ANEXO 124 | X | X | X |
| ANEXO 125 | X | X | X |
| ANEXO 126 | X | X | X |
| ANEXO 127 | X | X | X |
| ANEXO 128 | X | X | X |
| ANEXO 129 | X | X | X |
| ANEXO 130 | X | X | X |
| ANEXO 131 | X | X | X |
| ANEXO 132 | X | X | X |
| ANEXO 133 | X | X | X |
| ANEXO 134 | X | X | X |
| ANEXO 135 | X | X | X |
| ANEXO 136 | X | X | X |
| ANEXO 137 | X | X | X |
| ANEXO 138 | X | X | X |
| ANEXO 139 | X | X | X |
| ANEXO 140 | X | X | X |
| ANEXO 141 | X | X | X |
| ANEXO 142 | X | X | X |
| ANEXO 143 | X | X | X |
| ANEXO 144 | X | X | X |
| ANEXO 145 | X | X | X |
| ANEXO 146 | X | X | X |
| ANEXO 147 | X | X | X |
| ANEXO 148 | X | X | X |
| ANEXO 149 | X | X | X |
| ANEXO 150 | X | X | X |
| ANEXO 151 | X | X | X |
| ANEXO 152 | X | X | X |
| ANEXO 153 | X | X | X |
| ANEXO 154 | X | X | X |
| ANEXO 155 | X | X | X |
| ANEXO 156 | X | X | X |
| ANEXO 157 | X | X | X |
| ANEXO 158 | X | X | X |
| ANEXO 159 | X | X | X |
| ANEXO 160 | X | X | X |
| ANEXO 161 | X | X | X |
| ANEXO 162 | X | X | X |
| ANEXO 163 | X | X | X |
| ANEXO 164 | X | X | X |
| ANEXO 165 | X | X | X |
| ANEXO 166 | X | X | X |
| ANEXO 167 | X | X | X |
| ANEXO 168 | X | X | X |
| ANEXO 169 | X | X | X |
| ANEXO 170 | X | X | X |
| ANEXO 171 | X | X | X |
| ANEXO 172 | X | X | X |
| ANEXO 173 | X | X | X |
| ANEXO 174 | X | X | X |
| ANEXO 175 | X | X | X |
| ANEXO 176 | X | X | X |
| ANEXO 177 | X | X | X |
| ANEXO 178 | X | X | X |
| ANEXO 179 | X | X | X |
| ANEXO 180 | X | X | X |
| ANEXO 181 | X | X | X |
| ANEXO 182 | X | X | X |
| ANEXO 183 | X | X | X |
| ANEXO 184 | X | X | X |
| ANEXO 185 | X | X | X |
| ANEXO 186 | X | X | X |
| ANEXO 187 | X | X | X |
| ANEXO 188 | X | X | X |
| ANEXO 189 | X | X | X |
| ANEXO 190 | X | X | X |
| ANEXO 191 | X | X | X |
| ANEXO 192 | X | X | X |
| ANEXO 193 | X | X | X |
| ANEXO 194 | X | X | X |
| ANEXO 195 | X | X | X |
| ANEXO 196 | X | X | X |
| ANEXO 197 | X | X | X |
| ANEXO 198 | X | X | X |
| ANEXO 199 | X | X | X |
| ANEXO 200 | X | X | X |
| ANEXO 201 | X | X | X |
| ANEXO 202 | X | X | X |
| ANEXO 203 | X | X | X |
| ANEXO 204 | X | X | X |
| ANEXO 205 | X | X | X |
| ANEXO 206 | X | X | X |
| ANEXO 207 | X | X | X |
| ANEXO 208 | X | X | X |
| ANEXO 209 | X | X | X |
| ANEXO 210 | X | X | X |
| ANEXO 211 | X | X | X |
| ANEXO 212 | X | X | X |
| ANEXO 213 | X | X | X |
| ANEXO 214 | X | X | X |
| ANEXO 215 | X | X | X |
| ANEXO 216 | X | X | X |
| ANEXO 217 | X | X | X |
| ANEXO 218 | X | X | X |
| ANEXO 219 | X | X | X |
| ANEXO 220 | X | X | X |
| ANEXO 221 | X | X | X |
| ANEXO 222 | X | X | X |
| ANEXO 223 | X | X | X |
| ANEXO 224 | X | X | X |
| ANEXO 225 | X | X | X |
| ANEXO 226 | X | X | X |
| ANEXO 227 | X | X | X |
| ANEXO 228 | X | X | X |
| ANEXO 229 | X | X | X |
| ANEXO 230 | X | X | X |
| ANEXO 231 | X | X | X |
| ANEXO 232 | X | X | X |
| ANEXO 233 | X | X | X |
| ANEXO 234 | X | X | X |
| ANEXO 235 | X | X | X |
| ANEXO 236 | X | X | X |
| ANEXO 237 | X | X | X |
| ANEXO 238 | X | X | X |
| ANEXO 239 | X | X | X |
| ANEXO 240 | X | X | X |
| ANEXO 241 | X | X | X |
| ANEXO 242 | X | X | X |
| ANEXO 243 | X | X | X |
| ANEXO 244 | X | X | X |
| ANEXO 245 | X | X | X |
| ANEXO 246 | X | X | X |
| ANEXO 247 | X | X | X |
| ANEXO 248 | X | X | X |
| ANEXO 249 | X | X | X |
| ANEXO 250 | X | X | X |
| ANEXO 251 | X | X | X |
| ANEXO 252 | X | X | X |
| ANEXO 253 | X | X | X |
| ANEXO 254 | X | X | X |
| ANEXO 255 | X | X | X |
| ANEXO 256 | X | X | X |
| ANEXO 257 | X | X | X |
| ANEXO 258 | X | X | X |
| ANEXO 259 | X | X | X |
| ANEXO 260 | X | X | X |
| ANEXO 261 | X | X | X |
| ANEXO 262 | X | X | X |
| ANEXO 263 | X | X | X |
| ANEXO 264 | X | X | X |
| ANEXO 265 | X | X | X |
| ANEXO 266 | X | X | X |
| ANEXO 267 | X | X | X |
| ANEXO 268 | X | X | X |
| ANEXO 269 | X | X | X |
| ANEXO 270 | X | X | X |
| ANEXO 271 | X | X | X |
| ANEXO 272 | X | X | X |
| ANEXO 273 | X | X | X |
| ANEXO 274 | X | X | X |
| ANEXO 275 | X | X | X |
| ANEXO 276 | X | X | X |
| ANEXO 277 | X | X | X |
| ANEXO 278 | X | X | X |
| ANEXO 279 | X | X | X |
| ANEXO 280 | X | X | X |
| ANEXO 281 | X | X | X |
| ANEXO 282 | X | X | X |
| ANEXO 283 | X | X | X |
| ANEXO 284 | X | X | X |
| ANEXO 285 | X | X | X |
| ANEXO 286 | X | X | X |
| ANEXO 287 | X | X | X |
| ANEXO 288 | X | X | X |
| ANEXO 289 | X | X | X |
| ANEXO 290 | X | X | X |
| ANEXO 291 | X | X | X |
| ANEXO 292 | X | X | X |
| ANEXO 293 | X | X | X |
| ANEXO 294 | X | X | X |
| ANEXO 295 | X | X | X |
| ANEXO 296 | X | X | X |
| ANEXO 297 | X | X | X |
| ANEXO 298 | X | X | X |
| ANEXO 299 | X | X | X |
| ANEXO 300 | X | X | X |
| ANEXO 301 | X | X | X |
| ANEXO 302 | X | X | X |
| ANEXO 303 | X | X | X |
| ANEXO 304 | X | X | X |
| ANEXO 305 | X | X | X |
| ANEXO 306 | X | X | X |
| ANEXO 307 | X | X | X |
| ANEXO 308 | X | X | X |
| ANEXO 309 | X | X | X |
| ANEXO 310 | X | X | X |
| ANEXO 311 | X | X | X |
| ANEXO 312 | X | X | X |
| ANEXO 313 | X | X | X |
| ANEXO 314 | X | X | X |
| ANEXO 315 | X | X | X |
| ANEXO 316 | X | X | X |
| ANEXO 317 | X | X | X |
| ANEXO 318 | X | X | X |
| ANEXO 319 | X | X | X |
| ANEXO 320 | X | X | X |
| ANEXO 321 | X | X | X |
| ANEXO 322 | X | X | X |
| ANEXO 323 | X | X | X |
| ANEXO 324 | X | X | X |
| ANEXO 325 | X | X | X |
| ANEXO 326 | X | X | X |
| ANEXO 327 | X | X | X |
| ANEXO 328 | X | X | X |
| ANEXO 329 | X | X | X |
| ANEXO 330 | X | X | X |
| ANEXO 331 | X | X | X |
| ANEXO 332 | X | X | X |
| ANEXO 333 | X | X | X |
| ANEXO 334 | X | X | X |
| ANEXO 335 | X | X | X |
| ANEXO 336 | X | X | X |
| ANEXO 337 | X | X | X |
| ANEXO 338 | X | X | X |
| ANEXO 339 | X | X | X |
| ANEXO 340 | X | X | X |
| ANEXO 341 | X | X | X |
| ANEXO 342 | X | X | X |
| ANEXO 343 | X | X | X |
| ANEXO 344 | X | X | X |
| ANEXO 345 | X | X | X |
| ANEXO 346 | X | X | X |
| ANEXO 347 | X | X | X |
| ANEXO 348 | X | X | X |
| ANEXO 349 | X | X | X |
| ANEXO 350 | X | X | X |
| ANEXO 351 | X | X | X |
| ANEXO 352 | X | X | X |
| ANEXO 353 | X | X | X |
| ANEXO 354 | X | X | X |
| ANEXO 355 | X | X | X |
| ANEXO 356 | X | X | X |
| ANEXO 357 | X | X | X |
| ANEXO 358 | X | X | X |
| ANEXO 359 | X | X | X |
| ANEXO 360 | X | X | X |
| ANEXO 361 | X | X | X |
| ANEXO 362 | X | X | X |
| ANEXO 363 | X | X | X |
| ANEXO 364 | X | X | X |
| ANEXO 365 | X | X | X |
| ANEXO 366 | X | X | X |
| ANEXO 367 | X | X | X |
| ANEXO 368 | X | X | X |
| ANEXO 369 | X | X | X |
| ANEXO 370 | X | X | X |
| ANEXO 371 | X | X | X |
| ANEXO 372 | X | X | X |
| ANEXO 373 | X | X | X |
| ANEXO 374 | X | X | X |
| ANEXO 375 | X | X | X |
| ANEXO 376 | X | X | X |
| ANEXO 377 | X | X | X |
| ANEXO 378 | X | X | X |
| ANEXO 379 | X | X | X |
| ANEXO 380 | X | X | X |
| ANEXO 381 | X | X | X |
| ANEXO 382 | X | X | X |
| ANEXO 383 | X | X | X |
| ANEXO 384 | X | X | X |
| ANEXO 385 | X | X | X |
| ANEXO 386 | X | X | X |
| ANEXO 387 | X | X | X |
| ANEXO 388 | X | X | X |
| ANEXO 389 | X | X | X |
| ANEXO 390 | X | X | X |
| ANEXO 391 | X | X | X |
| ANEXO 392 | X | X | X |
| ANEXO 393 | X | X | X |
| ANEXO 394 | X | X | X |
| ANEXO 395 | X | X | X |
| ANEXO 396 | X | X | X |
| ANEXO 397 | X | X | X |
| ANEXO 398 | X | X | X |
| ANEXO 399 | X | X | X |
| ANEXO 400 | X | X | X |
| ANEXO 401 | X | X | X |
| ANEXO 402 | X | X | X |
| ANEXO 403 | X | X | X |
| ANEXO 404 | X | X | X |
| ANEXO 405 | X | X | X |
| ANEXO 406 | X | X | X |
| ANEXO 407 | X | X | X |
| ANEXO 408 | X | X | X |
| ANEXO 409 | X | X | X |
| ANEXO 410 | X | X | X |
| ANEXO 411 | X | X | X |
| ANEXO 4 | | | |

BEP011200010401507949486, 40CROU1DT16

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1229
Doc: 3028 - 41



DET RAN

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 0047731109

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTV0209, CAMIONETA, 1992, VW/KOMBI FURGÃO, AMARELO

| SERVICO E MULTA | | VALOR |
|----------------------------------|--|--------|
| ALT. CADASTRAIS/EMISS. DOCUMENTO | | 62,78 |
| LICENCIAMENTO ANUAL | | ***** |
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | | 51,62 |
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | | 144,00 |
| | | X |

VALOR 4.75

~~51, 62~~

14400

| | | |
|---|---|--------|
| INFRAÇÕES DE TRÂNSITO Nº
VIA USUÁRIO | TOTAL GERAL  | 258,40 |
|---|---|--------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
BEPO1120001010153704444258,40CR001DT16

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO
1230

Fls: _____

Doc: 3628 - 4



○○○○○

5000 MLPA/MI03 EMISSAO 09.10.2000
DETTRAN VALIDADE 11.10.2000

DT0936

GUIA DE RECOLHIMENTO N° 0047731605

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
JTK7909,CAMIONETA,1992,VW/KOMBI,AMARELA

SERVIÇO E MULTA

VALOR

| | |
|--------------------------------|-------|
| ALT.CADASTRAIS/EMISS.DOCUMENTO | 62,78 |
|--------------------------------|-------|

| | |
|----------------------|-------|
| LICENCIAMIENTO ANUAL | ***** |
|----------------------|-------|

| | |
|----------------------------|-------|
| SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT | 51,62 |
|----------------------------|-------|

| | |
|------------------------------|--------|
| IPVA COTA UNICA ANUAL - 2000 | 149,00 |
|------------------------------|--------|

[illegible][illegible][illegible]

SECRET

| | | | |
|----------|----------|----------|----------|
| <p> </p> | <p> </p> | <p> </p> | <p> </p> |
| <p> </p> | <p> </p> | <p> </p> | <p> </p> |

[illegible]

| | | | | | | | |
|---------------------|---|---------------------|---|---------------------|---|---------------------|---|
| LEAH, MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X |
| DAVID MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X | DAVID MICHAEL DAVID | X |

Page 1 of 1

[illegible][illegible][illegible]

~~STRONG ARCADE SYSTEM~~
~~FIELD SERVICE OFFICE~~
~~NATIONAL SERVICE BUREAU~~
~~STRONG ARCADE SYSTEM~~
~~FIELD SERVICE OFFICE~~

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|

| | | | | |
|--------------------------|--|---|--|--------|
| INFRAÇÕES DE TRANSITO Nº | | X | | X |
| TOTAL GERAL | | | | 077/40 |

| | | |
|-------------|-------------|--------|
| VIA USUARIO | TOTAL GERAL | 263,40 |
|-------------|-------------|--------|

BEP0112000101WTFENRCA6MECANICA40CRO01DT16





Georgete

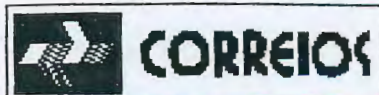
Solicitamos a V. Exa. AP de pagamento,
visando atender/cumprir o presteito
no contrato de prestação de serviço
firmado com o Sr. Luiz José Sousa e Silva,
conforme recibo, em anexo.

Em: 7/11/2000

Luiz José Sousa e Silva
Assinado
Assinado
Assinado

1.051,00

| | |
|-----------------------|--|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - 123 CORREIOS | |
| Fls: | |
| 3628 | |
| Doc: | |



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/108074

ECT
Fls. 4/4

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA, DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

25/09/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBRICA

Contábil: 411.12.05.0001

01.2.05/2.11.03

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO
24/09/2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE AOS DOCUMENTOS AUTENTICADOS (TAXAS ESPECIAIS) DOS VEÍCULOS TERM. 8, TODOS PERTENCENTES A ESTA DR. CONFORME RELAÇÃO ANEXA: JUA 3528, JUA 3448, JUA 3438, JUA 3428, JUA 3408, JTW 6738, JTW 6718, JTW 6708, JTW 6628, JUB 6048, JUB 6038, JUB 6028, JUB 6018, JUB 5938, JUB 5928, JUB 5918, JUB 5838, JUB 5818, JUB 5808, JUA 3738, JUA 3718, JUA 3648, JUA 3638, JUA 3618, JUA 3548, JUA 3538.

VALOR TOTAL
147,68

VALOR TOTAL POR EXTENSO
CENTO E QUARENTA E SETE REAIS, SESSENTA E OITO CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

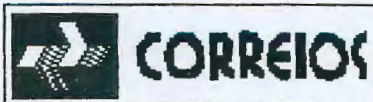
ROBERTO MAGALHAES PEREIRA
GERENTE DE OPERAÇÕES/DR/PA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: **1232**

3628

Doc:



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/108070 ECT

Fls. 415

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO

2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

14.09.2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBRICA

Contábil: 411.12.03.0001

01.2.05/2.11.02

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO
10.09.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE LIC. DE VEICULO TERMINAÇÃO 8, DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A ESTA DR, PLACAS : JUA-3468, JUA-3498, JUA-3558, JUA-3578, JUA-3598, JUA-3658, JUA-3688, JUA-3758, JUA-3768, JUB-5858, JUB-5868, JUB-5878, JUB-5888, JUB-5898, JUB-5968, JUB-5978, JUB-5988, JUB-5998, JUB-6068, JUB-6078, JUB-6088, JUB-5958, JUB-6058; JTW-2498, JTW-6758; JTW-6698, JTW-6678, JTW-6658, JTW-6578, COMPROVANTES EM ANEXO.

VENCIMENTO: ATÉ 14.09.2001

VALOR TOTAL
7.400,48

VALOR TOTAL POR EXTENSO
SETE MIL, QUATROCENTOS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

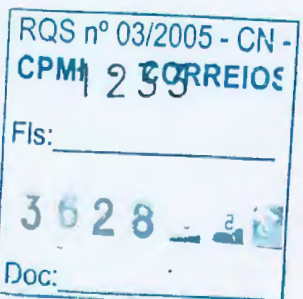
DATA PAGAMENTO

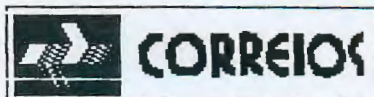
CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

ROBERTO MACALHAES DEDEIRA

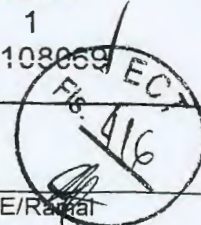




**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/108069



NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramoal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO

2816410-5

ASSINATURA DO CESTOR e CARIMBO

MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

12.09.2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBRICA

Contábil: 411.12.03.0001

01.2.05/2.11.02

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMISSION

10.09.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE LIC. DE VEICULO TERMINAÇÃO 3, JTJ-2693 E XEROX AUTENTICADA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A ESTA DR, PLACAS : JTJ-2713; JTZ-3373; JTP-0557; JTP-0647; JIP-0547; JIP-0617, JIP-0577. COMPROVANTES EM ANEXO.

VENCIMENTO: ATÉ 12.09.2001

VALOR TOTAL

306,12

VALOR TOTAL POR EXTENSO

TREZENTOS E SEIS REAIS E DOZE CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº RANCO F Nº DA AGÊNCIA RANCIÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

1º DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

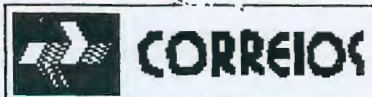
CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

ROBERTO MAGALHAES PEREIRA
GERENTE DE OPERAÇÕES
VISTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1234
Fls: **3628**
Doc:



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO
1
01/108064

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO
15/08/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBRICA

Contábil: 411.12.05.0001

01.2.05/2.11.03

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO
13/08/2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE AOS DOCUMENTOS AUTENTICADOS (TAXAS ESPECIAIS) DOS VEÍCULOS TERM.0/ 4 /5/ 6 / 7, TODOS PERTENCENTES A ESTA DR. CONFORME RELAÇÃO ANEXA: JTR0637, JTP 0517, JUD 1740, JTL 5394, JTT 2814, JVD 1170, JTW 4545, JTT 8886, JTT 1854, JTT 1654, JTT 8996, JTT 8966, JTP 0627

VALOR TOTAL
73,84

VALOR TOTAL POR EXTENSO
SETENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

1º DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

REY / BAC
DIGITADO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM 1235 - CORREIOS
Fis.
Doc: 3628

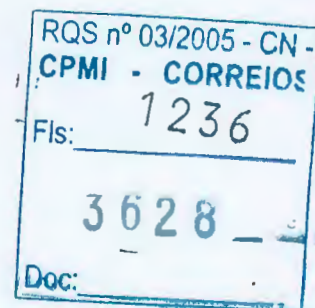
| | | | | | |
|--|--|--|--|--------------------------------------|--|
|  | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108060 | |
| NOME DO FAVORECIDO

DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
07/08/2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL | | VALOR | |
| Contábil: 411.12.03.0001 | | 01.2.05/2.11.02 | | RUBRICA | |
| O de SAN-AP - PAGAMENTO | | | | DATA/EMIÇÃO
03.08.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE À TRANSFERENCIA DE JURISDIÇÃO DA DR/BRASILIA PARA DR/PA, DO VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, ANO 1979 M. BENZ, PLACA JEQ 2285, E TAXAS /EXPEDIÇÃO 2ª VIA DUT/DUAL DOS VEICULOS DE PLACA JTM 6490 E JTM 5120, TODOS PERTENCENTES A DR/PA, CONFORME GUIAS ANEXOS. | | | | | |
| VALOR TOTAL
235,23 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS, E VINTE E TRÊS CENTAVOS | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
EDSON SOUZA DE LIMA | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

Visto

ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA
GERENTE DE OPERAÇÕES/DR/PA





SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO

NÚMERO

01/108057

IE DO FAVORECIDO

DETRAN

TRICULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO
24/07/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Centro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBICA

Contábil: 411.12.05.0001

01.2.05/2.11.03

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO
20.07.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REF. LIC. E DOCUMENTOS AUTENTICADOS (TAXAS ESPECIAIS) DOS VEÍC.
TERM. 0/3/4/ 7, TODOS PERT. A ESTA DR. CONF. RELAÇÃO ANEXA:

JUD0940, JTY9103, JTL5394, JTP0617, JTW607, JTW4527, JTW4657, JTW4557, JTW4597, JTW4767, JTW4587, JTW4617, JTW4637, JTW4697, JTW4717, JTW4737, JTW4537, JTW4757, JTW4727, JTW4707, JTW4577, JTW4677, JTW4567, JTW4627, JTW4687, JTW4777

VALOR TOTAL
964,10

VALOR TOTAL POR EXTENSO
NOVECIENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

SINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

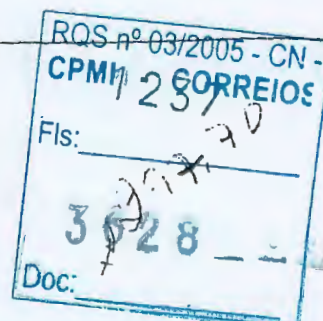
ÓRGÃO EXPEDIDOR

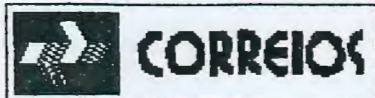
DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanhar a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO





**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/108055

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO

2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

18/07/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBRICA

Contábil: 411.12.03.0001

01.2.05/2.11.02

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO

16.07.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE LIC. DE VEICULOS E TAXAS DE AUTENTICAÇÃO
TERMINAÇÃO 5/6/7, TODOS PERTENCENTES A ESTA DR, PLACAS :

JUC7845,JUC8295,JTT0065,JTT7225,JTT7205,JTT9026,JTT4166,JTT3316,JTT9006,JTT8926,JTW4547

VALOR TOTAL
246,22

VALOR TOTAL POR EXTENSO
DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE E DOIS
CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

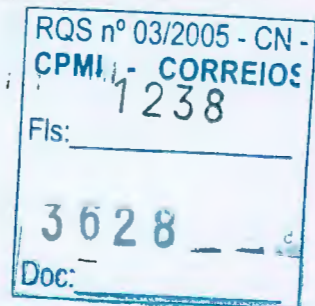
ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO



| | | | | | |
|--|--|---|--|--------------------------------------|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108054 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
12/07/2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL | | VALOR | |
| Contábil: 411.12.03.0001 | | 01.2.05/2.11.02 | | RUBICA | |
| TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO | | | | DATA/EMIÇÃO
05.07.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REF. LIC. VEÍCULOS FINAL 3/7, TODOS PERTENCENTES A ESTA DR>
CONF. RELAÇÃO:
JTT6327, JTP0617, JTP0517, JTP0547, JTP0557, JTP0577, JTP0627, JTP0637, JTP0647, JTW4767, JTW4777, JTW4757, JTW4727, JTW4537, JTW4527, JTW4737, JTW4567, JTW4627, JTW4717, JTW4707, JTW4697, JTE4687, JTW4677, JTW4657, JTW4637, JTW4617, JTW4607, JTW4597, JTW4587, JTW4577, JTW4557, JTY9103. | | | | | |
| VALOR TOTAL
7.262,32 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
SETE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS. | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
EDSON SOUZA DE LIMA | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1239
CORREIOS
Fls.:
3628
Doc:

| | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108048/1 | |
| NOME DO FAVORECIDO

DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL | | VALOR | |
| Contábil: 411.12.03.0001 | | 01.2.05 / 2.11.02 | | RUBICA

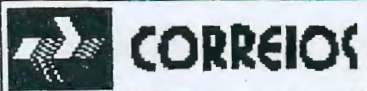
DATA/EMISSÃ
07/06/2001 | |
| TIPO DA SAN-AP - PAGAMENTO | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO EM COMPLEMENTAÇÃO A AP- 01/108039, REFERENTE AO LICENCIAMENTO DO VEÍCULO JTT-2304, TENDO EM VISTA O VALOR DE VISTORIA TER SOFRIDO ALTERAÇÃO. | | | | | |
| VALOR TOTAL
4,55 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

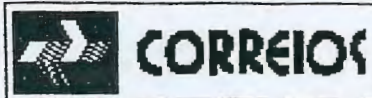
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL – 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |



| | | | | | |
|--|--|---|--|--------------------------------------|--|
|  | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108047 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
08/06/2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0200-3 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | | | | |
| TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO | | | | DATA/EMIÇÃO
07.06.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE LICENCIAMENTO VEÍCULOS TERMINAÇÃO 5/6, TODOS
PERTENCENTES A ESTA DR> CONFORME RELAÇÃO ANEXA: JUC-7845, JUC-8295, JTT-8886, JTT-8926, JTT-
8996, JTT-9026, JTT-9006, JTT-8966. | | | | | |
| VALOR TOTAL
3.136,48 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
TRES MIL CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO
CENTAVOS. | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
EDSON SOUZA DE LIMA | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA
GEOPE/PA/AP

| | |
|---------------------------------------|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPM CORREIOS | |
| Fis: 1241 | |
| 3628 | |
| Doc: | |



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/10804

Fls. 425

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

07/06/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBICA

Contábil: **122.01.01**

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMISSION
06.06.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO JUNTO AO DETRAN, REFERENTE AOS DOCUMENTOS AUTENTICADOS (TAXAS ESPECIAIS) DOS VEÍCULOS TERM.3/ 4 / 5, TODOS PERTENCENTES A ESTA DR> CONFORME RELAÇÃO ANEXA: JTZ-3463/JTT-2734/JTT-2814/JTT-7175/JTT-7195/JTT-7185/JTU-8245/JTT-7165/JTU-8225/JTT-7215/JTT-7145/JTT-7245/JTU-8215

VALOR TOTAL
73,84

VALOR TOTAL POR EXTENSO
SETENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

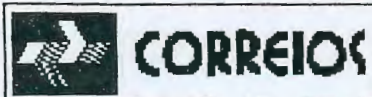
CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA
GEOPE/PA/AP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: **1242**
3628
Doc:



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1

01/108044

Fls. 426

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO

2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

05/06/2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0200-3**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBICA

3.2.06

Contábil: **122.01.01**

2.11.01

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO

30/05/2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

PAGAMENTO REFERENTE A TAXA DE VISTORIA EXTERNA EFETUADA PELO DETRAN, TENDO EM VISTA QUE O CAMINHÃO DE PLACA JTL-5394, NÃO TEM CONDIÇÕES DE TRÁFEGO, PARA DESLOCAMENTO ATÉ AQUELE ÓRGÃO DE TRÂNSITO PARA VISTORIA INTERNA, HAJA VISTA QUE O MESMO, TERIA QUE TER SUA CABINE RCEUPERADA INTEGRALMENTE, FICANDO INVIÁVEL TAL RECUPERAÇÃO. A REFERIDA VIATURA ESTARÁ DISPONIVEL PARA PROXIMA ALIENAÇÃO.

VALOR TOTAL

113,62

VALOR TOTAL POR EXTENSO

CENTO E TREZE REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

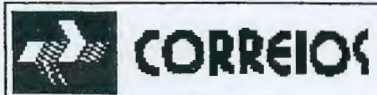
CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA
GEOPE/PA/AP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1243
Fls: _____
3628
Doc: _____



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO

1
01/108028

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0400-6**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL

VALOR

RUBICA

3.2.06

Contábil: **122.01.01**

2.11.01

TIPO de SAN-AP - PAGAMENTO

DATA/EMIÇÃO
18.05.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

ADIANTAMENTO PARA ATENDER AS DESPESAS COM VISTORIA ESPECIAL A SER EFETUADA NO CTO, DO CAMINHÃO/TOCO DE PLACA JTL-5394, TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DE TRÁFEGO DA REFERIDA VIATURA, CUJO LICENCIAMENTO ESTARÁ VENCENDO EM 26/05/2001.

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 21 A 25/05/2001

COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS: IMEDIATA

VALOR TOTAL
100,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO
CEM REAIS

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

EDSON SOUZA DE LIMA

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

ROBERTO MAGALHÃES PEREIRA
GEOPE/PA/AP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1244
Fls: _____
3628
Doc: _____

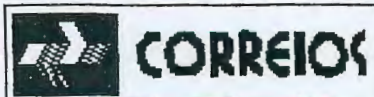
*ver 4 L...
se já foi providenciado
os documentos do
veículo abaixo*

*ECT
Fis. 48*

| | | | | | |
|--|--|---|--|--------------------------|--|
|  | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108035 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ/ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | RUBICA | |
| TIPO da SAN-AP:
PAGAMENTO | | | | DATA
11.05.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
ADIANTAMENTO PARA ATENDER AS DESPESAS COM VISTORIA ESPECIAL, PARA EFEITO DE 2ª VIA DO DUT E DUAL DOS VEÍCULOS ABAIXO RELACIONADOS, ALIENADOS EM 1999, DESPESA ESSA QUE ESTARÁ SENDO APURADA ATRAVÉS DO PROC/GAB/DR-00088/2001.
JTM-5120 - MOTO/88 JUD-1740-GOL/91
JTK-3917-FUSCA/81 JTM-8490-MOTO/88
JTT-2893 - FUSCA/82 | | | | | |
| VALOR TOTAL
850,00 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|------------------------------|--|
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
EDSON SOUZA DE LIMA | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e
AC/CENTRAL - 2830001-7 | | Código CENTRO DE CUSTO = STO | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI **1245** **CORREIOS**
Fis:
3628
Doc:



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO
1
01/108032

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0400-6**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06

VALOR

RUBICA

Contábil: **122.01.01**

2.11.01

TIPO da SAN-AP:

PAGAMENTO

DATA
27.04.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

Pagamento junto ao DETRAN, referente aos documentos autenticados dos veículos term/03/04/2001, todos pertencentes a esta DR, conforme relação . JTZ-3473, JTZ-3423, JTZ-8183, JTZ-3393, JTZ-3443, JTW-9704, JTT-1804, JTT-2774, JTT-1454, JTT-1704, JTW-9684, JTW-9694, JTT-1504, JTT-1564, JTT-1594, JTT-2824, JTT-2324, JTT-1584, JTT-2754, JTT-2354, JTT-2284, JTT-2564, JTT-2694, JTT-1734, JTT-2474, JTT-2504, JTT-1514, JTT-1754, JTT-1544, JTT-1724, JTT-2314, JTT-2794.

VALOR TOTAL

181,76

VALOR TOTAL POR EXTENSO

**CENTO E OITENTA E UM REAL E SETENTA E SEIS
CENTAVOS**

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

*Comprovado
20/05/02*

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: **1246**

3628
Doc:

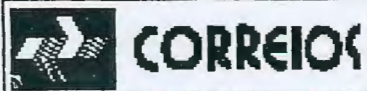
| | | | | | |
|--|--|---|---|--------------------------------------|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108028 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
19.04.2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | 5.472,21 | |
| TIPO da SAN-AP:
PAGAMENTO | | | | DATA
18.04.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 03 E 04, conforme Relação anexa, todos pertencentes a esta DR. JTZ-3373, JTJ-2713, JTW-9714, J77-1924, JTT-1854, JTT-1654. | | | | | |
| VALOR TOTAL
1.377,97 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
HUM MIL TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS. | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
AGOSTINHO ANDERSEN TRINDADE | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC-CENTRAL-2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1247
Fls: _____
3628
Doc: _____

| | | | | | |
|--|--|---|--|--------------------------------------|--|
|  | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108027 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DEMUTRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
ESTRADA DO MAGUARI | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
12/04/2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.26.09.04 | | RUBRICA | |
| TIPO da SAN-AP:
PAGAMENTO | | | | DATA
05/04/2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento de despesas com multa de trânsito do veículo de placa JTP-0647, tipo FIAT/UNO, dirigido pelo motorista Roberto Miranda – DOSSIÊ-0009/2001, de 26.03.2001 – EM APURAÇÃO. VENCIMENTO DA MULTA : 12.04.2001 | | | | | |
| VALOR TOTAL
68,10 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
(SESSENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS). | | | |

| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | |
|--|---|---|--|
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | |



| | | | | | |
|--|--|---|---|--|--|
|  | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108025/ <div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 5px; display: inline-block;"> ECT
Fls. 432 </div> | |
| NOME DO FAVORECIDO

DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
03.04.2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | RUBICA | |
| TIPO da SAN-AP:

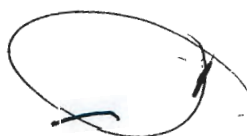
PAGAMENTO | | | | DATA
02.04.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente aos documentos autenticados dos veículos terminação 03, pertencente a DR/PA
Conforme relação anexa.. | | | | | |
| VALOR TOTAL
159,04 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS. | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

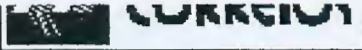
JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL – 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

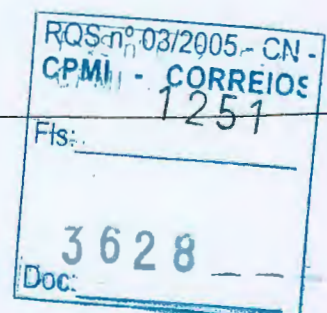
*Comprovado
Em: 10/05/01.*



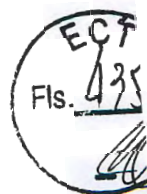


| | |
|----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN: | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1250 |
| Doc: | 3628 |

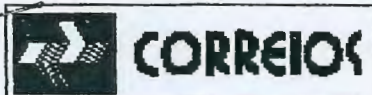
| | | | | |
|--|---|---|-------|-------------------------------|
|  | | DEPARTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | 01/108024 |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
03.04.2001 |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | VALOR | RUBICA |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | |
| TIPO da SAN-AP:
PAGAMENTO | | | | DATA
02.04.2001 |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 03 e 04 ,todos pertencentes a esta DR, conforme relação anexa. | | | | |
| VALOR TOTAL
7.457,22 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
Sete mil ,quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos. | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7 | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | |



Comprovado em 18/04/01



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1 292
Fls: _____
Doc: 3628



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO
1
01/108022

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0400-6**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06

VALOR

RUBICA

Contábil: **122.01.01**

2.11.01

TIPO da SAN-AP:

PAGAMENTO

DATA
27.03.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

Pagamento junto ao DETRAN, referente a vistoria particular referente as viaturas de placa final 03, por não ter conduções de trafegabilidade para locomoção até o pátio do DETRAN: caminhão JTJ-3263/sprinter JTZ-8183 e JTZ-3463.

OBS: O REFERIDO VALOR DEVERÁ SER PAGO EM ESPECIE NA AC/CENTRAL AO CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA - IDENT: 231028-3

VALOR TOTAL

300,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO

TREZENTOS REAIS

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO
AC/CENTRAL - 2830001-7

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

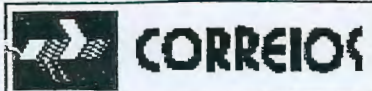
AUTENTICAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1253

Fls: _____

3628

Doc: _____



**SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO**

NÚMERO
1
01/108018

NOME DO FAVORECIDO

DETRAN

MATRÍCULA

CPF

FONE/Ramal

LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO

Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5

ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO

DATA VENCIMENTO
20.03.2001

CÓDIGOS:

REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Financeiro Agência: **0400-6**

PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06

VALOR

RUBICA

Contábil: **122.01.01**

2.11.01

1.594,03

TIPO da SAN-AP:

PAGAMENTO

DATA
19.03.2001

DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem

Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 00/03/07, conforme relação anexa, todos pertencentes a esta DR.

VALOR TOTAL

1.594,03

VALOR TOTAL POR EXTENSO

HUM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TRES CENTAVOS.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO

ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)

JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA

Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO

Nº DO CHEQUE

NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO

TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO FAVORECIDO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA PAGAMENTO

CARIMBO/ASSINATURA

1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar **imediatamente** para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas

AUTENTICAÇÃO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1254

Fls:

3628

Doc:



| | | | | | |
|--|--|--|---|--------------------------------------|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108017 | |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
07.03.2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | 4.632,28 | |
| TIPO da SAN-AP:

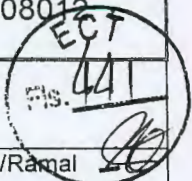
PAGAMENTO | | | | DATA
05.03.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 03, conforme relação anexa, todos pertencentes a esta DR. | | | | | |
| VALOR TOTAL
4.632,28 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
QUATRO MIL SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS. | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO: | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |



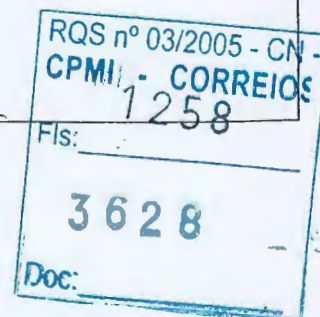


FOLHA EM BRANCO



| | | | | |
|--|--|--|----------|---|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108012 ✓
 |
| NOME DO FAVORECIDO
DETRAN | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
19.02.2001 |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | VALOR | RUBICA |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | 5.472,21 | |
| TIPO da SAN-AP: | | | | DATA
15.02.2001 |
| PAGAMENTO | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 02 E '03, conforme relação anexa, todos pertencentes a esta DR. | | | | |
| VALOR TOTAL
5.472,21 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
CINCO MIL QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS | | |

| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | |
|---|--|--|--|
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | DATA PAGAMENTO | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | |





RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1-299 OOBREIOS

Fls: _____

Doc: 3628

| | | | | | |
|--|--|--|---|--------------------------------------|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108005 | |
| NOME DO FAVORECIDO

DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
ANTONIO PAULO G. MORAES | | DATA VENCIMENTO
24.01.2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | 597,85 | |
| TIPO da SAN-AP:

PAGAMENTO | | | | DATA
22.01.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, do veículo terminação 01, conforme placa JTV-0901, pertencentes a esta DR. | | | | | |
| CAMINHÃO = 1 X R\$ 597,86 = 597,85 | | | | | |
| VALOR TOTAL
597,85 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |

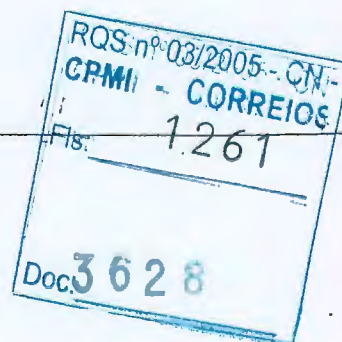


| | | | | | |
|---|--|---|---|--------------------------------------|--|
|  CORREIOS | | SOLICITAÇÃO
DE ADIANTAMENTO DE
NUMERÁRIO | | NÚMERO
1
01/108004 | |
| NOME DO FAVORECIDO

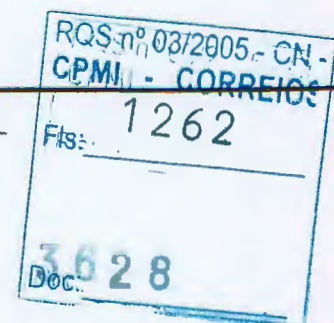
DETRAN | | | | | |
| MATRÍCULA | | CPF | | FONE/Ramal | |
| LOTAÇÃO OU ENDEREÇO

RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO | | | | | |
| Centro Custo Órgão Gestor = STO
2816410-5 | | ASSINATURA DO GESTOR e CARIMBO
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | | DATA VENCIMENTO
11.01.2001 | |
| CÓDIGOS: | | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| Financeiro Agência: 0400-6 | | PROJ./ATIVIDADE/CÓD. CONTÁBIL
3.2.06 | | VALOR | |
| Contábil: 122.01.01 | | 2.11.01 | | 2.722,93 | |
| TIPO da SAN-AP:

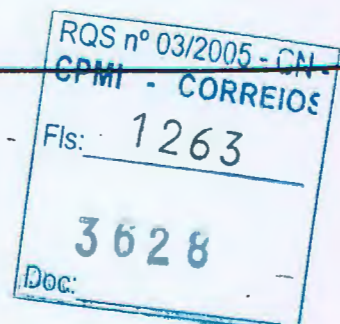
PAGAMENTO | | | | DATA
09.01.2001 | |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES / Período da Viagem
Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2001, dos veículos terminação 01, conforme placas a seguir: kombi - JTP-3191, JTP-3171, JTS-7051, JTS-7041, SANTANA - JTS-7031 E VERANEIO - JTE-4481, todos pertencentes a esta DR.
VERANEIO - 1 X R\$ 499,40 = R\$ 499,40
SANTANA - 1 X R\$ 542,40 = R\$ 542,40
KOMBI - 2 X R\$ 391,40 = R\$ 782,80
KOMBI - 1 X R\$ 544,93 = R\$ 544,93
KOMBI - 1 X R\$ 353,40 = R\$ 353,40 | | | | | |
| VALOR TOTAL
2.722,93 | | VALOR TOTAL POR EXTENSO
(DOIS MIL, SETECENTOS E VINTE E DOIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS). | | | |
| AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | | | | | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GECOF)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO do DIRETOR REGIONAL)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | | |
| Nº BANCO E Nº DA AGÊNCIA BANCÁRIA | | | Nº CONTA CORRENTE DO FAVORECIDO | | |
| Nº DO CHEQUE | | NOME AGÊNCIA DA ECT e Código CENTRO DE CUSTO = STO | | | |
| TIPO/Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | | | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | DATA PAGAMENTO | | CARIMBO/ASSINATURA | |
| 1ª VIA da AP: Movimento Financeiro da Agência Pagadora (Balancete)
2ª VIA da AP: Encaminhar imediatamente para ÓRGÃO CONTROLADOR
3ª VIA da AP: Acompanha a documentação da prestação de contas | | | | | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | |



| | | | |
|---|-----------------------------------|--|------------------------------------|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO
29.11.00 | NÚMERO
00672
Fls. 445 |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO:
DETRAN | | | |
| LOTAÇÃO/ENDEREÇO:
ESTRADA DA CEASA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
27.11.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPV/GEOPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES | | | |
| <p>Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2000, dos Veículos terminação 00, conforme placas a seguir::JTB-4670,JUX-3290,JUX-3190,JUX-3280,JUX-3070,JUX-3170, todos pertencente a esta DR/PA.</p> <p>TRAFIC - 5 X R\$ 453,21 = R\$ 2.266,05</p> <p>CAMINHÃO - 1 X R\$ 404,21 = 404,21</p> <p>VENCIMENTO:29.11.00</p> <p>Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA , CI Nº 231028-3 e deverá ser nominal ao DETRAN</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
2.670,26 | | DOIS MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS, E VINTE E SEI CENTAVOS. | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉD.EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID.ECT | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |



| | | | |
|---|-----------------------------------|--|---------------------------|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO
29.11.00 | NÚMERO
206571 ✓ |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO: | | DETRAN | |
| LOTAÇÃO/ENDEREÇO: | | ESTRADA DA CEASA | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
27.11.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPV/GEOPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES | | | |
| <p>Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2000, das motocicletas terminação 00, conforme placas a seguir: JVE-7970,JVD-1170,JWC-2870,JVE-8170,JWD-1470,JVE-8090,JVD-0990,JVE-8190,JVD-1380,JVD-1080,JWC-2880,JWD-1580,JWC-2980,JVE-8270,JVD-1470,JVD-1370,,todos pertencente a esta DR/PA.</p> <p>MOTOS - 16 X R\$ 184,16= R\$ 2.946,56</p> <p>VENCIMENTO:29.11.00</p> <p>Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA , CI Nº 231028-3, e deverá ser nominal ao DETRAN</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
2.946,56 | | DOIS MIL NOVECIENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS. | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉD.EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID.ECT | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |





| | | | |
|--|-----------------------------------|--|----------------------------|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO
24.11.00 | NÚMERO
00/6370 ✓ |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO:
DETRAN | | | |
| ESTADUAL/ENDEREÇO:
ESTRADA DA CEASA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
23.11.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPV/GEOPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES

Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento 2000, dos veículos terminação 00, conforme placas a seguir: JTB-2040 e JTN-2160, todos pertencente a esta DR/PA.

CAMINHÃO - 1 X R\$ 404,21 = R\$ 404,21
1 X R\$ 320,21 = R\$ 320,21

VENCIMENTO: 24.11.00

(Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA, CI Nº 231028-3, e deverá ser nominal ao DETRAN) | | | |
| VALOR LÍQUIDO

724,42 | | SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)

CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)

WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉD. EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID. ECT | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |



| | | | |
|--|-----------------------------------|---|--|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO | NÚMERO
ECT 0076367
Fis. 448 |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO:
DETRAN | | | |
| LOTAÇÃO/ENDEREÇO:
ESTRADA DA CEASA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
07.11.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPV/GEOPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES | | | |
| <p>pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2000, dos veículos terminação 00, conforme placas a seguir: MOTO XLR – JVE-8050 E JVE-8040, TRAFIC – JUX-3210, JUX-3140 E JUX-3250, MOTO CG – JVD-1440, JWC-2940, JVD-0940, JVD-1040, JWD-1640, JVD-1140, JVE-8140, JVD-1340, JVD-1340, JWD-1540, JVE-8240, JWD-1560, JVE-8060, JVD-1060, JWC-2960, JVD-1450, JVD-1350, JVD-1250, JWC-2850, JWD-1450, JVE-8150, JVE-8160, JVE-8260, JVD-1460, JVD-1360, todos pertencente a esta DR/PA.</p> <p>TRAFIC – 03 X R\$ 453,21 = R\$ 1.359,63
 MOTO XLR - 02 X R\$ 191,16 = R\$ 382,32
 MOTO CG - 25 X R\$ 184,16 = R\$ 4.604,00</p> <p>Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA, CI Nº 231028-3, e deverá ser nominal ao DETRAN</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
6.345,95 | | VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
SEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉD. EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID. ECT | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |



4000-0

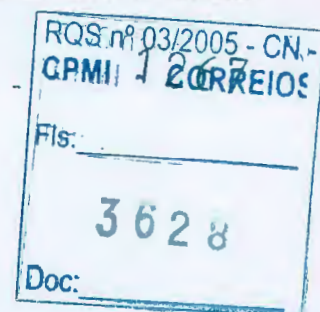
| | | | |
|---|-----------------------------------|--|--------------------------------------|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO | NÚMERO
00/8388
Fls. 149 |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO:
DETRAN | | | |
| LOTAÇÃO/ENDEREÇO:
ESTRADA DA CEASA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
03.11.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPY/GEPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| SCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES | | | |
| <p>Pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento 2000, dos veículos terminação 00, conforme placas a seguir: KOMBI JTM-5400 - TRAFIC - JUX-3310, JUX-3220 - MOTO XLR 125 - JVE-8210, JVE-8030, JVE-8100, JVE-7910 - MOTO CG-125 - JWD-1510, JWD-1610, JWC-2800, JVE-8200, JVD-1100, JWD-1400, JWC-2910, JVE-8220, JWD-1520, JVE-8120, JWD-1420, JVD-1120, JVD-1220, JWD-1620, JWC-2920, JVE-8130, JWC-2930, todos pertencente a esta DR/PA.</p> <p>KOMBI - 01 X RS 114,40 - RS 114,40
 TRAFIC - 02 X RS 453,21 - RS 906,42
 MOTO XLR - 04 X RS 191,16 - RS 764,64
 MOTO CG - 17 X RS 184,16 - RS 3.130,72</p> <p>Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA, CI Nº 231028-3, e deverá ser nominal ao DETRAN</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
4.916,18 | | VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
QUATRO MIL, NOVECIENTOS E DEZESSEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)
CARLOS ROBERTO D'AROLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉDITO EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID. ECT | |
| DATA PAGAMENTO
11/11 | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls. 1266
 3628
 Doc:

2.075,20 + 622,56 = 2.697,76

| | | | |
|---|-----------------------------------|--|---|
| ECT | AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO | DATA VENCIMENTO | NÚMERO
00/6360
ECT
Fls. 450 |
| MATRÍCULA/FAVORECIDO:
DETRAN | | | |
| LOTAÇÃO/ENDEREÇO:
ESTRADA DA CEASA | | | |
| ÓRGÃO EMITENTE
2816410-5 | DATA EMISSÃO
09.10.2000 | ASSINATURA DO EMITENTE
MANOEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CH/COPV/GEOPE | |
| REG. CONTÁBIL | REGISTRO ORÇAMENTÁRIO | | |
| CONTA
122.01.01 | CONTA
2.11.01 | PROJ./ATIVIDADE
03.2.06 | RUBRICA |
| DISCRIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES

<p>pagamento junto ao DETRAN, referente ao licenciamento/2000, dos veículos terminação 09, conforme
 elação das placas a seguir: KOMBI - JTK-7799, JTK-7789, JTK-8009, JTK-7949, JTK-7819, JTK-7909 E
 JTV-0209, E GOL JTK-7839, todos pertencente a esta DR/PA.</p> <p>KOMBI - 04 X R\$ 258,40 = R\$ 1.033,60
 KOMBI - 03 X R\$ 263,40 = R\$ 790,20
 GOL - 01 X R\$ 251,40 = R\$ 251,40</p> <p>Obs. O cheque de pagamento será recebido pelo CORRETOR LUIZ JOSÉ SOUZA E SILVA, CI Nº 231028-3,
 e deverá ser nominal ao DETRAN</p> | | | |
| VALOR LÍQUIDO
2.075,20 | | VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO
DOIS MIL, SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS | |
| ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO GEFIN)
CARLOS ROBERTO D'IPPOLITO | | ASSINATURA (AUTORIZAÇÃO DR/PA)
WALDEMIR FREIRE CARDOSO | |
| PAGAMENTO EFETUADO EM:
☒ CHEQUE ☐ DINHEIRO ☐ CRÉD. EM CONTA | | CONTA CORRENTE FAVORECIDO | |
| Nº DO CHEQUE | | AGÊNCIA BANCÁRIA/UNID. ECT | |
| DATA PAGAMENTO | | ASSINATURA DO FAVORECIDO | |
| DOC. IDENTIFICAÇÃO | | AUTENTICAÇÃO/CARIMBO | |
| ÓRGÃO EXPEDIDOR | | | |





ECT

Doc
1505.

CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

Natureza
DL

Número
271/97

Data
01.10.97

Procedência DR/PA

Nome
Assunto CONTRATAÇÃO DIRETA E POR EMERGÊNCIA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA.

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

| DESTINO | DATA | DESTINO | DATA | NÚMERO | ANO | RUBRICA |
|---------|------|---------|------|-------------------|-----|---------|
| 1.º | | 21.º | | 1.º | | |
| 2.º | | 22.º | | 2.º | | |
| 3.º | | 23.º | | 3.º | | |
| 4.º | | 24.º | | 4.º | | |
| 5.º | | 25.º | | 5.º | | |
| 6.º | | 26.º | | 6.º | | |
| 7.º | | 27.º | | 7.º | | |
| 8.º | | 28.º | | 8.º | | |
| 9.º | | 29.º | | 9.º | | |
| 10.º | | 30.º | | PROCESSOS APENSOS | | |
| 11.º | | 31.º | | NÚMERO | ANO | RUBRICA |
| 12.º | | 32.º | | 1.º | | |
| 13.º | | 33.º | | 2.º | | |
| 14.º | | 34.º | | 3.º | | |
| 15.º | | 35.º | | 4.º | | |
| 16.º | | 36.º | | 5.º | | |
| 17.º | | 37.º | | ANEXOS | | |
| 18.º | | 38.º | | NÚMERO | ANO | RUBRICA |
| 19.º | | 39.º | | 1.º | | |
| 20.º | | 40.º | | 2.º | | |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM CORREIOS
Fis: 1268
3628
Doc: _____

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 498 - Belém/PA.

| | |
|--|-----------------------------------|
| ASSESSORIA JURÍDICA | |
| ECT DR/PA | |
| ☒ Contrato | ☐ Edital |
| ☐ Termo Aditivo | ☐ Convênio |
| ☐ Termo de Rescisão | ☐ Visto |
| Nº 094/97 | Data 30.10.97 |

REPRESENTANTES: DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

CI: 2.662.970 - SEGUP/PA

CPF: 031.993.392-04

GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

CI: 2.385.339 - SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

CGC: 63.806.996/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 276 - EDIFÍCIO FLÁVIO NETO-TÉRREO

REPRESENTANTE: ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO

CI: 1.346.315 - SEGUP/PA

CPF: 158.386.172-68

[Handwritten signature]

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1269 |
| Fis: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a prestação de serviços jurídicos à CONTRATANTE pelos advogados que fazem parte dos quadros da CONTRATADA, no âmbito do Estado do Pará e Amapá pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Para o bom desempenho de seus serviços profissionais, a CONTRATADA terá todo o apoio da CONTRATANTE para o exercício dos poderes que lhe forem outorgados através de procuração.

2.2. Na hipótese de haver assuntos que não estejam intimamente ligados a esfera do Direito, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA seus assessores e consultores especializados, bem como o fornecimento, em tempo hábil, de todas as informações, documentos e materiais necessários para a solução das pendências.

2.3. Fica estabelecido que, caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, atrase a prestação de serviços e/ou dê causa à prescrição de direitos relativos a CONTRATANTE, responderá pela inadimplência, sendo seu o ônus dos prejuízos porventura ocorridos, acarretando desta feita a rescisão de pleno direito do presente ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, conseqüentemente, os seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a ECT, sendo remunerados e pagos diretamente pela CONTRATADA que será inclusive inteiramente responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação (Federal ou Estadual) e da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.2. A ECT não se responsabilizará por acidentes que porventura ocorram com os funcionários da CONTRATADA quando da execução dos serviços, devendo a CONTRATADA providenciar o seguro respectivo.

3.3. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e administrativos, pecuniários ou não, resultantes da execução das atividades inerentes ao contrato.

3.4. Os empregados destacados para a execução dos serviços serão selecionados, segurados e legalizados pela CONTRATADA, de acordo com os preceitos da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.5. A CONTRATADA obriga-se a apresentar, mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando a posição dos processos que se encontram sob sua responsabilidade.

QRS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIOS
1270
Fls: _____
3628
Doc: _____

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.
- 4.2. Responsabilizar pelas reservas de hospedagem e passagem dos advogados da CONTRATADA nos locais onde mantiver Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS

- 5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, pelos serviços prestados, a importância de R\$ 12.466,54 (doze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
- 5.2. Os preços estabelecidos são fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento dos serviços ora contratados serão efetuado pela ECT cinco dias após a apresentação da fatura, que deverá ocorrer a partir do 1º dia do mês subsequente ao de prestação dos serviços.
- 6.2. O(s) documento(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ao) ser entregue(s) na Assessoria Jurídica, localizada na Av. Presidente Vargas, 498, 3º andar - Belém/PA.
- 6.3. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, a partir da qual contar-se-á o prazo disposto no subitem 6.1.
- 6.4. O(s) pagamento(s) serão(ao) efetuado(s) pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, de acordo com os seguintes dados:

BANCO: BAMERINDUS

AGÊNCIA: 1612

CONTA CORRENTE Nº: 000368

- 6.4.1. A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do Banco, o nº da Agência e da Conta Corrente.
- 6.5. Caso a CONTRATADA não mantenha ou não tenha interesse em abrir conta no Banco do Brasil, a ECT utilizará esse Banco para intermediação de pagamento, debitando o ônus decorrente da transferência do valor em depósito.

- 6.6. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do IGP-M (FGV).



6.7. A CONTRATANTE não acatará a cobrança através de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá duração de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 06/10/97.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo estipulado nesta Cláusula, mediante Aviso Prévio da CONTRATANTE de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que limitado a 25% do valor total inicial do CONTRATO;

8.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

a) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

b) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração de fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.2. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do CONTRATADO, a CONTRATANTE restabelecerá, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA NONA: DAS DESPESAS

9.1. Incumbe à CONTRATANTE o pagamento das custas e demais despesas processuais (certidões, xerox, emolumentos) necessários ao bom e rápido andamento das ações.

9.2. Havendo necessidade de prestação de serviços fora da Comarca de Belém/PA, correrão por conta da CONTRATANTE as despesas referentes a transporte, hospedagem e refeição do advogado da CONTRATADA, as quais serão pagas antecipadamente através de adiantamento contratual (Classificação Contábil 123.14 - Adiantamento Contratual).

9.3. Os comprovantes de despesas deverão ser capeados por uma Nota Fiscal de Serviço emitida pela CONTRATADA no valor total das despesas, a qual deverá ser atestada pela ASJUR.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1272 |
| Fls: |
| 3628 |
| Doc: |

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste Contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa contratual;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a ECT, por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;

10.3. As eventuais infrações por parte da CONTRATADA sujeitam-no às seguintes multas:

- a) 0,5% (meio por cento) do valor do faturamento mensal, em caso de ocorrerem as situações dispostas no subitem 2.3.;
- b) infringência de qualquer cláusula contratual não abrangida na alínea anterior: 1% (um por cento) do valor total do contrato para cada evento;
- c) rescisão do contrato, por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa: 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

10.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhida à Seção de Contas a Receber, da ECT, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, podendo, para isso, a ECT, lançar mão das garantias constituídas ou descontar das faturas, por ocasião do seu pagamento, se julgar conveniente, bem como recorrer aos meios judiciais.

10.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a.1) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou prazos;



a.2) desatendimento das determinações regulares da autoridade designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

a.3) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

a.4) cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;

a.5) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a expressa anuência da ECT;

a.6) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

a.7) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

a.8) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

a.9) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

a.10) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do Contrato.

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

11.2. Está prevista a rescisão, ainda, para os seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão;

b) suspensão da sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado

1

Antônio

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1274 |
| Fis: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "a.9" e "a.10" do subitem 11.1. e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 11.2., sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Contrato, ocorrerão de acordo com a seguinte Classificação Orçamentaria:

Atividade: 01.2.01

Conta: 2.09

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DO VALOR TOTAL

13.1. Para fins de aplicação das penalidades cabíveis, o valor global estimado deste contrato é de R\$ 74.799,24 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA LICITAÇÃO

14.1. O presente Contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 271/97.

14.2. Integram e complementam este Contrato os seguintes documentos:

a) a Dispensa de Licitação nº 271/97.

b) A proposta econômica da contratada, datada de 17/09/1997.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

15.1. As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 8.666/93 e suas alterações que aplicar-se-á inclusive aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. As Cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento poderão ser alteradas a qualquer tempo, mediante assinatura de Termo Aditivo.

QRS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
12/5
Fls: _____
3628
Doc: _____

16.2. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações contratuais a terceiros, sem prévia concordância expressa da ECT.

16.3. A CONTRATADA fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais acréscimo ou supressão quantitativa do objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

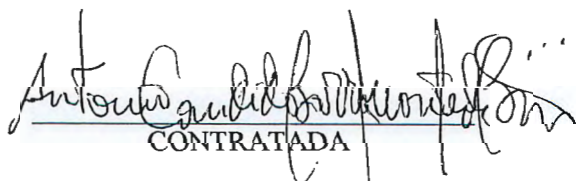
16.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante todo o período de validade do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

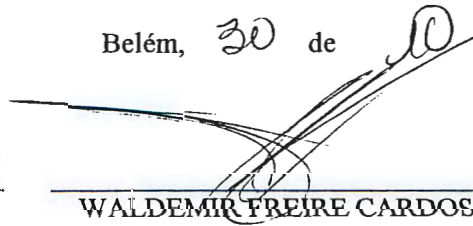
CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém/PA, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

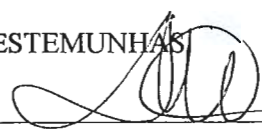
Belém, 30 de 10 de 1997.


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONTRATAÇÃO,
SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS



ADVGADO.CTR



| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1276 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CGC/MF: 34.028.316/0015-09

INSCRIÇÃO: 15.063.283-5

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS 498, 3º ANDAR

CIDADE: BELÉM, PARÁ

REPRESENTANTES

DIRETOR REGIONAL - WALDEMIR FREIRE CARDOSO

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº: 896.524/SSP/PA

CPF Nº: 031.993.392-05

GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO - FRANCISCO FURTADO COSTA

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 1.040.566/SSP/PA

CPF Nº 057.688.702-10

CONTRATADA

NOME: ESCRITÓRIO BARRA BRITO

ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 276 - TÉRREO ED. FLÁVIO NETO - CEP - 66025-160

CIDADE: BELÉM/PA

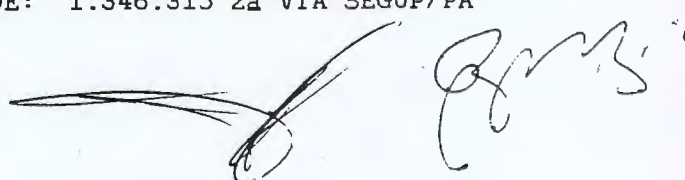
CGC Nº 63.806.996/0001-47

REPRESENTANTE

NOME: ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO

CARTEIRA IDENTIDADE: 1.346.315 2ª VIA-SEGUP/PA

249-9600
249-9471



| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1277 |
| Fls: |
| 3628 |
| Doc: |

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços jurídicos à CONTRATANTE pelos advogados que fazem parte dos quadros do CONTRATADO, no âmbito do Estado do Pará e Amapá.
- 1.2. Para fins deste contrato, ficam entendidos como prestação de serviços jurídicos a atuação judicial e extrajudicial do CONTRATADO na defesa dos direitos e interesses do CONTRATANTE em todo e qualquer ramo do direito, especialmente Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Administrativo e Comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1. Para o bom desempenho de seus serviços profissionais, o CONTRATADO terá todo o apoio do CONTRATANTE para o exercício dos poderes que lhe forem outorgados através de procuração.
- 2.2. Na hipótese de haver assuntos que não estejam intimamente ligados a esfera do Direito, a CONTRATANTE colocará à disposição do CONTRATADO seus assessores e consultores especializados, bem como o fornecimento, em tempo hábil, de todas as informações, documentos e materiais necessários para a solução das pendências.
- 2.3. Fica estabelecido que, caso o CONTRATADO, por qualquer motivo, atrase a prestação de serviços e/ou dê causa à prescrição de direitos relativos a CONTRATANTE, responderá pela inadimplência, sendo seu o ônus dos prejuízos porventura ocorridos, acarretando desta feita a rescisão de pleno direito do presente ajuste.
- 2.4. Como remuneração aos serviços executados, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância mensal de R\$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS).
- 2.5. O valor do presente contrato é de R\$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 3.1. O preço estabelecido no subitem 2.4 é fixo e irrevogável durante a vigência do presente contrato.

Q



| |
|------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CNI - |
| CBMI - CORREIOS |
| Nº 1.278 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

- 3.1.1. Em caso de prorrogação, será o valor reajustado pela variação do IPCr no período, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo expressa disposição legal em contrário.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no 15º dia após a apresentação da fatura.
- 4.1.1. Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas previstas e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do IPCr.
- 4.2. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à respectiva empresa e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento fiscal correto.
- 4.3. O pagamento dos serviços poderá ser efetuado pela ECT mediante depósito bancário, devendo o licitante declarar em sua proposta o número da conta corrente, o nome e o código da Agência do Banco do Brasil ou Banco Bamerindus na qual o mesmo deseja que seja realizado o pagamento ou de outro banco caso não mantenha e não tenha interesse em abrir conta naquelas instituições.
- 4.3.1. No caso de outro banco a ECT utilizará o Banco do Brasil para intermediações de pagamento, debitando o ônus decorrente da transferência do valor em depósito.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

- 5.1. O período de vigência do presente contrato é de 12 meses, com início em 25/04/95 e término em 24/04/96, podendo ser prorrogado por igual período em até quatro vezes, mediante Termo Aditivo, no tempo de...

5.2. O presente contrato...

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005, CN- |
| CPMI 1279 |
| Fis: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

- 5.3. Ocorrendo rescisão, nenhum pagamento ou indenização caberá às partes, exceto do que concerne ao recebimento pelo CONTRATADO dos serviços efetuados até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS

- 6.1. Incumbe à CONTRATANTE o pagamento das custas e demais despesas processuais (certidões, xerox, emolumentos) necessários ao bom e rápido andamento das ações.
- 6.2. Havendo necessidade de prestação de serviços fora da Comarca de Belém/PA, correrão por conta da CONTRATANTE as despesas referentes a transporte, hospedagem e alimentação do advogado da CONTRATADA, as quais serão pagas antecipadamente.
- 6.3. No caso das despesas ultrapassarem o valor pago antecipadamente, o saldo será ressarcido pela CONTRATANTE após a análise dos documentos comprobatórios dessas despesas, de conformidade com as normas internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. A CONTRATADA se obriga a apresentar, mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando a posição dos processos que se encontram sob sua responsabilidade.
- 7.2. O presente contrato é oriundo da (TP nº 014/94,) a qual se constitui parte integrante do mesmo, sujeitando-se os contratados às normas prescritas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

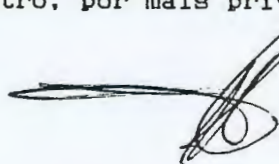
As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

ATIVIDADE: 01.2.01 CONTA: 2.09

CLÁUSULA NONA: DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Justiça Federal, seção Judiciária do Pará, em Belém/PA, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

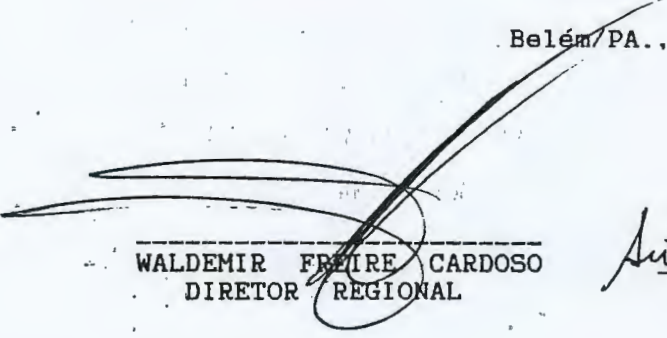
①

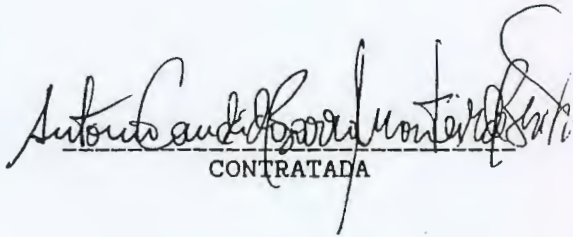
 

| | |
|-----------------------|------|
| RFB nº 03/2005 - CN - | |
| OPM - CORREIOS | |
| Fis: | 1280 |
| 3628 | |
| Doc: | |

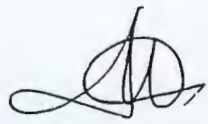
E, por estarem de comum acordo com todo o disposto neste contrato, as partes contratantes o assinam, perante as testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Belém/PA., 06 de março de 1995.


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


CONTRATADA


FRANCISCO FURTADO COSTA
G E S U P

TESTEMUNHAS: 

8con\advog_TP.ctr




20/4/95.

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
PS. 1281
3628
Doc: _____

| | |
|---|-----------------------------------|
| ASSESSORIA JURÍDICA
ECT - CR/PA | |
| ☐ Contrato | ☐ Edital |
| ☒ Termo Aditivo | ☐ Convênio |
| ☐ Termo de Rescisão | ☐ Visto |
| Data: 25/04/96 | |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 0119/ASJUR/95**

CONTRATANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 490 - CENTRO-BELÉM/PA

REPRESENTANTES:
DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524 - SEGUP-PA
CPF: 031.992.392-04

GERENTE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
CGC: 63.806.996/0001-47
ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 276 - 1º ANDAR ED. FLÁVIO NETO
BELÉM/PA

REPRESENTANTE: ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO
IDENTIDADE: 1.346.315 2ª VIA-SEGUP/PA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato nº 0119/95, bem como alterar a Cláusula do preço e do pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do presente instrumento é de 12(doze) meses, com início em 25/04/96 e término em 24/04/97.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O preço estabelecido é de R\$ 4.815,30 (QUATRO MIL OITOCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA CENTAVOS), com vigência a partir de 25/04/96 e término em 24/04/97, é fixo e irredutível durante 01(um) ano, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época.

[Assinatura]

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1282 |
| 3628 |
| Doc: |

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas previstas e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do IGP-M.

CLÁUSULA QUINTA-DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordada.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 10 de abril de 1996

BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Advogado-Gerente

WALDEMIR FREIRE CARNEIRO
DIRETOR REGIONAL
ADJUNTO EXECUTIVO/DE/PA
Delegação - FRY - 0738/96

PAULO A. DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONT. SUP. E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS

TER-2pum

Q

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1283 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 0119/95**

| | |
|---|------------------------------------|
| ASSESSORIA JURÍDICA | |
| ECT DR/PA | |
| ☐ Contrato | ☐ Alteração |
| ☒ Termo Aditivo | ☐ Anulação |
| ☐ Termo de rescisão | ☐ Visto |
| Nº 021 | Data 31/03/97 |

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498
BELEM/PA

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524 - SEGUP/PA
CPF: 031.992.39

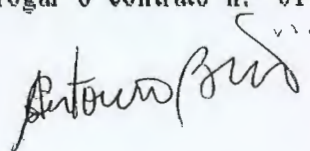
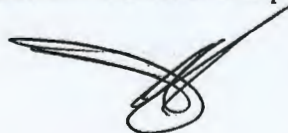
GERENTE DE CONT.SUP. E PATRIMÔNIO: PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
CGC: 63.806.996/0001-47
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO: AV. Conselheiro Furtado, n.º 276-TÉRREO ED. FLÁVIO NETO
BELEM/PA

REPRESENTANTE: ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO
IDENTIDADE: 1.346.315-SEGUP/PA
CPF:
ENDEREÇO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o contrato n.º 0119/95 (Prestação dos Serviços Jurídicos), bem como alterar a cláusula do preço.



| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1284 |
| | 3628 |
| Doc: | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O período de vigência do presente instrumento é de 12(doze) meses, com início em 25/04/97 e término em 24/04/98.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

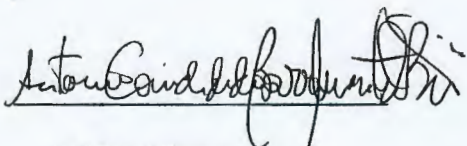
3.1. O preço estabelecido de R\$ 5.233,27 (CINCO MIL, DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), com vigência a partir de 25/04/97, é fixo e irreajustável durante a vigência do contrato.

3.2. Caso o contrato seja prorrogado, a repactuação/reajuste dar-se-á com base nos preços vigentes no mercado.

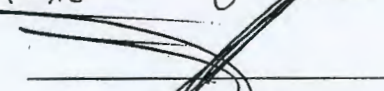
CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

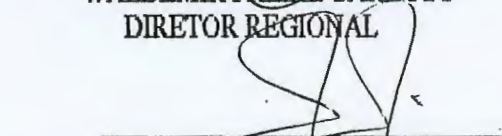
4.1. Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Contrato original desde que não conflitem com as cláusulas ora acordadas.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas.

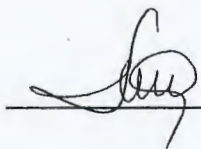

CONTRATADA

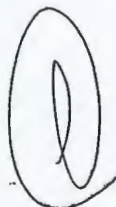
Belém(PA), 31 de 03 de 1997


WALDEIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONT.SUP.E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS:





| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1285 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N.º 0119/95**

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498
BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA
CPF: 031.992.392-04

| | |
|---|--|
| ASSESSORIA JURÍDICA
ECT DR/PA | |
| ☐ Contrato | ☐ Termo de rescisão |
| ☒ Termo aditivo | ☐ Termo de rescisão |
| Nº 17/98 Data 24/4/98 Visto | |

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

CGC: 63.806.996/0001-47
ENDEREÇO: AV. Conselheiro Furtado, n.º 276 - Térreo Ed. Flávio Neto
Belém - Pará

REPRESENTANTE: ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO

IDENTIDADE: 1.346.315 - SEGUP/PA
C.P.F.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO :

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato n.º 0119/95,(Prestação dos Serviços Jurídicos), bem como alterar a cláusula Sexta e inclusão de cláusulas referentes as Obrigações da Contratada, da Contratante e das Penalidades.

Antônio C. Barra Monteiro de Brito

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS |
| 1286 |
| Fls: 3628 |
| Doc: |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O período de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início em 25/04/98 e término em 24.04.99.

2.2 Caso o contrato seja prorrogado, a repactuação/reajuste dar-se-á de conformidade com a resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE nº 10, de 08.10.96, publicada no D.O do dia 14.10.96.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, conseqüentemente, os seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a ECT, sendo remunerados e pagos diretamente pela CONTRATADA que será inclusive inteiramente responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação (Federal ou Estadual) e da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.2 A ECT não se responsabilizará por acidentes que porventura ocorram com os funcionários da CONTRATADA quando da execução dos serviços, devendo a CONTRATADA providenciar o seguro respectivo.

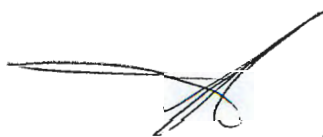
3.3 A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e administrativos, pecuniários ou não, resultantes da execução das atividades inerentes ao contrato.

3.4 Os empregados destacados para a execução dos serviços serão relacionados, segurados e legalizados pela CONTRATADA, de acordo com os preceitos da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.5 A CONTRATADA obriga-se a apresentar, mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando a posição dos processos que se encontram sob sua responsabilidade.

3.6 Requerer, no máximo 2 (dois) dias após o recebimento/publicação da intimação judicial, os documentos /valores necessários para interposição de recursos ou autorização para não apresentar os recursos porventura cabíveis.

3.7 Somente efetuar acordo judiciais com a autorização formal da ECT, através do Diretor Regional ou do Chefe da Assessoria Jurídica.



Autenticação

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPM - CORREIOS |
| Fis: 1287 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.
- 4.2 Responsabilizar pelas reservas de hospedagem e passagem dos advogados da CONTRATADA nos locais onde mantiver Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES

5.1 Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste Contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa contratual;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a ECT, por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2 Se discordar das penalidades que proventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

| |
|---------------------|
| RGS nº 08/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1288 |
| 3628 |
| Doc: |

5.3 As eventuais infrações por parte da CONTRATADA sujeitam-no às seguintes multas:

- a) 0,5% (meio por cento) do valor do faturamento mensal, em caso de ocorrerem as situações dispostas no subitem 2.3;
- b) infringência de qualquer cláusula contratual não abrangida na alínea anterior: 1% (um por cento) do valor total do contrato para cada evento;
- c) rescisão do contrato, por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa: 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

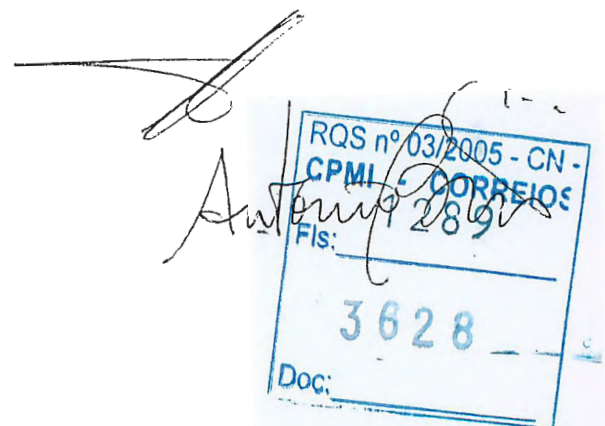
5.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhida à Seção de Contas a Receber, da ECT, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação, podendo para isso, a ECT lançar mão das garantias constituídas ou descontar da faturas, por ocasião do seu pagamento, se julgar conveniente, bem como recorrer aos meios judiciais.

5.5 Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS

6.1 Havendo necessidade de prestação de serviços fora da Comarca de Belém/PA, correrão por conta da CONTRATANTE as despesas referentes a transporte, hospedagem e refeição do advogado da CONTRATADA, as quais serão pagas antecipadamente através de adiantamento contratual (Classificação Contábil 123.14 - Adiantamento Contratual).

6.2 Fica estabelecido expressamente um prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação da prestação de contas pelo contratado, a contar da data do retorno da viagem à serviço da ECT.

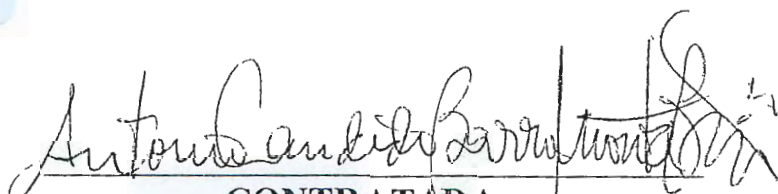


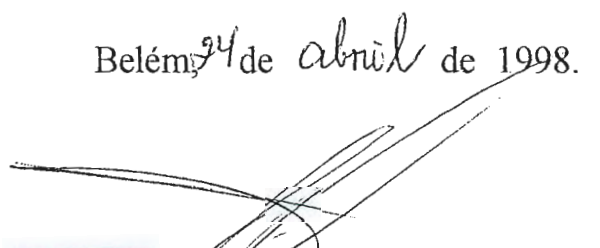
CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato original desde que não conflitem com as cláusulas ora acordada.

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma perante as testemunhas.

Belém, 24 de abril de 1998.


CONTRATADA


WALDEMAR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO D. DA SILVA
GERENTE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

TESTEMUNHAS:





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N.º 119/95**

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 498
BELÉM/PA CGC/MF: 34.028.316/0018-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

REPRESENTANTES:

DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO
IDENTIDADE: 896.524-SEGUP/PA
CPF: 031.992.392-04

| | | |
|---|------------------------------------|-------|
| ASSESSORIA JURÍDICA
ECT DR/PA | | |
| ☐ Contrato | ☐ Edital | |
| ☒ Termo Aditivo | ☐ Convênio | |
| ☐ Termo de Suspensão | ☐ Alteração | |
| Nº 33/95 | Data 16/4/95 | Visto |

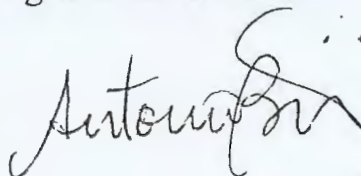
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO : PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
IDENTIDADE: 2.385.339-SEGUP/PA
CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.
CGC: 63.806.996/0001-47
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 110.030-2
ENDEREÇO: AV. Conselheiro Furtado, nº 276 – Térreo Ed. Flávio Neto
Belém - Pará

REPRESENTANTE: ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO.
IDENTIDADE: 1.346.315-SEGUP/PA
CPF:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência do contrato nº 119/95 (prestação de serviços jurídicos.)



| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1291 |
| 3628 | |
| Doc: | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

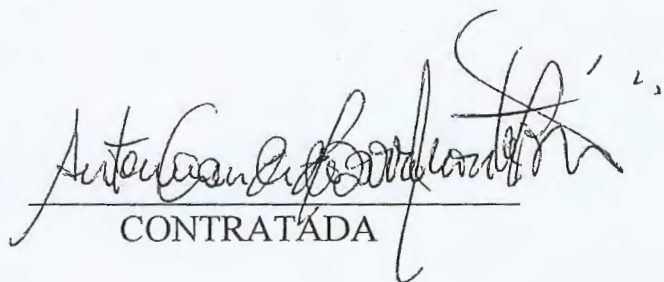
2.1 O período de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, com início em 25/04/99 e término em 24/04/2000.

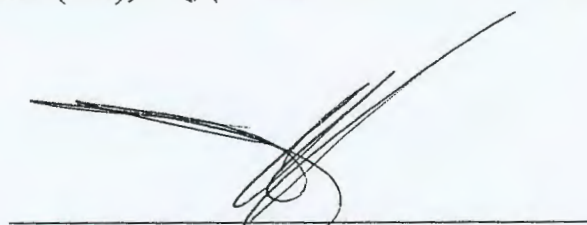
3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS.

3.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original desde que não conflitem com as Cláusulas ora acordadas.

E, pôr estarem assim justas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo.

Belém(PA), 16 de abril de 1999.


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHAS: _____



| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1292 |
| Doc: 3628 |

Despacho

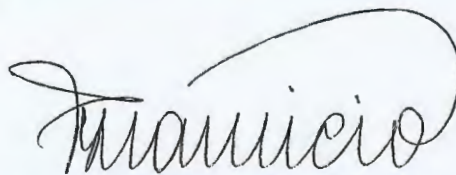
Para: Diretor Regional
De: Assessor Jurídico
Data: 2 de setembro de 1997
Ref: Necessidade de pessoal

Levamos ao conhecimento de V.As. que, com as reclamações que estão dando entrada nesta Assessoria, hoje, subiram para aproximadamente 400 (quatrocentas), as reclamações trabalhistas interpostas empregados, pleiteando a incorporação de 12 referências salariais à título de promoção.

Com isso, a situação desta Assessoria é completamente dramática. Todo o efetivo atual (5 empregados e 2 estagiários), estão voltados para o trato de tais questões e, com isso, as demais atividades a nosso cargo estão irremediavelmente prejudicadas.

O caso está sendo levado ao conhecimento do Departamento Jurídico, com nosso parecer no sentido de que é indispensável a contratação emergencial de mais 1 advogado e 2 estagiários, considerando a carga normal de trabalho desta Assessoria.

Pelo exposto, submetemos o caso a sua consideração autorização para iniciarmos o processo de contratação dos recursos humanos retro citados, sendo: 01 (um) advogado a ser contratado como temporário, por um período de 06 (seis) meses, e 02 (dois) estagiários a serem contratados regularmente por 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, se a sobrecarga atual não for episódica.



PAULO MAURICIO SALES CARDOSO

Assessor Jurídico

MASTUR
Estou de acordo com a proposição.
Solicitando desembolso de
se para contratação
mesma.
8/9/97

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1293 |
| 3628 - 2 |
| Doc: 25 |

Despacho

Para: Diretor Regional
De: Assessor Jurídico
Data: 19 de setembro de 1997
Ref: Necessidade de pessoal

Conforme é do seu conhecimento, foram intentadas em torno de 500 (quinhentas) reclamações trabalhistas, em que os empregados pleiteiam a incorporação de 12 (doze) referências salariais à título de promoção.

Com isso, a situação desta Assessoria é completamente dramática. Todo o efetivo atual está voltado para o trato de tais questões, contando ainda com o reforço de um Administrador, lotado nesta Assessoria, após acertos com a GESUP, intermediada por V.As, além de empregados da Secretaria/GAB, da GEREC, da GAUDI, da GEOPE e da GESIT, que estão atuando como prepostos, a partir de orientações fornecidas por esta Assessoria. Com isso, as atividades rotineiras, em especial a análise de processos administrativos, estão prejudicadas.

Ademais, nunca é demais lembrar que o Concurso Público instaurado para suprir vaga de Advogado ainda em aberto, teve a prova anulada, o que retardará, ainda mais, a definição dos classificados.

Levado o caso ao Departamento Jurídico, através da CI/DEJUR/GAB-855/97, Dde 3.9.97, o mesmo autorizou a contratação emergencial de escritório de advocacia, para atender tal necessidade.

Considerando a urgência que o caso requer, contatamos o Escritório Jurídico Barra Brito, o qual nos apresentou as seguintes propostas:

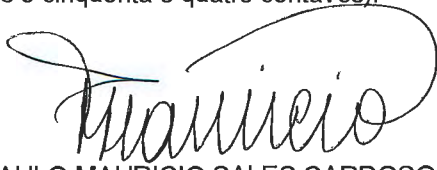
- 1) para apoio no âmbito administrativo, contrato no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), considerando que é necessária a contratação, por aquele escritório, de um Advogado especificamente para tal fim;
- 2) no âmbito judicial, considerando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato (110 para 400 processos), solicitou a recomposição do preço de R\$5.233,27 para R\$15.699,81.



Sobre o assunto, temos as seguintes considerações a fazer:

- 1) o pleito do contratado nos parece economicamente vantajoso para a ECT, posto que valor que teríamos que dispendir para contratação de Advogado para nos auxiliar no âmbito administrativo e outro escritório jurídico para atuação judicial, por certo seria mais dispendioso, o que poderá ser comprovado pela GEREK e pela GESUP, conforme o caso;
- 2) quanto ao alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, não há como contestá-lo, entretanto, não há como mensurar, ao certo, na atual fase dos processos, se será um caso episódico ou duradouro, de sorte que, no nosso entendimento, a melhor alternativa seria contratar, por emergência, o escritório jurídico Barra Brito, para prestação de serviços jurídicos no âmbito administrativo e no âmbito judicial, por 6 (seis) meses, na forma da legislação vigente e, se ficar constatado que a situação não é episódica, a partir da definição do novo montante de processos judiciais, no âmbito de atuação da DR/PA, faremos a contratação de novos Advogados, a partir da conclusão do Concurso Público já instaurado ou abriremos licitação pública para contratação de novo Escritório Jurídico.

Assim sendo, submetemos o caso a sua apreciação, com nosso parecer favorável à contratação do escritório jurídico Barra Brito, por emergência, para prestação de serviços judiciais, nos âmbitos administrativo e judicial, por 6 (seis) meses, ao valor mensal de R\$12.466,54 (doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).


PAULO MAURICIO SALES CARDOSO

Assessor Jurídico



Estando ciente e seguro de que as providências propostas são indispensáveis, fico na dependência, apenas, de confirmarem a adequação dos preços, uma vez que para a adequação de mais um aditado pode ser feita observada a numeração paga pelo aos seus profissionais. Em relação ao contrato (alteração do preço do contrato atual), precisamos de atestar e fundamentação e composição do preço, considerando a expressão elétrica. (do preço)

Felicito a V. Ex., em conjunto com a gesup para a adequação / adequação do preço para decisão final.

23/2/20

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 3628
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

AO: ASJUR/DR/PA

CI/DEJUR/GAB- 855 /97

REF.: FAX/ASJUR/PA-0011/97

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA-DISPENSA POR EMERGÊNCIA.

Brasília, 03 de setembro de 1997.

Tendo tomado conhecimento do teor do FAX de referência, onde esse ASJUR solicita, por força do aumento brusco e imprevisível do serviço jurídico sob sua responsabilidade - fruto da entrada extemporânea de algo em torno de 400 ações sobre incorporação de promoção - a anuência deste DEJUR para promover a contratação de 01 advogado temporário, pelo período de 06 meses e de 02 estagiários, pelo mesmo período, cumpre-me informar:

1.1 em face da situação caótica registrada, e para evitar-se gravames à ECT, sou favorável à contratação, DIRETA E POR EMERGÊNCIA, de escritório de advocacia, dado que esta é a alternativa técnica mais consentânea com a legislação vigente.

1.1.1. caso não se verifique no período da contratação (máximo de 180 dias) a regularização da situação, seja por diminuição do fluxo de ações, seja por absorção de advogado via concurso público, deverá ser desencadeado processo licitatório, objetivando a contratação regular.

1.2 no que se refere à contratação dos dois estagiários, fica a mesma prejudicada, considerando a viabilização da utilização de escritórios. Salienta-se, todavia, que o pleito poderá ser renovado caso não se vislumbre as hipóteses de solução evidenciadas no subitem 1.1.1 anterior.

Atenciosamente,

MOZART GOMES FERRAZ
Chefe do Departamento Jurídico

RMCG/rmcg.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1296 |
| 3628 |
| Doc: |

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Belém, 25 de agosto de 1997.

Ilmo. Sr.
Dr. Waldemir Freire Cardoso
M.D. Diretor Regional
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Av. Presidente Vargas, nº 498
Nesta

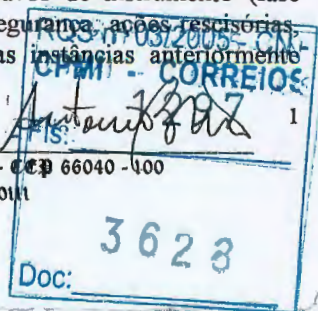
Senhor Diretor Regional

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, através de regular processo licitatório, Barra Britto S/C Advogados Associados foi contratada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para a defesa dos direitos e interesses dessa r. empresa, relacionados com a prestação de serviços jurídicos profissionais, conforme objeto contratual inserto na Cláusula Primeira, item 1.1./1.2. do Contrato celebrado para tal fim

O dito ajuste de vontades, ensejador da contratação de Barra Britto S/C Advogados Associados sob o nº 0119/95, encontra-se, já aditado em 10.04.1996 e 31.03.1997. A partir da data de contratação e no decorrer do prazo de celebração dos aditivos contratuais que se seguiram, todos os esforços jurídicos têm sido empreendidos para o objeto do contrato ser alcançado.

Para tanto, inúmeras medidas judiciais são adotadas na fase de conhecimento, perante as MM. Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado do Pará e Amapá (Capitais e demais Municípios) e, em fase recursal no Egrégio TRT da 8ª Região e, ainda, na fase recursal extraordinária junto ao Colendo TST, em Brasília-DF. Tais medidas jurídicas, consubstanciam-se em: contestações, exceções, emendas de inicial, pedidos de nulidade, embargos de declaração, além de outros incidentes eventualmente ocorridos no decorrer da instrução processual (fase de conhecimento). De igual modo, são interpostos recursos ordinários e embargos de declaração (fase recursal ordinária). Ainda, recurso de revista, agravos de instrumento (fase recursal extraordinária), sem prejuízo das demais petições avulsas, entre outras medidas as quais são apresentadas conforme a instância.

No mesmo sentido, quando da fase executiva das reclamações trabalhistas, outros procedimentos judiciais merecem providências, entre os quais: embargos à execução, embargos de declaração (fase de preliminar de execução); agravos de petição, embargos de declaração (fase recursal de execução); recursos de revista e agravos de instrumento (fase recursal extraordinária da execução), sem olvidar os mandados de segurança, ações rescisórias, ações cautelares, petições avulsas e pedidos variados, nas mesmas instâncias anteriormente



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

citadas. Tais medidas judiciais, conforme o caso, em última análise, visam, impedir que o erário federal representado pela ECT/DR/PA não sofra condenações além do estritamente decidido nas sentenças que eventualmente lhe são desfavoráveis.

No decorrer do prazo contratual da prestação dos serviços jurídicos, a média de demandas sob a responsabilidade de patrocínio dessa sociedade de advogados girou em torno de 90 (noventa) a 110 (cento e dez) processos, onde toda a sorte de medidas judiciais são tomadas diariamente para bem defender os interesses maiores da ECT, cujo montante se manteve até julho/1997.

Por oportuno, mister se faz esclarecer a inestimável colaboração da ASJUR/DR/PA, comandada pelo ilustre advogado, Dr. Paulo Maurício Sales Cardoso, que, juntamente com os demais integrantes daquela assessoria jurídica têm se empenhado, para que as informações necessárias cheguem a contento e a tempo de serem produzidas as imprescindíveis peças jurídicas para defesa da Administração Federal

Aliás, Vossa Senhoria é conhecedor de que as providências judiciais e extrajudiciais tomadas no curso do ajuste de vontades, tem evitado prejuízos financeiros de grande monta a esta Diretoria Regional, fato incontroverso que só vem entremostrear e comprovar a dedicação, zelo, competência e probidade jurídico-administrativa a favor do interesse público representado pela ECT/DR/PA (Governo Federal).

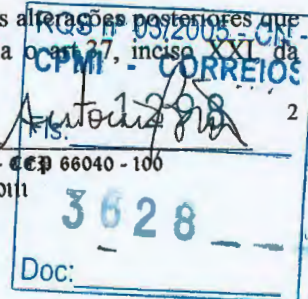
Contudo, apesar do desempenho a contento de Barra Britto S/C Advogados Associados, através dos advogados que fazem parte de seu quadro jurídico, o contrato instituidor dos direitos e obrigações a serem cumpridos pelas partes encontra-se em flagrante desequilíbrio, o qual, para os devidos fins, se denuncia, vejamos:

Senhor Diretor Regional, no que pertine aos aspectos relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos procede seja recolhido fundamento jurídico na lei, na melhor fonte doutrinária e jurisprudencial.

A equação econômico-financeira é, sem sobra de dúvidas, um direito do contratante particular que não pode e nem lhe deve ser negado, sendo mister o integral respeito ao que o mesmo representa, porquanto as avenças entre a Administração (ECT/DR/PA) e o particular (Barra Britto S/C Advogados Associados) fazem deste último um colaborador do Poder Público ao qual não pode ser pago o mínimo possível, mas o normal, o justo, pelo serviço prestado donde lhe cabe o valor real estipulado no contrato ao tempo do ajuste, até porque, conforme lição de Gordilho *"não pode a Administração valer-se de expediente em prejuízo do contratante, pois não está envolvida em negócio lucrativo, mas na busca de um interesse público"*.

Assim, a relação havida entre as partes contratantes e, inicialmente estabelecida no ajuste contratual, abrangendo os encargos do contratante e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, denomina-se de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e, em última análise, é a correlação entre o objeto do contrato e a sua remuneração originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel, cuja correlação deve ser inexoravelmente conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, para que seja mantido o citado equilíbrio.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores que lhe foram dadas pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994, regula



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

Resta previsto no Capítulo III, Seção III, da referida norma legal, a forma de alteração dos contratos celebrados entre os particulares e a Administração Pública, estando as hipóteses justificadoras para tais ocorrências previstas com clareza solar nos artigos, incisos, alíneas e parágrafos da referida Seção.

O caso ora submetido a apreciação de Vossa Senhoria, encontra previsão legal no art. 65, inciso II, alínea "d", *in verbis*:

Art. 65 - Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

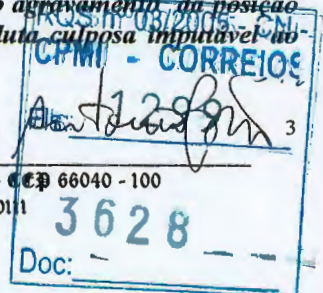
.....
II - por acordo das partes.
.....

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Como se depreende supra, o legislador, preocupado com situações como a consubstanciada no contrato 0119/95, estabeleceu mecanismos jurídicos capazes de repactuar ajustes de vontades administrativos onde uma das partes esteja sofrendo prejuízo em decorrência de fatores que a lei enumera como causadores do rompimento do equilíbrio da equação econômico-financeira, sendo que a causa do rompimento pode derivar tanto de fato imprevisível, como previsível, mas de efeitos incalculáveis.

No magistério de JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR (Comentários à Lei de Licitações e Contratos na Administração Pública - Lei nº 8.666/93 com a redação da Lei nº 8.883/94 - Rio de Janeiro; RENOVAR, 1994, pág. 402), o rompimento autorizador da alteração dos contratos administrativos é perfeitamente jurídico, e por isso legal, em decorrência de fato imprevisível, ou previsível mas de efeitos incalculáveis, "*. . . podendo tais fatos corresponder tanto de natureza do Estado, desde que suficientes para impedir ou retardar a execução do contrato; quanto a esta aptidão é distinguir o atraso ou impedimento suportável, que não geraria direito a revisão do pactuado porque se contém nos limites das áleas ordinárias (inerentes a todo contrato) daquele que importa ônus ou dano insuportável, que constitui o direito a revisão porque configura álea extraordinária. . .*"

Segundo o eminente MARÇAL JUSTEN FILHO (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 1996, 4ª edição, Editora Aide pág.400) os pressupostos do direito à recomposição do equilíbrio, são os seguintes: "*1 - A concretização de um evento posterior a formulação da proposta, identificável como causa do agravamento da posição particular ; 2 - Que a elevação dos encargos não derive de conduta culposa imputável ao particular .*"



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

No presente caso, o evento que majorou os encargos é posterior a formulação da proposta da Contratada e não decorreu de qualquer conduta da mesma, portanto, preenchidos estão os pressupostos doutrinários que permitem tal recomposição.

Como se vê, a tutela do equilíbrio econômico tem como maior interessado a própria Administração contratante, visto que se os particulares tivessem que arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas, tendo a Administração que arcar com custos decorrentes de eventos meramente possíveis, e estes deixando de ocorrer beneficiariam sem sombra de dúvida o contratado. Portanto é muito mais vantajoso para Administração, a contratação do licitante que menor oferta possível fez, assegurando ao mesmo que, acontecimentos infortuitos sejam arcados pela Administração contratante.

Ademais, o restabelecimento da equação econômico-financeira, não se refere simplesmente a insuficiência da remuneração, visto que esta não ocorre no caso de proposta inexecutável. O restabelecimento é consequência de uma ruptura da equação econômica diante da majoração dos encargos da contratada anteriormente previstos por este e pela própria Administração.

Senhor Diretor Regional, como se demonstrará a seguir, resta claro, que a situação concreta insere-se no âmbito da álea extraordinária considerando a imprevisibilidade dos eventos ocorridos, os quais, quando muito, se fossem previsíveis, teriam seus efeitos incalculáveis, afigurando-se incontroverso o injusto ônus imposto a Contratada (Barra Britto S/C Advogados Associados) que, por via de consequência, merece ver atendido o presente pedido de revisão.

Conforme inserto na Cláusula Terceira, item 3.1. do 2º Aditivo ao Contrato nº 0119/95, a contraprestação pecuniária de Barra Britto S/C Advogados Associados pelos serviços a serem executados está na ordem de R\$-5.233,27 (cinco mil duzentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos) pagos mensalmente.

Considerando a média de acompanhamento de 100 (cem) processos mensais, consoante reportado alhures, Barra Britto S/C Advogados Associados percebia até o mês de julho/1997 um valor mínimo aceitável sem que houvesse prejuízo e/ou fosse desvalorizado o serviço profissional, pois, como já mencionado anteriormente, ao Contratado, colaborador da Administração, não pode ser pago o mínimo possível, mas o justo pela prestação do serviço.

Aliás, na espécie do Contrato sob comento, os serviços jurídicos requerem extrema responsabilidade e dedicação daqueles que, na condição de contratados, colaboram com a Administração, sendo certo que a equipe de 08 (oito) advogados e demais integrantes administrativos que defendem os interesses judiciais da ECT/DR/PA nos litígios que são remetidos a Barra Britto S/C Advogados Associados, buscam, a todo instante, o melhor para os Correios, tendo, a longos anos, obtido indiscutíveis êxitos.

Ocorre que, a partir do mês de agosto do corrente ano, o número de processos sob o patrocínio deste escritório jurídico aumentou expressivamente em quase 200% (duzentos por cento), passando de 100 (cem), para aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) processos, com estimativa de chegarem a mais de 400 (quatrocentos) novos processos, valendo lembrar, para tanto, a significativa quantidade de instrumentos de procuração assinados por Vossa Senhoria, a fim de que os advogados integrantes dessa sociedade de advogados, pudessem, regularmente, defender a ECT/DR/PA em juízo.

008-9032005-04
CPM - CORREIOS
Fls. 4
3628
Doc:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Nesse passo, o valor da média mensal paga pelo serviço ficou brutalmente defasada, situação deveras injusta e preocupante, pois, causadora de prejuízo direto a Contratada, além da inquestionável depreciação do valor do serviço jurídico prestado, o que não pode persistir.

Por outro lado, tendo em vista que a média de duração de cada processo está em torno de 04 (quatro) anos, esgotadas todas as instâncias judiciais, como, via de regra e feito pela ECT/DR/PA, os novos processos, sem sombra de dúvidas, perdurarão enquanto durar o Contrato nº 0119/95.

Assim, apresenta-se de cristalino entendimento, que no caso específico do ajuste de vontades celebrado entre Barra Britto S/C Advogados Associados e ECT/DR/PA o equilíbrio econômico-financeiro do contrato foi brutalmente rompido, no que pertine ao desembolso mensal das parcelas programadas, aviltando, em valores reais, o preço do serviço executado.

Por conseguinte, resta indiscutível o desequilíbrio da equação econômico-financeira do ajuste de vontades existente entre os contratantes, hipótese facilmente detectável.

É mister, ainda, ser dito para corroborar os argumentos ora esposados pela Contratada, que durante todo o período de execução do objeto do Contrato nº 0119/95 Barra Britto S/C Advogados Associados, além do inequívoco e justo pagamento que deve receber pelo serviço prestado, arcará, também, com custos operacionais para prestação do serviço contratado, os quais estavam englobados no preço mensal desembolsado por essa empresa pública federal e, repentinamente, em razão do elevado número de processos retro mencionados, tiveram acréscimo considerável.

Estes custos operacionais são, entre outros, papel para confecção de ofícios e petições judiciais e extrajudiciais, cópias reprográficas e respectivo material de manutenção, toner e tinta para impressoras a laser e a jato de tinta, além do respectivo material de manutenção e reposição de tais equipamentos, telefones, telefax, energia elétrica, sem esquecer de outras despesas de caráter jurídico administrativo inerentes a execução do contrato.

Para que Vossa Senhoria tenha uma idéia da dimensão do volume de serviço, basta que multiplique o montante de aproximadamente quatrocentos (400) novos processos pelo número equivalente de contestações (14 laudas) e eventuais recursos ou contra-razões (14 laudas), além de embargos de declaração (05 laudas), sem olvidar os pedidos de vista (01 lauda), emendas a inicial (02 laudas) e nulidade de citação (02 laudas) e ter-se-á, aproximadamente 2400 (dois mil e quatrocentos) petições processuais, isso, só na fase de conhecimento e ordinária recursal (Juntas de Conciliação e Egrégio TRT).

Tomando por base que, no total, os referidos petitórios possuem em média trinta e oito (38) laudas que multiplicados por quatrocentos (400) novos processos, perfazem o elevado montante de quinze mil e duzentas (15.200) folhas de razões jurídicas para resguardar os interesses da ECT/DR/PA.

Acresça-se, ainda, os regulares ofícios para cientificar a ASJUR/DR/PA sobre o andamento processual dos litígios, sendo feito um para cada peça jurídica nos 400 (quatrocentos) processos. Para detectar tal volume tome-se por base a média de sete (07) peças processuais (emenda da inicial, nulidade da citação, contestação, embargos de declaração (eventual) recurso ordinário e /ou contra razões, recurso de revista e/ou de instrumento e/ou contra razões) multiplicadas por quatrocentas (400) peças, obtendo-se, assim, 2800 (dois mil e oitocentas) peças.

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

mil e oitocentos (2.800) ofícios que somados aos cento e cinquenta (150) já enviados perfazem um total de dois mil novecentos e cinquenta (2.950) ofícios.

Outrossim, não é demais ressaltar, as previsíveis um mil e duzentas (1.200) audiências a serem realizadas na fase de conhecimento dos novos processos, encontrando-se tal número em razão da média de 03 (três) prosseguimentos por audiências, a saber: emenda da inicial, apresentação de contestação e oitiva das partes/encerramento da instrução.

Por fim, deve, ainda, ser destacado, a fase extraordinária na feitura de recursos de revista, ou contra razões, assim como, agravos de instrumento, em caso de denegação da revista, sem olvidar a fase executiva, onde os petitórios judiciais se fazem mais necessários, sendo, *data venia*, despidendo alongar com mais números, aos ora demonstrados.

É oportuno, nesse diapasão, que, novamente, se busque os ensinamentos do festejado Professor Marçal Justen: *"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico financeiro, o particular deve provocar a Administração para a adoção de providências adequadas. Inexiste discricionariedade. A Administração pode recusar o restabelecimento da equação apenas mediante invocação da ausência dos pressupostos necessários. Poderá invocar:*

- ausência de elevação dos encargos do particular;
- ocorrência de evento antes da formulação das propostas
- ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos contratado;
- culpa do contratado pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento)"

In casu, considerando o antes relatado e devidamente comprovado, jamais poderá ser cogitada uma suposta **ausência de elevação dos encargos do particular** (Barra Britto S/C Advogados Associados) para negar-se o pretendido reequilíbrio econômico financeiro do Contrato 0119/95.

No mesmo sentido, não se pode negar o pleito ora formulado, sob o pálio de que a **ocorrência do evento antes da formulação das propostas**, visto que o evento originador do desequilíbrio ocorreu ainda este ano (e seu objeto é consequência...).

De igual modo, não há que se falar em **ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos contratado**, porquanto, conforme acima descrito, os atuais encargos decorrem do volume de ações atualmente recebidas.

Relativamente a **culpa do contratado pela majoração dos seus encargos** (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).... a mesma também não se sustenta. Nesse sentido, afigurava-se absolutamente impossível imaginar a volume das ações (quase duas centenas) recentemente propostas contra a ECT/DR/PA, apenas em Belém, cujo aumento de processos gerou na mesma ordem o aumento de serviço com a depreciação dos valores pagos a Contratada, desde que, quase triplicado o trabalho desenvolvido, elevando, de igual modo, a responsabilidade e acuidade jurídica a ser dispendida.

Também, a Administração, visando negar o restabelecimento, ainda segundo Marçal Justen, não poderá alegar *"...que o contratado possuía margem de lucro suficientemente elevada para arcar com o prejuízo. Nem caberia argumentar que o*

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

contratado, em ocasiões anteriores, obteve grandes vantagens em contratações administrativas ou que diante de eventos semelhantes não pleiteou recomposição do equilíbrio econômico financeiro da contratação. Todos esses argumentos são impertinentes. Se a proposta consignava margem de lucro muito elevada, a administração poderia tê-la desclassificado por ser excessiva. Se não o fez e homologou o resultado reconheceu formalmente a vantajosidade dela. Os eventos passados atinentes a outras contratações não interferem sobre o contrato afetado pelo desequilíbrio. Deverá examinar-se a situação originária (a época da apresentação das propostas) e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá se alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

Destarte, é injusto o ônus imposto a Contratada (Barra Britto S/C Advogados Associados) na execução do objeto do Contrato sem uma contraprestação pecuniária adequada, tendo em vista o aumento quantitativo de processos, originário de motivo imprevisível, e, *ad argumentandum tantum*, se previsíveis, de efeitos incalculáveis, em cristalina ocorrência de força maior estranha a vontade da Contratada, e porque não dizer, também da Administração Regional.

Pelo exposto, verifica-se que o ajuste de vontades entre a Administração (ECT/DR/PA) e o particular (Barra Britto S/C Advogados Associados) teve a equação econômico-financeira do Contrato nº 0119/95 brutalmente rompida, no que pertine ao preço dos serviços contratados, sendo incontroverso que, atualmente, o desembolso mensal não guarda o valor real originariamente contratado no Segundo Aditivo ao Contrato 0119/95, cabendo destacar que, por cautela e a fim de que o padrão normal de qualidade dos serviços jurídicos prestados a ECT/DR/PA não restasse prejudicado, esta sociedade de advogados, cuidou de contratar, ainda, no mês em curso, o Dr. Márvio Miranda Viana, para, juntamente com os 08 (oito) profissionais de direito de seu quadro jurídico, acautelar e defender os interesses maiores da ECT/DR/PA em razão do volume de litígios ora relatados.

De igual modo, deve ser comunicado a Vossa Senhoria que esta Sociedade de Advogados estará adquirindo duas (02) novas impressoras HP DeskJet 870 Cxi Series, assim como, dois (02) novos computadores Pentium 166, para, juntamente com os equipamentos de informática já existentes (três computadores, sendo dois DX2-66 e um Pentium 100 e três impressoras, sendo uma a laser, uma a jato de tinta e outra matricial), fazer face a expressiva demanda diária de novas reclamações trabalhistas.

Assim, Barra Britto S/C Advogados Associados (Contratado) estima como justo para manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato nº 0119/95, que a ECT/DR/PA (Contratante) passe a pagar a importância mensal abaixo especificada, decorrente do evidente, insofismável e flagrante acréscimo no volume de processos e, por conseguinte, de serviços jurídicos, causadora do multi citado desequilíbrio do Contrato.

Portanto, considerando as sólidas e irrefutáveis razões jurídicas que evidenciam o desequilíbrio do ajuste de vontades, a Contratada, por ser de justiça, vem, com fundamento na legislação aplicável à espécie, pleitear junto a ECT/DR/PA a celebração de aditivo contratual nos moldes explicitados nesta peça, para o recebimento de R\$-15.699,81 (quinze mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos) mensais, a partir do mês de agosto/1997, observadas as formalidades e cautelas de estilo.

No aguardo da resposta de Vossa Senhoria, subscrevo-me

Atenciosamente

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antônio Antônio de M. Miranda

Advogado - Sódio Carrazza

Av. Conselheiro Furtado, n.º 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 229-3111, 249-2067, 249-2471 - Fax (091) 229-0111

Belém - Pará

| | |
|-----------------------|--------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1303 7 |
| 3628 | |
| Doc: | |

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Belém, 17 de setembro de 1997.

Ilmo. Sr.

Dr. Waldemir Freire Cardoso

M.D. Diretor Regional

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Av. Presidente Vargas, nº 498

Nesta

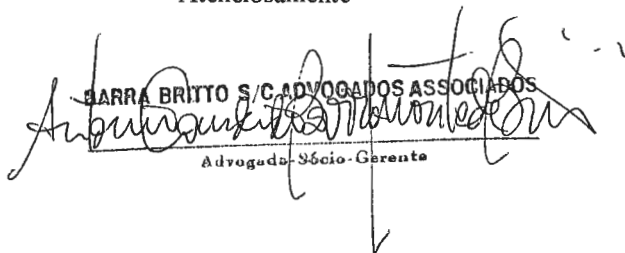
Senhor Diretor Regional

Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria e ratificando contato verbais mantidos, infra, encaminho o valor da proposta para prestação de serviços advocatícios a esta r. empresa pública federal na área administrativa.

- Valor da Proposta R\$-2.000,00 (dois mil reais) mensais;

A disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos que se façam necessários, subscrevo-me

Atenciosamente


BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado Sócio-Gerente



ADVOGADAS ASSOCIADAS S/C.

Dra. Helena Claudia Miralha Pingarilho - OAB 2746
Dra. Sonia Hage Amaro Pingarilho - OAB 1601
Dra. Ednea Capucho Coutinho OAB - 4185
Dra. Ivonete Orio - OAB- 8329
Dra. Heloisa Helena Gato - OAB -8301
Samarina de Jesus Minas - Estagiária
Claudio de Souza Miralha Pingarilho - Estagiário
Samara Chaar - Estagiária
Wellington Marques da Fonseca - Estagiário

Belém, 29 de setembro de 1997.

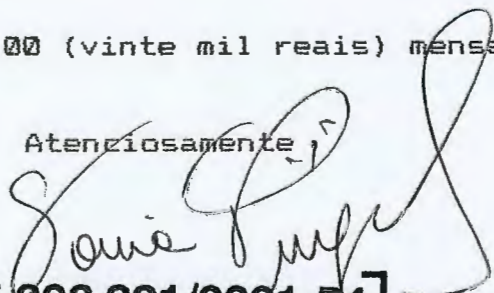
ILMO. SR.
ADERSON MENDES
GERENTE DE CONTRATAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 498

Prezado Senhor,

Em atendimento a solicitação de Vossa Senhoria, informo o montante da proposta para prestação de serviços advocatícios aos Correios e Telégrafos correspondente a alocação de profissional a nível administrativo, bem como, assessoria trabalhista em quatrocentas reclusatórias.

- R\$-20.000,00 (vinte mil reais) mensais;

Atenciosamente


[15.306.921/0001-54]
HELENA E SONIA PINGARILHO S/C
ADVOGADAS ASSOCIADAS
Av. Magalhães Barata, 651
Ed. Belém Office Center
Salas 505/6.7 - São Braz
Fone: (091)-2296077
[CEP: 66.063.240 Belém - Pa]

END: Av. Magalhães Barata, 651,
Ed. Belém Office Center salas 505/506/507
Fone: 218-1211 / 218-1212 / 218-1228 Fax: 229-6077.

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | 1305 |
| Fls: | 3628 |
| Doc: | |

RONALDO VIEIRA - ADVOCACIA

ADVOGADOS

ESTAGIÁRIA

RONALDO VIEIRA

PATRÍCIA DA ROCHA

IVAN MOURA

CESAR NORONHA

BELÉM, 25 DE SETEMBRO DE 1997.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT.

SR. GERENTE DE CONTRATAÇÃO,

PREZADO SENHOR,

Para execução de serviços advocatícios nas áreas administrativa acompanhamento e defesa em processos trabalhistas, no montante aproximado de 400 (quatrocentas) reclamatórias, propomos o valor de R\$- 18.000,00 (dezoito mil reais), mensais, abatido o imposto de renda.

Prazo de duração do contrato: 01 ano

Condições gerais: Correrão por conta da contratante todas as despesas com viagem, transportes, hospedagem e custas processuais.

Prontos para quaisquer esclarecimentos complementares.

Atenciosamente

Ronaldo Vieira
OAB-PA 5000



CND emitida por Sistema Corporativo Informatizado H/084723

MPAS



Ministério da Previdência e Assistência Social
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND

① **SÉRIE H**

Nº 084723

② **PCND Nº 04833/97 - 12.601.001**

CGC/CEI 63.806.996/0001-47

③ DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME **HARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS**

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO) **AV CONSELHEIRO FURTADO 2476 TERREO S 101 102**

BAIRRO OU DISTRITO **NAZARE**

CEP **66040-100**

MUNICÍPIO **BELEM**

UF **PA**

④ FINALIDADE (PERMITIDO O PREENCHIMENTO DE APENAS UMA OPÇÃO)

☐ Concessão de "Habite-se" e/ou Averbação do Imóvel a seguir especificado: *****

***** **ÁREA CONSTRUÍDA/DEMOLIDA** **M**

☐ LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MÓVEL OU IMÓVEL OU DIREITO A ELES RELATIVO.

☐ NO REGISTRO OU ARQUIVAMENTO, NO ÓRGÃO PRÓPRIO, DE ATO RELATIVO À BAIXA OU REDUÇÃO DO CAPITAL DE FIRMA INDIVIDUAL, REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL, CISAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL E TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

☒ OU AISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO AS DA LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NAS QUADRÍCULAS 01 E 03 DESTE DOCUMENTO.

OBSERVAÇÕES: Se emitida para CGC, válida para matriz e filiais

CND NÃO VALIDA PARA FINS DE BAIXA EM REPARTIÇÕES COMPETENTES. *****

CERTIFICO, na forma do disposto na Lei nº 8.212/91, e suas alterações, que inexistiu débito impeditivo à expedição desta certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao INSS o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

BELEM (PA).

02

de outubro

de 19 97

12.601.001

BELEM

CARIMBO DO EMITENTE

[Assinatura]
ASSINATURA/CARIMBO
Odine Machado Guimarães

Cópia desta CND só terá validade se conferida com o original. A CND para a liberação só é válida no original.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL POR 06 MESES

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM 300REIOS

Fls:

3628

Doc:

FGTS

| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| Nº do Protocolo | Válido até | Nº |
| PA15782.97.334-94 | 02 / ABRIL / 98 | 1713376 |
| NOME DA EMPRESA | | |
| BARRA BRITO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS | | |
| ENDEREÇO | | |
| AV. CONSELHEIRO FURTADO 2476 - TERREO | | |
| MATRÍCULA
-XX- | AGÊNCIA DA CAIXA EM
BELÉM | CGC ou CPF
63806996/0001-47 |

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO — FGTS

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

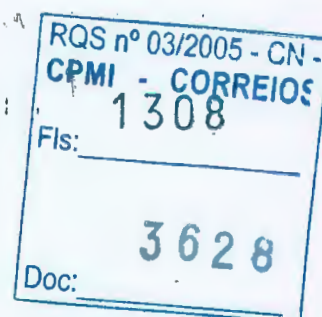
Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

BELÉM (PA) 03 de OUTUBRO de 1997
Local

DAVID DE ARAÚJO B. FILHO
Mat. 035.930-4

Gerente

A DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL.



de Advogado nesta Diretoria teve a sua prova anulada, adiando com isso a definição dos classificados para o cargo.

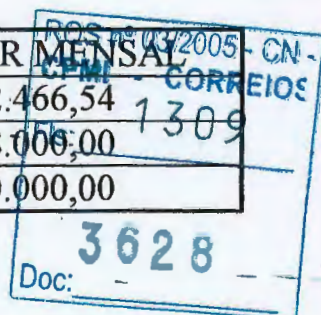
- 6) A ASJUR levou o assunto ao conhecimento do DEJUR que se mostrou favorável a contratação DIRETA E POR EMERGÊNCIA dos serviços jurídicos, em face da situação caótica e para se evitar problemas à ECT, observando o que dispõe a legislação vigente.
- 7) Para melhor esclarecimento da contratação, demonstramos abaixo os custos atuais:

| SITUAÇÃO ATUAL EM CONDIÇÕES NORMAIS | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| QTE MENSAL DE PROCESSOS | VALOR MENSAL DO CONTRATO Nº 0119/95 | CUSTO MÉDIO POR PROCESSO |
| 110 | 5.233,27 | 47,57 |

| SITUAÇÃO ATUAL (ATÍPICA) | | |
|--------------------------|--------------------------|-------------|
| QTE DE PROCESSOS EXTRAS | CUSTO MÉDIO POR PROCESSO | CUSTO TOTAL |
| 390 | 47,57 | 18.552,30 |

- 8) Levando-se em consideração as informações acima concluímos que o custo médio para 500 ações (110 + 390) será de R\$ 23.785,00 (500 x 47,57).
- 9) O Escritório Barra Britto apresentou proposta econômica de R\$ 12.466,54, que corresponde a prestação de serviços judiciais para o acompanhamento e defesa das ações trabalhistas, mais o apoio jurídico em âmbito administrativo. Como já desembolsamos mensalmente ao referido escritório a quantia mensal de R\$ 5.233,27 referente ao contrato nº 119/95, com essa nova despesa o custo se elevará para R\$ 17.699,81 ficando abaixo tanto das demais propostas como do custo médio das ações, considerando o custo unitário por ação.
- 10) Diante da situação apresentada acima, tornou-se imperativo a **CONTRATAÇÃO DIRETA E POR EMERGÊNCIA** de empresa fornecedora de serviços jurídicos, que deverá colocar a disposição da ECT um profissional para apoio administrativo, bem como, assessoria no âmbito judicial, face o brutal número ações trabalhistas intentadas contra a Empresa, situação que poderá resultar em iminente prejuízo financeiro à ECT.
- 11) Para fornecimento dos serviços, recebemos propostas econômicas das seguintes empresas, sendo que o critério para escolha da firma vencedora a que apresentar o menor preço:

| EMPRESA | VALOR MENSAL |
|---------------------------|--------------|
| BARRA BRITTO | 12.466,54 |
| RONALDO VIEIRA ADVOCACIA | 18.000,00 |
| HELENA E SÔNIA PINGARILHO | 20.000,00 |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 271/97

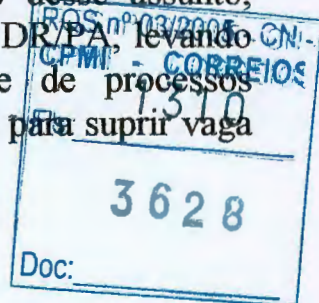
REFERÊNCIA: CI/DEJUR/GAB-855/97

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA E POR EMERGÊNCIA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA.

FORNECEDOR: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

VALOR : R\$ 74.799,24 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos).

- 1) Através do Contrato nº 119/95, a ECT/DR/PA mantém contratado junto ao Escritório Barra Britto S/C Advogados Associados, prestação dos serviços judiciais em diversos ramos do direito (civil, trabalhista, administrativo).
- 2) Por este contrato atualmente ocorre um desembolso mensal de R\$ 5.233,57 (cinco mil duzentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), que corresponde ao custo de cerca de 110 processos que são acompanhados normalmente pelo Escritório Barra Britto. Por estas informações, conclui-se que o custo médio por processo corresponde a R\$ 47,57 (5.233,57 / 110).
- 3) Contudo, conforme informações da ASJUR, foram interpostas aproximadamente 400 (quatrocentas) reclamações trabalhistas contra a ECT, ocasionando com isso, um brutal aumento na carga de trabalho daquela assessoria, bem como o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em vigor com o escritório Barra Britto S/C.
- 4) Dessa forma, a ASJUR/DR/PA solicita a contratação em caráter emergencial de escritório de advocacia para prestação de serviços judiciais nos âmbitos administrativos e judicial por seis meses.
- 5) Tal solicitação justifica-se pelo imprevisível crescimento do volume de trabalho daquela assessoria com as reclamações trabalhistas intentadas por aproximadamente 500 funcionários pleiteando a incorporação de 12 referências salariais a título de promoção, o que está comprometendo todo o efetivo no trato desse assunto, contando ainda, com reforço de colaboradores de outras áreas da DR/PA, levando ao acúmulo das atividades rotineiras, em especial a análise de processos administrativos. Somando-se a isso, o Concurso Público instaurado para suprir vaga



12) Pelo exposto acima, somos favoráveis a contratação da Empresa Barra Britto S/C Advogados Associados pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, que apresentou a proposta econômica de menor valor no total de R\$ 74.799,24 (12.466,54 x 6).

DISPOSITIVO LEGAL

1) A contratação mediante Dispensa de Licitação está amparada pelo art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93;

2) Há disponibilidade de crédito orçamentário na conta 2.09, atividade 01.2.01

PROPONHO A AUTORIZAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ASSINATURA: _____

NOME:

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

FUNÇÃO:

GESUP/DR/PA

Belém/PA, 3 de outubro de 1997

AUTORIZO/HOMOLOGO A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ASSINATURA: _____

NOME:

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

FUNÇÃO:

DIRETOR REGIONAL

Jose Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/ECT/PA

Belém/PA, 6 de outubro de 1997



**CONTRATAÇÃO DIRETA E POR EMERGÊNCIA DE
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA COM BASE NO ART.24, INCISO
IV, DA LEI 8.666/93 - LICITAÇÃO DISPENSÁVEL.**

INFORMAÇÃO No. 403/97 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata o presente dossiê No.271/97 - DL, da contratação direta e por emergência de escritório de advocacia, conforme solicitação da ASJUR/DR/PA.

Sobre o assunto, consideramos:

Diante da situação emergencial, resultante do imprevisível crescimento no volume de trabalho desta ASJUR/DR/PA, devido as reclamações trabalhistas intentadas por aproximadamente 500 funcionários, tendo, desta forma, comprometido todo o efetivo deste setor, ficando acumuladas as atividades rotineiras, em especial a análise de processos administrativos. Somando-se a isso, o Concurso Público instaurado para suprir vaga de Advogado nesta Diretoria teve a sua prova anulada, adiando com isso a definição dos classificados para o cargo. Enquadrando-se, portanto, na hipótese de Dispensa de Licitação prevista no art.24, inciso VI, da mencionada Lei de Licitação.

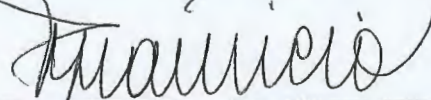
Consta no dossiê CI/DEJUR/GAB-855/97 com parecer favorável à contratação, DIRETA E POR EMERGÊNCIA, de escritório de advocacia, face a situação caótica registrada nesta ASJUR/DR/PA.

E ainda, no dossiê constam 03 (TRÊS) propostas, e a razão da escolha, o menor preço.

Face ao exposto, sob o aspecto jurídico, nada temos a opor em relação a presente Dispensa de Licitação.

É o nosso parecer, o qual submetemos a sua superior consideração.

Belém/PA, 6 de outubro de 1997.



PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
ASSESSOR JURÍDICO

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1312 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FAX Nº (091) 211-3053

De: CH/SCON/GESUP

Ao: CH/SCON/GEFIN

CI/SCON/GESUP/DR/PA-0552/97

Ref.:

Assunto: Contrato Prestação Serviço ECT/BARRA BRITO

Belém/PA, 27 de outubro de 1997.

A DR/PA mantém com o Escritório Barra Brito S/C Advogados Associados, contrato de prestação de serviços jurídicos.

Consta no instrumento contratual (CLÁUSULA NONA: DAS DESPESAS) que incumbe à CONTRATANTE (ECT) o pagamento de custos e demais despesas processuais (certidões, xerox, emolumentos) necessárias ao bom e rápido andamento das ações, bem como demais despesas referentes a transporte, hospedagem e refeição dos advogados da CONTRATADA, quando da prestação de serviços fora da Comarca de Belém/PA, as quais deverão ser pagas antecipadamente.

Dessa forma, solicitamos informar se referidas despesas poderão ser feitas através de adiantamento a terceiros, tornando assim o procedimento em foco correto quanto aos aspectos contábil e orçamentário.

Atenciosamente,

ADERSON MENDES DE MATOS

CH/SCON/GESUP/DR/PA

AMM/jfb.

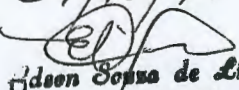
| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI 1-3 CORREIOS |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

CH/SECON/BESUP

Informamos que poderá ser utilizada a conta 123.14 - Adm. Contratual, desde que as despesas realizadas estejam de acordo com o contrato.

No entanto, para comprovar as despesas realizadas, os comprovantes das despesas deverão ser caucionados por uma Nota Fiscal de Serviço emitida pelo Escritório Bana Brito & Advogados Associados, no valor total das despesas, a qual deve ser atestada pela ASSUR.

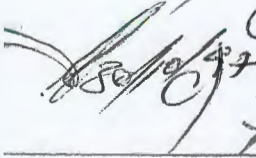
Bm, 29/10/97


Gelson Souza de Lima
Contador - CRC/PA 4189

Assesup

Além das questões que opuscu-
tei no despacho inicial, outros os
pontos que causam interesse em
avaliar a decisão referente a este
despacho, são como:

- a) Quais são os processos e o seu
grau de risco, complexidade e
de importância econômica
- b) Perspectiva de prazo de solu-

 Os que foram resolvidos e os que
foram adicionados à lista

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1314 |
| Fls: 3628 |
| Doc: _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CGC/MF: 34.028.316/0018-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.063.283-5

ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 498 - Belém/PA.

| | | |
|--|-----------------------------------|-------|
| ASSESSORIA JURÍDICA
ECT DR/PA | | |
| ☒ Contrato | ☐ Edital | |
| ☐ Termo Aditivo | ☐ Convênio | |
| ☐ Carta de Escisão | | |
| Nº 94/97 | Data 30/10/97 | Visto |

REPRESENTANTES: DIRETOR REGIONAL: WALDEMIR FREIRE CARDOSO

CI: 2.662.970 - SEGUP/PA

CPF: 031.993.392-04

GERENTE DE CONTRATAÇÃO, SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO: PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA

CI: 2.385.339 - SEGUP/PA

CPF: 475.804.534-87

CONTRATADA: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

CGC: 63.806.996/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 276 - EDIFÍCIO FLÁVIO NETO-TÉRREO

REPRESENTANTE: ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO

CI: 1.346.315 - SEGUP/PA

CPF: 158.386.172-68

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 15
Doc: 628

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a prestação de serviços jurídicos à CONTRATANTE pelos advogados que fazem parte dos quadros da CONTRATADA, no âmbito do Estado do Pará e Amapá pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Para o bom desempenho de seus serviços profissionais, a CONTRATADA terá todo o apoio da CONTRATANTE para o exercício dos poderes que lhe forem outorgados através de procuração.

2.2. Na hipótese de haver assuntos que não estejam intimamente ligados a esfera do Direito, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA seus assessores e consultores especializados, bem como o fornecimento, em tempo hábil, de todas as informações, documentos e materiais necessários para a solução das pendências.

2.3. Fica estabelecido que, caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, atrase a prestação de serviços e/ou dê causa à prescrição de direitos relativos a CONTRATANTE, responderá pela inadimplência, sendo seu o ônus dos prejuízos porventura ocorridos, acarretando desta feita a rescisão de pleno direito do presente ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA opera como empregadora autônoma e, conseqüentemente, os seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a ECT, sendo remunerados e pagos diretamente pela CONTRATADA que será inclusive inteiramente responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação (Federal ou Estadual) e da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.2. A ECT não se responsabilizará por acidentes que porventura ocorram com os funcionários da CONTRATADA quando da execução dos serviços, devendo a CONTRATADA providenciar o seguro respectivo.

3.3. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e administrativos, pecuniários ou não, resultantes da execução das atividades inerentes ao contrato.

3.4. Os empregados destacados para a execução dos serviços serão selecionados, segurados e legalizados pela CONTRATADA, de acordo com os preceitos da Legislação Trabalhista e Social vigentes.

3.5. A CONTRATADA obriga-se a apresentar, mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando a posição dos processos que se encontram sob sua responsabilidade.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1316
3628
Doc: _____

Antônio

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

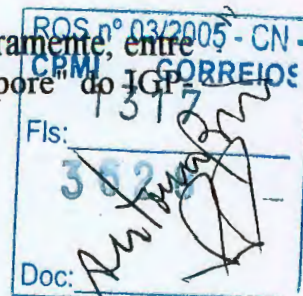
- 4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato.
- 4.2. Responsabilizar pelas reservas de hospedagem e passagem dos advogados da CONTRATADA nos locais onde mantiver Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS

- 5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, pelos serviços prestados, a importância de R\$ 12.466,54 (doze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
- 5.2. Os preços estabelecidos são fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento dos serviços ora contratados serão efetuado pela ECT cinco dias após a apresentação da fatura, que deverá ocorrer a partir do 1º dia do mês subsequente ao de prestação dos serviços.
- 6.2. O(s) documento(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ao) ser entregue(s) na Assessoria Jurídica, localizada na Av. Presidente Vargas, 498, 3º andar - Belém/PA.
- 6.3. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para o devido acerto, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, a partir da qual contar-se-á o prazo disposto no subitem 6.1.
- 6.4. O(s) pagamento(s) serão(ao) efetuado(s) pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, de acordo com os seguintes dados:
- BANCO: BAMERINDUS
- AGÊNCIA: 1612
- CONTA CORRENTE Nº: 000368
- 6.4.1. A CONTRATADA deverá mencionar no documento fiscal o nome do Banco, o nº da Agência e da Conta Corrente.
- 6.5. Caso a CONTRATADA não mantenha ou não tenha interesse em abrir conta no Banco do Brasil, a ECT utilizará esse Banco para intermediação de pagamento, debitando o ônus decorrente da transferência do valor em depósito.
- 6.6. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do IGP-M (FGV).



6.7. A CONTRATANTE não acatará a cobrança através de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá duração de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 06/10/97.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo estipulado nesta Cláusula, mediante Aviso Prévio da CONTRATANTE de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que limitado a 25% do valor total inicial do CONTRATO;

8.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

a) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

b) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração de fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.2. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do CONTRATADO, a CONTRATANTE restabelecerá, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA NONA: DAS DESPESAS

9.1. Incumbe à CONTRATANTE o pagamento das custas e demais despesas processuais (certidões, xerox, emolumentos) necessários ao bom e rápido andamento das ações.

9.2. Havendo necessidade de prestação de serviços fora da Comarca de Belém/PA, correrão por conta da CONTRATANTE as despesas referentes a transporte, hospedagem e refeição do advogado da CONTRATADA, as quais serão pagas antecipadamente através de adiantamento contratual (Classificação Contábil 123.14 - Adiantamento Contratual).

9.3. Os comprovantes de despesas deverão ser capeados por uma Nota Fiscal de Serviço emitida pela CONTRATADA no valor total das despesas, a qual deverá ser atestada pela ASJUR.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - 1318

Doc: 28

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. Se a CONTRATADA tornar-se inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste Contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa contratual;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a ECT, por prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar pedido de recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;

10.3. As eventuais infrações por parte da CONTRATADA sujeitam-no às seguintes multas:

- a) 0,5% (meio por cento) do valor do faturamento mensal, em caso de ocorrerem as situações dispostas no subitem 2.3.;
- b) infringência de qualquer cláusula contratual não abrangida na alínea anterior: 1% (um por cento) do valor total do contrato para cada evento;
- c) rescisão do contrato, por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa: 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

10.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhida à Seção de Contas a Receber, da ECT, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, podendo, para isso, a ECT, lançar mão das garantias constituídas ou descontar das faturas, por ocasião do seu pagamento, se julgar conveniente, bem como recorrer aos meios judiciais.

10.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
 - a.1) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou prazos;

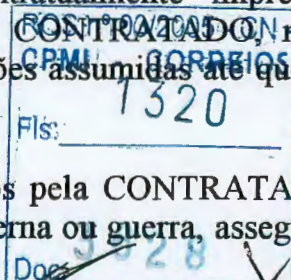
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI 7 319
Fls: _____
Doc: 362

[Handwritten signatures and initials over the stamp]

- a.2) desatendimento das determinações regulares da autoridade designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- a.3) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- a.4) cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- a.5) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a expressa anuência da ECT;
- a.6) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- a.7) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- a.8) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- a.9) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- a.10) caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do Contrato.
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

11.2. Está prevista a rescisão, ainda, para os seguintes casos:

- a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão;
- b) suspensão da sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- c) ocorrendo atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado



ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "a.9" e "a.10" do subitem 11.1. e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 11.2., sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Contrato, ocorrerão de acordo com a seguinte Classificação Orçamentaria:

Atividade: 01.2.01

Conta: 2.09

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DO VALOR TOTAL

13.1. Para fins de aplicação das penalidades cabíveis, o valor global estimado deste contrato é de R\$ 74.799,24 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA LICITAÇÃO

14.1. O presente Contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 271/97.

14.2. Integram e complementam este Contrato os seguintes documentos:

a) a Dispensa de Licitação nº 271/97.

b) A proposta econômica da contratada, datada de 17/09/1997.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

15.1. As partes contratantes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 8.666/93 e suas alterações que aplicar-se-á inclusive aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. As Cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento poderão ser alteradas a qualquer tempo, mediante assinatura de Termo Aditivo.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1321
3628
Doc: [assinatura]

16.2. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações contratuais a terceiros, sem prévia concordância expressa da ECT.

16.3. A CONTRATADA fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais acréscimo ou supressão quantitativa do objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

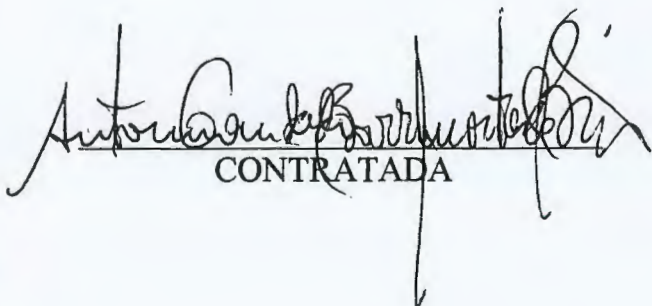
16.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante todo o período de validade do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

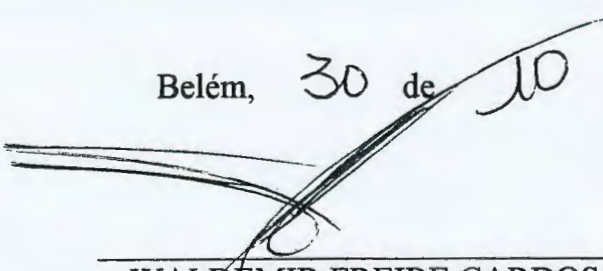
CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém/PA, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

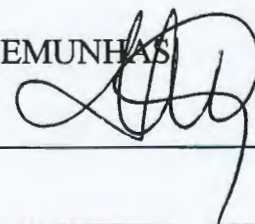
Belém, 30 de 10 de 1997.


CONTRATADA


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE CONTRATAÇÃO,
SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO

TESTEMUNHAS



C:\ADVGADO.CTR

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI 1 322 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



20/4/2000

AS

9h

CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE

NATUREZA

PROC.

NÚMERO

00110

DATA

17/03/2000

Procedência

CPL

Nome Tomada de Preços nº 3/2000

Assunto Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Doc. 1505.

ANDAMENTO

PROCESSOS JUNTOS

| DESTINO | DATA | DESTINO | DATA | NÚMERO | ANO | RUBRICA |
|---------|----------|---------|------|---|-----|---------|
| 1º CPL | 17 03 00 | 21º | | 1º | | |
| 2º | | 22º | | 2º | | |
| 3º | | 23º | | 3º | | |
| 4º | | 24º | | 4º | | |
| 5º | | 25º | | 5º | | |
| 6º | | 26º | | 6º | | |
| 7º | | 27º | | 7º | | |
| 8º | | 28º | | 8º | | |
| 9º | | 29º | | 9º | | |
| 10º | | 30º | | PROCESSOS APENSOS | | |
| 11º | | 31º | | NÚMERO | ANO | RUBRICA |
| 12º | | 32º | | 1º | | |
| 13º | | 33º | | 2º | | |
| 14º | | 34º | | 3º | | |
| 15º | | 35º | | 4º | | |
| 16º | | 36º | | 5º | | |
| 17º | | 37º | | <div>RQS ANEXOS - CN -
CPM - CORREIOS
NÚMERO 1505 - ANO 2000 - RUBRICA
Fls. 3628
Doc.</div> | | |
| 18º | | 38º | | | | |
| 19º | | 39º | | | | |
| 20º | | 40º | | | | |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROTOCOLO

De: Comissão Permanente de Licitação

00110

0000

1783

Ao: Setor de Arquivo e Expediente

CI/CPL/GERAD-44/2000

PROTOCOLO GERAL

Ref.: Tomada de Preços nº 3/2000

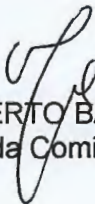
FAX Nº (091) 211-3053

Assunto: Autuar processo

Belém, 15 de março de 2000.

Solicitamos a V.Sas. autuar o presente processo referente à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

/jrbc.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1324 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: GERAD/DR/PA

Ao: DIRETOR REGIONAL/DR/PA

CI/SCCO/GERAD/DR/PA-323/99

Ref.: CI/ASJUR/DR//PA-853/99



Assunto: Autorização para Licitar

Belém/PA, 03 de novembro de 1999.

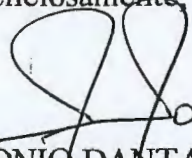
Solicitamos a V.S^a. autorizar a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ PELO PERÍODO DE UM ANO, conforme documento de referência em anexo.

Informamos que o valor estimado da contratação é de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), enquadrando-se no limite para a modalidade adotada.

O crédito orçamentário correrá na conta/projeto 2.09 e atividade 01.2.01, havendo disponibilidade para Contratação.

A presente licitação será enquadrada no Artigo 23, Inciso II, alínea "b", da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

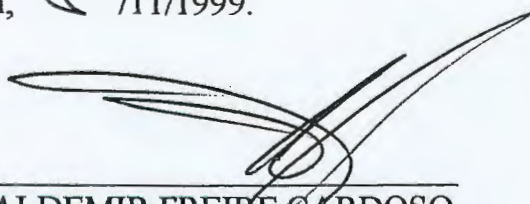


PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERAD/DR/PA

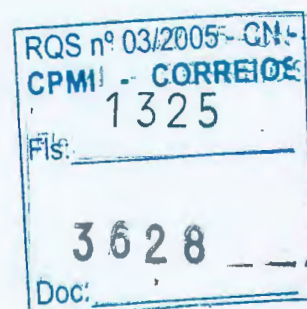
À CPL

Autorizo desencadear licitação na modalidade indicada.

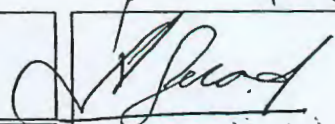
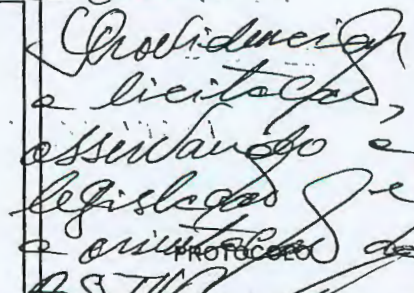
Em,  /11/1999.



WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL



fls. 2
ex

| | |
|--|--|
|  EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS |  |
| De: ASSESSOR JURÍDICO DR/PA | 
PROTÓCOLO |
| Ao: DIRETOR REGIONAL DR/PA | |
| CI/ ASJUR/PA- 853/99 | |
| Ref: | |

Assunto: Contratação de Escritório Jurídico

Belém(PA), 8 de Outubro de 1999

O contrato mantido com o escritório jurídico Barra Britto, encerra-se definitivamente em 24/04/2000, já no limite de 60 (sessenta) meses, previsto na legislação vigente.

Atualmente, temos sob a responsabilidade do escritório contratado, em torno de 150 (cento e cinquenta) processos, não havendo condições de, com o efetivo atual, absorvermos a demanda de trabalho correspondente.

Ademais, com apenas 02 (dois) Advogados do quadro, inclusive a advocacia administrativa está sendo prejudicada, havendo necessidade de uma alternativa técnica, para viabilizar a terceirização dessa atividade, considerando uma média mensal de 20 (vinte) pareceres em processos administrativos. Nunca é demais ressaltar que temos em atividade 03 (três) empregados já aposentados trabalhando sob efeito de liminar, os quais poderão ter o contrato de trabalho encerrado ao término da ação, com isso provocando uma sobrecarga de trabalho que pode acarretar prejuízos à ECT.

Temos ainda um problema, decorrente do custeio das despesas com o deslocamento dos advogados do contratado, fora da Região Metropolitana de Belém. Para equacioná-lo, estamos propondo o pagamento, pela ECT, de uma diária fixa para custear as despesas com o transporte na região urbana, com a alimentação e com a hospedagem de tais profissionais. Nesse caso, a ECT pagaria diretamente apenas as passagens do transporte interestadual ou intermunicipal, conforme o caso.

Pela especificidade da contratação, propomos seja processada licitação de técnica e preço, aos moldes da Tomada de Preços nº 014/94.

Nesse caso específico, além das condicionantes técnicas, os proponentes apresentariam propostas de preços para 03 (três) itens distintos:

- 1) valor global para tratamento de até 150 (cento e cinquenta) processos nos âmbitos administrativo e judicial;
- 2) valor unitário (por parecer) para emissão de até 10 (dez) pareceres em processos administrativos por mês; e

| |
|----------------------|
| RJSPH 05/2005 - CN - |
| CPM - CORREIOS |
| 1326 |
| 3628 |
| Doc: |

- Tat
- 3) valor da diária para custear despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem em viagens fora do perímetro da Região Metropolitana de Belém, considerando uma média de 05 (cinco) viagens mensais; como sugestão, propomos seja estipulado um limite máximo para a cotação de tais diárias (pela média das viagens realizadas pelo pessoal próprio da ECT, um valor justo giraria em torno de R\$100,00).

Desde já nos colocamos a disposição da Gerência de Administração, para prestar as informações adicionais porventura necessárias para a condução do processo.

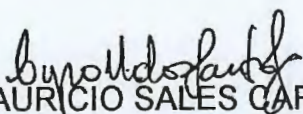
Na oportunidade, nunca é demais ressaltar que não se trata de terceirização indiscriminada das atividades de advocacia, muito ao contrário. É que, conforme levantamento anexo, atualmente esta Assessoria conduz em torno de 608 (seiscentos e oito) processos judiciais e apenas 25% (vinte e cinco por cento) estariam sendo terceirizados.

No que se refere aos pareceres, atualmente, com apenas 02 (dois) Advogados, um dos quais cedido provisoriamente ao Ministério das Comunicações, foram emitidos até a presente data 219 (duzentos e dezenove) informações, o que corresponderia a uma terceirização da atividade inferior a 50% (cinquenta por cento).

Também é prudente destacar que a contratação regular de Advogado, no momento não é possível, face os problemas surgidos com os últimos Concursos Públicos instaurados para tal.

Pelo exposto, submetemos o caso a sua apreciação, solicitando seja autorizada a instauração de licitação pública, por meio da modalidade cabível, a ser definida pela GERAD, para contratação de um escritório jurídico para prestar serviços de advocacia à ECT no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


PAULO MAURÍCIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1327 |
| 3628 |
| Doc: . |

705

 **ECT - DR/PA**

TAREFAS INDIVIDUAIS

ÓRGÃO
ASJUR

DATA
05/03/99

NOME RESPONSÁVEL
PAULO MAURICIO SALES CARDOSO

CARGO / FUNÇÃO
ASSESSOR JURÍDICO

| ORDEM | TAREFA | FREQ. | QUANT. | TEMPO |
|-------|--|-------|--------|----------|
| 01 | ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (INTERNET) | D | 005 | 30 min. |
| 02 | ANÁLISE DE CHEQUES EM COBRANÇA | S | 005 | 30 min. |
| 03 | ANÁLISE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS | S | 003 | 90 min. |
| 04 | ANÁLISE DE EDITAIS DE LICITAÇÃO | S | 002 | 60 min. |
| 05 | ANÁLISE DE EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS | D | 020 | 60 min. |
| 06 | ANÁLISE DE FATURAS EM ATRASO | M | 030 | 240 min. |
| 07 | ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS | D | 001 | 60 min. |
| 08 | ANÁLISE DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS | S | 001 | 60 min. |
| 09 | ANÁLISE DE TERMOS ADITIVOS | S | 001 | 20 min. |
| 10 | ARQUIVO DE DOCUMENTOS | D | 020 | 20 min. |
| 11 | CONTATO COM CLIENTES EXTERNOS | D | 010 | 60 min. |
| 12 | CONTATO COM CLIENTES INTERNOS | D | 020 | 90 min. |
| 13 | CONTROLE DA AGENDA (COMPROMISSOS) | D | 001 | 30 min. |
| 14 | CONTROLE DAS ATIVIDADES TERCEIRIZADAS | S | 001 | 60 min. |
| 15 | CONTROLE DE CHEQUES EM COBRANÇA | D | 001 | 60 min. |
| 16 | CONTROLE DE DÉBITOS EM COBRANÇA JUDICIAL | S | 001 | 30 min. |
| 17 | CONTROLE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | S | 001 | 30 min. |
| 18 | CONTROLE DE DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO | D | 002 | 30 min. |
| 19 | CONTROLE DE FATURAS EM COBRANÇA | S | 001 | 60 min. |
| 20 | CONTROLE DE PROCESSOS | D | 001 | 120 min. |
| 21 | CONTROLE DO PASSIVO JUDICIAL DA ECT | S | 001 | 30 min. |
| 22 | DESPACHO DE DOCUMENTOS | S | 001 | 240 min. |
| 23 | EXTRAÇÃO DE CÓPIAS XEROX | D | 005 | 30 min. |
| 24 | LEITURA DE DIÁRIOS OFICIAIS | D | 003 | 270 min. |
| 25 | LEITURA DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS | S | 001 | 120 min. |
| 26 | MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA | S | 001 | 60 min. |
| 27 | PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES | S | 002 | 360 min. |
| 28 | PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA | D | 001 | 60 min. |
| 29 | PREPARAÇÃO DAS REQUISIÇÕES DE MATERIAIS | S | 001 | 60 min. |
| 30 | PREPARAÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS | S | 001 | 480 min. |
| 31 | PREPARAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTO | S | 002 | 30 min. |
| 32 | PREPARAÇÃO DE BOLETIM INF. FREQUÊNCIA | M | 001 | 30 min. |
| 33 | PREPARAÇÃO DE CARTAS | D | 002 | 30 min. |
| 34 | PREPARAÇÃO DE COMUNICAÇÕES INTERNAS | D | 003 | 30 min. |
| 35 | PREPARAÇÃO DE GUIAS DE PAGTO. DE CUSTAS | S | 002 | 30 min. |
| 36 | PREPARAÇÃO DE INFORMAÇÕES | D | 001 | 120 min. |
| 37 | PREPARAÇÃO DE OFÍCIOS | D | 001 | 20 min. |
| 38 | PREPARAÇÃO DE MINUTAS DE DOCUMENTOS | D | 005 | 240 min. |
| 39 | PREPARAÇÃO DE PARECERES | E | 002 | 960 min. |
| 40 | PREPARAÇÃO DE PETIÇÕES | D | 003 | 90 min. |
| 41 | PREPARAÇÃO DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES | S | 001 | 480 min. |
| 42 | PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS | S | 001 | 60 min. |
| 43 | PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS | S | 001 | 30 min. |
| 44 | REMESSA DE DOCUMENTOS | D | 010 | 30 min. |
| 45 | REPRESENTAÇÃO DA ECT EM JUÍZO | D | 001 | 180 min. |
| 46 | REPRESENTAÇÃO DA ECT NA POLÍCIA FEDERAL | S | 001 | 180 min. |
| 47 | REPRESENTAÇÃO DA ECT EM OUTROS ÓRGÃOS | D | 002 | 180 min. |

COMENTÁRIOS
1. atividades desenvolvidas por 5 (cinco) empregados e 2 estagiários
2. carga diária de trabalho: 2.376 min.

FREQUÊNCIA
D - DIÁRIA
Q - QUINZENAL
S - SEMANAL

PROS nº 03/2005 - CN -
CPM CORREIOS
E- EVENTUAL
A- ANUAL 328
FIS.
3628
Doc: _____

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

a) QUANTIDADE TOTAL DE AÇÕES (PROCESSO) EXISTENTES NA ASJUR/DR/PA EM 30/07/99

| ITEM | NATUREZA DA AÇÃO | QUANTIDADE DE AÇÕES
(PROCESSOS) | DR |
|------|--|------------------------------------|----|
| 01 | TRABALHISTA | 134 | PA |
| 02 | CÍVIL | 443 | PA |
| 03 | FISCAL(IMPOSTO, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E
ENCARGOS SOCIAIS | 31 | PA |
| | TOTAIS | 608 | |

ROS nº 03/2005 - CN -
CPM# 1 529
FIS: _____
Doc: 3628

for

ESTIMATIVA DE DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO JURÍDICO

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTE | VALOR UNITÁRIO | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL |
|-------|---|-----|----------------|--------------|-------------|
| 1 | VALOR GLOBAL PARA TRATAMENTO DE ATÉ 150 PROCESSOS NOS ÂMBITOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAL | | | 5.233,27 | 62.799,24 |
| 2 | VALOR UNITÁRIO (POR PARECER) PARA EMISSÃO DE ATÉ 10 PARECERES EM PROCESSO ADMINISTRATIVOS POR MÊS | 10 | 150,00 | 1.500,00 | 18.000,00 |
| 3 | VALOR DA DIÁRIA DESPESAS EM VIAGENS VIAGENS FORA DO PERÍMETRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM | 20 | 100,00 | 2.000,00 | 24.000,00 |
| TOTAL | | | | 8.733,27 | 104.799,24 |

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 104.799,24

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIO
Fis: 1330
Doc: 3628

10.4



DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

PRT/PA – 0602/99

EMI: 03/08/99

VIG.: 02/08/99

01/01

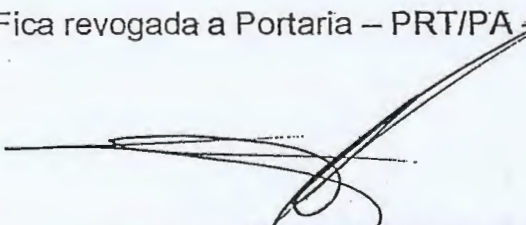
ASSUNTO: Designação de Comissão Permanente de Licitação – 1999.**DISTRIBUIÇÃO:** Gabinete do Diretor Regional, Gerência de Recursos Humanos, Gerência de Administração, Gerência de Operações e Gerência Técnica.**REFERÊNCIA:** CI/SAD/GERAD/PA – 0070/99.

Designo os empregados, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da ECT/DR/PA, conforme disposto na Lei nº 8.666/93, art. 6º, XVI e MNLIC, Mód. 1, Cap. 2, Ítem 1.10.

| | |
|------------------------|---|
| PRESIDENTE | - JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO, Técnico Administrativo Junior, matrícula 8.452.588-6; |
| MEMBRO EFETIVO | - CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA, Assistente Administrativo I, matrícula 8.452.710-2 |
| MEMBRO EFETIVO | - EDMAR ROBERTO DOS SANTOS MOTA, Desenhista Projetista Júnior, matrícula 8.452.903-2; |
| MEMBRO SUPLENTE | - CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES, Administrador Junior, matrícula 8.452.220-8; |
| MEMBRO SUPLENTE | - ANTONIO PEDRO DO VALLE GOMES DE CASTRO, Contador Junior, matrícula 8.051.888-5; |
| MEMBRO SUPLENTE | - GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.453.150-9. |

No impedimento do presidente, responderá pela Comissão o primeiro membro efetivo. Por sua vez, no impedimento de qualquer membro efetivo, assumirá um dos membros suplentes, observando-se a seqüência apresentada na relação acima.

Fica revogada a Portaria – PRT/PA – 0654/98, a partir de 01/08/99.


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL/DR/PA

JCBM/jcbm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

3628

Doc:

fls. 9
ar



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROTOCOLO

De: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Ao: ASSESSOR JURÍDICO

CI/CPL/GERAD-51/2000

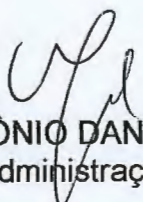
Ref.: TPs 3 e 4/2000

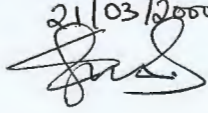
Assunto: Análise de edital

Belém, 21 de março de 2000.

Nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, submetemos à apreciação dessa Assessoria as minutas dos editais anexos.

Atenciosamente,


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
Gerente de Administração

GERAD,
Com as sugestões na
própria minuta de TP 3/2000.
21/03/2000


/jrbc.

À ASSJUR

COM AS ALTERAÇÕES SUGERIDAS

EM: 22/3/2000

| |
|----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN: |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 3628 |
| Doc: |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

| | |
|--|--|
| ASSESSORIA JURÍDICA
ECT DR/PA | |
| ☐ Contrato | ☒ Edital |
| ☐ Termo Aditivo | ☐ Convênio |
| ☐ Termo de Rescisão | ☐ _____ |
| Data: 017/009203.00 Visto: [assinatura] | |

A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT - Diretoria Regional no Pará e Amapá, com sede na Av. Presidente Vargas nº 498, Belém/PA, através de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), doravante denominada simplesmente Comissão, designada pela Portaria nº 602/99, receberá propostas para contratação de serviços discriminados no item 1 do presente Edital, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, conforme minuta do contrato (Anexo II).

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Edital e seus Anexos.

2.2. O licitante vencedor que for convocado para assinatura do contrato e não o fizer dentro do prazo de cinco dias úteis perderá o direito à contratação, bem como sofrerá a aplicação de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a ECT de seis meses a dois anos.

2.3. É facultado à CONTRATANTE, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, a fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive preço.

2.3.1. A penalização disposta no subitem 2.2. não se aplica aos licitantes convocados que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

2.4. Quaisquer solicitações de informações adicionais ou pedidos de esclarecimentos que se façam necessários à elaboração das propostas deverão ser enviados por escrito, no máximo até três dias úteis antes da abertura da reunião de licitação, à Comissão Permanente de Licitação, Av. Presidente Vargas, 498 – Centro – Belém/PA, no horário de 8h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00, fone: (091) 211-3146 - fax: (091) 211. 3053 .

3. HABILITAÇÃO

3.1. A inscrição prévia no cadastro de "Fornecedores e Prestadores de Serviços" da ECT para participar da presente licitação é obrigatória.

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
333
FIS. [assinatura]
0628
Doc: _____

3.1.1. As firmas interessadas e não inscritas ou com o "Certificado de Registro Cadastral" vencido deverão providenciar seu cadastramento ou renovação, na Gerência de Administração da Diretoria Regional da ECT, onde esteja localizado o seu Estabelecimento Sede, até três dias antes da data de realização desta licitação.

3.2. As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no subitem 5.1. e na forma exigida no subitem 5.2., os seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral, expedido pela ECT, observada a necessária qualificação;

b) Comprovação de Registro no Conselho Seccional da OAB, na base territorial de sua sede;

c) Prova de regularidade com:

- Fazenda Federal - (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União);
- Fazenda Estadual e
- Fazenda Municipal;

d) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei:

- Certidão Negativa de Débito - (CND), relativa ao INSS
- Certificado de Regularidade de Situação - relativo ao FGTS

e) comprovação de possuir Capital Social Integralizado igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial ou, ainda, em cópia simples, a ser autenticada pela Comissão, mediante conferência com os originais. As cópias deverão estar perfeitamente legíveis.

4. PROPOSTAS

4.1. Deverão ser apresentadas, isoladamente, propostas técnica e comercial.

4.2. O licitante deverá apresentar suas propostas em papel timbrado, preferencialmente; datilografadas ou impressas por computador; sem ressalvas, rasuras ou entrelinhas; datadas; rubricadas em cada uma de suas páginas e assinadas nas últimas por seu representante legal.

4.3. As propostas abrangerão os serviços previstos no objeto do edital, atendendo a todas as prescrições estabelecidas e expressando responsabilidade única do licitante perante a ECT, independentemente de subcontratações.

4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA:

a) número da licitação e seu objeto;

b) declaração que formalize plena adesão aos termos deste edital;

fls. 11

c) indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possuam vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS);

d) indicação das experiências profissionais anteriores do licitante ou dos advogados pertencentes ao seu quadro de empregados, a saber:

d.1) atuação em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, nos últimos dois (02) anos, comprovada mediante atestado de capacitação, em papel timbrado, conforme Anexo I;

d.2) atuação em órgãos privados, nos últimos dois (02) anos, comprovada mediante atestado de capacitação, conforme Anexo I, com firma reconhecida em Cartório;

d.3) atuação judicial no âmbito da Justiça Federal, nos últimos dois (02) anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado, da Justiça Federal, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça Federal e estar devidamente rubricados pelo serventário da Justiça responsável pelas informações prestadas.

d.4) atuação judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, nos últimos dois (02) anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado da Justiça do Trabalho, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça do Trabalho e estar devidamente rubricados pelo serventário da Justiça responsável pelas informações prestadas.

d.5) Cursos complementares oficialmente reconhecidos, à nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, comprovados mediante os respectivos certificados de conclusão.

4.5. Os documentos apresentados com as propostas técnica e comercial deverão estar em seus originais ou em fotocópia legível e autenticada em Cartório. Documentos em cópias simples ou ilegíveis não serão considerados.

4.6. COEFICIENTE DE QUALIDADE (k):

4.6.1. Aos itens da alínea "d" aferir-se-á um ponto conforme seguinte: nas alíneas d.1 e d.2, para cada semestre completo de atuação, dentro do período considerado, até o limite de 20 pontos; nas alíneas d.3 e d.4, para cada processo judicial instaurado sob a responsabilidade do proponente, até o limite de 150 pontos, dentro do período considerado; e no caso da alínea d.5, para cada curso, até o limite de 10 pontos.

4.6.2. Por sua vez, aplicar-se-á sobre a pontuação o peso 3 no caso da alínea d.4; o peso 2 nos casos das alíneas d.1 e d.3 e peso 1 nos demais casos.

4.6.3. O coeficiente de qualidade será determinado pela média ponderada entre todos os itens da proposta técnica.

4.7. Deverão constar da PROPOSTA COMERCIAL

a) número da licitação e seu objeto;

b) valor global para tratamento de até 150 (cento e cinquenta) processos em andamento nos âmbitos administrativo e judicial;

Handwritten signatures and initials.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: *1834*
3028
Doc: _____

c) valor unitário por informações prestadas em até 10 (dez) processos administrativos por mês; e

d) valor da diária para custear despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem em viagens fora do perímetro da Região Metropolitana de Belém, abrangendo os Estados do Pará e Amapá, considerando uma média de 5 (cinco) viagens mensais.

d.1) O limite máximo do valor da diária é de R\$ 100,00.

4.8. Para fins do disposto na alínea "c" do subitem 4.7, entende-se por informação a análise formal e juridicamente fundamentada de um processo administrativo, visando subsidiar a decisão da autoridade administrativa competente, não se confundindo com emissão de parecer jurídico.

4.9. O prazo de validade da proposta será de sessenta dias a contar da data da reunião da licitação.

4.10. Os custos, despesas acessórias e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre o objeto da licitação, deverão estar incorporados ao preço oferecido.

5. REUNIÃO DE LICITAÇÃO

5.1. No horário, data e local abaixo especificados, a Comissão realizará a reunião, para o recebimento e abertura dos documentos de habilitação e das propostas.

HORÁRIO E DATA: às 9h00 do dia 20/4/2000

ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 498 - 3º andar

5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados (sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa), com a seguinte identificação externa:

a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – ECT/DR/PA

b) TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

c) data e horário de abertura

d) os dizeres "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 1", "PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 2" e "PROPOSTA COMERCIAL – Envelope nº 3", respectivamente.

5.3. As credenciais dos representantes das empresas que se fizerem representar legalmente, na reunião de licitação, através de procuração, carta de apresentação ou contrato social, deverão ser apresentadas, juntamente com a Cédula de Identidade ou documento equivalente, em separado dos envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTAS".

5.4. A reunião de licitação se desenvolverá conforme segue:

a) abertura da reunião;

b) identificação e credenciamento dos representantes;

- c) recolhimento dos envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", "PROPOSTA TÉCNICA" e "PROPOSTA COMERCIAL", com coleta da rubrica de todos os concorrentes no local de fechamento de cada envelope contendo proposta;
- d) rubrica e apreciação dos documentos de habilitação pela comissão e representantes das empresas participantes;
- e) divulgação da decisão da Comissão sobre a habilitação dos licitantes;
- f) devolução dos envelopes com as propostas, fechados, aos representantes dos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação;
- g) abertura dos envelopes "PROPOSTA TÉCNICA", dos licitantes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- h) rubrica e apreciação das propostas técnicas pela comissão e pelos representantes dos licitantes;
- i) divulgação da decisão da comissão sobre a classificação das propostas técnicas apresentadas;
- j) devolução dos envelopes "PROPOSTAS COMERCIAIS", fechados, aos licitantes que tiveram suas propostas técnicas desclassificadas, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação;
- l) abertura dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL", dos licitantes classificados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- m) leitura, em voz alta, das propostas comerciais apresentadas;
- n) rubrica e apreciação das propostas comerciais pela comissão e pelos representantes dos licitantes;
- o) encerramento da reunião, após a assinatura da Comissão e dos representantes das licitantes na Ata da Sessão.

5.5. Todos os fatos ocorridos durante a reunião de licitação serão registrados em Ata, a qual será assinada pelos membros da Comissão e, facultativamente, por todos os representantes credenciados, independentemente da habilitação ou classificação da pessoa jurídica representada.

5.6. Caso a reunião de licitação, por algum motivo, venha a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os participantes, membros da Comissão e representantes credenciados, deverão rubricar os envelopes que contiverem as propostas, bem como os documentos de habilitação apresentados.

5.6.1. Tais envelopes ficarão sob a guarda da Comissão e serão exibidos, ainda lacrados, com as rubricas, aos participantes, na reunião marcada para prosseguimento dos trabalhos.

[Handwritten signatures]

| | |
|-----------------------|--------------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | <i>[Handwritten signature]</i> |
| 3628 | <i>[Handwritten signature]</i> |
| Doc: | |

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Além do atendimento aos outros itens do Edital, as propostas serão julgadas e classificadas pelos seus valores relativos TÉCNICA E PREÇO, obtidos através da aplicação da fórmula:

$VR = P/100 (100 - k)$, onde:

VR = Valor Relativo da Proposta Comercial

P = Valor Real (preço global) da Proposta Comercial;

K = Coeficiente de Qualidade da Proposta Técnica.

6.2. Será vencedora a proposta comercial de MENOR Valor Relativo, dentre as classificadas.

6.3. As propostas serão examinadas pela Comissão, que corrigirá eventuais erros de operações aritméticas, sendo que participarão do julgamento os valores corrigidos.

6.4. Apenas o valor global da proposta deverá ser indicado por extenso, podendo este ser corrigido, caso ocorra a discordância mencionada no subitem 6.3.

6.4.1. Não se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o ato convocatório de licitação não tenha estabelecido limites mínimos, e nem os preços excessivos.

6.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou as propostas forem desclassificadas, a ECT poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação e de outras propostas, escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

6.5.1. Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou erros formais na documentação ou na proposta, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação ou firam o caráter isonômico do certame, o entendimento da proposta e não firam os direitos dos demais licitantes.

6.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará através de sorteio.

6.7. O resultado da presente licitação será publicado no DOU, após a adjudicação e homologação pela autoridade competente.

7. RECURSOS

7.1. Dos atos e decisões relacionados com a licitação cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) rescisão do Contrato, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;

e) aplicação de penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

7.2. A intimação dos atos referidos no subitem 7.1., alíneas "a", "b", "c", "d", e no caso de suspensão temporária, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

7.3. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do subitem 7.1. terá efeito suspensivo, até que haja decisão da autoridade competente.

7.3.1. A continuidade da reunião, no caso de interposição de recurso, será comunicada aos interessados, com a antecedência necessária, através de carta registrada ou FAX.

7.4. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

7.5. O Presidente da CPL/DR/PA, de posse do recurso interposto por empresa concorrente, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade superior, para que também nesse mesmo prazo, emita sua decisão.

7.6. Decairá o direito de impugnação, perante a ECT, dos termos do Edital de Licitação, daquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, após o segundo dia útil antes da abertura da licitação, as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8. FORO

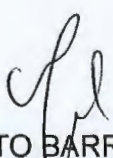
Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Justiça Federal de Belém/PA, para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação.

9. ANEXOS

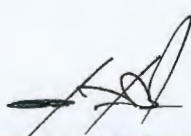
I – elementos que deverão constar do atestado de capacidade técnica

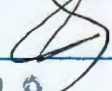
II – minuta do contrato

Belém, 20 de março de 2000.


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
PRESIDENTE DA CPL


CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA
MEMBRO


EDMAR ROBERTO DOS SANTOS MOTA
MEMBRO

| | |
|-----------------------|---|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORRÊOS | |
| Fls: |  |
| 3628 | |
| Doc: | |

ANEXO I

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ELEMENTOS

1. Nome ou razão social da firma que executou o serviço.
2. Descrição do serviço executado.
3. Volume dos serviços executados qualitativa e quantitativamente.
4. Período da realização dos serviços.
5. Pronunciamento quanto à qualidade dos serviços prestados.
6. Local e data da emissão do Atestado de Capacidade Técnica.
7. Assinatura e identificação do emitente.

OBS.: A Comissão analisará, conforme o caso, a omissão de itens.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1337
3628
Doc: _____

18.15
05

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, que entre si fazem, de um lado a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ**, empresa pública federal vinculada ao Ministério das Comunicações, inscrita no CGC sob o nº 34.028.316/0018-51, com sede regional nesta cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Av. Presidente Vargas, 498 – Centro, neste ato representada pelo Diretor Regional, **WALDEMIR FREIRE CARDOSO**, carteira de identidade nº 896.524 – SSP/PA, CIC nº 031.993.392-05, e pelo Gerente de Administração, **PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA**, carteira de identidade nº 2.385.339 - SSP/PA, CIC nº 475.804.534-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a _____, inscrita no CGC sob o nº _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____, sito à _____, neste ato representada pelo _____, _____, carteira de identidade nº _____ - _____, CIC nº _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

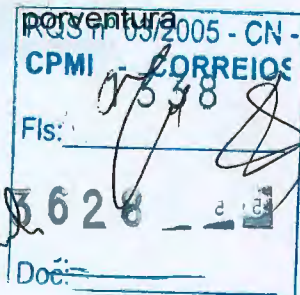
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pelo presente instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar serviços de advocacia à **CONTRATANTE**, no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fins deste contrato, ficam entendidos como prestação de serviços de advocacia a atuação judicial e extrajudicial da **CONTRATADA** na defesa dos direitos e interesses da **CONTRATANTE**, inclusive análise formal de processos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) prestar o apoio necessário à **CONTRATADA** para o bom desempenho de seus serviços profissionais, outorgando-lhe poderes por meio de procuração;
- b) colocar à disposição da **CONTRATADA** seus assessores e técnicos especializados, para fornecimento de informações porventura julgadas necessárias para a defesa dos interesses da **CONTRATANTE**;
- c) fornecer à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, todas as informações, documentos, materiais e recursos financeiros necessários para a defesa dos interesses da **CONTRATANTE**;



d) autorizar a formalização de acordos judiciais, mediante prévia proposta da CONTRATANTE;

e) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) conduzir os processos que lhe forem repassados para tratamento no âmbito administrativo ou no âmbito judicial, de acordo com as instruções repassadas pela CONTRATANTE e de conformidade com os poderes que lhe forem outorgados mediante procuração;

b) requisitar o apoio dos assessores e técnicos especializados da CONTRATANTE, quando julgado necessário;

c) solicitar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, todas as informações, documentos, materiais e recursos financeiros porventura necessários para defesa dos interesses da CONTRATANTE;

d) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação vigente, em relação aos seus empregados, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, uma vez que a CONTRATADA opera como empregadora autônoma;

e) providenciar seguro contra acidentes para seus empregados, porventura utilizados na prestação dos serviços objeto do presente contrato;

f) responsabilizar-se por todos os encargos legais resultantes da execução das atividades inerentes ao presente contrato, inclusive os tributos;

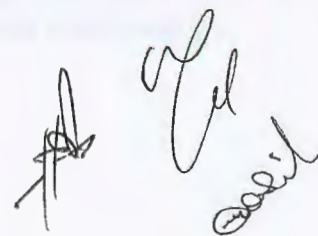
g) indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados à esta, relacionados à prestação dos serviços de advocacia objeto do presente contratado, em caso de ação ou omissão de seus Advogados ou prepostos, inclusive despesas processuais, se a CONTRATANTE precisar socorrer-se da via judicial para garantir o adimplemento contratual;

h) submeter à prévia análise da CONTRATANTE, por intermédio da ASSESSORIA JURÍDICA desta, as propostas de acordos judiciais;

i) somente celebrar acordos judiciais, após receber expressa autorização da CONTRATANTE;

j) apresentar mensalmente à CONTRATANTE, relatório informando a posição de todos os processos que se encontram sob sua responsabilidade;

k) Resguardar o segredo profissional e as informações que lhe tenham sido confiadas pela contratante;



l) Abster-se, na vigência deste contrato, de patrocinar causas de clientes com interesses opostos aos da ECT.

m) Manter a CONTRATANTE informada de todas as publicações de interesse desta, nos âmbitos da Justiça Federal nos Estados do Pará e Amapá, da Justiça do Trabalho da 8ª Região, e da Justiça do Estado do Pará, através do envio de cópias das publicações até o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Incumbe à CONTRATANTE o pagamento das custas e demais despesas processuais (certidões e emolumentos), necessárias ao bom e rápido andamento das ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo necessidade de deslocamento dos Advogados da CONTRATADA no perímetro da Região Metropolitana de Belém, as despesas correrão por conta da mesma.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando o deslocamento dos Advogados da CONTRATADA se fizer necessário fora do perímetro da Região Metropolitana de Belém, as despesas serão custeadas pela CONTRATANTE, mediante prévia requisição da CONTRATADA com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, da seguinte forma:

a) aquisição e fornecimento pela CONTRATANTE dos bilhetes de passagens (ida e volta) para o transporte intermunicipal ou interestadual, os quais deverão ser devolvidos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do retorno da viagem, devidamente atestados; e

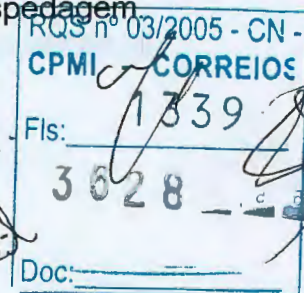
b) pagamento de diárias, para custeio das despesas com o transporte urbano, a alimentação e a hospedagem, mediante adiantamento contratual (classificação contábil - 123.14).

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Como remuneração dos serviços executados, na condução de processos nos âmbitos administrativo e judicial, a CONTRATADA pagará mensalmente à CONTRATANTE a importância de _____.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Pelas informações prestadas em processos administrativos, a CONTRATADA pagará à CONTRATANTE o valor unitário de _____.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de deslocamento dos Advogados da CONTRATADA para defesa dos interesses da CONTRATANTE fora do perímetro da Região Metropolitana de Belém, esta pagará diária correspondente a _____, para custeio das despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem.



PARÁGRAFO QUARTO - Os preços estabelecidos nos parágrafos anteriores são fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de prorrogação do contrato, serão os valores estabelecidos nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro desta cláusula terceira reajustados pela variação do ____ do período, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo expressa determinação legal em contrário.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente nota fiscal mencionando, em itens distintos, os valores cobrados à título de:

- a) condução dos processos nos âmbitos judicial e extrajudicial;
- b) análise de processos administrativos e;
- c) pagamento de diárias em viagens à serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado no 15º dia após a apresentação da nota fiscal, devendo a CONTRATANTE efetuar o desconto dos valores repassados à CONTRATADA, na forma de adiantamento, conforme alínea "b" do parágrafo terceiro da cláusula terceira.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do ____ ou de seu sucedâneo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a documentação será devolvida ao CONTRATADO e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal correta.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE mediante depósito bancário, na conta ____, agência ____ do Banco ____.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia corresponde a **5% (cinco por cento)** do preço global do Contrato, o que equivale a R\$, que deverá ser efetivada na data de assinatura deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA garantirá a execução deste Contrato em qualquer das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;

115-17
cr

c) fiança bancária.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os valores, bem como os demais documentos representativos da garantia, serão depositados na Gerência Financeira (GECOF-DR/PA), situada no Edifício Sede, à Av. Presidente Vargas nº 498 - 1º andar - Centro - Belém-PA.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO QUINTO - Serão recalculados os valores das garantias em casos de prorrogação do Contrato, em função do seu valor.

PARÁGRAFO SEXTO - A aceitação de garantias por meio de fiança bancária fica condicionada à prévia abdicação do fiador aos benefícios do artigo 1500 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** se obrigará a fazer a respectiva reposição, no **prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas**, a contar da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato poderá ser alterado, mediante aditivo contratual, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este contrato terá vigência de 01 (um) ano, a partir de 1 / 1 / .

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo interesse das partes, poderá ser o contrato prorrogado por iguais períodos, até complementar o limite de 05 (cinco) anos, mediante formalização de Termo Aditivo, no tempo de sua vigência.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser rescindido, por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 06 (seis) meses, sem compor perdas e danos, direitos e indenizações, para quaisquer das partes, exceto no que concerne à prestação dos serviços de advocacia efetuados até a data da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a **CONTRATADA** se tornar inadimplente pela falta de execução total ou parcial deste contrato, será aplicada uma ou mais das seguintes penalidade:

PROSP. 0002005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 340
3628
Doc:

- a) advertência escrita;
- b) multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor anual estimado do contrato;
- c) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se discordar da penalidade aplicada, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade que proferiu a decisão, desde que o faça dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão da autoridade competente, acerca do recurso interposto, será definitiva, não mais cabendo revisão no âmbito administrativo.

PARÁGRAFO QUINTO - As infrações porventura cometidas pela CONTRATADA sujeitam-na às seguintes multas:

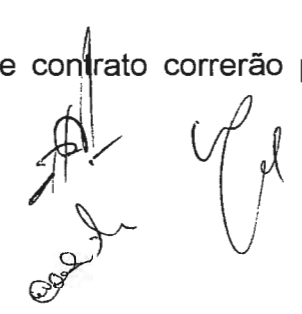
- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do faturamento mensal, no caso da CONTRATADA, sem justo motivo, dar causa a deserção de recurso;
- b) 1% (um por cento) do valor do faturamento mensal, quando a CONTRATADA, sem justo motivo, der causa à prescrição de direitos da CONTRATANTE;
- c) 1% (um por cento) do valor anual estimado do contrato, em caso de infringência de qualquer cláusula contratual não abrangida nas alíneas anteriores, para cada evento; e
- d) 10% (dez por cento) do valor anual estimado do contrato, quando da rescisão do contrato, pela CONTRATANTE, por justo motivo.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor das multas aplicadas será recolhido perante o órgão financeiro da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo também a CONTRATANTE, lançar mão das garantias constituídas ou descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA, se julgar conveniente ou, ainda, recorrer aos meios judiciais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:



fls. 18
cr

ATIVIDADE: 01.2.01

CONTA: 2.09

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato é oriundo da Tomada de Preços nº 3/2000, a qual se constitui parte integrante do mesmo, sujeitando-se os contratados aos ditames da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Belém, Seção Judiciária do Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias ou dúvidas futuras, que venham a ter as partes contratantes, oriundas do presente instrumento contratual.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam perante duas testemunhas e visam todas as páginas deste contrato, bem como seus anexos, em três vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

Belém,

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

Diretor Regional

CONTRATANTE

PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA

Gerente de Administração

CONTRATANTE

CONTRATADA

(nome do órgão ou empresa)

(nome do representante)

(identidade e CIC do representante)

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

(nome e CIC)



fls. 19
ck



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROTOCOLO

Do: DIRETOR REGIONAL DR/PA

À: COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL/APRO/ASCOM

CI/CPL/GERAD/PA-50/2000

Ref.:

FAX Nº (091) 211-3053

Assunto: Aviso de licitação

Belém/PA, 20 de março de 2000.

Encaminhamos, em anexo, o aviso de licitação relativos às Tomada de Preços de nºs 2 a 5/2000, para publicação no Diário Oficial da União e jornal desta cidade.

Atenciosamente,

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

"SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ, O TRINÔMIO DA EFICIÊNCIA POSTAL"

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1342 |
| Fls: 3628 |
| Doc: |

Diretoria Regional no Pará e Amapá

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2000

Objeto: Contratação de serviços de transporte de cargas especiais com veículos para atender o contrato ECT x INSS, nas REOPs 5-Marabá e 6-Redenção. Data e hora: 05/04/2000 às 9h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Data e hora: 20/04/2000 às 9h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2000

Objeto: Contratação de serviços de transporte de cargas para execução de Linha Tronco Regional na Região Bregantina. Data e hora: 05/04/2000 às 15h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2000

Objeto: Contratação do fornecimento de combustível para a frota da ECT baseada em Belém. Data e hora: 05/04/2000 às 17h00.

Os editais deverão ser obtidos na Comissão de Licitação da ECT/DR/PA - Ay. Presidente Vargas, 498 - 3º andar - Belém/PA, telefone: (0XX91) 211-3148 e FAX: 211-3053, de segunda à sexta-feira no horário comercial.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão

(Of. nº 66/2000)

Diretoria Regional no Rio de Janeiro

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2000

OBJETO: Fornecedor de combustíveis, óleos lubrificantes e querosene, pelo período de 12 meses, conforme minuta contratual, realizada em 17/02/2000. Vencedor: Texaco do Brasil S.A. - Produtos de Petróleo - Valor: R\$ 212.840,00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

OBJETO: Contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva de portas de enrolar, incluindo a substituição de peças e componentes danificados instaladas na Cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo, conforme minuta de contrato. Vencedor: Ransar Instalações Técnicas Ltda - Valor R\$ 83.892,00.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Of. nº 66/2000)

Diretoria Regional em São Paulo Metropolitana

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2000

A Diretoria Regional da ECT, em São Paulo Metropolitana, torna pública a abertura da Tomada de Preços nº 013/00 - GERAD/DR/SPM, em 07/04/2000 às 09:00 horas, que visa receber propostas para contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com aplicação de peças originais, não compreendendo retífica de motores, em motocicletas Honda, pertencentes à frota da ECT/DR/SPM, alocados na Unidade de Transportes sítio à Av. Bandeirantes do Sul, 311 - Vila Maria - São Paulo/SP. Capital Social mínimo exigido a partir de R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais). Custo do Edital R\$ 10,00 (dez reais). A licitação em tela será realizada pela CPL/DR/SPM, sítio à Rua Marginal, 592 - 13º andar - Vila Leopoldina - São Paulo/SP, os interessados poderão adquirir o Edital no mesmo endereço na Seção de Pesquisas e Cadastro/GERAD/DR/SPM.

ALFREDO NORBERTO FERNANDES
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2000

A Diretoria Regional da ECT, em São Paulo, torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº 011/00 - GERAD/DR/SPM, que visa aquisição de formulário contínuo branco 01, 02 e 03 vias, firmas foras: Item 01 Impressa Oficial do Estado S/A-IMESP e itens 02 e 03 Formulários Delaprint Ltda.

ALFREDO NORBERTO FERNANDES
Presidente da CPL

(Of. nº 66/2000)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico****Superintendência de Administração****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quarto Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso (CNPq e ABE'S LANCHONETE LTDA) - PERMISSÃO Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PERMISSÃO ABE'S LANCHONETE LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência, até 03.02.2001, do termo de permissão de uso de área de 256,91 m², destinadas aos serviços de restaurante e lanchonete para 300 servidores (média diária) do CNPq, de Segunda a Sexta-feira (dias úteis) de 08:00 às 18:00 horas, localizada no Ed. Naxos I, sítio à no SPM 509, Bloco "A", em Brasília. DATA DE ASSINATURA: 03/02/2000. SIGNATÁRIOS: Pelo CNPq: FERNANDO AUGUSTO

BERNARDES NORMANDO - Superintendente de Administração do CNPq. Pela ABE'S - Laurinda Paiva Bernardes.

(Of. nº 27/2000)

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**AVISO DE ANULAÇÃO**

Ato Anulado:

Contrato nº 009/98; Processo nº 0128000873/98-C.C nº 002/98

Contratante: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCT

Contratada: Centro Amazônico de Ensino e Cultura/CABC

Objeto: Consultoria para fortalecimento da Unidade de Cooperação Internacional;

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93; c/c a Lei nº 8.883/94 e modificações posteriores, atendendo as exigências da FINEP/Banco Mundial.

Em 13 de agosto de 1999

OZÓRIO JOSÉ DE MENEZES FONSECA

Diretor

(Of. nº 442/2000)

Fundação Centro Tecnológico para Informática**EXTRATO DE CONVÊNIO**

ESPÉCIE: Convênio MCT/CTI nº 036.00, firmado entre a Fundação Centro Tecnológico para Informática - CTI e o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola.

OBJETO: Realização de estágio para estudantes indicados pelas Instituições de Ensino.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos.

DATA DE ASSINATURA: 03 de março de 2000.

ASSINAM: Pela Fundação CTI, Carlos Ignácio Zamatti Mammana, Presidente e pelo CIEE - Centro de Integração Empresa Escola, Rosângela Pereira, Supervisora.

(Of. nº 6/2000)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**Gabinete do Ministro****RETIFICAÇÃO**

No extrato do Convênio MMA/SRH nº 045/99, publicado no D.O.U. de 08/12/1999, seção 3, pág. 30, onde se lê: Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.12.1999; Vigência: até 28.02.2000; Leia-se: Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.12.1999; Vigência: até 28.04.2000.

(Of. nº 280/2000)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/99**

PROCESSO: 02024.003562/99-94.

CESSÁRIO: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia - SEDAM/RO.

CEDENTE: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA.

OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso Gratuito de um imóvel, de propriedade do IBAMA, com 100,00 m² de área construída e 1.707,65 m² de terreno, localizado na Avenida JK, Quadra 03 - Setor Industrial - Ariquemes/RO, encontrando-se regularizado junto aos órgãos competentes; o estado de conservação é bom. Apresente concessão tem como objetivo a utilização do imóvel pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM e tem por finalidade o desenvolvimento de suas atividades institucionais, vedada sua utilização para outros fins.

FUNDAMENTO LEGAL: Parágrafo 2º do Art. 17 da Lei nº 8.666/93, republicada no D.O.U. de 06.07.94 e alterada pela Lei nº 9.648, de 27.09.98.

ANÁLISE JURÍDICA: Informação Proge de 15.02.2000.

AUTORIZAÇÃO: Ato do Diretor da DIRAF, de 17.03.2000.

RATIFICAÇÃO: Ato do Presidente do IBAMA, de 17.03.2000.

(Of. nº 30/2000)

Representação na Paraíba**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2**

O Representante Estadual da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital INTIMA os interessados abaixo relacionados, inscritos na Dívida Ativa e no CADIN, que tiveram suas respectivas correspondências devolvidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para pagarem as multas impostas pelos Autos de Infração, taxas de Renovação de Registro e de Reposição Florestal mencionados, no prazo de quinze dias, a partir da publicação do presente, sob pena de incorrer em mora e manutenção da situação irregular junto ao IBAMA, conforme dispõe a Lei nº 9.469/97 e Portaria Normativa 044/97 de 14/05/97 e demais legislação pertinentes.

| INTERESSADO | CPF/CGC | Nº PROCESSO | Nº AI-OR-RO | DATA/LOCAL |
|--------------------------------------|--------------|----------------|-------------|-----------------------|
| FRANCISCO VERIDIANO PEREIRA DE SOUSA | 481039423/91 | 02016002397/97 | AI-292943/A | 28/08/97 - CEARÁ |
| SEBASTIÃO BARROS DA SILVA | 084368514/04 | 02016001159/97 | AI-292028/A | 04/05/97 - LIVRAMENTO |

ROS nº 03/2005 - CN
GPMI - CORREIOS
1343
Fls:
3628
Doc:

**CORREIOS****ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

LICITAÇÃO

fl. 21
cr**POLÍTICA/ECONOMIA**BELÉM, TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2000 **O LIBERAL****2 ■ PAINEL**

**CORREIOS**

Ministério
das
Comunicações

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2000

Objeto: Contratação de serviços de transporte de cargas especiais com veículos para atender o contrato ECT x INSS, nas REOPs 5-Marabá e 6-Redenção. Data e hora: 05/04/2000 às 9h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Data e hora: 20/04/2000 às 9h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2000

Objeto: Contratação de serviços de transporte de cargas para execução de Linha Tronco Regional na Região Bragantina. Data e hora: 05/04/2000 às 15h00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2000

Objeto: Contratação do fornecimento de combustível para a frota da ECT baseada em Belém. Data e hora: 05/04/2000 às 17h00.

Os editais, deverão ser obtidos na Comissão de Licitação da ECT/DR/PA - Av. Presidente Vargas, 498 - 3º andar - Belém/PA, telefone: (0XX91) 211-3146 e FAX: 211-3053, de segunda a sexta-feira no horário comercial.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1344
3628
Doc:

fls. 22
cr

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: BARRA BRITTO S & C APV. ASSOCIADOS

C.G.C.nº 63.806.996/0001-47

situada na Av. Conselheiro Furtado nº 2476

Cidade/Estado Belém - PA Fone: 0xx91-249-96.00

Fax: _____, uma cópia do edital da

Somada de Preço 31/2000

Data: 22 / 03 / 2000

RECEBEDOR:

Nome: GILSON P. da SILVA

Assinatura: [Assinatura]

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: <u>1345</u> |
| <u>3628</u> |
| Doc: _____ |

FROM : ROCHA CALDERON E SODERO ADV

PHONE NO. : 011 2582818 2580968

MAR. 22 2000 16:09

Rocha, Calderon, Sodero

e Advogados Associados

www.rochacalderon.com.br



Marcelo Oliveira Rocha

Nei Calderon

Fernando Pereira Sodero Filho

Washington Rodrigues de Oliveira

Fabiano Zavane

Elieser da Silva

Mário Alves Varj

São Paulo, 22 de Março de 2000.

DE: Dr. Fábio Murad

PARA: ECT – Diretoria Regional do Pará e Amapá

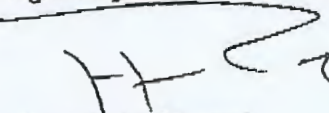
Att.: Sr. Roberto Barra Cordeiro

REF.: Edital TP/3/2000

Prezados Senhores,

Solicitamos que nos seja enviado o Edital em referência, e também como proceder com as despesas de envio.

Agradeço antecipadamente a atenção dispensada.


Dr. Fábio Murad

Rocha, Calderon, Sodero e Advogados Associados

Fone: (02191) 211 3146 / Fax: (02191) 211 3053

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1346 |
| 3628 |
| Doc: |

fls. 24
cr

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/L.

— X — C.G.C.nº 83.370.072/0001-58

situada na TV. CAMPOS SALES Nº 63 / 8º ANDAR. / COMÉRCIO.

Cidade/Estado BELEM - PARA. Fone: 212.67.88 / 212.8088,

Fax: 212.6009, uma cópia do edital da

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.

Data: 23 / 03 / 00.

RECEBEDOR:

Nome: VICENTE NUNES CALABRIA FILHO

Assinatura: Vicente Nunes Calábria Filho

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1347 |
| 3628 | |
| Doc: | |

fls. 25
cr

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: ISAÍAS CABRAL ADJUDICAÇÃO E ASSESSORIA S/C.

C.G.C.nº 031.693.65-0004/32

situada na TV. SÃO PEDRO Nº 566, ED. CARAJÁ'S SALA 205 - JATISTÁ CAMPOS

Cidade/Estado BELEM / PARÁ Fone: 212-2601,

Fax: 212-2601, uma cópia do edital da

TP- 3/00.

Data: 23 / 03 / 2000.

RECEBEDOR:

Nome: JEAN LUIS NAVEGANTES DA SILVA

Assinatura: Jean Luis Navegantes da Silva



fls. 26
cr

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: PAULO PINHO S/C ADVOCACIA

E CONSULTORIA C.G.C.nº 02.542.809/0001-18

situada na TRAV. SÃO PEDRO 566 conj. 504

Cidade/Estado Belo Horizonte - MG Fone: 224-6108,

Fax: 242-9738, uma cópia do edital da

18-03/2000.

Data: 23 / 03 / 2000

RECEBEDOR:

Nome: GLEISON LIMA

Assinatura: gleison Lima

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1349 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: Celio Lima Advogados asso

ciados s/c C.G.C.nº _____

situada na Rua D. Romualdo de Seixas 1642

Cidade/Estado Belém Fone: 222-7835,

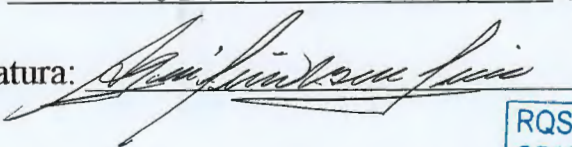
Fax: 222 7835, uma cópia do edital da

Tomada de Preços nº 3/2000

Data: 23 / 03 / 2000

RECEBEDOR:

Nome: AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO

Assinatura: 



fls 28
05

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: FREIRE FIGUEREDO E MEZÉIA S/C

RDV: MS. C.G.C.nº 00.314.270/0001-77

situada na AV. GEN. DEODORO 11º ANDAR, SALA 1104 .Nº 1683

Cidade/Estado BELEM - PARÁ Fone: 225-0713,

Fax: 241-3400, uma cópia do edital da

TOMADA DE PREÇO 3/2000.

Data: 31 / 03 / 2000.

RECEBEDOR:

Nome: JOAO HENRIQUE ALVES COSTA

Assinatura: João Henrique Alves Costa



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: Escritório de Advocacia FCO
Brasil Monteiro S/C C.G.C.nº 04.979.100/0001-62
 situada na TRAV. AMIRANTE WANDERHOLK 1243/907
 Cidade/Estado Itaém / Paraná Fone: 91 2417 8866,
 Fax: RAMAL 24, uma cópia do edital de
 nº 03/2000 - TP.

Data: 07 / 04 / 2000.

RECEBEDOR:

Nome: MARIO BRASIL MONTIROS

Assinatura: [Assinatura]





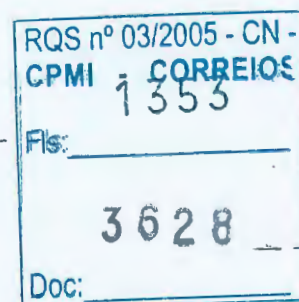
Mensagem Fax

| | |
|--|-----------------|
| Para: | Nº Fax: |
| Departamento de Licitação | 0 (91) 211-3053 |
| De: | Data: |
| ml Gomes - RJ | 12/04/00 |
| Assinatura do Remetente: | Nº de Folhas: |
| Beaufa | 01 |
| No caso de erro na comunicação, entrar em contato, neste número (21) 507-4087 ou (21) 252-8890
Rua do Ouvidor, 60 - Sala 901 - Centro - RJ - Fax: (21) 252-0919 | |

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2000.

ESTE É O ENDEREÇO PARA QUE POSSAM ENVIAR O EDITAL
3/2000, SOBRE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO AMBITO DOS
ESTADOS DO PARA E AMAPA.

M. L. Gomes Advogados Associados
Rua do Ouvidor, 60 / sala 901 - Centro - Rio de Janeiro
CEP.: 20.040-030



AR ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua 7 de Setembro 410/N, sala 101 - Teresina/PI
CGC 03.214.025/0001-86, Ins (CRC) 070301-9
Fone: (86) 222-8814

AOS CUIDADOS DE CONSUELO

OF.57/00

Teresina, 12 de abril de 2000.

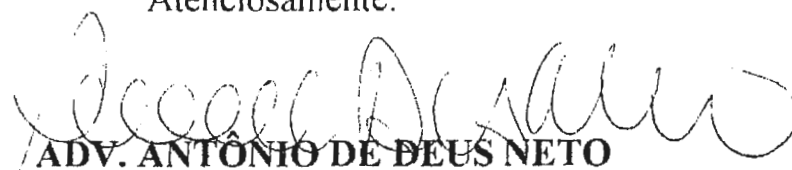
Senhor Presidente,

AR Advogados Associados, CGC 03.214.025/0001-86, com sua sede-matriz localizada a rua 7 de Setembro 410/N, em Teresina/PI, solicito as prestimosas providências de V.S. no sentido de encaminhar - **através de i-mael ou fax** - o Edital de Tomada de Preços, nº 3/2000, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

O endereço do nosso i-mael : **AR.Advogados@mnnet.com.br**

O nº do nosso fax: **222.8814**

Atenciosamente.


ADV. ANTÔNIO DE DEUS NETO
OAB 1611/86

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão de Licitação/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos/
Diretoria Regional no Pará e Amapá

MD. Roberto Barra

Nesta

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1354 |
| 3628 | |
| Doc: | |

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

Recebi em nome da empresa: Marcel e Helane Advogados Associados

_____ C.G.C.nº _____

situada na Rua 13 de Maio, 191, sala 1108

Cidade/Estado Belém-PA Fone: 212-3887,

Fax: 212-3887, uma cópia do edital da

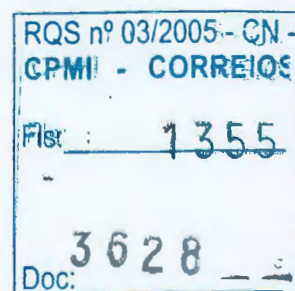
Tomada de Preço nº 3/2000.

Data: 13 / 04 / 00.

RECEBEDOR:

Nome: ARLENE MARA DE SOUSA DIAS

Assinatura: Arlene Mara de S. Dias



fls. 33
cr

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE EDITAL

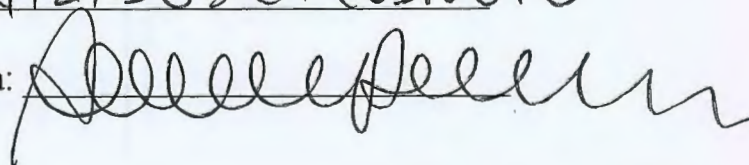
Recebi em nome da empresa: AR ADVOGADOS ASSOCIADOS C.G.C.nº 03.044.025/0001-86
situada na 7 de Setembro 410 - Norte - Setor 101
Cidade/Estado Teresina / PI Fone: 022-8814,
Fax: 022-8814, uma cópia do edital da
Tomada de Preços Nº 3/2000.

Data: 17/04/2006

RECEBEDOR:

Nome: ANTÔNIO DE DEUS NETO

Assinatura:



| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1356 |
| Fls: |
| 3628 |
| Doc: |



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

fls. 34
cr

CERTIDÃO
559/94

PROCESSO Nº 3526/94

Eu, MARIA DE NAZARÉ MIRALHA RAMOS, Auxiliar do Setor de Inscrição da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO PARÁ, nos termos da lei...

CERTIDÃO de que o Livro nº 02 de Registro de Sociedade de Advogados desta Seccional, nele verifiquei que às folhas 63v às 65, no qual consta o seguinte: REGISTRO DE SOCIEDADE CIVIL Nº 79 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, TUDO COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA: Pelo presente instrumento, JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM, ambos brasileiros, solteiros, advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará, sob os n.ºs 6557 e 6522, e do CIC/MF sob os n.ºs 264.728.732-20 e 373.856.552-72, respectivamente, tem entre si justo e contratado a constituição da sociedade FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam e se obrigam a cumprir: CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta data, integram a sociedade, como cotistas, os advogados JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM, na forma adiante disciplinada. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade terá a denominação FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, adotando o nome de fantasia ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO - ADVOGADOS, duração por prazo indeterminado, e sede nesta cidade à Av. General Alcides Neodino, nº 1683, sala 101, Edifício Generalíssimo Neodino, Nazaré, CEP. 36040-140. CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá por objeto a prestação de serviços profissionais de advocacia e será regida pela Lei nº 8.906/94, por este contrato e demais disposições legais aplicáveis. CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), representado por 10 (dez) cotas no valor unitário e igual de R\$ 200,00. CLÁUSULA QUARTA: Os cotistas, no ato e ocasião, em moeda legal corrente no país e bens, que serão discriminados em quadro anexo, integrantes do presente contrato, para todos os fins e consequências de direito. Esse capital social é dividido em termos rigorosamente iguais entre os dois sócios, de tal

Praça Barão do Rio Branco, 93 - Largo da Trindade - Fones: 223-2730 / 223-2144 - Fax: (091) 223-1141 - Telex: (91) 1560 - CPMI 0320054 CN

CONFERE
COM ORIGINAL

19 ABR 2000

CPL

CPMI - CORREIOS
7357
Fis.
3628



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

fl. 35
CT

forma que cada sócio detém 5 (cinco) cotas equivalentes a 50% do valor global. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor global do capital social total, ressalvada a responsabilidade profissional nos termos da Lei nº 8.906/94. PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e/ou prejuízos serão repartidos entre os sócios na proporção das cotas do capital social detidos por cada qual, nos termos da legislação aplicável. CLAUSULA QUARTA: A sociedade será representada, judicial ou extrajudicialmente, indistintamente por ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, os quais exercerão, nos mesmos termos, a gerência dos negócios sociais, como Diretores da sociedade. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para contrair obrigações de valor igual ou superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), será necessária a assinatura de ambos os sócios. Para o fim aqui previsto, o valor será reajustado mensalmente pelo índice que melhor refletir a variação inflacionária. PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as decisões referentes aos negócios sociais serão tomadas por ambos os sócios, em conjunto. CLAUSULA QUINTA: O balanço anual e a apuração da conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano. CLAUSULA SEXTA: O sócio que pretender se retirar da sociedade, deverá ofertar suas cotas do capital ao outro sócio, mediante carta com aviso de recepção, o qual terá preferência para adquiri-las. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante (capital, lucros e prejuízos), serão apurados em balanço que para tal fim será levantado no prazo de 15 (quinze) dias, contar da manifestação de vontade de se retirar da sociedade e serão pagos em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente por índice oficial que reflita a variação inflacionária, vencendo-se a primeira trinta dias após o referido balanço, e assim por diante, sem juros. Idêntico procedimento se adotará em caso de falecimento de qualquer sócio, hipótese em que a sociedade não se dissolverá. PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente vedada a cessão ou transferência gratuita, sem a expressa anuência do outro sócio. CLAUSULA SÉTIMA: Os sócios farão jus a um pro labore mensal, que será levado a débito da conta de "Despesas Gerais de Administração" em verba a ser fixada por consenso entre os sócios, obedecidos os limites fixados na legislação pertinente. CLAUSULA OITAVA: Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em consenso, facultando-se a retirada da sociedade, na forma prevista na cláusula sexta deste instrumento. CLAUSULA NONA: Fica eleito, com renúncia expressa de qualquer outro, o foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para qualquer ato ou procedimento judicial oriundo do presente contrato. E por estar justo e contratado, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, Belém (PA), 16 de novembro de 1991. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELEM. Estas

RCS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
1358
Fls.
3628
Doc.

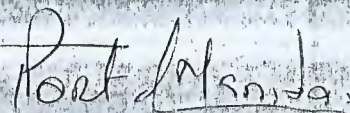


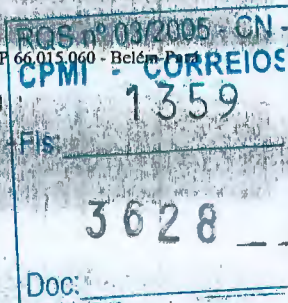
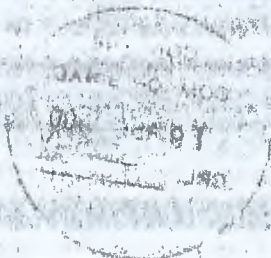
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

fls. 36
CT

assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo 4º Ofício de Notas "Cartório Conduru". Testemunhas: Vera Lucia Melo Mara e Márcia C. Simões. Este registro foi deferido pelo "Diário Oficial do Estado" desta Seccional, Dr. Edilson Oliveira e Silva da Ordem dos Advogados do Brasil, ficando arquivado na Secretaria desta Seccional, a qual será publicada no "Diário Oficial do Estado", o presente termo de registro, através de Acórdão. Foi lavrado este termo de registro, que vai por mim assinado.

Belém (PA), 25 de novembro de 1994.
Auxiliar do Setor de Inscrição da OAB/PA.


TANIA MARA PORTAL MANITO
Assessora da Seccional
da OAB/PA



fls. 37
cr

EXPEDIDA EM 20.04.1993

CIC. 264.928.732-20



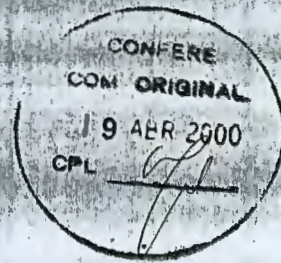
Jose Augusto Inacio Aguiar
Assinatura do Advogado

13.03.1997

393.856.552-72



defeito



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1360
Fls. 3628
Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Cartão de Identidade de Advogado
Instituído pelo Art. 63, § 3.º da Lei 4.215 - 27-4-1963

JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO

Nome José Manuel Santos Figueiredo e

Filiação Diana Isa Freire Figueiredo

Brasileiro 14.08.1971

Nacionalidade Data do Nascimento

6557

6557

Nº Nº da Inscrição

Presidente da Seção da OAB
Antonio Oliveira e Silva

CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA

José Carlos Jorge Melém

Maria de Nazaré Gama melém

Brasileira 29.08.1971

6522

6522

SERGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO
PRESIDENTE DA OAB/PA

CONFERE

COM ORIGINAL

19 ABR 2000

CPL

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 20 ABR, 2000

ANA C. SANTOS
Escritor



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO
DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL,
COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Sociedade Civil de Advogados, entre partes e na melhor forma de direito, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO** e **JOSE CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO**, brasileiros, o primeiro solteiro e o segundo casado, advogados, inscritos na OAB/PA sob os No. 3961 e 5098, CIC/MF Nos. 158.386.172-68 e 158.389.002-53, respectivamente, domiciliados e residentes nesta cidade, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade terá a denominação **BARRA BRITTO S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, podendo ainda utilizar a de **ESCRITÓRIO BARRA BRITTO**, com duração por prazo indeterminado, e sede na Av. Conselheiro Furtado, No. 247610-1, Térreo, nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços profissionais de Advocacia, assim definidos na Lei Federal No. 4.215/63.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de Cr\$- 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), representado por 200.000 (DUZENTAS MIL) cotas no valor unitário e igual em moeda corrente e legal do país, divididas da seguinte forma: O Sócio **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO** detém 100.000 (CEM MIL) cotas do mesmo valor global e, o Sócio **JOSE CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO** detém 100.000 (CEM MIL) cotas do mesmo valor global.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao Valor global do capital social total.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e/ou prejuízos serão repartidos entre os sócios na proporção das cotas do capital social detidos por cada qual.

CLÁUSULA QUARTA: A Sociedade será representada em juízo indistintamente pelos sócios em conjunto ou isoladamente, bem como fora dele.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1361
3628
Doc:

CLÁUSULA QUINTA: O balanço anual e a apuração da conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SEXTA: Fica vedado aos Sócios exercerem a Advocacia fora da Sociedade, salvo em cargo público que permita tal exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Sócio que pretender se retirar da Sociedade, deverá ofertar suas cotas do capital social ao outro sócio, mediante carta com aviso de recepção, que terá preferência para adquiri-las.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante (capital, lucros e prejuízos), serão apurados em balanço que para tal fim será levantado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da manifestação de vontade de se retirar da sociedade e serão pagos em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o referido balanço, e assim por diante, sem juros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente vedada a cessão ou transferência das cotas a terceiros a qualquer título, oneroso ou gratuitamente, sem a expressa anuência do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Os Sócios farão jus a um "pro labore" mensal, que será levado a débito da conta de "Despesas Gerais de Administração" em verba a ser fixada por consenso entre os sócios, obedecidos os limites fixados na legislação pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fixação do "pro labore" constará de ata de reunião da diretoria, lavrada no livro competente.

CLÁUSULA NONA: Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em consenso, facultando-se ao discordante, o direito de se retirar da sociedade, na forma prevista na cláusula sétima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: O foro competente para dirimir dúvidas deste contrato é o da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: Esta sociedade rege-se pelo presente instrumento, pela Lei No.4.215/63 e legislação aplicável.

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 20 ABR, 2000

ANA C. SANTOS

CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1362

3628

Doc:

Fls. 40
2/00

CLÁUSULA DECIMA-SEGUNDA: Esta sociedade considera-se fundada pelos Sócios que a compõem, em 10. de janeiro de 1991.

E por estarem justos e contratados assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Belém, 27 de dezembro de 1990.

Antonio Candido B. M. de Brito

Jose Claudio M. de Brito Filho

ANTONIO CANDIDO B. M. DE BRITTO

JOSÉ CLAUDIO M. DE BRITO FILHO

TESTEMUNHAS:
Antonio Candido B. M. de Brito
Jose Claudio M. de Brito Filho

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) em meu arquivo
a(s) *assinatura(s)* e
lado(s) com
Indole(s) *em sinal*
esta(s) *em sinal*
Em sinal
Belém, *27* de *dezembro* de *1990*

CARTÓRIO DE VAL-DE-CAES
Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) em meu arquivo
a(s) *assinatura(s)*
Com esta *assinatura*
de *verdade*
Em sinal *em sinal*
Belém, *27* de *dezembro* de *1990*
Acilina Aragão Mendes
Titular

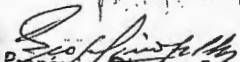
CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 20 ABR. 2000
ANA C. SANTOS
Escriturante



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1363
3628
Doc:

Certifico, para os devidos fins, que o presente contrato foi Registrado, por decisão do Conselho Secional do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil, em reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 1991. Registro nº 51, efetuado em 25.02.91, às fls. 14 e 15, do Livro nº 02, do Registro de Sociedade de Advogados.

Belém, 25 de fevereiro de 1991.


Propercio Oliveira Filho
Assessor da Presidência
OAB/PA

TESTEMUNHAZ:

CO TÓRPO DE VAI DE CIER

Recorrido por...

outro...

...

...

...

...

...

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os infra assinados ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. No.3961 OAB/PA e CPF No.158.386.172-68, residente e domiciliado à Rua Arcipreste Manoel Teodoro, Nº329/1001 nesta cidade, JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. No.5098 OAB/PA e CPF No.158.389.002-53, residente e domiciliado à Rua dos Mundurucus, Nº3284/501, nesta cidade; na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade civil que explora a prestação de serviços profissionais de advocacia como definido na Lei Nº 4.215/63, utilizando a denominação de BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC/MF sob o Nº 63.806.996/0001-47, com sede à Av. Conselheiro Furtado, Nº 2.476, térreo, Ed. Flávio Neto, Conjunto 101/102, nesta cidade, com contrato de constituição societária datado de 27-12-1990, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 19-02-1991, sob o Nº 51, do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, e, ainda, como interveniente, EDMÉE BARRA DE BRITTO, brasileira, casada, advogada, portadora da C.I. Nº 724 E-42 e do CPF Nº000.528.092-34, residente e domiciliada à Rua Domingos Marreiros Nº1.005, nesta cidade, RESOLVEM alterar o mencionado instrumento constitutivo para conversão do capital social de cruzeiros (Cr\$) para cruzeiros reais (CR\$), retirada e admissão de sócia, quitação recíproca, aumento de capital, alteração das cláusulas terceira e quinta do contrato de constituição, e, finalmente, ratificação de cláusulas o que fazem, agora, da seguinte maneira:

CONVERSAO DO CAPITAL SOCIAL DE CRUZEIROS (Cr\$) EM CRUZEIROS REAIS (CR\$)

O capital social que era de Cr\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, por força das disposições contidas na Medida Provisória Nº 336, de 28-07-1993, publicada no D.O.U. de 29-07-1993, convertida na Lei Nº 8.697, de 27-08-1993, publicada no D.O.U. de 28-08-1993 passou a ser grafado em cruzeiros reais (CR\$) e, em consequência, convertido em CR\$-200,00 (duzentos cruzeiros reais) dividido em 200 (duzentas) quotas, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma.

RETIRADA DE SOCIO

O sócio JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, antes qualificado, retira-se da sociedade, reembolsado do valor total de suas 100 (cem) quotas e de todos os seus demais haveres na sociedade, da seguinte maneira:

a) CR\$-10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), em moeda corrente e legal do país, valendo este contrato como instrumento da respectiva quitação;

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
Fls: 1364
3628
Doc:

desincorporação do patrimônio da sociedade do bem a seguir descrito e caracterizado, cuja propriedade é transferida, neste ato, para o sócio retirante, avaliado pelos interessados, para esse fim, em igual valor.

um computador VIDEOMPO 4100 AT 286
e uma impressora EPSON FX 1050

Desincorporado do patrimônio social por força deste instrumento, o bem acima descrito passa a pertencer, com exclusividade, ao sócio retirante, JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, que poderá usá-lo e gozá-lo da maneira que melhor lhe convier, como seu que é, e fica sendo, a partir desta data.

ADMISSAO DE SOCIA

É admitida como sócia quotista EDMÉE BARRA DE BRITTO, já qualificada, que ingressa na sociedade com as prerrogativas que lhe faculta a legislação vigente e nas condições enumeradas no contrato de constituição datado de 27-12-1990 e no presente instrumento, subscrevendo e integralizando, em moeda corrente e legal do país, 10 (dez) quotas disponíveis, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real), cada uma, num total de CR\$-10,00 (dez cruzeiros reais), que anteriormente pertenciam ao sócio retirante, JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO.

As demais 90 (noventa) quotas disponíveis, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real), cada uma, num total de CR\$-90,00 (noventa cruzeiros reais) que anteriormente pertenciam ao sócio JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO são subscritas e integralizadas, em moeda corrente e legal do país, pelo sócio ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO.

QUITACAO RECIPROCA

Retirando-se da comunhão societária, o sócio JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO declara sair embolsado de todos os seus haveres, compreendendo capital, lucros e tudo o mais quanto lhe era devido pela sociedade e pelo sócio remanescente, em consequência do que, por si, seus herdeiros e sucessores, dá aos mesmos plena, geral, definitiva e irrevogável quitação, nada mais tendo a exigir ou a reclamar, a qualquer título, com relação ao vínculo social, do qual ora se desliga definitivamente, por iniciativa própria. Do mesmo modo, a sociedade, o sócio remanescente e a nova sócia, declaram, por si, seus herdeiros e sucessores, nada terem a pleitear ou reclamar, a qualquer título, do sócio retirante, razão pela qual lhe conferem plena, geral e irrevogável quitação, ficando o mesmo exonerado de qualquer responsabilidade quanto aos débitos da sociedade, de vez que o sócio remanescente e a nova sócia assumem, sem nenhuma reserva ou restrição, todo o ativo e o passivo social.

[Handwritten signatures and initials are present over the stamp area.]

| | |
|--|---------|
| CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará | |
| Confere com o Original.
Autentico e dou fé. | 03/2005 |
| Belém, 20 ABR, 2000 | 1365 |
| Ass:
ANA C. SANTOS
Escritor | |

[Circular stamp: CARTÓRIO CONDURU]

O sócio remanescente e a sócia que ora ingressa na sociedade, neste ato e ocasião, resolvem, aumentar o Capital Social que era de CR\$-200,00 (duzentos cruzeiros reais) dividido em 200 (duzentas) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, para CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, as quais são subscritas e integralizadas da seguinte forma:

a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
189.810 (cento e oitenta e nove mil oitocentos e dez) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros reais).

b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
9.990 (nove mil novecentos e noventa) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-9.990,00 (nove mil novecentos e noventa cruzeiros reais).

ALTERAÇÃO DAS CLAUSULAS TERCEIRA E QUINTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA

Face as alterações acima, tornou-se necessário dar nova redação à **CLAUSULA TERCEIRA** do contrato de constituição societária, que passa a vigorar como segue:

CLAUSULA TERCEIRA: CAPITAL

O Capital Social é de CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, já totalmente integralizadas e distribuídas entre os sócios, da seguinte maneira:

a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
190.000 (cento e noventa mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 95% do atual Capital Social.

b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 5% do atual Capital Social.

No mesmo sentido, faz-se necessário dar nova redação à **CLAUSULA QUINTA** do contrato de constituição societária, que passa a vigorar como segue:



ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

fls. 44
cr

CLAUSULA QUINTA: CRIAÇÃO DE RESERVAS

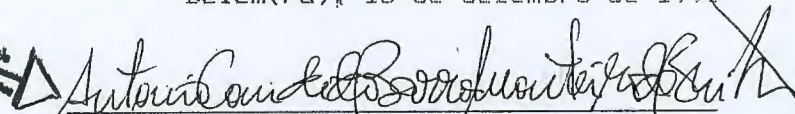
O balanço anual e a apuração de conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano. Entretanto, a critério dos sócios e em atendimento de interesses da própria sociedade o total, ou parte dos lucros poderão ser destinados a formação de reservas de lucro, ou, então, permanecerem como lucros acumulados para futuras destinações.

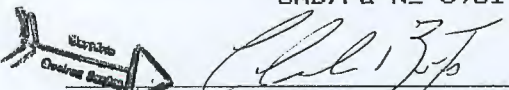
RATIFICAÇÃO DE CLAUSULAS DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO
DATADO DE 27-12-1990

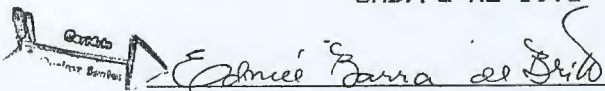
Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançadas expressamente pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, na forma da lei, sendo a primeira via destinada a registro e arquivamento na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará.

Belém(Pa), 16 de dezembro de 1993


Antonio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/PA Nº 3961

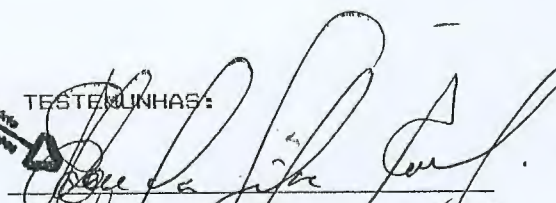
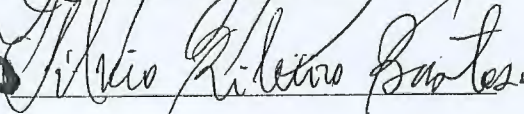

José Claudio Monteiro de Brito Filho
OAB/PA Nº 5098


Edméa Barra de Britto
OAB/PA Nº 724 E-42



CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço, por ter conferido com o original existente em meu arquivo a(s) assinatura(s) assinada(s) com
20 DEZ 1993

esta em
em sinal
Cartório
Queiroz Santos
de verdade

TESTEMUNHAS:


Paulo Roberto Gomes

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço, por ter conferido com o original existente em meu arquivo a(s) assinatura(s) assinada(s) com

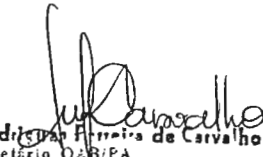
03 FEV 1994

100-82222-1
CPMI - CORREIO
1367

Fls:
3628
Doc:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o Primeiro Termo Aditivo do Contrato Social de BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, visando a Conversão do Capital Social de Cruzeiros para Cruzeiros Reais, a retirada do sócio José Cláudio Monteiro de Brito Filho, a admissão da sócia Edmée Barra de Britto, e a alteração das Cláusulas Terceira e Quinta do Contrato Social que prevê a distribuição de cotas entre os sócios e a criação de reservas, foi averbado nesta data, sob o nº 01, às folhas 15 do livro 02 de Registro de Sociedade de Advogados, consoante decisão unânime do Conselho Secional em 22.02.94. SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ, em 01 de março de 1994.


Margarida Maria Rodrigues Ferreira de Carvalho
2ª Secretária OAB/PA

P.45
C

ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONSTITUIÇÃO DE "BARRA BRITTO S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS", COMO ABAIXO
MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os infra assinados **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. Nº 3961 OAB/Pa e CPF Nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Domingos Marreiros, Nº 1005, e **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, brasileira, casada, advogada, portadora da C.I. Nº 724 E-42 e do CPF Nº 000.528.092-34, residente e domiciliada nesta cidade à Rua Domingos Marreiros Nº 1005, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade civil que explora a prestação de serviços profissionais de advocacia como definido na Lei Nº 8.906/94, utilizando a denominação de **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CGC/MF sob o Nº 63.806.996/0001-47, com sede à Av. Conselheiro Furtado, Nº 2.476, térreo, Ed. Flávio Neto, Conjunto 101/102, nesta cidade, com Contrato de Constituição Societária datado de 27.12.1990, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 19-02-1991, sob o Nº 51, do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, e Primeiro Aditivo ao referido Contrato de Constituição datado de 16.12.1993, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 22.02.1994, sob o Nº 01, as fls.15 do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, **RESOLVEM** alterar os mencionados instrumentos para conversão do capital social de cruzeiros reais (CR\$) para reais (R\$), aumento de capital, alteração da cláusula terceira do contrato de constituição, e, finalmente, ratificação de cláusulas o que fazem, agora, da seguinte maneira:

**CONVERSÃO DO CAPITAL SOCIAL
DE CRUZEIROS REAIS (CR\$) EM REAIS (R\$)**

O capital social que era de CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, por força das disposições contidas na Medida Provisória Nº 542, de 30.06.1994, publicada no D.O.U. de 30.06.1994, reeditadas pelas Medidas Provisórias, Nº 566, de 29.07.94, publicada no D.O.U. em 30.07.1994; Nº 635, de 27.09.1994, publicada no D.O.U. de 28.09.1994; Nº 731, de 25.11.1994, publicada no D.O.U. de 26.11.1994; e, Nº 785, de 23.12.1994, publicada no D.O.U. de 24.12.1994 passou a ser grafado em reais (R\$) e, em consequência, convertido em R\$-72,73 (setenta e dois reais e setenta e três centavos) divididos em 200.000 (duzentas) quotas, no valor nominal de R\$-0,0004 cada uma.

AUMENTO DE CAPITAL

Os sócios, de comum acordo, neste ato e ocasião, resolvem, aumentar o Capital Social que era de R\$-72,73 (setenta

E. Brito
A. Brito

68

20

28

2000

ANA CARLOS

CARTÓRIO

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confirmação Original
Autentico e depõe.

Belém, 20 ABR. 2000

46.46
α

23

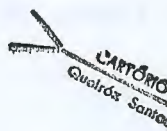
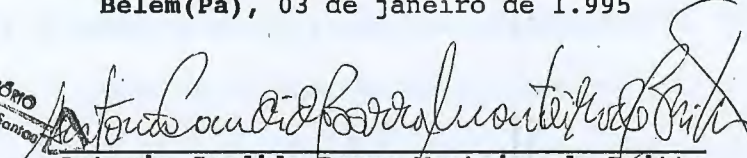
- CARTÓRIO CONDURU • 4ª. Ofício de Notário
Manoel Barata, 718 - Urupema - Belém/PA
Confira com o Original.
Autenticado em
229-3111/229-3054 - T. J. C. (09h) 229-0110
Belém, 20 ABR. 2006
Fls:
ANA C SANTOS
Escritorante

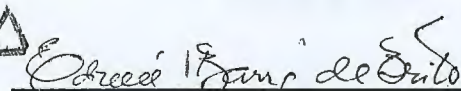
ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

fls. 47
CT

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, na forma da lei, sendo a primeira via destinada a registro e arquivamento na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará.

Belém(Pa), 03 de janeiro de 1.995

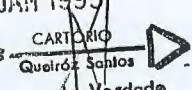


Antonio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/Pa Nº 3961



Edmé Barra de Britto
OAB/Pa Nº 724 E-42

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

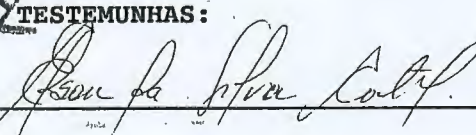
Recebi, por ter conferido com outra(s) existente em meu arquivo a(s) _____ assinada(s) com _____

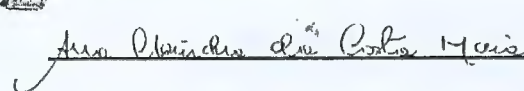
11/0 JAN 1995

esta seta 
em sinal da Verdade

CARTÓRIO CONDURU - 1º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 20 ABR. 2000
ANA C. SANTOS
Escritorante

TESTEMUNHAS:



(bb-alte2.cnt)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1370
3628
Doc:

Certidão

Certifico que o presente pedido foi submetido à sessão plenária de 17.01.1995, sendo aprovado por unanimidade, tendo esta Secretaria procedido as devidas anotações nos termos do parecer da Comissão de Seleção e Prerrogativas às folhas 33.

Belém-Pa., 20 de janeiro de 1995.


Margarida Maria R. de F. de Carvalho
2ª Secretária OAB/PA

fls-48
cr

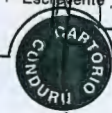


CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 20 ABR 2000

ANA C. SANTOS
Escritor



CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 20 ABR 2000

ANA C. SANTOS
Escritor



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - 1371
Fls: _____
3628
Doc: _____

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1346315 2VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 08/08/85

NOME ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO

FILIAÇÃO ANTONIO CANDIDO M DE BRITO EDMEE BARRA DE BRITTO

NATURALIDADE BELEM PA DATA DE NASCIMENTO 20/05/1963

DOC ORIGEM CERT NASC-BELEM PA N-117418 L-00106 F-0193

CPF 158386172-68

BELEM PA 001

Manoel Candido Barra Monteiro

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCÃO DO ESTADO DO PARÁ

Cartão de Identidade de Advogado
Instituído pelo Art. 63, § 3.º da Lei 4.215-27-4-1963

ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO

Nome Antonio Candido Monteiro de Britto e

Filiação Edmee Barra de Britto

Brasileira 20.05.1963

Nacionalidade 3961 Data do Nascimento 3961

Nº N.º da Inscrição

Presidente da Seccão da O.A.B.
Francisco Brasil Monteiro



Belém(Pa), 20 de abril de 2000

A

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT

DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Belém/Pará

Ref.: APRESENTAÇÃO/CREDENCIAMENTO

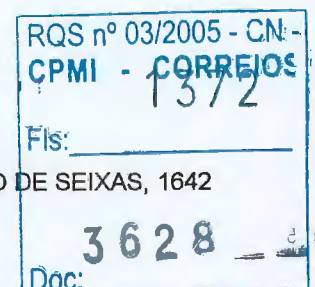
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, Sociedade Civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.718.722/0001-49, Inscrição Municipal nº 139171-7, neste ato representada por seu sócio gerente JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, pela presente CREDENCIA o Sr. AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 2950 - CRA PA/AP e do CPF/MF nº 355.799.352-34, para fins de representar esta Sociedade na licitação em referência, promovida pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT – DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ, com poderes para concordar, desistir, renunciar, transigir, firmar compromissos, assinar atas e outros documentos, acompanhar todo o processo licitatório até o seu final, tomar ciência de outras deliberações da Comissão de Licitação, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

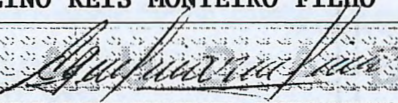
Atenciosamente,



Célio Lima & Advogados Associados S/C
José Célio Santos Lima - Sócio Gerente



fls. 50
CT

| CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL | | |
|--|--|---|
|  |  |  |
| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração | | |
| Registro | Data do Registro | |
| CRA PA/AP Nº 2950 | 31.01.90 | 2ª VIA |
| Nome | | |
| AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO | | |
| Assinatura do Portador | | |
|  | | |
| VÁLIDA SOMENTE COM PAPEL FIBRA COLORIDA - IMPRESSO EM TALHO-DOCE | | |
| VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI 6.206/75 | | |

| |
|---|
| CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará |
| Confere com o Original.
Autentico e dou fé. |
| Belém, 19 ABR, 2000 |
| ANA CRISTINA DIAS
Escrevente |
|  |

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1373 |
| 3628 |
| Doc: |

INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

OUTORGANTE(S) MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, com
C.G.C. nº 83.370.072/0001-58, estabelecida na Tv. Campos Sales, 63 8º
andar, nesta cidade..

OUTORGADO (S) JURACY COSTA DA SILVA, solteira, OAB/PA 5754, CIC
319.475.302-91; **EDUYGES MARIA ARAÚJO PEREIRA - OAB/PA**
9434, CIC/MF 423.277.252-91, solteira, advogadas; com escritório
profissional localizado nesta cidade de Belém-Pa., sito na Trav.
Campos Sales, 63/8º andar, Centro, CEP 66.013-020.

PODERES:

Para o fôro em geral, de acordo com os arts. 38, do CPCv. e 5º, do EOAB, inclusive podendo confessar, transigir, desistir, firmar compromissos e dar quitação, bem como praticar todos os atos extrajudiciais de representação e defesa do(a) outorgante quer perante as pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais quer perante quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sociedades de economia mista, ou pessoa física em geral; substabelecer, total ou parcialmente, com reserva ou sem ela. E ainda com finalidade de representarem perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na Tomada de Preços nº 03/2000.

Belém(PA), 19 de abril de 2000.

Mendonça Advogados Associados S/C
Mendonça Advogados Associados S/C

| | |
|---------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CM | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1374 |
| Doc: | 3628 |



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 52
cr

CERTIDÃO Nº 314/99-RS.

PROCESSO Nº -2193/99

Eu, **LUÍS DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR**, Diretor Secretário Adjunto da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**, nos termos da Lei, etc..

CERTIFIC O, para fins de direito, que revendo o Livro nº 04 de Registro de Sociedade de Advogados desta Seccional, nele verifiquei constar o seguinte: **REGISTRO Nº 162/99 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL PARA FINS ADVOCATÍCIOS DENOMINADA ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, como a seguir melhor será declarado: Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si firmam, **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB-PA., sob nº 8365, CPF/MF 473.719.944-34, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, nº 705, em Belém/PA., e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, brasileira, viúva, advogada, OAB nº 6796, CPF/MF 045.479.342-15, residente e domiciliada à BR-316, Rua José de Alencar nº 17 no Bairro da Guanabara em Belém/PA., CEP 67010-180, para a constituição de uma **SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**, denominada **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas: **CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objetivo e da denominação** - A Sociedade denomina-se **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, e terá sua sede na Trav. São Pedro nº 566 Sala 205 no Bairro de Batista Campos, CEP 66023-570, nesta cidade de Belém do Pará, tendo por objetivo a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E ASSESSORIA NESTA ÁREA**. **CLÁUSULA SEGUNDA: Do Capital social** - O Capital social devidamente subscrito e devidamente integralizado neste ato, corresponde a R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) padrão monetário nacional. **CLÁUSULA TERCEIRA: Da Divisão do Capital**

RQS nº 03/2005 - GN-
CPM - CORREIOS
1375
3628
Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 53
CT

Social - O Capital social está dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 10,00 (dez reais) , cada quota, estando dividido entre os sócios, JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, que detém 90 (noventa) quotas, corresponde a 90% do capital social; e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, detém 10 (dez) quotas, correspondente a 10 % (dez por cento) do capital social. **CLÁUSULA QUARTA: Da vigência da sociedade** - A presente sociedade é constitucional por prazo indeterminado, sendo o seu termo inicial considerado a data de efetiva lavratura deste instrumento. **CLÁUSULA QUINTA: Da gerência** - A gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário, podendo praticar os atos financeiros e todos os demais atos necessários à apresentação judicial e extra-judicial da sociedade. **CLÁUSULA SEXTA: Do uso de denominação social** - Qualquer dos sócios poderá utilizar-se da denominação social. Os Advogados associados ou contratados, desde que autorizados, por escrito pelos sócios, também poderão utilizá-la, sendo-lhe, contudo, expressamente vedada a utilização para atos financeiros. **CLÁUSULA SÉTIMA: Do Pro-Labore** - Fica assegurada aos sócios retiradas mensais, consoante o estabelecimento pela legislação pertinente. **CLÁUSULA OITAVA: Da responsabilidade dos sócios** - Consoante o determinado art. 8º do provimento OAB; n.º 23 , de 23.11.1965, cada sócio responderá pessoal, separada e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de responsabilidade disciplinar , em que possam perante a OAB. **CLÁUSULA NONA: Dos impedimentos** - Qualquer advogado vinculado a sociedade , sócio ou não , que estiver incurso em qualquer dos impedimentos referidos no artigo 27 a 30 , da lei nº 8906/94 , estará igualmente impedido de representar judicialmente os clientes da sociedade. **CLÁUSULA DÉCIMA: Da venda das quotas** - Se um dos sócios desejar vender uma parcela ou a totalidade de suas quotas sociais, poderá fazê-lo, desde que as ofereça , por escrito , ao outro sócio, para que este exerça o seu direito de preferência dentro de 60 (sessenta dias). Após este prazo, não tendo sido exercida a preferência, a venda poderá ser efetuada a terceiros. **A-** Esta venda de quotas deverá ser efetuada nas mesmas base em que tiver sido ofertada a outros sócios; **B-** Caso a regra do item anterior não seja respeitada, o sócio terá direito a compra das quotas sociais na mesma base do terceiro. Este direito de preferência aqui determinado deverá ser exercido em 48 (quarenta e oito) horas, contando da data do conhecimento por escrito do fato, sob pena de preclusão; **C-** A entrada de terceiro na sociedade deverá ser precedida de consulta a outro sócio, que deverá vetá-la; **D-** O Sócio remanescente na sociedade só poderá vetar a entrada de terceiro por duas vezes, ficando impedido de efetuar um terceiro veto, o que importará na aceitação tácita do pretendente desta ocasião. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Do Falecimento ou interdição** - No caso de falecimento de um dos sócios, suas quotas serão divididas de conforme os

RS-032005 - CN -
CPMI - CORREIOS
4376
3628
Doc: _____



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 54
cr

direitos sucessórios. Na hipótese de interdição, o representante legal assumirá todas as responsabilidades do interdito. Em Ambos os Casos deverão ser regamente obedecidos os dispositivos deste instrumento. **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Do Foro** - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato elege-se o foro de comarca de Belém. Estado do Pará, renunciando desde já as partes, por si ou seus sucessores a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justos e contratados assim o presente instrumento em 05(cinco) paginas numeradas e em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos. Belém, 31 de março de 1999. a) **JOSÉ ISAÍAS A. CABRAL - CIC/MF 473.719.944-34 e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES - CPF/MF 045.479.342-15. TESTEMUNHAS:** 1) Ilegível; 2) Maria Elizia da Silva Leão. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Conduru - 4º Ofício de Notas. Este registro foi deferido pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção - Pará, na sessão ordinária do dia 21.05.1999, ficando uma cópia arquivada do Registro de Sociedade a qual será publicada no Diário Oficial do Estado, através de acórdão. Foi lavrado o presente termo que vai assinado pela secretaria da OAB/Pa. Belém (PA), 21 de maio de 1999.


LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR
Diretor Secretário Adjunto da OAB - PARÁ

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS |
| Fls. 1377 |
| 3628 |
| Doc: |



MIENDONÇA
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

fls. 55
105

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

HABILITAÇÃO

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Tv. Campos Sales, 63/8º andar / Fone: (091) 212-6788 / Fax: (091) 212-6009 / CEP: 66.015-080 / Belém-Pa
E-mail: otmenid@intercomect.com.br

RQS nº 03/2005 - CN.-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1378
3628
Doc: _____



TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO DA LITAÇÃO

A licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos estados do Pará e Amapá.

HABILITAÇÃO

3.2. as firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no subitem 5.1. e na forma exigida no subitem 5.2, os seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral, expedido pela ECT, observada a necessária qualificação;

b) Comprovação de registro no Conselho Seccional da OAB, na base territorial de sua sede;

c) Prova de regularidade com:

- fazenda Federal – (Certidão de quitação de Tributos e Contribuições federais e Certidão quanto a Dívida Ativa da União);

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1379
Fls: 3628
Doc:



MIENDONÇA
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

fl. 57
cr

- Fazenda Estadual e
- Fazenda Municipal;

d) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- Certidão Negativa de Débito – (CND), relativa ao INSS
- Certidão de Regularidade de Situação – relativo ao FGTS

e) comprovação de possuir Capital Social Integralizado igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Belém, 19 de abril de 2000.

Orindaiva M. Brasil
Mendonça Advogados Associados S/C

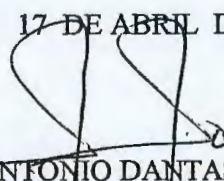
Handwritten signature: *cr*

Handwritten signature: *Ad*

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1580 |
| Fis: _____ |
| Doc: 3628 |

Handwritten signature: *fc*

14.58 cr

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|--|
|  EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | | CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL | |
| DR: 28 | CÓDIGO: 01300-0 | RAZÃO SOCIAL: MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.
ENDEREÇO: TV. CAMPOS SALES, 063
CIDADE: BELÉM | |
| | | BAIRRO: COMÉRCIO
UF: PA | |
| C.G.C.: 83.370.072/0001-58 | | INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 120.617-0 | |
| CAPITAL REALIZADO: R\$ 10.000,00 | | | |
| CÓDIGO: | DESCRIÇÃO DO RAMO DE FORNECIMENTO | | |
| 03.05.01-4 | ASSESSORIA | | |
| 03.05.04-9 | CONSULTORIA | | |
| 03.90.99-2 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ECT, ESTANDO HABILITADA A PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR QUALQUER DE SUAS DEPENDÊNCIAS PARA OS RAMOS DE FORNECIMENTO INDICADOS, DESDE QUE SATISFAÇAM TAMBÉM, AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS RESPECTIVOS EDITAIS. | | | |
| VALIDADE: 16/04/2001 | | BELÉM, 17 DE ABRIL DE 2000

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA. | |

OBSERVAÇÕES:

1. OS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E DE SEGUNDA VIA, QUE PODERÃO SER REQUERIDOS A QUALQUER TEMPO, SERÃO ATENDIDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, DESDE QUE SOLICITADOS POR ESCRITO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS.
2. A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEVERÁ SER SOLICITADA COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO TÉRMINO DA VALIDADE DESTE CERTIFICADO.
 - 2.1. A NÃO MANIFESTAÇÃO DA FIRMA ATÉ O PRAZO LIMITE, RESULTARÁ NA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO REGISTRO CADASTRAL.
 - 2.2. TRANSCORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O VENCIMENTO DESTE CERTIFICADO, NÃO HAVENDO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DA FIRMA CADASTRADA, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE SERÁ DESTRUÍDA, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECLAMAÇÃO POSTERIOR.
3. O REGISTRO CADASTRAL SERÁ CANCELADO NOS SEGUINTE CASOS:
 - A) QUANDO A FIRMA FOR IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ECT;
 - B) QUANDO FOR DECRETADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;
 - C) QUANDO TIVER REQUERIDO OU DECRETADO PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA;
 - D) QUANDO A FIRMA ENCERRAR SUAS ATIVIDADES.
4. CRC EMITIDO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

CARTÓRIO CONDUTIVO Nº 104.000.000
 Manoel Barata
 718 - L.P.A. - Belém/Para
 Confere com o Original Autêntico e doq (e)
 Fls: 81
 Belém, 19 ABR. 2000
 ANA CRISTINA DIAS
 Escrivente




**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO PARÁ**

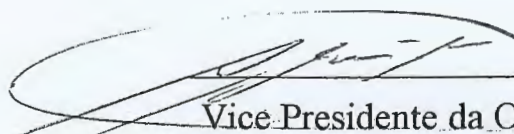
fls. 59
or

CERTIDÃO

177/99

Eu, **OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR**, Vice-Presidente da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO PARÁ, nos termos da lei ...

C E R T I F I C O, a requerimento da Sociedade denominada "**MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**" registrada sob o nº 69 no livro 02 às fls 43v à 45v no dia 12.01.1994, em nome dos sócios, Dr. OCTÁVIO MENDONÇA, Dra. LINDALVA MARQUES BRASIL, Dra. VANJA IRENE VIGGIANO SOARES e DÉBORA DE AGUIAR QUEIROZ, que a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO PARÁ**, não cobra anuidades das Sociedades Civis registradas nesta instituição. Por ser o referido verdade mandei emitir a presente certidão com validade de 60 (sessenta) dias, que vai por mim assinada. SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ, em 04 de abril de 2000.


Vice-Presidente da OAB/PA

| |
|--|
| CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará |
| Confere com o Original.
Autentico e dou fé. |
| Belém, 06 ABR. 2000 |
| ANA CRISTINA DIAS
Escrevente |

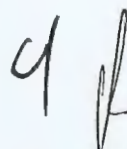


Pç. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 217

Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN |
| CHMT - CORREIOS |
| Fls: 1382 |
| 3628 |
| Doc: |







MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº: E - 3.287.286

CERTIDAO DE QUITACAO DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CGC: 83.370.072/0001-58
MENDONCA ADVOGADOS ASSOCIADOS SC
TRAV CAMPOS SALES 63 8. ANDAR COMERCIO
CEP: 66015-080 BELEM PA

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDE-
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

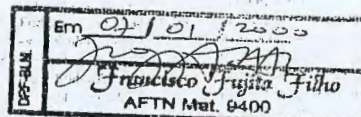
ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 07/07/2000- EMITIDA EM 07/01/2000

ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA



CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Munhoz Barata, 718 - U. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico a dor 16.

Belém, 18 ABR, 2000

ANA C SANTOS
Escritor

Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

B 0058165
RCS nº 03/2005 - CN-
CPMI CORREIOS
1383

Fls:

3628

Doc:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARA

REQUERIMENTO Nº

01387/2000

CERTIDÃO Nº

01447/2000

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS SC

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF

83.370.072/0001-58

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE

NADA EXISTIR EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

BELEM

, 04 de ABRIL de 2000

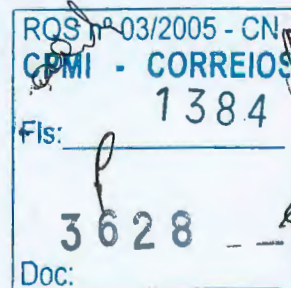
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA
NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 180 DIAS
ART. 3º DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0399001439454





Nº 005906

1862
ar**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº. 005906/2000 - SEFIN/DETM

VÁLIDA ATÉ: 5 de maio de 2000

NOME DO CONTRIBUINTE: MENDONCA-ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 120.617-0

CNPJ: 83.370.072/0001-58

ENDEREÇO: TRAV CAMPOS SALES, 000063 8 ANDAR ED COMEND PINHO

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações preliminares constantes no processo nº 031891/2000, que não constam, até a presente data, débitos lançados e vencidos da Taxa de Licença Para Localização (TLPL), do Imposto Sobre Serviços (ISS/PJ) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício de 2000, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos porventura apurados futuramente de responsabilidade do requerente.

EMITIDA EM: 5 de abril de 2000

IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

NOME: Marcos Vinícios Lisboa

MATRÍCULA: 0020230-010

CARIMBO E ASSINATURA:

Marco
Marcos Vinícios Lisboa
Chefe da Div. de Cadastro
Mat. 20230-010 SEFIN-DETM



"Art. 208. A certidão negativa com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos".
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber"
(Código Tributário Nacional)



Trav. XV de Novembro, 355 CEP 66019-040 - Belém - PA
PABX: (0xx91) 242-9001 - FAX (0xx91) 212-2321

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1385
3028
Doc:



Nº 005786

Fls. 63

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Certidão Negativa

Contribuinte: MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.
Endereço: TRAV. CAMPOS SALES Nº 63 ED COM PINHO 8º ANDAR
Tributos: IPTU, TLPL, ISS-PJ
Período: 1995 a 1999
Inscrições: TLPL,ISS/PJ- 120.617-0 IPTU- 02.017.0228.029-55

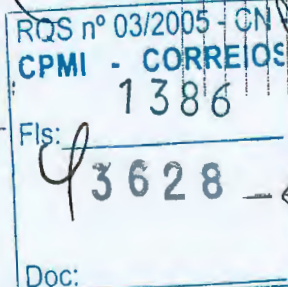
Certifico, para fins de direito que mandando rever os registros da dívida ativa inscrita na procuradoria fiscal do município, verificou-se **nada existir** em nome do(a) contribuinte acima identificado(a), ressaltando o direito da fazenda municipal de inscrever e cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do referido contribuinte. Para constar determinei que fosse extraída a presente **certidão negativa** conforme o processo nº 31891/00 de 30.03.00 que vai assinada por mim Procurador(a) Fiscal da Fazenda Municipal.

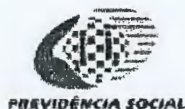
Belém - Pa, 6 de Abril de 2000.

Ruth Helena P. Costa
Procuradora Fiscal
PMB - SEFIN
OAB-PA 6264



IN nº 0004/99 de 29/07/1999 e Portaria nº 231/99
Prazo de validade: 90 dias
Não contém emendas nem rasuras



18.64
15**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

Nº037252000-12601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ:83.370.072/0001-58
NOME:MENDONCA ADVOGADOS ASSOCIADOS SC
ENDEREÇO:TRAV CAMPOS SALES 63 8 ANDAR
BAIRRO ou DISTRITO:COMERCIO
MUNICÍPIO:BELEM
ESTADO:PA
CEP:66015-080

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: morangorj.dataprev.gov.br:8080/cnd/qcndped.html, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERÁ SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

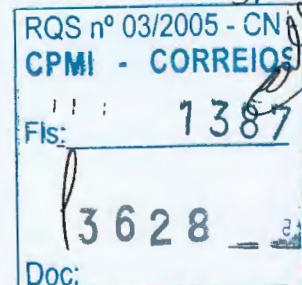
EMITIDA EM, 05 DE ABRIL DE 2000.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

<http://morangorj.dataprev.gov.br:8080/cnd/qcndped.html>



05/04/2000





CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

| | |
|--|--|
| Razão Social
MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C | Inscrição
83.370.072/0001-58 |
| Endereço
TV CAMPOS SALES, 63 8º ANDAR COMÉRCIO
BELÉM PARÁ CEP 66.015-080 | Validade
05/JULHO/2000 |

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

366SP0899

BELEM, 07 DE JANEIRO DE 2000

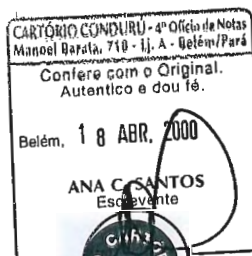
Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

Armeny Silva Cardoso
Gerente
Mat. 036652-8

00503378-7 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.033-6 v01



2
R
14.66
CR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA "MENDONÇA-ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, CONFORME ABAIXO SE DECLARA:-

Por este instrumento particular, OTÁVIO MENDONÇA, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 365-OAB/PA e do CPF / MF nº 000.419.392-04, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Osvaldo Cruz, 99, aptº 1901; ANTÔNIO ODIL DA COSTA PINHEIRO, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6472-OAB/PA e do CPF/MF nº 087.434.952-49, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Manoel Barata, nº 1254, Bloco C, aptº 201 e ALTEVIR LOPES SARMENTO, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 001.417.632-72, residente e domiciliado nesta capital, à Travessa 14 de Abril, nº 1186, aptº 1201, resolvem constituir uma sociedade civil de trabalho, mediante colaboração profissional recíproca, destinada à disciplina do expediente e dos resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia (artigo 77 da Lei nº 4.215, de 27.07.63 e Provimento nº 23, de 23.11.65, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil), que se regerá pelas cláusula e condições que se seguem e pela legislação aplicável.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade ora constituída terá a denominação "MENDONÇA - ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, com sede e foro nesta comarca de Belém, capital do Estado do Pará, à Travessa Campos Sales, nº 63 - Edifício Comendador Pinho, 8º andar.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços profissionais de advocacia e consultoria técnico-jurídica, através de seus sócios.

PARÁGRAFO 1º - As atividades profissionais que reúnem os signatários na presente sociedade, serão exercidas individualmente sempre que se tratar de ato privativo de advogado, ainda que revertam ao patrimônio social os honorários porventura vierem a ser recebidos, o mesmo se observando aos profissionais que nela forem admitidos como sócios.

PARÁGRAFO 2º - Os sócios poderão, também, advogar individualmente, sem que os respectivos honorários percebidos revertam para a sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social é de QUINHENTOS MIL CRUZEIROS REAIS (CR\$-500.000,00), totalmente integralizado em espécie, dividido em cem (100) cotas de CINCO MIL CRUZEIROS REAIS (CR\$-5.000,00) cada uma, assim distribuída entre os sócios:-

1 - OTÁVIO MENDONÇA - Noventa e Oito (98) cotas, no valor de NOVENTA E NOVENTA MIL CRUZEIROS REAIS (CR\$-490.000,00).

RQS nº 03/2005 - CN-CPMI - CORREIOS

1389

Fis. 3628

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS do Estado do Pará

Confere com o Original. Autentico e dou fé.

Belém, 18 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritora

3

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

fls. 67 -
CR 7
2

2 - ANTÔNIO ODIL DA COSTA PINHEIRO - Uma (1) cota, do valor de CINCO MIL CRUZEIROS REAIS (CR\$-5.000,00).

3 - ALTEVIR LOPES SARMENTO - Uma (1) cota do valor de CINCO MIL CRUZEIROS REAIS (CR\$-5.000,00).

CLÁUSULA QUINTA - A gerência e a representação legal da sociedade será exercida por todos os sócios, indistintamente, os quais poderão praticar, em conjunto ou separadamente e de modo irrestrito todos os atos inerentes à função.

CLÁUSULA SEXTA - O exercício social terá a duração e incidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas em lei destinando o resultado de acordo com o que for deliberado entre os sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os sócios poderão retirar mensalmente, a título de "pro-labore", os valores que estabelecerem entre si.

CLÁUSULA OITAVA - As decisões da sociedade serão sempre tomadas por sócio ou sócios que representem a maioria do capital social, a todos obrigando as respectivas deliberações, inclusive aquelas sobre a gerência, admissão ou retirada de sócios e tudo mais que for pertinente.

CLÁUSULA NONA - É vedado a qualquer dos sócios transferir suas cotas a terceiros, sem o expresse consentimento por escrito dos demais.

CLÁUSULA DÉCIMA - Na hipótese de retirada de qualquer dos sócios, apurar-se-ão os respectivos haveres, pagando a parte do retirante em prestações mensais, no máximo de doze (12), acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, além da atualização monetária, salvo se a maioria optar por outra forma de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Nas mesmas condições da cláusula precedente, serão reembolsados os herdeiros ou representantes legais do sócio que vier a falecer ou for declarado legalmente incapaz.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Os casos omissos no presente contrato serão regidos pela legislação aplicável e pelos sócios, na forma da cláusula oitava deste instrumento.

E, por assim haverem livremente pactuado, assinam este instrumento, em três (3) vios de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Belém, 17 de dezembro de 1993

OTÁVIO MENDONÇA

ANTÔNIO ODIL DA COSTA PINHEIRO

CARTÓRIO
CONDURU
4º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a(s)
firma(s) com o selo.

11 7 DEZ 1993

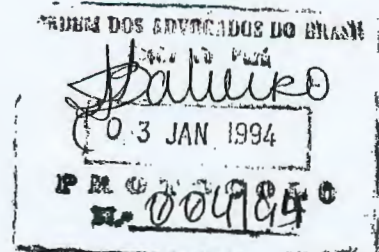
ANA CRISTINA D'AS

Escritório
Av. ... 301
Belém - Pará

Cartório de Notas
RPS nº 03/2005 - CN-
OPMI ADR. 00
1390
Fis: ANA CRISTINA D'AS
Escritório
Doc: 28

fls. 68
cr

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL



OTÁVIO MENDONÇA, ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO,
ALTEVIR LOPES SARMENTO, brasileiros, casados, advogados,
inscritos nessa Seccional sob os nº 365-O-27, 6.472 e
3.553, respectivamente, vêm, perante V.Exa., com funda-
mento nos art. 77 e seguintes da Lei 4.215/63, em combi-
nação com o disposto no Provimento nº 23, de 23.11.65,
do Egrégio Conselho Federal, requerer o registro de socie-
dade para o exercício da profissão, nos termos do anexo
contrato social, observadas as formalidades legais.

Termos em que
Pedem deferimento.

Belém, 03 de janeiro de 1994

**CARTÓRIO
CONDURU**
OFÍCIO DE NOTAS

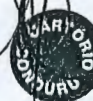
Escreve e autografa
Atestado com 3 vias

28 JAN 1999

ANA C. SANTOS

Escrevente

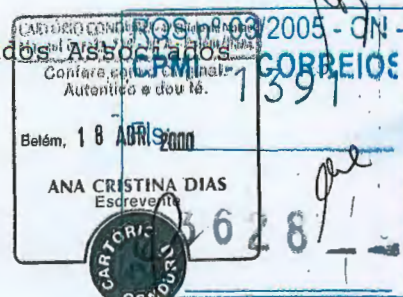
Matr. nº 809
Belém - Pará



ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO
6.472-OAB/PA

ALTEVIR LOPES SARMENTO
3.553-OAB-PA

Anexo: Contrato social de "Mendonça - Advogados ASSOCIADOS GORBEIOS
S/C", em duas vias
três



Feb. 69
cs

lo, alterar a
o do capital
o primitivo, a

), totalmente
0,00 (dez mil

total de CR\$

total de CR\$

0.000,00 (dez

0,00 (dez mil

0.000,00 (dez

R\$ 10.000,00

U

[Handwritten signature]

- 

2005 - CN
CORREIOS
39200
2005 - CN
CORREIOS
39200

TRAV. CAMPOS SALES, 63/0º
F. (091) 224-6788 - TEL. OTAMBEN - FAX. 224-6909
Cx. P. 664 - CEP 66015-080
BELEM-PARA-BRASIL

CARTELO COMUNITÁRIO

PARA QUE PRODUZA

Compre com o Original.
Autenticado e dou-lô.

Fis:

Belém, 18 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escr.

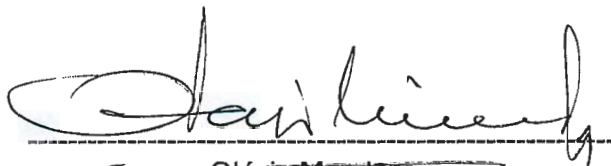
CARTELO COMUNITÁRIO

BPS nº 03/2005 - CN
CORREIOS

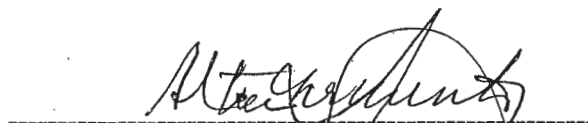
1392001

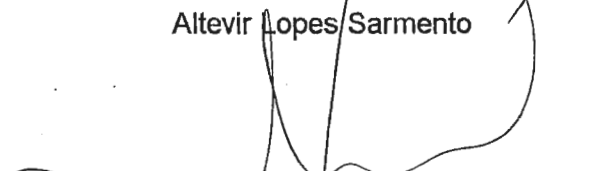
3628

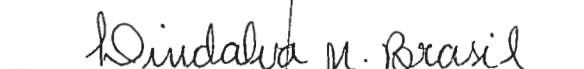
Belém(PA), 10 de março de 1994


Otávio Mendonça

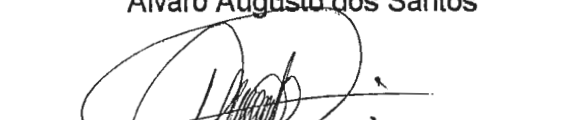

Antonio Odil da Costa Pinheiro

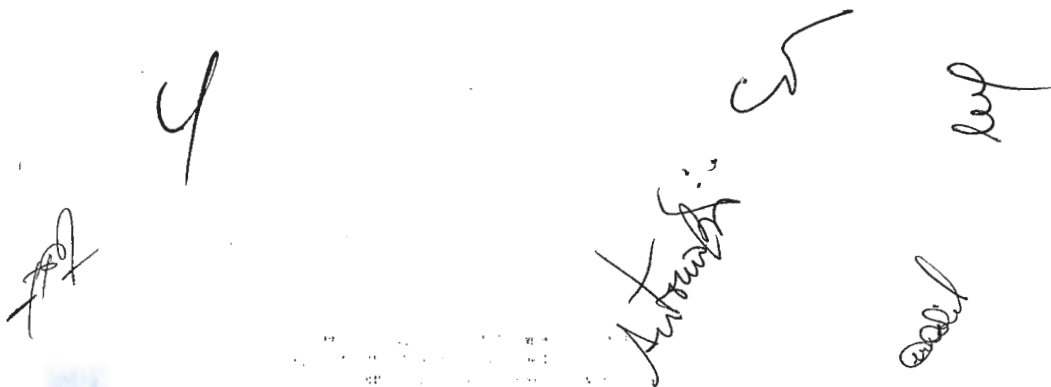

Altevir Lopes Sarmento


Nair Ferreira Lima


Lindalva Marques Brasil

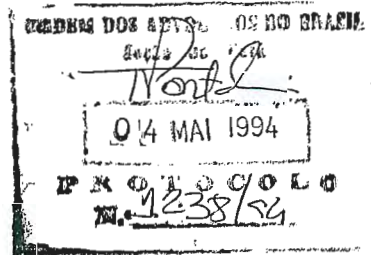

Alvaro Augusto dos Santos


Fernando Gabriel Fazollo



MENDONÇA
Advogados Associados S/C
CGC 83.370.072/0001-58

EXMº SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO DO PARÁ)



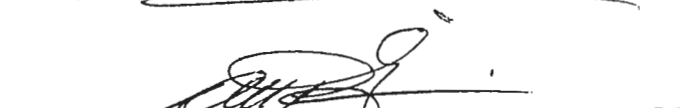
OTÁVIO MENDONÇA, ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO, ALTEVIR LOPES SARMENTO, brasileiros, casados, advogados, inscritos nessa Seccional, respectivamente, sob os nº 365-O-27, 6.472 e 3.553, vêm, perante a V.Exª, com fundamento no § 2º do art. 78 da Lei nº 4.215/63, em combinação com disposições pertinentes no Provimento nº 23, de 23/11/65, do Egrégio Conselho Federal, requerer o registro do anexo "1º Termo de Alteração Contratual" de MENDONÇA - Advogados Associados S/C, observadas as formalidades legais.

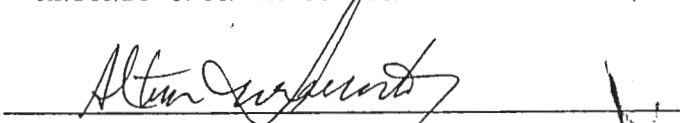
Termos em que

Pede e espera deferimento.

Belém(PA), 25 de abril de 1994


OTÁVIO MENDONÇA 365-O-27 OAB/PA


ANTONIO ODIL DA C. PINHEIRO 6472 OAB/PA


ALTEVIR LOPES SARMENTO 3553 OAB/PA

TRAV. CAMPOS SALES, 63/8º
P. (091) 224-6788 - TEL. OTAMEN - FAX. 224-6909
Cx. P. 664 - CEP 66015-080
BELÉM-PARÁ-BRASIL



fls. 71
cr



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

N.º

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé que o Instrumento Particular de Alteração de contrato Social "MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C", modificando a Cláusula 4ª, que visa o aumento de capital social e admissão dos sócios NAIR FERREIRA LIMA, LINDALVA MARQUES BRASIL, ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS e FERNANDO GABRIEL FAZOLLO, que prevê a distribuição de cotas entre os sócios, foi averbado nesta data, sob o nº 01, às folhas 45v, do Livro 02 de Registro de Sociedades de Advogados, consoante decisão unânime da Comissão de Seleção e Prerrogativas do Conselho Secio-nal, em 08.07.1994. Secretaria da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRA-SIL - SEÇÃO DO PARÁ. Belém, 19 de Setembro de 1994.

Margarida Maria *[assinatura]*
2ª Secretária OAB/PA



fls 72
cr

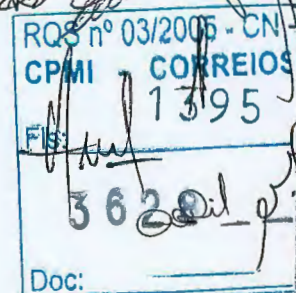
2º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **OTÁVIO MENDONÇA**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-O-27/OAB-PA e do CPF(MF) 000.419.392-04, **ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 6472/OAB-PA e do CPF(MF) 087.434.952-49, **ALTEVIR LOPES SARMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 3553/OAB-PA e do CPF(MF) 001.417.632-72, **LINDALVA MARQUES BRASIL**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 6489/OAB-PA e do CPF(MF) 391.864.312-34, **ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 6433/OAB-PA e do CPF(MF) 324.127.892-15, **NAIR FERREIRA LIMA**, brasileira, separada judicialmente, advogada, portadora da identidade nº 6246/OAB-PA e do CPF(MF) 266.528.892-34, **FERNANDO GABRIEL FAZOLLO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 1967/OAB-PA e do CPF(MF) 015.316.827-74, residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotistas de **MENDONÇA - ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, com sede na Tv. Campos Sales, 63, 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ingressam na Sociedade o Sr. **HEITOR DE ARAÚJO PINTO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 6876/OAB-PA e do CPF nº 224.096.702-10, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Tavares Bastos, 961, bloco-05, ap-102 e o Sr. **CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONÇA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 7257-A, OAB/PA e do CPF nº 139.905.353-34, residente e domiciliado na Alameda Paulo Maranhão, nº 654, Jardim Independência, Nazaré.

CLÁUSULA SEGUNDA: Retiram-se da Sociedade o Sr. **ALTEVIR LOPES SARMENTO** e a Sra. **NAIR FERREIRA LIMA**, não podendo os mesmos praticarem quaisquer atos em nome da Sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social é de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), totalmente integralizado em espécie, dividido em 10.000 (DEZ MIL) cotas de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada, assim distribuídas entre os sócios:



73
CF

- 1- Otávio Mendonça: 9.400 (NOVE MIL E QUATROCENTAS) cotas, no valor de R\$ 9.400,00 (NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS);
- 2- Antonio Odil da Costa Pinheiro: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- 3- Lindalva Marques Brasil: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- 4- Álvaro Augusto dos Santos: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- 5- Fernando Gabriel Fazollo: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- 6- Heitor de Araújo Pinto: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- 7- Carlos Eduardo Alves de Mendonça: 100 (CEM) cotas, no valor total de R\$ 100,00 (CEM REAIS);

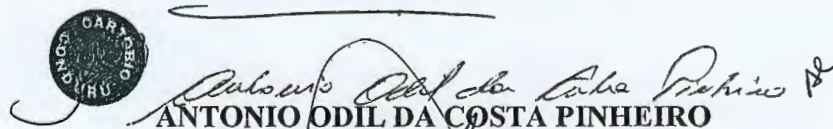
Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem juntos e contratados, assinam todos os sócios o presente instrumento particular de alteração contratual em 05(CINCO) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que produza os seus efeitos legais.

Belém, 27 de março de 1995.

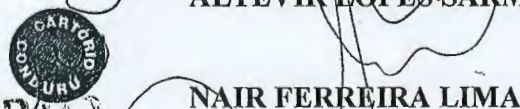


OTÁVIO MENDONÇA



ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO

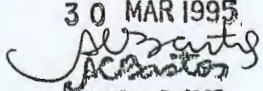


ALTEVIR LOPES SARMENTO



NAIR FERREIRA LIMA

**CARTÓRIO
CONDURU**
4º OFÍCIO DE NOTAS
Recordação (nº) 047
Assinado com o selo.

30 MAR 1995


ALDE C. BASTOS
Escrivente

Manoel Barata nº 664
Belém - Pará


CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 710 - U. A. - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

BOS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1396
Doc: 5628

fls. 74
CS



Lindalva Marques Brasil
LINDALVA MARQUES BRASIL



Alvaro Augusto dos Santos
ALVARO AUGUSTO DOS SANTOS



Fernando Gabriel Fazollo
FERNANDO GABRIEL FAZOLLO

Heitor de Araújo Pinto
HEITOR DE ARAÚJO PINTO



Carlos Eduardo Alves de Mendonça
CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONÇA

Testemunhas:



Maria Elisabeth Silva e Cunha
MARIA ELISABETH SILVA E CUNHA
CPF: 736.014.202-44



Marlene Calábria Pinto
MARLENE CALÁBRIA PINTO
CPF: 218.281.722-00

**CARTÓRIO
CONDURU**
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço as (07) sete
firmas com o selo.

30 MAR 1995

Albino C. Bastos
ALBINO C. BASTOS
Escrevente

Mangal Barata nº 801
Belém - Pará

Antônio

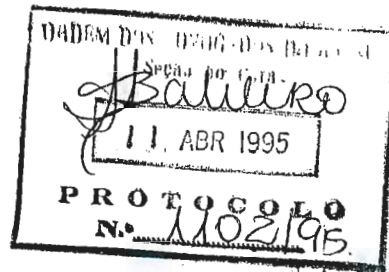
CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mangal Barata, "Il. L. A. - Belém/Pará"
Confira com o Original.
Autêntico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrevente



RQS nº 03/2005 - CN
CPM CORREIOS
Fls: 1397
Doc: 3628

pl. 75
cr

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO PARÁ).

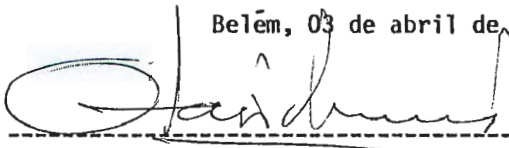


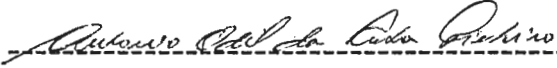
OTÁVIO MENDONÇA, ANTÔNIO ODIL DA COSTA PINHEIRO, ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS, LINDALVA MARQUES BRASIL, FERNANDO GABRIEL FAZOLLO, brasileiros. os três primeiros casados e os dois últimos solteiros, advogados, inscritos nessa Seccional, respectivamente, sob os nºs 365-0-27, 6472, 6433, 6489 e 1967, vêm perante V.Exa., com fundamento no § 2º do art. 78 da Lei nº 4.215/63, em combinação com as disposições pertinentes no Provimento nº 23, de 23/11/65, do Egrégio Conselho Federal, requerer o registro do anexo " 2º Termo de Alteração Contratual" de MENDONÇA - Advogados Associados S/C, observadas as formalidades legais.

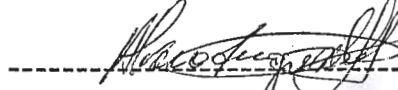
Termos em que

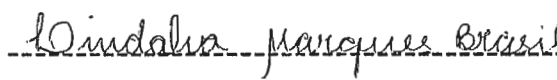
P. e E. Deferimento

Belém, 03 de abril de 1995


OTÁVIO MENDONÇA 365-0-27 OAB-PA


ANTÔNIO ODIL DA C. PINHEIRO 6472 OAB/PA


ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS 6433 OAB/PA


LINDALVA MARQUES BRASIL 6489 OAB/PA

FERNANDO GABRIEL FAZOLLO 1967 OAB/PA



76
CT

3º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **Otávio Mendonça**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-O-27/OAB-PA e do CPF(MF) 000.419.392-04, **Antonio Odil da Costa Pinheiro**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 6.472/OAB-PA e do CPF(MF) 087.434.952-49, **Álvaro Augusto dos Santos**, brasileiro, casado, advogado **Lindalva Marques Brasil**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 6489/OAB-PA e do CPF nº 391.864.312-34, **Carlos Eduardo Alves de Mendonça**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 7257-A e do CPF nº 139.905.353-34, **Heitor de Araújo Pinto**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 6876/OAB-PA e do CPF nº 224.096.702-10, **Fernando Gabriel Fazollo**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 1967/OAB-PA, residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotistas de **MENDONÇA - Advogados Associados S/C**, com sede na Trav. Campos Sales, 63, 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária com a inclusão e exclusão de sócios e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

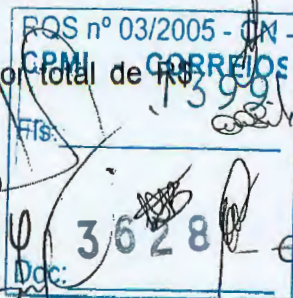
CLÁUSULA PRIMEIRA: Ingressam na Sociedade a Sra **Vanja Irene Viggiano Soares**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade nº 3467/OAB-PA e do CPF nº 184.297.692-15 e a Sra. **Mary Francis Pinheiro de Oliveira**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade nº 6751/OAB-PA e do CPF nº 186.819.132-04, ambas residentes e domiciliadas nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Retiram-se da Sociedade o Sr. **Heitor de Araújo Pinto**, **Antônio Odil Pinheiro de Oliveira** e **Fernando Gabriel Fazollo**, não podendo os mesmos praticarem quaisquer atos em nome da Sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado em espécie, dividido em 100 (cem) cotas de R\$ 100,00 (Cem reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

1. Otávio Mendonça, 95 (noventa e cinco) cotas, no valor total de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais);
2. Álvaro Augusto dos Santos, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
3. Lindalva Marques Brasil, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
4. Carlos Eduardo Alves de Mendonça, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);



10-77
2
CS

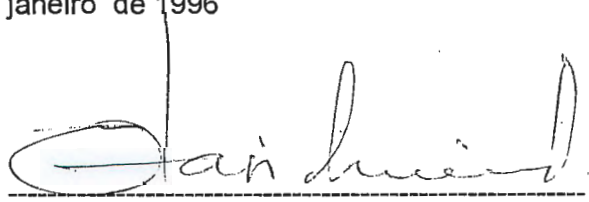
5 Vanja Irene Viggiano Soares, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);

6 Mary Francis Pinheiro de Oliveira, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais)

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, não alteradas pelo presente instrumento.

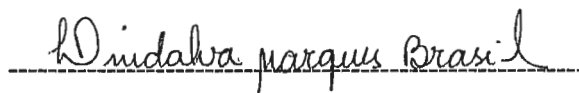
E, por estarem justos e contratados, assinam todos os sócios, o presente instrumento particular de alteração contratual, em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam, para que produza os seus efeitos legais.

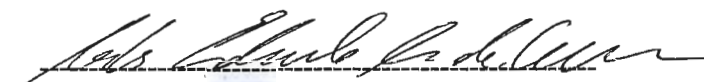
Belém(PA), 25 de janeiro de 1996

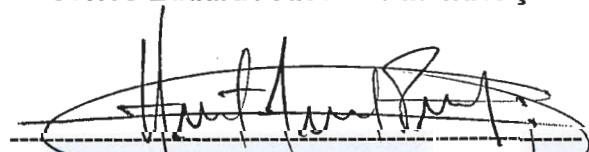

Otávio Mendonça


Antonio Odil da Costa Pinheiro


Álvaro Augusto dos Santos


Lindalva Marques Brasil


Carlos Eduardo Alves de Mendonça


Heitor de Araújo Pinto

at. C/PO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mauá Paratá 718 - Lj. A - Belém/Pará

Conte com o Original.
Autêntico e dou fe.

Belém, 18 ABR. 2005

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

ANA CRISTINA DIAS
Escritor

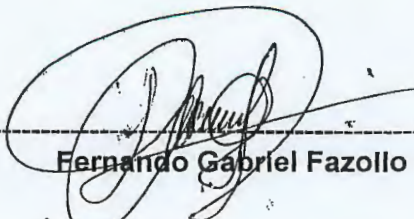
Fls. 400

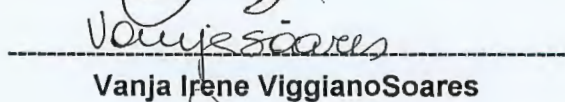
CARÓRIO
CONDURU

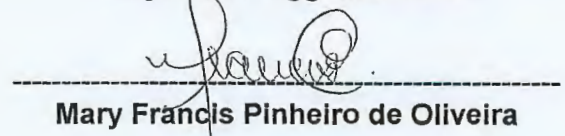
628

Doc:

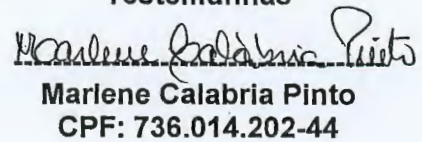
fls. 78
3

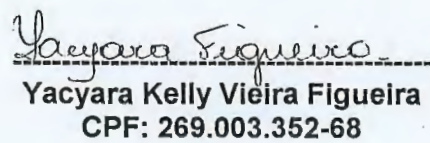

Fernando Gabriel Fazollo


Vanja Irene Viggiano Soares


Mary Francis Pinheiro de Oliveira

Testemunhas


Marlene Calabria Pinto
CPF: 736.014.202-44

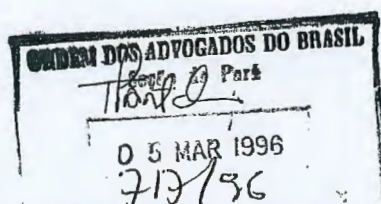

Yacyara Kelly Vieira Figueira
CPF: 269.003.352-68

CARTÓRIO CONDUTIVO - 1ª Ordem de Notas
Atamél Barata, 710 - ij. A - Belém/Pará
Contém com o Original.
Autêntico e deu fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrevente



RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1401
Doc: 3628

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO PARÁ).



OTÁVIO MENDONÇA, LINDALVA MARQUES
BRASIL, ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS, e CARLOS EDUARDO
ALVES DE MENDONÇA, brasileiros, os três primeiros casados e o último
solteiro, advogados, inscritos nessa Seccional, respectivamente, sob os n.ºs., 365-
0-27, 6433, 6472, 7257-A, vêm perante V. Exa. com fundamento no § 2º do art.
78 da Lei 4.215/63, em combinação com as disposições pertinentes no
Provimento n.º 23, de 23/11/65, do Egrégio Conselho Federal, requerer o registro
do anexo “3º Termo de Alteração Contratual” de MENDONÇA ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C, observando as formalidades legais.

Termos em que

P. e E. Deferimento

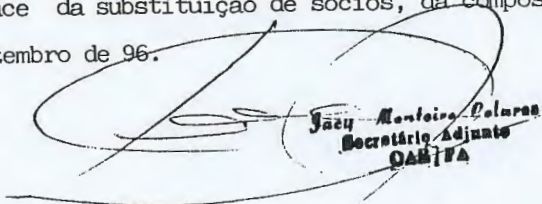
Belém, 05 de março de 1996

[Handwritten signature]



fls 80
5

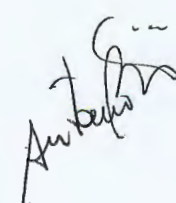
2ª) AVERBAÇÃO: Através do termo aditivo de alteração contratual em face da substituição de sócios, da composição societária. Belém, 26 de dezembro de 96.


Jacqueline Monteiro Delarosa
Secretária Adjunta
OAB/PA

CERTIDÃO

Certifico que o termo aditivo ao instrumento particular do contrato em face da substituição dos sócios da composição societária, sendo retirados da sociedade os SRS. HEITOR DE ARAÚJO PINTO, ANTÔNIO ODIL PINHEIRO DE OLIVEIRA e FERNANDO GABRIEL FAZOLLO e Admitidas as sócias SRas. VANJA IRENE VIGGIANO SOARES, MARY FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA, foi averbado nesta data, sob o nº 01, às fls. 43v a 45v, do livro 02 ao REGISTRO DE SOCIEDADE DA OAB/PA, consoante decisão por maioria da COMISSÃO DA CAMARA ESPECIAL, em 16.12.96. SECRETARIA DA OAB/PA em 06.01.97.

SECRETARIA DE REGISTROS DO BRASIL
(Seccao do Estado do Pará)
CONFERE COM O ORIGINAL
Belém, 17 de 1997


CARTÓRIO DE REGISTRO - 4º Ofício de Notas
Mauel Barato, 218 - Ij. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escritor


RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1903
Doc: 628

fls 81
cr

4º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **Otávio Mendonça**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-O-27/OAB-PA e do CPF(MF) 000.419.392-04, **Álvaro Augusto dos Santos**, brasileiro, casado, advogado **Lindalva Marques Brasil**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 6489/OAB-PA e do CPF nº 391.864.312-34, **Carlos Eduardo Alves de Mendonça**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 7257-A e do CPF nº 139.905.353-34, **Vanja Irene Viggiano Soares**, brasileira, casada, advogada, portador da identidade nº 3467/OAB-PA, e do CPF nº 184.297.692-15, residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotistas de **MENDONÇA - Advogados Associados S/C**, com sede na Trav. Campos Sales, 63, 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária com a inclusão e exclusão de sócios e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ingressa na Sociedade a Sra **Juracy Costa da Silva**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 5754/OAB-PA e do CPF nº 319.475.302-91, residente e domiciliada nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado em espécie, dividido em 100 (cem) cotas de R\$ 100,00 (Cez reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

1. Otávio Mendonça, 94 (noventa e quatro) cotas, no valor total de R\$ 9.400,00 (Nove mil e quatrocentos reais);
2. Álvaro Augusto dos Santos, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
3. Lindalva Marques Brasil, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
4. Carlos Eduardo Alves de Mendonça, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
5. Vanja Irene Viggiano Soares, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais);
6. Mary Francis Pinheiro de Oliveira, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais)
7. Juracy Costa da Silva, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (Cem reais)

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente instrumento.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document.

Stamp: RQS nº 08/2005 - CM - CORREIOS 1404

Stamp: Fis: 1404

Stamp: Belém, 18 ABR. 2000

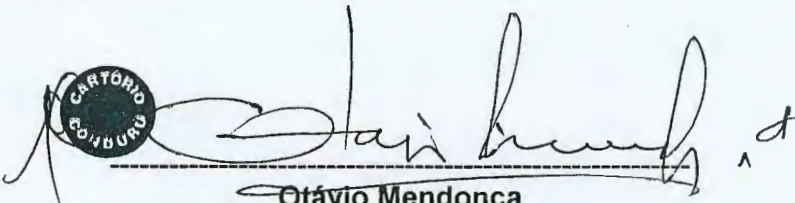
Stamp: ANA CRISTINA DIAS Escrevente

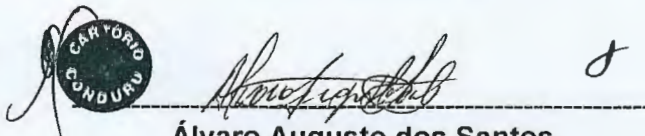
Stamp: CARTORIO

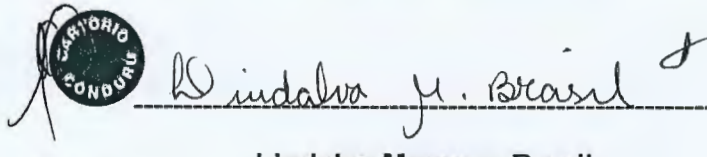
Handwritten signature: Ana Cristina Dias

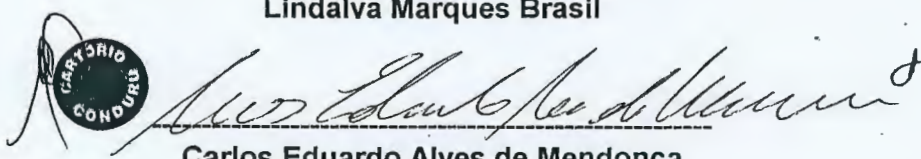
E, por estarem justos e contratados, assinam todos os sócios, o presente instrumento particular de alteração contratual, em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam, para que produza os seus efeitos legais.

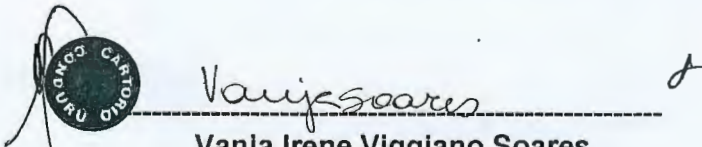
Belém(PA), 10 de março de 1997.

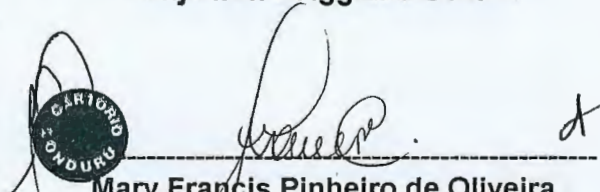


Otávio Mendonça

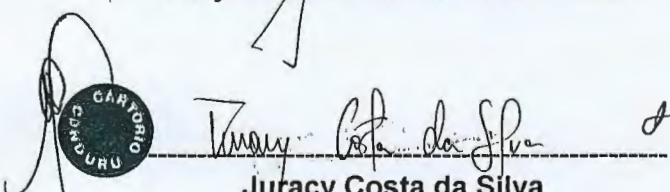


Álvaro Augusto dos Santos



Lindalva Marques Brasil



Carlos Eduardo Alves de Mendonça



Vanja Irene Viggiano Soares



Mary Francis Pinheiro de Oliveira



Juracy Costa da Silva


CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mandel Barata, 718 - U. A. - Belém/Pará
Compare com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escritor

CARTÓRIO
CONDURU
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s)
Assinatura(s) com a(s) seguinte(s)

1 MAR 1997
RCS nº 99/2005 - CN -
CRM - CORREIOS
1495
ANA DOS SANTOS
Escritor
Mandel Barata, n.º 707
Belém - Pará
Doc: _____

3 fls. 83
cr

Testemunhas



Marlene Calabria Pinto

Marlene Calabria Pinto
CPF: 736.014.202-44



Kleber Luiz da Silva Jorge

Kleber Luiz da Silva Jorge
CPF: 576.016.662-04

CARTÓRIO
CONDURU
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s) *Luiz das*
Bemate! com o selo.

11 MAR 1997

ANA C. SANTOS
Escrevente

Manoel Barata nº 801
Belém - Pará

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrevente



RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 1406
3628
Doc:

fl. 24
cr

C E R T I D ã O

Certifico que o termo aditivo ao instrumento Particular de Contrato em face da inclusão e exclusão de sócios da Composição Societária, sendo incluída na sociedade a sr. JURACY COSTA DA SILVA. Foi averbado nesta data sob O nº 03, às fls. 43v a 45v do livro 02 do REGISTRO DE SOCIEDADE DA OAB/PA, consoante decisão por maioria da Comissão da CÂMARA ESPECIAL, em 01.04.97. SECRETARIA DA OAB/PA em 07.04.97


Juracy Costa da Silva
Barreirão Adjunto
OAB/PA

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(Secção do Estado do Pará)
CONFERE COM O ORIGINAL
Belém, 17/12/99

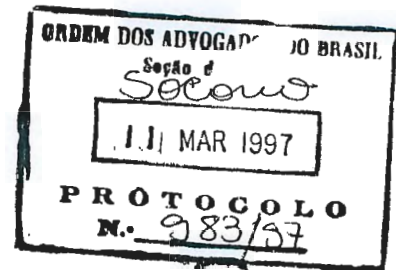
Antônio

CARTÓRIO CORRUIJ - 4ª Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR 2000
ANA CRISTINA PIAS
Escritor

REG nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
1407
3628
Doc:

ps.85
cr

EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO PARÁ)



OTÁVIO MENDONÇA, LINDALVA MARQUES
BRASIL, ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS, VANJA IRENE
VIGGIANO SOARES, MARY FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA,
CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONÇA, brasileiros, os cinco
primeiro casados e o último solteiro, advogados, inscritos nessa Seccional,
respectivamente, sob os n.ºs., 365-0-27, 6433, 6472, 3467, 6751, 7257-A, vêm
perante V. Exa., com fundamento no § 2º do art. 78 da Lei 4.215/63, em
combinação com as disposições pertinentes no Provimento nº 23, de 23/11/65, do
Egrégio Conselho Federal, requerer o registro do anexo "4º Termo de Alteração
Contratual" de MENDONÇA ADVOGADAS ASSOCIADOS S/C, observando as
formalidades legais.

Termos em que

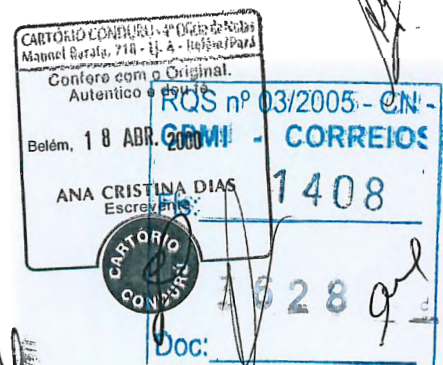
P. e Deferimento

Belém, 10 de março de 1997.

Ass. Carlos Pinheiro de Oliveira

Autenticado

706



fls. 86
CS

5º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **Otávio Mendonça**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-O-27/OAB-PA e do CPF (MF) 000.419.392-04, **Lindalva Marques Brasil**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 6489/OAB-PA e do CPF nº 391.864.312-34, **Carlos Eduardo Alves de Mendonça**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 7257-A e do CPF nº 139.905.353-34, **Vanja Irene Viggiano Soares**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade nº 3467/AOB-PA, e do CPF nº 184.297.692-15, **Juracy Costa da Silva**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 5754/OAB-PA, e do CPF nº 319.475.302-91, residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotista de **MENDONÇA - Advogados Associados S/C**, com sede na Trav. Campos Sales, 63, 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária com a inclusão e exclusão de sócios e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ingressa na Sociedade a Sra. **Debora de Aguiar Queiroz**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 5982 OAB/PA e do CPF nº 255.114.322-53, residente e domiciliada nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Retiram-se da Sociedade o Sr. **Álvaro Augusto dos Santos** e a Sra. **Mary Francis Pinheiro de Oliveira**, não podendo os mesmos praticarem quaisquer atos em nome da Sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado em espécie, dividido em 100 (cem) cotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

1. Otávio Mendonça, 95 (noventa e cinco) cotas, no valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);
2. Lindalva Marques Brasil, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
3. Carlos Eduardo Alves de Mendonça, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
4. Vanja Irene Viggiano Soares, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
5. Juracy Costa da Silva, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);

Antônio *CS*

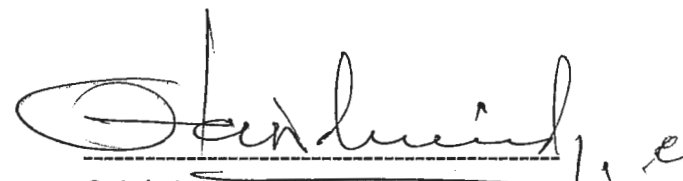
CARTÃO CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
Mantendo-se a validade de 12 meses a partir da data de emissão.
Conferir com o Original autêntico e dou fe.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escritora
CARTÃO CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
CPMS nº 03/2005 - CN-CPMS - CORREIOS
Fis: 1409
Doc: 3628

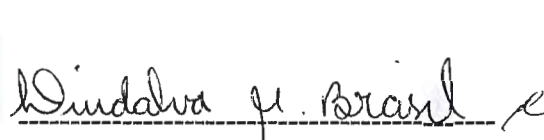
6. Debora de Aguiar Queiroz, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais).

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, não alteradas pelo presente instrumento.

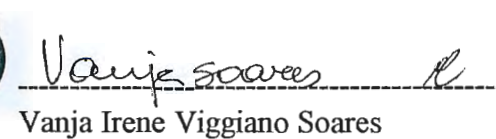
E, por estarem justos e contratados, assinam todos os sócios, o presente instrumento particular de alteração contratual, em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença de das testemunhas que também assinam, para que produza os seus efeitos legais.

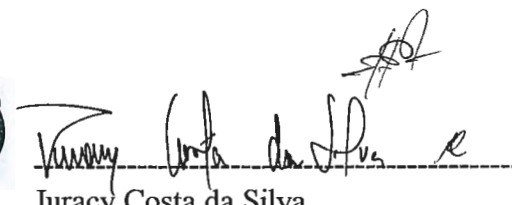
Belém(PA), 17 de março de 1998.

 
Otávio Mendonça

 
Lindalva Marques Brasil

 
Carlos Eduardo Alves de Mendonça

 
Vanja Irene Viggiano Soares

 
Juracy Costa da Silva

**CARTÓRIO
CONDURÚ**
4.º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s) *(os) seus*
firma(s) com o selo.
18 MAR 1998

ANA CRISTINA F. DIAS
Escrivente
Manoel Barata, 718 - Lj. A
Belém - Pará


CARTÓRIO CONDURÚ - 4.º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

RQS nº 03/2003 - CN -
CPMI 1 CORREIOS
Fls: *28*
Doc: *28*

16.88
1 cr



Alvaro Augusto dos Santos



Mary Francis Pinheiro de Oliveira



Debora de Aguiar Queiroz

Testemunhas



Marlene Calabria Pinto
Marlene Calabria Pinto
CPF: 736.014.202-44



Kleber Luiz da Silva Jorge
Kleber Luiz da Silva Jorge
CPF: 576.016.662-04

CARTÓRIO KÓS MIRANDA

6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELA VITALÍCIA
Rua 13 de Maio, Nº 81-85
Tels : 222-8996 e 241-4437

Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) em meu arquiv
o(s) assinatura(s) assinalada(s) com

esta **KÓS MIRANDA**

Em sinal da verdade:

Belém, 18 MAR 1998

Antonio Sérgio Castanheira
Escritor Juramentado

CARTÓRIO CONDURÚ 4.º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a(s) assinatura(s)
firma(s) com o selo.

18 MAR 1998

ANA CRISTINA F. DIAS
Escritor

Manoel Barata, 718 - Lj. A
Belém - Pará

CARTÓRIO CONDURÚ - 4.º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Conferir com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 18 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritor



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1 3628

Doc:

CERTIDÃO

Certifico, que a Sociedade de Advogados "MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C", sofreu alteração contratual de retirada do sócio Sr. **ÁLVARO AUGUSTO DOS SANTOS** e a Sra. **MARY FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA**, e inclusão da sócia Sra. **DEBORA DE AGUIAR QUEIROZ**. A referida alteração encontra-se averbado sob o nº 04, às fls. 43v a 45v, do Livro nº 02 de Registro de Sociedade de Advogados, conforme deliberação da Câmara Especial datado de 01/04/1998. **SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**. Belém(PA), 15 de abril de 1998.


Luis Daniel Cavareda Reis Junior
Secretário Adjunto OAB/PA

















EXMA. SRA. DRA. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO PARÁ).

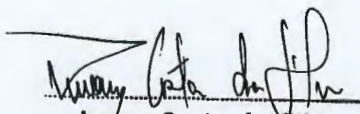


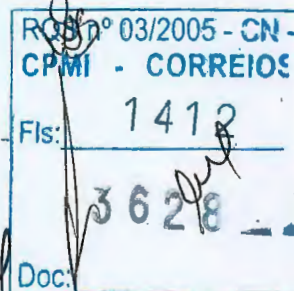
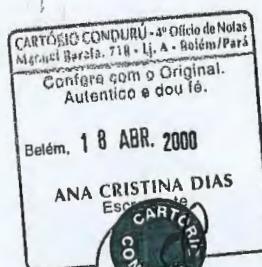
OTÁVIO MENDONÇA, LINDALVA MARQUES
BRASIL, VANJA IRENE VIGGIANO SOARES, CARLOS EDUARDO
ALVES DE MENDONÇA e JURACY COSTA DA SILVA, brasileiros, os três
primeiros casados, e os dois últimos solteiros, advogados, inscritos nessa Seccional,
respectivamente, sob os n.ºs, 365- O-27, 6472, 3467,7257-A,5754, vêm perante V.
Exa., com fundamento no § 2º do art. 78 da Lei 4.215/63, em combinação com as
disposições pertinentes no Provimento nº 23, de 23/11/65, do Egrégio Conselho
Federal, requerer o registro do anexo "5º Termo de Alteração Contratual" de
MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, observando as formalidades
legais.

Termos em que

P. e Deferimento.

Belém, 17 de março de 1998.


Juracy Costa da Silva
Advogada - OAB/PA 5754



fls 90
cs

6º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **Otávio Mendonça**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-O-27/OAB-PA e do CPF (MF) 000.419.392-04, **Lindalva Marques Brasil**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 6489/OAB-PA e do CPF nº 391.864.312-34, **Vanja Irene Viggiano Soares**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade nº 3467/AOB-PA, e do CPF nº 184.297.692-15, **Juracy Costa da Silva**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 5754/OAB-PA, e do CPF nº 319.475.302-91, **Debora de Aguiar Queiroz**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade nº 5982/OAB/PA e do CPF nº 255.114.322-53, residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotista de **MENDONÇA - Advogados Associados S/C**, com sede na Trav. Campos Sales, 63, 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária com a inclusão e exclusão de sócios e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da Sociedade o Sr. **Carlos Eduardo Alves de Mendonça**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da identidade nº 7257-A - OAB/PA e do CPF nº 139.905.353-34, residente e domiciliado nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado em espécie, dividido em 100 (cem) cotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

1. Otávio Mendonça, 96 (noventa e seis) cotas, no valor total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais);
2. Lindalva Marques Brasil, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
3. Vanja Irene Viggiano Soares, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
4. Juracy Costa da Silva, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais);
5. Debora de Aguiar Queiroz, 1 (uma) cota, no valor total de R\$ 100,00 (cem reais).

CARTÓRIO CONDUFU - 4º Ofício de Notas
Maurício Barata, 714 - Ij. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2008
ANA CRISTINA DIAS
Escriturante
CARTÓRIO CONDUFU

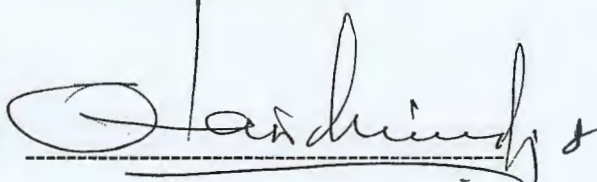
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1413
Doc: 3628

fls. 91
CT

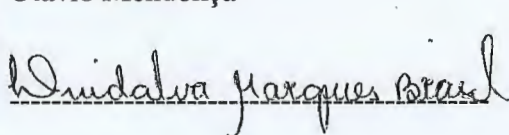
Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, não alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam todos os sócios, o presente instrumento particular de alteração contratual, em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam, para que produza os seus efeitos legais.

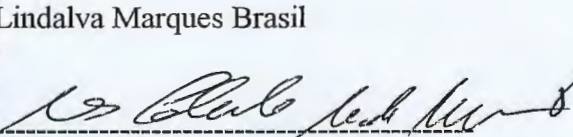
Belém(PA), 12 de Novembro de 1998.



Otávio Mendonça



Lindalva Marques Brasil

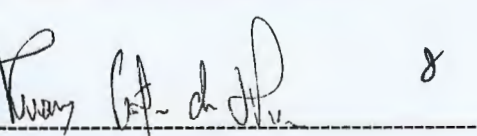


Carlos Eduardo Alves de Mendonça

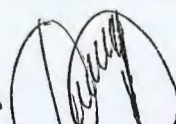


Vanja Irene Viggiano Soares

11 3 NOV 1998



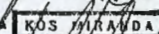
Juracy Costa da Silva



Debora de Aguiar Queiroz

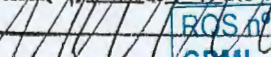
CARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELA VITALÍCIA
Rua 13 de Maio, Nº 81/85
Tels. : 222-8990 e 241-4437

Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) em meu arquivo
a(s) assinatura(s) assinalada(s), com

est. 

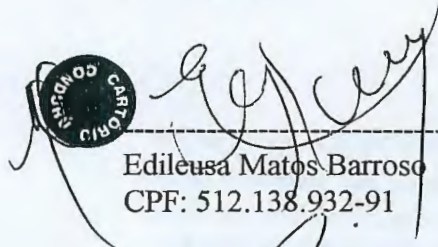
Em, sinal de veracidade,
Belém (PA), 12 de Novembro de 1998.

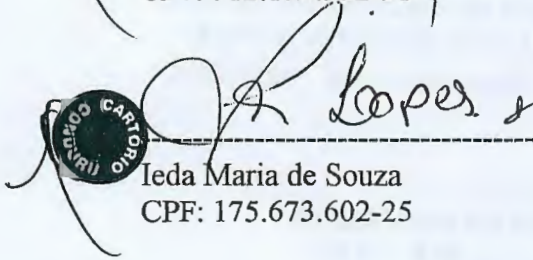

Manoel Barata, 710 - J. 1 - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrivente


Newton B. Miranda
Tabelião Substituto
RCS nº 03/2005 - CN-CPMI - CORREIOS
Fls: 1474
328
Doc:

fls. 92
cr

Testemunhas



Edileusa Matos Barroso
CPF: 512.138.932-91



Ieda Maria de Souza
CPF: 175.673.602-25

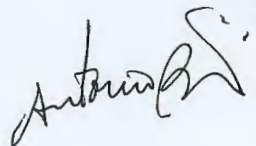
**CARTÓRIO
CONDURU**
OFÍCIO DE NOTAS

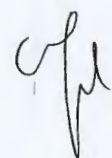

3 NOV 1998


MANOEL SANTOS
Escritor

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 18 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escritor

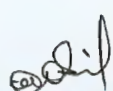






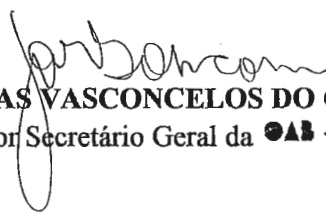





ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1415
Fls.
328
Doc.

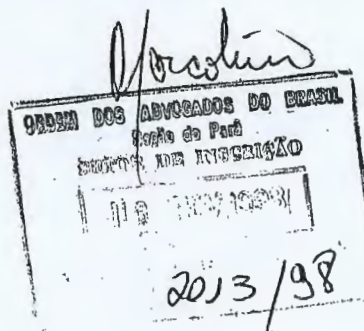
CERTIDÃO

CERTIFICO que o 6º Contrato aditivo do Instrumento Particular de Contrato, foi deferido pela Câmara Especial da **OAB/PA**, na sessão ordinária do dia 25.11.98, em face da retirada do sócio **CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONÇA** e redistribuição de quotas aos sócios. Secretaria da **OAB/PA**. Belém, 06 de julho de 1999.


JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Diretor Secretário Geral da **OAB - PARÁ**

fls 93
cr

EXMA. SRA. DRA. PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO PARÁ).



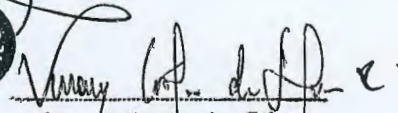
OTÁVIO MENDONÇA, LINDALVA MARQUES
BRASIL, VANJA IRENE VIGGIANO SOARES, JURACY COSTA DA SILVA e
DEBORA DE AGUIAR QUEIROZ, brasileiros, os três primeiros casados, e os dois
últimos solteiros, advogados, inscritos nessa Seccional, respectivamente, sob os n°s,
365- O-27, 6472, 3467, 5754, 5982, vêm perante V. Exa., com fundamento no § 2° do
art. 78 da Lei 4.215/63, em combinação com as disposições pertinentes no Provimento
n° 23, de 23/11/65, do Egrégio Conselho Federal, requerer o registro do anexo "6°
Termo de Alteração Contratual" de MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS
S/C, observando as formalidades legais.

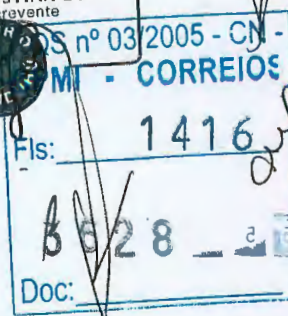
Termos em que

P. e Deferimento.

Belém, 12 de Novembro de 1998.





Juracy Costa da Silva
Advogada - OAB/PA 5754



88 16.94
Fouille

**7º TERMO DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento particular, **OTÁVIO MENDONÇA**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 365-0-27 OAB/PA e do CPF/MF 000.419.392-04; **LINDALVA MARQUES BRASIL**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade nº 6489 OAB/PA e do CPF n. 391.864.312-34; **VANJA IRENE VIGGIANO SOARES**, brasileira, casada, advogada, portadora da identidade n. 3467 OAB/PA e do CPF n. 184.297.692-15; **DÉBORA DE AGUIAR QUEIROZ**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade n. 5982 OAB/PA, e do CPF n. 255.114.322-53, todos residentes e domiciliados nesta cidade, sócios cotistas de **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, com sede na Tv. Campos Sales, 63 - 8º andar, bairro do Comércio, resolvem, de comum acordo, alterar a composição societária com inclusão e exclusão de sócios e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Retira-se da Sociedade a Dra. Juracy Costa da Silva, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade 5754 e do CPF 319.475.302-91, residente e domiciliada nesta cidade;

CLAÚSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalmente integralizado em espécie, dividido em 100 cotas de 100,00 reais cada uma assim distribuídas entre os sócios :

- 1) Otávio Mendonça, 97 (noventa e sete cotas), no valor total de R\$9.700,00 (nove mil e setecentos reais);
- 2) Lindalva Marques Brasil, 01 (uma cota), no valor total de R\$100,00 (cem reais);
- 3) Vanja Irene Viggiano Soares, 01 (uma cota), no valor R\$100,00 (cem reais);



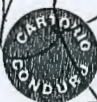
89 R\$ 95
Toula de Cr

4) Débora de Aguiar Queiroz, 01 (uma cota), no valor total de R\$100,00 (cem reais);

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do Contrato primitivo, não alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam todos os sócios, o presente instrumento particular de alteração contratual, em cinco vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam, para que produza seus efeitos legais.

Belem/PA, aos 14 de junho de 1.999.



Ótávio Mendonça



Lindalva Marques Brasil



Vanja Irene Viggiano Soares



Juracy Costa da Silva

Débora de Aguiar Queiroz

CARTÓRIO KOS MIRANDA

6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALEGA
Rua 13 do Maio, nº 81/85
Tels.: 222-0996 e 241-4437
Reconheço por ser conferido com
outro(s) existente(s) em meu arquiv
a(s) assinatura(s) assinalada(s), com
a(s) KOS MIRANDA
Em sinal da verdade
Belem (PA) 14 JUN 1999
Nelson B. Miranda Jr.
Tabelião Substituto

TESTEMUNHAS:



Vicente Nunes Calábria Filho
Vicente Nunes Calábria F.º
CPF: 189.090.782-00



Leila M.ª Pimentel Oliveira
Leila M.ª Pimentel Oliveira
CPF: 084.330.702-15

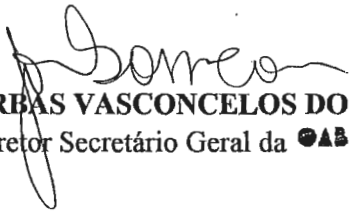
CARTÓRIO CONDURÚ
4.º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a(s)
firma(s) com o selo.
15 JUN 1999
CARLA CRISTINA D. DOS SANTOS
Escritor
Manoel Barata, 718 - L. A
Belém - Pará

CPM CORREIOS
18 JUN 2001
ANA CRISTINA DIAS
Escritor
Doc.

CERTIDÃO

CERTIFICO que o 7º Contrato aditivo do Instrumento Particular de Contrato, foi deferido pela Câmara Especial da **OAB/PA**, na sessão ordinária do dia 17.06.99, em face da retirada do sócio **CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONÇA** e redistribuição de quotas aos sócios. Secretaria da **OAB/PA**. Belém, 06 de julho de 1999.


JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Diretor Secretário Geral da **OAB - PARÁ**











83 fls. 96
Fulcr

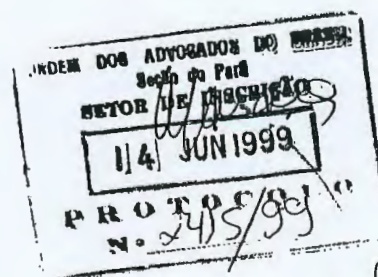
Excelentíssima Sra. Dra. Presidente do Conselho Seccional
da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção/ PA).

OTÁVIO MENDONÇA, LINDALVA MARQUES BRASIL,
VANJA IRENE VIGGIANO SOARES e DÉBORA AGUIAR QUEIROZ,
brasileiros, os três primeiros casados, e a última solteira, advogados
inscritos nessa Seccional, respectivamente, sob os n.ºs. 365-0-27,
6489, 3467, 5982, vêm perante V. Exa., com fundamento no
parágrafo 2º do art. 78 da Lei 4.215/63, em combinação com as
disposições pertinentes no Provimento n.º 23, de 23/11/65, do
Egrégio Conselho Federal, requerer o registro do anexo "7º Termo
de Alteração Contratual" de MENDONÇA ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C, observando as formalidades legais.

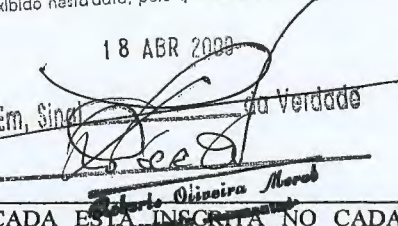
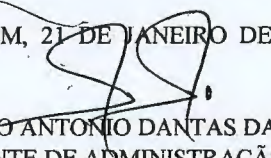
Termos em que
P. e E. Deferimento.

Belém/PA, aos 14 de junho de 1.999.

Lindalva Marques Brasil
Lindalva Marques Brasil
OAB/PA - 6489



197ex

| | | | |
|---|--|---|--|
|  EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | | CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL | |
| CÓDIGO: 01283-6
DR: 28 RAZÃO SOCIAL: FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDEREÇO: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO, 1101 BAIRRO: NAZARÉ
CIDADE: BELÉM UF: PA | | | |
| C.G.C.: 00.314.270/0001-77 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA
CAPITAL REALIZADO: R\$ 10.000,00 | | | |
| CÓDIGO: | | DESCRIÇÃO DO RAMO DE FORNECIMENTO | |
| 03.05.01-4
03.05.04-9
03.90.99-2 | | ASSESSORIA
CONSULTORIA
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | |
| <div style="text-align: right;"> CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
 3º Ofício de Notas - Belém - PA
 Certifico e dou fé que a presente cópia
 Fotostática confere com o original que me foi
 exibido nesta data, pelo que autentico esta via </div> <div style="text-align: right;"> 18 ABR 2000
 Em, Sinel, da Verdade
 
 Roberto Oliveira Morais </div> | | | |
| CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ECT, ESTANDO HABILITADA A PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR QUALQUER DE SUAS DEPENDÊNCIAS PARA OS RAMOS DE FORNECIMENTO INDICADOS, DESDE QUE SATISFAÇAM TAMBÉM, AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS RESPECTIVOS EDITAIS. | | | |
| VALIDADE: 20/01/2001 | | BELÉM, 21 DE JANEIRO DE 1999

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA. | |

OBSERVAÇÕES:

1. OS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E DE SEGUNDA VIA, QUE PODERÃO SER REQUERIDOS A QUALQUER TEMPO, SERÃO ATENDIDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, DESDE QUE SOLICITADOS POR ESCRITO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS.
2. A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEVERÁ SER SOLICITADA COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO TÉRMINO DA VALIDADE DESTE CERTIFICADO.
- 2.1. A NÃO MANIFESTAÇÃO DA FIRMA ATÉ O PRAZO LIMITE, RESULTARÁ NA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO REGISTRO CADASTRAL.
- 2.2. TRANSCORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O VENCIMENTO DESTE CERTIFICADO, NÃO HAVENDO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DA FIRMA CADASTRADA, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE SERÁ DESTRUÍDA, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECLAMAÇÃO POSTERIOR.
3. O REGISTRO CADASTRAL SERÁ CANCELADO NOS SEGUINTE CASOS:
 - A) QUANDO A FIRMA FOR IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ECT;
 - B) QUANDO FOR DECRETADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;
 - C) QUANDO TIVER REQUERIDO OU DECRETADO PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA;
 - D) QUANDO A FIRMA ENCERRAR SUAS ATIVIDADES.
4. CRC EMITIDO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

197ex

Autenticado

P

| | |
|--|--|
| RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1490 | |
| Fis: | |
| 3628 | |
| Doc: | |



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

fls. 98
cr

CERTIDÃO
559/94

PROCESSO Nº 3526/94

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autêntico esta via

18 AGR 2000

Em, Singl da Verdade

Roberto Queiroz Santos
Roberto Queiroz Santos

Eu, MARIA DE NAZARÉ MIRALHA
RAMOS, Auxiliar do Setor de
Inscrição da ORDEM DOS AD-
VOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO
PARÁ, nos termos da lei...

O Livro nº 02 de Registro de Sociedade de Advogados desta Seccional, nele verifiquei que às folhas 63v às 65, no qual consta o seguinte: REGISTRO DE SOCIEDADE CIVIL Nº 79 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, TUDO COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA: Pelo presente instrumento particular, JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM, ambos brasileiros, solteiros, advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará, sob os nºs 6557 e 6522, e do CIC/MT sob os nºs 264.728.732-20 e 373.856.552-72, respectivamente, tem entre si justo e contratado a constituição da sociedade FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam e se obrigam a cumprir: CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta data, integram a sociedade, como cotistas, os advogados JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM, na forma adiante disciplinada. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade terá a denominação FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, adotando o nome de fantasia ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO - ADVOGADOS; duração por prazo indeterminado, e sede nesta cidade à Av. Generalíssimo Deodoro, nº 1683, sala 101, Edifício Generalíssimo Deodoro, Nazaré, CEP. 66040-140. CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá por objeto a prestação de serviços profissionais de advocacia e será regida pela Lei nº 8.906/94, por este contrato e demais disposições legais aplicáveis. CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), representado por 10 (dez) cotas no valor unitário e igual de R\$ 200,00. CLÁUSULA QUARTA: Os bens, que serão discriminados em quadro anexo, integrantes do presente contrato, para todos os fins e consequências de direito. Esse capital social é dividido em termos rigorosamente iguais entre os dois sócios, de tal

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 142
3628
Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

fls 99
et

forma que cada sócio detém 5 (cinco) cotas equivalentes a 50% do valor global. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor global do capital social total, ressalvada a responsabilidade profissional nos termos da Lei nº 8.906/94. PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e/ou prejuízos serão repartidos entre os sócios na proporção das cotas do capital social detidos por cada qual, nos termos da legislação aplicável. CLÁUSULA QUARTA: A sociedade será representada, judicial ou extrajudicialmente, indistintamente por ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, e poderão exercer, nos mesmos termos, a gerência dos negócios sociais, como Diretores da sociedade. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para contrair obrigações de valor igual ou superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), será necessária a assinatura de ambos os sócios. Para o fim aqui previsto, o valor será reajustado mensalmente pelo índice que melhor refletir a variação inflacionária. PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as decisões referentes aos negócios sociais serão tomadas por ambos os sócios, em conjunto. CLÁUSULA QUINTA: O balanço anual e a apuração da conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano. CLÁUSULA SEXTA: O sócio que pretender se retirar da sociedade, deverá ofertar suas cotas ao capital ao outro sócio, mediante carta com aviso de recepção, o qual terá preferência para adquiri-las. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante (capital, lucros e prejuízos), serão apurados em balanço e a parte dele com será paga em 10 (dez) prestações, a contar da manifestação de vontade de se retirar da sociedade e serão pagos em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente por índice oficial que reflita a variação inflacionária, vencendo-se a primeira trinta dias após o referido balanço, e assim por diante, sem juros. Idêntico procedimento se adotará em caso de falecimento de qualquer sócio, hipótese em que a sociedade não se dissolverá. PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente vedada a cessão ou transferência das cotas, sem a expressa anuência do outro sócio. CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios farão jus a um pro labore mensal, que será levado à débito da conta de "Despesas Gerais de Administração" em verba a ser fixada por consenso entre os sócios, obedecidos os limites fixados na legislação pertinente. CLÁUSULA OITAVA: Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em consenso, facultando-se a retirada da sociedade, na forma prevista na cláusula sexta deste instrumento. CLÁUSULA NONA: Fica eleito, com renúncia expressa de qualquer outro, o foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para qualquer ato ou procedimento judicial oriundo do presente contrato. E por estar justo e contratado, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (dois) testemunhas. Belém (PA), 16 de novembro de 1999. aa) JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELEM. Estas

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autêntico esta via

18 APR 2000
Praça Barrão do Rio Branco, 93 - Largo da Trindade - Fones: 223-2730 / 223-2144 - Fax: (091) 223-1141 - Telex: (91) 1560

Em, Cível

Roberto Oliveira Morais

18 APR 2000 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1422
3628
Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

Vs-100
1 ct

assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo 4º Ofício de Notas "Cartório Conduru". Testemunhas: Vera Lucia Melo Mara e Márcia C. Simão. Este registro foi feito no "Diário Oficial do Estado" desta Seccional, Dr. Edilson Oliveira e Silva da Ordem dos Advogados do Brasil, ficando a cópia do mesmo arquivada na Secretaria desta Seccional, a qual será publicada no "Diário Oficial do Estado", o presente termo de registro, através de Acórdão. Foi lavrado este termo de registro, que vai por mim assinado.

Belém (PA), 25 de novembro de 1994.
Auxiliar do Setor de Inscrição da OAB/PA.

Visto

Robert Wilson Jr.
TÂNIA MARA PORTAL MANITO
Assessora da Seccional
da OAB/PA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

18 ABR 2000

Em, *Sinal* da Verdade

Roberto Oliveira Moraes
Escrivão Documentado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: *1423*
3628
Doc:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Fls. 101
CT

Nº: E- 3.314.456

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CGC: 00.314.270/0001-77

FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS

AV GENERALÍSSIMO DEODORO 1683 SALA 101 NAZARE

CEP: 66040-140 BELEM PA

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDE-
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 19/07/2000 EMITIDA EM 19/01/2000

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA POR **CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS**

32 Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fe que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

CARIMBO / ASSINATURA

| | |
|---------|--------------------------------------|
| DRF BLM | Em, 19/01/2000 |
| | <i>Rosa Maria Moreira da Fonseca</i> |
| | TTN - Mat. 10699 |

18 ABR 2000

Em, *Singel* da Verdade

Roberto Guisaine Morel
Barragista Juntamento

ROB 005200546N-
CPMI - CORREIOS
Fis. 1424
3628
Doc:

ps. 102
CF



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União

Nome: FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C - ADVOGADOS
ASSOCIADOS
CNPJ: 00.314.270/0001-77

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

Emitida às 09:05:55 do dia 13/04/2000
Válida por 30 dias da data de emissão.

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos, portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Código de Controle da Certidão: 385A.1DB8.96F3.6AD4

http://www.pgfn.fazenda.gov.br/certidao/Certidao_Negativa.asp

13/04/2000

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

18 ABR 2000

Em, Anel

da Verdade

Roberto Queiroz Santos
Escriturante Autenticado

RG 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1425
3628
Doc:

fls. 103
cr



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA
DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª R.F.

Nº: 0070
PROC. Nº: 00.364/2000
INTERESSADO: FREIRE FIGUEIREDO E MELEM S/C
INSC. ESTADUAL/CNPJ/CNP: 00.314.270/0001-77
ENDEREÇO: AV GENERALÍSSIMO DEODORO Nº 1683, SL 101, BAIRRO NAZARÉ

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICAMOS, a requerimento do interessado, na conformidade dos registros desta **DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª REGIÃO FISCAL**, que conforme despachos e informações constantes do presente Expediente, NADA CONSTA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS, sob a responsabilidade do interessado.

A presente CERTIDÃO, válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição, não exime o interessado de qualquer dívida futura, porventura constatada.

Por ser verdade expedimos a presente Certidão, subscrita pelo
CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Delegado Regional da Fazenda Estadual 1ª Região Fiscal.
Certifico e dou fé que o presente foi
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autêntico esta via

Belém (PA), 20 de Janeiro de 2000

Em, Sinal da Verdade

GUILHERME HUGO MARTINS TAVARES
Delegado Regional - 1ª R.F.

Roberto Oliveira Moraes
Emprego Documentado

RQS Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1426
3628
Doc:

fls. 104
C5



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Certidão Negativa

Contribuinte: FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS.
Endereço: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO Nº 1683
Tributos: IPTU, TLPL, ISS-PJ
Período: 1995 a 1999
Inscrições: TLPL,ISS/PJ- 133.690-1 IPTU- 14.042.0685.005-11

Certifico, para fins de direito que mandando rever os registros da dívida ativa inscrita na procuradoria fiscal do município, verificou-se **nada existir** em nome do(a) contribuinte **acima** identificado(a), ressalvando o direito da fazenda municipal de inscrever e cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do referido contribuinte. Para constar determinei que fosse extraída a presente **certidão negativa** conforme o processo nº **32499/00** de **11.04.00** que vai assinada por mim Procurador(a) Fiscal da Fazenda Municipal. ✓

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

18 AGR 2000

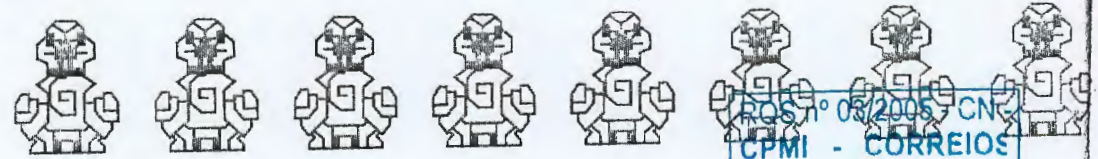
Belém - Pa, 13 de Abril de 2000.

Em, Belém da Verdade

Roberto Oliveira Moraes
Procurador(a) Fiscal

[Signature]
Procurador(a) Fiscal
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

IN nº 0004/99 de 29/07/1999 e Portaria nº 231/99
Prazo de validade: 90 dias ✓
Não contém emendas nem rasuras



ROS nº 03/2005 - CNQ
CPMI - CORREIOS
Fls: 1427
3628
Doc: _____

Antônio

ps. 105
cr



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº. 006079/2000 - SEFIN/DETM

VÁLIDA ATÉ: Sábado, 13 de Maio de 2000 ✓

NOME DO CONTRIBUINTE: FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C ADVOGADOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 133.690-1

CNPJ: 00.314.270/0001-77

ENDEREÇO: AVEN GENERALISSIMO DEODORO, 001683 SALA-101

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações preliminares constantes no processo nº 032499/2000 que não constam, até a presente data, débitos lançados e vencidos da Taxa de Licença Para Localização (TLPL), do Imposto Sobre Serviços (ISS/PJ) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício de 2000, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos porventura apurados futuramente de responsabilidade do requerente.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

EMITIDA EM: Quinta-feira, 13 de Abril de 2000

18 ABR 2000

IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

Em, Singular da Verdade

NOME: Joana D'Arc Antunes de Melo

MATRÍCULA: 0020389-019

CARIMBO E ASSINATURA:

Joana D'Arc Antunes de Melo
Assessora - SEFIN/PMB
Mat: 20389-019

"Art. 208. A certidão negativa com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber"
(Código Tributário Nacional)



PA 66019-0 - 011-3211-1111 - PA
PABX: (0xx91) 242-9001 - FAX (0xx91) 212-2321

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 428
3628
Doc:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

fls. 106
CS

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 039432000-12601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 00.314.270/0001-77
NOME: FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDereco: AV GENERALISSIMO DEODORO 1683 SALA 101
BAIRRO OU DISTRITO: NAZARE
MUNICIPIO: BELEM
ESTADO: PA
CEP: 66040-140

FINALIDADE DA CERTIDAO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ANUACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELAS RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDereco: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 11 DE ABRIL DE 2000.
VIGIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º Oficio de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

APS - CASTANHEIRA / PAF - 12-650.001

Os Dados desta Certidão confere com
os constantes nos Sistemas Informati-
zados do INSS.

Belém 11/04/2000
Diferença 0894046
(Assinatura e Mat. Servidor)

18 ABR 2000
Em, Viral da Verdade

Roberto Oliveira Morel
Fotografante - Inscrito

RQS nº 03/2005-CN-
CPMI - CORREIOS
1429
Fls: 3628
Doc:

101 vt

101

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1430
Doc: 3628

Em, PA
18 ABR 2000
da Verdade
Alberto Oliveira Neto
Emprego Juvenil

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
3º Ofício de Notas e Boletins
Certifico e dou fé que o presente, cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido neste dolo, pelo que autenticado para via

CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

| | |
|-----------|--------------------|
| Inscrição | 00.314.270/0001-77 |
| Validade | 18 / JULHO / 2000 |

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

BELÉM (PA), 20 / 01 / 2000

Local e data de emissão

Elzo M. F. Coelho de Souza
Assinatura e Carimbo
Mot. 281492-0

00134133-0 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

R\$ 108
cr

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE "FREIRE
FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS
ASSOCIADOS.

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os sócios JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM, ambos já identificados no contrato social de constituição da sociedade Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados, têm justo e acertado as seguintes alterações contratuais:

I- A sede da sociedade passará a funcionar na Av. Generalíssimo Deodoro nº 1683, Sala/1101, bairro de Nazaré, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará;

II- Pelo presente instrumento de alteração, o capital social da empresa será de R\$10.000,00 (dez mil reais), integralizado nesta oportunidade em moeda nacional corrente, mantidas as proporcionalidade das cotas individuais de cada sócio;

III- A sócia Carla Nazaré da Gama Jorge Melém, passará a assinar com o nome de casada Carla Nazaré Jorge Melém Souza;

IV- As demais cláusulas e condições não sofrem qualquer alteração, permanecendo com plena validade e eficácia.

E por se acharem justos e acertados, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Belém-Pa, 12 de Janeiro de 2000

José Augusto Freire Figueiredo
Sócio

Carla Nazaré da Gama Jorge Melém Souza
Sócia

Testemunhas:

Yara Lúcia de Melo Maia
Dirceu Vasconcelos

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

18 ABR 2000

Em, _____ da Verdade

Roberto Oliveira Moraes
Emprego Documental

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
FIS: 1431
3028
Doc: 1

CERTIDÃO

A presente alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 17.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 02 de Registro de Sociedade, às fls. 65, sob o nº 01. Secretaria da **OAB/PA**. Belém, 18 de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da **OAB - PARÁ**

Antônio

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



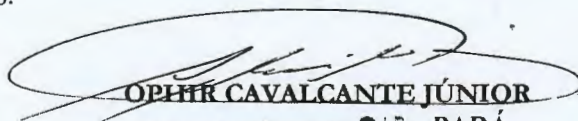
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fs. 109
cr

CERTIDÃO Nº 02/2000-RS.

Eu, **OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR**,
Vice-Presidente da **ORDEM DOS**
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da Lei, etc..

C E R T I F I C O, para fins de direito, que foi deferido:
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE "**FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS**
ASSOCIADOS". Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os
sócios **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO** e **CARLA NAZARÉ DA GAMA**
JORGE MELÉM, ambos já identificados no contrato social de constituição da sociedade
Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados, têm justo e acertado as
seguintes alterações contratuais: **I-** A sede da sociedade passará a funcionar na Av.
Generalíssimo Deodoro nº 1683, Sala/1101, bairro de Nazaré, nesta cidade de Belém, capital
do Estado do Pará; **II-** Pelo presente instrumento de alteração, o capital social da empresa
será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), integralizado nesta oportunidade em moeda nacional
corrente, mantidas as proporcionalidade das cotas individuais de cada sócio; **III-** A sócia
Carla Nazaré da Gama Jorge Melém, passará a assinar com o nome de casada Carla Nazaré
Jorge Melém Souza; **IV-** As demais cláusulas e condições não sofrem qualquer alteração,
permanecendo com plena validade e eficácia. E, por se acharem justos e acertados, as partes
assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, na presença de duas
testemunhas, para que produza seus efeitos legais. Belém-Pa, 12 de janeiro de 2000. aa) **JOSÉ**
AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - Sócio; **CARLA NAZARÉ DA JORGE MELÉM**
SOUZA - Sócia.. Testemunhas: 1) Vera Lúcia de Melo Maia, 2) Cirilo Vasseu Lins. Estas
assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Queiróz Santos - 3º Tabelionato de
Notas. Esta alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do
Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 17.01.2000 e encontra-se averbada no Livro
nº 02 de Registro de Sociedade, às fls. 65, sob o nº 01. Secretaria da **OAB/PA**. Belém, 18
de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da **OAB - PARÁ**

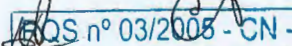
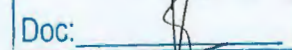


Pc. Barão do Rio Branco nº 99 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém-PA
Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

18 ABR 2000

Em, Sinha da Verdade


Roberto Oliveira Morais
Escriturário documental


BQS nº 03/2000 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 432
3628
Doc: 

1105

| | | | |
|--|--|---|--|
| CORREIOS EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | | CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL | |
| DR: 28 | CÓDIGO: 01284-4
RAZÃO SOCIAL: CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ENDEREÇO: R. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 1642 BAIRRO: UMARIZAL
CIDADE: BELÉM UF: PA | | |
| C.G.C.: 01.718.722/0001-49 | | INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA | |
| CAPITAL REALIZADO: R\$ 10.000,00 | | | |
| CÓDIGO: | DESCRIÇÃO DO RAMO DE FORNECIMENTO | | |
| 03.05.01-4 | ASSESSORIA | | |
| 03.05.04-9 | CONSULTORIA | | |
| 03.90.99-2 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
|  | | | |
| CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ECT, ESTANDO HABILITADA A PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR QUALQUER DE SUAS DEPENDÊNCIAS PARA OS RAMOS DE FORNECIMENTO INDICADOS, DESDE QUE SATISFAÇAM TAMBÉM, AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS RESPECTIVOS EDITAIS. | | | |
| VALIDADE: 20/01/2001 | | BELÉM, 21 DE JANEIRO DE 2000

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA.
Rudney Bentes Wanzeler
CH/SCCO/GERAD/DR/PA
Mat. 8.452.140-6 | |

OBSERVAÇÕES:

1. OS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E DE SEGUNDA VIA, QUE PODERÃO SER REQUERIDOS A QUALQUER TEMPO, SERÃO ATENDIDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, DESDE QUE SOLICITADOS POR ESCRITO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS.
2. A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEVERÁ SER SOLICITADA COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO TÉRMINO DA VALIDADE DESTE CERTIFICADO.
 - 2.1. A NÃO MANIFESTAÇÃO DA FIRMA ATÉ O PRAZO LIMITE, RESULTARÁ NA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO REGISTRO CADASTRAL.
 - 2.2. TRANSCORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O VENCIMENTO DESTE CERTIFICADO, NÃO HAVENDO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DA FIRMA CADASTRADA, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE SERÁ DESTRUÍDA, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECLAMAÇÃO POSTERIOR.
3. O REGISTRO CADASTRAL SERÁ CANCELADO NOS SEGUINTE CASOS:
 - A) QUANDO A FIRMA FOR IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ECT;
 - B) QUANDO FOR DECRETADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;
 - C) QUANDO TIVER REQUERIDO OU DECRETADO PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA;
 - D) QUANDO A FIRMA ENCERRAR SUAS ATIVIDADES.
4. CRC EMITIDO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Antônio [signature]

RQS nº 03/2005 - CH -
CPMI - 10035
Fls: 3628
Doc:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL
PARA FINS ADVOCATÍCIOS
DENOMINADA MARÇAL & CÉLIO
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, COMO A
SEGUIR MELHOR SE VAI DECLARAR:**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, MARÇAL MARCELINO DA SILVA NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 5865-OAB/Pa e do CPF nº 237.793.302-53, domiciliado e residente nesta cidade à Rua Mundurucus, nº 4225, Aptº 304, e JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 6258-OAB/Pa e do CPF nº 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, têm, entre si, como justa e contratada a criação de uma SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS denominada MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, mediante as cláusulas e condições a seguir reciprocamente outorgadas, as quais são as seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETIVO E DA DENOMINAÇÃO**

A Sociedade denomina-se MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, funcionará à Rua 13 maio, 191, Sala 1108, Comércio, 66013-080, Belém/Pará, e tem por objetivo a prestação de serviços advocatícios, sendo-lhe vedado o exercício de qualquer outra atividade;

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social devidamente subscrito corresponde a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA DIVISÃO DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social está dividido em 100 (cem) quotas, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) cada quota, sendo 50 (cinquenta) quotas, correspondente a 50% (cinquenta) do capital social para cada sócio;

**CLÁUSULA QUARTA
DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Qualquer dos sócios poderá utilizar-se da denominação social. Os advogados associados ou contratados, desde que devidamente autorizados, por escrito, pelos sócios, também poderão utilizá-la, sendo-lhes, contudo, expressamente vedada a utilização para atos financeiros;

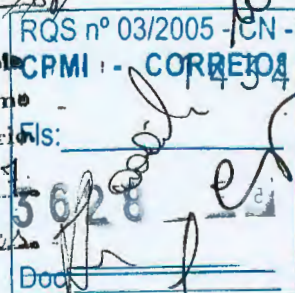
**CLÁUSULA QUINTA
DA GERÊNCIA**

Ambos os sócios são considerados sócios gerentes, podendo praticar atos financeiros e todos os demais atos necessários à representação judicial e extra-judicial da Sociedade;



CERTIFICO, que a presente cópia
fotostática está igual ao original, que me
foi apresentado e registrado no cartório.

Belém, 31 de Janeiro de 2006
Lena Vanir M. Nunes



ps. 112
cs

1.º OFFICIO
Regina D.ª Maria Nunes
Wm. G. ...
Ledaio
Lena Van ...
Brevete de ...
PARA

1.º OFFICIO
Regina Célia Martins Nunes
Wanda B. de Lencastre
Lena Viana Martins
brevemente durante o mês de Maio
honórios revertam para
BENEFÍCIOS — PARÁ

Benefícios revertam para

PARA

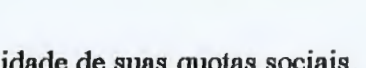


º 23, de 23/11/65, cada sócio
dados aos clientes por meio ou

dados aos clientes por ação ou
e disciplinar, em que possam

associado ou contratado, que
27 a 30, da Lei nº 8.906, de

á igualmente impedido de



idade de suas quotas sociais,
a que este exerça seu direito

o sido exercida a preferência,

Rs. 113
cr

Pelo presente instrumento particular, Marçal Marcellino da Silva Neo, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº585 e CPF/MF nº237.293.302-53, e José Célio Santos Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº6258 e CPF/MF nº031.715.312-91, ambos com escritório localizado na Rua 13 de Maio, 191, Sala 1108, nesta cidade de Belém, com Contrato Social firmado em , resolvem alterar o referido contrato social, a fim de incluir cláusula referente ao prazo de duração da sociedade, que passa a ter a seguinte redação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O prazo de duração da sociedade passa a ser por prazo indeterminado, tendo sua vigência a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA- A parte que desejar se retirar da sociedade, deverá fazer a comunicação à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E, por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, três exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento no Órgão competente.

Belém(PA), 20 de Maio de 1996.

Marçal Marcellino da Silva Neto.

José Célio Santos Lima.

CONFERE
COM ORIGINAL
119 ABR 2000
CPL

CARTÓRIO
CONDURÚ
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s)
firma(s) com o selo.

30 MAI 1996

ANACARDIOS
BREVETADO
Miguel Barata nº 801
Belém - Pará

TESTEMUNHAS:

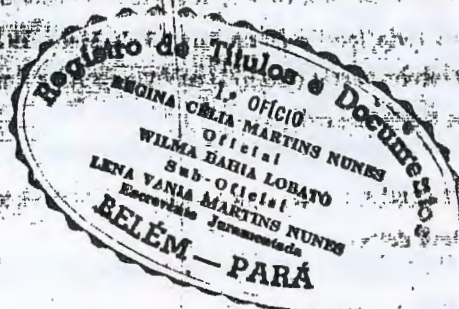
Elisandra Albuquerque Gomes de

Guilherme de

1.º OFÍCIO
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Apresentado no dia 31 para Registro Civil.
e para o nº 61.952/0
Prato de 1996 A 01
sob o nº 2665 A
nº 04 de 1996
Juiz de Paz
Belém do Pará em 31 de Janeiro de 97
Leona Vânia M. Nunes
Escritor M. Nunes
Escritor Juramentado

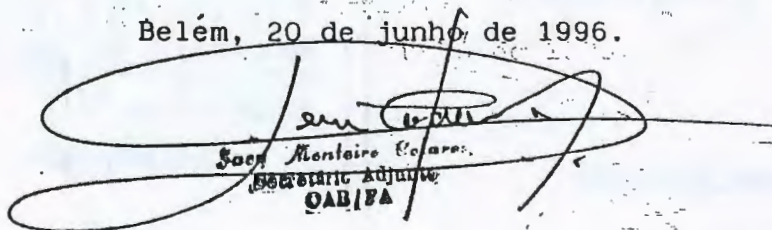
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1436
3028
Doc:

CERTIFICO, que a presente cópia
fotostática está igual ao original, que me
foi apresentado original ao Cartório.
Belém, 31 de Janeiro de 1997.
Leona Vânia M. Nunes



O presente Contrato teve seu registro deferido pela Câmara Especial da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SE-ÇÃO DO PARÁ, na sessão Ordinária do dia 20 de maio de 1996. ficando arquivada uma cópia do referido Contrato na Secretaria desta Seccional, a qual será publicada no Diário Oficial do estado, através de Acórdão. Foi lavrado o presente termo de registro que vai assinado pela Secretaria da OAB-PA.

Belém, 20 de junho de 1996.


Joao Monteiro Soares
Secretário Adjunto
OAB/PA

CERTIFICO, que a presente cópia fotostática está igual ao original, que me foi apresentado e registrado neste Cartório.

Belém 31 de Janeiro de 1997
Lena Vania M. Nunes

1.º OFÍCIO
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Apresentado em 31 para Registro Civil
de ordem 61.952/96
A 01 Registrado
2665 Livro A
do das Pessoas

04

31 de Janeiro de 97.
Lena Vania M. Nunes
Escritório Juramentado

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO**

Em caso de falecimento de um dos sócios, suas quotas serão divididas de conformidade com os direitos sucessórios. Na hipótese de interdição, o representante legal assumirá todas as responsabilidades do interdito. Em ambos os casos deverão ser obedecidas as normas deste contrato;

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DO FORO**

Fica eleito o foro de Belém, Estado do Pará a fim de dirimir possíveis dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e valor, em presença das 2 (duas) testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que produza todos os seus jurídicos efeitos, na forma da Lei.



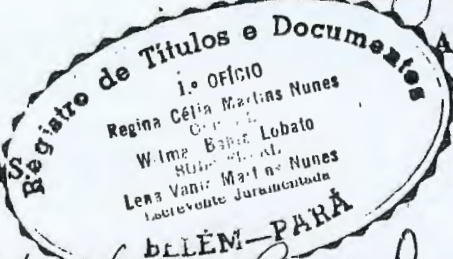
**CARTÓRIO
CONDURU**
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s)
assinada(s) com o selo.

28 JAN 1997

Belém(Pa), 02 de maio de 1996

Marçal Marcelino da Silva Neto
Advogado/OAB-Pa nº 5865

José Célio Santos Lima
Advogado/OAB-Pa nº 6258



TESTEMUNHAS

Clessandra Albuquerque Gomes

**CARTÓRIO
CONDURU**
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s)
assinada(s) com o selo.

28 JAN 1997

ANA C. SANTOS
Escritor

Manoel Barata nº 801
Belém - Pará

**CARTÓRIO
CONDURU**
4º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a(s)
assinada(s) com o selo.

28 JAN 1997

CARLA CRISTINA B. DOS SANTOS
Escritor

Manoel Barata, 718 - LJ. A
Belém - Pará

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Arquivado em 31 de Janeiro de 1997
A 01
2665
04
31 de Janeiro de 1997
Lena Vanir M. Nunes
Lena Vanir M. Nunes



CERTIFICO, que a presente cópia fotostática está igual ao original, que me foi apresentado e registrado neste cartório.
Belém, 31 de Janeiro de 1997
Lena Vanir M. Nunes



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO PARÁ

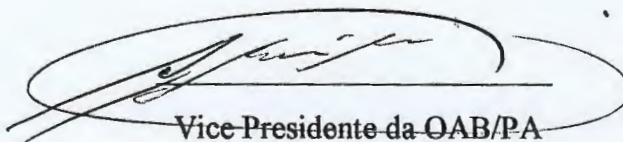
fls. 115
cr

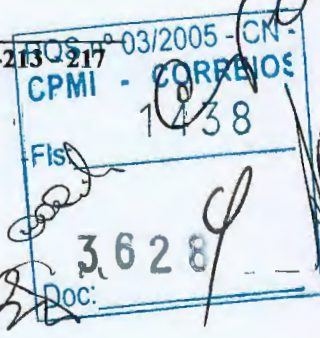
CERTIDÃO

219/2000

Eu, **OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR**, Vice-Presidente da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO PARÁ**, nos termos da lei ...

C E R T I F I C O, para fins de direito, que revendo nossos livros de **Registro de Sociedade Civil de Advogados** foi encontrado o registro de Sociedade denominada "**MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**", sob o nº 102, às fls 11 e 13v do Livro 03, desde 20.05.1996, constituída por **JOSE CELIO SANTOS LIMA e CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**. Por ser o referido verdade mandei emitir a presente certidão com validade de 60 (sessenta) dias, que vai por mim assinada. SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SECÇÃO DO PARÁ, em 17 de abril de 2000.


Vice Presidente da OAB/PA





CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

116
C6



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL DENOMINADA MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

MARÇAL MARCELINO DA SILVA NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 5865-OAB/Pa e do CPF: 237.793.302-53, domiciliado e residente nesta cidade à Rua Mundurucus, nº 4225, Aptº 304, e **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6258-OAB/Pa e do CPF: 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, únicos sócios componentes da Sociedade Civil denominada de **MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.**, com sua sede que fora estabelecida na Rua 13 de Maio, 191, Sala 1108, Comércio, 66.013-080, Belém-Pa, com seu Contrato Social arquivado no Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, sob o nº de ordem - 61952, Livro A, nº 01, registrado sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade altera os sócios da empresa.

1- Retira-se o sócio **MARÇAL MARCELINO DA SILVA NETO**, cedendo e transferindo 450 (quatrecentos e cinquenta) de suas cotas de capital ao sócio **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA** que passa a ter um total de 950 (novecentos e cinquenta) cotas, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar em tempo algum.

2- Ingressa na sociedade o sócio **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Identidade OAB/PA 8714 e do CIC/MF 567.548.252-00, residente e domiciliado sito a Tv. do Chaco, 1857, aptº 206, Bairro do Marco, Cep: 66.090-120, nesta cidade de Belém, estado do Pará, onde assume o restante das cotas do sócio que retira-se da sociedade, **MARÇAL MARCELINO DA SILVA NETO**, em um total de 50 (cinquenta) cotas, que lhe são transferidas, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar em tempo algum.

3 - O capital social R\$- 5.000,00 (cinco mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1000 (mil) cotas de R\$-5,00 (cinco reais) cada, face a alteração de entrada e saída de sócio, e feita nova recomposição, ficará assim distribuído:

JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA 950 (novecentos e cinquenta) cotas = R\$ 4.750,00

CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO 50 (cinquenta) cotas = R\$ 250,00

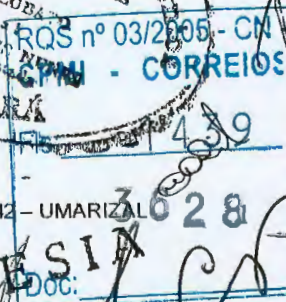
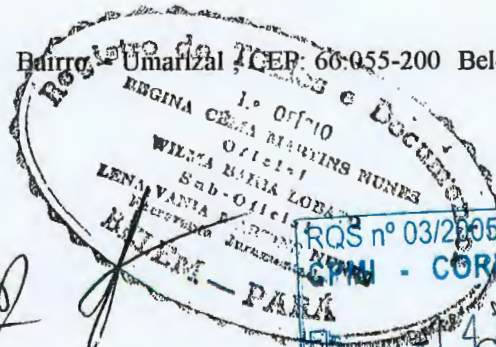
CLAUSULA SEGUNDA: A sociedade altera a sua denominação:

1 - A denominação da sociedade passa a ser **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**

CLAUSULA TERCEIRA: A sociedade altera o seu endereço:

1 - O endereço passa a ser na Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, Bairro Umarizal, CEP: 66.055-200 Belém-Pa.

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
CORTESIA



CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

fls. 117
cr

CLÁUSULA QUARTA: As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não foram modificadas pelo presente instrumento, continuam em pleno vigor..

Outrossim, os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade em função de condenação criminal.

E por estarem assim justos e contratados lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas.

Belém-Pa, 01 de julho de 1999.



MARCEL MARCELINO DA SILVA NETO

OAB/PA nº 5865



CARLOS VINÍCIUS BLANCO RENDEIRO

OAB/PA nº 8714



JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA

OAB/PA nº 6258

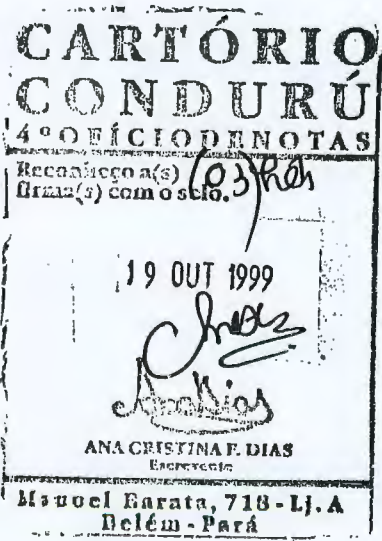
TESTEMUNHAS:



ROULINO REIS MONTEIRO FILHO

CIC 355.799.352-34

CI 1975984 SEGUP/PA



VANJA SUELY RAMOS DA SILVA

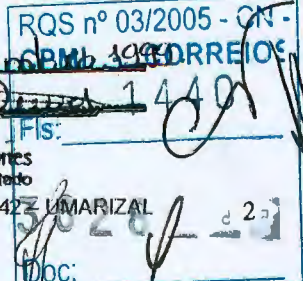
CIC 425.741.372-72

CI 2188481 SEGUP/PA

1.º OFÍCIO
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Apresentado no dia 20 para Registro civil
e apontado sob o n.º de ordem 5792
do Protocolo livro A 03 Registrado
sob o n.º de ordem 3589 Livro A
n.º 05 e b.º civil das Pessoas
Jurídicas.

Belém do Pará em 20 de dezembro de 1999

Oficial
Lena Vânia M. Nunes
Escrivente Jureamentado



per

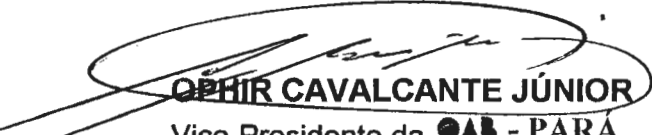
AD

Antônio

2

CERTIDÃO

A presente alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 19.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 03 de Registro de Sociedade, às fls. 13, sob o nº 01. Secretaria da OAB/PA. Belém, 25 de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR

Vice-Presidente da OAB - PARÁ

OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE DA OAB - PARÁ
25/01/2000











ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 118
cr

CERTIDÃO Nº 04/2000-RS.

Eu, **OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR**,
Vice-Presidente da **ORDEM DOS**
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da Lei, etc..

C E R T I F I C O, para fins de direito, que foi deferido:
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL
DENOMINADA **MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - MARÇAL**
MARCELINO DA SILVA NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº
5865-OAB/PA e do CPF 237.793.302-53, domiciliado e residente nesta cidade à Rua
Mundurucus, 4225, apt. 304, e do CPF 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à
Rua D. Romualdo de Seuxas, 1642, únicos sócios componentes da Sociedade Civil
denominada de **MARÇAL & CÉLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, com sua sede
que fora estabelecida na Rua 13 de Maio, 191, Sala 1108, Comércio, 66013-080, Belém-Pa,
com seu Contrato Social arquivado no Registro de Títulos e Documentos 1ª Ofício, sob o nº
61952, Livro A, nº 01, registrado sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas
Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma
de direito, alterar o Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir: **CLÁUSULA**
PRIEIRA: A sociedade altera os sócios da empresa. 1- Retira-se o sócio **MARÇAL**
MARCELINO DA SILVA NETO, cedendo e transferindo 450 (quatrocentos e cinquenta)
de suas cotas de capital ao sócio **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA** que passa a ter um total de
950 (novecentos e cinquenta) cotas, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das
mesmas, nada tendo a reclamar em tempo algum. 2- Ingressa na sociedade o sócio **CARLOS**
VINICIUS BLANCO RENDEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Identidade
OAB/PA 8714 e do CIC/MF 567.548.252-00, residente e domiciliado sito a Tv. do Chaco,
1857, apt. 206, Bairro do Marco, CEP: 66090-120, nesta cidade de Belém, estado do Pará,
onde assume o restante das cotas do sócio que retira-se da sociedade, **MARÇAL**
MARCELINO DA SILVA NETO, em um total de 50 (cinquenta) cotas, que lhe são
transferidas, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar
em tempo algum. 3- O capital social R\$- 5.000,00 (cinco mil reais) totalmente integralizado,
dividido em 1000 (mil) cotas de R\$ 5,00 (cinco reais) cada, face a alteração de entrada e saída
de sócio, e feita nova recomposição, ficará assim distribuído: **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**:
950 (novecentos e cinquenta) cotas = R\$ 4.750,00; **CARLOS VINICIUS BLANCO**
RENDEIRO: 50 (cinquenta) cotas = R\$ 250,00. **CLÁUSULA SEGUNDA**: A sociedade
altera a sua denominação: 1- A denominação da sociedade passa a ser **CÉLIO LIMA &**
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C. **CLÁUSULA TERCEIRA**: A sociedade altera o seu
endereço: 1- O endereço passa a ser na Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, Bairro -

ROS 18.03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
CONFERE
Fls. COM 1 ORIGINAL
310288 2000
CPL
Doc:

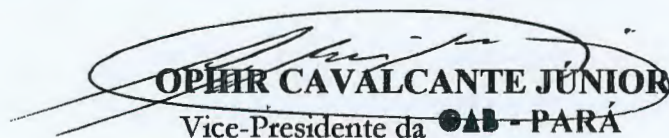
Antônio



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 119
cr

Umarizal; CEP 66055-200 Belém-Pa. **CLÁUSULA QUARTA:** As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não foram modificadas pelo presente instrumento, continuam em pleno vigor. Outrossim, os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade em função de condenação criminal. E, por estarem assim justos e contratados lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas. Belém-Pa, 01 de julho de 1999. MARÇAL MARCELINO DA SILVA NETO – OAB/PA 5865; CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO – OAB/PA 8714. Testemunhas: 1) Aquilino Reis Monteiro Filho – CIC 355.799.352-34 – CI 1975984-SEGUP/PA. 2) Vanja Suely Ramos da Silva – CIC 425.741.372-72 – CI 2188481 SEGUP/PA. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Conduru - 4ª Ofício de Notas. Esta alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 19.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 03 de Registro de Sociedade, às fls. 13, sob o nº 01. Secretaria da **OAB/PA**. Belém, 25 de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da **OAB - PARÁ**



RQS nº 03/2005 - CN
19 JAN 2006
CORREIOS
Fis: 1442
3628
Doc:

Antônio



INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL
DENOMINADA CÉLIO LIMA & ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C.

JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6258-OAB/Pa e do CPF: 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, e **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, únicos sócios componentes da Sociedade Civil denominada de **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, com sua sede que fora estabelecida na Rua Dom Romualdo de Seixas, 1642, Umarizal, 66055-200, Belém-Pa, com seu Contrato Social arquivado no Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, sob o nº de ordem - 61952, Livro A, nº 01, registrado sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: A Sociedade altera os sócios da empresa.

1- Ingressa na sociedade o sócio **ADEILSON BATISTA MENDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 9366, portador da Cédula de Id. 1.411.504 SSP/PA, CPF/MF : 711.645.883-20, residente a Av. Santarém, 292, Conj. Médice I, Marambaia, Belém-Pará, onde assume as cotas do sócio **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, cedendo e transferindo 25 (VINTE E CINCO) de suas cotas de capital, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar em tempo algum.

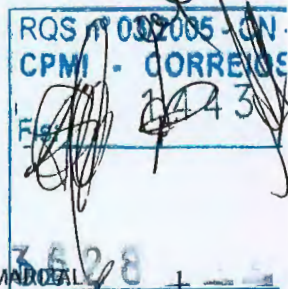
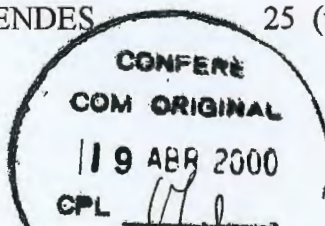
CLAUSULA SEGUNDA: A sociedade altera o seu capital, que passa ser de R\$-10.000,00 (DEZ MIL REAIS), devidamente integralizado pelos sócios e moeda corrente, correspondente a 1.000 (mil) COTAS com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada cota, passando a sua distribuição da seguinte forma:

1 - O capital social R\$- 10.000,00 (dez mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1000 (mil) cotas de R\$-10,00 (dez reais) cada, face a alteração de entrada de sócio e aumento de capital, e feita nova recomposição, ficará assim distribuído:

JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA 950 (novecentos e cinquenta) cotas = R\$ 9.500,00

CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00

ADEILSON BATISTA MENDES 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00





CLÁUSULA TERCEIRA: As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não foram modificadas pelo te instrumento, continuam em pleno vigor..

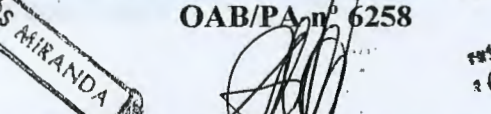
Outrossim, os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade em função de condenação criminal.

E por estarem assim justos e contratados lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas.

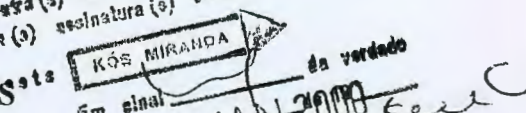
Belém-Pa, 13 de janeiro de 2000.


CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO
OAB/PA nº 8714


JOSE CELIO SANTOS LIMA
OAB/PA nº 6258

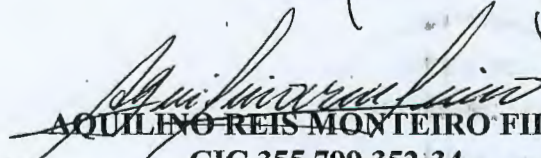

ADEILSON BATISTA MENDES
OAB/PA nº 9366

CARTORIO KÓS MIRANDA
6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 668
Tels.: 241-0694 e 241-4437
Reconheço por ter conferido com
toda (s) existente (s) em meu arquivo
e (s) assinatura (s) assinada (s) com


Em sinal da verdade
Belém (PA) 13 de JAN 2000

T. Kós B. Miranda Furtado
Escritor Juranmentada

TESTEMUNHAS:


AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO
CIC 355.799.352-34
CI 1975984 SEGUP/PA


VANJA SUELY RAMOS DA SILVA
CIC 425.741.372-72
CI 2188481 SEGUP/PA



| | |
|----------------------|---|
| RQS nº 03/2005 - CPA | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 2 |
| Ddc: | |

CERTIDÃO

A presente alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 19.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 03 de Registro de Sociedade, às fls. 13, sob o nº 02. Secretaria da OAB/PA. Belém, 25 de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da OAB - PARÁ













ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 122
CT

CERTIDÃO Nº 05/2000-RS.

Eu, **OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR**,
Vice-Presidente da **ORDEM DOS**
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da Lei, etc..

C E R T I F I C O, para fins de direito, que foi deferido:
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL
DENOMINADA **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C – JOSÉ**
CÉLIO SANTOS LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6258-
OAB/PA e do CPF 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo
de Seixas, 1642 e **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, únicos sócios
componentes da Sociedade Civil denominada de **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS**
ASSOCIADOS S/C, com sua sede que fora estabelecida na na Rua Dom Romualdo de
Seixas, 1642, Umarizal, 66055-200, Belém-Pa, com seu Contrato Social arquivado no Registro
de Títulos e Documentos 1ª Ofício, sob o nº de ordem - 61952, Livro A, nº 01, registrado
sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-
49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma de direito, alterar o Contrato
Social, mediante as cláusulas e condições a seguir: **CLÁUSULA PRIMEIRA**: A sociedade
altera os sócios da empresa. 1- Ingressa na sociedade o sócio **ADEILSON BATISTA**
MENDES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 9366, portador da
Cédula de Identidade 1.411.504 SS/PPA, CPF/MF 711.645.883-20, residente a Av. Santarém,
292, Conj. Médici I, Marambaia, Belém-Pará, onde assume as cotas do sócio **CARLOS**
VINICIUS BLANCO RENDEIRO, cedendo e transferindo 25 (vinte e cinco) de suas cotas
de capital, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar
em tempo algum. **CLÁUSULA SEGUNDA**: A sociedade altera o seu capital, que passa a ser
de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), devidamente integralizado pelos sócios e moeda
corrente, correspondente a 1.000 (mil) COTAS com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais)
cada cota, passando a sua distribuição da seguinte forma: 1- O capital social R\$- 10.000,00
(dez mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1000 (mil) cotas de R\$ 10,00 (dez reais)
cada, face a alteração de entrada de sócio e aumento de capital, e feita nova recomposição,
ficará assim distribuído: **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**: 950 (novecentos e cinquenta) cotas
= R\$ 9.500,00; **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**: 25 (vinte e cinco) cotas = R\$
250,00 e **ADEILSON BATISTA MENDES**: 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00.
CLÁUSULA TERCEIRA: As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não
foram modificadas pelo presente instrumento, continuam em pleno vigor. Outrossim, os
sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da
sociedade em função de condenação criminal. E, por estarem assim justos e contratados



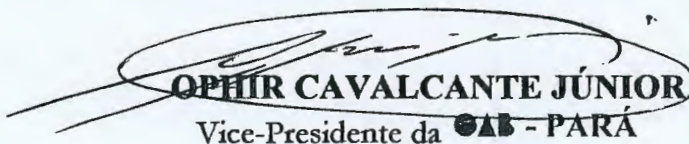
Antônio



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 123
cr

lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas. Belém-Pa, 13 de janeiro de 2000. aa) CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO – OAB/PA 8714; JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA – OAB/PA 6258; ADEILSON BATISTA MENDES – OAB/PA 9366. Testemunhas: 1) Aquilino Reis Monteiro Filho – CIC 355.799.352-34 – CI 1975984-SEGUP/PA. 2) Vanja Suely Ramos da Silva – CIC 425.741.372-72 – CI 2188481 SEGUP/PA. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Kós Miranda - 6ª Ofício de Notas. Esta alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 19.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 03 de Registro de Sociedade, às fls. 13, sob o nº 02. Secretaria da OAB/PA. Belém, 25 de janeiro de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da OAB - PARÁ



oab

PROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1446
Doc: 1

subscrito



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº: E - 3.313.567

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CGC: 01.718.722/0001-49
CELIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
RUA DOM ROMUALDO DE SEIXAS 1642 UMARIZAL
CEP: 66055-200 BELEM PA

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDE-
AIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

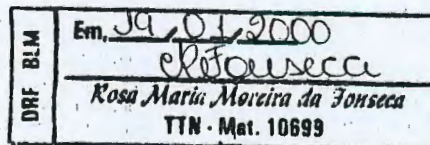
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 19/07/2000- EMITIDA EM 19/01/2000

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA



CONFERE
COM ORIGINAL
19 ABR 2000
CPL

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1/447
3618
B0058327
Doc:

fls. 125
CR



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**Certidão Negativa quanto à
Dívida Ativa da União**

Nome: CELIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
CNPJ: 01.718.722/0001-49

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

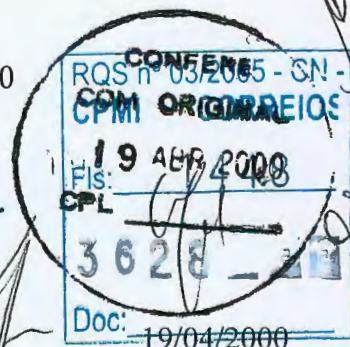
Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

Emitida às 09:35:17 do dia 19/04/2000
Válida por 30 dias da data de emissão.

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos, portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Código de Controle da Certidão: 04D1.8E19.0CBD.5F10



fls. 126
CT



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA
DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª R.F.

Nº: 00085

PROC. Nº: 00.665/2000

INTERESSADO: CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS

INSC. ESTADUAL/CNPJ/CNPF: 01.718.722/0001-49

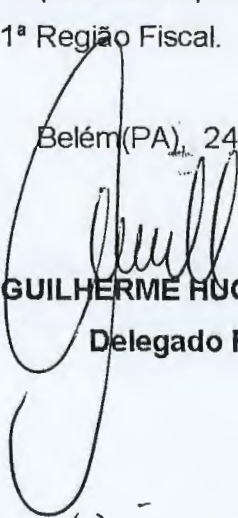
ENDEREÇO: RUA DOM ROMUALDO DE SEIXAS Nº 1642, BAIRRO UMARIZAL

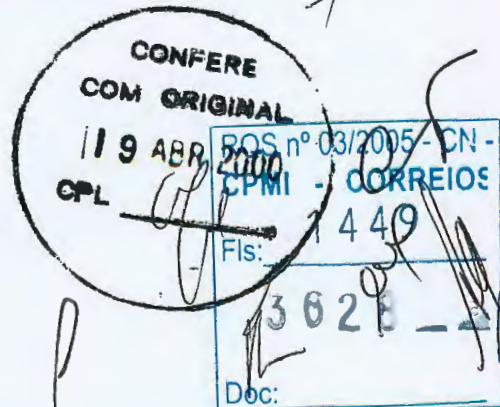
CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICAMOS, a requerimento do interessado, na conformidade dos registros desta **DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª REGIÃO FISCAL**, que conforme despachos e informações constantes do presente Expediente, NADA CONSTA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS, sob a responsabilidade do interessado.

A presente CERTIDÃO, válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição, não exime o interessado de qualquer dívida futura, porventura constatada. Por ser verdade expedimos a presente Certidão, subscrita pelo Delegado Regional da Fazenda Estadual 1ª Região Fiscal.

Belém(PA), 24 de Janeiro de 2000


GUILHERME HUGO MARTINS TAVARES
Delegado Regional - 1ª R.F.





Nº 001918

fs. 127
cr**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM****SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Certidão Negativa****Contribuinte: CELIO LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C****Endereço: RUA D ROMUALDO DE SEIXAS Nº 1642****Tributos: IPTU, TLPL, ISS-PJ****Período: 1995 a 1999****Inscrições: TLPL,ISS/PJ- 139.171-7 IPTU- 04.092.0266.000-09**

Certifico, para fins de direito que mandando rever os registros da dívida ativa inscrita na procuradoria fiscal do município, verificou-se **nada existir** em nome do(a) contribuinte acima identificado(a), ressaltando o direito da fazenda municipal de inscrever e cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do referido contribuinte. Para constar determinei que fosse extraída a presente **certidão negativa** conforme o processo nº 00913/00 de 19.01.00 que vai assinada por mim Procurador(a) Fiscal da Fazenda Municipal.

Belém - Pa, 24 de Janeiro de 2000.

*Sergio Laf*
Ana Sergio R. Cal
Procurador Fiscal/PMB
3307/A-494-OAB/P

IN nº 0004/99 de 29/07/1999 e Portaria nº 231/99

Prazo de validade: 90 dias

Não contém emendas nem rasuras

RQS nº 03/2005 - CN
COM - CORREIOS
145
28
Doc:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

fls. 128
cr

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 042052000-12601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 01.718.722/0001-49
NOME: CELIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ENDERECO: RUA DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 1642
BAIRRO OU DISTRITO: UMARIZAL
MUNICIPIO: BELEM
ESTADO: PA
CEP: 66055-200

FINALIDADE DA CERTIDAO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 19 DE ABRIL DE 2000.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

Os dados desta Certidão conferem com os constantes nos Sistemas Informatizados do INSS

Cód. Agência..... Data 12.001.080 19/04/2000

(Assinatura e Matrícula do Servidor)

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

Maria Regina Monteiro dos Santos
Mat. 0897071
APS, BELÉM NAZARÉ



fls. 129
cr



CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Inscrição

01.718.722/0001-49

Endereço

**RUA DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 1642 UMARIZAL
BELÉM PARÁ CEP 66013-080**

Validade

19/JULHO/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

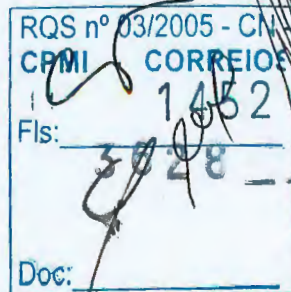
BELÉM, 21/JANEIRO DE 2000

Local e data de emissão

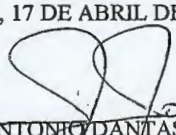
Assinatura e Carimbo
Armando Silva Cardoso
Mat. 036892-8

00503427-1 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original

31.033-6 v01



p. 130
CT

| | | | |
|--|--|---|-----------------------------------|
| CORREIOS | | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL |
| CÓDIGO: 01302-6. | | | |
| DR: 28 | RAZÃO SOCIAL: ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C
ENDEREÇO: TV. SÃO PEDRO, 566 SL 205 BAIRRO: BATISTA CAMPOS
CIDADE: BELÉM UF: PA | | |
| C.G.C.: 03.169.365/0001-32 | | INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 147.565-4 | |
| CAPITAL REALIZADO: R\$ 10.000,00 | | | |
| CÓDIGO: | DESCRIÇÃO DO RAMO DE FORNECIMENTO | | |
| 03.05.01-4 | ASSESSORIA | | |
| 03.05.04-9 | CONSULTORIA | | |
| 03.90.99-2 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ECT, ESTANDO HABILITADA A PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR QUALQUER DE SUAS DEPENDÊNCIAS PARA OS RAMOS DE FORNECIMENTO INDICADOS, DESDE QUE SATISFAÇAM TAMBÉM, AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS RESPECTIVOS EDITAIS. | | | |
| VALIDADE: 16/04/2001 | | BELÉM, 17 DE ABRIL DE 2000

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA. | |

OBSERVAÇÕES:

1. OS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E DE SEGUNDA VIA, QUE PODERÃO SER REQUERIDOS A QUALQUER TEMPO, SERÃO ATENDIDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, DESDE QUE SOLICITADOS POR ESCRITO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS.
2. A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEVERÁ SER SOLICITADA COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO TÉRMINO DA VALIDADE DESTE CERTIFICADO.
- 2.1. A NÃO MANIFESTAÇÃO DA FIRMA ATÉ O PRAZO LIMITE, RESULTARÁ NA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO REGISTRO CADASTRAL.
- 2.2. TRANSCORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O VENCIMENTO DESTE CERTIFICADO, NÃO HAVENDO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DA FIRMA CADASTRADA, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE SERÁ DESTRUÍDA, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECLAMAÇÃO POSTERIOR.
3. O REGISTRO CADASTRAL SERÁ CANCELADO NOS SEGUINTE CASOS:
 - A) QUANDO A FIRMA FOR IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ECT;
 - B) QUANDO FOR DECRETADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;
 - C) QUANDO TIVER REQUERIDO OU DECRETADO PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA;
 - D) QUANDO A FIRMA ENCERRAR SUAS ATIVIDADES.
4. CRC EMITIDO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR, 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

CAR - 03/2005 - CN -
MI - CORREIOS
1453
Fls: 3628
Doc:

CONTRATO

SOLAL

1 cópia Autêntica

1

fls. 131
CS

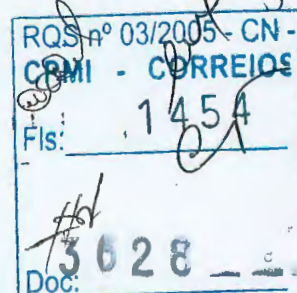
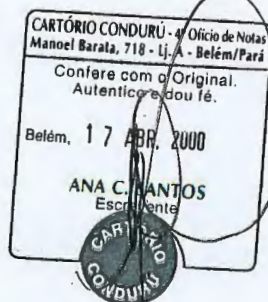
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
CIVIL PARA FINS ADVOCATÍCIOS
DENOMINADA ISAIAS CABRAL
ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.,
COMO A SEGUIR MELHOR SERÁ
DECLARADO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si firmam, **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, Brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB - PA., sob n.º 8365, CPF/MF 473.719.944-34, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, n.º 705, em Belém/PA., e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, Brasileira, Viúva, advogada, OAB n.º 6796, CPF/MF 045.479.342-15, residente e domiciliada à BR-316, Rua José de Alencar n.º 17 no Bairro da Guanabara em Belém/PA., CEP 67010-180, Para a constituição de uma **SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**, Denominada **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

Cláusula primeira:

Do objetivo e da denominação:

- A Sociedade denomina-se **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, e terá sua sede na Trav. São Pedro n.º 566 Sala 205 no Bairro de Batista Campos, CEP 66023-570, nesta cidade de Belém do Pará, tendo por objetivo a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E ASSESSORIA NESTA ÁREA.**



Cláusula Segunda:Do Capital social:

- O Capital social devidamente subscrito e devidamente integralizado neste ato, corresponde a R\$ 1.000,00 (MIL REAIS), padrão monetário nacional.

Cláusula terceira:Da Divisão do Capital Social:

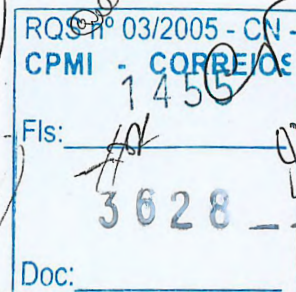
- * O Capital social está dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 10,00 (dez reais), cada quota, estando dividido entre os sócios, JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, que detém 90 (noventa) quotas, corresponde a 90% do capital social; e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, detém 10 (dez) quotas, correspondente a 10 % (dez por cento) do capital social;

Cláusula Quarta:Da vigência da sociedade:

- A presente sociedade é constitucional por prazo indeterminado, sendo o seu termo inicial considerado a data de efetiva lavratura deste instrumento;

Cláusula Quinta:Da gerência:

- A gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário, podendo praticar os atos financeiros e todos os demais atos necessários à apresentação judicial e extra-judicial da sociedade;



Cláusula Sexta:Do uso de denominação social:

- Qualquer dos sócios poderá utilizar-se da denominação social. Os Advogados associados ou contratados, desde que autorizados, por escrito pelos sócios, também poderão utilizá-la, sendo-lhe, contudo, expressamente vedada a utilização para atos financeiros;

Cláusula sétima:Do Pro-Labore:

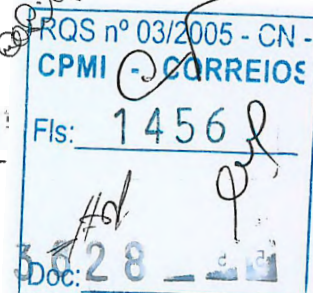
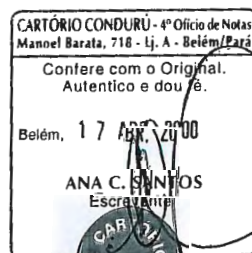
- Fica assegurada aos sócios retiradas mensais, consoante o estabelecimento pela legislação pertinente;

Cláusula Oitava:Da responsabilidade dos sócios

- Consoante o determinado art. 8º do provimento OAB; n.º 23, de 23.11.1965, cada sócio respondera pessoal, separada e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de responsabilidade disciplinar, em que possam perante a OAB;

Cláusula nona:Dos impedimentos:

- Qualquer advogado vinculado a sociedade, sócio ou não, que estiver incurso em qualquer dos impedimentos referidos no artigo 27 a 30, da lei n.º. 8906/94, estará igualmente impedido de representar judicialmente os clientes da sociedade;



fls. 134
CT

Cláusula Décima:
Da venda das quotas;

- * Se um dos sócios desejar vender uma parcela ou a totalidade de suas quotas sociais, poderá fazê-lo, desde que as ofereça, por escrito, ao outro sócio, para que este exerça o seu direito de preferência dentro de 60 (sessenta dias). Após este prazo, não tendo sido exercida a preferência, a venda poderá ser efetuada a terceiros.

A - Esta venda de quotas deverá ser efetuada nas mesmas base em que tiver sido ofertada a outros sócios;

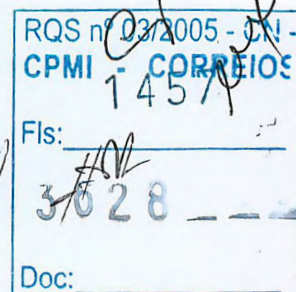
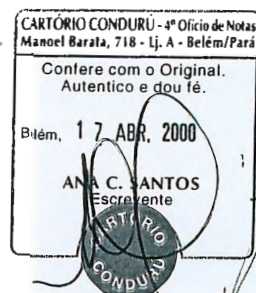
B - Caso a regra do item anterior não seja respeitada, o sócio terá direito a compra das quotas sociais na mesma base do terceiro. Este direito de preferência aqui determinado deverá ser exercido em 48 (quarenta e oito) Horas, contando da data do conhecimento por escrito do fato, sob pena de preclusão;

C - A entrada de terceiro na sociedade deverá ser precedida de consulta a outro sócio, que deverá vetá-la;

D - O Sócio remanescente na sociedade só poderá vetar a entrada de terceiro por duas vezes, ficando impedido de efetuar um terceiro veto, o que importará na aceitação tácita do pretendente desta ocasião;

Cláusula décima Primeira:
Do Falecimento ou interdição:

- No caso de falecimento de um dos sócios, suas quotas serão divididas de conforme com os direitos sucessórios. Na hipótese de interdição, o representante legal assumirá todas as responsabilidades do interdito. Em Ambos os Casos deverão ser regamente obedecidos os dispositivos deste instrumento;



Cláusula Decima Segunda:**DO Foro:**

- Para dirimir as questões decorrentes deste contrato elege-se o foro de comarca de Belém . Estado do Pará, renunciando desde já as partes , por si ou seus sucessores a qualquer outro , por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados assim o presente instrumento em 05(cinco) paginas numeradas e em 04 (quatro) vias de igual teor e forma , na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos.

Belém , 31 de março de 1999



Jose Isaias A. Cabral
JOSE ISAIAS A. CABRAL
CIC/MF 473.719.944-34



Regina Fátima Lemos Alves
REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES
CPF/MF 045.479.342-15

TESTEMUNHAS:

1. *[Signature]*
2. *Maria Elizia da Silva Jocaio*

CARTÓRIO CONDURÚ
4º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a(s) *duas*
Assina(s) com o selo.

14 MAI 1999

[Signature]
CARLA CRISTINA B. DOS SANTOS
Escritor

Manoel Barata, 718 - Lj. A
Belém - Pará

CARTÓRIO CONDURÚ - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fe.

Belém, 17 ABR. 2000

[Signature]
ANA C. SANTOS
Escritor

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1458

3028

Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 314/99-RS.

PROCESSO Nº -2193/99

Eu, **LUÍS DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR**, Diretor Secretário Adjto da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**, nos termos da Lei, etc..

CERTIFICO, para fins de direito, que revendo o Livro nº 04 de Registro de Sociedade de Advogados desta Seccional, nele verifiquei constar o seguinte: **REGISTRO Nº 162/99 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL PARA FINS ADVOCATÍCIOS DENOMINADA ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, como a seguir melhor será declarado: Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si firmam, **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB-PA., sob nº 8365, CPF/MF 473.719.944-34, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, nº 705, em Belém/PA., e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, brasileira, viúva, advogada, OAB nº 6796, CPF/MF 045.479.342-15, residente e domiciliada à BR-316, Rua José de Alencar nº 17 no Bairro da Guanabara em Belém/PA., CEP 67010-180, para a constituição de uma **SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**, denominada **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas: **CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objetivo e da denominação** - A Sociedade denomina-se **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, e terá sua sede na Trav. São Pedro nº 566 Sala 205 no Bairro de Batista Campos, CEP 66023-570, nesta cidade de Belém do Pará, tendo por objetivo a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E ASSESSORIA NESTA ÁREA**. **CLÁUSULA SEGUNDA: Do Capital social** - O Capital social devidamente subscrito e devidamente integralizado neste ato, corresponde a R\$ 1.000,00 (MIL REAIS), padrão monetário nacional. **CLÁUSULA TERCEIRA: Da Divisão do Capital**

Pç. Barão do Rio Branco nº 93, Campina, Belém/PA, CEP-66015-060/Fone: 212-2144 / Fax:- R. 213 - 217
HOME-PAGE: <http://www.interconnect.com.br/oab> **E-MAIL:** oabpa@interconnect.com.br



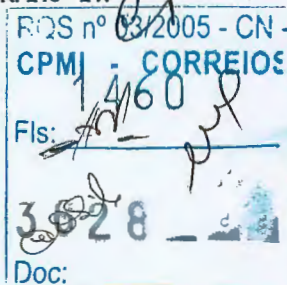


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 137
CT

Social - O Capital social está dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 10,00 (dez reais) , cada quota, estando divido entre os sócios, JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, que detém 90 (noventa) quotas, corresponde a 90% do capital social; e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, detém 10 (dez) quotas, correspondente a 10 % (dez por cento) do capital social. **CLÁUSULA QUARTA: Da vigência da sociedade** - A presente sociedade é constitucional por prazo indeterminado, sendo o seu termo inicial considerado a data de efetiva lavratura deste instrumento. **CLÁUSULA QUINTA: Da gerência** - A gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário, podendo praticar os atos financeiros e todos os demais atos necessários à apresentação judicial e extra-judicial da sociedade. **CLÁUSULA SEXTA: Do uso de denominação social** - Qualquer dos sócios poderá utilizar-se da denominação social. Os Advogados associados ou contratados, desde que autorizados, por escrito pelos sócios, também poderão utilizá-la, sendo-lhe, contudo, expressamente vedada a utilização para atos financeiros. **CLÁUSULA SÉTIMA: Do Pro-Labore** - Fica assegurada aos sócios retiradas mensais, consoante o estabelecimento pela legislação pertinente. **CLÁUSULA OITAVA: Da responsabilidade dos sócios** - Consoante o determinado art. 8º do provimento OAB; n.º 23 , de 23.11.1965, cada sócio respondera pessoal, separada e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de responsabilidade disciplinar , em que possam perante a OAB. **CLÁUSULA NONA: Dos impedimentos** - Qualquer advogado vinculado a sociedade , sócio ou não , que estiver incurso em qualquer dos impedimentos referidos no artigo 27 a 30 , da lei nº 8906/94 , estará igualmente impedido de representar judicialmente os clientes da sociedade. **CLÁUSULA DÉCIMA: Da venda das quotas** - Se um dos sócios desejar vender uma parcela ou a totalidade de suas quotas sociais, poderá fazê-lo, desde que as ofereça , por escrito , ao outro sócio, para que este exerça o seu direito de preferência dentro de 60 (sessenta dias). Após este prazo, não tendo sido exercida a preferência, a venda poderá ser efetuada a terceiros. **A-** Esta venda de quotas deverá ser efetuada nas mesmas base em que tiver sido ofertada a outros sócios; **B-** Caso a regra do item anterior não seja respeitada, o sócio terá direito a compra das quotas sociais na mesma base do terceiro. Este direito de preferência aqui determinado deverá ser exercido em 48 (quarenta e oito) horas, contando da data do conhecimento por escrito do fato, sob pena de preclusão; **C-** A entrada de terceiro na sociedade deverá ser precedida de consulta a outro sócio, que deverá vetá-la; **D-** O Sócio remanescente na sociedade só poderá vetar a entrada de terceiro por duas vezes, ficando impedido de efetuar um terceiro veto, o que importara na aceitação tácita do pretendente desta ocasião. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Do Falecimento ou interdição** - No caso de falecimento de um dos sócios, suas quotas serão divididas de conforme com os

Pç. Barão do Rio Branco nº 93, Campina, Belém/PA, CEP-66015-060/Fone: 212-2144 / Fax:- R. 213 - 217
HOME-PAGE: <http://www.interconect.com.br/oab> E-MAIL: osabpa@interconect.com.br





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

fls. 138
CF

direitos sucessórios. Na hipótese de interdição, o representante legal assumirá todas as responsabilidades do interdito. Em Ambos os Casos deverão ser regiadamente obedecidos os dispositivos deste instrumento. **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Do Foro** - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato elege-se o foro de comarca de Belém. Estado do Pará, renunciando desde já as partes, por si ou seus sucessores a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justos e contratados assim o presente instrumento em 05(cinco) paginas numeradas e em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos. Belém, 31 de março de 1999. a) **JOSÉ ISAÍAS A. CABRAL - CIC/MF 473.719.944-34 e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES - CPF/MF 045.479.342-15. TESTEMUNHAS:** 1) Ilegível; 2) Maria Elizia da Silva Leão. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Conduru - 4º Ofício de Notas. Este registro foi deferido pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção - Pará, na sessão ordinária do dia 21.05.1999, ficando uma cópia arquivada do Registro de Sociedade a qual será publicada no Diário Oficial do Estado, através de acórdão. Foi lavrado o presente termo que vai assinado pela secretaria da OAB/Pa. Belém (PA), 21 de maio de 1999.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR
Diretor Secretário Adjunto da OAB - PARÁ



Pç. Barão do Rio Branco nº 93, Campina, Belém/PA, CEP-66015-060/Fone: 212-2144 / Fax: 212-2147
HOME-PAGE: <http://www.interconnect.com.br/oab> E-MAIL: oabpa@interconnect.com.br

Fls. 138

03/2003 - CN -
CPMI - CORREIOS
1461
Fls: 1461
3028
Doc:

fls. 139
et

1

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE CIVIL PARA FINS
ADVOCATÍCIOS DENOMINADA
ISAIAS CABRAL ADVOCACIA &
ASSESSORIA S/C., COMO A SEGUIR
MELHOR SERÁ DECLARADO:**

A SOCIEDADE DENOMINADA **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, inscrita no CNPJ/MF 03.169.365/0001-32, Insc. Municipal nº 147.665-4 e devidamente registrada no Livro 04 Sob. nº 162/99 da OAB/PA., com sede à Trav. São Pedro 566 Sala 205, Bairro de Batista Campos, na cidade de Belém/PA. através de seus sócios; **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, Brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB - PA., sob nº 8365, CPF/MF 473.719.944-34, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, nº 705, em Belém/PA., e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, Brasileira, Viúva, advogada, OAB nº 6796, CPF/MF 045.479.342-15, residente e domiciliada à, Rua José de Alencar nº 17 no Bairro da Guanabara em Belém/PA., CEP 67010-180. Como únicos sócios legalmente constituídos neste momento; **RESOLVEM PELA PRIMEIRA VEZ ALTERAR O CONTRATO DA SOCIEDADE NOS TERMOS:**

Cláusula primeira:

Do Capital social:

O Capital social é acrescido e devidamente subscrito e devidamente integralizado neste ato em R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS), padrão monetário nacional, passando assim a totalizar R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) O CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE.



fls. 140
cr

Cláusula segunda:
Da Divisão do Capital Social:

O Capital social está dividido em 1000 (mil) quotas de R\$ 10,00 (dez reais), cada quota, estando dividido entre os sócios, JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, que detém 900 (novecentos) quotas, corresponde a 90% do capital social; e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, detém 100 (dez) quotas, correspondente a 10 % (dez por cento) do capital social:

E, por estarem assim justos e contratados assim o presente instrumento em 02(duas) paginas numeradas e em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos.

Belém, 02 de Abril de 2000.

[Handwritten Signature]
JOSÉ ISAIAS A. CABRAL
CIC/MF 473.719.944-34

[Handwritten Signature]
REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES
CPF/MF 045.479.342-15

TESTEMUNHAS:

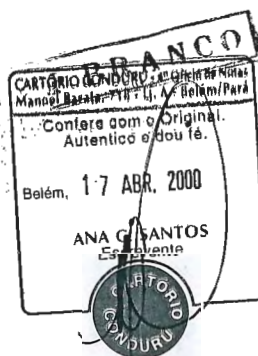
1. *[Handwritten Signature]*
2. *[Handwritten Signature]*



CERTIDÃO

A presente alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará, na sessão ordinária do dia 12.04.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 04 de Registro de Sociedade, sob o nº 01. Secretaria da OAB/PA. Belém, 13 de abril de 2000.


OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da OAB - PARÁ





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 016/2000-RS.

Eu, **OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR**, Vice-Presidente da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**, nos termos da Lei, etc..

C E R T I F I C O, para fins de direito, que foi deferido: INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA FINS ADVOCATÍCIOS DENOMINADA ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C., COMO A SEGUIR MELHOR SERÁ DECLARADO: A SOCIEDADE DENOMINADA **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.**, Inscrita no CNPJ/MF 03.169.365/0001-32, Insc. Municipal nº 147.665-4 e devidamente registrada no Livro 04 Sob. n.º 162/99 da OAB/PA., com sede à Trav. São Pedro 566 Sala 205, Bairro de Batista Campos, na cidade de Belém/PA. através de seus sócios; **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, Brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB - PA., sob n.º 8365, CPF/MF 473.719.944-34, residente e domiciliado na Av. 25 de Setembro, n.º 705, em Belém/PA., e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, Brasileira, Viúva, advogada, OAB n.º 6796, CPF/MF 045.479.342-15, residente e domiciliada à Rua José de Alencar n.º 17 no Bairro da Guanabara em Belém/PA., CEP 67010-180. Como únicos sócios legalmente constituídos neste momento; **RESOLVEM PELA PRIMEIRA VEZ ALTERAR O CONTRATO DA SOCIEDADE NOS TERMOS:**
Cláusula primeira: Do Capital social; O Capital social é acrescido e devidamente subscrito e devidamente integralizado neste ato em R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS), padrão monetário nacional, passando assim a totalizar R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) O CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE. **Cláusula segunda:** Da Divisão do Capital Social; O Capital social está dividido em 1000 (mil) quotas de R\$ 10,00 (dez reais), cada quota, estando divido entre os sócios, JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, que detém 900 (novecentos) quotas, corresponde a 90% do capital social; e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, detém 100 (dez) quotas, correspondente a 10 % (dez por cento) do capital social: E, por estarem assim justos e contratados assim o presente instrumento em 05(cinco) paginas numeradas e em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos. Belém, 02 de Abril de 2000. aa) **JOSÉ ISAIAS A. CABRAL - CIC/MF 473.719.944-34, REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES - CPF/MF 045.479.342-15. TESTEMUNHAS:** 1) Ilegível, 2) Ilegível. Esta alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 12.04.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 04 de Registro de Sociedade, sob o nº 01. Secretaria da OAB/PA. Belém, 13 de abril de 2000.

OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR

Vice-Presidente da OAB - PARÁ

Pg. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br



03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
1464
Pis:
3628
Doc:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº: **E-258** 3.558.333

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CNPJ: **03.169.365/0001-32**

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA

TV. SAO PEDRO 566 SALA 205 BATISTA CAMPOS

CEP: 66023-570 BELEM-PA

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUANTASQUER

DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, ATUAL E FUTURA, QUE

APURADAS, CERTIFICADO QUE NÃO CONSUMAM ATE ESTA DATA, NENHUMA UNIDADE

DEPENDENCIAS EM SEU NOME, RIAATIVAS AOS CONTRIBUTIVOS E CONTRIBUTORES

RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ESTA CERTIDAO REPRER-SERVA COMO VOUCHER DE QUITACAO DO PAGAM

DO POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM

DIVIDA ATIVA DA UNIAO ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA

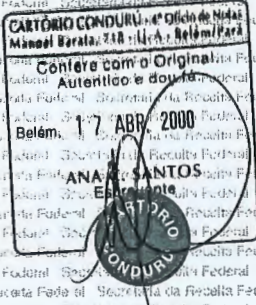
ZENDA NACIONAL

VALIDADE ATÉ 13/10/2000 - EMITIDA EM 12/04/2000

RETA CERTIDAO ABRANGE ISOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

CARIMBO / ASSINATURA

EXPEDIDA GRATUITAMENTE



Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

B-0089-2800
CPM - CORREIOS

3648
Doc:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARA

fls. 143
REQUERIMENTO Nº 1
01438/2000

CERTIDÃO Nº
01495/2000

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO ✓

ME COMPLETO

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S C ✓

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF

03.169.365/0001-32

ANTIDOTE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO
IMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE
NHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE
NADA EXISTIR *****
NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA
RTIDÃO NEGATIVA, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

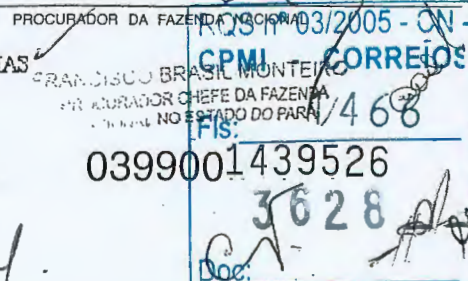
BELEM

, 06 de ABRIL de 2000 ✓



ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 180 DIAS
RT. 3o. DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA
DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL 1ª R.F.

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS**

Nº 0383

PROCESSO Nº 3.886/2000

INTERESSADO: ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA ✓

INSC. ESTADUAL/CNPJ/CNPJ: 03.169.365/0001-32

ENDEREÇO: TRV. SÃO PEDRO, 566, SALA 205 - BATISTA CAMPOS

CERTIFICO a requerimento da interessada, na conformidade dos registros desta DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL – 1ª REGIÃO FISCAL, conforme despachos proferidos no processo em referência, que NÃO CONSTAM, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos estaduais.

A presente CERTIDÃO será válida pelo prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data de sua expedição, não eximindo, entretanto, a interessada de qualquer dívida que porventura venha a ser constatada futuramente.

Por ser verdade mandei expedir a presente, que vai por mim datada e assinada.

Belém, 13 de abril de 2000.

GUILHERME HUGO MARTINS TAVARES
DELEGADO REGIONAL – 1ª R. F.

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mauel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fé.
Belém, 14 ABR. 2000
FOS nº 03/2005 CN -
ANA CRISTINA DIAS
Escritor
CORREIOS
3628
Doc:



Nº 005989

145
CR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº. 005989/2000 - SEFIN/DETM

VÁLIDA ATÉ: 12 de Maio de 2000

NOME DO CONTRIBUINTE: ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 147.565-4

CNPJ: 03.169.365/0001-32

ENDEREÇO: TRAV SAO PEDRO, 000566 SALA-205

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações preliminares constantes no processo nº 032268/2000 que não constam, até a presente data, débitos lançados e vencidos da Taxa de Licença Para Localização (TLPL), do Imposto Sobre Serviços (ISS/PJ) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício de 2000, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos porventura apurados futuramente de responsabilidade do requerente.

EMITIDA EM: 12 de Abril de 2000

IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

NOME: Marcos Vinícios Lisboa

MATRÍCULA: 0020230-010

CARIMBO E ASSINATURA:

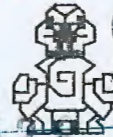
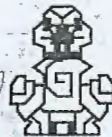
Assinatura
Marcos Vinícios Lisboa
Chefe da Div. de Cadastro
Mat. 20230-010 SEFIN-DETM



*Art. 208. A certidão negativa com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber (Código Tributário Nacional)

RQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS

Fls. 1468





Nº 006067

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Certidão Negativa

Contribuinte: ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.

Endereço: TRAV. SÃO PEDRO Nº 566 SL/205

Tributos: IPTU, TLPL, ISS-PJ

Período: 1995 a 1999

Inscrições: TLPL,ISS/PJ- 147.565-4 IPTU- 15.003.0331.011-32

Certifico, para fins de direito que mandando rever os registros da dívida ativa inscrita na procuradoria fiscal do município, verificou-se **nada existir** em nome do(a) contribuinte acima identificado(a), ressaltando o direito da fazenda municipal de inscrever e cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do referido contribuinte. Para constar determinei que fosse extraída a presente **certidão negativa** conforme o processo nº 32268/00 de 06.04.00 que vai assinada por mim Procurador(a) Fiscal da Fazenda Municipal.

Belém - Pa, 12 de Abril de 2000.

Mario Celio Duarte

Mario Celio Duarte
Procurador Municipal SEFIN/PMB

CARTÓRIO CURADOR - 4º Ofício de Notas
Mandou Daralta, 718 - Lt. A - Belém/Para

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 14- ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritor

In nº 0004/99 de 29/07/1999 e Portaria nº 231/99
Prazo de validade: 90 dias
Não contém emendas nem rasuras

REC. 03/2005 - PMB
CPMU - CORREIOS
146
Fls:
Doc:



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº033432000-12601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 03.169.365/0001-32
NOME: ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C
ENDEREÇO: TRAV. SÃO PEDRO, 566 SALA 205
BAIRRO ou DISTRITO: BATISTA CAMPOS
MUNICÍPIO: BELEM
ESTADO: PA
CEP: 66023-570

GRUPO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Conte com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 14 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

CARTÃO
CONDURU

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERAÇÕES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO À EXPEDIÇÃO DESTA CERTIDÃO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VÁLIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DEVERÁ SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 24 DE MARÇO DE 2000.
VÁLIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO

Os dados desta Certidão conferem com os constantes nos Sistemas Informatizados do INSS.

Cód. Agência: 120001 Data: 24/03/2000
Ass: Carlos Nascimento (Assinatura do Servidor)

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

AFS. BELEM HAZARE
Mat. 6.23906

Carlos Nascimento

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIOS
7470
FS
3626
24/03/00
Doc:

10.148
fcr

stj

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 3628
Doc: 3628



CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

| | |
|---|--|
| Razão Social
ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C | Inscrição
03.169.365/0001-32 |
| Endereço
TV SÃO PEDRO, 205 BATISTA CAMPOS BELÉM
PARÁ CEP 66.023-570 | Validade
04 / OUTUBRO / 2000 |

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CONJUNTO - 4º Ofício de Not. e Rec.
Manoel Brás, 718 - Il. A. Belém/PA
Belém, 14 ABR. 2000
ANA CRISTINA DIAS
Escrevente
Conte com o Original.
Autentico e dou fé.

BELÉM (PA) 07/ABRIL/2000

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo
Amaury Jackson M. Teixeira
Mat. 085.846-0
Gerente

00516739 3 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e cópias somente terão validade mediante apresentação do original.



JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DA CAPITAL

Ubiraci da Rocha Sidrim

Distribuidor Contador e Partidor do Juízo

Distribuidor dos Títulos em Protesto

Fones: 218-2160 / 276-0141 / 276-0338

Ubirandir da Rocha Sidrim

Fabício Tavares Sidrim

Vilma Sidrim de Carvalho

Conceição das Graças Tavares Sidrim

Jurandir Sebastião Tavares Sidrim

Escreventes Juramentados

BELÉM - PARÁ

UBIRACI DA ROCHA SIDRIM Distribuidor, Contador e Partidor do Juízo por nomeação

legal, etc,



CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, e, em virtude das atribuições de meu cargo, que revendo os livros de distribuições de meu cartório no de letra "C" no período de tempo decorrido de 1º de janeiro de mil novecentos e noventa e sete (1997) à data de hoje, nêles não encontrei lançamento algum de ação de **FALÊNCIA** nem mesmo **CONCORDATA** quer **PREVENTIVA** quer **SUSPENSIVA** em que fosse requerido (a) **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C** firma desta praça, portadora do CNJ nº 03.169.365/0001-32. E nada mais se continha ao lançamento a que me reporto. O referido é verdade e dou fé.



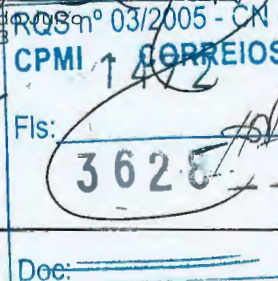
Belém, 17 ABR. 2000

ANA C. SANTOS
Escrivente

Belém, Pará, 14 de abril de 2000



Distribuidor Contador e Partidor do Juízo
C.G.C. 04.978.441/0001-13



Fls:

3625

Doc:



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

1
fls. 150
CR

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

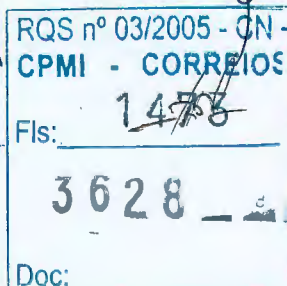
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/1999

A T I V O

| | | | |
|-------------------------------------|----------|-----------------|-----------------|
| CIRCULAÇÃO | | | 4.263,10 |
| DISPONÍVEL | | 3.700,22 | |
| Caixa | 560,00 | | |
| Bancos C/Movimento | 3.140,22 | | |
| | | | |
| DIREITO REALIZÁVEL A C/PRAZO | | 562,88 | |
| Cont. Social Estimativa | 87,20 | | |
| IRPJ Estimativa | 475,68 | | |
| | | | |
| PERMANENTE | | | 4.979,57 |
| IMOBILIZADO | | 4.979,57 | |
| Móveis e Utensílios | 1.081,79 | | |
| Máquinas e Equipamentos | 4.114,28 | | |
| (-) Depreciação Acumulada | 216,50 | | |
| | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | | 9.242,67 |



Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.





**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

P A S I V O

| | | |
|------------------------------------|----------|-----------------|
| CIRCULANTE | | 1.780,77 |
| Obrigações a Recolher | 598,45 | |
| IRPJ Estimativa a Recolher | 108,00 | |
| Cont. Social Estimativa a Recolher | 19,80 | |
| Outras Contas | 1.054,52 | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 7.461,90 |
| Capital Social | 1.000,00 | |
| Lucro do Exercício | 6.461,90 | |
| TOTAL DO PASSIVO | | 9.242,67 |

CARTÓRIO
Escritório de Notas

DIETANE SANTOS
30.7.77
Av. Gov. Magalhães Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
FONE: 091-2491566 CEP: 66040-170 - BELÉM - PA

JOSE ORLANDO MORAES DE OLIVEIRA JR.
CONTADOR CRC PA 7680

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
0112360-JOSE ORLANDO MORAES DE OLIVEIRA
JUNIOR.

Em testemunho da verdade.
BELÉM, 17 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escritor

16

JOSE ISAIAS ALBUQUERQUE CABRAL
ADVOGADO OAB PA 8365

CARTÓRIO CONDURU - 4º. Ofício de Notas
Mannel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s)
Firma(s) com o selo.

Belém, 17 ABR. 2000

ANA C. SANTOS
Escritor

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

CARTÓRIO CONDURU - 4º. Ofício de Notas
Mannel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Conferir com o Original.
Autentico e dou fe'.

Belém, 17 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritor

RQS nº 03/2005 - CN
OPMI - CORREIOS

1474

3623



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA
Advogados

1 fls-15
ter

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 15/04/2000

ATIVO

| | | | |
|-------------------------------------|----------|------------------|------------------|
| CIRCULAÇÃO | | | 13.119,51 |
| DISPONÍVEL | | 7.231,19 | |
| Caixa | 1.800,00 | | |
| Bancos C/Movimento | 5.431,19 | | |
| DIREITO REALIZÁVEL A C/PRAZO | | 5.888,32 | |
| Cont. Social Estimativa | 227,52 | | |
| IRPJ Estimativa | 460,80 | | |
| Contas a Receber | 5.200,00 | | |
| PERMANENTE | | | 10.886,70 |
| IMOBILIZADO | | 10.886,70 | |
| Móveis e Utensílios | 2.307,90 | | |
| Máquinas e Equipamentos | 8.795,30 | | |
| (-) Depreciação Acumulada | 216,50 | | |
| TOTAL DO ATIVO | | | 24.006,21 |

PASSIVO

| | | | |
|------------------------------------|-----------|--|------------------|
| CIRCULANTE | | | 1.672,75 |
| Obrigações a Recolher | 349,14 | | |
| IRPJ Estimativa a Recolher | 141,60 | | |
| Cont. Social Estimativa a Recolher | 63,72 | | |
| Outras Contas | 1.118,29 | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | 22.333,46 |
| Capital Social | 10.000,00 | | |
| Lucros Acumulados | 6.461,90 | | |
| Lucro do Exercício | 5.871,56 | | |
| TOTAL DO PASSIVO | | | 24.006,21 |

30. TABELIONATO DE NOTAS - 01351
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - S. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELEM-PA

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) supra assinada(s) de:
0112360-JOSÉ ORLANDO MORAES DE OLIVEIRA
JUNIOR.

Em testemunha
BELEM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrevente

JOSÉ ORLANDO M. OLIVEIRA JR.
CONTADOR CRC PA 7680

Trav. São Pedro, n.º 560 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Belém - PA - Telefone: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i.cabral@amazon.com.br

Adrian de
Santos Filho
JUL 13 2000
Av. M. Barata

CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fe' que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autenticado esta via

19 ABR 2000
Fis:
da Verdade
Roberto Oliveira
Escritor João

13/03/2005 - CN
CPMI 7 - CORREIO



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

2 fls. 153
CT

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 15/04/2000

| | | |
|-----------------------------|----------|-----------|
| RECEITA DE SERVIÇOS | | 19.200,00 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA | | 1.180,80 |
| RECEITA LÍQUIDA | | 18.019,20 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS | | 6.729,91 |
| LUCRO BRUTO | | 11.289,29 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | 4.729,41 |
| - Despesas Administrativas | 3.875,84 | |
| - Despesas Tributárias | 634,13 | |
| - Despesas Financeiras | 219,44 | |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 6.559,88 |
| PROVISÃO P/CONT. SOCIAL | | 227,52 |
| PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA | | 460,80 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 5.871,56 |

FATURAMENTO DE JAN A 15 DE ABR/2000

| | |
|-----------|-----------|
| JANEIRO | 5.600,00 |
| FEVEREIRO | 5.200,00 |
| MARÇO | 5.900,00 |
| ABRIL | 2.500,00 |
| TOTAL | 19.200,00 |

QUEIROZ SANTOS
3o. TABELIONATO DE NOTAS 01361
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - S. B. 700
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) supra assinada(s) de:
0112360-JOSÉ ORLANDO MORAES DE OLIVEIRA
JUNIOR

Em testemunha da verdade,
BELÉM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrivente

16

JOSÉ ORLANDO M. OLIVEIRA JR.
CONTADOR CRC PA 7680

Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i.cabral@amazon.com.br

Belém-Pará

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS nº 03/05 - CN-
3º Ofício de Notas - Belém-PA
Certifico e dou fé que o presente é uma
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

19 ABR 2000

da Verdade 628

Fls: 1476

Roberto Oliveira Morel
Escrivente Juntado

154
cr

Senhor Contribuinte,

Este Cartão substitui o cartão CGC. Confira os seus dados e, se houver qualquer divergência, dirija-se à Unidade Administrativa da SRF de sua jurisdição para as alterações necessárias.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00000207

|  | | | |
|---|---|--------------------------------|----------------------------------|
| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.169.365/0001-32 | CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA
PESSOA JURÍDICA | DATA DE ABERTURA
14/05/1999 | VALIDADE DO CARTÃO
30/06/2001 |
| NOME EMPRESARIAL
ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.11-0-01 - Serviços advocatícios | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
211-9 - SOCIEDADE CIVIL COM FINS LUCRATIVOS | | | |
| LOGRADOURO
TV. SÃO PEDRO | NÚMERO
566 | COMPLEMENTO
SALA 205 | |
| CEP
66023-570 | BAIRRO/DISTRITO
BATISTA CAMPOS | MUNICÍPIO
BELEM | UF
PA |
| CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE | | | |
| CPF DO RESPONSÁVEL
473.719.944-34 | SITUAÇÃO ESPECIAL | | |

APROVADO PELA IN/SRF Nº. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ufpa

Autuário

cr

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1472 |
| 3628 |
| PUC. |



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



CONTRATO
ECT/SRF
8351/95

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C

TV. SAO PEDRO, 566 SALA 205
BATISTA CAMPOS

66023-570 BELEM, PA

RR 134759291 BR



AR

CNPJ

CADASTRO NACIONAL
DA PESSOA JURÍDICA

00000207



REMETENTE
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ENDEREÇO PARA DIVULGAÇÃO
SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
AV. PERIMETRAL DA CIÊNCIA, 832
TERRA FIRME
CEP - 66.077-830 - BELEM, PA

| | | |
|--|--|--------------------------------|
| ☐ MUDOU-SE | ☐ FALECIDO | ☐ |
| ☐ DESCONHECIDO | ☐ AUSENTE | ☐ |
| ☐ NÃO RESIDENTE | ☐ NÃO PROCURADO | VISTO ☐ |

DESTAQUE 4011

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

155
CT



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIVISÃO DE CADASTRO FISCAL
FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

01 INSCRIÇÃO MUNICIPAL
USO DA SEFIN

NÚMERO 347565 DV 4

02 OPERAÇÃO

CADASTRAMENTO ☒ 018
ALTERAÇÃO CADAST ☐ 028
BAIXA DE INSCRIÇÃO ☐ 034

03 IDENTIFICAÇÃO

01 TIPO DE CONTRIBUINTE
- PESSOA FÍSICA ☐ 019
- PESSOA JURÍDICA - SOCIEDADE CIVIL ☒ 027
- PESSOA JURÍDICA - OUTRA ☐ 035

02 C.G.C. OU C.I.C.
Nº BÁSICO 03269365 COMPLEMENTO 0001 CONTROLE 32
C.G.C. Nº BÁSICO C.I.C.

03 NOME OU RAZÃO SOCIAL
ISAIAS GABRAL ADVOCACIA A ASSESSOR
IA S / C

04 SIGLA OU EXPRESSÃO DE FANTASIA

04 LOCALIZAÇÃO

05 TP LOGRAD. 06 NOME DO LOGRADOURO
TRAVSÃO PEDRO

07 NÚMERO 566 08 COMPLEMENTO SALA 205

09 PERÍMETRO
TAMANDARÉ VEIGA CABRAL

10 BAIRRO BATISTA CAMPOS 11 CEP 66023570

12 DISTRITO
BELEM ☒ 015
ICOARACI ☐ 023
MOSQUETRO ☐ 031
OUTEIRO ☐ 040

13 TELEFONE(S)

14 PUBLICIDADE E H. ESPECIAL
☐ TAXA DE PROPAGANDA
☐ IDENTIFICAÇÃO
☐ MURAL
☐ MOSTRUÁRIO
☐ HORÁRIO ESPECIAL

05 ATIVIDADES ECONÔMICAS EM EXERCÍCIO

| | | 15 | 16 | 17 |
|-----------|----|-------------------------------------|----------------|---------------------|
| | | DESCRIÇÃO | DATA DE INÍCIO | CÓDIGO DE ATIVIDADE |
| PRINCIPAL | 01 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. | 140599501018 | |
| OUTRAS | 02 | | | |
| | 03 | | | |
| | 04 | | | |
| | 05 | | | |
| | 06 | | | |
| | 07 | | | |
| | 08 | | | |
| | 09 | | | |
| | 10 | | | |

RQS nº 03/2005 CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1478
3628
Doc:

[illegible]

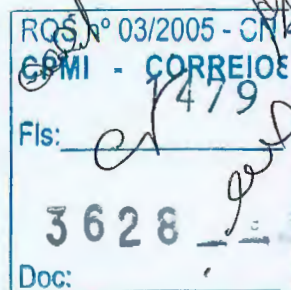
156

| | | | |
|--|---|--|--|
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS | | CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL | |
| DR: 28 | CÓDIGO: 00290-3
RAZÃO SOCIAL: BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 2476 BAIRRO: CREMAÇÃO
CIDADE: BELÉM UF: PA | | |
| C.G.C.: 63.806.996/0001-47 | | INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO | |
| CAPITAL REALIZADO: R\$ 10.000,00 | | | |
| CÓDIGO: | DESCRIÇÃO DO RAMO DE FORNECIMENTO | | |
| 03.05.01-4 | ASSESSORIA | | |
| 03.05.04-9 | CONSULTORIA | | |
| 03.90.99-2 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ECT, ESTANDO HABILITADA A PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR QUALQUER DE SUAS DEPENDÊNCIAS PARA OS RAMOS DE FORNECIMENTO INDICADOS, DESDE QUE SATISFAÇAM TAMBÉM, AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS RESPECTIVOS EDITAIS. | | | |
| VALIDADE: 20/01/2001 | | BELÉM, 21 DE JANEIRO DE 1999

PAULO ANTONIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO/DR/PA. | |

OBSERVAÇÕES:

- OS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E DE SEGUNDA VIA, QUE PODERÃO SER REQUERIDOS A QUALQUER TEMPO, SERÃO ATENDIDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, DESDE QUE SOLICITADOS POR ESCRITO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS.
- A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEVERÁ SER SOLICITADA COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO TÉRMINO DA VALIDADE DESTES CERTIFICADO.
 - A NÃO MANIFESTAÇÃO DA FIRMA ATÉ O PRAZO LIMITE, RESULTARÁ NA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO REGISTRO CADASTRAL.
 - TRANSCORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O VENCIMENTO DESTES CERTIFICADO, NÃO HAVENDO QUALQUER PRONUNCIAMENTO DA FIRMA CADASTRADA, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE SERÁ DESTRUÍDA, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECLAMAÇÃO POSTERIOR.
- O REGISTRO CADASTRAL SERÁ CANCELADO NOS SEGUINTES CASOS:
 - QUANDO A FIRMA FOR IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ECT;
 - QUANDO FOR DECRETADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;
 - QUANDO TIVER REQUERIDO OU DECRETADO PROCESSO DE FALÊNCIA OU DE CONCORDATA;
 - QUANDO A FIRMA ENCERRAR SUAS ATIVIDADES.
- CRC EMITIDO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

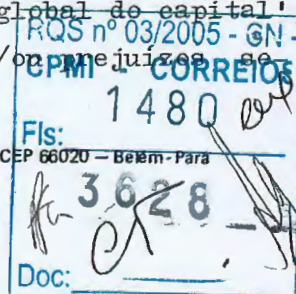
C E R T I D ã O

Nº 31/91

PROCESSO Nº 033/91

Eu, PROPÉRCIO OLIVEIRA FILHO, Diretor de Secretaria da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARÁ, nos termos da Lei, etc.

C E R T I F I C O, para fins de direito, que revendo o Livro nº 02 de Registro de Sociedade de Advogados desta Seccional, nele verifiquei às fls. 14 a 15, no qual consta o seguinte: REGISTRO Nº 51 - Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Sociedade Civil, como abaixo melhor se declara: Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Sociedade Civil de Advogados, entre partes e na melhor forma de direito, ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO e JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO DE BRITTO FILHO, brasileiros, o primeiro solteiro e o segundo casado, advogados, inscritos na OAB/Pa. sob os nºs. 3961 e 5098, CIC/MF Nºs. 158.386.172-68 e 158.389.002-53, respectivamente, domiciliados e residentes nesta cidade, têm entre si justo e contratado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade terá a denominação BARRA BRITTO S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, podendo ainda utilizar a de ESCRITÓRIO BARRA BRITTO, com duração por prazo indeterminado, e sede na Av. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo, nesta cidade.. CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços profissionais de Advocacia, assim definidos na Lei Federal nº 4.215/63. CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de Cr\$-200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros), representado por 200.000 (Duzentas mil) cotas no valor unitário e igual em moeda corrente e legal do país, divididas da seguinte forma: O Sócio ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO detém 100.000 (Cem mil) cotas do mesmo valor global e o sócio JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO DE BRITTO FILHO detém 100.000 (Cem mil) cotas do mesmo valor global. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao Valor global do capital social total. PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e/ou prejuízos, se





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

158
cr

Nº

rão repartidos entre os sócios na proporção das cotas do capital social detidos por cada qual. CLÁUSULA QUARTA: A Sociedade será representada em juízo indistintamente pelos sócios em conjunto ou isoladamente, bem como fora dele. CLÁUSULA QUINTA: O balanço anual e a apuração da conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano. CLÁUSULA SEXTA: Fica vedado aos sócios exercerem a Advocacia fora da Sociedade, salvo em cargo público que permita tal exercício. CLÁUSULA SÉTIMA: O Sócio que pretender se retirar da Sociedade, deverá ofertar suas cotas do capital social ao outro sócio, mediante carta com aviso de recepção, que terá preferência para adquiri-las. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante (capital, lucros e prejuízos) serão apurados em balanço que para tal fim será levantado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da manifestação de vontade de se retirar da sociedade e serão pagos em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o regerido do balanço, e assim por diante, sem juros. PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente vedada a cessão ou transferência das cotas a terceiros a qualquer título, oneroso ou gratuitamente, sem a expressa anuência do outro sócio. CLÁUSULA OITAVA: Os sócios farão jus a um "pro labore" mensal, que será levado a débito da conta de "Despesas Gerais de Administração" em verba a ser fixada por consenso entre os sócios, obedecidos os limites fixados na legislação pertinente. PARÁGRAFO ÚNICO: A fixação do "pro labore" constará de ata de reunião da diretoria, lavrada no livro competente. CLÁUSULA NONA: Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em consenso, facultando-se ao discordante, o direito de se retirar da sociedade, na forma prevista na cláusula sétima deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA: O foro competente para dirimir dúvidas deste contrato é o da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: Esta sociedade rege-se pelo presente instrumento, pela Lei nº 4.215/63 e legislação aplicável. CLÁUSULA

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém-Pará

Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.

Belém, 18 APR. 2000

ANA C. SANTOS
Escrivente



RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1481
Doc: R3688



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

Nº

DÉCIMA-SEGUNDA: Esta sociedade considera-se fundada pelos sócios que a compõem, em 1º de janeiro de 1991. E por estarem justos e contratados assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas. Belém, 27 de dezembro de 1990. aa) ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO - JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO DE BRITTO FILHO. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Tabelião do Cartório Queiroz Santos, -desta cidade. Testemunhas: 1º - Ilegível 2º João Humberto Brito. Este registro foi deferido pelo Conselho Secional do Pará, da Ordem dos Advogados do Brasil, em reunião ordinária do dia 19 de fevereiro de 1991, ficando arquivada uma cópia do contrato desta Sociedade na Secretaria desta Secional. Foi lavrado o presente termo de Registro que vai assinado pela Diretoria da Secretaria. Belém, 25 de fevereiro de 1991.

V I S T O :



FRANCISCO BRASIL MONTEIRO

Presidente





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº: E- 3.326.197

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 63.806.996/0001-47
BARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS
AV CONSELHEIRO FURTADO 2476 TERREO S 101 102 NAZARE
CEP: 66040-100 BELEM PA

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
DE 1966, (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-
FERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
CADO SOMENTE DÉBITOS EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
NA CONDIÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

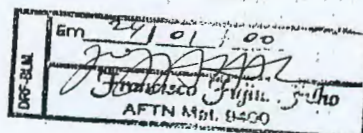
PARCELAMENTO DE DÉBITO:
COFINS, PIS/PASEP

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DO CON-
TRIBUINTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NÃO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INSCRITOS EM
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VÁLIDADE ATÉ 24/07/2000 - EMITIDA EM 24/01/2000

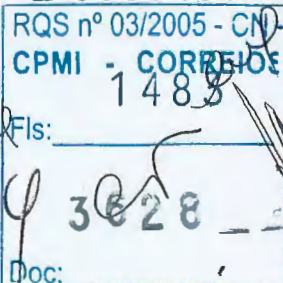
ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO
EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA



Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

B 0058406





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARA

REQUERIMENTO Nº

01304/2000

CERTIDÃO Nº

00425/2000

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

BARRA BRITO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF

63.806.996/0001-47

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE

EXISTIREM INSCRIÇÕES ATIVAS *****

EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO POSITIVA, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

BELEM

06 de ABRIL

de 2000

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

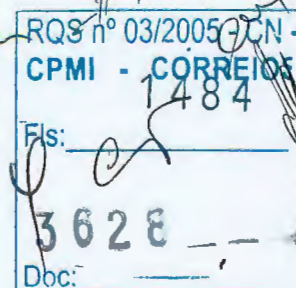
FRANCISCO BRASIL MONTEIRO

PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 180 DIAS
ART. 3º. DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0399001439512





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

fls. 162
cr

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
(Complementação)

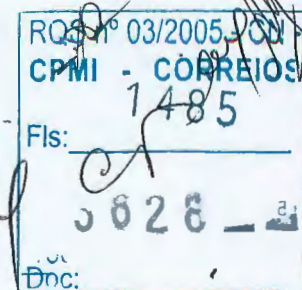
Certifico em complementação à "CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO" de nº 0399001439512, relativa ao contribuinte BARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, que há 2 (duas) inscrições ativas 20 6 99 002934-60 e 20 6 99 002935-41, referentes aos processos 10280.203454/99-16 e 10280.203455/99-71, no valor atual de R\$-13.171,02, objetos de parcelamentos na jurisdição da PFN/PA, concedidos em 30 parcelas cada, pelo que, a certidão positiva a que esta complementação se refere, tem efeito de certidão negativa, a teor do art. 206, do CTN e validade de 30 (trinta) dias. Dado e passado na Cidade de Belém, Estado do Pará, na sede da Procuradoria da Fazenda Nacional neste Estado, aos seis dias do mês de abril de dois mil. Eu, Francisca Maria, servidora da PFN/PA, digitei e subscrevi.

FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA
NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

C338



mail



Pa. 163
ex

Senhor Contribuinte,

Este Cartão substitui o cartão CGC. Confira os seus dados e, se houver qualquer divergência, dirija-se à Unidade Administrativa da SRF de sua jurisdição para as alterações necessárias.

Por ocasião da emissão do Cartão CNPJ foram constatadas as pendências discriminadas abaixo, cuja não regularização dentro do prazo de 60 dias, contados a partir da data de referência, ensejará sua inclusão em programa específico de fiscalização da SRF.

Pendências Relativas

AO QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES
A AUSÊNCIA NA ENTREGA DE DECLARAÇÕES
AO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

O detalhamento das pendências e orientações para regularização estão à sua disposição no site da Secretaria da Receita Federal, na INTERNET, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, item PAR - Programa de Auto-regularização de Situação Fiscal - Extrato.

Número do Extrato: 015.721.260-60

Atenção: O número acima será utilizado na consulta das pendências e no Programa de Auto-regularização de Situação Fiscal - PAR.

Data de Referência: 07/06/1999

00005583

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | | |
|--|---|---------------------------------|----------------------------------|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO
63.806.996/0001-47 | CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA
PESSOA JURÍDICA | DATA DE ABERTURA
08/03/1991 | VALIDADE DO CARTÃO
30/06/2001 |
| NOME EMPRESARIAL
BARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ESCRITORIO BARRA BRITTO | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.11-0 - ATIVIDADES JURÍDICAS | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
211-9 - SOCIEDADE CIVIL COM FINS LUCRATIVOS | | | |
| LOGRADOURO
AV CONSELHEIRO FURTADO | NÚMERO
2476 | COMPLEMENTO
TERREO S 101 102 | |
| CEP
66040-100 | BAIRRO/DISTRITO
NAZARE | MUNICÍPIO
BELEM | UF
PA |
| CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE | | | |
| CPF DO RESPONSÁVEL
158.386.172-68 | SITUAÇÃO ESPECIAL | | |

APROVADO PELA IN/SRF Nº. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

CARTÃO CONCURSO - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confira com o Original.
Autentico a dou 16.

Belém, 03 ABR, 2000

ANA CRISTINA DIAS
Esc. CARTEIRO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1486
Fls: 3628
Doc:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



CONTRATO
ECT/SRF
8351/95

BARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS

ESCRITORIO BARRA BRITTO
AV. CONSELHEIRO FURTADO, 2476 - TERREO - S. 101 - 102 -
NAZARE

66040-100 - BELEM, PA

RR 107191695 BR



AR

CNPJ

CADASTRO NACIONAL
DA PESSOA JURÍDICA

00006583

REMETENTE
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
AV. PERIMETRAL DA CIÊNCIA, 832
TERRA FIRME
CEP - 66.077-830 - BELEM, PA

| | | |
|--|--|--------------------------------|
| ☐ MUDOU-SE | ☐ FALECIDO | ☐ |
| ☐ DESCONHECIDO | ☐ AUSENTE | ☐ |
| ☐ END. INSUFICIENTE | ☐ NÃO PROCURADO | ☐ VISTO |

Antônio

rep



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA
DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª R.F.

fls. 164
cr

Nº: 0002

PROC. Nº: 16.346/99

INTERESSADO: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

INSC. ESTADUAL/CNPJ/CNP: 63.806.996/0001-47

ENDEREÇO: AV. CONSELHEIRO FURTADO, 2476, TERREO, SALAS 101 e 102

CERTIDÃO NEGATIVA

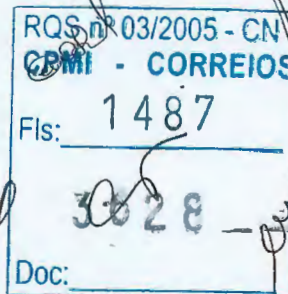
CERTIFICAMOS, a requerimento do interessado, na conformidade dos registros desta **DELEGACIA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª REGIÃO FISCAL**, que conforme despachos e informações constantes do presente Expediente, **NADA CONSTA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS**, sob a responsabilidade do interessado.

A presente CERTIDÃO, válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição, não exime o interessado de qualquer dívida futura, porventura constatada. Por ser verdade expedimos a presente Certidão, subscrita pelo Delegado Regional da Fazenda Estadual 1ª Região Fiscal.

Belém(PA), 04 de Janeiro de 2000

GUILHERME HUGO MARTINS TAVARES

Delegado Regional - 1ª R.F.





Nº 006277

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Certidão Negativa**

Contribuinte: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

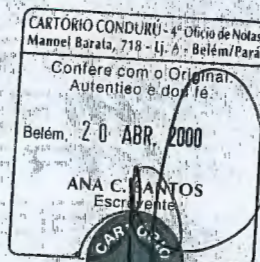
Endereço: AV. CONSELHEIRO FURTADO Nº 2476

Tributos: IPTU, TLPL, ISS-PJ

Período: 1995 a 1999

Inscrições: TLPL,ISS/PJ- 110.030-2 IPTU- 20.052.0117.001-26

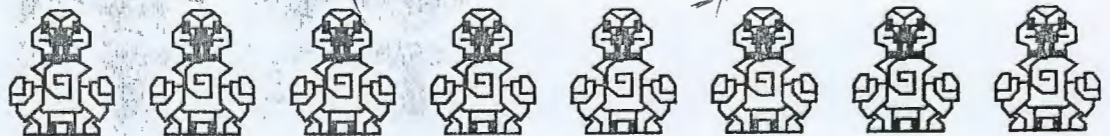
Certifico, para fins de direito que mandando rever os registros da dívida ativa inscrita na procuradoria fiscal do município, verificou-se **nada existir** em nome do(a) contribuinte acima identificado(a), ressalvando o direito da fazenda municipal de inscrever e cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do referido contribuinte. Para constar determinei que fosse extraída a presente **certidão negativa** conforme o processo nº 32924/00 de 19.04.00 que vai assinada por mim Procurador(a) Fiscal da Fazenda Municipal.



Belém - Pa, 19 de Abril de 2000.

Maria Cilla Duarte
Procuradora Municipal-SEFIN/PAB
20-048/PA

In nº 0004/99 de 29/07/1999 e Portaria nº 231/99
Prazo de validade: 90 dias
Não contém emendas nem rasuras



RQS nº 03/2005 - GN -
CPM - CORREIOS
Fls: 1488
3628
Doc:

Nº 006276



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº: 006276/2000 - SEFIN/DETM

VÁLIDA ATÉ: 19 de Maio de 2000

NOME DO CONTRIBUINTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 110.030-2

CNPJ: 63.806.996/0001-47

ENDEREÇO: AVEN CONSELHEIRO FURTADO, 002476 TERREO

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações preliminares constantes no processo nº. 032924/2000 que não constam, até a presente data, débitos lançados e vencidos da Taxa de Licença Para Localização (TLPL), do Imposto Sobre Serviços (ISS/PJ) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício de 2000, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos porventura apurados futuramente de responsabilidade do requerente.

EMITIDA EM: 19 de Abril de 2000

IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

NOME: Joana D'Arc Antunes de Melo

MATRÍCULA: 0020389-019

CARIMBO E ASSINATURA:

Joana D'Arc Antunes de Melo
Assessora - SEFIN/PMB
Matr 20389-019



"Art. 208. A certidão negativa com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber"
(Código Tributário Nacional)



Belém, 20 de Novembro de 2000 SEP 66012000 Belém - PA
PABX: (0xx91) 242-9001 - FAX (0xx91) 212-2321

RQS nº 03/2005 - CN -
CRM - CORREIOS
Fls: 1489
3628
Doc:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

fls. 167
CR

NO 039412000-12601001

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 63.806.996/0001-47
NOME: BARRA BRITTO SC ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDERECO: AV CONSELHEIRO FURTADO 2476 TERREO S 101 102
BAIRRO DO DISTRITO: NAZARE
MUNICIPIO: BELEM
ESTADO: PA
CEP: 66040-100

FINALIDADE DA CERTIDAO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

O CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

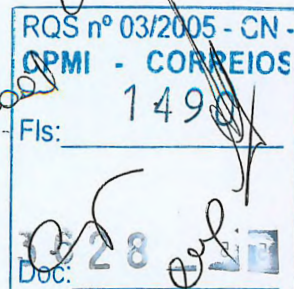
EMITIDA EM, 11 DE ABRIL DE 2000.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

Os dados desta Certidao conferem com os constantes nos Sistemas Informatizados do INSS.
Cód. Agência..... Data 11/04/2000.

(Assinatura e Matrícula do Servidor)

PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

Maria Regina de Sá
MTC 227071
APS - BELEM NAZARE



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Inscrição

63806996/0001-47

Endereço

AV. CONSELHEIRO FURTADO, 2476

Validade

18/09/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

(AG. MUSEU) BELÉM/PA, 23 DE MARÇO DE 2000

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

Lula Afonso S. Alencar
Mat. 034.672-7
Gerente

00517059-4 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.03.99-001

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI 1491
Fls: 3628
Doc:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO
DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL,
COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Sociedade Civil de Advogados, entre partes e na melhor forma de direito, ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO e JOSE CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, brasileiros, o primeiro solteiro e o segundo casado, advogados, inscritos na OAB/PA sob os Nos. 3961 e 5098, CIC/MF Nos. 158.386.172-68 e 158.389.002-53, respectivamente, domiciliados e residentes nesta cidade, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade terá a denominação BARRA BRITTO S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, podendo ainda utilizar a de ESCRITÓRIO BARRA BRITTO, com duração por prazo indeterminado, e sede na Av. Conselheiro Furtado, No. 2476 - Térreo, nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços profissionais de Advocacia, assim definidos na Lei Federal No. 4.215/63.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de Cr\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), representado por 200.000 (DUZENTAS MIL) cotas no valor unitário e igual em moeda corrente e legal do país, divididas da seguinte forma: O Sócio ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO detém 100.000 (CEM MIL) cotas do mesmo valor global e, o Sócio JOSE CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO detém 100.000 (CEM MIL) cotas do mesmo valor global.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao Valor global do capital social total.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os lucros e/ou prejuízos serão repartidos entre os sócios na proporção das cotas do capital social detidos por cada qual.

CLÁUSULA QUARTA: A Sociedade será representada em juízo indistintamente pelos sócios em conjunto ou isoladamente, bem como fora dele.



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIO

Fls: 01492

5628

Doc: .001

fls. 170
CF

CLÁUSULA QUINTA: O balanço anual e a apuração da conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SEXTA: Fica vedado aos Sócios exercerem a Advocacia fora da Sociedade, salvo em cargo público que permita tal exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Sócio que pretender se retirar da Sociedade, deverá ofertar suas cotas do capital social ao outro sócio, mediante carta com aviso de recepção, que terá preferência para adquiri-las.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante (capital, lucros e prejuízos), serão apurados em balanço que para tal fim será levantado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da manifestação de vontade de se retirar da sociedade e serão pagos em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o referido balanço, e assim por diante, sem juros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente vedada a cessão ou transferência das cotas a terceiros a qualquer título, oneroso ou gratuitamente, sem a expressa anuência do outro sócio.

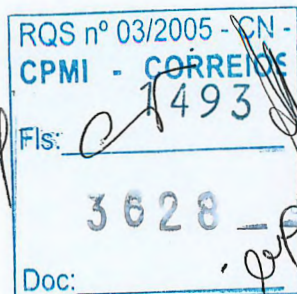
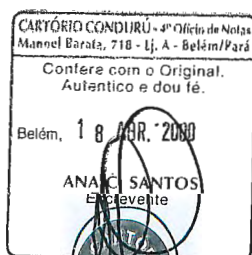
CLÁUSULA OITAVA: Os Sócios farão jus a um "pro labore" mensal, que será levado a débito da conta de "Despesas Gerais de Administração" em verba a ser fixada por consenso entre os sócios, obedecidos os limites fixados na legislação pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fixação do "pro labore" constará de ata de reunião da diretoria, lavrada no livro competente.

CLÁUSULA NONA: Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em consenso, facultando-se ao discordante, o direito de se retirar da sociedade, na forma prevista na cláusula sétima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: O foro competente para dirimir dúvidas deste contrato é o da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: Esta sociedade rege-se pelo presente instrumento, pela Lei No. 4.215/63 e legislação aplicável.



1.171
cr
2/2

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: Esta sociedade considera-se fundada pelos Sócios que a compõem, em 10. de janeiro de 1991.

E por estarem justos e contratados assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Belém, 27 de dezembro de 1990.

Antonio Candido B. M. de Brito

Jose Claudio M. de Brito Filho

ANTONIO CANDIDO B. M. DE BRITTO

JOSÉ CLAUDIO M. DE BRITO FILHO

TESTEMUNHAS:
Antonio Candido B. M. de Brito
Jose Claudio M. de Brito Filho

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço por ter conferido com
autografo existente em meu arquivo
a(s) assinatura(s) com
lado(s) com
esta se
Em sinal
Belém

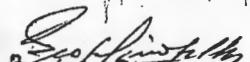
CARTÓRIO DE VAL-DE-CAES
Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) em meu arquivo
a(s) *assinaturas*
Com esta *assinatura*
Em sinal *de verdade*
Belém *10/11*
Aosline Aragão Mendes
Titular *em solo*

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mannel Barata, 710 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autentico e dou fe
Belém, 18 ABR. 2000
ANIL C. SANTOS
Escritor
CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CMS
CPMI - CORREIOS
Fls: *1494*
5628
Doc:

Certifico, para os devidos fins, que o presente contrato foi Registrado, por decisão do Conselho Secional do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil, em reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 1991. Registro nº 51, efetuado em 25.02.91, às fls. 14 e 15, do Livro nº 02, do Registro de Sociedade de Advogados.

Belém, 25 de fevereiro de 1991.


Propércio Oliveira Filho
Assessor da Presidência
OAB/PA

ANTONIO CARLOS

TESTEMUNHA
ANTONIO DE
CARLOS

COPIA DE ATOS DE
RECEBIMENTO
OUTROS
218

interior

↓

COPIA

COPIA

COPIA

ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

ps. 172 3
cr

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONSTITUIÇÃO DE "BARRA BRITTO S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS", COMO
ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os infra assinados ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. No.3961 OAB/Pa e CPF No.158.386.172-68, residente e domiciliado à Rua Arcipreste Manoel Teodoro, Nº329/1001 nesta cidade, JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. No.5098 OAB/Pa e CPF No.158.389.002-53, residente e domiciliado à Rua dos Mundurucus, Nº3284/501, nesta cidade, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade civil que explora a prestação de serviços profissionais de advocacia como definido na Lei Nº 4.215/63, utilizando a denominação de BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC/MF sob o Nº 63.806.996/0001-47, com sede à Av. Conselheiro Furtado, Nº 2.476, térreo, Ed. Flávio Neto, Conjunto 101/102, nesta cidade, com contrato de constituição societária datado de 27-12-1990, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 19-02-1991, sob o Nº 51, do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, e, ainda, como interveniente, EDMÉE BARRA DE BRITTO, brasileira, casada, advogada, portadora da C.I. Nº 724 E-42 e do CPF Nº000.528.092-34, residente e domiciliada à Rua Domingos Marreiros Nº1.005, nesta cidade, RESOLVEM alterar o mencionado instrumento constitutivo para conversão do capital social de cruzeiros (Cr\$) para cruzeiros reais (CR\$), retirada e admissão de sócia, quitação recíproca, aumento de capital, alteração das cláusulas terceira e quinta do contrato de constituição, e, finalmente, ratificação de cláusulas o que fazem, agora, da seguinte maneira:

**CONVERSAO DO CAPITAL SOCIAL
DE CRUZEIROS (Cr\$) EM CRUZEIROS REAIS (CR\$)**

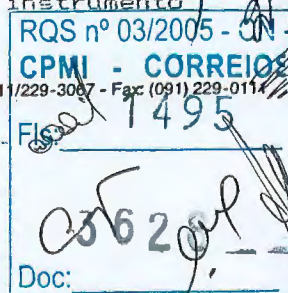
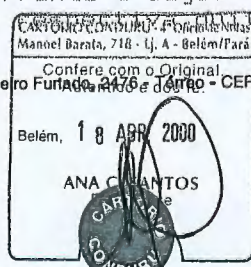
O capital social que era de Cr\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, por força das disposições contidas na Medida Provisória Nº 336, de 28-07-1993, publicada no D.O.U. de 29-07-1993, convertida na Lei Nº 8.697, de 27-08-1993, publicada no D.O.U. de 28-08-1993 passou a ser grafado em cruzeiros reais (CR\$) e, em consequência, convertido em CR\$-200,00 (duzentos cruzeiros reais) dividido em 200 (duzentas) quotas, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma.

RETIRADA DE SOCIO

O sócio JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, antes qualificado, retira-se da sociedade, reembolsado do valor total de suas 100 (cem) quotas e de todos os seus demais haveres na sociedade, da seguinte maneira:

- a) CR\$-10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), em moeda corrente e legal do país, valendo este contrato como instrumento de alteração;

Av. Conselheiro Furtado, 2476 - Térreo - CEP 66040-100 - Belém-PA CGC/MF: 63806996/0001-47 - Fones: (091) 229-3111/229-3067 - Fax: (091) 229-0114



ESCRITÓRIO BARRA BRITO
ADVOCACIA EM GERAL

18.173 4
EX

b) CR\$-100.000,00 (cem mil cruzeiros reais), pela desincorporação do patrimônio da sociedade do bem a seguir descrito e caracterizado, cuja propriedade é transferida, neste ato, para o sócio retirante, avaliado pelos interessados, para esse fim, em igual valor.

um computador VIDEOCOMPO 4100 AT 286
e uma impressora EPSON FX 1050

Desincorporado do patrimônio social por força deste instrumento, o bem acima descrito passa a pertencer, com exclusividade, ao sócio retirante, **JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO**, que poderá usá-lo e gozá-lo da maneira que melhor lhe convier, como seu que é, e fica sendo, a partir desta data.

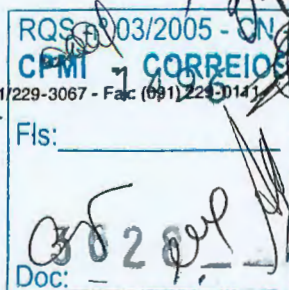
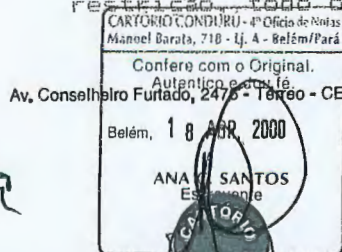
ADMISSÃO DE SÓCIA

É admitida como sócia quotista **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, já qualificada, que ingressa na sociedade com as prerrogativas que lhe faculta a legislação vigente e nas condições enumeradas no contrato de constituição datado de 27-12-1990 e no presente instrumento, subcrevendo e integralizando, em moeda corrente e legal do país, 10 (dez) quotas disponíveis, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real), cada uma, num total de CR\$-10,00 (dez cruzeiros reais), que anteriormente pertenciam ao sócio retirante, **JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO**.

As demais 90 (noventa) quotas disponíveis, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real), cada uma, num total de CR\$-90,00 (noventa cruzeiros reais) que anteriormente pertenciam ao sócio **JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO** são subscritas e integralizadas, em moeda corrente e legal do país, pelo sócio **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**.

QUITAÇÃO RECÍPROCA

Retirando-se da comunhão societária, o sócio **JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO** declara sair embolsado de todos os seus haveres, compreendendo capital, lucros e tudo o mais quanto lhe era devido pela sociedade e pelo sócio remanescente, em consequência do que, por si, seus herdeiros e sucessores, dá aos mesmos plena, geral, definitiva e irrevogável quitação, nada mais tendo a exigir ou a reclamar, a qualquer título, com relação ao vínculo social, do qual ora se desliga definitivamente, por iniciativa própria. Do mesmo modo, a sociedade, o sócio remanescente e a nova sócia, declaram, por si, seus herdeiros e sucessores, nada terem a pleitear ou reclamar, a qualquer título, do sócio retirante, razão pela qual lhe conferem plena, geral e irrevogável quitação, ficando o mesmo exonerado de qualquer responsabilidade quanto aos débitos da sociedade, de vez que o sócio remanescente e a nova sócia assumem, sem nenhuma reserva ou restrição, todo o ativo e o passivo social.



ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

174
CT

AUMENTO DE CAPITAL

O sócio remanescente e a sócia que ora ingressa na sociedade, neste ato e ocasião, resolvem, aumentar o Capital Social que era de CR\$-200,00 (duzentos cruzeiros reais) dividido em 200 (duzentas) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, para CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, as quais são subscritas e integralizadas da seguinte forma:

- a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
189.810 (cento e oitenta e nove mil oitocentos e dez) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros reais).
- b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
9.990 (nove mil novecentos e noventa) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-9.990,00 (nove mil novecentos e noventa cruzeiros reais).

**ALTERAÇÃO DAS CLAUSULAS TERCEIRA E QUINTA
DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA**

Face as alterações acima, tornou-se necessário dar nova redação à **CLAUSULA TERCEIRA** do contrato de constituição societária, que passa a vigorar como segue:

CLAUSULA TERCEIRA: CAPITAL

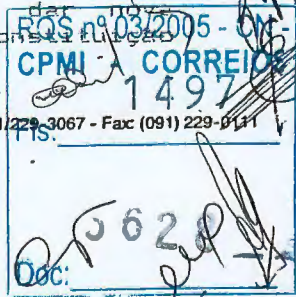
O Capital Social é de CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, já totalmente integralizadas e distribuidas entre os sócios, da seguinte maneira:

- a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
190.000 (cento e noventa mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 95% do atual Capital Social.
- b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de CR\$-10.000,00 (dez mil cruzeiros reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 5% do atual Capital Social.

No mesmo sentido, faz-se necessário dar nova redação à **CLAUSULA QUINTA** do contrato de constituição societária, que passa a vigorar como segue:



Av. Conselheiro Furtado, 2476 - Terão - CLP 66040-100 - Belém-PA CGC/MF: 63806996/0001-47 - Fones: (091) 229-3111/229-3067 - Fax: (091) 229-0111



ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

175
6

CLAUSULA QUINTA: CRIAÇÃO DE RESERVAS

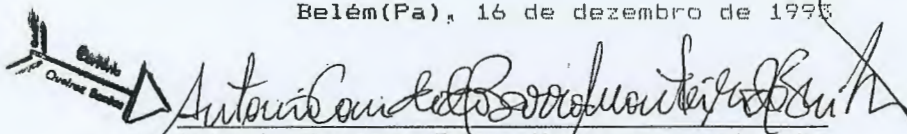
O balanço anual e a apuração de conta de lucros e perdas ocorrerá dia 31 de dezembro de cada ano. Entretanto, a critério dos sócios e em atendimento de interesses da própria sociedade o total, ou parte dos lucros poderão ser destinados a formação de reservas de lucro, ou, então, permanecerem como lucros acumulados para futuras destinações.

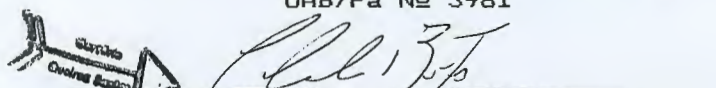
RATIFICAÇÃO DE CLAUSULAS DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO
DATADO DE 27-12-1990

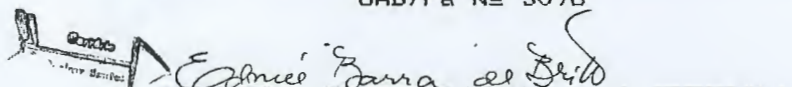
Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançadas expressamente pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, na forma da lei, sendo a primeira via destinada a registro e arquivamento na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará.

Belém(Pa), 16 de dezembro de 1993


Antonio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/PA Nº 3961


José Claudio Monteiro de Brito Filho
OAB/PA Nº 5098


Edméa Barra de Britto
OAB/PA Nº 724 E-42

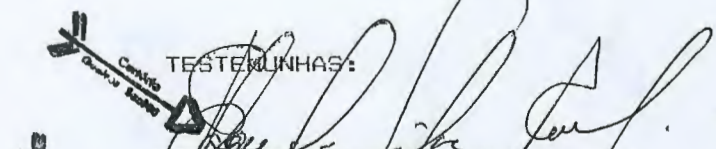
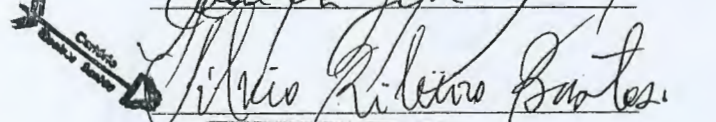
CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com o original
existente em meu arquivo a(s) _____
assinatura(s) _____ com

20 DEZ 1993

em _____
em _____
Certidão
de verdade

TESTEMUNHAS:

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata. 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.
Av. Conselheiro Furtado, 2476 - Tórreão - CEP 66040-100 - Belém-PA CGC/MF: 63806996/0001-47 - Fones: (091) 220.2114/020.6667-17/0317.239.0111
Belém, 18 ABR 2000
ANA L. SANTOS
Escriturante
CAP. OÍD
CONDURU

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço, por ter conferido com o original
existente em meu arquivo a(s) _____
assinatura(s) _____ com

03 FEV 1994

Fls. 1498
Doc. 3528

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o Primeiro Termo Aditivo do Contrato Social de BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, visando a Conversão do Capital Social de Cruzeiros para Cruzeiros Reais, a retirada do sócio José Cláudio Monteiro de Brito Filho, a admissão da sócia Edmée Barra de Britto, e a alteração das Cláusulas Terceira e Quinta do Contrato Social que prevê a distribuição de cotas entre os sócios e a criação de reservas, foi averbado nesta data, sob o nº 01, às folhas 15 do livro 02, de Registro de Sociedade de Advogados, consoante decisão unânime do Conselho Secional em 22.02.94. SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ, em 01 de março de 1994.


Margarida Maria Rodrigues Ferreira de Carvalho
2ª Secretária OAB/PA








176
CT 22

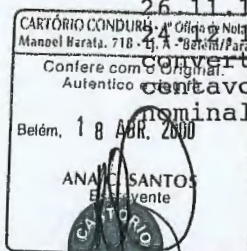
ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

**SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONSTITUIÇÃO DE "BARRA BRITTO S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS", COMO ABAIXO
MELHOR SE DECLARA:**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os infra assinados **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I. Nº 3961 OAB/Pa e CPF Nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Domingos Marreiros, Nº 1005, e **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, brasileira, casada, advogada, portadora da C.I. Nº 724 E-42 e do CPF Nº 000.528.092-34, residente e domiciliada nesta cidade à Rua Domingos Marreiros Nº 1005, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade civil que explora a prestação de serviços profissionais de advocacia como definido na Lei Nº 8.906/94, utilizando a denominação de **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CGC/MF sob o Nº 63.806.996/0001-47, com sede à Av. Conselheiro Furtado, Nº 2.476, térreo, Ed. Flávio Neto, Conjunto 101/102, nesta cidade, com Contrato de Constituição Societária datado de 27.12.1990, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 19-02-1991, sob o Nº 51, do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, e Primeiro Aditivo ao referido Contrato de Constituição datado de 16.12.1993, devidamente registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, na Reunião Ordinária do dia 22.02.1994, sob o Nº 01, as fls.15 do Livro Nº 02 do Registro de Sociedades de Advogados, **RESOLVEM** alterar os mencionados instrumentos para conversão do capital social de cruzeiros reais (CR\$) para reais (R\$), aumento de capital, alteração da cláusula terceira do contrato de constituição, e, finalmente, ratificação de cláusulas o que fazem, agora, da seguinte maneira:

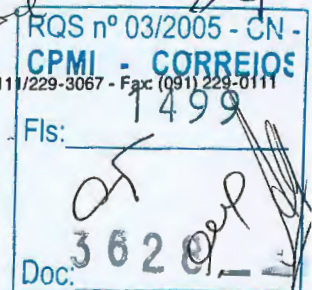
**CONVERSÃO DO CAPITAL SOCIAL
DE CRUZEIROS REAIS (CR\$) EM REAIS (R\$)**

O capital social que era de CR\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de CR\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, por força das disposições contidas na Medida Provisória Nº 542, de 30.06.1994, publicada no D.O.U. de 30.06.1994, reeditadas pelas Medidas Provisórias, Nº 566, de 29.07.94, publicada no D.O.U. em 30.07.1994; Nº 635, de 27.09.1994, publicada no D.O.U. de 28.09.1994; Nº 731, de 25.11.1994, publicada no D.O.U. de 26.11.1994; e, Nº 785, de 23.12.1994, publicada no D.O.U. de 24.12.1994 passou a ser grafado em reais (R\$) e, em consequência, convertido em R\$-72,73 (setenta e dois reais e setenta e três centavos) divididos em 200.000 (duzentas) quotas, no valor nominal de R\$-0,0004 cada uma.



AUMENTO DE CAPITAL

Os sócios, de comum acordo, neste ato e ocasião, resolvem, aumentar o Capital Social que era de R\$-72,73 (setenta



ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

16.177
23

e dois reais e setenta e três centavos) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$-0,0004 cada uma, para CR\$-10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de R\$-1,00 (hum real) cada uma, as quais são subscritas e integralizadas da seguinte forma:

a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
9.500 (nove mil e quinhentas) quotas no valor nominal de R\$-1,00 (hum real) cada uma, num total de R\$-9.500,00 (nove mil reais).

b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
500 (quinhentas) quotas no valor nominal de R\$-1,00 (hum real) cada uma, num total de R\$-500,00 (quinhentos reais).

**ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS TERCEIRA E QUINTA
DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA**

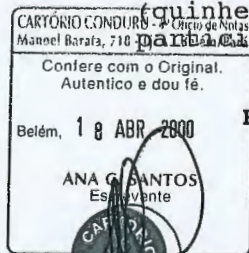
Face as alterações acima, tornou-se necessário dar nova redação à **CLÁUSULA TERCEIRA** do contrato de constituição societária, que passa a vigorar como segue:

CLÁUSULA TERCEIRA: CAPITAL

O Capital Social é de R\$-10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$-1,00 (hum real) cada uma, já totalmente integralizadas e distribuídas entre os sócios, da seguinte maneira:

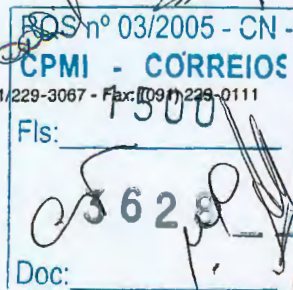
a) **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO:**
9.500 (nove mil e quinhentas) quotas no valor nominal de R\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de R\$-9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 95% do atual Capital Social.

b) **EDMÉE BARRA DE BRITTO:**
500 (quinhentas) quotas no valor nominal de R\$-1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, num total de R\$-500,00 (quinhentos reais), já integralizado correspondendo a uma participação de 5% do atual Capital Social.



**RATIFICAÇÃO DE CLÁUSULAS DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO
DATADO DE 27.12.1990 E
PRIMEIRO ADITIVO
DATADO DE 16.12.1993**

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e primeiro aditivo aos referidos atos não alcançadas expressamente pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

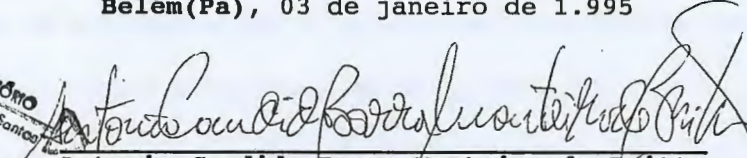


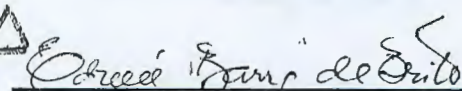
ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
ADVOCACIA EM GERAL

fls. 178
21

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, na forma da lei, sendo a primeira via destinada a registro e arquivamento na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará.

Belém(Pa), 03 de janeiro de 1.995

CARTÓRIO
Queiroz Santos

Antonio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/Pa Nº 3961

CARTÓRIO
Queiroz Santos

Edméa Barra de Britto
OAB/Pa Nº 724 E-42

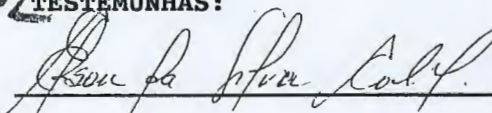
CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Reconheço, por ter conferido com outra(s)
existente(s) em meu arquivo a(s)
assinatura(s) _____ assinada(s) com

10 JAN 1995

Esta sela
em sinal da Verdade



TESTEMUNHAS:

CARTÓRIO
Queiroz Santos

CARTÓRIO
Queiroz Santos

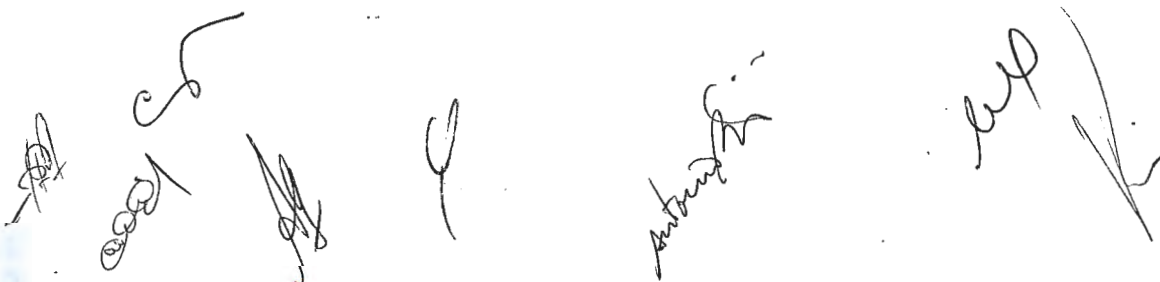



Certidão

Certifico que o presente pedido foi submetido à sessão plenária de 17.01.1995, sendo aprovado por unanimidade, tendo esta Secretaria procedido as devidas anotações nos termos do parecer da Comissão de Seleção e Prerrogativas às folhas 33.

Belém-Pa., 20 de janeiro de 1995.


Margarida Maria Resende Ferreira de Carvalho
2ª Secretária OAB/PA





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD/DR/PA

Fls. 179
es

ATA DE LICITAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil, às nove horas, na sala onde funciona a CPL/GERAD/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 602/99, composta pelos empregados José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Conceição Cardoso da Silva, Assistente Administrativo I, matrícula nº 8.452.710-2, Edmar Roberto dos Santos Mota, Desenhista Projetista Júnior, matrícula nº 8.452.903-2 e Consuelo das Graças Carneiro Torres, Administrador Junior, matrícula nº 8.452.220-8, para recebimento dos envelopes nº 1, documentos de habilitação, nº 2, proposta econômica e nº 3, proposta comercial, apresentados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Iniciou-se os trabalhos procedendo-se à identificação e credenciamento dos licitantes, constatando-se que todos estão representados. Recebeu-se, em seguida, os envelopes nºs 1, 2 e 3. O representante da empresa Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C registra que por ocasião da entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação, proposta técnica e proposta comercial que as pessoas jurídicas Celio Lima & Advogados Associados e Mendonça Advogados Associados S/C deixaram de atender os requisitos do edital do subitem 5.2, no que concerne à rubrica pelo representante da empresa. Os envelopes foram submetidos à rubrica dos presentes. Apresentaram propostas os seguintes licitantes: BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, CELIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C e ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C. O representante da empresa Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C observa que no item 3.2 do edital na letra e, comprovação de possuir capital social integralizado igual ou superior a R\$ 10.000,00, se faz necessário, ao ver do licitante, que seja comprovado por meio contábil e não por mera declaração. A comissão de licitação analisou a documentação de habilitação, submetendo-a à apreciação e rubrica dos presentes e concluiu pela habilitação de todos os participantes. A Comissão abre prazo recursal de cinco dias úteis, vez que o representante da empresa Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C não concorda com a decisão da comissão. Os envelopes nºs 2 e 3 permanecerão, devidamente lacrados, em poder da Comissão. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. E para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aceita vai por todos assinada.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA

EDMAR ROBERTO DOS SANTOS MOTA

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES

LICITANTES

| Empresa | Rubrica |
|---------|---------|
|---------|---------|

| | |
|------------------------|--------------|
| Isaias Cabral | [assinatura] |
| Celio Lima & Adv. P.P. | [assinatura] |
| Freire Fig. & Melém | [assinatura] |
| Barra Brito S/C | [assinatura] |
| Mendonça Advogados | [assinatura] |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1502
Fls: _____
3628
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

transm. 2/5 às 8h39 CF

fl. 80
CF

CT/CPL/GERAD/PA-45/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Freire Figueiredo e Melém S/C
Fax: 241-3400

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1503 |
| Fls: 3628 |
| Doc: |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Transm. 2/5 às 8h30 fl. 181
Concedido

CT/CPL/GERAD/PA-45/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C
Fax: 212-2601

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1504 |
| 3628 | |
| Doc: | |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

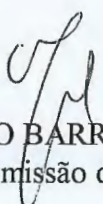
CT/CPL/GERAD/PA-45/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Mendonça Advogados Associados S/C
Fax: 212-6009

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1505
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Tr 2/5 às 10h51. c. b. c.

183
CF

CT/CPL/GERAD/PA-45/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Célio Lima & Advogados Associados
Fax: 222-7835





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Tx. 2/5 às 11h02.

obras CT

Pl. 184

CT/CPL/GERAD/PA-46/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Freire Figueiredo e Melém S/C
Fax: 241-3400

| | |
|------------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CNI - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1507 |
| 3628 | |
| Doc: | |

11.185
CT

Tx. 2/5 às 11h07. etoues



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD/PA-46/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Célio Lima Advogados Associados S/C
Fax: 222-7835

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIOS |
| Fis: 1508 |
| 3628 |
| Doc: - |

Fls. 186
CT

Tx. 2/5 às 11h12. efeitos



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD/PA-46/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C
Fax: 212-2601

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1509 |
| 3028 | |
| Doc: | |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Ex. às 11h/7. 2/5. Torres

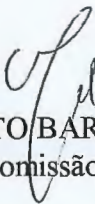
CT/CPL/GERAD/PA-47/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Freire Figueiredo e Melém S/C
Fax: 241-3400

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1510 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

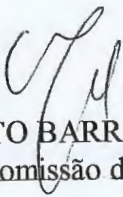
CT/CPL/GERAD/PA-46/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Mendonça Advogados Associados S/C
Fax: 212-6009

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1511 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Tx. 215 às 11h28. cfeves.

*fls. 189
et*

CT/CPL/GERAD/PA-47/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Mendonça Advogados Associados S/C
Fax: 212-6009

| | |
|------------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CNI - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1512 |
| 3628 | |
| Doc: | |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Tx 2/5 às 11h33. efores.

*fls. 140
CT*

CT/CPL/GERAD/PA-47/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSE ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C
Fax: 212-2601

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1513 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls. 11239. 215. correios.

CT/CPL/GERAD/PA-47/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados, contra a habilitação do licitante Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Célio Lima Advogados Associados S/C
Fax: 222-7835

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1514 |
| 3628 |
| Doc: |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Tx. às 11h45. 215. Ofícios.

192
ck

CT/CPL/GERAD/PA-44/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C – Advogados Associados e Mendonça Advogados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Mendonça Advogados Associados S/C
Fax: 212-6009

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1515 |
| 3628 | |
| Doc: | |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls. 143
215 - CTeues. CT

CT/CPL/GERAD/PA-44/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C – Advogados Associados e Mendonça Advogados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À

Barra Brito S/C – Advogados Associados
Fax: 249-9600

2499118

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1516 |
| Fls: 3628 |
| Doc: |

Fl. 194
ex

Tx. 2/5 às 14h - cfeue



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD/PA-44/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C – Advogados Associados e Mendonça Advogados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C
Fax: 212-2601

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| 1517 | |
| Fls: | |
| Doc: | 3628 |

10-11
CF

Tx. 2/5 às 14h43 . Soares



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD/PA-44/2000-CIRC.

Belém, 2 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, remetemos a V.Sas., via fax, cópia do recurso interposto pela empresa Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C – Advogados Associados e Mendonça Advogados S/C à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

A
Célio Lima Advogados Associados S/C
Fax: 222-7835

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1518 |
| Els: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

Fls. 196

INABILITAÇÃO DE LICITANTE – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/00 – BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS – CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS PELA OCORRÊNCIA DE VÍCIOS INSANÁVEIS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRITAMENTE VINCULADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA MOTIVAÇÃO – SIMPLES ERROS MATERIAIS NÃO ACARRETAM A INABILITAÇÃO DE LICITANTE – RECURSO DEVE SER INDEFERIDO POR FALTA DE AMPARO LEGAL

INFORMAÇÃO Nº 123 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 03/00 que, em sua tramitação normal, redundou em recurso contra a habilitação do licitante CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS pela empresa BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS por ofensa à legislação vigente.

Os pretensos vícios insanáveis foram assim enumerados pelo recorrente:

- 1) Inexistência de rubrica do representante na entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial;
- 2) Não apresentação da certidão de regularidade fiscal municipal;
- 3) Registro do contrato comercial fora das normas regulamentares do Estatuto da OAB; e
- 4) Inexistência de identificação externa nos envelopes.

Após analisar os termos do recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL assim se posicionou:

- 1) **INEXISTÊNCIA DE RUBRICA NOS ENVELOPES:** o erro material não justifica a inabilitação do licitante, uma vez que não havia qualquer indício de violação dos envelopes;

- 2) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL:** o licitante apresentou uma certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1519

3628

Doc: _____

Municipal que foi considerada suficiente para demonstrar a regularidade do interessado perante o Fisco Municipal;

FLS: 197
7/11

- 3) **REGISTRO DO CONTRATO COMERCIAL:** a certidão emitida pela OAB atestando que a alteração da denominação do licitante foi deferida e averbada no livro de registro competente foi considerada suficiente para atestar a regularidade do contrato social do interessado; e
- 4) **IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES:** a identificação dos envelopes com etiquetas foi considerada válida, uma vez que cumpriram com o objetivo de identificar os envelopes corretamente, impedindo sua abertura acidental em ocasião inoportuna.

Ao final, concluiu pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

A legalidade e a motivação são dois princípios básicos do procedimento licitatório, aos quais a CPL encontra-se intrinsecamente vinculada. Com efeito, a Administração Pública não pode atuar nem decidir com rigor excessivo. Os passos de um certame licitatório estão todos previstos em lei e no edital do certame, e as decisões devem ser devidamente motivadas.

No recurso interposto, o requerente alegou que a inexistência de rubrica do representante na entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, deveria acarretar a inabilitação do licitante recorrido. Com a devida **venia**, nenhuma razão lhe assiste. Conforme esclarecido pelo Presidente da CPL, os envelopes estavam devidamente lacrados e sem qualquer indício de violação, o que foi comprovado por todos os licitantes presentes. Assim, ao contrário do alegado pelo recorrente, não houve qualquer ilegalidade jurídica, mas simples erro material inservível para justificar a inabilitação do licitante recorrido.

Num segundo momento, o requerente pleiteou a inabilitação do licitante recorrido pela não apresentação da certidão de regularidade fiscal municipal. Não tem razão. Com efeito, o licitante recorrido apresentou oportunamente uma certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Municipal, demonstrando a sua situação de regularidade perante o Fisco Municipal, logo, não há que falar em inabilitação do licitante recorrido, por absoluta falta de amparo legal.

Adiante, o requerente aduziu que o registro do contrato comercial do licitante recorrido estava fora das normas regulamentares do Estatuto da OAB. Não lhe assiste razão. É que a documentação apresentada oportunamente pelo licitante recorrido comprova a regularidade do registro do contrato e de suas alterações no Cartório de Títulos e Documentos e na OAB, não havendo base legal para justificar sua inabilitação.

Q

PROS nº 03/2005 - CN! -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1520
3628
Doc:

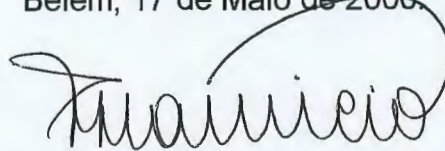
Fls: 198

Finalmente, o requerente informou da inexistência de identificação externa nos envelopes apresentados pelo licitante recorrido, motivo determinante para sua inabilitação. **Data venia**, não há como concordar com tal argumentação. Conforme demonstrado pelo Presidente da CPL, o licitante recorrido identificou os envelopes com etiquetas, impedindo, assim, sua abertura acidental em ocasião inoportuna. Sendo assim, correta a decisão que manteve a habilitação do licitante recorrido.

Pelo exposto, concluímos que a habilitação do licitante recorrido deve ser mantida, julgando-se improcedente o recurso interposto, por absoluta falta de amparo legal.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 17 de Maio de 2000



PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

De acordo. folho o processo
da Assessoria Juridica.

14/05/00
802

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/RET/PA

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1521 |
| 3628 |
| Doc: |

Ao Diretor Regional,

FLS: 199
[assinatura]

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pelo licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega que no ato da entrega dos envelopes os mesmos não continham a rubrica do representante do referido escritório.

A CPL discorda dos argumentos da recorrente, vez que durante a reunião de licitação todos os envelopes serão rubricados pelo próprio e demais licitantes e tal exigência objetiva demonstrar no processo que todos tiveram vistas dos envelopes e constataram que estavam lacrados e visa também, na hipótese de não serem abertos na primeira reunião, propiciar nas reuniões subsequentes que a CPL possa comprovar, perante os licitantes, que os envelopes continuam fechados, sem indícios de violação.

O recorrente pede a inabilitação do citado licitante entendendo que a apresentação da certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Municipal não atende ao edital.

A CPL considera válida para fins de habilitação neste certame a certidão apresentada já que o edital não estabelece que devam ser apresentados, necessariamente, duas certidões, uma com origem na divisão de cadastro e outra com origem na procuradoria municipal, a prova de regularidade com a fazenda municipal poderá ser demonstrada a partir de qualquer um dos dois documentos.

O licitante recorrente observa, que o registro do contrato social está fora das normas regulamentares do estatuto da OAB.

A CPL limita-se a comentar que a OAB emitiu e firmou uma certidão citando que a empresa Marçal e Célio Advogados Associados S/C encontra-se registrada naquela entidade, sendo que o instrumento particular que altera a denominação da sociedade para Célio Lima & Advogados Associados foi deferida e averbada no livro de registro de sociedades da OAB.

No que se refere à argumentação de inexistência de identificação externa nos envelopes apresentados, pois feitas com etiquetas, a CPL considera perfeitamente atendido o objetivo da exigência do edital, qual seja, o de impedir que os envelopes de propostas técnicas venham a ser abertos, acidentalmente, antes de concluída a fase de habilitação e os envelopes de propostas de preços, antes de ser concluído o julgamento da proposta técnica.

A CPL entende que certas exigências do edital visam facilitar a condução do ritual de apresentação de propostas, entretanto não são suficientes para caracterizar a incapacidade da firma perante às exigências dos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93, esses sim, tem poderes para obstar a contratação de alguma empresa junto ao Poder Público.

Manifesta-se a comissão de licitação pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

À superior consideração de V.Sa.

Em 10/5/2000.


CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Resp. p/ presidência da CPL



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1522
Fls: 1
3628
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls: 200
FJ

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a habilitação de **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, na forma do exposto a seguir:

DOS FATOS

1.1. No dia e hora designados pelo Edital da Tomada de Preço nº 3/2000, o recorrente se fez presente na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sito à Av. Presidente Vargas nº 498, nesta cidade e, na oportunidade, apresentou a documentação de Habilitação relativa ao certame, bem como as Propostas Técnica e de Preço.

1.2. Por sua vez, a recorrida apresentou a documentação relativa à Tomada de Preço nº 03/2000, contudo, inobservando as previsões do Edital correspondente, senão vejamos.

IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DO LICITANTE CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS ANTE A INEXISTÊNCIA DE RUBRICA DO REPRESENTANTE NA ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA COMERCIAL

2.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a inabilitação do licitante, Célio Lima & Advogados Associados S/C, primeiramente, é em razão do mesmo não ter cumprido o imperativo constante no edital de licitação, no item 5, sub - item 5.2, *caput*, ou seja, no ato da entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, os mesmos não continham a rubrica do representante do referido Escritório.

Antônio Brito

RECURSO Nº 03/2000 - ECT -
CPM - CORREIOS
Fls: 1523
3628
Doc:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FV: 201
J

2.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, **(sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa)**, com a seguinte identificação externa:..." (grifo do nosso)

2.3. Logo, não há porque a ECT habilitar o recorrido se o mesmo não cumpriu normas editalícias quando no ato de entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, ou seja, os aludidos envelopes não estavam rubricados conforme exigido no edital, não sendo demais ressaltar que a legislação aplicável à espécie obriga as empresas licitantes a seguir integralmente as especificações constantes no edital do certame.

2.4. E assim é, porque o edital é a lei interna da licitação, norma essa que traça as diretrizes dos interessados, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são aceitas pelos licitantes, quando da concordância do mesmo. Para tanto, a lei de licitações, no art.41, §2º, prevê que decairá do direito de impugnar os termos do edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

2.5. Portanto, quando o recorrido deixou de impugnar o edital, expressamente aceitou todas as condições que nele estavam insertas, inclusive aquela relacionada a entrega dos envelopes previamente fechados e rubricados pelo representante da licitante, evidenciando que, posteriormente, não pode alterar as condições por ato de sua vontade.

2.6. No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: **"nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital"**.

2.7. Nesse passo, também, a acuidade jurídica da nota da mestra DI PIETRO: **"Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório"** (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª edição, 1992, p. 243).

2.8. Ora, na hipótese sob comento, se o edital impôs à licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, ora recorrente, a obrigação de, previamente, lacrar e rubricar os envelopes do certame, conforme inserto no item 5, sub item 5.2, caput, por princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem assim, atendendo ao princípio da isonomia constante do art.5º, caput, da CF/88, e também no art. 8.666/93, igual encargo deveria ter sido observado pelo licitante recorrido, o que não foi, porquanto deixou de cumprir o mencionado no sub item 5.2, caput.

PROCESSO 2005-01-00000-1
CMI 3º DOBRADO
FIS 5.2
2

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

PLS: 202
6/11

2.9. Como visto, resta claro que o licitante Célio Lima & Advogados Associados S/C, de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a rubrica nos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, razão pela qual o referido licitante não poderia ter sido habilitado no certame, requerendo-se a declaração de inabilitação da referida sociedade de advogados, por ser medida da mais lidima justiça.

IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DO LICITANTE CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS ANTE A NÃO APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL MUNICIPAL

3.1. Por sua vez, o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no item 3, sub-item 3.2, letra "b", diz:

3.2. As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no sub-item 5.1 e na forma exigida no sub-item 5.2, os seguintes documentos:

- a).....;
- b).....;
- c) Prova de regularidade com:
 - Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais e certidão quanto a dívida ativa da União)
 - Fazenda Estadual; e,
 - Fazenda Municipal;
- d).....;
- e).....;

3.2. Na hipótese sob comento, a licitante recorrida deixou de apresentar a certidão de regularidade fiscal exigida pelo edital, apresentando, tão somente, uma certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Municipal.. Portanto, em desconformidade com o estabelecido na norma aplicável retro mencionada.

3.3. Nesse sentido, afigura-se indubitoso que o referido licitante descumpriu os termos do edital, violando, outrossim, o princípio de vinculação ao instrumento convocatório que norteia as licitações em todos os níveis, posto que, o documento pedido não foi entregue, apesar do mesmo ser conhecedor da imperativa apresentação para validar sua habilitação.

3.4. E nem se diga que a certidão negativa fornecida pela Procuradoria da Fazenda Municipal supriria a exigência do edital, pois, o edital é específico ao requerer a **prova da regularidade**, evidenciando-se que a certidão de inexistência de dívida ativa não comprova a regularidade da situação fiscal do contribuinte licitante, Célio Lima E Advogados Associados, mesmo porque o licitante pode não dever e estar irregular, evidenciando-se que a dita certidão é inespecífica para os fins comprobatórios de regularidade fiscal a que se destinaria.

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 203
Cf

3.5. Destarte, afigura-se indubitado que o licitante, Célio Lima & Advogados Associados S/C, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a apresentação da certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, razão pela qual o referido licitante não poderia ter sido habilitado no certame, requerendo-se a declaração de inabilitação da referida sociedade de advogados, por ser de justiça.

IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DO LICITANTE CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS EM RAZÃO DO REGISTRO DE CONTRATO SOCIAL FORA DAS NORMAS REGULAMENTARES DO ESTATUTO DA OAB

4.1. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o edital da Tomada de Preço nº 03/2000, no item 3, sub-item 3.2, letra "b", diz:

3.2. As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no sub-item 5.1 e na forma exigida no sub-item 5.2, os seguintes documentos:

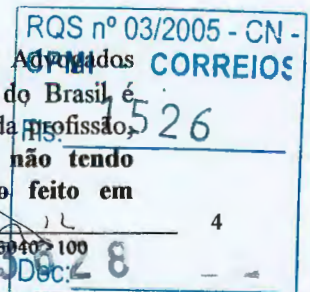
- a).....;
- b) Comprovação de Registro no Conselho Seccional da OAB, na base territorial de sua sede;
- c).....;
- d).....;
- e).....;

4.2. Na hipótese sob comento, o licitante, Célio Lima & Advogados Associados, apresentou o contrato de sociedade civil de advogado registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e, não na OAB/PA como manda o art. 37 e seguintes da Lei nº 8.906/94, observado o art. 43 do mesmo diploma legal. Portanto, em desconformidade com o estabelecido na norma aplicável retro mencionada.

4.3. O fato de no verso do contrato dizer que o mesmo estaria "registrado" na OAB/Pa, não supre os fins do requerido no edital, pois sequer está indicado o número de registro da sociedade de advogados recorrida, cuja comprovação deveria ter sido feita através de certidão própria, o que incoorreu, e nem poderia, até porque o contrato de constituição foi averbado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em desconformidade com a lei, consoante anteriormente mencionado.

4.4. Aliás, o arts. 14 e 15 do Provimento nº 23/65 a que se reporta o art. 43 da Lei nº 8.906/94, é de clareza solar:

Art. 14. Somente no Registro das Sociedades de Advogados mantido pelas Seções da Ordem dos Advogados do Brasil é admitido o registro de sociedade para o exercício da profissão, ou o arquivamento de atos da sua vida social, não tendo qualquer eficácia o registro ou arquivamento feito em



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

PLS: 204
P

qualquer ofício, junta ou departamento governamental, de sociedade com objetivo jurídico-profissional, nem podendo funcionar as que não observem o disposto neste Provimento e no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. O registro e a autenticação dos livros ou documentos contábeis, que sejam adotados por sociedades de advogados, especialmente dos termos de abertura e encerramento, para conferir, face a terceiros, eficácia aos registros neles lançados, serão efetuados pela Secretaria do Conselho Seccional da OAB, onde aquela esteja registrada, mediante requerimento ao 1º Secretário, em duas vias. Concluída a prática dos atos, os documentos serão devolvidos à interessada, arquivando-se a primeira via do requerimento nos registros da sociedade, observada a numeração sucessiva, conjugada ao número do registro.

Art. 15. O registro das sociedades de advogados e o arquivamento dos atos da sua vida social serão feitos sempre na Seção da Ordem em que forem inscritos os seus membros.

Parágrafo único. Se os membros da sociedade tiverem inscrição principal em Seções distintas, em cada uma delas proceder-se-á ao registro e ao arquivamento respectivos.

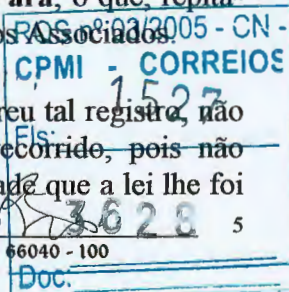
4.5. Portanto, resta incontroverso que mais uma vez o licitante recorrido descumpriu as normas contidas no edital de licitação da Tomada de Preço nº 3/2000, confrontando ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, assim como, aos dispositivos legais supra mencionados.

4.6. Deve, ainda, ser esclarecido, a importância dos princípios que norteiam a licitação, os quais devem presidir todo o procedimento licitatório, sendo um conjunto de atos e fatos disciplinados por lei.

4.7. Vale ressaltar, outrossim, que a inobservância desses princípios, e em particular do princípio de vinculação ao instrumento convocatório, enseja a nulidade no procedimento, não podendo ser estabelecido tratamento diferenciado entre os licitantes, pois o que é regra para um, não pode ser exceção para outro.

4.8. Resta incontroverso, que o registro da sociedade civil de advogado, requerido no item 3, sub-item 3.2, letra "b" do edital da Tomada de Preço nº 03/2000, é documento de apresentação obrigatória, cabendo aos interessados comprovar o número do registro da sociedade civil de advogados que obteve junto à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, o que, repita-se, não foi feito pelo licitante recorrido, Célio Lima & Advogados Associados.

4.9. Ressalte-se, que quando o edital requereu tal registro, não existia qualquer divergência de interpretação por parte do recorrido, pois não impugnou o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, na oportunidade que a lei lhe foi



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

PLS: 205
P

conferida conforme legislação aplicável à espécie, portanto, não sendo crível interpretação divergente sobre as exigências da documentação para habilitação na referida licitação, estando totalmente equivocado o requerido quando registrou o contrato de sociedade civil de advogados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.10. Com efeito, na boa hermenêutica, quando o edital requer o **comprovação de registro da Sociedade de Advogados no Conselho Seccional da OAB**, explicita sua prévia intenção de repelir, eliminar quaisquer outra forma de registro, exigindo o que foi requerido previamente, zelando, destarte, pela legitimidade e lisura do certame. Se quisesse dizer que seria possível o registro em outro lugar senão na OAB, assim teria feito e tal exigência, certamente, constaria do edital, o que não consta.

4.11. Assim, resta provado que o recorrido, sem sombra de dúvidas, não cumpriu a finalidade essencial do art.27 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), ou seja, a efetiva entrega da documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, o que lhe confere a **INABILITAÇÃO** para continuar participando da Tomada de Preços nº 03/2000.

INABILITAÇÃO DO LICITANTE/RECORRIDO CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA NOS ENVELOPES

5.1. Outro motivo pelo qual **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a inabilitação do recorrido **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C** não se restringe as razões anteriormente expendidas mas se consubstancia na ausência de cumprimento do item 5.2, letras "a", "b", "c" e "d", senão vejamos:

5.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, (sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa), com a seguinte identificação externa:

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA
- b) TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2000
- c) data e horário de abertura
- d) os dizeres "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope nº 1", "PROPOSTA TÉCNICA - Envelope nº 2 e "PROPOSTA COMERCIAL - Envelope nº 3", respectivamente.

5.3. Nesse viés, verifica-se que a suposta identificação dos envelopes feita pelo licitante/recorrido na verdade não existiu, pois não foram coladas as referidas etiquetas auto colantes, perfeitamente removíveis, cuja atitude confronta com os princípios da moralidade, legalidade e da igualdade que norteiam o Processo Licitatório.

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS: 206

5.4. Ademais, cumpre esclarecer que as etiquetas apostas nos envelopes tratam-se de corpo estranho que podem ser destacadas a qualquer momento, ou ainda, por terem sido coladas no envelope errado, ou por estar faltando qualquer um dos itens que foram requeridos no edital, ou seja, trazendo benefícios a parte interessada em detrimento dos demais licitantes.

5.5. Cumpre salientar, que com essa inovação o recorrido pode comprometer a própria empresa contratante, ECT, uma vez, que qualquer um dos licitantes pode levantar a questão de que o adesivo auto colante foi retirado para benefício do Escritório em questão.

5.6. Registre-se que o edital impõe a identificação no envelope e não em etiqueta auto colante aposta no mesmo, cujo descumprimento das normas editalícias acarreta a inabilitação do licitante/recorrido que não identificou externamente os envelopes como determinado pelo edital, sendo de extrema necessidade para evitar problemas futuros para todos os envolvidos na licitação.

5.7. No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: *"nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital"*.

5.8. Nesse passo, também, a acuidade da nota mestra DI PIETRO: *"Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório"* (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª Edição, 1992, p. 243). (Destaque do Recorrente)

5.9. Com efeito, resta claro que o recorrido de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a identificação externa do envelope de habilitação, pois, como dito, não identificou os envelopes, e sim, as etiquetas auto colantes, razão pela qual requer-se a sua inabilitação por ser medida de justiça.

DO PEDIDO

6. Assim sendo, considerando todos os elementos constantes nesta peça recursal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, o recorrente requer à Vossa Senhoria que julgue procedente o presente Recurso Administrativo inabilitando o **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, observadas as formalidades e cautelas legais.

6.1. Requer-se, outrossim, na forma do art.109, §4º, do retro mencionado diploma legal que, na hipótese de Vossa Senhoria não entender pela inabilitação do recorrido, o que se admite por argumentação, faça o presente Recurso subir, devidamente informado, para ser apreciada pela autoridade superior desta Empresa Pública Federal.

7

3628

Doc: _____
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

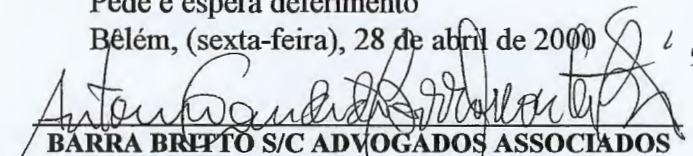
FLS. 207
P

6.2. Finalmente, de conformidade com §2º do art.109, da Lei nº 8.666/93, requer-se a Vossa Senhoria se digne de **SUSPENDER** a Tomada de Preço nº 3/2000, até decisão final do presente recurso administrativo, observadas as formalidades de estilo.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Bélem, (sexta-feira), 28 de abril de 2000

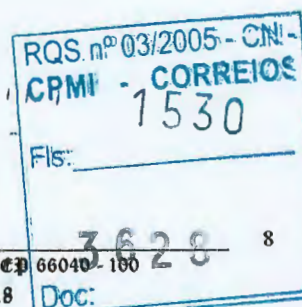

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Antônio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/PA 3691 - CIC/MF Nº 158.386.172-68
SÓCIO - GERENTE

(recurso TP - nº 03-2000.Célio Lima)

Ab. Conselheiro Furtado, n.º 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Bélem - Pará





CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FLS. 208
P

ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C,

Já identificado e caracterizado no processo de licitação nº 3/2000, modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, vem, respeitosamente, à presença dessa r. Comissão, apresentar, através de seu sócio signatário, com fundamento no artigo 109, § 3º, da Lei Nº 8.666/93, **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, interposto por **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, contra a decisão que **HABILITOU** o licitante ora recorrido, requerendo-se que essa Comissão **MANTENHA SUA DECISÃO** exarada no presente processo, pelo que expõe:

Insurge o recorrente contra a inexistência de rubrica e inexistência de identificação externa nos envelopes apresentados pelo recorrido.

O licitante/recorrido apresentou toda a sua documentação dentro do previsto no Edital que regeu a presente Tomada de Preços.

Os envelopes contendo as propostas, foram devidamente apresentados com a identificação externa requerida.

RUA D. ROMUALDO DE SEIXAS, 1642 - UMARIZAL - BELÉM/PA - CEP 66055-200 - ☎ TELEFAX 222-7835
CGC 01.718.722/0001-49- INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 139171-7 -

| |
|----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CNP |
| CPMI - CORREIOS |
| 1531 |
| Fls: |
| 3628 |
| Doc: |

Recebi em 8/5/2000
CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS



Fls. 209
Tul

No ato da entrega dos envelopes, os mesmos foram rubricados pelos licitantes, na presença da Comissão de Licitação.

Além do mais, de acordo com item 6.5.1. do referido edital, não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou erros formais na documentação ou na proposta.

O licitante/recorrido apresentou a Certidão Negativa expedido pela Procuradoria da Fazenda Municipal, demonstrando, portanto, sua situação regular perante a Fazenda Municipal, dessa forma apto a participar do referido certame.

A Constituição Societária e suas alterações além do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, estão ainda, devidamente registrados na OAB/PA, conforme certidões de registro apresentadas e também exarada no verso de seu instrumento de constituição.

Além do mais, deixou de observar o recorrente que o recorrido juntou na documentação apresentada para habilitação, CERTIDÃO DE REGISTRO de seu Contrato social, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, onde consta o registro da sociedade, bastando para isso, melhor verificar a documentação juntada.

Portanto, a documentação apresentada pelo licitante/recorrido, encontra-se na mais perfeita ordem, dentro do que dispõe a norma editalícia.

Isto posto, espera-se que V.Sa., mantenha a HABILITAÇÃO DO IMPUGNADO/RECORRIDO, REJEITANDO O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO IMPUGNANTE/RECORRENTE, por ser de JUSTIÇA.

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1532 |
| 3628 | |
| Doc: | |



CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FV: 210
P
L

Pugna-se ainda, por todo o meio de prova admitidos em direito e não defesos em Lei.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Belém(PA), 08 de maio de 2000

Célio Lima & Advogados Associados S/C
José Célio Santos Lima - OAB/PA 6258
Sócio Gerente

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fis: 1533 |
| 3628 |
| Doc: |



Fls. 211
P
cl

**INABILITAÇÃO DE LICITANTE – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/00
– BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS –
CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE MENDONÇA
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C PELA OCORRÊNCIA DE VÍCIOS
INSANÁVEIS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRITAMENTE
VINCULADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA
MOTIVAÇÃO – SIMPLES ERROS MATERIAIS NÃO ACARRETAM
A INABILITAÇÃO DE LICITANTE – RECURSO DEVE SER
INDEFERIDO POR FALTA DE AMPARO LEGAL**

INFORMAÇÃO Nº 124 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 03/00 que, em sua tramitação normal, redundou em recurso contra a habilitação do licitante MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C pela empresa BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS por ofensa à legislação vigente.

Os pretensos vícios insanáveis foram assim enumerados pelo recorrente:

- 1) Inexistência de rubrica do representante na entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial; e
- 2) Inexistência de identificação externa nos envelopes.

Após analisar os termos do recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL assim se posicionou:

- 1) **INEXISTÊNCIA DE RUBRICA NOS ENVELOPES:** o erro material não justifica a inabilitação do licitante, uma vez que não havia qualquer indício de violação dos envelopes; e
- 2) **IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES:** a identificação dos envelopes com etiquetas foi considerada válida, uma vez que cumpriram com o objetivo de identificar os envelopes corretamente, impedindo sua abertura acidental em ocasião inoportuna.

Ao final, concluiu pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1534
Fls: _____
3628
Doc: _____

PS: 252
Y
J

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

A legalidade e a motivação são dois princípios básicos do procedimento licitatório, aos quais a CPL encontra-se intrinsecamente vinculada. Com efeito, a Administração Pública não pode atuar nem decidir com rigor excessivo. Os passos de um certame licitatório estão todos previstos em lei e no edital do certame, e as decisões devem ser devidamente motivadas.

No recurso interposto, o requerente alegou que a inexistência de rubrica do representante na entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, deveria acarretar a inabilitação do licitante recorrido. Com a devida **venia**, nenhuma razão lhe assiste. Conforme esclarecido pelo Presidente da CPL, os envelopes estavam devidamente lacrados e sem qualquer indício de violação, o que foi comprovado por todos os licitantes presentes. Assim, ao contrário do alegado pelo recorrente, não houve qualquer ilegalidade jurídica, mas simples erro material inservível para justificar a inabilitação do licitante recorrido.

Adiante, o requerente informou da inexistência de identificação externa nos envelopes apresentados pelo licitante recorrido, motivo determinante para sua inabilitação. **Data venia**, não há como concordar com tal argumentação. Conforme demonstrado pelo Presidente da CPL, o licitante recorrido identificou os envelopes com etiquetas, impedindo, assim, sua abertura accidental em ocasião inoportuna. Sendo assim, correta a decisão que manteve a habilitação do licitante recorrido.

Pelo exposto, concluímos que a habilitação do licitante recorrido deve ser mantida, julgando-se improcedente o recurso interposto, por absoluta falta de amparo legal.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 17 de Maio de 2000.

Paulo Mauricio

PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

*De acordo. Atolho o processo da
Assessoria Jurídica.*

17/05/00
BDR
Don Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/RET/CA

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1535 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

FLS: 213
M

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pelo licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega que no ato da entrega dos envelopes os mesmos não continham a rubrica do representante do referido escritório.

A CPL discorda dos argumentos da recorrente, vez que durante a reunião de licitação todos os envelopes serão rubricados pelo próprio e demais licitantes e tal exigência objetiva demonstrar no processo que todos tiveram vistas dos envelopes e constataram que estavam lacrados e visa também, na hipótese de não serem abertos na primeira reunião, propiciar nas reuniões subsequentes que a CPL possa comprovar, perante os licitantes, que os envelopes continuam fechados, sem indícios de violação.

Quanto ao fato de o licitante recorrido identificar os envelopes com etiquetas atende perfeitamente ao objetivo da exigência do edital que é o de impedir que os envelopes de propostas técnicas venham a ser abertos, acidentalmente, antes de concluída a fase de habilitação e os envelopes de propostas de preços, antes de ser concluído o julgamento da proposta técnica.

A CPL entende que certas exigências do edital visam facilitar a condução do ritual de apresentação de propostas, entretanto não são suficientes para caracterizar a incapacidade da firma perante às exigências dos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93, esses sim, tem poderes para obstar a contratação de alguma empresa junto ao Poder Público.

Manifesta-se a comissão de licitação pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

À superior consideração de V.Sa.

Em 10/5/2000.

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Resp. p/ presidência da CPL

*A Assessor
p/ análise
10/5/2000*

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1536 |
| 3628 |
| Doc: |

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, na forma do exposto a seguir:

DOS FATOS

1.1. No dia e hora designados pelo Edital da Tomada de Preço nº 3/2000, o recorrente se fez presente na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sito à Av. Presidente Vargas nº 498, nesta cidade e, na oportunidade, apresentou a documentação de Habilitação relativa ao certame, bem como as Propostas Técnica e de Preço.

1.2. Por sua vez, a recorrida apresentou a documentação relativa à Tomada de Preço nº 03/2000, contudo, inobservando as previsões do Edital correspondente, senão vejamos.

IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DO LICITANTE MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C ANTE A INEXISTÊNCIA DE RUBRICA DO REPRESENTANTE NA ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA COMERCIAL

2.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a inabilitação do licitante, Mendonça Advogados Associados S/C, primeiramente, é em razão de não ter o mesmo cumprido o imperativo constante no edital, item 5, sub - item 5.2, **apresentar, no ato da entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, os mesmos não continham a rubrica do representante do referido Escritório**.

Barra Britto S/C Advogados Associados
Advocacia em Geral

FLS. 215
P

2.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

“5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, (sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa), com a seguinte identificação externa:...” (grifo do nosso)

2.3. Logo, não há porque a ECT habilitar o recorrido se o mesmo não cumpriu normas editalícias quando no ato de entrega dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, ou seja, os aludidos envelopes não estavam rubricados conforme exigido no edital, não sendo demais ressaltar que a legislação aplicável à espécie obriga as empresas licitantes a seguir integralmente as especificações constantes no edital do certame.

2.4. E assim é, porque o edital é a lei interna da licitação, norma essa que traça as diretrizes dos interessados, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são aceitas pelos licitantes, quando da concordância do mesmo. Para tanto, a lei de licitações, no art.41, §2º, prevê que decairá do direito de impugnar os termos do edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

2.5. Portanto, quando o recorrido deixou de impugnar o edital, expressamente aceitou todas as condições que nele estavam insertas, inclusive aquela relacionada a entrega dos envelopes previamente fechados e rubricados pelo representante da licitante, evidenciando que, posteriormente, não pode alterar as condições por ato de sua vontade.

2.6. No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: *“nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital”*.

2.7. Nesse passo, também, a acuidade jurídica da nota da mestra DI PIETRO: *“Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório”* (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª edição, 1992, p. 243).

2.8. Ora, na hipótese sob comento, se o edital impôs à licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, ora recorrente, a obrigação de, previamente, lacrar e rubricar os envelopes do certame, conforme inserto no item 5, sub item 5.2, caput, por princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem assim, atendendo ao princípio constitucional de isonomia constante do art.5º, caput, da CF/88, e também no art. 3º da Lei nº 8.666/93, igual encargo deveria ter sido observado pelo licitante recorrido, o que não foi, porquanto deixou de cumprir o mencionado no sub item 5.2, caput.

Recorrido nº 33/2005 - CNP
IGPM - CORREIOS
Fls. 1338
2
Doc: 3628

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

fu: 216
P

2.9. Como visto, resta claro que o licitante Mendonça Advogados Associados S/C, de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a rubrica nos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial, razão pela qual o referido licitante não poderia ter sido habilitado no certame, requerendo-se a INABILITAÇÃO da referida sociedade de advogados, por ser medida da mais lúdima justiça.

INABILITAÇÃO DO LICITANTE/RECORRIDO MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA NOS ENVELOPES

3.1. Outro motivo pelo qual **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a inabilitação do recorrido **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C** não se restringe as razões anteriormente expendidas mas se consubstancia na ausência de cumprimento do item 5.2, letras "a", "b", "c" e "d", senão vejamos:

3.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, (sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa), com a seguinte identificação externa:

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA
- b) TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2000
- c) data e horário de abertura
- d) os dizeres "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope nº 1", "PROPOSTA TÉCNICA - Envelope nº 2 e "PROPOSTA COMERCIAL - Envelope nº 3", respectivamente.

3.3. Nesse viés, verifica-se que a suposta identificação dos envelopes feita pelo licitante/recorrido na verdade não existiu, pois feita em etiquetas e não nos envelopes, como manda o edital, sendo as referidas etiquetas auto colantes, perfeitamente removíveis, cuja atitude confronta com os princípios da moralidade, legalidade e da igualdade que norteiam o Processo Licitatório.

3.4. Ademais, cumpre esclarecer que as etiquetas apostas nos envelopes tratam-se de corpo estranho que podem ser destacadas a qualquer momento, ou ainda, por terem sido coladas no envelope errado, ou por estar faltando qualquer um dos itens que foram requeridos no edital, ou seja, trazendo benefícios a parte interessada em detrimento dos demais licitantes.

3.5. Cumpre salientar, que com essa inovação o recorrido pode comprometer a própria empresa contratante, ECT, uma vez, que qualquer um dos licitantes pode levantar a questão de que o adesivo auto colante foi retirado para benefício do Escritório em questão.

Antônio

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 17

3.6. Registre-se que o edital impõe a identificação no envelope e não em etiqueta auto colante aposta no mesmo, cujo descumprimento das normas editalícias acarreta a inabilitação do licitante/recorrido que não identificou externamente os envelopes como determinado pelo edital, sendo de extrema necessidade para evitar problemas futuros para todos os envolvidos na licitação.

3.7. No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: "*nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital*".

3.8. Nesse passo, também, a acuidade da nota mestra DI PIETRO: "*Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório*" (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª Edição, 1992, p. 243). (Destaque do Recorrente)

3.9. Com efeito, resta claro que o recorrido de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a identificação externa do envelope de habilitação, pois, como dito, não identificou os envelopes, e sim, as etiquetas auto colantes, razão pela qual requer-se a sua inabilitação por ser medida de justiça.

DO PEDIDO

4. Assim, considerando todos os elementos constantes nesta peça recursal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, o recorrente requer à Vossa Senhoria que julgue procedente o presente Recurso Administrativo inabilitando o licitante **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, observadas as formalidades e cautelas legais.

4.1. Requer-se, outrossim, na forma do art.109, §4º, do retro mencionado diploma legal, que na hipótese de Vossa Senhoria não entender pela inabilitação do recorrido, faça o presente Apelo subir, devidamente informado, para ser apreciada pela autoridade superior desta Empresa Pública Federal.

4.2. Por fim, arrimado no §2º do art.109, da Lei nº 8.666/93, requer-se a Vossa Senhoria se digne de **SUSPENDER** a Tomada de Preço nº 3/2000, até decisão final do presente recurso administrativo.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, (sexta-feira), 28 de abril de 2000

Antônio Candido Barra Monteiro de Britto

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antônio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/PA 3691 - CIC/MF Nº 158.386.172-68
SÓCIO - GERENTE

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| PMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1540 |
| 3628 | |
| 4 | |
| Doc: | |

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FU:218
[Handwritten signature]

ILM0. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT



MENDONÇA

ADVOGADOS

ASSOCIADOS S/C, empresa devidamente qualificada no processo licitatório da Tomada de Preços nº 3/2000, vem respeitosamente perante V.Sa., através de sua representante legal infra firmada apresentar **CONTRA RAZÕES** ao recurso interposto por **BARRA BRITO S/C – Advogados Associados**, contra a decisão que habilitou a Recorrida para participar do certame, e o faz pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1 – Diz o Autor em sua peça recursal, que a empresa Recorrida não deveria ser habilitada pela Comissão de Licitação, em virtude de que não teria rubricado o envelope contendo a documentação para habilitação e ainda teria apresentado identificação através de etiquetas, de acordo com a item 5, sub-item 5.2, caput do Edital.

[Handwritten signature]

| |
|-------------------------|
| RQS: nº 03/2005 - CNI - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1541 |
| FIS: |
| 3628 |
| Doc: |

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FLS: 219
[Handwritten signature]

2 – Quanto a falta de rubrica no envelope, entendemos que nenhuma falha houve, visto que a rubrica nos envelopes e na documentação deve acontecer durante a abertura da licitação, na forma estabelecida no art. 43, VI § 2º assim redigida:

“§ 2º - Todos os documentos e propostas serão rubricadas pelos licitantes presentes e pela Comissão”.

3 – Quanto a colocação de etiquetas para identificação no envelope, não há nem na Lei, nem no edital, nenhuma norma que proíba esta prática, sendo que o recurso em análise é meramente procrastinatório e sem nenhuma fundamentação legal que possa ampará-lo.

4 – Sendo assim, denota-se que a firma em questão não está obrigada a rubricar o envelope antes da abertura do certame e muito menos proibida de apresentar identificação através de etiquetas.

Diante de todo o exposto, espera serenamente esta empresa que V.Sa., examinando minuciosamente os fatos e fundamentos alegados, julgue improcedente o presente recurso, como obra de inteira **JUSTIÇA.**

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FL 220
[Signature]

Termos em que
P. e E. Deferimento
Belém, 08 de maio de 2.000

Lindalva M. Brasil
MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
LINDALVA M. BRASIL – OAB-PA 6489

Tv. Campos Sales, 63 – 8º andar- Fones(091)212 8088/6788; Fax: 212 6009; E.mail:
otmend@interconnect.com.br

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1543 |
| 3628 | |
| Doc: | |



Fls: 221
CP

INABILITAÇÃO DE LICITANTE – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/00
– BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS –
CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE ISAIAS
CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C PELA OCORRÊNCIA
DE VÍCIOS INSANÁVEIS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRITAMENTE VINCULADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE
E DA MOTIVAÇÃO – SIMPLES ERROS MATERIAIS NÃO
ACARRETAM A INABILITAÇÃO DE LICITANTE – RECURSO
DEVE SER INDEFERIDO POR FALTA DE AMPARO LEGAL

INFORMAÇÃO Nº 125 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 03/00 que, em sua tramitação normal, redundou em recurso contra a habilitação do licitante ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C pela empresa BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS por ofensa à legislação vigente.

O pretenso vício insanável foi a inexistência de identificação externa nos envelopes.

Após analisar os termos do recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL afirmou que a identificação dos envelopes foi considerada válida, uma vez que cumpriu com o objetivo de identificar os envelopes corretamente, impedindo sua abertura acidental em ocasião inoportuna.

Ao final, concluiu pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazer-lo, nos seguintes termos.

A legalidade e a motivação são dois princípios básicos do procedimento licitatório, aos quais a CPL encontra-se intrinsecamente vinculada. Com efeito, a Administração Pública não pode atuar nem decidir com rigor excessivo. Os passos de um certame licitatório estão todos previstos em lei e no edital do certame, e as decisões devem ser devidamente motivadas.

No recurso interposto, o requerente informou da inexistência de identificação externa nos envelopes apresentados pelo licitante recorrido, motivo determinante para sua inabilitação. **Data venia**, não há como concordar com essa argumentação. Conforme demonstrado pelo Presidente da CPL, o licitante recorrido

l

Fls: 3628
Doc: 1544

RECORRIDO Nº 03/005 - CN -
CPLMI 1544
CORREIOS

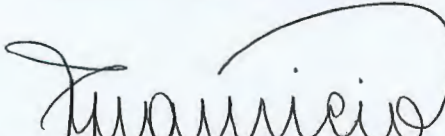
identificou os envelopes com etiquetas, impedindo, assim, sua abertura acidental em ocasião inoportuna. Sendo assim, correta a decisão que manteve a habilitação do licitante recorrido.

Fls: 222
Ca

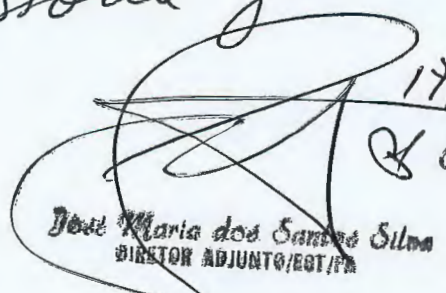
Pelo exposto, concluímos que a habilitação do licitante recorrido deve ser mantida, julgando-se improcedente o recurso interposto, por absoluta falta de amparo legal.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 17 de Maio de 2000.


PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

De acordo. Folha o recibo
do Assessor Jurídico.


17/05/00
JOS
José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/EST/PA

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1545 |
| 3628 |
| Doc: |

FU: 213
[Signature]

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pelo licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados contra a habilitação do licitante Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C à tomada de preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega a inexistência de identificação externa nos envelopes.

Sobre o assunto a CPL entende que o item 5.2 do edital tem por objetivo identificar os envelopes de modo a impedir que os envelopes de propostas técnicas venham a ser abertos acidentalmente, antes de ser levado a efeito a fase de habilitação ou os envelopes de propostas de preços, antes de ser concluído o julgamento da proposta técnica. Portanto, o recorrido atendeu o objetivo da exigência editalícia. A CPL entende que certas exigências do edital visam facilitar a condução do ritual de apresentação de propostas, entretanto não são suficientes para caracterizar a incapacidade da firma perante às exigências dos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93, esses sim, tem poderes para obstar a contratação de alguma empresa junto ao Poder Público.

Manifesta-se a comissão de licitação pela manutenção da habilitação do licitante recorrido.

À superior consideração de V.Sa.

Em 10/5/2000.

[Signature: Torres]

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Resp. p/ presidência da CPL

[Signature: A. Asses]

[Signature: Solange Mendes]

[Signature: 10/5/2000]

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1546 |
| Fls: _____ |
| 3628 |
| Doc: _____ |

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a habilitação de **IZAÍAS CABRAL ADVOCACIA & ASSSSESSORIA S/C**, na forma do exposto a seguir:

DOS FATOS

1.1. No dia e hora designados pelo Edital da Tomada de Preço nº 3/2000, o recorrente se fez presente na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sito à Av. Presidente Vargas nº 498, nesta cidade e, na oportunidade, apresentou a documentação de Habilitação relativa ao certame, bem como as Propostas Técnica e de Preço.

1.2. Por sua vez, a recorrida apresentou a documentação relativa à Tomada de Preço nº 3/2000, contudo, inobservando as previsões do Edital correspondente, senão vejamos.

INABILITAÇÃO DO LICITANTE/RECORRIDO CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA NOS ENVELOPES

2.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a inabilitação do licitante, Izaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C, primeiramente, é em razão do mesmo não ter cumprido o imperativo constante no edital de licitação, se consubstancia na ausência de cumprimento do item 5.2, letras "a", "b", "c" e "d", senão vejamos:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 225
J

2.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"5.2. A documentação de habilitação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, (sendo que para as propostas os envelopes deverão estar fechados e rubricados pelo representante da empresa), com a seguinte identificação externa:

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA
- b) TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2000
- c) data e horário de abertura
- d) os dizeres "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope nº 1", "PROPOSTA TÉCNICA - Envelope nº 2 e "PROPOSTA COMERCIAL - Envelope nº 3", respectivamente.

2.3. Nesse viés, verifica-se que a suposta identificação dos envelopes feita pelo licitante/recorrido na verdade não existiu, pois feita em etiquetas e não nos envelopes, como manda o edital, sendo as referidas etiquetas auto colantes, perfeitamente removíveis, cuja atitude confronta com os princípios da moralidade, legalidade e da igualdade que norteiam o Processo Licitatório.

2.4. Ademais, cumpre esclarecer que as etiquetas apostas nos envelopes tratam-se de corpo estranho que podem ser destacadas a qualquer momento, ou ainda, por terem sido coladas no envelope errado, ou por estar faltando qualquer um dos itens que foram requeridos no edital, ou seja, trazendo benefícios a parte interessada em detrimento dos demais licitantes.

2.5. Cumpre salientar, que com essa inovação o recorrido pode comprometer a própria empresa contratante, ECT, uma vez, que qualquer um dos licitantes pode levantar a questão de que o adesivo auto colante foi retirado para benefício do Escritório em questão.

2.6. Registre-se que o edital impõe a identificação no envelope e não em etiqueta auto colante aposta no mesmo, cujo descumprimento das normas editalícias acarreta a inabilitação do licitante/recorrido que não identificou externamente os envelopes como determinado pelo edital, sendo de extrema necessidade para evitar problemas futuros para todos os envolvidos na licitação.

2.7. No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: "*nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital*".

2.8. Nesse passo, também, a acuidade da nota mestra DI PIETRO: "*Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contém deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório*" (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª Edição, 1992, p. 243). (Destaque do Recorrente)

2.9. Com efeito, resta claro que o recorrido de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 226
TJ

3/2000, no que pertine a identificação externa do envelope de habilitação, pois, como dito, não identificou os envelopes, e sim, as etiquetas auto colantes, razão pela qual requer-se a sua inabilitação por ser medida de justiça.

DO PEDIDO

3.1. Assim sendo, considerando todos os elementos constantes nesta peça recursal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, o recorrente requer à Vossa Senhoria que julgue procedente o presente Recurso Administrativo inabilitando o **IZAÍAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C**, observadas as formalidades e cautelas legais.

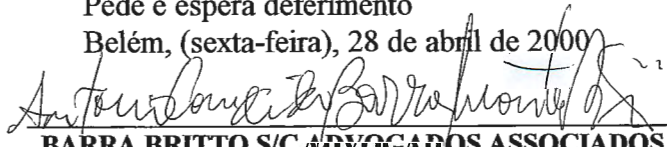
3.2. Requer-se, outrossim, na forma do art.109, §4º, do retro mencionado diploma legal que, na hipótese de Vossa Senhoria não entender pela inabilitação do recorrido, o que se admite por argumentação, faça o presente Apelo subir, devidamente informado, para ser apreciada pela autoridade superior desta Empresa Pública Federal.

3.3. Finalmente, de conformidade com §2º do art.109, da Lei nº 8.666/93, requer-se a Vossa Senhoria se digne de **SUSPENDER** a Tomada de Preço nº 3/2000, até decisão final do presente recurso administrativo, observadas as formalidades de estilo.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, (sexta-feira), 28 de abril de 2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antônio Candida Barra Monteiro de Britto

OAB/PA 3691 - CIC/ME Nº 158.386.172-68

SÓCIO - GERENTE

(recurso TP - nº 03-2000.Izaías Cabral)

| | |
|----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN. | |
| CPMI - CORREIOES | |
| Fls: | 1549 |
| 3628 | 3 |



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA D
PREÇOS N ° 3/2000.**



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA
S/C**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de advogados, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, sob o número 162, cadastrada no CNPJ/MF sob o número 03.169.365/0001-32, e inscrita no cadastro municipal sob o número 147.565-4., por seu representante legal ao fim assinado, no prazo que a Lei 8666/93 no Art. 109 § 3 permite, vem a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, ao **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a habilitação desta sociedade, interposto por **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, como melhor aduz:

PRELIMINAR:

O que se pode atestar, neste " recurso" interposto por **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, é uma manobra desesperada para tentar anular a presente licitação, tumultuando e sem o mínimo de critério e lógica, quando no preâmbulo " ... contra habilitação de **IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSSESSORIA S/C**, ..." requer no item 1.2 " **INABILITAÇÃO DO LICITANTE /RECORRIDO CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C. INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA NOS ENVELOPES**" em seguida no item 2.1 " ... requer inabilitação do licitante, **IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C**, ... "

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

RQS n° 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 1550
3628
Doc:



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

FLS: 228
2
Cu

1 - Em princípio o recurso interposto por BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, não se refere a esta pessoa jurídica, ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C., que encontra-se devidamente registrada, onde pelo já demonstrado nos documentos de habilitação onde atesta ser diversa de " IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C." e " IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSSSESSORIA S/C."

DAS CONTRA RAZÕES:

2 - Por amor ao debate, o recorrente afirma que o recorrido, " IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C." ou " IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSSSESSORIA S/C" , deixou de atender os requisitos do item 5.2 da licitação Tomada de preços 3/2000.,

3 - Afirma o recorrente, que o recorrido não fez a identificação no envelopes, e sim numa etiqueta auto colante, perfeitamente removíveis, cuja atitude confronta com os princípios da moralidade, legalidade

Ora, se o envelope encontra-se devidamente personalizado atendendo os requisitos do item 5.2 da licitação tomada de preços 3/2000., o que o recorrente chama de etiqueta é o destaque para melhor identificação pela comissão de licitação, com toda certeza não é etiqueta e muito menos removível, o outro ponto é que os envelopes após aberta a reunião foram entregues a comissão e com eles permaneceram, o que o recorrente quis suscitar quando afirma "perfeitamente removíveis" será que está afirmando que a comissão poderia trocar os envelopes? É realmente não entendemos esta afirmação do recorrente.

4 - Ainda volta afirmando, com relação ao que diz etiqueta, o recorrido pode comprometer a própria empresa contratante, ETC,

Quem de fato esta pondo em prova de honestidade e lisura a comissão e a ETC, é o recorrente quando faz tais alegações, precisar ser advertido para abster-se de tais questionamentos.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66091-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br

Belém-Pará.

RQS nº 03/2005 - CN-1

OPM-570 - CORREIOS

Fls: 1551

3028

Doc:



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

FL: 229
3
ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

CONCLUSÃO:

5 - O recorrente interpôs recurso contra uma empresa, que não está participando da presente licitação, " IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C." ou "IZAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSSSESSORIA S/C".

6 - Suscita a questão de poder ser trocado o que chama de etiqueta, contudo os envelopes encontram-se com a comissão, logo esta seria cúmplice em tal ato faltoso, é inadmissível, tal questionamento.

7 - O que de verdade podemos observar, é que o recorrente tenta de todos os meios e formas anular mais uma vez a licitação que tem como objetivo a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ., pois a documentação apresentada pelo recorrente, este não teria a menor chance, com a anulação o recorrente passaria a concorrer em condições de igualdade, pela URGÊNCIA a contratação fosse dispensado do processo licitatório. NÃO PODEMOS COMPARTILHAR DESTAS MANOBRAS DO RECORRENTE.

PEDIDO:

8 - Que seja desconsiderado o recurso interposto, por falta de substratos fáticos e jurídicos, desde já impugnando em sua totalidade, e que seja, inabilitado o recorrente em face de tentar de todas as formas tumultuar a tomada de preços nº 3/2000 ETC, em observância a documentação apresentada pelo recorrente que não o habilita.

Pede e espera deferimento.

Belém, 03 de Maio de 2000.

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C.

José isaías de albuquerque cabral
Sócio.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66029-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br

Belém-Pará.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
1552
Fls: _____
3628
Doc: _____



Diretoria Regional do Pará e Amapá – DR/PA

Assessoria Jurídica – ASJUR

Fu: 130
7/11

INABILITAÇÃO DE LICITANTE – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/00
– FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS – CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS PELA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE FISCAL – CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO COMPROVA REGULARIDADE FISCAL – RECURSO DEVE SER INDEFERIDO POR FALTA DE AMPARO LEGAL – CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C PELA OCORRÊNCIA DE VÍCIOS INSANÁVEIS – EDITAL EXIGE A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O FISCO ESTADUAL – AUSÊNCIA DE CERTIDÃO COMPROBATÓRIA DA REGULARIDADE PERANTE O FISCO CARACTERIZA VÍCIO INSANÁVEL MOTIVADOR DA INABILITAÇÃO DO LICITANTE

INFORMAÇÃO Nº 122 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 03/00 que, em sua tramitação normal, redundou em recurso contra a habilitação dos licitantes BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS e MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, pela empresa FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C, por ofensa à legislação vigente.

Os pretensos vícios insanáveis foram assim enumerados pelo recorrente:

1) **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS:** irregularidade de situação perante a Fazenda Federal;

2) **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C:**

⇒ ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual; e

②

⇒ falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB.



Fls. 232
7

Após analisar os termos do recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL assim se posicionou:

- 1) **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS:** a documentação apresentada pelo licitante não comprova a regularidade perante a Fazenda Federal; e
- 2) **MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C:** o licitante apresentou o registro do contrato social na OAB, mas não juntou certidão negativa da Fazenda Estadual.

Ao final, concluiu pela inabilitação do licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS e não posicionou-se conclusivamente quanto a habilitação ou não do licitante MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

A vinculação ao edital é um dos princípios básicos do procedimento licitatório. A Administração Pública e os licitantes ficam vinculados aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Analisando o tema, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 20ª ed., p. 250), com o brilhantismo que lhe era peculiar, afirma não ser compreensível que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado, pois o edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

No ordenamento jurídico pátrio, a base legal deste princípio está inserta nos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 que, com clareza incontestável, dispõem que a Administração Pública não pode descumprir as normas do edital, ao qual de acha estritamente vinculada. Nesse sentido, também os arts. 43, 44, 46 e 48 do aludido diploma legal.

A própria Justiça Federal, por intermédio da Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisando a matéria, assim decidiu:

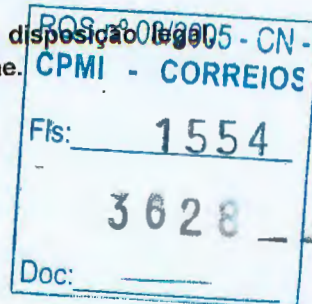
“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO.

I – Em sede de licitação, vigora o princípio da vinculação ao Edital, que obriga tanto a Administração Pública, quanto os licitantes à sua estreita observância.

II – Não é lícito à Administração, salvo expressa disposição legal, fazer exigências não constantes do Edital do certame.

III – Negado provimento à remessa oficial”.

①



(REO 94.01.37466-0/DF – 2ª Turma do TRF da 1ª Região – Rel. Juiz Carlos Fernando Mathias – DJ 11.11.96 – p. 85865)

FU: 232
7

No recurso interposto, o requerente pleiteou a inabilitação do licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS por irregularidade de situação perante a Fazenda Federal. Com a devida **venia**, nenhuma razão lhe assiste. É que foi apresentada oportunamente pelo licitante recorrido, certidão positiva com efeito de negativa, a teor do art. 206 do CTN. Assim, ao contrário do alegado pelo recorrente, não houve qualquer ilegalidade jurídica, não havendo como justificar a inabilitação do licitante recorrido.

Num segundo momento, o requerente pleiteou a inabilitação do licitante MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, pela não comprovação do registro do contrato social na OAB, e pela ausência de demonstração de regularidade perante o Fisco Estadual. Analisando os autos, observa-se que o licitante recorrido fez prova do registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Em sua defesa, o licitante recorrido alega que trata-se de exigência inócua pois a natureza da atividade que exerce não o sujeita à incidência de tributos estaduais.

Data venia, não há como concordar com tal argumentação. Com efeito, estando a Administração estritamente vinculada aos termos do edital, não pode decidir contra o que nele está inserido, ainda mais quando o licitante recorrido, tendo conhecimento prévio da exigência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual, não impugnou oportunamente o edital, acatando assim as exigências nele contidas.

Ademais, não há qualquer ilegalidade na exigência de comprovação de regularidade dos licitantes perante o Fisco Estadual, sequer dificuldade para a obtenção da certidão correspondente, tanto que todos os demais licitantes fizeram prova nesse sentido.

Pelo exposto, concluímos que o recurso sob exame deve ser deferido em parte, para manter a habilitação do licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS e inabilitar o licitante MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 17 de Maio de 2000.

PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

De acordo.
Assino o parecer.
14/05/00
DR
Dea. Maria das Santos Silva
Diretora Administrativa

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1555 |
| 3628 | |
| Doc: | |

PLR. 233
J

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C – Advogados Associados e Mendonça Advogados Associados S/C à tomada de preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega que o licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados não atendeu à regularidade fiscal por apresentar certidões positivas de débito com a Fazenda Federal.

O licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados apresentou como prova de regularidade com a Fazenda Federal certidão positiva de tributos e contribuições federais, com efeito de negativa, com amparo legal dos arts. 205 e 206 da Lei 5.172/66 do Código Tributário Nacional e certidão positiva quanto à dívida ativa da União onde menciona existirem inscrições ativas.

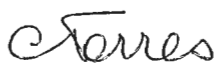
A CPL acata “a priori” as alegações da recorrente com referência à certidão quanto à dívida ativa da União e reconsidera seu julgamento inicial passando a considerar inabilitado o licitante Barra Brito S/C – Advogados Associados.

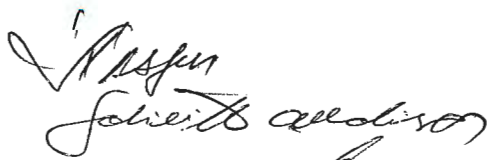
Referindo-se ao licitante Mendonça Advogados Associados S/C observa a recorrente que este deixou de apresentar certidão negativa da Fazenda Estadual e registro do contrato social na OAB.

Esclarecemos que o licitante Mendonça Advogados Associados S/C apresentou o registro do contrato social na OAB. Quanto à certidão negativa da Fazenda Estadual solicitamos que o assunto seja submetido à ASJUR para avaliar a tese do recorrente, tendo em vista que o recorrido alega que a natureza da atividade que exerce não está sujeita à incidência de tributos estaduais. Se tal alegação não for verdadeira o mesmo deverá ser inabilitado.

À superior consideração de V.Sa.

Em 10/5/2000.


CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Resp. pela Presidência da CPL




| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Nº: | 1556 |
| 3628 | |
| Doc: | |



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

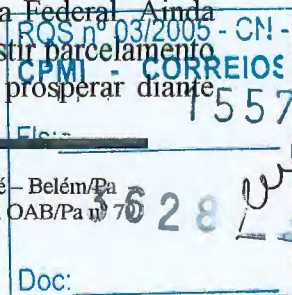
ILMº SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

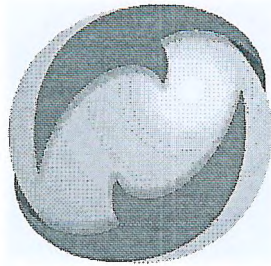
Tomada de Preços nº 03/2000
Tipo: técnica e preço

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C –
ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil regularmente inscrita perante a
OAB/PA sob o nº 79 e no CNPJ sob o nº 00.314.270/0001-77, com sede à Avenida
Generalíssimo Deodoro, nº 1683, salas 1101 e 1103, neste ato representada por sua
sócia CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, brasileira, casada, advogada,
inscrita na OAB/PA sob o nº 6522, vem, perante V. Exª, com fulcro no artigo 109,
inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8666/93, com redação da Lei nº 8883/94, e item 7.1-
“a” do Edital da Tomada de Preços nº 14/99, apresentar **RECURSO** contra a
habilitação dos licitantes BARRA BRITO S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS e
MENDONÇA ADVOGADOS S/C ao prosseguimento do certame, pelos
fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

Com efeito, em reunião ocorrida no dia 20 de abril
de 2000, às 09:00, compareceram cinco licitantes à Tomada de Preços aberta para
contratação de serviços advocatícios pela ECT, dentre os quais os licitantes acima
mencionados deixaram de apresentar a integralidade da documentação
taxativamente enumerada na lei e no Edital da Licitação.

O licitante Barra Brito S/C – Advogados
Associados não atendeu ao requisito da regularidade fiscal de vez que buscou
habilitar-se ao certame através de certidões positivas de débito com a Fazenda
Federal, apresentando certidão positiva de tributos e contribuições federais e
certidão positiva quanto à dívida ativa da União, que relacionou os processos nº
20.6.99.002934-60 e 20.6.002935-48 ajuizados em face ao licitante, e, ainda, a
existência de um débito no valor de R\$-13.726,15 com a Fazenda Federal. Ainda
que sobre a primeira certidão positiva tenha alegado o licitante existir parcelamento
sobre dívida de COFINS e PIS/PASEP, essa alegação não pode prosperar diante





FLS: 235
[Handwritten signature]

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
ADVOCADOS ASSOCIADOS

das exigências de absoluta regularidade fiscal e certidão de **QUITACÃO** de tributos exigida no Edital da Tomada de Preços nº 03/2000 e na Lei nº 8666/93, no dispositivo já antes citado. Trata-se, “in casu”, de defeito insanável e que deve conduzir à inabilitação do licitante diante, até mesmo, do princípio da legalidade e da moralidade a que estão circunscritos os atos da Comissão licitante, tudo sob pena de anulação do certame.

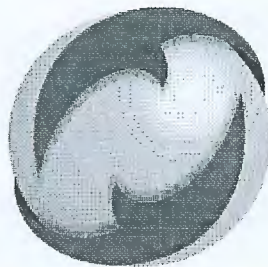
No que tange ao licitante Mendonça e Associados S/C ressalva o Recorrente a falta de apresentação de certidão negativa da Fazenda Estadual e de registro do ato constitutivo (contrato social) da sociedade no Ordem dos Advogados do Brasil, sendo claro o Edital no sentido de que “As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no subitem 5.1 e na forma exigida no subitem 5.2, os seguintes documentos: (...); b) comprovação de Registro no Conselho Seccional da OAB, na base territorial de sua sede;” (grifos nossos). O Edital, dessa forma, não foi atendido pelo licitante que se limitou a juntar aos autos mero instrumento particular de contrato social, sem o respectivo registro na OAB/PA, além de nada Ter apresentado quanto à sua regularidade ou mesmo à falta de inscrição junto à Fazenda Estadual, como exigido.

A Lei nº 8666/93 também previu a exigência da comprovação do registro exigido pelo Edital, através do artigo 28, inciso IV, que preceitua: “Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em: (...); IV – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;”(destacamos).

Deste modo, o licitante Mendonça e Associados S/C não pode jamais obter a habilitação jurídica postulada e equivocadamente deferida pela Comissão sem qualquer análise da documentação apresentada, fato que, mais uma vez, poderá gerar nulidades futuras que se pretende evitar.

Ainda em relação ao primeiro licitante impugnado, Barra Brito S/C – Advogados Associados, não há como lhe reconhecer a habilitação jurídica e a regularidade fiscal constantes dos incisos I e IV do artigo 27 da Lei nº 8666/93, diante dos documentos incompletos, certidões positivas ou documentos não apresentados, tendo referido licitante desobedecido crassamente as regras do Edital da Tomada de Preços nº 03/2000 que exige, dentre outros requisitos para habilitação os seguintes:

RQS: nº 03/2005 - CN: -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1558
Doc: [Handwritten signature]



FLS 1236
[Handwritten signature]

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

“3.2. As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no subitem 5.1 e na forma exigida no subitem 5.2, os seguintes documentos: (...);

c) Prova de regularidade com:

-
- -Fazenda Federal – (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União);
- -Fazenda Estadual; e
- -Fazenda Municipal.”

Note-se, portanto, que a exigência é de certidão negativa de débito, ou seja, de certidão de quitação de tributos e contribuições e da dívida ativa da União, não servindo, portanto, à habilitação e prova de regularidade fiscal a documentação apresentada pelo licitante. No mesmo sentido e com as mesmas exigências o artigo 29, inciso III, da Lei nº 8666/93.

Finalmente, e apenas para arrematar as argumentações acima esposadas, o artigo 41, “caput”, da multicitada Lei nº 8666/93, é claro ao expressar que **“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**, sendo essa a hipótese dos presentes autos nos quais se pretende que essa Comissão de Licitação, como de praxe, cumpra estritamente e com rigor os termos de seu próprio Edital, inabilitando os licitantes impugnados pelas falhas insanáveis apontadas no curso destas razões.

Sobre o tema, interessante é a lição de Marçal Justen Filho, em “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, AIDE, 4ª ed., pág. 255:

“O instrumento convocatório (seja edital, seja convite) cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1559
Fls.
3628
Doc: [Handwritten signature]



FLS: 237
[Handwritten signature]

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, A Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia. (...)."

Nestas condições e pelas razões expostas, recorre FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS e essa Ilmª Comissão Permanente de Licitação, para que com base nas irregularidades apontadas inabilite os licitantes BARRA BRITO S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS e MENDONÇA E ASSOCIADOS S/C, prosseguindo nos ulteriores de direito até a abertura das propostas técnica e de preço, na melhor forma de direito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Belém, 28 de Abril de 2000

[Handwritten signature]

P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
Advogada-OAB/PA 6522

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1560 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 03/2000



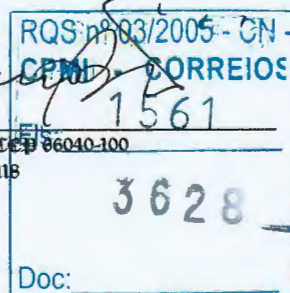
BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO** apresentado por **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação na Tomada de Preço nº 03/2000, que habilitou o Escritório de Advocacia, ora impugnado, na forma do exposto a seguir:

DOS FATOS

1. Inconformado com a decisão tomada pela Comissão de Licitação da Tomada de Preço nº 03/2000, que habilitou **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, o Escritório de Advocacia/Recorrente interpôs recurso visando a inabilitação da Sociedade de Advogados recorrida.

Para tanto, o recorrente alega que **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** não atendeu ao requisito da regularidade fiscal, pois entende que o mesmo teria deixado de apresentar certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, apresentando apenas certidões positivas de débito com a Fazenda Federal (Receita e Dívida Ativa), ou seja, certidão positiva de tributos e contribuições federais e certidão positivo quanto a dívida ativa da União.

Não tem razão.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

PU: 239
[Handwritten signature]

2. Ilustre Comissão, desnecessário se faz a recorrida apresentar maiores considerações sobre os argumentos da peça recursal formulada pelo Escritório Jurídico FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, porquanto a fragilidade das razões lá insertas é flagrante.

Nesse sentido, verifica-se que as razões do recurso interposto pelo recorrente são idênticas ao interposto contra o recorrido na Tomada de Preço nº 14/99, razões já analisadas e indeferidas, cujos membros da Comissão de Licitação da Tomada de Preço 14/99, são os mesmos da Tomada de Preço 03/2000.

Note-se, que o intuito do recorrente é tumultuar a Tomada de Preço sob comento, pois não trocou sequer uma palavra das alegações feitas contra o Escritório/Recorrido, comprovando-se tal fato através da falta de preocupação em menos trocar o número da Tomada de Preço anterior (14/99), como pode ser observado na parte de qualificação do recurso.

Para tanto, é, que a Comissão de Licitação, de forma escoreita, habilitou a recorrida, consoante se depreende da Ata de Reunião respectiva, prova inconteste de que a documentação exigida no Edital da Tomada de Preços nº 03/2000 foi integralmente observada por BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Entretanto, a recorrida tece a seguir algumas considerações sobre a peça da recorrente.

DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO DO RECORRENTE/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS

3. Em primeiro lugar, deve ser dito que o recorrente está totalmente equivocado na interpretação sobre os documentos (certidões), que entende não terem sido apresentadas pela recorrida.

Nesse sentido, o edital de licitação da Tomada de Preço nº 03/2000 no item 3, sub item 3.2 letra "c", é explícito quanto a documentação necessária para habilitação referente à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, como segue:

"3.2. As firmas interessadas em participar da presente licitação, deverão apresentar na data e horário previstos no subitem 5.1. e na forma exigida no subitem 5.2., os seguintes documentos:

a).....

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
[Handwritten signature]
3628
Doc: []

Barra Brito S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

PU: 240
Cal

b).....;

c) Prova de regularidade com:

- Fazenda Federal - (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União);

- Fazenda Estadual e

- Fazenda Municipal;

d).....;

e).....;

Conforme se observa no Edital do presente certame, diferente do equivocadamente afirmado pelo recorrente, a recorrida cumpriu rigorosamente o referido Edital, pois apresentou os documentos que lá foram pedidos.

Por oportuno, resta que o Edital não pediu a apresentação de Certidão Negativa da Fazenda Federal, como sem maiores cuidados asseverado pelo recorrente, e sim pediu, apenas, comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, o que foi cumprido através da apresentação da certidão de regularidade específica fornecida pela Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

4. Demais disso, vale ressaltar, que o edital da Tomada de Preço nº 03/2000, no item 3, subitem 3.1 requer *"A inscrição prévia no cadastro de 'Fornecedores e Prestadores de Serviços' da ECT para participar da presente licitação é obrigatória."* listando, em peça apartada, o rol de documentos necessários para o cadastramento de acordo com a Lei nº 8.666/93, relativos à regularidade fiscal, quais sejam:

2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

I.....;

II.....;

III- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União). Estadual e municipal do domicílio ou sede do interessado ou equivalente, na forma da lei;

IV.....;

V.....;

entremostrando-se com ofuscante nitidez, que a partir do momento que o licitante teve seu cadastro aprovado para participar da Tomada de Preço nº 03/2000, acreditasse que a documentação exigida para o cadastramento está conforme o exigido no edital.

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 10V103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 244
Cel

Como dito, a exigência de **apresentação de CRC (item 3, subitem 3.1)**, ora sob comento, consta no art. 34 e parágrafos da Lei nº 8.666/93 e no Edital, sendo cumprido pela recorrida no que diz respeito a apresentação de documentos comprovantes da **regularidade** para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

Aduz a recorrida, que não é objetivo da Administração **dificultar** ou, até mesmo, **prejudicar** a participação das empresas em certames públicos. Ao contrário, a legislação aplicável a espécie, listou nos parágrafos, incisos e itens do art. 27 e seguintes da multicitada Lei nº 8.666/93, a documentação básica para **HABILITAÇÃO** das empresas participantes evitando amplamente a inclusão de quaisquer filigranas burocráticas como pretendido pelo recorrente que, com frágeis alegações e motivos desconformes com a lei, quer, a todo custo, inabilitar a recorrida, **esquecendo-se que a escolha da melhor proposta para a Administração é o objetivo principal das licitações.**

Logo, não há porque inabilitar a recorrida se a mesma seguiu rigidamente o prescrito no Edital, no que concerne a apresentação da documentação, não sendo demais ressaltar que a legislação aplicável à espécie, em momento algum, obriga as empresas participantes em licitações a fornecerem documentação outra a não ser a exigida no Edital do certame. Ao revés, e específica neste particular, porquanto limita-se a exigir, única e tão somente a apresentação da documentação em si, nada mais.

5. Aduz, ainda, o recorrente, que a recorrida apresentou certidão positiva da Receita Federal e da Dívida Ativa da União, a qual diz existir parcelamento sobre dívida de CONFIN e PIS/PASEP, razão pela qual o recorrente entende que a recorrida teria deixado de comprovar a regularidade fiscal exigida pelo Edital da Tomada de Preço nº 03/2000.

Resta comprovado, que a legislação aplicável à espécie, em momento algum, obriga as empresas participantes em licitações a fornecerem documentação outra a não ser a exigida no Edital em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Muito ao contrário, a lei é integralmente específica neste particular expressando o pensamento do legislador de forma cristalina e transparente no que pertine a apresentação dos documentos de habilitação, os quais são somente aqueles previstos no Edital.

Ressalte-se, que o legislador, quando elaborou a norma em discussão (art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93), incumbiu-se, através do vocábulo, **REGULARIDADE**, de dirimir qualquer possível interpretação divergente sobre as exigências da documentação para habilitação em licitações e o fez de forma concisa

RO nº 03/2005 - CN -
CPMI 3628
Fis: 3628
Doc:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS. 242
Y
Cel

e objetiva, dissipando, de plano, qualquer dúvida a esse respeito. Diz taxativamente o referido art.29, que será exigida prova de **REGULARIDADE** para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

Com efeito, na boa hermenêutica, quando o legislador diz **REGULARIDADE**, explicita sua prévia intenção de repelir, eliminar e restringir todo e qualquer acréscimo de exigências supervenientes às já especificadas naquele artigo. Assim agindo, o legislador zela pela legitimidade e lisura do certame. Se quisesse dizer “quitação” como prova imprescindível nas licitações, assim teria feito e tal exigência, certamente, constaria da lei, o que não consta.

Ora, se “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art.5º, inciso II, da Constituição Federal), a conduta da recorrida está plenamente de acordo com o dispositivo constitucional antes mencionado, porquanto apresentou os documentos que o Edital exige, ou seja, de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, não estando obrigada a apresentar nenhuma outra certidão senão aquela que comprove a sua **REGULARIDADE**, afigurando-se ilegal qualquer exigência fora de tais parâmetros.

Aliás, nem poderia pedir certidão “negativa” de débito, pois a lei de licitações pede regularidade fiscal e não inexistência de débito.

Nesse sentido, a lei alude a “regularidade”, que pode abranger a existência de débito consentido e sob o controle do credor, não existindo a exigência de quitação a que se reporta o recorrente, ou seja, a ausência de débito, pois, se assim fosse, haveria ilegalidade do Edital caso viesse exigindo a prova de quitação para com as Fazendas.

Com efeito, a Lei nº 8.666/93, aceita o parcelamento do pagamento do débito fiscal, ou seja, a situação fiscal é de regularidade, bastando ao licitante/recorrido para ser tido como habilitado provar o parcelamento do débito, o que no caso concreto ocorreu, através da certidão apresentada. Portanto, está totalmente equivocado o recorrente quando diz que a recorrida não teria atendido as exigências do edital.

Ora, o art.206 do Código Tributário Nacional que o recorrente deliberadamente parece desconhecer, é de clareza solar restando inclusive mencionado nas certidões, apresentadas à CPL, assim dispondo:

“Art.206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS: 243
7
Ul

cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.”

Diante das razões acima expostas, resta provado a exaustão que a recorrida de forma indubitosa cumpriu na totalidade as exigências editalícias, bem assim, a finalidade essencial do art.27 da Lei de Licitações, ou seja, a efetiva entrega da documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, o que lhe confere a HABILITAÇÃO para continuar participando da Tomada de Preços Nº 03/2000, até porque, a norma jurídica antes mencionada não exige documentos outros, além dos regularmente apresentados.

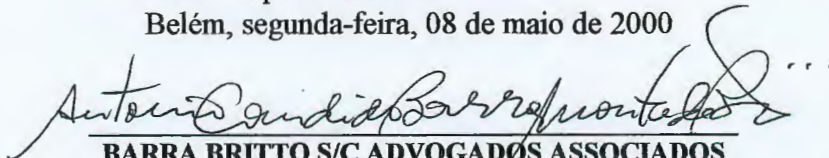
DO PEDIDO

8. Ante todo o anteriormente exposto nesta impugnação, capaz de elidir de *per si*, na amplitude devida, todas as frágeis alegações do Escritório de Advocacia/Recorrente, cujos argumentos da recorrida são corroborados pelo constante do bojo da Tomada de Preço nº 03/2000, requer-se a Vossa Senhoria o não provimento do recurso apresentado por FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, com posterior seguimento do certame nos ulteriores de direito relacionados a abertura das propostas técnica e de preço, observadas as formalidades e cautelas legais.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, segunda-feira, 08 de maio de 2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

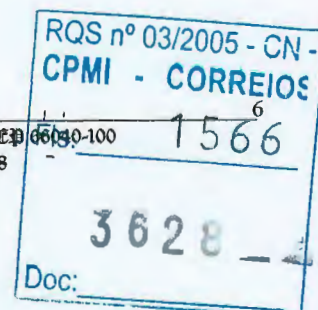
P.p. Antonio Candido Barra Monteiro de Britto

OAB-PA 3961 - CPF 158.386.172-68

Sócio Gerente

(Impug. Recurso Freire Figuei. tp 03 - 00 Doc)

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66090-100
Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118
Belém - Pará



MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT



MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, empresa devidamente qualificada no processo licitatório da Tomada de Preços nº 3/2000, vem respeitosamente perante V.Sa., através de sua representante legal infra firmada apresentar **CONTRA RAZÕES** ao recurso interposto por **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – Advogados Associados** contra a decisão que habilitou a Recorrida para participar do certame, e o faz pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1 – Diz o Autor em sua peça recursal, que a empresa Recorrida não deveria ser habilitada pela Comissão de Licitação, em virtude de que não teria juntado certidão comprovando regularidade com a Fazenda Estadual e ainda não comprovou o registro do ato constitutivo da sociedade, perante a Ordem dos Advogados do Brasil.

2 – Quanto a não apresentação da Certidão comprovando a regularidade com a Fazenda Estadual, entendemos que esta é plenamente dispensável, e

Tv. Campos Sales, 63 – 8º andar- Fones(091)212 8088/6788; Fax: 212 6009;
E.mail: otmend@interconnect.com.br

Fls: 1567

3628

Doc: _____

RQ nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FLS: 245
[assinatura]

por que não dizer inócua, visto que a natureza jurídica e a atividade econômica da firma, ora Recorrida, a isentam quer da inscrição, quer do pagamento de qualquer tributo estadual. Sendo assim, não há necessidade da demonstração de sua regularidade perante o fisco estadual, por ser empresa prestadora de serviços advocatícios, não se enquadrando portanto como sujeito passivo daquela contribuição. Vejamos o ensinamento de Roque Antônio Carraza, na Obra "ICMS", 6ª edição, Malheiros Editores;

"E quem pode promover a realização de tais operações? Entendemos que só o produtor, o industrial ou o comerciante. O particular(dona de casa, operário, aposentado etc.) que vende um objeto seu não realiza uma operação relativa à circulação de mercadorias; apenas vende um bem móvel qualquer. **O mesmo podemos dizer do profissional liberal(médico, dentista, advogado), do professor, do funcionário público, enfim, de todos os que não revestirem uma destas três condições: comerciante, industrial ou produtor".(grifo nosso)**

3 – Sendo assim, denota-se que a firma em questão não está obrigada a apresentar a certidão solicitada no edital, em virtude de que sua atividade econômica lhe isenta de demonstrar a regularidade com a Fazenda Estadual, tanto é assim, que na oportunidade em que apresentou a documentação para efetivar seu cadastro perante a Licitante, também não apresentou a referida

Tv. Campos Sales, 63 – 8º andar- Fones(091)212 8088/6788; Fax: 212 6005;
E.mail: otmend@interconnect.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
1568
3628
Doc: [assinatura]

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Fls. 246
7
el

Certidão, no entanto sua inscrição foi plenamente deferida, como comprova o documento anexo.

4 – Quanto a não apresentação da comprovação do registro perante a Ordem dos Advogados do Brasil, a Recorrente deve ter se equivocado, pois este documento foi devidamente apresentado, na data da abertura do certame, bastando para isso verificar a documentação apresentada pela Signatária.

Diante de todo o exposto, espera serenamente esta empresa que V.Sa., examinando minuciosamente os fatos e fundamentos alegados, julgue improcedente o presente recurso, como obra de inteira JUSTIÇA.

Termos em que
P. e E. Deferimento
Belém, 08 de maio de 2.000

Lindalva M. Brasil

MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
LINDALVA M. BRASIL – OAB-PA 6489

Tv. Campos Sales, 63 – 8º andar- Fones(091)212 8088/6788; Fax: 212 6009;
E.mail: otmend@interconnect.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1569
Fls:
3628 - 2
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR

Belém, 24 de maio de 2000.

FLS: 247
Y
CR

Prezados Senhores,

Informamos a V.Sas., que os recursos interpostos pela empresa Barra Brito S/C – Advogados Associados contra a habilitação dos licitantes Mendonça Advogados Associados S/C, Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima & Advogados Associados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, foram julgados improcedentes.

1) Recurso contra a habilitação dos licitantes MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C e CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS sob a alegação de inexistência de rubrica nos envelopes: o erro material não justifica a inabilitação do licitante, uma vez que não havia qualquer indício de violação dos envelopes. Não houve qualquer ilegalidade jurídica.

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima & Advogados Associados sob a alegação de inexistência de identificação externa nos envelopes: a identificação dos envelopes com etiquetas cumpriu com o objetivo de identificar os envelopes corretamente, impedindo sua abertura acidental em ocasião inoportuna.

3) Recurso contra a habilitação do licitante Célio Lima & Advogados Associados sob a alegação de não apresentação da certidão de regularidade fiscal municipal e registro do contrato comercial fora das normas regulamentares do Estatuto da OAB: a) o licitante apresentou uma certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Municipal, demonstrando a sua situação de regularidade perante o Fisco Municipal, logo, não há que falar em inabilitação do licitante recorrido, por absoluta falta de amparo legal; b) A documentação apresentada pelo licitante recorrido comprova a regularidade do registro do contrato e de suas alterações no Cartório de Títulos e Documentos e na OAB, não havendo base legal para justificar sua inabilitação.”

Com referência ao recurso apresentado pela empresa Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados contra a habilitação dos licitantes Barra Brito S/C Advogados Associados e Mendonça Advogados Associados S/C, à Tomada de Preços nº 3/2000, informamos que foi julgado improcedente quanto ao licitante Barra Brito S/C Advogados Associados e procedente quanto ao licitante Mendonça Advogados Associados S/C.

1) Recurso contra a habilitação do licitante Barra Brito S/C Advogados Associados, sob a alegação de irregularidade de situação perante a Fazenda Federal: foi apresentada pelo licitante recorrido, certidão positiva com efeito de negativa, a teor do art. 1º do CTN.

RCF nº 03/2005 - CN -
CBMI - CORREIOS
Fls: 1570
James
3628
Doc:

F5:248
Cr

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, sob as alegações de: a) ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual e b) falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB: O licitante recorrido fez prova de registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Pelo exposto, concluímos pela manutenção da habilitação dos licitantes recorridos com exceção do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, que fica inabilitado por deixar de comprovar regularidade perante a Fazenda Estadual.

Informamos, por fim, que a abertura das propostas técnicas dar-se-á dia 26/5/2000 às 10h30, na sala de licitações – Av. Presidente Vargas, 498 – 3º andar.

Atenciosamente,

Cr

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Presidente da Comissão de Licitação

À

Célio Lima & Advogados Associados S/C
Fax: 222-7835

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1571 |
| 3628 | |
| Doc: | |

FLS. 249
7
Cel

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, sob as alegações de: a) ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual e b) falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB: O licitante recorrido fez prova de registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Pelo exposto, concluímos pela manutenção da habilitação dos licitantes recorridos com exceção do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, que fica inabilitado por deixar de comprovar regularidade perante a Fazenda Estadual.

Informamos, por fim, que a abertura das propostas técnicas dar-se-á dia 26/5/2000 às 10h30, na sala de licitações – Av. Presidente Vargas, 498 – 3º andar.

Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Presidente da Comissão de Licitação

À
Isaias Cabral Advocacia e Assessoria S/C
Fax: 212-2601

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



Fls. 250
[Handwritten signature]

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, sob as alegações de: a) ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual e b) falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB: O licitante recorrido fez prova de registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Pelo exposto, concluímos pela manutenção da habilitação dos licitantes recorridos com exceção do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, que fica inabilitado por deixar de comprovar regularidade perante a Fazenda Estadual.

Informamos, por fim, que a abertura das propostas técnicas dar-se-á dia 26/5/2000 às 10h30, na sala de licitações – Av. Presidente Vargas, 498 – 3º andar.

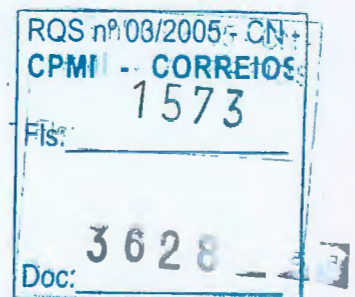
Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Presidente da Comissão de Licitação

À
Barra Brito S/C - Advogados Associados
Fax: 249-9118

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



FU:251
Jul

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, sob as alegações de: a) ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual e b) falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB: O licitante recorrido fez prova de registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Pelo exposto, concluímos pela manutenção da habilitação dos licitantes recorridos com exceção do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, que fica inabilitado por deixar de comprovar regularidade perante a Fazenda Estadual.

Informamos, por fim, que a abertura das propostas técnicas dar-se-á dia 26/5/2000 às 10h30, na sala de licitações – Av. Presidente Vargas, 498 – 3º andar.

Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Presidente da Comissão de Licitação

À
Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados
Fax: 241-3400

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



FL: 252
17
H

2) Recurso contra a habilitação do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, sob as alegações de: a) ausência de comprovação de regularidade perante o Fisco Estadual e b) falta de demonstração do registro do contrato social perante a OAB: O licitante recorrido fez prova de registro de seu contrato social perante a OAB, mas não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual, exigência constante do edital, não impugnada oportunamente por nenhum dos interessados e satisfeita por todos os demais licitantes.

Pelo exposto, concluímos pela manutenção da habilitação dos licitantes recorridos com exceção do licitante Mendonça Advogados Associados S/C, que fica inabilitado por deixar de comprovar regularidade perante a Fazenda Estadual.

Informamos, por fim, que a abertura das propostas técnicas dar-se-á dia 26/5/2000 às 10h30, na sala de licitações – Av. Presidente Vargas, 498 – 3º andar.

Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS CARNEIRO TORRES
Presidente da Comissão de Licitação

À
Mendonça Advogados Associados S/C
Fax: 212-6009

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



FLS. 253
Y
JL

O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO À CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR, TRANSMITIDA À V.SAS., VIA FAX, NESTA DATA. PEDIMOS OBSÉQUIO ASSINAR NO CAMPO APROPRIADO DEVOLVENDO-NOS PELO FAX: 211-3053.

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | |
|--|--|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE | |
| MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C | |
| ENDEREÇO / ADRESSE | |

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | |
|--|--|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE | |
| FREIRE FIGUEIREDO E MELEM | |

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | |
|--|--|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE | |
| ISAÍAS CABRAL ADVOCACIA S/C | |

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | |
|--|--|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE | |
| CÉLIO LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS | |

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | | | |
|--|-------------------|-----|-------------|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE | | | |
| BARBARA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS | | | |
| ENDEREÇO / ADRESSE | | | |
| CEP / CODE POSTAL | CIDADE / LOCALITÉ | UF | PAÍS / PAYS |
| | BELEM | PIA | |

| DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION | |
|---|--|
| CT/CPL/GERAD-51/2000 - CIRCULAR | |
| O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI A ÉTÉ DUMENT | |
| ☐ ENTREGUE / REMIS | ☐ PAGO / PAYÉ |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE | |
| Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR | RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT |
| VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR. | |

CARIMBO
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 1576
Doc: 3628



Fls: 254
PAG: 01

....17:14-24/05/'00...CELIO LIMA.....0912227835

24-MAI-00 17:14 GERAD PA

TEL:091-2113053

O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO À CT/CPL/GERAD 51/2000-CIRCULAR.
TRANSMITIDA À V.SAS., VIA FAX, NESTA DATA. PEDIMOS OBSÉQUIO ASSINAR NO CAMPO
APROPRIADO DEVOLVENDO-NOS PELO FAX: 211-3053.

CELIO LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS

BELEM

PA

CT/CPL/GERAD - 51-2000 - CIRCULAR

C.P. 


| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1577 |
| Doc: 3628 |

PA-PAI-PA 17:18 GERAD PA

TEL: 091-2113053

FL: 255
P: 01

O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO À CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR,
TRANSMITIDA À V.SAS. VIA FAX. NESTA DATA PEDIMOS OBSEQUITO ASSINAR NO CAMPO
APROPRIADO DEVOLVENDO-NOS PELO FAX: 211-3053.

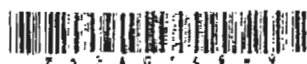
ISAIAS CABRAL ADVOCACIA S/C

BELEM

PA

CT/CPL/GERAD - 51-2000 - CIRCULAR


Dr. Isaias Cabral
OAB/PA 8366



| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1578 |
| Doc: | 3628 |

PR-256
P:01

24-MAI-00 17:21 GERAD PA

TEL:091-2113053

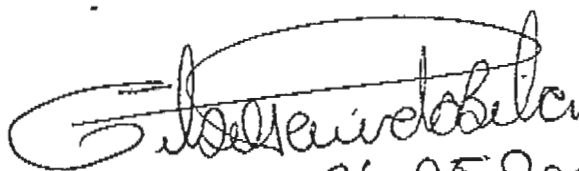
O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO À CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR
TRANSMITIDA À V.SAS., VIA FAX, NESTA DATA. PEDIMOS OBSÉQUIO ASSINAR NO CAMPO
APROPRIADO DEVOLVENDO-NOS PELO FAX: 211-3053.

BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

BELEM

PA

CT/CPL/GERAD - 51/2000 - CIRCULAR


em: 24.05.2000

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls.: | 1579 |
| 3628 | |
| Doc: | |

FLS 257

O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO A CTPCPL/GERAD-512/90-CIRCULAR, TRANSMITIDO À V. SAS. VIA FAX, NESTA DATA. PEDIMOS OSEFQUJO ASSINAR NO CAMPO APROPRIADO DEVOLVENDO NOS PELO FAX, 211.3053

RENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

BELCM

72

CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR

Recibido Cas 24/05/2000. Edyges Maria Arango Perez
Abogada - OABIPA 92



RQS:nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 1580
3628 _ _
Doc:

RS250
[Signature]

24-MAI-2000 17:28 GERAD FH

TEL:081-3113053

F:01

O AVISO DE RECEBIMENTO ABAIXO É RELATIVO A CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR.
TRANSMITIDA A V.SAS. VIA FAX. NESTA DATA. PEDIMOS OBSEQUIO ASSINAR NO CAMPO
APROPRIADO DEVOLVENDO-NOS PELO FAX: 211.3053.

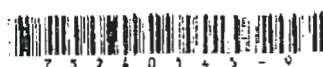
Recebido
em: 24/05/2000
às: 17:30 hs

Vera Lúcia Melo
FREIRE FIGUEIREDO E MELEM

BELEM

7A

CT/CPL/GERAD-51/2000-CIRCULAR



7 5 2 1 0 1 4 5 - 0

| | |
|-----------------------|----------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI | CORREIOS |
| 1581 | |
| Fls: _____ | |
| 3628 | |
| Doc: _____ | |

FROM : Esc. OTAVIO MENDONÇA Advogados PHONE NO. : 091 2243323
25-MAI-00 15:41 GERAD PA

MAY. 25 2000 06:14PM P2
TEL: 091-2113053 P: 01

PS: 259
Cd



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

CT/CPL/GERAD-53/2000

Belém, 25 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Solicitamos a presença de representante dessa empresa a fim de receber, em devolução, devidamente fechados, os envelopes nº 2 - proposta técnica e nº 3 - proposta comercial apresentados à TP-3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Solicitamos, ainda, acusar o recebimento desta, datando e assinando na própria carta e devolvendo através do fax: 211-3053.

Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS C. TORRES
Resp. pela Presidência da Comissão de Licitação

Recebi em 25/05/00
D. Sindalva J. Brasil

A
MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 212-6009

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1582
Fls: _____
3628
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FUS 260
J
JL

PROPOSTA TÉCNICA

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Prezados Senhores

Barra Britto S/C Advogados Associados, inscrita no CNPJ sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, conjunto 101/103 - Ed. Flávio Neto, vem por meio desta apresentar sua proposta técnica para:

OBJETO: Prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, conforme minuta do contrato (Anexo II) constante do Edital da Tomada de Preços nº 3/2000.

01 - Para os devidos fins a licitante, Barra Britto S/C Advogados Associados declara, como, declarado tem, plena aceitação a todas as condições constantes da Tomada de Preços nº 3/2000 e das especificações fornecidas.

02 - Os profissionais de direito, devidamente habilitados perante a OAB/Pa para o exercício da advocacia possuidores de vínculo empregatício e que juntamente com os sócios da licitante, **Antonio Candido Barra Monteiro de Britto** (OAB/Pa 3961) e **Edmée Barra de Britto** (OAB/Pa 724), serão responsáveis pela execução do objeto da Tomada de Preços nº 3/2000 são os seguintes: **Antonio Candido Monteiro de Britto, Samuel Teixeira da Silva, Ana Cláudia da Costa Maia, Roberto Ribeiro da Cunha, Gilson Pereira da Silva, Márvio Miranda Viana e Andréa Costa Pereira**, advogados, brasileiros, solteiros, a exceção do primeiro e da última que são casados, inscritos na OAB/Pa, respectivamente, sob os nºs 646, 5265, 7447, 7347, 7816, 8527 e 6827.

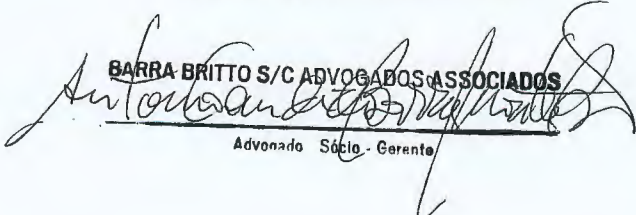
Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FU: 261
Tel

03 - A licitante, ainda, em cumprimento ao item 4.4., alínea "d", indica a seguir o rol de empresas e instituições públicas federais e estaduais para as quais, nos últimos dois (02) anos prestou e presta serviços jurídicos advocatícios, ou seja, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, Fundação Carlos Gomes - FCG, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará - CREA-PA, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará - CRC/PA, Cartório Condurú - 4º Ofício de Notas, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP, Tropical Companhia de Crédito Imobiliário, HOSPICENTER Comércio e Representação Ltda., Burle Comércio, Representações, Consignações e Serviços Ltda., SERCOBEL - Serviços e Comércio Belém Ltda., PRIMAC, Projetos, Instalações e Manutenção de Ar Condicionado Ltda., TELEBEL Telemática Ltda, BF Comércio e Representação Ltda., CIMCOL - Construções, Indústria, Comércio, Representações Ltda., M. J. C. Barra - Restaurante Xalaco, Construtora Guarany Ltda., Imobiliária e Construtora Tarso Ltda., Gama Barra Construções Ltda., L. C. Gama Barra - Super Tintas experiência essa comprovada através dos **atestados de capacidade técnica** em anexo, bem como, as respectivas **certidões da Justiça Federal e Justiça do Trabalho, Seção Judiciária do Pará**, comprobatórias da atuação judicial dos profissionais de direito componentes da licitante no âmbito das referidas esferas judiciais, além de **certificado de conclusão de curso** complementar à nível de pós-graduação realizado pelo advogado Antonio Candido Barra Monteiro de Britto na Fundação Getúlio Vargas - Instituto de Direito Público e Ciência Política.

Belém, 20 de abril de 2.000


BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado Sócio - Gerente



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 646 e do CPF nº 000.559.302-63, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

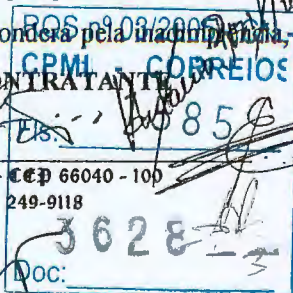
DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar as orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inexecução, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS: 163
[assinatura]

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

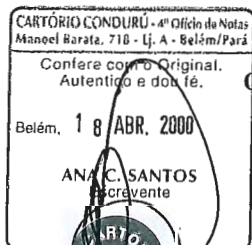
CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

Belém-Pa, 09 de agosto de 1997.

CONTRATANTE: [assinatura]

CONTRATADO: [assinatura]



TESTEMUNHAS:

[assinaturas das testemunhas]



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: MÁRVIO MIRANDA VIANA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 8527 e do CPF nº 416.097.782-00, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

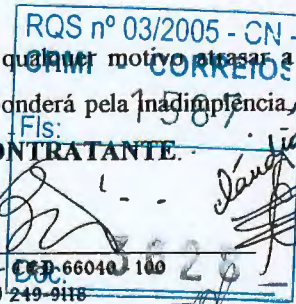
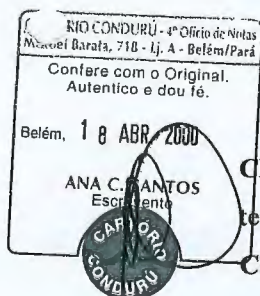
DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar as orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo deixar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inadiquência, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS: 265
y
ed

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

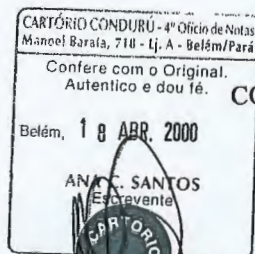
Belém-Pa, 15 de outubro de 1997.

CONTRATANTE:

Antônio André Barreto

CONTRATADO:

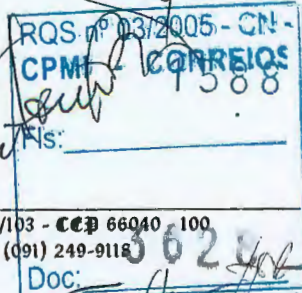
Mário Miranda Junior



TESTEMUNHAS:

Regina Lira Guimarães

Regina Lira Guimarães



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS: 266
[assinatura]

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

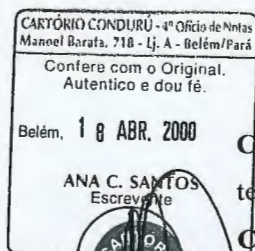
CONTRATADO: GILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 7816, portador do CPF nº 388.845.002-82, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar as orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inatencionalidade, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.

REC. P. 03/2000 - CNJ
CPM - CORREIOS
1588
3628
Dec.

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS 267
JL

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

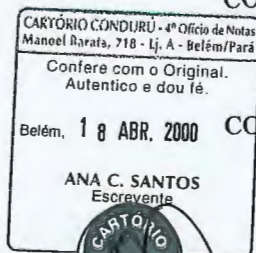
CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

Belém-Pa, 15 de janeiro de 1997.

CONTRATANTE:

[Assinatura manuscrita]



CONTRATADO:

[Assinatura manuscrita]

TESTEMUNHAS:

[Assinatura manuscrita]
[Assinatura manuscrita]
[Assinatura manuscrita]
Cláudia Regina Lira Guimarães

ROS nº 03/2005 - CN
CPM - CORREIOS
1590

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

FLS. 268
7/11

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

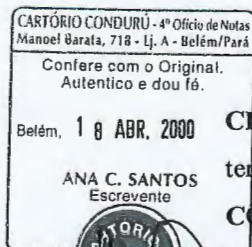
CONTRATADO: ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 7347 e do CPF nº 424.387.352-04, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar às orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inadiquação sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/102 - CEP 66040-100
Fones: (091) 229-9600, 249-9528, 249-2471, 249-9528 - Fax (091) 249-9118
Belém - Pará

RQS nº 03/2006
OPMI - CORREIO
Els: 1591
7/11

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

Belém-Pa, 14 de agosto de 1997.

CONTRATANTE:

CONTRATADO:



TESTEMUNHAS:

Idáudis Regina Lira Guimarães



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 270
U

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 5265 e do CPF nº 097.423.102-97, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar às orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inadiplência, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.

RQS nº 03/2005 - CN
CPM
CORREIOS
7593
Antonio Barra
Antonio Barra

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

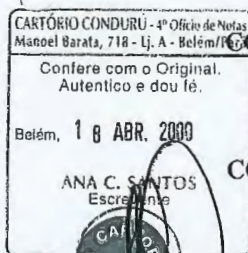
CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

Belém-Pa, 14 de agosto de 1995.

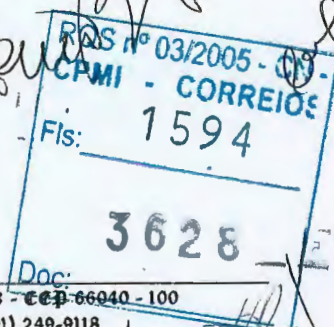


CONTRATANTE:

CONTRATADO:

TESTEMUNHAS

Laúdia Regina Lima Guimarães



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

FLS: 272
y

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

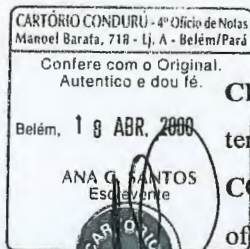
CONTRATADO: ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 7447 e do CPF nº 330.967.752-49, residente e domiciliada nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

DO OBJETO

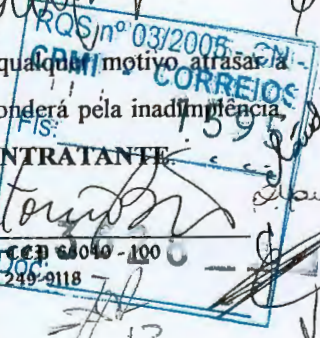
CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar as orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inadiquência, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FL: 273
Jd

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

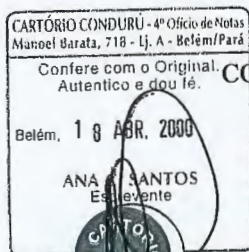
Belém-Pa, 10 de janeiro de 1996.

CONTRATANTE:

Antônio Cândido de Barros Monteiro

CONTRATADO:

Ass. Cláudia de Cezar Maia



TESTEMUNHAS:

Paula Rosa
Cláudia Regina Lira Guimarães



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO

FC-274
Vd

CONTRATANTE: BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CGC sob o nº 63.806.9996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, salas 101/102, neste ato representado por seu sócio-gerente Antonio Candido Barra Monteiro de Britto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3961 OAB/Pa e CPF nº 158.386.172-68, residente e domiciliado nesta cidade.

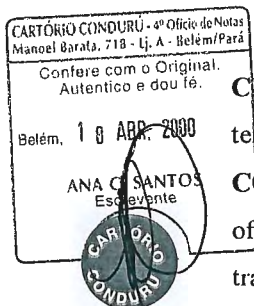
CONTRATADO: ANDRÉA COSTA PEREIRA, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 6827 e do CPF nº 332.754.912-53, residente e domiciliado nesta cidade.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **CONTRATANTE** supra caracterizado e, de outro lado, o **CONTRATADO**, igualmente identificado, têm entre si justo e avençado o presente **CONTRATO DE TRABALHO DE ADVOGADO**, de acordo com a legislação em vigor, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas e pactuadas que reciprocamente se outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, da seguinte forma:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pelo **CONTRATADO** a **CONTRATANTE**, obrigando-se o primeiro a seguir as orientações da segunda, desenvolvendo o mister para o qual foi contratado com ética, zelo e probidade.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



CLÁUSULA 2ª - Para o bom desempenho de seus serviços profissionais o **CONTRATADO** terá total liberdade de ação, liberdade essa que desde já lhe é outorgada pela **CONTRATANTE**, devendo, contudo, observar as orientações técnicas que lhe forem ofertadas, as quais fazem parte integrante do presente contrato como se aqui estivessem transcritas, não podendo a qualquer título desconsiderar tais orientações.

CLÁUSULA 3ª - Fica acordado que se o **CONTRATADO** por qualquer motivo atrasar a prestação de serviço e/ou equivocar-se na execução do mesmo, responderá pela inadimplência, sendo seu, o ônus dos prejuízos ocorridos que serão ressarcidos a **CONTRATANTE**.

RGS nº 03/2005 - CN-
COMI - CORREIOS
Pis: 3628
15

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

FLS 275
Cel

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 4ª - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO como pagamento pela prestação dos serviços profissionais a serem prestados, já retro-descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o valor correspondente a R\$-900,00 (novecentos reais) mensais.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

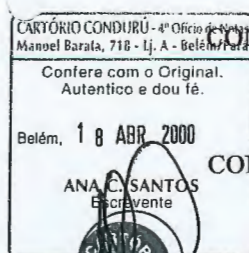
CLÁUSULA 5ª - O presente contrato se rege pelas disposições constantes da lei 8096/94 e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência indeterminado.

DO FORO

CLÁUSULA 6ª - As partes elegem o Foro de Belém-Pa, para dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, renunciando expressamente qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com todo o disposto neste instrumento, as partes contratantes assinam e rubricam em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ficando válido e obrigatório aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei.

Belém-Pa, 15 de junho de 1997.



CONTRATANTE:

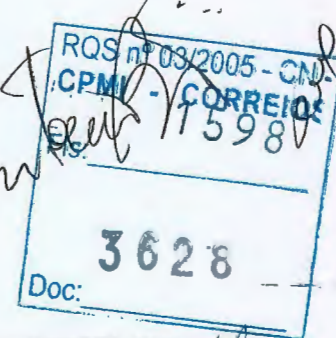
Antonio da Silva Britto

CONTRATADO:

Adriano Costa

TESTEMUNHAS:

Cláudia Regina Lira Guimarães



25-4 16

Fls. 276
 7
 Val

Uso obrigatório. Validade nacional e para os fins legais, Art. 13 da Lei 8.900/94.





ASSINATURA DO PORTADOR
 Márvio Minanda Diana

OBSERVAÇÃO E IMPEDIMENTOS

DOADOR ☒ SIM ☐ NÃO

TIPO DE SANGUE ☐ O ☐ P

CARTÓRIO CONDURU - 4ª Of. de Notas
 Alameda Barão, 718 - U. A. - Vila Militar

Contém com o Original
 Autêntico e dou-lo

Data: 20 ABR 2000

ANA C. SANTOS
 Esc. Nota

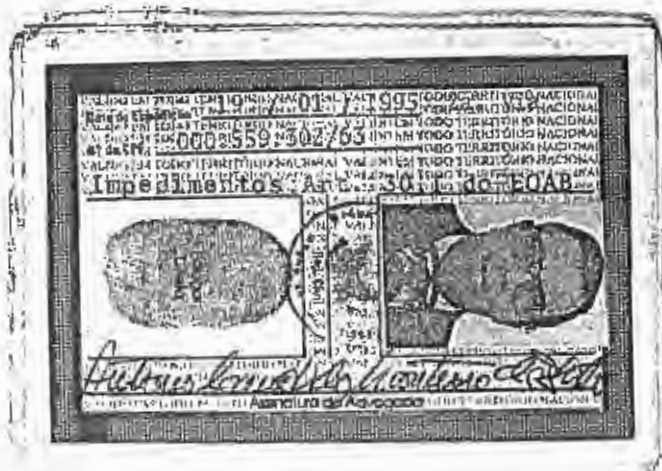


4

Autenticado
 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls: 302
 Doc: 17

|  ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DA PAZ
Cartão de Identidade do Advogado | | |
|---|---|--------------------------------------|
| IDENTIFICACAO
8527 | DATA DE INSCRICAO
30.09.1997 | VALIDADE
30.09.2001 |
| NOME
MARCIO MIRANDA VIANA | | |
| PAIS
BRAZIL | | |
| PROFISSAO
Advogado | | |
| NATURALIDADE
AMAZONENSE | | |
| DATA DO NASCIMENTO
20.08.1972 | | |
| CPF
2397733-SEGUP/PA | | CPF
416.097.782-00 |
| NO DO CARTAO
8527 | VIA
1 | EXPIRACAO
30.09.97 |
| PROFESSOR
SERGIO ALBERTO FRAZAO DO COELHO | | |

Fls. 257
[Handwritten signature]



CARTÃO DE CONDIÇÃO - 1º Oficial de Mesa
 Manoel Barreto, 714 - L. A. - B. M. P. A.
 Confira com o Original.
 Autentica e dá fé.
 Boiçá, 20 ABR. 2000
 ANA CAVALHANTOS
 Escrivã
[Circular stamp]

[Handwritten mark]

[Large handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOE
 Fls. 1600
 3648
 Doc



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCAO DO ESTADO DA PARAIBA

ANTONIO CANDIDO MENEIRO DE BRITTO

Candido Britto

Maria da Assumpcao M. de Britto

Brasileira 09-08-1934

646 646

Presidente da C.A.B.P.A. 1934

FLS-278
Tel

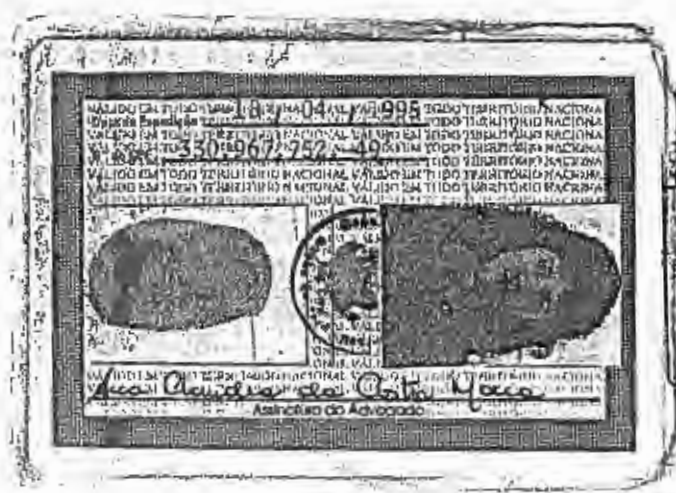


Antônio
3/92
Doc: 3/92



| | |
|--|----------------------------|
|  ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
Cartão de Identidade do Advogado | |
| Nome: GILSON PEREIRA DA SILVA | |
| Nome: Rosemy Bernadino da Silva | |
| Filiação: Maria Lina Coutinho Pereira | |
| Brasileira: 23/04/1974 | |
| Número de: 7816 | DE Nascimento: 7816 |
| Nº de Inscrição: 7816 | |
| Assinatura: <i>[Assinatura]</i> | |

FLS: 279
14
Cel



ANTONIO COMBURI - 1ª classe de nome
Macedo Barata, 718 - U. A. - Belém/PA
Confere com o Original
Autêntico e dou-lo
Belém, 20 ABR. 2000
ANA CASANTOS
Escritório

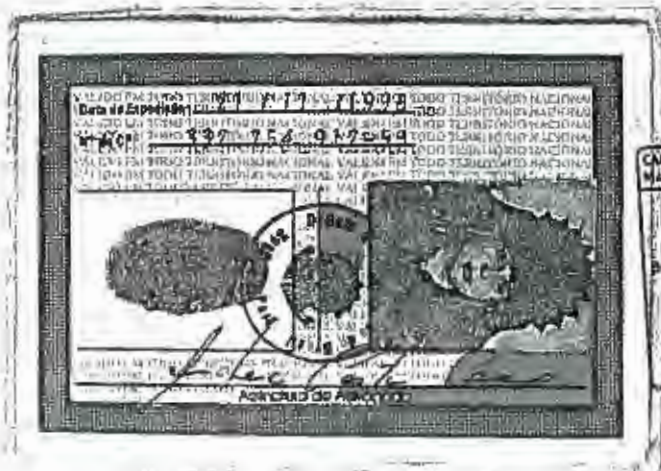


Antônio

RQS nº 03/2005 - 011
CPMI - CORREIO
Fls: 1602
3620
Doc:



FL 1280
JR



CARTÃO DE CONFIANÇA - Polícia de Polícia
Município: São Paulo - SP
Endereço: Rua...
Contatar com o Original: Autenticação e Assinatura
Data: 20 ABR 2000
ANA C. SANTOS
[Signature]



Handwritten signature: *Antonio*

Stamp: RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: *1604*
3628
Doc:


ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
 C. O. U. N. O. 12 de Novembro de 1959

Nome SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA
Nome João Costa da Silva
Nome Norma Teixeira da Silva
Endereço BRASÍLIA
Matrícula 5265
Assinatura [assinatura]
Selo [selo]

4 ✓

PS: 202
JH

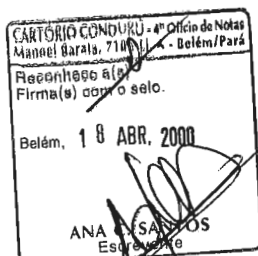
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E MAPÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos, para os devidos fins, que a firma **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS SOCIEDADE CIVIL DE ADVOCACIA**, estabelecida na Avenida Conselheiro Furtado, 2476, salas 101/102 – Belém / PA, inscrita no CGC sob o n.º 63.841.806.996/0001-47, presta para esta **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, situada na Avenida Presidente Vargas, 498, - Centro - Belém/Pará, os serviços jurídicos no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, através do Contrato n.º 119/ASJUR/95, proveniente da Tomada de preços 014/94, com vigência de 25/04/95 a 24/04/2000.

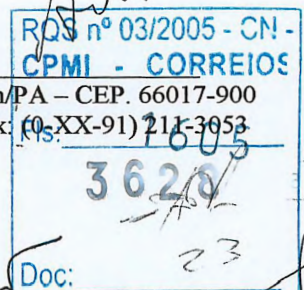
ATESTAMOS ainda, que tais serviços vem sendo executados de forma satisfatória, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belem(PA), 21 de janeiro de 2000.




PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Presidente Vargas, 498 – Ed. Sede dos CORREIOS – Centro - Belém/PA – CEP. 66017-900
Fone: (0-XX-91) 211-3160, 211-3163, 211-3162 e 211-3006 – Nosso Fax: (0-XX-91) 211-3053



INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1985

Ce. Almeida
Chefe do Centro Didático ou Coordenador

Regional Director

Superior Courts de Justicia
Diretor

Antonio L. B. [Signature]

Filiação: ANTONIO CANDIDO MOUTEIRO DE BRITTO - P EDNEE BARRA BRITTO

Nascido(a) em 20 de maio de 1963 Natural de PARÁ

Conceito NACIONALIDADE: BRASILEIRA

610
IDENTIDADE: SEGUP/PA - 1346315

85



Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA

Av. Magalhães Barata n.º 1201 - São Braz - Belém-Pará - Cep: 66060-670 - Fone: 246-8044

FLS: 283
7
JL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.945.341/0001-90, com sede nesta cidade à Avenida Magalhães Barata nº 1201, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/001-47, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocinou no período de 1996 à maio de 1999, diversas Ações Cíveis e Trabalhistas, individuais e plúrimas, onde figurava esta sociedade de economia mista estadual, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Belém (Pa), 10 de abril de 2000.

Autenticado

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

CAIXA DE
Queiroz Santos



Eng. Ramiro Jayme Bentes
Diretor - Presidente

CAIXA DE
Queiroz Santos



Adv. Gilberto J. R. Soares Vasco
PEL - Assessor Chefe Ass. Jurídica

| | |
|---|--|
| QUEIROZ SANTOS | |
| Jo. Tabelionato de Notas - 0157 | |
| AV. PEDRO MIRANDA, 849 - PEDREIRA | |
| FONE: 091-2332749 - CEP: 66040-170 - BELÉM-PA | |
| Reconheço e dou fe' em SEMELHANÇA a(s) firma(s) da: | |
| 0163634-RAMIRO JAYME BENTES..... | |
| 0031016-GILBERTO J. R. SOARES VASCO..... | |
| VÁLID. RQS. nº 03/2005 - CN | |
| En testam. em | |
| BELÉM, 10 de Abril de 2000 | |
| Fis: 1606 | |
| 05-LUCIANO DE QUEIROZ SANTOS | |
| ESCREVENTE | |
| 3626 - 05 | |
| Doc: 7/12 | |

Handwritten signatures and notes at the bottom right of the document.

4 /

FV. 284
Jul

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A FUNDAÇÃO CARLOS GOMES, entidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, criada pela Lei Estadual nº 5.328, de 28.07.1986, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Estadual nº 5.939, de 15.06.1996, publicada no DOE/Pará de 16.01.1996, detentora dos privilégios constantes do Decreto-Lei nº 779/69, de 21.08.1969, inscrita no CGC/MF sob o nº 14.700.157/0001-34, com Superintendência em Belém, Estado do Pará, à Av. Gentil Bittencourt, 909, CEP 66.040-000 vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA DE BRITO e SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações trabalhistas, individuais (conforme relação em anexo) onde figurava esta entidade, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com a obrigações assumidas.

Belém, 20 de janeiro de 2000.

QUEIROZ SANTOS
3º. TABELIONATO DE NOTAS
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - S. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
0195878-PAULO JOSE CAMPOS DE MELO.....

Em testemunho da verdade.
BELÉM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrivente

Paulo Jose Campos de Melo
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Paulo Jose Campos de Melo
Superintendente

CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º. Ofício de Notas-Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data, pelo que autentico *nesta via*

19 ABR 2000

Em Sinal

da verdade

215

RQS nº 03/2005 - CM
GRM - CORREIOS
16-07
FIS
3528
Doc

Roberto Oliveira Morel
Escrivente Juramentado

Fls. 285

**GOVERNO DO ESTADO DO PARA
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES**

1. **Reclamante:** PAULO BERNARDO KEUFFER DE LIMA
Proc. nº 12ª JCJ – 1555/98
2. **Reclamante:** IRINA PETROVA RATCHEVA
Proc. nº 14ª JCJ – 1868/97
3. **Reclamante:** EVGUENI NIKOLAEV RATCHEV
Proc. nº 8ª JCJ – 1358/97
4. **Reclamante:** ANA LOPES CORDEIRO E OUTROS
Proc. nº 14ª JCJ – 0588/99
5. **Reclamante:** ANTONIA RENILDE PEREIRA DA SILVA E OUTROS
Proc. nº 11ª JCJ – 604/99

Belém, 20 de Janeiro de 2000

Paulo José Campos de Melo
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Paulo José Campos de Melo
Superintendente

QUEIROZ SANTOS
3º. TABELIONATO DE NOTAS 02581
Av. Gov. Massihães Barata, 359 - S. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de
0195878-PAULO JOSE CAMPOS DE MELO.....

Em testemunho da verdade.
BELÉM, 19 de Abril de 2000

Roberto Oliveira Morel
14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrevente



Substituto

CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º. Ofício de Notas - Belém - PA.
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico *esta via*.

19 ABR 2000

Em Smal

ROG 003/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls:

1608

Roberto Oliveira Morel
Roberto Oliveira Morel
Escrevente Juramentado

3628

Doc:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO PARÁ
CREA-PA

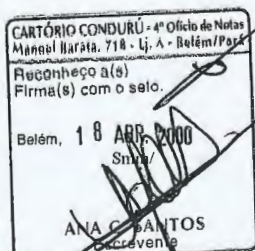
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA-PA, Autarquia Federal, inscrita no CGC/MF sob o n.º 05.065.511/0001-05, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará, situado na Travessa Doutor Moraes, n.º 194, bairro de Nazaré, vem para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC /MF sob o n.º 63.806.996/001-47, com sede em Belém-Pará, na Avenida Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Edifício Flávio Neto, Salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLAUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDREA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Trabalhistas individuais, conforme relação em anexo, onde figurava este Conselho Regional, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

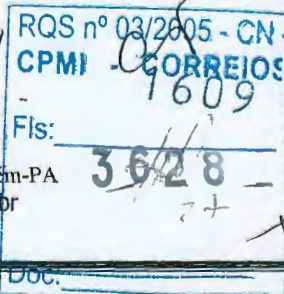
Belém, 20 de janeiro de 2.000.



Engenheiro civil **JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO**
Presidente do CREA-PA



Tr. Dr. Moraes, 194 - CEP-66035-080 -Fonc/Fax: (091) 212-9011 Belém-PA
Email: creapa@libnet.com.br Home Page: www.creapa.com.br





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO PARÁ
CREA-PA

RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

Reclamante: MARIA ODETE DE SOUZA VAZ
Proc. n.º 6ª JCJ – 533/93

Reclamante : RUBENS CAVALCANTE DA SILVA
Proc. n.º 2ª JCJ – 0988/93

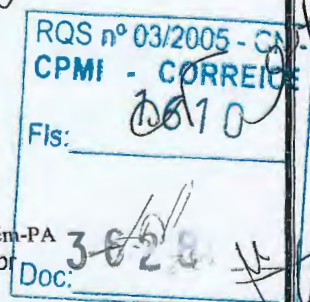
Reclamante: WALMAR ANTUNES ANIBAL E OUTROS
Proc. n.º 13ª JCJ – 1862/95

Reclamante: OLDHOM BAIA DIAS
Proc. n.º 10ª JCJ- 0303/98

Reclamante: MIGUEL DE OLIVEIRA PENNA
Proc. n.º 12ª JCJ- 1445/98

Reclamante: KELLY KALYNKA DAMASCENO CRUZ
Proc. n.º 8ª JCJ – 0999/99

Smm/





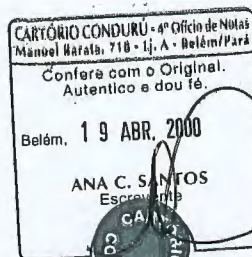
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Rua Santo Antônio, 316 - Edifício Américo Nicolau da Costa, 8º andar e sobreloja - CEP: 66010-090

Fone: (091) 241-7922 / FAX: (091) 222-7153

<http://www.interconnect.com.br/crcpa>

"Valorização Profissional: Nosso Desafio, Nossa Meta."



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

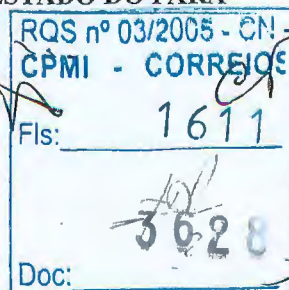
O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CRC-PA, entidade de fiscalização de classe, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.977.518/0001-30, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará na Rua Santo Antonio nº 318, Ed. Américo Nicolau da Costa, 8º andar, Comércio, CEP.66010-090, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil portadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-45, com sede em Belém - Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed.Flávio Netos, Sala 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTÔNIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocinou reclamação trabalhista (Proc. Nº 9ª JCJ - 1900/99) que tem como reclamante Francisco Nunes Salgado, onde figurou esta entidade como reclamada, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tal serviço é bem executado a 6(seis) meses, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com a obrigação assumida.

Belém(Pa), 10 de abril de 2000



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Contador **JOÃO DE OLIVEIRA E SILVA**





4º OFÍCIO DE NOTAS / TABELIÃO: REGINALDO P. DA CUNHA / SUBSTITUTO: ANTÔNIO CARLOS P. DA CUNHA / CONSULTOR JURÍDICO: SÍLVIO SÁ / MATRIZ: RUA SENADOR MANOEL BARATA, 718 - Lj. A / TEL.: (091) 241.4821 - FAX: 241.5723 / FILIAL: AV. ALMIRANTE BARROSO, 5610 / TEL.: (091) 243.0177

Fls: 289
4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CARTÓRIO CONDURÚ - 4º OFÍCIO DE NOTAS, estabelecido nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, na Rua Senador Manoel Barata nº 718 - Loja "A", Centro, inscrito no CGC/MF sob o nº 04.139.473/0001-25, devidamente representado, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, com sede nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, na Avenida Conselheiro Furtado nº 2.476, térreo, Edifício Flávio Neto, salas 101/102, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, nas pessoas dos advogados, **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocinou nos últimos 2 (dois) anos diversas ações Trabalhistas, individuais (conforme relação em anexo) onde figurava esta entidade, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Belém(PA), 25 de janeiro de 2000.



P/ CARTÓRIO CONDURÚ - 4º OFÍCIO DE NOTAS

SÍLVIO FERREIRA SÁ
CT- 1123-OAB-PA



Antônio





4º OFÍCIO DE NOTAS / TABELIÃO: REGINALDO P. DA CUNHA / SUBSTITUTO: ANTÔNIO CARLOS P. DA CUNHA / CONSULTOR JURÍDICO: SÍLVIO SÁ / MATRIZ: RUA SENADOR MANOEL BARATA, 718 - Lj. A / TEL.: (091) 241.4821 - FAX: 241.5723 / FILIAL: AV. ALMIRANTE BARROSO, 5610 / TEL.: (091)243.0177

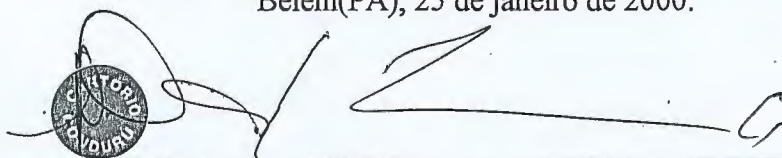
FLS-290
7

RELAÇÃO DAS RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS

- 1) Reclamante: KALYANE SOUZA DE ALENCAR
Proc. nº 7ª JCJ - 1647/96
- 2) Reclamante: FRANCISCA AURÉLIO RIBEIRO
Proc. nº 7ª JCJ - 0593/97
- 3) Reclamante: FRANCISCA AURÉLIO RIBEIRO
Proc. nº 11ª JCJ - 771/97
- 4) Reclamante: FRANCISCA AURÉLIO RIBEIRO
Proc. nº 13ª JCJ - 1814/97
- 5) Reclamante: LISSANDRA CARNEIRO PINAGÉ
Proc. nº 6ª JCJ - 0835/98
- 6) Reclamante: PATRÍCIA RAQUEL DA SILVA FEITOSA
Proc. nº 7ª JCJ - 1900/99
- 7) Reclamante: LUIZ CARLOS SILVA MENDONÇA
Proc. nº 1ª JCJ - 2182/90
- 8) Reclamante: LUIZ CARLOS SILVA MENDONÇA
Proc. nº 4ª JCJ - 1031/92



Belém(PA), 25 de janeiro de 2000.

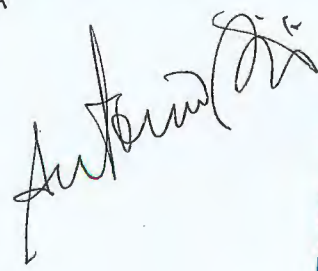


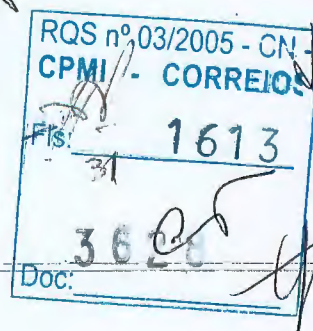
P/ CARTÓRIO CONDURU - 4º OFÍCIO DE NOTAS

SÍLVIO FERREIRA SÁ

CT-1123-0AB-PA







FLS. 291
[Handwritten signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FADESP, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará, no Campus Universitário do Guamá à Rua Augusto Corrêa, S/N, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.572.870/0001-59, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais **ATESTAR** que, **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 63.806.996/0001-45, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA EMARVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocina Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais (Proc.2000.104568-1) que tem como partes a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp como autora figurando os Srs: **Pedro Siarreta e Arlette Jeanne Gondin Siarreta** como réus. Referida sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, desenvolve seu labor com zelo, sendo todos os seus trabalhos realizados dentro de parâmetros de competência por esta Fundação exigidos, fato pelo qual atestamos não existir ocorrência alguma que desabone sua conduta e respeitabilidade profissional para com às obrigações assumidas.

Belém (Pa), 27 de março de 2000

QUEIROZ SANTOS
3o. TABELIONATO DE NOTAS 02561
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - S. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
0019834-CARLOS EDILSON DE ALMEIDA
MANESCHY.....

Em testemunha da verdade.
BELEM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrivente

Prof. Dr. CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY
Diretor Executivo da Fadesp



CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas-Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que
foi exibido nesta data, pelo que autentica-se a via

19 ABR 2000

Em Sin[...]
RQS nº 03/2000 - CN -
COM - CORREIOS
1614
Escr[...]
Fis[...]
3022
Doc[...]



TROPICAL
CIA. DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

4

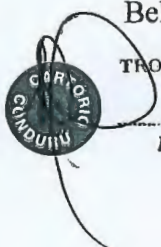
FLS. 292
Ju

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **TROPICAL - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**, pessoa jurídica de direito , inscrito no CGC/MF sob o nº 04.392.825/0002-50, com filial em Belém, capital do Estado do Pará, à rua Senador Manoel Barata nº 704, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-Pa, à av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON FERREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Cíveis e Trabalhistas (conforme relação em anexo) onde figurava esta entidade, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos ainda, que tais serviços foram bem executados não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Belém(Pa), 20 de janeiro de 2000.

TROPICAL - Companhia de Crédito Imobiliário



Paulo de Tarso Campos de Melo
Paulo de Tarso Campos de Melo
Advogado - OAB - PA Nº 8188



AGÊNCIA: Rua Manoel Barata, 704 - Sala 803 - Belém-PA - Fone: 228-5366



PLS: 293
Cal

- 1) Reclamante: GISELLE C. AZEVEDO DA FONSECA
Proc. nº 7ª JCJ - 0241/92
- 2) Reclamante: CÉZAR AUGUSTO MEDEIROS BORGES
Proc. nº 3ª JCJ - 1648/92
- 3) Reclamante: VERA LÚCIA CARDOSO MATOS
Proc. nº 6ª JCJ - 0453/92
- 4) Reclamante: LUIZ OTÁVIO CORDEIRO DAMÁSIO
Proc. nº 6ª JCJ - 052/92
- 5) Reclamante: JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA
Proc. nº 5ª JCJ - 1954/91
- 6) Reclamante: CÉZAR AUGUSTO MEDEIROS BORGES
Proc. nº 6ª JCJ - 0277/92
- 7) Ação Cautelar
Reclamante: CÉZAR AUGUSTO MEDEIROS BORGES
Proc. nº TST AC. 309.328/1996.6
- 8) Ação Rescisória
Reclamante: LUIZ OTÁVIO CORDEIRO DAMÁSIO
Proc. nº TRT 7006/95
TST ROAR 302.891/1996-3
- 9) Recurso Especial
Recorrido: ALBERTO SIMÃO TUMA
Proc. nº 98300734
Egrégia 2ª Câmara Cível Isolada TIE/PA.
Desembargadora Heralda Dalcinda Rendeiro

Belém, 20 de janeiro de 2.000



TROPICAL - Companhia de Crédito Imobiliário

TROPICAL - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Advogado - OAB - PA nº 1111

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s)
Firma(s) com o selo.

Belém, 18 ABR, 2000

ANA CARLOS
Escrevente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1616

3028

Doc: 25

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **HOSPICENTER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.586.040/0001-94, com sede nesta cidade à Av. Duque de Caxias nº 175, Salas 105/106, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001 - 47, com sede em Belém - Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, Térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLAUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros patrocinou nos últimos dois anos diversas ações trabalhistas individuais (**Processo nº 2ª JCJ de Belém/002 - 01235/1999 - 7, movida por Ricardo Munhóz Pires**) onde figurava esta sociedade por cotas de responsabilidade limitada, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Belém(Pa), 20 de Janeiro de 2.000

30. TACELIONATO DE NOTAS... 02601
Av. ... Passagens Barata, 359 - 3.º Andar
FONE: (091) 2491546 - CEP: 66040-170 - BELÉM - PA

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
0124954 - LUCIANA CARNEIRO SIMÃO DE...
MENDONÇA...

Em testemunha da verdade.
BELÉM, 19 de Abril de 2000

14 - ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escritor

Hospicenter Comércio e Representação Ltda
Luciana Carneiro Simão de Mendonça
Sócia - Gerente

CARTORIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que se foi
exibido nesta data, para que autentico a via

19 ABR 2000

Em Singular da verdade.

Av. Duque de Caxias, 175 S/105/106 (MARCO) Belém - Pará - CEP: 66090-250 - Fone/Fax: (091) 246-3255

Roberto Oliveira Morel
Escritor Juramentado

RQS nº 03/2005 - CN
CPM
CORREIOS

Fls: 1617

3628

Doc:

BURLE SISTEMAS

TELECOMUNICAÇÕES E CONSTRUÇÃO CIVIL

Av. Nazaré, 1085 - Fone/Fax (091) 212-2356

Belém - PA

Fls. 295
4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

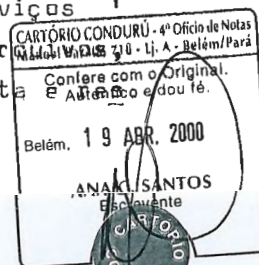
BURLE COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES CONSIGNAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, sociedade comercial, inscrita no CGC/MF sob o nº 15.309.255/0001-08 e Inscrição Estadual nº 15.131120-0, com sede em Belém-PA, à Av. Nazaré, nº 1085, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Haroldo Lemos Burle, vem para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, ATESTAR, que BARRA BRITO S/C inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-PA, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/103, na pessoa dos advogados, ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA MONTEIRO DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA, entre outros, nos últimos dois anos, patrocinou e patrocina diversas ações Trabalhistas onde figurava e figura esta sociedade mercantil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços vêm sendo bem executados não existindo em nossos arquivos até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belém(Pa), 20 de Janeiro de 2000.



BURLE COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES
CONSIGNAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Haroldo Lemos Burle
Sócio-Gerente



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SERCABEL – SERVIÇOS E COMÉRCIO DE BELÉM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.835.652/0001-73, com sede nesta cidade à Avenida Duque de Caxias, nº 1225, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001 – 47, com sede em Belém – Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, Térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/102, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLAUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros patrocinou nos últimos dois anos diversas ações trabalhistas individuais (**Processo nº 2ª JCJ de Belém/002 – 01235/1999 – 7, movida por Ricardo Munhóz Pires**) onde figurava esta sociedade por cotas de responsabilidade limitada, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

QUEIROZ SANTOS
3º. TABELIONATO DE NOTAS - 02391
Av. Magalhães Barata, 359 - 3.º. Andar - Belém - PA
FONE: 091-2491566 - CEP: 66040-170 - BELÉM - PA

RECONHECO e dou fé por SEMELHANÇA de
Assinatura(s) de: **SERCABEL – SERVIÇOS E COMÉRCIO BELÉM LTDA**
10196724 - PAULO GILBERTO SILVA TOBIAS

Em testemunho da verdade,
BELÉM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrevente

Belém(Pa), 20 de Janeiro de 2.000

SERCABEL – SERVIÇOS E COMÉRCIO BELÉM LTDA
Paulo Gilberto Silva Tobias
Sócio - Gerente

AV. DUQUE DE CAXIAS, 1225 - BAIRRO DO MARCO - CEP. 66.093-400
TEL. (091) 246-5906 / e-mail sercobel@cati.com.br
C.G.C. 83.835.652/0001-73 - INSC. ESTADUAL 15.189.677-1

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º. Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que se foi
nihilado nesta data, pelo que autenticado por via

19 ABR 2000

Em Sinal

da verdade.

Roberto Oliveira Morel
Escrevente Juramentado

RQS nº 03/2005 - CN-CPMI - CORREIOS
Fls. 1619
Doc. 3628



PRIMAC

PROJETOS, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA.

15.297
74

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PRIMAC – PROJETOS, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.821.880/0001-18, com sede à Trav. Carlos de Carvalho, nº 94, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, firma prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, **ANTÔNIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, ANTÔNIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA MONTEIRO DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, nos últimos dois anos, ofertou consultas e pareceres diversos, bem como patrocinou e patrocina diversas ações Cíveis e Trabalhistas onde figurava e figura esta sociedade mercantil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços vêm sendo bem executados não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

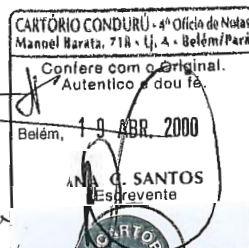
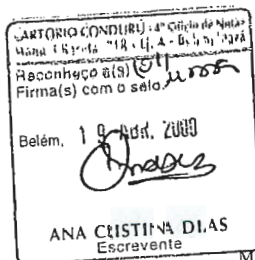
Belém(PA), 20 de Janeiro de 2000



PRIMAC - C.G.C. 04.821.880/0001-18

Projetos, Instalações e Manutenção de Ar Condicionado Ltda.

AZAMOR CORRÊA BRITO
SÓCIO - GERENTE



MATRIZ - Trav. Carlos de Carvalho, 94 - Fones: (091) 222-3554 - 222-3929 - Fax: (091) 222-2270 - Belém - Pa.
C.G.C. (M.F.): 04.821.880/0001-18 - Inscrição Estadual: 15.050.627-9
FILIAL - Trav. Carlos de Carvalho, 94-A - Fones: (091) 223-8415 - 224-9111 - Fax: (091) 222-2270 - Belém - Pa.
C.G.C. (M.F.): 04.821.880/0002-07 - Inscrição Estadual: 15.169.151-7





FLS: 298
Vd.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TELEBEL TELEMÁTICA LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº 05.836.275/0001-83, com sede à Trav. Castelo Branco nº 819, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, firma prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO BRITO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA MONTEIRO DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, nos últimos dois anos, ofertou consultas e pareceres diversos, bem como patrocinou e patrocina diversas ações Cíveis e Trabalhistas onde figurava e figura esta sociedade mercantil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços vem sendo bem executados não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as condições assumidas.

Belém (Pa), 20 de Janeiro de 2000.

QUEIROZ SANTOS
3o. TABELIONATO DE NOTAS 0059
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - P. 9º
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

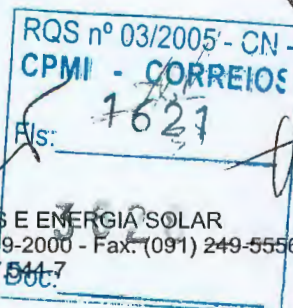
RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) supra assinada(s) de:
0080142-FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA.....
FERREIRA.....

Em testemunha da verdade.
BELEM, 14 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrivente

16

TELEBEL TELEMÁTICA LTDA
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA FERREIRA
Diretor Técnico





Comércio e Representação Ltda.

FLS: 299
[Handwritten signature]

4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

BF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.936.393/0001-77, com sede à Trav. Castelo Branco nº 819, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, firma prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede em Belém-Pará, à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO BRITO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA MONTEIRO DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, nos últimos dois anos, ofertou consultas e pareceres diversos, bem como patrocinou e patrocina diversas ações Cíveis e Trabalhistas onde figurava e figura esta sociedade mercantil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços vem sendo bem executados não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as condições assumidas.

Belém (Pa), 20 de Janeiro de 2000.

QUEIROZ SANTOS
3o. TABELIONATO DE NOTAS 00601
Av. Gov. Magalhães Barata, 359 - S. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

OMIR LEMOS BURLE
Diretor Comercial

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) supra assinada(s) de:
0140550-OMIR LEMOS BURLE.....

Em testemunho da verdade.
BELÉM, 14 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA NOEL
Escrivente

16

3o. Ofício de Tabelião
TABELIÃO
Adriano de Queiroz
Santos Filho
Av. Pedro Miranda, 349
JUCIPLAN
Av. M. Barata, 149
Belém, PA

[Handwritten signature: Luis Burle]

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1622
Fls: 40

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES, ELETROELETRÔNICOS E ENERGIA SOLAR

Trav. Castelo Branco, 819 - São Braz - CEP 66063-080 - Belém-Pará-Brasil - Fone: (091) 249-2006 - Fax: (091) 249-5556
CGC (MF) 83.936.393/0001-77 - Insc. Est. 15.183.285-4 - Insc. Mun. 124.780-1



CIMCOL - Construções Ind. Com. Representações Ltda.

CGC 14.068.753/0001-43 - Insc. Est.: 15.122.104-9

Rod. Arthur Bernardes, Km 15

Fone: (91) 258-0624 - Fax: 258-0486

Jardim Uberaba - Cep: 66.825-000 - Tapanã - Belém - Pará

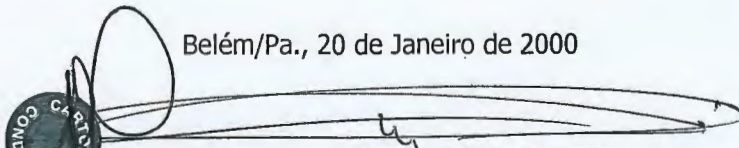
FLS: 300
7/1

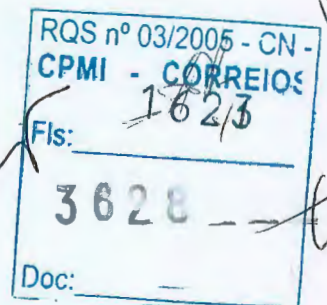
A

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CIMCOL CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA COMÉRCIO REPRES. LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.068.753/0001-43, com sede estabelecida à Rod. Arthur Bernardes Km 15, Jardim Uberaba, Bairro do Tapanã, nesta Cidade, vem para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, **ATESTAR**, que **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, empresa prestadora de serviços advocatícios, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede nesta Cidade à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, Ed. Flávio Neto, Salas nºs. 101/103, na pessoa dos advogados **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA e MÁRVIO MIRANDA VIANA**, entre outros, nos últimos 05 (CINCO) anos, ofertou consulta e pareceres diversos, bem como patrocinou e patrocina diversas Ações Cíveis e Trabalhistas onde figurava e figura esta sociedade mercantil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos ainda, que tais serviços vêm sendo bem executados, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belém/Pa., 20 de Janeiro de 2000


Nelson Luiz Vasconcelos do Vale
Diretor



M.J.C. Barra - Restaurante Xalaco

C.G.C. 00.360.284/0001-27

Fls. 301
C

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A M. J. C. BARRA., firma de Bar e Restaurante, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.284/0001-27 com sede nesta cidade à Pedro Teixeira, n.º 300, loja 01, Conjunto Dom Pedro, Bairro Dom Pedro, CEP 69040-000 por seu representante legal abaixo assinado, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, ATESTAR, que BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita na CNPJ/MF sob n.º 63.806.996/0001-47, com sede em Belém – Estado do Pará, à Avenida Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Edifício Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Trabalhistas, (nove, conforme relação em anexo) onde figurava esta firma de engenharia civil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

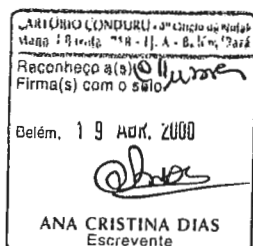
Manaus, 27 de março de 2.000



M. J. C. BARRA
GERENTE



Av. Pedro Teixeira, 300 Loja 01 – S. C. Kyssia – Manaus – Amazonas



M.J.C. Barra - Restaurante Xalaco

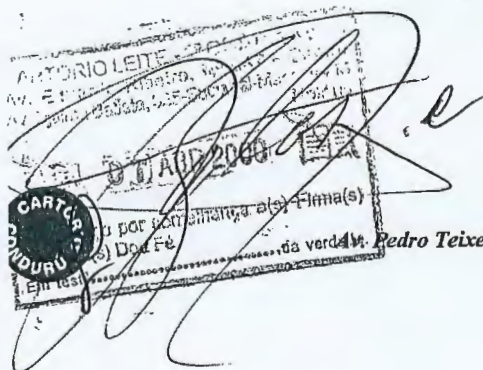
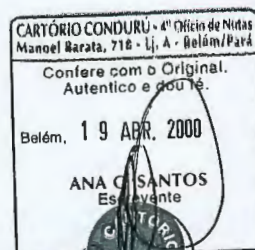
C.G.C. 00.360.284/0001-27

FLS 302
[Handwritten signature]

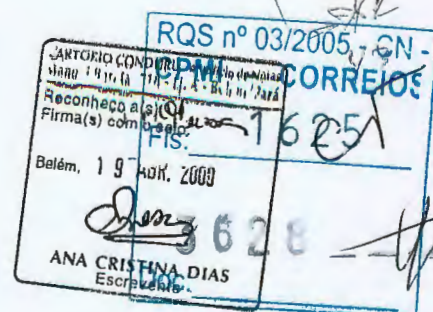
01. Reclamante – Anísio Garcia Praia
Proc. n.º 7ª JCJ – 10580-98-07
02. Reclamante – Expólio de Anísio Garcia Praia
Proc. n.º 7ª JCJ – 16982-98-07
03. Reclamante – Maria do Carmo Nascimento Alves
Proc. n.º 2ª JCJ – 04292-99-02
04. Reclamante – José Dalmir da Gama
Proc. n.º 13ª JCJ – 14065-99-13
05. Reclamante – Raimundo Ariosto Cavalcante
Proc. n.º 1ª JCJ – 14066-99-01
06. Reclamante – José Camilo da Silva
Proc. n.º 12ª JCJ – 14067-99-12
07. Reclamante – Carlos Vieira Brandão
Proc. n.º 8ª JCJ – 14194-99-08
08. Reclamante – Carlos Vieira Brandão
Proc. n.º 8ª JCJ – 16896-99-08
09. Reclamante/Recorrido – Jesus Antônio Lugo Zeigler
Proc. n.º TST-RR- 473.738/1998.5

J. C. BARRA

GERENTE



Redro Teixeira, 300 Loja 01 – S. C. Kyssia – Manaus – Amazonas



FLS:303

4

Manaus, 27 de março de 2.000

CONSTRUTORA GUARANY LTDA

Dacia

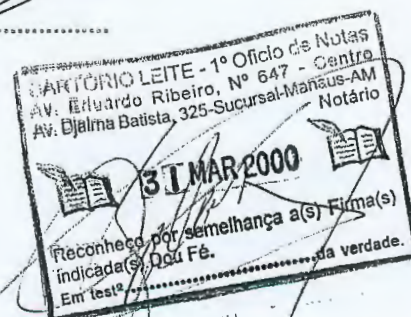
FLS: 304

CONSTRUTORA GUARANY LTDA.

01. Reclamante – Floriano da Conceição Oliveira
Proc. nº 10ª JCJ – 11368 – 99 - 10
02. Consignado – Marlisson da Silva Paiva
Proc. nº 5ª JCJ - 21718 - 99 – 05
03. Reclamante – Francisco Wilson Mourão
Proc. nº 9ª JCJ – 27897 – 99 - 09



CONSTRUTORA GUARANY LTDA.



Antônio



4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA TARSO LTDA, firma de Engenharia Civil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.535.188/0002-02 com sede nesta cidade à Avenida Pedro Teixeira, n.º 1000 sala 117 Conjunto Dom Pedro, Bairro Dom Pedro, CEP 69040-000 por seu representante legal abaixo assinado, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, ATESTAR, que BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita na CNPJ/MF sob n.º 63.806.996/0001-47, com sede em Belém – Estado do Pará, à Avenida Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Edifício Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, ANTÔNIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTÔNIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Trabalhistas, (sete, conforme relação em anexo) onde figurava esta firma de engenharia civil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s) Assinatura
Firma(s) com o selo.

Belém, 19 Abr. 2000

Assinatura

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente

Manaus 27, de março de 2000

Assinatura
Benes C. Barra
SÓCIO-GERENTE

CARTÓRIO PINHEIRO-3º Ofício de Notas
RUA JOSÉ CLEMENTE, 336 - MANAUS - AM
FONE: 622-7879 - FAX: 234-3388
RAIMUNDA N. R. AMARAL
SUBTABELIA

15 Abr. 2000

RECONHEÇO A VERDADEIRA(S) FIRMA(S) SUPRA
DA VERDADE.

Assinatura

CARTÓRIO
CONDURU

Endereço Filial: Av. Pedro Teixeira Nº 1000 - S/ 117

Matriz: Av. Rio Branco, 156, S/503 - Fones: 262-1236 e 262-4841

Centro Comercial Le Bon Marché - Fone: 238-8833 Manaus-Am. CEP.: 69.040-000

Rio de Janeiro-RJ

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e doo. fe.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA C. SANTOS
Escrevente

CARTÓRIO
CONDURU

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

Fls: 4628

362

Doc:

IMOBILIARIA E CONSTRUTORA TARSO LTDA.

01. Reclamante – Edney dos Santos Farias
Proc. n.º 3ª JCJ - 019528-98-03

02. Reclamante – Luiz Carlos Fortes
Proc. n.º 10ª JCJ – 30205-98-10

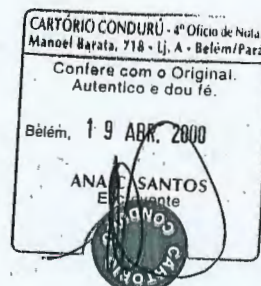
03. Reclamante – José de Souza Alves
Proc. n.º 2ª JCJ – 30207-98-02

04. Reclamante – Eli Costa da Silva
Proc. n.º 3ª JCJ – 07415-99-03

05. Reclamante – José Nilton Lopes
Proc. n.º 9ª JCJ – 07707-99-09

06. Reclamante – Francenildo Barbosa da Silva
Proc. n.º 1ª JCJ – 08255-99-01

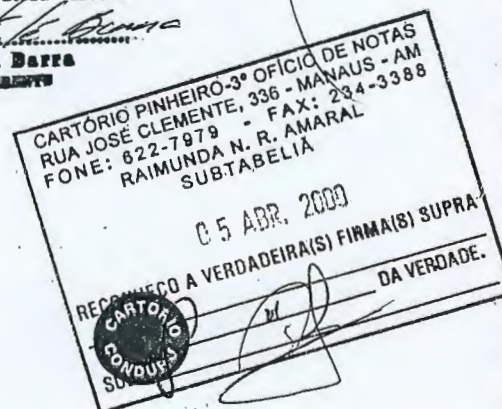
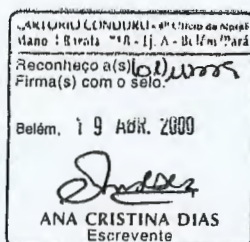
07. Reclamante – José Nilton Lopes
Proc. n.º 9ª JCJ – 13897-99-09



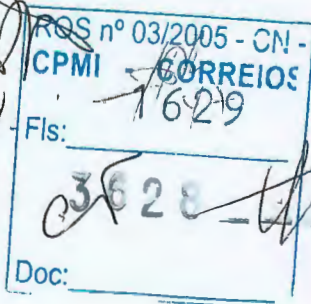
CARTÓRIO PINHEIRO - 3º Ofício de Notas
R. E. C. O.

Imobiliária e Construtora Tarso Ltda.

Bene C. Barra
Sócio-Gerente



Endereço Filial: Av. Pedro Teixeira Nº 1000 - S/ 117 Matriz: Av. Rio Branco, 156, S/503 - Fones: 262-1236 e 262-4841
Centro Comercial Le Bon Marché - Fone: 238-8833 Manaus-Am. CEP.: 69.040-000 Rio de Janeiro-RJ





GAMA BARRA CONSTRUÇÕES LTDA.

4

Fls. 307
[Handwritten signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A GAMA BARRA CONSTRUÇÕES LTDA., firma de Engenharia Civil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.008.134/0001-10 com sede nesta cidade à Avenida Constantinopla, n.º 200, loja 05, Conjunto Campos Elíseos, Bairro Alvorada, CEP 69045-000 por seu representante legal abaixo assinado, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, ATESTAR, que BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita na CNPJ/MF sob n.º 63.806.996/0001-47, com sede em Belém – Estado do Pará, à Avenida Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Edifício Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Trabalhistas e Civil, (dez, conforme relação em anexo) onde figurava esta firma de engenharia civil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Manaus, 27 de março de 2.000



GAMA BARRA CONSTRUÇÕES LTDA.
[Handwritten signature]
SÓCIO-GERENTE

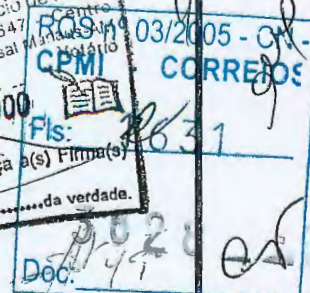
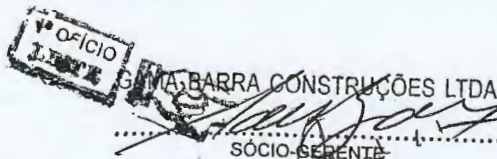
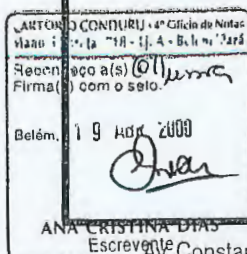
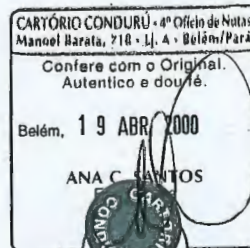


Protocolo nº 03/2005 - CM - PROPM - CORREIOS
1630



GAMA BARRA CONSTRUÇÕES LTDA.

01. Reclamante - Joel de Lima e Silva
Proc. n.º 5ª JCJ - 09961-98-05
02. Reclamante - Jorge Costa Luz
Proc. n.º 13ª JCJ - 14882-98-13
03. Reclamante - Domingos Lourenço da Silva
Proc. n.º 12ª JCJ - 27394-98-12
04. Reclamante - Domingos Lourenço da Silva
Proc. n.º 1ª JCJ - 31653-98-01
05. Reclamante - Ever Nunes Cramer Vera
Proc. n.º 7ª JCJ - 11641-99-07
06. Reclamante - Antônio Lolorbe Assunção
Proc. n.º 8ª JCJ - 14736-99-08
07. Reclamante - Ellen Dorila de Lima Ferreira
Proc. n.º R - 01960/2000-06-MAO
08. Reclamante - Raimundo Andrade da Costa
Proc. n.º R - 02655/2000-09-MAO
09. Ação Monitória
Autora - Sudameris Administradora de Cartões de Crédito e Serviços S/A
Proc. n.º 01.2.1005795-3 1999
6ª Vara Cível de Manaus
10. Ação de Busca e Apreensão
Autor - Banco Sudameris Brasil S/A
Proc. n.º 01.2-1013941-0 1999
8ª Vara Cível de Manaus



SUPER TINTAS

L.C. GAMA BARRA - CGC. 01.753.696/0001-90

FL 309
C

4

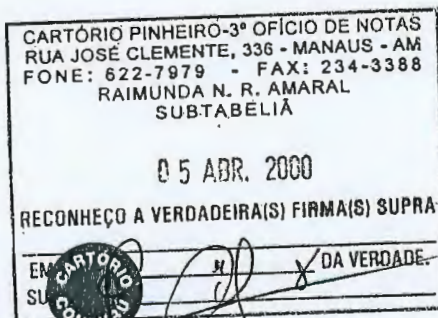
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A L. C. GAMA BARRA (SUPER TINTAS), firma de Comércio Varejista de Materiais de Construção, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.753.696/0001-90 com sede nesta cidade à Avenida Constantinopla, 200, Loja 02, conjunto Campos Eliseos, Bairro Planalto, CEP 69045-000 por seu representante legal abaixo assinado, vem, para os devidos fins de direito e demais efeitos legais, ATESTAR, que BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, inscrita na CNPJ/MF sob n.º 63.806.996/0001-47, com sede em Belém - Estado do Pará, à Avenida Conselheiro Furtado n.º 2476, térreo, Edifício Flávio Neto, Salas 101/103, na pessoa dos advogados, ANTÔNIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ANTÔNIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA SILVA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANDRÉA COSTA PEREIRA E MÁRVIO MIRANDA VIANA, entre outros, patrocinou nos últimos dois anos diversas ações Trabalhistas, (dois, conforme relação em anexo) onde figurava esta firma de engenharia civil, desenvolvendo seu labor com zelo e competência. Atestamos, ainda, que tais serviços foram bem executados, não existindo em nossos arquivos fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade profissional para com as obrigações assumidas.

Manaus 27, de março de 200

L. C. Gama Barra

Av. Constantinopla, 200 Loja 02 - Campos Eliseos
Bairro: Planalto - Cep: 69045-000



L.C. GAMA BARRA – CGC. 01.753.696/0001-90

FCS-310

L. C. Gama Barra

CARTÓRIO PINHEIRO-3º OFÍCIO DE NOTAS
RUA JOSÉ CLEMENTE, 336 - MANAUS - AM
FONE: 622-7979 - FAX: 234-3386
RAIMUNDA N. R. AMARAL
SUBTABELIÁ

05 ABR. 2000

RECONHEÇO A VERDADEIRA(S) FIRMA(S) SUPRA

EM _____ DA VERDADE.

SUB. CONVEN. _____

CARTÓRIO CONDURU - 4ª. Ofício de Notas
Manoel Barata, 710 - Lj. A - Belém/Para
Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.
Belém, 19 ABR. 2000
ANA C. SANTOS
Escrivente

Av. Constantinopla, 200 Loja 02 – Campos Elíseos
Bairro: Planalto – Cep: 69045-000

ANTONIO CONDURU - 4º Oficial de Notas
Vano : 41, La : 118 - 41 - Belém - Pará

Reconheço a(s) CPMI nº 03/2005 - C
Firma(s) com o selo CPMI - CORREI

Belém, 19 de Abril, 2005

Ana Cristina Dias Fls: 1633

ANA CRISTINA DIAS
Escrvente

Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

Eu, **DANIELA SERRA FREIRE**, Diretora de Secretaria da 1.^a Vara, em exercício, da Seção Judiciária do Pará, por nomeação legal etc. **CERTIFICADO**, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que revii o expediente a meu cargo e constatei que os advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646, **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724, **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 3961, **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265, **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447, **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA 7347, **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816, **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527 e **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, estão habilitados nos seguintes autos: **AÇÃO CAUTELAR INOMINADA**, processo nº 99.5884-0, em que é requerente a EBCT e requerida a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; **EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL**, processo nº 94.1225-0, em que é exequente a EBCT e executado ADALBERTO OLIVEIRA SANTOS; **EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL**, processo nº 00.30093-4, em que é exequente MARIA ROSA RAMOS GUEDES e executado a EBCT; **CAUSAS DE VALOR INFERIOR A 20 SALÁRIOS**, processo nº 99.0698-1, em que é requerente a EBCTe requerido COMEX - COMERCIAL MADEIRAS EXPORTAÇÃO S/A; **AÇÃO ORDINÁRIA**, processo nº 99.1156-4, em que são autores ISABELA CARLA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA E OUTROS e ré a UNIÃO FEDERAL; **AÇÃO ORDINÁRIA**, processo nº 99.5742-7, em que é autor URUBATAN NAZARENO REIS e ré a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (neste processo a Dra. Andréa Costa Pereira não está habilitada); **AÇÃO ORDINÁRIA**, processo nº 99.7228-5, em que é autor a EBCT e ré a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Certifico, outrossim, que os advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO** e **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, além dos processos já referidos, estão também habilitados nos autos de **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, processo nº 93.3634-3, em que é agravante o MUNICÍPIO DE BELÉM e agravado a EBCT. Dou fé. Secretaria da 1.^a Vara, Seção Judiciária do Pará, aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil.

DANIELA SERRA FREIRE

Diretora de Secretaria da 1.^a Vara,
em exercício

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 1634
3628
Doc.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

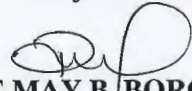
C E R T I D ã O

P. 312
7 -

Eu, **ROSE MAY BRARYMI BORGES**, Diretora de
Secretaria da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do
Pará, etc.

C E R T I F I C O, em virtude das atribuições que
me são conferidas por lei, e a requerimento da parte interessada, que os(as)
Sr^(a)s. Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**,
OAB/PA 646, CPF/MF 000.559.302-63, **EDMÉE BARRA DE BRITTO**,
OAB/PA 724, CPF/MF 000.528.092-34, **ANTONIO CANDIDO BARRA**
MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 3961, CPF/MF 158.386.172-68,
SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265, CPF/MF 097.423.102-
97, **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447, CPF/MF
330.967.752-49, **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA 7347,
CPF/MF 424.487.352-04, **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816,
CPF/MF 388.346.002-82, **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527,
CPF/MF 416.097.782-00, e **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827,
CPF/MF 332.754.912-53, patrocinam judicialmente a EMPRESA
BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT nos processos a
seguir relacionados: 99.3607-2, 2000.2452-3, 99.841-5, e 99.426-1. Certifico,
finalmente, que apenas os(as) Sr^(a)s. Advogados **ANTONIO CANDIDO**
BARRA MONTEIRO DE BRITTO, **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**,
ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA e **ANA CLÁUDIA DA COSTA**
MAIA patrocinam judicialmente a ECT nos processos a seguir relacionados:
98.11471-2, 99.8432-2 e 98.9748-0. O referido é verdade e dou fé. *****

Belém, 18 de janeiro de 2000.


ROSE MAY B. BORGES
Diretora de Secretaria da 2ª Vara





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
CERTIDÃO Nº 006/2000

Eu, **MARIA DAS NEVES MIRANDA DA SILVA**, Bacharela em Direito, Diretora de Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Pará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me foram conferidas por Lei, e a requerimento dos Advogados **EDMÉE BARRA DE BRITTO, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, GILSON PEREIRA DA SILVA, MÁRVIO MIRANDA VIANA e ANDRÉA COSTA PEREIRA**, inscritos na OAB/PA, respectivamente, sob os números 724, 3961, 5265, 7447, 7347, 7816, 8527 e 6827, com escritório profissional localizado na Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio neto, Salas 101/103, Belém - PA, que os referidos patronos **atuam profissionalmente** nesta **3ª Vara Federal** nos seguintes processos: a) **Ação Cautelar** Inominada nº 1998.39.00.010953-9, em que figuram como partes Ede Car Locadora e Transportadora Ltda. (Requerente) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (Requerida), como advogados da Requerida; b) **Impugnação ao Valor da Causa** nº 1998.39.00.000.227-9, tendo como partes Ana Cristina Freitas de Siqueira e Outros (Requerentes) e Caixa Econômica Federal (Requerida), como advogados dos Requerentes; c) **Mandado de Segurança** nº 1999.39.00.002514-5, em que constam como partes Antônio Cândido Monteiro de Britto e Outro (Impetrantes) e Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Impetrado), como advogados dos Impetrantes. O referido é verdade. Dou fé.

Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, aos dezoito dias do mês de abril de dois mil.



MARIA DAS NEVES MIRANDA DA SILVA
Diretora de Secretaria da 3ª Vara

RQS nº 03/2005 - CNI-CPMI CORREIOS
1636
Fls:
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Estado do Pará
4ª Vara

WALDIR BORGES CORRÊA, Diretor de
Secretaria desta Vara Federal, no uso de suas
atribuições legais etc.

C E R T I F I C A, a pedido dos **Drs. ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITO**, OAB/PA nº 3961, **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA nº 5265, **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA nº 7347 e **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA nº 7447, que, em consulta aos registros da Secretaria a seu cargo, constatou que os requerentes supra citados, vem exercendo a advocacia como Procuradores da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, há, pelo menos, **02 (dois) anos**, tal como se verificou em diversas ações em trâmite neste juízo, dentre elas a Ação de Execução Diversa por Título Judicial, proc./nº 96.8044-5, na qual figura como exequente a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e como executado JOÃO BOSCO MIRANDA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Certifica, ainda que o **Dr. ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITO**, encontra-se atualmente atuando no proc. 98.192-7 (Mandado de Segurança), também em trâmite neste Juízo, na qualidade de Advogado do Impetrante. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Belém/PA, 18.04.2000. Eu, ~~SE~~ (Elder Brasil Duarte), Técnico Judiciário, elaborei e conferi, e eu, (Waldir Borges Corrêa), Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevo.

WALDIR BORGES CORRÊA
Diretor de Secretaria da 4ª Vara

FLS: 304

Autentico

Fls: 1637

Doc: 3628

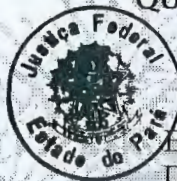
Processo nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS



FLS: 315
44

1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
1ª REGIÃO - ESTADO DO PARÁ
QUINTA VARA



CERTIDÃO

Eu, **Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo**,
Diretor de Secretaria da 5ª Vara, no uso de minhas
atribuições legais...

CERTIFICO, atendendo a requerimento dos interessados, protocolizado em 17/04/2000, sob o nº 18051, que os advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA Nº 3961, CIC/MF Nº 158.386.172-68 e **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA Nº 5265, CIC/MF Nº 097.423.102-97, patrocinam a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-EBCT nos processos nºs 00.19220-1, 96.5600-5 e 00.18515-9. CERTIFICO, também, que os advogados **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA Nº 7347, CIC/MF Nº 424.487.352-04 e **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA nº 7447, CIC/MF Nº 330.967.752-49, patrocinam a EBCT nos processos nºs 96.5600-5 e 00.19220-1. CERTIFICO, finalmente, que os advogados **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA Nº 7816, CIC/MF Nº 388.346.002-82 e **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, OAB/PA Nº 724, CIC/MF Nº 000.528.092-34, patrocinam a EBCT apenas no processo nº 00.19220-1. Finalmente, certifico que todos os advogados acima indicados além de **MARVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA Nº 8527, CIC/MF Nº 416.097.782-00 e **PEDRO RAIMUNDO MAIA MILÉO**, OAB/PA Nº 3907, CIC/MF Nº 140.192.482-49, atuam no processo nº 1999.8528-8, todos tramitando na quinta vara desta Justiça Federal.

O referido é verdade e dou fé.

Belém, 18 de abril de 2000

F. Rabelo
Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo
Diretor de Secretaria da 5ª Vara



RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 638
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Seção Judiciária do Estado do Pará
6ª Vara

FLS. 346
Lu

10

ANTENOR DOS REIS MONTE, Diretor
de Secretaria desta Vara Federal, no uso
de suas atribuições legais etc.

C E R T I F I C A, a pedido dos Srs. Advogados:
Antônio Cândido Monteiro de Brito, Edméa Barra de Brito, Antônio
Cândido Barra Monteiro de Brito, Samuel Teixeira da Silva, Ana
Cláudia da Costa Maia, Roberto Ribeiro da Cunha, Gilson Pereira da
Silva, Márvio Miranda Viana e Andréa Costa Pereira, inscritos na
OAB/PA sob os nº 646, 724, 3961, 5265, 7447, 7347, 7816, 8527, 6827,
respectivamente, que em consulta aos registros da Secretaria a seu cargo,
mais especificamente nos autos dos processos de nº 2000.21034,
2000.0570-2, 2000.0568-2, 2000.0071-0, 2000.0070-8, 1999.5043-3,
1999.3070-0, 1998.5642-2, 1999.1643-9, que figura como parte a
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, constatou-se que exercem
a advocacia como Procuradores da EBCT, todos os requerentes.
Certifico, ainda, que nos autos dos processos nº 1997.10697-0 e no
1998.5961-6, apenas constam como patronos da EBCT os seguintes
requerentes: **Antônio Cândido Barra Monteiro de Brito - , Samuel**
Teixeira da Silva e Ana Cláudia da Costa Maia. O REFERIDO É
VERDADE E DOU FÉ. Belém/PA, 18 / 04 / 2000. Eu, leu
(Vinícius Noronha da Costa), Técnico Judiciário, digitei e conferi, e eu,
Antenor dos Reis Monte, Diretor de Secretaria, elaborei, reconferi e
assinei.

ANTENOR DOS REIS MONTE
Diretor de Secretaria da 6ª Vara



RQS nº 03/2005 CN -
CPM CORREIOS
1639
Fls: 57
3828
Doc.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - 7ª VARA
Rua Domingos Marreiros, 598, Belém/PA.
CEP: 66055-210. Fone/Fax: 241.2921

FLS 1347
14

9 -

CERTIDÃO

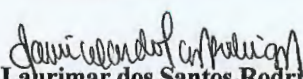
Eu, **Laurimar dos Santos Rodrigues**, Diretora de Secretaria da 7ª Vara, no uso de minhas atribuições legais...

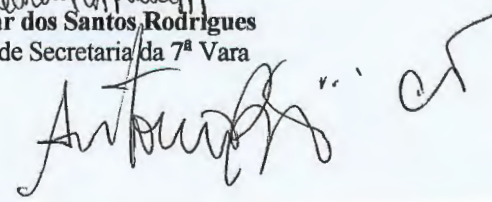
CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que os Advogado(a)s **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA n.º 646, **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724, **ANTÔNIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA n.º 3961, **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB 5265, **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB 7447, **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB 7347, **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB 7816, **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB 8527, **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, atuam efetivamente nos processos abaixo relacionados, a partir das datas mencionadas, todos em tramitação neste Juízo, no patrocínio da Exequente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Certifico, ainda, que o 1º, 2º, 7º, 8º e 9º patronos da Exequente atuam somente nos 5 primeiros autos da relação:

| Processos | Data |
|-----------------|----------|
| 97.4216-0..... | 09.05.97 |
| 97.7926-9..... | 30.09.97 |
| 98.4634-6..... | 04.05.98 |
| 98.5662-6..... | 15.05.98 |
| 98.12169-0..... | 18.12.98 |
| 99.1806-1..... | 30.03.99 |
| 99.4453-9..... | 01.07.99 |
| 99.5277-1..... | 06.08.99 |
| 99.8654-3..... | 25.11.99 |
| 2000.72-3..... | 07.01.00 |
| 2000.569-5..... | 17.01.00 |

O referido é verdade e dou fé.

Belém, 18 de abril de 2000.

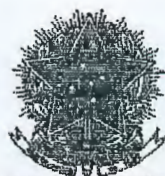

Laurimar dos Santos Rodrigues
Diretora de Secretaria da 7ª Vara



4

QRS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
1640
EIS:
3628
Doc:

FLS 318
10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO, que de acordo com os Registros do Intercom deste Egrégio Tribunal, os autos dos Processos abaixo relacionados, encontram-se no Colendo Tribunal Superior do Trabalho e conforme cópias de ACORDÃOS, o Dr. ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, funcionou como advogado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - E C T, nos Processos TRT AR 3752/97 e Marivaldo Barbosa da Costa (Rèu) TRT AREG/MS 332/98 e Marivaldo Barbosa da Costa (Agravado); TRT AREG 3769/96 e Willsens Presly Lopes de Souza (Agravado); TRT AREG/MS 3579/96 e Jurandir Chagas De Araújo (Agravado); TRT MS 5811/97 e Maria de Fátima de Souza Cunha (Reclamante); TRT AREG 10206/95 e Carlos da Silva Tenório (Agravado). Do Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará - IDESP, nos Processos TRT AR 6104/97 e Schubert Nazareno Teixeira Corrêa de Carvalho (Réu); TRT AR 6103/97 e Lazilda Conceição Lobato Reis (Ré); TRT AR 1863/98 Maria Oneide Lira e outros (Réus); Ação Declaratória de Nuçidade de Ato Jurídico TRT 1474/98 e Lindomar Lúcia da Cruz Saldanha e outros. E da Companhia de Saneamento do Pará S/A - COSANPA, nos Processos TRT AR 4306/98 e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará (Réu); TRT MS 1340/98 e Adamor dos Santos Gonçalves e outros (Reclamantes); TRT AREG/MS 1256/98 e Necy Maria Bonfim (Agravado); TRT MS 1224/98 e Claudomira Cunha de Souza (Reclamante); TRT AREG/MS 1255/98 e Itamar Pereira de Vasconcelos e outros (Agravados); TRT AREG/MS 696/98 e Moisés Zahluth da Silva e outros (Agravados); TRT AR 95/99 e Solon Pessoa Godinho (Réu). O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém, 19 de abril de 2000

SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual



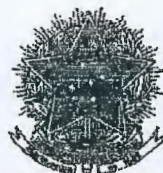
Face à resolução nº 48/90 do TST e o provimento 155/90 deste Tribunal, fica suspensa a cobrança de emolumentos até o advento de lei autorizadora.

Belém, 19 de abril de 2000.

SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual

BOB nº 03/2005 - CN-
CORREIOS
Fls: 1041
Doc: 3628

FLS: 319
2

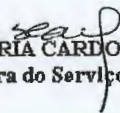


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO, que consultando os autos dos Processos abaixo relacionados, a profissional de Direito Drs. ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, GILSON PEREIRA DA CUNHA, EDMÉE BARRA DE BRITTO, MÁRVIO MIRANDA VIANA e ANDRÉA COSTA PEREIRA, funcionaram como advogados da Companhia de Saneamento Do Pará S/A - COSANPA (Agravante) e Jonas Soares Valente Júnior (Agravado) no Processo TRT AREG 4345/98; e do Instituto De Desenvolvimento Econômico Social Do Pará - IDESP (Autor) e Rosian Campos de Caldas Britto e outros (Réus) no Processo TRT AR 612/98. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

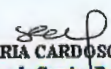
Belém, 19 de abril de 2000


SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual

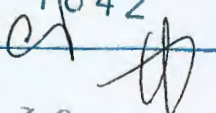
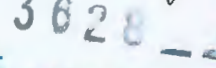


Face à resolução nº 48/90 do TST e o provimento 155/90 deste Tribunal, fica suspensa a cobrança de emolumentos até o advento de lei autorizadora.

Belém, 19 de abril de 2000.


SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual

4

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1642
Fls: 
3628
Doc: 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
1ª Vara do Trabalho de Belém
Tv. D. Pedro I, nº 750 - UMARIZAL - CEP 66050-100
BELEM-ESTADO DO PARÁ



Fls. 320
7

CERTIDÃO

Em cumprimento ao R. Despacho exarado no requerimento de **ANTONIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 640; EDMÉE BARRA DE BRITO, OAB/PA nº 724; ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA- 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA-5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA-7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, OAB/PA-7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA-7816; MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB/PA-8527 e ANDRÉA COSTA PEREIRA, OAB/PA-6827**, todos, advogados, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, com endereço profissional na Av. Conselheiro Furtado, 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/103, eu, **MARIA MADALENA FARIAS GOMES, Diretora de Secretaria da Primeira Vara do Trabalho de Belém,** **CERTIFICO** que os advogados acima referidos patrocinam interesses das empresas **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT**, conforme relação de Processos abaixo:

PROCESSOS

PARTES

| | |
|---------------|---|
| 001-414/93-4 | Recte: CLAUDIO JOSÉ COUTO CUNHA
Recd: COSANPA |
| 001-1623/96-6 | Recte: SIND.DOS ENGENHEIROS DO PARÁ
Recd: COSANPA |
| 001-2567/92-X | Recte: RAIMUNDO EDSON DE C. SANTA BRÍGIDA
Recd: COSANPA |
| 001-1340/99-4 | Recte: MARIVALDO BARBOSA DA COSTA
Recd: EBCT |
| 001-739/94-6 | Recte: HERNANDES MENDES LAMA
Recd: COSANPA |
| 001-265/98-4 | Recte: RAIMUNDA SUELY GIL DA ROCHA
Recd: EBCT |
| 001-149/99-9 | Recte: IRANILDO MAGALHÃES MAGNO
Recd: EBCT |
| 001-811/93-3 | Recte: JOÃO QUINTINO DE ARAÚJO FILHO
Recd: EBCT |
| 001-1496/97-X | Recte: PAULO ROBERTO GOMES DE MELO
Recd: EBCT |
| 001-98/98-0 | Recte: AJAX BARRETO DE SOUZA
Recd: EBCT |
| 001-1645/97-1 | Consig: EBCT
Consigdo: PAULO ROBERTO GOMES DE MELO |
| 001-499/98-7 | Recte: JOSÉ RIBAMAR LIMA
Recd: COSANPA |
| 001-444/99-0 | Recte: WALMER FERREIRA PANTOJA
Recd: CONSTRUTORA AMAZONAS LTDA |
| 001-493/99-2 | Recte: OZIAS DO NASCIMENTO TRAVASSOS
Recd: COSANPA |

O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI CORREIOS

1643

Fls:

Doc:

Antônio P. 305
7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
1ª Vara do Trabalho de Belém
Tv. D. Pedro I, nº 750 - UMARIZAL - CEP 66050-100
BELÉM-ESTADO DO PARÁ



FLS 321
4

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos
dezenove dias do mês de abril do ano dois mil. Eu, *Neucy Rodrigues* Neucy Rodrigues
de Oliveira, (Técnica Judiciária), digitei. E, Eu, *Maria Madalena Farias Gomes* (MARIA MADALENA
FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, subscrevi.

4 98

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1-6244
Fls: 62
3628
Doc: 4



Fls. 322
Cel

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELEM

13 -

CERTIDAO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria da MM 2a Vara do Trabalho de Belem, Certifico que os advogados ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO - OAB/PA 646; EDMEE BARRA DE BRITO - OAB/PA 724; ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO - OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA - OAB/PA 5265; ANA CLAUDIA DA COSTA MAIA - OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA - OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA - OAB/PA 7816; MARVIO MIRANDA VIANA - OAB/PA 8527 e ANDREA COSTA PEREIRA - OAB/PA 6827, patrocinaram os seguintes processos: PROC.2a JCJ-630/98; 355/98; 594/97; 1703/97; 1684/97; 053/97; 1609/96; 1687/98; 655/91; 1447/98; 327/98; 476/98; 970/98; 1150/98; 254/99; 417/99; 531/99; 577/99 e 659/99. O REFERIDO E VERDADE, DOU FE, Secretaria da MM. 2a Junta de Conciliacao e Julgamento de Belem, aos 18 dias do mes de abril do ano de e doi mil. Eu Terezinha de Jesus da Costa Dias Silva, Supervisora de Processos em Geral, digitei. E eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria, subscrevi.

Antonio de Jesus
Diretor de Secretaria

QRS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIOS
- 1645
Fls: 3063
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

FU:323
Cal

51

CERTIDÃO

Em atendimento ao requerimento formulado por ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA Nº 646, EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA Nº 724, ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA Nº 3961, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA Nº 5265, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA Nº 7447, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, OAB/PA Nº 7347, GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA Nº 7816, MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB/PA Nº 8527 E ANDRÉA COSTA PEREIRA, OAB/PA Nº 6827, com endereço profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/103, eu, RUTH DA SILVA LEITÃO, Diretora de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Belém, em substituição, CERTIFICO que o requerente patrocinou os interesses das empresas reclamadas, conforme procurações outorgadas pelas mesmas, nos processos abaixo relacionados:

| PROCESSO | RECLAMANTE | RECLAMADO |
|--------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 3ª VTB-1620/1998 | Jorge Luiz Gama da Rocha | Cosanpa S/A |
| 3ª VTB-1629/1998 | Azaías Soares Chumber | Cosanpa S/A |
| 3ª VTB-1584/1996 | Antonio Martins Cardoso | Cosanpa S/A |
| 3ª VTB-1694/1997 | Aristóteles de Brito e Silva | Empresa de Correios e Telégrafos |
| 3ª VTB-0489/1999 | Walmir Souza Franco | Empresa de Correios e Telégrafos. |
| 3ª VTB-1648/1992 | Cezar Augusto Medeiros Borges | Tropical Cia. De Crédito Imobiliário |
| 3ª VTB-0580/1999-8 | Denis Eduardo das Neves | Executiva Recursos Humanos |
| 3ª VTB-0111/1999-7 | Paulo Jorge Ferreira das Neves | Executiva Recursos Humanos |

O referido é verdade e dou fé

Belém, 19 de Abril de 2000

Ruth da Silva Leitão
Diretora de Secretaria,
em substituição

ep

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1646
Fls. 3828
Doc:

Antônio



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM



CERTIDÃO

=====

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que os profissionais de Direito Drs. ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, GILSON PEREIRA DA SILVA, MÁRVIO MIRANDA VIANA e ANDRÉA COSTA PEREIRA, componentes do escritório BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, funcionaram como advogados da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ S/A - COSANPA, nos autos dos processos 620/98 (reclamante: Francisco Lopes de Oliveira), 1478/98 (reclamante: Raimundo das Graças Monteiro), 1667/98 (reclamante: Assis Maciel de Souza), 1339/97 (reclamante: José Marcos de Moraes), 1585/97 (reclamante: Alberto Celso e Outros), 1568/96 (reclamante: Antônio da Conceição Lima Nunes e Outros), 1584/92 (reclamante: Antônio Miranda de Oliveira), 1797/92 (reclamante: Sindicato dos Urbanitários), 1612/96 (reclamante: Evandro Quaresma Cavalcante), 255/96 (reclamante: Eduardo Xavier Machado), 1550/98 (reclamante: André de Melo Lameira e Outros), 136/99 (reclamante: Espólio de Manoel Laureano Leal da Silva) e como advogados da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT, nos seguintes processos: 1037/98 (reclamante: Edilson Benedito Nazareno Silva), 2108/93 (reclamante: Domingos de Jesus Oliveira da Silva), 921/95 (reclamante: Waldecy Paulo de Oliveira) 315/98 (reclamante: Luiz Chaves de Oliveira), 1477/99 (Aldemir Santos de Oliveira), 1614/99 (reclamante: Ministério Público do Trabalho) e 935/98 (reclamante: José Maria Fernandes da Silva)

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

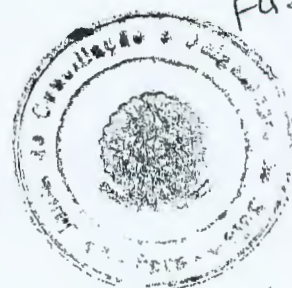
aos 14 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1647
Doc: 3028



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM



PR 325
Yel

CERTIDÃO
=====

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que os profissionais de Direito Drs. ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, GILSON PEREIRA DA SILVA e ANDRÉA COSTA PEREIRA, componentes do escritório BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, funcionaram como advogados da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ S/A - COSANPA, nos autos dos processos nºs 93/98 (reclamante: Ozias do Nascimento Travassos) e 102/98 (reclamante: Julião Bailão de Almeida).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

aos 14 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria

Subscrevi
cr

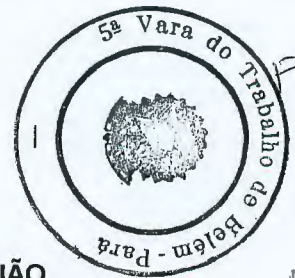
ser

4

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1648 |
| 3628 |
| Doc: |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
CERTIDÃO



4

CERTIFICO, para os devidos fins, em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento do(a)s Sr(a)s. **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646, EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA 724, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 3961, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, OAB/PA 7347 GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA 7816, MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB/PA 8527, ANDRÉA COSTA PEREIRA, OAB/PA 6827**, que os requerentes atuam como Advogados de uma das partes nos Processos abaixo relacionados, conforme procurações outorgadas e constante dos autos:

PROCESSO

238/98 ✓

0582/97

1457/96

1584/96

1583/96

1194/96

1381/96

1610/96

1488/99 ✓

1583/96

0755/95

0368/95

0061/95

1651/90

0626/98 ✓

1316/99 ✓

PARTES

CLAUDOMIRA CUNHA DE SOUZA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

ALUÍSIO SEBASTIÃO DA SILVA PAES

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

BENEDITO MONTEIRO DE LIMA E OUTRO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

ANTÔNIO EXPEDITO FERREIRA FELIPE

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

MANOEL PAES DA SILVA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

ALCIONIDES DOS SANTOS SIQUEIRA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

LUIZ GONZAGA ALVES LIMA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

KASSY VILHENA DE MEDEIROS MOREIRA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

WALTER JÚNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

MANOEL PAES DA SILVA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

MARIA DE FÁTIMA FONSECA TEIXEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

BENEDITA NILCE DE OLIVEIRA E OUTROS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

WALDECY PAULO DE OLIVEIRA 1651/

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

JURANDIR CHAGAS DE ARAÚJO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

DÉLCIO COSTA SANTOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

ANTÔNIO SÉRGIO PINHEIRO E SILVA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS

1651/95 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: **1649**
3625
Maria José Costa / Maria Sílvia
Doc: Diretora de Secretaria
da 8ª VT de Belém



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

0599/97

OLAVO DE SOUZA OLIVEIRA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS

0112/98 ✓

PEDRO BOTELHO DA CUNHA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

0058/99 ✓

NIVALDO MOISÉS LIVRAMENTO SILVA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Secretaria da
5ª Vara do Trabalho de Belém, 17.04.2000.

MARIA JOSÉ COSTA MODA BELTRÃO
Diretora de Secretaria
5ª VT de Belém

Fls: 327

Antônio

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1650
3628 - 11
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SEXTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM
Trav. Dom Pedro I, 750 - CEP 66050-100 - Umarizal - Belém-Pará

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, e em cumprimento ao despacho exarados na petição protocolizada sob o nº 32076, que o escritório de Advocacia **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** patrocina ou patrocinou as causas que tramitam(ram) por esta Vara sob os números abaixo relacionados:

RELAÇÃO DE PROCESSOS

| Processos da
COSANPA | Partes |
|-------------------------|---|
| 1618/96 | Neudo Raimundo Nascimento Melo (sindicato do Engenheiros) |
| 1036/94 | Nélio Costa Nascimento da Silva e outros |
| 1775/98 ✓ | Ademir das Graças Fernandes Gomes |
| 1381/98 ✓ | Lauro Lima Ferreira |
| 645/98 ✓ | Sindicato dos Urbanitários |
| 118/94 | Inocêncio da Silva Farias e outros |
| 075/98 ✓ | Maria Graciete Duarte da Silva |
| 87/98 ✓ | Armando Carlos da Silva |
| 272/98 ✓ | Rildo de Souza Santos |
| 595/98 | Iêda Maria Reis Lira |
| 785/98 ✓ | Igor Olinto Vasconcelos Romariz |
| 1201/98 ✓ | Benedito de Souza Vasconcelos |
| Processos da
EBCT | RECLAMANTES |
| 1761/98 ✓ | Moisés Bermeguy Neto |
| 2451/91 | Waldir Mendonça Araújo |
| 953/98 ✓ | Carlos Alberto Monteiro da Silva |
| 19/91 | Raimundo Lima Alves |
| Outros
Processos | RECLAMANTES |
| 835/98 ✓ | Lissandra Carneiro Pinagé x Cartório Condurú |
| 533/93 | Maria Odete de Souza Vaz x CREA - PA |
| 453/92 | Vera Lúcia Cardoso Matos x Tropical Companhia de Crédito |

O REFERIDO É VERDADE. //////////

Belém, 19 de abril de 2000.

Jânio Luiz Marques Trindade
Assistente-Chefe da Seção de Processos
da Sexta JCI de Belém





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Por solicitação do escritório de advocacia **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, através de seus participantes do quadro jurídico Drs. **ANTONIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, ANTONIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, GILSON PEREIRA DA SILVA, MÁRVIO MIRANDA VIANA e ANDRÉA COSTAPEREIRA**, Eu, **ISABELA CARLA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA**, Diretora de Secretaria desta **SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, CERTIFICO para os devidos fins, a atuação dos advogados peticionantes em processos em trâmite nesta Vara Trabalhista, conforme abaixo discriminados.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

PROC. 7ª VT-1592/98 /

RECLAMANTE: OBERDAN PINTO DUARTE

PROC. 7ª VT-0004/98 /

RECLAMANTE: CLODOALDO PEREIRA BOTELHO

PROC. 7ª VT-0319/98 /

RECLAMANTE: VALDOMIRO SILVA DE OLIVEIRA

PROC. 7ª VT- 0578/98 /

RECLAMANTE: GABRIEL SILVEIRA TAVARES

PROC. 7ª VT-0203/99 /

RECLAMANTE: JÚLIO LINDOMAR DE OLIVERIA CHAVES

PROC. 7ª VT- 612/99 /

RECLAMANTE: JORGE GOMES DE MESQUITA

PROC. 7ª VT-1734/98 /

RECLAMANTE: RAIMUNDO NONATOMARTINS FREITAS

PROC. 7ª VT-0190/98 /

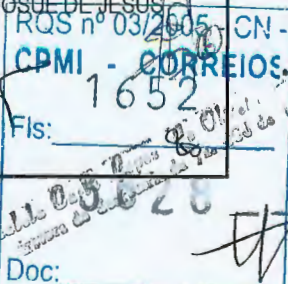
RECLAMANTE: MOISÉS ZALUTH DA SILVA E OUTROS

PROC. 7ª VT-1382/97

RECLAMANTE: MARIA DE FÁTIMACOSTA RAMOS ESPÓLIO DE JOSUÉ DE JESUS RAMOS

PROC. 7ª VT-1034/94

RECLAMANTE: JORGE LUIZ PANTALEÃO MIRANDA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

4 - Fls: 332
Y
Jd

PROC. 7ª VT-1819/92
RECLAMANTE: CLÓVIS ALCÂNTARA LOBATO

PROC. 7ª VT-1609/96
RECLAMANTE: MIGUEL ELIAS DE SOUZA NETO (SINDICATO ENGENHEIROS)

PROC. 7ª VT-1373/96
RECLAMANTE: ENÉSIO SOUZA MOURA

PROC. 7ª VT-1611/96
RECLAMANTE: NILSON MONTEIRO DA COSTA E OUTROS (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS)

PROC. 7ª VT-1565/96
RECLAMANTE: ALFREDO RODRIGUES DE SENA E OUTROS (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROC. 7ª VT-1773/98
RECLAMANTE: MARIA LÚCIA TRINDADE CARDOSO

PROC. 7ª VT-1562/97
RECLAMANTE: EVANDRO DENIS MACHADO SAMPAIO

PROC. 7ª VT-1197/97
RECLAMANTE: ADEOCLÉCIO BENTES DE MATOS

PROC. 7ª VT-0023/91
RECLAMANTE: GLADES PAES DA SILVA

PROC. 7ª VT-0647/95
RECLAMANTE: LÍVIO NUNES DE OLIVEIRA

PROC. 7ª VT-1466/98
RECLAMANTE: ISAIAS RODRIGUES DE LIMA

PROC. 7ª VT-0202/99
RECLAMANTE: IVANILDO CARRERA RIBEIRO

CARTÓRIO CONDURÚ

PROC. 7ª VT-1647/96
RECLAMANTE : KALYANE SOUZA DE ALENCAR

PROC. 7ª VT- 0053/97
RECLAMANTE: FRANCISCA AURÉLIA RIBEIRO

PROC. 7ª VT- 1900/99
RECLAMANTE: PATRÍCIA RAQUEL DA SILVA FEITOSA

RQS nº 09/2005 - CN -
CCM - CORREIOS
Fls: 1653
30-8
Dec: 30-8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

TROPICAL COMPANHIA DE CRÉDITO

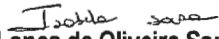
PROC. 7ª VT-0241/92
RECLAMANTE: GISELLE C. DE AZEVEDO DA FONSECA

C R B ENGENHARIA LTDA.

PROC. 7ª VT-1208/98
RECLAMANTE: MÁRCIO ANDERSON GOMES MORAES

O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Belém
Em, 17 de abril de 2000.


Isabela Carla Lopes de Oliveira Sousa
Diretora de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO 8ª REGIÃO
OITAVA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Fls: 232
TJ
Ju

19 /

CERTIDÃO

Certifico, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao despacho exarado pela Exma. Sra. Juíza do Trabalho, Dra. CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA, no exercício da titularidade da MM. Oitava Vara do Trabalho de Belém, que os advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITO OAB/PA 646, EDMÉE BARRA DE BRITO OAB/OA 724, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO OAB/PA 3961, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA OAB/PA 5265, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA OAB/PA 7447, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA OAB/PA 7347, GILSON PEREIRA DA SILVA OAB/PA 7816, MÁRVIO MIRANDA VIANA OAB/PA 8527 E ANDRÉA COSTA PEREIRA OAB/PA 6827, todos com escritório nesta cidade de Belém à Av. Conselheiro Furtado nr 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conjunto 101/103, atuam há mais de 02 (dois) anos nesta Justiça Especializada e patrocinaram, regularmente habilitados nos autos, os processos, abaixo relacionados, desta 8a. Vara do Trabalho de Belém.

PROCESSOS: 1310/96, 171/98, 1198/98, 251/99, 1194/98, 600/97, 1395/97, 450/97, 456/97, 1592/96, 10/96, 1492/96, 1619/96, 1653/96, 578/96, 1282/92, 1621/96, 1525/97, 1411/98, 103/98, 981/99, 1576/97, 2150/91, 1077/98, 1173/96, 237/97, 454/99, 842/99, 784/99, 1519/90, 999/99, 1358/97, 142/98, 284/98, 365/98, 1278/98, 1525/98, 108/99 e 251/99.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém/Pa, 17 de abril de 2.000

NEREIDA FADUL SARAIVA DE MEDEIROS
Diretora de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 1655
Doc: 30203



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

F 5333
J
J

4

CERTIDÃO

Atendendo ao requerimento formulado por **ANTONIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; EDMÉ BARRA DE BRITO, OAB/PA 724; ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO, OAB-PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB-PA 5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB-PA 7816; MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB-PA 8257; e ANDRÉA COSTA PEREIRA, OAB-PA 6287,** representantes legal da **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita sob CGC/MF 63.806.996/0001-47, estabelecida com escritório na Av. Conselheiro Furtado, 2476, térreo, salas 101/103, nesta cidade, **eu, MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, Diretor de Secretaria da 009 VARA DO TRABALHO DE BELÉM, CERTIFICO** que, à vista dos fichários e arquivos desta MM. Secretaria, constatamos que os seguintes processos foram patrocinados pelos advogados requerentes, habilitados nos referidos autos nos últimos dois anos:

| | |
|--------------------|--|
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-1593/1996 |
| NOME DO RECLAMANTE | STIUEPA - SINDIC. DOS TRAB. NAS IND. URBANAS DO ESTADO DO PARÁ |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-1592/1998 |
| NOME DO RECLAMANTE | INALDO FERREIRA DE SOUZA e OUTROS |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0342/1998 |
| NOME DO RECLAMANTE | ESPÓLIO DE ANTONIO DE JESUS MELO |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0228/1998 |
| NOME DO RECLAMANTE | SUELY DE NAZARÉ NERY DE BRITO |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0119/1998 |
| NOME DO RECLAMANTE | WALTER DE ALMEIDA |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-1352/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | JOSÉ SEVERINO DE LIMA |
| NOME DO RECLAMADO | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA |

Antônio

ROS 003/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
16567
COSANPA
3624
Doc:

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0463/1997
RODIVAL LOBATO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE

9ª.VTB-1575/1996
STIUEPA - SINDIC. DOS TRAB. NAS IND. URBANAS DO
ESTADO DO PARÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

NOME DO RECLAMADO

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-1455/1996
WANDA ELIZABETH SADECK BURLAMAQUI
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0867/1998
ANA MARIA AZEVEDO OLIVEIRA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0280/1998
ROSIMEYRE NASCIMENTO DA TRINDADE
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0438/1995
MARIA DE FÁTIMA SANTOS DIAS
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-1050/1999
CARLOS SÉRGIO SILVA DA SILVA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0166/1995
HAROLDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0092/1998
CARLOS ALBERTO RAMALHO DE OLIVEIRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0386/1998
VALDOMIRO SILVA DE OLIVEIRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0242/1999
RUI JOSÉ ALVES DE ASSIS
EICO SISTEMAS E CONTROLES LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0525/1999
ELIAS MONTEIRO FAVACHO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

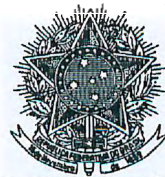
9ª.VTB-0562/1999
DINARTE DE MIRANDA MOREIRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

Secretaria da 9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM,
aos 17 dias do mês de abril de 2000.

MARCOS JOSIRAN ALVES DE LIMA
Diretor de Secretaria da 9ª JCJ de Belém

Handwritten: 15-334, 8, [Signature]

Stamp: RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 1657
3628
Doc: [Signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

F-335
cy

14

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento de **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, que os advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO** (OAB/PA 646), **EDMÉE BARRA DE BRITTO** (OAB/PA 724), **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO** (OAB/PA 3961), **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA** (OAB/PA 5265), **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA** (OAB/PA 7447), **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA** (OAB/PA 7347), **GILSON PEREIRA DA SILVA** (OAB/PA 7816), **MÁRVIO MIRANDA VIANA** (OAB/PA 8527) e **ANDRÉA COSTA PEREIRA** (OAB/PA 6827) PATROCINAM JUDICIALMENTE, nesta MM. Vara, os interesses das empresas **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA** e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-EBCT** nas seguintes ações trabalhistas:

- Proc. 010-1573/96
- Proc. 010-1185/96
- Proc. 010-310/97
- Proc. 010-1470/97
- Proc. 010-587/97
- Proc. 010-1668/96
- Proc. 010-1295/96
- Proc. 010-1602/96
- Proc. 010-1599/96
- Proc. 010-16/98 ✓
- Proc. 010-84/98 ✓
- Proc. 010-100/98 ✓
- Proc. 010-101/98 ✓
- Proc. 010-144/98 ✓
- Proc. 010-338/98 ✓
- Proc. 010-351/98 ✓
- Proc. 010-636/98 ✓
- Proc. 010-1160/98 ✓
- Proc. 010-1802/97
- Proc. 010-248/99 ✓
- Proc. 010-514/99 ✓
- Proc. 010-1541/97
- Proc. 010-1709/98 ✓
- Proc. 010-1028/98 ✓
- Proc. 010-1685/99 ✓
- Proc. 010-272/97
- Proc. 010-1580/97

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Belém, 19 de abril de 2000.

FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO CARDOSO
Diretor de Secretaria

An. Britto

RQS nº 03/2005 - CN -
SPMI - CORREIOS
Fls: 1658
3628
Doc: _____

4
cep



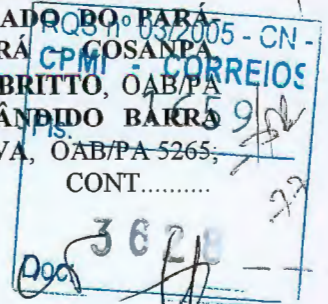
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
V. D. PEDRO I, 746 - CEP 66050-100

11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins e atendendo a requerimento dos Advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA 724; ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO, OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA; OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA 7816; MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB/PA 8527; ANDREA COSTA PEREIRA, OAB/PA 6827, protocolado sob o nº 5001 em 20.01.2000, que em face do requerido, os autos do PROC 011-1621/96, em que são partes SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARÁ, reclamante e COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, reclamada, foram remetidos na data de 05.02.1997 para o Egrégio TRT da 8ª Região em grau de recurso; que os autos do PROC 011-1053/98-6, foram remetidos ao E TRT da 8ª Região na data de 04.05.1999, em face da admissibilidade concedida ao Recurso de Revista, em que são partes EVANILDE SOUZA DE OLIVEIRA, reclamante e COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ S/A – COSANPA; que os Advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA 724; ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO, OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA; OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA 7816, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, nos autos do PROC 011-0108/98, com autuação em 22.01.98, estando até esta data aguardando baixa do AI, em que são partes MARIA DE BELÉM SILVA DE MACHADO, reclamante e COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, reclamada; que os Advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA 724; ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO, OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA; OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA 7816, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, nos autos do PROC 011-1588/94, com autuação em 28.11.94, foram arquivados sob o nº 7279/99 em 25.01.99, em que são partes ANTÔNIO RUY DUARTE DO NASCIMENTO E OUTROS, reclamantes e COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, reclamada; que os Advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO, OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265; ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA; OAB/PA 7347; GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/PA 7816, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, nos autos do PROC 011-01623/96-7, estando aguardando a baixa do AI até esta data, em que são partes SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARÁ – STIUPA, reclamante e COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, reclamada; que os Advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, OAB/PA 646; EDMÉE BARRA DE BRITTO, OAB/PA 724; ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO, OAB/PA 3961; SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, OAB/PA 5265;

CONT.....



Antônio

FLS-337

ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-1051/94-7, com autuação em 08.07.94, em que são partes **JOSÉ DE CAMPOS COSTA e OUTROS**, reclamantes e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ S/A**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0183/94-8, com autuação em 03.02.94, estando aguardando a baixa do AI até a presente data, em que são partes **JOÃO DE CAMPOS COSTA**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ S/A**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0103/99, com autuação em 21.01.99, estando arquivados sob o nº 8164/99 em 21.01.99, em que são partes **EDMILSON CORREA DE CARVALHO**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos dos: PROC 011-1029/94-3, com autuação em 06.07.94, estando aguardando baixa do AI, em que são partes **FRANCISCO GOMES CAMPINEIRO e OUTROS**, reclamantes e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada; PROC 011-0502/94-9, com autuação em 11.04.99, estando em fase de liquidação, em que são partes **ALMERINDO DA SILVA MACHADO**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada; PROC 011-01365/98, com autuação em 24.08.98, arquivado sob o nº 7195, em que são partes **CARLOS SÉRGIO SILVA DA SILVA**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT**, reclamada; PROC 011-1514/99-1, com autuação em 17.09.99, estando os autos arquivados sob o nº 8448/99, em que são partes **HELENA RAMOS DE ARAÚJO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646 e **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265, patronos da Reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**; OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos do PROC 011-0153/93, com autuação em 14.12.93, estando os autos arquivados sob o nº 7075/98, em que são partes **LUIS CARLOS LIMA CONCEIÇÃO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA</**

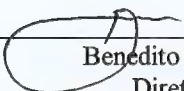
CONT.....

1 Dec

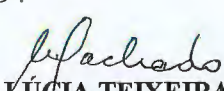
PA 7816; MÁRVIO MIRANDA VIANA, OAB/PA 8527; ANDRÉA COSTA PEREIRA, OAB/PA 6827, patronos das reclamadas, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos dos: **PROC 011-0174/99**, com autuação em 02.02.99, estando os autos arquivados sob o nº 7828/99, em que são partes **INÁCIO DE LOYOLA PINHEIRO NETO**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; **PROC 011-1915/98**, com autuação em 06.11.98, estando os autos aguardando a baixa do AI, em que são partes **MARIA JOSÉ ARRAIS DOS SANTOS**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; **PROC 011-1459/97**, com autuação em 25.09.97, estando os autos em fase de quitação do débito, em que são partes **ZENEIDA LOBO BENJÓ**, reclamante e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que em face do requerido, os autos do **PROC 011-0157/95-3**, com autuação em 07.02.95, foram remetidos ao E TRT da 8ª Região em grau de recurso em 12.04.95, em que são partes **CARLOS CASTRO TORRES e OUTROS**, reclamantes e **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961 e **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos dos: **PROC 011-0604/99-8**, com autuação em 15.04.99, estando arquivado sob o nº 7979/99 na data de 09.07.99, em que são partes **ANTÔNIA RENILDE PEREIRA DA SILVA e OUTROS**, reclamantes e **FUNDAÇÃO CARLOS GOMES**, reclamada; que em face da desistência do reclamante, os requerentes foram dispensados da juntada de Procuração pela reclamada nos autos do **PROC 011-0771/97**, em que são partes **FRANCISCA AURÉLIO RIBEIRO**, reclamante e **CARTÓRIO CONDURÚ 4º OFÍCIO DE NOTAS**, reclamada; que os Advogados **ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA 646; **EDMEÉ BARRA DE BRITTO**, OAB/PA 724; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO BRITTO**, OAB/PA 3961; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA 5265; **PEDRO RAIMUNDO MAIA MILÃO**, OAB/PA 3907; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA 7447; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA 7347; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA 7816; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, OAB/PA 8527; **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA 6827, patronos da reclamada, atuaram como Advogados pelo escritório **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos dos: **PROC 011-0098/98-1**, com autuação em 21.01.98, estando os autos arquivados sob o nº 6722/98, em que são partes **MIGUEL CAVALCANTE BATALHA**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ- COSANPA**, reclamada; **PROC 011-0833/98-5**, com autuação em 04.06.98, estando os autos arquivados sob o nº 6629/98, em que são partes **RAIMUNDO ANGELO MOURA DE SOUZA**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada; **PROC 011-0934/98**, com autuação em 25.06.98, estando os autos arquivados sob o nº 6875/98, em que **JURANDIR SANTANA RODRIGUES**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada; **PROC 011-0173/99**, com autuação em 02.02.99, estando os autos arquivados sob o nº 7544/99, em que são partes **ADAUTO ACELINO DA SILVA**, reclamante e **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**, reclamada.

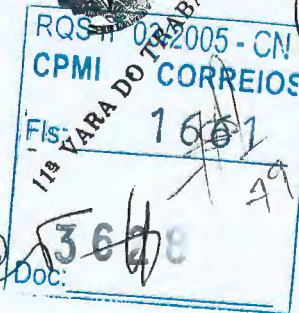
O REFERIDO É VERDADE

Secretaria da MM 11ª Vara do Trabalho de Belém, 19.04.2000.


Benedito Marques de Matos
Diretor de Secretaria

VISTO:


MARIA LÚCIA TEIXEIRA MACHADO
Juíza do Trabalho





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os senhores advogados **ANTÔNIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA nº 646 – CIC/MF nº 000.559.302-63; **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, OAB/PA nº 724 – CIC/MF nº 000.528.092-34; **ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA nº 3961 – CIC/MF nº 158.386.172-68; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA nº 5265 – CIC/MF nº 097.423.102-97; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA nº 7447 – CIC/MF nº 330.967.752-49; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA nº 7347 – CIC/MF nº 424.487.352-04; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA nº 7816 – CIC/MF nº 388.346.002-82; **MÁRVIO MIRANDA VIANA**, 8527 – CIC/MF 416.097.782-00 e **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA nº 6827 – CIC/MF nº 332.754.912-53, domiciliados nesta cidade, com endereço profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado nº 2476, térreo, Ed. Flávio Neto, Salas 101/103, CEP 66040-100, atuaram nos processos 12ª VT-294/99, 12ªVT-671/98-5, 12ªVT-169/98, 12ªVT-1533/97, 12ªVT-220/98, 12ªVT-12/98, 12ªVT-647/98, 12ªVT-294/99, 12ªVT-420/99, 12ªVT-1445/98.

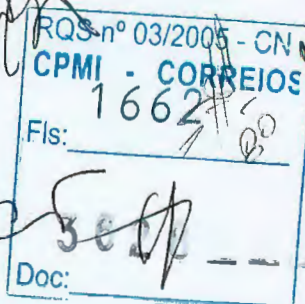
Certifico ainda que nos Processos 12ªVT-1373/97, 12ªVT-255/97, 12ªVT-1772/97, 12ªVT-1623/96, foram outorgados poderes aos advogados acima mencionados com exceção de **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, **MÁRVIO MIRANDA VIANA** E **ANDRÉA COSTA PEREIRA**; e no 12ªVT-1203/96, a ausência se verificou para os advogados **EDMÉE BARRA DE BRITTO** E **MÁRVIO MIRANDA VIANA**.

Em, 19.04.2000

Rosa Alves

ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES

Diretora de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS. 340
3-
Jul

C E R T I D ã O

Em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento de **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil de advogados, inscrita no CGC/MF Nº 63.806.996/0001-47, com sede nesta cidade á Avenida Conselheiro Furtado, Nº 2.476 – térreo – salas 101/103, através de seu representante legal, Dr. **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO**, OAB/PA nº 646 - CIC/MF nº 000.559.302-63, eu, **MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DE OLIVEIRA SIROTHEAU**, Diretora da Secretaria da Décima Terceira Vara do Trabalho de Belém, **CERTIFICO**, que à vista dos arquivos, fichários da Secretaria e processos, os Drs: **EDMÉE BARRA DE BRITTO**, OAB/PA nº 724 - CIC/MF nº 000.528.092-34; **ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO**, OAB/PA nº 3961 - CIC/MF nº 158.386.172-68; **SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA**, OAB/PA nº 5265 - CIC/MF nº 097.423.102-97; **ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA**, OAB/PA nº 7447 - CIC/MF nº 330.967.752-49; **ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA**, OAB/PA nº 7347 - CIC/MF nº 424.487.352-04; **GILSON PEREIRA DA SILVA**, OAB/PA nº 7816 - CIC/MF nº 388.346.002-82; **MÁRVIO MIRANDA VIANNA**, OAB/PA nº 8527 - CIC/MF nº 416.097.782-00 e **ANDRÉA COSTA PEREIRA**, OAB/PA nº 6827- CIC/MF nº 332.754.912-53, todos membros integrantes do Escritório Barra Britto, nesta capital, exerceram ou vêm exercendo a advocacia desde a instalação desta Vara ocorrida em 26.8.94, encontrando-se, presentemente, no pleno exercício da atividade profissional.

Outrossim, informo os processos trabalhistas abaixo relacionados, em que os requerentes são ou foram subscritores.

Processo : 13ª VT - 075/1996-8
Reclamante : PAULO SÉRGIO VIEIRA DE SOUZA
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 245/1998-X
Reclamante : ANTÔNIA DA SILVA MACÊDO E OUTROS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 333/1997-0
Reclamante : LUIZ BARROSO TEIXEIRA E SIND.URBANITÁRIOS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 401/1998-9
Reclamante : RORDIVAL MOREIRA MONTEIRO
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 638/1998-7
Reclamante : NATANAEL LEITE DA SILVA
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 767/1994-1
Reclamante : GILBERTO DA SILVA DRAGO E SIND. ENGENHEIROS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 862/1995-2
Reclamante : WALMAR ANTUNES ANÍBAL E OUTRA
Reclamada : CONSELHO REGIONAL DE ENG. E ARQUITETURA - CREA

Antônio CF

4

Fls. 1663

3628

Doc. 03/2005

CPMI - CORREIO

Luiz Barroso Teixeira

Luiz Barroso Teixeira

Luiz Barroso Teixeira



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Processo : 13ª VT - 1317/1996-0
Reclamante : MARCO VALÉRIO DE ALBUQUERQUE VINAGRE - SIND. ENGENHEIROS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 1558/1997-7
Reclamante : EVANDRO DENIS MACHADO SAMPAIO
Reclamada : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo : 13ª VT - 1582/1998-0
Reclamante : REINALDO FERREIRA DOS REIS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

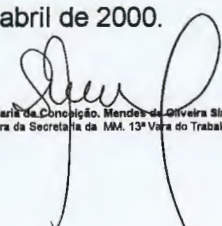
Processo : 13ª VT - 1587/1997-3
Reclamante : ORLANDO FEITOSA BEZERRA
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

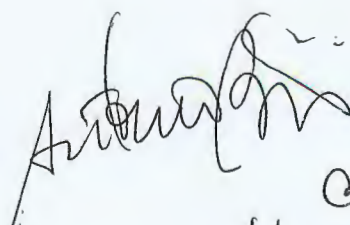
Processo : 13ª VT - 1642/1996-0
Reclamante : GILBERTO DA SILVA DRAGO e OUTRO - SIND. ENGENHEIROS
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

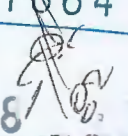
Processo : 13ª VT - 1687/1997-7
Reclamante : CARLOS ALBERTO MAGALHÃES NEVES
Reclamada : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Processo : 13ª VT - 1814/1997-X
Reclamante : FRANCISCO AURÉLIO RIBEIRO
Reclamada : CARTÓRIO CONDURÚ

Belém, 19 de abril de 2000.


Maria da Conceição Mendes de Oliveira Sirotheau
Diretora da Secretaria da MM. 13ª Vara do Trabalho de Belém



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1664
3628
Doc: 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Fls 342
Jd

8 /

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que aos advogados ANTÔNIO CÂNDIDO MONTEIRO DE BRITTO, EDMÉE BARRA DE BRITTO, ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO, SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA, ANA CLÁUDIA DA COSTA MAIA, ROBERTO RIBEIRO DA CUNHA, GILSON PEREIRA DA SILVA, MÁRVIO MIRANDA VIANA E ANDRÉA COSTA PEREIRA, todos inscritos na OAB-Pa sob os números 646, 724, 3961, 5265, 7447, 7347, 7816, 8527, 6827, respectivamente, com escritório na Av. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo, Ed. Flávio Neto, salas 101/103, nesta cidade, atuaram nos processos abaixo referidos, patrocinando os seguinte reclamado:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|-------------------|---|
| 014-1513/1996-0 | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-0446/1994-3 | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-1694/1997-4 | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-457/1998-1 / | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-1047/1998-0 / | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-1853/1998-5 / | COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA |
| 014-1388/1999-0 / | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT |
| 014-1562/1998-5 / | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT |
| 014-1461/1998-X / | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT |
| 014-1218/1998-9 / | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT |
| 014-0489/1999-1 / | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT |
| 014-1868/1997-0 | FUNDAÇÃO CARLOS GOMES |
| 014-0740/1997-2 | CARTÓRIO CONDURÚ |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém, 14.04.2000

Neusa Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1683
Fls: 342
Doc: 3428

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA



O Diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação
Getúlio Vargas, confere a ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO
o presente Certificado de Conclusão do Curso Especial em DIREITO EMPRESARIAL
realizado no período de 04 de março de 1985 a 10
de julho de 1985 com a carga total de 213 horas, com APROVEITAMENTO

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1985

Luiz Alencar
Chefe do Centro Didático ou Coordenador

Regina Bonafina
Secretária

Spencer Moura de Vasconcelos
Diretor

Antonio Candido Barra Monteiro de Britto
Aluno

Filiação: ANTONIO CANDIDO MOUTEIRO DE BRITTO - P EDNEE BARRA BRITTO

Nascido(a) em 20 de maio de 1963 Natural de PARÁ

Conceito NACIONALIDADE: BRASILEIRA

610
IDENTIDADE: SEGUP/PA - 1346315

85

Barra Britto S/C Advogados Associados

ADVOCACIA EM GERAL

FLS: 344

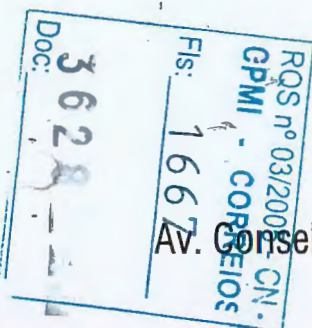
[Handwritten signature]

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA

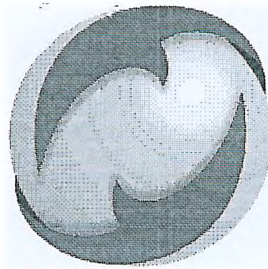
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

20/4/2000 às 9h00

▪ PROPOSTA TÉCNICA - Envelope nº 2 ▪



Av. Conselheiro Furtado, 2476 – Térreo – Ed. Flávio Neto – Fones: (091) 249-9600, 249-2471, 249-9528 e 249-2067
Fax: 249-9118 - CEP 66040-100 - Belém/Pará



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS

↓
FLS: 345
7/1

PROPOSTA TÉCNICA

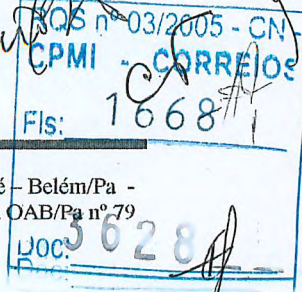
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

Belém, 20 de Abril de 2000


P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522





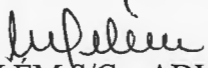
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

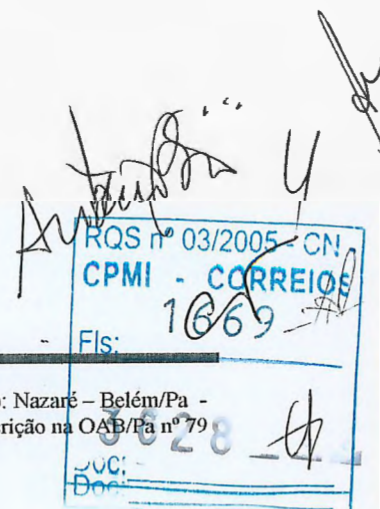
2
Fls. 346
P

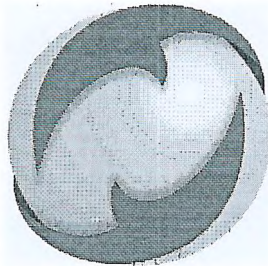
DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, nossa plena adesão aos termos do Edital da Tomada de Preços nº 03/2000 dessa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, expressando, ainda, responsabilidade única deste Licitante sobre o objeto licitado, na forma da lei e nos termos do instrumento contratual.

Belém, 20 de Abril de 2000


P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522





FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C
ADVOCADOS ASSOCIADOS

3
FLS: 347
y

PROPOSTA TÉCNICA

C} INDICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM DIREITO E DEVIDAMENTE HABILITADOS PERANTE A OAB/PA PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA, QUE POSSUAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O LICITANTE NA DATA DA LICITAÇÃO, COMPROVADO EM DOCUMENTO HÁBIL (CONTRATO DE TRABALHO OU CTPS).

1] CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA: brasileira, casada, sócia-advogada, inscrita na OAB/PA sob o nº 6522;

2] JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO: brasileiro, solteiro, sócio-advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557;

3] HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA: brasileiro, solteiro, advogado (empregado), inscrito na OAB/PA sob o nº 8755 – CTPS em anexo;

4] DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO: brasileiro, solteiro, advogado (empregado), inscrito na OAB/PA sob o nº 9763 – CTPS em anexo.

Belém, 20 de Abril de 2000

Melém
P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522

Antônio

RQS nº 03/2005 - CJI -
CPMI - CORREIOS
Fls: 670
3028
Doc:

4
F5-348
Cel

CARLA NAZARÉ JORGE MEIÊM SOUZA
José Carlos Jorge Melém
Maria de Nazaré Gama melém
Brasileira 29.08.1971
6522 6522

SERGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO
PRESIDENTE DA OAB/PA

CARTÓRIO CONDARU - a. Ofício de Notas
Avenida Karla, 718 - It. A - Belém/Pará

Contato com o Original
Autentico a dois té

Belém, 19 ABR, 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escravante



Autentico em 19/04/2000

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fis: 05

6522

Doc: _____





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Cartão de Identidade do Advogado
Instituído pelo Art. 63, § 3º da Lei 4.215 - 27-4-1963

JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO

Nome José Manuel Santos Figueiredo e

Relação Diana Isa Freire Figueiredo

Nacionalidade Brasileiro Data do Nascimento 14.08.1971

Nº 6557 Nº da Inscrição 6557

Nº 6557 Nº da Inscrição 6557

Presidente da Seção do OAB
Alderson Oliveira e Silva

5
F5349
J

CARTÃO CONDIÇÃO - arquivado nos
Manoel Barão, 218 - 1º.º - Belém/PA

Compare com o Original.
Autentico e dou-lo.

Belém, 19 ABR. 2008

ANA CRISTINA DIAS
Secretária

CARTEIRA
Nº 6557

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 21672

362

Doc:

EXPEDIDA EM 20.04.1993

CIC. 264.928.730-20



João de Deus Pinheiro
Assinatura do Advogado

Use obrigatoriamente, em todo e qualquer ato, a seguinte Art. 13 da Lei 8.112/90





Assina (para o(a) destinatário(a))

[Signature]

Assinatura e Impedimentos

DECLARAR ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO

TIPO DE SANGUE

6
R\$ 350

CARTÃO COMPROVANTE - FICHA DE NOTAS
Número 92125, 118 - RJ, A - Belém/PA

Compare com o Original.
Autêntico e verdadeiro.

Belém, 19 ABR. 2008

ANA CRISTINA DIAS
Escriturante



4

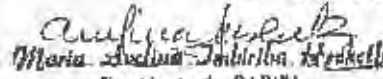
Antônio

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. *1673*

3628

Doc: _____

| | | |
|---|---|-------------|
| <p>  OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
 Conselho Nacional de OAB
 Conselho Federal de OAB </p> | | |
| Nº 8755 | 17.03.1998 | Assinatura: |
| HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA
Luiz Humberto Brasil Costa
Leonice de Carvalho Costa | | |
| Paraense
1926671-SDGP/PA
8755 | 14.02.1972
425.975.522-68
1a 05.04.1998 | Assinatura: |
| <p> 
 Maria Augusta de Almeida
 Presidente da OAB/PA </p> | | |



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe, pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

25.083



Polgar Ultra. 7 1/2



U
de Justicia
Calle de la
COMIATIZADO BOETADO

BOUTAUX

CARTÓRIO CONDUKU - 1º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2008

ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

CARTÓRIO

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI CORREIOES
1674
RQS
362
Doc: _____

12

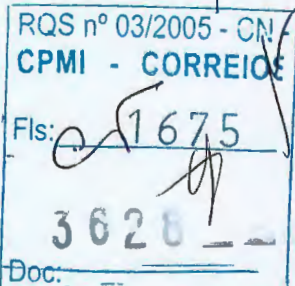
CONTRATO DE TRABALHO

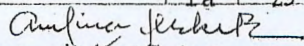
Empregador: COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM
 CCG/MR: 02031001001-76
 Rua: Av. Castanheira Branca, Nº 1417
 Município: BELÉM Est.: PA
 Esp. do estabelecimento: EMPRESA PÚBLICA
 Cargo: ANALISTA OPERACIONAL
 CBO: nº
 Data admissão: 17 de OUTUBRO de 19 99
 Registro nº: 01 Fls./Ficha
 Remuneração especificada: CLT - R\$ 100,00
(ESSENTIAL E ÚNICO NIL
QUEREROS) - MENSAIS
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Companhia de Transportes do Município de Belém
 CTB/L
 1º 2º
 Data saída: 24 de DEZEMBRO de 19 99
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Companhia de Transportes do Município de Belém
 CTB/L
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

13

Empregador: UNIAO EDUCACIONAL DO BRASIL S/A
 CCG/MR: 00314.27010001-77
 Rua: Gen. Decaloro Nº 1687/01
 Município: Belém Est.: PA
 Esp. do estabelecimento: Ensino de Educação
 Cargo: Assistente
 CBO: nº
 Data admissão: 01 de ABRIL de 19 99
 Registro nº: 01 Fls./Ficha
 Remuneração especificada: R\$ 650,00 (mis-
centos e cinquenta reais)
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 UNIAO EDUCACIONAL DO BRASIL S/A
 1º 2º
 Data saída: de de 19
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº



|  ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
Cartão de Identidade de Advogado | | |
|--|-------------------|--------------------|
| INSCRIÇÃO | DATA DE INSCRIÇÃO | VALIDADE |
| 9763-P | 29.02.2000 | 29.02.2001 |
| NOME | | |
| DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO | | |
| FILIAÇÃO | | |
| Antonio Maurício Pires Monteiro
Denise Moraes da Santos Monteiro | | |
| NATURALIDADE | | DATA DO NASCIMENTO |
| Paraense | | 10.11.1971 |
| Nº | C.I.C. | |
| 2106278-Segup/Pa | 373.098.032-72 | |
| Nº de Cartão | VIA | EXPIRAÇÃO |
| 9763-P | 1a | 29.02.2000 |
| PRESIDENTE | | |
| 
Maria Adelina Imbiriba Medeiros
Presidente da OAB/PA | | |



Antônio [Signature]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1676

3628

Doc:

Doc: 3628

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIO

Fis: 6677

Handwritten signature and initials

Cartório Condição
ANA CRISTINA DIAS
 Emp. Evente
 Belém, 19 Abr. 2008
 Confere com o Original.
 Autêntico e dou fé.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predis põem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

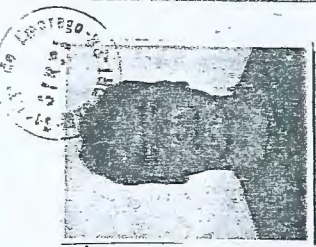
Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você não quer a necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO - SNT
 CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 06308
 Série 000237

Assinatura do portador
 ASSINATURA DO PORTADOR

LD
 FLS 354
Handwritten initials

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 1678
Doc: 3628

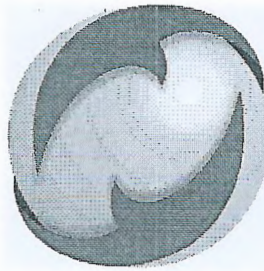
12 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
CGC/MF.....
Rua..... Nº.....
Município.....
Esp. do estabelecimento.....
Cargo.....
CBO nº.....
Data admissão..... de..... de 19.....
Registro nº..... Fls./Ficha.....
Remuneração especificada.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.....
1º..... 2º.....
Data saída..... de..... de 19.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.....
1º..... 2º.....
Com. Dispensa CD Nº.....

13 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
CGC/MF.....
Rua..... Nº.....
Município..... Est.....
Esp. do estabelecimento.....
Cargo.....
CBO nº.....
Data admissão..... de..... de 19.....
Registro nº..... Fls./Ficha.....
Remuneração especificada.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.....
1º..... 2º.....
Data saída..... de..... de 19.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.....
1º..... 2º.....
Com. Dispensa CD Nº.....

CARTÓRIO CONDURU - 1º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará
Confere com o Original.
Autêntico e dou fé.
Belém, 19 ABR, 2000
ANA CRISTINA DIAS
T. 11.333.3333
CARTÓRIO CONDURU



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12
Fls. 356
[Signature]

PROPOSTA TÉCNICA

D} INDICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES DO LICITANTE OU DOS ADVOGADOS PERTENCENTES AO SEU QUADRO DE EMPREGADOS.

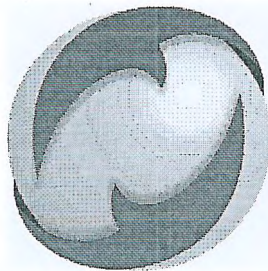
Belém, 20 de Abril de 2000

[Signature]
P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522

[Signature]

[Signature]

| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1679 |
| Doc: _____ |



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

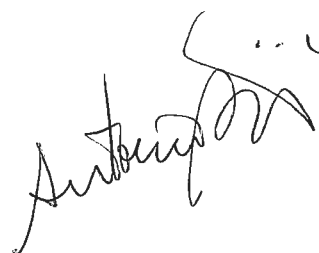
13
F5357
Ch

PROPOSTA TÉCNICA

D.1} ATUAÇÃO EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, DIRETA OU INDIRETA, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, COMPROVADA MEDIANTE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO.

Belém, 20 de Abril de 2000


P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1680
Doc:



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

J4
FLS: 358
[Signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1 – FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS;

2 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;

3 – VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

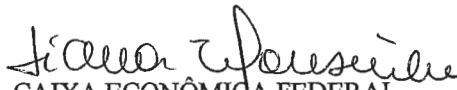
- 121 AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO E MONITÓRIAS, COM A ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES INICIAIS, IMPUGNAÇÕES, DEFESAS, RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;

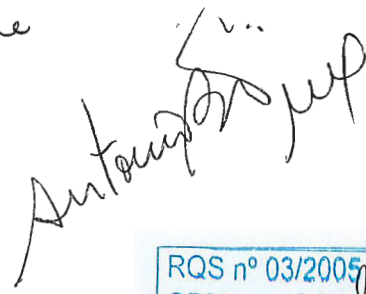
4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 07 DE AGOSTO, DE 1996 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 – PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS: O ESCRITÓRIO ACIMA MENCIONADO PRESTA SERVIÇOS JURÍDICOS À CAIXA COMO TERCEIRIZADO, POR MEIO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, DESEMPENHANDO SATISFATORIAMENTE SUAS ATIVIDADES PERANTE ESTA EMPRESA, NADA HAVENDO QUE DESABONE A CONDUTA DOS PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM ÀQUELA SOCIEDADE.

6 – LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:
BELÉM, 21 DE JANEIRO DE 2000

7 – ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:


CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Liana Cunha Mousinho Coelho
Gerente Regional – JURIR/BE



| |
|--------------------|
| RQS nº 03/2005/CN- |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1681 |
| 3628 |
| Doc: |



PETROBRAS
DISTRIBUIDORA S.A.

3

Fls. 175
JS L
FCS 359
T

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PETROBRAS BR DISTRIBUIDORA S.A., através de seu Gerente Adjunto Jurídico do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Cláudio Rosenberg, vem apresentar o seu Atestado de Capacidade Técnica ao Escritório de Advocacia Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, conforme os elementos que se seguem:

- 1 - Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados.
- 2 - Presta a BR DISTRIBUIDORA S/A o serviço de advocacia na área contenciosa cível, na cidade de Belém e regiões circunvizinhas do Estado do Pará.
- 3 - Tem o referido Escritório defendido os interesses desta Companhia em 100 (cem) demandas judiciais, não sendo do nosso conhecimento até a presente data nada que desabone o referido Escritório quanto a qualidade dos serviços prestados.
- 4 - Contrato de 36 (trinta e seis) meses para o recebimento de novas ações com início em 04/05/98 e término previsto para 04/05/01, ficando o Escritório responsável pelo patrocínio e acompanhamento das ações até o seu final.
- 5 - Conforme o explicitado no item 3, até o presente momento, atestamos que o trabalho prestado pelo Escritório Freire Figueiredo e Melém atende as exigências de qualidade feitas por esta Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2000.

Luiz Cláudio Rosenberg
Luiz Cláudio Rosenberg
Gerente Adjunto Jurídico do Rio de Janeiro

DR. LUIZ CLÁUDIO ROSENBERG

Gerente Adjunto Jurídico do Rio de Janeiro

Matr. 002133-3

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal

da Verdade

C:\GERENCIAMENTO\2000\Freire Figueiredo e Melém\01.doc

AD/219R

RQS nº 03/2005 - CN
CFM - CORREIOS
Fls: 1682
3626
Doc:

BANPARÁ

Núcleo de Assuntos Jurídicos

4

FL. 276
26
FL. 360
Cel

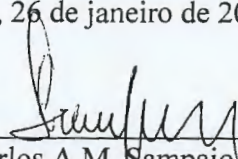
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

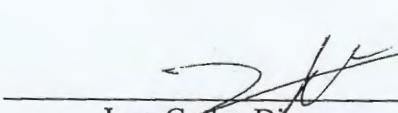
Atestamos para fins de participação em licitações públicas que o Escritório de Advocacia Freire e Figueiredo & Melém S/C, desde o dia 23 de janeiro de 1998 até a presente data, presta serviços advocatícios na área processual trabalhista, constantes de contestações, recursos ordinários e de revista, embargos, agravos, ações consignatórias e pareceres técnicos.

Atende presentemente 82 ações trabalhistas de interesse deste Banco, distribuídas nas Varas do Trabalho de Belém, Capanema, Altamira e Santarém.

Os serviços prestados são de excelente qualidade técnica e profissional, não havendo, até a presente data, qualquer fato que desabone a conduta profissional dos integrantes do Escritório.

Belém, 26 de janeiro de 2000.


Carlos A.M. Sampaio
OAB-PA 1309.


Jean Carlos Dias
OAB-PA 6801

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico a autenticidade da presente cópia
Fotostática conferida com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Singl. da Verdade

Presidente Vargas, n.º 251, 7º Andar - Comércio
Telefone: 2103250

RQS nº 03/2005 - JCN -
CPM - CORREIOS
Fls: 1683
362
Doc:



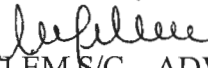
FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

17
FUS:361
/y
el

PROPOSTA TÉCNICA

D.2} ATUAÇÃO EM ÓRGÃOS PRIVADOS, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, COMPROVADA MEDIANTE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

Belém, 20 de Abril de 2000


P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522

Autenticado





IRMÃOS TEIXEIRA LTDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

4

18
FLS: 362
Cel

À
FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C LTDA.

I - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- Serviços advocatícios na área trabalhista com a elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as instâncias da justiça do trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inauguradas e de instrução dos processos, atuação na execução trabalhista;

- Emissão de pareceres sobre temas de direito do trabalho;

- Serviços advocatícios na área cível e comercial, com a elaboração de defesas e propositura de ações diversas, acompanhamento de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos do devedor impetração de mandado de segurança, e outros incidentes processuais;

- Atuação junto aos juizados especiais de pequenas causas.

II - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

1 - (01) Reclamações trabalhistas nas varas do trabalho de Belém, com a elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recursos nos procedimentos executórios;

2 - (05) Ações cíveis de execução com a elaboração de defesas e recursos e acompanhamento de audiências;

III - TODAS AS PEÇAS E INCIDENTES PROCESSUAIS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS:

1 - (01) Ações cíveis ajuizadas perante os juizados especiais de pequenas causas, com acompanhamento integral do processo;

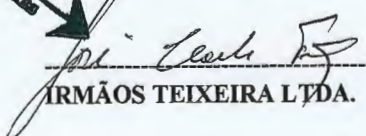
IV - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 20 / 03/ 98 ATÉ A PRESENTE DATA.

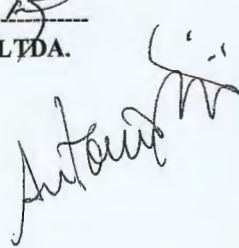
V - O DESEMPENHO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O GRUPO IRMÃOS TEIXEIRA LTDA, ATÉ A PRESENTE DATA, SÃO DE NÍVEL EXTREMAMENTE SATISFATÓRIO.

SENDO A CADA DIA SOLIDIFICADA A PARCERIA ENTRE NÓS E ESTE CONCEITUADO ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA.

ESCRITÓRIO DE
VAL-DE-CÃES

Belém (PA), 20 de Janeiro de 2000.


IRMÃOS TEIXEIRA LTDA.



CARTÓRIO DE VAL-DE-CÃES
Av. Senador Lemos, 1422
Belém - Pará - Brasil

Reconheço a(s) firma(s) por ser verdadeira,
de: José Carlos da Silva
Teixeira

Em test. (1) da Verdade

Belém (Pa) 1904-200
15/01/2000

Antônio Celestino Belém de Dantas
Esc. Juramentada
CIG 504.902.212-00

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIO

3528

Doc: 15/01/2000



POSTO DOM MANUEL

IRMÃOS TEIXEIRA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

À
FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C LTDA.

I - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- Serviços advocatícios na área trabalhista com a elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as instâncias da justiça do trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inauguradas e de instrução dos processos, atuação na execução trabalhista;
- Emissão de pareceres sobre temas de direito do trabalho;
- Serviços advocatícios na área cível e comercial, com a elaboração de defesas e propositura de ações diversas, acompanhamento de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos do devedor impetração de mandado de segurança, e outros incidentes processuais;

II - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 1 - (01) Reclamações trabalhistas nas varas do trabalho de Belém, com a elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recursos nos procedimentos executórios;
- 2 - (02) Ações cíveis de execução com a elaboração de defesas e recursos e acompanhamento de audiências;
- 3 - (01) Ações cautelares com o ajuizamento da ação, obtenção de liminares e recursos pertinentes;

IV - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 20 / 03/ 98 ATÉ A PRESENTE DATA.

V - O DESEMPENHO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O GRUPO IRMÃOS TEIXEIRA LTDA, ATÉ A PRESENTE DATA, SÃO DE NÍVEL EXTREMAMENTE SATISFATÓRIO.

SENDO A CADA DIA SOLIDIFICADA A PARCERIA ENTRE NÓS E ESTE CONCEITUADO ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA.

Belém (PA), 20 de Janeiro de 2000.

IRMÃOS TEIXEIRA LTDA - POSTO DOM MANUEL

JARTÓRIO DE VAL-DE-CÂS
Av. Senador Lemos, 142
Belém - Pará - Brasil

Reconheço a(s) firma(s) por ser verdadeira

de: Manuel de Silva

Teixeira RQS nº 03/2005-21

CPMI - CORREIOS 1686

Em test.º () () da verdade

Belém (Pa) 1904-200

Adine Cristina Blum de Paiva



TRANSCOBRAS

IRMÃOS TEIXEIRA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

À
FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C LTDA.

I - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- Serviços advocatícios na área trabalhista com a elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as instâncias da justiça do trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inauguradas e de instrução dos processos, atuação na execução trabalhista;

- II - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

1 - (03) Reclamações trabalhistas nas varas do trabalho de Belém, com a elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recursos nos procedimentos executórios;

IV - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 20 / 03/ 98 ATÉ A PRESENTE DATA.

V - O DESEMPENHO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O GRUPO IRMÃOS TEIXEIRA LTDA, ATÉ A PRESENTE DATA, SÃO DE NÍVEL EXTREMAMENTE SATISFATÓRIO.

SENDO A CADA DIA SOLIDIFICADA A PARCERIA ENTRE NÓS E ESTE CONCEITUADO ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA.

Belém (PA), 20 de Janeiro de 2000.

[Assinatura]
IRMÃOS TEIXEIRA LTDA - TRANSCOBRAS.

CARTÓRIO DE VAL-DE-CÃES
Av. Senador Lemos, 1422
Belém - Pará - Brasil

Reconheço a(s) firma(s) por ser verdadeira
de: *[Assinatura]*
[Assinatura]

Em test. (*[Assinatura]*) da verdade
Belém (Pa) *[Assinatura]*

[Assinatura]
Esc. Juramentada
OIG 684.902.212-00

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

3004-2009 687

3020



ASSOCIAÇÃO DA PIA UNIÃO DO PÃO
DE SANTO ANTÔNIO
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 1758 - Belém-Pará
Fones(91) 249-0069 - 229-5806 - Tel/Fax: 259-0347
UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL P/DECRETO No. 82.474, DE 23.10.78

21
FL-365
Cel

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- Emissão de pareceres sobre temas de Direito do Trabalho;
- Acompanhamento de processos administrativos junto à DRT/PA e INSS;
- Serviços advocatícios na área cível e comercial, com a elaboração de defesas e propositura de ações diversas, acompanhamentos de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos do devedor, impetração de mandado de segurança e outros incidentes processuais;
- Serviços prestados em dissídios coletivos.

VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVA:

- 2 processos administrativos junto à DRT/PA com a elaboração de defesa e recurso administrativo;
- 2 Ações ordinárias ajuizadas ou defendidas pelo Escritório, patrocinadas desde elaboração da ação ou defesa até a interposição de recursos em todas as instâncias;
- 2 Dissídios coletivos, desde a fase de negociação prévia até o dissídio judicial com a elaboração de defesa e proposta de acordo coletivo, audiências e interposição de recursos;
- 6 Ações de despejo, com o acompanhamento e prática de todos os atos processuais.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS RECURSOS(16.10.95 até a presente data)

PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

De acordo com a discriminação dos serviços executados pelo Escritório FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA informamos que estes serviços foram prestados a nossa Entidade com qualidade, responsabilidade e pontualidade.



Belém, 19 de abril de 2000.

Lina Maria Barbosa Huhn
Presidente

QUINZINHA SANTOS
30. TABELIONATO DE NOTAS 0143
Av. Gov. Nereu de Azevedo, 359 - B. Braz
FONE: 091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
0122813-LINA MARIA BARBOSA HUHN.....

Em testemunho da verdade.
BELÉM, 19 de abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA NOREL
Escrivente



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1688

Fls: 1

3028 - 17

Doc: -

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

22
FV: 366
Fel

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:

- Freire Figueiredo & Melém S/C Ltda - Advogados Associados

2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO

- Serviços advocatícios na área trabalhista, com a elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inaugurais e de instrução dos processos, emissão de pareceres sobre temas de direito do trabalho e processos administrativos, atuação na execução trabalhista, atuação em processos administrativos juntos à DRT/PA e INSS.
- Serviços prestados em dissídio coletivo

3 - VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 04 Reclamações trabalhistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belém, com elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recursos no procedimento executório.

4 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- de 23 de Agosto de 1994 até a presente data

5 - PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

- Os serviços tem sido prestados com muita competência, respeitando sempre as individualidades da empresa, além da constante primazia pela pontualidade e eficiência no trabalho a que se propõe.

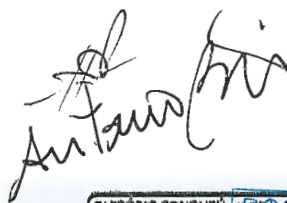
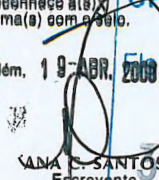
6 - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- Belém, 20 de Janeiro de 2000

7 - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:


CENTRO DE ESTUDOS BRITÂNICOS S/C LTD
CGC: 14662985/0001-25

JOSE FILHO CARLOS PARDO


CARTÓRIO CONDURU - 40000 de Notas
Rua: 1000, 710 - Lj. A - Belém/PA
Reconhece a(s) 
Firma(s) com o selo.
Belém, 19-ABR-2000
SANA C. SANTOS
Escrevente

03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
1689
Doc: 628-30



TRANSPORTES AERO CLUB LTDA

23
F15-367
[Handwritten signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1- NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTA OS SERVIÇOS :

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS.

2- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS :

- Serviços advocatícios na área trabalhista, com o ajuizamento de ações consignatórias, elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as instâncias da justiça do trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inaugurais e de instrução dos processos, emissão de pareceres sobre temas de direito do trabalho e processos administrativos, atuação na execução trabalhista, propositura e defesa em ação rescisória, atuação em processos administrativos junto à DRT/PA e INSS.
- Serviços advocatícios na área cível e comercial com a elaboração de defesas, propositura de ações diversas, acompanhamento de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos do devedor.
- Serviços advocatícios na área fiscal, com a elaboração de embargos à execução e recursos diversos, interposição de defesas e acompanhamento em processos administrativos fiscais.

3- VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE :

- 43 (quarenta e três) reclamações trabalhistas nas juntas de conciliação e julgamento de Belém e do interior do Estado do Pará, com elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recurso no procedimento executório.
- 03 (três) ações rescisórias, sendo 01 (um) interposta pela empresa e 02 (duas) em que é Réu, tendo o escritório proposto a ação e elaborado as defesas, acompanhado os processos, interposto recurso em todas as instâncias.

C.G.C. : 04.887.212/0001-93 * Inscrição Estadual : 15.001.387-6
Rua Parabor, nº 1191 (Km 03 BR-316) * CEP : 67.013-590 * Fones : 235-4974 / 245-0923 / 245-0464
Ananindeua - Pará

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1690
3608
Doc

[Handwritten signature]



TRANSPORTES AERO CLUB LTDA

4

24
FLS: 368
[Handwritten signature]

- 10 (dez) ações de indenização por acidente de trânsito, com a elaboração de defesas e recursos e acompanhamento de audiências.
- 03 (três) ações de indenização propostas perante o juizado especial de pequenas causas, com a elaboração de defesas e recursos e acompanhamento de audiências.
- 05 (cinco) execuções fiscais propostas perante a justiça Federal, com a indenização de bem à penhora e oposição de embargos do devedor.

4- PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

01 de Dezembro de 1995 até a presente data.

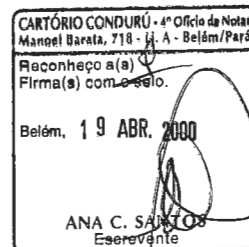
5- PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

No que concerne a qualidade dos serviços prestado pelo escritório acima, a direção da empresa é unânime em afirmar que é excecute, uma vez que, sempre primou pela qualidade técnica em seus serviços, pronto atendimento a consultas e pareceres, boa atuação em audiências e responsabilidade quanto ao cumprimento dos prazos nos processos.

Belém, 18 de Abril de 2000.



[Handwritten signature]
TRANSPORTES AERO CLUB LTDA.



C.G.C. : 04.887.212/0001-93 * Inscrição Estadual : 15.001.387-6
Rua Parabor, nº 1191 (Km 03 BR-316) * CEP : 67.013-590 * Fones : 235-4974 / 245-0923 / 245-0464
Ananindeua - Pará





Parawood
COM. E IND. DE MADEIRAS LTDA

4

25
FLS: 369
7

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – ELEMENTOS

1 – NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS;

2 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR.

3 – VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 05 AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;

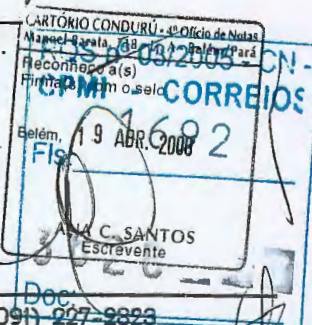
4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 – PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS: A EMPRESA EMITENTE CONSIDERA BASTANTE SATISFATÓRIA A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM, GARANTINDO-NOS SEGURANÇA NAS DEFESAS DE NOSSOS INTERESSES.

6 – LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: BELÉM, 17 DE JANEIRO DE 2000

7 – ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:


PARAWOOD COM. E IND. DE MADEIRAS LTDA.
CGC 50.910.728/0001-29
Francisco P. Trindade Souza
Sócio-Gerente



26
FLS 370
P

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ELEMENTOS

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO: FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM
S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS;

2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM O AJUIZAMENTO DE AÇÕES CONSIGNATÓRIAS, ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA, PROPOSITURA E DEFESA EM AÇÃO RESCISÓRIA, AUTUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTOS À DRT/PA E INSS;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA FISCAL, COM A ELABORAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECURSOS DIVERSOS, INTERPOSIÇÃO DE DEFESAS E ACOMPANHAMENTO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS.

3 - VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVAMENTE E QUANTITATIVAMENTE:

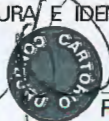
- 03 RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM E DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ, COM ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO;
- 04 AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;
- 05 EXECUÇÕES FISCAIS PROPOSTAS CONTRA A EMPRESA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL, COM A INDICAÇÃO DE BEM À PENHORA E OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR.

4 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 - PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS: A EMPRESA EMITENTE CONSIDERA BASTANTE SATISFATÓRIA A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM, GARANTINDO-NOS SEGURANÇA NAS DEFESAS DE NOSSOS INTERESSES.

6 - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: BELÉM, 17 DE JANEIRO DE 2000

7 - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:



FORESTRY MADEIRAS LTDA.
CGC: 63.873.525/0001-51
ALTAVIR FURTADO (PROCURADOR)

CARTÓRIO CONDURÚ - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 719 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s)
Firma(s) com o selo.

Belém, 19 ABR. 2000.

ANA O. SANTOS
Escrivente

03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1693

Doc: 628

ITAMARATI IND. MADEIREIRA LTDA.

CGC 04.578.514/0002-60
Tv. Quintino Bocaiuva, 140 Belém - PA

4

F-371
27

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ELEMENTOS

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS;

2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR.

3 - VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 03 AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;

4 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 - PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS: A EMPRESA EMITENTE CONSIDERA BASTANTE SATISFATÓRIA A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM, GARANTINDO-NOS SEGURANÇA NAS DEFESAS DE NOSSOS INTERESSES.

6 - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: BELÉM, 19 DE JANEIRO DE 2000

7 - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:



ITAMARATI INDÚSTRIA MADEIREIRA LTDA

Altavir Furtado
Sócio-Gerente

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - J. A - Belém/Pará

Reconhecido(s) em 03/2005 - CN - 1694

Belém, 19-ABR-2000

ANA C. SANTOS
Escriturante

Doc. 3828

NOVO LAR

ALUGUEL - COMPRA - VENDA - ADMINISTRAÇÃO - LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS

CRECI - J. 033

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1- FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C - ADV. ASS.

2- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

Serviços advocatícios na área civil e comercial, com a elaboração de defesas, propositura de ações diversas, acompanhamento de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos do devedor.

3- VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

215 (duzentas e quinze) ações civis de execução, monitoria e despejo, com a elaboração de petições iniciais, impugnações, defesas, recursos para todas as instâncias e acompanhamentos de audiências.

4- PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A partir de 05 de janeiro de 1996 até a presente data.

5- PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Os serviços prestados pelo escritório Freire Figueiredo & Melem S/C Adv. Ass. sempre foram de impecável competência técnica, garantindo tranquilidade e confiança quanto a defesa de nossos interesses.

6- LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

Belém/Pa 21 de janeiro de 2000

7- ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMIENTE:



Novo Lar Empreendimentos e Serviços Ltda

Sócio - Gerente

declarante

Av. Generalíssimo Deodoro, 1683 - Conj. 304 - Fones: 223.9726 - 223.9529 - 224.9040

Belém - Pará

CARTÓRIO CONDURO - 1º Ofício de Notas
Rua Manoel Barata, 718 - 1º - Belém/Pará

Reconheço (s):
Firma(s) com o selo

Belém, 21 de Janeiro de 2000

CPMP - CORREIO

Escritor



Posto Grão Pará

A. D. Oliveira & Cia Ltda.
CENTRO AUTOMOTIVO - PEÇAS - SERVIÇOS

3
PL-373
29

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

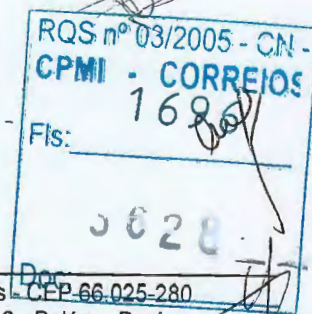
1 – NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS.

2 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTA, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA;
- EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO;
- ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTA À DRT/PA E INSS;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA FISCAL, COM A ELABORAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECURSOS DIVERSOS, INTERPOSIÇÃO DE DEFESAS E ACOMPANHAMENTO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS;
- SERVIÇOS PRESTADOS EM DISSÍDIOS COLETIVOS;

Autenticado
CR





Posto Grão Pará

JUNTO AOS JUIZADOS ESPECIAIS DE
PEQUENAS CAUSAS. CENTRO AUTOMOTIVO - PEÇAS - SERVIÇOS

Fls: 374
30

3 – VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 05(CINCO) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, COM ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO;
- AÇÕES CÍVEIS AJUIZADAS PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS, COM O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DO PROCESSO;
- DISSÍDIOS COLETIVOS, DESDE A FASE DE NEGOCIAÇÃO PRÉVIA ATÉ O DISSÍDIO JUDICIAL COM A ELABORAÇÃO DE DEFESA E PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO, AUDIÊNCIAS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS;
- AÇÕES DE DESPEJO, COM O ACOMPANHAMENTO E PRÁTICA DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS.

4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- DE 05 DE OUTUBRO DE 1998 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 – PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

TODOS OS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS QUE NOS FOI PRESTADO POR FREIRE FIGUEIREDO E MELÉM S/C LTDA OBTIVERAM RESULTADOS SATISFATÓRIO, CORRESPONDENDO SEMPRE AS NOSSAS NECESSIDADES E OBJETIVOS

6 – LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- BELÉM – PARÁ, 20 DE JANEIRO DE 2000.



Freire
A. D. OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.249.951/0001-52

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s)
Firma(s) com o selo.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CASANTOS
Escrevente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1607

Doc: 3628



Themag Engenharia Ltda.
Rua Bela Cintra, 986
São Paulo-SP - Brasil
CEP:01415-906
Fone: (11)231-5533
Fax: (11)259-2348
Email:themag@themag.com.br

34
Fls 375
[Handwritten signature]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. NOME OU RAZÃO DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO: **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA.**
2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

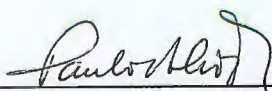
Serviços advocatícios na área trabalhista, com a elaboração de defesas em reclamações trabalhistas, interposição de recursos em todas as Instâncias da Justiça do Trabalho, acompanhamento de processos com emissão de relatórios mensais, participação em audiências inaugurais e de instrução dos processos, atuação na execução trabalhista;
3. VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE;

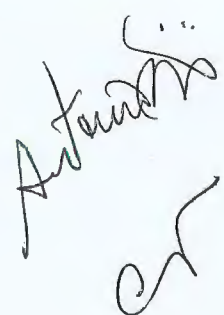
(05) reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho de Belém, com a elaboração de defesas, participação em audiências, interposição de recursos e elaboração de defesas e recursos nos procedimentos executórios.

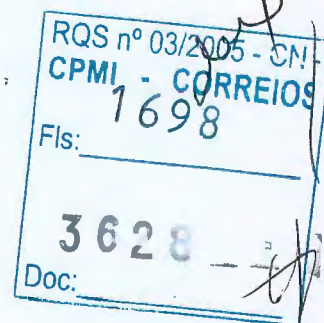
(06) ações rescisórias, com o ajuizamento da ação ou apresentação de defesa, acompanhamento dos processos e interposição de recursos.
4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 03.10.1994 ATÉ A PRESENTE DATA.
5. PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Todos os serviços sempre foram prestados de forma muito profissional e diligente, atendendo plenamente às expectativas desta empresa.

São Paulo, 20 de janeiro de 2000


THEMAG ENGENHARIA LTDA





MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.

Al. Santos, 1.800 - 1º andar - Cerqueira Cesar - SP
Cep 01418-200 - Fone 284-9544

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1) - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA.

2) - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA;

EMISSION DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO;

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A DRT/PA E INSS;

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS;

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA FISCAL, COM A ELABORAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECURSOS DIVERSOS, INTERPOSIÇÃO DE DEFESAS E ACOMPANHAMENTO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS;

3) - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

(09) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS VARAS DO TRABALHO DE BELÉM E INTERIORES, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NOS PROCEDIMENTOS EXECUTÓRIOS;

(01) EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA A EMPRESA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL, COM A INDICAÇÃO DE BEM A PENHORA E OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;

(02) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTO À DRT/PA COM A ELABORAÇÃO DE DEFESA E RECURSOS ADMINISTRATIVOS;

Handwritten notes and signatures are present in the top right corner, including "324" and "FV 376".

Handwritten signature: *Antônio H.*

Stamp: RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 1699
3628
Doc: _____

MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.

Al. Santos, 1.800 - 1º andar - Cerqueira Cesar - SP
Cep 01418-200 - Fone 284-9544

FL 307
33

(03) AÇÕES ORDINÁRIAS AJUIZADAS OU DEFENDIDAS PELO ESCRITÓRIO, PATROCINADAS DESDE A ELABORAÇÃO DA AÇÃO OU DA DEFESA ATÉ A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS;

FL 377
Cal

(02) AÇÕES DE INDENIZAÇÃO COM A ELABORAÇÃO DE DEFESA OU DA PRÓPRIA AÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, ELABORAÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E INCIDENTES PROCESSUAIS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS;

4) - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 01/12/96 ATÉ A PRESENTE DATA: 11

5) - PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

DESDE O INÍCIO DOS TRABALHOS COMO PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA NOSSA EMPRESA, VÊM DEMONSTRANDO CAPACIDADE TÉCNICA E PROFISSIONAL, ATENDENDO A CONTENTO AS NOSSAS NECESSIDADES, COM RELAÇÃO A PRAZOS PARA DEFESAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, ETC. E TAMBEM COM RELAÇÃO A IDONEIDADE MORAL E PROFISSIONAL.

6) - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

SÃO PAULO, 21 DE JANEIRO DE 2000.

7) - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:


PAULO NUNES DE OLIVEIRA
GER. ADMINST. PESSOAL

Antônio

CARTÓRIO GUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática contém a original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11-ABR-2000

Em, Sinal  da Verdade

sep

H

- 72 11-20



0

AGROPECUÁRIA IRIRI LTDA.
Al. Santos, 1.800 - 1º andar - Cerqueira Cesar - SP
Cep 01418-200 - Fone 284-9544

15 306
34
F15278
T

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1) - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA.

2) - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA;

EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO;

3) - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

(05) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS VARAS DO TRABALHO DE BELÉM E INTERIORES, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NOS PROCEDIMENTOS EXECUTÓRIOS;

4) - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 01/12/96 ATÉ A PRESENTE DATA:

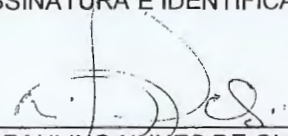
5) - PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

DESDE O INÍCIO DOS TRABALHOS COMO PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA NOSSA EMPRESA, VÊM DEMONSTRANDO CAPACIDADE TÉCNICA E PROFISSIONAL, ATENDENDO A CONTEÚTO AS NOSSAS NECESSIDADES, COM RELAÇÃO A PRAZOS PARA DEFESAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, ETC. E TAMBÉM COM RELAÇÃO A IDONEIDADE MORAL E PROFISSIONAL.

6) - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

SÃO PAULO, 21 DE JANEIRO DE 2000.

7) - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:

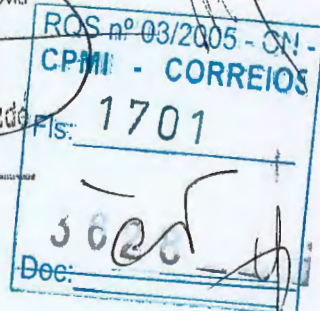

PAULINO NUNES DE OLIVEIRA
GER. ADMINST. PESSOAL

CARLORIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que o presente documento
Fotostático confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sigei

da Verdade



Participação e Administração Ltda.

SUPRA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1 - SUPRA PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA., empresa com sede na Capital do Estado de São Paulo, na rua da Consolação, 247 11º andar, inscrita no CNPJ/MF. Sob o nº 62.204.631/0001-80, declara para os devidos fins de direito que, o escritório de advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C. LTDA.,** vêm lhes prestando assessoria jurídica, conforme abaixo discriminado :

2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO :

- Serviços advocatícios na área cível e comercial, com a elaboração de defesas e propositura de ações diversas, acompanhamento de processos, participação em audiências, interposição de recursos, oposição de embargos ao devedor, impetração de mandado de segurança, e outros incidentes processuais.

3 - VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE :

- (2) mandados de segurança, desde a impetração, acompanhamento e interposição de recursos especial e extraordinário;
- (1) ação ordinária ajuizada pelo escritório, patrocinada desde a elaboração da ação até a interposição de recursos em todas as instâncias.

4 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS : 03.04.1997 até a presente data.

5 - PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS :

Estamos muito satisfeitos com os resultados dos serviços prestados pelo escritório **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C. LTDA.,** que conta com profissionais do mais elevado nível técnico, além da agilidade na solução de nossos problemas.

Rua da Consolação, 247 - 11º andar CEP 01301-903 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 257-6744 - Fax.: (11) 259-6190

Fls: 301
35
FL: 379
C

af

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
1702
Fls: 3628
Doc:

SUPRA

Participação e Administração Ltda.

FL 302
36
FL 380
70

6 - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

São Paulo, 19 de Janeiro de 2.000.

7 - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE :

S. Oliveira

SUPRA PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
SUELI FERNANDES DE OLIVEIRA
OAB/SP. 102.739.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3ª Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal */* da Verdade

Rua da Consolação, 247 - 11º andar CEP 01301-903 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 257-6744 - Fax.: (11) 259-6190





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 1- FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- 2- DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:
 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;
- 3- VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:
 - 3 AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO, COM A ELABORAÇÃO DE EMBARGOS, IMPUGNAÇÕES, DEFESAS, RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;
- 4- PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 01 DE SETEMBRO 1998 ATÉ A PRESENTE DATA;
- 5- PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:
 - O ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C, TEM CORRESPONDIDO PLENAMENTE NOSSA ESPECTATIVA, PRESTANDO UM SERVIÇO TÉCNICO ALTAMENTE QUALIFICADO, NOS DANDO TRANQUILIDADE E SEMPRE NOS ATENDENDO COM RAPIDEZ E CÔMPETÊNCIA;
- 6- LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: BELÉM 21 DE JANEIRO DE 2000
- 7- ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:

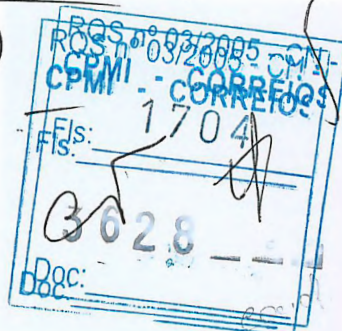
Clara Figueiredo E. Tamar
LUMIAR - MALHARIA

Trav. Padre Eutíquio 1754 – Fones: 222-4223 / 222-1874
CEP:66.025-030 – Belém - Pará

Antônio
CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Oficial de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autenticamos esta via

11 ABR 2000

Antônio
Em, Sinal... da Verdade



Imperador das Máquinas Ltda.

Tudo em Material de Refrigeração Comercial e Industrial,
Compressores, Aparelhos de Ar Condicionado, Bebedouros,
Geladeiras, Freezes, Fogões, Máquinas de Lavar e etc...

Belém, Pa., 20 de janeiro de 2000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE PRESTOU SERVIÇO

FREIRE FIGUEIREDO E MELÉM S/C LTDA.

1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

* EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO.

* SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSTURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS.

2: VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVAMENTE

*(05) AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS.

3: PERÍODO DE REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS 01/10/94 ATÉ A PRESENTE DATA.



Imperador das Máquinas Ltda.

Tudo em Material de Refrigeração Comercial e Industrial,
Compressores, Aparelhos de Ar Condicionado, Bebedouros,
Geladeiras, Freezers, Fogões, Máquinas de Lavar e etc..

FLS 39

39
FLS 383
M

4: PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

* ATENDE AS NECESSIDADES DA EMPRESA

5: LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

* BELÉM, 120 DE JANEIRO DE 2000

6: ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE.

IMPERADOR DAS MÁQUINAS LTDA.

Maria do Carmo G. de Almeida

IMPERADOR DAS MÁQUINAS LTDA.

Autentica

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11-ABR-2000

Em, Sinal 4 da Verdade

dep

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1206
3628
Doc:

PRINCIPE REFRIGERAÇÃO COM. E SERV. LTDA.
Tudo em Materiais de Refrigeração Aparelhos de Ar Condicionado,
Bebedouros, Tubos de Cobre, Compressores em Geral

Belém, Pa., 20 de janeiro de 2000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE PRESTOU
SERVIÇO.

FREIRE FIGUEIREDO E MELÉM S/C LTDA.

1: DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

*SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E
COMER
CIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSITURA
DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCES-
SOS PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS. INTERPOSIÇÃO
DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO
DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE
SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS.

2: VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA
E QUANTITATIVAMENTE

*(04) AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO COM A ELABORAÇÃO
DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDI-
ÊNCIAS.

*(02) AÇÕES ORDINÁRIAS AJUIZADAS OU DEFINIDAS
PELO ESCRITÓRIO, PATROCINADAS DESDE A ELABORA-
ÇÃO
DA
AÇÃO
OU DA DEFESA ATÉ A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TO-
DAS AS INSTÂNCIAS.

3: PERÍODO DE REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS 01/11/94 ATÉ
A PRESENTE DATA.



PRINCIPE REFRIGERAÇÃO COM. E SERV. LTDA.

Tudo em Materiais de Refrigeração Aparelhos de Ar Condicionado,
Bebedouros, Tubos de Cobre, Compressores em Geral

FLS 385
41
FLS 385
C

4: PRONUNCIAMENTO QUANTO A QUALIDADE DOS
SERVIÇOS PRESTADOS.

* ATENDE AS NECESSIDADES DA EMPRESA

5: LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO
DE CAPACIDADE TÉCNICA.

* BELÉM, 20 DE JANEIRO DE 2000

6: ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE.

Antônio
Rita de Cássia E. de Souza
PRINCIPE REF. COM. E SERV. LTDA.
PRINCIPE REFRIGERAÇÃO COM. E SERV. LTDA.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática contém com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2002

Em, Sinal */* da Verdade

sep
ky



TODAY

Participações Ltda.

0

FL 305

42

FL 306

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 1) - Nome ou razão social da firma que executou o serviço:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA.
- 2) - Descrição do serviço executado:
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS;
- 3) - Volume do serviço executado qualitativa e quantitativamente:
(01) MANDADO DE SEGURANÇA, DESDE A IMPETRAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO;
(02) AÇÕES ORDINÁRIAS AJUIZADAS OU DEFENDIDAS PELO ESCRITÓRIO, PATROCINADAS DESDE A ELABORAÇÃO DA AÇÃO OU DA DEFESA ATÉ A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS;
- 4) - Período de realização dos serviços:
12 DE NOVEMBRO DE 1.997 ATÉ A PRESENTE DATA; ✓
- 5) - Pronunciamento quanto à qualidade dos serviços prestados:
A FIRMA, NA PESSOA DA DRA. CARLA N. JORGE MELÉM SOUZA, TEM APRESENTADO UM BOM SERVIÇO E ATENDIMENTO, DE FORMA ÉTICA E PROFISSIONALMENTE CORRETOS, SEM QUALQUER RESTRIÇÃO DE NOSSA PARTE SOBRE A SUA CONDUTA MORAL E CAPACIDADE TÉCNICA, NADA HAVENDO QUE POSSA DESABONÁ-LOS, ATÉ A PRESENTE DATA.
- 6) Santana de Parnaíba - SP, 20 de Janeiro de 2.000.
- 7) **TODAY PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Sergio Miyamoto
SERGIO MIYAMOTO

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autenticado esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal _____ da Verdade

Antônio
AL. FORTES LT. L. L. TAMBORE
CARTÓRIO DE PARNÁIBA
TEL. (11) 7000.0000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1709
3628
Doc. _____
Doc. _____



BELÉM, 20 DE JANEIRO DE 2000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO

FREIRE FIGUEIREDO E MELÉM S/C LTDA.

1: DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

*EMISSION DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO.

*SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO E SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS.

2: VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE.

(2) AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS.

HAICK COM LTDA

CNPJ 02890541/0001-68 - IE 15.202.678-9

RUA 28 DE SETEMBRO, 1036 - REDUTO - BELÉM- PA CEP 66053-350 - TELFAX: (091) 224 2932 / 224 2876





FL 218

44

FL 368

3: PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: 05/05/99 ATÉ A PRESENTE DATA.

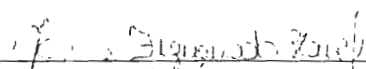
4: PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

*ATENDE AS NECESSIDADES DA EMPRESA.

5: LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

*BELÉM, 20 DE JANEIRO DE 2000

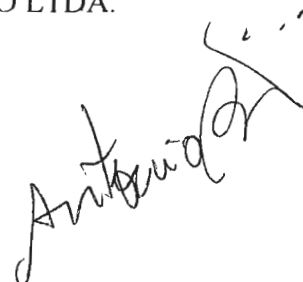
6: ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE.

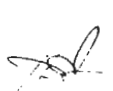

HAICK COMÉRCIO LTDA.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que se foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal da Verdade





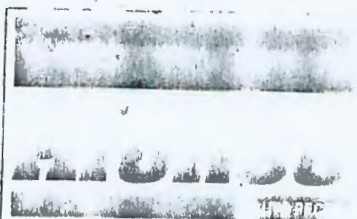


HAICK COM LTDA

CNPJ 02890541/0001-68 - IE 15.202.678-9

RUA 28 DE SETEMBRO, 1036 - REDUTO - BELÉM- PA CEP 66053-350 - TELFAX : (091) 224-2932 / 224 2876

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1711
3628
Doc:



Fl. 271
25
FLS 389
Cul

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C LTDA

ATESTAMOS QUE A FIRMA SUPRA CITADA EXECUTA AS SEGUINTE FUNÇÕES A SEGUIR :

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA;
- EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA, E OUTROS INCIDENTES PROCESSUAIS;

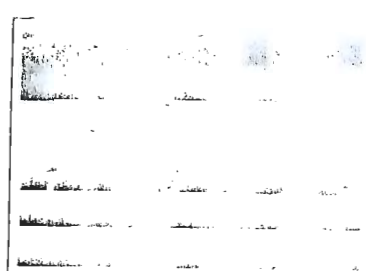
VOLUME DO SERVIÇO EXECUTADO QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE;

- 2 (DUAS) AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIA;

[Handwritten signatures and initials]

cf

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1712 |
| Doc: | 3628 |



OK.

16/1/2000

46
FLS-390
[Signature]

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 05/05/1995 ATÉ A PRESENTE DATA;

**RATIFICAMOS AINDA QUE O EMPENHO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
PRESTADOS É DE EXTRAORDINÁRIA COMPETÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE
PROFUNDO CONHECIMENTO JURÍDICO.**

BELÉM(PA) 20 DE JANEIRO DE 2.000

Márcia F. Pinheiro
IMPERADOR DAS TINTAS PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOS LTDA.

Antônio

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal *[Signature]* da Verdade

[Signature]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1713

3628

Doc: *[Signature]*

CS

0

FLS: 391

47

PANIFICADORA CONTINENTAL LTDA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – ELEMENTOS

1 – NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS;

2 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM O AJUIZAMENTO DE AÇÕES CONSIGNATÓRIAS, ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA, PROPOSITURA E DEFESA EM AÇÃO RESCISÓRIA, AUTUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTOS À DRT/PA E INSS;
- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;

3 – VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 07 RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM E DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ, COM ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO;

4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: DE 27 DE OUTUBRO DE 1998 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 – PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS: OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ADVOGADOS DO ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C POSSUEM EXCELENTE QUALIDADE TÉCNICA E PELOS QUAIS NADA TEMOS A RECLAMAR.

6 – LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: BELÉM, 21 DE JANEIRO DE 2000

7 – ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:

Panificadora e Confeitaria Continental Ltda.
CGC 04.806.980/0001-75
PANIFICADORA CONTINENTAL LTDA.
Sócio-gerente

aul

| |
|------------------------|
| RQS nº 03/2005 - GN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1714 |
| 3628 |
| Doc: |

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1 – NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO:

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS.

2 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTA, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA, ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTOS À DRT/PA E INSS;

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA FISCAL, COM A ELABORAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECURSOS DIVERSOS, INTERPOSIÇÃO DE DEFESAS E ACOMPANHAMENTO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS.

3 – VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE:

- 61(SESSENTA E UMA) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, COM ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO;

Supermercados Premium Ltda.

- 03(TRÊS) AÇÕES CÍVEIS DE EXECUÇÃO, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS;

- 05(CINCO) EXECUÇÕES FISCAIS PROPOSTAS CONTRA A EMPRESA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL, COM A INDICAÇÃO DE BEM À PENHORA E OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR;

- 03(TRÊS) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTO À DRT, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESA E RECURSO ADMINISTRATIVO;

4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

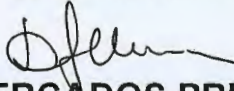
- DE 05 DE OUTUBRO DE 1998 ATÉ A PRESENTE DATA.

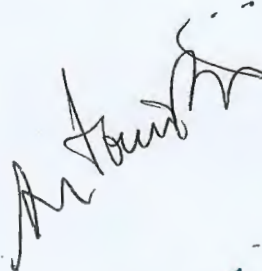
5 – PRONUNCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

- ATESTAMOS QUE TODOS OS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS QUE NOS FOI PRESTADO POR FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS CORRESPONDERAM AS NOSSAS EXPECTATIVAS DEIXANDO-NOS SATISFEITOS COM OS RESULTADOS APRESENTADOS.

6 – LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- BELÉM – PARÁ, 18 DE JANEIRO DE 2000.


SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA
CNPJ: 00.791.940/0001-46




| |
|--|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1716 |
| Doc:  |
| 3628 |
| PREMIUM |

Supermercados Premium Ltda.



PLS-394
7
Cul

50

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ELEMENTOS

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL DA FIRMA QUE EXECUTOU O SERVIÇO :
FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS ;

2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO :

- SERVIÇOS AVOCATÍCIOS NA ÁREA TRABALHISTA, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS, EMISSÃO DE PARECERES SOBRE TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA, ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTOS À DRT/PA E INSS ;

- SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ÁREA CÍVEL E COMERCIAL, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PROPOSITURA DE AÇÕES DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, OPOSIÇÃO DE EMBARGO DO DEVEDOR.

3 - VOLUME DOS SERVIÇOS EXECUTADOS QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE :

- 04 RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS NAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, COM ELABORAÇÃO DE DEFESAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE DEFESAS E RECURSOS NO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO ;

Antônio

gl

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 171
3628
Doc: _____

- 02 AÇÕES CÍVEIS, SENDO UMA DE IDENIZAÇÃO E OUTRA DE DESPEJO, COM A ELABORAÇÃO DE DEFESAS E ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS.

FLS: 395
51

4 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS : DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 ATÉ A PRESENTE DATA.

5 - PRONUCIAMENTO QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

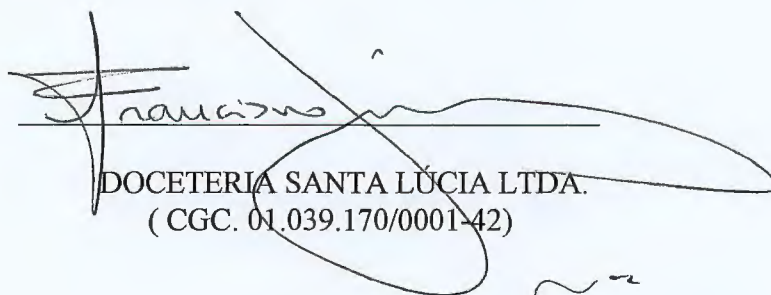
O ESCRITÓRIO FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, TEM CORRESPONDIDO PLENAMENTE NOSSAS ESPECTATIVAS, PRESTANDO UM SERVIÇO TÉCNICO ALTAMENTE QUALIFICADO, NOS DANDO TRANQUILIDADE E SEMPRE NOS ATENDENDO COM RAPIDEZ E COMPETÊNCIA.

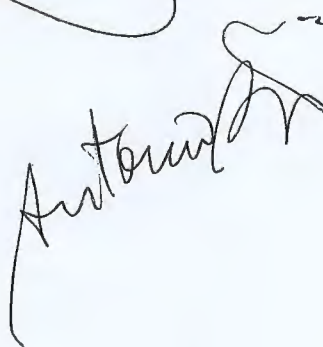
6 - LOCAL E DATA DA EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

BELÉM, 16 DE JANEIRO DE 2000.

7 - ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE :

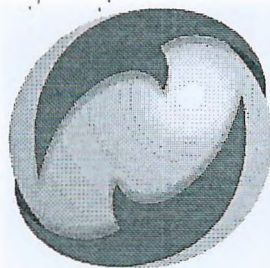
DOCETEIRA SANTA LÚCIA LTDA - TRAV. ALM. WANDENCOLK, 751 - NAZARÉ E DOCA BOLERVARD - LOJA 32.


DOCETERIA SANTA LÚCIA LTDA.
(CGC. 01.039.170/0001-42)



aul

POSTO 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1718
3628
Doc: _____



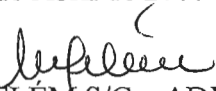
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

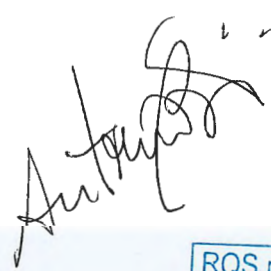
FL. 396
52

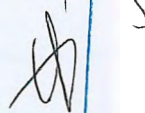
PROPOSTA TÉCNICA

D.3} ATUAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, COMPROVADA MEDIANTE CERTIDÃO ESPECÍFICA, EM PAPEL TIMBRADO, DA JUSTIÇA FEDERAL, IDENTIFICANDO OS NÚMEROS DOS PROCESSOS.

Belém, 20 de Abril de 2000


P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522




RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1719 4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 01/99 - NUCJU

MARILENE CARVALHO DA SILVA,
Diretora do Núcleo Judiciário da Justiça
Federal de Primeira Instância - Seção
Judiciária do Pará, por nomeação legal,
etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que
me são conferidas por lei e a requerimento de **HUMBERTO LUIZ DE
CARVALHO COSTA**, brasileiro, OAB/PA nº 8755, devidamente despachado
pelo Exmº. Sr. Juiz Federal Diretor do Foro, que consultando o Sistema de
Controle Processual desta Seção Judiciária, encontrei os seguintes feitos
distribuídos sob o patrocínio do advogado **JOSÉ AUGUSTO FREIRE
FIGUEIREDO, OAB/PA 6557**:

| PROCESSO | VA
RA | CLASSE | FASE PROCESSUAL | REMESSA
AO ARQUIVO |
|-----------|----------|---|---------------------------|-----------------------|
| 93.3626-2 | 4ª | AÇÃO DE
CONSIGNAÇÃO
DE
PAGAMENTO | ARQUIVADO | 06/06/99 |
| 93.3871-0 | 5ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | CONCLUSOS P/ SENTENÇA | XXXXXXXX |
| 93.4496-6 | 1ª | AÇÃO DE
CONSIGNAÇÃO
DE
PAGAMENTO | CONCLUSOS P/ SENTENÇA | XXXXXXXX |
| 94.2945-4 | 5ª | AÇÃO
CAUTELAR
INOMINADA | REMETIDOS AO TRF S/ BAIXA | XXXXXXXX |
| 94.4186-1 | 5ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO | XXXXXXXX |
| 95.110-1 | 4ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | ARQUIVADO | 11/09/95 |
| 96.2512-6 | 2ª | AGRAVO DE
INSTRUMENTO | REMETIDO AO TRF S/BAIXA | XXXXXXXX |

RQS nº 08/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 3720
3620
Doc:

| | | | | |
|---------------------------------------|-----|----------------------------|---|------------|
| 97.1446-8 | 6ª | EXECUÇÃO DIVERSA | MANDADO: REMETIDO CENTRAL | XXXXXXXXXX |
| 97.4736-9 | 6ª | EXECUÇÃO DIVERSA | SUSPENSÃO PROCESSO CIVIL - ORDENADA | XXXXXXXXXX |
| 98.620-3 | 4ª | AÇÃO CAUTELAR INOMINADA | REMETIDO AO TRF S/BAIXA | XXXXXXXXXX |
| 98.8851-3
<i>repetido FLS: 405</i> | 4ª | EXECUÇÃO DIVERSA | DEVOLVIDOS C/ DECISÃO | XXXXXXXXXX |
| 98.2921-9 | 4ª | AÇÃO ORDINÁRIA | PETIÇÃO/OFCIO/DOCUMENTO: RECEB. EM SECRETARIA | XXXXXXXXXX |
| 99.3823-7
<i>repetido FLS: 404</i> | 3ª | EMBARGOS A EXECUÇÃO | DEVOLVIDOS C/ DESPACHO | XXXXXXXXXX |
| 99.4853-2
<i>repetido FLS: 404</i> | 3ª | AÇÃO ORDINÁRIA/ TRIBUTARIA | CITAÇÃO POR OFICIAL | XXXXXXXXXX |
| 1999.39.02.000498-4 | 101 | AÇÃO DIVERSA | INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO | XXXXXXXXXX |
| 1999.39.02.000499-7 | 101 | AÇÃO DIVERSA | INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO | XXXXXXXXXX |
| 2000.39.00.000122-5 | 4ª | AÇÃO ORDINÁRIA | REMETIDOS VARA PELA DISTRIBUIÇÃO | XXXXXXXXXX |

O referido é verdade e dou fé. Belém, em 25 de janeiro de 2000. Eu, Sonia Suely de Almeida Campelo, (Sonia Suely de Almeida Campelo), Supervisora da Seção de Certidão, digitei e conferi. E eu, Marilene Carvalho da Silva, (Marilene Carvalho da Silva), Diretora do Núcleo Judiciário, reconferi e subscrevo.

MARILENE CARVALHO DA SILVA

Diretora do Núcleo Judiciário

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3ª Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autenticou esta via

11 ABR 2000

da Verdade



RQS nº 03/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
Fls: 1721
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 02/99 - NUCJU

MARILENE CARVALHO DA SILVA,
Diretora do Núcleo Judiciário da Justiça
Federal de Primeira Instância - Seção
Judiciária do Pará, por nomeação legal,
etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que
me são conferidas por lei e a requerimento de **HUMBERTO LUIZ DE
CARVALHO COSTA**, brasileiro, OAB/Pa nº 8755, devidamente despachado
pelo Exmº. Sr. Juiz Federal Diretor do Foro, que consultando o Sistema de
Controle Processual desta Seção Judiciária, encontrei os seguintes feitos
distribuídos sob o patrocínio da advogada **CARLA NAZARÉ JORGE
MELEM SOUZA, OAB/PA 6522**:

| PROCESSO | VARA | CLASSE | FASE PROCESSUAL | REMESSA
AO ARQUIVO |
|-----------|------|----------------------|--|-----------------------|
| 93.5015-0 | 5ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | ARQUIVADO | 29/01/97 |
| 94.4366-0 | 2ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | ARQUIVADO | 29/03/96 |
| 94.1232-2 | 4ª | AÇÃO
TRABALHISTAS | ARQUIVADO | 21/01/97 |
| 96.4871+1 | 5ª | AÇÃO
CAUTELAR | REMETIDOS AO TRF S/
BAIXA COM RECURSO | XXXXXXXX |
| 96.7142-0 | 2ª | AÇÃO
CAUTELAR | ARQUIVADO | 03/03/98 |
| 96.8153-0 | 2ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | REMETIDOS AO TRF S/
BAIXA | XXXXXXXX |
| 97.6189-0 | 6ª | EXEC. DIVERSAS | INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO | XXXXXXXX |
| 97.6190-8 | 7ª | EXEC. DIVERSAS | CARTA PRECAT. EXPED. | XXXXXXXX |
| 99.2726-4 | 2ª | AÇÃO
ORDINÁRIA | INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO | XXXXXX |

repetido da
certidão anterior

REPETIDO
FLS: 402

RES. 03/2005 - CNJ
CPMI - CORREIOS
Fls: 172
3028

O referido é verdade e dou fé. Belém, em 25 de janeiro de 2000. Eu, Sonia Suely de Almeida Campelo, Supervisora da Seção de Certidão, digitei e conferi. E eu, Marilene Carvalho da Silva, Diretora do Núcleo Judiciário, reconferi e subscrevo.

MARILENE CARVALHO DA SILVA
Diretora do Núcleo Judiciário



CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal da Verdade

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. 723
3628
Doc:



FU 314

FU 401

57

C E R T I D ã O

Eu, **ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES**, Diretor de Secretaria da 1.ª Vara da Seção Judiciária do Pará, por nomeação legal etc. **CERTIFICO**, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que revi o expediente a meu cargo e constatei que, nos autos da **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**, Processo nº 93.4496-6, Classe 5101, requerente: **KUNIHIRO SAITO**, requerido: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, o Dr. **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, OAB/PA nº 6557 e a Dra. **CARLA NAZARÉ DA GAMA JORGE MELÉM**, OAB/PA nº 6522, encontram-se habilitados como procuradores do requerente, consoante procuração de fls. 09 dos autos principais e substabelecimento de fls. 41 dos autos suplementares. Certifico, ainda, que consta no mesmo substabelecimento o nome do peticionante **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA** unicamente na condição de acadêmico estagiário. Dou fê. Secretaria da 1.ª Vara, Seção Judiciária do Pará, aos dezoito dias do mês de janeiro do ano dois mil.

Antônio Arthur Barros Mendes
ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES

Diretor de Secretaria da 1ª Vara

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3ª Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11-ABR-2005

Em, Sinal */* da Verdade

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1724
Fls: *1724*
3628
Doc: *1724*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

C E R T I D ã O

Eu, ROSE MAY BRARYMI BORGES, Diretora
de Secretaria da 2ª Vara da Seção Judiciária do
Estado do Pará, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que
me são conferidas por lei, e a requerimento da parte interessada, que os Drs.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, OAB/PA 6557, **CARLA**
NAZARÉ JORGE MÉLEM DE SOUZA, OAB/PA 6522, e
HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, OAB/PA 8755, atuam
como advogados legalmente constituídos nos autos da Ação Ordinária,
processo nº 992726-4, que MARIA ROSA OLIVEIRA DE LACERDA
move contra UNIÃO FEDERAL, que tramita regularmente perante esta
Vara Federal. O referido é verdade e dou fé. *****

Belém, 24 de janeiro de 2000.

ROSE MAY B. BORGES
Diretora de Secretaria da 2ª Vara



CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3ª Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé, que o presente contém
fotocópia correta com o original que me foi
exibido, autêntico, pelo que autenticado por via

11 ABR 2000

Em, Signat. da Verdade

RQS nº 03/2006 - CN -
CPMI CORREIOS
Fls. 725
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
3ª VARA FEDERAL

FL. 313

FL. 403

59

CERTIDÃO Nº 001/2000

Eu, **KEISE MARIA MATOS FALCO**, Bacharela em Direito, no exercício de Diretoria da Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Pará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me foram conferidas por lei, e a requerimento do Advogado **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8755, que o ilustríssimo patrono **atua profissionalmente** nesta 3ª vara na **AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS** (Classe 1500), processo nº **1998.39.00.005028-0**, distribuído em 12/05/98, em que figuram como partes **PAULO ALVES DA COSTA e OUTROS (Autores) e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (Ré)**, pela qual os Autores objetivam o pagamento das diferenças da correção monetária às contas vinculadas de FGTS. **Atualmente** os autos se encontram na fase de conclusão para sentença. O referido é verdade e dou fé.

Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil.

Keise Maria Matos Falco
KEISE MARIA MATOS FALCO
Diretora de Secretaria da 3ª Vara, em exercício

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que o presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal *[assinatura]* da Verdade

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1726
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
3ª VARA FEDERAL

115 312
FIS: 404
60

CERTIDÃO Nº 002/2000

Eu, **KEISE MARIA MATOS FALCO**, Bacharela em Direito, no exercício de Diretoria da Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Pará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me foram conferidas por lei, e a requerimento dos Advogados **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA** e **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, inscritos na OAB/PA, respectivamente, sob os nº 6557, 6522 e 8755, que os ilustríssimos patronos **atuam profissionalmente** nesta 3ª vara na **AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA** (Classe 1100), processo nº **1999.39.00.004853-2**, distribuído em 21/07/99, em que figuram como partes **MULTICORP CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA (Autora)** e **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) (Ré)**, pela qual a Autora objetiva a anulação da cobrança judicial de débito fiscal apurado no processo administrativo fiscal nº 10.280.211375/96-46. **Atualmente** os autos aguardam contestação da Fazenda Nacional. O referido é verdade e dou fé.

Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, aos dezanove dias do mês de janeiro de dois mil.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta na

11 ABR 2000

Em, Sinal

da Verdade

Keise Maria Matos Falco
KEISE MARIA MATOS FALCO
Diretora de Secretaria da 3ª Vara, em exercício

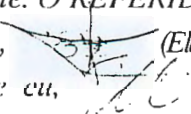
CRQS nº 03/2005 - CN -
CPMI CORREIOS
Fis: 1727
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Estado do Pará
4ª Vara

WALDIR BORGES CORRÊA, Diretor de
Secretaria desta Vara Federal, no uso de
suas atribuições legais etc.

C E R T I F I C A, a pedido dos advogados **Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO** (OAB/PA nº 6557), e **Dra. CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA** (OAB/PA nº 6522), que em consulta aos registros da Secretaria a seu cargo constatou que os requerentes supra citados, vem exercendo a advocacia, há, pelo menos, **02 (dois) anos**, tal como se verificou em diversas ações em trâmite neste Juízo, dentre elas a Ação Ordinária, proc. nº 96.5046-4, proposta por FRANCISCO JANUÁRIO DO NASCIMENTO contra o DNER, na qual, ambos os supra citados figuram como procuradores da parte autora; assim como a Ação de Execução Diversa por Título Judicial, proc. nº 98.8851-3, em que figuram como exequente GERALDO ROTA E OUTRO e como executada a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qual o Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO é procurador da parte exequente. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Belém/PA, 19.01.2000. Eu,  (Eldor Brasil Duarte), Técnico Judiciário, elaborei e conferi, e eu,  (Waldir Borges Corrêa), Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevo.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me
foi exibido nesta data, para que autentico esta via.

11 ABR 2000

Em, Sinal _____ da Verdade

WALDIR BORGES CORRÊA
Diretor de Secretaria da 4ª Vara

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fls: _____
3628
Doc: _____



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
PRIMEIRA REGIÃO - ESTADO DO PARÁ
JUÍZO DA QUINTA VARA

FL 323

FL 400

62

CERTIDÃO

Eu, **Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo**, Diretor de Secretaria da Quinta Vara, no uso de minhas atribuições legais.

CERTIFICO, a requerimento da interessada, que, consultando o sistema de módulos e rotinas desta Seção Judiciária, constatei que a advogada **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA, OAB/PA Nº 6522**, patrocina as causas ajuizadas sob os nºs **94.3411- 3, 95.7009- 0, 95.6400- 6, 96.4871-1, 96.5494- 0, 93.5015- 0**, todas em curso nesta Quinta Vara. Dou fé.

Belém, 17 de janeiro de 2000.

Cheluy
Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo
Diretor de Secretaria

CARTÓRIO JUDICIAL
3º Ofício de Not. e Rec.
Certidão e cópia de 2ª e 3ª via
Fotostática conferida com o original que foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 APR 2000

Em, Sinal *da Verdade*

RQS nº 03/2005 CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1729
3620
Doc:



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
PRIMEIRA REGIÃO - ESTADO DO PARÁ
JUÍZO DA QUINTA VARA

1.322
Fls 407
63

CERTIDÃO

Eu, **Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo**, Diretor de Secretaria da Quinta Vara, no uso de minhas atribuições legais.

CERTIFICO, a requerimento do interessado, que, consultando o sistema de módulos e rotinas desta Seção Judiciária, constatei que o advogado **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, OAB/PA Nº 8755**, patrocina a causa ajuizada sob o nº **95.7009-0**, em curso nesta Quinta Vara. Dou fé.

Belém, 17 de janeiro de 2000.

F. Rabelo
Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo
Diretor de Secretaria

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

11 ABR 2000

Em, Sinal. *[assinatura]* da Verdade

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1730
3628
Doc: *[assinatura]*



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
PRIMEIRA REGIÃO - ESTADO DO PARÁ
JUÍZO DA QUINTA VARA

F 321
1
FLS 400
64

CERTIDÃO

Eu, **Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo**, Diretor de Secretaria da Quinta Vara, no uso de minhas atribuições legais.

CERTIFICO, a requerimento do interessado, que, consultando o sistema de módulos e rotinas desta Seção Judiciária, constatei que o advogado **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, OAB/PA Nº 6557**, patrocina as causas ajuizadas sob os nºs 93.3871-0, 94.2945-4, e 94.4186-1, todas em curso nesta Quinta Vara. Dou fé.

Belém, 17 de janeiro de 2000

C. Rabelo

Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo
Diretor de Secretaria

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA

Certifico a dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nestas datas, pelo que autentico esta via

11 ABR. 2000

Em Sinal da Verdade

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 173
3028
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - 6ª VARA

Seção Judiciária do Estado do Pará
6ª Vara

ANTENOR DOS REIS MONTE, Diretor de Secretaria desta Vara Federal, no uso de suas atribuições legais etc.

CERTIFICA, a pedido dos Srs. Advogados: **José Augusto Freire Figueiredo**, **Carla Nazaré Jorge Melém de Souza** e **Humberto Luiz de Carvalho Costa**, inscritos na OAB/PA sob os nº 6657, 6652, 8755, respectivamente, que em consulta aos registros da Secretaria a seu cargo, mais especificamente nos autos dos processos de nº 00.36077-5, 94.4122-5, 96.7734-7, 94.3935-2, 95.8124-5, 00.35197-0, 00.34633-0, 89.0624-0, 93.0004-7, 97.1446-8, 97.6189-0, 97.4736-9, 91.3179-8, 00.35049-4, 97.8298-0, 99.4854-5, que figura como parte a Caixa Econômica Federal-CEF, constatou-se que exercem a advocacia como Procuradores da Caixa Econômica Federal, a mais de 2 (dois) anos, os seguintes requerentes: **José Augusto Freire Figueiredo** e **Carla Melém de Souza**, OAB/PA nº 6657 e 6652, respectivamente. Certifico, ainda, que nos autos do processo nº 99.4854-5 nenhum dos requerentes constam como patronos da CEF. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Belém/PA, 26 / 01 / 2000. Eu, Antenor dos Reis Monte (Vinicius Noronha da Costa), Técnico Judiciário, elaborei e conferi, e eu, Antenor dos Reis Monte, Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevo.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

11 ABR 2000

Em, Sinal

da Verdade

ANTENOR DOS REIS MONTE
Diretor de Secretaria da 6ª Vara

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1732
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - 7ª VARA
Rua Domingos Marreiros, 598, Belém/PA.
CEP: 66055-210. Fone/Fax: 241.2921

FLS 320
PLS 410
66

CERTIDÃO

Eu, **Laurimar dos Santos Rodrigues**,
Diretora de Secretaria da 7ª Vara, no uso de
minhas atribuições legais...

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que
os Advogado(a)s **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, OAB/PA nº 6557,
CARLA NAZARÉ JORGE MELEM DE SOUZA, OAB/PA 6522 e **HUMBERTO
LUIZ DE CARVALHO COSTA**, OAB/PA nº 8755, atuam efetivamente nos processos
abaixo relacionados, todos em tramitação neste Juízo, a partir das datas especificadas
nos respectivos processos:

| Processos | Data |
|------------|----------|
| 97.7125/9 | 26/04/99 |
| 09.3823/7 | 02/06/99 |
| 00.35196.2 | 06/08/97 |
| 97.6190.8 | 08/08/97 |
| 92.1582.4 | 07/05/97 |
| 95.8024.9 | 05/06/97 |
| 93.4436.2 | 07/05/97 |
| 89.1692.0 | 25/06/97 |
| 94.3981.6 | 05/06/97 |
| 00.34684.5 | 24/11/99 |
| 00.36155.0 | 25/06/97 |

O referido é verdade. Dou fé.

Belém, 18 de janeiro de 2000.

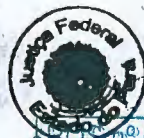
Laurimar dos Santos Rodrigues
Diretora de Secretaria da 7ª Vara

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática condiz com o original que me foi
exibido nesta data, para que autentica esta via.

11 ABR 2000

Em, Sinal

da Verdade



RECIBO nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
16/3/05
Els:
3628
Doc:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SUBSEÇÃO DE SANTARÉM**

28

67

FLS. 411
7
el

Eu, JADETE SIQUEIRA DE NIETO,
Bacharela em Direito, Diretora de Secretaria
da Vara Única de Santarém, Seção Judiciária
do Pará, na forma da lei, etc...

Certifico, a requerimento da Dra. CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA, OAB/PA Nº 6522, que revi o expediente a meu cargo e encontrei os processos nºs 00.0010989-4, 00.12772-8, 00.0012974-7, 94.0000634-9, 00.0007429-2, 00.0008716-5, 00.0012782-5, 95.0008223-3, 95.0004908-2, 95.0008225-0, 95.0008215-2, 94.635-7, 90.2318-1, 94.3817-8, 94.3167-0, 94.1170-9, 98.837-0, 99.805-3, 00.12983-6, 00.12878-3, 94.3147-5, 94.5706-7, 94.6163-3, 94.5697-4, 94.3132-7, 90.2022-0, 96.15143-1, 00.35081-8, 94.3000-2, 91.1774-4, 91.28118-8, 93.4665-9, 92.620-5, 00.21748-4, 94.1173-3, 95.2202-8, 00.12869-4, 95.8219-5, 00.12869-4, 95.8214-4, 95.8213-6, 95.8220-9, 96.110-3, 95.16879-0, 99.799-0, 00.7483-7, 89.1674-1, 90.1924-9, 95.8218-7, 93.4459-1, 945704-0, 00.32178-8, 93.4664-0, 96.170-3, 99.498-4, 99.499-7, 99.503-5, 99.504-8, 99.505-0, 99.500-7, 99.501-0, 99.502-2, 99.506-3, 99.507-6, 99.508-9, 99.509-1, 99.510-9, 99.511-1, 99.514-0, 99.515-2, 99.517-8, 99.518-0, 99.519-3, 99.520-0, 99.521-3, 99.522-6, 99.523-9, 99.524-1, 99.512-4, 99.513-7 e 99.516-5, nos quais passou a atuar a partir do mês de agosto de 1999 como mandatário. Dou fé. Secretaria da Vara Única de Santarém, Seção Judiciária do Estado do Pará, em 25 de janeiro de 2000.

Jadete
JADETE SIQUEIRA DE NIETO
Diretora de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1734
Fls: *28*
3628
Doc: *el*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SUBSEÇÃO DE SANTARÉM

Fls. 412
Col

0

68

REPETIDO FOLHA 411

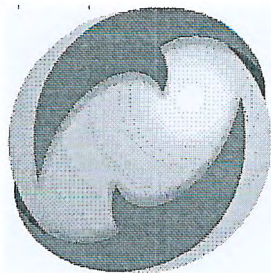
Eu, **JADETE SIQUEIRA DE NIETO**,
Bacharela em Direito, Diretora de Secretaria
da Vara Única de Santarém, Seção Judiciária
do Pará, na forma da lei, etc...

Certifico, a requerimento do Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, OAB/PA Nº 6557, que revi o expediente a meu cargo e encontrei os processos nºs 00.0010989-4, 00.12772-8, 00.0012974-7, 94.0000634-9, 00.0007429-2, 00.0008716-5, 00.0012782-5, 95.0008223-3, 95.0004908-2, 95.0008225-0, 95.0008215-2, 94.635-7, 90.2318-1, 94.3817-8, 94.3167-0, 94.1170-9, 98.837-0, 99.805-3, 00.12983-6, 00.12878-3, 94.3147-5, 94.5706-7, 94.6163-3, 94.5697-4, 94.3132-7, 90.2022-0, 96.15143-1, 00.35081-8, 94.3000-2, 91.1774-4, 91.28118-8, 93.4665-9, 92.620-5, 00.21748-4, 94.1173-3, 95.2202-8, 00.12869-4, 95.8219-5, 00.12869-4, 95.8214-4, 95.8213-6, 95.8220-9, 96.110-3, 95.16879-0, 99.799-0, 00.7483-7, 89.1674-1, 90.1924-9, 95.8218-7, 93.4459-1, 94.5704-0, 00.32178-8, 93.4664-0, 96.170-3, 99.498-4, 99.499-7, 99.503-5, 99.504-8, 99.505-0, 99.500-7, 99.501-0, 99.502-2, 99.506-3, 99.507-6, 99.508-9, 99.509-1, 99.510-9, 99.511-1, 99.514-0, 99.515-2, 99.517-8, 99.518-0, 99.519-3, 99.520-0, 99.521-3, 99.522-6, 99.523-9, 99.524-1, 99.512-4, 99.513-7 e 99.516-5, nos quais passou a atuar a partir do mês de agosto de 1999 como mandatário. Dou fé. Secretaria da Vara Única de Santarém, Seção Judiciária do Estado do Pará, em 25 de janeiro de 2000.

JADETE SIQUEIRA DE NIETO
Diretora de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1735
03628
Doc:

4



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FL: 413
69

PROPOSTA TÉCNICA

D.4} ATUAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, COMPROVADA MEDIANTE CERTIDÃO ESPECÍFICA, EM PAPEL TIMBRADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, IDENTIFICANDO OS NÚMEROS DOS PROCESSOS.

Belém, 20 de Abril de 2000

Carla N. Jorge Melém Souza
P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522

Autenticado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 736
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém
Tv. D. Pedro I, nº 750 - UMARIZAL - CEP 66050-100
BELÉM-ESTADO DO PARÁ

FUS 414
70
Te

8

CERTIDÃO

Em cumprimento ao R. Despacho exarado no requerimento de **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, OAB/PA-6522; HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, OAB/PA-8755; e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, OAB/PA-6557**, advogados, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, com endereço profissional na Av. Generalíssimo Deodoro, 1683, Salas 1101/1104, Bairro de Nazaré, eu, **MARIA MADALENA FARIAS GOMES, Diretora de Secretaria da Primeira Vara do Trabalho de Belém,** **CERTIFICO** que os advogados acima referidos patrocinam interesses das empresas **BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ, LOGOS PRÓ-SAÚDE e SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, conforme relação de Processos: 001-606/98; 001-567/98; 001-1152/98; 001-550/99; 001-1085/99; 001-940/99; 001-1079/99 e 001-1098/99. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil. Eu, *Neucy* Neucy Rodrigues de Oliveira, (Técnica Judiciária), digitei. E, Eu, *Maria* (MARIA MADALENA FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, subscrevi.

Antônio

PROQS nº 03/2005-0N-
CPMI - CORREIOS
FIS 1.737
3628
Doc:



Fls. 415
71

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

17

CERTIDÃO

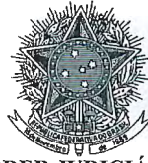
Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento dos advogados CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, inscrita na OAB/PA sob o nº 6522, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA - OAB/PA 8755 e JOSÉ AUGUSTO FREIRE DE FIGUEIREDO - OAB/PA 6557, eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém, Certifico que os referidos advogados, patrocinaram os seguintes processos: PROC. 2ª JCJ-1521/95; 1478/97; 762/98; 263/2000; 233/97; 1226/99; 269/2000; 1851/98; 1075/99; 268/2000; 322/2000; 1066/99; 1663/99; 1837/99; 561/98; 2159/92; 1424/95; 1007/99; 161/2000; 1192/98; 302/2000 e 160/99. O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ. Secretaria da MM. 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, aos 18 dias do mês de abril do ano de e dois mil. Eu

Terezinha de Jesus da Costa Dias Silva, Supervisora de Processos em Geral, digitei. E eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria, subscrevi.

Antonio de Jesus
Diretor de Secretaria



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a blue rectangular stamp with the text: RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS, Fls: 1738, 3628, and Doc:.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

FLS 416
72

CERTIDÃO

Em atendimento ao requerimento formulado por CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, OAB/PA Nº 6522, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, OAB/PA Nº 8755 e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, OAB/PA Nº 6557, com endereço profissional nesta cidade à Av. Generalíssimo Deodoro, 1683, sala 101, eu, NILSON DO CARMO BARROSO, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Belém, CERTIFICO que os requerentes patrocinaram os interesses das empresas reclamadas, conforme procurações outorgadas pelas mesmas, nos processos abaixo relacionados:

| PROCESSO | RECLAMANTE | RECLAMADO |
|--------------------|-----------------------------|-------------------------|
| 3ª VTB-0642/1998-8 | Fernando Augusto Nascimento | Banpará S/A |
| 3ª VTB-0696/1999 | Rosana do Socorro da Silva | Logos Pró-Saúde |
| 3ª VTB-1590/1999-5 | Pedro Ferreira dos Reis | João Garibaldi Viana |
| 3ª VTB-1782/1999-3 | Raimundo José Pereira Filho | Banpará |
| 3ª VTB-1987/1999-X | Messias Sena Costa | Banpará |
| 3ª VTB-2754/1991-2 | Evandro Oliveira Alencar | Themag Engenharia Ltda. |
| 3ª VTB-2276/1992 | José Oliveira de Souza | LOGOS PRÓ-SAÚDE |
| 3ª VTB-718/1995-5 | Guiomar Monteiro da Silva | Hospital da PM do Pará |
| 3ª VTB-1059/1996 | Valdinei Oliveira Balbino | Forestry Madeiras Ltda. |

O referido é verdade e dou fê
Belém, 18 de Abril de 2000

Barroso
Diretor de Secretaria
3ª Vara do Trabalho de Belém

Antônio

dep

4

| |
|----------------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1739 |
| Doc: 3628 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO
=====

Fls. 427
73

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que a Drª. CARLA NAZARÉ MELÉM SOUZA, Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO e Dr. HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, funcionaram como patrono de uma das partes nos autos dos processos conforme abaixo:

4ª VT-1155/1999-9 Reclamante: João do Espírito Santo Carvalho
Reclamado: Supermercados Prêmio Ltda

4ª VT-1609/1999-0 Reclamante: João Batista Bouth Júnior
Reclamado: Televisão Liberal Ltda

4ª VT-1219/1994-7 Reclamante: Samuel Vasconcelos de Carvalho
Reclamado: Mineração São Francisco de Assis

4ª VT-1178/1998-0 Reclamante: Fermin Sucre Gonçalves
Reclamado: Transportes Aero Club Ltda

4ª VT-640/1999-0 Reclamante: José Maria Barros Soares
Reclamado: Transportes Aero Club Ltda

4ª VT-1199/1999-7 Consignante: Banco do Estado do Pará S/A
Consignado: Arivaldo Augusto Abreu Leite

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,
aos 12 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria

Antônio
Jup

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3740
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

=====

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que a Drª. CARLA NAZARÉ MELÉM SOUZA e o Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, funcionaram como patrono de uma das partes nos autos dos processos conforme abaixo:

4ª VT-547/99-X Reclamante: Ruth Monteiro Pereira
Reclamado: Supermercados Prêmio Ltda

4ª VT-1053/1999-1 Reclamante: Kleber Negrão Lobato
Reclamado: Supermercados Prêmio Ltda

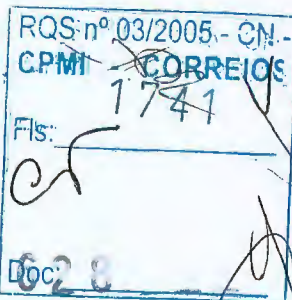
4ª VT-1419/1997-3 Reclamante: Maria Sônia Russo Porchera
Reclamada: Credcard S/A Administradora de Cartões de Crédito Belém.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

aos 12 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

=====

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que o Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, funcionou como patrono do reclamado SUPERMERCADOS PRÊMIO LTDA nos autos do processo nº 4ªVT-1889/1996-0, no qual figura como reclamante Benedito Garcia Gomes.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

aos 12 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria

015.419
75

Substituído

3028

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1742 |
| Doc: |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Fls. 420
C

1 76

Em cumprimento ao que requerido pelos interessados, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que a Drª. CARLA NAZARÉ MELÉM SOUZA, funcionou como patrona da reclamada PANIFICADORA E CONFEITARIA CONTINENTAL LTDA nos autos do Processo nº 4ª 360/1999-5 em que figura como reclamante GELVANDRO DA SILVA NASCIMENTO.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

aos 12 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls: 1743
3628
Doc: _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
CERTIDÃO



FLS. 421
77

CERTIFICO, para os devidos fins, em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento do(a)s Sr(a)s. **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, OAB/PA **6522**, **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, OAB/PA **8755**, **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, OAB/PA **6557**, que os requerentes atuam como Advogados de uma das partes nos Processos abaixo relacionados, conforme procurações outorgadas e constante dos autos:

PROCESSO

1050/96

1549/99

0643/97

1643/98

1634/99

1830/99

1993/99

2029/99

0599/99

1074/99

1119/98

0604/98

1549/99

PARTES

JOILSON DA SILVA LIBAINO

FLORESTDY MADEIRAS LTDA

MARCOS VALÉRIO MONTEIRO PADILHA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

JOSÉ ALEIXO DOS SANTOS

ELDORADO EXP.E SERVIÇOS LTDA

LUZIA RUSSELAKIS CARNEIRO

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

GILMAR BATISTA DOS SANTOS

SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA

CONCEIÇÃO RÉGIA FAVACHO SILVA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

JÚLIO DA SILVA PINHEIRO

TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA

ANTÔNIO ESAÚ DE OLIVEIRA MIRANDA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

FRANCISCO XAVIER DA SILVA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

RAIMUNDO EVARISTO DUTRA DE AMORIM

SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA

RUI ARAÚJO DE MELO

IRMÃOS TEIXEIRA LTDA

ROSA MARIA PINHEIRO DE ALMEIDA

CREDICARD S/A ADM DE CARTÕES DE

CRÉDITO

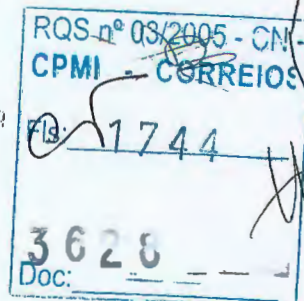
MARCOS VALÉRIO MONTEIRO PADILHA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Secretaria da
5ª Vara do Trabalho de Belém, 18.04.2000.

MARIA JOSÉ COSTA MODA BELTRÃO

Diretora de Secretaria
5ª VT de Belém





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SEXTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Trav. Dom Pedro I, 750 - CEP 66050-100 - Umarizal - Belém-Pará

FLS. 422
78

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, e em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolizada sob o nº 6214 DE 25/01/2000, que o escritório de advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, patrocinou ou patrocina as causas em que são reclamadas **TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA.**; **BANPARÁ**; **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA.**, **MICROLITE S/A**; **VOYAGE TURISMO LTDA.**; **DANTAS E MENDES LTDA.**; **EDMUNDO ROSA DE BRITO** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO SANTOS**, nos processos que tramitam por esta Vara sob os números abaixo relacionados:

| | |
|---|---|
| Processos do
AÉRO CLUB | 469/96; 42/96; 1491/95; 652/99; 883/99; 1490/99 e 1966/91 |
| Processo do
BANPARÁ | 798/98 e 1763/99 |
| Processos do
PREMIUM | 1071/99; 570/99; 1082/99 e 1056/99 |
| Processo da
MICROLITE | 2266/91 |
| Processo da
VOYAGE | 1559/96 |
| Processo de
DANTAS E
MENDES | 1123/92 |
| Processo de
EDMUNDO
BRITO | 379/93 |
| Processo de
JOSÉ SANTOS | 1161/94 |

O REFERIDO É VERDADE. //

Belém, 26 de janeiro de 2000.

[Assinatura]
M. J. Freire Figueiredo
Advogado

[Assinatura]
4

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1745
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SEXTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM
Trav. Dom Pedro I, 750 - CEP 66050-100 - Umarizal - Belém-Pará

FLS. 423
79

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, e em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolizada sob o nº 29956, que o escritório dos advogados **Dr. HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, Dr. JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO E Dra. CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA** patrocina as causas que tramitam por esta Vara sob os números abaixo relacionados:

Processo nº 006-79/2000-6

Reclamante: Antônio Paixão Vieira dos Santos

Reclamado: Transporte Aero Club LTDA.

Processo nº 006-0379/1993-6

Reclamante: Edmundo Rosa de Brito

Reclamado: Agência de Segurança Tapajós LTDA

Processo nº 006-01071/1999

Reclamante: Erivelto Santos da Vera Cruz

Reclamado: Supermercados Premium LTDA

Processo nº 006-0570/1999

Reclamante: Edilson de Lima Garcia

Reclamado: Supermercados Premium LTDA

Processo nº 006-01082/1999

Reclamante: Maria Eliet dos Santos

Reclamado: Supermercados Premium

Processo nº 006-1491/1995 (ARQUIVADO)

Reclamante: Alírio da Silva Moreira

Reclamado: Transportes Aero Club LTDA

Processo nº 006-0652/1999 (ARQUIVADO)

Reclamante: Ivanildo Cordeiro de Albuquerque

Reclamado: Transporte Aero Club LTDA

Processo nº 006-00883/1999 (ARQUIVADO)

Reclamante: Nilton Araújo dos Santos

Reclamado: Transportes Aero Club LTDA



Processo nº 006-1056/1999 (ARQUIVADO)

Reclamante: Terezinha Cravo Sarmiento

Reclamado: Supermercados Premium LTDA

Processo nº 006-1490/1999-1 (ARQUIVADO)

Reclamante: Antônio Carlos de Lima Lopes

Reclamado: Transportes Aero Club LTDA

Processo nº 006-1763/1999-X (ARQUIVADO)

Reclamante: Mena Conceição da Costa Pantoja

Reclamado: Banpará- Banco do Estado do Pará S/A

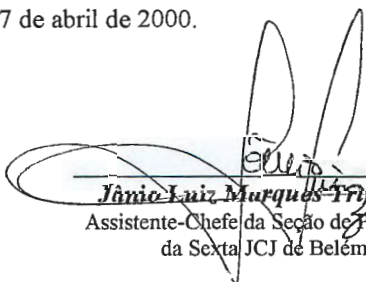
Processo nº 006-1559//1996 (ARQUIVADO)

Reclamante: Maria Souza Silva

Reclamado: Voyage Turismo LTDA

O REFERIDO É VERDADE. //

Belém, 17 de abril de 2000.


Jânio Luiz Marques Trindade
Assistente-Chefe da Seção de Processos
da Sexta JCJ de Belém





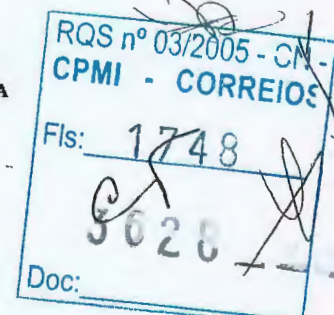



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Atendendo ao requerimento formulado por **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, OAB/PA 6522; HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA, OAB/PA 8755; e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, todos estabelecidos com escritório advocatício na Av. Generalíssimo Deodoro, 1683, sala 101, Nazaré, CEP 66040-140, **eu, MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, Diretor de Secretaria da 009 VARA DO TRABALHO DE BELÉM, CERTIFICO** que, à vista dos fichários e arquivos desta MM. Secretaria, constatamos os seguintes processos patrocinados pelos requerentes:

| | |
|--------------------|-------------------------------------|
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-518/98 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | ANTONIO DE JESUS FIGUEIREDO CARDOSO |
| NOME DO RECLAMADO | BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-1072/99 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | MARIA ELISABET PINHEIRO SANTARÉM |
| NOME DO RECLAMADO | SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-1090/99 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | PEDRO PAULO DOS SANTOS LEMOS |
| NOME DO RECLAMADO | SUPERMERCADOS PREMIUM |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-1441/98 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | BEATRIZ MOLLER PARRY |
| NOME DO RECLAMADO | BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-1779/99 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | SEBASTIANA SUELY DE ARAÚJO BARBOSA |
| NOME DO RECLAMADO | BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-474/99 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | JOSÉ MARIO VAZ |
| NOME DO RECLAMADO | A D OLIVEIRA & COMPANHIA LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-725/95 |
| NOME DO RECLAMANTE | AMANDA DA SILVA JULIÃO |
| NOME DO RECLAMADO | PORTELA COMÉRCIO DE MODAS LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-1043/98 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | ANTONIO JOÃO DE CARVALHO COELHO |
| NOME DO RECLAMADO | SANOFI WINTHROP FARMACÊUTICA LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9a. VTB-634/98 ✓ |
| NOME DO RECLAMANTE | HELVIO DA SILVA DUARTE |
| NOME DO RECLAMADO | CREDVIDA |



NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1248/98 ✓
EDILSON ESPÍRITO SANTO COSTOS
BANCO DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1079/99 ✓
EDSON REGINALDO DOS SANTOS COSTA
SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1069/99 ✓
ODELITA GOMES GONÇALVES
SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1204/98 ✓
FRANCISCO CARLOS SOUZA TERRA
BANPARÁ - BANCO DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1584/99 ✓
JOSEVALDO OLIVEIRA BORGES
SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-731/98 ✓
MARILÉIA BRICIO DE LIMA
H. A. CRISPINO e CREDICARD S/A

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1467/95
ANTONIO LOPES DE OERAS
TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-89/97
ROCK JORGE LOBATO CORREA
A. S. DUARTE

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1467/95
ANTONIO LOPES DE OERAS
TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-1273/99 ✓
CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO
BANPARÁ - BANCO DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

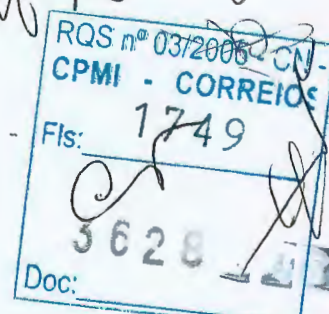
9a. VTB-1097/99 ✓
EDILAIRTON RAMOS CARNEIRO
SUPERMERCADO PREMIUM LTDA

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9a. VTB-910/98
EVARISTO DA SILVA SOUZA
BANPARÁ - BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria da 9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM,
aos 14 dias do mês de abril de 2000.

MARCOS JOSIRAN ALVES DE LIMA
Diretor de Secretaria da 9ª JCCJ de Belém





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento de CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, advogados, inscritos na OAB/PA sob os n.ºs 6522, 8755 e 6557, respectivamente, que os requerentes acima militaram nesta Justiça Especializada nos últimos dois anos, com ATUAÇÃO JUDICIAL, nesta MM. Vara, nas seguintes ações trabalhistas, patrocinando a parte reclamada:

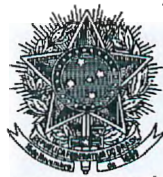
- Proc. 010-94/2000-3.
- Proc. 010-1315/1998.
- Proc. 010-510/1998.
- Proc. 010-1242/1999-5.
- Proc. 010-1070/1999.
- Proc. 010-1068/1999.
- Proc. 010-1420/1999-3.
- Proc. 010-1508/1999-6.
- Proc. 010-1674/1999-1.
- Proc. 010-352/1996.
- Proc. 010-139/1999.
- Proc. 010-533/1998.
- Proc. 010-1024/1999.
- Proc. 010-149/1998.
- Proc. 010-1067/1999.
- Proc. 010-1066/1999.
- Proc. 010-1852/1999-X.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Belém, 17 de abril de 2000.

FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO CARDOSO
Diretor de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento de **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA** e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, advogados, inscritos na OAB/PA sob os nºs 6522, 8755 e 6557, respectivamente, que os requerentes acima militaram nesta Justiça Especializada nos últimos dois anos, com **ATUAÇÃO JUDICIAL**, nesta MM. Vara, nas seguintes ações trabalhistas, patrocinando a parte reclamada:

- Proc. 010-94/2000-3.
- Proc. 010-1315/1998.
- Proc. 010-510/1998.
- Proc. 010- 1242/1999-5.
- Proc. 010-1070/1999.
- Proc. 010-1068/1999.
- Proc. 010-1420/1999-3.
- Proc. 010-1508/1999-6.
- Proc. 010-1674/1999-1.
- Proc. 010-352/1996.
- Proc. 010-139/1999.
- Proc. 010-533/1998.
- Proc. 010-1024/1999.
- Proc. 010-149/1998.
- Proc. 010-1067/1999.
- Proc. 010-1066/1999.
- Proc. 010-1852/1999-X.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Belém, 17 de abril de 2000.

FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO CARDOSO
Diretor de Secretaria

Fls. 428
83

REPETIDO Fls. 427

Antônio

QRS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 2751
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
TV. D. PEDRO I, 746 - CEP 66050-100

PLS. 429
84
Tel

11

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins e atendendo a requerimento do(s) Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522; **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8755; **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) dos Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos dos: **PROC 011-02050/98-5**, com autuação em 27.11.98, em que são partes **MIGUEL ARCÂNGELO ABREU**, reclamante e **PANIFICADORA E CONFEITARIA CONTINENTAL LTDA**, reclamada; **PROC 011-0921/99-9**, com autuação em 04.06.99, em que são partes **ANTÔNIO CARLOS DA COSTA**, reclamante e **A D OLIVEIRA LTDA**, reclamada; os Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522 e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) do Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos do **PROC 011-1085/99-4**, com autuação em 01.07.99, em que são partes **FRANCINALDO GUIMARÃES TAVARES**, reclamante e **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, reclamada; os Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522 e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) do Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos do **PROC 011-1075/99-1**, com autuação em 30.06.99, em que são partes **JOÃO DO NASCIMENTO COSTA**, reclamante e **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, reclamada; os Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522 e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) do Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos do **PROC 011-1074/99-X**, com autuação em 30.06.99, em que são partes **JOANA DAR'C SILVA ALMEIDA**, reclamante e **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, reclamada; que Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522; **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8755; **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) dos Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos dos: **PROC 011-01558/99-X**, com autuação em 24.09.99, em que são partes **JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO MIRANDA MENDONÇA**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUBE LTDA**, reclamada; **PROC 011-01805/99-1**, com autuação em 08.11.99, em que são partes **EDMILSON FERREIRA DO NASCIMENTO**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUBE LTDA**, reclamada; **PROC 011-01969/99-9**, com autuação em 03.12.99, em que são partes **JOSUEL CHAGAS DE OLIVEIRA**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUBE LTDA**, reclamada; **PROC 011-0654/95-6**, com autuação em 18.05.95, em que são partes **JEFFERSON CLEI DA SILVA FIGUEIREDO**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUBE LTDA**, reclamada; **PROC 011-1558/99-X**, com autuação em 01.07.99, em que são partes **JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO MIRANDA**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA**, reclamada; **PROC 011-1347/94-6**, com autuação em 25.08.94, em que são partes **RAIMUNDO ADELINO DOS SANTOS**, reclamante e **TRANSPORTES AÉRO CLUB LTDA**, reclamada; **PROC 011-0927/99-X**, com autuação em 04.06.99, em que são partes **FRANCISCO XAVIER DA SILVA**, reclamante e **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S A**, reclamada; **PROC 011-0311/99-4**, com autuação em 25.02.99, em que são partes **MARIA**

Autuado

ROS nº 011-02050-5-98-5
CORREIOS
52
CONT
3629

5
CONT.....*PLS-43P*
85

ODETE GURJÃO FERREIRA, reclamante e **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S A**, reclamada; que os Advogado(s) **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6522 e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6557, Patrono(a) do Reclamada, atuaram como Advogados pelo Escritório de Advocacia **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C**, nos autos dos: **PROC 011-1076/99-3**, com autuação em 30.06.99, em que são partes **AURÉLIO SOUZA DE OLIVEIRA**, reclamante e **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, reclamada e **PROC 011-01087/99-8** com autuação em 01.07.99, em que são partes **JARDEL DOS SANTOS CHAVES**, reclamante e **SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA**, reclamada; que os: **PROC 011-0792/99-2**, em que são partes **PAULO GUILHERME SILV DE ALMEIDA**, reclamante e **BANPARÁ-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S A**, reclamada, foram remetidos em grau de recurso ao E TRT da 8ª Região; **PROC 011-1726/99-5**, em que são partes **ITAMAR DE SOUZA FONSECA**, reclamante e **BANPARÁ-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S A**, reclamada, foram remetidos em grau de recurso ao E TRT da 8ª Região; que o **PROC 011-1789/99-7**, em que são partes **ANTÔNIO FERREIRA MIRANDA**, reclamante e **PANIFICADORA E CONFEITARIA CONTINENTAL LTDA**, reclamada, não consta Procuração outorgadas aos requerentes.

O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Belém, 13.04.2000.


BENEDITO MARQUES DE MATOS
Diretor de Secretaria

V I S T O:

Infatado
MARIA LÚCIA TEIXEIRA MACHADO
Juíza do Trabalho Substituta



Fls. 432
86

10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que os advogados **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA E JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, inscritos na OAB/PA sob os números 6522, 8755 e 6557, respectivamente, atuaram nos seguintes processos: 12ªVTB-885/99; 264/00; 883/98; 267/00; 1021/96; 1551/98; 1059/99; 1608/98; 1447/99; 986/99; 1807/99.
Em 18.04.00.

Rosa Alves
ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES
Diretora de Secretaria

Antônio

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1754
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

3

F-48.485

87

C E R T I D ã O

Em cumprimento ao r. despacho proferido no requerimento de **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, OAB/PA 6.522; **HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA**, OAB/PA 8.755 e **JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO**, OAB/PA 6.557, eu, **MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DE OLIVEIRA SIROTHEAU**, diretora da Secretaria da Décima Terceira Vara do Trabalho de Belém, **CERTIFICO**, que à vista dos arquivos, fichários e processos desta Secretaria, os requerentes exercem ou exerceram a advocacia nos processos trabalhistas, conforme abaixo relacionados. **O REFERIDO É VERDADE.**

Processo : 13ªVT-820/1994-1
Reclamante : NAZARÉ MONTEIRO DA SILVA
Reclamado : LEANDRO TOCANTINS PENNA JUNIOR
Advogado(a) : CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA

Processo : 13ªVT-1529/1995-8
Reclamante : ELIVANE COSTA FERREIRA
Reclamado : ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR – CLIN.ANC
Advogado(a) : CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA

Processo : 13ªVT-00455/2000-9
Reclamante : MARIA DE FÁTIMA COSTA DOS SANTOS
Reclamado : ALTAVIR FURTADO
Advogado(a) : DAGOBERTO FERREIRA

Processo : 13ªVT-1303/1999-X
Reclamante : EUZÉBIO RIBEIRO PESSOA
Reclamado : BANPARÁ-BANCO DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(a) : DAGOBERTO FERREIRA

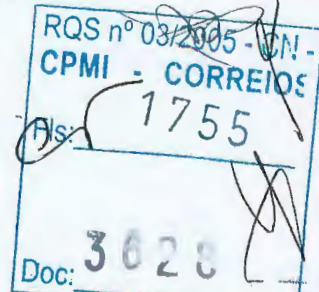
Processo : 13ªVT-01059/1999-3
Reclamante : SANDRA MARIA DE OLIVEIRA BRITO
Reclamado : SUPERMERCADO PREMIUN LTDA
Advogado(a) : CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA

Processo : 13ªVT-1552/1996-X
Reclamante : ALCEU ANTONIO KOZLOVSKI JÚNIOR
Reclamado : ASS. PARAENSE DE ARTES MARCIAIS
Advogado(a) : CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA

Processo : 13ªVT-1559/1996-2
Reclamante : MARIA DE SOUZA SILVA
Reclamado : VOYAGE TURISMO LTDA
Advogado(a) : CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM DE SOUZA

Belém, 19 de abril de 2000.

Maria da Conceição Mendes de Oliveira Sirotteau
Diretora da Secretaria da
13ª Vara do Trabalho de Belém





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Fls. 433
[assinatura]

5

88

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que os advogados CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, HUMBERTO LUZ DE CARVALHO COSTA e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, inscritos na OAB-Pa sob os números 6522, 8755 e 6557, respectivamente, com escritório na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 1683, 11º andar, nesta cidade, atuaram nos processos abaixo referidos, patrocinando o seguinte reclamado:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|-------------------|---------------------------------|
| 014-474/1999-X / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-1650/1999-9 / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-1719/1999-8 / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-2931/1999-8 / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-847/1998-5 / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém, 14.04.2000

[assinatura]
Neusa Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria

[assinatura]

Fls. 1756

3628

Doc:

EQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Fls. 434
Jul

4

89

CERTIDÃO

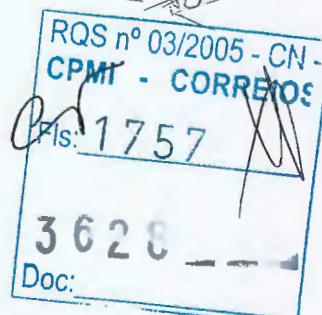
CERTIFICO, para os devidos fins, que a advogada CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, inscrita na OAB-Pa sob o número 6522, com escritório na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 1683, 11º andar, nesta cidade, atuou nos processos abaixo referidos, patrocinando o seguinte reclamado:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|---|---------------------------------|
| 014-0474/1999-X
<i>Repetido
Fls: 433</i> | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-1915/1998-1/ | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-0014/1999-9 / | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-1042/1999-4/ | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |
| 014-1405/1999-7 | BANCO DO ESTADO DO PARÁ-BANPARÁ |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém, 14.04.2000

Mouza Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria

Autenticado





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

FL. 435
10
1

CERTIDÃO

90

CERTIFICO, para os devidos fins, que o advogado JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, inscrito na OAB-Pa sob o número 6557, com escritório na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 1683, 11º andar, nesta cidade, atuou no processo abaixo referido, patrocinando o seguinte reclamado:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|-----------------|-----------------------------|
| 014-1251/1999-6 | SUPERMERCADOS PREMIUM LTDA. |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém, 14.04.2000

Neusa Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria

Subscrito
el

41

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fig: 1758
3628
Doc: _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Fls. 436
Cal

0

CERTIDÃO

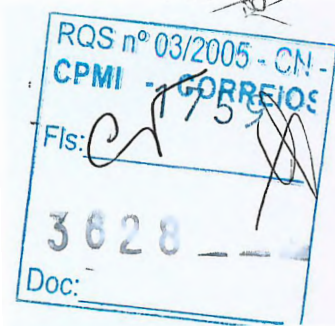
CERTIFICO, para os devidos fins, que os advogados CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO, inscritos na OAB-Pa sob os números 6522 e 6557, respectivamente, com escritório na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 1683, 11º andar, nesta cidade, atuaram no processo abaixo referido, patrocinando o seguinte reclamado:

91

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|----------------|-----------------------------|
| 014-795/1995-2 | TRANSPORTES AERO CLUB LTDA. |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém, 14.04.2000

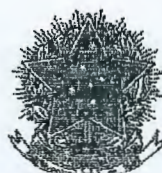
Maura Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria



FL. 437
Tel

92

10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO, que consultando os autos dos Processos abaixo relacionados, a profissional de Direito Dra. CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, funcionou como advogada do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A e Messias Sena Costa (Recorrente) no Processo TRT RO 1206/2000; Enilda Maria Loureiro de Albuquerque (Recorrente/Recorrido) no Processo TRT RO 990/2000; Raimundo José Pereira Filho (Recorrente) no Processo TRT RO 917/2000; Fernando Augusto Nascimento de Oliveira (Agravado) no Processo TRT AP 806/2000; Maria Francisca da Silva Farias (Recorrente) no Processo TRT RO 46/2000 e Itamar de Souza Fonseca (Recorrente) no Processo TRT RO 435/2000; Joselia Fernandes Cardoso (Recorrente) no Processo TRT RO 5774/1999(intercon); Roberto dos Santos Matni (Agravado) no Processo TRT AP 1038/2000(intercon); Benedita Liduina Almeida de Jesus (Agravado) no Processo TRT AP 885/200; Luzia Russelakis Carneiro (Recorrido) no Processo TRT RO 808/2000; da empresa REDECARD S/A (Recorrente) e CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO (Recorrido) e Marta Helena da Silva Aragão (reclamado). O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém, 19 de abril de 2000

scab
SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual

Face à resolução nº 48/90 do TST e o provimento 153/90 deste Tribunal, fica suspensa a cobrança de emolumentos até o advento de lei autorizadora.
Belém, 19 de abril de 2000.

scab
SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL
Supervisora do Serviço Processual

RQS nº 03/2000-211-
CPMI 1760 - CORREIOS
Fls: 3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8a. REGIÃO
MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ANANINDEUA

Fls. 438
Ful

8 93

CERTIDÃO

Em cumprimento ao r. despacho exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Titular, em requerimento dos Srs. Advogados: **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA e JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO** que os mesmos patrocinaram os seguintes processos neste juízo: **AN-1661/99, AN-1841/99, AN-1437/99, AN-1439/99, AN-1436/99, AN-3598/99, AN-1166/99 e AN-1585/99. O REFERIDO É VERDADE.** Dou Fé. Secretaria da VTB de Ananindeua, aos 19 de abril de 2000.//

Diretor da Secretaria
ICJ / Ananindeua

4

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 176
3628
Doc: c:\jcjanan\certidao.doc



16
P.L. 40
[Signature]

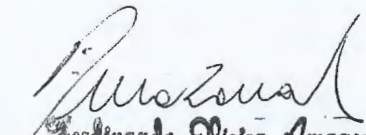
C103T00491319ABR00 0004
acompanhamento de Processos Trabalhistas

TRT - 8a. Região
Desiste [S/N] N

----- Consulta Nomes Rte/Rdo -----
Nome: ENGESET Tipo: 2 [1 - Rte, 2 - Rdo, 3 - Advogado]

| N o m e | No. Processo | Cod. DAB |
|---|--------------------|----------|
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA | 8 115-00315/1999-3 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA | 8 115-00316/1999-5 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA | 8 115-00317/1999-7 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA | 8 115-00318/1999-9 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA SA | 8 115-00431/1999-5 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA SA | 8 115-00466/1999-2 | |
| NGESET ENGENHARIA E SERVICOS TELEMATICA S A | 8 004-01221/1999-7 | |
| NGESET ENGENHARIA LTDA | 8 111-00849/1999-7 | |
| NGESET ENGENHARIA LTDA | 8 111-01166/1999-6 | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERV DE TELECOMUNICACOES | 8 101-01662/1998-X | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERV DE TELECOMUNICACOES | 8 101-01663/1998-1 | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA SA | 8 115-00344/1999-X | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA SA | 8 115-00408/1999-X | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERVICOS DE TELEMATICA SA | 8 012-00267/2000-8 | |
| NGESET-ENGENHARIA E SERVICOS TELEMATICA S/A | 8 115-00409/1999-1 | |
| NGESET | 8 008-01226/1998-X | |

ad


Ferdinando Vieira Amazonas
Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho
de Santa Izabel do Pará

4
[Signature]

QOS nº 03/2005 - CNP
CPMI - CORREIOS
Fls: 162
3628
Doc: [Signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Fls: 440
95

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-344/99
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

→ REPETIDO Fls: 439

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 31.05.99 às 09:20 horas.

RECLAMANTE: ANGELO DO ROSARIO DE LIMA

RECLAMADO: ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA SA

JUIZ DO TRABALHO : PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE

JUIZA CLASSISTA-EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM

JUIZA CLASSISTA-EMPREGADO : CLARA MARIA DE LIMA BORGES

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, pessoalmente, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ CUNHA KAUFFMANN, habilitada às fls. 06. Presente a reclamada, por seu(a) preposto(a), SR(A): TÚLIO EVANGELISTA FRANCO, que junta carta de preposição. Presente a advogada da reclamada, DRA.: CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que junta procuração e termo de substabelecimento. A requerimento das partes o Juízo determina a retificação do nome da reclamada para ENGESET - ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A, devendo a secretaria efetivar as retificações cabíveis no rosto dos autos e demais registros processuais. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. A reclamada apresenta contestação em peça escrita em 05 laudas, com leitura dispensada por entrega de cópia à parte contrária. Com a defesa junta contrato de trabalho, frequência, comunicação de dispensa, contracheques, TRCT e GRRF, todos em cópia simples conferidos com seus respectivos originais.

ROS-03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 1763
Doc: 3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS: 441
9 jul

O VALOR DE CAUSA É FIXADO EM R\$-400,00. Sobre os documentos juntados pela ré, o reclamante assim se manifesta: nada a opor. **DEPOIMENTO DO RECLAMANTE:** que avençou com a reclamada contrato de experiência; que foi dispensado um dia antes do encerramento do prazo do referido contrato; que as folhas de frequência, juntadas pela reclamada, refletem a realidade quanto aos horários de início e término de seus expedientes; que no mês de março do corrente ano, recebeu um adiantamento quinzenal no importe de R\$-80,00; que à quando da rescisão de seu contrato laboral, recebeu a importância de R\$-115,89; que compensou com folgas as eventuais horas extras realizadas. **NÃO HOUVE MAIS PERGUNTAS ENCERRADO O DEPOIMENTO. DEPOIMENTO DO PREPOSTO DA RECLAMADA.** A Junta absteve-se de interrogar o preposto e da mesma forma a advogada do reclamante. As partes não arrolam testemunhas. **E NÃO HAVENDO MAIS PROVAS A PRODUZIR O JUÍZO DECLARA ENCERRADA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL.** Em razões finais o reclamante requer a procedência e a reclamada a improcedência. **RECUSADA A SEGUNDA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO.** Fica designado o dia 10.06.99 às 13:00 horas PARA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. Cientes os presentes. Nada mais.///ba.

PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE
Juiz do Trabalho na Presidência da
da JCJ de Santa Izabel do Pará

CLARA Mª DE LIMA BORGES
Juíza Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM
Juíza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1764
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS. 442
7

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-466/99-2 → PEPETIDO FLS: 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

017

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 05.08.99 às 10:00 horas

RECLAMANTE: DEUSDETE COIMBRA

RECLAMADO: ENGESET - ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S.A.

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

JUIZ C. EMPREGADOR : ROSENALDO FERREIRA MARTINS

JUIZ C. EMPREGADO : IVANDRO RODRIGUES LIMA

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, pessoalmente, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A).: M^{re} DE NAZARÉ CUNHA KAUFFMANN, habilitada às fls. 05. Presente a reclamada, por seu preposto, SR(A): TÚLIO EVANGELISTA FRANCO que se cedeu, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que junta procuração e substabelecimento. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. O VALOR DE ALÇADA É FIXADO EM R\$-1.000,00. O reclamado apresenta contestação escrita em 05 laudas fornecendo cópia ao(a) patrono(a) do reclamante, pelo que é dada como lida, e por equidade juntada aos autos. Com a contestação juntou diversos documentos: em cópias conferidas com os originais, recibos de pagamento, contrato de experiência, TRCT, folha de ponto; em cópia simples, acordo coletivo, sobre os quais o patrono do reclamante poderá se manifestar até a próxima audiência, concedendo-se-lhe vistas dos autos fora da secretaria, no prazo legal. O reclamante arrola a testemunha, SR.: RAIMUNDO DA SILVA NORONHA, brasileiro, casado, 37 anos, braçal, endereço: Comunidade Sagrada Família, Rua Antonia Silva, 1078, Santa Izabel do Pará/PA. A reclamada arrola a testemunha, SR.: ADONIAS SILVA SANTOS MIRANDA, brasileiro, casado, 32 anos, motorista, endereço: Rua Francisco Amâncio, 1514, Centro, Santa Izabel do Pará/PA. Transfere-se a audiência para o dia 18.08.99 às 11:30 horas, para depoimento das partes, sob pena de confissão quanto a matéria de fato, e oitiva das testemunhas, que as partes se comprometem em trazê-las, sob pena de dispensa. Consignados os protestos da patrona da reclamada, acerca da pena de dispensa das testemunhas. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS//bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

Juiza Presidente da JCJ de Santa Izabel do Pará

IVANDRO RODRIGUES LIMA

Juiz Classista-Empregado

ROSENALDO FERREIRA MARTINS

Juiz Classista-Empregado

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS

Diretor de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN-CPM - CORREIOS
Fls: 1765
3624
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS. 443
y
Cul

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-431/99 → REPETIDA FLS: 439
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

98

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 12.07.99 às 09:40 horas

RECLAMANTE: MANOEL TAVARES DA COSTA

RECLAMADO: ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A.

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

JUIZA C. EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM

JUIZ C. EMPREGADO : IVANDRO RODRIGUES LIMA

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante pessoalmente, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ CUNHA KAUFFMANN, habilitada às fls. 05. Presente a reclamada, por seu preposto, SR: TÓLIO EVANGELISTA FRANCO, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): JOSÉ AUGUSTO FREITE FIGUEIREDO-OAB/PA: 6557, que requerem e a Junta defere prazo de cinco dias para se habilitarem. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. O VALOR DE ALÇADA É FIXADO EM R\$-1.000,00. O reclamado apresenta contestação escrita em 04 laudas fornecendo cópia ao(a) patrono(a) do reclamante, pelo que é dada como lida, e por equidade juntada aos autos. Com a contestação juntou diversos documentos: em cópia conferida com o original, contrato de experiência, ficha de salário família, comprovante de entrega da CTPS, contracheques, TRCT's, comunicação de dispensa, vale transporte, guia de recolhimento de FGTS, sobre os quais a patrona do reclamante poderá se manifestar até a próxima audiência, concedendo-se-lhe vistas dos autos fora da secretaria, no prazo legal. O reclamante arrola as testemunhas, SR.: CÂNDIDO DOS SANTOS FERREIRA, brasileiro, solteiro, 57 anos, rural, endereço: Rua Estrela, 76, Novo Horizonte, Santa Izabel do Pará/PA. O reclamado arrola a testemunha, SR.: ADONIAS SILVA SANTOS MIRANDA, brasileiro, casado, 33 anos, motorista, endereço: Rua Francisco Amâncio, 1514, Centro, Santa Izabel do Pará/PA. Transfere-se a audiência para o dia 19.07.99 às 11:00 horas, para depoimento das partes, sob pena de confissão quanto a matéria de fato, e oitiva da testemunha, que as partes se comprometem em trazê-las, sob pena de dispensa. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS//////bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

Juíza Presidente da JCJ de Santa Izabel do Pará

IVANDRO RODRIGUES LIMA

Juiz Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM

Juíza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS

Diretor de Secretaria

03/2005 - CN-
CPM - CORREIOS
1766
Fls: 382
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Fls: 444
[assinatura]

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-318/99 - *repetido* fls: 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

99

TERMO DE AUDIENCIA

EM: 24.05.99 às 09:00 horas.
RECLAMANTE: JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
RECLAMADO : ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMATICA SA.

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADO : CLARA MARIA DE LIMA BORGES

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a ausência do reclamante. Presente a reclamada, por seu(a) preposto(a), SR(A): TOLIO EVANGELISTA FRANCO, que se credencia, assistido(a) de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que junta procuração e substabelecimento. Em face do problema de saúde da Juiza presidente, transfere-se a audiência para o dia 07.06.99 às 10:00 horas, em caráter de inaugural. Notifique-se o reclamante. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS//bas.

CLARA Mª DE LIMA BORGES
Juiza Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM
Juiza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

[Assinatura manuscrita]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1767
3628 -
Doc: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Fls. 445
100

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIF-317/99 - REPETIDO Fls. 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 20.05.99 às 11:00 horas.
RECLAMANTE: LUIZ RAMOS DE BRITO
RECLAMADO: ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA LTDA.

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADO : CLARA MARIA DE LIMA BORGES

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, porém presente de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ C. KAUFFMANN habilitada, às fls. 05. Presente a reclamada, por seu(a) preposto(a), SR(A): TÓLIO EVANGELISTA FRANCO, que se credencia, assistido(a) de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que se habilita. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. O VALOR DE ALÇADA É FIXADO EM R\$-1.000,00. A reclamada apresenta contestação escrita em 06 laudas fornecendo cópia à parte contrária, pelo que foi dada como lida, e por equidade juntada aos autos. Com a contestação a reclamada juntou diversos documentos: contrato de experiência, contracheques, TRCT, em originais. Sobre os quais a patrona do reclamante poderá se manifestar até a próxima audiência, concedendo-se vistas dos autos fora da secretaria. O reclamante arrola testemunha, SR.: JOÃO LUIZ MIRANDA, brasileiro, casado, 35 anos, auxiliar de serviços gerais, endereço: Rua Manoel Galdense dos Santos, 1600, Bairro Triângulo, Santa Izabel do Pará/PA. O reclamado arrola as testemunhas, SR.: ADONIAS SILVA SANTOS MIRANDA, brasileiro, casado, 32 anos, auxiliar de escritório, endereço: Rua Francisco Amâncio, 1514, Centro, Santa Izabel do Pará/PA, SR.: LUIS BATISTA SPINOSA, brasileiro, solteiro, 28 anos, motorista, endereço: Rua Conj. Edilson Abreu II, Qd. C, nº 75, Santa Izabel do Pará/PA. Transfere-se a audiência para o dia 07.06.99, às 09:40 horas, para depoimento das partes, sob pena de confissão quanto a matéria de fato, e oitiva das testemunhas, que as partes se comprometem em trazê-la, sob pena de dispensa. Registra-se os protestos da patrona da reclamada, quanto à pena de dispensa. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS/////bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
Juiza do Trabalho Presidente da
da JCJ de Santa Izabel do Pará

CLARA Mª DE LIMA BORGES
Juiza Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM
Juiza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1768
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS: 446
7
ml

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-316/99 → REPETIDO FLS: 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 20.05.99 às 10:40 horas.
RECLAMANTE: JOÃO LUIZ MIRANDA
RECLAMADO: ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMATICA LTDA.

101

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADO : CLARA MARIA DE LIMA BORGES

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ C. KAUFFMANN habilitada, às fls. 05. Presente a reclamada, por seu(a) preposto(a), SR(A): TULIO EVANGELISTA FRANCO, que se credencia, assistido(a) de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que se habilita. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. O VALOR DE ALÇADA É FIXADO EM R\$-1.000,00. A reclamada apresenta contestação escrita em 06 laudas fornecendo cópia à parte contrária, pelo que foi dada como lida, e por equidade juntada aos autos, aduzindo ainda o reclamado impugna os documentos de fls. 10/11, por que não revestidos das formalidades do art. 830 da CLT. Com a contestação a reclamada juntou diversos documentos: contrato de experiência, contracheques, termo de responsabilidade para percepção de salário família, TRCT, em originais. Sobre os quais a patrona do reclamante poderá se manifestar até a próxima audiência, concedendo-se vistas dos autos fora da secretaria. O reclamante arrola as testemunhas, SR.: LUIZ RAMOS DE BRITO, brasileiro, casado, 25 anos, serviços gerais, endereço: Rua Ângelo Cardoso, 1242, Bairro Novo. O reclamado arrola as testemunhas, SR.: ADONIAS SILVA SANTOS MIRANDA, brasileiro, casado, 32 anos, auxiliar de escritório, endereço: Rua Francisco Amâncio, 1514, Centro, Santa Izabel do Pará/PA, SR.: LUIS BATISTA SPINOSA, brasileiro, solteiro, 28 anos, motorista, endereço: Rua Conj. Edilson Abreu II, Gd. C, nº 75, Santa Izabel do Pará/PA. Transfere-se a audiência para o dia 07.06.99, às 09:20 horas, para depoimento das partes, sob pena de confissão quanto a matéria de fato, e oitiva das testemunhas, que as partes se comprometem em trazê-la, sob pena de dispensa. Registra-se os protestos da patrona da reclamada, quanto à pena de dispensa. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS, //bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
Juíza do Trabalho Presidente da
da JCJ de Santa Izabel do Pará

CLARA MARIA DE LIMA BORGES
Juíza Classista-Empregado

FERDINANDO VIEIRA AMARAL
Diretor de Secretaria

IACIRA LEITE SEDRIM
Juíza Classista-Empregadora
CPM - CORREIOS
Fls: 1769
3628
Doc:

guf

Am



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Fls. 447
Jul

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-315/99 → REPETIDO Fls: 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

102

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 20.05.99 às 10:20 horas,
RECLAMANTE: DEUSDETE COIMBRA
RECLAMADO: ENGESET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMATÁTICA LTDA.

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM
JUIZA CLASSISTA-EMPREGADO : CLARA MARIA DE LIMA BORGES

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a ausência do reclamante, porém presente de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ C. KAUFFMANN habilitada, às fls. 05. Presente a reclamada, por seu(a) preposto(a), SR(A): TOLIO EVANGELISTA FRANCO, que se credencia, assistido(a) de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que se habilita. A Junta determina o ARQUIVAMENTO DA RECLAMATÓRIA, em face da ausência do autor, nos termos do art. 844 da CLT, cominando-lhe custas no importe de R\$-10,00, calculadas sobre o valor arbitrado em R\$-500,00, das quais fica isento na forma da lei. A pedido, a Junta desentranha os documentos de fls. 06/13, devolvendo-se à patrona, neste ato. Anote-se a isenção e após arquivem-se os autos com as cautelas legais. Ciente os presentes. Nada mais.////////bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA
Juíza do Trabalho Presidente da
da JCJ de Santa Izabel do Pará

CLARA MA DE LIMA BORGES
Juíza Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM
Juíza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

Antônio

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1770
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS. 448
103

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-409/99 - REPETIÇÃO 439
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 01.07.99 às 10:00 horas

RECLAMANTE : CANDIDO DOS SANTOS FERREIRA

RECLAMADO : ENGESETE - ENG. E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORREA

JUIZA G. EMPREGADORA : IACIRA LEITE SEDRIM

JUIZ G. EMPREGADO : IVANDRO RODRIGUES LIMA

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ CUNHA KAUFFMANN, habilitada às fls. 05. Presente o reclamado, por seu(a) prepósito(a), SR(A): TULIO EVANGELISTA FRANO, que se credencia, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ JORGE MELEM SOUZA, que requer e a Junta defere prazo de cinco dias para se habilitar. RECUSADA A PRIMEIRA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO. O VALOR DE ALÇADA É FIXADO EM R\$-1.000,00. O reclamado apresenta contestação escrita em 04 laudas fornecendo cópia ao(a) patrono(a) do reclamante, pelo que foi dada como lida, e por equidade juntada aos autos. Com a contestação juntou diversos documentos: convenção coletiva de trabalho em cópia simples; cartão de ponto, TRET, contrato de experiência, contracheques, em cópias conferida com os originais, sobre os quais a patrona do reclamante poderá se manifestar até a próxima audiência, concedendo-se-lhe vistas dos autos fora da secretaria, pelo prazo legal. O reclamante arrola as testemunhas, SR. MANOEL TAVARES DA COSTA, brasileiro, casado, 39 anos, pedreiro, endereço: Passagem Maria, s/nº, Bairro Novo Horizonte, Santa Izabel do Pará/PA. O reclamado arrola a testemunha, SR. ADONIAS SILVA SANTOS MIRANDA, brasileiro, casado, 32 anos, motorista, endereço: Rua Francisco Amâncio, 1514, Centro, Santa Izabel do Pará/PA. Transfere-se a audiência para o dia 19.07.99 às 10:40 horas, para depoimento das partes, sob pena de confissão quanto a matéria de fato, e oitiva das testemunhas, que as partes se comprometem em trazê-las, sob pena de dispensa. Registra-se os protestos da patrona da reclamada, em relação à pena de dispensa das testemunhas. CIENTES OS PRESENTES. NADA MAIS//las.

IDA SELENE SIROTHEAU CORREA

Juiza Presidente da JCJ de Santa Izabel do Pará

IVANDRO RODRIGUES LIMA

Juiz Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM

Juiza Classista-Empregada

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

13/2005-CN-
CORREIOS
Fls: 1771
Doc: 3624



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

FLS. 449
[assinatura]

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA IZABEL DO PARÁ
PROCESSO Nº JCJ-SIP-408/99 -> *rejeito* FLS: 439

RECLAMADO INDEBILISTA

104

TERMO DE AUDIÊNCIA

EM: 01.07.99 às 09:40 horas

RECLAMANTE : JAREZ DOS REIS DA SILVA RODRIGUES
RECLAMADO : ENGESETE - ENG. E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A

JUIZA DO TRABALHO : IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

JUIZA C. EMPREGADORA: IACIRA LEITE SEDRIM

JUIZ C. EMPREGADO : IVANDRO RODRIGUES LIMA

Na data e hora supramencionadas, em sua sede, reuniu-se a MM. JCJ de Santa Izabel do Pará, em sua composição integral, a fim de apreciar o processo acima referido. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): MARIA DE NAZARÉ CUNHA KAUFFMANN, habilitada às fls. 05. Presente o reclamado, por seu(a) preposto(a), SR(A): TOLIO EVANGELISTA FRANO, assistido de seu(a) patrono(a), DR(A): CARLA NAZARÉ E JORGE MELEM SOUZA, que requerem e a Junta defere prazo de cinco dias para se habilitarem. A Junta determina o ARQUIVAMENTO DA RECLAMATÓRIA, em face da ausência do autor, nos termos do art. 844 da CLT, cominando-lhe custas no importe de R\$-10,00, calculadas sobre o valor arbitrado em R\$-500,00, das quais fica isento na forma da lei. A patrono do reclamante requer o desentranhamento do documento de fls. 06, o que é deferido pela Junta. Anote-se a isenção e após arquivem-se os autos com as cautelas legais. Ciente os presentes. Nada mais.////////bas.

IDA SELENE SIROTHEAU CORRÊA

Juíza Presidente da JCJ de Santa Izabel do Pará

IVANDRO RODRIGUES LIMA
Juiz Classista-Empregado

IACIRA LEITE SEDRIM
Juíza Classista-Empregadora

FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS
Diretor de Secretaria

[assinatura]

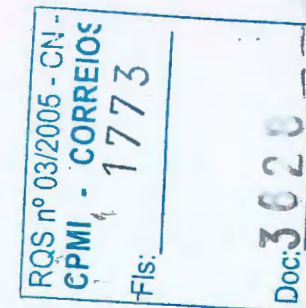
RQS nº 002005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1772
3628
Doc: [assinatura]

Fls. 450
ffm



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA.
- b) TOMADA DE PREÇOS nº 3/2000
- c) DATA DE HORÁRIO DE ABERTURA: 20/4/2000, às 9:00 h.
- d) PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE nº 02





**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

Fls. 452
1
[Handwritten signature]

**PROPOSTA TÉCNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOCATÍCIOS.**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ETC/DR/PA.

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

[Handwritten signature]

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 0372005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fis: | 1774 |
| Doc: | 3620 |

[Handwritten signature]



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

FUS 452
2
[Signature]

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA

S/C, sociedade de advogados, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, sob o número 162, cadastrada no CNPJ/MF sob o número 03.169.365/0001-32, e inscrita no cadastro municipal sob o número 147.565-4.

Esta empresa está voltada exclusivamente à prestação de serviços jurídicos. Detém em seu quadro, composto por advogados especializados em diversas áreas do Direito, que trabalham apoiados por uma equipe administrativa, outros advogados correspondentes e consultores associados, especialistas em outras áreas, que se relacionam com questões do Direito.

Conforme condições pré estabelecidas e aceitas, no edital e seus anexos, apresentamos nossa qualificação técnica:

O objeto da presente proposta de serviços profissionais advocatícios é a assistência jurídica do CONTRATADO, à empresa CONTRATANTE, a nível judicial, extrajudicial e administrativo, NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ em todos os foros, instâncias e Juízos, as causas de rotina aludidas nesta proposta são aquelas pré estabelecidas, e aceitas, no edital e seus anexos, sendo de responsabilidade única do licitante perante a ETC, independentemente de subcontratações.

• PROFISSIONAIS

Este escritório, sociedade uniprofissionais, devidamente comprovado por seu contrato social, tem com sócios os Advogados:

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br

Belém-Pará.

[Signature]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1775
362
Doc: 2



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

FLS: 453
3
[Signature]

JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, Brasileiro, Advogado, devidamente inscrito na ordem dos advogados Secção Pará sob. Número 8365., e apto ao exercício da profissão, não estando impedido, conforme certidão em anexo da OAB/PA.

REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, Brasileira, Advogada, devidamente inscrita na ordem dos advogados Secção Pará sob. Número 6796., e apta ao exercício da profissão, não estando impedido, conforme certidão em anexo da OAB/PA.

- Outros profissionais advogados que prestam serviços neste escritório, não atende aos requisitos de vínculo empregatícios descrito no edital, atuando nos processos sobre outras modalidades, por isso deixamos de apresentar suas qualificações técnicas.

• EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS.

A) Atuação em órgãos privados, nos últimos 02 dois anos, conforme ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA em anexo :

- **CLÍNICA CIRÚRGICA SAMARITANO S/C. LTDA.** - atuando ininterruptamente desde Dezembro de 1997.
- **EMPRESA DE PRATICAGEM DA BACIA AMAZÔNICA LTDA.** - atuando ininterruptamente desde Fevereiro de 1998.
- **LAVANDERIA MARAJÓ A SECO E VAPOR LTDA.** - atuando ininterruptamente desde Outubro de 1997.
- **INVETSAU LTDA.** - atuando ininterruptamente desde Março de 1998.
- **NUGESA - EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA.** - atuando ininterruptamente desde Janeiro de 1997.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br

Belém-Pará.

[Signature]

| |
|-------------------------|
| RQS nº 03/2005 - CM |
| CPMI - CORREIO |
| Fls: 1276 |
| Doc: <i>[Signature]</i> |

[Signature]



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

FLS: 454
4
[Handwritten signature]

B) Atuação no âmbito da Justiça Federal nos últimos dois (02) anos, sendo movimentado cujo patrono é sócio do escritório, conforme certidões em anexo, perfazendo um total de 118 processos.

C) Atuação no âmbito da Justiça do trabalho nos últimos dois (02) anos, sendo movimentado cujo patrono é sócio do escritório, conforme certidões em anexo, perfazendo um total de 69 processos.

A propósito, salientamos que qualquer causa judicial e /ou extrajudicial confiada a este escritório, tem sempre o maior e melhor empenho do nosso quadro funcional e de advogados, como se fosse a única, ESTA É A NOSSA MARCA REGISTRADA, QUALIDADE EM SERVIÇOS JURÍDICOS.

Belém, 20 de Abril de 2000.

[Handwritten signature]
JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL
OAB/PA 8365.
SÓCIO

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

[Handwritten signature]

| |
|----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN. |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1777 |
| Doc: 30284 |

Belém, 17 ABR, 2000

ANA C. SANTOS
Escritora



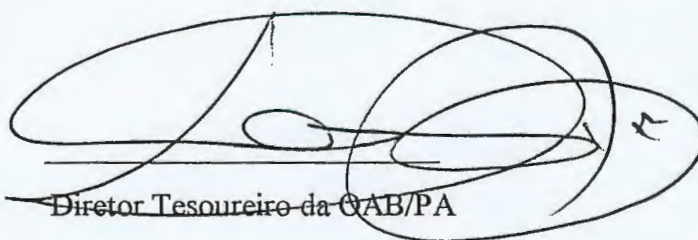
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1778
3628
Doc:

CERTIDÃO

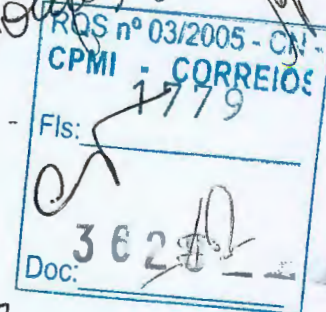
191/2000

Eu, **JACI MONTEIRO COLARES**,
Diretor Tesoureiro da ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da lei.....

C E R T I F I C O, para fins de direito, que o Dr. **JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL** é inscrito no quadro de **advogados** da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARÁ**, em caráter **definitivo** desde **09.05.1997**, sob o nº **8365**. **CERTIFICO**, ainda, que o mesmo não responde a processo disciplinar, bem como nunca sofreu qualquer penalidade imposta por esta Seccional em razão do exercício profissional, estando quite com suas anuidades até o ano de **2000**. Por ser verdade mandei emitir a presente certidão, **com validade de 60 (sessenta) dias**, que vai por mim assinada. **SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**, em **06 de abril de 2000**.


Diretor Tesoureiro da OAB/PA

Pç. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br



20 / 11 / 1996

Nº do CPF 045.479.342-15



Régina Chot
Assinatura do Advogado

Assinatura do Advogado

Conte com o Original.
Autêntico e dou fé.

Belém, 17 ABR 2000

ANA C. SANTOS
Escritor



Autógrafo

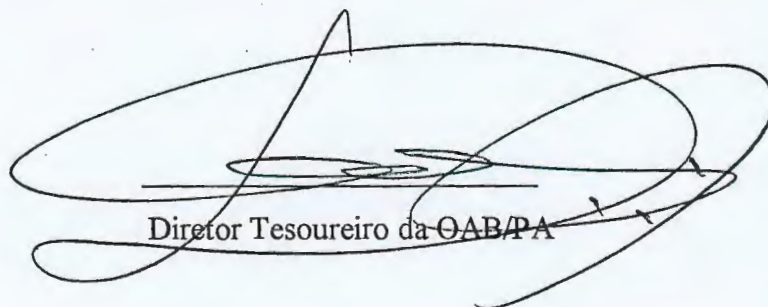
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1780
Doc: 3020

CERTIDÃO

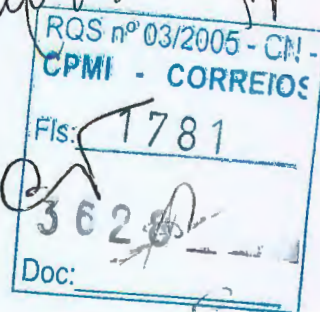
192/2000

Eu, **JACI MONTEIRO COLARES**,
Diretor Tesoureiro da ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da lei.....

C E R T I F I C O, para fins de direito, que a Dra.
REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES é inscrita no quadro de **advogados** da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARÁ, em caráter
definitivo desde **23.11.1993**, sob o nº **6796**. CERTIFICO, ainda, que a mesma não
responde a processo disciplinar, bem como nunca sofreu qualquer penalidade
imposta por esta Seccional em razão do exercício profissional, estando quite com
suas anuidades até o ano de **2000**. Por ser verdade mandei emitir a presente
certidão, **com validade de 60 (sessenta) dias**, que vai por mim assinada.
SECRETARIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO
PARÁ, em 06 de abril de 2000.


Diretor Tesoureiro da OAB/PA

Pç. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br



ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

CLÍNICA CIRÚRGICA SAMARITANO S/C
LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ sob nº 83.366.526/0001-17, aqui, por seu representantes legal, declara para os devidos fins de direito, ou a quem esta possa interessar, que **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, ADVOGADO**, OAB/PA 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, ADVOGADA**, OAB/PA 6796, hoje com contrato firmado com a pessoa jurídica, **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C**, PRESTAM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ESTA EMPRESA DESDE DEZEMBRO DE 1997.

Os serviços prestados pelos advogados, a esta empresa se caracteriza pela atuação no interesse e defesa desta e de seus sócios, atuando na esfera administrativa e Judicial, em particular nos seguintes órgãos:

ÁREA ADMINISTRATIVA

CRM- Conselho Regional de Medicina -PARÁ
SESPA - Secretaria de Estado e Saúde pública.
SESMA - Secretaria Municipal de Saúde.
Convênios na Área da Saúde
Seguros Privados.

JUDICIAL

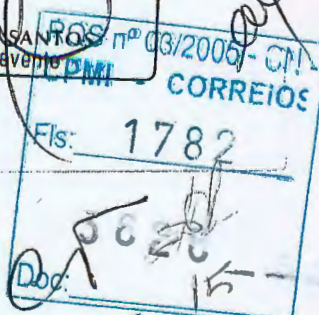
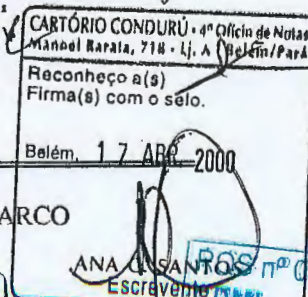
JUSTIÇA DO TRABALHO - BELÉM-PA.
JUSTIÇA COMUM - BELÉM-PA.

O volume de processos administrativos conferidos aos advogados acima descritos corresponde a uma média de 50 (cinquenta) por ano, e na esfera Judicial, observados os 02 (dois) últimos anos um total de 02 (dois) , estando até a presente data esta empresa está plenamente satisfeita com a atuação dos profissionais acima mencionado, bem como o desfecho dos casos a eles confiados, atestando sua capacidade e conhecimento nas área que atuam em defesa desta empresa.

Belém, 10 de abril de 2000.

IVANIO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CABRAL
CPF/MF 243.323.992-49
DIRETOR

TRAV. LOMAS VALENTINAS, 2586/2600 - CEP.: 66.095-770
ENTRE 1º DE DEZEMBRO E ALMIRANTE BARROSO - BAIRRO: MARCO
FONE: (091) 246-2262 - 228-0963 - 228-0983 - 226-7163
BELÉM - PARÁ





C

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

EPBAM- EMPRESA DE PRATICAGEM DA BACIA AMAZÔNICA LTDA, devidamente inscrito no CNPJ sob. nº 02.232.185/0001-95, por seu representante legal, declara para os devidos fins de direito, ou a quem esta interessar possa, que **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, ADVOGADO**, OAB/PA 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, ADVOGADA**, OAB/PA 6796, hoje com contrato firmado com a pessoa jurídica, **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C**, PRESTAM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ESTA EMPRESA DESDE FEVEREIRO DE 1998.

Os serviços prestados pelos advogados, a esta empresa se caracteriza pela atuação no interesse e defesa desta e de seus sócios, atuando na esfera administrativa e Judicial, em particular nos seguintes órgãos:

DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS (BELÉM/MACAPÁ).
DEPARTAMENTO DE PORTOS E COSTA (DPC-RIO DE JANEIRO)
JUSTIÇA DO TRABALHO (MACAPÁ- PORTO TROMBETAS)
JUSTIÇA FEDERAL - MACAPÁ-AP.
JUSTIÇA COMUM - BELÉM-PA.

O volume de processos administrativos conferidos aos advogados acima descritos corresponde a uma média de 20 (vinte) por ano, e na esfera Judicial, observados os 02 (dois) últimos anos, um total de 11 (onze) processos, estando até a presente data esta empresa plenamente satisfeita com a atuação dos profissionais acima mencionado, bem como o desfecho dos casos a eles confiados, atestando sua capacidade e conhecimento nas área que atuam em defesa desta empresa.

Belém, 13 de abril de 2000.

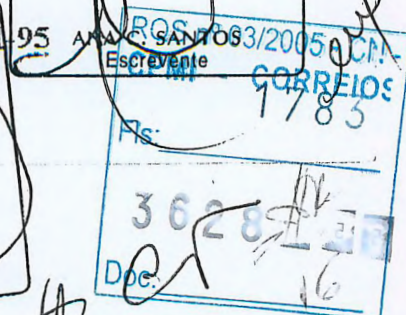
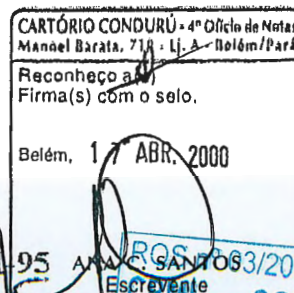
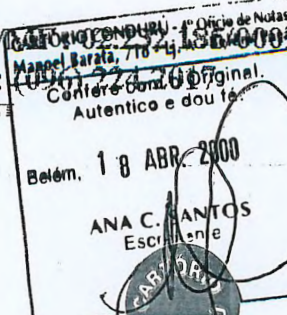


Fredrick Clementino Alves de Lemos
FREDERICO CLEMENTINO ALVES DE LEMOS
CIC nº 062.361.542-87
PRESIDENTE

SEDE : Rua Santo Antônio Nº 432 Sala 609 - CGC/

Fones : (096) 222-2584 - 223-2908 - FAX : (096) 222-2908

TRIPÉ DE ARMADEIRA TRIPÉ DE



ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

LAVANDERIA MARAJÓ A SECO E VAPOR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ sob nº 14.099.097/0001-46, aqui, por seu representantes legal, declara para os devidos fins de direito, ou a quem esta possa interessar, que JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, ADVOGADO, OAB/PA 8365 e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, ADVOGADA, OAB/PA 6796, hoje com contrato firmado com a pessoa jurídica, ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C, PRESTAM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ESTA EMPRESA DESDE OUTUBRO DE 1997.

Os serviços prestados pelos advogados, a esta empresa se caracteriza pela atuação no interesse e defesa desta e de seus sócios, atuando na esfera administrativa e Judicial, em particular nos seguintes órgãos:

ÁREA ADMINISTRATIVA

PROCON/PA

SEFIM - Secretaria Municipal de Finanças.

JUDICIAL

JUSTIÇA DO TRABALHO - BELÉM-PA

JUSTIÇA COMUM - BRAGANÇA/BELÉM-PA

O volume de processos administrativos conferidos aos advogados acima descritos corresponde a uma média de 5 (cinco) por ano, e na esfera Judicial, observados os 03 (dois) últimos anos um total de 02 (dois), estando até a presente data esta empresa está plenamente satisfeita com a atuação dos profissionais acima mencionado, bem como o desfecho dos casos a eles confiados, atestando sua capacidade e conhecimento nas área que atuam em defesa desta empresa.

Belém, 14 de abril de 2000.

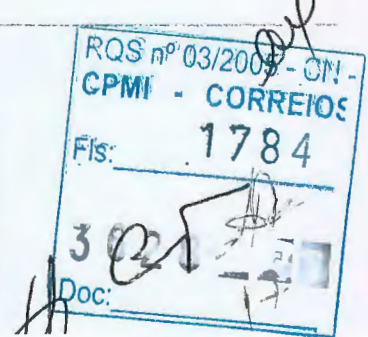


Reconheço a(s) firma(s) por ser verdadeira(s)

de: José Luiz de Figueiredo MartinsJOSE LUIZ DE FIGUEIREDO MARTINS
CPF/MF 004.623.062-91
DIRETOREm test. () da verdade
Belém (PA) 14 de Abril de 2000Arlindo Aragão Mendes
Titular Vitalício
CRC 008.187.332/00

TRAVESSA CURIÓZU 1213-A - CEP 66.085-110 - CGC 14.099.097/0001-46 - FONE: 91-226-1582 - FAX: 91-266-5621

Autenticação



ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

4

Vel

INVESTSAU LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 84.155.399/0001-70, por seu representantes legal, declara para os devidos fins de direito, ou a quem esta possa interessar, que **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, ADVOGADO, OAB/PA 8365** e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, ADVOGADA, OAB/PA 6796**, hoje com contrato firmado com a pessoa jurídica, **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C, PRESTAM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ESTA EMPRESA DESDE MARÇO DE 1998.**

Os serviços prestados pelos advogados, a esta empresa se caracteriza pela atuação no interesse e defesa desta e de seus sócios, atuando na esfera administrativa e Judicial, em particular nos seguintes órgãos:

ÁREA ADMINISTRATIVA - REDE/CELPA.
COSAMPA.
SEFIM.

JUDICIAL - JUSTIÇA DO TRABALHO - BELÉM-PA.
JUSTIÇA COMUM - BELÉM-PA.

O volume de **processos administrativos** conferidos aos advogados acima descritos corresponde a uma média de **03 (três) por ano**, e na esfera **Judicial**, observados os 02 (dois) últimos anos um total de **06 (seis) processos**, até a presente data esta empresa está plenamente satisfeita com a atuação dos profissionais acima mencionado, bem como o desfecho dos casos a eles confiados, atestando sua capacidade e conhecimento nas área que atuam e atuaram em defesa desta empresa.

Belém/PA., 16 de Abril de 2000.

CARTÓRIO

QUEIROZ SANTOS
3º. TABELIONATO DE NOTAS 00341
Av. Maranhães Garata, 359 - S. Braz
:091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

QUEIROZ e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
a(s) de:
262-LUIZ AUGUSTO SILVA QUEIROZ.....

Em testemunho da verdade.
BELEM, 16 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrevente

LUIZ AUGUSTO SILVA QUEIROZ
CPF 049.114.402-44
DIRETOR

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º. Ofício de Notas - Belém - PA.
Certifico e dou fé que a presente cópia,
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta, via

18 ABR 2000

da Verdade

Roberto Oliveira Morel
Escrevente Juramentado

18 ABR 2000

1785

Doc:

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

NUGESA - EXPORTADORA E IMPORTADORA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF 15.337.074/0001-95, por seu representantes legal, declara para os devidos fins de direito, ou a quem esta possa interessar, que **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, ADVOGADO, OAB/PA 8365** e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, ADVOGADA, OAB/PA 6796**, hoje com contrato firmado com a pessoa jurídica, **ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C**, PRESTAM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA ESTA EMPRESA DESDE JANEIRO DE 1997.

Os serviços prestados pelos advogados, a esta empresa se caracteriza pela atuação no interesse e defesa desta e de seus sócios, atuando na esfera administrativa e Judicial, em particular nos seguintes órgãos:

ÁREA ADMINISTRATIVA - REDE/CELPA
IBAMA
SEFIM

JUDICIAL. - JUSTIÇA DO TRABALHO - BELÉM-PA.
JUSTIÇA DO TRABALHO - ANANINDEUA-PA.
JUSTIÇA COMUM - ANANINDEUA/BELÉM-PA.

O volume de processos administrativos conferidos aos advogados acima descritos corresponde a uma média de 10 (dez) por ano, e na esfera Judicial, observados os 02 (dois) últimos anos um total de 04 (quatro) processos, até a presente data esta empresa está plenamente satisfeita com a atuação dos profissionais acima mencionado, bem como o desfecho dos casos a eles confiados, atestando sua capacidade e conhecimento na área que atuam e atuaram em defesa desta

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
30. TABELIONATO DE NOTAS 01341
Gov. Magalhães Barata, 359 - S. Braz
NE:091-2491566-CEP: 66040-170-BELÉM-PA

CONHEÇO e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
rma(s) supra assinada(s) de:
12360-JOSÉ ORLANDO MORAES DE OLIVEIRA.
JUNIOR.....

Em testemunho da verdade,
BELÉM, 19 de Abril de 2000

14-ROBERTO OLIVEIRA MOREL
Escrevente

JOSE ORLANDO M. OLIVEIRA JR.
CPE/ME N° 189.341.802-97
CONTADOR CRC/PA 7680

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas-Belém-PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

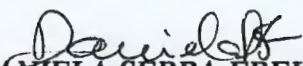
19 ABR 2000
Em, Sinal da Verdade
Roberto Oliveira Morel
Escrevente documentado

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS
Fls: 1786
36281927
Doc

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

C E R T I D ã O

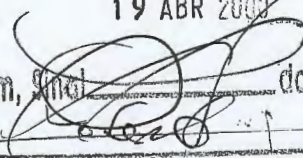
Eu, **DANIELA SERRA FREIRE**, Diretora de Secretaria da 1.^a Vara, em exercício, da Seção Judiciária do Pará, por nomeação legal etc. **CERTIFICO**, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que revi o expediente a meu cargo e constatei que o Dr JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, OAB/PA nº 8365 e a Dra. REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, OAB/PA nº 6796, atuam como advogados habilitados nos seguintes autos: AÇÃO POSSESSÓRIA, processo nº 97.8208-4, em é requerente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e requerido ADELSON DE JESUS SANTOS NASCIMENTO E OUTRO e na AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS, processo nº 97.7900-9 em que é autor CARLOS ALBERTO PEREIRA e ré a UNIÃO FEDERAL. Dou fé. Secretaria da 1.^a Vara, Seção Judiciária do Pará, aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil.


DANIELA SERRA FREIRE

*Diretora de Secretaria da 1ª Vara,
em exercício*

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

19 ABR 2003

Em,  da Verdade

Roberto Oliveira Moraes
Escrevente Juramentado

W&C



C E R T I D ã O

Eu, **ROSE MAY BRARYMI BORGES**, Diretora de Secretaria da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, etc.

C E R T I F I C O, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, e a requerimento da parte interessada, que os Sr^(a)s. Advogados **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, OAB/PA 8365, e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, OAB/PA 6796, patrocinaram judicialmente os processos, já arquivados e extintos sem julgamento do mérito por indeferimento da inicial, a seguir relacionados: 97.4456-0, 97.4203-0, 97.3207-1, 97.3186-2, 97.3177-3 e 97.3167-1. Que os mesmos patrocinam judicialmente os seguintes processos ainda em trâmite regular perante esta Vara Federal: 97.7103-0, 97.6058-1 e 97.6980-3. Certifico, finalmente, que a retro mencionada advogada também patrocina judicialmente o processo nº 97.7905-2. O referido é verdade e dou fé. *****

Belém, 18 de janeiro de 2000.

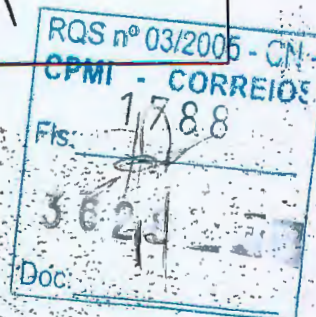
ROSE MAY B. BORGES
Diretora de Secretaria da 2ª Vara

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

19 ABR 2000

Em, Sinel da Verdade

Roberto Guineira Macedo
Escrivão de Cartório





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
CERTIDÃO Nº 05/2000

Eu, **MARIA DAS NEVES MIRANDA DA SILVA**, Bacharela em Direito, Diretora de Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Pará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me foram conferidas por Lei, e a requerimento de **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, advogado, inscrito na OAB-PA sob o nº 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, advogada, inscrita na OAB-PA sob o nº 6796, que ambos os advogados exercem atividade profissional perante esta terceira Vara, sendo que o Dr. **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL** atua nos seguintes processos: 1997.39.00.006986-0, 2000.39.00.000715-7 e 2000.39.00.002204-8, todos ainda em andamento, enquanto que a Drª. **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES** atuou nos processos a seguir relacionados: 1997.39.00.003164-3, 1997.39.00.003172-0, 1997.39.00.003173-2, 1997.39.00.003182-1, 1997.39.00.003183-4, 1997.39.00.003185-0, 1997.39.00.3190-8, 1997.39.00.003192-3, 1997.39.00.003200-2, 1997.39.00.003205-6, 1997.39.00.003215-8, 1997.39.00.003463-3, 1997.39.00.003694-3 e 1997.39.00.007903-7, todos já arquivados. O referido é verdade. Dou fé.

Secretaria da 3ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil.

Maria das Neves Miranda da Silva
MARIA DAS NEVES MIRANDA DA SILVA
Diretora de Secretaria da 3ª Vara



CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentica e dou fé.

Belém, 18 ABR. 2000

ANA L. SANTOS
Escrivente

CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS

1789

3620

Doc: 1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
1ª REGIÃO - ESTADO DO PARÁ
QUINTA VARA

CERTIDÃO

Eu, **Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo**,
Diretor de Secretaria da 5ª Vara, no uso de minhas
atribuições legais...

CERTIFICO, a requerimento da **Drª Regina Fátima Lemos Alves OAB/PA nº 6796**, que perante esta Vara tramitam e/ou tramitaram os autos dos processos nºs 97.3169-7, 97.3174-5, 97.3176-0, 97.3178-6, 97.3181-9, 97.3184-7, 97.3187-5, 97.3197-7, 97.3204-3, 97.3208-4, 97.3209-7, 97.3213-2, 97.3461-8, 97.4815-3, 97.7902-4, 97.7904-0, 98.3324-1, sob o patrocínio da referida advogada. CERTIFICO, também, que o Dr. **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL OAB/PA nº 8365**, patrocina as causas que tramitam nesta vara sob os nºs 97.8184-7, 97.7621-2, 97.7431-2.

O referido é verdade e dou fé.

Belém, 17 de abril de 2000.

Fernando
Fernando Antonio Campos Miranda Rabelo
Diretor de Secretaria da 5ª Vara



CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Maezel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Compare com o Original.
Autentica e dou fé.

Belém, 18 ABR. 2000

ANA C. SANTOS
Escritor

CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

Fis: 1790

3628

Doc: 10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - 6ª VARA

**ANTENOR DOS REIS MONTE, Diretor de
Secretaria desta Vara Federal, no uso de suas
atribuições legais etc.**

C E R T I F I C A, a pedido dos Srs. Advogados: **José
Isaías de Albuquerque Cabral, e Regina Fátima Lemos Alves, inscritos na
OAB/PA sob os nº 8365 e 6796, respectivamente, que em consulta aos
registros da Secretaria a seu cargo, mais especificamente nos autos dos
processos de nº 94.5932-9, 94.4767-3, 94.4021-0, 94.751-5, 95.287-6, 93.3706-
4, 93.4971-2, 94.5418-1, 95.8735-9, 94.759-0, 94.1207-1, 93.4552-0, 93.4655-1,
93.4944-5, 93.4444-3, 94.1396-5, 94.4532-8, 94.5610-9, 93.1296-7, 94.5407-6,
94.5809-8, 93.4340-4, 99.0009151-0, 94.1264-0, 93.2910-0, 93.2149-4,
93.4506-7, 94.1210-1, 94.1255-1, 94.4315-5, 93.2037-4, 94.5144-1, 94.5150-6,
94.6121-8, 93.4464-8, 94.5416-5, que figura como parte a Caixa Econômica
Federal -CEF, constatou-se que exercem a advocacia como Procuradores da
Caixa Econômica Federal, ambos os requerentes.. O REFERIDO É
VERDADE E DOU FÉ. Belém/PA, 17 / 04 / 2000. Eu, ve (Vinicius
Noronha da Costa), Técnico Judiciário, digitei e conferi, e eu, Antenor dos
Reis Monte, Diretor de Secretaria, elaborei, reconferi e subscrevo**

ANTENOR DOS REIS MONTE
Diretor de Secretaria da 6ª Vara



CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 18 ABR. 2000

ANA CRISTANTOS
Escriturante

CARTÓRIO CONDURU nº 03/2005 - CN -
CORREIOS

Fls: 1791

3628

Doc:



PARÁ
FCS: 469
7
pl

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - 7ª VARA
Rua Domingos Marreiros, 598, Belém/PA.
CEP: 66055-210. Fone/Fax: 241.2921

CERTIDÃO

Eu, **Laurimar dos Santos Rodrigues**, Diretora de Secretaria da 7ª Vara, no uso de minhas atribuições legais...

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que os Advogado(a)s **JOSÉ SAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, OAB/PA n.º 8365, **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, OAB/PA n.º 6796, atuam efetivamente nos processos abaixo relacionados, todos em tramitação neste Juízo, a partir das datas especificadas nos respectivos processos:

| Processos | Data | Processo: | Data |
|----------------|----------|-----------|----------|
| 95.8736-7..... | 08/07/99 | 93.2150-8 | 29.02.00 |
| 94.4427-5..... | 08/07/99 | 94.4020-2 | 29.02.00 |
| 94.168-1..... | 08/07/99 | 93.4337-4 | 29.02.00 |
| 94.1167-8..... | 08/07/99 | 94.4348-1 | 29.02.00 |
| 94.6057-2..... | 08/07/99 | 94.5933-7 | 29.02.00 |
| 94.5808-0..... | 08/07/99 | 94.1392-2 | 29.02.00 |
| 94.4538-7..... | 08/07/99 | 94.5153-0 | 29.02.00 |
| 93.3281-0..... | 08/07/99 | 95.8734-0 | 29.02.00 |
| 94.5149-2..... | 08/07/99 | 93.2044-7 | 29.02.00 |
| 94.4314-7..... | 22/09/99 | 93.4654-3 | 29.02.00 |
| 97.5157-0..... | 22/07/99 | 94.1282-9 | 29.02.00 |
| 94.5326-6..... | 30.07.99 | 93.3108-2 | 29.02.00 |
| 93.4472-9..... | 30.07.99 | 94.1214-4 | 29.02.00 |
| 93.4461-3..... | 30.07.99 | 94.163-0 | 29.02.00 |
| 94.5152-2..... | 30.07.99 | 94.1201-2 | 29.02.00 |
| 93.3316-6..... | 30.07.99 | 93.4382-0 | 29.02.00 |
| 93.2061-7..... | 29.10.99 | 93.424-7 | 22.09.99 |
| 94.261-0..... | 22.09.99 | 93.4441-9 | 29.02.00 |

O referido é verdade e dou fé.

Belém, 18 de abril de 2000.

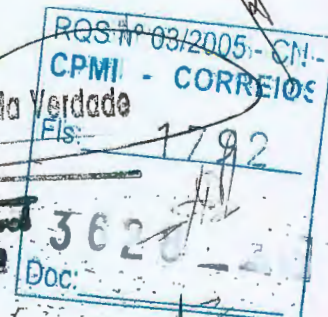
Laurimar dos Santos Rodrigues
Diretora de Secretaria da 7ª Vara

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via

19 ABR 2000

Em, da Verdade

Roberto Oliveira Moraes
Escritor de Cartório



4.

CERTIDÃO

Em cumprimento ao R. Despacho exarado no requerimento de **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, OAB/PA-8365, e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, OAB/PA-6796**, advogados, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, com endereço profissional na Tv. São Pedro, nº 566, Edifício Carajás, Sala 205, CEP: 66023/570, eu, **MARIA MADALENA FARIAS GOMES, Diretora de Secretaria da Primeira Vara do Trabalho de Belém**, **CERTIFICO** que os advogados acima referidos atuaram nos Processos abaixo relacionados, conforme procuração que constam nos referidos autos.

Processos

PARTES

001-1777/96-0-

Recte: ERAALDO JOSÉ CARVALHO

Recdo: CENTURION SERVIÇOS GERAIS LTDA

001-486/98-9

Recte: EVANILSON LIMA DE ABREU

Recdo: PANIFICADORA JUCÉLIA

001-1702/98-5

Recte: JANE MARIA MATOS DE OLIVEIRA

Recdo: SOCIEDADE CIVIL ESC. PRIMÁRIA SUIÇO

BRASILEIRO

001-930/98-2

Recte: JONAS COSTA DE LIRA

Recdo: CARLOS ALBERTO PEREIRA

001-139/99-6

Consigte: LACUTICHO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Consigdo: LEILA NASCIMENTO DOS SANTOS

O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezesete dias do mês de abril do ano dois mil. Eu, *Neucy Rodrigues* de Oliveira, (Técnica Judiciária), digitei. E, Eu, *Maria Madalena Farias Gomes* (MARIA MADALENA FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, subscrevi.

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DOS MI
Escrevente

CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CM -
CORREIOS
Fls: 1793

3622-29
Doc:



SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento dos advogados JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, inscrito na OAB/PA sob o nº 8365 e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES - OAB/PA 6796, eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém, Certifico que os referidos advogados, patrocinaram os seguintes processos: PROC.2ª JCJ-838/95; 292/97; 1512/97; 1817/97; 097/98 e 1725/98. O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ. Secretaria da MM. 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, aos 18 dias do mês de abril do ano de e dois mil. Eu

Terezinha de Jesus da Costa Dias Silva, Supervisora de Processos em Geral, digitei. E eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria, subscrevi.

Antonio de Jesus
Diretor de Secretaria

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrivente

CARTÓRIO CONDURU

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1784

3628

Doc: 11

16

2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

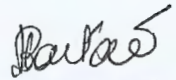
CERTIDÃO

Em atendimento ao requerimento formulado por JOSÉ
ISAÍAS DE ALBUQUERQUE, OA/PA Nº 8365 e REGINA DE FÁTIMA LEMOS ALVES.
OAB/PA Nº 6796, com endereço profissional nesta cidade à Trav. São Pedro, 566, s/205, eu,
RUTH DA SILVA LEITÃO, Diretora de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Belém, em
substituição, CERTIFICO que o requerente patrocinou os interesses das empresas reclamadas,
conforme procurações outorgadas pelas mesmas, nos processos abaixo relacionados:

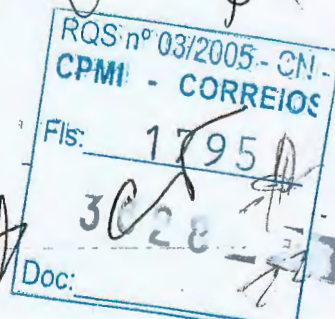
| PROCESSO | RECLAMANTE | RECLAMADO |
|-----------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| 3ª VTB-723/1998 | Mauro José Dias Pinheiro | A província do Pará |
| 3ª VTB-157/1999 | Waldselma de Jesus Silva Loureiro | Ação Social N. S. do Loreto |

O referido é verdade e dou fé

Belém, 19 de Abril de 2000


RUTH DA SILVA LEITÃO
Diretora de Secretaria,
em substituição

2



14

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

=====

2

Em cumprimento ao que requerido pelo interessado, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que o Dr. JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, funcionou como patrono de uma das partes nos autos dos processos conforme abaixo:

4ª VT-905/1997-7 Reclamante: Raimunda Jucilene Rodrigues da Silva

Reclamado: V. N. Confecções Ltda

4ª VT-1836/1998-4 Reclamante: José Eduardo Pontes da Silva

Reclamado: Micro Mania Informática Ltda

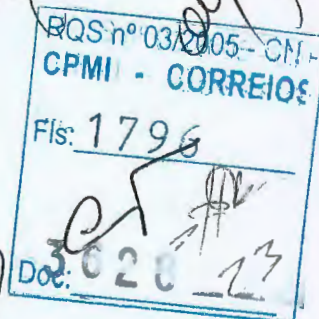
4ª VT-392/2000-X Reclamante: Lindalva Pereira Serrão

Reclamado: Damea Gorayeb Santos Fonseca

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, aos 14
de abril de 2000.


MARCOS FRANÇA LEÃO
Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
CERTIDÃO



3

CERTIFICO, para os devidos fins, em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento do(a)s Sr(a)s. JOSÉ ISAÍAS DE ALBURQUERQUE CABRAL, OAB/PA 8365, REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, OAB/PA 6796, que os requerentes atuam como Advogados de uma das partes nos Processos abaixo relacionados, conforme procurações outorgadas e constante dos autos:

PROCESSO

1101/97

1325/97

1098/97

0696/98

0879/98

0906/98

PARTES

SÍLVIA HELENA AZEVEDO REIS

MARIA HORTÊNCIA PEREIRA GOMES

JOSIVALDO MONTEIRO GOMES

H D INDÚSTRIA, COM. E SERVIÇOS LTDA

RAIMUNDO FERREIRA BARBOSA

MAISON MODERNE COM. E IND. DE IMP. E

EXPORTAÇÃO

JOSÉ CARLOS GOUVEA PENA

DISTRIBUIDORA AMAPAENSE DE BEBIDAS
LTDA

RICARDO DOS ANJOS PICANÇO

CLUBE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS
DA AERONÁUTICA

SIDNEY MENDONÇA BALCAZAR

VÂNIA MARIA SILVA BARBALHO

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Belém, 17.04.2000.

MARIA JOSÉ COSTA MODA BELTRÃO

Diretora de Secretaria
5ª VT de Belém

CARTÓRIO CONDURÚ - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritora



RQS nº 00/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 1797

3020-20

Doc:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SEXTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM
Trav. Dom Pedro I, 750 - CEP 66050-100 - Umarizal - Belém-Pará

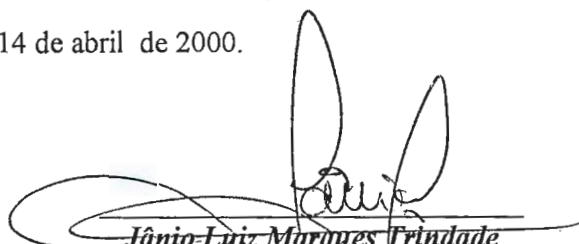
CERTIDÃO

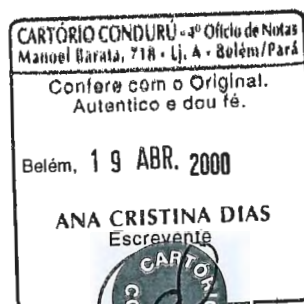
CERTIFICO, para os devidos fins, e em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolizada sob o nº 29206 e 32064, que o Dr. José Isaías de Albuquerque Cabral, OAB-PA 6796, patrocina as causas nos processos que tramitam(ram) por esta Vara sob os números abaixo relacionados:

| Processos | Partes |
|-----------|---|
| 1032/97 | Maria de Lourdes Silva da Fonseca x GRACIANE CHAGAS |

O REFERIDO É VERDADE. //////////////////////////////////////

Belém, 14 de abril de 2000.


Jânio Luiz Marques Frindade
Assistente-Chefe da Seção de Processos
da Sexta VJ de Belém





CERTIDÃO

Por solicitação dos Drs. **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, advogados. Eu, **ISABELA CARLA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA**, Diretora de Secretaria desta **SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, **CERTIFICO** para os devidos fins, a atuação dos peticionantes em processos em trâmite nesta Vara Trabalhista, conforme abaixo discriminados.

PROC. 7ª VT-1063/1997

PROC. 7ª VT-1593/1997

PROC. 7ª VT-1640/1997

PROC. 7ª VT- 0152/1998

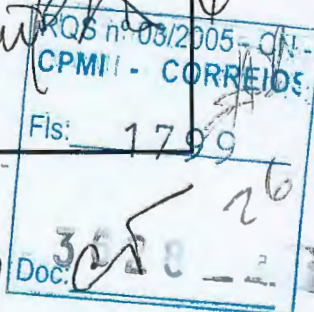
PROC. 7ª VT-0913/1998

PROC. 7ª VT- 0068/1999

O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Belém
Em, 17 de abril de 2000.


Isabela Carla Lopes de Oliveira Sousa
Diretora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO 8ª REGIÃO
OITAVA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

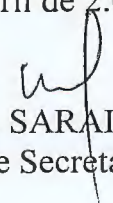
CERTIDÃO

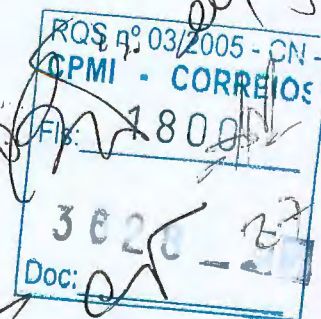
Certifico, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao despacho exarado pela Exma. Sra. Juíza do Trabalho, Dra. CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA, no exercício da titularidade da MM. Oitava Vara do Trabalho de Belém, que os advogados JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL OAB/PA 8365 e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES OAB/PA 6796, ambos com escritório nesta cidade de Belém à Trav. São Pedro nr 566 - Ed. Carajás - Sala 205, atuam há mais de 02 (dois) anos nesta Justiça Especializada e patrocinaram, regularmente habilitados nos autos, os processos abaixo relacionados, desta 8a. Vara do Trabalho de Belém.

PROCESSOS: 803/97, 442/95, 900/97, 1199/95, 1461/97, 1647/97 e 1052/98.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém/Pa, 19 de abril de 2.000


NEREIDA FADUL SARAIVA DE MEDEIROS
Diretora de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

1

CERTIDÃO

Atendendo ao requerimento formulado por **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL, OAB/PA 8365**, e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, OAB-PA 6796**, estabelecidos com escritório na Trav. São Pedro, 566, Ed. Carajás - Sala 205, Batista Campos, nesta cidade, **eu, MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA**, Diretor de Secretaria da **009 VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, **CERTIFICO** que, à vista dos fichários e arquivos desta MM. Secretaria, constatamos que os seguintes processos foram patrocinados pelos advogados requerentes, habilitados nos referidos autos:

| | |
|--------------------|--|
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0351/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | MARIA INÊS CHAVES DA COSTA |
| NOME DO RECLAMADO | LAVANDERIA MARAJÓ A SECO E VAPOR LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0076/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | ELEN LÚCIA GOMES MAGALHÃES |
| NOME DO RECLAMADO | THEMPO RECURSOS HUMANOS LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0010/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | PAULO SÉRGIO NUNES PORTO |
| NOME DO RECLAMADO | RICARDO ROSÁRIO DOS SANTOS |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0556/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | OBEDE DA SILVA CALANDRINA |
| NOME DO RECLAMADO | CÉLIA MARTINS DA SILVA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-1665/1997 |
| NOME DO RECLAMANTE | RAIMUNDO NONATO DE MATOS JÚNIOR |
| NOME DO RECLAMADO | PÉ NA TÁBUA IMP. EXP. COM. E REP. LTDA |
| NÚMERO DO PROCESSO | 9ª.VTB-0025/1998 |
| NOME DO RECLAMANTE | RUBENS RAQUEIO VILARINHO |
| NOME DO RECLAMADO | CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHABELA |

Secretaria da 9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

aos 17 dias do mês de abril de 2000.

MARCOS JOSIRAN ALVES DE LIMA

Diretor de Secretaria da 9ª JCJ de Belém

RQS nº 03/2005 - CN-
CPM BELÉM MORREIOS
Fls: 1801
3628
Doc: 3628



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

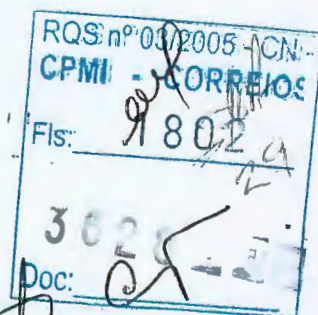
CERTIFICO, a requerimento de **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL** e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, advogados, inscritos na OAB/PA sob os nºs 8365 e 6796, respectivamente, que os requerentes acima militaram nesta Justiça Especializada nos últimos dois anos, com **ATUAÇÃO JUDICIAL**, nesta MM. Vara, nas seguintes ações trabalhistas:

- Proc. 010-394/1997, patrocinando a reclamada.
- Proc. 010-897/1997, patrocinando a reclamada.
- Proc. 010-460/1998, patrocinando o reclamante.
- Proc. 010-2028/1999-8, patrocinando o reclamante.
- Proc. 010-2027/1999-6, patrocinando o reclamante.
- Proc. 010-2012/1999-4, patrocinando o reclamante.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Belém, 17 de abril de 2000.

FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO CARDOSO
Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
TV. D. PEDRO I, 746 - CEP 66050-100

CERTIDÃO

2

CERTIFICO, para os devidos fins e atendendo a requerimento do(s) Advogado(s) **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, inscrita na OAB/PA sob o nº 6796, Patronos(a) da Reclamada, atuaram como Advogados, nos autos do **PROC 011-0608/97-2**, com autuação em 24.04.97, em que são partes **MARCIA REGINA REIS RESENDE**, reclamante e **H D INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, reclamada, estando os autos arquivados sob o nº 6114/98; que nos autos do **PROC 011-01631/96-6**, com autuação em 30.10.96, em que são partes **CARLOS AMINTAS FURTADO GOMES**, reclamante e **CENTURION SERVIÇOS GERAIS LTDA**, reclamada, que nenhuma das partes juntou Procuração com o patrocínio dos querentes, estando os autos arquivados sob o nº 6046/98; que os Advogado(s) **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, inscrita na OAB/PA sob o nº 6796, Patronos do Reclamante, atuaram como Advogados, nos autos do **PROC 011-1774/97-2**, com autuação em 25.11.97, em que são partes **JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA**, reclamante e **ANTÔNIO S DA S MARTINS**, reclamada, estando os autos arquivados sob o nº 6481/98; que os Advogado(s) **JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, inscrito na OAB/PA sob o nº 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, inscrita na OAB/PA sob o nº 6796, Patronos do Reclamante nos autos do **PROC 011-2044/99-6**, com autuação 17.12.99, em que são partes **CARLOS ROBERTO CHAVES DA SILVA**, reclamante, e **CAFÉS FINOS BELÉM LTDA**, reclamada, estando os autos em fase de arquivamento, em face da ausência do reclamante na audiência inaugural; que os autos do **PROC 011-0141/2000-8**, com autuação em 27.01.2000, em que são partes **NILTON SANTOS DA SILVA HOLANDA**, reclamante e **NUGESA EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA**, reclamada, foram remetidos a MM VT de ANANINDEUA, em face da exceção de competência em razão do lugar acolhida por este Juízo.

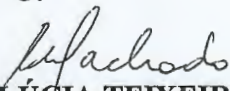
O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Belém, 17.04.2000.


BENEDITO MARQUES DE MATOS

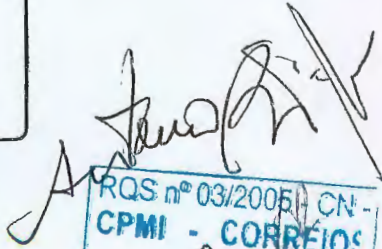
Diretor de Secretaria

VISTO:


MARIA LÚCIA TEIXEIRA MACHADO
Juíza do Trabalho Substituta

| |
|---|
| CARTÓRIO CONDURÚ - 4º Ofício de Notas
Mannoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará |
| Confere com o Original.
Autentico e dou fé. |
| Belém, 19 ABR. 2000 |
| ANA CRISTINA DIAS
Escrevente |




RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 98.05
3025-27

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

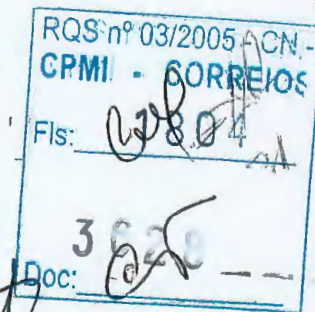
12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os senhores advogados **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, OAB/PA nº 8365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, OAB/PA nº 6796, domiciliados nesta cidade, com endereço profissional nesta cidade à Trav. São Pedro nº 566, Ed. Carajás – Sala 205 – CEP: 66023-570, atuaram nos processos 12ª VT-1762/98, 12ª VT-101/99, 12ª VT-1454/99-9.

Em, 19.04.2000

Rosa Alves
ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES
Diretora de Secretaria



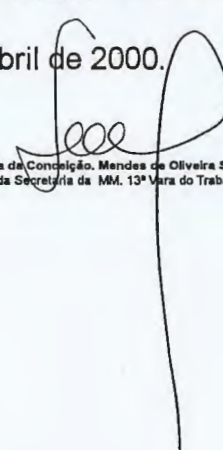
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

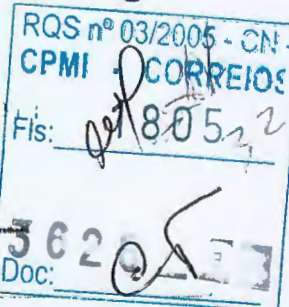
C E R T I D ã O

Em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento de **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL**, OAB/PA Nº 8.365 e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, OAB/PA Nº 6.796, eu, **MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DE OLIVEIRA SIROTHEAU**, diretora da Secretaria da Décima Terceira Vara do Trabalho de Belém, **CERTIFICO**, que à vista dos arquivos, fichários e processos desta Secretaria, os requerentes exercem ou exerceram a advocacia no processo trabalhista, conforme abaixo. **O REFERIDO É VERDADE.**

Processo : 13ª VT - 0260/1997-X
Reclamante : CENTURION SERVIÇOS GERAIS LTDA
Reclamada : DENGELO BORGES PACHECO

Belém, 19 de abril de 2000.


Maria da Conceição Mendes de Oliveira Sirotteau
Diretora da Secretaria da MM. 13ª Vara do Trabalho de Belém



Maria da Conceição Mendes de Oliveira Sirotteau
Diretora da Secretaria da
13ª Vara do Trabalho de Belém



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

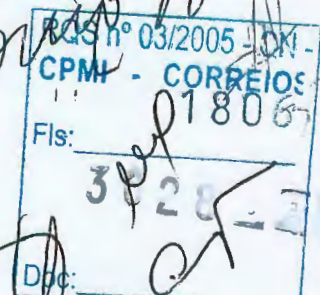
CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que os advogados JOSÉ ISAÍAS DE ALBUQUERQUE CABRAL e REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES, inscritos na OAB-Pa sob os números 8365 e 6796, respectivamente, com escritório na Tv. São Pedro, nº 566 - Ed. Carajás - SALA 205, nesta cidade, atuaram no processo abaixo referido, patrocinando o seguinte reclamante:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|----------------|--------------------------------|
| 014-520/2000-5 | CARLOS ROBERTO CHAVES DA SILVA |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Belém, 14.04.2000


Neuzen Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8a. REGIÃO
MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ANANINDEUA

CERTIDÃO

Em cumprimento ao r. despacho exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Titular, em requerimento dos Srs. Advogados: **JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL** e **REGINA FÁTIMA LEMOS ALVES**, CERTIFICO que os mesmos patrocinaram os seguintes processos neste juízo: **AN-1130/99, AN-492/99, AN-579/99, AN-2241/98, AN-2395/98, AN-2300/98, AN-2356/98, AN-2272/98, AN-2317/98, AN-2262/98 e AN-2311/98. O REFERIDO É VERDADE.** Dou Fé. Secretaria da VTB de Ananindeua, aos 19 de abril de 2000.//

Adiel da Costa
Diretor de Secretaria
ICJ / Ananindeua

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mansel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 8017

3628
Doc:



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA &
ASSESSORIA S/C.**

1
ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ETC/DR/PA
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.
ABERTURA: DIA 20/04/2000. ÀS 9:00 hs.**

PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº 02

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

Doc: 3628
FIS: _____
RQS nº 03/2005 - CN:
CPMI 1808REISS

FS: 405
[Handwritten signature]



FLS. 486
7

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

ATT.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS - 3/2000

Prezados Senhores,

Nos termos do item 4.4 do Edital de Tomada de Preços sob referência, o escritório CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, vem apresentar PROPOSTA TÉCNICA, para julgamento dessa respeitável Comissão de Licitação:

1. TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

2. OBJETO:

2.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

3. DECLARAÇÃO DE ADESÃO AOS TERMOS DO EDITAL, EM ANEXO

4. ADVOGADOS QUE POSSUEM VÍNCULO COM A LICITANTE, COMPROVADO CONFORME INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO E ALTERAÇÕES EM ANEXO:

4.1. José Célio Santos Lima, bacharel em direito, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258 e na OAB/AP sob o nº 577-A

4.2. Carlos Vinícius Blanco Rendeiro, bacharel em direito, inscrito na OAB/PA 8714

4.3. Adeilson Batista Mendes, bacharel em direito, inscrito na OAB/PA 9366

5. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

5.1. atuação em órgãos da administração pública federal (atestados anexos)

- a) Banco do Brasil S/A
- b) Banco da Amazônia S/A, contrato através de licitação para DEFESA do BASA em todo o Estado do Pará e Amapá
- c) Banco da Amazônia S/A, contrato através de licitação para COBRANÇA DE CRÉDITOS nos Estados do Pará e Amapá;
- d) Banco da Amazônia S/A, contrato através de licitação para atuação em QUESTÕES TRABALHISTAS;
- e) Banco da Amazônia S/A – contrato através de licitação para atuação na área PENAL.

5.2. atuação em órgãos privados (atestados anexo)

- a) CIEXP – Comércio Importação e Exportação Ltda
- b) MLC – Terraplanagem e Serviços Ltda
- c) Executiva Serviços de Vigilância Ltda
- d) Executiva Temporários e Efetivos
- e) Scovan Serviços Gerais Ltda
- f) SGE Serviços Gerais de Engenharia Ltda
- g) Agropecuária Olinda S/A
- h) VARG Consultoria e Serviços Ltda

Antônio
Fis: 1803
Doc: 1028-2

PROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1803
Doc: 1028-2



CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

FLS 48
✓

- i) Tear Vigilância Ltda
- j) Blit'z Segurança e Vigilância Ltda
- 5.3. atuação judicial no âmbito da Justiça Federal, conforme certidões em anexo
- 5.4. atuação judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme certidões em anexo

Belém(PA), 20 de abril de 2000

Célio Lima & Advogados Associados S/C
José Célio Santos Lima – Sócio Gerente

Autógrafo
RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3028
2-4



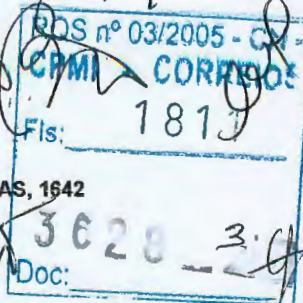
FLS: 488
7

DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento ao item 4.4, letra b, do Edital de Tomada de Preços nº 3/2000, junto a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ, que formalizamos plena adesão aos termos do edital sob referência.

Belém(PA), 20 de abril de 2000

Célio Lima & Advogados Associados S/C
José Célio Santos Lima – Sócio Gerente





FLS: 48
7

INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL
DENOMINADA CÉLIO LIMA & ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C.

JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6258-OAB/Pa e do CPF: 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo de Seixas, nº 1642, e **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, únicos sócios componentes da Sociedade Civil denominada de **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, com sua sede que fora estabelecida na Rua Dom Romualdo de Seixas, 1642, Umarizal, 66055-200, Belém-Pa, com seu Contrato Social arquivado no Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, sob o nº de ordem - 61952, Livro A, nº 01, registrado sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: A Sociedade altera os sócios da empresa.

1- Ingressa na sociedade o sócio **ADEILSON BATISTA MENDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 9366, portador da Cédula de Id. 1.411.504 SSP/PA, CPF/MF : 711.645.883-20, residente a Av. Santarém, 292, Conj. Médice I, Marambaia, Belém-Pará, onde assume as cotas do sócio **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, cedendo e transferindo 25 (VINTE E CINCO) de suas cotas de capital, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar em tempo algum.

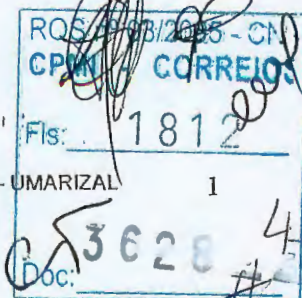
CLAUSULA SEGUNDA: A sociedade altera o seu capital, que passa ser de R\$-10.000,00 (DEZ MIL REAIS), devidamente integralizado pelos sócios e moeda corrente, correspondente a 1.000 (mil) COTAS com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada cota, passando a sua distribuição da seguinte forma:

1 - O capital social R\$- 10.000,00 (dez mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1000 (mil) cotas de R\$-10,00 (dez reais) cada, face a alteração de entrada de sócio e aumento de capital, e feita nova recomposição, ficará assim distribuído:

JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA 950 (novecentos e cinquenta) cotas = R\$ 9.500,00

CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00

ADEILSON BATISTA MENDES 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00





Fls. 490
7

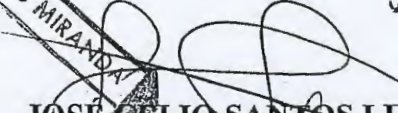
CLÁUSULA TERCEIRA: As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não foram modificadas pelo te instrumento, continuam em pleno vigor..

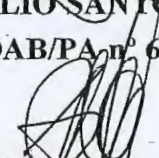
Outrossim, os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade em função de condenação criminal.

E por estarem assim justos e contratados lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas.

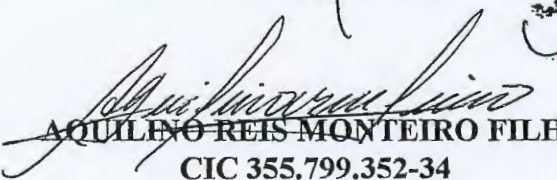
Belém-Pa, 13 de janeiro de 2000.


CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO
OAB/PA nº 8714


JOSE CELIO SANTOS LIMA
OAB/PA nº 6258


ADEILSON BATISTA MENDES
OAB/PA Nº 9366

TESTEMUNHAS:


AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO
CIC 355.799.352-34
CI 1975984 SEGUP/PA


VANJA SUELY RAMOS DA SILVA
CIC 425.741.372-72
CI 2188481 SEGUP/PA

CARTORIO KÓS MIRANDA
6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 668
Tels.: 241-0694 e 241-4437

Resenheço por ter conferido com
a(s) existente(s) em meu arquivado
a(s) assinatura(s) assinada(s) com

KÓS MIRANDA

Em sinal da verdade
Belém(PA) 13 de JAN 2000

M. T. Kós B. Miranda Furtado
Escrevente Juramentada

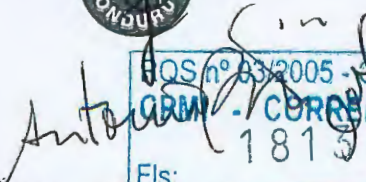
CARTÓRIO CONDURU - 1º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. 4 - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente




OS nº 83/2005 - 1ª
CRM - CORREIOS
1813
Fls: 2
36285
Doc:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

FC 549
7

CERTIDÃO Nº 05/2000-RS.

Eu, **OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR**,
Vice-Presidente da **ORDEM DOS**
ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO
DO PARÁ, nos termos da Lei, etc..

C E R T I F I C O, para fins de direito, que foi deferido:
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL
DENOMINADA **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C – JOSÉ**
CÉLIO SANTOS LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Identidade nº 6258-
OAB/PA e do CPF 031.715.312-91, domiciliado e residente nesta cidade à Rua D. Romualdo
de Seixas, 1642 e **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**, únicos sócios
componentes da Sociedade Civil denominada de **CÉLIO LIMA & ADVOGADOS**
ASSOCIADOS S/C, com sua sede que fora estabelecida na na Rua Dom Romualdo de
Seixas, 1642, Umarizal, 66055-200, Belém-Pa, com seu Contrato Social arquivado no Registro
de Títulos e Documentos 1º Ofício, sob o nº de ordem - 61952, Livro A, nº 01, registrado
sob o nº 2665, Livro A, nº 04 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, CGC: 01.718722/0001-
49, resolvem de comum acordo entre si e na melhor forma de direito, alterar o Contrato
Social, mediante as cláusulas e condições a seguir: **CLÁUSULA PRIMEIRA**: A sociedade
altera os sócios da empresa. 1- Ingressa na sociedade o sócio **ADEILSON BATISTA**
MENDES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 9366, portador da
Cédula de Identidade 1.411.504 SS/PPA, CPF/MF 711.645.883-20, residente a Av. Santarém,
292, Conj. Médici I, Marambaia, Belém-Pará, onde assume as cotas do sócio **CARLOS**
VINICIUS BLANCO RENDEIRO, cedendo e transferindo 25 (vinte e cinco) de suas cotas
de capital, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das mesmas, nada tendo a reclamar
em tempo algum. **CLÁUSULA SEGUNDA**: A sociedade altera o seu capital, que passa a ser
de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), devidamente integralizado pelos sócios e moeda
corrente, correspondente a 1.000 (mil) COTAS com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais)
cada cota, passando a sua distribuição da seguinte forma: 1- O capital social R\$- 10.000,00
(dez mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1000 (mil) cotas de R\$ 10,00 (dez reais)
cada, faça a alteração de entrada de sócio e aumento de capital, e feita nova recomposição,
ficará assim distribuído: **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**: 950 (novecentos e cinquenta) cotas
= R\$ 9.500,00; **CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO**: 25 (vinte e cinco) cotas = R\$
250,00 e **ADEILSON BATISTA MENDES**: 25 (vinte e cinco) cotas = R\$ 250,00.
CLÁUSULA TERCEIRA: As cláusulas do contrato anterior e demais alterações que não
foram modificadas pelo presente instrumento, continuam em pleno vigor. Outrossim, os
sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da
sociedade em função de condenação criminal. E, por estarem assim justos e contratados

Pç. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA, CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: 213-2117
Home Page: www.oab-pa.org.br - E-Mail: oabpa@oab-pa.org.br

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata 718 - Lj. A - Belém/Pará
RQS nº 03/2005 - 001
Belém, 18 de Maio de 2000
ANACRISTINA DIAS
Escritor
Doc. 620

Autenticado
CS
Al



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

FLS. 49
P

lavram este instrumento, em quatro vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios na presença de 2 (duas) testemunhas. Belém-Pa, 13 de janeiro de 2000. aa) CARLOS VINICIUS BLANCO RENDEIRO – OAB/PA 8714; JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA – OAB/PA 6258; ADEILSON BATISTA MENDES – OAB/PA 9366. Testemunhas: 1) Aquilino Reis Monteiro Filho – CIC 355.799.352-34 – CI 1975984-SEGUP/PA. 2) Vanja Suely Ramos da Silva – CIC 425.741.372-72 – CI 2188481 SEGUP/PA. Estas assinaturas estão devidamente reconhecidas pelo Cartório Kós Miranda - 6º Ofício de Notas. Esta alteração foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 19.01.2000 e encontra-se averbada no Livro nº 03 de Registro de Sociedade, às fls. 13, sob o nº 02. Secretaria da OAB/PA. Belém, 25 de janeiro de 2000.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR
Vice-Presidente da OAB - PARÁ

| |
|--|
| CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará |
| Confere com o Original.
Autentico e dou fé. |
| Belém, 19 ABR. 2000 |
| ANA CRISTINA DIAS
Escriturante |



[Handwritten signature]

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - C.A. |
| CPMI - CORREIO |
| Fis: 1815 |
| 3620 - |
| Doc: |

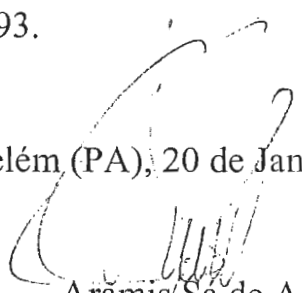
FLS 355
FLS 492

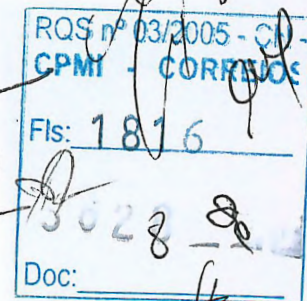
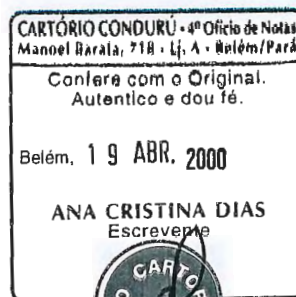
4

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Dr. **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, matrícula nº 5.394.785-1, pertence desde 03.03.1976, ao quadro de funcionários do Banco do Brasil S/A e atualmente está lotado na Assessoria Jurídica Regional no Pará e Amapá, exercendo a função de Advogado desde 01.05.93.

Belém (PA), 20 de Janeiro de 2000.


Aramis Sá de Andrade
Chefe de AJURE





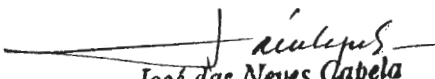
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

FLS: 494
7
Jul

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins de comprovação em processo licitatório, que o advogado **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, é, por licitação pública, contratado desta instituição financeira desde 08.10.99, contrato com vigência de 60 meses, para a prestação de serviços advocatícios, sem vínculo empregatício, na área penal, nas Justiças Estadual e Federal, com atuação no Estado do Pará, revelando, até a presente data, idoneidade profissional, presteza e qualidade nos serviços prestados.

Belém (PA), 25 de Janeiro de 2000


José das Neves Capela
Diretor Administrativo

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mannel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escritor

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Mannel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

CONF. Nº 03/2005 - ON -
MI - CORREIOS
1817

Fls: 3629

Doc: 1817



FLS. 49^a
7

4

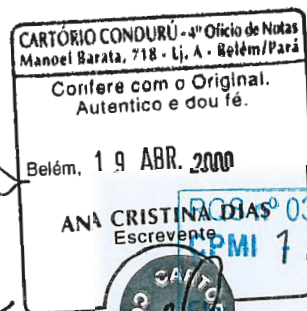
DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins de comprovação em processo licitatório, que o advogado **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, é, por licitação pública, contratado desta instituição financeira desde 17.04.98, contrato com vigência de 3 anos, para a prestação de serviços advocatícios, sem vínculo empregatício, em questões trabalhistas no Estado do Pará, revelando, até a presente data, idoneidade profissional, presteza e qualidade nos serviços prestados.

Belém (PA), 25 de Janeiro de 2000

José das Neves Capela
Diretor Administrativo

cl





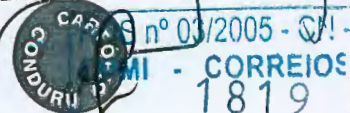
FLS-496
7

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins de comprovação em processo licitatório, que o advogado **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, é, por licitação pública, contratado desta instituição financeira para a prestação de serviços advocatícios, sem vínculo empregatício, no campo judicial e extrajudicial, para o patrocínio da defesa dos interesses do contratante em todas as ações, quer esteja no pólo ativo ou passivo processual, em todas as áreas do direito, com atuação nos Estados do Pará e Amapá, revelando, até a presente data, idoneidade profissional, presteza e qualidade nos serviços prestados.

Belém (PA), 25 de Janeiro de 2000


José das Neves Capela
Diretor Administrativo





BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

FUS 49
✓

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins de comprovação em processo licitatório, que o advogado **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, é, por licitação pública, contratado desta instituição financeira desde 06.02.98, contrato com vigência de 60 meses, para a prestação de serviços advocatícios, sem vínculo empregatício, de cobrança de créditos, com atuação nos Estados do Pará e Amapá, revelando, até a presente data, idoneidade profissional, presteza e qualidade nos serviços prestados.

Belém (PA), 25 de Janeiro de 2000


José das Neves Capela
Diretor Administrativo

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barata, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Confere com o Original.
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente

CARTÓRIO CONDURU

QST nº 03/2005 - C
SPMI - CORREIOS

1820

12/4

FV 11
3

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os fins de comprovação em processo licitatório, que o escritório GÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, inscrito no CGC/MF sob o nº 01.718.722/0001-49, com endereço à Rua D. Romualdo de Seixas, 1612 Umarizal, Belém/PA, presta serviços advocatícios para esta empresa nas áreas Trabalhista, Civil e Criminal, desde maio/98, com prazo de vigência indeterminado, tendo sob sua condução cerca de 06(seis) processos judiciais. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém, 14 de Janeiro de 2000.

Ciexp. Com. Imp. Exp. Pará Ltda.



CGC 22.989.610/0001-00

CARTÓRIO CONDURU - 4º Ofício de Notas
Manoel Barato, 718 - Lj. A - Belém/Pará

Reconheço a(s) firma(s) com o selo, feixe(s)
de ante mim pelo(s) próprio(s) punho(s) de

Belém, 19 ABR. 2000

Ana Cristina Dias

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente

Alcides Conduru Guindé

Antônio

CT

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 18234

Doc:

FLS: 496
3

DECLARAÇÃO

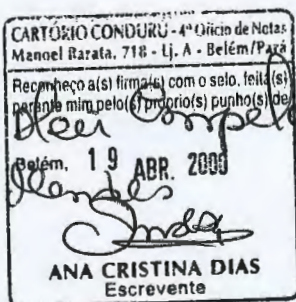
Declaramos para os devidos fins de comprovação em processo licitatório, que o **Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, Advogado, com registro na OAB, sob o nº 6258, possui contrato com esta empresa, onde presta serviços Advocatícios nas áreas, Trabalhista, Civil, Comercial E Criminal, desde Maio de 1996. Com prazo de vigência indeterminado, tendo sob seu patrocínio cerca de 08 (oito) processos

Declaro ainda que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.



Belém, 20 de janeiro de 2.000.

Alcir Campelo Mendes
EXECUTIVA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
ALCIR CAMPELO MENDES
DIRETOR ADMINISTRATIVO



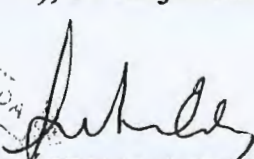
Autuário

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMIL 8 CORREIOS

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de comprovação em processo licitatório, que o escritório CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, inscrito no CGC/MF sob o nº 01.718.722/0001-49, com endereço à Rua D. Romualdo de Seixas, 1642, Umarizal, Belém/Pa, presta serviços advocatícios para esta empresa nas áreas Trabalhista, Civil e Criminal, desde março/98, por tempo indeterminado, tendo sob sua condução cerca de 12 (doze) processos judiciais. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém(PA), 11 de janeiro de 2000

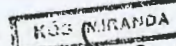

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA
Gerente da MLC Terraplanagem

CARTÓRIO KÓS MIRANDA

6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA

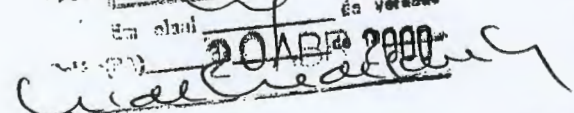
Av. Bráz de Aguiar, 663
Tels.: 241-0004 e 241-4437

Reconheço por ter conferido com
a(s) existente(s) em meu arquivado
a(s) assinatura(s) assinada(s) com

em


em
20 ABR 2000

da verdade


Maria da Nazareth Kós M. Moraes
Escritora Juruamentada

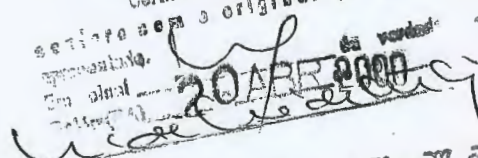
CARTÓRIO KÓS MIRANDA

6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA

Av. Bráz de Aguiar, 663
Tels.: 241-0004 e 241-4437

Certifico que a presente cópia
corresponde ao original que me foi
apresentado.

em
20 ABR 2000


Maria da Nazareth Kós M. Moraes
Escritora Juruamentada

Trav Rui Barbosa, 186 – Reduto – Belém/PA – CEP 66.053-260
CGC 02.794.369/0001-49 – Insc Munic 147.608-6

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1823 15
3628
Doc: -

DECLARAÇÃO

1

Declaramos para os fins de comprovação em processo licitatório, que o **Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, Advogado, com registro na **OAB/PA sob o nº 6258**, prestou serviços advocatícios para esta Empresa nas áreas Trabalhista, Civil, Comercial e Criminal no período de Outubro/97 à Setembro /99, que teve sob sua condução 12 (doze) processos. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém (PA), 19 de janeiro de 2.000.

VARG CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
Carlos Gean Ferreira de Queiroga
Diretor

ARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Office de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALICIA
Av. Bráz de Aguiar, 603
Tels.: 241-0694 e 241-4487
Certifico que a presente cópia
confero com o original que me foi
apresentado.
Em data 20 ABR 2000
de 2000
em Belém (PA)

ARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Office de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALICIA
Av. Bráz de Aguiar, 603
Tels.: 241-0694 e 241-4487
Reconheço por ter conferido com
a(s) existência(s) em meu arquivo
a(s) assinatura(s) assinada(s) com

Artório de Magalhães Kós M. Maciel
Escrevente Juramentado

Artório de Magalhães Kós M. Maciel
Escrevente Juramentado

Artório de Magalhães Kós M. Maciel
Escrevente Juramentado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1824
3628

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de comprovação em processo licitatório, que o **Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, Advogado, com registro na **OAB/PA sob o nº 6258**, prestou serviços advocatícios para esta Empresa nas áreas Trabalhista, Civil, Comercial e Criminal desde Maio/99, tendo sob seu patrocínio cerca de 05 (cinco) processos. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém-(PA)., 10 de janeiro de 2.000.

AGROPECUÁRIA OLINDA S.A
João Figueiredo Filho
Diretor Presidente

CARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Office de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 603
Tels.: 241-0804 e 241-4437
Certifico que a presente está
conforme com o original que me foi
apresentado.
Em data _____ de _____ de 2000
Belém (PA)

CARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Office de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 603
Tels.: 241-0804 e 241-4437
Ratificação por ter recebido com
esta(s) existente(s) em meu arquivar
e(s) assinatura(s) assinada(s) com
esta **KÓS MIRANDA**
Em data _____ de _____ de 2000

Atestado de José M. Marques
Procurador Jurídico

Atestado de José M. Marques
Procurador Jurídico
03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 1825
3628
Doc:

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de comprovação em processo licitatório, que o **Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, Advogado, com registro na **OAB/PA sob o nº 6258**, prestou serviços advocatícios para esta Empresa nas áreas Trabalhista, Civil, Comercial e Criminal desde Maio, com prazo de vigência indeterminado, tendo do seu patrocínio cerca de 04 (quatro) processos. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém-(PA) 10 de janeiro de 2.000.

João Figueiredo Filho
Sócio Diretor

CARTÓRIO KÓS MIRANDA
6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALICIA
Av. Bráz de Aguiar, 863
Telo.: 241-0694 e 241-4497
Certifico que a presente cópia
conferida com o original que me foi
apresentado.
Em data de 10 de Janeiro de 2000
Marta de Magalhães Kós M. Marques
Embravante Juramentada

CARTÓRIO KÓS MIRANDA

6.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALICIA

Av. Bráz de Aguiar, 863
Telo.: 241-0694 e 241-4497

Reconheço por ter recebido esta(s) existente(s) em meu arquivo
e a(s) assinatura(s) assinada(s) com

em data de 10 de Janeiro de 2000

Em data de 10 de Janeiro de 2000

2000-000005-CN-
CPMI
CORREIOS
Fis: Kós 6258
3528 18
Doc: _____

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de comprovação em processo licitatório, que o **Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, Advogado, com registro na OAB, sob o nº 6258, possui contrato com esta empresa, onde presta serviços Advocatícios nas áreas, Trabalhista, Civil, Comercial E Criminal, desde Maio de 1996. Com prazo de vigência indeterminado, tendo sob seu patrocínio cerca de 08 (oito) processos

Declaro ainda que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

ARTÓRIO KÓS MIRANDA
 6.º Ofício de Notas
 R. T. de Kós Miranda
 TABELIA VITALICIA
 Av. Bráz de Aguiar, 663
 Tels.: 241-0694 e 241-4437
 Reconheço por ter a firma com
 a(s) existente(s) em meu arquivado
 e a(s) assinatura(s) assinada(s) com
 esta **KÓS MIRANDA** em
 Em sinal de verdade
 de 19
 2000
 Manoel de Nazare Kós M. Marques
 Escrevente Juramentada

KÓS MIRANDA
 Belém, 20 de janeiro de 2.000.
SCOVAN SERVIÇOS GERAIS LTDA
ARTÓRIO KÓS MIRANDA
 6.º Ofício de Notas
 R. T. de Kós Miranda
 TABELIA VITALICIA
 Av. Bráz de Aguiar, 663
 Tels.: 241-0694 e 241-4437
 Certifico que a presente cópia
 representa o original que me foi
 apresentada
 Em sinal de verdade
 de 19
 2000
 Manoel de Nazare Kós M. Marques
 Escrevente Juramentada

Belém: Rua Domingos Marreiros, nº 109 - Fone tronco Principal: 242-9414 - Fax 242-5046
 Belém - Pará - Insc. C.G.C.: 83353.912/0001-74 - Inscrição Estadual: 15.200.552-8

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMT - CORREIOS
 Fls: _____
 3628
 Doc: _____

7

Declaro ainda que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

4

EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA

(Handwritten signature)

RQS nº 03/2005 - QN -
 CPMI - CORREIOS
 1828
 Fls.:
 Cacula) - Fones/Fax: (091) 246-9414
 570.145/0001-10 - Insc. Est. ISENT0
 0 - Pará - CGC 63.670.145/0008-46
 Doc:

A

Belém-(PA)., 25/de janeiro de 2.000.

Em olho da verdade

Centros com o original
presentado.

Manila de Magaya F. M. Magaya
Barroto, 2000

Alameda da Magalhães Kós M. Almeida

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
Fis: 1829
3628
Doc:



1

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de comprovação em processo licitatório, que o Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, Advogado, com registro na OAB/PA sob o nº 6258, prestou serviços advocatícios para esta Empresa nas áreas Trabalhista, Civil, Comercial e Criminal no período de Outubro/97 à Setembro /99, que teve sob sua condução 05 (cinco) processos. Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória e com reconhecida capacidade técnica.

Belém-PA, 19 de janeiro de 2.000.

KÓS MIRANDA

TEAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

Antonio Eutíquio Santos de Vaconcelos
Diretor

ANTONIO KÓS MIRANDA
S.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 668
Tels.: 241-0694 e 241-4437

Certifico que a presente
apresentado.
Em sinal
Belém (PA)

Em sinal
Belém (PA)

Matia de Nazaré Kós M. Macquer
Escritório: 241-0694

ANTONIO KÓS MIRANDA

S.º Ofício de Notas
R. T. de Kós Miranda
TABELIA VITALÍCIA
Av. Bráz de Aguiar, 668
Tels.: 241-0694 e 241-4437

Reconheço por ter conferido com
(s) existente(s) em meu arquivo
(s) assinatura(s) assinada(s) com

KÓS MIRANDA

Em sinal

2000 nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
1830

Matia de Nazaré Kós M. Macquer
Escritório: 241-0694



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 04/2000 -NUCJU

JOSE MARIA BRITO COROA, Diretor do Núcleo Judiciário em exercício da Justiça Federal, Seção Judiciária do Pará, por nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e a requerimento de **ADEILSON BATISTA MENDES**, brasileiro, OAB/Pa nº 9366, devidamente despachado pelo Exmº. Sr. Juiz Federal Diretor do Foro, que consultando o Sistema de Controle Processual desta Seção Judiciária, encontrei os seguintes feitos:

| PROCESSO | VARA | CLASSE | FASE PROCESSUAL | REMESSA AO ARQUIVO |
|-------------------|------|----------------|-----------------|--------------------|
| 1999.39.0004185-7 | 5ª | AÇÃO CAUTRELAR | ARQUIVADO | 16/07/99 |

O referido é verdade e dou fé. Belém, em 26 de janeiro de 2000. Eu, Sonia Suely de Almeida Campelo, (Sonia Suely de Almeida Campelo), Supervisora da Seção de Certidão, digitei e conferi. E eu, Jose Maria Brito Coroa, (Jose Maria Brito Coroa), Diretor do Núcleo Judiciário em exercício, reconferi e subscrevo.

JOSE MARIA BRITO COROA
Diretor do Núcleo Judiciário
Em exercício

BRASIL 1988

Cartório de Notas - 4º Ofício de Notas
Miguel Arraes 710 - Lj. A - Belém/PA

Conferido com o Original
Autentico e dou fé.

Belém, 19 ABR. 2000

ANA CRISTINA DIAS
Escrevente

CARTÓRIO
CONDICIONADO

nº 03/2005 - CNJ

CPMI - CORREIOS

1831

625

Doc:



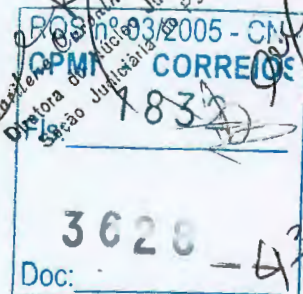
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

CERTIDÃO Nº 20/2000 -NUCJU

MARILENE CARVALHO DA SILVA,
Diretora do Núcleo Judiciário da Justiça
Federal, Seção Judiciária do Pará, por
nomeação legal, etc.

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me
são conferidas por lei e a requerimento de **JOSE CELIO SANTOS LIMA**,
OAB/PA nº 6258, devidamente despachado pelo Exmº. Sr. Juiz Federal Diretor
do Foro, que consultando o Sistema de Controle Processual desta Seção
Judiciária, encontrei os seguinte feitos sob patrocínio do requerente:

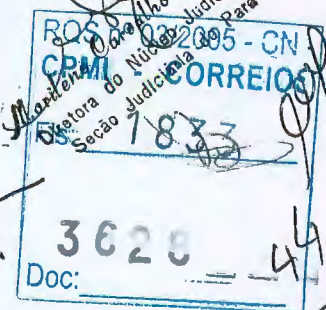
| PROCESSO | VARA | CLASSE |
|-----------|------|------------------------|
| 92.3231-1 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3232-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3237-0 | 101ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3243-5 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3245-1 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3246-0 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3248-6 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3253-2 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3254-0 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3260-5 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3325-3 | 101ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3328-8 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3331-8 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

| | | |
|-----------|----|------------------------|
| 92.3411-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3415-2 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3430-6 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3444-6 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.2449-7 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 92.3453-5 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2318-7 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2454-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2455-8 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2456-6 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2555-4 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2558-9 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2561-9 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2644-5 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2647-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2655-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2656-9 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2660-7 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2685-2 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2688-7 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2689-5 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2690-9 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2691-7 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2696-8 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2702-6 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2786-7 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2821-9 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2824-3 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

| | | |
|------------|------|------------------------|
| 93.2831-6 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2842-1 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.2848-0 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3014-0 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3019-1 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3020-5 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3022-1 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3045-0 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3046-9 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3052-3 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3056-6 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3059-0 | 6ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 93.3061-2 | 7ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 96.15955-6 | 101ª | EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS |
| 99.0133-2 | 5ª | AÇÃO ORDINÁRIA |

O referido é verdade e dou fé. Belém, em 17 de abril de 2000. Eu, Sonia Suely de Almeida Campelo, (Sonia Suely de Almeida Campelo), Supervisora da Seção de Certidão, digitei e conferi. E eu, Marilene Carvalho da Silva, (Marilene Carvalho da Silva), Diretora do Núcleo Judiciário, reconferi e subscrevo.

Marilene Carvalho da Silva
Diretora do Núcleo Judiciário

RQS nº 03/2005 - 3ª -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1834
3628
Doc: 45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE CASTANHAL

Avenida Paraná do Rio Branco, nº 1921
CEP - 66742-000 - Castanhal - Para.

CERTIDÃO

Em atenção ao requerimento formulado pelo Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, Advogado inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, eu AFRÂNIO DE ARAÚJO BRITO, Diretor de Secretaria, CERTIFICO para os devidos fins, que o requerente atuou judicialmente nos autos dos processos abaixo relacionados:

Relação de Processos contra a empresa EXECUTIVA RECUSOS HUMANOS LTDA

| | |
|-------------|--|
| Processo: | N.º 106.0128/2000-6 |
| Reclamante: | ALDENOR SOARES DE SOUSA |
| Processo: | N.º 106.173/2000-0 |
| Reclamante: | ANTONIO CARLOS FINHEIRO BITTENCOURT |
| Processo: | N.º 106.0094/2000-4 |
| Reclamante: | ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0310/2000-6 |
| Reclamante: | ANTONIO DA SILVA RIBEIRO |
| Processo: | N.º 106.0104/2000-3 |
| Reclamante: | FÁBIO SOARES DO PRADO |
| Processo: | N.º 106.0245/2000-X |
| Reclamante: | FANUEL DE JESUS FARIAS |
| Processo: | N.º 106.0109/2000-2 |
| Reclamante: | FERNANDO AUGUSTO CARNEIRO E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0112/2000-2 |
| Reclamante: | FRANCISCO DA SILVA SOUZA E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0110/2000-9 |
| Reclamante: | IRINEU MAJA ALVES E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0103/2000-1 |
| Reclamante: | JOÃO BATISTA BEZERRA DOS SANTOS |
| Processo: | N.º 106.0250/2000 |
| Reclamante: | JOÃO CARNEIRO DE SOUSA |
| Processo: | N.º 106.0312/2000-X |
| Reclamante: | JOSÉ CARLOS SILVA |
| Processo: | N.º 106.0105/2000-5 |
| Reclamante: | JOSÉ DA COSTA ALENCAR E OUTRO |

RQS nº 08/2005 - CM
CPMI - CORREIOS
Fls. 1835
Doc. 3028



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

17 FLS. 51

| | |
|-------------|--|
| Processo: | N.º 106.0113/2000-4 / |
| Reclamante: | JOSÉ VIEIRA E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0108/2000-0 / |
| Reclamante: | LUIZ CARLOS DANTAS MONTEIRO E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0107/2000-9 / |
| Reclamante: | MANOEL LOUREIRO DE SOUZA E OUTRA |
| Processo: | N.º 106.0246/2000-1 / |
| Reclamante: | PAULO ROBERTO ALVES CORRÊA |
| Processo: | N.º 106.0106/2000-7 |
| Reclamante: | PEDRO MOREIRA DA SILVA E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0311/2000-8 / |
| Reclamante: | RAIMUNDO ROMÃO RODRIGUES |
| Processo: | N.º 106.0126/2000-2 / |
| Reclamante: | RISALDO EXPOSTO DA CONCEIÇÃO |
| Processo: | N.º 106.0127/2000-4 / |
| Reclamante: | SILVANO BRITO DE SOUZA |
| Processo: | N.º 106.0247/2000-3 / |
| Reclamante: | VALDECI MONTEIRO DAS MERCES |
| Processo: | N.º 106.0164/2000-X / |
| Reclamante: | ADENILSON RAMOS DE GUSMÃO E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0119/2000-5 / |
| Reclamante: | AMARILDO DO VALE PEREIRA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.176/2000-6 / |
| Reclamante: | ANTONIO CARLOS BORGES DE HOLANDA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0153/2000-5 / |
| Reclamante: | ANTONIO CARVALHO DO NASCIMENTO |
| Processo: | N.º 106.116/2000-X / |
| Reclamante: | ANTONIO CLAUDIO OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0158/2000-4 / |
| Reclamante: | ANTONIO GONÇALVES DA SILVA |
| Processo: | N.º 106.0175/2000-4 / |
| Reclamante: | ANTONIO OLIVEIRA FERREIRA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0099/2000-3 |
| Reclamante: | CARLOS ANTONIO DA SILVA PEREIRA |

Autuado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1836
3028
Doc: _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| Processo: | N.º 106.0161/2000-4 / |
| Reclamante: | CARLOS ANTONIO RAMOS DA SILVEIRA |
| Processo: | N.º 106.0117/2000-1 / |
| Reclamante: | CARLOS HELENILSON MATOS DE OLIVEIRA |
| Processo: | N.º 106.0187/2000-0 / |
| Reclamante: | CLÁUDIO ALDO UCHÔA CAVALCANTE |
| Processo: | N.º 106.0133/2000-X / |
| Reclamante: | CLÁUDIO ALVES BARBOSA |
| Processo: | N.º 106.0152/2000-3 / |
| Reclamante: | DANIEL MORAES DOS SANTOS |
| Processo: | N.º 106.174/2000-2 / |
| Reclamante: | DOMINGOS OLIVEIRA DE CARVALHO E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0131/2000-6 / |
| Reclamante: | EDIMILSON DA SILVA F. SILVA |
| Processo: | N.º 106.0387/2000-8 / |
| Reclamante: | RAIMUNDO ORLANDO OLIVEIRA DE BARROS |
| Processo: | N.º 106.0157/2000-2 / |
| Reclamante: | EUCÊNIO TRINDADE DE BRITO |
| Processo: | N.º 106.0097/2000-X / |
| Reclamante: | FRANCIMAR XAVIER SANTOS |
| Processo: | N.º 106.0185/2000-7 / |
| Reclamante: | FRANCISCO DA SILVA ANDRADE |
| Processo: | N.º 106.0154/1000 / |
| Reclamante: | FRANCISCO DE ASSIS GARPAR |
| Processo: | N.º 106.0188/2000-2 / |
| Reclamante: | GENES CARNEIRO DA SILVA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.102/2000-X / |
| Reclamante: | ROCÉLIO DA COSTA SOUZA |
| Processo: | N.º 106.0382/2000-9 / |
| Reclamante: | JOÃO BERTOLDO DOS SANTOS FILHO |
| Processo: | N.º 106.0162/2000-6 / |
| Reclamante: | JOÃO CARVALHO PRIMO |
| Processo: | N.º 106.0101/2000-8 / |
| Reclamante: | JOÃO LOPES DE OLIVEIRA |



Autuado

17 FLS. 51

0

90

25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

17 FU:515

| | |
|-------------|---|
| Processo: | N.º 106.0134/2000-1 / |
| Reclamante: | JOÃO LUIZ ARAÚJO DA ROCHA E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0130/2000-4 / |
| Reclamante: | JOSÉ DOMINGOS DA SILVA |
| Processo: | N.º 106.0171/2000-7 / |
| Reclamante: | JOSÉ PEREIRA DE SOUZA E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0129/2000-8 / |
| Reclamante: | JOSÉ GILSON TRINDADE COSTA |
| Processo: | N.º 0098/2000-1 |
| Reclamante: | JOSÉ MARCINEY PEREIRA DE AZEVEDO |
| Processo: | N.º 106.0159/2000-6 / |
| Reclamante: | JOSÉ MARIA DA CUNHA |
| Processo: | N.º 106.0190/2000-0 / |
| Reclamante: | JOSÉ WILSON LIMA DA COSTA |
| Processo: | N.º 106.0118/2000-3 |
| Reclamante: | MANOEL SOUZA RIBEIRO E OUTRO |
| Processo: | N.º 106.0170/2000-5 / |
| Reclamante: | MÁRCIO DA LUZ NUNES |
| Processo: | N.º 106.0096/2000-8 |
| Reclamante: | MÁRIO CESAR DA SILVA |
| Processo: | N.º 106.0160/2000-2 / |
| Reclamante: | MARIVALDO DOS SANTOS SOUZA |
| Processo: | N.º 106.0186/2000-9 |
| Reclamante: | MESSIAS SILVA DE SOUZA |
| Processo: | N.º 106.0132/2000-8 |
| Reclamante: | PAULO DAS MERCES REIS |
| Processo: | N.º 106.0135/2000-3 |
| Reclamante: | RAIMUNDO CARMOS BARROS DE GOES E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0111/2000-0 |
| Reclamante: | RAIMUNDO CARNEIRO DA SILVA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0095/2000-6 |
| Reclamante: | RAIMUNDO TEIXEIRA DE LIMA E OUTROS |
| Processo: | N.º 106.0156/2000-0 |
| Reclamante: | ROCY TEIXEIRA SANTANA |

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI + CORREIOS
Fls. 1838
3628

Aut. [assinatura]



8 Fls. 516

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

| | |
|-------------|----------------------------------|
| Processo: | N.º 106.0178/2000-X |
| Reclamante: | RUI ARAÚJO BARBOSA |
| Processo: | N.º 106.0177/2000-8 |
| Reclamante: | SEBASTIÃO SILVA PEREIRA E OUTROS |
| Processo: | 106.0380/2000-5 |
| Reclamante: | SEVERIANO BENTES DOS SANTOS |
| Processo: | N.º 106.0100/2000-6 |
| Reclamante: | VALMIR DUARTE NOGUEIRA |
| Processo: | N.º 106.0155/2000-9 |
| Reclamante: | VLADIMIR BARBOSA LAMEIRA |
| Processo: | N.º 106.0139/2000-0 |
| Reclamante: | SEVERINO BENTES DOS SANTOS |
| Processo: | N.º 106.0151/2000-1 |
| Reclamante: | ELIOY DA SILVA PEREIRA |
| Processo: | N.º 106.0150/2000-X |
| Reclamante: | JOÃO BERTOLDO DOS SANTOS |

O REFERIDO É VERDADE E DISSO DOU FÉ.
Castanhal, 17 de abril de 2000.

AFRÂNIO DE ARAÚJO BRITO
Diretor de Secretaria

RECEBI uma via da presente Certidão.
Castanhal, 17 de abril de 2000.

Antônio

RQS nº 03/2005
CPMI - CORREIOS
Fls: 1839
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém
Tv. D. Pedro I, nº 750 - UMARIZAL - CEP 66050-100
BELÉM-ESTADO DO PARÁ

CERTIDÃO

Em cumprimento ao R. Despacho exarado no requerimento de **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, OAB/PA-6258**, advogado, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço profissional na Rua D. Romualdo de Seixas, 1642, Bairro do Umarizal, eu, **MARIA MADALENA FARIAS GOMES, Diretora de Secretaria da Primeira Vara do Trabalho de Belém**, **CERTIFICO** que o advogado acima referido atuou nos Processos abaixo relacionados, conforme procuração que constam nos referidos autos. CERTIFICO, ainda, que a atuação se deu em defesa das reclamadas.

Processos

PARTES

001-753/98-6

Recte: PEDRO PAULO MONTEIRO

Recd: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS

001-180/2000-6

Recte: LÁZARO MANGABEIRA DA SILVA

Recd: BANCO DA AMAZÔNIA S.A

O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil. Eu, *Neucy* Neucy Rodrigues de Oliveira, (Técnica Judiciária), digitei. E, Eu, *Maria* (MARIA MADALENA FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, subscrevi.

Antônio

| |
|--------------------|
| RQS nº 03/2005 - C |
| CPMI - CORREIO |
| Fls: 184 |
| Doc: 3825 |

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA - OAB/PA 6258, eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém, Certifico que o referido advogado, patrocinou os seguintes processos: PROC.2ª JCJ-1388/99; 76/99; 1117/98; 1458/98; 763/98; 1290/98; 355/99; 458/99 e 365/00. O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ. Secretaria da MM. 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, aos 18 dias do mês de abril do ano de e dois mil. Eu

Terezinha de Jesus da Costa Dias Silva, Supervisora de Processos em Geral, digitei. E eu Antonio de Jesus, Diretor de Secretaria, subscrevi.

Antonio de Jesus
Diretor de Secretaria



Antônio de Jesus

| | |
|--------|---------------------------|
| RQS nº | 03/2005 - CPMI - CORREIOS |
| Fls: | 184 |
| Doc: | 3620 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Em atendimento ao requerimento formulado por JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, OAB/PA Nº 6258, com endereço profissional nesta cidade à Trav. D. Romualdo de Seixas, 1642, eu, RUTH DA SILVA LEITÃO, Diretora de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Belém, em substituição, CERTIFICO que o requerente patrocinou os interesses das empresas reclamadas, conforme procurações outorgadas pelas mesmas, nos processos abaixo relacionados:

| PROCESSO | RECLAMANTE | RECLAMADO |
|--------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 3ª VTB-1829/1998-7 | Benedita Imaculada Correa Lauzir | Banco da Amazônia S/A |
| 3ª VTB-1846/1999-3 | Altair Linhares Santana | Banco da Amazônia S/A |
| 3ª VTB-1286/1998-6 | Pauta Promoções Ltda. | Erdi do Socorro D. Sanches |
| 3ª VTB-1222/1998-2 | Ubirajara Lessa Tavares | Banco da Amazônia S/A |
| 3ª VTB-1194/1999-8 | Hélia do Socorro Costa Palheta | Varg Consultoria Serviços Ltda. |
| 3ª VTB-0938/1999-3 | Rubens Nelson da Silva Costa | Executiva Recursos Humanos |
| 3ª VTB-0580/1999-8 | Denis Eduardo das Neves | Executiva Recursos Humanos |
| 3ª VTB-0111/1999-7 | Paulo Jorge Ferreira das Neves | Executiva Recursos Humanos |

O referido é verdade e dou fé

Belém, 18 de Abril de 2000

Ruth da Silva Leitão
Ruth da Silva Leitão
Diretora de Secretaria,
em substituição

4

Autógrafo

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN |
| CPM - CORREIOS |
| Fls: 1842 |
| 3628 |
| Doc: |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

=====

Em cumprimento ao que requerido pelo interessado, eu, MARCOS FRANÇA LEÃO, Diretor de Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, Certifico, que à vista dos fichários e sistema de computação desta Vara, que o Dr. JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA milita nesta Vara Especializada há mais de dois anos, conforme processos abaixo:

Processo nº 4-VT-505/99 - Reclamante: Raimundo Nonato R. Pimenta
Reclamado: Executiva Recursos Humanos

Processo nº 4-VT-793/98 - Reclamante: Ana Cláudia Almeida de Lima
Reclamado: Golden Palace Adm, Part. Ltda

Processo nº 4-VT-1796/98 - Reclamante: Marco Aurélio Bitencourt Araújo
Reclamado: Rosinaldo B. Nery-ME

Processo nº 4-VT-892/99 - Reclamante: Pedro Sales Borges
Reclamado: Agropecuária Olinda

Processo nº 4-VT-771/98 - Reclamante: Francisco Fabiano dos S. Brito
Reclamado: Executiva Recursos Humanos

Processo nº 4-VT-1310/97 - Reclamante: Oscarlos Leite do Nascimento
Reclamado: Frigorífico Vale do Tapanã S/A

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da Quarta Vara do Trabalho de Belém,

aos 14 de abril de 2000.

MARCOS FRANÇA LEÃO

Diretor de Secretaria

Antônio

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN |
| CPMI - CORREIO |
| Fls: 1843 |
| 3628 |
| Doc: |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
CERTIDÃO



CERTIFICO, para os devidos fins, em cumprimento ao r. despacho exarado no requerimento do(a)s Sr(a)s. **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, OAB/PA 6258, que o(s) requerente(s) atua(m) como Advogado(s) de uma das partes nos Processos abaixo relacionados, conforme procurações outorgadas e constante dos autos:

PROCESSO

1142/98 ✓

1730/99

0874/98 ✓

0764/99 ✓

PARTES

ABDIAS SOARES DA COSTA

BANCO DA AMAZÔNIA S/A

JOSÉ ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

BANCO DA AMAZÔNIA S/A

MARIA AMÉLIA RIBEIRO E OUTROS

BANCO DA AMAZÔNIA S/A

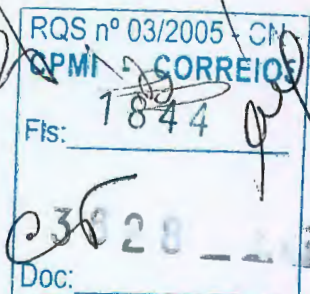
ARI MACIEL DORNELAS

EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Belém, 17.04.2000.

MARIA JOSÉ COSTA MODA BELTRÃO

Diretora de Secretaria
5ª VT de Belém





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SEXTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

Trav. Dom Pedro I, 750 - CEP 66050-100 - Umarizal - Belém-Pará

CERTIDÃO

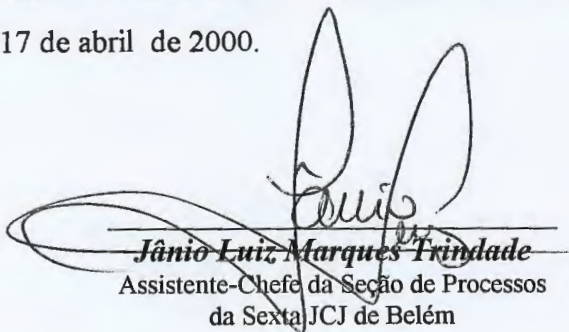
CERTIFICO, para os devidos fins, e em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolizada sob o nº 30526, que o Dr. José Célio Santos Lima, OAB-PA 6258, patrocina as causas nos processos que tramitam por esta Vara sob os números abaixo relacionados:

RELAÇÃO DE PROCESSOS

| Processos | Partes |
|-----------|---|
| 1871/99 / | Ambrósio Henrique de Araújo e Outros x BASA S/A |
| 1000/98 / | José Maria C. Mendes e outros x BASA S/A |
| 1465/98 / | Byron da Silva Bayner x BASA S/A |
| 824/98 / | Antonio Carlos Oliveira Nonato x Executiva Recursos Humanos |
| 531/99 / | Iranilde do carmo Souza x Miraceli Alves Fayal Almeida |

O REFERIDO É VERDADE. //////////////////////////////////////

Belém, 17 de abril de 2000.


Jânio Luiz Marques Trindade
Assistente-Chefe da Seção de Processos
da Sexta JCI de Belém

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
Fls: 4845
3628
Doc: _____



10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Por solicitação do Dr. **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, advogado. Eu, **ISABELA CARLA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA**, Diretora de Secretaria desta **SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, **CERTIFICO** para os devidos fins, a atuação do peticionante nos últimos dois anos em processos em trâmite nesta Vara Trabalhista, conforme abaixo discriminados.

PROC. 7ª VT-1924/1999 ✓
PROC. 7ª VT-1590/1999 ✓
PROC. 7ª VT-1606/1998 ✓
PROC. 7ª VT-1638/1998 ✓
PROC. 7ª VT- 0770/1998 ✓
PROC. 7ª VT- 0384/1999 ✓
PROC. 7ª VT- 1124/1999 ✓
PROC. 7ª VT- 0996/1999 ✓
PROC. 7ª VT- 2056/1999 ✓
PROC. 7ª VT- 0148/2000 ✓

O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Belém
Em, 17 de abril de 2000.

Isabela Sousa
Isabela Carla Lopes de Oliveira Sousa
Diretora de Secretaria

RQS nº 03/2005-30N-
CPMI - CORREIOS
Fls. 1846
3628
Doc.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO 8ª REGIÃO
OITAVA VARA DO TRABALHO DE BELÉM

12

CERTIDÃO

Certifico, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao despacho exarado pela Exma. Sra. Juíza do Trabalho, Dra. CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA, no exercício da titularidade da MM. Oitava Vara do Trabalho de Belém, que o advogado JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA Inscrito na OABP/PA sob o nr 6258, com escritório nesta cidade de Belém à Rua D. Romualdo de Seixas nr 1642 - Umarizal, atua há mais de 02 (dois) anos nesta Justiça Especializada e patrocinou, regularmente habilitado, os processos, abaixo relacionados, desta 8a. Vara do Trabalho de Belém.
PROCESSOS: 1612/98, 1867/98, 672/99, 1883/99, 1495/98, 1276/98, 1591/99, 347/99, 898/99, 1538/99, 368/99, 1863/97 e 247/00.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém/Pa, 17 de abril de 2.000

NEREIDA FADUL SARAIVA DE MEDEIROS
Diretora de Secretaria

Autuado

| |
|---------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN |
| CPMI - 1847 |
| Fis: 3628 |
| Doc: 35 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

Atendendo ao requerimento formulado por **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, OAB/PA 6258**, estabelecido com escritório na Rua D. Romualdo de Seixas, 1642, Umarizal, nesta cidade, **eu, MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, Diretor de Secretaria da 009 VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, **CERTIFICO** que, à vista dos fichários e arquivos desta MM. Secretaria, constatamos que os seguintes processos foram patrocinados pelo advogado requerente, habilitado nos referidos autos nos últimos dois anos:

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0363/2000
AGENOR DIAMANTINO RIBEIRO E OUTROS
BANCO DA AMAZÔNIA S/A

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0781/1998
AGOSTINHO REIS
BANCO DA AMAZÔNIA S/A

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-1405/1998
MANOEL THEODORO DE OLIVEIRA
EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS

NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0343/1999
ALEXANDER DE ASSIS SILVA
ROSINALDO B. NERY

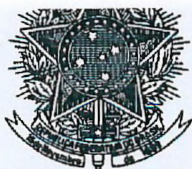
NÚMERO DO PROCESSO
NOME DO RECLAMANTE
NOME DO RECLAMADO

9ª.VTB-0494/1999
ENILDA ANDRADE DOS REIS
MARIA EMÍLIA FREIRE

Secretaria da 9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM,
aos 17 dias do mês de abril de 2000.

MARCOS JOSIRAN ALVES DE LIMA
Diretor de Secretaria da 9ª JCJ de Belém

RECEBIMOS 03/04/2000 CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1848
3628
Doc:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento de **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, que o requerente acima militou nesta Justiça Especializada nos últimos dois anos, com **ATUAÇÃO JUDICIAL**, nesta MM. Vara, nas seguintes ações trabalhistas, patrocinando o **BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA**:

- Proc. 010-1345/1999.
- Proc. 010-527/1999.
- Proc. 010-1786/1999.
- Proc. 010-1210/1998.
- Proc. 010-1719/1998.
- Proc. 010-841/1998.
- Proc. 010-235/2000-6.
- Proc. 010-222/2000-8.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Belém, 17 de abril de 2000.

FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO CARDOSO
Diretor de Secretaria

Automa

CF

| |
|---------------------|
| RJS nº 03/2005 - CM |
| CPM - CORREIO |
| 1849 |
| Fls: <u>3628</u> |
| Doc: <u>2</u> |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
TV. D.PEDRO I, 746 - CEP 66050-100

6

CERTIDÃO

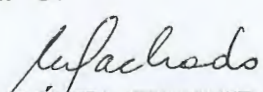
CERTIFICO, para os devidos fins e atendendo a requerimento do(s) Advogado(s) **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, protocolado sob o nº 030532 em 10.04.2000, inscrito na OAB/PA sob o nº 6258, Patrono(a) da Reclamada, atua como Advogado nos autos do **PROC 011-0587/99-1**, com atuação em 13.04.99, em tramitação em que são partes **MARCOS CÔRREA DOS SANTOS**, reclamante e **EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA**, reclamada; que os autos do **PROC CPE 011-0738/99-7**, em que são partes **SALOMÃO BARBOSA SARDINHA**, reclamante e **VARG CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, reclamada, em face da solicitação para devolução ao Juízo deprecante, foi devolvida a MM VT de Breves-Pa; que atuou como Advogado do **BANCO DA AMAZÔNIA S/A**, reclamada, nos autos dos: **PROC 011-1512/99-8**, em que é reclamante **ALICE DE LIMA VENÂNCIO**, e **CAPAF**, reclamada, com atuação em 17.09.99, estando arquivado sob o nº 8530/99 na data de 09.11.99; **PROC 011-0196/99-8**, em que são partes **MANOEL CHRISTOVAM**, reclamante e **CAPAF**, reclamada, com atuação em 04.02.99, estando arquivado sob o nº 7555/99 na data de 19.03.99; que atua como advogado do **BANCO DA AMAZÔNIA S A**, reclamada nos autos do **PROC.011-0142/2000-X**, em que é reclamante **ANTÔNIO VIDINHA DAMASCENO E OUTROS**, reclamantes, e **CAPAF**, reclamada, com atuação em 27.01.2000; que nos autos do **PROC.011-0393/2000-2**, em que são partes **JORGE SEVERINO SANTOS LEAL JUNIOR**, reclamante, e **EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA**, reclamada, que nenhuma das partes, juntou Procuração com o patrocínio do requerente; estando os autos em fase de arquivamento, em face da ausência do reclamante na audiência inaugural.

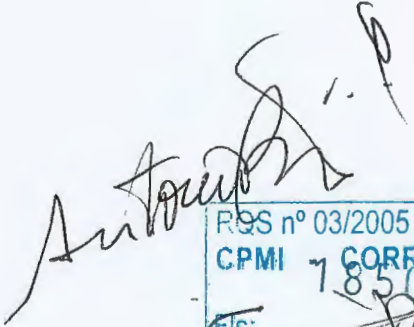
O REFERIDO É VERDADE.

Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Belém, 17.04.2000.


BENEDITO MARQUES DE MATOS
Diretor de Secretaria

VISTO:


MARIA LÚCIA TEIXEIRA MACHADO
Juíza do Trabalho Substituta


RQS nº 03/2005 - CN
CPMI 7850
FIS: 
3628
Doc: 

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que o advogado JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, OAB/PA nº 6258, atuou nos processos 12ªV-1658/99, 1675/98, 860/99, 1540/99 e 1461/98.

SECRETARIA DA 12ª VARA DE BELÉM.
EM 18.04.2000

Rosa Alves
ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES
Diretora de secretaria

Autenticação

BOB nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1850

3628

Doc: 39



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
DÉCIMA TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE BELÉM
TRAV. DOM PEDRO I, 750, 4º BLOCO 2º ANDAR, CEP 66.050-100 - 210-1174

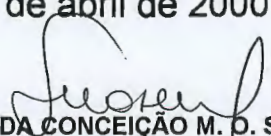
C E R T I D ã O

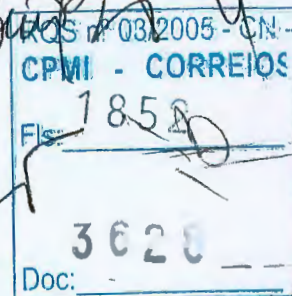
Em cumprimento ao r. despacho proferido no requerimento de **JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA**, OAB/PA Nº 6.258, eu, **MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DE OLIVEIRA SIROTHEAU**, Diretora da Secretaria da Décima Terceira Vara do Trabalho de Belém, **CERTIFICO** que, à vista dos arquivos e fichários da Secretaria, o requerente vem exercendo a advocacia desde a instalação desta Vara ocorrida em 26.08.1994, encontrando-se presentemente, no pleno exercício da atividade profissional. **Certifico mais**, que nos processos trabalhistas abaixo relacionados o requerente é ou foi subscritor. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

Processo : **13ªVT-1879/1999-8**
Reclamante : **ALMIR ANDRADE DE MENEZES**
Reclamado : **BANCO DA AMAZÔNIA S/A**

Processo : **13ªVT-00221/1999-3**
Reclamante : **RAIMUNDO B. B. BRANDÃO**
Reclamado : **BANCO DA AMAZÔNIA S/A**

Belém, 18 de abril de 2000.


MARIA DA CONCEIÇÃO M. O. SIROTHEAU
Diretora da Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

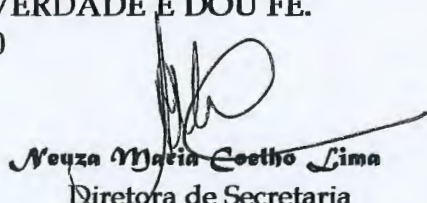
CERTIDÃO

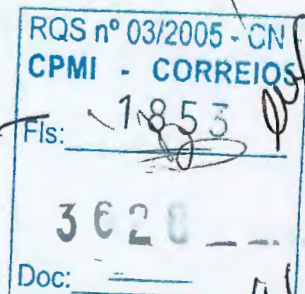
CERTIFICO, para os devidos fins, que o advogado JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, inscrito na OAB-Pa sob o número 6258, respectivamente, com escritório na Rua Dom Romualdo de Seixas, nº 1642, nesta cidade, atuou nos processos abaixo referidos, patrocinando o seguinte reclamado:

| Nº DO PROCESSO | RECLAMADO |
|-------------------|----------------------------|
| 014-1868/1999-3 ✓ | BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA |
| 014-0894/1998-3 ✓ | BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA |
| 014-1216/1999-4 ✓ | BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA |
| 0140-862/1999-8 ✓ | BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA |
| 014-1372/1998-0 ✓ | BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA |

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Belém, 14.04.2000


Neuza Maria Coelho Lima
Diretora de Secretaria



FLS 531
14

Célio Lima & Advogados Associados S/C

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ECT/DR/PA
- b) TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
- c) 20/4/2000, 9h00
- d) PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 2

RQS nº 03/2005 - CN ...
CPMI CORREIOS
1854
Fls: _____
3628
Doc: _____

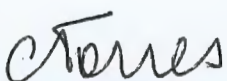


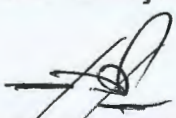
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD/DR/PA

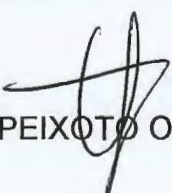
FLS: 532
4

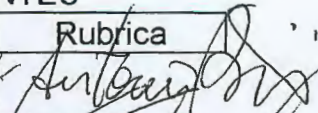
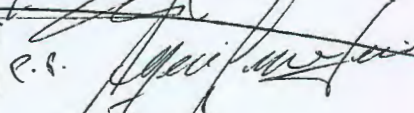
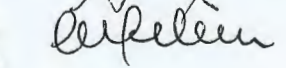
ATA DE LICITAÇÃO

Em 26/5/2000, às 10h30, na sala onde funciona a CPL/GERAD/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através das Portarias nºs 602/99 e 381/2000, composta pelos empregados Consuelo das Graças Carneiro Torres, Administrador Júnior, matrícula nº 8.452.220-8, na qualidade de presidente, Edmar Roberto dos Santos Mota, Desenhista Projetista Júnior, matrícula nº 8.452.903-2 e Gabriel Peixoto Oliveira, Auxiliar Administrativo I, matrícula nº 8.453.150-9, para abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas apresentados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Iniciou-se os trabalhos com o visto dos presentes nos fechos dos envelopes, constatando-se que os mesmos estão devidamente lacrados. Em seguida as propostas técnicas foram submetidas ao visto e rubrica dos presentes. A proposta técnica apresentada pelo licitante Barra Brito S/C Advogados Associados contém 84 fls., pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados 104 fls., por Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C, 34 fls. e por Célio Lima & Advogados Associados 45 fls. O resultado do julgamento das propostas técnicas será publicado no Diário Oficial da União. As propostas comerciais permanecerão em poder da comissão, devidamente lacradas. Nada mais a registrar, encerrou-se a reunião às 12h00. E, para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.


CONSUELO DAS GRAÇAS C. TORRES


EDMAR ROBERTO DOS SANTOS MOTA


GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA

| LICITANTES | |
|--------------------------------------|---|
| Empresa | Rubrica |
| Barra Brito S/C Advogados Associados |  |
| Célio Lima & Advogados Associados |  |
| Freire F. & Melém S/C |  |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1855
3628
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls. 533
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD-53/2000

Belém, 25 de maio de 2000.

Prezados Senhores,

Solicitamos a presença de representante dessa empresa a fim de receber, em devolução, devidamente fechados, os envelopes nº 2 - proposta técnica e nº 3 - proposta comercial apresentados à TP-3/2000, contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Solicitamos, ainda, acusar o recebimento desta, datando e assinando na própria carta e devolvendo através do fax: 211-3053.

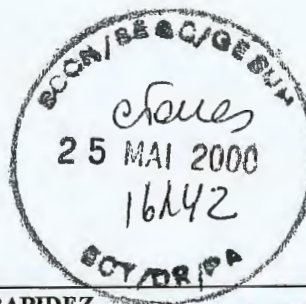
Atenciosamente,

Torres

CONSUELO DAS GRAÇAS C. TORRES
Resp. pela Presidência da Comissão de Licitação

*Recbi: devolva o
os envelopes acima
em: 29/05/00.
Núbia Fialho*

À
MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 212-6009



SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

| | |
|----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN: | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1856 |
| 3028 | |
| DOC: | |
| Doc: | |

Fls: 534
[Handwritten signature]

MENDONÇA – Advogados Associados S/C.

A U T O R I Z A Ç Ã O

Vicente Nunes Calábria Filho, brasileiro, solteiro, com RG nº 2134537-SEGUP/PA., fica autorizado pela presente, a receber da **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**, os **Envelopes de nº 02 – Proposta Técnica e nº 03 – Proposta Comercial**, da **Tomada de Preços: 3/2000**.

Belém(PA), 29 de Maio de 2000.

[Handwritten signature: Lindalva Marques Brasil]
Lindalva Marques Brasil
OAB-6489

Tv. Campos Sales, 63/8º andar / Fone: 212.6788 – Fax: 212.6009 / CEP: 66.015-080 / Belém-PA.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1857 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

Fls: 535

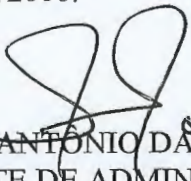
ASJUR,

A CPL ao analisar as propostas técnicas apresentadas à TP-3/2000, à luz do subitem 4.4 do edital que rege o certame, considerou:

1. Que todos os licitantes atenderam as alíneas a, b e c.
2. O máximo de quatro semestres, ou seja, quatro pontos, para os atestados de capacidade técnica com prazo de contratação igual a dois anos, relativamente à alínea d.1. Os licitantes obtiveram a seguinte pontuação: Barra Brito – 21 pontos, Freire Figueiredo – 11 pontos, Isaías Cabral – 0 ponto e Célio Lima – 8 pontos. Da pontuação do escritório Barra Brito foi considerado apenas o limite de 20 pontos.
3. Para a alínea d.2. do edital foi adotado o mesmo procedimento descrito no parágrafo anterior. A pontuação obtida foi: Barra Brito – 52 pontos, Freire Figueiredo – 43 pontos, Isaías Cabral – 20 pontos e Célio Lima – 25 pontos. Para todos licitantes foi considerado apenas o limite de 20 pontos.
4. Para atender a alínea d.3 foram consideradas para pontuação as certidões com numeração dos anos, 98, 99 e 2000. A pontuação obtida foi: Barra Brito – 41 pontos, Freire Figueiredo – 62 pontos, Isaías Cabral – 4 pontos e Célio Lima – 2 pontos. Na pontuação do licitante Freire Figueiredo observamos que dos 67 processos relacionados, 5 estavam em duplicidade, que após efetuarmos a subtração dos repetidos chegamos ao total de 62.
5. Para a alínea d.4 do edital foi adotado o mesmo procedimento descrito no parágrafo anterior. A pontuação obtida foi: Barra Brito – 158 pontos, Freire Figueiredo – 162, Isaías Cabral – 39 pontos e Célio Lima – 158 pontos. Para os licitantes que superaram o limite de 150 pontos foram considerados apenas o limite citado. Na pontuação do licitante Freire Figueiredo observamos que dos 180 processos relacionados, 18 estavam em duplicidade, que após efetuarmos a subtração dos repetidos chegamos ao total de 162. Ainda sobre o licitante Freire Figueiredo, o mesmo apresentou um anexo (folha 439) relacionando 16 processos, que foram considerados pela Comissão de Licitação, por estar com o timbre da Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Izabel do Pará e assinado pelo serventuário responsável pela informação.
6. Para alínea d.5 somente o licitante Barra Brito apresentou curso complementar, no entanto a Comissão de Licitação não considerou como válido, por não atender às exigências editalícias.

Desse modo, solicitamos o parecer dessa Assessoria sobre à análise e pontuação efetuada pela CPL.

Em, 28/6/2000.


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1858 |
| Doc: |

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
ANÁLISE COMPARATIVA DA PROPOSTA TÉCNICA

| Alínea | SUBITEM 4.4 DA PROPOSTA TÉCNICA | BARRA BRITO | | | FREIRE FIGUEIREDO | | | ISAIAS CABRAL | | | CÉLIO LIMA | | |
|---|---|-------------|------|------------------|-------------------|------|------------------|---------------|------|------------------|------------|------|------------------|
| | | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso |
| a | Número da licitação e seu objeto | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| b | Declaração que formalize plena adesão aos termos deste edital | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| c | Indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possuam vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS) | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| d | Indicação das experiências profissionais anteriores do licitante ou dos advogados pertencentes ao seu quadro de empregados, a saber: | | | | | | | | | | | | |
| d.1 | Atuação em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, nos últimos dois anos, comprovada mediante atestado de capacitação, em papel timbrado, conforme Anexo I; | 20 | 2 | 40,00 | 11 | 2 | 22,00 | 0 | 2 | 0,00 | 8 | 2 | 16,00 |
| d.2 | Atuação em órgãos privados, nos últimos 2 anos, comprovada mediante atestado de capacitação, conforme anexo I, com firma reconhecida em Cartório | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 |
| d.3 | Atuação judicial no âmbito da Justiça Federal, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado, da Justiça Federal, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça Federal e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 36 | 2 | 72,00 | 41 | 2 | 82,00 | 4 | 2 | 8,00 | 2 | 2 | 4,00 |
| d.4 | Atuação judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado da Justiça do Trabalho, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça do Trabalho e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 150 | 3 | 450,00 | 150 | 3 | 450,00 | 39 | 3 | 117,00 | 150 | 3 | 450,00 |
| d.5 | Cursos complementares oficialmente reconhecidos, à nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, comprovados mediante os respectivos certificados de conclusão | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 |
| SOMA | | 9 | | 582,00 | 9 | | 574,00 | 9 | | 145,00 | 9 | | 490,00 |
| Coeficiente de Qualidade (K): Soma Pontuação x Peso : Soma Peso | | | | 64,67 | | | 63,78 | | | 16,11 | | | 54,44 |

OBS: O coeficiente de Qualidade (K) foi determinado pela média ponderada entre todos os itens da proposta técnica (Subitem 4.5 do edital)
Média ponderada: é a soma do produto dos valores obtidos com os respectivos pesos, dividido pela soma dos pesos.

Doc:

3620

859

FS-0005-CN-CORREIOS

FS-536



FLS: 537
[Handwritten signature]

Despacho

Para: Gerente de Administração

De: Assessor Jurídico

Data: 4 de Julho de 2000

Ref: Recebimento de cheque

O presente despacho versa sobre o processo nº 00110/2000, que tem como objeto a contratação de escritório jurídico (Tomada de Preços nº 3/2000).

Feita uma conferência da documentação apresentada pelos licitantes, observou-se que esta Gerência considerou os processos em andamento na Justiça Federal grifados com a inicial 00.xxx como sendo do exercício de 2000. Ocorre que, em tal situação, tais processos em verdade são antigos, todos anteriores a 1995, não havendo como considerá-los, nos termos do edital.

É que, no âmbito da Justiça Federal, os processos do exercício de 2000 tem como inicial 2000.xxx.

No mais, sob o aspecto jurídico, nada temos a opor em relação a continuidade do procedimento licitatório sob análise.

[Handwritten signature: Mauricio]
PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1860 |
| 3628 |
| Doc: _____ |

Fls: 538
CP



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD

ATA DE LICITAÇÃO

| FINALIDADE: | LICITAÇÃO | |
|---|---|----------------------|
| ☐ Reunião de Licitação
☒ Reunião de Julgamento
☐ Sorteio de Desempate | ☐ Concorrência
☒ Tomada de Preços
☐ Convite | NÚMERO

3/2000 |

Em 5/7/2000, às 11h15, na sala onde funciona a CPL/GERAD/DR/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 602/99, composta pelos empregados, José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Conceição Cardoso da Silva, Assistente Administrativo I, matrícula nº 8.452.710-2 e Edmar Roberto dos Santos Mota, Desenhista Projetista Júnior, matrícula nº 8.452.903-2, para julgamento das propostas técnicas apresentadas à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Após minuciosa análise das propostas técnicas pela Comissão e pela Assessoria Jurídica, com a observação do item 4.4 do edital a CPL concluiu o seguinte: a) todos os licitantes atenderam as alíneas "a", "b" e "c"; b) relativo a alínea "d.1" foi considerado o máximo de quatro semestres, ou seja, quatro pontos para os atestados de capacidade técnica com prazo de contratação igual a dois anos; o único licitante a atingir a pontuação máxima (20 pontos) foi o escritório Barra Brito, os demais tiveram a seguinte pontuação: Freire Figueiredo - 11 pontos, Isaías Cabral - 0 ponto e Célio Lima - 8 pontos; c) para a alínea "d.2" foi adotado o mesmo procedimento descrito no item anterior, sendo que todos licitantes alcançaram a pontuação máxima (20 pontos); d) para atender a alínea "d.3" foram consideradas para pontuação as certidões com numeração dos anos 98, 99 e 2000, a pontuação obtida foi: Barra Brito - 36 pontos, Freire Figueiredo - 41 pontos, Isaías Cabral - 4 pontos e Célio Lima - 2 pontos; na pontuação do licitante Freire Figueiredo observamos que dos 46 processos relacionados, 5 estavam em duplicidade, que após efetuarmos a subtração dos repetidos chegamos ao total de 46; e) para a alínea "d.4" foi adotado o mesmo procedimento descrito no item anterior, sendo que, com exceção do licitante Isaías Cabral, os demais superaram o limite de 150 pontos. Finalmente, após a coleta desses dados chegamos a seguinte classificação: 1º - Barra Brito S/C Advogados Associados, 64,67 pontos; 2º - Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, 63,78 pontos; 3º - Célio Lima & Advogados Associados S/C, 54,44 pontos e Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C, 16,11 pontos. O resultado deste julgamento será publicado no DOU do dia 6/7/2000. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião às 11h28. E para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA

EDMAR ROBERTO DOS SANTOS MOTA



FLS: 539
CJ

| |
|---|
|  EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS |
| De: DIRETOR REGIONAL DR/PA
À: COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL/APRO/ASCOM
CI/CPL/GERAD/PA-116/2000
Ref.: |

| |
|------------------------------|
| PROTOCOLO |
| FAX Nº (091) 211-3053 |

Assunto: Publicidade de Licitação

Belém, 5 de julho de 2000.

Encaminhamos, em anexo, o resultado do julgamento da proposta técnica da Tomada de Preços nº 3/2000, para publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

/cgct.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CM - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1862 |
| 3020 |
| Doc: |

FLS: 540
ed

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ
RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Os licitantes obtiveram a seguinte classificação: 1º) Barra Britto S/C Advogados Associados - 64,67 pontos; 2º) Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associado - 63,78 pontos; 3º) Célio Lima & Advogados Associados S/C - 54,44 pontos e 4º) Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C – 16,11 pontos.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1863 |
| 3626 |
| Doc: |

Diretoria Regional em Minas Gerais**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

01 - 0844/2000 - 09/05/2000 - Contrato nº 0302/2000 - Formulários Dataprint Ltda - inclusão na Cláusula III das Condições de Pagamento, o subitem 3.9. e na Cláusula VII da Rescisão, o subitem 7.2.21. - 02 - 0747/2000 - 09/05/2000 - Contrato nº 1264/98 - Carimbos Expresso Ltda - inclusão na Cláusula VII da Rescisão, o subitem 7.2.1. - 03 - 1041/2000 - 29/05/2000 - Contrato nº 1264/98 - Carimbos Expresso Ltda - acréscimo de 25% ao valor atual do Contrato - 04 -

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A ECT, através de sua Diretoria Regional de Minas Gerais de conformidade com a Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X, Comunica: 01 - Emissão D.L. n.º 13/2000, Locação Imóvel Utilização UD/Almenara/MG, Locador: Alberto Alves de Carvalho, vigência 07-07-2000 a 06-07-2001, Classificação Orçamentária - 03.2.06-2.24, Valor da Contratação: R\$ 3.360,00 (treis mil, trezentos e sessenta reais), Desembolso Exercício R\$ 1.623,99 (um mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Gerente de Administração

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4/2000**

A ECT, Diretoria Regional de Minas Gerais, torna público resultado de habilitação referente CC/ECT/DRMG-004/00 visando a Contratação de serviços de mão-de-obra temporária. EMPRESAS HABILITADAS: TRH Serviços e Recursos Humanos Ltda, Solução Recursos Humanos Ltda, Oplar Serviços Ltda, Worklime Assessoria Empresarial Ltda, Concreta Assessoria Empresarial Ltda, Oção Serviços Gerais Ltda e Adservis Administração de Serviços Internos Ltda.

PEDRO ERNESTO BONATO
Presidente da CPL

(Of. nº 167/2000)

Diretoria Regional no Pará e Amapá**RESULTADO DE PROPOSTAS TÉCNICAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000**

Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Os licitantes obtiveram a seguinte classificação: 1º) Barra Brito S/C Advogados Associados - 64,67 pontos; 2º) Freire Figueiredo & Melão S/C - Advogados Associados - 63,78 pontos; 3º) Célio Lima & Advogados Associados S/C - 54,44 pontos e 4º) Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C - 16,11 pontos.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

(Of. nº 167/2000)

Diretoria Regional em Pernambuco**EXTRATO DE CONTRATO**

Extrato GERAD nº 28/2000

Contrato nº 146/2000 oriundo da DL nº 132/2000. Data da assinatura: 11/05/2000. Contratado: José Maria Chaves. Prazo de vigência: 13/05/2000 a 12/05/2001. Objeto: Locação de imóvel não residencial para funcionamento da AC/ESCADA. Amparo legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. Crédito orçamentário: Conta 2.24.01 e Atividade 03.2.06. Valor total da contratação: R\$ 8.160,00. Valor total do desembolso no exercício: R\$ 4.760,00.

(Of. nº 167/2000)

Diretoria Regional no Rio de Janeiro**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2000**

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, realizada em 05/06/2000. Vencedores: Sisa do Brasil Ind. e Com. de Couros e Confeções Ltda. Valor: R\$ 48.419,98 - Rodec Amado Soldas Abrasivos e Segurança Ltda. Valor: R\$ 64,00 e Harlei Ind. e Com. de Confeções Ltda. Valor: R\$ 71.891,10.

(Of. nº 167/2000)

Diretoria Regional em São Paulo Interior**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2000**

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará a Tomada de Preços nº 0017/2000 - CPL/DR/SPI, tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de serviços destinados ao fornecimento e entrega de gasolina e óleo diesel para fins automotivos e empréstimo sob comodato de bombas de combustível para os Centros de Operações dos veículos de Bauru/SP e Campinas/SP. O recebimento da documentação e proposta será até às 10:00 horas do dia 26/07/2000, na Comissão Permanente de Licitação da ECT/DR/SPI, localizada à Praça D. Pedro II, 4-55, 3º andar, CEP 17015-905, Centro, Bauru/SP, fone/fax (014) 235-3659. Os interessados poderão retirar o Edital nesse endereço. A abertura dos envelopes ocorrerá em ato público, na sala de licitações, localizada na sobreloja, na data, horário e endereço supracitados.

Em 4 de julho de 2000
GUILHERME APARECIDO PINTO
Presidente da Comissão

(Of. nº 167/2000)

Diretoria Regional em São Paulo Metropolitana**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Convênio de AGC-10.008/99. Data Assinatura: 01.06.00. Conveniente: Prefeitura Municipal de Mongaguá. Objetivos: inclusão dos subitens: 3.26,3.27 e 3.28 na Cláusula Terceira; 4.3.1.1, 4.3.1.1.1, 4.3.4, 4.3.5, 4.6 e 4.7 na Cláusula Quarta, 9.3.9 na Cláusula Nona, 12.13 na Cláusula Décima Segunda e alteração do disposto nos seguintes subitens: 4.1, 4.2, 4.32 e 4.3.3 na Cláusula Quarta, 8.3 na Cláusula Oitava e altera o Plano de Trabalho a que se refere a Cláusula Sétima - do Plano de Trabalho - Fundamento Legal: Lei 8.666/93, PRT 310/98, Dec. 93.872/86 - Projeto/Conta: 03.1.03-3.02 e Atividade/Conta: 03.2.06-2.09.

(Of. nº 167/2000)

**Ministério da Ciência
e Tecnologia****CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO****Laboratório Nacional de Astrofísica****RETIFICAÇÃO (*)**

No Edital nº 29, publicado no Diário Oficial de 15.06.2000, Seção 3, página 48, onde se lê "...ALBERT BRUCH...", leia-se "...ALBERT JOSEF RUDOLF BRUCH...".

(*) N. da DIJOF: Republicada por ter saído indevidamente sob o título Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no D.O de 5-7-2000, Seção 3, pág. 21.

Ministério do Meio Ambiente**GABINETE DO MINISTRO****EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESPÉCIE: Termo Aditivo Nº 006 ao Convênio 96CV00005.
CONCEDENTE: Ministério do Meio Ambiente, CGC/MF/Nº 37.115.375/0002-98.
CONVENIENTE: Fundação Estadual do Meio Ambiente, CGC/MF/Nº 00.333.963/0001-07.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 96CV00005.
PROCESSO Nº: 02000.003825/95-37.

VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação no Diário Oficial até 31 de dezembro de 2000.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília, DF, 30 de junho de 2000. Assinam: José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF/Nº 147.374.183-15, Frederico Guilherme de Moura Müller, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, CPF/MF/Nº 098.449.101-53.

ESPÉCIE: Termo Aditivo Nº 003 ao Convênio 96CV00125.
CONCEDENTE: Ministério do Meio Ambiente, CGC/MF/Nº 37.115.375/0002-98.
CONVENIENTE: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, CGC/MF Nº 04.624.888/0001-94.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 96CV00125.
PROCESSO Nº: 02000.003822/96-49.

VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação no Diário Oficial até 31 de dezembro de 2000.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília, DF, 30 de junho de 2000. Assinam: José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF/Nº 147.374.183-15, Estevão Vicente Cavalcante Monteiro de Paula, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, CPF/MF/Nº 027.230.422-10.

ESPÉCIE: Termo Aditivo Nº 004 ao Convênio 96CV00127.
CONCEDENTE: Ministério do Meio Ambiente, CGC/MF/Nº 37.115.375/0002-98.
CONVENIENTE: Gerência de Qualidade de Vida/MA, CGC/MF Nº 05.760.947/0001-14.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 96CV00127.
PROCESSO Nº: 02000.003818/95-71.

VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação no Diário Oficial até 31 de dezembro de 2000.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília, DF, 30 de junho de 2000. Assinam: José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF/Nº 147.374.183-15, João Guilherme de Abreu, Gerente de Estado de Qualidade de Vida/MA, CPF/MF/Nº 011.971.693-34.

ESPÉCIE: Termo Aditivo Nº 004 ao Convênio 96CV00130.
CONCEDENTE: Ministério do Meio Ambiente, CGC/MF/Nº 37.115.375/0002-98.
CONVENIENTE: Estado de Roraima, através da Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio-SEPLAN/RR, CGC/MF nº 84.012.012/0001-26.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 96CV00130.
PROCESSO Nº: 02000.003533/96-11.
VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação no Diário Oficial até 31 de dezembro de 2000.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília, DF, 30 de junho de 2000. Assinam: José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF/Nº 147.374.183-15, Neudo Ribeiro Campos, Governador do Estado de Roraima, CPF/MF/Nº 021.097.782-53, Sérgio Pillon Guerra, Secretário de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio, CPF/MF/Nº 366.000.080-91.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1864
3628
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls: 542

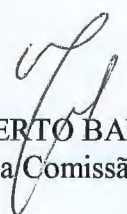
CT/CPL/GERAD/PA-76/2000

Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento da proposta técnica apresentada pelo escritório Barra Britto S/C Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

ECT - Gerência de Administração
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Documento transmitido via fax

em 17 / 7 / 2000 às 09:15

À
ISAÍAS CABRAL ADVOCACIA E ASSESSORIA S/C
Fax: 212-2601

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1865
3628
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FLS: 543
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD/PA-76/2000

Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento da proposta técnica apresentada pelo escritório Barra Britto S/C Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|---|
| ECT - Gerência de Administração |
| Diretoria Regional no Pará e Amapá |
| Documento transmitido via fax |
| em <u>17</u> / <u>7</u> / <u>2000</u> às <u>09:31</u> |

À
CÉLIO LIMA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 222-7835

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: <u>1866</u> |
| <u>3628</u> |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls: 544
✓

CT/CPL/GERAD/PA-76/2000

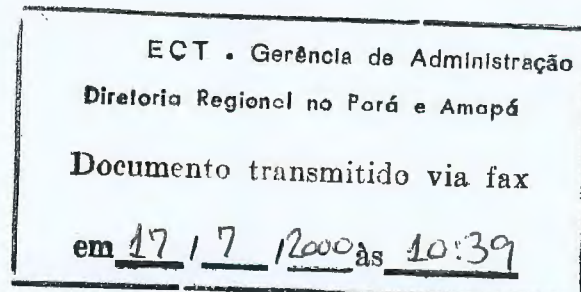
Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento da proposta técnica apresentada pelo escritório Barra Britto S/C Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

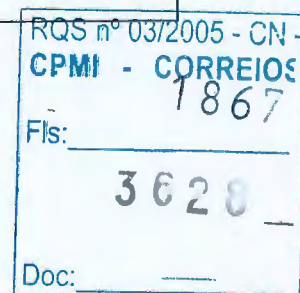
Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação



À
BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 249-9118

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FW:545
C/M

CT/CPL/GERAD/PA-77/2000

Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Barra Britto S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|-------------------------------------|
| ECT - Gerência de Administração |
| Diretoria Regional no Pará e Amapá |
| Documento transmitido via fax |
| em <u>17/7/2000</u> às <u>09:21</u> |

À
ISAÍAS CABRAL ADVOCACIA E ASSESSORIA S/C
Fax: 212-2601

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: <u>1868</u> |
| <u>3028</u> |
| Doc: _____ |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls. 546
Gf

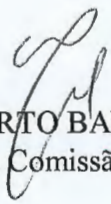
CT/CPL/GERAD/PA-77/2000

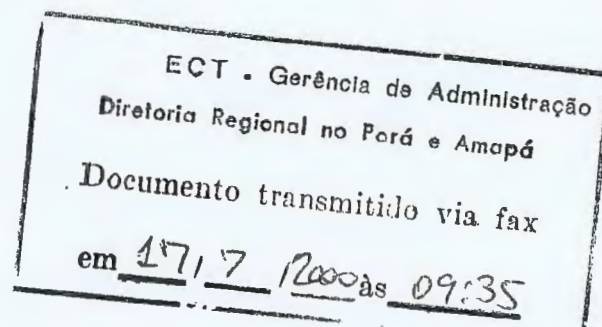
Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Barra Britto S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

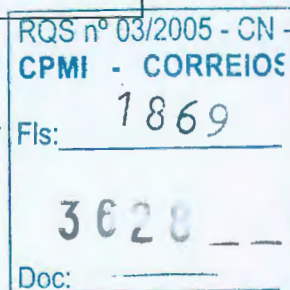
Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação



À
CÉLIO LIMA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 222-7835

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FLS: 547
[assinatura]

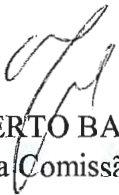
CT/CPL/GERAD/PA-77/2000

Belém, 14 de julho de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., recurso apresentado pelo licitante Barra Britto S/C Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima Advogados Associados à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|-------------------------------------|
| ECT - Gerência de Administração |
| Diretoria Regional no Pará e Amapá |
| Documento transmitido via fax |
| em <u>17/7/2000</u> às <u>09:49</u> |

À
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Fax: 241-3400

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: <u>1870</u> |
| <u>3028</u> |
| Doc: _____ |



FLS. 548
9/1

**RECURSO ADMINISTRATIVO – BARRA BRITTO S/C
ADVOGADOS ASSOCIADOS – REVISÃO DA PONTUAÇÃO
CONCEDIDA AO LICITANTE FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
APÓS A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA –
DESCUMPRIMENTO PELOS LICITANTES FREIRE FIGUEIREDO
& MELÉM S/C, CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS E
ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C DO
DISPOSITIVO EDITALÍCIO QUE SE REFERE À DOCUMENTAÇÃO
DOS ADVOGADOS EMPREGADOS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRITAMENTE VINCULADA AOS TERMOS DO INSTRUMENTO
CONVOCATÓRIO – PLEITO DEVE SER PARCIALMENTE
DEFERIDO**

INFORMAÇÃO Nº 190 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

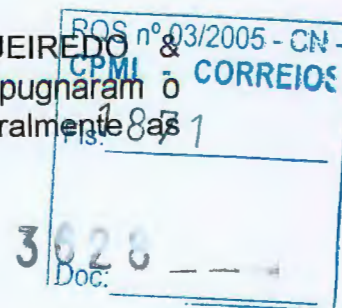
Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 3/2000 que, em sua tramitação normal, redundou da publicação do resultado da avaliação das propostas técnicas dos licitantes, nos termos do edital correspondente.

Inconformado, o licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, intentou recurso administrativo, pleiteando:

1. a desclassificação da proposta técnica do licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C, por estar em desacordo com as disposições contidas no Edital;
2. a revisão dos pontos que foram concedidos ao licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C, após a avaliação da proposta técnica;
3. a desclassificação da proposta técnica do licitante CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, por estar em desacordo com as disposições contidas no Edital;
4. a desclassificação da proposta técnica do licitante ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C, por estar em desacordo com as disposições contidas no Edital.

Devidamente notificados, os licitantes FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C e CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C impugnam o recurso administrativo retro citado, alegando que cumpriram integralmente as exigências do edital.

Q



Quanto ao licitante ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C, apesar de regularmente notificado, silenciou nada apresentando em defesa de seus interesses.

Após analisar os termos do recurso e das impugnações apresentados, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO, discordou do posicionamento do recorrente no que se refere à desclassificação das propostas técnicas dos demais licitantes, uma vez que não restou comprovado tivesse sido descumprido o subitem 4.4 alínea “c” do Edital. Ademais, posicionou-se no sentido de que não há como aferir a qualidade em função do número de Advogados empregados, uma vez que não consta do Edital exigência de quantitativo mínimo de Advogados.

Com relação à revisão dos pontos concedidos ao licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELEM S/C, concordou com algumas das considerações do recorrente e efetuou os necessários ajustes.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

A vinculação ao edital é um dos princípios básicos do procedimento licitatório. A Administração Pública e os licitantes ficam vinculados aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Analizando o tema, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 20ª ed., p. 250), com o brilhantismo que lhe era peculiar, afirma não ser compreensível que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado, pois o edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

No ordenamento jurídico pátrio, a base legal deste princípio está inserta nos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 que, com clareza incontestável, dispõem que a Administração Pública não pode descumprir as normas do edital, ao qual de acha estritamente vinculada. Nesse sentido, também os arts. 43, 44, 46 e 48 do aludido diploma legal.

A própria Justiça Federal, por intermédio da Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisando a matéria, assim decidiu:

“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO.

I – Em sede de licitação, vige o princípio da vinculação ao Edital, que obriga tanto a Pública Administração, quanto os licitantes à sua estreita observância.

II – Não é lícito à Administração, salvo expressa disposição legal, fazer exigências não constantes do Edital do certame.

III – Negado provimento à remessa oficial”.

(REO 94.01.37466-0/DF – 2ª Turma do TRF da 1ª Região
Carlos Fernando Mathias – DJ 11.11.96 – p. 85865)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Rel. Juiz 72
3628
Doc: _____

No caso, ora em análise, a avaliação das propostas técnicas pela CPL observou estritamente as regras contidas no Edital do certame.

No recurso interposto, o requerente pleiteou a desclassificação das propostas técnicas dos demais licitantes, alegando que estariam em desacordo com as disposições contidas no Edital. Ademais, pleiteou a revisão dos pontos que foram concedidos ao licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C.

No primeiro caso, com a devida **venia**, nenhuma razão lhe assiste. Com efeito, conforme exposto pelo Presidente da CPL, não ocorreu o descumprimento do subitem 4.4 alínea "c" do Edital, por parte dos demais licitantes. Também não há como considerar o pleito em relação ao quantitativo de Advogados empregados, uma vez que não consta do Edital exigência nesse sentido.

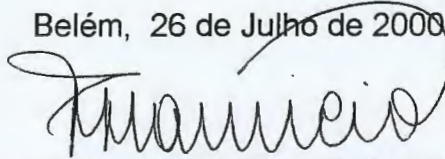
É que, conforme já exposto, estão a Administração Pública e os licitantes adstritas aos termos do edital. Ora, ao aceitar participar do certame, os licitantes tomaram conhecimento prévio de todas as exigências a que todos estavam obrigados, tanto no que se refere à capacitação técnica como à capacitação jurídico-fiscal. Se oportunamente não impugnaram o edital, o mesmo é válido e deve ser observado por todos, na forma da legislação vigente.

Nos demais itens, há que conferir razão ao recorrente, ainda que de forma parcial. Com efeito, após a devida análise, o Presidente da CPL constatou a ocorrência de alguns poucos erros materiais quando da avaliação da proposta técnica do licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C, tendo efetuado os necessários ajustes, daí não advindo qualquer ilegalidade, nem resultado em prejuízos aos licitantes.

Pelo exposto, observa-se que a pontuação atribuída ao licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C estava incorreta, devendo pois o recurso ora tratado ser deferido com relação a este aspecto, devendo ser providenciada a publicação do novo resultado da avaliação das propostas técnicas.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 26 de Julho de 2000


PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

CPL
De acordo. Adotar as providências necessárias.
24/07/00
BDR
José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/ECT/PA

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1873 |
| Fls: 3620 |
| Doc: |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

1

PL: 551
70
J

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pela licitante Barra Britto S/C Advogados Associados contra o julgamento da proposta técnica apresentada pelos licitantes Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C e Célio Lima & Advogados Associados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega o seguinte:

➤ Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados:

- 1) O licitante não comprovou o vínculo empregatício do Dr. Dagoberto Ferreira dos Santos Neto, por não constar a data de admissão na Carteira de Trabalho;
- 2) Equívoco na contagem de pontos de processos em duplicidade e
- 3) Inclusão de 16 processos, constantes de uma relação e não de Certidão como evidencia o edital.

➤ Célio Lima & Advogados Associados – o licitante não cumpriu com o imperativo constante no edital, item 4, subitem 4.4, letra “c” e

➤ Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C – o licitante não cumpriu com o imperativo constante no edital, item 4, subitem 4.4, letra “c”.

Sobre o assunto a CPL se posiciona com o seguinte:

➤ Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados:

- 1) Realmente na cópia da Carteira de Trabalho do Dr. Dagoberto não consta a data de admissão pelo escritório Freire Figueiredo, nesse caso, não existe vínculo empregatício, por não comprovar a partir de quando o causídico faz parte do quadro de empregados. O escritório possui dois sócios e um advogado com vínculo empregatício, devidamente comprovado nas fls. 34 a 36 e 350 a 352, respectivamente. Ademais, o edital não exige o quantitativo mínimo de advogados que o licitante deva possuir em seu quadro de empregados e por esse motivo não podemos desclassificá-lo. E como o próprio licitante declara em sua impugnação: “... sendo certo que se houver necessidade da contratação de novos profissionais, além daqueles apresentados na proposta técnica, tal ocorrerá sem nenhum ônus financeiro à contratante, sendo competência do impugnante primar pela qualidade de seus serviços com a estrutura e da maneira que melhor lhe convier.”

- 2) Quanto a contagem dos pontos em duplicidade, ocorreu um lapso, por parte desta Comissão, nos processos da Justiça Federal nº 1999.39.02.000498-4, 1999.39.02.000499-7 e 99.4853-2. A Certidão onde está incluso o processo 99.4854-5 consta a seguinte declaração: “... **nenhum dos requerentes constam como patronos da CEF**”, portanto, em função dessa declaração, a CPL conclui pela invalidade desta última Certidão. Com a

PROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 1874

3628

Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

2

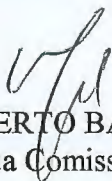
Fls. 552

subtração desses quatro processos o licitante passa de 41 para 37 pontos, relativo à alínea d.3.

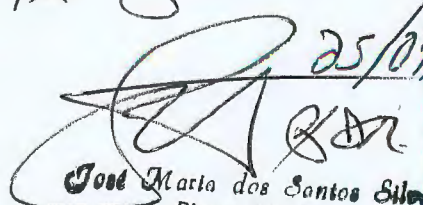
- 3) O mesmo equívoco ocorreu com a contagem em duplicidade do processo nº 011-1558/99-X, em uma mesma Certidão da Justiça do Trabalho da 11ª Vara de Belém. A CPL mantém sua decisão quanto aos pontos atribuídos ao licitante, em que os processos constantes do anexo, às folhas 439 (relação de 16 processos) foram considerados válidos, devido os mesmos atenderam ao objetivo, por conter em seu corpo o timbre da Justiça Federal e estar devidamente rubricado pelo serventuário da justiça responsável pelas informações prestadas. Após a subtração do processo contado em duplicidade, a pontuação do licitante passa de 162 para 161 pontos, relativo à alínea d.4, com a limitação de 150 pontos.
- Célio Lima & Advogados Associados – o escritório possui três sócios, conforme Instrumento Particular de Alteração Social (fls. 489 a 492), atendendo perfeitamente o subitem 4.4, alínea “c” do edital. Por outro lado, o edital não exige o quantitativo mínimo de advogados que o licitante deva possuir em seu quadro de empregados e por esse motivo não podemos desclassificá-lo.
- Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C – o escritório possui dois sócios, conforme Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Civil para fins Advocatícios (fls. 131 a 135), que atende o subitem 4.4, alínea “c” do edital. O edital não exige o quantitativo mínimo de advogados que o licitante deva possuir em seu quadro de empregados e por esse motivo não podemos desclassificá-lo.

À superior consideração de V.Sa.

Em 25/07/2000.


JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

*AO CH/ASSUR
Solicitado analisar e
emitir parecer.*


José Maria dos Santos Silva
Diretor Adjunto
ECT/PARÁ

25/07/2000 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1875
3628
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no art.109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a classificação de **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS, ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C e CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, na forma do exposto a seguir:

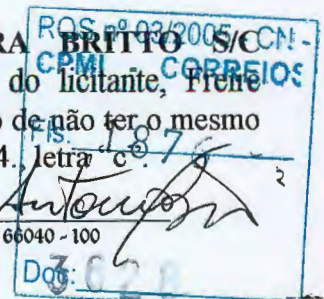
DOS FATOS

1.1. Como é do conhecimento dessa CPL foi proclamado o resultado do julgamento das propostas técnicas relacionadas ao Edital da Tomada de Preço nº 3/2000.

1.2. Ocorre que, os licitantes **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS, ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C e CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, deixaram de cumprir os termos do certame retro mencionado, conforme demonstrar-se-á ao longo do presente recurso.

DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS

2.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a desclassificação do licitante, **Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados**, é em razão de não ter o mesmo cumprido o imperativo constante no edital, item 4., sub-item 4.4., letra c.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

2.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

“4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA

c) indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possua vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS);

2.3. O licitante impugnado, às fls.347, diz que o quadro técnico responsável pelo objeto da licitação, além de seus dois sócios, seria composto Dos advogados, HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA e DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO.

2.3.1. Ocorre que, de um exame perfunctório dos documentos juntados pelo licitante recorrido para comprovar o aludido quadro técnico, verifica-se, primeiramente, que o advogado DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO, não possui contrato de trabalho com referido licitante, eis que não consta do documento de fls.355 a data de admissão do Dr. Dagoberto. Logo, inexistente a necessária comprovação do vínculo empregatício/contrato de trabalho com o licitante recorrido

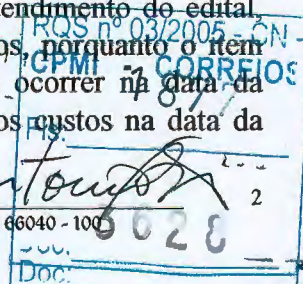
2.3.2. Ora, não constando a data de admissão do Dr. Dagoberto, fica incomprovado o vínculo empregatício do aludido causídico na data da licitação, conforme exige o edital

2.4. Por outro lado, *data venia*, para cumprimento do edital, o quadro técnico do licitante recorrido não pode, além de seus dois (02) sócios, ficar restrito a um (01) único advogado, principalmente, considerando o patrocínio de cento e cinquenta (150) processos em andamento que serão de responsabilidade do licitante vencedor, sem olvidar os dez (10) processos administrativos.

2.5. Registre-se, desde logo, para evitar deturpação desta impugnação, que o presente recurso questiona única e tão-somente o reduzido quadro técnico da licitante recorrida, indiscutivelmente insuficiente para fins de cumprimento do objeto licitado, não sendo lógico e nem muito menos razoável, que a administração pública acolha proposta técnica em tais condições, especialmente, tendo em vista o elevado número de ações que deverão ser patrocinadas.

2.6. Destarte, evidencia-se comprovado, que o licitante recorrido deixa de atender o edital, tanto por deixar de cumpri-lo em relação ao Dr. Dagoberto, como por seu quadro técnico de empregados estar restrito a um único advogado, afigurando-se flagrante o não atendimento do edital.

2.7. E não se diga, para justificar o desatendimento do edital, que *a posteriori* a licitante poderia contratar outros advogados, porquanto o item 4.4., “c”, do edital, exige que o vínculo empregatício deve ocorrer na data da licitação, sem olvidar que o preço global do licitante inclui os custos na data da apresentação da proposta e não posteriormente.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

2.8. Como visto, resta claro que a proposta técnica do licitante FREIRE E FIGUEIREDO & MELEM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, razão pela qual a DESCLASSIFICAÇÃO do referido licitante é medida que se impõe e fica requerida, por ser medida da mais lícita justiça.

DO EQUIVOCO NA CONTAGEM DE PONTOS DO LICITANTE FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS,

3.1. Na hipótese distante da proposta técnica do licitante Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados, não ser desclassificada, o que não se acredita, por cautela, cabe aduzir que a pontuação que lhe foi dada pela ilustrada Comissão de Licitação, em verdade, é menor do que aquela que consta do resultado.

3.2. Com efeito, os processos nº 1999.39.02.000498-4 (101) e 1999.39.02.000499-7 (101), foram contados em duplicidade, pois constam as fls.398 e fls.411, sendo atribuído pontos para ambos, nas duas certidões, uma (fls.397/398) é do NUCJU da Justiça Federal e a outra (fls.411) da Secretaria da Vara Única de Santarém

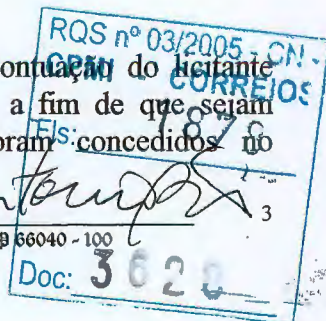
3.3. De igual modo, o processo nº 99.4853-2 (3ª Vara) foi contado em duplicidade, pois consta as fls.398 e fls.404, sendo atribuído pontos para ambos, nas duas certidões, uma (fls.397/398) é do NUCJU da Justiça Federal e a outra (fls.404) da 3ª Vara Federal.

3.4. Ainda, tem-se que a inclusão na pontuação, do processo nº 99.4854-5 (6ª Vara), constante às fls.409, não poderia ter ocorrido, desde que, a dita certidão informa que nenhum dos requerentes consta como patrono na CEF nos autos do referido processo.

3.5. Por sua vez, a certidão de fls.429 contém duplicidade de processos (011-1558;99-X), pois, envolvidas as mesmas partes com o mesmo número de processo, na mesma 11ª Vara do Trabalho.

3.6. Finalmente, deve ser excluída da pontuação do licitante Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados, os processos constantes das fls.439, porquanto a mesma não é certidão da Justiça do Trabalho, mas singela relação, evidenciando-se que tal papel está em desacordo com os termos expressos no item 4.4. sub-item d.4, do edital, que exige CERTIDÃO evidenciando-se que a relação de fls.439 não é certidão, assim como não o são os termos de audiência de fls.440/449.

3.7. Destarte, impõe-se a redução da pontuação do licitante Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associados, a fim de que sejam desconsiderados os pontos que equivocadamente lhe foram concedidos no julgamento da proposta técnica.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

4.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a desclassificação do licitante, Célio Lima Advogados Associados S/C, é em razão de não ter o mesmo cumprido o imperativo constante no edital, item 4., sub-item 4.4., letra "c".

4.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA

c) indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possua vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS);

4.3. O licitante impugnado, às fls.486, diz que o quadro técnico responsável pelo objeto da licitação seria aquele constante do instrumento de fls.489/490, ou seja, os sócios da licitante recorrida, advogados, JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA, CARLOS VINÍCIUS BLANCO RENDEIRO e ADEILSON BATISTA MENDES.

4.4. Ocorre que, de um exame perfunctório dos documentos juntados pelo licitante recorrido, não consta nenhum advogado com vínculo empregatício, evidenciando-se a inexistência da necessária comprovação do vínculo empregatício/contrato de trabalho que o edital exige.

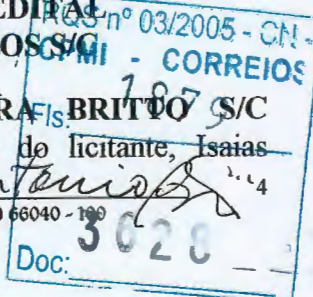
4.5. Ora, se assim é, evidencia-se indiscutível o descumprimento do edital o que, via de consequência, atrai a desclassificação da proposta técnica.

4.6. E não se diga, para justificar o desatendimento do edital, que *a posteriori* a licitante poderia contratar outros advogados, porquanto o item 4.4., "c", do edital, exige que o vínculo empregatício deve ocorrer na data da licitação, sem olvidar que o preço global do licitante inclui os custos na data da apresentação da proposta e não posteriormente.

4.7. Como visto, resta claro que a proposta técnica do licitante CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, razão pela qual a DESCLASSIFICAÇÃO do referido licitante é medida que se impõe e fica requerida, por ser medida da mais lúdima justiça.

DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

5.1. O motivo pelo qual o **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** requer a desclassificação do licitante, Isaias



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 557

Cabral Advocacia & Assessoria S/C, é em razão de não ter o mesmo cumprido o imperativo constante no edital, item 4., sub-item 4.4., letra "c".

5.2. Nesse sentido o edital é de clareza solar:

"4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA

c) indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possua vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS);

5.3. O licitante impugnado, às fls.453, diz que

"Outros profissionais advogados que prestam serviço neste escritório não atende aos requisitos de vínculo empregatício descrito no edital, atuando nos processos sobre outras modalidades, por isso deixamos de apresentar suas qualificações técnicas"

5.4. No particular, o próprio licitante recorrido confessa que não possui nenhum advogado com vínculo empregatício, evidenciando-se a inexistência da necessária comprovação do vínculo empregatício/contrato de trabalho que o edital expressamente exige.

5.5. Ora, se assim é, evidencia-se indiscutível o descumprimento do edital o que, via de consequência, atrai a desclassificação da proposta técnica.

5.6. E não se diga, para justificar o desatendimento do edital, que *a posteriori* a licitante poderia contratar outros advogados, porquanto o item 4.4., "c", do edital, exige que o vínculo empregatício deve ocorrer na data da licitação, sem olvidar que o preço global do licitante inclui os custos na data da apresentação da proposta e não posteriormente.

5.7. Como visto, resta claro que a proposta técnica do licitante ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C, de forma cristalina e transparente, não cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, razão pela qual a DESCLASSIFICAÇÃO do referido licitante é medida que se impõe e fica requerida, por ser medida da mais lúdima justiça.

DO PEDIDO

6. Assim, considerando todos os elementos constantes nesta peça recursal, com fundamento no art.109, inciso I, "b", da Lei nº 8.666/93, o recorrente requer à Vossa Senhoria que julgue procedente o presente Recurso Administrativo para DESCLASSIFICAR as propostas técnicas dos licitantes FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS, ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C e CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, observadas as formalidades e cautelas legais.

RECEBUE
03/2005 - CN -
CORREIOS
5
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

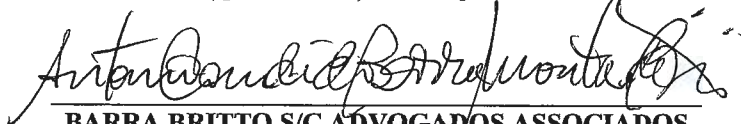
6.1. Requer-se, outrossim, na forma do art.109, §4º, do retro mencionado diploma legal, que na hipótese de Vossa Senhoria não entender pela desclassificação do recorrido, faça o presente Apelo subir, devidamente informado, para ser apreciada pela autoridade superior desta Empresa Pública Federal.

4.2. Por fim, arrimado no §2º do art.109, da Lei nº 8.666/93, requer-se a Vossa Senhoria se digne de **SUSPENDER** a Tomada de Preço nº 3/2000, até decisão final do presente recurso administrativo.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, (quinta-feira), 13 de julho de 2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antônio Candido Barra Monteiro de Britto
OAB/PA 3691 - CIC/MF Nº 158.386.172-68
SÓCIO - GERENTE

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1881
3620 6
LUC:
Doc:



CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

FL. 559
G

ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS



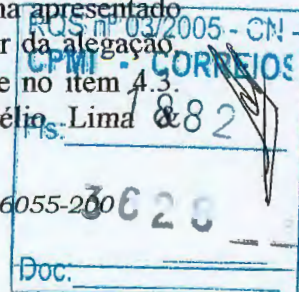
CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C,

Já identificada e caracterizado no processo de licitação nº 3/2000, modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, vem, respeitosamente, à presença dessa r. Comissão, apresentar, através de seu sócio signatário, apresentar, com fundamento no Artigo 109, §3º, da lei Nº8.666/93, **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, interposto por **BARRA BRITO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, relativo ao julgamento da proposta técnica apresentado pela licitante ora impugnante, pelo que expõe:

O recorrente vem interpondo durante todo o processo licitatório, recursos administrativos, meramente protelatórios, demonstrando querer que a licitação se prolongue por um maior espaço de tempo possível já que é detentor do contrato junto ao licitante.

As alegações recursais não possuem o menor fundamento, pois foram cumpridas pelo licitante/recorrido, todas as condições imposta pela norma editalícia.

As alegações de que o recorrido não tenha apresentado nenhum advogado com vínculo empregatício, demonstra o caráter da alegação **meramente protelatório**, pois conforme bem explicita o recorrente no item 4.3. os advogados que compõe o quadro efetivo do licitante Célio Lima & 82





CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Fls. 560
9

Advogados Associados S/C são José Célio Santos Lima, Carlos Vinícius Blanco Rendeiro e Adeilson Batista Mendes, que prestarão assistência ao contratante.

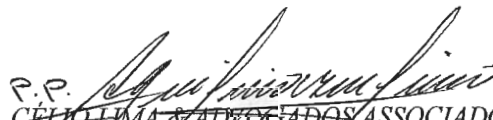
Como é de conhecimento público e notório os sócios não são empregados e nem recebem salários, sendo os donos do negócio, estando a este vinculados por instrumento de contrato, que foi devidamente juntado nos autos da licitação dentro do que prevê a norma editalícia.

Portanto, é infundada as alegações do recorrente que não devem ser acolhidas por essa d. Comissão.

Isto posto, espera-se que V.Sa., mantenha a HABILITAÇÃO DA IMPUGNADA/RECORRIDA, REJEITANDO O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA IMPUGNANTE/RECORRENTE, por ser de JUSTIÇA.

Pugna-se ainda, por todo o meio de prova admitidos em direito e não defesos em Lei.

Nestes Termos,
P.Deferimento.
Belém(PA), 20 de julho de 2000

P.P. 
~~CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C~~
JOSÉ CÉLIO SANTOS LIMA.- OAB/PA 6258
Sócio Gerente

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1883 |
| Doc: 3628 |



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FL 561
Y

**ILMº SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

Tomada de Preços - 03/2000
Tipo: Técnica e Preço



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS., sociedade civil já devidamente habilitada no presente processo licitatório, vem, tempestivamente, perante V.S.^a, por intermédio de sua sócia Carla Nazaré Jorge Melém Souza, apresentar Impugnação ao **RECURSO** interposto por **BARRA BRITO S/C/ - ADV. ASS.** contra a classificação do Impugnante, pelos motivos de fato e fundamentos de direito que passa a expor:

O recurso interposto pelo licitante **Barra Brito S/C – Adv. Ass.** requerendo a desclassificação do ora Impugnante, **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**, não possui qualquer chance de prosperar.

Pelo que se observa, o licitante **Barra Brito S/C – Adv. Ass.** busca desviar o entendimento desta Comissão de Licitação, utilizando-se de argumentos evasivos e sem qualquer embasamento legal para poder ser o único licitante no presente certame.

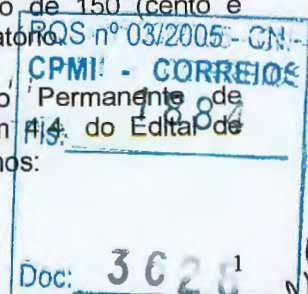
1.→ DA CORRETA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Primeiramente, alega o licitante **Barra Brito S/C – Adv. Ass.** que o advogado DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO não possui vínculo empregatício com o impugnante/licitante **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**, em virtude de não constar na C.T.P.S. do mesmo a data de sua admissão.

Entretanto, registra claramente que seu recurso “questiona única e tão-somente o reduzido quadro técnico do licitante recorrido” e que por isso este não seria capaz de arcar com o acompanhamento de 150 (cento e cinquenta) processos, caso de saísse vencedor deste processo licitatório.

Ocorre, Membros da Comissão de Licitação, que foi devidamente cumprida a alínea “c” do subitem 14.º do Edital de Licitação no que concerne a indicação de profissionais, senão vejamos:

“4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA:





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls. 562

.....
c) indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possuam vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS)”

Não se pode desclassificar o impugnante por, tão somente, ter ocorrido um lapso na assinatura da CTPS, devendo imperiosamente ser considerado é que o advogado DAGOBERTO FERREIRA DOS SANTOS NETO faz parte do quadro de empregados do licitante **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**, tendo CTPS anotada e sendo, portanto, inconteste o vínculo empregatício que já vigora desde 01/04/2000, estando os custos com referido profissional que também atenderá ao objeto sob contratação orçados no preço ofertado.

Na realidade, em nenhum momento, o licitante descumpriu a alínea “c” do Edital de licitação, posto que, o impugnante possui profissionais com formação superior em Direito, devidamente habilitados perante a OAB/PA, que facilmente podem representar judicialmente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com a mesma presteza e competência que são dispensados a todos os seus clientes.

Portanto, ao contrário da afirmação insegura e nebulosa do licitante **Barra Brito S/C – Adv. Ass.**, o impugnante demonstrou claramente que os termos do Edital foram atendidos, fato este referendado por essa Comissão Permanente de Licitação ao analisar e, em consequência, classificar a Proposta Técnica do licitante **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**

Ademais, é importante notar que nem a Lei das Licitações nem o Edital da Tomada de Preços nº 03/2000, como normas que norteiam e a que está circunscrito o certame, prevêm ou impõem número mínimo de advogados para a prestação dos serviços licitados, sendo certo que para a garantia da satisfação desses serviços o contrato cuidou em fixar, na cláusula Sexta, “garantia de execução do contrato”.

Finalmente, é importante que se diga que a execução do contrato, um vez atendidas rigorosamente as regras editalícias, é questão circunscrita apenas às partes contratantes e não a terceiros, sendo certo que se houver necessidade da contratação de novos profissionais, além daqueles apresentados na proposta técnica, tal ocorrerá sem nenhum ônus financeiro à contratante, sendo competência do Impugnante primar pela qualidade de seus serviços com a estrutura e da maneira que melhor lhe convier.

**2.→ DA PONTUAÇÃO DO IMPUGNANTE/FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
ADV. ASS.**

RQS nº 03/2005 - CN -
OAB/PA
CORREIOS
Fls: 1885
2
3825
1500



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FL: 563
7

Informa o recurso interposto por **Barra Brito S/C – Adv. Ass.** que houve a contagem equivocada de pontos nos seguintes processos do impugnante **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**:

| Processo | Folha | Órgão Expedidor | Processo | Folha | Órgão Expedidor |
|---------------------|-------|-------------------|---|-------|-------------------|
| 1999.39.02.000498-4 | 398 | NUCJU | 99.498-4 | 411 | V. F. Santarém |
| 1999.39.02.000499-7 | 398 | NUCJU | 99.499-7 | 411 | V.F. Santarém |
| 99.4853-2 | 398 | NUCJU | 1999.39.00.004853-2 | 404 | 3ª Vara Federal |
| 99.4854-5 | 409 | 6ª Vara Federal | Obs: Não consta o patrono da CAIXA nesta ação | | |
| 011-01558/99-x | 429 | 11ª Vara Trabalho | 011-1558/99-x | 429 | 11ª Vara Trabalho |

Da mesma forma, recorre contra a pontuação atribuída aos processos relacionados às fls. 439 (Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará), dizendo não ter validade a certidão fornecida pelo Diretor da Secretária da Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará.

Equivocado está o recorrente, pois não aceitando a possibilidade de ser vencido neste certame, busca meios sem qualquer cabimento ou validade com o fim de tumultuar o processo licitatório.

Ao analisar minuciosamente a relação dos processos da Justiça Federal constantes às fls. 397 a 412, constata-se que não houve qualquer tipo de equívoco na contagem de pontos feita pela comissão de licitação.

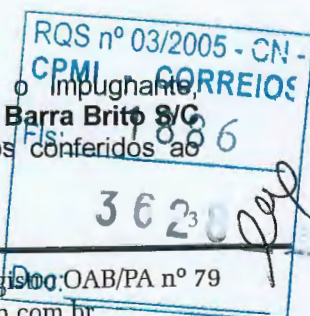
Para dirimir qualquer tipo de dúvida, basta analisar o demonstrativo que segue em anexo para obter um visão geral dos processos patrocinados pelo licitantes perante a Justiça Federal.

A certidão de fls. 429 não contém duplicidade do processo nº 011-1558/99-X com o de nº 011-01558/99-X, como alega o recorrente, uma vez que, apesar de possuírem numeração semelhante e as partes serem as mesmas, as ações são distintas, autuadas em momentos diferentes, uma em 24.09.99 e outra em 01.07.99.

Em relação à pontuação obtida nos processos oriundos da Justiça do Trabalho é válido ressaltar que essa d. Comissão ao analisar a certidão da Vara do Trabalho de Santa Izabel, considerou-a válida, pois a mesma continha o timbre da Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Izabel do Pará e estava assinada pelo serventuário responsável pela informação – Diretor da Secretaria. Devendo, desta forma, ser mantida tal decisão, por ser ato da mais sublime Justiça e sem infringir qualquer das disposições contidas em Edital.

2.→ DA CONCLUSÃO

Por tudo o que foi exposto, vem o impugnante, requerer a **improcedência do recurso administrativo interposto por Barra Brito S/C – Adv. Ass.**, mantendo-se a classificação e a contagem dos pontos conferidos ao





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls: 564

licitante **Freire Figueiredo & Melém S/C – Adv. Ass.**, porque somente assim essa d. Comissão de Licitação estará aplicando o direito na sua melhor forma.

Nestes termos pede deferimento.

Belém, 24 de julho de 2000.

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS.

Carla N. Jorge Melém Souza
Advogada – OAB/PA 6522

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1887
3628



Diretoria Regional do Pará e Amapá – DR/PA
Assessoria Jurídica – ASJUR

FUS-565
H

RECURSO ADMINISTRATIVO – FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – REVISÃO DA PONTUAÇÃO CONCEDIDA AO LICITANTE RECORRENTE E AO ESCRITÓRIO BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS APÓS A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRITAMENTE VINCULADA AOS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – PLEITO DEVE SER PARCIALMENTE DEFERIDO

INFORMAÇÃO Nº 019/2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 3/2000 que, em sua tramitação normal, redundou da publicação do resultado da avaliação das propostas técnicas dos licitantes, nos termos do edital correspondente.

Inconformado, o licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C, intentou recurso administrativo, pleiteando:

1. a nulidade da limitação dos pontos, por estar em desacordo com as disposições contidas no Edital;
2. a revisão dos pontos que lhe foram concedidos, após a avaliação da proposta técnica;
3. a revisão dos pontos concedidos ao licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Devidamente notificado, o licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS impugnou o recurso administrativo retro citado, alegando que cumpriu integralmente as exigências do edital.

Após analisar os termos do recurso e da impugnação apresentados, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO, discordou do posicionamento do recorrente no que se refere à limitação dos pontos, por estar em perfeita consonância com os termos do Edital, especificamente o subitem 4.6.1.

Com relação à revisão dos pontos concedidos, concordou com algumas das considerações do recorrente e efetuou os necessários ajustes.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

RQS nº 03/2005 - CM -
CPMI - CORREIOS
1888
Assessoria,
3020
Doc:

A vinculação ao edital é um dos princípios básicos do procedimento licitatório. A Administração Pública e os licitantes ficam vinculados aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

ANALISANDO O TEMA, O SAUDOSO MESTRE HELY LOPES MEIRELLES (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 20ª ed., p. 250), com o brilhantismo que lhe era peculiar, afirma não ser compreensível que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado, pois o edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

No ordenamento jurídico pátrio, a base legal deste princípio está inserta nos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 que, com clareza incontestável, dispõem que a Administração Pública não pode descumprir as normas do edital, ao qual de acha estritamente vinculada. Nesse sentido, também os arts. 43, 44, 46 e 48 do aludido diploma legal.

A própria Justiça Federal, por intermédio da Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisando a matéria, assim decidiu:

“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO.

I – Em sede de licitação, vige o princípio da vinculação ao Edital, que obriga tanto a Pública Administração, quanto os licitantes à sua estreita observância.

II – Não é lícito à Administração, salvo expressa disposição legal, fazer exigências não constantes do Edital do certame.

III – Negado provimento à remessa oficial”.

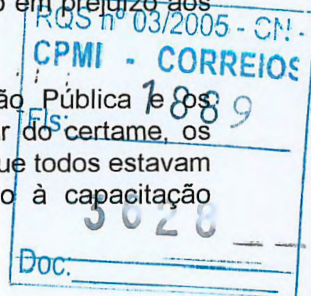
(REO 94.01.37466-0/DF – 2ª Turma do TRF da 1ª Região – Rel. Juiz Carlos Fernando Mathias – DJ 11.11.96 – p. 85865)

No caso, ora em análise, a avaliação das propostas técnicas pela CPL observou estritamente as regras contidas no Edital do certame.

No recurso interposto, a requerente pleiteou inicialmente a nulidade da limitação dos pontos, por estar em desacordo com as disposições contidas no Edital. Ademais, pleiteou a revisão dos pontos que lhe foram concedidos, bem como os do licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

No primeiro caso, com a devida **venia**, nenhuma razão lhe assiste. Com efeito, conforme exposto pelo Presidente da CPL, a limitação dos pontos constou expressamente do subitem 4.6.1 do Edital, que não foi impugnado oportunamente por qualquer dos interessados. Assim procedendo, agiu corretamente, daí não advindo qualquer ilegalidade, nem resultado em prejuízo aos licitantes.

É que, conforme já exposto, estão a Administração Pública e os licitantes adstritos aos termos do edital. Ora, ao aceitar participar do certame, os licitantes tomaram conhecimento prévio de todas as exigências a que todos estavam obrigados, tanto no que se refere à capacitação técnica como à capacitação



①

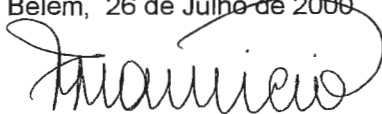
jurídico-fiscal. Se oportunamente não impugnaram o edital, o mesmo é válido e deve ser observado por todos, na forma da legislação vigente.

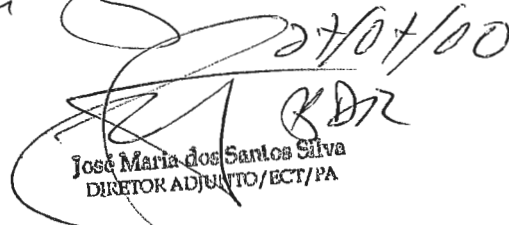
Nos demais itens, há que conferir razão ao recorrente, ainda que de forma parcial. Com efeito, após a devida análise, o Presidente da CPL constatou a ocorrência de alguns poucos erros materiais quando da avaliação das propostas técnicas dos licitantes, tendo efetuado os necessários ajustes, daí também não advindo qualquer ilegalidade, nem resultado em prejuízos aos licitantes.

Pelo exposto, observa-se que a pontuação atribuída aos licitantes FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C e BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS estava incorreta, devendo pois o recurso ora tratado ser deferido com relação a este aspecto, devendo ser providenciada a publicação do novo resultado da avaliação das propostas técnicas.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 26 de Julho de 2000


PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

CPL
De acordo. *Conferir*
com as providências.
27/07/00

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/BCT/PA

RQS nº 03/2005 - CH -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1890
3028
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

1

FL: 568

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pela licitante Freire Figueiredo & Melém S/C contra o julgamento da proposta técnica apresentada pelos licitantes, em especial, os pontos atribuídos ao escritório Barra Britto S/C – Advogados Associados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega o seguinte: 1) Limitação dos pontos – que a pontuação dos licitantes, quanto a requisitos previstos nas alíneas “d.1.”, “d.2.” e “d.4.” do item 4.4. do edital, foram restringidos a limites de pontos que não estavam previstos no edital de licitação, estando em desacordo com as disposições editalícias e 2) Considerações sobre a pontuação – que a pontuação total do escritório Freire Figueiredo da alínea “d.2.” deveria ser 82 pontos, ao invés de 43 pontos; do escritório Barra Britto, com a pontuação na alínea “d.1.” deveria ser 15 pontos e não 21 pontos, na alínea “d.2.” deveria ser 56 pontos e alínea “d.4.” deveria ser 156 pontos.

Sobre o assunto a CPL discorda do posicionamento da recorrente, no que concerne ao primeiro item, pois conforme o subitem “4.6.1. Aos itens da alínea “d” aferir-se-á um ponto conforme seguinte: nas alíneas d.1 e d.2, para cada semestre completo de atuação, dentro do período considerado, até o limite de 20 pontos; nas alíneas d.3. e d.4, para cada processo judicial instaurado sob a responsabilidade do proponente, até o limite de 150 pontos, dentro do período considerado; e no caso da alínea d.5, para cada curso, até o limite de 10 pontos”, como se vê a limitação dos pontos está claramente descrita acima, se a recorrente tivesse lido atentamente este subitem e se sentisse prejudicado deveria impugnar os termos do edital, em tempo hábil, como não o fez aceitou as condições ali contidas.

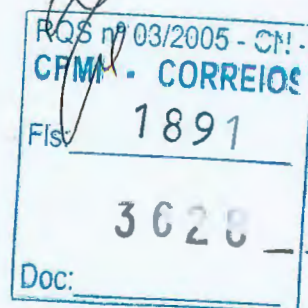
Sobre as considerações da pontuação:

➤ Freire Figueiredo:

Alínea d.2. – Das 24 declarações apresentadas, 10 atingiram o máximo de 4 pontos, 1 recebeu 3 pontos e 13 não receberam pontuação por não estarem com firma reconhecida em cartório, totalizando 43 pontos; conforme quadro abaixo. Foi considerado apenas o limite de 20 pontos (subitem 4.6.1. do edital).

Mercadão das Peças – 4 pontos
Posto Dom Manuel – 4 pontos
Transcobras – 4 pontos
Associação Pão Santo Antônio – 4 pontos
Cultura Inglesa – 4 pontos
Transportes Aéreo Club – 4 pontos

Parawood Ltda – 4 pontos
Forestry Ltda – 4 pontos
Itamarati Ltda – 4 pontos
Novo Lar – 4 pontos
Posto Grão Pará – 3 pontos





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls: 569
2

➤ Barra Britto:

Alínea d.1. – a) COSANPA - essa declaração recebeu 4 pontos – jan/98 à jun/98, jul/98 à dez/98, jan/99 à jun/99 e jul/99 à dez/99; b) Conselho Regional de Contabilidade – recebeu apenas 1 ponto – 6 meses de atuação; c) Correios, Fundação Carlos Gomes e CREA/PA – recebeu 4 pontos cada, perfazendo o total de 12 pontos; d) o atestado do Cartório Conduru foi considerado como órgão público, por entendermos que faz parte da administração pública, mais precisamente do Poder Judiciário; caso não seja órgão privado a pontuação será de 17 pontos nessa alínea; caso contrário permanecem os 21 pontos, ou seja, obedecendo o subitem 4.6.1. do edital, limite de 20 pontos.

Alínea d.2 – A declaração da FADESP não levou pontuação, exatamente como a recorrente afirma. A soma total desta alínea foi de 52 pontos, mas esta Comissão considerou apenas o limite de 20 pontos (subitem 4.6.1. do edital).

Alínea d.4 – Realmente, por um lapso, não observamos a duplicidade dos dois processos. Após efetuada a subtração desses a soma da pontuação que era de 158 pontos, totaliza agora 156 pontos. Portanto, não influiu na contabilização dessa alínea, por termos considerado apenas o limite de 150 pontos (subitem 4.6.1. do edital)

À superior consideração de V.Sa.

Em 25/07/2000.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

Arq CH/ASSOR
Subeto analisar e
emitir parecer.
25/07/00

Assinado digitalmente por José Roberto Barra Cordeiro
Data: 25/07/2000 14:51:13

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CM - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1892 |
| Doc: | 3020 |



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FLS: 5710
[Handwritten signature]

**ILMº SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

TP - 03/2000
Tipo: Técnica e Preço



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS., sociedade civil já devidamente habilitada no presente processo licitatório, vem, tempestivamente, perante V.S.^a, por intermédio de seu sócio José Augusto Freire Figueiredo, interpor o competente **RECURSO** contra o julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, impugnando, em especial, os pontos atribuídos à sociedade Barra Brito S/C/ - Adv. Ass, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

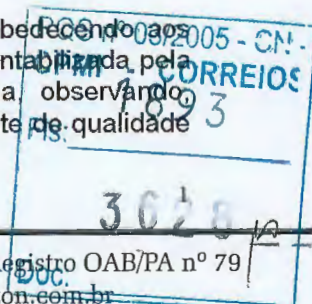
Ao tomar conhecimento do resultado do julgamento das propostas técnicas apresentadas na presente licitação, surpreendeu-se, o recorrente, tanto com a distribuição de pontos às sociedades participantes, como pelos critérios inovadores de aferição que fogem aos aspectos estabelecidos no edital de licitação, conforme a seguir melhor descremia:

1- DA LIMITAÇÃO DOS PONTOS

Observa-se, nas considerações dessa comissão julgadora, que a pontuação dos licitantes, quanto à requisitos previstos nas alíneas d.1., d.2. e d.4. do item 4.4. do Edital, foram restringidos a limites de pontos que não estavam previstos no edital de licitação, prejudicando, em sobremaneira, todos os licitantes, já que se esmeraram em apresentar todos os processos nos quais militaram no período fixado, sem que fossem considerados no cômputo final de seus pontos, termos esses que, se previstos desde o princípio do certame licitatório, evitaria tempo e trabalho às sociedades para organizar tantos documentos.

Dessa forma, tal critério de limitação está em desacordo com as disposições contidas em Edital, motivo pelo qual, entendemos que a pontuação proveniente das alíneas d.1, d.2 e d.4 do item 4.4 (únicas limitadas) merecem e precisam ser consideradas em sua totalidade, obedecendo aos requisitos e prazos estabelecidos no mencionado edital para os documentos apresentados pelos licitantes.

Nesse sentido, a pontuação dos licitantes, obedecendo aos critérios, prazos e moldes definidos no edital licitatório, precisam ser contabilizada pela totalidade dos pontos alcançados com a documentação apresentada, observando dessa forma as seguintes irregularidades na contabilização do coeficiente de qualidade dos participantes, a saber:





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls. 573
7/1

2- CONSIDERAÇÕES SOBRE A PONTUAÇÃO

No que tange à fórmula de aferição dos pontos dos licitantes, consideremos, em princípio, o que estabelece o edital:

2.1.1- Nas alíneas d.1. e d.2., considerando que a pontuação é extraída dos últimos dois anos a contar da data do início do presente certame licitatório, e mais, que cada semestre completo equivale a um (01) ponto, temos a seguinte situação:

Períodos: - Jan./98 à Jun./98 - 1 ponto
- Jul./98 à Dez./98 - 1 ponto
- Jan./99 à Jun./99 - 1 ponto
- Jul./99 à Dez./99 - 1 ponto

2.1.2- Nas alíneas d.3. e d.4. está cristalino que o critério adotado para se obter a pontuação é um (01) ponto para cada processo instaurado nos anos de 98, 99 e 2000.

Diante de tais considerações inicial, vejamos as irregularidades cometidas na aferição dos pontos de alguns licitantes:

2.2- FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS.

Pelas considerações acima formuladas, vimos que a pontuação obtida na alínea d.2. pela recorrente está incorreta, já que foram apresentadas 24 declarações de empresas privadas, das quais 16 obtiveram o máximo de 4 pontos, totalizando 62 pontos. Nas demais empresas, a pontuação atingida foi de 15 pontos. Somando-as, verifica-se, portanto, que sua pontuação total na alínea d.2. atingiu 82 pontos, ao invés dos 43 pontos que atribuídos pela comissão de licitação, conforme se observa pela lista a seguir:

a) Foram juntadas 24 declarações de empresas. Em 16 empresas foi atingido o máximo de 4 pontos para cada, totalizando 64 pontos, entretanto, nas 8 empresas restantes, a pontuação deveria seguir a listagem abaixo, na qual totalizariam 18 pontos, finalizando o item com 82 pontos:

| | |
|--------------------------|-----------|
| Mercadão das Peças | 3 pontos; |
| Posto Dom Manuel | 3 pontos; |
| Transcobras | 3 pontos; |
| Posto Grão Pará | 2 pontos; |
| Lumiar Confeccões | 2 pontos; |
| Totaline | 1 pontos; |
| Panificadora Continental | 2 pontos; |
| Premium | 2 pontos; |

Em relação às demais alíneas, ressalta-se que a pontuação total deverá é válido ressaltar que deverão seguir a pontuação total obtida em cada uma delas, sem qualquer tipo de limitação, conforme pode ser observado na planilha que segue abaixo.

2.3 – BARRA BRITO S/C

No caso do licitante Barra Brito S/C, constata-se irregularidades na pontuação obtidas nas alíneas d.1., d.2. e d.4.





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

PU: 572
7/4

Na alínea d.1.:

a) O licitante juntou uma declaração da COSANPA atestando que seu período de atuação profissional junto aquela Cia. corresponde ao período de 1996 à 05.1999. Assim, a pontuação refere-se a dois semestres completos (Jan./98 à Jun./98 e Jul./98 à Dez./98), atingido tal declaração apenas **2 pontos**,

b) Na declaração fornecida pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, constata-se que o período de atuação é de **6 meses**, portanto a pontuação a ser atribuída é de **1 ponto**.

c) Nas demais declarações, dos CORREIOS, da FUNDAÇÃO CARLOS GOMES e do CREA/PA, foi atingida a pontuação máxima de 4 pontos em cada, correspondentes a quatro semestres completos de atuação profissional, perfazendo as três declarações **12 pontos**.

d) Note-se, o Cartório Conduru não é órgão da administração pública direta ou indireta e, desta forma, não poderia ter sido incluído na pontuação da alínea d.1., mas sim na pontuação da alínea d.2.

e) A somatória final na alínea d.1. do escritório **Barra Brito** alcançou a pontuação máxima de **15 pontos** e não os 21 pontos divulgados por essa Comissão Permanente de Licitação.

Na alínea d.2.:

a) A declaração da FADESP não pode ser levada em consideração, uma vez que o período de atuação profissional junto aquela fundação foi iniciado somente no ano 2000, não estando configurado o período semestral integral para atingir a pontuação mínima.

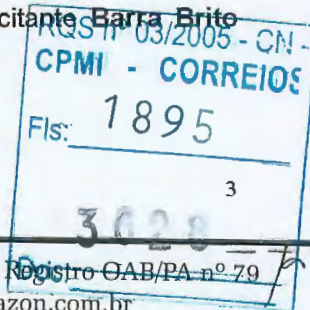
b) No que concerne as outras declaração, observa-se todas atingiram a período máximo de atuação (4 pontos para cada).

c) Nesta alínea, a somatória total atingiu **56 pontos**.

Na alínea d.4.:

a) Observando minuciosamente os processos instaurados no período considerado (98,99,2000), nota-se às fls. 332 – Certidão da Oitava Vara do Trabalho – que há uma duplicidade de processos com numeração **251/99** e às fls. 339 – Certidão da 12ª Vara do Trabalho – também há outra duplicidade no processo nº **12ªVT-294/99**.

b) Sendo assim, a pontuação total do licitante **Barra Brito S/C** na alínea d.4. é igual a **156 pontos**.





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls. 573
[Handwritten signature]

Diante do que foi exposto, vem, o recorrente, requerer que V.S.^a, revendo os critérios adotados por essa Comissão de Licitação, faça cumprir as normas contidas nos Edital de Licitação, a fim de:

1º - **ATRIBUIR** a todos os licitantes a **PONTUAÇÃO TOTAL** obtida nas alíneas d.1., d.2., d.3. e d.4. do subitem 4.4.;

2º - **REVER** a pontuação do recorrente/licitante **Freire Figueiredo & Melém S/C** em relação a alínea d.2., conferindo-lhe o total de **82 pontos** corretamente calculados;

3º E, finalmente, **CORRIGIR** a pontuação do licitante **Barra Brito S/C**, no que se refere as alíneas d.1., d.2. e d.4., conforme planilha abaixo.

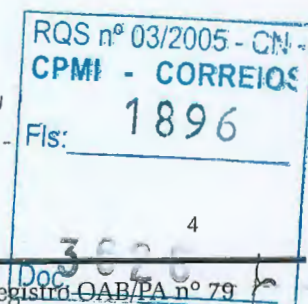
Pois, somente desta maneira, o presente processo licitatório, poderá prosseguir nos ulteriores de direito, observadas as formalidades de legais e de praxe.

PLANILHAS

BARRA BRITO S/C – ADV. ASS.

| 4.4. ALÍNEAS: | REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO : | PONTUAÇÃO | PESO (X) | SUBTOTAL |
|--|--|-----------|----------|----------|
| d.1. | Atuação em órgãos da adm. Pública federal, estadual ou municipal.
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 15 | 2 | 30,00 |
| d.2. | Atuação em órgãos privados
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 56 | 1 | 56,00 |
| d.3. | Justiça Federal.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 36 | 2 | 72,00 |
| d.4. | Justiça do Trabalho.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 156 | 3 | 468,00 |
| d.5. | Pós graduação, mestrado ou doutorado.
- 1 ponto para cada curso. | 0 | 1 | 0 |
| Total da pontuação | | | | 626,00 |
| Soma dos Pesos | | | | 9 |
| K → COEFICIENTE DE QUALIDADE - (Divisão da pontuação total pela soma dos pesos)* | | | | 69,55 |

* Média ponderada





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls: 574
M

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS.

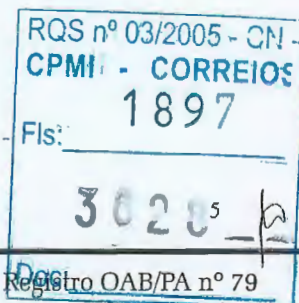
| 4.4. ALÍNEAS: | REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO : | PONTUAÇÃO | PESO (x) | SUBTOTAL |
|--|---|-----------|----------|----------|
| d.1. | Atuação em órgãos da adm. Pública federal, estadual ou municipal.
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 11 | 2 | 22,00 |
| d.2. | Atuação em órgãos privados.
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 82 | 1 | 82,00 |
| d.3. | Justiça Federal.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 41 | 2 | 82,00 |
| d.4. | Justiça do Trabalho.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 162 | 3 | 486,00 |
| d.5. | Pós graduação, mestrado ou doutorado.
- 1 ponto para cada curso. | 0 | 1 | 0 |
| Total da pontuação | | | | 672,00 |
| Soma dos Pesos | | | | 9 |
| K→COEFICIENTE DE QUALIDADE - (Divisão da pontuação total pela soma dos pesos)* | | | | 74,66 |

* Média ponderada

ISAÍAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA S/C

| 4.4. ALÍNEAS: | REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO : | PONTUAÇÃO | PESO (x) | SUBTOTAL |
|--|---|-----------|----------|----------|
| d.1. | Atuação em órgãos da adm. pública federal, estadual ou municipal.
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 0 | 2 | 0 |
| d.2. | Atuação em órgãos privados.
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 20 | 1 | 20,00 |
| d.3. | Justiça Federal.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 4 | 2 | 8,00 |
| d.4. | Justiça do Trabalho.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 39 | 3 | 117,00 |
| d.5. | Pós graduação, mestrado ou doutorado.
- 1 ponto para cada curso. | 0 | 1 | 0 |
| Total da pontuação | | | | 145,00 |
| Soma dos Pesos | | | | 9 |
| K→COEFICIENTE DE QUALIDADE - (Divisão da pontuação total pela soma dos pesos)* | | | | 16,11 |

* Média ponderada





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FL 575
M

CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

| 4.4. ALÍNEAS: | REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO : | PONTUAÇÃO | PESO (X) | SUBTOTAL |
|--|--|-----------|----------|----------|
| d.1. | Atuação em órgãos da adm. pública federal, estadual ou municipal .
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 8 | 2 | 16,00 |
| d.2. | Atuação em órgãos privados
- 1 ponto para cada semestre completo nos últimos dois anos. | 25 | 1 | 25,00 |
| d.3. | Justiça Federal.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 2 | 2 | 4,00 |
| d.4. | Justiça do Trabalho.
- 1 ponto para cada processo instaurado dos anos de 98, 99 e 2000. | 158 | 3 | 474,00 |
| d.5. | Pós graduação, mestrado ou doutorado.
- 1 ponto para cada curso. | 0 | 1 | 0 |
| Total da pontuação | | | | 519,00 |
| Soma dos Pesos | | | | 9 |
| K → COEFICIENTE DE QUALIDADE - (Divisão da pontuação total pela soma dos pesos)* | | | | 57,66 |

* Média ponderada

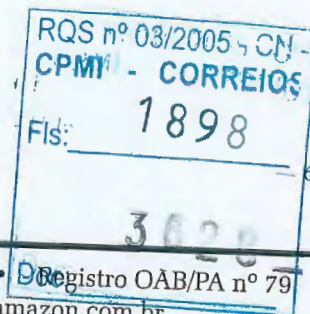
Nestes termos pede deferimento.

Belém, 13 de julho de 2000.

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS.

José Augusto Freire Figueiredo

Sócio



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 03/2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO** apresentado por **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação na Tomada de Preço nº 03/2000, que julgou a proposta técnica apresentada pelo Escritório de Advocacia, ora impugnado, na forma do exposto a seguir:

DOS FATOS

1. Inconformado com as pontuações das propostas técnicas obtidas pelos licitantes, o Escritório de Advocacia/Recorrente interpôs recurso visando: atribuir a todos os licitantes a pontuação total relacionados nas alíneas d.1, d.2, d.3 e d.4 do subitem 4.4, rever a pontuação do recorrente Freire Figueiredo & Melém S/C em relação à alínea d.2, bem como, corrigir a pontuação do licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** no que se refere as alíneas d.1, d.2 e d.4, do edital da Tomada de Preço nº 03/2000.

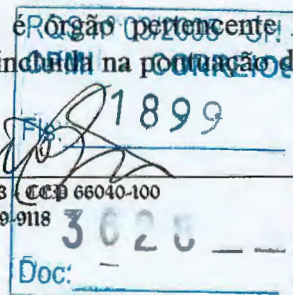
Para tanto, o recorrente alega que houve irregularidades na pontuação obtida pelo Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** nas alíneas d.1., d.2. e d.4.

Aduz, que o Cartório Condurú não é órgão pertencente à Administração pública direta ou indireta, não podendo ser incluído na pontuação da alínea d.1., mas sim na d.1.

Av. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Cd. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 577

Assevera, que a declaração da COSANPA juntada pelo Licitante/Recorrido, atestando que seu período de atuação profissional corresponde ao período de 1996 à 05.1999, refere-se a dois semestres completos, atingindo tal declaração apenas 2 pontos.

No que diz respeito a declaração fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade, alega que o período de atuação é de 6 meses, portanto, devendo ser atribuído 1 ponto.

Quanto a declaração dos Correios, da Fundação Carlos Gomes e CREA/PA, a pontuação atingida é de 4 pontos em cada, correspondendo a quatro semestres perfazendo as três declarações 12 pontos.

Para o Licitante/Recorrente Freire Figueiredo & Melém S/C, o Licitante/Recorrido **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** alcançou a pontuação de 15 pontos e não os 21 pontos divulgados pela Comissão Permanente de Licitação.

Entende o Licitante/Recorrente, quanto a alínea d.2., a declaração da FADESP não pode ser levada em consideração vez que a atuação profissional do Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** iniciou-se no ano de 2000, não estando configurado o período semestral para atingir a pontuação mínima.

Finalmente, alega que a pontuação total do Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** na alínea d.2., é de 56 pontos e na alínea d.4., é igual a 156 pontos.

Não tem razão.

2. Ilustre Comissão, desnecessário se faz a recorrida apresentar maiores considerações sobre os argumentos da peça recursal formulada pelo Escritório Jurídico FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, porquanto a fragilidade das razões lá insertas é flagrante.

Não há que se falar em que a Comissão Permanente de Licitação deve seguir a pontuação total obtida em cada uma das alíneas d.1, d.2, d.3, d.4 e d.5 do edital da TP nº 03/2000, sem levar em consideração a limitação prevista no referido edital.

Nesse sentido, diferentemente do asseverado no recurso, o edital do certame não esta de acordo com as alegações do Licitante/Recorrente.

Autenticado em 22/05/2005

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Brito - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará

TPS nº 03/2005 - CRI-CPMI - CORREIOS
Fis. 2
3028
Doc:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 578
10

Aliás, causa estranheza a confusão feita, porquanto o edital do certame, no particular, é de clareza solar:

“4.6 COEFICIENTE DE QUALIDADE (K):

4.6.1. Aos itens da alínea “d” aferir-se-á um ponto conforme seguinte: nas alíneas d.1 e d.2, para cada semestre completo de atuação, dentro do período considerado, até o limite de 20 pontos; nas alíneas d.3 e d.4, para cada processo judicial instaurado sob a responsabilidade do proponente, até o limite de 150 pontos, dentro do período considerado; e no caso da alínea d.5, para cada curso, até o limite de 10 pontos.”
(grifo do nosso)

Logo, não há porque e nem como a ECT desconsiderar o limite de pontos constantes no edital da Tomada de Preço nº 03/2000, ou seja, para as alíneas d.1 e d.2, até o limite de 20 pontos, nas alíneas d.3 e d.4 até o limite de 150 pontos, e no caso da alínea d.5. para cada curso o limite de 10 pontos.

E assim é, porque o edital é a lei interna da licitação, norma essa que traça as diretrizes dos interessados, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são aceitas pelos licitantes, quando da concordância do mesmo. Para tanto, a lei de licitações, no art.41, §2º, prevê que decairá do direito de impugnar os termos do edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

Vale ressaltar, que se o Licitante/Recorrente não concordou com o edital, deveria ter impugnado, e quando deixou de impugnar o mesmo, expressamente aceitou todas as condições que nele estavam insertas, inclusive aquela relacionada à limitação na contagem dos pontos, evidenciando que, posteriormente, não pode alterar as condições por ato de sua vontade.

No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: *“nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital”*.

Nesse passo, também, a acuidade jurídica da nota da mestra DI PIETRO: *“Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório”* (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª edição, 1992, p. 243).

Como visto, resta claro que a Comissão de Licitação quando da contagem dos pontos das propostas técnicas dos Licitantes, cumpriu na

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Brito - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará

REC-03/2005 - CN
CRM - CORREIOS
Fls. 578 - 3
3028
Doc:

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 579
7/1

integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a limitação da pontuação dos licitantes, razão pela qual não há que se falar em qualquer correção, pois os métodos de contagem estão atrelados ao que determina o edital da TP nº 03/2000.

Logo, sendo o edital a norma a ser seguida no processo licitatório, e tendo este, expressamente, determinado a limitação de 20 pontos para os itens d.1 e d.2., assim deve ocorrer.

No pertinente as alegações de que o 4º Ofício de Notas – Cartório Condurú não seria órgão da administração pública estadual, a mesma não procede. O 4º Ofício de Notas da Comarca de Belém, é órgão público estadual, fazendo parte integrante do Poder Judiciário Estadual, responsável pela lavratura de Escrituras diversas, Procurações, entre outros documentos públicos, evidenciando-se incontestável o seu caráter público, razão pela qual agiu com acerto a Comissão ao incluir o atestado de capacidade técnica no item d.1.

Diante das razões acima expostas, resta provado a exaustão que a contagem dos pontos relacionada à proposta técnica do Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** está correta, seguindo as normas editalícias, não tendo que se falar em correção de pontuação.

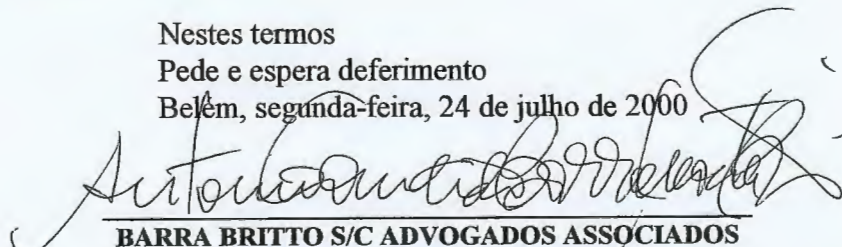
DO PEDIDO

3. Ante todo o anteriormente exposto nesta impugnação, capaz de elidir de *per si*, na amplitude devida, todas as frágeis alegações do Escritório de Advocacia/Recorrente, cujos argumentos da recorrida são corroborados pelo constante do bojo da Tomada de Preço nº 03/2000, requer-se a Vossa Senhoria o não provimento do recurso apresentado por FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, com posterior seguimento do certame nos ulteriores de direito relacionados a abertura das propostas de preço, observadas as formalidades e cautelas legais.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, segunda-feira, 24 de julho de 2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

P.p. Antonio Candido Barra Monteiro de Britto

OAB-PA 3961 - CPF 158.386.172-68

Sócio Gerente

(Impug. Rec.prop.téc.Freire Figuei.tp 03)

Av. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls. 1902 |
| Doc: 3020 |

FLS: 580
[Handwritten signature]



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD

ATA DE LICITAÇÃO

| FINALIDADE: | LICITAÇÃO | |
|---|---|----------------------|
| ☐ Reunião de Licitação
☒ Reunião de Julgamento
☐ Sorteio de Desempate | ☐ Concorrência
☒ Tomada de Preços
☐ Convite | NÚMERO

3/2000 |

Em 28/7/2000, às 9h00, na sala onde funciona a CPL/GERAD/DR/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 602/99, composta pelos empregados, José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Conceição Cardoso da Silva, Assistente Administrativo I, matrícula nº 8.452.710-2 e Gabriel Peixoto Oliveira, Auxiliar Administrativo I, matrícula nº 8.453.150-9, para julgamento das propostas técnicas apresentadas à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Em decorrência de recursos apresentados ao julgamento das propostas técnicas, reformulamos aquele julgamento, conforme segue: a) subitem 4.4, letra "c" – consideramos que todos participantes comprovaram possuir em seu quadro de empregados advogados habilitados e com vínculo empregatício com os licitantes; b) alíneas "d.1" e "d.2" – a pontuação permaneceu inalterada; c) alínea "d.3" – em função da contagem dos pontos em duplicidade, dos processos da Justiça Federal, do licitante Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, nº 1999.39.02.000498-4 (fls. 398 e 411), 1999.39.02.000499-7 (fls. 398 e 411) e 99.4853-2 (398 e 404); a certidão onde está incluso o processo 99.4854-5 (fls.409) consta a seguinte declaração: "... nenhum dos requerentes constam como patronos da CEF", portanto, em decorrência dessa declaração, a CPL concluiu pela invalidade desta última declaração; com a subtração desses quatro processos o licitante passa de 41 para 37 pontos; d) alínea "d.4" – a CPL mantém sua decisão quanto aos pontos atribuídos ao licitante Freire Figueiredo, em que os processos constante do anexo (relação de 16 processos) às folhas 439, foram considerados válidos, devido os mesmos atenderem ao objetivo, por conter em seu corpo o timbre da Justiça do Trabalho e estar devidamente rubricado pelo serventuário da justiça responsável pelas informações prestadas; a pontuação final dessa alínea ficou inalterada para todos licitantes. Após essas considerações a CPL concluiu pela seguinte classificação: 1º - Barra Britto S/C Advogados Associados, 64,67 pontos; 2º - Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, 62,89 pontos; 3º - Célio Lima & Advogados Associados S/C, 54,44 pontos e Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C, 16,11 pontos. O resultado deste novo julgamento será publicado no DOU do dia 30/7/200. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião às 9h21. E para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.

[Handwritten signature]
 JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

[Handwritten signature]
 CONCEIÇÃO CARDOSO DA SILVA

[Handwritten signature]
 GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI 1903
 CORREIOS
 Fls: _____
 3620 - 200
 Doc: _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
ANÁLISE COMPARATIVA DA PROPOSTA TÉCNICA

| Alínea | SUBITEM 4.4 DA PROPOSTA TÉCNICA | BARRA BRITO | | | FREIRE FIGUEIREDO | | | ISAIAS CABRAL | | | CÉLIO LIMA | | |
|---|---|-------------|------|------------------|-------------------|------|------------------|---------------|------|------------------|------------|------|------------------|
| | | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso |
| a | Número da licitação e seu objeto | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| b | Declaração que formalize plena adesão aos termos deste edital | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| c | Indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possuam vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS) | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| d | Indicação das experiências profissionais anteriores do licitante ou dos advogados pertencentes ao seu quadro de empregados, a saber: | | | | | | | | | | | | |
| d.1 | Atuação em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, nos últimos dois anos, comprovada mediante atestado de capacitação, em papel timbrado, conforme Anexo I; | 20 | 2 | 40,00 | 11 | 2 | 22,00 | 0 | 2 | 0,00 | 8 | 2 | 16,00 |
| d.2 | Atuação em órgãos privados, nos últimos 2 anos, comprovada mediante atestado de capacitação, conforme anexo I, com firma reconhecida em Cartório | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 |
| d.3 | Atuação judicial no âmbito da Justiça Federal, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado, da Justiça Federal, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça Federal e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 36 | 2 | 72,00 | 37 | 2 | 74,00 | 4 | 2 | 8,00 | 2 | 2 | 4,00 |
| d.4 | Atuação judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado da Justiça do Trabalho, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça do Trabalho e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 150 | 3 | 450,00 | 150 | 3 | 450,00 | 39 | 3 | 117,00 | 150 | 3 | 450,00 |
| d.5 | Cursos complementares oficialmente reconhecidos, à nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, comprovados mediante os respectivos certificados de conclusão | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 |
| SOMA | | | 9 | 582,00 | | 9 | 566,00 | | 9 | 145,00 | | 9 | 490,00 |
| Coeficiente de Qualidade (K): Soma Pontuação x Peso : Soma Peso | | | | 64,67 | | | 62,89 | | | 16,11 | | | 54,44 |

O Coeficiente de Qualidade (K) foi determinado pela média ponderada entre todos os itens da proposta técnica (Subitem 4.5 do edital)
Média ponderada: é a soma do produto dos valores obtidos com os respectivos pesos, dividido pela soma dos pesos.

FIS. 03-005 - CN -
CORREIOS
904

Furios
5/8/04



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FLS 582
PROTOCOLO

Do: DIRETOR REGIONAL DR/PA

À: COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL/APRO/ASCOM

CI/CPL/GERAD/PA-130/2000

Ref.: Tomada de Preços nº 3/2000

FAX Nº (091) 211-3053

Assunto: Resultado de Julgamento das Propostas Técnicas

Belém/PA, 28 de julho de 2000.

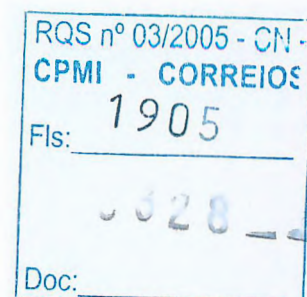
Encaminhamos, em anexo, o resultado de julgamento referente à Tomada de Preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, para publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,


WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL

José Maria dos Santos Silva
DIRETOR ADJUNTO/ECT/PA

JRBC/jrb



FLS: 583
JH

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ
RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Em decorrência de recursos apresentados ao resultado do julgamento das propostas técnicas, publicado no Diário Oficial da União de 06/07/2000, Seção 3, pág. 18 informamos a reformulação do julgamento, como segue: os licitantes obtiveram a seguinte classificação: 1º) Barra Britto S/C Advogados Associados - 64,67 pontos; 2º) Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associado - 62,89 pontos; 3º) Célio Lima & Advogados Associados S/C - 54,44 pontos e 4º) Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C – 16,11 pontos.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1906 |
| 3028 |
| Doc: |

presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de arquivo deslizante, no edifício sede da ANATEL, sito à Rua Vicente Machado, 720, centro - Curitiba/Paraná, conforme condições e especificações contidas no Anexo I e II deste contrato. Modalidade de Licitação: Pregão Amplo n.º 041/2000 Programa de Trabalho: 24722025013670001 Elemento de Despesa: 449052 Valor do Contrato: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) Processo n.º 53500.001716/2000.

(Of. nº 19/2000)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**Administração Central****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 6/2000**

Comunicamos a todos os interessados que o objeto da Concorrência n.º 006/2000 - CPL/AC - referente a Aquisição de Malas Postais - foi homologada a adjudicação às empresas: Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio, (Itens 01 e 02), para fornecimento de 22.800 Malas Postais Lona/Algodão - MP/L-03 e 2.400 Malas Postais Lona/Algodão - MP/L-04, pelo valor total de R\$ 324.076,00 (trezentos e vinte e quatro mil e setenta e seis reais) e Mulli Brasil Indústria e Comércio Ltda., (Itens 03 e 04), para fornecimento de 22.800 Malas Postais Nylon/Cordura MP/NC-03 e 2.400 Malas Postais Nylon/Cordura MP/NC-04, pelo valor total de R\$ 463.890,00 (quatrocentos e sessenta e três mil, seiscientos e noventa reais).

MARTA MARIA COELHO
Presidente da CPL

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 11/2000**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Suprimento para a área de informática. Comunicamos a todos os interessados o resultado da análise dos documentos apresentados na reunião de habilitação do dia 24/07/2000. Empresas Habilitadas: Star Technology do Brasil Ltda, Telex Com. e Suprimento para Informática Ltda, Refill Prod. Imp. Exp. Com. Ind. Ltda, Kiep Informática Imp. e Exp. Ltda, Master Ind. e Com. Ltda, Santos & Soaster Ltda, Cesar Reis Office Products Ltda, Gaudêncio Guimarães Vieira, Luciane Comercial e Rep. Ltda, Infomados Com. e Repres Ltda e DDA Com. e Repres. Ltda. Empresas Inabilitadas: Pipel Comercial de Fitas e Papéis Ltda, Garbel Com. Imp. e Exp. Ltda, Challenger Informática Com. e Serv. Ltda, Papelaria N. S. das Mercês Ltda, Inforsil Com. de Suprimento p/Informática Ltda, Holy Comercial Ltda e Starced Com. e Imp. Ltda.

MARTA MARIA COELHO
Presidente da CPL

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional na Bahia**RETIFICAÇÃO**

1) No aviso de extrato de Dispensa de licitação Nº204/2000 publicado no DOU nº143 de 26.07.2000, Seção 3, página 19, na vigência, onde se lê Locador - Luciano Lima do Nascimento, leia-se Locadora Bernadete da Cunha Gomes.

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional no Espírito Santo**EXTRATOS DE CONTRATOS**

1) Contrato n.º 184/2000 - Nossolar Imóveis Ltda. - Locação de imóvel para funcionamento do CDD Campo Grande - Valor Mensal R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) - Valor Global R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) - Recursos Orçamentários: 03.2.06/2.24 - DL n.º 135/2000-SCCO/GERAD/ES - Vigência: 01.07.2000 a 30.06.2005 - Assinado em 28.06.2000; 2) Contrato n.º 190/2000 - Deriva Serviços Ltda. - Fornecedor de Peças Originais de Reposição para veículos FIAT - Valor Global estimado R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) - Recursos Orçamentários: 03.2.06/2.02 - Convite n.º 024/2000-CPL/GERAD/ES - Vigência: 21.07.2000 a 20.07.2001 - Assinado em 20.07.2000; 3) Contrato n.º 193/2000 - C J F da Vigilância Ltda. - Prestação de Serviço de Vigilância Armada para a Unidade de Brejuba/ES - Valor Mensal R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) - Valor Global R\$ 9.840,00 (nove mil, oitocentos e quarenta reais) - Recursos Orçamentários: 03.2.06/2.04 - DL n.º 136/2000-SCCO/GERAD/ES - Vigência: 03.07.2000 a 02.07.2001 - Assinado em: 30.06.2000; 4) Contrato n.º 199/2000 - A M F Desenvolvimento Empresarial Ltda. - Consultoria da Implementação de Sistemas de Qualidade ISO 9002, para certificação do serviço SEDEX Hoje - Valor Global da Contratação R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) - Recursos Orçamentários: 01.2.01/2.09 - INEX- n.º 002/2000-SCCO/GERAD/ES - Vigência: 10.07.2000 a 31.10.2000 - Assinado em 08.07.2000.

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional no Maranhão**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

1) DL- 073/2000 - 28/7/2000 - Locação de imóvel para funcionamento da AC AFONSO CUNHA/MA - Locador: ANIBAL PARANHOS DO VALE - valor global estimado: R\$ 1.200,00 - valor desembolso no exercício: R\$ 500,00 - vigência: 28/7/2000 a 27/6/2001 - Conta/Atividade: 2.24/03.2.06 - conforme inciso X Art. 24 da Lei nº 8.666/93 de 21/6/93.

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional em Mato Grosso**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo: Contrato de Locação n.º 079/97 (Jardim das Américas)
Objeto: Reajuste do preço mensal e prorrogação da vigência
Contratada: João Clini
Contratante: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93
Assinaturas: Antonio Carlos de Oliveira e Valdir José da Silva, pela Contratante e João Clini, pela Contratada.

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional em Minas Gerais**AVISOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A ECT, através de sua Diretoria Regional de Minas Gerais de conformidade com a Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X, Comunica: 01 - Emissão D.L. n.º 13-0011/00 - Locação Imóvel - Utilização CDD/ULA/Leste/MG, Locador: José Roberto Mundim, Vigência: 01-08-00 a 31-07-01, Classificação Orçamentária - 03.2.06-2.24, Valor da Contratação: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), Desembolso Exercício: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), 02 - Emissão D.L. n.º 13-010/00 - Locação Imóvel Utilização AC/Tupaciguara, Locador: Miron Tavares da Silva, Vigência: 01/08/00 a 31/07/01, Classificação Orçamentária - 03.2.06-2.24, Valor da Contratação: R\$ 3.000,00 (três mil reais), Desembolso no Exercício: R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais).

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Gerente de Administração

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2000**

A ECT, Diretoria Regional do Minas Gerais, torna público que fará realizar na Av. Afonso Pena 1.270 - Centro - Sala 203 - Belo Horizonte/MG reunião de licitação referente TP/ECT/DR/MG-046/2000 visando a Aquisição de móveis de apoio para diversas unidades da Diretoria Regional de Minas Gerais. Abertura dia 18/08/2000 às 10:00 horas. Maiores informações bem como o edital, no valor de R\$30,00 poderão ser obtidos no endereço acima.

PEDRO ERNESTO BONATO
Presidente da CPL

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional no Pará e Amapá**RESULTADO DE PROPOSTAS TÉCNICAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000**

Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Em decorrência de recursos apresentados ao resultado do julgamento das propostas técnicas, publicado no Diário Oficial da União de 06/07/2000, Seção 3, pág. 18 informamos a reformulação do julgamento, como segue: os licitantes obtiveram a seguinte classificação: 1º Barra Brito S/C Advogados Associados - 64,67 pontos; 2º Freire Figueiredo & Melém S/C - Advogados Associado - 62,89 pontos; 3º Célio Lima & Advogados Associados S/C - 54,44 pontos e 4º Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C - 16,11 pontos.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional no Paraná**EXTRATO DE CONTRATO**

1-CTR n.º 56/00, 24/07/00 - SANDRA CRISTINA ZEN CARDOZO VIEIRA, Contrato de Prestação de Serviços de Elaboração de Cálculos Judiciais, 25/07/00 a 24/09/00, DL 508/00, 01.2.01-1.03.04.07.00, R\$ 14.000,00, valor do exercício R\$ 14.000,00.

**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2000**

Em relação à Tomada de Preços n.º 007/2000, que tem por objeto a contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas de ECT na LTN 011 Curitiba/Porto Alegre, comunicamos que foi declarada vencedora a empresa MERCOPAMPA Distrib de Prds Alimentícios Ltda., com o valor de R\$ 0,82 (sessenta e dois centavos de real) por Km rodado.

Curitiba, 28 de julho de 2000
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional em Pernambuco**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Extrato GERAD Nº 30/2000

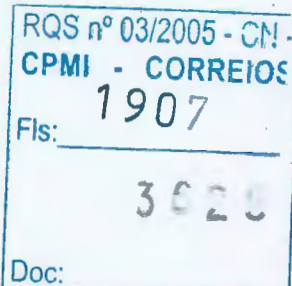
1) DL n.º 0207/2000, Data da Autorização: 27/07/2000, Contratado: Ailton Correia de Melo Filho, Vigência: 01/08/2000 a 31/07/2005, Objeto: Locação de imóvel não residencial para funcionamento da ACLAGOA DOS GATOS, Artigo 24 inciso X da Lei 8.666/93, Classificação Orçamentária: 2.24.01/03.2.06, Valor Global: R\$ 11.994,00, Desembolso no Exercício: R\$ 799,60.

(Of. nº 192/2000)

Diretoria Regional no Rio Grande do Norte**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato-059/2000 de 13/7/2000 - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS - Locação do imóvel não residencial situado à Av. Eng.º Hildebrando de Góis, 221 - Ribeira - Natal/RN com a finalidade de nele funcionar as atividades do Núcleo do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos da DR/RN, Vigência: 01/5/2000 a 30/4/2005, Valor Total da Contratação: R\$ 2.572,15. Valor Desembolso no Exercício: R\$ 1.714,80. De acordo com o "Caput" do art. 25 da Lei 8.666/93.

(Of. nº 192/2000)



FLS. 585
[Handwritten signature]

CONFIRMACAO DE MENSAGEM

08-AGO-00 16:26

NR. TELEFONE : 02499118
PAGINAS : 01
INICIO : 08-08 16:25
DURACAO : 01'09"
MODO : 9600/PADRAO/MR
RESULTADO : OK

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1908 |
| Doc: | 3628 |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FU:586
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD/PA-80/2000

Belém, 8 de agosto de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., nos termos do item 7.4 do edital de licitação, o recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Barra Britto S/C Advogados Associados e Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Fax: 249-9118

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1909 |
| 3628 |
| Doc: |

FU: 587
[Signature]

CONFIRMACAO DE MENSAGEM

08-AGO-00 16:35

NR. TELEFONE : 02122501
PAGINAS : 02
INICIO : 08-08 16:33
DURACAO : 02'27"
MODO : 9600/PADRAO/MH
RESULTADO : OK

| | |
|----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN- | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1910 |
| Doc: | 3628 |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FLS: 588
CP
H

CT/CPL/GERAD/PA-80/2000

Belém, 8 de agosto de 2000.

Prezados Senhores,

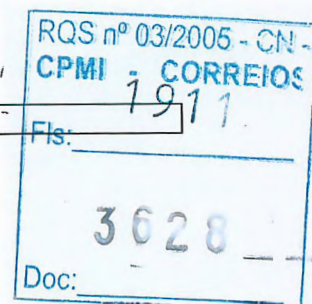
Anexo remetemos a V.Sas., nos termos do item 7.4 do edital de licitação, o recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Barra Brutto S/C Advogados Associados e Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
ISAÍAS CABRAL ADVOCACIA E ASSESSORIA S/C
Fax: 212-2601

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



FLS. 589
CP

CONFIRMACAO DE MENSAGEM

09-AGO-00 08:03

NR. TELEFONE : 02227835
PAGINAS : 06
INICIO : 09-08 08:56
DURACAO : 06'21"
MODO : 9600/PADRAO/MR
RESULTADO : OK

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1912
Doc: 3628



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FUS: 590
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD/PA-80/2000

Belém, 8 de agosto de 2000.

Prezados Senhores,

Anexo remetemos a V.Sas., nos termos do item 7.4 do edital de licitação, o recurso apresentado pelo licitante Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, relativo ao julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos escritórios Barra Britto S/C Advogados Associados e Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associados, à tomada de preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
CÉLIO LIMA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Fax: 222-7835

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1913
3628
Doc:



DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

PRT/PA - 0714/2000

EMI.: 02/08/2000

VIG.: 02/08/2000

01/01

ASSUNTO: Designação de Comissão.

DISTRIBUIÇÃO: Gabinete do Diretor Regional, Gerência de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Gerência de Administração.

REFERÊNCIA: CI/SAD/GERAD/DR/PA - 0109/2000.

Designo os empregados, abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, à constituírem a Comissão Permanente de Licitação, conforme disposto na Lei 8.666/93, art. 6º, XVI e MANLIC, Mód. 1, Cap. 2, Item 1.10, com vigência até 01/08/2001.

- Presidente** - JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO, Técnico Administrativo I, matrícula 8.452.588-6;
- Membros Efetivos** - CLAUDINEI CURVELO DA SILVA, Administrador Postal Pleno, matrícula 8.010.670-6;
- CÉLIA DA SILVA LOPES, Advogada Júnior, matrícula 8.454.112-1;
- Membros Suplentes** - HILDA MARIA LOBATO LEÃO FORTES, Assistente Administrativo I, matrícula 8.454.039-7;
- MARIA GEORGETE RODRIGUES DE SOUZA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.452.709-9;
- GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 8.453.150-9.

No impedimento do presidente, responderá pela comissão o membro efetivo, observando-se a seqüência apresentada, que por sua vez, no impedimento de qualquer membro efetivo, assumirá um dos membros suplentes, também na seqüência acima apresentada.

WALDEMIR FREIRE CARDOSO

DIRETOR REGIONAL DR/PA

Jose Maria dos Santos Silva
Diretor Adjunto
ECT / PARÁ

SARH/lsr.

RQS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

Fis: 1914

Doc: 3620



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fis. 512

Ao Diretor Regional,

Apresentamos a V.Sa. o recurso interposto pela licitante Freire Figueiredo & Melém S/C contra o julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes Barra Britto S/C – Advogados Associados e pelo próprio recorrente à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia à ECT no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

A recorrente alega o seguinte:

➤ Freire Figueiredo – Na alínea “d.3” o recorrente recebeu 37 pontos em sua pontuação, quando o correto seria 38 pontos.

➤ Barra Britto – Na alínea “d.1”, relativo ao atestado de capacidade técnica da COSANPA, o licitante recebeu 4 pontos; o correto seria 2 pontos, pois refere-se somente a dois semestres completos de atuação (Jan/98 à Jun/98). Alega também que o atestado de capacidade técnica do Cartório Conduru, deveria pontuar na alínea “d.2” como órgão privado e não na alínea “d.1” como órgão da administração pública.

Sobre o primeiro questionamento, a CPL dá acatamento às observações da recorrente no que se refere ao total de pontos atribuídos ao licitante Freire Figueiredo para o item “d.3”, revisando a contagem que passa de 37 para 38 pontos, conforme quadro abaixo.

| VARA | Nº DO PROCESSO | FOLHA | PONTOS |
|----------------|---------------------|-------|--------|
| 4ª | 98.620-3 | 398 | 1 |
| 4ª | 98.8851-3 | 398 | 1 |
| 4ª | 98.2921-9 | 398 | 1 |
| 7ª | 99.3823-7 | 398 | 1 |
| 3ª | 99.4853-2 | 398 | 1 |
| 101 | 1999.39.02.000498-4 | 398 | 1 |
| 101 | 1999.39.02.000499-7 | 398 | 1 |
| 4ª | 2000.39.00.000122-5 | 398 | 1 |
| 2ª | 99.2726-4 | 399 | 1 |
| 3ª | 1998.39.00.005028-0 | 403 | 1 |
| Única Santarém | 98.837-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.805-3 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.799-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.503-5 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.504-8 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.505-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.500-7 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.501-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.502-2 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.506-3 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.507-6 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.508-9 | 411 | 1 |

RDS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1915
3028
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FL. 593
27/11

| VARA | Nº DO PROCESSO | FOLHA | PONTOS |
|----------------|----------------|-------|--------|
| Única Santarém | 99.509-1 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.510-9 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.511-1 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.514-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.515-2 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.517-8 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.518-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.519-3 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.520-0 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.521-3 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.522-6 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.523-9 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.524-1 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.512-4 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99513-7 | 411 | 1 |
| Única Santarém | 99.516-7 | 411 | 1 |
| TOTAL | | | 38 |

Quanto ao segundo questionamento, a CPL também dá acatamento às observações da recorrente, no que se refere à contagem de pontos atribuída ao atestado da capacidade técnica fornecido pela COSANPA ao licitante Barra Britto, resultando portanto, em nova pontuação (o licitante Barra Britto faz jus a 2 pontos na alínea "d.1", por conta daquele atestado).

Quanto ao atestado do Cartório Conduru, em vista do dispositivo constitucional (Título IX, art. 236), serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Assim sendo, como o Cartório Conduru desempenha suas funções no âmbito dos serviços notariais teria o mesmo natureza privada. Vale ressaltar, contudo, que o posicionamento da CPL a respeito deverá ser objeto de aval da ASJUR.

À superior consideração de V.Sa.

Em 17/8/2000.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

Asser
Solicitado analisador
e emitir parecer
RQS nº 03/2005 - CN -
CPM CORREIOS
Fls: 17/8/2000
5028
Doc: _____



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —



Fls. 594

**ILMº SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DA
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

TP - 03/2000
Tipo: Técnica e Preço

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV. ASS., sociedade civil já devidamente habilitada no presente processo licitatório, vem, tempestivamente, perante V.S.^a, por intermédio de sua sócia Carla Nazaré Jorge Melém Souza, interpor o competente **RECURSO** contra o julgamento da sua proposta técnica em relação a pontuação obtida na alínea d.3. e contra os pontos atribuídos na alínea d.1. ao licitante **Barra Brito S/C/ - Adv. Ass.**, através dos argumentos de fato e fundamentos de direito que passa a expor:

1) DA PONTUAÇÃO OBTIDA PELO RECORRENTE NA ALÍNEA d.3.:

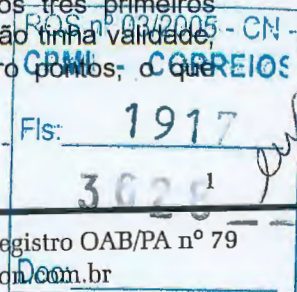
Analisando minuciosamente as certidões fornecidas pela Justiça Federal (fls. 397 à 412), constata-se que no novo julgamento das propostas técnicas a pontuação atribuída pela Comissão de Licitação ao recorrente na alínea d.3 - 37 pontos - não pode prevalecer diante da realidade dos fatos.

Conforme pode ser observado na planilha em anexo, os processos do recorrente na Justiça Federal perfazem um total de **38 pontos** e não 37 pontos como foi divulgado pela Comissão de licitação. Vejamos:

a) No primeiro julgamento a Comissão Permanente de Licitação atribuiu ao recorrente a pontuação total de 41 pontos, cujo julgamento não considerou o ponto atribuído ao recorrente na certidão de fls. 409, referente ao processo nº 99.4854-5, caso contrário, a pontuação correta seria de 42 pontos.

b) O licitante Barra Brito S/C interpôs recurso contra pontuação obtida pelo recorrente, afirmando que os processos nº 1999.39.02.000498-4, 1999.39.02.000499-7 e 99.4853-2 estavam em duplicidade e que no de nº 99.4854-5 não constávamos como patronos da CEF.

c) A Comissão de Licitação posicionando-se em relação a esta questão concluiu que houve um lapso na contagem, onde os três primeiros processos especificados acima estavam em duplicidade e o quarto não tinha validade, subtraindo da pontuação original do recorrente (41 pontos) quatro pontos, o que resultou na aferição de 37 pontos a alínea d.3., no novo julgamento.





FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls. 595
[Handwritten signature]

Ocorre que a real pontuação do recorrente não pode ser menor que **38 pontos**, visto que, ao rever as certidões de fls. 397 à 412, verifica-se, de forma inequívoca, que a somatória dos processos válidos resulta no total de 38 (trinta e oito), o que gera a pontuação de **38 pontos** ao recorrente na alínea d.3., fato que a Comissão de Licitação tem o dever de rever e corrigir.

2) DA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO LICITANTE BARRA BRITO S/C – ADV. ASS. NA ALÍNEA d.1.:

Após analisar o novo resultado das propostas técnicas apresentadas no presente processo licitatório, surpreendeu-se o recorrente ao constatar que a pontuação atribuída ao licitante Barra Brito S/C permaneceu inalterada no que se refere a alínea d.1. do edital.

Insurge-se o recorrente contra o referido resultado, posto que, não foi observado fielmente a regra do edital de licitação no que concerne à fórmula de aferição dos pontos dos licitantes na alínea d.1., que é a seguinte:

“4.4. Deverão constar da PROPOSTA TÉCNICA:

d) indicação das experiências profissionais anteriores do licitante ou dos advogados pertencentes ao seu quadro de empregados, a saber:

d.1) atuação em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, nos últimos dois (02) anos, comprovada mediante atestado de capacitação, em papel timbrado, conforme anexo I;

4.6.1. Aos itens da alínea “d” aferir-se-á um ponto conforme seguinte: nas alíneas d.1 e d.2 para cada semestre completo de atuação, dentro do período considerado, até o limite de 20 pontos; “

Ou seja, nas alíneas d.1. e d.2., a pontuação é extraída dos **últimos dois anos**, sendo que **cada semestre completo** de atuação profissional dentro deste período equivale a um (01) ponto. Configurando-se a seguinte relação:

| PERÍODO (últimos dois anos - 98/99) | PONTUAÇÃO (semestre completo de atuação) |
|-------------------------------------|--|
| Jan./98 à Jun./98 | 1 ponto |
| Jul./98 à Dez./98 | 1 ponto |
| Jan./99 à Jun./99 | 1 ponto |
| Jul./99 à Dez./99 | 1 ponto |

O licitante Barra Brito S/C apresentou, como sendo de atuação em Órgãos da Administração Pública, segundo as considerações da Comissão

RQS nº 03/2005 CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 595
2
[Handwritten signature]



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls. 596
7

de Licitação, atestados de Capacidade Técnica dos "CORREIOS", da "COSANPA", da "FUNDAÇÃO CARLOS GOMES", do "CREA-PA", do "CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE" e do "CARTÓRIO CONDURU", cuja pontuação atribuída pela CPL foi:

| | |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| - Empresa de Correios e Telégrafos | - 4 pontos |
| - COSANPA | - 4 pontos |
| - Fundação Carlos Gomes | - 4 pontos |
| - CREA-PA | - 4 pontos |
| - Conselho Regional de Contabilidade | - 1 pontos |
| - Cartório de Notas – Conduru * | - 4 pontos * |
| - Total | - 21 pontos – Limite 20 pontos |

Diante de tais considerações é fácil constatar que na aferição dos pontos do licitante Barra Brito S/C constam algumas irregularidades.

2.1) DA PONTUAÇÃO REFERENTE AO ATESTADO FORNECIDO PELA COSANPA

A declaração fornecida pela COSANPA (fls. 283) atesta que o licitante Barra Brito S/C Adv. Ass. patrocinou diversas ações cíveis e trabalhistas defendendo os interesses daquela sociedade de economia mista estadual, apenas, no período de 1996 à maio de 1999.

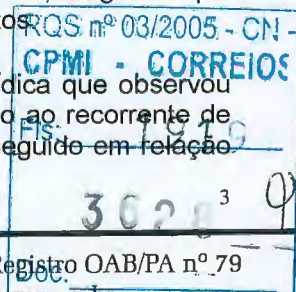
Desta forma, a declaração da COSANPA refere-se a somente dois semestres completos de atuação (**Jan./98 à Jun./98 → 1 ponto e - Jul./98 à Dez./98 → 1 ponto**), alcançando o total de dois **2 pontos**, em decorrência do que está previsto na alínea d.1. e no item 4.6.1. do Edital de Licitação, e não 4 pontos como atribuído pela Comissão de Licitação (fls. 569).

2.2) DO CARTÓRIO CONDURU TER SIDO CONSIDERADO ÓRGÃO PÚBLICO

De acordo com toda legislação que rege a matéria e ainda fundamentado na doutrina e jurisprudência abaixo declinados, não resta dúvidas de que houve um lapso/equívoco da Comissão Permanente de Licitação, ao considerar o atestado fornecido pelo Cartório Conduru - 4º Ofício de Notas – como sendo de "órgão público, por entender que o mesmo faz parte da administração pública, mais precisamente do Poder Judiciário".

Valendo ressaltar que, a Comissão de Licitação em posicionamento prestado às fls. 569 não foi taxativa ao considerar o "Cartório Conduru" como órgão público, já que condicionou a decisão à instância superior, alegando que caso o entendimento fosse contrário a pontuação deveria ser 17 pontos.

No entanto, o parecer da Assessoria Jurídica que observou os procedimentos adotados pela Comissão, apesar de conferir razão ao recorrente de forma parcial, não deixou claro qual posicionamento correto a ser seguido em relação





PREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FLS: 597
70
14

ao atestado do "Cartório Conduru", que foi incluído na pontuação do licitante Barra Brito S/C, referente a alínea d.1., anteriormente citada.

O "Cartório Conduru" não faz parte da administração pública direta ou indireta, apenas presta um serviço público, assim como, por exemplo, a empresa de ônibus Transportes Aero Club Ltda. (cliente da recorrente – atestado fls. 367) e, desta forma, não poderia ter sido incluído na pontuação da alínea d.1..

O "Cartório Conduru" que tem natureza privada, apenas possui a delegação do poder público para desempenhar suas funções no que se refere a prestação de serviços notariais, conforme dispõe a C.F./88, em seu art. 236.

"Constituição da República Federativa do Brasil
DOU 05/10/1988 191-A
TÍTULO IX - Das Disposições Constitucionais Gerais
Art.236 - Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
....."

O "Cartório Conduru" exerce suas atividades notariais em virtude da delegação constitucional que lhe foi outorgada pelo poder público, dispõe a lei 8.935 de 18 de novembro de 1994..

"LEI 8.935 DE 18/11/1994 - DOU 21/11/1994
Regulamenta o art.236 da Constituição Federal,
Dispondo sobre Serviços Notariais e de Registro.
TÍTULO IV - Das Disposições Transitórias
Art. 47 - O **notário** e o oficial de registro, legalmente nomeados até 5 de outubro de 1988, **detêm a delegação constitucional** de que trata o art.2."

No caso em tela, a transferência pela Administração Pública a terceiros (particular), de poderes, em todo ou em parte, vantagens, utilidades, é feita através de concessão.

Segundo ensina o nobre doutrinador José Cretella Júnior, em Curso de Direito Administrativo:

"O Concessionário de funções ou serviços públicos, em virtude do ato de concessão, não passa a fazer parte da organização administrativa do Estado, **nem se torna órgão do estado** nem se coloca diante do Estado numa relação de serviço como o empreiteiro no contrato-locação de obra, assumindo, porém, o exercício da função ao serviços como simples particular, em nome e por conta própria."

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| 1920 |
| Fls: |
| 3628 |



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FL: 598
[Handwritten signature]

No que tange a natureza jurídica privada dos serviços notariais, a jurisprudência consolida o entendimento exposto acima, senão vejamos.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ACÓRDÃO: ROMS 8057/RJ (9700001954)
RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO.
DATA DA DECISÃO: 03/06/1997
ORGÃO JULGADOR: T 5 - QUINTA TURMA
E M E N T A
ADMINISTRATIVO. NOTARIOS E REGISTRADORES. APOSENTADORIA COMPULSORIA.
- OS NOTARIOS E REGISTRADORES, EMBORA EXERÇAM ATIVIDADE EM CARATER PRIVADO, O FAZEM POR DELEGAÇÃO DO PODER PUBLICO PRATICANDO ATOS DE NATUREZA PUBLICA. APLICA-SE A ELES, PORTANTO, A REGRA RELATIVA A APOSENTADORIA COMPULSORIA.
- PRECEDENTE.
- RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER
INDEXAÇÃO: CABIMENTO, APOSENTADORIA COMPULSORIA, TABELIÃO, OFICIAL DE REGISTRO, CARTORIO, EQUIPARAÇÃO, SERVIDOR PUBLICO, EXERCICIO, ATIVIDADE, DECORRENCIA, DELEGAÇÃO, PODER PUBLICO.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ACÓRDÃO: ROMS 712/SP (9000123852)
RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
DATA DA DECISÃO: 22/05/1991
ORGÃO JULGADOR: T 2 - SEGUNDA TURMA
E M E N T A
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO. OFICIAIS DO REGISTRO PUBLICO. APOSENTADORIA COMPULSORIA.
- SEGUNDO DISPOSIÇÃO EXPRESSA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO SÃO EXERCIDOS EM CARATER PRIVADO, POR DELEGAÇÃO DO PODER PUBLICO.
- OS SERVIDORES DOS CARTORIOS EXTRAJUDICIAIS, ENTRETANTO, ADMITIDOS NO REGIME ANTERIOR, CONTINUAM NA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EM SENTIDO LATO, SOB O REGIME ESPECIAL DE TRABALHO, SUJEITANDO-SE A APOSENTADORIA COMPULSORIA AOS SETENTA ANOS DE IDADE.
- ATE QUE NOVA LEGISLAÇÃO DISPONHA DE FORMA DIFERENTE, REGULAMENTANDO A MATERIA, CONTINUAM, PELO PRINCIPIO DA RECEPÇÃO, VIGENTES AS LEIS ANTERIORES A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL QUE NÃO CONFLITAM COM O DIREITO ATUAL.

RELATOR: MINISTRO HELIO MOSIMANN
INDEXAÇÃO: ANULAÇÃO, ATO, APOSENTADORIA COMPULSORIA, FALTA, PROCEDIMENTO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 1921 CORREIOS
Fls: 3628⁵
[Handwritten signature]



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fls: 597

ADMINISTRATIVO, OPORTUNIDADE, DEFESA, INCOMPETENCIA, AUTORIDADE, NOTARIADO, OFICIAL DO CARTORIO, REGISTRO PUBLICO, AUSENCIA, SUJEIÇÃO, APOSENTADORIA, REQUISITOS, SERVIDOR, ADMISSÃO, REGIME, ANTERIORIDADE, SERVENTIA EXTRAJUDICIAL, REGIME ESPECIAL DE TRABALHO, CABIMENTO, APOSENTADORIA COMPULSORIA, SERVENTUARIO, CONCEITO, FUNCIONARIO PUBLICO, DISPOSITIVOS.

Assim, fica cristalino que o "Cartório Conduru" não é órgão da Administração Pública e, por isso, não pode ser atribuído ao seu atestado de capacidade técnica a pontuação referente a alínea d.1. do Edital de Licitação.

Nos demais atestados ("CORREIOS", "FUNDAÇÃO CARLOS GOMES", "CREA-PA" e "CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE") a pontuação está correta.

Em face disso, a somatória final na alínea d.1. do escritório **Barra Brito S/C Adv. Ass.** alcança a pontuação máxima de **15 pontos** e não 20 pontos, conforme foi divulgado pela Comissão Permanente de Licitação.

3) DA CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que

- a) a pontuação do recorrente **Freire Figueiredo & Melém S/C Adv. Ass.** na alínea d.3 deve ser corrigida, atribuindo os **38 pontos** que lhe são de direito;
- b) em relação ao licitante Barra Brito S/C - Adv. Ass., a pontuação obtida na alínea d.1, deve ser revista no que se refere a pontuação atribuída aos Atestados fornecidos pela COSANPA e pelo "CARTÓRIO CONDURU", limitando a pontuação desta alínea em **15 pontos**.

Nestas condições, requer o recorrente seja o presente recurso remetido a autoridade superior para julgamento, como entender de direito, sanando as questões acima suscitadas para, ato contínuo, dar prosseguimento ao certame licitatório, em tudo observadas as formalidades legais e como ato de **JUSTIÇA!!!**

Termos em que pede deferimento.

Belém, 07 de Agosto de 2000.

Carla N. Jorge Melém Souza
FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADV.

Carla N. Jorge Melém Souza
Advogada – OAB/PA 6522

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| ASS. 1922 |
| Fls: _____ |
| 3628 ⁶ |

Fls. 600
cy
H

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
CERTIDÃO GERAL Nº 01/99 - NUCJU

PROCESSOS:

| | |
|-----------|---------------------|
| 93.3626-2 | 98.620-3 |
| 93.3871-0 | 98.8851-3 |
| 93.4496-6 | 98.2921-9 |
| 94.2945-4 | 99.3823-7 |
| 94.4186-1 | 99.4853-2 |
| 95.110-1 | 1999.39.02.000498-4 |
| 96.2512-6 | 1999.39.02.000499-7 |
| 97.1446-8 | 2000.39.00.000122-5 |
| 97.4736-9 | |

TOTAL => 08

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
CERTIDÃO GERAL Nº 02/99 - NUCJU

| | | |
|-----------|-----------|-----------|
| 93.5015-0 | 96.4871-1 | 97.6189-0 |
| 94.4366-0 | 96.7142-0 | 97.6190-8 |
| 94.1232-2 | 96.8153-0 | 99.2726-4 |

TOTAL => 01

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
1ª VARA FEDERAL

PROCESSOS:

93.4496-6

TOTAL => 00

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
2ª VARA FEDERAL

PROCESSOS:

99.2726-4

TOTAL => 01 - 01(REPETIDO) = 00

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
3ª VARA FEDERAL

PROCESSO:.

1998.39.00.005028-0

1999.39.00.004853-2

TOTAL => 02 - 01(REPETIDO) = 01

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
4ª VARA FEDERAL

PROCESSOS:

96.5046-4

TOTAL => 01 - 01(REPETIDO) = 00

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1923
Fls: _____
302
Doc: _____

Fls. 601

**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
5ª VARA FEDERAL**

PROCESSOS.

| | |
|-----------|-----------|
| 94.3411-3 | 93.5015-0 |
| 95.7009-0 | 95.7009-0 |
| 95.6400-6 | 93.3871-0 |
| 96.4871-1 | 94.2945-4 |
| 96.5494-0 | 94.4186-1 |

TOTAL => 00

**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
6ª VARA FEDERAL**

PROCESSOS.

| | | |
|------------|------------|------------------|
| 00.36077-5 | 00.34633-0 | 91.3179-8 |
| 94.4122-5 | 89.0624-0 | 00.35049-4 |
| 96.7734-7 | 93.0004-7 | 978298-0 |
| 94.3935-2 | 97.1446-8 | 99.4854-5 |
| 95.8124-5 | 97.6189-0 | |
| 00.35197-0 | 97.4736-9 | |

TOTAL => 01 - 01 = 00

(OBS.: Não constamos como patronos da CEF)

**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
7ª VARA FEDERAL**

PROCESSOS.

| | |
|------------------|-------------|
| 97.7125-9 | 93.4436-2 |
| 99.3823-7 | 89.1692-0 |
| 00.35196-2 | 94.3981-6 |
| 97.6190-8 | 00.34684-5 |
| 92.1582-4 | 00.36155-0. |
| 95.8024-9 | |

TOTAL => 01 - 01(REPETIDO) = 00

**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
SUBSEÇÃO DE SANTARÉM**

PROCESSOS.

| | | | | |
|--------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| 00.0010989-4 | 99.805-3 | 94.1173-3 | 00.32178-8 | 99.514-0 |
| 00.12772-8 | 00.12983-6 | 95.2202-8 | 93.4664-0 | 99.515-2 |
| 00.0012974-7 | 00.12878-3 | 00.12869-4 | 96.170-3 | 99.517-8 |
| 94.0000634-9 | 94.3147-5 | 95.8219-5 | 99.498-4 | 99.518-0 |
| 00.0007429-2 | 94.5706-7 | 00.12869-4 | 99.499-7 | 99.519-3 |
| 00.0008716-5 | 94.6163-3 | 95.8214-4 | 99.503-5 | 99.520-0 |
| 00.0012782-5 | 94.5697-4 | 95.8213-6 | 99.504-8 | 99.521-3 |
| 95.0008223-3 | 94.3132-7 | 95.8220-9 | 99.505-0 | 99.522-6 |
| 95.0004908-2 | 90.2022-0 | 96.110-3 | 99.500-7 | 99.523-9 |
| 95.0008225-0 | 96.15143-1 | 95.16879-0 | 99.501-0 | 99.524-1 |
| 95.0008215-2 | 00.35081-8 | 99.799-0 | 99.502-2 | 99.512-4 |
| 94.635-7 | 94.3000-2 | 00.7483-7 | 99.506-3 | 99.513-7 |
| 90.2318-1 | 91.1774-4 | 89.1674-1 | 99.507-6 | 99.516-5 |
| 94.3817-8 | 91.28118-8 | 90.1924-9 | 99.508-9 | |
| 94.3167-0 | 93.4665-9 | 95.8218-7 | 99.509-1 | |
| 94.1170-9 | 92.620-5 | 93.4459-1 | 99.510-9 | |
| 98.837-0 | 00.21748-4 | 94.5704-0 | 99.511-1 | |

TOTAL => 30 - 02(REPETIDOS) = 28

TOTAL GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL => 38 PROCESSOS

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 192

3620

Barra Britto S/C Advogados Associados ^{FLS: 602}
Advocacia em Geral

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 03/2000



BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 63.806.996/0001-47, com Escritório Profissional nesta cidade à Av. Conselheiro Furtado, nº 2476, térreo, salas 101/103, CEP 66040-100, por intermédio de seu representante legal ao fim assinado, no prazo legal, com fundamento no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO** apresentado por **FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação na Tomada de Preço nº 03/2000, que julgou as propostas técnicas apresentadas, na forma do exposto a seguir:

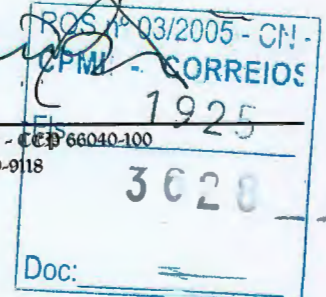
DOS FATOS

1. Inconformado o Escritório de Advocacia/Recorrente com o julgamento de sua proposta técnica em relação a pontuação obtida na alínea d.3., bem como, contra os pontos atribuídos ao licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** no que se refere a alínea d.1, do edital da Tomada de Preço nº 03/2000, o mesmo interpôs recurso visando a correção da pontuação que lhe foi atribuída na alínea d.3., ou seja, 38 pontos que alega serem de direito, e em relação ao licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, revisão da pontuação no que se refere aos atestados fornecidos pela COSANPA E pelo CARTÓRIO CONDURÚ, limitando a pontuação da alínea d.1. do Edital de Licitação em 15 pontos.

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Aduz, que o Cartório Condurú não é órgão pertencente a Administração pública direta ou indireta, não podendo ser incluída na pontuação da alínea d.1.

Finalmente, assevera, que a pontuação atribuída ao licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS permaneceu inalterada no que se refere a alínea d.1 do edital, posto que, não foi observado a regra do edital de licitação no que concerne à aferição dos pontos dos licitantes na alínea d.1.

Não tem razão.

2. Ilustre Comissão, desnecessário se faz a recorrida apresentar maiores considerações sobre os argumentos da peça recursal formulada pelo Escritório Jurídico FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, porquanto a fragilidade das razões lá insertas é flagrante.

Comprova-se através dos documentos constantes nos autos, que a Comissão de Licitação se ateu ao edital para julgar as propostas técnicas apresentadas.

Nesse sentido, não há que se falar em equívoco na contagem dos pontos no que se refere aos atestados apresentados pelo licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS, pois a contagem deu-se conforme determinado no item 4.4 do edital da TP nº 03/2000.

E assim é, porque o edital é a lei interna da licitação, norma essa que traça as diretrizes dos interessados, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são aceitas pelos licitantes, quando da concordância do mesmo.

No que concerne a relevância do edital, MUKAI, evocando os ensinamentos do saudoso HELY MEIRELLES, assevera: *"nada se pode exigir, ou decidir, além ou aquém do edital"*.

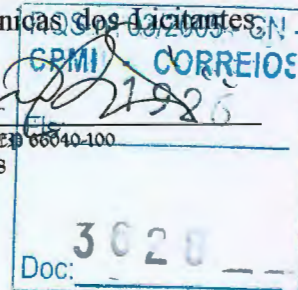
Nesse passo, também, a acuidade jurídica da nota da mestra DI PIETRO: *"Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; diríamos que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório"* (Direito Administrativo, ed. Atlas, 3ª edição, 1992, p. 243).

Conforme anteriormente dito, resta claro que a Comissão de Licitação quando da contagem dos pontos das propostas técnicas dos licitantes.

Ab. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-100

Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118

Belém - Pará



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls: 604
10

cumpriu na integralidade o edital da Tomada de Preço nº 3/2000, no que pertine a aos métodos de contagem de pontos.

Logo, não há que se falar em correção na pontuação obtida pelo Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS**, posto que o edital a norma a ser seguida no processo licitatório, e assim deve ocorrer.

No pertinente as alegações de que o 4º Ofício de Notas – Cartório Condurú não seria órgão da administração pública estadual, a mesma não procede. O 4º Ofício de Notas da Comarca de Belém, é órgão público estadual, fazendo parte integrante do Poder Judiciário Estadual, responsável pela lavratura de Escrituras diversas, Procurações, entre outros documentos públicos, evidenciando-se incontroverso o seu caráter público, razão pela qual agiu com acerto a Comissão ao incluir o atestado de capacidade técnica no item d.1.

No particular, o art. 236, da CF/1988, delega aos Cartórios o exercício do serviço público, que o exercem por delegação do Poder Público.

Em relação as jurisprudências trazidas aos autos pelo licitante/Recorrente, as mesmas não podem ser aplicadas ao caso sob comento, pois se referem aos empregados dos Cartórios e não aos serviços notariais que, como visto, são públicos, conforme previsão constitucional. Portanto, apesar dos empregados/contratados prestarem atividades em caráter privado, as fazem por delegação do Poder Público, praticando atos de natureza pública.

Diante das razões acima expostas, resta provado a exaustão que a contagem dos pontos relacionada à proposta técnica do Licitante **BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS** está correta, seguindo as normas editalícias, não tendo que se falar em correção de pontuação.

Por oportuno, vale ressaltar, a acertada decisão da Comissão de Licitação, no que concerne a subtração na pontuação da Recorrente, em razão de que alguns processos estavam em duplicidade, o que resultou na aferição de 37 pontos a alínea d.3., no novo julgamento, não havendo que se falar em revisão nem correção na pontuação do licitante/Recorrente.

DO PEDIDO

3. Ante todo o anteriormente exposto nesta impugnação, capaz de elidir de *per si*, na amplitude devida, todas as frágeis alegações do Escritório de Advocacia/Recorrente, cujos argumentos da recorrida são corroborados pelo constante do bojo da Tomada de Preço nº 03/2000, requer-se a Vossa Senhoria o não provimento do recurso apresentado por **FREIRE FIGUEIREDO & MEIRE**

Av. Conselheiro Furtado, nº 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Conj. 101/103 - CEP 66040-400
Fones: (091) 249-9600, 249-9528, 249-2471 - Fax (091) 249-9118
Belém - Pará

RECEBIDO 803/01511N -
GPMI CORREIOS
Fls: 1927
3628 - 21
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

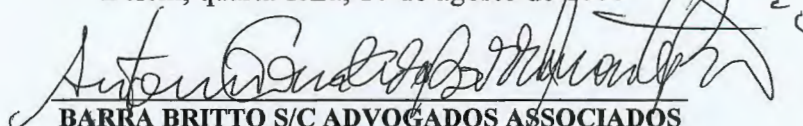
FLS: 605
M

S/C - ADVOGADOS ASSOCIADOS, com posterior seguimento do certame nos
ulteriores de direito relacionados a abertura das propostas de preço, observadas as
formalidades e cautelas legais.

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Belém, quarta-feira, 16 de agosto de 2000

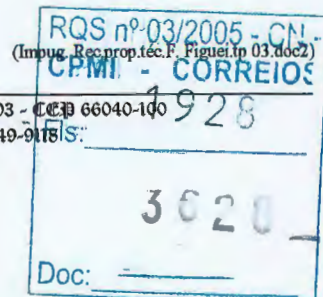


BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Antonio Candido Barra Monteiro de Britto

OAB-PA 3961 - CPF 158.386.172-68

Sócio Gerente





FLS. 606

**RECURSO ADMINISTRATIVO – FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM
S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS – REVISÃO DA PONTUAÇÃO
CONCEDIDA AO LICITANTE E AO ESCRITÓRIO BARRA BRITTO
S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS APÓS A AVALIAÇÃO DA
PROPOSTA TÉCNICA – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRITAMENTE VINCULADA AOS TERMOS DO INSTRUMENTO
CONVOCATÓRIO – PLEITO DEVE SER DEFERIDO**

INFORMAÇÃO Nº 221 /2000 - ASJUR/PA

Sr. Diretor Regional,

Trata a presente informação, acerca da Tomada de Preços nº 03/2000 que, em sua tramitação normal, redundou na publicação do resultado da avaliação das propostas técnicas dos licitantes, nos termos do edital correspondente.

Inconformado, o licitante FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS intentou recurso administrativo, pleiteando:

- 1) A revisão dos pontos que lhe foram concedidos; e
- 2) a retificação da pontuação atribuída ao licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

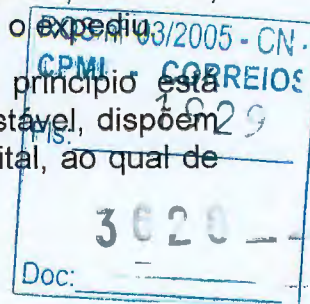
Após analisar os termos do recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO, concordou com o posicionamento do recorrente.

Passado o caso, a análise e consideração desta Assessoria, passamos a fazê-lo, nos seguintes termos.

A vinculação ao edital é um dos princípios básicos do procedimento licitatório. A Administração Pública e os licitantes ficam vinculados aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Analisando o tema, Hely Lopes Meirelles (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 20ª ed., p. 250), com o brilhantismo que lhe era peculiar, afirmou não ser compreensível que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado, pois o edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

No ordenamento jurídico pátrio, a base legal deste princípio está inserta nos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 que, com clareza incontestável, dispõem que a Administração Pública não pode descumprir as normas do edital, ao qual de



①

acha estritamente vinculada. Nesse sentido, também os arts. 43, 44, 46 e 48 do aludido diploma legal.

A própria Justiça Federal, por intermédio da Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisando a matéria, assim decidiu:

“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO.

I – Em sede de licitação, vige o princípio da vinculação ao Edital, que obriga tanto a Pública Administração, quanto os licitantes à sua estreita observância.

II – Não é lícito à Administração, salvo expressa disposição legal, fazer exigências não constantes do Edital do certame.

III – Negado provimento à remessa oficial”.

(REO 94.01.37466-0/DF – 2ª Turma do TRF da 1ª Região – Rel. Juiz Carlos Fernando Mathias – DJ 11.11.96 – p. 85865)

No caso, ora em análise, a avaliação da documentação do licitante retro citado pela CPL observou estritamente as regras contidas no Edital do certame.

No recurso interposto, o requerente pleiteou a revisão dos pontos que lhe foram atribuídos, bem como os do licitante BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Data venia, há que conferir razão ao recorrente. Com efeito, após a devida análise, o Presidente da CPL constatou a ocorrência de alguns poucos erros materiais quando da avaliação das propostas técnicas dos licitantes, tendo efetuado os necessários ajustes, daí não advindo qualquer ilegalidade, nem resultado prejuízos aos licitantes.

Especificamente em relação à natureza jurídica do Cartório Condurú, não há que confundir com a natureza jurídica da atividade exercida.

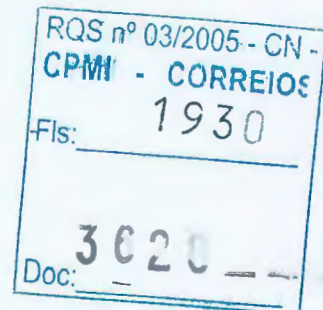
Com efeito, o edital do certame atribui pontuação diferenciada para órgãos privados e órgãos da Administração Pública.

O cerne da questão portanto está na definição legal dos órgãos que formam a Administração Pública, em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

Conforme a legislação vigente e a doutrina dominante, formam a Administração Pública direta as pessoas políticas (dotadas de poder legislativo) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que igualmente são pessoas administrativas porque exercem administração pública.

Já a Administração pública indireta, é formada por pessoas administrativas legalmente incumbidas de exercer atividade administrativa: as autarquias, as fundações públicas e as empresas estatais.

Na medida em que exercem função administrativa, são pessoas administrativas e submetem-se a igual regime, o administrativo, com restrições, ônus, encargos, limitações, prerrogativas e poderes instrumentais inerentes a tal regime, necessários à plena eficácia da lei que devem cumprir e fazer cumprir.



Fls. 608

O inexcusável mestre Cirne Lima¹, genial categorizador do direito administrativo pátrio – centrando todo esse ramo do direito na noção matriz de relação de administração – escreveu:

" Dessa adequação específica entre a pessoa administrativa e a atividade de administração pública, mais saliente quanto às pessoas administrativas, de natureza meramente administrativa e existência contingente, decorrem, como corolário, algumas peculiaridades que relevantemente sinalam, em face do direito positivo, a pessoa administrativa como tal".

" Além da União, e dos Estados e Municípios, - já o vimos - ainda outras pessoas administrativas existem, entre as quais serviços públicos importantes são repartidos".

" São todas as pessoas administrativas pessoas jurídicas de direito público, prepostas, de modo imediato à atividade de administração pública".

Claro está, portanto, que o Cartório Condurú, uma entidade delegada do Poder Público Estadual para o exercício dos serviços notariais e de registro, não têm natureza jurídica de direito público, não formando portanto a Administração Pública. Sendo órgão privado, deve receber a pontuação estabelecida no edital para os órgãos privados.

É que, conforme já exposto, estão a Administração Pública e os licitantes adstritos aos termos do edital. Ao aceitarem participar do certame, os licitantes tomaram conhecimento prévio de todas as exigências a que todos estavam obrigados, tanto no que se refere à capacitação técnica como à capacitação jurídico-fiscal. Se oportunamente não impugnaram o edital, o mesmo é válido e deve ser observado por todos, na forma da legislação vigente.

Pelo exposto, observa-se que a pontuação atribuída aos licitantes FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS e BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS estava incorreta, devendo assim ser deferido o recurso interposto e providenciada a publicação do novo resultado da avaliação das propostas técnicas.

É o posicionamento jurídico, ora submetido a sua superior consideração.

Belém, 22 de Agosto de 2000

Paulo Mauricio Sales Cardoso
PAULO MAURICIO SALES CARDOSO
Assessor Jurídico

A favor
Exatidão, conforme
Orientação jurídica

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1931
3620
Doc:

¹ LIMA, Ruy Cirne, PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 6ª ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, pp. 64/62/61.

FLS: 609



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD

ATA DE LICITAÇÃO

| FINALIDADE: | LICITAÇÃO | |
|---|---|----------------------|
| ☐ Reunião de Licitação
☒ Reunião de Julgamento
☐ Sorteio de Desempate | ☐ Concorrência
☒ Tomada de Preços
☐ Convite | NÚMERO

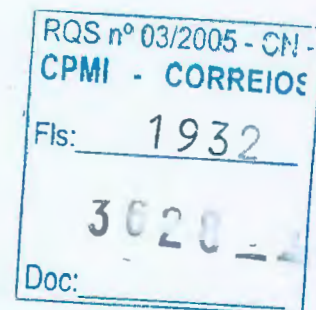
3/2000 |

Em 22/8/2000, às 17h00, na sala onde funciona a CPL/GERAD/DR/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 714/2000, composta pelos empregados, José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6 e Célia da Silva Lopes, Advogada Junior, matrícula nº 8.454.112-1, para julgamento das propostas técnicas apresentadas à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Em decorrência de recursos apresentados ao julgamento das propostas técnicas, reformulamos aquele julgamento, conforme segue: **a)** o licitante Freire Figueiredo na alínea "d.3" passou de 37 para 38 pontos; **b)** para o licitante Barra Britto, o atestado da COSANPA recebeu dois pontos, por comprovar apenas dois semestres de atuação naquele órgão (JAN/98 a JUN/98, JUL/98 a DEZ/98) e a declaração do Cartório Conduru não deveria pontuar na alínea "d.1" e sim na alínea "d.2", portanto, a pontuação final na alínea "d.1" passou de 21 para 15 pontos; no entanto a alínea "d.2" passou de 52 para 56 pontos, sendo que a CPL considerou apenas o limite de 20 pontos. Após essas considerações a CPL concluiu pela seguinte classificação: 1º - Barra Britto S/C Advogados Associados, 63,56 pontos; 2º - Freire Figueiredo & Melém S/C Advogados Associados, 63,11 pontos; 3º - Célio Lima & Advogados Associados S/C, 54,44 pontos e Isaías Cabral Advocacia & Assessoria S/C, 16,11 pontos. O resultado deste novo julgamento será publicado no DOU. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião às 17h17. E para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

CLAUDINEI CURVELO DA SILVA

CÉLIA DA SILVA LOPES



TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
ANÁLISE COMPARATIVA DA PROPOSTA TÉCNICA

| Alinea | SUBITEM 4.4 DA PROPOSTA TÉCNICA | BARRA BRITO | | | FREIRE FIGUEIREDO | | | ISAIAS CABRAL | | | CÉLIO LIMA | | |
|---|---|-------------|------|------------------|-------------------|------|------------------|---------------|------|------------------|------------|------|------------------|
| | | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso | Pontuação | Peso | Pontuação x Peso |
| a | Número da licitação e seu objeto | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| b | Declaração que formalize plena adesão aos termos deste edital | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| c | Indicação dos profissionais, com formação superior em Direito e devidamente habilitados perante a OAB/PA para o exercício da advocacia, que possuam vínculo empregatício com o licitante na data da licitação, comprovado em documento hábil (contrato de trabalho ou CTPS) | | | OK | | | OK | | | OK | | | OK |
| d | Indicação das experiências profissionais anteriores do licitante ou dos advogados pertencentes ao seu quadro de empregados, a saber: | | | | | | | | | | | | |
| d.1 | Atuação em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, nos últimos dois anos, comprovada mediante atestado de capacitação, em papel timbrado, conforme Anexo I; | 15 | 2 | 30,00 | 11 | 2 | 22,00 | 0 | 2 | 0,00 | 8 | 2 | 16,00 |
| d.2 | Atuação em órgãos privados, nos últimos 2 anos, comprovada mediante atestado de capacitação, conforme anexo I, com firma reconhecida em Cartório | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 | 20 | 1 | 20,00 |
| d.3. | Atuação judicial no âmbito da Justiça Federal, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado, da Justiça Federal, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça Federal e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 36 | 2 | 72,00 | 38 | 2 | 76,00 | 4 | 2 | 8,00 | 2 | 2 | 4,00 |
| d.4 | Atuação judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, nos últimos dois anos, comprovada mediante certidão específica, em papel timbrado da Justiça do Trabalho, identificando os números dos processos. Caso a certidão contenha anexos, estes deverão conter o timbre da Justiça do Trabalho e estar devidamente rubricados pelo serventuário da Justiça responsável pelas informações prestadas; | 150 | 3 | 450,00 | 150 | 3 | 450,00 | 39 | 3 | 117,00 | 150 | 3 | 450,00 |
| d.5 | Cursos complementares oficialmente reconhecidos, a nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, comprovados mediante os respectivos certificados de conclusão | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 | 0 | 1 | 0,00 |
| SOMA | | | 9 | 572,00 | | 9 | 568,00 | | 9 | 145,00 | | 9 | 490,00 |
| Coeficiente de Qualidade (K): Soma Pontuação x Peso : Soma Peso | | | | 63,56 | | | 63,11 | | | 16,11 | | | 54,44 |

OBS: O Coeficiente de Qualidade (K) foi determinado pela média ponderada entre todos os itens da proposta técnica (Subitem 4.5 do edital)
Média ponderada: é a soma do produto dos valores obtidos com os respectivos pesos, dividido pela soma dos pesos.

Doc:

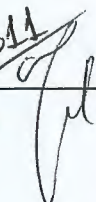
3620

933
CIREJOE
3/2000 - CM -

FLS. 610/70



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FLS. 611
PROTOCOLO 

Do: DIRETOR REGIONAL DR/PA

À: COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL/APRO/ASCOM

CI/CPL/GERAD/PA-148/2000

Ref.:

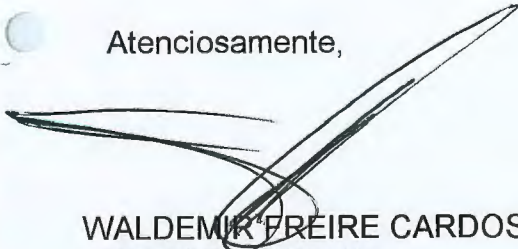
FAX Nº (091) 211-3053

Assunto: Aviso de licitação

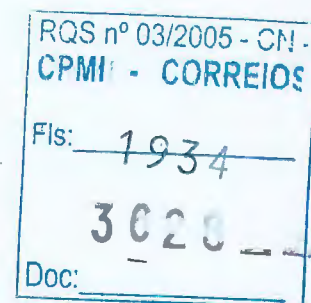
Belém/PA, 24 de agosto de 2000.

Encaminhamos, em anexo, o resultado de habilitação da Tomada de Preços nº 3/2000, para publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,



WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL



FLS: 612
CJ
gl

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ
RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Em decorrência de recurso apresentado ao resultado do julgamento das propostas técnicas, publicado no Diário Oficial da União do dia 31/07/2000, seção 3, pág. 17, informamos a reformulação do julgamento, como segue: os licitantes obtiveram a seguinte classificação: 1º) Barra Britto S/C Advogados Associados - 63,56 pontos; 2º) Freire Figueiredo & Melém S/C – Advogados Associado - 63,11 pontos; 3º) Célio Lima & Advogados Associados S/C - 54,44 pontos e 4º) Isaias Cabral Advocacia & Assessoria S/C – 16,11 pontos. A abertura das propostas comerciais dar-se-á dia 29/8/2000 às 15 horas.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1935 |
| 3028 - 211 |
| Doc: _____ |

3628
Doc: _____



Fls: 614
JL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

ATT.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS - 3/2000

Prezados Senhores,

Nos termos do item 4.7 do Edital de Tomada de Preços sob referência, o escritório CÉLIO LIMA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, vem apresentar PROPOSTA COMERCIAL, para julgamento dessa respeitável Comissão de Licitação:

1. TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

2. OBJETO:

2.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

3. Valor de **R\$90.000,00 (noventa mil reais)**, como preço global, anual, para tratamento de até 150 (cento e cinquenta) processos nos âmbitos administrativos e judicial.

4. Valor unitário de **R\$80,00 (oitenta reais)**, por informações prestadas em até 10 (dez) processos administrativos por mês

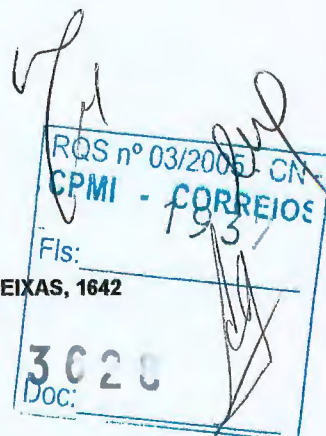
5. Valor de **R\$95,00 (noventa e cinco reais)** da diária, para custear despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem em viagens fora do perímetro da região metropolitana de Belém, abrangendo os Estados do Pará e Amapá, considerando uma média de 5 (cinco) viagens mensais

6. PRAZO DA PROPOSTA - o prazo de validade da presente proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da reunião da licitação.

7. Já estão incorporados ao preço oferecido, os custos, despesas acessórias e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre o objeto da licitação.

Belém(PA), 20 de abril de 2000

Célio Lima & Advogados Associados S/C
José Célio Santos Lima – Sócio Gerente



Doc: 3628
Fis: 1938
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Célio Lima & Advogados Associados S/C

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ECT/DR/PA
- b) TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000
- c) 20/4/2000, 9h00
- d) PROPOSTA COMERCIAL – Envelope nº 3

FLS: 645
11



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FLS: 646
[Handwritten signature]

PROPOSTA COMERCIAL

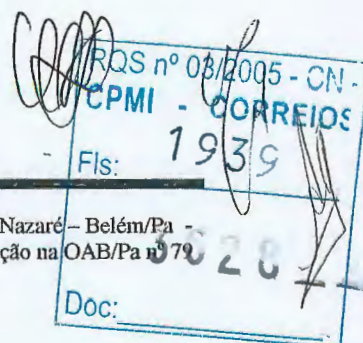
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

Belém, 20 de Abril de 2000

[Handwritten signature]
P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522





FLS: 617
CF

FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

- VALOR GLOBAL PARA TRATAMENTO DE ATÉ 150 (CENTO E CINQUENTA) PROCESSOS EM ANDAMENTO NOS ÂMBITOS JUDICIAL E ADMINISTRATIVO: - R\$-118.800,00 (CENTO E DEZOITO MIL E OITOCENTOS REAIS);
- VALOR UNITÁRIO POR INFORMAÇÕES PRESTADAS EM ATÉ 10 (DEZ) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS POR MÊS: - R\$-70,00 (SETENTA REAIS);
- VALOR DA DIÁRIA PARA CUSTEAR DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM EM VIAGENS FORA DO PERÍMETRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, ABRANGENDO OS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ, CONSIDERANDO UMA MÉDIA DE 05 (CINCO) VIAGENS MENSAIS: - R\$-80,00 (OITENTA REAIS).

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias a contar de 20/04/2000. Os custos, despesas acessórias e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre o objeto da licitação, já estão incorporados ao preço oferecido.

Belém, 20 de Abril de 2000

P/ FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C – ADVOGADOS ASSOCIADOS
Carla N. Jorge Melém Souza
OAB/PA 6522

[Handwritten signature]

RECIBO nº 03/2000 - CN -
CIMI - CORREIOS
1940
Fis. 3020
Doc: *[Handwritten mark]*



FREIRE FIGUEIREDO & MELÉM S/C
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

FLS: 618
[Handwritten signature]

- a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA.
- b) TOMADA DE PREÇOS nº 3/2000
- c) DATA DE HORÁRIO DE ABERTURA: 20/4/2000, às 9:00 h.
- d) PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE nº 03

ROS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS

FLS: 194

Doc: 3628



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

FLS. 619
ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

**PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOCATÍCIOS.**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ETC/DR/PA.

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 3/2000

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ADVOCACIA NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

Handwritten signatures and initials are present above and to the left of the stamp.

| |
|----------------------------|
| Processo nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 1942 |
| Doc: 3020 |



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

FLS: 620
2
ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

ISAIAS CABRAL ADVOCACIA & ASSESSORIA

S/C, sociedade de advogados, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, sob o número 162, cadastrada no CNPJ/MF sob o número 03.169.365/0001-32, e inscrita no cadastro municipal sob o número 147.565-4.

Esta sociedade está voltada exclusivamente à prestação de serviços jurídicos. Detém em seu quadro, composto advogados especializados em diversas áreas do Direito, que trabalham apoiados por uma equipe administrativa, outros advogados correspondentes e consultores associados, especialistas em outras áreas, que se relacionam com questões do Direito.

Conforme condições aceitas e pré estabelecidas, no edital e seus anexos, apresentamos nossa proposta comercial:

1 - O objeto da presente proposta de serviços profissionais advocatícios é a assistência jurídica do CONTRATADO, à empresa CONTRATANTE, a nível judicial, extrajudicial e administrativo, NO ÂMBITO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ em todos os foros, instâncias e Juízos, as causas de rotina aludidas nesta proposta são àquelas Conforme condições aceitas e pré estabelecidas no edital e seus anexos, sendo de responsabilidade única do licitante perante a ETC, independentemente de subcontratações.

2 - Pelos serviços prestados pelo CONTRATADO à CONTRATANTE, devera pagar as seguintes compensações financeiras:

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

Handwritten signatures and initials are present above the stamp.

| |
|-----------------------|
| RQS nº 03/2005 - CN - |
| CPMI - CORREIOS |
| Fls: 943 |
| Doc: 3628 |



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

A) Valor da presente proposta como remuneração dos serviços executados um partido mensal equivalente as causas de rotina enumeradas no edital e seus anexos, acompanhamento de 150 (cento e cinquenta) processos em andamento nos âmbitos administrativo e judicial, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

• Valor referente a 1 (um) ano de contratoR\$ 60.000,00

B) Valor unitário por informações prestadas em até 10 (dez) processos administrativos por mês, o valor de R\$ 70,00

• Valor referente a 1 (um) ano de contratoR\$ 8.400,00

C) O valor da diária para custear despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem em viagens fora do perímetro da região metropolitana de Belém, abrangendo os estados do Pará e Amapá, considerando uma média de 5 (cinco) viagens mensais, o valor de R\$ 60,00

• Valor referente a 1 (um) ano de contratoR\$ 3.600,00

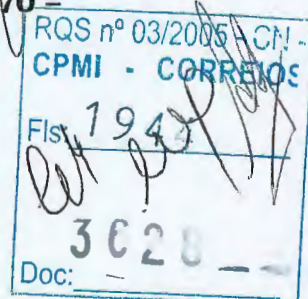
E) VALOR GLOBAL DA PRESENTE PROPOSTA..... R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) P/MÊS.

• VALOR GLOBAL P/ 1 (UM) ANO DE CONTRATO...R\$ 72.000,00
(SETENTA E DOIS MIL REAIS)

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -

Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.





**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA
& ASSESSORIA S/C.**

ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

3 - Os custos, despesas acessórias e encargos é de responsabilidade única do licitante independentemente de sublocações, inclusive tributários, incidentes sobre o objeto da licitação, estão incorporados ao preço oferecido.

4 - O prazo de validade desta proposta será de sessenta dias a contar da data da reunião da licitação

Belém, 20 de Abril de 2000.

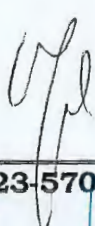

JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL.
OAB/PA 8365
SÓCIO.

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570

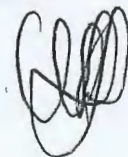
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565

E-Mail: i_cabral@amazon.com.br

Belém-Pará.



| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CN - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1945 |
| | 3028 |
| Doc: | |



FLS: 623
[Handwritten signature]



**ISAIAS CABRAL ADVOCACIA &
ASSESSORIA S/C.**

3
ISAIAS CABRAL
REGINA ALVES
MARCELO LOBATO
JEFERSON BACELAR
MARCELO SILVA

Advogados

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ETC/DR/PA
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000.
ABERTURA: DIA 20/04/2000. ÀS 9:00 hs.**

PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 03

Trav. São Pedro n.º 566 - Ed. Carajás - Sala 205 - CEP.: 66023-570 -
Telefax: (091) 242-6041 - 212-2601 - 981-2565
E-Mail: i_cabral@amazon.com.br
Belém-Pará.

ROS nº 03/2005 - CH -
CPMI - CORREIOS
Fis: 1946
Doc: 3626



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD/DR/PA

FLS. 624
[Handwritten signature]

ATA DE LICITAÇÃO

Em 29/8/2000, às 15h00, na sala onde funciona a CPL/GERAD/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 714/2000, composta pelos empregados José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6 e Célia da Silva Lopes, Advogado Junior, matrícula nº 8.454.112-1, para abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais apresentados à Tomada de Preços nº 3/2000, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Iniciou-se os trabalhos com o visto dos presentes nos fechos dos envelopes, constatando-se que os mesmos estão devidamente lacrados. Prosseguiu-se a reunião com a abertura dos envelopes e leitura das propostas, as quais foram submetidas ao visto e rubrica dos presentes. O resultado do julgamento será publicado no Diário Oficial da União. Nada mais a registrar, encerrou-se a reunião às 15h20. E, para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.

[Handwritten signature]
JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

[Handwritten signature]
CLAUDINEI CURVELO DA SILVA

[Handwritten signature]
CÉLIA DA SILVA LOPES

LICITANTES

| Empresa | Rubrica |
|--|--|
| <i>Firma Francisco Melim</i>
Celia Lima | <i>[Handwritten signature]</i>
<i>[Handwritten signature]</i> |

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1947
3028
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados
Advocacia em Geral

Fls: 625
[Handwritten signature]

PROPOSTA COMERCIAL

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Prezados Senhores

Barra Britto S/C Advogados Associados, inscrita no CNPJ sob o nº 63.806.996/0001-47, com sede nesta cidade à Avenida Conselheiro Furtado, nº 2476 - térreo, conjunto 101/103 - Ed. Flávio Neto, vem por meio desta apresentar sua proposta comercial para execução de prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, conforme minuta do contrato (Anexo II) constante do Edital da Tomada de Preços nº 3/2000.

01 - O preço global para execução dos serviços é de R\$-78.000,00 (setenta e oito mil reais), estando incluso no aludido preço os custos, as despesas acessórias e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre o objeto da licitação.

02 - O valor unitário, por informação, para análise formal em até 10 (dez) processos administrativos por mês é de R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais).

03 - O valor da diária para custear despesas com transporte urbano, alimentação e hospedagem em viagens fora do perímetro da região metropolitana de Belém, considerando uma média de 5 (cinco) viagens mensais é de R\$-100,00 (cem reais).

04 - A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião da licitação.

[Handwritten signature]

Belém, 20 de abril de 2.000
BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
[Handwritten signature]
Advogado - Sócio - Gerente

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
Fls: 1948
[Handwritten signature]

3626
Doc: 26

Barra Britto S/C Advogados Associados

ADVOCACIA EM GERAL

FL: 626
Gd

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ECT/DR/PA

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

20/4/2000 as 9h00

" PROPOSTA COMERCIAL - Envelope nº 3 "

| | |
|---------------------------------------|------|
| Doc: | 3628 |
| Eis: | 1949 |
| RAS nº 03/2000 CN.
CPMI - CORDEIRO | |

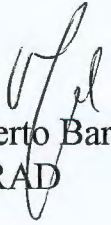
Av. Conselheiro Furtado, 2476 - Térreo - Ed. Flávio Neto - Fones: (091) 249-9600, 249-2471, 249-9528 e 249-2067
Fax: 249-9118 - CEP 66040-100 - Belém/Pará

Fls: 627
C

À ASJUR,

Encaminhamos a V.Sas. o processo nº 110/2000 relativo à Tomada de Preços nº 3/2000, contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá, para análise da proposta comercial, no sentido de informar se o preço do licitante vencedor (R\$126.000,00) está compatível com o praticado no mercado, observando-se o nível de qualificação do licitante. Esclarecemos que o valor estimado para a contratação foi de R\$105.000,00.

Em, 30/8/2000.


José Roberto Barra Cordeiro
CPL/GERAD

| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CM - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1950 |
| Doc: | 3020 |



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: ASSESSOR JURÍDICO

Ao: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

CI/ ASJUR/PA- 628 /2000

Ref: Tomada de Preços nº 3/2000

FLS: 628
PROTOCOLO

Assunto: Contratação de escritório jurídico

Belém(PA), 30 de Agosto de 2000

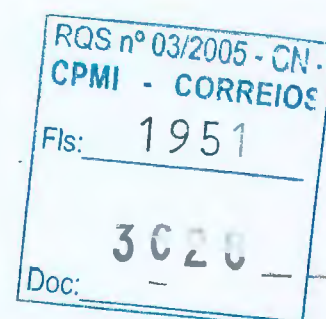
Em atenção ao despacho do Presidente da CPL, em que solicita informações desta Assessoria acerca da compatibilidade do preço da proposta vencedora com o praticado no mercado, observando o nível de qualificação do licitante vencedor, temos as seguintes considerações a fazer:

- 1) **TRATAMENTO DE ATÉ 150 PROCESSOS** – o preço mensal cotado (R\$6.500,00), está em conformidade com o que a ECT vem pagando atualmente; por cautela, poder-se-ia efetuar uma pesquisa de preços junto a outros escritórios jurídicos, de sorte a comprovar a compatibilidade de tal preço com o praticado no mercado;
- 2) **INFORMAÇÕES** – o preço cotado pelo licitante vencedor está muito acima do esperado, considerando inclusive o preço cotado pelos demais licitantes; sugerimos convidá-lo a reduzir o preço proposto, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado; caso negativo, sugerimos cancelar tal item e licitá-lo isoladamente; e
- 3) **DIÁRIAS** – apesar de se situar no limite máximo admitido, consideramos que não está em desacordo com o mercado, considerando os custos (transporte, alimentação e hospedagem) envolvidos, o que poderá ser comprovado mediante pesquisa de preços específica.

Atenciosamente,

PAULO MAURICIO SALESCARDOSO

Assessor Jurídico



CONFIRMACAO DE MENSAGEM

31-AGO-00 14:36

FLS. 629
[Handwritten signature]

NR. TELEFONE : 02499118
PAGINAS : 01
INICIO : 31-08 14:35
DURACAO : 00'51"
MODO : 9600/PADRAO/MR
RESULTADO : OK

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1952
Fls: _____
3628
Doc: _____



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

FLS. 630
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD-98/2000

Belém, 31 de agosto de 2000.

Prezados Senhores,

Com referência à Tomada de Preços nº 3/2000 e a após análise efetuada em torno dos preços cotados pelos licitantes para o valor unitário por informação prestada em processo administrativo (item 4.7, alínea "c" do edital de licitação), observou-se que o preço ofertado por V.Sas. encontra-se acentuadamente superior ao cotado pelos demais licitantes.

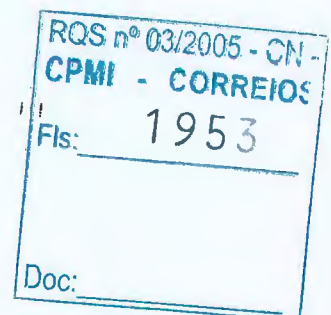
No sentido de viabilizar a adjudicação desse item a V.Sas., solicitamos a redução do preço proposto, tomando-se por base a média dos demais preços cotados, ou seja, R\$73,00 por informação prestada.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
BARRA BRITTO S/CADVOGADOS ASSOCIADOS
Fax: 249-9118

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Ofício BB/TP 03/2000

Belém - Pará
Em, 1º de setembro de 2000

Senhor Presidente

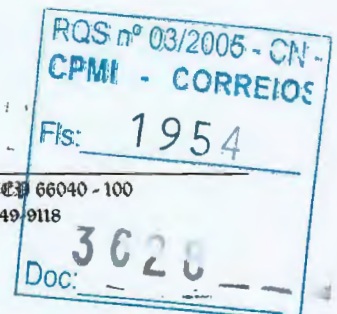
Comunico a Vossa Senhoria o recebimento da CT/CPL/GERAD 98/2000, recebida via fax, datada de 31.08.2000, que solicita a redução de preço da proposta formulada na Tomada de Preços nº 03/2000, no concernente ao valor unitário por informação, item 4.7, alínea "c", com base na média do preço nas demais propostas.

No particular, afigura-se equivocada a manifestada intenção dessa ilustre Presidência em relação aos termos da Tomada de Preço nº 3/2000, no tocante ao item 4.7, alínea "c", do Edital de Licitação, considerando que os valores licitados para a prestação de serviços de advocacia à ECT foram ofertados englobadamente e não para um único item de *per si*, integrando conjuntamente o menor valor relativo da proposta comercial desta sociedade de advogados, agora sem poder ser modificado para menor, isto é:

| | | |
|--|---------------|----------------|
| Valor em até 150 processos judiciais/mês/ano: | R\$-6.500,00 | R\$-78.000,00 |
| Valor em até 10 processos administrativos/mês/ano: | R\$-3.500,00 | R\$-42.000,00 |
| Valor mês/ano: | R\$-10.000,00 | R\$-120.000,00 |

Registre-se, por oportuno, que a licitação teve como base de julgamento a melhor técnica e preço, classificando-se em 1º lugar a proposta de Barra Britto S/C Advogados Associados, segundo os critérios do edital, cabendo esclarecer que o preço ofertado pela mesma não se encontra "acentuadamente superior ao cotado pelos demais licitantes", como asseverado na CT/CPL/GERAD-98/2000. Ao contrário, o preço dos demais licitantes para o item 4.7., alínea "c", é que está por demais abaixo dos valores praticados, evidenciando-se irrisório para os fins pretendidos no edital

Ilustríssimo Senhor
José Roberto Barra Cordeiro
Digníssimo Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Avenida Presidente Vargas, nº 498.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Nesse sentido, cumpre esclarecer e informar a Vossa Senhoria que o preço de R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais) por informação, já vem sendo praticado contratualmente com a ECT, em decorrência de licitações anteriores.

Aliás, em verdade, o valor de R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais) é aquém, daquele estabelecido na Tabela de Honorários Advocatórios, aprovada pela Resolução nº 03/99, de 11.05.1999, pelo Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, seja para emissão de pareceres, seja para exame de processos em geral, ambas no valor mínimo de R\$-500,00 (quinhentos reais).

Finalmente, *data venia*, causa estranheza a inusitada solicitação da CPL, visto que o julgamento das propostas foi feito pela referida Comissão baseada em critérios objetivos previstos no edital, juízo técnico por assim dizer. Logo, razão não há para mudanças de preços ofertados, pois o julgamento já foi feito.

Destarte, feito o julgamento das propostas dos licitantes e tendo aquela formulada por Barra Britto S/C Advogados Associados sido classificada em 1º lugar, evidente que a mesma é a que melhor atende os interesses da administração, segundo os critérios objetivos estabelecidos no edital.

Vê-se, por conseguinte que descabe a modificação de preços e valores previamente ofertados segundo os critérios previstos no edital, cabendo à Comissão, por ser de direito e de justiça, adjudicar o objeto licitado na sua totalidade ao licitante vencedor, ou seja, a Barra Britto S/C Advogados Associados.

Atenciosamente

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Advogado - Sócio - Gerente





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

Fls. 633

Resolução 99

RESOLUÇÃO Nº 03/99

Dispõe sobre a cobrança de Honorários de Serviços Advocatícios

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Pará, faz saber que o Egrégio Conselho Secional, aprovou em sessão de 11.05.99, e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - A Tabela de Honorários em anexo, passa a ser de referência obrigatória ao exercício profissional da advocacia.

Art. 2º - A Tabela de Honorários fixa valores de referência obrigatórios, sendo certo que o advogado pode contratar, sempre por escrito, valores superiores ou inferiores aos que são aqui estabelecidos, resguardando, em qualquer caso, a dignidade da profissão.

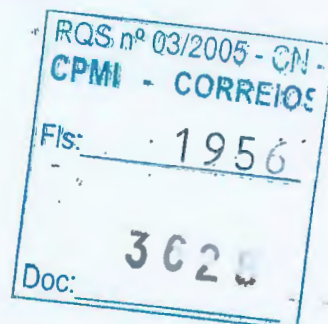
Parágrafo Único - A presente Tabela de Honorários será corrigida, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, ou ainda, por convenção entre as partes.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de 12 de maio de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões da OAB-PA, em 11 de maio de 1999.

MARIA AVELINA IMBIRIBA HESKETI
Presidente da OAB - PARÁ

Pq. Barão do Rio Branco nº 93, Campina, Belém/PA, CEP-66015-080/Fone: 212-2144 / Fax:- R. 213 - 217
HOME-PAGE: <http://www.interconnect.com.br/oab> E-MAIL: oabpa@interconnect.com.br





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

Fls. 634
[Handwritten signature]

TABELA DE HONORÁRIOS NO FORO EM GERAL

AÇÕES DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA OU QUE ASSUMAM ESSE CARÁTER - R\$ 1.000,00 acrescidos de 10% sobre o valor econômico que favoreça o cliente.

PRECATÓRIAS DE QUALQUER ESPÉCIE - R\$ 300,00 acrescidos de 1% sobre o valor da causa ou do objeto em disputa, o que for inferior.

EXAMES DE PROCESSO EM GERAL - R\$ 500,00 pelo exame, acrescido de percentual de 1% sobre o valor da ação, em caso de necessidade de parecer conclusivo, escrito ou oral.

ADVOCACIA CÍVEL

1 - MEDIDA CAUTELARES

1.1 - 5% do valor da causa no ajuizamento, 5% no momento da propositura da ação principal. É lícito aumentar-se as alíquotas quando houver pedido de liminar - R\$ 2.000,00.

1.2 - Arresto, seqüestro, busca e apreensão, exibição, caução, produção antecipada de provas, justificação, sustação de protesto, atentado. Mesma fórmula da letra A.

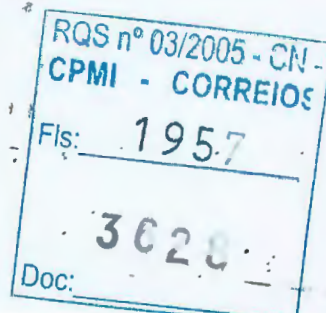
1.3 - Homologação de penhor legal, apreensão de títulos, ratificação de protesto marítimo e outras medida provisionais. - R\$ 3.000,00, em se tratando de matéria específica e complexa.

2 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA - POSSESSÓRIAS:

2.1 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

- 5% (cinco por cento) do valor a ser depositado e mais 5% por ocasião da sentença de primeiro grau.

Ps. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA. CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: <http://www.interconect.com.br/oab/> - E-MAIL: oabpa@interconect.com.br





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

FLS. 635
70
Jul

21 - *AÇÕES CAUTELARES* - Como representante de quaisquer as partes - R\$ 500,00.

22 - *CARTA PRECATÓRIA* - R\$ 350,00.

ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA

1 - *POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA PERANTE ÓRGÃO LOCAL*: R\$ 500,00. Perante órgão fora da comarca do advogado contratado - R\$ 1.000,00.

2 - *JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA* - R\$ 500,00.

3 - *JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL* - R\$ 750,00.

4 - *ACIDENTE DO TRABALHO* - 20% da quantia obtida pelo cliente - R\$ 500,00.

ADVOCACIA ELEITORAL

1 - *POSTULAÇÃO EM GERAL* (impugnações, queixas ou representações, sustentações)
- R\$ 500,00.

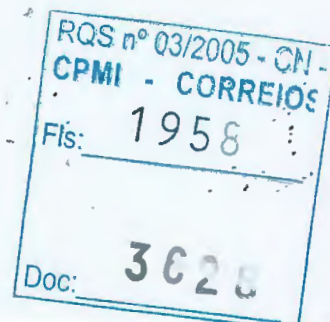
ADVOCACIA EXTRA JUDICIAL

1 - *INTERVENÇÃO DO ADVOGADO PARA SOLUÇÃO DE QUALQUER ASSUNTO NO TERRENO AMIGÁVEL*. Em havendo interesse econômico, 10% desse valor - R\$ 300,00, mesmo quando de valor inestimável.

2 - *INTERVENÇÃO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. 15% da vantagem auferida pelo cliente - R\$ 300,00.

3 - *DEFESA EM SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO* - R\$ 1.000,00. Se do fato que ocasionou a abertura das investigações puder resultar em pena de demissão do acusado - R\$2.000,00.

Pç. Barão do Rio Branco nº 93 Belém-PA. CEP.66.015-060 Fone: 217-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: <http://www.interconnect.com.br/onb> - E-MAIL: onbpa@interconnect.com.br





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

FUS-636
[Handwritten signature]

4 - MINUTAS DE CONTRATO OU DE QUALQUER DOCUMENTO. Até 2% de seu valor - R\$ 400,00, independentemente do valor, ser ou não estimável.

5 - MINUTA DE TESTAMENTO E/OU ASSISTÊNCIA AO ATO - R\$ 2.000,00.

6 - ESTUDO OU ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO IMOBILIÁRIA - 2% do valor do negócio. - R\$ 500,00.

7 - PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA - R\$ 500,00.

8 - CONSULTA VERBAL EM HORÁRIO NORMAL - R\$ 100,00. Entende-se como horário normal o de 8,00 às 18,00. Após ou antes desse horário - R\$ 150,00.

9 - PARECER-ESCRITO - R\$ 500,00.

ADVOCACIA TRABALHISTA

1 - DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

1.1 - Patrocínio do reclamante ou reclamado 20%.

1.2 - Prática de qualquer diligência ou ato processual único - R\$ 150,00.

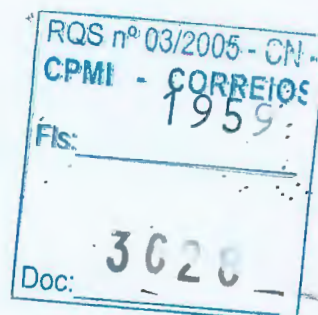
2 - DISSÍDIOS COLETIVOS

2.1 - Assessoria para negociação de Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - R\$ 10.000,00.

2.2 - Dissídio Coletivo de Natureza Econômica ou Natureza Jurídica que tenha por base normas coletivas - R\$ 10.000,00.

2.3 - Atuação em Ação Anulatória de Cláusulas de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos - R\$ 2.000,00

Pç. Darão do Rio Branco nº 93 Belém-PA. CEP.66.015-060 Fone: 212-2144 / Fax: R-213 - 217
Home Page: <http://www.interconnect.com.br/onh> - E-MAIL: onh@interconnect.com.br





ASJUR,

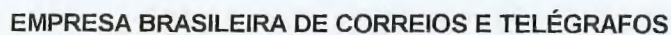
Relativamente à Tomada de Preços nº 3/2000, contratação de escritório jurídico, e relativamente a CI/ASJUR-628/2000, solicitamos a V.Sa. avaliar as alegações do licitante Barra Britto acerca da sua proposta de preço para o item 4.7, alínea “c” do edital (valor unitário por informações prestadas em processos administrativos). A respeito do assunto, o licitante afirma estar o seu preço efetivamente de acordo com o praticado no mercado, juntando para tanto a tabela de honorários de serviços advocatícios emitida pela OAB – Seção Pará.

Em, 5/9/2000.


PAULO ANTÔNIO DANTAS DA SILVA
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO



PAS: 638



Ref: Tomada de Preços nº 3/2000

PROTOCOLLO

Assunto: Contratação de escritório jurídico

Belém(PA), 6 de Setembro de 2000

Em atenção ao despacho de V.S^a, em que solicita informações desta Assessoria acerca da compatibilidade do preço da proposta vencedora com o praticado no mercado, especificamente quanto ao item INFORMAÇÕES, temos as seguintes considerações a fazer:

- 1) O preço cotado pelo licitante vencedor está muito acima do esperado, considerando inclusive o preço cotado pelos demais licitantes, uma vez que o mesmo está considerando como referencial o item PARECER ESCRITO da tabela de honorários da OAB;
- 2) As informações acerca dos processos administrativos, pela sua simplicidade, não se coadunam com a figura do PARECER ESCRITO, o qual denota um maior grau de complexidade.

Pelo exposto, ante a negativa por parte do licitante, sugerimos verificar a possibilidade de cancelar o item INFORMAÇÕES, adjudicando ao vencedor os demais itens, na forma da legislação vigente.

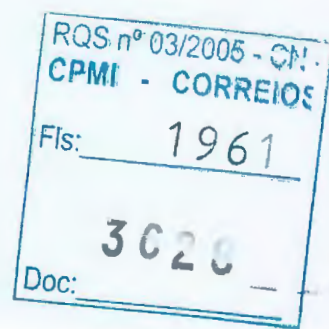
Caso positivo, solicitamos licitar isoladamente, pelo critério do menor preço, apenas o item **INFORMAÇÕES**.

Atenciosamente,

Atenciosamente,
Mauricio

PAULO MAURICIO SALESCARDOSO

Assessor Jurídico



Fls. 639



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá - CPL/GERAD

ATA DE LICITAÇÃO

| FINALIDADE: | LICITAÇÃO | |
|---|---|----------------------|
| ☐ Reunião de Licitação
☒ Reunião de Julgamento
☐ Sorteio de Desempate | ☐ Concorrência
☒ Tomada de Preços
☐ Convite | NÚMERO

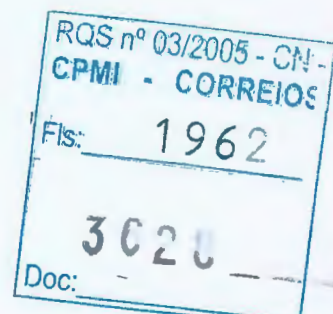
3/2000 |

Em 29/9/2000, às 17h00, na sala onde funciona a CPL/GERAD/DR/PA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 714/2000, composta pelos empregados José Roberto Barra Cordeiro, Técnico Administrativo Júnior, matrícula nº 8.452.588-6, na qualidade de presidente, Claudinei Curvelo da Silva, Administrador Postal Pleno, matrícula nº 8.010.670-6 e Célia da Silva Lopes, Advogado Junior, matrícula nº 8.454.112-1, para julgamento das propostas apresentadas à Tomada de Preços nº 3/2000, tipo técnica e preço, cujo objeto refere-se à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Os valores ofertados, as pontuações auferidas e aplicação da fórmula de cálculo do valor relativo, constam do Mapa Comparativo de Preços. A CPL, propõe adjudicação do objeto da licitação ao licitante Barra Britto S/C Advogados Associados, pelo valor anual de R\$126.000,00 (cento e vinte seis mil reais). A adjudicação tem por base o critério de julgamento previsto no edital, onde será vencedora a proposta que apresentar o menor preço relativo (itens 6.1 e 6.2 do edital). Assim sendo, com referência à CI/ASJUR-628/2000, que sugere uma pesquisa de preço para o item tratamento de processo, temos a observar que a pesquisa de preços no mercado deixaria de contemplar a qualificação das empresas, a qual é obtida através da metodologia adotada nas licitações tipo técnica e preço. Com relação ao item informações, após análise isolada relativamente ao preço, concluímos que o mesmo encontra-se compatível com o praticado no mercado, tomando-se por base a tabela oficial de preços da OAB – Seção Pará nos serviços que possuem maior correlação e afinidade com o item informações, quais sejam parecer escrito e exame de processo. Ressaltamos que a comparação com referidos serviços constantes da tabela da OAB dá-se em função da falta de definição, por parte do órgão requisitante/usuário, sobre a atividade a ser desempenhada sob a denominação "informações". Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião às 17h23. E para constar, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aceita, vai por todos assinada.

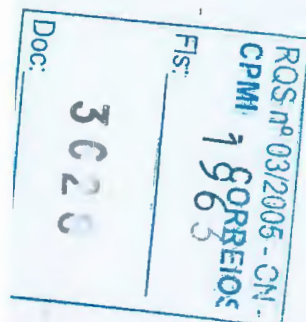
JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO

CLAUDINEI CURVELO DA SILVA

CÉLIA DA SILVA LOPES



| Alínea | Subitem 4.7. do edital | Barra Brito | | Freire Figueiredo | | Célio Lima | | Isaías Cabral | |
|--------|---|-------------|------------|-------------------|------------|------------|------------|---------------|-----------|
| a | Número da licitação e seu objeto | OK | TOTAL | OK | TOTAL | OK | TOTAL | OK | TOTAL |
| b | Valor global para tratamento de até 150 processos | | 78.000,00 | | 118.800,00 | | 90.000,00 | | 60.000,00 |
| c | Valor unitário por informações prestadas em até 10 processos/mês | 350,00 | 42.000,00 | 70,00 | 8.400,00 | 80,00 | 9.600,00 | 70,00 | 8.400,00 |
| d | Valor da diária para custear despesas com viagens fora do perímetro da região metropolitana de Belém, considerando uma média de 5 viagens mensais | 100,00 | 6.000,00 | 80,00 | 4.800,00 | 95,00 | 5.700,00 | 60,00 | 3.600,00 |
| | VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | 126.000,00 | | 132.000,00 | | 105.300,00 | | 72.000,00 |
| | Coefficiente de Qualidade da Proposta Técnica | | 63,56 | | 63,11 | | 54,44 | | 16,11 |
| | VALOR RELATIVO DA PROPOSTA | | 45.914,40 | | 48.694,80 | | 47.974,68 | | 60.400,80 |
| | VR = (P/100)*(100-K), onde:
VR = Valor Relativo da Proposta Comercial
P = Valor Real (preço global) da Proposta Comercial
K = Coeficiente de Qualidade da Proposta Técnica | | | | | | | | |



Handwritten signatures and initials.

para habilitação e qualificação, bem como as condições de execução do credenciamento. Os serviços prestados serão remunerados com valor de R\$ 3.010,00, por Diretoria Regional para a etapa I e R\$ 1.172,00, por Diretoria Regional para a etapa II.

Brasília-DF, 2 de outubro de 2000
PAULO ROBERTO ZUCCO
Chefe do Departamento de Contratação
e Administração de Material

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional em Alagoas

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

A ECT, através da GERAD/AL, efetuou o seguinte termo aditivo: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 214/98; Data da assinatura: 19-09-2000; Contratada: TELENET Comunicações Ltda.; Prazo de Vigência: 31-08-2001; Objeto do contrato original: manutenção das redes de teleprocessamento e telefonia de rede e equipamentos de telefonia; Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do contrato original.

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional no Amazonas

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2000

A ECT - Diretoria Regional do Amazonas, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica o resultado da fase de habilitação da Tomada de Preços 004/200, cujo objeto é a aquisição de Móveis e Equipamentos destinados às áreas de distribuição da DR/AM. As empresas MOVAM - MÓVEIS AMAZONAS LTDA e G.A.J. AMAZÔNIA foram inabilitadas pela não apresentação do CRC durante a fase de habilitação. As demais empresas participantes foram consideradas habilitadas pela Comissão de Licitação.

CLÁUTENES DELENE DE SOUSA FERREIRA
Presidente da Comissão

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional em Mato Grosso

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 3/2000

A ECT/DR/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação/CPL, torna público que fará realizar o LEILÃO, no dia 19.10.2000 às 09:00 horas, no pátio de viaturas da ECT, sito à Av. Dom Orlando Chaves, 1.087 Bairro Cristo Rei - Várzea Grande-MT, para a venda de 20 (vinte) veículos automotores e 10 (dez) reboques para motocicletas: LOTE 1) VW KOMBI STD 1989 JYT 3171 98WZZZ323KP01368 1.830,00 LOTE 2) VW KOMBI STD 1989 JYT 3181 98WZZZ323KP018120 1.830,00 LOTE 3) VW KOMBI FURGÃO 1989 JYT 9892 98WZZZ12KPO21238 1.830,00 LOTE 4) VW KOMBI FURGÃO 1991 JYT 3241 98WZZZ12MPO15334 1.930,00 LOTE 5) VW KOMBI FURGÃO 1991 JYT 3121 98WZZZ12MPO15173 1.930,00 LOTE 6) VW KOMBI FURGÃO 1991 JYT 3071 98WZZZ12MPO15283 1.930,00 LOTE 7) VW KOMBI FURGÃO 1991 JYT 0659 98WZZZ12MPO11370 1.930,00 LOTE 8) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 3858 98WZZZ12NPO15096 2.080,00 LOTE 9) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 5919 98WZZZ12NPO15762 2.080,00 LOTE 10) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 0679 98WZZZ12NPO15129 2.080,00 LOTE 11) VW KOMBI STD 1989 JYT 3081 98WZZZ323KP018577 2.020,00 LOTE 12) VW KOMBI FURGÃO 1991 JYT 7250 98WZZZ12MPO18375 2.014,00 LOTE 13) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 5929 98WZZZ12NPO15828 2.514,00 LOTE 14) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 9430 98WZZZ12NPO15944 2.514,00 LOTE 15) VW KOMBI STD 1992 JYT 9510 98WZZZ323NPO16174 2.277,00 LOTE 16) VW KOMBI FURGÃO 1992 JYT 9819 98WZZZ12NPO16259 2.514,00 LOTE 17) VW KOMBI FURGÃO 1990 JYT 7953 98WZZZ11TP004167 3.042,00 LOTE 18) VW CAMINHÃO 7-1105 1990 JYT 9844 98WZZZ42LCO20437 10.630,00 LOTE 19) VW GOL CL 1991 JYT 5889 98WZZZ30ZMT05961 2.746,00 LOTE 20) CHEVROLET D-20 CUSTON 1992 JYT 0939 98GZ58NANC03087 13.710,00 LOTE 21) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 2705 98BA17RXJDFLD177 160,50 LOTE 22) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 5052 98BA17RXJDFLD125 160,50 LOTE 23) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 5810 98BA17RXJDFLD202 160,50 LOTE 24) REBOQUE PI MOTO 1987 JYT 5942 98BA17RXJDFLD173 160,50 LOTE 25) REBOQUE PI MOTO 1987 JYT 2216 98BA17RXJDFLD279 160,50 LOTE 26) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 2313 98BA17RXJDFLD190 160,50 LOTE 27) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 4813 98BA17RXJDFLD208 160,50 LOTE 28) REBOQUE PI MOTO 1987 JYT 9811 98BA17RXJDFLD141 160,50 LOTE 29) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 0564 98BA17RXJDFLD213 160,50 LOTE 30) REBOQUE PI MOTO 1988 JYT 4522 98BA17RXJDFLD212 160,50. Os veículos e reboques estão à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, sendo que o Edital e demais informações poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitação, sito à Av. Dom Orlando Chaves, nº 1087 Bairro Cristo Rei - Várzea Grande-MT, Fone/Fax: (065) 688-1128/1128-1127, E-mail: lgall@correios.com.br ou com o Leiloeiro Oficial, Sr. Kleiber Leite Pereira, no escritório à Rua Dom Bosco, nº 101 Centro - Várzea Grande-MT, telefones (065) 686-1887 e 9976-1033. **CONDIÇÕES DE ARREMATACÃO:** Os veículos e reboques serão vendidos à vista, a quem maior lance oferecer, não inferior a avaliação, no estado de conservação em que se encontram, não cabendo ao leiloeiro, nem a ECT qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos, ou mesmo providências na retirada e transporte dos veículos e reboques arrematados (utilizar guincho). Os interessados deverão examinar os veículos no local acima descrito, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. **FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será à vista no ato do leilão e o arrematante pagará ainda, sobre o valor do lance arrematado a comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento). Não será permitida desistência. **REGULARIZAÇÃO JUNTO AO DETRAN/MT:** A transferência de propriedade dos veículos, bem como todas as despesas de tradição correrão a conta do arrematante, exceto multas retroativas. A retirada do veículo da ECT, fica condicionada à apresentação de termo de responsabilidade, registrado em cartório, isentando os CORREIOS de problemas, que porventura venham surgir após a retirada do veículo.

JOSÉ LUIZ LOPES DE SOUZA
Presidente da Comissão

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional em Minas Gerais

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREÇO Nº 1/2000

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria Regional de Minas Gerais, através de seu Pregoeiro, avisa aos interessados que realizará a licitação acima, tipo menor preço global, a qual tem o objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de impressão gráfica a laser, com tecnologia Highlight color, scrittimend e envelopamento. O recebimento da documentação e proposta será às 09:00 horas do dia 16/10/2000, na Av. Afonso Pena 1.270 - Centro - Sala 203 - Belo Horizonte/MG, fones: (0xx 31) 249-2496 e fax: (0xx 31) 249-2512, onde inclusive estará disponível cópia completa do Edital e onde podem ser obtidas outras informações. A sessão pública ocorrerá na data, horário e endereço supracitados.

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2000

A ECT, Diretoria Regional de Minas Gerais, torna público que fará realizar na Av. Afonso Pena 1.270 - Centro - Sala 203 - Belo Horizonte/MG reunião de licitação referente TP/ECT/DR/MG-038/2000 visando a contratação de fornecimento de combustível na cidade de Uberlândia, para veículos localizados na REVEN-13-UBERLÂNDIA/DR/MG. Abertura dia 18/10/2000 às 14:00 horas. Maiores informações bem como o edital, no valor de R\$5,00 poderão ser obtidos no endereço acima no horário de 14h às 16h30.

PEDRO ERNESTO BONATO
Presidente da CPL

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional no Pará e Amapá

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2000

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá. Licitante vencedor: Berra Brito S/C Advogados Associados, pelo valor anual de R\$126.000,00.

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

(Of. nº 273/2000)

Diretoria Regional no Paraná

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO/SUPAT Nº 079/00; autorização: 29/09/00; contratados: Doménico Bonomo e Marcella Boniutti Bonomo; vigência: 01/11/00 a 31/10/02; objeto: locação de imóvel para o Centro de Distribuição Domiciliária Londrina, em Londrina; enquadramento: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso X; classificação orçamentária: conta 2.24.01, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 89.787,84; valor total do desembolso no exercício: R\$ 7.482,32.

DISPENSA DE LICITAÇÃO/SUPAT Nº 081/00; autorização: 29/09/00; contratado: Basílio de Araújo Costa; vigência: 01/10/00 a 30/09/05; objeto: locação de imóvel para Agência, em Fênix; enquadramento: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso X; classificação orçamentária: conta 2.24.01, atividade 03.2.06; valor total da contratação: R\$ 13.590,00; valor total do desembolso no exercício: R\$ 679,50.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 54/2000

Menor Preço

A ECT, através da Diretoria Regional do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar, às 10:00, às 16:00h, na Rua João Negrão, 1251, 1º andar - Bloco I - Rebouças - Curitiba/PR - CEP 80001-900, abertura do Convite CV 054/00, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de Gasolina comum incluindo lavagem nos veículos e nas motocicletas de propriedade da ECT na localidade de Guarapuava/PR. A retirada do Edital deverá ser feita até um dia útil anterior à data de abertura, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 11h e das 14h às 17h horas no endereço acima mencionado.

Curitiba, 29 de setembro de 2000
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

Em relação à Tomada de Preços nº 011/2000, que tem por objeto a contratação de Empresa Distribuidora de Combustível para fornecimento médio mensal estimado de 25.000 (vinte e cinco mil) litros de combustível - gasolina para Curitiba/PR, comunicamos que foi habilitada a empresa Fox Distribuidora de Petróleo Ltda. e inabilitada a Empresa Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga.

Curitiba, 2 de outubro de 2000
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

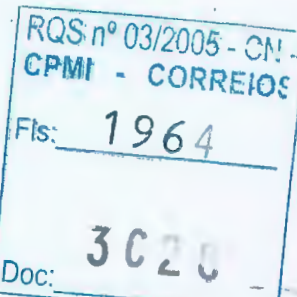
RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2000

Em relação à Tomada de Preços nº 011/2000, que tem por objeto a contratação de Empresa para Manutenção em 50 (cinquenta) veículos da Marca Mercedes Benz modelo Sprinter 312 D, com fornecimento de peças e acessórios em oficinas autorizadas pelo fabricante, pertencentes a frota da DR/PR na localidade de Curitiba/PR, comunicamos que foi declarada vencedora a empresa Severa Comercial Ltda., que concedeu um desconto sobre a tabela de peças de 35% (trinta e cinco por cento) e cotou o preço para a mão de obra a R\$ 20,00 (vinte reais).

Curitiba, 2 de outubro de 2000
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Of. nº 273/2000)





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional no Pará e Amapá

Fls: 642
[Handwritten signature]

CT/CPL/GERAD-119/2000

Belém, 5 de outubro de 2000.

Prezados Senhores,

Com referência à Tomada de Preços nº 3/2000 e a após análise efetuada em torno dos preços cotados pelos licitantes para o valor unitário por informação prestada em processo administrativo (item 4.7, alínea "c" do edital de licitação), observou-se que o preço ofertado por V.Sas. encontra-se acentuadamente superior ao cotado pelos demais licitantes.

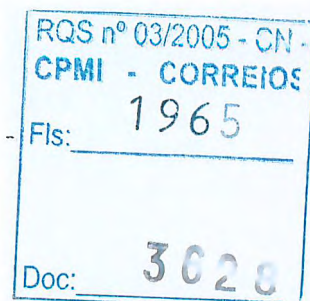
Nesse sentido, solicitamos a V.Sas. analisar a possibilidade de redução do preço proposto para o valor de R\$200,00 por informação prestada.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BARRA CORDEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

À
BARRA BRITTO S/CADVOGADOS ASSOCIADOS
Fax: 249-9118

SEDEX - PONTUALIDADE, SEGURANÇA E RAPIDEZ



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 643
7/10

Ofício 501-BB- win

Belém - Pará
Em, 06 de outubro de 2000

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Senhoria o recebimento da CT/CPL/ERAD – 119/2000, de 05.10.2000, via fax, relacionada à Tomada de Preços nº 3/2000, especificamente, referindo-se a análise em torno dos preços cotados pelos licitantes para o valor unitário por informação prestada em processo administrativo (item 4.7, alínea “c”), observando que, o preço ofertado por este Escritório Jurídico, encontra-se acentuadamente superior ao cotado pelos demais licitantes.

Nesse sentido é solicitada a possibilidade de redução do preço proposto, para o valor de R\$-200 ,00 por informação prestada.

Tal solicitação causa estranheza, considerando que o preço licitado por este Escritório Jurídico de R\$-350,00, em verdade, observou o valor em até 10 (dez) processos administrativos mês de R\$-3.500,00, e não por informação prestada, como agora referido por Vossa Senhoria. Por outro lado, considere-se a publicação, do Resultado do Julgamento da Tomada de Preços 3/2000, no Diário Oficial da União de 03.10.2000, Seção 3, p.14, sendo declarada vencedora, Barra Britto S/C Advogados Associados, para a contratação com a ECT/DR/PA de serviços de advocacia no Pará e Amapá, no valor anual de R\$-126.000,00 anual, aí incluído o valor de R\$-3.500,00 mês por informação até 10 processos administrativos.

Antônio Britto

Ilmo. Sr.

Dr. José Roberto Barra Cordeiro

MD. Presidente da Comissão de Licitação

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT

Nesta

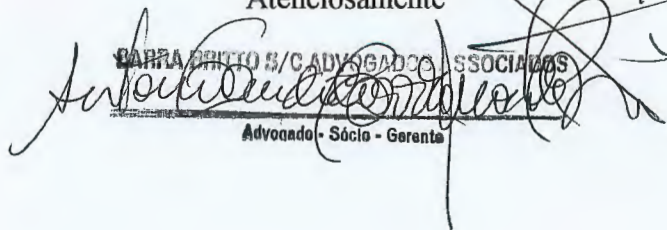
| | |
|-----------------------|------|
| RQS nº 03/2005 - CM - | |
| CPMI - CORREIOS | |
| Fls: | 1966 |
| Doc: | 3020 |

Barra Britto S/C Advogados Associados
Advocacia em Geral

Fls: 644
P

No entanto, em que pese, o contido no Ofício BB/TP 3/2000, de 01.02.2000, em anexo, solicita-se a audiência da ilustrada Assessoria Jurídica da ECT/PA, para manifestar-se sobre a sua legalidade e consequente pretendida redução de preço por informação, e se favorável, este Escritório Jurídico nada tem a opor para aceitar o mencionado valor proposto de R\$-200,00, por informação em até 10 processos administrativos/mês, no intuito de melhor atender aos propósitos administrativos dessa empresa pública.

Atenciosamente


BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado - Sócio - Gerente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 1967
Doc: _____

Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Ofício BB/TP 03/2000

Belém - Pará
Em, 1º de setembro de 2000



Senhor Presidente

Comunico a Vossa Senhoria o recebimento da CT/CPL/GERAD 98/2000, recebida via fax, datada de 31.08.2000, que solicita a redução de preço da proposta formulada na Tomada de Preços nº 03/2000, no concernente ao valor unitário por informação, item 4.7, alínea "c", com base na média do preço nas demais propostas.

No particular, afigura-se equivocada a nianifestada intenção dessa ilustre Presidência em relação aos termos da Tomada de Preço nº 3/2000, no tocante ao item 4.7, alínea "c", do Edital de Licitação, considerando que os valores licitados para a prestação de serviços de advocacia à ECT foram ofertados englobadamente e não para um único item de *per si*, integrando conjuntamente o menor valor relativo da proposta comercial desta sociedade de advogados, agora sem poder ser modificado para menor, isto é:

| | | |
|--|---------------|----------------|
| Valor em até 150 processos judiciais/mês/ano: | R\$-6.500,00 | R\$-78.000,00 |
| Valor em até 10 processos administrativos/mês/ano: | R\$-3.500,00 | R\$-42.000,00 |
| Valor mês/ano: | R\$-10.000,00 | R\$-120.000,00 |

Registre-se, por oportuno, que a licitação teve como base de julgamento a melhor técnica e preço, classificando-se em 1º lugar a proposta de Barra Britto S/C Advogados Associados, segundo os critérios do edital, cabendo esclarecer que o preço ofertado pela mesma não se encontra "acentuadamente superior ao cotado pelos demais licitantes", como asseverado na CT/CPL/GERAD-98/2000. Ao contrário, o preço dos demais licitantes para o item 4.7., alínea "c", é que está por demais abaixo dos valores praticados, evidenciando-se irrisório para os fins pretendidos no edital

Huistríssimo Senhor
José Roberto Barra Cordeiro
Digníssimo Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Avenida Presidente Vargas, nº 498.



Barra Britto S/C Advogados Associados

Advocacia em Geral

Fls. 646
7

Nesse sentido, cumpre esclarecer e informar a Vossa Senhoria que o preço de R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais) por informação, já vem sendo praticado contratualmente com a ECT, em decorrência de licitações anteriores.

Aliás, em verdade, o valor de R\$-350,00 (trezentos e cinquenta reais) é aquém, daquele estabelecido na Tabela de Honorários Advocatícios, aprovada pela Resolução nº 03/99, de 11.05.1999, pelo Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, seja para emissão de pareceres, seja para exame de processos em geral, ambas no valor mínimo de R\$-500,00 (quinhentos reais).

Finalmente, *data venia*, causa estranheza a inusitada solicitação da CPL, visto que o julgamento das propostas foi feito pela referida Comissão baseada em critérios objetivos previstos no edital, juízo técnico por assim dizer. Logo, razão não há para mudanças de preços ofertados, pois o julgamento já foi feito.

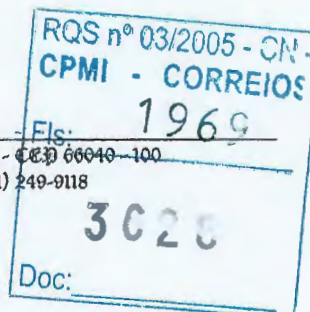
Destarte, feito o julgamento das propostas dos licitantes e tendo aquela formulada por Barra Britto S/C Advogados Associados sido classificada em 1º lugar, evidente que a mesma é a que melhor atende os interesses da administração, segundo os critérios objetivos estabelecidos no edital.

Vê-se, por conseguinte que descabe a modificação de preços e valores previamente ofertados segundo os critérios previstos no edital, cabendo à Comissão, por ser de direito e de justiça, adjudicar o objeto licitado na sua totalidade ao licitante vencedor, ou seja, a Barra Britto S/C Advogados Associados.

Atenciosamente

BARRA BRITTO S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS

Advogado - Sócio - Gerente



FLS: 647
1



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARÁ E AMAPÁ

RELATÓRIO CPL/DR/PA-7/2000

DATA: 9/10/2000

ASSUNTO: Contratação dos serviços de advocacia.

RELATOR: Presidente da CPL/DR/PA

PROPOSTA: Adjudicação do resultado da Tomada de Preços nº 3/2000

INDICAÇÃO DE COMPETÊNCIA: Diretor Regional, conforme 3/5-4.c,II do MANLIC

DADOS BÁSICOS

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASJUR/DR/PA

OBJETO: Contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia no âmbito dos Estados do Pará e Amapá.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 105.000,00

VALOR A CONTRATAR: R\$ 108.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: um ano

FORMA DE PAGAMENTO: No décimo quinto dia após a apresentação da nota fiscal.

CONTA/ATIVIDADE: 2.09 / 01.2.01

DATA DE VALIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA: 20/6/2000

EMPRESAS

Que retiraram o edital : 12
Que participaram da licitação:..... 5
Que foram inabilitadas..... 1
Que foram desclassificadas..... 0

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

A CPL, propõe adjudicação do objeto da licitação ao licitante Barra Britto S/C Advogados Associados, com base no critério de julgamento previsto no edital, onde será vencedora a proposta que apresentar o menor preço relativo (itens 6.1 e 6.2 do edital).

Com relação ao item informações, após análise isolada relativamente ao preço, concluímos que o mesmo encontra-se compatível com o praticado no mercado, tomando-se por base a tabela oficial de preços da OAB – Seção Pará nos serviços que possuem maior correlação e afinidade com o

